Estratégia
Carreira Jurídica

Material Gratuito

1000 Questões de Direito Administrativo

Resolvidas e Comentadas

Professor
Wagner Damazio

1000 Questões Resolvidas e Comentadas de Direito Administrativo

Sumário

Introdução 6

1 - Lista de Questões Objetivas 7

1.0 Organização da Administração Pública 7

1.1 Lei das Estatais 20

1.2 Agentes Públicos 30

1.3 Poderes Administrativos 47

1.4 Atos Administrativos 57

1.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada 69

1.6 Licitação (Parte I) 80

1.7 Licitação (Parte II) 96

1.8 Serviços Públicos 119

1.9 Regime Jurídico Disciplinar 139

1.10 Processo Administrativo 150

1.11 Responsabilidade Civil do Estado 168

1.12 Improbidade Administrativa 191

1.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias 210
1.14 Lei de Responsabilidade Fiscal 229
1.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 244
1.16 Estatuto das Cidades 250
1.17 Contratos (Parte I) 270
1.18 Contratos (Parte II) 277
1.19 Direito Administrativo 289
1.20 Terceiro Setor 297
1.21 MROSC 306
1.22 Bens Públicos 315
1.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis 326
1.24 Controle da Administração Pública 349
1.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67 363
1.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN) 374
2. Questões Objetivas - Gabarito Sem comentários 383
2.0 Organização da Administração Pública 383
2.1 Lei das Estatais 383
2.2 Agentes Públicos 384
2.3 Poderes Administrativos 384
2.4 Atos Administrativos 385
2.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada 385
2.6 Licitação (Parte I) 385
2.7 Licitação (Parte II) 386
2.8 Serviços Públicos 386
2.9 Regime Jurídico Disciplinar 387
2.10 Processo Administrativo 387
2.11 Responsabilidade Civil do Estado 388

2.12 Improbidade Administrativa 388
2.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias 389
2.14 Lei de Responsabilidade Fiscal 389
2.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro 390
2.16 Estatuto das Cidades 390
2.17 Contratos (Parte I) 391
2.18. Contratos (Parte II) 391
2.19 Direito Administrativo 391
2.20 Terceiro Setor 392
2.21 MROSC 392
2.22 Bens Públicos 392
2.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis 393
2.24 Controle da Administração Pública 393
2.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67 394
3.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN) 394
3. Questões Objetivas – Resolvidas e Comentadas 395
3.0 Organização da Administração Pública 395
3.1 Lei das Estatais 431
3.2 Agentes Públicos 457
3.3 Poderes Administrativos 509
3.4 Atos Administrativos 534
3.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada 564
3.6 Licitação (Parte I) 599
3.7 Licitação (Parte II) 636
3.8 Serviços Públicos 692
3.9 Regime Jurídico Disciplinar 768
3.10 Processo Administrativo 792

3.11 Responsabilidade Civil do Estado 842

3.12 Improbidade Administrativa..... 909

3.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias 966

3.14 Lei de Responsabilidade Fiscal..... 1021

3.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro..... 1059

3.16 Estatuto das Cidades 1072

3.17 Contratos (Parte I) 1131

3.18 Contratos (Parte II) 1151

3.19 Direito Administrativo 1176

3.20 Terceiro Setor..... 1194

3.21 MROSC..... 1218

3.22 Bens Públicos 1237

3.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis 1275

3.24 Controle da Administração Pública 1334

3.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67 1380

3.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN) 1414

4. Considerações Finais 1436

INTRODUÇÃO

Olá Concurseiro, tudo bem?

Para quem ainda não me conhece, muito prazer, **meu nome é Wagner Damazio** e sou professor de Direito Administrativo no **Estratégia Carreira Jurídica** e professor de Legislação Tributária no **Estratégia Concursos**.

Nós do Estratégia temos o objetivo de democratizar o ensino de qualidade no Brasil. Por isso, estou disponibilizando, de forma inteiramente gratuita, este material que contém **1000 questões de Direito Administrativo, resolvidas e comentadas por mim e por minha equipe**.

Todas as questões são de concursos focados em cargos da área jurídica: magistrado, promotor, procurador, defensor público e delegado de polícia.

A forma de divulgação deste material é a seguinte:

1º) você terá a lista completa com as 1000 questões de concursos anteriores de carreiras jurídicas, sem qualquer comentário ou gabarito, para você treinar como se fosse um grande simulado;

2º) em seguida, você terá o gabarito seco das 1000 questões, sem os comentários; e

3º) por fim, você terá novamente as 1000 questões, agora sim resolvidas e comentadas.

Espero que este material ajude você a alcançar o seu objetivo que é a aprovação no concurso público dos seus sonhos. Conte comigo sempre!

Estratégia CARREIRA JURÍDICA

Estratégia CONCURSOS

@professorwagnerdamazio

Deus ilumine seus estudos!

Cordial abraço

Wagner Damazio

1 - LISTA DE QUESTÕES OBJETIVAS

1.0 Organização da Administração Pública

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Conforme explica Irene Patrícia Nohara (2018), "tanto a desconcentração como a descentralização são técnicas utilizadas para racionalizar o desenvolvimento e a prestação de atividades do Estado". Considerando o tema tratado, assinale a alternativa correta.

a) Como decorrência do processo de desconcentração, surge a Administração Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) A descentralização pode ser definida como a realocação de órgãos administrativos despersonalizados.

c) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são consideradas entes estatais, mesmo sendo detentoras de personalidade jurídica de direito privado.

d) Os consórcios públicos são órgãos despersonalizados, podendo ser tanto de direito público quanto de direito privado.

e) Os serviços sociais autônomos são espécies de autarquias.

2. 2019/FCC/DPE-SP/Defensor Público

Com relação à estrutura da Administração Pública brasileira, é correto afirmar:

(A) o modelo de Administração burocrático compreende o cidadão como cliente dos serviços públicos prestados pelo Estado diretamente ou mediante delegação.

(B) Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Contas integram a chamada administração pública direta.

(C) autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e agências reguladoras integram a chamada administração pública direta.

(D) o modelo de Administração Pública gerencial se baseia nos princípios da formalidade, da impessoalidade e do profissionalismo.

(E) o modelo de Administração patrimonialista, informado pelo princípio do profissionalismo, tem como finalidade a gestão do patrimônio público.

3. 2018/VUNESP/IPSMP/Procurador

Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração direta.

b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.

c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

---

4. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta a respeito dos consórcios públicos.

a) O consórcio público poderá se constituir em pessoa jurídica de direito privado.

b) O consórcio público, ainda que com personalidade jurídica de direito público, não integra a administração indireta dos entes da Federação consorciados.

c) O consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, desde que participe de regular procedimento licitatório.

d) A União não poderá participar de consórcios públicos.

e) Considera-se inválida cláusula de contrato de consórcio público que autorize ser ele celebrado por apenas uma parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.

---

5. 2017/CESPE/TRF-5ª. REGIÃO/Juiz Federal

Acerca da administração indireta, das formas de intervenção do Estado e do direito administrativo econômico, assinale a opção correta.

a) Segundo o STF, o tratamento constitucional favorecido para empresas de pequeno porte resguarda o acesso aos programas de benefícios fiscais mesmo a empresas de pequeno porte que tenham débitos fiscais.

b) Situação hipotética: A autarquia X, vinculada ao Ministério Y, foi instituída para fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo setor Z. Assertiva: Nessa situação, a transferência de recursos do ente instituidor é vedada à autarquia X, visto que esta possui personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira.

c) Situação hipotética: Em razão de grave crise hídrica que assola o estado X, o governo local instituiu empresa subsidiária da empresa de abastecimento primária para atuar nos problemas emergenciais de abastecimento de água. Assertiva: Nessa situação, houve descentralização do serviço por delegação, sendo legal a instituição de subsidiária da empresa de abastecimento.

d) Situação hipotética: Com base em competência constitucional, o Ministério X proibiu, por meio de portaria, a venda de

combustíveis para transportadoras e revendedoras do tipo Y, com o objetivo de combater o transporte clandestino de combustíveis e regulamentar o mercado em defesa do consumidor. Assertiva: Conforme entendimento do STF, a referida portaria é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre iniciativa.

e) Conforme o STJ, embora seja permitido o exercício do poder de polícia fiscalizatório por sociedade de economia mista, é vedada a possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias derivadas da coercitividade presente no referido poder.

---

6. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: "O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."

Podemos afirmar corretamente que o IPSM:

a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.

b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.

e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

---

7. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

No que se refere a organização administrativa, administração pública indireta e serviços sociais autônomos, assinale a opção correta.

a) Por execução indireta de atividade administrativa entende-se a adjudicação de obra ou serviço público a particular por meio de processo licitatório.

b) É possível a participação estatal em sociedades privadas, com capital minoritário e sob o regime de direito privado.

c) Desde que preenchidos certos requisitos legais, as sociedades que comercializam planos de saúde poderão ser enquadradas como OSCIPs.

d) Desconcentração administrativa implica transferência de serviços para outra entidade personalizada.

---

8. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Ao instituir programa para a reforma de presídios federais, o governo federal

determinou que fosse criada uma entidade para fiscalizar e controlar a prestação dos serviços de reforma. Nessa situação, tal entidade, devido à sua finalidade e desde que criada mediante lei específica, constituirá uma agência executiva.

Certo ( ) Errado ( )

---

9. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

No caso de parceria a ser firmada entre a administração pública e organização da sociedade civil, se não houver transferências voluntárias de recursos, deverá ser utilizado o instrumento jurídico estabelecido em lei denominado acordo de cooperação.

Certo ( ) Errado ( )

---

10. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Os serviços sociais autônomos

a) são beneficiados pelos privilégios processuais de dilação de prazo recursal.

b) devem ser criados mediante autorização por lei.

c) são alcançados pelos sistemas de precatórios.

d) possuem personalidade jurídica de direito público.

e) estão obrigados a realizar procedimentos licitatórios.

---

11. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Acerca dos serviços sociais autônomos, julgue os itens a seguir.

I. As entidades de cooperação governamental, às quais são destinados recursos oriundos de contribuições parafiscais, têm por finalidade desenvolver atividade social que represente a prestação de serviço de utilidade pública em benefício de certos grupamentos sociais ou profissionais.

II. As entidades de cooperação governamental não integram a estrutura da administração pública indireta, e, dada a natureza jurídica de direito privado que ostentam, não se submetem ao controle do tribunal de contas.

III. Conforme entendimento do STF, as entidades de serviços sociais autônomos integrantes do sistema "S" não se submetem à exigência do concurso público para a contratação de pessoal.

IV. As entidades de serviços sociais autônomos submetem-se a licitações para a realização de contratações, em cumprimento aos estritos termos da Lei n.º 8.666/1993.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

---

12. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Em seu sentido subjetivo, o termo Administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa. Desse modo, a Defensoria Pública do Estado do Paraná,

a) é pessoa jurídica de direito público e possui capacidade processual, podendo ser configurada como autarquia sui generis – sociedade pública de advogados, embora não seja instituição autônoma com sede constitucional.

b) possui capacidade processual para ingressar com ação para a defesa de suas funções institucionais por expressa previsão legal, embora não seja pessoa jurídica de direito público.

c) é pessoa jurídica de direito público e possui capacidade processual, podendo, caso haja expressa previsão legal, integrar a pessoa jurídica "Estado do Paraná" por ser instituição autônoma com sede constitucional.

d) integra a pessoa jurídica de direito público "Estado do Paraná" e possui capacidade jurídica, sendo representada, em juízo, pela Procuradoria do Estado em toda espécie de processo judicial de seu interesse.

e) integra a pessoa jurídica de direito público "Estado do Paraná" e possui capacidade jurídica, sendo representada, em juízo, pela Procuradoria do Estado em toda espécie de processo judicial de seu interesse, exceto ações trabalhistas que tramitarem na Justiça do Trabalho.

---

13. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça Substituto

Determinado estado da Federação pretende propor a celebração de parceria com uma organização da sociedade civil na área de preservação do meio ambiente, visando à consecução de interesse público e recíproco. Tal parceria envolverá o repasse de recursos financeiros do estado para a organização.

Nessa situação, deverá ser firmado o instrumento denominado

a) termo de parceria, realizado mediante prévio chamamento público.

b) termo de colaboração, realizado mediante prévio chamamento público.

c) convênio, que dependerá de prévia licitação.

d) acordo de cooperação, que prescinde de licitação.

---

14. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta, em relação aos consórcios públicos disciplinados pela Lei n. 11.107, de 06 de abril de 2005.

a) A emissão de documentos de cobrança e as atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos não se coadunam com as finalidades estabelecidas em lei para os consórcios públicos, razão pela qual estão expressamente vedadas.

b) O protocolo de intenções deve definir o número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral, sendo assegurado 1 (um) voto a cada ente consorciado.

c) O consórcio público poderá ser concessionário, permissionário ou autorizatário do serviço público, mas não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização do serviço público a terceiros.

d) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, integrando, em qualquer caso, a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

e) O consórcio público que tenha personalidade jurídica de direito privado não está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas, a quem cabe fiscalizar apenas cada um dos integrantes do consórcio, nos termos do contrato de rateio.

---

15. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Centralização, descentralização e desconcentração são técnicas de organização utilizadas pela Administração Pública. Essas técnicas

a) envolvem a distribuição de tarefas e a lotação de agentes públicos em órgãos públicos.

b) implicam necessariamente a distribuição de competências em uma mesma pessoa jurídica.

c) ligam-se obrigatoriamente às entidades da Administração Direta.

d) cuidam da execução de competências administrativas dos entes da federação, de forma direta ou indireta.

e) prescindem de lei para criação de entidades públicas, em razão de expressa previsão constitucional.

---

16. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar:

a) embora possuam natureza jurídica de autarquia, são dotadas de regime especial, consistente em alto grau de autonomia, mandado fixo e estabilidade de seus dirigentes e poder de regulação mediante a edição de normas gerais e abstratas de natureza infralegal, em matérias de suas competências, e subordinada ao princípio da legalidade.

b) possuem natureza jurídica de autarquia – o que impõe criação e extinção por lei – e desenvolvem, sob regime jurídico de direito público, atividades próprias do Estado e com certa autonomia em relação à administração central, não diferindo, portanto, de suas congêneres.

c) por sua conformação constitucional distinta, não se subordinam ao modelo das autarquias, uma vez que possuem alto grau de autonomia que se expressa no mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e, no poder normativo, com possibilidade de inovar na ordem jurídica com edição de normas abstratas e gerais nas matérias de suas competências.

d) são dotadas de autonomia administrativa e financeira e hierárquica em relação à Administração Direta, como os demais entes autárquicos, mas dotadas de regime especial que se expressa na previsão de mandatos fixos e estabilidade de seus dirigentes.

---

17. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Alberto Caeiro foi contratado pelo Conselho Regional de Contabilidade para

trabalhar como assistente administrativo naquela entidade, em janeiro de 2016. Em fevereiro do corrente ano, foi dispensado, sem justa causa, da entidade. Alberto ajuizou ação em face da entidade, perante a Justiça Comum Estadual, visando sua reintegração, sob alegação de que se trata de entidade pertencente à Administração Pública e que seria ilegal a despedida imotivada. Ao apreciar a ação proposta, o Juízo Estadual deve

a) aceitar a competência, visto que se trata de entidade autárquica estadual, sendo a relação de trabalho de natureza tipicamente administrativa.

b) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça do Trabalho, visto que, por se tratar de entidade de direito privado, o vínculo sob exame é regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

c) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça Federal, haja vista tratar-se de entidade autárquica federal, sendo o vínculo submetido ao regime jurídico único estatuído na Lei n° 8.112/90.

d) aceitar a competência, visto que se trata de típico contrato de prestação de serviços, regido pelas normas do Código Civil.

e) extinguir a ação por impossibilidade jurídica do pedido, pois não cabe ao Judiciário interferir em atos de natureza discricionária, como os que se referem a dispensa de servidores não estáveis.

---

18. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador Municipal

Respeitando-se o ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Administração Direta é formada por um conjunto de órgãos públicos, sem personalidade jurídica e eventual capacidade processual.

b) As autarquias, os consórcios públicos de direito público, as empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica e integrantes da Administração Indireta.

c) Os serviços sociais autônomos e as entidades controladas pelo Poder Público também integram a estrutura da Administração Indireta na medida em que possuem personalidade jurídica própria.

d) Não existe relação de hierarquia entre os órgãos públicos da Administração Direta e as entidades administrativas da Indireta.

e) Segundo estabelecido pela Constituição Federal, os órgãos públicos da Administração Direta e as entidades administrativas da Indireta poderão ter sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira ampliada mediante contrato a ser firmado entre os seus administradores e o Poder Público.

---

19. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador Municipal

Em relação à Administração Indireta, NÃO é apropriado afirmar que:

a) É formada pelo conjunto de pessoas (ou entidades) administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, tem como função desempenhar atividades administrativas de maneira descentralizada.

b) Diante do que é afirmado pela Constituição Brasileira, pode-se admitir a existência de entidades da Administração Indireta vinculadas também às estruturas dos Poderes Legislativo e Judiciário.

c) Existe autorização constitucional no Brasil para a criação de autarquias com o objetivo de exercer atividade econômica em sentido estrito.

d) As autarquias, mesmo dotadas de personalidade jurídica de direito público, podem produzir atos administrativos típicos e atos predominantemente de direito privado.

e) As empresas públicas e sociedades de economia mista podem ser criadas com o objetivo de prestar serviço público e/ou exercer atividade econômica em sentido estrito.

---

20. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Uma empresa pública e uma sociedade de economia mista, ambas dedicadas à atividade bancária e controladas pelo mesmo ente político, decidem, por seus órgãos deliberativos competentes, promover conjuntamente a criação de uma outra entidade, voltada a prestar serviços de tecnologia da informação necessários à automação de suas respectivas atividades-fim. A previsão é de que tal entidade contará com a participação de capital privado em sua composição acionária. Em vista de tais características, é certo tratar-se de

a) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, em que as empresas que promoveram a criação da nova entidade serão usuárias dos serviços por ela prestados.

b) consórcio público, na modalidade de direito privado, sendo que será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções pelas entidades partícipes.

c) sociedade em comandita por ações, sendo que as empresas estatais figurarão como sócios comanditados e os eventuais acionistas privados serão os sócios comanditários.

d) agência executiva, visto que se trata de entidade com a finalidade específica de executar tarefas de forma descentralizada.

e) sociedade subsidiária, sendo que sua criação depende de prévia autorização legislativa.

---

21. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

A respeito da fundação pública, marque a alternativa que não corresponde a uma característica da fundação pública:

a) a figura do instituidor;

b) o Poder Público não pode ser instituidor;

c) a ausência de fins lucrativos;

d) o fim social da entidade.

---

22. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Determinado Município firmou convênio com uma Organização Social de assistência aos deficientes visuais, repassando-lhe mensalmente verbas públicas, e cedendo também uma sala em escola municipal para o desempenho das atividades. Diante da situação em epígrafe, é correto afirmar:

a) Este convênio tão somente poderá ter realizado por intermédio de uma licitação, na modalidade Concorrência, uma vez que a livre escolha feita pela Administração não se enquadra nos casos de dispensa de licitação.

b) Uma vez que recebeu verbas públicas, a referida Organização Social deverá obrigatoriamente realizar procedimentos licitatórios para a utilização destes recursos.

c) As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações ao dever de licitar, visto a ausência de determinação constitucional.

d) As organizações sociais como as entidades paraestatais se submetem aos procedimentos licitatórios, nos mesmos moldes da Administração Direta.

---

23. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador Municipal

A Administração Pública pode criar diversas pessoas para atuar na gestão dos bens e serviços públicos, dentre as quais temos as fundações. De acordo com o espelhado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tendo as fundações prerrogativas públicas são as mesmas equiparadas a:

a) sociedades de economia mista

b) pessoas do terceiro setor

c) empresas públicas

d) autarquias

e) organizações sociais

---

24. 2016/IBEG/PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI-ES/Procurador Municipal

Com relação Organização administrativa, é correto afirmar que:

a) Ressalvados os casos previstos na lei, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou diante de ofensa aos interesses individuais e coletivos, conforme definidos em lei.

b) As autarquias são entidades criadas pelos entes federativos para a execução atividades que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada, porém, o ente federativo continuará titular do serviço, sendo responsável, dessa forma, pelos atos praticados pela autarquia.

c) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços públicos de natureza social.

d) São consideradas agências executivas as autarquias e as fundações, que, mediante a celebração de um contrato de gestão, apresentam regime jurídico especial que lhes concede maior autonomia em relação ao ente federativo que as criou.

e) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são entidades criadas por lei com personalidade de direito privado.

---

25. 2016/IBEG/PREFEITURA DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA/Procurador Municipal

Analise os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios da administração pública brasileira e assinale a alternativa correta:

I - São processadas e julgadas na justiça federal as ações propostas por servidores contra as empresas públicas federais com as quais mantenham relação jurídica laboral.

II - Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

III - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

IV - Uma empresa pública é constituída de capital público e privado.

a) apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

b) apenas as alternativas I e III são verdadeiras.

c) apenas as alternativas II e III são verdadeiras.

d) apenas as alternativas III e IV são verdadeiras.

e) apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.

---

26. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

O regime jurídico constitucional e legal vigente aplicável às entidades da administração indireta dispõe que

a) os servidores das fundações criadas pelo Poder Público sempre se vinculam ao regime geral de previdência social.

b) a remuneração dos empregados das empresas estatais que se dediquem à atividade econômica em sentido estrito não está sujeita ao teto remuneratório constitucional.

c) as associações públicas não são consideradas entidades da administração indireta, em razão de seu regime especial.

d) aos dirigentes das agências executivas é assegurado o desempenho de mandato fixo, durante o qual não podem ser exonerados, senão por motivo justo, apurado mediante processo administrativo em que estejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

e) estão sujeitos ao regime jurídico único os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas.

---

27. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Com relação às autarquias, pode-se afirmar que:

a) Possuem personalidade física de direito público externo.

b) São formas de centralização administrativa.

c) São entes administrativos autônomos, criados por lei.

d) Agem por delegação.

e) Subordinam-se hierarquicamente às entidades estatais.

---

28. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

O Estado X pretende criar estrutura administrativa destinada a zelar pelo patrimônio ambiental estadual e atuar no exercício de fiscalização de atividades potencialmente causadoras de dano ao meio ambiente. Sabe-se que tal estrutura terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado, com mandato fixo, sendo que suas decisões de caráter técnico não estarão sujeitas à revisão de mérito pelas autoridades da Administração Direta. Sabe-se também que os bens a ela pertencentes serão considerados bens públicos. Considerando-se as características acima mencionadas, pretende-se criar uma

a) agência reguladora, pessoa de direito público, cuja criação se dará diretamente por lei.

b) agência executiva, órgão diretamente vinculado ao Poder Executivo, cuja criação se dará diretamente por lei.

c) associação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.

d) agência executiva, entidade autárquica de regime especial, estabelecido mediante assinatura de contrato de gestão.

e) fundação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.

---

29. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Empresa Pública criada no âmbito do Município de Paulínia deseja contratar pessoal para desempenho de sua atividade fim, qual seja, a prestação de serviço público de processamento de dados, recebendo, para isso, repasse do Município para pagamento de despesa de pessoal.

Com base na hipótese narrada, sobre a disciplina constitucional de contratação e regime jurídico de pessoal, assinale a afirmativa correta.

a) Por integrar a Administração Pública indireta, a criação de empregos na empresa pública depende de prévia dotação orçamentária.

b) A investidura dos empregados da Empresa Pública não depende de concurso público, tendo em vista que seus contratos são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

c) É possível o acúmulo de empregos públicos pelos empregados contratados pela Empresa Pública quando houver compatibilidade de horários e não existir infração à ética profissional.

d) É vedado aos empregados da Empresa Pública o direito de greve e de associação sindical, salvo se aprovado por lei municipal de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

e) Os empregados da Empresa Pública não se submetem a qualquer limite remuneratório constitucional, uma vez que sua relação é regida pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

30. 2016/Quadrix/CRO-PR/Procurador Jurídico

Sobre as entidades da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividades típicas da administração pública.

b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica do Estado.

e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica.

31. 2016/FAFIPA/Câmara de Cambará/Procurador Jurídico

Sabe-se que as agências reguladoras são autarquias com regime especial. Dessa senda, assinale a alternativa INCORRETA sobre elas.

a)Os dirigentes são protegidos contra o desligamento imotivado.

b)Nas agências reguladoras, os dirigentes permanecem na função por prazo determinado.

c)No regramento de determinadas agências reguladoras, é permitida a recondução de dirigentes.

d)A exoneração dos dirigentes nas agências reguladoras é conhecida como "ad nutum".

32. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Visando à prestação de serviço público de grande relevância, o Município de Paulínia constituiu consórcio público com o Estado de São Paulo e com a União Federal, instituindo, assim, associação pública.

Com relação à sua disciplina legal, assinale a afirmativa incorreta.

a) O consórcio público poderá outorgar a concessão do serviço público mediante autorização prevista no seu contrato.

b) Por possuir personalidade distinta da dos entes federativos que o formaram, a execução das receitas e despesas do consórcio público não obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

c) A associação pública constituída integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

d) Os entes da Federação consorciados poderão ceder servidores à associação pública formada, na forma que a lei de cada ente disciplinar.

e) O representante legal do consórcio público deverá, obrigatoriamente, ser chefe do Poder Executivo de algum dos entes da Federação formadores do consórcio.

33. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Por terem personalidade jurídica de direito público e designarem espécie de descentralização por serviços, as autarquias possuem todas as prerrogativas ou poderes decorrentes do regime jurídico administrativo.

Feita a afirmação acima, assinale a alternativa incorreta:

a) A autarquia possui autonomia financeira. Seus recursos, não importa se oriundos de trespasse estatal ou hauridos como produto da atividade que lhe seja afeta, configuram recursos e patrimônio próprios.

b) a autarquia, como pessoa jurídica pública, usualmente persegue objetivos públicos, sem finalidades lucrativas.

c) os bens das autarquias são inalienáveis e imprescritíveis, podendo, no entanto, ser adquiridos pela via do usucapião, conforme autoriza o artigo 191 da Constituição da República, bem como o artigo 102 do Código Civil brasileiro.

d) Os Conselhos de fiscalização profissional, por possuírem natureza jurídica de autarquia corporativa, devem se submeter aos princípios constitucionais concernentes à Administração Pública, inclusive o da exigência de realização de concurso público para contratação de pessoal.

---

34. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O consórcio público adquirirá personalidade de direito público ou de direito privado. No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, ele observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Certo ( ) Errado ( )

---

35. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), o Poder Executivo, observados os requisitos legais, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. E é por meio de contrato de gestão que o Poder Público e a entidade qualificada como organização social formam parcerias para fomento e execução de atividades relativas às áreas suprarelacionadas.

Certo ( ) Errado ( )

1.1 Lei das Estatais

1. 2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmações a seguir acerca do regime licitatório das empresas públicas e sociedades de economia mista.

I. As empresas públicas prestadoras de serviços públicos são regidas pela Lei Federal nº 8.666/93 no que diz respeito às suas contratações de bens e serviços.

II. A contratação direta de serviços técnicos especializados por empresas públicas e sociedades de economia mista não prescinde da natureza singular do objeto contratado.

III. As licitações promovidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar operações em que se caracteriza sobrepreço ou superfaturamento.

IV. Como regra geral, o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso.

Estão corretas as afirmações

A) I e II, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

2. 2018/CESPE/PGE-PE/ Procurador do Estado

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.

b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.

c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.

d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.

e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

3. 2018/FUNDEP/TCE-MG/Auditor

Analise as afirmativas seguintes, relativas ao regime jurídico das licitações das empresas públicas e sociedades de

economia mista, conforme a Lei Nº 13.303/2016.

I. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista na compra e venda de bens que produzam ou comercializem.

II. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto na Lei Nº 13.303/2016.

III. Quanto aos critérios de julgamento nas licitações, poderão ser utilizados, entre outros, os de maior desconto, maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.

Está(ão) **correta(s)** a(s) afirmativa(s):

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

---

4. 2018/CESPE/TCE-PB/Auditor de Contas Públicas

Na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, segundo a Lei n.º 13.303/2016, entende-se como empreitada por

a) preço global aquela que envolve o desenvolvimento do projeto executivo para a entrega final do objeto, sem prévia estipulação do preço total.

b) preço global aquela que envolve empreendimento em sua integralidade, por preço certo de unidades determinadas, com todas as etapas de obras sob inteira responsabilidade da contratada.

c) preço global aquela que envolve todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, na qual o preço é incerto.

d) preço unitário aquela destinada a pequenos trabalhos por preço certo e global, com fornecimento de material.

e) preço unitário aquela contratação por preço certo de unidades determinadas.

---

5. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Administrador

A contratação direta será feita, nos termos da Lei n° 13.303/2016, quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de contratação de profissionais ou empresas de notória especialização no seguinte serviço técnico especializado:

a) publicidade institucional

b) divulgação de serviços

c) manutenção predial

d) restauração de bens de valor histórico

e) execução de obras vultosas

---

6. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico de Adm. e Controle

De acordo com a Lei nº 13.303/2016, é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista em algumas circunstâncias. Por exemplo, na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual,

desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato.

Nos termos da Lei, a manutenção das mesmas condições acima mencionadas inclui o

a) período

b) objetivo

c) termo

d) preço

e) final

---

7. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Engenheiro de Produção

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, as licitações realizadas e os contratos celebrados destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de

a) tratamento compensatório

b) manutenção da coisa

c) qualidade do material

d) vida do objeto

e) custo do bem

---

8. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico de Adm. e Controle Jr.

A Seção 5, Capítulo I da Lei 13.303/2016 legisla sobre o seguinte tópico:

a) Do Procedimento de Licitação

b) Das Normas Específicas para Alienação de Bens

c) Das Normas Específicas para Aquisição de Bens

d) Das Normas Específicas para Obras e Serviços

e) Dos Procedimentos Auxiliares das Licitações

---

9. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Administrador

Um profissional com notória especialização vem a ser contactado sobre a prestação de serviço para uma sociedade de economia mista.

Nesse caso, de acordo com a Lei n° 13.303 de 30/06/2016, sua contratação será

a) licitada

b) eventual

c) temporária

d) direta

e) proporcional

---

10. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Administrador

Um administrador exerce atividade de assessoria parlamentar no Congresso Nacional. Ele tem como tarefa designada fazer pesquisa sobre aquisição de bens e serviços das sociedades de economia mista.

Ao debruçar-se sobre a Lei n° 13.303 de 30/06/2016, verifica que será dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até

a) R$ 10.000,00

b) R$ 20.000,00

c) R$ 40.000,00

d) R$ 80.000,00

e) R$ 100.000,00

11. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Economista

Nos termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente, são consideradas

a) acordos contratuais

b) negociações bilaterais

c) oportunidades de negócio

d) vinculações sociais

e) alternativas empresariais

12. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Economista

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, ocorrerá a dispensa de licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo

a) indicação do vendedor

b) tabela de preços oficial

c) critérios definidos pelo Conselho de Engenharia

d) valiação prévia

e) índices imobiliários oficiais

13. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Engenheiro de Produção

Nos termos da Lei n° 13.303/2016, nas licitações e contratos de que trata essa Lei, serão observadas algumas diretrizes, dentre as quais a avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação

a) civil

b) urbanística

c) penal

d) processual

e) privada

14. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de, entre outros requisitos, desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização e aparelhamento, permita inferir que o seu trabalho é essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, deve ser considerado como sendo de

a) alto conceito

b) concorrência inadmissível

c) capacidade extraordinária

d) habilidade especial

e) notória especialização

15. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, no caso de julgamento por melhor técnica, será incluído no instrumento convocatório o valor do

a) prêmio

b) desconto

c) sorteio

d) edital

e) estimado

---

16. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

Nos termos da Lei n° 13.303/2016, as demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico

a) criptografado

b) inteligente

c) especial

d) dimensionável

e) editável

---

17. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Analise a situação a seguir.

Determinada empresa pública estadual celebra contrato com pessoa jurídica de direito privado para prestação de serviços, segundo o regime do estatuto jurídico da empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

Sobre o referido contrato, é **incorreto** afirmar:

a) Será necessariamente celebrado por prazo determinado.

b) Qualquer interessado poderá ter conhecimento dos seus termos e obter cópia de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento de custos.

c) Poderá ser exigida a prestação de garantia para assegurar a execução do seu objeto.

d) Será regido pelo disposto em suas cláusulas, no mencionado estatuto, e pelos preceitos do direito público.

---

18. 2017/TRF-2ª. REGIÃO/TRF-2ª. REGIÃO /Juiz Federal

O Estatuto Jurídico das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias foi instituído com a Lei n° 13.303, de 30.06.16. Marque a opção correta:

a) Depende de lei específica a constituição da empresa pública ou de sociedade de economia mista. A lei, desde que presente justificativa plausível, pode delegar ao Executivo a definição do relevante interesse coletivo que justifica a criação do ente e, em tal caso, o fará de modo claro e transparente.

b) É vedada a participação das entidades da administração indireta no capital das empresas públicas.

c) A Lei n° 13.303 traz forte preocupação com a governança corporativa e impõe que o Conselho de Administração seja integralmente compostos por membros independentes.

d) Os membros do Conselho de Administração e os diretores são administradores e submetem-se às normas da Lei n° 6.404/76 (Lei das S.A.).

e) As empresas públicas e sociedades de economia mista não estão submetidas à disciplina da Lei de Falências e nem às normas da Comissão de Valores Mobiliários.

---

19. 2017/BANPARÁ/BANPARÁ/Advogado

Acerca do regime instituído pela Lei Federal 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), é CORRETO afirmar que:

a) As sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários, por sujeitarem-se ao regime informacional estabelecido por essa autarquia, não estão sujeitas ao regime geral de obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal 13.303/2016.

b) Apesar de seu rigor, a Lei Federal 13.303/2016 não garante a participação, no Conselho de Administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários, ficando tal participação condicionada à forma como disporá os respectivos Estatutos Sociais de tais pessoas jurídicas.

c) O Estatuto Social da sociedade de economia mista poderá admitir o uso da arbitragem para solucionar as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.

d) A Lei Federal 13.303/2016, preocupada com a competitividade nos certames licitatórios, determina que o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista sempre deverá ser sigiloso.

---

20. 2017/FUNDATEC/BRDE/Analista de Projetos-Econômico-Financeira

A Lei nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o Art. 17, define que os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento. É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

I. De representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo.

II. De pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

III. De pessoa que exerça cargo em organização sindical.

IV. De pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 5 (cinco) anos antes da data de nomeação.

V. De pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade.

VI. De pessoal que tenha trabalhado nos últimos 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior.

Quais estão corretas?

a) Apenas IV, V e VI.

b) Apenas I, II, III e V.

c) Apenas I, III, IV e VI.

d) Apenas I, III, V e VI.

e) Apenas III, IV, V e VI.

---

21. 2017/BANPARÁ/BANPARÁ/Advogado

Quanto à disciplina legal das sociedades de economia mista e empresas públicas estatais é CORRETO afirmar:

a) Quando a empresa estatal não detém o controle de outra sociedade empresária, fica desonerada de adotar quaisquer critérios de governança em razão do poder de controle ser exercido por terceiros.

b) A empresa estatal pode participar de outra sociedade empresária independentemente de autorização legislativa quando o objeto for relacionado a meras operações de tesouraria.

c) As sociedades de propósito específico, exatamente em razão de sua finalidade, são reguladas exclusivamente pelo direito privado, ainda que controladas por empresa estatal.

d) O atual regime das estatais proíbe que outras pessoas de Direito Público Interno participem do capital de sociedade controlada por Estado Membro em razão do princípio da exclusividade de fundação.

---

22. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Auditor

Nos termos da Lei no 13.303/2016, o edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas

a) Industriais (ABNI)

b) Comerciais (ABNC)

c) Formais (ABNF)

d) Técnicas (ABNT)

e) Metrológicas (ABNM).

---

23. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analistas de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, nos termos definidos no art. 83, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas

a) desabilitadas

b) expulsas

c) inidôneas

d) extintas

e) proibidas

---

24. 2018/CS-UFG/SANEAGO/Advogado

De acordo com a Lei n. 13.303/2016, que estabelece disposições aplicáveis às empresas públicas e sociedade de economia mista, uma das condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário é:

a) ter sido nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o comitê diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controlo comum, direta ou indireta, devido à experiência profissional.

b) ter passado no concurso de empresa pública há pelo menos três anos, ter notável saber jurídico. Não ser parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de gerente e diretor de empresa pública ou autarquia federal.

c) não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de gerente ou supervisor de empresa pública ou sociedade de economia mista.

d) ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, exigência a ser cumprida pelo menos por um membro.

---

25. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Determinada sociedade de economia mista municipal, cujo objeto é a prestação de serviços de informática e processamento de dados a órgãos da administração direta e indireta do município e a particulares em geral, celebra contrato de compra de bem imóvel destinado à ampliação de um prédio onde se localiza a sede da empresa. A escolha do imóvel, adquirido por preço de mercado, foi condicionada por sua localização e demais características. A aquisição foi feita de forma direta, sem realização de licitação.

Considerada a disciplina do estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, pode-se afirmar que a referida contratação direta:

a) é correta em face da caracterização de expressa situação legal de inviabilidade de licitação.

b) é correta em face da configuração de circunstância que torna dispensável a licitação.

c) é incorreta porque a aquisição de bem imóvel só pode ocorrer mediante licitação.

d) é incorreta porque a contratação deveria ter sido feita pelo município, único titular do domínio patrimonial público.

---

26. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Segundo a disciplina legal aplicável, a alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista depende, em regra, de avaliação formal do bem e da realização de licitação, ressalvada esta última na hipótese de:

a) alienação de bem de valor inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

b) comercialização de produto especificamente relacionado como o objeto social da empresa pública ou sociedade de economia mista.

c) venda de bens considerados inservíveis ou sem utilização previsível pela empresa pública ou sociedade de economia mista.

d) alienação e bem imóvel.

---

27. 2018/CESPE/EMAP/Analista-Área Jurídica

Acerca de licitações e contratos a serem celebrados por empresas públicas, julgue o item a seguir.

Os contratos regidos por lei que disponha sobre o estatuto jurídico das empresas públicas poderão ser alterados por acordo entre as partes bem como unilateralmente pela administração.

( ) Certo ( ) Errado

---

28. 2018/CESPE/EMAP/Analista-Área Jurídica

Acerca de licitações e contratos a serem celebrados por empresas públicas, julgue o item a seguir.

A empresa pública prestadora de serviço público poderá dispensar a garantia contratual.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Empreitada por preço unitário é o regime característico na contratação de profissional autônomo para realizar serviço técnico comum de obras de engenharia de curta duração.

( ) Certo ( ) Errado

---

30. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

A contratação de empresa advocatícia para a defesa de causa judicial de empresa pública deve ser sempre decorrente de licitação.

( ) Certo ( ) Errado

---

31. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

Se a variação de custos de obras de engenharia na região Nordeste for maior que no restante do país, então ao conselho de administração de uma empresa pública estabelecida no Maranhão será permitido alterar o limite de R$ 100.000 definido em lei para a dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia.

( ) Certo ( ) Errado

---

32. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Elaborador de projeto básico de licitação para obras e serviços de engenharia está proibido de participar da respectiva licitação.

( ) Certo ( ) Errado

---

33. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Situação hipotética: Os motores modelo PLUS são produzidos pela marca X e comercializados por vários fornecedores. Esses motores são os únicos capazes de comportar a movimentação dos guinchos da empresa licitante. **Assertiva**: Nessa situação, embora existam outros tipos de motores no mercado, as especificações de marca e modelo poderão estar contidas no edital para a aquisição de motores.

( ) Certo ( ) Errado

---

34. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Empresa pública licitante deve dar publicidade dos bens adquiridos, dos preços unitários, da quantidade e do valor de cada aquisição, resguardando informações a respeito do fornecedor, se assim for por ele requerido.

( ) Certo ( ) Errado

---

35. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

Situação hipotética: Um empregado da empresa pública X é sócio da empresa Y, que deseja participar de processo licitatório da empresa X. O referido empregado é detentor de 2.500 cotas do capital social da empresa Y, que possui 50.000 quotas iguais de capital social.

Assertiva: Nesse caso, a empresa Y estará impedida de participar do referido processo licitatório.

( ) Certo ( ) Errado

1.2 Agentes Públicos

1. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Sobre o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública, é correto afirmar:

A) É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame.

B) O servidor que tenha tomado posse no cargo em decorrência de medida liminar posteriormente revogada tem direito a permanecer no cargo com fundamento na "teoria do fato consumado" e no princípio da proteção da confiança legítima, caso decorridos mais de cinco anos desde a posse.

C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas indicado no edital tem direito subjetivo a ser nomeado, ainda que, após a publicação do edital, aconteça um fato superveniente não previsto pela Administração Pública.

D) O servidor desligado da Administração Pública em caso de nulidade na contratação temporária faz jus à percepção da remuneração pelo período efetivamente trabalhado, mas não a verbas de natureza trabalhista, tais como FGTS, aviso prévio e seguro desemprego.

---

2. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não é obrigada a realizar concurso público para admitir seus empregados.

PORQUE

II. A OAB é uma autarquia sui generis vinculada à administração pública indireta.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira.

---

3. 2019/IADES/AL-GO/Procurador

Como decorrência do regime jurídico-administrativo que é próprio aos agentes públicos, várias instâncias de responsabilidade lhes são impostas, justificando-se, assim, o estudo do tema na doutrina e na jurisprudência. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), foi firmado entendimento de que a responsabilidade por crimes dos agentes políticos e dos agentes públicos em geral é a mesma, sob pena de ferimento das garantias penais previstas constitucionalmente.

b) Ao interpretar a previsão constitucional de que a lei estabelecerá os prazos de

prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, o STF firmou entendimento de que é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

c) Recente alteração na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro fez constar que o agente público responderá pessoalmente pelas respectivas decisões ou opiniões técnicas somente em caso de dolo ou fraude.

d) Em julgamento recente, o STF entendeu serem imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) O rol de todas as sanções administrativo-disciplinares, em face da autonomia político-administrativa dos entes públicos, é de competência livre da criação estatutário-legislativa de cada ente.

---

4. 2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito

Se os servidores estatutários de uma autarquia ambiental deflagrarem greve e pararem de trabalhar,

a) a greve será, de pronto, ilegal, visto que ainda não foi editada lei que regulamente a greve no serviço público.

b) a greve poderá ser considerada legal se o Estado der causa à deflagração, assim como ocorreria no caso de servidores policiais civis.

c) a administração pública poderá agir discricionariamente para escolher se desconta da remuneração dos servidores os dias parados.

d) a greve poderá ser declarada legal, porém a administração pública deverá, em regra, descontar da remuneração dos servidores os dias parados.

e) a administração pública será obrigada, caso haja requerimento de sindicato ou associação, a promover uma compensação pelas horas não trabalhadas, evitando o desconto na remuneração dos servidores.

---

5. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

José ingressou como servidor do Município "X" em 1980, sem concurso público e pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. No prazo adequado, e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o estatuto dos servidores públicos daquele ente federado, passando ele a ser servidor público estatutário, até sua exoneração.

Observado isso, é correto afirmar:

a) Como há dois períodos baseados em regimes diversos, prevalece aquele ocorrido por último, o que determina a competência da Justiça comum.

b) Como se trata de servidor público municipal, mesmo em relação aos pedidos formulados com base no regime celetista, a competência para julgamento é da justiça comum estadual.

c) A discussão a respeito da competência para conhecer os pedidos, tanto aqueles decorrentes do regime celetista, como aqueles decorrentes do regime estatutário, envolve competência em

razão da matéria, a qual é relativa e não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

d) Como o servidor público, no caso, foi admitido sem concurso público, não há qualquer possibilidade de se acolherem pedidos formulados com base no regime estatutário, motivo pelo qual somente poderá pleitear perante a justiça do trabalho.

e) O pedido referente às verbas trabalhistas, formulado com base na Consolidação das Leis do Trabalho, é de competência da Justiça do Trabalho. Os pedidos formulados com base na relação estatutária são de competência da justiça comum estadual.

---

6. 2018/COMPERVE/TJ-RN/Juiz Leigo

Milena, deputada estadual, deseja nomear a sua prima Helena para um cargo em comissão na assembleia legislativa. Helena é jurista exemplar, possui doutorado na área de produção de legislação e atuaria como assessora de produção de leis da deputada. Ocorre, contudo, que Milena não sabe se pode nomear a prima para tal cargo ou se isso implica em violar a súmula vinculante n. 13. De acordo com o conteúdo da súmula mencionada, a nomeação de Helena

a) não configura caso de nepotismo, podendo ela ser nomeada para o cargo, sendo muito positivo que possua habilidade técnica específica ligada à área.

b) configura caso de nepotismo quando inexistente habilitação técnica específica para o exercício da função, o que não corre no caso, já que Helena possui doutorado na área.

c) não configura caso de nepotismo, pois ela é parente em terceiro grau de Milena, o que faz absolutamente legítima a sua nomeação.

d) configura caso claro de nepotismo e é inadmissível, independentemente da capacitação jurídica especializada que Helena possui.

---

7. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.

b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.

c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.

d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.

e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada

por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

---

8. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.

b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.

c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.

d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.

e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

---

9. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A remuneração do servidor público é a soma dos vencimentos do cargo e de vantagens pecuniárias. Com relação ao regime remuneratório dos servidores públicos é correto afirmar que:

a) a garantia da irredutibilidade dos vencimentos não veda a redução de parcelas que compõem a remuneração ou mesmo a alteração no modo de cálculo de gratificações e outras vantagens, desde que preservado o valor da remuneração total.

b) a isonomia remuneratória prevista na Constituição Federal garante paridade entre os cargos de igual atribuição ou assemelhados no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

c) em caso de acordo é possível a fixação de vencimento de servidor por meio de Convenção Coletiva desde que homologado judicialmente.

d) a fixação de subsídios dos Membros do Legislativo, bem como Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado ocorre por meio de Lei de competência exclusiva do Congresso, sancionada pelo Presidente da República.

e) os pensionistas de servidor público falecido já aposentado, terão suas pensões regidas pela Lei vigente por ocasião da aposentadoria do servidor falecido.

---

10. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A prova de aptidão física em concursos públicos pode acarretar situações a serem

dirimidas no edital. Nesse sentido, sobre essa modalidade de prova é correto afirmar que:

a) a proteção constitucional à maternidade e à gestante autoriza o tratamento diferenciado à candidata gestante, com designação de outra data para a realização do teste de aptidão física, especialmente se comprovado que a realização da prova na condição em que se encontra pode prejudicar a saúde do feto.

b) comprovado que o impedimento de realização da prova na data designada deu-se em razão de mudança na situação de saúde do candidato (ex. fraturas, cirurgia, doenças) é possível a designação de nova data para a realização da prova de aptidão física.

c) o STF, no julgamento do RE n. 630733, alterou seu entendimento para consignar que não viola o princípio da isonomia a remarcação de teste de aptidão física em virtude de impedimento de caráter pessoal relacionado ao candidato.

d) importa em privilégio às candidatas grávidas, em detrimento dos demais e, portanto, viola o princípio da isonomia nos certames públicos, a designação de nova data para a realização do teste físico.

e) o edital é a lei do concurso, de forma que se a candidata não comparecer na data da realização do teste, mesmo por estar na condição de gestante e ter comprovado que a realização do teste expõe à saúde do feto, estará automaticamente eliminada, conforme previsão expressa nos editais.

---

11. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Em relação aos agentes públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. À Administração Pública não é possível aplicar aos servidores a pena de demissão em processo disciplinar, se ainda em curso a ação penal a que responde pelo mesmo fato.

II. O STF firmou a tese de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da CF/88, não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no FGTS.

III. A estabilidade compreende a garantia constitucional do servidor público estatutário nomeado em virtude de concurso público, de permanecer no serviço público após o período de 3 (três) anos de efetivo exercício, enquanto a efetividade representa situação jurídica que qualifica a titularização de cargos efetivos, para distinguir-se da que é relativa aos ocupantes de cargo em comissão.

IV. Os notários e os registradores são titulares de cargo público efetivo, exercem atividade estatal e, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são considerados servidores públicos, independentemente do tempo de serviço.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II, III e IV.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

---

12. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público. Várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.

É CORRETO afirmar que recondução é o/a

a) ato administrativo que materializa o provimento originário.

b) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.

c) retorno do servidor que tenha estabilidade ao cargo que ocupava anteriormente, por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

d) forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

---

13. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.

b) Os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista não fazem jus à estabilidade prevista para os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, mas sua dispensa deve ser motivada.

c) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

d) É vedado que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava.

---

14. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

Acerca do regime constitucional-administrativo da Advocacia Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aos Procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias.

b) Os Procuradores dos Estados são organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos.

c) É facultativa a participação da Ordem dos Advogados do Brasil nas fases de concurso para preenchimento do cargo de Procurador do Estado.

d) Os Procuradores dos Estados exercerão a representação judicial das respectivas unidades federadas.

---

15. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

O regime constitucional das aposentadorias dos servidores públicos sofreu alterações consideráveis ao final da década de 1990 e início de 2000, visando a alcançar o necessário equilíbrio econômico e atuarial dos regimes públicos de previdência. A esse respeito, avalie as alternativas a seguir e identifique a afirmação correta.

a) É autorizada de forma geral a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos.

b) Ao contrário dos empregados da iniciativa privada, os servidores públicos não possuem idade máxima para a aposentadoria compulsória, podendo permanecer no serviço público indefinidamente.

c) As reformas da década de 1990 e 2000 não alteraram o direito à integralidade e à paridade a que ainda gozam os servidores públicos federais, estaduais e municipais.

d) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

e) A lei poderá estabelecer, para fins de aposentadoria, a contagem fictícia de tempo de contribuição.

---

16. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

Acerca da estabilidade no serviço público, é correto afirmar:

a) o servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial pendente de recurso.

b) o servidor estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

c) são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em vacância, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

e) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a realização de teste de integridade pelo servidor.

---

17. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

É obrigatória a aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos e empregos públicos efetivos. Trata-se da realização do princípio da igualdade de acesso ao serviço público. Com base nesse enunciado, indique a afirmação CORRETA:

a) Limites de idade, sexo, altura e capacitação profissional devem ser estabelecidos em regulamento do concurso e não apenas no edital.

b) Para que o candidato possa fazer jus às vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas precisam necessariamente causar dificuldades no desempenho das funções do cargo disputado, em função da aplicação do princípio da congruência.

c) O princípio da igualdade de gênero impede que o edital de concurso público preveja a participação apenas de concorrentes de determinado sexo.

d) Conflita com o princípio da razoabilidade a eleição, como critério de desempate, do desempenho profissional anterior, relacionado com a titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso.

---

18. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Diretoria de Recursos Humanos de uma empresa pública, em procedimento regular de controle de pessoal, constatou que um empregado público, aprovado em concurso seletivo ocorrido em 2014 e integrante de seu quadro de pessoal desde aquele ano, a partir de janeiro de 2018 apresenta desempenho insuficiente. Propôs, então, ao Diretor Presidente da empresa, a dispensa desse empregado. A autoridade máxima da entidade, em dúvida quanto à providência correta a ser adotada, consultou o procurador jurídico que, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, orientou o consulente a

a) demitir o empregado público, expondo as razões de fato e de direito que fundamentam sua decisão.

b) determinar a instauração de processo administrativo disciplinar a fim de apurar a prática de infração disciplinar apenada, nos termos do estatuto da entidade, com demissão, nomeando comissão processante.

c) determinar apuração da prática de procedimento irregular de natureza grave, o que poderá ser feito por procedimento simplificado, respeitado o regulamento interno da empresa, porque o ocupante de emprego público há mais de três anos goza de estabilidade, nos termos do artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

d) exonerar o empregado público cuja avaliação de desempenho tenha sido insuficiente, vez que a exoneração em estágio probatório não constitui sanção disciplinar.

e) determinar, nos termos do artigo 41, § 4°, da Constituição Federal, a instauração de comissão multidisciplinar para realização de avaliação especial de desempenho, cujo relatório final terá efeito vinculante para a autoridade máxima da empresa.

---

19. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se

a) ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.

b) ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.

c) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.

d) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.

e) ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

---

20. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Os particulares em colaboração com o Poder Público são as pessoas físicas

a) que concorrem para o direcionamento dos fins da ação do Estado mediante a fixação de metas, diretrizes ou planos que pressupõem decisões governamentais.

b) contratadas por tempo determinado para atenderem as necessidades temporárias de excepcional interesse público, exercendo função de regime jurídico especial, fixado em lei por cada unidade da federação.

c) sujeitas a regime contratual pautado na legislação trabalhista, submetendo-se às normas constitucionais referentes à investidura e à proibição de acumulação de empregos e vencimentos.

d) que exercem função pública, em seu próprio nome, sem vínculo empregatício, porém sob fiscalização do Poder Público, podendo receber remuneração paga por terceiros.

e) que ocupam cargos públicos efetivos ou em comissão, sujeitos ao regime estatutário fixado em lei, podendo adquirir estabilidade, recebendo remuneração paga pela Administração Pública.

---

21. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável, como tal prevista na Constituição Federal:

a) mediante instauração de sindicância administrativa.

b) em virtude da instauração de inquérito policial.

c) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

d) em virtude da instauração de inquérito civil.

---

22. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Antônio Joaquim foi aprovado em concurso público e, nomeado para cargo efetivo, iniciou exercício em 12 de janeiro de 2015. Um ano depois, sem ter sido exonerado do cargo efetivo, iniciou exercício de cargo em comissão no âmbito do órgão em que está lotado, situação que se mantém até os dias de hoje. Ultrapassados três anos desde que iniciou o exercício do cargo efetivo, a Administração ainda não concluiu sua avaliação de desempenho. Nesse cenário, é possível afirmar:

a) somente depois de concluída a avaliação de desempenho pela chefia

imediata de Antônio Joaquim, o servidor poderá ser considerado estável.

b) assim que adquirir a estabilidade no cargo, Antônio Joaquim somente poderá perder o cargo efetivo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

c) decorridos três anos de efetivo exercício, Antônio Joaquim tornou-se automaticamente estável.

d) a nomeação de Antônio Joaquim para exercer cargo em comissão é regular.

e) enquanto não concluído o estágio probatório, Antônio Joaquim poderá ser exonerado de ofício, sem oportunidade de defesa, porque a exoneração não constitui penalidade disciplinar.

---

23. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Com a notícia de que determinado servidor titular de cargo efetivo solicitara vantagem indevida em razão de sua função, a Administração Pública instaurou apuração preliminar com o fito de colher elementos acerca da autoria e da materialidade de eventual falta funcional. Antes mesmo de a apuração preliminar ser concluída, sentença penal que condenou o servidor pelo crime de corrupção passiva, sem declaração de perda do cargo, alcançou o trânsito em julgado. Diante disso, é possível afirmar que a condenação na esfera criminal:

a) repercutirá no âmbito disciplinar, mas a aplicação de pena funcional depende da prévia instauração de procedimento administrativo disciplinar em que seja apurado o ilícito e garantida ampla defesa ao servidor.

b) não repercutirá na seara administrativa se não houver determinação expressa nesse sentido no corpo do julgado. No silêncio da decisão judicial, a apuração preliminar deve seguir seu curso normal e, na hipótese de instauração de processo administrativo disciplinar, a autoridade administrativa poderá, inclusive, concluir pela não caracterização do ilícito funcional.

c) implica reconhecimento automático da prática de infração disciplinar e, nesse caso, o princípio da economia processual autoriza que a condenação administrativa se dê no bojo da apuração preliminar, desde que assegurada ampla defesa.

d) não repercute na esfera administrativa, de modo que a apuração preliminar deve seguir seu curso normal e, na hipótese de instauração de processo administrativo disciplinar, a autoridade administrativa poderá, motivadamente, concluir pela não caracterização da falta funcional e absolver o servidor.

e) repercute imediata e automaticamente no âmbito disciplinar, de forma que a autoridade administrativa deverá declarar a perda do cargo público e reconhecer a caracterização da falta funcional.

---

24. 2018/FUNDATEC/AL-RS/Procurador

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que:

a) O servidor público detentor de cargo em comissão poderá tornar-se estável no serviço público.

b) O servidor público efetivo será estável após o ato de nomeação.

c) O servidor público estável, por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possui as garantias de efetividade.

d) O servidor público efetivo está sujeito às regras de disponibilidade.

e) O artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias abrange os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

---

25. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

De acordo com a Constituição Federal, a respeito dos agentes públicos, é correto afirmar que,

a) é vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) somente os empregados públicos previamente aprovados em concurso público podem adquirir estabilidade após o período de três anos de efetivo exercício.
c) os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros, exceto cargo de professor ou pesquisador junto a instituição de ensino

d) é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois empregos em empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, observado, em qualquer caso, o limite máximo de remuneração no setor público.

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

---

26. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Estevão Artacho, candidato em concurso público para a carreira policial, foi considerado inapto por exame médico oficial, realizado em 24 de março de 2017, pela constatação de que sofria de sopro no coração, isto é, uma alteração nas válvulas coronárias. Por essa razão, não pôde tomar posse na data marcada para a investidura dos candidatos, 11 de abril de 2017. Inconformado, Estevão ajuizou ação ordinária, questionando o ato administrativo que o considerou inapto e pleiteou, a título de indenização, o valor correspondente aos vencimentos do cargo, computados desde a data fixada para a posse. Citada a Fazenda Estadual e contestada a pretensão, determinou-se realização de prova pericial, que constatou, por meio de exames mais detalhados, que se tratava de variedade benigna da anomalia, não impeditiva do exercício da função pública. O juiz prolatou sentença de procedência, no tocante ao pedido de empossamento no cargo público. No tocante à pretensão relativa à indenização, a sentença seguiu a jurisprudência dominante do STF, que dispõe que

a) não é devida indenização, salvo em situação de flagrante arbitrariedade do ato que impediu a posse.

b) a indenização é devida, computada desde a data em que deveria ter ocorrido a posse.

c) tal pretensão deve ser deduzida em ação própria.

d) a indenização é devida, computada desde a data do ajuizamento da ação.

e) a indenização é devida, computada desde a data da citação da Fazenda Pública.

---

27. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando a jurisprudência do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Ao chefe do Poder Executivo cabe o corte do ponto dos servidores grevistas, com o respectivo desconto nos seus vencimentos, independentemente da motivação do movimento

( ) Certo ( ) Errado

---

28. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando a jurisprudência do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Os servidores públicos, sejam eles civis ou militares, possuem direito a greve.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2018/IBFC/ CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador Jurídico

Ao agente público integrante da administração direta, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras, a seguinte diretriz constitucional:

a) investido no mandato de Prefeito, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, podendo optar pela sua remuneração.

b) cuidando-se de mandato eletivo estadual, poderá acumular eventual emprego ou função.

c) investido no mandato de Prefeito, sendo compatíveis os horários, o agente político deverá receber as diárias e gratificações de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) nas situações que demandem o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço deverá ser contado para todos os fins da lei, exceção feita à promoção por antiguidade.

---

30. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador

Um técnico de enfermagem (nível médio) prestou concurso público e, tendo sido aprovado, tomou posse no cargo de enfermeiro, passando a integrar o quadro de pessoal da Administração municipal. Somente quatro anos depois da entrada em exercício do técnico, a área de recursos humanos do Município identificou que o certificado de conclusão de curso por ele apresentado por ocasião de sua posse não comprovava o preenchimento de requisito legal

essencial para investidura no cargo público de enfermeiro. Considerando que o edital do concurso público expressamente indicava como condição para posse a apresentação de certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem, a municipalidade deverá

a) cautelarmente afastar o servidor do exercício do cargo e, independentemente de processo administrativo ou judicial específico, exonerá-lo pela ausência de boa-fé.

b) de ofício, instaurar processo administrativo disciplinar com vistas à demissão do técnico de enfermagem, por ausência de aptidão técnica específica para desempenho do cargo público.

c) instaurar processo administrativo com vistas à invalidação do ato administrativo de nomeação e posse do servidor que não comprovou o preenchimento de requisito específico para investidura naquele cargo público.

d) provocar a Procuradoria Jurídica do Município para representá-la judicialmente em ação declaratória de inexistência de relação jurídica administrativa entre a municipalidade e o servidor, que não fará jus a indenização se reconhecida, em juízo, sua má-fé.

e) instaurar processo administrativo com vistas à revisão da avaliação periódica de desempenho do servidor, ao final do qual, se comprovada ausência de má-fé e desempenho excepcional pelo servidor, poderá ser fundamentadamente convalidado o ato administrativo de sua nomeação e posse.

---

31. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre o tema Agentes Públicos,

a) é aplicável a regra da aposentadoria compulsória por idade também aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

b) o desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, depende de prévia autorização dele ou de prévio procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e contraditório, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

c) é inconstitucional a "cláusula de barreira" inserida em edital de concurso público, segundo o Supremo Tribunal Federal.

d) a extinção da punibilidade pela prescrição de determinada infração administrativa será registrada nos assentamentos funcionais apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

e) os institutos da estabilidade e do estágio probatório, após alteração promovida pela Emenda Constitucional n° 19/1998, estão desvinculados, tendo em vista a possibilidade de prorrogação do estágio probatório.

---

32. 2017/FCC/DPE-SC/Defensor Público

No tema da remuneração dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, pela via dos RE 602.043 e RE 612.975, decidiu que

a) a acumulação de cargos, desde que estes sejam remunerados, isoladamente, em valor superior ao teto constitucional, permite ao servidor escolher a remuneração que lhe apetece.

b) nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

c) ainda que se trate de vínculos provenientes de diferentes entes federados a incidência do teto será calculada de maneira única.

d) o teto constitucional é aplicável a todos os servidores públicos, sendo indiferente a acumulação ou não de cargos, empregos ou funções.

e) somente com autorização judicial é possível a acumulação de vencimentos, hipótese em que haverá a incidência do teto constitucional de maneira global, ou seja, cada indivíduo está submetido ao teto.

---

33. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É possível a instauração de procedimento administrativo disciplinar com base em denúncia anônima

( ) Certo ( ) Errado

---

34. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

a) A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.

b) Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.

c) Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.

d) O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.

e) A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.

---

35. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.

b) A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.

c) Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.

d) Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.

e) Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

---

36. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

De acordo com o atual panorama interpretativo verificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar sobre o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas disciplinado pelo certame de que participou:

a) O cadastro reserva revela-se por si como medida inidônea para o aproveitamento dos candidatos aprovados durante a validade do concurso.

b) Os aprovados dentro do cadastro reserva não têm expectativa de direito à nomeação, muito menos direito subjetivo a serem chamados para o preenchimento da vaga.

c) Incumbe à Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade exercido de forma livre, avaliar a conveniência e a oportunidade de novas convocações durante a validade do certame.

d) O direito subjetivo à nomeação do candidato surge, dentre outras hipóteses, quando, ao surgirem novas vagas ou ao ser aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, ocorre a preterição de candidatos de forma justificada e motivada por parte da Administração.

e) Demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, não pode a Administração deixar transcorrer o prazo de validade a seu bel prazer para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido.

---

37. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à acumulação de cargos públicos.

a) O teto remuneratório é aplicável ao conjunto das remunerações ou ao somatório dos ganhos percebidos de forma cumulativa.

b) A proibição constitucional de acumular estende-se apenas a empregos e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.

c) Há vedação legal no ordenamento jurídico vigente quanto à acumulação de cargos públicos em entidades ou órgãos situados em unidades distintas da Federação.

d) A existência de norma jurídica que estipula limitação de jornada semanal dos cargos a serem acumulados constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista na Constituição.

e) Nos casos de acumulação autorizados pelo texto constitucional, deve-se levar em conta, para a aplicação do teto remuneratório, separadamente cada um dos vínculos formalizados.

---

38. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE /Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Em razão de incorporações legais, determinado empregado público recebe uma remuneração que se aproxima do teto salarial constitucional. Nessa situação, conforme o entendimento do STF, a remuneração do servidor poderá ser superior ao teto constitucional se ele receber uma gratificação por cargo de chefia

( ) Certo ( ) Errado

---

39. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

A respeito de agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Conforme entendimento do STF, para a concessão de licença prêmio na forma de indenização a servidor público, deverá ser considerada a remuneração bruta do servidor, sem a limitação constitucional do teto, em razão do seu caráter indenizatório.

b) Caso um ente público com participação em determinada sociedade de economia mista não aporte, para a sociedade, recursos para despesas de pessoal ou custeio em geral, será legítimo que os diretores dessa sociedade percebam remuneração além do teto constitucional.

c) Servidor público federal que ingresse no serviço público após a instituição da previdência complementar no âmbito da União deverá, obrigatoriamente, aderir ao regime de previdência privada.

d) Situação hipotética: Empregado público ingressou no quadro de servidores de determinada empresa estatal, sem concurso público, seis anos antes do advento da Constituição Federal de 1988. Assertiva: Nesse caso, ele adquiriu a estabilidade excepcional garantida por artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no entanto a efetividade no cargo só será obtida por concurso público.

e) Servidor público que tenha aderido a plano de previdência complementar administrado por entidade fechada de previdência complementar e que deseje contribuir com 10% acima do valor

estabelecido pela entidade administradora do plano somente poderá fazê-lo se a contribuição do ente público ao qual esteja vinculado for também suplementada, a fim de atender ao princípio constitucional da paridade contributiva.

1.3 Poderes Administrativos

1. 2019/FCC/DPE-SP/Defensor Público

Em relação ao poder de polícia administrativo, considere as assertivas abaixo.

I. Licença é ato administrativo discricionário e tem como característica a revogabilidade, podendo a administração, em respeito ao interesse público, cassar os efeitos do ato que a concede.

II. Autorização é ato administrativo declaratório e vinculado e, dessa forma, uma vez adimplidas as condições legais, deverá a Administração outorgá-la, não podendo, por conta de sua natureza jurídica, revogá-la posteriormente.

III. Sanção de polícia tem como característica o emprego de medidas inibitórias ou dissuasoras e tem como finalidade cessar práticas ilícitas perpetradas por particulares e por funcionários públicos, garantida a ampla defesa.

IV. O poder de polícia administrativo poderá ser delegado, mediante lei específica, a entes da Administração Indireta.

V. Sanção de polícia, quando extroversa, é imposta a todos os administrados, indistintamente, com a finalidade de inibir

condutas ilícitas ou, se ocorrida, reprimir o autor da infração.

Está correto o que se afirma APENAS em:

(A) II, III e IV.

(B) I, II e IV.

(C) II, IV e V.

(D) III, IV e V.

(E) I, III e V.

---

2. 2018/CESPE/PGM-Manaus/ Procurador Municipal

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

( ) Certo ( ) Errado

---

3. 2018/FUNDEP/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O poder disciplinar consiste no poder-dever de que dispõe a Administração Pública de punir administrativamente o servidor pelas infrações funcionais que cometer, bem como os particulares que estejam sujeitos à disciplina da Administração Pública.

b) O poder hierárquico caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos de uma mesma pessoa jurídica, dele decorrendo a atribuição de ordenar, coordenar, controlar e corrigir a atividade administrativa.

c) Decorre do poder hierárquico a atividade de controle e de fiscalização exercida pela

Administração Pública Direta sobre as entidades da Administração Pública Indireta.

d) O particular, no exercício de sua atividade privada, não está sujeito ao poder disciplinar nem ao poder hierárquico da Administração Pública. O controle que a Administração exerce sobre a atividade do particular é uma decorrência do poder de polícia.

---

4. 2018/CESPE/EBSERH/Advogado

Julgue o seguinte item, a respeito dos poderes da administração pública.

No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.

( ) Certo ( ) Errado

---

5. 2018/CESPE/EBSERH/Advogado

Julgue o seguinte item, a respeito dos poderes da administração pública.

A coercibilidade é um atributo que torna obrigatório o ato praticado no exercício do poder de polícia, independentemente da vontade do administrado.

( ) Certo ( ) Errado

---

6. 2018/CESPE/ TCM-BA/Auditor

Assinale a opção que apresenta o poder da administração pública que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

a) poder hierárquico.

b) poder de disciplinar.

c) poder de polícia.

d) poder regulamentar.

e) poder discricionário.

---

7. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.

b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.

c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.

d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.

e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

---

8. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Advogado (ADAPTADA)

O poder de polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades

individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

CAETANO, M. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Imprenta: Coimbra, Almedina, 2010. p.339.

Conforme entende o autor do trecho acima,

a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais.

b) ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

c) há exercício do Poder de Polícia na concessão inicial da licença, o mesmo não podendo ocorrer na renovação de licença para localização.

d) são de competência das portarias a prescrição de infrações e sanções administrativas, mesmo que não exista lei sobre a matéria.

e) são de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ainda que não haja previsão legal.

---

9. 2018/CESPE/SEFAZ-RS/Auditor

A respeito dos poderes administrativos, assinale a opção correta

a) O exercício do poder disciplinar não admite delegação ou avocação de atribuições.

b) O exercício do poder disciplinar pode ser observado na imposição de multas de trânsito.

c) O poder regulamentar é o poder de a administração pública editar leis em sentido estrito.

d) A possibilidade de a administração pública restringir o gozo da liberdade individual em favor do interesse da coletividade decorre do poder de polícia.

e) O poder hierárquico pode ser exercido pela União sobre uma sociedade de economia mista da qual ela seja acionista.

---

10. 2018/CS-UFG/SANEAGO/Advogado

Poder de Polícia é a faculdade que tem o Estado de limitar, condicionar o exercício dos direitos individuais, a liberdade, a propriedade, por exemplo, tendo como objetivo a instauração do bem-estar coletivo, do interesse público (Maria S. Di Pietro, 2017, p.158). Um dos atributos do Poder de Polícia é,

a) a autoexecutoriedade, que implica dizer que a Administração Pública possui a prerrogativa de decidir e executar sua decisão por seus próprios meios, sem necessidade de intervenção judicial. É a obrigatoriedade atribuída à Administração de impor diretamente as medidas ou sanções de polícia administrativa necessárias à repressão da atividade lesiva ao interesse coletivo que ela pretende coibir, independentemente de prévia autorização do Poder Legislativo.

b) a coercibilidade, que se caracteriza pela imposição coativa das medidas adotadas pela Administração, que, diante de eventuais resistências dos administrados,

pode se valer, inclusive, da força pública para garantir o seu cumprimento. Significa, pois, que todo ato de polícia administrativa é imperativo, ou seja, de cunho obrigatório.

c) a discricionariedade no exercício do poder de polícia significa que a Administração dispõe de certa liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato e da graduação das sanções aplicáveis, bem como estabelecer o motivo e o objeto, respeitados os limites legais estabelecidos.

d) a discricionariedade que se caracteriza pela dispensabilidade na realização do poder de polícia, pois se trata de ato vinculado da administração pública.

---

11. 2018/FUNDEP/TCE-MG/Auditor

Avalie a proposição (1) e a razão (2) a seguir.

1. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública tem fundamento na chamada supremacia especial,

PORQUE

2. essa supremacia confere à Administração Pública a prerrogativa de condicionar a liberdade e a propriedade das pessoas em geral, ajustando-as aos interesses públicos.

Assinale a alternativa CORRETA

a) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

b) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

c) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

d) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

e) A proposição e a razão são falsas.

---

12. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/Auditor de Controle Interno

A respeito da organização e dos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

Define-se poder vinculado da administração pública como a faculdade do gestor público de determinar condutas vinculadas à sua conveniência e oportunidade, observada a legalidade

( ) Certo ( ) Errado

---

13. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/Auditor de Controle Interno

No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.

( ) Certo ( ) Errado

---

14. 2017/IADES/CREMEB/Advogado

O poder discricionário é uma prerrogativa concedida aos agentes administrativos de eleger, dentre várias condutas possíveis, a

que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público. Entretanto, atualmente, o poder discricionário tem sofrido limitação. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

a) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado apenas administrativamente.

b) Os atos derivados do poder discricionário podem sofrer controle apenas quanto à sua constitucionalidade.

c) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado administrativa ou judicialmente.

d) Os atos derivados do poder discricionário não sofrem qualquer tipo de controle.

e) O controle dos atos derivados do poder discricionário da União deve ser realizado pelo Tribunal de Contas da União, não sendo admitido o controle pelo Poder Judiciário.

---

15. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

A estrutura hierárquica da administração pública permite a

a) delegação da competência para aplicação de sanções em sede de poder de polícia administrativa à pessoa jurídica de direito privado.

b) revisão por agente de nível hierárquico superior de ato administrativo ou processo administrativo que contiver vício de legalidade.

c) delegação de órgão superior a órgão inferior da atribuição para a edição de atos administrativos de caráter normativo.

d) delegação a órgão diverso da competência para a decisão de recurso administrativo.

e) avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

---

16. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) O poder de polícia tem como característica a discricionariedade, pelo que a Administração, ao expedir alvarás de autorização ou de licença, aprecia livremente a oportunidade e conveniência da medida.

b) A autoexecutoriedade, um dos atributos do poder de polícia, permite que a Administração ponha em execução as suas decisões sem precisar recorrer ao Poder Judiciário, independentemente de autorização legal.

c) O poder de polícia, atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, é exercido privativamente pelo Poder Executivo.

d) O poder de polícia, exercido pela polícia administrativa, não se confunde com o exercido pela polícia judiciária porque a primeira atua preventivamente e a segunda repressivamente.

e) O poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado por envolver prerrogativas próprias do poder público, insuscetíveis de serem exigidas por particular sobre o outro.

---

17. 2017/FCC/TST/Juiz do Trabalho

A respeito dos poderes da Administração pública, é correto afirmar:

a) O poder de rever atos e decisões e de decidir conflitos de competência entre subordinados são desdobramentos ou decorrências do poder disciplinar.

b) As multas decorrentes do poder de polícia devem ser executadas na via administrativa.

c) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre (i) organização e funcionamento da Administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e (ii) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

d) Em matéria de poder de polícia, suspende-se a prescrição da ação punitiva por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração pública federal.

e) É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Considere que o prefeito de São José dos Campos pretenda promover o recapeamento asfáltico, iniciando pelas ruas que dão acesso às Rodovias Estaduais, e postergar para o ano seguinte o recapeamento das ruas que dão acesso aos bairros periféricos, cujo asfalto se encontra em igual condição precária de conservação, diante da constatação de que existe maior tráfego urbano em direção às rodovias. Com relação a essa hipotética situação, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de ato vinculado, sendo ilegal a decisão tomada pelo Poder Executivo.

b) A decisão do Prefeito se caracteriza como ato discricionário, calcado nos critérios de conveniência e oportunidade.

c) O plano do Prefeito é ilegal, pois a decisão deve antes ser ratificada pelo Poder Legislativo.

d) A decisão do Prefeito não pode ser objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, nem mesmo no que tange à legalidade.

e) As obras de recapeamento asfáltico, por se caracterizarem como ato discricionário, não se submetem ao controle de legalidade.

---

19. 2017/CESPE/TCE-PE/Auditor de Contas Públicas

Com relação a agentes públicos, atos administrativos, poderes da administração pública e responsabilidade civil do Estado, julgue o item subsequente.

Ainda que a lei ofereça ao agente público mais de uma alternativa para o exercício do poder de polícia, a autoridade terá limitações quanto ao meio de ação.

( ) Certo ( ) Errado

---

20. 2017/AOCD/CODEM-PA/Advogado

O exercício da atividade administrativa, para que possa ser efetivo, necessita dos poderes que lhe são conferidos pelo ordenamento jurídico vigente. Em relação ao assunto, assinale a alternativa **INCORRETA.**

a) Apesar de o poder discricionário implicar uma liberdade à Administração Pública, este está sujeito às normas jurídicas vigentes, bem como aos interesses coletivos, o que impede seu uso abusivo.

b) Considerando que a lei nem sempre consegue atender a todos os casos, por força do poder regulamentar, é possível ser expedidos regulamentos para a fiel execução da lei.

c) Objetivando apurar e punir faltas funcionais, é atribuído à Autoridade Administrativa o poder hierárquico.

d) Ainda que seja aparentemente paradoxal, o poder de polícia constitui limitação à liberdade individual e, ao mesmo tempo, é o garantidor dessas mesmas liberdades.

e) Quando a autoridade administrativa é obrigada a tomar determinada decisão em razão de determinada circunstância, tem-se o chamado poder vinculado.

---

21. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao poder de polícia.

a) É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição de sanções administrativas previstas em lei.

b) As atribuições da guarda municipal previstas na Constituição da República são definidas em sentido exemplificativo, e não exaustivo.

c) O poder de polícia se manifesta exclusivamente por intermédio de deveres de abstenção ou obrigações de não fazer acometidas aos particulares.

d) O poder de polícia não se limita à atuação do Estado no concernente à prestação de segurança pública direcionada à coletividade.

e) Até mesmo instituições policiais podem cumular funções típicas de segurança pública com exercício de poder de polícia.

---

22. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Ao se tratar de uma conduta adotada em razão de uma lei que definiu todos os seus aspectos, está-se diante de:

a) Poder Discricionário.

b) Poder Vinculado.

c) Poder Disciplinar.

d) Poder Hierárquico.

---

23. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Sobre o exercício do poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar que tal poder

a) é exercido somente em face de servidores regidos pelas normas estatutárias, não se aplicando aos empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

b) admite a aplicação de sanções de maneira imediata, desde que tenha havido

prova inconteste da conduta ou que ela tenha sido presenciada pela autoridade superior do servidor apenado.

c) é aplicável aos particulares, sempre que estes descumpram normas regulamentares legalmente embasadas, tais como as normas ambientais, sanitárias ou de trânsito.

d) é extensível a sujeitos que tenham um vínculo de natureza especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.

e) não contempla, em seu exercício, a possibilidade de afastamentos cautelares de servidores antes que haja o prévio exercício de ampla defesa e contraditório.

---

24. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

Em relação aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

a) É juridicamente possível que o Poder Executivo, no uso do poder regulamentar, crie obrigações subsidiárias que viabilizem o cumprimento de uma obrigação legal.

b) De acordo com o STF, ao Estado é facultada a revogação de ato ilegalmente praticado, sendo prescindível o processo administrativo, mesmo que de tal ato já tenham decorrido efeitos concretos.

c) De acordo com o STF, é possível que os guardas municipais acumulem a função de poder de polícia de trânsito, ainda que fora da circunscrição do município.

d) Do poder disciplinar decorre a atribuição de revisar atos administrativos de agentes públicos pertencentes às escalas inferiores da administração.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

O exercício do poder regulamentar é privativo do chefe do Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro recebeu dezenas de reclamações de consumidores a respeito da precariedade no serviço público de fornecimento de energia elétrica em determinado bairro da Zona Oeste, consistente em constantes interrupções e quedas de energia. Tais denúncias foram encaminhadas ao PROCON Estadual que, após processo administrativo, aplicou multa à concessionária do serviço público. Em tema de poderes da Administração Pública, de acordo com a doutrina e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a providência adotada pelo PROCON está:

a) errada, eis que a sanção de multa decorre do poder normativo do órgão superior do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da ANEEL.

b) errada, eis que a sanção de multa decorre do poder regulamentar da ANEEL

em relação à transgressão dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

c) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder de polícia do órgão que integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

d) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder hierárquico do órgão que integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

e) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder disciplinar do PROCON em relação à transgressão dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

---

27. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/CÂMARA DE SANTA ROSA-RS/Procurador

O que se entende por Norma de Polícia Administrativa de Santa Rosa – RS?

a) Entende-se por norma de Polícia administrativa quando qualquer ação restritiva do Estado tem relação de direitos.

b) Entende-se por norma de Polícia Administrativa quando um poder regula a matéria ou seja todos os assuntos concernentes aos interesses da população.

c) Entende-se por norma de Polícia administrativa quando o princípio de quem pode o mais pode o menos, é um sentido amplo das leis e atos administrativos, tranquilidade e segurança pública.

d) Entende-se por norma de Polícia administrativa, o que envolve o interesse da população e o comportamento individual face a coletividade, relativamente aos costumes,à tranquilidade, à higiene Municipal e à segurança pública.

---

28. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Sobre o poder discricionário, pode-se afirmar:

a) Possui o mesmo valor que o poder arbitrário, posto que se iguala à vinculada pela maior liberdade de ação que é conferida ao administrador.

b) Relaciona-se à prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

c) Não se justifica pela impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.

d) Não se sujeita aos condicionamentos externo e interno, ou seja, pelo ordenamento jurídico e pelas exigências do bem comum e da moralidade.

e) Tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração pública.

---

29. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador

Assinale a alternativa que apresenta um poder de polícia municipal,

a) Expedição de instrução normativa.

b) Concessão de alvará de localização.

c) Demissão de servidor público em abandono de cargo.

d) Aplicação de advertência a contratado administrativo.

30. 2016/IDECAN/ CÂMARA DE ARACRUZ-ES /Procurador

Considere que, em uma escola pública do município de Aracruz/ES, um estudante tenha sido apenado com cinco dias de suspensão por desrespeito às normas de conduta escolar. Na hipótese, a sanção apresentada representa exercício do poder administrativo:

a) de polícia.

b) disciplinar.

c) normativo.

d) hierárquico.

31. 2016/FCC/SEGEP-MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual

O poder de polícia caracteriza-se como atividade da Administração pública que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades, tendo em vista finalidades de interesse público. Considere os atos ou contratos administrativos a seguir:

I. concessão de serviços públicos.

II. autorização para vendas de material de fogos de artifícios.

III. permissão de serviços públicos.

IV. concessão de licença ambiental para construção.

Caracterizam-se como manifestação do poder de polícia APENAS os constantes em

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.

1.4 Atos Administrativos

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Não há assunto mais tratado no Direito Administrativo contemporâneo do que o referente ao exercício da discricionariedade administrativa e seus limites. Vários outros temas estão coligados a esse assunto central. Sobre essa importante temática, assinale a alternativa correta.

a) Os atos administrativos discricionários podem ser anulados em caso de vício de um dos seus elementos ou convalidados em caso da presença de um legítimo motivo de interesse público justificador.

b) A legislação de cada ente federativo deve estabelecer como *numerus clausus* os atos que serão considerados atos vinculados e aqueles que serão caracterizados como atos vinculados.

c) Além dos atos administrativos, os fatos da Administração também podem ser caracterizados como discricionários.

d) É vedada a revogação de atos vinculados segundo a redação expressa da Constituição.

e) Os atos administrativos complexos não podem ser atos discricionários.

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

O desfazimento dos atos administrativos é uma tarefa corriqueira da Administração. É essencial que se mantenham respeitados os princípios da Administração Pública e as regras do ordenamento positivo, a partir da ideia de que o agente público não dispõe dos meios administrativos segundo a sua vontade. Considerando essa realidade, assinale a alternativa correta.

a) A revogação é ato administrativo que desfaz o ato anterior desde que haja a constatação de algum vício.

b) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário.

c) A Constituição Federal veda expressamente a convalidação judicial de atos administrativos.

d) Segundo a legislação regente da matéria, a convalidação é um ato administrativo que somente pode ser realizado por uma autoridade superior à autoridade que praticou o ato convalidado.

e) Em que pese os seus característicos efeitos ex tunc, a anulação de um ato administrativo pode, excepcionalmente, não acarretar efeitos retroativos plenos.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

Acerca de atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

1. A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.

2. Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência poderá ser convalidado por meio de ratificação, desde que não seja de competência exclusiva.

---

4. 2018/MPE-MS/MPE-MS/ Promotor de Justiça

Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Resoluções, instruções e portarias são atos administrativos normativos.

b) Instruções, avisos e certidões são atos administrativos ordinatórios.

c) Parecer vinculante e obrigatório possuem o mesmo significado.

d) No parecer vinculante, a manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa, não podendo a decisão do administrador colidir com a sua conclusão.

e) São espécies de ato administrativo, segundo entendimento doutrinário tradicional: normativos, ordinatórios, negociais, vinculativos e punitivos.

---

5. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Custódio Bocaiúva é Chefe de Gabinete de uma Secretaria de determinado Estado. Certo dia, em vista da ausência do Secretário Estadual, que saíra para uma reunião com o Governador, Custódio assinou o ato de nomeação de um candidato aprovado em primeiro lugar para cargo efetivo, em concurso promovido pela Secretaria Estadual. No dia seguinte, tal ato saiu publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo-se que a legislação estadual havia atribuído ao Secretário a competência de promover tal nomeação, permitindo que este a delegasse a outras autoridades hierarquicamente subordinadas, é correto concluir que o ato praticado é:

a) válido, pois havia direito subjetivo do candidato a ser nomeado para o cargo efetivo.

b) inexistente, haja vista que não reúne os mínimos elementos que permitam seu reconhecimento como ato jurídico.

c) válido, em vista da teoria do funcionário de fato, amplamente reconhecida na doutrina administrativa.

d) inválido, pois, segundo a Constituição Federal, a nomeação de servidores é atribuição exclusiva e indelegável do Chefe do Poder Executivo, regra sujeita à observância em âmbito estadual, por conta do princípio da simetria.

e) inválido, porém sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou finalidade do ato.

---

6. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

Como é cediço, o controle judicial dos atos administrativos diz respeito a aspectos de legalidade, descabendo avaliação do mérito de atos discricionários. Considere a situação hipotética: em sede de ação popular, foi proferida decisão judicial anulando o ato de fechamento de uma unidade básica de saúde, tendo em vista que restou comprovado que os motivos declinados pelo Secretário da Saúde para a prática do ato − ausência de demanda da população local − estavam em total desconformidade com a realidade. Referida decisão afigura-se.

a) legítima, apenas se comprovado desvio de finalidade na prática do ato, sendo descabido o controle judicial do motivo invocado pela autoridade prolatora.

b) legítima, com base na teoria dos motivos determinantes, não extrapolando o âmbito do controle judicial.

c) ilegítima, pois a questão diz respeito a critérios de conveniência e oportunidade, que refogem ao controle judicial.

d) ilegítima, eis que o controle judicial somente é exercido em relação a atos vinculados.

e) legítima, desde que comprovado, adicionalmente ao vício de motivo, falha em aspectos relativos à discricionariedade técnica.

---

7. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

a) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

b) A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.

c) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.

d) Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis ad nutum, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.

e) Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

---

8. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Determinado Secretário Municipal de Saúde, ao tomar posse na secretaria municipal, por estrita motivação pessoal, decide favorecer servidor partidário, lotando-o em unidade de saúde central no município. Para tanto, o citado Secretário removeu João, adversário político, para atuar na unidade de zona rural, ocupando a antiga vaga de seu partidário. Indignado com a situação, João procurou a Administração Municipal informando do caráter pessoal da modificação. Diante da comprovação de que o ato foi motivado por razões pessoais, deverá a Administração, quanto à remoção de João,

a) anular o ato, com efeito *ex nunc*, vez que conveniente à Administração.

b) declarar nulo o ato, retroagindo os efeitos à época do ato, vez que ilegal.

c) revogar o ato com eficácia *ex nunc*, vez que eivados de vício de legalidade.

d) revogar o ato com eficácia extunc, retroagindo os efeitos à época da origem do ato.

---

9. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que um agente público da Secretaria de Estado da Educação, após longo período de greve dos professores da rede pública, objetivando desincentivar novas paralisações, tenha transferido os grevistas para ministrarem aulas no período noturno em outras escolas, mais distantes. Ato contínuo, promoveu o fechamento de diversas classes do período da manhã de estabelecimento de ensino no qual estavam lotados a maioria dos docentes transferidos, justificando o ato assim praticado em uma circular aos pais dos alunos na qual afirmou ter ocorrido inesperada redução do número de docentes, decorrente da necessidade de transferência para outras unidades como forma de melhor atender à demanda da sociedade. Nesse contexto,

a) os aspectos relacionados à finalidade e motivação dos atos administrativos em questão dizem respeito ao mérito, ensejando, apenas, impugnação na esfera administrativa, com base no princípio da tutela.

b) apenas os atos de transferência dos docentes são passíveis de anulação, em face de abuso de poder, ostentado vício de motivação passível de controle administrativo e judicial.

c) descabe impugnação judicial dos atos em questão, eis que praticados no âmbito da discricionariedade legitimamente conferida à autoridade administrativa.

d) apenas o ato de fechamento de salas de aula poderá ser questionado judicialmente, com base em vício de motivação, sendo os demais legítimos no âmbito da gestão administrativa.

e) o poder judiciário poderá anular as transferências dos docentes por desvio de finalidade, bem como o fechamento das salas por vício de motivo com base na teoria dos motivos determinantes.

---

10. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta, a respeito dos atos administrativos.

a) A licença é o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.

b) A aprovação é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.

c) A homologação é a manifestação discricionária do administrador a respeito de outro ato. Pode ser prévia ou posterior.

d) A concessão é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.

e) Atestado é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

---

11. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador

Segundo o disposto na Constituição Federal, se um ato administrativo aplicar indevidamente determinada súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) poderá ser anulado por meio de recurso ordinário a ser interposto diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.

b) deverá ser impugnado por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

c) poderá ser anulado por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

d) deverá ser impugnado por meio de ação própria em primeira instância da Justiça Federal.

e) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, para dirimir a divergência sobre a aplicação corretada súmula vinculante.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A autoridade competente para a prática de um ato administrativo tem sempre, em razão de seu poder hierárquico, a possibilidade de delegação e avocação.

b) Nos atos discricionários, o Poder Judiciário não pode, em hipótese alguma, apreciar o mérito do ato, assim considerada a análise da conveniência ou oportunidade.

c) O ato administrativo, praticado por autoridade incompetente, investido irregularmente no cargo, não produz qualquer efeito.

d) A revogação dos atos administrativos é sempre possível, não havendo limites para tanto, uma vez que cabe à Administração apreciar as razões de oportunidade e conveniência.

e) No caso de ato vinculado, praticado por autoridade incompetente, a convalidação é obrigatória pela autoridade competente se estiverem presentes os requisitos para a prática do ato.

---

13. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca dos atos administrativos, do poder regulamentar e do poder de polícia, assinale a opção correta.

a) Para o STJ, as balanças de pesagem corporal oferecidas gratuitamente a clientes por farmácias são passíveis de fiscalização pelo INMETRO, a fim de preservar as relações de consumo, sendo, portanto, legítima a cobrança de taxa decorrente do poder de polícia no exercício da atividade de fiscalização.

b) Situação hipotética: Um servidor público efetivo indicado para cargo em comissão foi exonerado ad nutum sob a justificativa de haver cometido assédio moral no exercício da função. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do assédio, mas persistiu a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário. Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido por não se aplicar a teoria dos motivos determinantes.

c) Conforme o STF, o Poder Judiciário não detém competência para substituir banca examinadora de concurso público para reexaminar o conteúdo das questões e os

critérios de correção utilizados, admitindo-se, no entanto, o controle do conteúdo das provas ante os limites expressos no edital.

d) A homologação é um ato administrativo unilateral vinculado ao exame de legalidade e conveniência pela autoridade homologante, sendo o ato a ser homologado passível de alteração, em virtude do princípio da hierarquia presente no exercício da atividade administrativa.

e) Situação hipotética: Lei ordinária instituiu a criação de autarquia federal vinculada ao Ministério X, com o objetivo de atuar na fiscalização e no fomento de determinado setor. Publicada a referida lei, o ministro expediu decreto estabelecendo a estrutura organizacional e o funcionamento administrativo da nova autarquia. Assertiva: Esse caso ilustra a constitucionalidade do decreto regulamentar por delegação do presidente da República.

---

14. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Uma das características dos atos administrativos é:

a) a sujeição ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.

b) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.

c) a presunção de legitimidade.

d) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.

e) o mérito, demandando sempre avaliação subjetiva do agente público.

---

15. 2017/FCC/TST/Juiz do Trabalho

Sobre o ato administrativo, é correto afirmar:

a) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, serão convalidados pela própria Administração com efeitos ex nunc.

b) O órgão competente para decidir o recurso administrativo poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, dispensando-se a oitiva do recorrente na hipótese de reformatio in pejus.

c) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, sendo certo que, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

d) O poder de revogar atos administrativos fundamenta-se juridicamente na normal competência de agir da autoridade administrativa e tem como características nucleares a renunciabilidade, a transmissibilidade e a prescritibilidade.

e) Pode haver revogação de ato administrativo vinculado, a exemplo da licença.

---

16. 2017/FMP-CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Dentre as alternativas abaixo, conflagra-se como exemplo concreto predominante de exigibilidade de ato administrativo.

a) guinchamento de carro parado em local proibido.

b) requisição de bem móvel particular para combater evento danoso da natureza.

c) inutilização de medicamentos vencidos.

d) dispersão de manifestação pública violenta com prática de atos de vandalismo.

e) aplicação de multa e de advertência.

---

17. 2017/FCC/DPE-SC/Defensor Público

Os atos administrativos podem ser produzidos em desrespeito às normas jurídicas e, nestes casos, é correto afirmar que

a) existe, no direito brasileiro, apenas duas formas de convalidação, a ratificação e a reforma.

b) ainda que o ato tenha sido objeto de impugnação é possível falar-se em convalidação, com o objetivo de aplicar o princípio da eficiência.

c) a vícios que podem ser sanados e, nestes casos, a convalidação terá efeitos ex nunc.

d) a violação das normas jurídicas causa um vício que só pode ser corrigido com a edição de novo ato, pelo poder Judiciário.

e) é possível convalidar atos com vício no objeto, ou conteúdo, mas apenas quando se tratar de conteúdo plúrimo.

---

18. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Acerca da anulação dos atos administrativos, assinale a opção INCORRETA.

a) A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos.

b) A anulação pode também ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.

c) Como a desconformidade com a lei atinge o ato em suas origens, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.

d) Anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de legalidade.

e) A anulação do ato administrativo, quando afete interesses ou direitos de terceiros, deve ser precedida do contraditório.

---

19. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC /Procurador do Estado (ADAPTADA)

Para a configuração dos casos de nulidade de atos administrativos que traduzam lesão aos bens jurídicos tutelados pelo direito pátrio, serão observadas as seguintes normas, EXCETO

a) O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele necessariamente explícito na regra de competência.

b) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação da legislação em vigor.

c) A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada frente ao resultado obtido.

d) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

e) O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.

---

20. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Existem diversas alternativas possíveis quanto às hipóteses abstratas de extinção dos atos administrativos, EXCETO

a) o decurso do tempo.

b) a renúncia do interessado.

c) a revogação pelo Poder Judiciário.

d) a invalidação pela própria Administração.

e) o desaparecimento do pressuposto fático.

---

21. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

O motivo do ato administrativo pode ser conceituado como:

a) a normatividade jurídica que irá incidir sobre determinada situação de fato que lhe é antecedente.

b) a ocorrência no mundo fenomênico de certo pressuposto fático, relevante para o direito, que vai postular ou possibilitar a edição do ato administrativo.

c) a explicitação dos fundamentos de fato e de direito que levaram à edição do ato administrativo e sem a qual o ato é nulo.

d) o móvel ou intenção do agente ou, em outros termos, a representação psicológica que levou o administrador a agir, e que tem especial importância no plano dos atos discricionários.

---

22. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

Os atos administrativos que se destinam a dar andamento aos processos e papeis que tramitam pelas repartições públicas, preparando para a decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente, são classificados como:

a) Atos de império.

b) Atos de gestão.

c) Atos de expediente.

d) Atos normativos.

---

23. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Decreto de um governador estadual estabeleceu que determinado tema fosse regulamentado mediante portaria conjunta das secretarias estaduais A e B. Um ano depois de editada a portaria conjunta, nova portaria, editada apenas pela secretaria A, revogou a portaria inicial.

Nessa situação, considerando-se o entendimento do STJ,

I a segunda portaria não poderia gerar efeitos revocatórios.

II a revogação de ato complexo, ou seja, ato formado pela manifestação de dois ou mais órgãos, demanda a edição de ato igualmente complexo; vale dizer, formado pela manifestação dos mesmos órgãos subscritores do ato a ser revogado.

A respeito das asserções I e II, assinale a opção correta

a) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira

b) As asserções I e II são falsas.

c) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

d) acordo de cooperação, que prescinde de licitação.

---

24. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Considere a seguinte situação hipotética:

Lei Municipal é aprovada concedendo a revisão geral anual, prevista na Constituição Federal, para todos os servidores públicos do Município de Cotia. O Prefeito Municipal, no entanto, somente efetiva o aumento salarial para os servidores que são filiados ao partido político ao qual pertence. Como o ato administrativo possui vários elementos, é correto afirmar que, nesse caso hipotético, o vício desse ato recai sobre

a) a finalidade.

b) a forma.

c) o motivo.

d) o objeto.

e) a competência.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

No que tange a conceitos, requisitos, atributos e classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Licença e autorização são atos administrativos que representam o consentimento da administração ao permitir determinada atividade; o alvará é o instrumento que formaliza esses atos.

b) O ato que decreta o estado de sítio, previsto na CF, é ato de natureza administrativa de competência do presidente da República.

c) Ainda que submetido ao regime de direito público, nenhum ato praticado por concessionária de serviços públicos pode ser considerado ato administrativo.

d) O atributo da autoexecutoriedade não impede que o ato administrativo seja apreciado judicialmente e julgado ilegal, com determinação da anulação de seus efeitos; porém, nesses casos, a administração somente responderá caso fique comprovada a culpa.

---

26. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre atos administrativos, é correto afirmar

a) a delegação e avocação se caracterizam pela excepcionalidade e temporariedade, sendo certo que é proibida avocação nos casos de competência exclusiva.

b) a renúncia é instituto afeto tanto aos atos restritivos quanto aos ampliativos.

c) as deliberações e os despachos são espécies da mesma categoria de atos administrativos normativos.

d) é ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo; salvo quando se tratar de recurso hierárquico impróprio.

e) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e ampla defesa, a qualquer tempo, quando a decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo, de qualquer natureza, que beneficie o interessado.

---

27. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre Agentes Públicos e Princípios e Regime Jurídico Administrativo, é correto afirmar:

a) O princípio da impessoalidade destina-se a proteger simultaneamente o interesse público e o interesse privado, pautando-se pela igualdade de tratamento a todos administrados, independentemente de quaisquer preferências pessoais.

b) São entes da Administração Indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e as subsidiárias destas duas últimas. As subsidiárias não dependem de autorização legislativa justamente por integrarem a Administração Pública Indireta.

c) As contas bancárias de entes públicos que contenham recursos de origem pública prescindem de autorização específica para fins do exercício do controle externo.

d) Os atos punitivos são os atos por meio dos quais o Poder Público aplica sanções por infrações administrativas pelos servidores públicos. Trata-se de exercício de Poder de Polícia com base na hierarquia.

e) A licença não é classificada como ato negocial, pois se trata de ato vinculado, concedida desde que cumpridos os requisitos objetivamente definidos em lei.

---

28. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

A prefeitura de determinado município brasileiro, suscitada por particulares a se manifestar acerca da construção de um condomínio privado em área de proteção ambiental, absteve-se de emitir parecer. Nessa situação, a obra poderá ser iniciada, pois o silêncio da administração é considerado ato administrativo e produz efeitos jurídicos, independentemente de lei ou decisão judicial.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Removido de ofício por interesse da administração, sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, determinado servidor constatou que, em

verdade, existia excesso de servidores na sua nova unidade de exercício. Nessa situação, o ato, embora seja discricionário, poderá ser invalidado.

( ) Certo ( ) Errado.

---

30. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da

a) presunção de legitimidade.

b) autotutela.

c) segurança jurídica.

d) continuidade do serviço público.

---

31. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Com base na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca da revogação e dos elementos dos atos administrativos.

a) A revogação de um ato administrativo deve apresentar os seus motivos devidamente externados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

b) O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante ou pela autoridade delegada.

c) O ato de delegação deve ser publicado no meio oficial, mas não o de sua revogação.

d) Caso um ato administrativo esteja eivado de vício de legalidade, o Poder Judiciário terá de revogá-lo.

---

32. 2017/FUNDEP/MPE-MG/Promotor de Justiça

Quanto ao conteúdo e à forma dos atos administrativos, é CORRETO o que se afirma em:

a) Deliberações são atos emanados, em regra, de órgãos colegiados e caracterizam-se como atos simples coletivos, ao passo que as resoluções são atos normativos individuais, provenientes de autoridades do alto escalão administrativo e têm natureza derivada.

b) Homologação é o ato administrativo unilateral que visa à uniformização de decisões das autoridades administrativas sobre tema de interesse individual ou coletivo.

c) A autorização é ato declaratório, ao passo que a licença é ato constitutivo de direito preexistente.

d) A permissão é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece ao particular que em preencha os requisitos legais o direito para exercer profissão regulamentada.

---

33. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

O art. 54, da Lei nº 9.784/99, dispõe que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que

foram praticados, salvo comprovada má-fé. Da análise do texto normativo, verifica-se que o legislador procurou conjugar os aspectos de tempo e boa-fé, sendo certo que teve o objetivo fundamental de estabilizar as relações jurídicas pelo fenômeno da convalidação de atos administrativos inquinados de vício de legalidade.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a citada norma aborda especificamente os seguintes princípios reconhecidos da Administração Pública:

a) autotutela e certeza jurídica;

b) segurança jurídica e proteção à confiança;

c) inafastabilidade da jurisdição e proporcionalidade;

d) temporalidade e moralidade administrativas;

e) indisponibilidade e aproveitamento administrativos

1.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada

1. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Um decreto expropriatório declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade de um munícipe. Não havendo consenso entre as partes com relação ao valor da indenização para ultimar a desapropriação, o Poder Público ingressou com uma ação judicial. Analisando essa situação hipotética, é correto afirmar:

A) A ação judicial pode ser proposta a qualquer tempo, pois o decreto expropriatório não se submete à decadência.

B) Nessa ação o proprietário poderá alegar o desvio de finalidade do decreto expropriatório, desde que consiga comprovar, pelos meios legais, a tredestinação.

C) A concordância escrita do expropriado, conquanto permita a imediata aquisição da propriedade pelo expropriante, com o consequente registro da propriedade na matrícula do imóvel, não implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.

D) O pagamento do preço será prévio e em dinheiro, e dele não poderão ser deduzidas as dívidas fiscais quando inscritas e ajuizadas, pois a Fazenda possui meios próprios de cobrança de seus tributos.

2. 2018/CESPE/TJ-CE/ Juiz de Direito

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, a limitação administrativa sobre determinado bem constitui modalidade de intervenção restritiva na propriedade de caráter

a) exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, ainda que não seja demonstrada a efetiva redução do valor econômico do bem em função da referida limitação.

b) geral e condição inerente ao exercício do direito de propriedade, inexistindo hipóteses de indenização.

c) geral, mas que pode dar ensejo a indenização em favor do proprietário na hipótese de a limitação causar redução do valor econômico do bem, independentemente do momento em que tenha sido instituída a restrição.

d) exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, desde que a aquisição do bem tenha ocorrido anteriormente à instituição da restrição.

e) geral, mas que pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito pessoal, se a limitação causar redução do valor econômico do bem e a sua aquisição tiver ocorrido anteriormente à instituição da restrição.

3. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Acerca do instituto da desapropriação, assinale a opção correta.

a) A declaração de utilidade pública de determinada propriedade privada não afasta o direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis realizadas no imóvel posteriormente ao referido ato, mesmo que feitas sem a autorização do expropriante.

b) De acordo com o STF, é condição para a imissão provisória da posse de imóvel objeto de desapropriação por utilidade pública o pagamento prévio e integral da indenização.

c) Declarada a utilidade pública do bem objeto de decreto expropriatório, o poder público deve atender ao prazo de cinco anos para efetivar a desapropriação, o que pode ocorrer mediante acordo ou por via judicial, sob pena de caducidade.

d) Na hipótese de o poder expropriante não dar ao imóvel a destinação prevista no decreto expropriatório, o expropriado tem direito real de reivindicar a propriedade do bem.

e) Na desapropriação indireta, sobre o valor da indenização a ser paga devem incidir juros compensatórios pela perda antecipada da posse do imóvel, salvo em se tratando de propriedade improdutiva

---

4. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Assinale a alternativa correta sobre a desapropriação.

a) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a tresdestinação, que pode levar à retrocessão da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

b) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a destinação, que pode levar à homologação da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

c) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a tresdestinação, que pode levar à homologação da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

d) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a redestinação, que pode levar à realização da desapropriação, com o retorno do bem ao poder público.

---

5. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

b) São formas de promoção e de proteção do patrimônio cultural brasileiro o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento e a desapropriação, sem prejuízo de outras formas de acautelamento e preservação.

c) O tombamento, a desapropriação, a ocupação temporária e a limitação administrativa são formas de intervenção do Estado na propriedade privada, que se

perfazem mediante prévia e justa indenização ao proprietário.

d) A servidão administrativa é ônus real de uso, imposto pela Administração Pública à propriedade privada, para assegurar a realização de obra ou serviço de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário.

---

6. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETA

a) O inventário e o tombamento são instrumentos que auxiliam a preservação do patrimônio cultural, sendo que quando há o tombamento definitivo do bem, o proprietário fica impedido de locá-lo.

b) O proprietário de coisa tombada, que não possuir recursos para proceder às obras de conservação e reparação necessárias ao bem, mandará executar tais medidas, de imediato, com posterior direito de regresso contra o poder público.

c) O tombamento de coisa pertencente à pessoa física ou jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente, somente podendo ser cancelado em caso de perecimento do bem protegido.

d) Não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, salvo se houver autorização do órgão competente.

---

7. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta quanto ao instituto da desapropriação.

a) Na fase administrativa, com o decreto expropriatório, o poder expropriante pode adentrar no imóvel objeto da desapropriação, por meio de imissão provisória na sua posse, a fim de fazer avaliações e verificações.

b) A desapropriação urbanística sancionatória de imóveis urbanos não utilizados ou mal utilizados é de competência exclusiva dos Municípios, que se dá mediante Lei.

c) Específica para área incluída no plano diretor.

d) Na desapropriação por interesse social, o poder expropriante tem prazo de dois anos para efetivá-la, a partir da publicação da declaração expropriatória.

e) Depende de prévia autorização legislativa a desapropriação de bem público estadual pela união.

---

8. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que o Estado do Amazonas pretenda construir um anel viário interligando diversas rodovias. A obra em questão importa intervenção em terrenos de particulares e, também, em uma área de propriedade de Município, que se encontra ocupada irregularmente. Diante de tal cenário, afigura-se juridicamente viável a

a) desapropriação dos imóveis particulares e também daquele pertencente ao Município, este último dependendo de

autorização legislativa, ambos condicionados à prévia indenização.

b) desapropriação dos imóveis privados apenas, eis que o de propriedade do Município é protegido pelo regime público ainda que não afetado a finalidade específica.

c) requisição das áreas, tanto públicas como privadas, e a subsequente desapropriação, com pagamento de indenização apenas ao final do processo.

d) imediata desocupação e imissão na posse da área municipal, independente de indenização, e a desapropriação das áreas privadas, mediante edição de decreto de utilidade pública.

e) doação, independente de autorização legislativa, do imóvel municipal ao Estado, e a desapropriação dos imóveis particulares, vedada a imissão na posse antes da concordância destes com o valor da indenização fixada judicialmente.

---

9. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta a respeito da intervenção do Estado na propriedade privada.

a) A servidão administrativa consiste em direito real público, por meio do qual o dono do prédio dominante se obriga a tolerar o uso de seu imóvel pelo dono do prédio serviente.

b) De acordo com a Constituição Federal, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá se valer da requisição administrativa a fim de usar de propriedade particular, sendo sempre assegurada ao proprietário retribuição financeira pelo uso do bem.

c) No âmbito do Sistema Único de Saúde, poderão as autoridades competentes dos entes federativos, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.

d) Tanto na requisição administrativa, quanto na servidão administrativas, mostra-se imprescindível a presença de perigo público iminente.

e) A limitação administrativa caracteriza-se como determinações de caráter individual, por meio das quais o Poder Público impõe a proprietário de bem imóvel obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar o direito de propriedade ao atendimento da função social.

---

10. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

a) da União, exclusivamente.

b) dos Estados, exclusivamente.

c) dos Municípios, exclusivamente.

d) da União e dos Estados, concorrentemente.

e) da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

11. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Com o intuito de dar apoio logístico à obra de construção de um hospital municipal, o prefeito de determinada cidade exarou ato declaratório informando a necessidade de utilização, por tempo determinado, de um imóvel particular vizinho à obra, o qual serviria como estacionamento para as máquinas e como local de armazenamento de materiais.

Nessa situação hipotética, a modalidade de intervenção do ente público na propriedade denomina-se

a) ocupação temporária.

b) desapropriação.

c) requisição administrativa.

d) servidão administrativa.

e) limitação administrativa.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A servidão administrativa tem como característica a perpetuidade, pelo que é impossível sua extinção.

b) Para fins de cálculo de indenização, serão consideradas apenas as benfeitorias necessárias, desde que hajam sido autorizadas pelo expropriante.

c) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade é de competência privativa da União, aplica-se à propriedade rural e o pagamento da indenização é feito em títulos da dívida pública.

d) Para a imissão provisória na posse, é indispensável que o poder expropriante alegue urgência, efetue o depósito da quantia fixada em lei e a requeira no prazo de cento e vinte dias a contar da alegação de urgência.

e) A desapropriação indireta, por constituir forma de esbulho, só pode ser obstada por meio de ação possessória, não gerando para a Administração obrigação de indenizar.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Para preservar área de proteção ambiental permanente, uma lei municipal determinou recuo obrigatório de construção em propriedades situadas em localidade de certo município.

Nessa situação hipotética, ocorre restrição ao direito de propriedade denominada

a) servidão administrativa.

b) tombamento.

c) apossamento administrativo.

d) desapropriação por utilidade pública.

e) limitação administrativa.

---

14. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta**.**

a) O prazo de caducidade da declaração de utilidade pública para desapropriação realizada com fundamento em necessidade ou utilidade pública é de dois anos.

b) União, Estados, Município e Distrito Federal podem promover desapropriação

por interesse social para fins de reforma agrária.

c) As hipóteses legais de desapropriação são taxativas, ou seja, somente é possível desapropriar nas hipóteses previstas em lei.

d) Toda desapropriação deve ser precedida de pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro.

e) As obras de higiene e decoração não podem ser hipóteses de desapropriação por utilidade pública.

---

15. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Sobre a proteção de bens de valor histórico e artístico, é CORRETO afirmar:

a) O tombamento de bens móveis impõe, dentre outras, restrição a sua circulação;

b) O tombamento, quando compulsório, dá causa ao direito de indenização do proprietário da coisa tombada;

c) O reparo de bens tombados dependerá apenas de notificação à autoridade competente;

d) O tombamento só dá causa à obrigação de conservação da coisa pelo proprietário quando se dê em caráter definitivo, após sua inscrição em livro próprio;

e) A proibição de destruição, demolição ou mutilação de bens tombados implica restrições ao direito de propriedade, que podem ser afastadas apenas com autorização administrativa específica.

---

16. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Em desapropriações pelo Poder Público, excluído o caso de confisco, há a necessidade de recomposição integral do patrimônio do expropriado. Quantos dos seguintes itens fazem parte do cálculo dessa indenização? i) lucros cessantes e danos emergentes; ii) juros compensatórios, em caso aplicável; iii) multa por danos morais; iv) custas e despesas judiciais; v) 50% do valor do bem expropriado.

a) Apenas um dos itens.

b) Apenas dois dos itens.

c) Apenas três dos itens.

d) Apenas quatro dos itens.

e) Todos os cinco itens.

---

17. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Concluído determinado processo de desapropriação, com o pagamento integral do valor e a incorporação do bem ao patrimônio do poder público, este decidiu devolver o bem expropriado ao antigo dono, por não lhe ter sido atribuída a destinação prevista no decreto expropriatório nem qualquer outra destinação pública.

Essa reversão do procedimento expropriatório é denominada

a) tredestinação lícita.

b) desapropriação indireta.

c) desistência da desapropriação.

d) retrocessão.

---

18. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

O bem de propriedade particular tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá

a) sair do país se houver transferência de domínio.

b) sair do país, por prazo indeterminado, desde que autorizado.

c) ser alienado, cabendo ao adquirente fazê-lo constar do devido registro.

d) ser reparado ou restaurado sem prévia autorização do órgão competente.

---

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador Jurídico

A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta

a) Somente bens imóveis ou bens móveis economicamente avaliáveis podem ser objeto de desapropriação.

b) Bem municipal pode ser desapropriado pela União, desde que haja prévia autorização legislativa.

c) Por se tratar de exercício de poder extroverso, concessionários do poder público não poderão promover desapropriações, mesmo que autorizados por contrato ou lei.

d) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

e) A imissão provisória na posse, no processo de desapropriação, deve ser precedida do pagamento de integral indenização em dinheiro.

---

20. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

Determinado município, para executar seu planejamento urbanístico, com a valorização de espaços históricos e a otimização de meios de transporte coletivo, desapropriou imóveis que vinham sendo usados de forma incompatível com a previsão do plano diretor.

Nessa situação,

a) os cálculos dos valores das indenizações pelas desapropriações devem ser regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

b) promovida a readequação do uso, não poderá haver alienação dos bens desapropriados a outros particulares.

c) o município utilizou um instituto jurídico de política urbana, com repercussão sobre o caráter perpétuo do direito de propriedade.

d) as desapropriações fundamentaram-se exclusivamente no requisito do interesse social.

---

21. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Segundo o entendimento do STJ, ao contrário do que ocorre em desapropriação para fins de reforma

agrária, é irregular, nos casos de desapropriação por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo poder público

( ) Certo ( ) Errado

---

22. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de parcelamento do solo, impacto de vizinhança, regularização fundiária de interesse social, desapropriação e tombamento, julgue o item a seguir com base na legislação urbanística.

Em se tratando de desapropriação por utilidade pública em que a imissão prévia na posse tenha se dado por ordem judicial e o ente expropriante tenha depositado em juízo o preço ofertado, é incabível o pagamento de juros compensatórios

( ) Certo ( ) Errado.

---

23. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Assinale a opção correta a respeito da desapropriação indireta.

a) Se a administração conferir destinação pública a determinado bem, o particular prejudicado poderá recorrer a ações possessórias, reivindicatórias e indenizatórias.

b) O juízo competente para processar e julgar a desapropriação indireta é o do foro de situação do bem.

c) A afetação do bem particular a um fim público constitui forma de transferência da propriedade.

d) Por observar o devido processo legal, a desapropriação indireta é instituto amplamente praticado e permitido pela legislação brasileira.

---

24. 2017/FUNDEP GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Diversas são as formas de intervenção do Estado na propriedade, o que revela o poder de império estatal ao qual se sujeitam os particulares.

Desse modo, é CORRETO afirmar que o direito à preempção municipal é:

a) Ocupação temporária.

b) Servidão administrativa.

c) Limitação administrativa.

d) Requisição.

---

25. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Analise as assertivas e, depois, assinale a opção correta:

I- Ocorre o apossamento administrativo de propriedade privada sem regular desapropriação, mas a área foi afetada para destinação apta a ensejar a expropriação. No caso, é quinquenal o prazo prescricional para o proprietário postular indenização, em face da Administração Pública, pela perda da propriedade.

II- No âmbito da desapropriação por interesse social, intentada a ação, o

proprietário pode discutir, em seu bojo, o preço ofertado a presença ou não dos pressupostos para a declaração de interesse social, mas não a conveniência e a oportunidade da declaração de interesse social.

III- Não há que se subtrair do Judiciário a apreciação de lesão a direito, de modo que a conveniência e a oportunidade da declaração de interesse social podem ser debatidas no bojo da expropriatória.

a) Apenas a assertiva I é correta.

b) Apenas a assertiva II é correta.

c) Apenas a assertiva III é correta.

d) Todas as assertivas são falsas.

e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

---

26. 2016/INSTITUTO LEGATUS/CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA-PI/Procurador

Sobre Desapropriação, julgue as afirmações a seguir:

I - A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver.

II - A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias.

III - A petição inicial conterá apenas os requisitos previstos no Código de Processo Civil.

IV - O prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública é de cinco anos, contado da data de sua expedição.

Marque a alternativa correta

a) As afirmações I, II e III estão corretas.

b) Todas as afirmações estão corretas.

c) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.

d) Todas as afirmações estão incorretas.

e) Apenas as afirmações I e IV.

---

27. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Via de regra, as desapropriações, as servidões e as limitações administrativas geram direito a indenização. O tombamento, por sua vez, somente gera esse direito quando esvazia completamente o valor econômico do bem ou enseja gastos desproporcionais para sua manutenção:

( ) Certo ( ) Errado

---

28. 2016/TRF-4ªREGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz Federal

Assinale a alternativa que corretamente completa, pela ordem, a seguinte afirmação:

As ferrovias são assentadas sobre ____ que é margeada por uma ____ cuja natureza jurídica (desta última) é de ____.

a) faixa de domínio – área non aedificandi – limitação administrativa.

b) área non aedificandi – faixa de domínio – servidão administrativa.

c) faixa de domínio – área non aedificandi – servidão administrativa.

d) área non aedificandi – faixa de domínio – limitação administrativa.

e) nenhuma das alternativas anteriores está correta

---

29. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador

Determinado bem é objeto de ato de desapropriação por utilidade pública. Constitui um efeito da declaração de desapropriação o inicio do prazo de caducidade do decreto expropriatório que, nos termos do Decreto-Lei no. 3.365-41, o prazo de conclusão da desapropriação é de:

a) cinco anos.

b) seis anos.

c) sete anos.

d) oito anos.

e) nove anos.

---

30. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador

Em relação à ação de desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) A imissão provisória na posse somente poderá ser feita após a citação do réu.

b) A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente.

c) No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, se incluem os direitos de terceiros contra o expropriado.

d) No valor da indenização não serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação.

e) O processo de desapropriação se extingue com o falecimento do réu ou a perda da capacidade civil.

---

31. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

A CF, em seu artigo 5.º, XXII, garante o direito de propriedade; no inciso XXIII do mesmo artigo, condiciona o exercício desse direito ao atendimento da função social. Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

a) A ocupação temporária é direito real, uma vez que só incide sobre a propriedade imóvel.

b) A limitação administrativa enseja ao pagamento de indenização em favor dos proprietários.

c) As modalidades de intervenção supressiva incluem a desapropriação e a ocupação temporária.

d) A requisição é modalidade de intervenção em que o Estado utiliza propriedade particular no caso de perigo público iminente.

e) É exemplo de servidão administrativa a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas em construção ou em reforma, para, por exemplo, a alocação transitória de máquinas de asfalto.

---

32. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o instituto da desapropriação.

a) O procedimento da desapropriação compreende duas fases: a declaratória e a executória, abrangendo, esta última, uma fase administrativa e uma judicial.

b) Na fase executória da desapropriação, o poder público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação.

c) A declaração expropriatória pode ser feita pelo Poder Executivo, por meio de decreto, não podendo fazê-lo, todavia, o Legislativo, por meio de lei.

d) A declaração de utilidade pública ou interesse social é suficiente para transferir o bem para o patrimônio público, incidindo compulsoriamente sobre o proprietário.

e) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de dez anos, findos os quais esta caducará.

1.6 Licitação (Parte I)

1. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

Após processo licitatório na modalidade de concorrência, determinada empresa foi contratada para reformar imóvel pertencente à administração pública; por enfrentar, no entanto, graves problemas financeiros, essa empresa deixou de realizar 30% da obra licitada, o que equivale a uma monta de R$ 250.000. Por isso, a administração pública pretende contratar outra empresa para finalizar a obra remanescente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

1 A situação narrada caracteriza hipótese legal de dispensa de licitação para a contratação de remanescente de obra, caso em que deve ser atendida a ordem de classificação da licitação anterior e devem ser aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

2. Para a conclusão da obra, pode ser realizada nova licitação na modalidade de tomada de preços.

3. O princípio do julgamento objetivo visa afastar o caráter discricionário quando da escolha de propostas em processo licitatório, obrigando os julgadores a se ater aos critérios prefixados pela administração pública, o que reduz e delimita a margem de valoração subjetiva no certame.

---

2. 2018/CESPE/TJ-CE/ Juiz de Direito

A modalidade licitatória restrita aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

a) convite.

b) tomada de preços.

c) concorrência.

d) pregão.

e) registro de preços.

---

3. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

No regime de execução indireta por empreitada por preço global, o poder público contrata terceiros para a execução de obra por preço certo e total.

( ) Certo ( ) Errado.

---

4. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, gera dano ao erário na modalidade in reipsa, pois o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta.

( ) Certo ( ) Errado

---

5. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Haverá fraude, em prejuízo da Fazenda Pública, caso o procedimento licitatório instaurado para venda ou aquisição de mercadorias ou bens, ou contrato que dele decorra, se verifique diante da seguinte conduta:

a) mantendo a substância, a qualidade ou a quantidade da mercadoria fornecida.

b) tornando, por qualquer modo, menos onerosa a proposta ou a execução do contrato.

c) aumentando os preços ou valores.

d) vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.

---

6. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Analise os itens I a V para em seguida assinalar a alternativa correta considerando os princípios aplicáveis à licitação.

I. Impessoalidade.

II. Legalidade.

III. Publicidade.

IV. Formalismo moderado.

V. Competitividade.

Assinale a alternativa correta.

a) O item I não identifica princípio aplicável ao processo licitatório.

b) O item V identifica princípio aplicável à concorrência pública que decorre da ideia que apenas pessoas jurídicas podem participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

c) O princípio mencionado no item IV serve para equilibrar com a equidade a aplicação dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

d) Pelo princípio mencionado no item III, os atos e decisões do processo licitatório devem ser publicados, exclusivamente, em sítio eletrônico.

---

7. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale alternativa INCORRETA.

a) As obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

b) Na licitação, a exigência de manutenção das condições efetivas da proposta guarda relação com a necessidade de respeito ao

equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

d) Nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, são nulos, e de nenhuns efeitos, os contratos verbais com a Administração Pública, salvo os pactuados com fornecedores internacionais para a aquisição de víveres em tempo de guerra ou de comoção intestina.

---

8. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador - ADAPTADA

Autarquia, pretendendo contratar serviços gráficos para elaboração de folders e divulgação de informações ao público, realizou pesquisa de preços e estimou o valor total da contratação em R$ 12.000,00 (doze mil reais). Em dúvida quanto ao procedimento que deveria adotar para concretização da contratação, consultou a área jurídica que, corretamente, orientou a

a) declarar dispensada a licitação, em razão do valor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93 e formalizar a contratação por meio de nota de empenho de despesa.

b) declarar inexigível a licitação em razão do objeto, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93 e firmar instrumento de contrato, indispensável nos termos da lei.

c) realizar licitação, na modalidade pregão presencial em razão da indispensabilidade de apresentação de amostras, do tipo melhor técnica e preço, nos termos da Lei federal n° 10.520/2002.

d) realizar chamamento público com vistas a selecionar organização da sociedade civil cuja proposta torne mais eficaz a execução do projeto, observadas as disposições da Lei federal n° 13.019/2014.

e) realizar licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão do valor total estimado da contratação, se preenchidos os demais requisitos da Lei Complementar federal n° 123/2006, podendo ser adotada a modalidade pregão eletrônico. Parte inferior do formulário

---

9. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Após a celebração do contrato administrativo e o início de sua execução, a autoridade administrativa, provocada por um cidadão, verifica a existência de ilegalidade no procedimento licitatório, pois não houve republicação do edital após a realização de alteração em seus termos, que afetou de maneira inquestionável a formulação das propostas.

Nesse caso,

a) a autoridade administrativa competente deverá revogar a licitação em razão do interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

b) a declaração de nulidade do procedimento licitatório não exonera a Administração do dever de indenizar o

contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.

c) deverá ser declarada a caducidade da licitação, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

d) a nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato, em razão do princípio da autonomia contratual e não gera obrigação de indenizar para a Administração Pública.

e) a celebração do contrato convalidou tacitamente o procedimento licitatório, cabendo à autoridade administrativa declarar essa convalidação.

---

10. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um determinado ente da federação, na execução de sua política para o agronegócio, pretende contratar pessoa jurídica que exerce atividade de pesquisa, de reconhecida capacidade tecnológica no setor, com vistas ao desenvolvimento de produto hábil a controlar de forma imediata, eficiente e sustentável (não poluente), pragas que estão atacando as plantações de uma determinada espécie frutífera típica daquela localidade. O valor estimado da contratação é de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). Considerando que os padrões de desempenho e qualidade da contratação envolvem especificações não usuais no mercado, bem como que a pesquisa de preços realizada não localizou a existência de solução similar, essa contratação

a) poderá se dar de forma direta somente se a pessoa jurídica contratada for fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta e indireta, nos termos da lei.

b) poderá se dar de forma direta, mediante dispensa de licitação, desde que o objeto da contratação, segundo critérios técnicos constantes do processo administrativo correlato, caracterize produto para pesquisa e desenvolvimento, nos termos da lei.

c) deverá ser precedida de audiência pública e subsequente licitação, na modalidade concorrência, nos termos da lei.

d) deverá ser precedida de licitação, na modalidade pregão.

e) deverá ser precedida de concurso para seleção do melhor projeto.

---

11. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Com relação à licitação e aos contratos administrativos, considere V (verdadeiras) ou F (falsas) as seguintes assertivas, assinalando a alternativa correta.

I. Na licitação que tenha como critério aos da melhor técnica, sagrar-se-á vencedora a proposta que resultar da negociação que culmine com a escolha da que alcance o índice técnico mais elevado que as outras, aceitando reduzir a cotação que havia feito para o valor da menor proposta entre as classificadas.

II. O Supremo Tribunal Federal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal no que tange às regras que dispensam licitação em celebração de contrato de gestão firmado entre o Poder Público e as Organizações Sociais para

prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, ressalvando a necessidade de controle da aplicação das verbas públicas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas.

III. A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento do projeto básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

IV. O ato de homologação do certame licitatório supõe prévia e detalhada análise de todo o procedimento no que concerne à sua regularidade, a fim de confirmar a validade de todos os atos praticados no curso da licitação, sendo que, constatada a existência de vício em algum dos atos praticados no procedimento licitatório, cabe à autoridade superior, no momento da homologação, a sua convalidação, caso o vício seja sanável, ou anulação.

V. As cláusulas exorbitantes são lícitas num contrato administrativo, e a sua presença imprime o que os franceses denominam "la marque Du Droit Public", erigindo como uma de suas facetas a restrição ao uso da "exceptio non adimplenti contractus" e ainda a possibilidade de rescisão unilateral, sendo que, segundo o STJ, tais cláusulas podem ser mitigadas em favor do particular em se tratando de relação consumerista.

a) F – F – F – V – V.

b) F – V – V – V – F.

c) F – V – F – F – V.

d) V – F – V – F – F.

e) V – V – V – V – F.

---

12. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado - ADAPTADA

Um estado da Federação, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público de saúde, resolveu construir novos hospitais, de modo a aumentar a infraestrutura física da rede estadual do SUS.

Nessa situação hipotética, as empresas responsáveis pelas obras poderão ser selecionadas, independentemente do valor, por meio de

a) licitação na modalidade convite.

b) dispensa de licitação, desde que haja grave risco à saúde pública.

c) licitação na modalidade pregão.

d) licitação na modalidade tomada de preços.

e) licitação na modalidade concorrência ou no regime diferenciado de contratação.

---

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Municipal

Agência executiva que pretende adquirir equipamentos portáteis de informática realizou pesquisa de preços em que apurou o valor total estimado da contratação em R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais). Essa hipotética contratação

a) não se sujeita às disposições da Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), por se tratar a contratante de ente integrante da Administração Pública indireta.

b) deve, obrigatoriamente, ser precedida de licitação na modalidade tomada de preços.

c) poderá se dar de forma direta, mediante declaração de inexigibilidade de licitação em razão da especialidade técnica da contratante, observadas as demais exigências legais.

d) poderá se dar de forma direta, mediante declaração de dispensa de licitação em razão do valor, observadas as demais exigências legais.

e) poderá se dar de forma direta, sujeitando-se a contratante às regras de mercado, desde que observadas as normas veiculadas no seu estatuto e justificado o interesse público secundário na aquisição.

---

14. 2018/FCC/DPE-AP /Defensor Público

Considere que o Estado pretenda alienar alguns imóveis de sua propriedade que, de acordo com levantamento feito pelo órgão responsável pelo controle do patrimônio público, excedem as necessidades da Administração, tendo em vista recente redução de Secretarias de Estado e a possibilidade de acomodação de diferentes repartições em um mesmo conjunto de prédios. Ocorre que, instaurados os procedimentos licitatórios para a alienação, todos na modalidade concorrência, alguns dos imóveis não foram passíveis de venda por não terem acorrido interessados no certame correspondente. De acordo com os ditames da Lei nº 8.666/1993, o Estado

a) poderá efetuar a venda direta de tais imóveis, se comprovar que a instauração de novo certame causará prejuízos à Administração, desde que mantidos o preço e demais condições estabelecidos na licitação frustrada.

b) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, podendo, contudo, adotar a modalidade leilão, independentemente da forma de aquisição do bem, mantido o mesmo preço estabelecido na concorrência.

c) poderá aplicar desconto progressivo para a alienação dos imóveis nas licitações subsequentes, dispensando-se, neste caso, a observância do preço mínimo fixado em avaliação.

d) poderá efetuar a venda direta dos imóveis, desde que a interessados previamente cadastrados, que já tenham adquirido ao menos um imóvel da Administração em licitação anterior.

e) somente poderá alienar tais imóveis mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição dos mesmos, devendo instaurar tantos procedimentos quantos necessários para a efetivação da venda.

---

15. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador - ADAPTADA

A Câmara de Belo Horizonte decidiu instaurar processo de licitação para a contratação de empresa especializada, para construção de uma nova sede na cidade de Belo Horizonte. O projeto foi estimado em R$3.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) e compreende o serviço de obra e engenharia de todo o complexo da nova Câmara. A respeito da modalidade de licitação que deverá ser

utilizada na hipótese anterior, assinale a alternativa correta.

a) Poderá ser adotada a modalidade de dispensa de licitação, tendo em vista o valor e o objeto da licitação pretendida.

b) Deverá ser utilizada a concorrência, modalidade também cabível para compra ou alienação de imóveis, independentemente do valor estimado.

c) A modalidade a ser utilizada, a concorrência, não é aplicável para concessões de direitos reais de uso, vez que, a estas, se aplica apenas a modalidade de tomada de preços.

d) Deverá ser utilizada a modalidade de tomada de preços, na qual, aberta etapa competitiva, os licitantes procederão com os lances verbais sucessivos, até a proclamação do vencedor.

---

16. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Comete crime da Lei de Licitações aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I. Elevando arbitrariamente os preços.

II. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.

III. Entregando uma mercadoria por outra.

IV. Tornando, por qualquer modo, justamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

NÃO complementa(m) corretamente o enunciado o(s) item(ns)

a) IV.

b) I e II.

c) II e III.*I, III e IV.*

---

17. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das hipóteses de dispensa de licitação, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93:

a) Contratação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

b) Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

c) Contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

d) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

---

18. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador

A licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação.

II - Devolução dos envelopes abertos aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

III - Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, independente de ter transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

---

19. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

a) No processo de licitação, a classificação é ato administrativo vinculado mediante o qual a comissão acolhe as propostas apresentadas nos termos e nas condições do edital e, se for constatada fraude nessa etapa, os membros da comissão respondem solidariamente, independentemente de posições individuais divergentes registradas em ata.

b) Situação hipotética: Uma autarquia federal vinculada à área de educação pretende contratar pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de educação. Assertiva: Nessa situação, a qualificação da futura contratada como organização social para as atividades de ensino contempladas no contrato de gestão possibilita a contratação com dispensa de licitação.

c) Situação hipotética: Uma autarquia federal publicou edital para a contratação,

pelo regime diferenciado de contratação (RDC), de empresa fornecedora de canetas da marca X. No entanto, um fornecedor de canetas similares, mas de outra marca, solicitou que o instrumento convocatório fosse impugnado. Assertiva: Nessa situação, a impugnação é indevida, já que a indicação da marca é legal, por se tratar de RDC.

d) Situação hipotética: Lei estadual fixou normas para regular os procedimentos licitatórios em seu âmbito de atuação. Adotou os parâmetros gerais da Lei de Licitações e, de forma específica, estabeleceu que, para a aquisição de bens ou serviços, a empresa licitante deva ter fábrica no respectivo estado da Federação. Assertiva: Conforme entendimento do STF, tem caráter constitucional a referida exigência, devido às singularidades existentes no estado e ao interesse de fomentar o desenvolvimento industrial local.

e) Na hipótese de uma empresa pública pretender vender imóvel desafetado a entidade pertencente ao terceiro setor, configura-se dispensa de licitação, considerando-se o interesse público presente na alienação e as características do imóvel.

---

20. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador

A respeito da revogação e da anulação de procedimentos licitatórios e de contratos administrativos, com base na Lei n° 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar quando não iniciada a execução do contrato.

b) A nulidade do procedimento licitatório não induz à do contrato quando esse, em si, estiver de acordo com a legislação.

c) A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

d) Quando há rescisão por culpa do contratado, a Administração deverá ajuizar ação própria para reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do prejuízo causado.

e) No caso de desfazimento do processo licitatório, a Administração poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

---

21. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

As licitações podem ser realizadas através de diversas modalidades, definidas por lei. Qual é a modalidade na qual os interessados desejam escolher trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias?

a) Concorrência.

b) Tomada de preços.

c) Convite.

d) Concurso.

e) Leilão.

---

22. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

A inexigibilidade ocorre quando houver inviabilidade de competição, nesse sentido, assinale a opção que representa um caso de inexigibilidade de licitação.

a) Em celebrações de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

b) No fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

d) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

e) Em compras de material de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

---

23. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

À luz da Lei n. 8.666/93, no que concerne a composição da comissão permanente de licitação, é CORRETO afirmar:

a) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, três servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

b) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, cinco membros, sendo pelo menos três deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

c) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, três membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

d) No caso de convite, a comissão de licitação, excepcionalmente, nas empresas públicas e em face da exiguidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

---

24. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Com referência aos crimes, às penas e ao processo judicial previstos na Lei de Licitações e Contratos, julgue os seguintes itens.

I Dispensa de licitação em situação estranha às hipóteses taxativas previstas em lei constitui crime passível de punição

com pena de detenção e multa fixada na sentença a ser revertida à fazenda federal, distrital, estadual ou municipal, conforme o caso.

II Em casos de crimes previstos na lei em apreço, a ação penal é pública incondicionada e a sua promoção cabe ao MP.

III Em relação aos crimes previstos na lei em questão, não será admitida ação penal privada subsidiária da pública.

IV Quando os autores dos crimes previstos na referida lei forem ocupantes de cargo em comissão ou exercerem função de confiança em órgão da administração pública direta ou indireta, a pena imposta será acrescida da terça parte.

Assinale a opção correta:

a) Apenas os itens III e IV estão certos.

b) Apenas os itens I, II e III estão certos.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

---

25. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, contra a fé pública e relativos à licitação, julgue o item subsequente.

Nos casos de crimes relativos à licitação, em havendo sanção de multa cominada, o produto da arrecadação reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, distrital, estadual ou municipal.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, contra a fé pública e relativos à licitação, julgue o item subsequente.

O profissional declarado inidôneo para concorrer em licitação, se vier a licitar ou contratar com a Administração, incidirá na mesma pena que o servidor que o admitir à licitação.

( ) Certo ( ) Errado

---

27. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre o tema licitações, é correto afirmar:

a) O sistema de registro de preços e a chamada “licitação carona” são institutos que não decorrem expressamente da previsão na Lei de Licitações, mas derivam do princípio administrativo explícito da publicidade.

b) As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar do procedimento licitatório sem necessitar comprovar previamente a qualificação técnica, por força da finalidade relacionada ao desenvolvimento nacional, entretanto uma vez declarada vencedora, deverá apresentar comprovar sua qualificação em até 48 horas.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar do procedimento licitatórios sem necessitar comprovar previamente a qualificação técnica, por força da finalidade relacionada ao desenvolvimento nacional, entretanto uma vez declarada vencedora, deverá

comprovar sua qualificação em até 5 dias úteis.

d) É compatível com as finalidades licitatórias a preferência para aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais que obedeçam às normas técnicas brasileiras em detrimento de produtos e serviços estrangeiros, desde que obedecidos os limites legais definidos pelo Poder Executivo Federal.

e) Conforme a Lei de Licitações, sempre que os candidatos forem inabilitados ou desclassificados – instituto da licitação fracassada – se autorizará a imediata contratação direta.

---

28. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Caso, em decorrência de uma operação da Polícia Federal, venha a ser apreendida grande quantidade de equipamentos com entrada ilegal no país, a administração poderá realizar leilão para a venda desses produtos.

( ) Certo ( ) Errado.

---

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: A Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza decidiu ceder espaço de suas dependências para a instalação de lanchonete que atendesse aos procuradores, aos servidores e ao público em geral. **Assertiva:** Nessa situação, por se tratar de ato regido pelo direito privado, não será necessária a realização de processo licitatório para a cessão de uso pelo particular a ser contratado.

( ) Certo ( ) Errado.

---

30. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo contratar determinado serviço por intermédio da modalidade convite, a administração convidou para a disputa cinco empresas, entre as quais apenas uma demonstrou interesse apresentando proposta. **Assertiva:** Nessa situação, a administração poderá prosseguir com o certame, desde que devidamente justificado.

( ) Certo ( ) Errado.

---

31. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito - ADAPTADA

A alienação de bens imóveis de uma autarquia estadual será precedida de

a) edição de autorização legal específica e(ou) licitação em qualquer modalidade.

b) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

c) avaliação formal desses bens, interesse público justificado, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, podendo esta última ser dispensada nos casos previstos em lei.

d) avaliação formal desses bens e licitação na modalidade tomada de preços.

---

32. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Sociedade empresária pretende participar de licitação de obra pública (sob a égide da Lei n° 8.666/93) e ingressa em juízo alegando violação aos princípios da legalidade e da competitividade, questionando as seguintes cláusulas do edital:

I-exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação técnica, de que o vínculo profissional do responsável técnico que integra o quadro permanente do licitante seja exclusivamente celetista;

II- exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação econômico-financeira, que a garantia da proposta, no valor de 5% (cinco por cento) do valor estimado do objeto da contratação, seja apresentada em data anterior à realização da licitação;

III — exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação técnica, da comprovação da propriedade das máquinas e equipamentos essenciais para a execução do objeto.

Procedem os questionamentos em relação:

a) A todos os itens.

b) Apenas ao item I.

c) Apenas aos itens I e II.

d) Apenas aos itens II e III.

e) Apenas ao item III.

---

33. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A ocorrência de superfaturamento nas obras públicas brasileiras tem sido constantemente relatada na mídia, com consequências penais, cíveis e administrativas para todos os envolvidos. Em parte, isso ocorre porque os entes públicos cometem equívocos no momento do planejamento da obra, da elaboração dos projetos básico e executivo, do edital e do contrato.

Para que as obras públicas sejam licitadas e executadas com eficiência, é necessário que

a) o projeto executivo seja considerado um encargo do contratado na licitação realizada sob a modalidade concorrência;

b) haja disponibilidade de recursos financeiros que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados;

c) o edital preveja a obtenção de financiamentos pelos licitantes como condição obrigatória para a viabilidade da competição;

d) o orçamento da obra seja detalhado em planilhas e expresse a composição de todos os seus custos unitários;

e) a execução da obra seja programada parcialmente, com a previsão dos custos definida na medida da execução do cronograma físico-financeiro.

---

34. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Autoridade superior, quando do momento da homologação de licitação pública realizada na modalidade concorrência para contratação de serviços de informática, identifica que não houve o exame jurídico prévio das minutas de edital e contrato, conforme determina o artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Diante de tal circunstância, a medida mais adequada a ser tomada pelo gestor é:

a) anulação do processo licitatório, porquanto a ausência de parecer jurídico é um vício insanável que macula todo o procedimento.

b) revogação do processo licitatório, com direito à prévia e ampla defesa de todos os participantes.

c) homologação da licitação, caso ele constate, após examinar todo o processo, que não haverá prejuízos financeiros relevantes.

d) homologação da licitação, no caso de os licitantes, após intimados, não identificarem vício na minuta de edital ou contrato.

e) homologação da licitação, no caso de a Assessoria Jurídica, ainda que a posteriori, constatar que não havia nenhum vício na minuta de edital ou contrato.

---

35. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Determinado ente público pretende contratar diretamente a BR Distribuidora para fornecimento de combustível para a sua frota de automóveis.

Sobre a referida contratação e à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que:

a) não há qualquer impedimento para a contratação direta, já que se trata de entidade integrante da Administração Pública e prestadora de um serviço público.

b) não há qualquer impedimento para a contratação direta, ainda que a entidade da Administração Pública exerça atividade econômica.

c) há impedimento em razão da inexistência de dispositivo legal na Lei nº 8.666/93 que autorize a contratação direta de entidades integrantes da Administração Pública.

d) há impedimento, porquanto apenas no caso das obras públicas é que as entidades integrantes da Administração Pública podem ser contratadas diretamente.

e) há impedimento para a contratação direta, porquanto se trata de entidade que exerce atividade econômica, o que macularia os princípios da livre concorrência e isonomia.

---

36. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A alienação de bens públicos imóveis pertencentes a uma autarquia está condicionada, salvo as hipóteses dispensadas na própria legislação, aos seguintes requisitos.

a) autorização legislativa, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

b) autorização do chefe do poder executivo, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

c) autorização legislativa, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade pregão.

d) autorização legislativa e do Tribunal de Contas, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

e) autorização do Tribunal de Contas, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade pregão.

---

37. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça - ADAPTADA

As licitações dos serviços de publicidade prestados por agências de propaganda deverão adotar obrigatoriamente os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço", e devem ter por objetivo promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

( ) Certo ( ) Errado

---

38. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça - ADAPTADA

Em relação às modalidades licitatórias e a seus respectivos procedimentos e características, avalie se a assertiva a seguir é verdadeira ou falsa.

Embora o art. 22, § 8º, da Lei n. 8.666/93 vede a criação de outras modalidades licitatórias ou a combinação daquelas referidas no mesmo artigo, a mesma Lei n. 8.666/93 não esgotou a competência da União para legislar sobre normas gerais. Por essa razão, segundo a doutrina, nada impede que o legislador crie novas modalidades licitatórias por meio de outra lei, com natureza de normas gerais.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

39. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O Sistema de Registro de Preços (SRP) está definido como o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Uma das hipóteses possíveis de sua adoção ocorre quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

( ) Certo ( ) Errado

---

40. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Defensor Público

É inexigível licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

( ) Certo ( ) Errado

---

41. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Com relação a licitação, assinale a opção correta.

a) A empreitada por preço global refere-se à contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendidas todas as etapas da obra, serviços e instalações necessários, sob inteira responsabilidade da contratada.

b) Para fins de julgamento das propostas de preços, será computada a atualização monetária das obrigações de pagamento como valor da obra ou serviço.

c) O autor do projeto básico não poderá participar, ainda que indiretamente, do fornecimento de bens necessários à execução de obra.

d) As margens de preferência por produto manufaturado e por serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras são definidas pelo Congresso Nacional, não podendo seu preço ultrapassar o montante de 50% do preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

e) Os conteúdos das propostas e todos os atos e procedimentos licitatórios são públicos.

1.7 Licitação (Parte II)

1. 2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito

Um município deseja realizar obra de construção de uma ponte. Embora pequena, a obra é complexa, sem especificação usual, dada a peculiaridade do terreno, e está orçada em cerca de R$ 1,6 milhão.

Nessa situação hipotética, o gestor poderá escolher, para a contratação, a licitação na modalidade

a) convite.

b) concorrência.

c) pregão.

d) leilão.

e) concurso.

---

2. 2019/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:

a) Ainda que o servidor esteja de licença à época do certame, não é possível a participação da empresa que possua em seu quadro de pessoal servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão, ou dirigente do órgão contratante ou responsável pela licitação.

b) É devida indenização a permissionário de serviço público de transporte coletivo por prejuízos suportados em face de defasagem nas tarifas, ainda que o ato de delegação não tenha sido antecedido de licitação.

c) O prazo prescricional de ação civil pública em que se busca anulação de prorrogação ilegal de contrato administrativo tem como termo inicial o término do contrato.

d) É inconstitucional o preceito segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública do Estado-membro contratante, por descumprimento ao princípio da isonomia.

e) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

---

3. 2018/FCC/DPE-MA/Defensor Público

Segundo previsão da Lei n° 8.666/1993, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Nesse sentido, é correto afirmar que

a) qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 05 (cinco) dias.

b) a impugnação apresentada pelo licitante, feita tempestivamente, o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, haja vista que ele pugnar por participar de processo licitatório regular.

c) a inabilitação do licitante não importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, haja vista que ainda passível de obter-se decisão judicial que o reabilite.

d) decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.

e) as garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

---

4. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

A Administração Pública realiza licitação visando à contratação de serviços de engenharia para reforma de estabelecimento penal, optando, expressamente, no edital convocatório, pelo regime diferenciado cabível, mais simplificado e flexível. Após a fase de classificação, verifica-se que há empate entre duas empresas de grande porte, as quais apresentaram as melhores propostas.

Partindo das informações contidas no enunciado e com base nas disposições legais aplicáveis ao caso, assinale a alternativa correta sobre os critérios de desempate que deverão ser observados

a) O primeiro critério a ser utilizado é o da avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído.

b) É vedada a utilização do sorteio como um dos critérios de desempate.

c) De imediato, deverá ser observado se alguma das empresas possui capital estrangeiro, declarando-se vencedora a sua concorrente.

d) Como primeiro critério, deverá ser assegurada a preferência aos serviços produzidos no país e, sucessivamente, aos prestados por empresas brasileiras, aos prestados por empresas que invistam em pesquisa e tecnologia no país, às empresas que cumpram a reserva de cargos para pessoa com deficiência ou reabilitada da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade.

e) Como primeiro critério deverá ser viabilizada a disputa final, em que os licitantes poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo à classificação.

---

5. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Sobre as licitações, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) Na concorrência, caso a empresa vencedora não assine o termo de contrato, a administração poderá convocar o segundo classificado para fazê-lo, nas condições da proposta por este apresentada.

( ) O princípio do julgamento objetivo vigora nas licitações em que a escolha do melhor classificado deverá observar os critérios objetivos previamente delimitados no edital, e, rigorosamente, as condições apresentadas nas propostas, não se admitindo, em nenhuma hipótese, o empate presumido ou fictício, sob pena de violação da isonomia.

( ) Na concorrência, após a fase de habilitação, é possível a desistência de proposta, por motivo justo, exclusivamente se decorrente de fato superveniente, e condicionada à apreciação e à aceitação desse motivo pela comissão.

( ) Pelos critérios de desempate previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional, sobre aqueles produzidos ou prestados pelas empresas brasileiras constituídas com participação de capital estrangeiro.

( ) É vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) F V F V F.

b) F F V V V.

c) F F V F V.

d) V F V V F.

e) V V F F V.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que informa a licitação, pode-se afirmar que ele:

a) deve ser observado com mitigação do formalismo de modo a possibilitar que sejam superados eventuais vícios formais que não importem prejuízo ao interesse coletivo ou aos demais licitantes.

b) significa a inexistência de discricionariedade administrativa na licitação, dado que as cláusulas e condições da convocação são estabelecidas em lei.

c) não tem natureza absoluta, e sua observância poderá ser dispensada quando se faça necessário para assegurar a escolha da proposta mais vantajosa pela Administração.

d) tem natureza absoluta e deve ser observado em consonância com o formalismo estrito que caracteriza o procedimento licitatório.

---

7. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

Com base na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, é dispensável a licitação:

1. nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

2. na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

3. para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

4. para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) São corretas as apenas afirmativas 1, 2 e 4.

c) São corretas as apenas afirmativas 1, 3 e 4.

d) São corretas as apenas afirmativas 2, 3 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

---

8. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.

Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

a) O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.

b) Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.

c) As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.

d) A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.

e) O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.Parte superior do formulário

---

9. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um

edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.

a) O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.

b) A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.

c) No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.

d) No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.

e) Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.

---

10. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Um gestor público consultou a procuradoria municipal acerca da formalização, alteração e execução de contratos administrativos em que o município é parte.

Com fundamento na Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que o município poderá

a) firmar instrumento contratual nos casos de concorrência e de tomada de preços.

b) dispensar a assinatura de termos de contrato que se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, ainda que apresentem preços compreendidos nos limites legais de tomada de preços, facultada sua substituição por instrumentos congêneres.

c) firmar instrumentos de contrato nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, salvo se o valor se enquadrar na modalidade de tomada de preços ou concorrência.

d) alterar unilateralmente os contratos, de forma justificada, quando recomendada tecnicamente a substituição de garantia de execução pelo fiscal do contrato.

e) indicar um representante especialmente designado para fiscalizar os contratos, vedando a contratação de terceiros para subsidiá-lo com informações inerentes a essa atribuição.

---

11. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão

de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

a) legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.

b) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.

c) legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.

d) ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.

e) legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

---

12. 2018/FCC/PREFEITURA DE CARUARU-PE/Procurador Municipal

Nos termos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, é

a) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.

b) ispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

c) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

d) inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

e) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

---

13. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

Constitui hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, mediante justificativa,

a) a contratação de agências de propaganda que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento para a prestação de serviços de publicidade com finalidade de difundir ideias ou informar o público em geral.

b) a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte para fornecimento de bens ou serviços cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

c) a contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

d) a formação de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, pelas empresas públicas e

sociedades de economia mista, vinculadas a oportunidades de negócio definidas e específicas, nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares.

e) a aquisição de bens produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

---

14. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

De acordo com a Lei n o 8.666/93, é possível a dispensa de licitação, quando da alienação de bens imóveis da Administração Pública, no seguinte caso:

Parte superior do formulário

a) locação de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até trezentos metros quadrados e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

b) doação, em qualquer hipótese.

c) permuta por imóvel de outro ente federativo, desde que o valor seja equivalente, não importando a finalidade.

d) concessão de título de propriedade a pessoa natural que ocupe, mansa e pacificamente, com exploração direta, área rural limitada a 30 módulos fiscais.

e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera do governo.

---

15. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Prazo mínimo entre a publicação dos resumos dos editais de concorrência e o recebimento das propostas, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral:

a) cinco dias.

b) quarenta e cinco dias.

c) trinta dias.

d) dez dias.

e) trinta e cinco dias.Parte inferior do formulário

---

16. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Esse delito está tipificado na referida norma com pena de multa, e de detenção de

a) 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

b) 3 (três) a 6 (seis) anos.

c) 2 (dois) a 3 (três) anos.

d) 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

---

17. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

A conduta de celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo

a) é crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa.

b) é punida pela Lei de Licitações unicamente a título de multa.

c) apenas se caracteriza como crime se do fato advém prejuízo para a Administração Pública.

d) pune criminalmente tanto o funcionário público como o particular que licita nessa condição.

e) sujeita o funcionário público a suspensão, se culposa, e demissão, se dolosa, mas não caracteriza crime.

---

18. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

O Prefeito do Município X gostaria de organizar evento público em homenagem aos 103 anos de fundação do Município. Para esse evento, ele gostaria de contratar artista nascido no Município, aclamado pelo público, para realização de apresentação de cerca de uma hora e meia, após abertura do evento pela banda da Guarda Municipal. O cachê cobrado pelo artista, conforme informado por seu empresário, é de R$ 350.000,00.

A esse respeito, com base na Lei n° 8.666/1993, é correto afirmar que

a) para a contratação do artista, deverá ser realizada licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do cachê cotado no mercado.

b) mediante justificativa do preço e da escolha do artista, o Prefeito poderá realizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da impossibilidade de estabelecer competição para a contratação.

c) se trata de caso expressamente previsto na legislação de dispensa de licitação, não sendo o valor vultoso da contratação suficiente para forçar a realização do procedimento licitatório.

d) na situação em questão, seria necessário que a Prefeitura fizesse previamente a seleção do artista mediante abertura de licitação na modalidade concurso público, estabelecendo como condição para a participação no certame o nascimento do artista no Município e o seu reconhecimento pela crítica.

e) não é possível a contratação de artistas diretamente por entes públicos, devendo o Prefeito proceder à contratação de organização social para a organização do evento, com expressa diretriz a esta, prevista em contrato programa, de que faça a contratação do artista para o evento.

---

19. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Um município iniciou procedimento licitatório de concorrência para contratação de um determinado serviço. Foi publicado o edital e iniciada a fase de habilitação. No julgamento das habilitações assim procedeu a administração:

I - A proponente X foi inabilitada por não atender ao requisito do edital quanto ao número mínimo de empregados e anos de existência com atuação no mercado.

II - A proponente Y foi inabilitada por se tratar de uma empresa de pequeno porte, que não pode participar da

licitação de acordo com as regras vigentes.

III - A proponente Z foi inabilitada por estar com a certidão de débitos fiscais federais positiva.

IV - A proponente W foi inabilitada por serem empresas em consórcio, uma vez que o edital vedava a participação de consórcios, já que o objeto da licitação era simples.

Com base em referidas informações indique a alternativa correta:

a) Todas as decisões de inabilitações acima referidas são ilegais por ferirem o postulado da competitividade, restringindo de forma indevida a participação do maior número de concorrentes.

b) Somente a decisão III está correta. As demais decisões de inabilitação são ilegais por se tratarem de questões impertinentes à licitação.

c) Todas as decisões de inabilitação referidas estão corretas. A administração deve garantir a lisura e seriedade no cumprimento das exigências fixadas no edital.

d) Somente a decisão II está correta uma vez que empresas de pequeno porte não possuem capital social e recursos mínimos necessários para contratarem com a administração pública.

e) As decisões III e IV estão corretas. É critério da administração, desde que conste no edital a vedação quanto à participação de empresas em consórcio, especialmente em licitações simples.

---

20. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL/Procurador Legislativo

Considere que a Administração pretenda contratar a construção de um túnel em trecho de serra de uma rodovia, tendo identificado significativa complexidade técnica para sua execução a demandar alta especialização, considerada fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado. Nesse sentido, deseja introduzir no correspondente procedimento licitatório algum mecanismo ou exigência que permita minimizar os riscos de falha de construção por parte do contratado. Nesse contexto, de acordo com as disposições constantes da Lei no 8.666/1993, a Administração poderá estabelecer no edital

a) previsão, como etapa necessária na fase de habilitação, de teste de capacitação técnica, avaliada por empresa certificadora, pública ou privada, com reconhecida expertise técnica para aferição.

b) exigência de apresentação pelos licitantes da metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou recusa, deverá preceder a análise dos preços, devendo ser efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

c) a inversão de fases, iniciando-se pela habilitação, com avaliação exclusivamente de requisitos de capacidade econômico- -financeira e habilitação jurídica, diferindo os requisitos de qualificação técnica para exame apartado após a apresentação da proposta econômica.

d) fixação de exigências relativas a equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, atendidas mediante comprovação de contratação, propriedade e de localização prévia.

e) exigência de participação dos licitantes em consórcio, de forma a assegurar a conjugação de requisitos de capacitação técnica e econômico-financeira suficientes para fazer frente à complexidade e aos custos do objeto.

---

21. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL/Procurador Legislativo

Suponha que, na vigência de ata de registro de preços relativa a itens de material hospitalar, tenha sobrevindo uma significativa redução dos preços praticados no mercado em relação aos itens registrados. Diante de tal cenário,

a) apenas os órgãos participantes estarão obrigados a adquirir os itens registrados, podendo aqueles que tiverem aderido à ata optar pela não aquisição dos quantitativos estimados de forma a obter contratações mais vantajosas em outro certame.

b) caberá ao órgão gerenciador convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado, e aqueles que não aceitarem a redução serão liberados do compromisso de fornecimento sem aplicação de penalidades.

c) o órgão gerenciador poderá cancelar a ata de registro de preços, como alternativa jurídica para liberar os participantes da obrigação de adquirir os quantitativos indicados, salvo se reservados os correspondentes recursos orçamentários quando da abertura do procedimento.

d) o órgão gerenciador poderá desconsiderar o preço dos fornecedores registrados e convocar os integrantes do cadastro de reserva para efetuarem o fornecimento pelo preço arbitrado de acordo com a média de mercado apurada.

e) o fornecedor registrado poderá declinar do direito adquirido ao fornecimento dos quantitativos indicados pelo preço registrado, hipótese em que o órgão gerenciador fica obrigado a efetuar a prorrogação automática da vigência da ata.

---

22. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

Acerca da participação de cooperativas em licitações e contratações públicas, a legislação nacional dispõe que:

a) cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis podem ser contratadas com dispensa de licitação, para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo.

b) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, aos bens e serviços produzidos por cooperativas.

c) os atos de convocação não podem restringir a participação de cooperativas, sendo admissível que estabeleçam preferência para as cooperativas que atuem em âmbito local.

d) aplica-se regra de empate ficto às propostas apresentadas pelas cooperativas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

e) a contratação de cooperativas implica em responsabilidade solidária do ente contratante em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários dos cooperados.

---

23. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

a) empreitada por preço unitário; empreitada por preço diversificado; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

b) empreitada por contrato único; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

c) empreitada por preço unitário; empreitada por preços múltiplos; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

d) empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

---

24. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Nesse sentido, o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança bancária.

b) caução em dinheiro, seguro-garantia; fiança bancária.

c) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; caução em cartão de crédito.

d) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança judicial.

---

25. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

A Constituição Federal exige licitação no contratar de obras, serviços, nas compras e nas alienações da Administração Pública

a) direta da União, dos estados e municípios, sendo facultada a dispensa por discricionariedade do Poder Executivo.

b) direta, indireta ou fundacional dos entes federados, sendo excepcionalmente permitida dispensa em casos expressamente previstos em lei.

c) indireta dos entes federados, sendo regularmente afastada em casos estabelecidos pelo órgão legislativo competente.

d) direta e indireta ou fundacional da União e dos municípios, sendo regularmente dispensada discricionariamente pelo chefe do Executivo.

---

26. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Sobre a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é correto afirmar que

a) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

b) é inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

c) nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

d) é dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

---

27. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador Jurídico

Assinale a alternativa que contempla hipótese de contratação de obras, bens ou serviços pelo poder público, em que a Lei n° 8.666/93 impõe o dever de licitar, independentemente de seu valor, não sendo permitida, no caso, a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

a) Serviços de publicidade e divulgação.

b) Obras e serviços de engenharia.

c) Suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário ou permissionário.

d) Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

e) Pareceres, perícias e avaliações em geral.

---

28. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Considere a seguinte situação hipotética.

Uma determinada Prefeitura faz um estudo do consumo de um medicamento comum para hipertensão, que é dispensado gratuitamente na rede pública de saúde municipal, e conclui que são necessários, em média, 10000 (dez mil) comprimidos por mês, totalizando 120000 (cento e vinte mil) comprimidos por ano. O preço de mercado do medicamento é, em média, de R$ 1,00 (um real). Tendo em vista que a Municipalidade tem baixa capacidade de armazenagem de insumos de saúde em geral e, visando obter ganho de escala, maior competitividade entre fornecedores, menor preço e que não haja falta de medicamentos para a população, a licitação a ser realizada nesse caso seria

a) um convite, para a aquisição de todo o quantitativo de comprimidos necessários, pois o convite é a modalidade licitatória mais célere e competitiva, que possui menos formalidades e é compatível com o valor da aquisição.

b) um pregão, para a formação de uma Ata de Registro de Preços, para o quantitativo estimado de 120 000 unidades, com a possibilidade de várias aquisições do medicamento, durante o ano, pelo preço registrado.

c) uma concorrência, para o quantitativo médio mensal de 10000 (dez mil) comprimidos, que deverá ser repetida todos os 11 (onze) meses seguintes, que será mais vantajosa por apenas repetir as especificações da primeira concorrência realizada.

d) dispensável, por alteração introduzida na Lei Federal n° 8.666/93, para quaisquer aquisições no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cujo valor anual seja inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

e) uma tomada de preços, pois a realização de uma licitação apenas com fornecedores previamente cadastrados é mais vantajosa, pela desnecessidade de entrega dos documentos legalmente exigidos, o que torna o procedimento célere.

---

29. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Suponha-se que uma Prefeitura Municipal possua um contrato de limpeza predial de suas dependências, inicialmente com prazo de 12 (doze) meses, que foi sendo sucessivamente prorrogado por igual período, o que totalizou aditamentos para um período de 60 (sessenta) meses. Quando passados 54 (cinquenta e quatro) meses de contratação, a Municipalidade publicou edital de pregão para licitar os serviços de limpeza. No entanto, em razão de recursos judiciais e da atuação do Tribunal de Contas, o pregão foi suspenso e está-se na iminência do vencimento do contrato, que se encontra no 59° mês de execução. O valor que mensalmente vem sendo pago à Contratada é considerado compatível ao de mercado, segundo pesquisa de preços feita pela Municipalidade. A Prefeitura Municipal, nesse caso, ao observar a legislação de licitações, deve

a) envidar os esforços necessários para superar os óbices apontados nas decisões

do Tribunal de Contas e judiciais, no menor prazo possível e, ultrapassado o vencimento contratual, ficar sem o serviço até que a situação seja regularizada.

b) prorrogar o contrato existente, excepcionalmente, justificando devidamente a situação ocorrida, e desde que haja autorização da autoridade superior àquela responsável pela referida contratação.

c) realizar uma contratação emergencial, na qual deverão ser observadas as seguintes formalidades: caracterização da situação emergencial que justifica a dispensa, a razão da escolha do fornecedor, que não poderá ser a atual Contratada, e a justificativa do preço.

d) realizar um pregão eletrônico para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada.

e) realizar um convite para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada.

---

30. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Determinado órgão público realizou licitação para aquisição de material de expediente. Durante a sessão pública, um dos licitantes do certame manifestou imediata e motivada intenção de recorrer com relação ao item licitado, tendo sido concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso. O recurso interposto pelo licitante foi acolhido e, após análise, o mesmo foi aceito e a licitação seguiu o seu rito procedimental para adjudicação e homologação do item.

De acordo com a Lei Federal Nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação Pregão), nessa situação, o item objeto da licitação será

a) adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

b) adjudicado e homologado pelo pregoeiro.

c) adjudicado pelo pregoeiro e homologado pela Autoridade Competente.

d) homologado pela Autoridade Competente, sem a necessidade de adjudicação.

---

31. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

Sobre os regimes de licitações públicas, analise os itens abaixo:

I. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, as minutas dos editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pelo órgão de assessoria jurídica da unidade responsável pela licitação.

II. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) contempla a possibilidade de celebração de contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza a prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com

ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela Administração.

III. É permitida a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nas licitações de obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Todos estão corretos.

---

32. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

O art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que o processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública na aquisição de bens e serviços. Mas em caso de apresentação de duas ou mais propostas em igualdade de condições, a escolha da vencedora será feita:

a) Mediante a realização de sorteio.

b) Pela ordem cronológica de apresentação das propostas.

c) Preferindo-se a proposta cujos bens ou serviços a serem fornecidos sejam produzidos ou prestados no País.

d) Preferindo-se a proposta cujos bens ou serviços a serem fornecidos sejam produzidos ou prestados por empresa brasileira de capital nacional.

---

33. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

Reconhecida a nulidade da licitação vencida por empresa privada para a prestação de serviço de limpeza urbana, e tendo sido já prestados parte dos serviços contratados e paga parte da remuneração ajustada, a Administração Pública:

a) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, mas somente no caso de a nulidade da licitação ter sido reconhecida por culpa da empresa contratada.

b) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, mas somente no caso de a nulidade da licitação ter sido reconhecida por culpa da Administração Pública.

c) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, independentemente de quem tenha sido a culpa pela nulidade da licitação.

d) Não tem direito à devolução dos valores pagos por serviços já prestados.

---

34. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

Assinale a alternativa INCORRETA, quanto à documentação relativa à qualificação técnica exigida pela Lei nº 8.666/93:

a) As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da

declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

b) Será sempre admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

c) Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

d) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência exclusivamente superior, desde que aprovada pela administração.

---

35. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÍNA-SP/Procurador Jurídico

Se o servidor público frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, segundo a Lei Federal N° 8.666/93, ele estará incorrendo em crime contra a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

b) No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput do art. 23 da Lei nº 8.666/93, quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.

c) É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos do art. 23 da Lei nº 8.666/93, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

d) Nos casos em que couber tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.

---

36. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA -SP/Procurador Jurídico

As afirmações abaixo se referem à licitação para execução de obras e

prestação de serviços. Assinale a alternativa CORRETA:

I – Em particular, obedecem a sequência: projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviços.

II – A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

III – O projeto executivo poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, independente de autorização pela Administração.

IV - A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

V - É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II, IV e IV estão corretas.

---

37. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética: O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos pretende tornar mais eficiente o atendimento ao público. Estudo realizado demonstrou que a implantação de um call center poderia trazer significativos ganhos de eficiência para o instituto e conforto para os aposentados e pensionistas, na medida em que permitiria que eles esclarecessem dúvidas sem a necessidade de se deslocar até a sede do instituto. O prazo do contrato a ser celebrado é de 24 meses e o valor estimado da contratação é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O serviço é considerado comum.

Sobre o procedimento de contratação do serviço de call center, é correto afirmar:

a) por se tratar da contratação de serviço comum, a apresentação de projeto básico pela Administração Pública é dispensada.

b) a licitação poderá ser realizada na modalidade pregão, se o critério de julgamento for o menor preço.

c) é permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para a execução do objeto do contrato.

d) a hipótese é de dispensa de licitação, ante a urgência de se estabelecer atendimento eficiente a pessoas que se encontram em situação que demanda atendimento prioritário como idosos e pessoas portadoras de enfermidades.

e) a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes do serviço a ser executado somente é exigida após o

encerramento do procedimento licitatório, no momento em que ocorrer a assinatura do contrato.

---

38. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética.

A Prefeitura de Marília possui um terreno sem afetação a alguma finalidade pública, que poderia ser utilizado, por sua localização, como estacionamento. Então, o Poder Público procede a adequação do terreno à finalidade de que sirva como estacionamento, construindo uma pequena guarita e instalando muros e portões. Estando o terreno pronto para receber um estacionamento, é correto afirmar que o Executivo Municipal

a) não poderá usar o terreno da forma prevista, pois os bens públicos são de uso comum, não havendo nenhuma hipótese de uso privativo, como pretende a Municipalidade.

b) poderá fazer licitação para a concessão de bem público, para que a exploração fique a cargo de particular, que remuneraria a Administração Municipal.

c) poderá fazer licitação para a concessão de serviço público impróprio, sujeita ao regime de concessões e permissões da Lei Federal n° 8.987/95.

d) poderá explorar diretamente o terreno como estacionamento, mas não poderá fazê-lo mediante descentralização à iniciativa privada.

e) poderá descentralizar a exploração do estacionamento à iniciativa privada, por meio de uma concessão patrocinada.

---

39. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A lei prevê a possibilidade de revogação e anulação da licitação. A primeira se dá por interesse público, e a segunda, por ilegalidade, e necessariamente acarretam a obrigação de indenização.

b) É dispensável a licitação nas hipóteses de licitação deserta e licitação fracassada.

c) Os casos de dispensa de licitação, que não se confundem com os casos de inexigibilidade, são sempre facultativos e decorrem da competência discricionária da Administração.

d) O edital de licitação poderá conter exigência discriminatória desde que seja pertinente ou relevante para o específico objeto do contrato, aplicando-se o princípio da razoabilidade.

e) Em obediência ao princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

---

40. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Acerca do regime de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

a) Se o TJ/SE adquirir computadores por meio de ata de registro de preços, com bons preços de mercado, o estado de Sergipe poderá fazer aquisição semelhante, mediante adesão à referida ata. Nesse caso, em atenção aos

princípios da eficiência e economicidade, será desnecessária a anuência do TJ/SE.

b) Caso opte pelo regime diferenciado de contratação para a contratação de determinado serviço de engenharia, a administração pública poderá, mediante a devida justificativa formal, selecionar licitantes pela marca dos produtos a serem utilizados no serviço, mas não poderá exigir requisitos de sustentabilidade ambiental.

c) Se o estado de Sergipe e o governo federal pretenderem firmar um contrato de programa para a gestão associada de serviço de saúde nas regiões carentes desse estado, ter-se-á, nesse caso, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

d) Caso um estado da Federação realize um pregão para a aquisição de material de expediente, a classificação das propostas, nesse caso, poderá ser feita pelo critério de melhor técnica.

e) É hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de serviço técnico especializado, de natureza singular, executado por profissional de notória especialização, sendo imprescindível a justificativa dos preços contratados.

---

41. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Tratando-se de licitação denominada deserta, é correto afirmar:

a) trata-se de licitação em que aparecem interessados, mas nenhum é selecionado em decorrência da inabilitação ou da desclassificação.

b) ocorrendo, a Administração Pública não está dispensada de realizar nova licitação, para não causar prejuízo público

c) é aquela em que houve dispensa de licitação, quando o contrato tenha por objetivo atender uma situação extrema

d) tem como um dos requisitos que nenhum interessado tenha apresentado a documentação exigida na proposta

e) deve ser reconhecida quando é caso de aquisição de bens ou serviços e a licitação é dispensada por seu valor.

---

42. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Nos termos da Lei n° 8.666/1993, é verdadeira a seguinte afirmação:

a) as obras e serviços somente poderão ser licitados quando existir previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento no exercício financeiro do ano seguinte da sua execução.

b) se as obras e serviços forem licitados sem orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, pode implicar na nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

c) somente o Ministério Público e os órgãos de controle interno da Administração Pública podem requerer desta última os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra licitada.

d) os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, obrigatoriamente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

e) é possível incluir no objeto de licitação o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

---

43. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Nos termos da n° Lei 8.666/1993,

a) toda anulação de procedimento licitatório gera obrigação de indenizar.

b) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

c) não é possível a revogação de licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.

d) a anulação ou revogação da licitação não pode ser realizada de ofício, ainda que por motivo de ilegalidade.

e) a revogação da licitação não pode ser realizada pela mesma autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório.

---

44. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador Jurídico

A Administração Pública pretende a contratação de serviço técnico de natureza singular, na área de publicidade e divulgação. Nessa hipótese, tendo em vista o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), essa contratação

a) dispensa a licitação.

b) deve ser feita por meio de licitação.

c) pode ser feita por contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

d) pode ser feita sem licitação, desde que com empresa de notória especialização.

e) pode dispensar a licitação, desde que seja contratado profissional, pessoa física, de notória especialização.

---

45. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

Acerca da disciplina do registro de preços, prevê a Lei Federal nº 8.666/93 que

a) a seleção deve ser feita mediante concorrência, com estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados, sendo a registro válido por período não superior a 6 (seis) meses.

b) o registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado, sendo que os preços registrados serão publicados anualmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

c) qualquer associação ou partido político é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado.

d) será dada publicidade, mensalmente, em quadro de avisos de amplo acesso público e em sítio eletrônico, à relação de todos os preços registrados pela Administração Direta ou Indireta.

e) a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo assegurado ao beneficiário do

registro preferência em igualdade de condições.

---

46. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Em uma licitação na modalidade concorrência, do tipo menor preço, apenas um licitante restou habilitado. Nesse caso, deve a comissão de licitação

a) abrir prazo de oito dias úteis para que os licitantes inabilitados possam apresentar nova documentação, escoimada dos vícios que levara à inabilitação.

b) revogar a licitação, em vista da ausência de competitividade e promover nova licitação, no prazo de trinta dias.

c) anular a licitação, alegando lesividade ao interesse público e promover nova licitação, no prazo de sessenta dias.

d) dar prosseguimento ao certame, apenas com o licitante habilitado, passando-se à fase seguinte, com o exame da proposta por ele ofertada.

e) em despacho fundamentado, ancorado no princípio da competitividade, dispensar as exigências de habilitação, permitindo que todos os licitantes participem da fase de julgamento.

---

47. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

No tocante à participação das empresas em consórcio nas licitações, a Lei nº 8.666/93 VEDA

a) a participação de consórcio composto exclusivamente de micro ou pequenas empresas.

b) a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

c) o estabelecimento, pelo edital, de exigências de qualificação econômico-financeira distintas das impostas aos licitantes individuais.

d) a celebração de compromisso particular de constituição do consórcio, impondo-se o uso de instrumento público.

e) a participação de consórcio composto exclusivamente de empresas estrangeiras.

---

48. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

A Diretoria Regional de Educação pretende realizar licitação para aquisição de uniforme escolar destinado ao uso de dez mil alunos pertencentes à rede local de ensino, sendo que o preço estimado da contratação equivale a quinhentos mil reais. Nessa hipótese, a Diretoria

a) não pode adotar o pregão, pois esta modalidade licitatória só pode ser utilizada quando o valor estimado da contratação for igual ou inferior a oitenta mil reais.

b) deve dividir a compra em quatro ou mais lotes, possibilitando assim o uso de modalidade convite, para propiciar maior celeridade e competitividade na contratação.

c) pode utilizar o pregão presencial, mas não o pregão eletrônico, modalidade licitatória que somente é empregada pelas entidades e órgãos da Administração Pública Federal.

d) deverá obrigatoriamente utilizar a concorrência-pregão, compatível com a aquisição de bens considerados comuns, mas cujo valor estimado da contratação exceda o valor da tomada de preços.

e) pode utilizar a modalidade licitatória tomada de preço ou, se entender mais conveniente, adotar a concorrência.

---

49. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Em relação às modalidades licitatórias e a seus respectivos procedimentos e características, informe o item incorreto:

a) Embora o art. 22, § 8º, da Lei n. 8.666/93 vede a criação de outras modalidades licitatórias ou a combinação daquelas referidas no mesmo artigo, a mesma Lei n. 8.666/93 não esgotou a competência da União para legislar sobre normas gerais. Por essa razão, segundo a doutrina, nada impede que o legislador crie novas modalidades licitatórias por meio de outra lei, com natureza de normas gerais.

b) No pregão, para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, com exceção das contratações de serviços de engenharia de baixa complexidade, para as quais o pregão deverá observar, obrigatoriamente, o critério "melhor técnica e preço".

c) Vedou-se expressamente a utilização do pregão para as locações imobiliárias.

d) Quando o critério para a escolha da modalidade licitatória for a natureza do objeto, sendo, portanto, indiferente o valor, é possível a utilização do pregão, do concurso e do leilão.

---

50. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética. A Prefeitura Municipal de Sertãozinho contrata diretamente, mediante dispensa de licitação, o Banco do Brasil para a prestação de serviços bancários, para explorar com exclusividade a folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Tal conduta da municipalidade deve ser considerada, à luz dos preceitos do controle externo e interno da Administração,

a) incorreta, pois o Banco do Brasil é empresa pública controlada pela União, sendo permitido pela Lei Federal nº 8.666/93 que a dispensa seja apenas para contratação das pessoas jurídicas de direito privado vinculadas ao ente federativo contratante.

b) correta, tendo em vista que a contratação de serviços bancários para a Municipalidade envolve alta complexidade tecnológica e dados bancários sigilosos, o que permite a dispensa de licitação.

c) incorreta, porque a hipótese seria de inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados na lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

d) correta, pois a dispensa da licitação pode ocorrer para a aquisição de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.

e) incorreta, pois o objeto é passível de certame licitatório tendo em vista a

possibilidade de competição, sendo consequência da contratação direta tirar da Administração a possibilidade da contratação na forma mais vantajosa.

---

51. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

No pregão, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital. Considerando-se o procedimento dessa modalidade licitatória, nos termos da Lei nº 10.520/02, essa regra é de ser observada na fase

a) preparatória.

b) Interna.

c) Externa.

d) Conclusiva.

e) Contratual.

1.8 Serviços Públicos

1. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Sobre a Lei Federal nº 13.460/2017, que estabelece os direitos básicos do usuário de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. A norma regulamenta dispositivo constitucional e possui caráter federal, o que significa dizer que se aplica somente à administração pública direta e indireta da União.

II. A norma determina que os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

III. A lei criou o "conselho de usuários", que visa a garantir a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos.

IV. A partir da publicação da lei, o agente público passou a poder autenticar os documentos, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, II, III e IV.

B) III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Uma das atividades de gestão administrativa mais importantes dos Estados contemporâneos é o serviço público. No Brasil, a tradição francesa impactou significativamente a regulação da matéria, que segue, todavia, ainda muito controvertida e exigindo constante atenção da doutrina especializada. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) O conceito de serviço público previsto no texto original da Constituição de 1988 foi alterado por Emenda Constitucional na década de 1990.

b) A teoria do serviço público brasileira, com base na Constituição, costuma fazer distinção entre serviços públicos privativos (ou exclusivos) do Estado e não privativos (ou não exclusivos) do Estado.

c) A redação atual da Constituição Federal proíbe a prestação de serviços públicos pela via direta.

d) No Brasil, inexiste uma lei nacional de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

e) A Constituição não faz diferença entre o regime jurídico da prestação de serviços públicos e a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado.

3. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Um dos pilares da seguridade social no Brasil é a saúde, considerada pela Constituição da República um direito de todos e dever do Estado. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) Uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, é o atendimento com prioridade para os serviços assistenciais.

b) Os serviços do sistema único de saúde, ainda que prestados pelos municípios e pelos Estados, devem ser financiados com recursos da União.

c) Estão entre os princípios das ações e serviços públicos de saúde (que também regem os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde): a universalidade de acesso em todos os níveis de assistência e a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

d) Lei municipal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional, e as diretrizes para os planos de carreira do agente comunitário de saúde, competindo aos estados prestar assistência financeira complementar aos municípios.

e) Segundo o texto constitucional expresso, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos deve ser prevista e regulada por lei complementar da União.

---

4. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/ Procurador

O desenvolvimento dos serviços públicos, campo de atividades do Estado que são exercidas por ele ou mediante delegação a particulares, obedece a princípios próprios, que são

a) serviços administrativos próprios ou impróprios.

b) imutabilidade e continuidade.

c) generalidade, modicidade de tarifas, mutabilidade e continuidade.

d) generalidade, serviços administrativos próprios, serviços comerciais e industriais.

e) modicidade de tarifas, continuidade, imutabilidade das tarifas e serviços comerciais.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Considere que o Estado pretenda transferir a execução e exploração de serviço público de transporte ferroviário em determinada região metropolitana, desonerando-se, assim, dos custos correspondentes. Para tanto, uma das alternativas juridicamente cabíveis da qual poderia se valer consiste em

a) instituir, por lei específica, autarquia, sujeita a regime de direito privado, para exploração do serviço de forma autônoma.

b) criar, mediante prévia autorização legislativa, sociedade de economia mista que atue como delegatária do serviço em questão.

c) firmar convênio com empresa privada tendo por objeto a prestação do serviço mediante a cobrança de tarifa do usuário.

d) celebrar consórcio com Município, para a concessão do serviço, com o rateio dos custos e receitas correspondentes mediante contrato de gestão.

e) conceder, mediante prévio procedimento licitatório, o serviço a empresa privada, com a transferência da correspondente titularidade.

---

6. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O denominado "desconto de pontualidade", concedido por um locador de máquinas a uma empresa que faz serviços de pavimentação, para que efetue o pagamento das mensalidades até a data do vencimento ajustado, pode ser considerado como

a) cláusula abusiva.

b) cláusula nula.

c) espécie de cláusula penal.

d) modo de incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo.

e) multa compensatória.

---

7. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Indique a afirmação CORRETA:

a) O contrato de concessão de serviço público não pode prever a arbitragem como mecanismo para a resolução de disputas entre as partes.

b) A transferência do controle societário da empresa concessionária do serviço público, sem prévia anuência do poder concedente, sujeita a empresa ao pagamento de multa.

c) A caducidade da concessão pode ser declarada quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou ineficiente, a critério do poder concedente.

d) A encampação, caracterizada pela retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, é condicionada à existência de lei autorizadora específica e ao pagamento de indenização ao concessionário.

---

8. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

De acordo com o STJ, o princípio da continuidade do serviço público autoriza que o poder público promova a retomada imediata da prestação do serviço no caso de extinção de contrato de concessão por decurso do prazo de vigência ou por declaração de nulidade, desde que tal poder realize previamente o pagamento de indenizações devidas.

( ) Certo ( ) Errado

---

9. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

São exigências para apresentar manifestações à ouvidoria de órgãos

públicos a utilização de meio eletrônico e a indicação dos motivos determinantes.

( ) Certo ( ) Errado

---

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.

( ) Certo ( ) Errado

---

11. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

No que concerne à delegação e outorga de serviços públicos, é correto afirmar que

a) o serviço é outorgado por lei ou decreto e delegado por contrato.

b) as sociedades de economia mista não recebem a titularidade do serviço público, mesmo quando constituídas para esse fim.

c) nos serviços delegados, há transferência da execução do serviço por contrato (concessão) ou ato (permissão e autorização) negocial.

d) o serviço público somente poderá ser delegado a empresas públicas.

e) o ordenamento jurídico veda a delegação por meio de contrato, sendo tão somente autorizada por meio de espécie normativa denominada lei.

---

12. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Determinado município notificou uma concessionária de transporte público municipal por inadequação do serviço prestado e por paralisação do serviço sem justa causa, dando prazo para que as irregularidades fossem sanadas. Diante da inércia da concessionária, foi instaurado procedimento administrativo, com direito a ampla defesa, para a extinção do contrato administrativo de concessão.

Nessa situação hipotética, o contrato de concessão deverá ser

a) extinto por caducidade, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

b) rescindido, de forma unilateral, pelo ente municipal, não sendo cabível indenização para o concessionário.

c) extinto por encampação, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

d) extinto por caducidade, não cabendo indenização a ser paga ao concessionário.

e) extinto por encampação, em razão do inadimplemento do concessionário.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Após prévia notificação pela empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica, foi suspenso o fornecimento de luz na residência de Pedro, em consequência do não pagamento dos débitos contraídos pelo usuário anterior do imóvel.

Com relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com fundamento na jurisprudência do STJ, que a empresa prestadora do serviço público procedeu

a) corretamente, pois o corte no fornecimento de serviço público essencial respeitou a necessidade de prévia notificação de Pedro.

b) corretamente, pois os débitos têm natureza propter rem, sendo de responsabilidade de Pedro quando passou a ser usuário do imóvel.

c) incorretamente, pois, como os referidos débitos têm natureza pessoal, não poderia Pedro ser responsabilizado pela dívida contraída pelo usuário anterior do imóvel.

d) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço essencial, não é permitido o corte desse serviço por motivo de não pagamento.

e) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço público essencial, o corte desse fornecimento somente poderia decorrer de determinação judicial.

---

14. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Com relação às concessões públicas, assinale a alternativa correta.

a) Deve constar do edital de concorrência para outorga de concessão o prazo previsto para sua duração.

b) O poder concedente nunca pode, ainda que em razão de conveniência e oportunidade, extinguir a concessão antes de findo o prazo ou alterar o seu prazo da concessão.

c) O poder concedente não pode alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares, alterando as condições de funcionamento do serviço.

d) É possível a modificação do objeto da concessão se houver concordância do concessionário.

e) O concessionário de serviço público deve ser remunerado unicamente mediante tarifa cobrada diretamente dos usuários.

---

15. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Nos serviços públicos que não sejam comerciais, pode-se afirmar que os agentes são estatutários e os bens são públicos (1ª parte). Afirma-se também que toda atividade de interesse público é serviço público, entretanto a recíproca não é verdadeira (2ª parte). Outra característica do serviço é sua capacidade de funcionar com prejuízo, contrariamente às empresas privadas (3ª parte).

Pode-se afirmar, com relação ao fragmento acima:

a) Somente a 1ª parte está correta.

b) Somente a 3ª parte está correta.

c) Somente a 1ª e a 2ª partes estão corretas.

d) Somente a 1ª e a 3ª partes estão corretas.

e) Todas as partes estão corretas.

---

16. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Analise o excerto abaixo:

"Serviço Público é toda atividade que o Estado exerce para cumprir os seus fins, nesse conceito inclui-se a atividade administrativa e a judiciária (1ª parte); nesta o Estado exerce atividade primária, decidindo sobre o seu próprio procedimento (2ª parte), ao passo que, naquela, desempenha função de terceiro, ao gerenciar o procedimento das partes (3ª parte)".

Assinale a opção correta

a) A 1ª parte e a 2ª parte estão corretas, apenas.

b) 2ª e 3ª parte estão erradas, apenas.

c) Somente a 2ª parte está correta.

d) A 2ª parte e a 3ª parte estão corretas, apenas.

e) Somente a 3ª parte está incorreta.

---

17. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

No que tange aos serviços públicos, é CORRETO afirmar que:

a) A concessão de serviço público, em regra, terá caráter de exclusividade.

b) O contrato de concessão de serviço público é ajuste de Direito Administrativo, unilateral, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae.

c) A encampação do serviço público é a retomada coativa do serviço, pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.

d) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

---

18. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a doutrina, a União pode firmar contrato de concessão com empresa privada, com prazo indeterminado, para, por exemplo, a construção e manutenção de rodovia federal com posterior cobrança de pedágio.

( ) Certo ( ) Errado

---

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador

Tendo em vista o disposto na Lei no 8.987/95, que trata da concessão do serviço público, na hipótese de a concessionária, na execução do serviço concedido, causar prejuízos aos usuários,

a) esses danos serão ressarcidos pelo poder concedente, e a concessionária responderá perante a Administração Pública por meio de ação regressiva.

b) a concessionária e o poder concedente responderão pelos danos causados de forma solidária.

c) a concessionária responderá pelos danos causados, mas o poder concedente responderá no lugar dela se este não exerceu, corretamente, seu poder de fiscalização.

d) cabe-lhe responder por todos os danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

e) o poder concedente responderá pelos danos de forma exclusiva, por responsabilidade objetiva.

---

20. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre características do instituto das concessões.

a) O poder concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do mesmo, o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público.

b) A concessão tem que ser feita sempre por meio de licitação, consoante o que exige a Constituição Federal, sendo que a modalidade cabível é o pregão.

c) O concessionário executa o serviço em nome da Administração Pública e, por consequência, não corre os riscos normais do empreendimento.

d) A tarifa cobrada pelo concessionário tem a natureza de taxa e é fixada no contrato, não devendo refletir a remuneração do capital investido pelo concessionário ou o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

e) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de comprovação de dolo ou culpa.

---

21. 2016/CRESCER CONSULTORIAS/CRF-PI/Procurador Jurídico

Determinado ente público atrasou o pagamento durante 100 (cem) dias decorrente de serviço prestado por concessionária de serviço público. Nesse caso, de acordo com a legislação vigente, é correto afirmar que poderá a concessionária:

a) Rescindir unilateralmente o contrato.

b) Suspender a execução do contrato.

c) Rescindir judicialmente o contrato.

d) Impedir a ocupação temporária da Administração.

---

22. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA-RJ/Procurador Jurídico

O acordo de concessão de serviço público é espécie de:

a) ato-condição.

b) ato de expediente.

c) ato de império.

d) ato-subjetivo.

e) ato-regra.

---

23. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Quanto à permissão, pode-se afirmar que:

a) Os atos dos permissionários são de sua exclusiva responsabilidade, sem afetar a Administração.

b) Sempre gera privilégio, pois assegura exclusividade ao permissionário.

c) Sendo um contrato administrativo, dispensa a concorrência.

d) Estendem-se aos permissionários as mesmas prerrogativas concedidas aos concessionários.

e) Admite a substituição do permissionário, além de possibilitar o traspasse do serviço ou do uso permitido a terceiros.

---

24. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta.

a) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

b) Os atos praticados por sociedades empresárias e por sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins da Lei n. 12.846/2013.

c) Segundo a Lei n. 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada, a concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

d) A requisição administrativa, como forma de intervenção temporária na propriedade, encontra previsão no capítulo referente aos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal de 1988, que estabelece que no caso de iminente perigo público a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

e) Serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança,

atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, conforme preceitua a Lei n. 8.987/1995.

---

25. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

A Lei Federal nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (...)

a) obriga as concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

b) não se aplica no âmbito estadual, visto que se trata de lei destinada apenas a regular a concessão e permissão de serviços públicos pela União.

c) veda a prestação delegada de serviços públicos por pessoas físicas, admitindo seja feita somente por pessoas jurídicas e consórcios de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

d) admite que seja utilizada a modalidade pregão para escolha do delegatário na concessão de serviços públicos, bem como na concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública.

e) estabelece como única fonte de receitas das concessões e permissões de serviços públicos a tarifa fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nessa lei, no edital e no contrato.

---

26. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos para os diferentes âmbitos da Federação dependem, primeiramente, do que está estabelecido no artigo 175 da Constituição Federal e na Lei nº 8.987/1995. Com base nessa premissa, é correto afirmar que:

a) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, mediante licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresa que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

b) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco.

c) Somente nos casos expressamente previstos na Constituição Federal a cobrança da tarifa decorrente dos contratos de concessão poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

d) As tarifas cobradas em razão da existência de contratos de concessão poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

e) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica devidamente motivada.

---

27. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

A respeito do tema concessão e permissão no serviço público, sabe-se que esses contratos dependem da realização de processos licitatório e, conforme previsão legal, existem diferentes causas para o encerramento destes vínculos. Sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

a) Parte superior do formulário

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

b) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

c) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão, respeitando-se procedimentos estabelecidos nos marcos legais existentes.

d) Contempla a lei nacional a possibilidade de rescisão judicial, a ser requerida pela concessionária, diante do inadimplemento contratual pelo Poder Público.

e) Existe a hipótese de encampação nos contratos de permissão.

---

28. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

O regime jurídico da prestação de serviços públicos, estatuído pela Lei nº 8.987/95 e legislação correlata, impõe a

a) inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, no procedimento da concorrência para escolha da concessionária de serviço público.

b) reversão, em favor do poder concedente, de todos os bens utilizados pela concessionária de serviço público para a prestação do serviço delegado.

c) instauração prévia de procedimento administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, para decretação de intervenção na concessionária de serviço público, por conta de falhas na prestação contratual.

d) indenização da concessionária de serviço público, no advento do termo contratual, caso haja bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

e) adoção obrigatória de arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, para resolução de disputas decorrentes do contrato de concessão de serviço público.

---

29. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

No tocante aos aspectos econômicos e tarifários das concessões de serviço público, a Lei no 8.987/95 dispõe:

a) Na contratação das concessões de serviços públicos, deve haver a repartição objetiva dos riscos entre as partes.

b) O inadimplemento do usuário não é circunstância justificável para a interrupção na prestação dos serviços públicos.

c) A cobrança de pedágios em rodovias públicas somente é possível por meio do

oferecimento de via alternativa e gratuita para o usuário.

d) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro, vedada a revisão em período inferior a um ano.

e) A alteração das alíquotas do imposto de renda não é causa que justifique pedido de revisão tarifária pela concessionária.

---

30. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

Com relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar que serviço

a) uti singuli é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.

b) uti universi é aquele prestado à coletividade e usufruído diretamente pelos indivíduos.

c) uti universi é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.

d) uti singuli é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído diretamente pelos indivíduos.

e) uti universi é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído indiretamente pelos indivíduos.

---

31. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço público a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade; e, por comprovada inviabilidade econômica.

( ) Certo ( ) Errado

---

32. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Quando se trata de concessão do serviço público, a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, é denominada

a) intervenção.

b) rescisão.

c) caducidade.

d) encampação.

e) declaração de inidoneidade.

---

33. 2016/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP/Procurador

No que concerne às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que:

a) Desconcentração é o contrato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, não integrante da Administração.

b) Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

c) Desconcentração é o processo interno e externo que objetiva substituir um órgão por dois ou mais, não integrantes da Administração, com a finalidade de prestação de serviço.

d) Descentralização é processo eminentemente interno; significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação de serviço.

e) Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

---

34. 2016/CESPE/TJ-DFT/Juiz de Direito

Acerca das formas de delegação de serviços públicos, assinale a opção correta.

a) As parcerias público-privadas poderão ser celebradas nas modalidades contratuais de concessão patrocinada, de concessão administrativa e de permissão administrativa, sendo que a concessão patrocinada visa delegar serviço público ou obra pública, ao passo que as demais só poderão delegar serviço público.

b) A concessão de serviço público será realizada mediante contrato administrativo, submetido à licitação pública, na modalidade de concorrência, devendo essa ser precedida de audiência pública, dependendo do valor do certame.

c) A permissão de serviço público é o contrato administrativo para exploração de serviço público, precedido de licitação, para pessoa jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua própria conta e risco, gerando direitos ao permissionário quanto ao período de exploração.

d) A contraprestação da administração pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser realizada por ordem bancária, cessão de créditos tributários e outorga de direitos sobre bens públicos dominiais, entre outros meios previstos em lei.

e) A contratação de parceria público-privada deverá ser precedida de licitação nas modalidades concorrência ou tomada de preços, estando a abertura do processo licitatório condicionada a, entre outros requisitos, autorização da autoridade competente lastreada em estudo técnico acerca da conveniência e da oportunidade da licitação, observância de limites de responsabilidade fiscal e ausência de vulneração às metas de resultados fiscais.

---

35. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

Assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte dispositivo legal que trata das concessões de serviço público: “A _____ no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".

a) encampação.

b) caducidade.

c) anulação.

d) reversão.

---

36. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO-PR/Procurador

Sobre a concessão de serviços públicos, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

b) Não extingue-se a concessão por falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência.

d) O serviço é outorgado por lei e delegado por contrato.

e) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

---

37. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA-SP/Procurador

Nos termos da Lei n° 8.987/1995, no contrato de concessão,

a) não é admitida a subconcessão, mesmo que expressamente autorizada pelo poder concedente.

b) não se permite a participação de empresas em consórcio.

c) cláusula relativa aos casos de extinção da concessão não é considerada essencial.

d) a outorga de subconcessão será sempre precedida de convite.

e) o poder concedente disciplinará sobre o prazo da administração temporária.

---

38. 2015/CESPE/DPE-RN/Defensor Público

A respeito da prestação de serviço público por concessionárias ou permissionárias, assinale a opção correta.

a) Ainda que motivada por situação de emergência, ou após aviso prévio, por motivos de ordem técnica ou de segurança das instalações, a interrupção no fornecimento de serviços públicos fere o princípio da continuidade dos serviços públicos.

b) Tratando-se de obrigação propter rem, conforme entendimento do STJ, o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior é legítimo.

c) Em nome do princípio da isonomia na prestação dos serviços públicos, é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais, quando se tratar de unidade prestadora de serviços de interesse público da coletividade.

d) De acordo com entendimento do STF, é objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em se tratando de danos causados a terceiros não usuários desse serviço.

e) Segundo entendimento jurisprudencial do STJ, é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o usuário for inadimplente quanto a débitos vencidos pretéritos, desde que precedido de prévia notificação do usuário.

---

39. 2015/FCC/TJ-SE/Juiz de Direito

Muito se discute acerca do conceito de serviço público. Não se questiona, contudo, a possibilidade de delegação à iniciativa privada, atendidos certos limites e requisitos legais. Diante de uma hipótese em que o Poder Público pretenda delegar à iniciativa privada serviço público cuja finalidade seja o atendimento social à população, é adequado

a) firmar convênio administrativo com outros entes públicos para transferência da titularidade e da execução dos serviços público envolvidos, remunerando a prestação por meio de repasses de recursos.

b) licitar a contratação de uma concessão comum, cujos investimentos ficam integralmente a cargo da concessionária, que se remunerará por meio de cobrança de tarifa do poder concedente.

c) contratar um consórcio público para prestação do serviço, remunerando-o por meio de repasses de recursos orçamentários.

d) licitar a contratação de uma concessão administrativa, que não admite a cobrança de tarifa do usuário, remunerando-se o concessionário por meio de contraprestação a ser paga pelo poder concedente, usuário indireto do serviço.

e) licitar a contratação de uma concessão patrocinada, substituindo-se a cobrança de tarifa pela imposição de aporte pago pelo poder concedente, sem prejuízo da contraprestação regularmente devida.

---

40. 2015/VUNESP/PREFEITURA DE SUZANO-SP/Procurador

São exemplos de serviços públicos uti singuli.

a) iluminação pública, calçamento e fornecimento de gás.

b) energia elétrica, iluminação pública e saúde.

c) telefonia, energia elétrica e fornecimento de água.

d) educação, saúde e policiamento.

e) transporte coletivo, defesa civil e educação.

---

41. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

Sobre as concessões de serviço público regidas pela Lei n.º 8.987/1995, é CORRETO afirmar:

a) A remuneração do particular se dará exclusivamente a partir das tarifas cobradas dos usuários, sendo indevida qualquer exploração de receitas complementares, alternativas ou acessórias.

b) A cobrança de tarifas depende da disponibilização de alternativa gratuita em favor do usuário.

c) É obrigatória a conversão de consórcios em empresa para fins de assinatura do contrato de concessão disciplinada pela Lei n.º 8.987/1995.

d) É admitida a assunção do controle da concessionária pelos seus financiadores, com vistas a reestruturar o empreendimento, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos concedidos.

e) Não se admite a utilização da arbitragem para resolver conflitos entre o Poder Concedente e o concessionário, haja vista a indisponibilidade dos interesses em disputa.

---

42. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador

No que concerne às tarifas relacionadas aos serviços públicos, pode ser afirmado:

a) no atendimento às peculiaridades de cada serviço público, é vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas.

b) os contratos podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

c) em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, posteriormente à alteração.

d) as tarifas não podem ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

---

43. 2015/CESPE/TCU/Procurador

Em consonância com a legislação e a jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta, com relação ao serviço público.

a) Se for comprovada a inadimplência da concessionária em processo administrativo, configurar-se-á causa de extinção do contrato de concessão. Nesse caso, dependerá de indenização prévia a declaração de caducidade por decreto do poder concedente.

b) A responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos é objetiva em relação aos usuários do serviço e subjetiva em relação aos não usuários.

c) Considerando que a concessionária execute o serviço em seu próprio nome e se sujeite aos riscos normais do empreendimento, a legislação de regência veda a responsabilidade solidária do poder concedente, ainda que por má escolha da concessionária.

d) O caráter precário da permissão autoriza a revogação unilateral do contrato por ato do poder concedente, hipótese em que, mediante ação própria, é possível ao permissionário obter indenização dos investimentos feitos para o desempenho do serviço.

e) A extinção do contrato de concessão por decurso do prazo de vigência enseja a retomada imediata da prestação do serviço pelo poder público, incluindo-se a ocupação e a utilização das instalações, ressalvado o direito do concessionário à prévia indenização dos bens reversíveis.

---

44. 2015/FCC/TRT-15ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Uma empresa privada, concessionária de serviço público de transporte de passageiros, deixou de realizar os investimentos previstos no contrato de concessão para a modernização dos sistemas de bilhetagem eletrônica, alegando frustração da demanda em relação às estimativas iniciais e

consequente perda de receita tarifária. A conduta da concessionária

a) viola a obrigação de manutenção do serviço adequado, no que concerne à atualidade, que compreende a modernidade de equipamentos e instalações, bem como a melhoria e expansão do serviço.

b) está de acordo com o regime jurídico aplicável na hipótese de concessão de serviço público, onde a exploração se dá por conta e risco da concessionária, a qual detém, portanto, a prerrogativa de compatibilizar os níveis de adequação do serviço à receita obtida.

c) pode configurar violação ao princípio da continuidade do serviço público, em seu sentido amplo, facultando à concessionária a redução da oferta dos serviços apenas para adequar os custos à perda de receita suportada.

d) é decorrência do princípio da modicidade tarifária, que se sobrepõe aos demais, ensejando, em muitos casos, a redução dos níveis de adequação do serviço e dos critérios de universalidade.

e) configura violação ao princípio da eficiência, aplicável apenas em se tratando de prestação de serviço sob regime de concessão, que pressupõe a aplicação de índices de qualidade comparáveis aos praticados pela iniciativa privada.

---

45. 2015/TRT-21ª REGIÃO (RN)/TRT-21ª REGIÃO (RN) Juiz do Trabalho

A respeito dos Serviços Públicos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, a seguir:

I - São serviços de prestação obrigatória e exclusiva da União a manutenção do serviço postal e do correio aéreo nacional.

II - Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

III - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade

IV - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

a) todas as assertivas estão corretas.

b) apenas as assertivas II e III estão corretas.

a) apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) apenas as assertivas III e IV estão corretas.

c) todas as assertivas estão incorretas.

---

46. 2015/TRT-16ª REGIÃO/TRT-16ª REGIÃO (MA)/Juiz do Trabalho

Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. É permitido ao Estado delegar determinados serviços públicos, havendo permissivo legal e desde que sob regime de concessão ou permissão. É o próprio Estado quem escolhe os serviços que, em determinado momento, são considerados serviços públicos. Essa delegação dá-se sempre por meio de licitação.

II. Os serviços uti singuli são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário. São sempre serviços de utilização individual e mensurável, pelo que devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público).

III. A transferência da execução do serviço público pode ser feita por outorga ou por delegação. No primeiro caso transfere-se para o ente a titularidade de um serviço público, não apenas sua execução. Não pode mais o Poder Público retomar esse serviço, a não ser por lei.

IV. A permissão de serviço público é tradicionalmente considerada pela doutrina como ato unilateral, discricionário, precário, intuitu personae, podendo ser gratuito ou oneroso.

a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

de) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

---

47. 2015/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa correta.

a) As tarifas de remuneração da prestação de serviços públicos concedidos deverão ser fixadas pelo preço da proposta vencedora da licitação nos termos de sua proposta e sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço alternativo e gratuito para o usuário.

b) A prestação de serviço público diretamente pelo poder público é imune à aplicação do regime de proteção contido no Código de Defesa do Consumidor por caracterizar relação de prestação ao usuário e não relação de consumo.

c) Os serviços públicos previstos na Constituição que sejam passíveis de concessão aos particulares só poderão ser remunerados por meio de tarifas.

d) A prestação do serviço público não pode ser interrompida por inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, pois sendo um serviço essencial, o corte fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

---

48. 2015/OBJETIVA/PREFEITURA DE VITORINO-PR/Procurador

Acerca do serviço público, analisar os itens abaixo:

I - São exemplos de serviços públicos: o ensino público, o de polícia, o de saúde pública, o de transporte coletivo, o de telecomunicações.

II - Os serviços públicos classificados como de utilidade pública são os que são convenientes à comunidade, mas não essenciais, e o Poder Público pode prestá-los diretamente ou por terceiros (delegados), mediante remuneração.

III - Os serviços públicos classificados como próprios do Estado são prestados pelas entidades públicas (União, Estado, Municípios) através de seus órgãos da Administração Direta.

IV - Permanência, generalidade, eficiência, cortesia e modicidade são requisitos do serviço público traduzidos em princípios.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens II e III.

b) Somente os itens I, II e III.

c) Todos os itens.

d) Somente os itens I e II.

e) Nenhum dos itens.

---

49. 2015/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

No tocante ao serviço público, correto é afirmar que:

a) o Estado detém titularidade exclusiva sobre os serviços de saúde, de educação, de previdência social e de assistência social.

b) os serviços de saúde, de educação, de previdência social e de assistência social deverão ser prestados exclusivamente por meio de concessão, permissão ou autorização.

c) os serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens deverão ser prestados exclusivamente por meio de concessão, permissão ou autorização.

d) os serviços de telecomunicações não podem ser prestados por concessão, permissão ou autorização.

e) a União detém o monopólio sobre os serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva.

---

50. 2015/FCC/TJ-GO/Juiz de Direito

Suponha que em determinada rodovia estadual, objeto de concessão, o reajuste de pedágio, aplicado em conformidade com o regramento estabelecido no contrato de concessão, tenha causado forte insatisfação da população, que passou a exigir do Poder Concedente a revogação do aumento. O Poder Concedente, pretendendo acolher o pleito da população, poderá, com base na legislação que rege a matéria,

a) retomar o serviço por motivo de interesse público, mediante encampação, condicionada a autorização legislativa específica e após prévio pagamento da indenização prevista legalmente.

b) reduzir unilateralmente o valor do pedágio, estando a concessionária obrigada a suportar a redução da receita tarifária, por se tratar de fato do príncipe.

c) retomar a rodovia, mediante declaração de caducidade da concessão, indenizando a concessionária pelos investimentos não amortizados.

d) decretar a intervenção na concessão, indenizando a concessionária pelos lucros cessantes correspondentes ao prazo restante da concessão.

e) alterar a equação econômico-financeira do contrato, concedendo subsídio à concessionária para compensar a redução da receita tarifária.

---

51. 2015/FCC/TCM-GO/Procurador

Um contrato de concessão de serviço público regido pela Lei no 8.987/1995 e licitado com base na Lei n o 8.666/1993 é predicado pela característica da mutabilidade do regime, na medida em que as condições da execução do objeto podem demandar alteração, para fins de adaptação a novo cenário fático. Assim, a prestação de serviço metroviário por meio de concessão de serviço público pode se alterar, como, por exemplo, diante de uma migração significativa de passageiros de outras linhas para aquele objeto da avença, representando imprevisto incremento das receitas tarifárias. A consequência pode ser

a) o aditamento do contrato para redução da tarifa, por meio de alteração unilateral por parte do poder concedente, independentemente de oitiva da concessionária, em face da urgência e da essencialidade do serviço.

b) a redução, de ofício, do prazo contratual, ajustando-se a taxa interna de retorno do contrato à performance efetiva da concessionária.

c) a rescisão do contrato, por meio de encampação, independentemente de indenização, licitando-se nova prestação do serviço com a expectativa de demanda atualizada.

d) a decretação de caducidade, indenizando-se a concessionária pelos investimentos não amortizados, abrindo-se novo procedimento de licitação para definição de tarifa mais módica.

e) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do poder concedente, ensejando a redução da tarifa cobrada do usuário final do serviço, tendo em vista a imprevisibilidade e excepcional incremento de receitas ao qual a concessionária não deu causa.

---

52. 2015/FCC/TRT-6ª REGIÃO/TRT-6ª REGIÃO(PE)/Juiz do Trabalho

Conforme destaca Maria Sylvia Zanella di Pietro, não é tarefa fácil definir o serviço público, pois a sua noção sofreu consideráveis transformações no decurso do tempo, quer no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, quer no que concerne à sua abrangência, enfatizando que as primeiras noções de serviço público surgiram na França, com a chamada Escola de Serviço Público, e foram tão amplas, que abrangiam, algumas delas, todas as atividades do Estado. Esse conceito, por certo, evoluiu no tempo e, atualmente, de acordo com o nosso ordenamento pátrio,

a) o elemento subjetivo utilizado para definição de serviço público considera que determinada atividade se enquadra em tal categoria quando prestada originalmente pelo poder público, que pode, todavia, transferir a titularidade da mesma a particular sob o regime de concessão ou permissão.

b) o elemento finalístico envolvido no conceito de serviço público considera que determinada atividade apenas pode ser

classificada como serviço público quando não passível de exploração econômica.

c) constituem serviço público as atividades de interesse da coletividade apenas quando prestadas, diretamente pelo poder público, sendo este o seu principal elemento subjetivo.

d) um dos elementos de definição do serviço público é o formal, que predica que o enquadramento de determinada atividade material nessa categoria pressupõe previsão legal ou constitucional.

e) decorre do conceito material de serviço público a conclusão de que determinada atividade se insere em tal categoria em face de sua própria natureza, independentemente de previsão legal ou constitucional.

---

53. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Com base na jurisprudência do STJ, julgue o item seguinte.

Segundo o entendimento jurisprudencial dominante no STJ relativo ao princípio da continuidade dos serviços públicos, não é legítimo, ainda que cumpridos os requisitos legais, o corte de fornecimento de serviços públicos essenciais, em caso de estar inadimplente pessoa jurídica de direito público prestadora de serviços indispensáveis à população.

( ) Certo ( ) Errado

1.9 Regime Jurídico Disciplinar

1. 2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

PORQUE

II. À administração se impõe o poder-dever de autotutela.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira.

---

2. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Em razão da prática de infração disciplinar tipificada como crime, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar em desfavor de determinado servidor público, o qual já responde à ação penal relacionada aos mesmos fatos.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto.

a) A independência das esferas administrativa e criminal não permite que a efetivação de penalidade de demissão imposta em sede administrativa ocorra anteriormente ao trânsito em julgado da ação penal.

b) É aceita a utilização de prova emprestada no procedimento administrativo disciplinar em curso, desde que autorizada pelo juiz criminal e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

c) A absolvição criminal fundada na inocorrência de crime impede a imposição de penalidade em sede do procedimento administrativo disciplinar.

d) A condenação criminal impõe a aplicação da penalidade administrativa em sede de procedimento disciplinar, independentemente da regularidade do procedimento administrativo instaurado.

---

3. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

Em procedimento disciplinar por ato de improbidade administrativa, somente depois de ocorrido o trânsito em julgado

administrativo será cabível a aplicação da penalidade de demissão.

( ) Certo ( ) Errado

---

4. 2017/VUNESP/Câmara de Sumaré – SP/Procurador Jurídico

A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

b) O uso de prova decorrente de interceptação telefônica é vedado no processo administrativo disciplinar, mesmo que obtida licitamente no processo criminal.

c) A participação do servidor é indispensável na fase de investigação, ainda que desse procedimento não possa resultar a aplicação de punição.

d) Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, o ato disciplinar pode ser analisado pelo Poder Judiciário, que deverá aplicar pena mais branda, quando cabível.

e) É vedado o agravamento de penalidade imposta a servidor público após o encerramento de processo disciplinar por decisão definitiva da autoridade competente, ainda que a Administração tenha aplicado pena mais branda em desconformidade com a lei.

---

5. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não admite a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que autorizada na esfera criminal diante do princípio da independência das instâncias.

( ) certo ( ) errado

---

6. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É possível a instauração de procedimento administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

( ) certo ( ) errado

---

7. 2015/VUNESP/Prefeitura de Suzano/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Fulano da Silva, funcionário público municipal, detentor de cargo efetivo, praticou ato considerado ilícito nas esferas criminal e administrativa. A sentença

penal, transitada em julgado, negou a existência do fato e absolveu Fulano. Considerando as normas do direito pátrio no que tange ao tema da responsabilidade dos agentes públicos, é correto afirmar que Fulano

a) poderá ainda ser punido administrativamente, uma vez que essas duas instâncias são independentes e não se comunicam.

b) não mais poderá ser punido pela Administração, tendo em vista que a referida decisão penal de absolvição do servidor afasta a responsabilidade administrativa.

c) poderá ser punido pela Administração, posto que a responsabilidade administrativa somente poderia ser afastada se a sentença criminal negasse a autoria do fato.

d) não mais poderá ser punido, uma vez já julgado na esfera penal, independentemente do fundamento, vez que esta prevalece sobre as demais esferas de responsabilidade.

e) poderá ser ainda punido pela Administração, considerando que a absolvição criminal que negou a existência do fato não vincula o administrador.

---

8. 2015/CESPE/AGU/Advogado da União

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Se, em uma operação da Polícia Federal, um agente público for preso em flagrante devido ao recebimento de propina, e se, em razão disso, houver ajuizamento de ação penal, um eventual processo administrativo disciplinar deverá ser sobrestado até o trânsito em julgado do processo criminal.

( ) certo ( ) errado

---

9. 2015/UEPA/PGE-PA/Procurador

Quanto ao regime disciplinar do servidor público e processo administrativo, afirma-se que:

I. É punido com demissão a ofensa física praticada em serviço por servidor a outro servidor ou a particular, ainda que em legítima defesa.

II. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 5 anos de efetivo exercício.

III. O cancelamento da penalidade aplicada não surtirá efeitos retroativos.

IV. A revelação de segredo por servidor do qual se apropriou em razão do cargo é falta punida por demissão.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

a) I e IV

b) II e III

c) III e IV

d) II e IV

e) I, II, III e IV

10. 2015/CESPE/MPU/Analista do MPU

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

João, servidor público federal, atuou, junto à repartição pública competente, como intermediário da concessão de determinado benefício previdenciário do qual o seu pai figura como titular. Nessa situação, conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, João praticou conduta vedada pela norma regente.

( ) certo ( ) errado

11. 2015/FCC/CNMP/Analista-Direito

Considere as seguintes situações:

I. Rovanilda, servidora pública federal, mantinha sob sua chefia imediata, em função de confiança, seu irmão, Rivaildo.

II. Renata, servidora pública federal, aceitou comissão de estado estrangeiro.

Nesses casos, de acordo com a Lei no 8.112/90, considerando as condutas praticadas, bem como que ambas são servidoras primárias, sem processo administrativo disciplinar anterior, Rovanilda e Renata estão sujeitas às penas de

a) suspensão de até sessenta dias.

b) advertência e suspensão, respectivamente.

c) suspensão de até trinta dias.

d) advertência e demissão, respectivamente.

e) demissão.

12. 2015/FUNDATEC/PGE-RS/Procurador do Estado

Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A absolvição do servidor público na esfera penal, por falta de provas, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelos mesmos fatos.

b) A condenação do servidor público na esfera penal vincula a Administração Pública, quanto à autoria e à materialidade dos fatos, para fins de aplicação da sanção administrativa.

c) A absolvição do servidor público, por atipicidade do fato, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.

d) A absolvição do servidor público, por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.

e) Pela falta residual, não compreendida na sentença absolutória criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

13. 2017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário

João delegou a Maria, sua esposa e pessoa estranha à repartição pública onde ele

exerce suas funções, o desempenho das atribuições de sua responsabilidade. Descoberto, João sofreu um processo administrativo disciplinar, que resultou em sua condenação à penalidade de advertência. Três meses após o trânsito em julgado do procedimento administrativo, João recusou fé a documento público.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, João está sujeito à pena de

a) suspensão de até noventa dias.

b) suspensão de até cento e vinte dias.

c) suspensão de até cento e oitenta dias.

d) repreensão verbal.

e) demissão.

---

14. 20172017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário

Após a conclusão de processo administrativo disciplinar contra servidor público federal, a autoridade pública que tem atribuições legais para editar ato punitivo, suspendeu o servidor por cento e vinte dias.

Nessa situação hipotética, o ato de suspensão do servidor por cento e vinte dias é nulo por vício de

a) forma.

b) finalidade.

c) objeto.

d) motivo.

e) competência.

---

15. 2017/CONSULPLAN/TRE-RJ/Analista Judiciário

Quanto às normas aplicáveis aos servidores, assinale a alternativa que apresenta uma interpretação juridicamente correta.

a) O servidor federal que desviar recursos públicos é punido nos moldes da lei de improbidade administrativa, em prejuízo da lei do regime jurídico dos servidores, devido à gravidade dos ilícitos.

b) Embora a lei do processo administrativo estabeleça o direito de ampla defesa e contraditório, nas ações de improbidade administrativa, devido à gravidade dos ilícitos, referido direito é sobrestado.

c) O prazo para apresentação de recursos no âmbito dos processos administrativos federais é, em regra, de dez dias, todavia, quando se tratar de processo administrativo disciplinar, o prazo para recorrer é de trinta dias.

d) No processo disciplinar sumário, a comissão processante é formada por até dois servidores estáveis, enquanto que no processo disciplinar comum ou ordinário, a comissão deve ser composta de três servidores estáveis.

---

16. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Analista Judiciário

Considerando o Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento de cargos públicos, direitos e vantagens

bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Em 2015, Joaquim, servidor público federal, aposentou-se voluntariamente. Em 2016, comprovou-se que Joaquim, em 2015, ainda no exercício de suas funções, havia cometido ato de improbidade administrativa. Assertiva: Nessa situação, a aposentadoria de Joaquim deverá ser cassada.

( ) Certo ( ) Errado

---

17. 2017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário - ADAPTADA

Assinale a opção correta a respeito da comissão responsável por conduzir o processo disciplinar relativo à apuração de responsabilidade de servidor por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições.

a) Se um dos integrantes da comissão for primo do indiciado, ele deverá ser substituído, sob pena de nulidade dos atos da comissão.

b) O presidente da comissão deve ser necessariamente servidor ocupante de cargo de nível superior ao da pessoa indiciada.

c) Sempre que necessário, os integrantes da comissão ficarão dispensados do ponto até a entrega do relatório final.

d) Deverá ser designado como secretário o servidor mais antigo no cargo em relação aos outros dois integrantes da comissão.

e) As reuniões e as audiências da comissão terão caráter público, sob pena de nulidade dos atos.

---

18. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Analista Judiciário

Com base na Lei n.º 8.112/1990 e no regime jurídico aplicável aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A destituição de servidor de cargo em comissão ou de função comissionada não pode ser aplicada como penalidade disciplinar.

( ) Certo ( ) Errado

---

19. 2017/FCC/TRE-PR/Analista Judiciário

No que se refere à prescrição no âmbito da ação disciplinar, a Lei n° 8.112/1990 estabelece que

a) o prazo prescricional começa a correr da data da ocorrência do fato.

b) a abertura de sindicância não interrompe a prescrição.

c) a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

d) infrações puníveis com demissão são imprescritíveis.

e) prescreve em 2 anos a ação disciplinar quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

---

20. 2017/FGV/TRT - 12ª Região (SC)/Analista Judiciário

Alfa, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, utilizou, pelo período de seis meses, materiais de informática da Vara do Trabalho onde estava lotado, em serviços e atividades particulares, para ajudar sua irmã, que estava montando uma empresa de propaganda e marketing.

De acordo com o regime disciplinar estabelecido na Lei nº 8.112/90, após regular processo administrativo disciplinar, Alfa está sujeito à pena de:

a) demissão, aplicada pelo Presidente do TRT;

b) suspensão até 180 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;

c) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Corregedor do TRT;

d) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;

e) advertência, aplicada pelo Corregedor do TRT. (CF).

---

21. 2017/FGV/TRT - 12ª Região (SC)/Analista Judiciário

Maria, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, praticou, no exercício da função, crime contra a Administração Pública. Após regular processo administrativo disciplinar (PAD), em que restaram comprovados os atos ilícitos praticados, foi aplicada a Maria a pena disciplinar de demissão. A Administração Pública, então, determinou o imediato cumprimento da penalidade imposta, logo após o julgamento do PAD, na pendência de julgamento de recurso administrativo, e cessou o pagamento da remuneração da servidora, bem como a afastou de suas funções. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando ilegalidade da execução dos efeitos materiais da pena de demissão enquanto não houvesse o trânsito em julgado da decisão administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ordem deve ser:

a) denegada, por aplicação analógica da norma que faculta a autoridade administrativa que preside o PAD, a qualquer momento, decretar cautelarmente o afastamento do servidor investigado do cargo, com corte de seus vencimentos;

b) denegada, uma vez que não há ilegalidade no caso em tela, diante do atributo de autoexecutoriedade que rege os atos administrativos e porque o recurso administrativo, em regra, carece de efeito suspensivo;

c) concedida, pois a servidora impetrante tem o direito líquido e certo ao devido processo legal na tramitação do PAD, cujos recursos, em qualquer hipótese, têm duplo efeito: suspensivo e devolutivo;

d) concedida, eis que as decisões extremas de aplicação da penalidade de demissão somente produzem efeitos após o trânsito em julgado da decisão, pelo atributo da imperatividade do ato administrativo;

e) concedida, haja vista que a execução provisória de decisão administrativa de demissão ou cassação de aposentadoria de servidor público é possível apenas mediante decisão judicial, pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição.

---

22. 2017/CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário

Após a regular tramitação de processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor público federal, a comissão processante propôs, em relatório, penalidade de suspensão de sessenta dias.

Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a autoridade julgadora

a) pode divergir da conclusão do relatório, podendo majorar ou diminuir a penalidade administrativa.

b) pode alterar a capitulação da infração, mas deve manter a penalidade administrativa proposta.

c) deve acatar a conclusão do relatório e aplicar a penalidade administrativa proposta.

d) deve acatar a conclusão do relatório, podendo majorar a penalidade administrativa, mas não diminuí-la.

e) pode divergir da conclusão do relatório, mas não pode diminuir a penalidade administrativa.

---

23. 2017/FCC/TRT - 21ª Região – RN / Técnico Judiciário

Mateus é servidor público federal classificado em uma repartição onde há grande movimento de público para atendimento. Aproximando-se a data em que Mateus completaria o tempo de serviço necessário para aposentadoria, sua chefia imediata identificou que há tempos ele vinha recebendo montantes em dinheiro de particulares para arquivar processos de cobrança de multas impostas administrativamente. Foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Mateus, mas durante o trâmite das apurações ele veio a requerer sua aposentadoria por tempo de serviço. Em razão disso,

a) eventual comprovação de autoria da infração, nos autos do processo disciplinar, posteriormente à aposentadoria do servidor enseja a substituição da pena de demissão pela de cassação de aposentadoria.

b) ficam obstados o processamento e a concessão de sua aposentadoria, já que a infração precedeu a aquisição do tempo para inatividade, ficando suspensa a contagem de tempo de serviço.

c) o processo administrativo prossegue regularmente e a aposentadoria, ainda que já concedida, fica anulada no caso de constatação de autoria da infração, aplicando-se a penalidade de demissão.

d) fica extinta sua punibilidade, já que a infração praticada pelo servidor é punida com demissão, que se tornou inócua diante da aposentadoria do mesmo.

e) comuta-se a pena passível de ser aplicável, passando de demissão para expulsão, independentemente da

conclusão do processo administrativo, hipótese em que ficam interrompidos os pagamentos de proventos ou de vencimentos.

---

24. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Administração

Marcos Augusto, servidor público federal, investido no cargo de Contador da UFRJ há 10 (dez) anos, manteve sua esposa sob sua chefia imediata, em cargo de confiança. Em virtude de tal conduta, foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar violação do art. 117 da Lei nº 8.112/1990, que proíbe o servidor de manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. Nos termos da referida lei, considerando que Marcos Augusto não é reincidente, marque a opção correta quanto à penalidade a ser aplicada ao servidor:

a) advertência.

b) demissão.

c) suspensão por 30 (trinta) dias.

d) suspensão por 90 (noventa) dias.

e) exoneração.

---

25. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Técnico

Maria Augusta, servidora investida no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais da UFRJ, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respondeu, pela primeira vez, a processo administrativo disciplinar por ter recusado fé a documentos públicos. Após a conclusão do referido processo, foi aplicada a pena de demissão à servidora. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a pena aplicada a Maria Augusta:

a) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 30 (trinta) dias.

b) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 90 (noventa) dias.

c) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a advertência.

d) está correta. A lei determina que a pena a ser aplicada é a demissão.

e) não está correta. Considerando que a servidora é estável, a única pena a ser aplicada é a exoneração.

---

26. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Assistente

José Marcos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Economista da UFRJ há 7 (sete) anos, promoveu manifestação de desapreço no recinto da repartição, fato que ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar.

Nos termos da Lei n° 8.112/1990, considerando que o servidor não é reincidente, é correto afirmar que a pena a ser aplicada é de:

a) demissão.

b) suspensão por 30 (trinta) dias.

c) suspensão por 90 (noventa) dias.

d) advertência.

e) exoneração.

Assinale a opção correta a respeito da classificação da referida lei e de sua vigência e aplicação.

---

27. 2017/FCC/TRF - 5ª REGIÃO/Técnico Judiciário

Breno, servidor público ocupante de cargo efetivo, viajou à Fortaleza a trabalho por alguns dias. Com a proximidade do fim de semana, adiou o retorno para seu domicílio, permanecendo na cidade por mais dois dias, que custeou pessoalmente no mesmo local de hospedagem em que já estava. De volta ao trabalho, pleiteou o recebimento de diárias por todo o período ausente de seu local de classificação, como forma de ressarcimento pelas despesas de hospedagem e alimentação. A conduta do servidor

a) é condizente com seus direitos e obrigações, na medida em que tem direito ao recebimento de algumas vantagens além dos vencimentos, tendo as diárias natureza jurídica indenizatória pelas despesas incorridas.

b) viola os direitos legalmente previstos na Lei n° 8.112/1990, na medida em que não obteve prévia autorização para permanecer na cidade de deslocamento por mais dois dias, com direito a diárias.

c) pode configurar ato de improbidade, na medida em que intencionalmente buscou indenização por despesas que não se consubstanciam em fundamento para recebimento de diárias, devidas apenas para os dias em que estivesse em serviço.

d) configura infração disciplinar e civil, esta sob a modalidade de ato de improbidade, processando-se as responsabilidades de forma subsequente, iniciando-se pelo processo administrativo que poderá ensejar a extinção do vínculo funcional, com a aplicação de penalidade de demissão, o que impedirá a condenação por improbidade.

e) pode ser compatível com a legislação vigente, desde que o servidor demonstre que as despesas de hospedagem e alimentação no período equivalem ou superam o montante pleiteado a título de diárias, para que não reste configurado enriquecimento ilícito.

---

28. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Técnico Judiciário

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2017/FCC/TRE-PR/Técnico Judiciário

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei n° 8.112/90 estabelece que

a) a denúncia pode ser verbal ou por escrito, sendo vedado o anonimato.

b) o prazo para a conclusão da sindicância é improrrogável.

c) a autoridade instauradora do processo disciplinar deverá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo como medida cautelar.

d) o processo disciplinar será conduzido por uma comissão, cujas reuniões e audiências serão públicas.

e) é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

---

30. 2017/IF-TO/IF-TO/Administrador

Considerando as normas contidas na Lei nº 8.112/1990, em especial quanto ao regime disciplinar e às responsabilidades do servidor, assinale a alternativa correta.

a) As sanções civis e penais não poderão cumular-se, pois representaria um bis in idem.

b) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

c) A responsabilidade civil do servidor apenas decorre de atos dolosos que resultem em prejuízo ao erário.

d) A obrigação do servidor de reparar o dano estende-se aos seus sucessores e contra eles será executada, independentemente do valor da herança recebida.

e) A responsabilidade civil-administrativa do servidor resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

1.10 Processo Administrativo

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

"O processo administrativo – como garantia constitucional – possibilita a regulação do exercício da competência (garantia geral de estrutura do ordenamento jurídico) e age como instrumento de proteção do indivíduo perante a ação daquela competência. Na relação entre administração e cidadãos, técnicas processuais tutelam competências para aquela e direitos e liberdades para estes" (BACELLAR FILHO, 2013).

Considerando a matéria suscitada no texto, assinale a alternativa correta.

a) Segundo o texto constitucional expresso, a competência para legislar sobre processo administrativo é privativa da União para normas gerais.

b) Por força de interpretação judicial a respeito da matéria, os municípios que não tenham editado lei própria estão submetidos à Lei Federal de Processo Administrativo.

c) A Lei Federal de Processo Administrativo regula o processo disciplinar de servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios com força de lei nacional.

d) Uma das inovações do texto expresso da Constituição de 1988 foi garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa para todas as espécies de procedimentos administrativos.

e) Os preceitos da Lei Federal de Processo Administrativo não se aplicam aos órgãos do Poder Legislativo, ainda que no desempenho de função administrativa.

---

2. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

O processo administrativo pode ser definido como um conjunto de atos e procedimentos, sobre o qual se aplicam diversos princípios de direito público, visando o atingimento das finalidades que orientam a existência da Administração Pública. A respeito do processo administrativo, é correto afirmar, com base na Lei n° 9.784/1999, que

a) é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, não cabendo, porém, ao servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas, sob pena de incorrer na prática de advocacia administrativa.

b) um órgão administrativo não poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos que não lhe sejam hierarquicamente subordinados, ainda quando lhe for conveniente em razão de circunstâncias de índole social.

c) os atos do processo administrativo dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente o dispensar, devendo ser produzidos por escrito, contendo data, local e hora de sua realização.

d) o desatendimento de intimação pelo cidadão no âmbito de processo administrativo importará no

reconhecimento da verdade dos fatos, e na renúncia ao direito em discussão.

e) o interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

---

3. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

Acerca do princípio da oficialidade, a Lei de Processo Administrativo Federal dispõe que

a) quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, pode haver revisão da sanção aplicada, independentemente de requerimento do apenado.

b) a defesa dos administrados em processos acusatórios somente pode ser realizada mediante procuração, com firma devidamente reconhecida.

c) a desistência ou renúncia do interessado têm efeito preclusivo, impedindo o prosseguimento do processo.

d) a autoridade ou servidor que incorrer em suspeição deve, independentemente de provocação, abster-se de atuar, sob pena de responsabilização.

e) para que haja a convalidação de atos maculados por defeitos sanáveis, é necessário haver provocação do particular interessado, sob pena de se violar o princípio da supremacia do interesse público.

---

4. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a intimação do interessado quanto à data de comparecimento observará a antecedência mínima de:

a) dois dias úteis.

b) três dias úteis.

c) cinco dias úteis.

d) dez dias úteis.

---

5. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

Tércio é servidor público e foi nomeado, com base na Lei Federal n° 9.784/98, para atuar em processo administrativo instaurado para apurar infração cometida por Cícero. No entanto, Tércio está litigando em um processo judicial que ele moveu contra a esposa de Cícero. Não obstante, Tércio aceitou a nomeação para atuar no processo administrativo e não comunicou a existência do litígio judicial à autoridade competente.

Nessa situação, é correto afirmar que Tércio

a) não cometeu qualquer falta, uma vez que a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero não se constitui em impedimento para atuar no processo administrativo.

b) não tinha o dever de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero, uma vez que o dever de comunicar esse fato existiria se o litígio fosse contra Cícero.

c) deveria abster-se de atuar no processo administrativo por estar litigando contra a esposa de Cícero, tendo cometido falta grave por deixar de comunicar esse fato à autoridade competente.

d) teria o dever de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero, mas essa omissão não o impede de atuar no processo administrativo.

e) não estava impedido de atuar no processo administrativo, mas sofrerá a pena de advertência pela omissão de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero.

---

6. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

É correto afirmar a respeito da delegação e avocação da competência administrativa:

a) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade.

b) a legislação pátria permite, em certos casos, a transferência de todas as funções do delegante para o órgão delegado.

c) a legislação brasileira não permite a delegação revogável ou por tempo indeterminado.

d) o princípio da hierarquia, que rege a avocação, permite que a atividade avocada abranja a integralidade das competências do órgão inferior.

e) praticado o ato por autoridade, que age por delegação, eventual medida judicial contra o ato deve ser ajuizada contra a autoridade delegante.

---

7. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta com relação à competência administrativa e à relação hierárquica existente no âmbito da administração pública.

a) A competência administrativa pode ser renunciada em hipótese de acordo entre os órgãos públicos envolvidos.

b) A relação de subordinação hierárquica entre os órgãos públicos envolvidos é condição imprescindível para a delegação da competência administrativa.

c) A delegação de competência de órgãos colegiados é possível, desde que não se trate de matéria de competência exclusiva, de decisão de recursos administrativos ou de edição de atos de caráter normativo.

d) O ato de delegação retira a competência da autoridade delegante e confere competência exclusiva ao órgão delegado.

e) A avocação temporária de competência é permitida, em caráter excepcional e por motivos justificados, entre órgãos da administração pública, independentemente da relação hierárquica estabelecida entre eles.

---

8. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Com relação aos princípios que regem os processos administrativos, assinale a opção correta.

a) Conforme o princípio do formalismo moderado, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo por exigência legal.

b) O princípio da ampla defesa impõe a participação de advogado em todas as fases do procedimento administrativo disciplinar.

c) Por força do princípio da verdade material, admite-se a utilização, em processo administrativo, de provas obtidas por meio ilícito, desde que produzidas de boa-fé.

d) A exigência de depósito de valores como condição de admissibilidade de recurso administrativo não viola o princípio da pluralidade de instâncias.

e) A adoção da chamada fundamentação per relationem em atos administrativos viola o princípio da motivação.

---

9. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/Procurador Jurídico

A Lei Federal no 9.784/99, que trata do Processo Administrativo, determina que: "quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros...".

Sobre a consulta pública para os fins previstos na referida Lei, é correto afirmar que

a) é uma característica da consulta pública a facultatividade, pois a Administração Pública não é obrigada a abrir período de consulta sempre que a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, mas nada impede que lei especial a preveja em caráter obrigatório.

b) a ausência de prejuízo para a parte interessada deve ser interpretada de forma ampla e irrestrita e, nomeadamente, em relação ao prejuízo à celeridade do processo, quando já se sabe que ele se encaminha para um resultado harmonizado entre as partes.

c) a motivação é uma prerrogativa da Administração Pública, pois o despacho que justifica a realização de consulta pública não precisa ser acompanhado da explicitação do fundamento de interesse geral.

d) a abertura de consulta pública não precisa ser objeto de divulgação pelos meios oficiais, mas é necessário fixar prazos para o oferecimento de alegações escritas.

e) a Administração Pública não pode impedir o acesso aos autos, objeto de consulta pública, sem restrições a informações neles contidas, no que diz respeito aos direitos constitucionais.

---

10. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Após conceder bolsa de estudos para que um indivíduo cursasse o doutorado, a FAPESP toma conhecimento de que os dados curriculares apresentados pelo candidato não retratavam a realidade. Esses dados eram obrigatórios e essenciais à concessão da bolsa. A Fundação

a) com base nos indícios de irregularidade nas informações fornecidas pode cancelar de ofício a bolsa concedida, independentemente da instauração de procedimento administrativo.

b) deve instaurar de ofício processo administrativo para apurar os fatos, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao bolsista e, uma vez constatada a

irregularidade, pode cancelar a bolsa concedida.

c) deve encaminhar representação ao Ministério Público para instauração de inquérito civil para apurar eventuais ilegalidades que, se comprovadas, implicam no cancelamento da bolsa concedida.

d) somente poderá instaurar processo administrativo para apurar os fatos mediante provocação de eventuais interessados, devendo garantir o contraditório e a ampla defesa ao investigado e, uma vez constatada a irregularidade, poderá cancelar a bolsa.

e) deverá recorrer ao Poder Judiciário para cancelar o ato que concedeu a bolsa, comprovando a ocorrência da ilegalidade, sendo-lhe vedado realizar administrativamente o cancelamento da bolsa.

---

11. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinentes aos processos administrativos.

A indicação das circunstâncias fáticas supre a exigência de motivação do ato administrativo que decidir recurso administrativo.

( ) Certo ( ) Errado

---

12. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

De acordo com a lei municipal em questão, a falta de correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato administrativo discricionário, tendo em vista a sua finalidade, implicará a invalidade desse ato.

( ) Certo ( ) Errado

---

13. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Considerando a disciplina legal e jurisprudencial da invalidação dos atos administrativos e, em especial, o previsto na Lei federal no 9.784/99, a anulação de ato administrativo ampliativo de direitos

a) decorre do exercício do poder de polícia administrativa a fim de garantir segurança jurídica e estabilidade das relações entre Administração e administrado.

b) só pode se dar por força de decisão judicial, observados os prazos de prescrição previstos no Código Civil.

c) decorre do exercício do poder de autotutela administrativa e independe de procedimento em que seja assegurado contraditório e ampla defesa do beneficiário dos efeitos do ato anulável sempre que houver má-fé.

d) só pode se dar pela Administração Pública, no exercício do poder hierárquico, e não pode alcançar terceiro interessado de boa-fé.

e) só pode se dar no prazo de até cinco anos, pela própria Administração Pública.

---

14. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

a) Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.

b) No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.

c) Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.

d) É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.

e) Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.

---

15. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

A Lei de Processo Administrativo – Lei Federal no 9.784/1999 – estabelece que, no tocante à comunicação dos atos processuais aos interessados,

a) o desatendimento da intimação pelo interessado importará em confissão ficta.

b) somente deve ser objeto de intimação a produção de provas requeridas pelo próprio interessado.

c) a intimação dos atos processuais é feita por publicação em Diário Oficial, cabendo ao interessado acompanhar os assuntos de seu interesse.

d) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

e) a intimação observará a antecedência mínima de 10 dias úteis quanto à data de comparecimento.

---

16. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei 9.784/99, analise as afirmativas a seguir:

I – A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

II – O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

III – Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

IV – O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram

efeitos favoráveis patrimoniais contínuos para os destinatários, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

V – Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.

c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas.

---

17. 2018/VUNESP/IPSM /Procurador

Nos termos da Lei que regula o Processo Administrativo, Lei n° 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando

a) decorrerem de reexame de ofício.

b) reconhecerem ou ampliarem direitos ou interesses dos administrados.

c) decidirem processos administrativos, independentemente do objeto.

d) forem baseados em pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

e) aplicarem jurisprudência firmada desfavorável ao administrado.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Suponha-se que a autoridade julgadora de um determinado processo administrativo disciplinar verifique que consta do relatório da Comissão que o acusado foi validamente citado e participou do contraditório, mas ele não nomeou advogado como procurador e a defesa foi subscrita pelo próprio servidor que está sendo processado. Diante disso, a autoridade julgadora deve

a) proferir decisão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, pois a ausência de nomeação de advogado não é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar.

b) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça todos os atos processuais.

c) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

d) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

e) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a

constituição de outra comissão para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

---

19. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) Cabe reclamação administrativa ao Supremo Tribunal Federal, independente do esgotamento da via administrativa, quando o ato administrativo contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-la indevidamente.

b) O direito de acesso ao processo administrativo, que decorre do princípio da publicidade, assegura o direito de vista ao processo a quem demonstre seu interesse individual, ou aponte o interesse coletivo que pretende defender.

c) No processo administrativo, para a garantia do princípio da ampla defesa e do contraditório, exige-se a obediência aos procedimentos, além da presença da defesa técnica.

d) A sindicância, meio sumário para a apuração de irregularidade praticada por funcionário público, pode acarretar em aplicação de penalidade pelo princípio da verdade sabida.

e) No processo administrativo, em que o princípio da pluralidade das instâncias decorre do poder de autotutela, não é possível alegar em instância superior o que não foi arguido no início, reexaminar matéria e fato e produzir provas novas.

---

20. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) No recurso administrativo, com efeito suspensivo, é possível a exigência de depósito prévio para a admissibilidade do recurso.

b) O recurso hierárquico próprio, dirigido à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado, decorre do princípio da hierarquia e independe de previsão legal.

c) O controle sobre as atividades exercidas pelos órgãos da Administração Direta e da Administração Indireta decorre do poder de autotutela, é ilimitado e permite a revisão dos próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

d) Cabendo recurso administrativo com efeito suspensivo, não se admite o ingresso em juízo para o pleito de revogação ou anulação de ato administrativo.

e) O recurso administrativo extemporâneo não será conhecido e a decisão só poderá ser modificada em caso de revisão.

---

21. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Sobre o processo administrativo, considere as assertivas a seguir.

I - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a Constituição Federal.

II - Aos litigantes, em processo administrativo, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, demandando-se a presença de advogado para a elaboração de defesa técnica.

III - O processo administrativo, inclusive aquele que pode concluir pela pena de aposentadoria compulsória ou pela demissão do servidor público, é passível de revisão judicial.

IV - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Estão CORRETAS apenas as assertivas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III.

c) I, II e IV.

d) I, III e IV.

e) III e IV.

---

22. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Particularmente, no tocante ao processo administrativo, é correto afirmar:

a) ao processo administrativo disciplinar são asseguradas todas as garantias do processo penal, inclusive a defesa técnica, não se aplicando nesse aspecto a restrição sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

b) orienta-se pela informalidade, não se aplicando as garantias próprias do processo penal, no tocante à ampla defesa e contraditório.

c) deve ter as garantias do contraditório e da ampla defesa, mas não a defesa técnica quando se tratar de processo disciplinar de natureza civil, conforme orientação sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

d) nada obstante a orientação do Supremo Tribunal Federal, a ele deve ser aplicado o princípio da defesa técnica, uma vez que se trata de garantia de direito individual e a orientação da jurisprudência do STF não é vinculativa.

---

23. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Sobre competência administrativa, assinale a alternativa incorreta.

a) A Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), ao tratar da competência, prevê que os atos de delegação e de avocação deverão ser publicados no meio oficial.

b) A delegação e a avocação são instrumentos de transferência temporária e excepcional de competências.

c) Segundo a Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, as decisões de recurso administrativo e os atos de competência exclusiva.

d) A Constituição Federal de 1988 admite casos de delegação de atos normativos.

e) A Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) não traz vedação expressa e absoluta à subdelegação de competência.

---

24. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com relação ao processo administrativo em geral, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue o próximo item.

Considere-se que João, servidor público federal, tenha optado pela redução da carga horária de trabalho de quarenta horas para trinta horas semanais, com a

consequente redução salarial. No entanto, por erro da Administração, João continuou a receber, por mais de cinco anos, como se cumprisse regime de quarenta horas semanais, sem comunicar tal fato à Administração. Nesse caso, não há que se falar em decadência.

( ) Certo ( ) Errado

---

25. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com relação ao processo administrativo em geral, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue o próximo item.

O processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999 não admite a chamada fundamentação aliunde ou per relationem.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

O prefeito de um município brasileiro delegou determinada competência a um secretário municipal. No exercício da função delegada, o secretário emitiu um ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.

( ) Certo ( ) Errado

---

27. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos, para que se evite que a forma seja tomada como um fim em si mesma, ou seja, desligada da verdadeira finalidade do processo

( ) Certo ( ) Errado

---

28. 2017/ CESPE / PREFEITURA DE FORTALEZA-CE / Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Nos termos da jurisprudência do STF, caso um particular interponha recurso administrativo contra uma multa de trânsito, por se tratar do exercício do poder de polícia pela administração, a admissibilidade do recurso administrativo dependerá de depósito prévio a ser efetuado pelo administrado.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Analise as assertivas e, ao final, marque a opção correta:

I - No recurso administrativo, a reformatio in pejus é inconstitucional, por violar o princípio da especialidade e da segregação das funções;

II - Das decisões administrativas cabe recurso, em regra, apenas nos aspectos que se referem à legalidade do decidido, e a admissibilidade de que o recurso reveja o mérito (conveniência e oportunidade) depende de explícita previsão legal, pena de afronta à competência dos agentes públicos, previamente definida em lei;

III - É inconstitucional a exigência de depósito em dinheiro, ou arrolamento de bem, para admissibilidade de recurso administrativo; é admissível, porém, a exigência de fiança ou outra caução.

a) Apenas a assertiva II está correta.

b) Todas as assertivas são erradas.

c) Apenas a assertiva III é correta.

d) Apenas as assertivas I e III são corretas.

e) Todas as assertivas são corretas.

---

30. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A realização de audiências e consultas públicas nos processos administrativos se revela como um importante mecanismo de participação dialógica dos administrados, conferindo maior transparência e legitimidade às ações e condutas da Administração Pública.

Sobre essa temática e à luz das disposições da Lei nº 9.784/99 - que trata do processo administrativo em sede federal - e do ordenamento jurídico em vigor, é correto afirmar que:

a) o comparecimento à consulta pública confere à pessoa física, automaticamente, a condição de interessada no processo, assegurando-lhe o direito de obter da Administração resposta fundamentada.

b) as hipóteses de realização de audiência pública estão taxativamente previstas na legislação, não podendo ser realizadas a partir de um juízo discricionário da autoridade competente.

c) nas matérias relevantes os órgãos e entidades administrativas devem, preferencialmente, estabelecer a audiência e a consulta pública como meio de participação dos administrados.

d) a realização de consulta pública será obrigatória toda vez que requerida por qualquer administrado, o que se impõe em razão da transparência e legitimidade das decisões nos processos administrativos.

e) quando a matéria for de interesse geral, pode o órgão competente, motivadamente, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido e desde que não ocorra prejuízo para a parte interessada.

---

31. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador

Considerando os princípios atinentes ao processo administrativo, o poder da Administração, que se caracteriza pela iniciativa de instaurar, instruir e rever suas decisões no processo administrativo, se perfaz por meio do princípio

a) da publicidade.

b) da imperatividade.

c) do informalismo.

d) da eficiência.

e) da oficialidade.

32. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denunciação da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

( ) Certo ( ) Errado

33. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.784/99 (Processo Administrativo), a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, taxatividade, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

( ) Certo ( ) Errado

34. 2016/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

A respeito das disposições da Lei n° 9.784/99 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, analise as seguintes proposições:

I- Os preceitos da Lei n° 9.784/99, também se aplicam aos órgãos do Poder Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

II- São legitimados como interessados no processo administrativo, entre outros, aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

III- No processo administrativo podem ser objeto de delegação, pela autoridade competente, entre outros, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

IV- No processo administrativo pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. O indeferimento de

alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

V - A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Responda:

a) Somente as proposições I,II e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I,III e V estão corretas.

c) Somente as proposições II,III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições II,III e V estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

---

35. 2016/IBEG/PREFEITURA DE GUARAPARI-ES/Procurador Municipal

São deveres do administrado perante a Administração, exceto.

a) expor os fatos conforme a verdade.

b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

c) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

d) não agir de modo temerário.

e) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

---

36. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética. Agente Público da Municipalidade de Marília é demitido após processo administrativo disciplinar, em razão de caracterização da prática de infração disciplinar de natureza grave. O Agente Público recorre ao Poder Judiciário pleiteando a anulação de sua demissão, afirmando que o processo administrativo disciplinar é nulo porque ele não pode se valer de defesa técnica por advogado e porque não pode apresentar recurso da decisão, já que a Municipalidade exigia depósito prévio de valor a título de taxa de instância e ele não possui o valor necessário para tanto. A ação judicial proposta pelo Agente Público será julgada

a) procedente, pois ambas as hipóteses apontadas, falta de defesa técnica e depósito prévio em recurso administrativo, são consideradas inconstitucionais.

b) improcedente, pois o depósito recursal administrativo pode ser plenamente exigido como requisito de admissibilidade, sem previsão de gratuidade.

c) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a falta de defesa técnica por advogado durante o processo administrativo disciplinar, mas válida a exigência de depósito prévio como taxa recursal.

d) improcedente, pois embora a falta de defesa técnica por advogado seja inconstitucional, o Poder Judiciário não pode efetuar controle sobre o processo administrativo.

e) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a exigência de depósito como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, não se constituindo, todavia, a falta de defesa técnica em processo administrativo, em conduta inconstitucional.

---

37. 2016/CESPE /TJ-AM/Juiz de Direito

Conforme a Lei n.º 9.784 /1999, que trata dos atos administrativos, são indelegáveis

a) a edição de atos normativos e as matérias de competência exclusiva do órgão.

b) a elaboração de ofícios e a avaliação de recursos administrativos.

c) a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência privativa de autoridade.

d) a revisão de atos administrativos e a edição de atos normativos.

e) as matérias de competência exclusiva e a publicação de edital.

---

38. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, "os especialistas observam que o procedimento administrativo atende a um duplo objetivo: a) resguardar os administrados; e b) concorre para uma atuação administrativa mais clarividente." (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 505). Objetivando a garantia dos direitos e liberdades dos administrados, bem como o fiel cumprimento dos fins da Administração, foi sancionada a Lei de Processo Administrativo Federal – Lei nº. 9784/1999. Sobre o assunto e a citada lei, analise as assertivas a assinale a alternativa CORRETA.

I. A Lei nº. 9.784/99 poderá ser aplicada, por analogia integrativa, a Estados e Municípios que não possuírem norma específica, conforme entendimento jurídico.

II. A decisão de recursos administrativos poderá ser delegada, desde que o ato de delegação, devidamente publicado, especifique quais são as atribuições e poderes transferidos.

III. É suspeito de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, sendo que a sua omissão de comunicação poderá gerar efeitos para fins de sanções disciplinares.

IV. O interessado poderá, até o momento do protocolo da defesa prévia, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

V. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que o dever de anular é um dever da Administração Pública, conforme preceitua o princípio da autotutela administrativa.

VI. No que se refere aos prazos na lei de processo administrativo: eles começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento;

considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal; quando expressos em dias, são contados de modo contínuo; e quando fixados em meses ou anos, são contados de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

a) Estão corretas as afirmativas I e VI.

a) Estão corretas as afirmativas I, II, III e V.

b) Estão corretas as afirmativas I, V e VI.

c) Estão corretas as afirmativas I, III e VI.

d) Estão corretas as afirmativas II, IV e V.

---

39. 2015/CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/Procurador Municipal

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca dos processos administrativos no âmbito federal.

a) No processo administrativo, os prazos começam a fluir da data da ciência oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.

b) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

c) Caso o interessado desista totalmente de pedido formulado perante a administração, ficará prejudicado o andamento do processo, não sendo possível que a administração determine seu prosseguimento.

d) Os critérios que serão observados nos processos administrativos incluem a subjetividade no atendimento do interesse público, que veda a promoção de pessoal, de agentes ou de autoridades.

e) Devido à informalidade que permeia o processo administrativo, nele as provas ilícitas podem ser aceitas.

---

40. 2015/CESPE/TJ-PB/ Juiz de Direito

No que concerne aos bens públicos e ao processo administrativo, assinale a opção correta.

a) O órgão competente para apreciar recurso administrativo em processo disciplinar está autorizado a modificar a decisão recorrida, inclusive para agravar a situação do recorrente.

b) Segundo a jurisprudência do STJ, são impenhoráveis os bens pertencentes à sociedade de economia mista que presta serviço público, independentemente de sua finalidade e do fato de esses bens estarem ou não afetados à prestação de serviço público.

c) Ao contrário do que ocorre no processo judicial, em um processo administrativo para apuração de suposta infração cometida por servidor, a declaração de nulidade do processo independe da comprovação de prejuízos à defesa do servidor.

d) Segundo a jurisprudência do STJ, devido à autonomia legislativa de estados e municípios, é vedada a aplicação a esses entes da Federação das regras que regulam

o processo administrativo no âmbito federal.

e) É dotado de efeito suspensivo o recurso cabível contra a decisão que, em processo administrativo federal, indefere a alegação de suspeição de determinado servidor ou autoridade.

---

41. 2015/CESPE/TJ-DF/ Juiz de Direito

Acerca do processo administrativo, assinale a opção correta conforme a Lei n.o 9.784/1999.

a) Se a matéria do processo envolver assunto de interesse geral e não houver prejuízo para a parte interessada, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para a manifestação de terceiros, mediante despacho motivado, antes de decidir o pedido.

b) Em caso de risco iminente, é permitido à administração pública adotar providências acautelatórias, desde que estas sejam motivadas e precedidas de prévia manifestação do interessado.

c) A administração deverá anular seus próprios atos quando estes contiverem vícios de legalidade ou quando houver motivo de conveniência ou oportunidade. Nesses casos, a anulação produzirá efeitos ex tunc.

d) A decisão de recursos administrativos e a prática de atos ordinatórios do processo não são passíveis de delegação.

e) Os atos do processo administrativo devem tomar a forma escrita, exigindo-se reconhecimento de firma dos signatários desses atos.

---

42. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/Procurador

O enunciado do artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal) estabelece que "o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé".

Acerca desse dispositivo, assinale a alternativa correta

a) Não é caso de prescrição, mas de preclusão lógica.

b) Protege a boa-fé e a segurança jurídica dos particulares que se relacionam com a Administração Pública.

c) Foi declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, pois pode a Administração dispor do interesse público.

d) Equipara o prazo com a prescrição quinquenal prevista no Decreto nº 20.910/32.

e) Não se aplica aos atos administrativos vinculados.

---

43. 2015/TRT-8ª REGIÃO/TRT-8ª REGIÃO (PA e AP)/Juiz do Trabalho

Com relação ao ato administrativo, marque a alternativa INCORRETA.

a) Nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a administração tem o dever de motivar o ato administrativo, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, dentre outros, neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, devendo a motivação ser explícita, clara e congruente.

b) Diante do princípio da eficiência que norteia a atuação da administração pública, os atos que apresentarem defeitos sanáveis devem ser convalidados.

c) Em regra, a competência para a prática do ato administrativo é irrenunciável, devendo ser exercida pelo órgão administrativo cuja atribuição lhe seja própria, exceto nos casos de delegação e de avocação, desde que previstos em lei.

d) A Administração Pública pode revogar os atos administrativos, mesmo que válidos e eficazes, por motivo de conveniência ou oportunidade, observados os direitos adquiridos, todavia, em todo o caso, o ato, não está imune à apreciação judicial.

e) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

---

44. 2015/FCC/TJ-RR/Juiz de Direito

Após responder a processo administrativo disciplinar, o servidor Marcos Santana sofreu pena de suspensão de suas funções por 30 (trinta) dias, com consequente perda vencimental e reflexos nos seus direitos funcionais. Passados mais de dez anos desde a aplicação da penalidade, ocorre o falecimento de Marcos. Na ocasião, um colega de Marcos, em crise de consciência, confessa que a principal prova documental juntada nos autos do processo disciplinar foi por ele forjada, com a finalidade de prejudicar o colega, de quem era desafeto. Em vista do sucedido, é correto concluir que

a) em vista do falecimento do servidor e do transcurso do tempo, somente será possível a anulação da punição por ação judicial, a ser proposta pelo representante do espólio.

b) com o falecimento do servidor, tornou-se irreversível a punição, em vista do esgotamento dos efeitos do ato administrativo (teoria do fato consumado).

c) embora o falecimento não impeça a anulação da punição, o prazo para anulação dos atos da Administração é quinquenal, o que impossibilita a revisão da punição, seja na esfera administrativa, seja no âmbito judicial.

d) ainda é possível a revisão administrativa da aplicação da sanção, que poderá ser realizada ex officio ou mediante requerimento de qualquer pessoa da família do servidor.

e) em vista do transcurso do prazo para anulação dos atos administrativos, que é decenal, tornou-se irreversível o ato administrativo; todavia, o espólio do servidor poderá ajuizar ação de indenização em relação ao colega que provocou sua punição.

---

45. 2015/CS-UFG/AL-GO/Procurador

Sobre o direito ao regime de tramitação prioritária contido na Lei n. 9.784/1999, terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

a) o doente grave, salvo se a doença tenha sido contraída após o início do processo.

b) o portador de moléstia profissional.

c) a vítima de acidente de trabalho.

d) a pessoa portadora de deficiência, física ou mental.

---

46. 2015/FCC/TJ-PE/Juiz de Direito

Acerca do processo administrativo, tal como disciplinado na Lei Federal n º 9.784/99, é correto afirmar que

a) a ausência de parecer obrigatório nem sempre impedirá o prosseguimento do processo administrativo até final decisão.

b) se aplica ao processo administrativo o princípio que veda a reformatio in pejus, o que se justifica em razão da observância do princípio do devido processo legal.

c) o processo administrativo deve ser formalista, o que se impõe, em observância ao princípio da segurança jurídica.

d) em virtude da indisponibilidade do interesse público, é vedado ao particular interessado no processo formular desistência ou renúncia.

e) se aplica no processo administrativo o princípio da identidade física do juiz, pelo qual o órgão que promoveu a instrução deve ser o mesmo a decidir a questão controversa.

---

47. 2015/FUNDATEC/PGE-RS/Procurador do Estado

De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal, é correto afirmar que:

a) A reformatio in pejus é vedada nos processos administrativos em geral.

b) A reformatio in pejus é permitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.

c) A reformatio in pejus é permitida desde que respeitado o contraditório, não sendo admitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.

d) A reformatio in pejus é admitida em razão do princípio da supremacia do interesse público.

a) A reformatio in pejus é admitida em razão do princípio da autotutela administrativa, independentemente da matéria envolvida.

1.11 Responsabilidade Civil do Estado

1. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmativas a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado e dos agentes públicos.

I. Fulano sofreu danos materiais decorrentes de uma ação estatal. Nesse caso, a ação de reparação de danos, fundada no art. 37, §6º, CR/88 pode ser ajuizada conjuntamente contra a pessoa jurídica de direito público e o agente público envolvido.

II. O servidor público não pode ser punido na esfera administrativa se foi absolvido no juízo criminal.

III. Pela má execução da obra, a administração pública responde objetivamente, ao passo que, pelo "só fato da obra", a responsabilidade é subjetiva.

IV. A responsabilidade civil de um servidor público e a de um empregado de empresa privada concessionária de serviço público, ambos no exercício de suas funções, é objetiva e subjetiva, respectivamente.

Nesse contexto pode-se afirmar:

A) Estão corretas I e IV, apenas.

B) Estão corretas II e III, apenas.

C) Estão corretas I, II, III e IV.

D) Todos os itens estão incorretos.

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

O Brasil é um país pioneiro na matéria responsabilidade civil do Estado. Ainda que por força jurisprudencial e doutrinária, o tema desenvolveu-se sobremaneira no país. As lacunas do ordenamento positivo formal, todavia, acabaram por propiciar certa insegurança, decorrente da variedade de teses e teorias que são encontradas nessa seara. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

a) Tanto a doutrina como a jurisprudência não estão pacificadas, no Brasil, no tocante ao estabelecimento do regime jurídico da responsabilidade civil estatal por omissão, que ora é entendida como objetiva, ora como subjetiva.

b) A responsabilidade civil do Estado no Brasil é matéria tradicionalmente regulada tanto pela Constituição da República quanto pela Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado.

c) A teoria do risco administrativo não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988.

d) O texto da Constituição da República veda expressamente a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.

e) As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente por suas ações se tiverem personalidade de Direito privado.

---

3. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade do Estado por dano ao meio ambiente decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é de caráter e execução solidários.

b) O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, assentou a tese de que, em razão da adoção da teoria do risco integral, a morte de detento no interior do estabelecimento prisional gera responsabilidade civil objetiva para o Estado.

c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral e firmou a tese de que, na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

d) O Superior Tribunal de Justiça firmou o posicionamento de que o Estado é parte legítima para figurar no polo passivo de ações indenizatórias e responde de forma solidária, nos casos de acidente de trânsito em face da má conservação das estradas, mesmo existindo autarquia responsável pela preservação das estradas estaduais.

---

4. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

O Tribunal de Justiça de determinado Estado celebrou contrato com empresa especializada, para prestar serviço educacional nas modalidades de creche e pré-escola, em estabelecimento escolar mantido pelo Tribunal, dedicado ao atendimento de filhos de seus servidores. Durante a prestação do serviço, um dos alunos empurrou o colega do alto de um escorregador, causando-lhe ferimentos graves e gerando sequelas para a criança acidentada. Nessa situação, no tocante à responsabilidade civil,

a) trata-se de hipótese em que o ente estatal não será responsabilizado, visto que se trata de ato de terceiro, a excluir o nexo causal entre a atividade estatal e o dano.

b) há responsabilidade objetiva da empresa contratada, sendo que não haverá responsabilização estatal, visto que o serviço era prestado em benefício de terceiros.

c) haverá responsabilização civil dos pais do causador direto do dano, pois este é menor e civilmente irresponsável.

d) é cabível a responsabilização estatal, com base na teoria da culpa do serviço, em vista do funcionamento deficiente do serviço público.

e) não haverá responsabilização do ente estatal, visto que a situação não se enquadra entre as hipóteses de responsabilização por atos praticados pelo Poder Judiciário.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Carlos, servidor público municipal que atua em hospital da rede pública estadual, no exercício regular de sua função, aplicou determinada medicação em um paciente, que, sendo alérgico à mesma, acabou vindo a óbito. No procedimento instaurado para apuração de responsabilidades, restou comprovada a ausência de culpa de Carlos, eis que o mesmo apenas seguiu a prescrição do médico responsável,

também servidor do mesmo hospital. Inconformados, os familiares do falecido solicitaram à Defensoria Pública a adoção das medidas judiciais cabíveis para a responsabilização civil pelos danos sofridos. Diante da situação narrada,

a) cabe a responsabilização objetiva do Estado, independentemente da comprovação de dolo ou culpa de quaisquer dos servidores, sendo esta última circunstância necessária apenas para fins de direito de regresso.

b) o Estado somente poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos sofridos pelos familiares se comprovada a prestação deficiente do serviço, com a necessária delimitação da parcela de culpa de cada um dos envolvidos.

c) descabe a responsabilização do Estado, eis que configurada culpa exclusiva do servidor, caracterizada por imperícia ou imprudência, respondendo este diretamente pelos danos causados.

d) incide a responsabilidade subjetiva e exclusiva do Estado, com base na teoria do risco administrativo, cabendo, para tanto, a demonstração de omissão no dever de fiscalizar a atuação de seus agentes.

e) o Estado e o servidor responsável pela prescrição do medicamento respondem, solidariamente e de forma objetiva, pelos danos causados, salvo se presente causa excludente de responsabilidade civil como, por exemplo, culpa de terceiro.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

Em relação ao tema da responsabilidade extracontratual do Estado, é correto afirmar sobre a teoria do risco integral:

a) a teoria do risco integral é a modalidade mais branda da doutrina do risco administrativo, sendo adotada como regra no Brasil, por conduzir à justiça social e à distribuição razoável dos riscos entre a sociedade e os cidadãos.

b) na teoria do risco integral, também conhecida por teoria do risco administrativo, a responsabilidade do Estado depende de dano, conduta do Estado, nexo causal, além de culpa ou dolo do agente.

c) na teoria do risco integral, a responsabilidade do Estado não se sujeita às excludentes de responsabilidade, podendo ocorrer, até mesmo quando a culpa é da própria vítima.

d) a teoria do risco integral situa-se no início da história do direito administrativo comparado, em época na qual não se admitia a possibilidade de reconhecimento de falhas por parte do Estado.

e) a teoria do risco integral apresenta diversas hipóteses de aplicação na Constituição Federal de 1988, sendo afastada a responsabilidade do Estado por danos causados aos administrados apenas no caso de caso fortuito ou força maior.

---

7. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Em uma unidade prisional brasileira, superlotada e na qual ocorrem violações diárias de direitos humanos pela ausência de condições mínimas de saúde, higiene, segurança e preservação da intimidade, um preso cumpriu integralmente o tempo correspondente de privação de liberdade de determinada pena. No período, foi assediado moral e fisicamente de várias

formas, ficou diversas vezes privado de sol e de banho, não dormiu por muitas noites por falta de colchões, desenvolveu doença pulmonar e ficou viciado em crack, substância com a qual jamais havia tido contato antes da privação de liberdade. O Estado em que situada a unidade prisional passa por gravíssima crise financeira e atrasa salários de seus servidores, mas aplica na gestão da saúde, educação e segurança pública os percentuais constitucionais e legais mínimos previstos, além de gastar nos limites de sua lei orçamentária, o que foi respeitado durante todo o período em que o apenado cumpriu pena. Considerando a situação acima e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, decidida em sede de repercussão geral, que se assemelha ao fato narrado, considerada a Teoria da Reserva do Possível, os danos experimentados pelo preso

a) poderão ser indenizados pelo Estado se houver comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e de higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

b) poderão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, apenas se comprovados que foram insuficientes os recursos públicos legalmente destinados à segurança e saúde prisional.

c) poderão ser indenizados pelo Estado se ainda houver disponibilidade de recursos que na prática não foram aplicados na área prisional, pois do Estado não pode ser exigido mais do que o possível dentro de sua reserva orçamentária.

d) deverão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, mas apenas os danos materiais, não se incluindo aí os morais, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

e) deverão ser indenizados pelo Estado, tanto os danos materiais como os morais, independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

---

8. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Na hipótese de empregado de Agência Reguladora que, no exercício de sua atividade de fiscalização e monitoramento de execução de contrato de delegação de serviço público, causar dano a terceiro, haverá, em tese, responsabilidade civil extracontratual.

a) objetiva da agência reguladora, por ato comissivo de seu empregado.

b) subjetiva da agência reguladora, devendo-se apurar dolo ou culpa do empregado.

c) subjetiva do Poder Concedente, já que a agência reguladora não tem personalidade jurídica própria.

d) objetiva do empregado da agência reguladora, por ato decorrente do exercício de poder de polícia.

e) objetiva do Poder Concedente, titular do serviço público delegado, a que subordinada a agência reguladora.

---

9. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Empresa de ônibus permissionária de serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros envolveu-se em acidente de trânsito em rodovia estadual explorada por concessionária, tendo um de seus veículos, durante a prestação do serviço de transporte, colidido com automóvel particular, provocando danos materiais e o falecimento de um dos ocupantes do carro. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) a concessionária de rodovia estadual será objetivamente responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, em decorrência da aplicação da teoria da faute du service.

b) o Estado titular dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros e da rodovia em que ocorrido o acidente será objetivamente responsável pelos danos causados, ainda que se comprove culpa concorrente da vítima que conduzia o automóvel particular.

c) a permissionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros poderá ser responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, desde que comprovada ocorrência de dolo ou culpa do motorista do veículo coletivo, porque as vítimas não são usuárias do serviço público por ela prestado.

d) a concessionária de rodovia estadual será objetivamente responsabilizada pelos danos provocados pelo acidente, em decorrência da aplicação da teoria do risco administrativo.

e) a permissionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros poderá ser objetivamente responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, ainda que as vítimas não sejam usuárias do serviço por ela prestado.

---

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

A respeito do entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes.

( ) Certo ( ) Errado

---

11. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Municipal

Um agente de meio ambiente – guarda parque municipal – envolveu-se em acidente de trânsito dentro dos limites territoriais de seu local de exercício, vindo a colidir veículo automotor oficial com veículo particular de um dos visitantes do parque público municipal. De acordo com o registro da ocorrência, o acidente teria sido provocado por negligência do servidor municipal. Nessa hipótese,

a) há responsabilidade objetiva do Município em reparar o dano

comprovadamente sofrido pelo particular em decorrência dos fatos, cabendo ainda ao ente público instaurar procedimento próprio para apuração de responsabilidade administrativa do servidor com vistas ao ressarcimento do erário pelos prejuízos sofridos como resultado de sua possível conduta negligente.

b) há responsabilidade objetiva do servidor público que responderá solidariamente com o Município pelos danos comprovadamente sofridos pelo particular em decorrência dos fatos, além de responsabilidade disciplinar e criminal do guarda parque.

c) não há que se falar em responsabilidade do ente público porque não é possível afirmar que o servidor, ainda que uniformizado, durante horário de trabalho e conduzindo veículo oficial, estivesse atuando, no momento dos fatos, na qualidade de agente de pessoa jurídica de direito público.

d) não há que se falar em responsabilidade civil do Município em razão da inexistência, no caso descrito, de relação jurídica entre o ente público e o particular envolvido no acidente de trânsito.

e) há responsabilidade subjetiva da pessoa jurídica responsável pela gestão do parque municipal em que ocorrido o acidente, a ser apurada em processo administrativo próprio, observado o devido processo legal.

---

12. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

Em sede de processo pelo cometimento de crime sujeito à pena de reclusão, é proferida sentença condenatória em primeira instância, confirmada por seus próprios fundamentos, em segunda instância, sendo dado início à execução da pena privativa de liberdade quando do respectivo trânsito em julgado. Anos mais tarde, enquanto o condenado ainda cumpria a pena que lhe havia sido imposta, o Tribunal de Justiça julga procedente revisão criminal, absolvendo-o, com fundamento em nova prova de sua inocência, sem que ato ou falta imputável ao condenado houvesse contribuído para a reversão do julgado. Diante da procedência da revisão criminal e do tempo que permaneceu encarcerado, pretende o condenado obter indenização por danos morais em face do Estado.

Nessa situação, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) não há que se falar no dever do Estado indenizar o condenado por erro judiciário ou prisão além do tempo devido, uma vez que a condenação e consequente prisão deram-se no exercício regular da jurisdição penal por órgãos competentes.

b) restará configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, desde que demonstrada conduta dolosa ou culposa dos órgãos judiciários quando da condenação.

c) restará configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional apenas se demonstrada conduta dolosa dos órgãos judiciários quando da condenação.

d) restou configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, de natureza objetiva, o que inclui o dever de

indenização por danos morais, como pretendido pelo condenado.

e) embora tenha restado configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, de natureza objetiva, esta não inclui o dever de indenização por danos morais pretendido pelo condenado.

---

13. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

As teorias relativas à responsabilização civil extracontratual do Estado passaram por significativa evolução desde o postulado absolutista que predicava a total irresponsabilidade estatal fundado na máxima "The King can do no wrong". Uma dessas teorias é a do risco administrativo, de acordo com a qual

a) o Estado responde, objetivamente, por todos os danos causados por ação ou omissão de seus agentes e de particulares prestadores de serviço público, não sendo admitida nenhuma excludente de responsabilidade.

b) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de conduta culposa ou dolosa do agente público e do nexo de causalidade com os danos indicados.

c) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, porém não atrelada à conduta culposa ou dolosa de agente determinado, mas sim à denominada culpa anônima ou falta do serviço.

d) apenas em condutas omissivas pode ser invocada a responsabilidade objetiva do Estado, eis que inviável a individualização de culpa ou dolo de agente específico.

e) o Estado responde objetivamente pelos atos comissivos de seus agentes, independentemente de culpa ou dolo, bastando a comprovação do nexo de causalidade, admitindo, contudo, excludentes de responsabilidade como caso fortuito e culpa exclusiva da vítima.

---

14. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Considere que um grupo de moradores de determinado bairro tenha sido afetado pelo rompimento de uma adutora instalada por empresa privada concessionária de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sofrendo diversos prejuízos materiais em decorrência do ocorrido. De acordo com os preceitos constitucionais aplicáveis à espécie, no que tange à responsabilidade civil, referida concessionária

a) responde pelos danos causados, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém apenas em relação aos usuários dos serviços por ela prestados.

b) possui responsabilidade objetiva pelos danos causados, a qual, contudo, pode ser afastada caso comprovada a ocorrência de caso fortuito.

c) apenas responde pelos danos causados se comprovada conduta dolosa ou culposa de seus empregados, eis que os mesmos não são agentes públicos.

d) responde pelos danos causados, de forma irrestrita, com base na teoria do risco integral, descabendo responsabilidade subsidiária do poder concedente.

e) somente responde pelos danos causados se comprovada falha na prestação do serviço, descabendo responsabilização objetiva.

---

15. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Durante uma rebelião, ocorrida recentemente em um presídio de segurança máxima, houve o assassinato de seis presos por seus colegas de cela. A rebelião fora inflamada pela indignação dos detentos em relação às péssimas condições dentro da unidade carcerária, na qual havia a custódia de um número de presos superior à capacidade do estabelecimento. Considerando a responsabilidade civil do Estado na situação hipotética, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade será subjetiva, evidenciada a culpa direta em relação à morte do custodiado.

b) Identificada a excludente de responsabilidade (fato de terceiro), não haverá responsabilidade do Estado.

c) A responsabilidade será concorrente, tendo em vista a participação de terceiro para a ocorrência do óbito.

d) A responsabilidade será objetiva, em decorrência da teoria do risco administrativo e do dever de zelo do Estado com a integridade daqueles sob sua custódia.

---

16. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Caio, detento em unidade prisional do estado de Alagoas, cometeu suicídio no interior de uma das celas, tendo se enforcado com um lençol. Os companheiros de cela de Caio declararam que, mesmo diante de seus apelos, nada foi feito pelos agentes penitenciários em serviço para evitar o ato. A família de Caio procurou a Defensoria Pública a fim de obter esclarecimentos quanto à possibilidade de receber indenização do Estado.

Nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o defensor público responsável pelo atendimento deverá informar a família de Caio de que

a) será necessário, para o ajuizamento de ação de reparação de danos morais, provar que as condições de cumprimento de pena eram desumanas.

b) é cabível o ajuizamento de ação de reparação de danos morais em face do estado de Alagoas.

c) não houve omissão estatal, pois o suicídio configura ato exclusivo da vítima.

d) houve fato exclusivo de terceiro, pois o dever de evitar o ato cabia aos agentes penitenciários em serviço no momento.

e) não cabe direito a reparação de qualquer natureza, por não ser possível comprovar nexo causal entre a morte do detento e a conduta estatal.

---

17. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Situação hipotética: Uma autarquia federal, por meio de processo licitatório, celebrou contrato com empresa para a

prestação de serviços de limpeza em sua sede. A referida empresa não honrou com as obrigações trabalhistas com os seus empregados, que realizavam os serviços na sede do ente público. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade objetiva extracontratual da União, nos termos do entendimento do STF.

b) Situação hipotética: Lei de determinado estado da Federação estabeleceu a responsabilidade do estado durante a realização de evento internacional na capital dessa unidade federativa: o estado assumiria os efeitos da responsabilidade civil perante os organizadores do evento, por todo e qualquer dano resultante ou que surgisse em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado ao referido evento, exceto na situação em que organizadores ou vítimas concorressem para a ocorrência do dano. Assertiva: Conforme entendimento do STF, a referida lei estadual é constitucional, pois a Constituição Federal de 1988 não esgota matéria relacionada à responsabilidade civil.

c) Situação hipotética: Um professor de escola pública foi agredido por um aluno em sala de aula, tendo sido atingido por disparo de arma de fogo. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade subjetiva estatal devido à conduta omissiva do Estado pelo não oferecimento de segurança adequada aos seus servidores.

d) Em caso de dano causado por servidor público, o Estado tem o dever de indenizar a vítima, independentemente da licitude da conduta, cabendo, ainda, ação regressiva contra o servidor, fundada na responsabilidade objetiva e em razão da teoria do risco administrativo.

e) Particular que tenha sofrido danos materiais e morais provocados por servidor público no exercício de suas atribuições poderá ingressar com ação diretamente contra o servidor na busca de reparo pelos prejuízos sofridos, aplicando-se a teoria da imputação volitiva com incidência da responsabilidade objetiva no tocante à comprovação do dano.

---

18. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Após falecimento de Pedro, vítima de atropelamento em linha férrea, seus herdeiros compareceram à DP para que fosse ajuizada ação indenizatória por danos morais contra a empresa concessionária responsável pela ferrovia onde havia acontecido o acidente, localizada em área urbana. Na ocasião, seus parentes informaram que, apesar de Pedro ter atravessado a ferrovia em local inadequado, inexistia cerca na linha férrea ou sinalização adequada.

Com base nessa situação hipotética e no entendimento dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) O poder público concedente tem responsabilidade solidária para reparar os danos decorrentes do acidente, devendo vir a figurar no polo passivo da ação indenizatória.

b) A responsabilização do agente responsável pela falha ao deixar de cercar ou sinalizar o local do acidente exigirá a denunciação da lide nos autos da ação indenizatória.

c) A responsabilização civil da empresa concessionária independerá da

demonstração da falha na prestação do serviço pela empresa, ante o risco inerente à atividade econômica desenvolvida.

d) A conduta de Pedro, que atravessou a ferrovia em local inadequado, afastará a responsabilização civil da empresa concessionária, ainda que fique demonstrada a falha no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente.

e) A demonstração da omissão no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente acarretará a responsabilização civil da empresa concessionária, embora possa haver redução da indenização dada a conduta imprudente de Pedro.

---

19. 2017/FCC/TST /Juiz do Trabalho

Em matéria de responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar:

a) O caso fortuito, a força maior e a culpa concorrente da vítima rompem o nexo causal e, por conseguinte, afastam a responsabilidade civil objetiva do Estado.

b) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, prevalece o entendimento de que o prazo prescricional para a propositura da ação indenizatória é de três anos contados da ocorrência do evento danoso.

c) A responsabilidade dos concessionários de serviços públicos, de acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, não se sujeita à aplicação da teoria objetiva quanto a danos causados a terceiros não usuários.

d) A expressão “nessa qualidade”, prevista no art. 37, § 6° , da CF/88, significa que somente podem ser atribuídos à pessoa jurídica os comportamentos do agente público levados a efeito durante o exercício da função pública, em razão do que os danos causados por servidor público em seu período de férias, em princípio, não implicam responsabilização objetiva do Estado.

e) A imunidade relativa a opiniões, palavras e votos, em sede de atos legislativos, prevista no texto constitucional de 1988, não afasta o direito de regresso do Estado contra o parlamentar.

---

20. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Joana da Silva submeteu-se a uma cirurgia em um hospital público municipal para a retirada de um tumor maligno situado em um rim e que resultou na perda desse órgão, acarretando sobrecarga no rim remanescente e piora na sua qualidade de vida. Em razão disso, a cidadã decide ingressar com ação judicial, visando recebimento de indenização em razão da perda do rim. A partir desses fatos hipotéticos, assinale a alternativa correta.

a) Como Joana da Silva foi tratada em hospital municipal, tanto o médico quanto o hospital respondem objetivamente pelo dano sofrido, bastando à autora comprovar o dano.

b) Joana da Silva deve ingressar com ação somente contra o médico que realizou a cirurgia, que responde objetivamente pelo dano sofrido.

c) Na seara médica vigora o princípio da irresponsabilidade estatal, não cabendo a propositura de ação contra o Município.

d) Para a responsabilização do médico, Joana da Silva deve comprovar a existência de culpa, pois na seara médica vigora o princípio da responsabilidade subjetiva, eis que a ação médica é considerada obrigação de meio e não de resultado.

e) Como a retirada do rim se caracterizou em ato comissivo, o médico e o hospital respondem objetivamente pelos danos sofridos por Joana da Silva.

---

21. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos em relação a terceiros, usuários ou não do serviço, podendo, ainda, o poder concedente responder subsidiariamente quando o concessionário causar prejuízos e não possuir meios de arcar com indenizações.

( ) Certo ( ) Errado

---

22. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

Um cidadão, juridicamente necessitado, procura a Defensoria Pública solicitando que fosse deduzida pretensão em face do Estado de Rondônia, pleiteando indenização pela morte do filho, ocasionada por policial militar durante uma reintegração de posse. Ao atendê-lo, seria correto responder-lhe que

a) a ação pode ser ajuizada e a chance de êxito é plena, pois nosso ordenamento jurídico adotou a teoria do risco integral, devendo o Estado de Rondônia ser responsabilizado, bastando a comprovação do dano e sua extensão.

b) o sucesso da demanda dependerá da demonstração do dano, da existência de nexo deste com a ação policial e da inexistência da prática de ato, pela vítima, que legitimasse referida ação.

c) como defensor público, não pode ajuizar ação contra pessoa jurídica de direito público.

d) precisaria da identificação do policial militar, pois a ação deve ser ajuizada em face dele e da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, sob pena de extinção.

e) a ação deve ser ajuizada em face do policial militar, independentemente da demonstração de culpa, desde que seja possível identificá-lo e provar que foi o autor dos danos.

---

23. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

A respeito da responsabilidade civil do Estado e da organização da Administração Pública, julgue o item que se segue.

De acordo com o STF, em caso de inobservância do seu dever específico de assegurar aos presos o respeito à sua integridade física, o Estado será responsável pela morte do detento.

( ) Certo ( ) Errado

---

24. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Acerca dos prazos prescricionais em matérias referentes à atividade administrativa, segundo a jurisprudência dominante do

a) STJ, é aplicável o prazo constante do Decreto n° 20.910/32 para que autarquia concessionária de serviços públicos ajuíze execução fiscal visando a cobrança de débitos decorrentes do inadimplemento de tarifas.

b) STF, as ações de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito, cometido em prejuízo do patrimônio da Administração Pública, são imprescritíveis.

c) STJ, no tocante à ação para pleitear danos morais decorrentes de prática de tortura ocorrida durante o regime militar, deve-se adotar a prescrição vintenária, sendo o termo inicial a vigência da Constituição Federal de 1988.

d) STF, considera-se prescrito o jus puniendi no caso de transcurso do prazo legal assinalado para conclusão procedimento de processo administrativo disciplinar.

e) STJ, aplica-se o prazo prescricional estabelecido no Código Civil para as ações de repetição de indébito referentes a tarifas cobradas por empresas concessionárias de serviços públicos.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados à família de vítima de atropelamento provocado por motorista de ônibus da empresa.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Um veículo particular, ao transpassar indevidamente um sinal vermelho, colidiu com veículo oficial da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, que trafegava na contramão. **Assertiva:** Nessa situação, não existe a responsabilização integral do Estado, pois a culpa concorrente atenua o quantum indenizatório.

( ) Certo ( ) Errado

---

27. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Em recente decisão, o STF entendeu que, quando o poder público comprovar causa impeditiva da sua atuação protetiva e não for possível ao Estado agir para evitar a morte de detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade),

a) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se à situação a responsabilidade subjetiva por haver omissão estatal.

b) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se ao caso a responsabilidade objetiva por haver omissão estatal.

c) não haverá responsabilidade civil do Estado, pois o nexo causal da sua omissão com o resultado danoso terá sido rompido.

d) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se ao caso a teoria do risco integral.

---

28. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Em 2014, conhecido assaltante e homicida foge do presídio federal. O inquérito administrativo que apurou o evento resulta em punição de dois servidores e mudança de padrões de segurança. Já o foragido mantém-se quieto até 2016, quando se une a outro meliante. Os dois invadem casa, roubam e matam pai de família, na frente da esposa. A dupla de meliantes foge. Por conta da falha de segurança no presídio, a viúva aciona a União Federal, pedindo ressarcimento consistente em pensão alimentícia, danos morais, despesas de funeral e luto, além de reparação do custo de psiquiatra. Assinale a resposta adequada à orientação dominante na doutrina e nos Tribunais Superiores:

a) O pedido é improcedente.

b) A procedência do pedido de pensão depende da prova da dependência econômica da autora para com o falecido. Já o dano moral ocorre in re ipsa.

c) No caso, o dano moral ocorre in re ipsa e a verba de luto e funeral deve ser arbitrada mesmo se não provados os gastos, já que essas despesas sempre existem, em eventos assim.

d) A compensação por dano moral procede, mas, ainda que se provem gastos com psiquiatra, estes estão fora do desdobramento normal do evento, que apenas abarca os danos diretos e imediatos.

e) No caso, as verbas de luto e funeral dependem de prova, não podendo ser meramente arbitradas. A dependência econômica da esposa é presumida e a eventual pensão deve ser limitada à idade de sobrevida provável da vítima.

---

29. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

Sendo a existência do nexo de causalidade o fundamento da responsabilidade civil do Estado, esta deixará de existir ou incidirá de forma atenuada quando o serviço público não for a causa do dano ou quando estiver aliado a outras circunstâncias, ou seja, quando não for a causa única. Assim, admite-se na doutrina e na jurisprudência, como causa que atenua a responsabilidade do Estado,

a) a força maior.

b) a culpa exclusiva da vítima.

c) o caso fortuito.

d) a culpa concorrente da vítima.

e) a culpa de terceiro.

---

30. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA-RJ/Procurador Jurídico

Durante a obra de pavimentação de uma via pública, executada por um particular contratado pelo Município, apesar de executada diligentemente, houve rachaduras nas paredes de imóveis que margeiam o logradouro. Os danos foram

causados pelo só fato da obra. Sobre a responsabilidade da Administração Pública, é correto afirmar que

a) responde com base na Teoria do risco integral.

a) responde com base na Teoria da culpa administrativa.

b) responde com base na Teoria da culpa civil comum do Estado.

c) é irresponsável pelos danos.

d) responde com base da Teoria do risco administrativo.

---

31. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denunciação da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Foi correto o corregedor quanto ao entendimento de que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente, uma vez que, provada, ela pode excluir ou atenuar o valor da indenização.

( ) Certo ( ) Errado

---

32. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Diante da ausência de denunciação da lide, ficou prejudicado o direito de regresso do Estado contra o motorista causador do acidente

( ) Certo ( ) Errado

---

33. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

Aristides da Silva era operário e, a pretexto de sua participação em grupo político considerado subversivo, foi preso e torturado por agentes policiais estaduais, no ano de 1976. Somente em 2016 procurou a Defensoria Pública, visando ajuizar ação indenizatória em face do Estado, para pleitear os danos materiais e morais decorrentes do episódio, que lhe causou sequelas físicas e psicológicas. Em vista de tal situação, é correto concluir que a pretensão em tela

a) não está prescrita, mas há litisconsórcio necessário, devendo ser ajuizada também em relação aos agentes públicos causadores do dano, haja vista a

necessidade de garantir-se o direito de regresso do Estado.

b) é imprescritível, podendo ser ajuizada ação de reparação a qualquer momento.

c) já se encontra prescrita, no tocante aos danos materiais, sendo imprescritível a pretensão aos danos morais.

d) já se encontra inteiramente prescrita, em vista dos efeitos da chamada Lei de Anistia (Lei Federal nº 6.683/1979).

e) já se encontra prescrita, por força do Decreto nº 20.910/1932, devendo ter sido ajuizada ação de reparação no prazo de cinco anos a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

---

34. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

Identifique a hipótese que não corresponde a um dos pressupostos para a caracterização da responsabilização civil do Estado:

a) feito danoso;

b) Relação de causalidade;

c) Regra do risco integral;

d) Fato administrativo.

---

35. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Uma célula de grupo terrorista detona uma carga explosiva em aeronave de matrícula brasileira, operada por empresa brasileira de transporte aéreo público, causando mortes e ferimentos em diversos passageiros. Esclareça-se que a aeronave decolou de aeroporto brasileiro e a explosão ocorreu por ocasião da chegada ao destino, em solo norte-americano, sendo que diversas vítimas haviam embarcado em escala no México. Em vista de tal situação e nos termos da legislação brasileira,

a) a responsabilidade principal e de caráter objetivo é da empresa prestadora do serviço de transporte aéreo público, somente havendo responsabilidade estatal em caráter subsidiário.

b) fica excluída a responsabilidade da União, haja vista que somente fatos ocorridos no território nacional são capazes de justificar a aplicação da responsabilidade objetiva nos serviços públicos.

c) somente deve haver responsabilização da União em favor dos passageiros que embarcaram em solo brasileiro, caracterizada, no caso, a responsabilidade subjetiva por culpa do serviço, em razão da falha na prestação do serviço de segurança aeroportuária.

d) não há responsabilidade estatal, visto que se trata de caso fortuito, circunstância excludente de responsabilidade, haja vista a inexistência de nexo causal entre o evento danoso e a conduta das autoridades estatais.

e) aplica-se a teoria do risco integral, devendo a União indenizar os passageiros que tenham sofrido danos corporais, doenças, morte ou invalidez sofridos em decorrência do atentado.

---

36. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

O art. 37, § 6o da Constituição Federal determina que

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Diante dessa previsão, é correto afirmar que, com relação à responsabilidade civil, o Brasil adotou a Teoria

a) do risco integral, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

b) do risco administrativo, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

c) da culpa consciente, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.

d) da responsabilidade com culpa, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

e) da irresponsabilidade do Estado, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.

---

37. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

A respeito da responsabilidade civil da Administração, é possível afirmar que

a) os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

b) em caso de morte de torcedor em briga de torcidas, dentro do estádio de futebol, haverá o dever de indenizar, ainda que demonstrada a culpa exclusiva da vítima.

c) por ser objetiva a responsabilidade do Estado, deve este responder pelos danos causados por policial militar que, em dia de folga, atropela pedestre com seu veículo, pois o agente público não se despe dessa qualidade em função do regime de trabalho policial.

d) o Estado tem o dever de indenizar a família de trabalhador assassinado na rua por um assaltante, em virtude de falha na prestação do serviço de segurança pública, que é individualmente assegurado aos cidadãos.

e) em caso de cumprimento de mandado de reintegração de posse, quando foram utilizados os meios necessários à execução da ordem, haverá responsabilidade em relação ao danos causados pelos esbulhadores à propriedade privada, pois é objetiva a responsabilidade da Administração.

---

38. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço público.

( ) Certo ( ) Errado

---

39. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

Numa olimpíada de Matemática realizada numa escola pública municipal, além dos alunos matriculados na escola que sediou a competição, vieram alunos de diversas localidades, inclusive de outros municípios. Durante o evento, um dos bancos da arquibancada se desprendeu e caiu, causando lesões corporais em alguns

espectadores do evento. Diante do ocorrido,

a) são solidariamente responsáveis o poder público municipal e os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade escolar, devendo, em razão disso, incidir a modalidade de responsabilidade subjetiva.

b) o poder público municipal onde foi sediado o evento é responsável pelos danos causados, demonstrado o nexo de causalidade entre a omissão dos agentes públicos que realizavam a manutenção do equipamento e os danos causados tanto nos alunos, quanto nos visitantes.

c) por se tratar de acidente e, portanto, força-maior, não há como responsabilizar o poder público, possível, no entanto, imputar responsabilidade diretamente aos agentes públicos que organizaram o evento, que não garantiram as adequadas condições de segurança.

d) a municipalidade é responsável pelos danos porventura causados nos alunos matriculados na escola que sediou o evento, porque submetidos à sua custódia, cabendo aos demais entes públicos responsáveis pelos alunos visitantes a reparação dos danos por esses sofridos.

e) há responsabilidade objetiva da municipalidade em relação aos danos causados nos alunos e visitantes, vedado direito de regresso em face dos dirigentes da unidade por se tratar de caso fortuito ou força-maior.

---

40. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta.

a) O Procurador Municipal tem responsabilidade solidária com a Administração Pública pelos pareceres jurídicos que apresenta.

b) A pessoa que sofrer um dano por parte da administração direta não poderá ajuizar ação indenizatória diretamente contra o agente público causador direto do prejuízo.

c) O Poder Público tem responsabilidade objetiva pelos seus atos de omissão na prestação de serviços públicos obrigatórios.

d) A responsabilidade civil da administração pública se aplica da mesma maneira entre as empresas públicas prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

---

41. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador Municipal

Paulo é condutor de veículo de propriedade do município X tendo colidido com outro veículo de propriedade particular. O evento gerou danos ao patrimônio municipal correspondente a dez mil reais. Após decorridos dez anos o município ajuizou ação de ressarcimento do referido prejuízo diante da constatação de culpa do condutor. De acordo com a jurisprudência assente no Supremo Tribunal Federal a ação de cobrança dos danos causados, no caso em tela:

a) seria imprescritível.

b) teria prazo de três anos para o seu exercício.

c) deveria ser proposta no prazo de até vinte anos.

d) seria proposta após o final do processo penal.

e) deveria ocorrer após a aposentadoria do condutor.

---

42. 2016/IBEG/PREFEITURA DE GUARAPARI-ES/Procurador Municipal

Com relação à responsabilidade civil do estado é incorreto afirmar que:

a) a fixação do valor da indenização, não se deve aplicar o critério referente à teoria da perda da chance, e sim o da efetiva extensão do dano causado (art. 944 do CC), na hipótese em que o Estado tenha sido condenado por impedir servidor público, em razão de interpretação equivocada, de continuar a exercer de forma cumulativa dois cargos públicos regularmente acumuláveis.

b) É imprescritível a pretensão de recebimento de indenização por dano moral decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção.

c) A Administração Pública está obrigada ao pagamento de pensão e indenização por danos morais no caso de morte por suicídio de detento ocorrido dentro de estabelecimento prisional mantido pelo Estado.

d) Na hipótese de dano causado a particular por agente público no exercício de sua função, não há de se conceder ao lesado a possibilidade de ajuizar ação diretamente contra o agente.

e) Aplica-se o prazo prescricional quinquenal – previsto no art. 1º do Dec. n. 20.910/1932 – às ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, e não o prazo prescricional trienal – previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002.

---

43. 2016/TRF-3ª REGIÃO /TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa incorreta.

a) Em regra, em casos de suicídio de preso dentro do estabelecimento prisional, embora configurada responsabilidade objetiva do Estado, não há dever de indenizar já que o dano decorre de culpa exclusiva da vítima.

b) A responsabilidade por danos ao meio ambiente, decorrentes da atividade ou do empreendimento, independe da demonstração da ilicitude do ato.

c) A violência praticada por aluno em face de outro aluno dentro de escola pública é hipótese que implica responsabilidade objetiva do Estado e seu respectivo dever de indenizar.

d) Doutrina e jurisprudência divergem sobre a possibilidade de acionamento do servidor público diretamente pelo terceiro prejudicado (“per saltum”), havendo precedentes das Cortes Superiores em ambos os sentidos.

---

44. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador Municipal

Indivíduo adquire veículo caminhão de particular e efetua normalmente o devido registro junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP. Quinze dias após a aquisição, ao trafegar em rodovia, ao ser parado para fiscalização, verifica-se que o veículo caminhão havia sido furtado um mês antes da aquisição e, por consequência, o bem é apreendido. O indivíduo ajuíza ação de indenização contra o Estado de São Paulo.

Considerando a forma como a responsabilidade civil do Estado é prevista no ordenamento pátrio, é correto afirmar que a ação do indivíduo deve ser julgada

a) improcedente, pois embora tenha havido falha no registro estatal que não continha a informação sobre o furto, não há nexo de causalidade entre o ato perpetrado pelo órgão estadual e os danos experimentados pelo autor.

b) procedente, pois a responsabilidade civil do Estado é objetiva, sendo assim, o Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros.

c) parcialmente procedente, pois a culpa é concorrente, do Estado, que não manteve os devidos registros, e do indivíduo que adquiriu o veículo sem tomar as devidas cautelas quanto à verificação da origem do veículo.

d) improcedente, pois a responsabilidade civil do Estado na Constituição Federal de 1988 é subjetiva, tendo como pressupostos que a conduta praticada seja contrária ao direito e haja inobservância de dever legal.

e) procedente, pois resta demonstrada a culpa, na modalidade omissiva, do Estado, ao deixar de manter os cadastros devidamente atualizados, com a informação de que o veículo havia sido furtado.

---

45. 2016/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP/Procurador

Supondo que a cidade de Poá fosse assolada por uma tempestade de grandes proporções que provocasse prejuízos materiais a toda população, sendo que, ao final das apurações, ficasse comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis. Diante dessa situação, é correto afirmar que

a) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o nexo de causalidade, não existiu.

b) a municipalidade deverá ser responsabilizada civilmente, pois na hipótese de fatos imprevisíveis não há necessidade de comprovação do nexo de causalidade.

c) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria do risco integral.

d) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o fato administrativo, não existiu.

e) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria da culpa administrativa.

---

46. 2015/CONSESP/DAE-BAURU/Procurador Jurídico

A Constituição Federal, ao disciplinar que as pessoas jurídicas responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, adotou expressamente a teoria de

a) Otto Gierke.

b) Otto Jellinek.

c) John Maclennan.p

d) John Bachofen.

e) Otto von Bismark.

---

47. 2015/FCC/TRT-23ª REGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

Era janeiro e, portanto, época de férias escolares. Os alunos da escola de ensino fundamental municipal de uma cidade litorânea participavam de um campeonato de natação, que consistia em uma travessia de 3 km, largando da praia em direção a uma conhecida ilha, onde era o ponto de chegada. A competição é anualmente organizada pela Municipalidade, mas nessa edição contou com patrocínio de empresa detentora de tradicional marca de protetores solares, possibilitando sensível melhoria nos equipamentos de segurança, fiscalização e resgate ao longo de todo o trajeto, além de disponibilização de embarcações de apoio aos nadadores.

Não obstante, durante o trajeto um dos alunos acabou não resistindo à força da corrente marítima e se afastou do grupo. Constatado o desaparecimento e, horas após o início das buscas, noticiado o acidente fatal, a família da vítima, inconformada,

a) deve demandar judicialmente a União Federal, responsável jurídica, por ser a titular do domínio das praias e do mar, existindo, em decorrência, dever de vigilância, facultado, ainda, litisconsórcio ativo com a empresa patrocinadora do evento, responsável financeira pelos danos.

b) pode demandar a Municipalidade, demonstrando o nexo de causalidade entre a má prestação do dever de salvaguardar e vigiar os nadadores, na qualidade de organizadora do evento, e os danos experimentados pela vítima, pleiteando responsabilização objetiva, incluídos danos morais, embora não haja submissão à teoria do risco integral.

c) pode demandar judicialmente os patrocinadores do evento, tendo em vista que foram os responsáveis pela equipe de segurança e salvamento, para responsabilizá-los objetivamente pelos danos morais e materiais sofridos.

d) não possui direito à indenização, tendo em vista que o aluno se inscreveu voluntariamente na competição, sendo o exclusivo responsável pela sua condição física e capacidade de conclusão do trajeto.

e) deve demandar a Municipalidade, em razão de se tratar de aluno de escola municipal e, portanto, com vínculo jurídico direto, respondendo objetivamente pelos danos materiais ocorridos, excluídos eventuais danos morais em razão do evento danoso ter se dado fora das dependências escolares e do período regular de aulas, quando o risco é integralmente assumido pelo ente político.

---

48. 2015/FCC/DPE-MA/Defensor Público

Com vistas a unir esforços na execução do serviço público de coleta e tratamento de lixo, os municípios A e B estabelecem consórcio público, na modalidade de associação pública, nos termos da Lei Federal n° 11.107/2005, para fins de gestão dos resíduos sólidos gerados pelos seus cidadãos. Em caso de danos causados aos cidadãos, na prestação do serviço pelo referido consórcio, é correto afirmar que haverá responsabilidade

a) subsidiária e objetiva do Estado, haja vista que havendo gestão associada de serviços públicos, a entidade hierarquicamente deve atuar como garantidora do serviço.

b) direta e objetiva dos municípios consorciados, que serão solidários nessa responsabilidade.

c) direta e objetiva do município em cujo território ocorrer o dano, havendo responsabilidade subsidiária do outro município partícipe da relação consorcial.

d) direta e subjetiva dos municípios consorciados, haja vista que falharam no dever de fiscalização do consórcio.

e) direta e objetiva do consórcio público.

---

49. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito

Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com referência à responsabilidade civil do Estado. Assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Diante da interrupção do fornecimento de energia elétrica, determinada empresa ajuizou ação de indenização contra o estado da Federação em que estava localizada, postulando a reparação de danos materiais e morais sofridos em decorrência da falha no serviço. Nessa situação, o juiz deverá rejeitar o pedido de indenização quanto aos danos morais, uma vez que pessoa jurídica não tem como sofrer esse tipo de dano.

b) Paulo ingressou na administração pública de um estado da Federação por decisão judicial que lhe reconhecera o direito a nomeação e posse em cargo público. Posteriormente, o servidor ajuizou ação contra o referido estado, pedindo indenização pelo dano material sofrido por não ter recebido as remunerações pelo cargo no período transcorrido entre o ajuizamento da ação e a decisão judicial definitiva. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência atual, o juiz deve rejeitar o pedido de Paulo, pois o pagamento de remuneração a servidor público sem efetivo exercício do cargo e o reconhecimento dos correspondentes efeitos funcionais ensejariam enriquecimento sem causa.

c) Tiago ajuizou ação de indenização contra um estado da Federação, alegando a responsabilidade objetiva do Estado por danos decorrentes de acidente de trânsito que havia sofrido em rodovia estadual, provocado pela má conservação da pista e falta de sinalização. O estado requereu a denunciação à lide da empresa que havia contratado para prestar serviços de conservação da rodovia. Nessa situação, o juiz deve acatar o pedido do estado, por ser obrigatória a denunciação à lide da mencionada empresa na ação movida por Tiago, que é fundada na responsabilidade objetiva do Estado.

d) Lucas, que cumpria pena em presídio de um estado da Federação, faleceu em consequência de agressões cometidas por outro detento. O pai da vítima ajuizou ação de indenização contra o referido estado fundada na responsabilidade objetiva. Nessa situação, o juiz deve reconhecer o descabimento do pedido, considerando que a morte de detento sob custódia enseja a responsabilidade civil subjetiva do Estado.

e) Em determinada ação judicial movida por vítima de disparo acidentalmente efetuado por policial militar, figuraram no polo passivo da relação jurídica processual o Estado e o agente responsável pelo disparo. Nessa situação, eventual decisão do juiz que exclua o militar da relação

processual extinguirá o direito do Estado de ajuizar ação de regresso contra o servidor.

---

50. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/Procurador

"ACIDENTE DE TRÂNSITO - Responsabilidade civil do Estado - Bicicleta colhida por veículo oficial - Culpa da vítima não demonstrada - Aplicação da teoria do risco integral - Indenização devida".

Analise a ementa acima transcrita e assinale a alternativa correta

a) No Brasil, aplica-se a teoria do risco integral.

b) No processo evolutivo da responsabilização extracontratual do Estado, foi admitida, na sua origem, a irresponsabilidade estatal, porém mitigada pela responsabilidade pessoal do soberano.

c) A responsabilidade objetiva contempla a falta do serviço ("faute du service") e admite hipóteses de atenuantes e excludentes.

d) A culpa de vítima e o caso fortuito são circunstâncias que atenuam ou excluem a responsabilidade estatal, porém haverá necessariamente a denunciação à lide do funcionário envolvido no dano.

e) A responsabilidade objetiva depende da caracterização do nexo de causalidade entre o fato e o dano.

---

51. 2015/ FCC / MANAUSPREV /Procurador Autárquico

O Tabelionato de Notas de um determinado município procedeu ao reconhecimento de firma de uma procuração que outorgava poderes para alienação de um imóvel. Apurou-se, posteriormente, que a assinatura era falsa e que a procuração fora efetivamente utilizada no processo de alienação, lesando o real titular do domínio do bem. Diante desse cenário, afigura-se como solução coerente com o ordenamento jurídico a

a) responsabilização objetiva do Estado, em decorrência da atividade notarial, exercida por meio de delegação do Poder Público, sem prejuízo do direito de regresso em face do causador dos danos.

b) responsabilidade objetiva do delegatário do serviço público e a responsabilidade subjetiva do funcionário que reconheceu a firma, sem prejuízo do direito de regresso em face do Estado.

c) responsabilização pessoal do funcionário que reconheceu a firma, eximindo-se o Tabelião e o Estado do dever de indenização aos prejudicados, salvo se comprovado dolo.

d) responsabilização subjetiva do delegatário do serviço público prestado, mediante comprovação de culpa, tendo em vista que o regime privado do serviço afasta qualquer pretensão indenizatória em face do Tabelião ou do Estado.

e) responsabilidade objetiva pura do Tabelião e a responsabilidade subjetiva do Estado, que só responde subsidiariamente mediante a comprovação de dolo ou culpa.

52. 2015/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Sobre a responsabilidade civil do Estado, a Lei n° 10.744/2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aereo publico, estabelece o rol de tais eventos correlatos aptos a permitir a indenização pela União. Nas alternativas abaixo, qual delas NÃO CONSTITUI evento correlato elencado na lei:

a) Ato malicioso.

b) Ato de sabotagem.

c) Depredação por passageiros.

d) Distúrbios trabalhistas.

e) Greve.

1.12 Improbidade Administrativa

1. 2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmativas a seguir.

I. Os servidores estatutários só podem ser demitidos por improbidade administrativa após o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória.

PORQUE

II. A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é exclusividade do Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) As afirmativas I e II são falsas.

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Para parte significativa da doutrina, o "ato de improbidade é ato ilícito doloso, decorrente de desonestidade do agente, que cause prejuízo à Administração, acarrete enriquecimento ilícito a um cidadão ou pessoa jurídica ou esteja previsto em um dos incisos do art. 11 da Lei nº 8.429/92" (HARGER, 2015). Entretanto, o assunto está longe de ser consensual, notadamente em uma sociedade fortemente punitivista como a brasileira. Com relação ao assunto e à legislação mencionada, assinale a alternativa correta.

a) É consenso jurisprudencial e doutrinário que a Lei de Improbidade Administrativa pode punir o administrador inábil, ainda que não propriamente desonesto.

b) Após iniciado o processo, não mais será possível o juiz extingui-lo sem julgamento do mérito, mesmo reconhecida a inadequação da ação de improbidade.

c) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa lei são imprescritíveis por força de determinação constitucional.

d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, poderá ser realizada a indisponibilidade dos bens do indiciado, que recairá sobre todos os seus bens, conforme avaliação discricionária do Ministério Público, desde que autorizada pelo juiz.

e) As disposições dessa lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e o processo administrativo disciplinar, julgue os itens seguintes.

1. Servidor público que receber quantia em dinheiro para deixar de tomar providência a que seria obrigado em razão do cargo que ocupara estará sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos seus direitos políticos por um período de oito anos a dez anos.

2. A ação principal relativa a procedimento administrativo que apure a prática de ato de improbidade terá o rito ordinário e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro do prazo de sessenta dias, no caso de efetivação de medida cautelar.

3. Nos processos administrativos disciplinares, o uso de prova emprestada, ainda que haja autorização do juízo competente, é vedado em razão do direito de proteção à intimidade previsto na Constituição Federal de 1988.

---

4. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Por ato de improbidade administrativa que importe em prejuízo ao erário, o administrador está sujeito à suspensão de seus direitos políticos por:

a) oito a dez anos.

b) um a cinco anos.

c) três a cinco anos.

d) dois a oito anos.

e) cinco a oito anos.

---

5. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Sobre a Lei N° 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa, analise as afirmações a seguir, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

I. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

II. Será punido com a pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

III. A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

IV. Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento é considerado ato de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Então, a alternativa que contempla a sequência CORRETA, lida de cima para baixo, é a seguinte:

a) V V F V.

b) F V F V.

c) F V V V.

d) V F V F.

---

6. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A Lei n. 8.429, de 2.6.1992, é o diploma regulador da improbidade administrativa. Com relação ao seu conteúdo, integrado pela jurisprudência do STJ, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta:

I - se houve incorporação de verba repassada pela União ao patrimônio do Município, a competência para apurar eventual ato de improbidade cometido pelo Prefeito é da justiça federal.

II - Dispõe o verbete 209, da súmula de jurisprudência do STJ que compete à justiça estadual processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

III - A configuração de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92 dispensa a demonstração da ocorrência de dano para a administração pública ou o enriquecimento ilícito do agente.

IV - É necessária a demonstração de risco para a administração em obter ressarcimento do dano, como por exemplo na transferência de bens por parte do agente, para fundamentar a decretação de indisponibilidade de bens.

a) Apenas a alternativa I está correta.

b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

---

7. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta. Segundo o STF:

I - É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.

II - É prescritível a ação de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa praticado com culpa.

III- São imprescritíveis as ações de ressarcimento decorrentes de ato de improbidade administrativa praticado com dolo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Somente a assertiva III está correta.

c) As assertivas II e III estão corretas.

d) As assertivas I e III estão corretas.

e) Somente a assertiva I está correta.

---

8. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DF/Procurador Legislativo

Suponha que determinada empresa privada tenha recebido subvenção econômica de uma agência de fomento federal, cuja aplicação deveria estar atrelada à execução de um projeto de inovação tecnológica aprovado de acordo com edital publicado pela referida agência. No curso da execução do projeto, constatou-se desvio dos recursos repassados pela agência para a empresa, que foram apropriados por um diretor desta e por um gerente de projeto da agência de fomento. No que concerne à aplicação, no caso narrado, das disposições da Lei de Improbidade Administrativa, tem-se que

a) não se aplicam à situação em tela, eis que as sanções por improbidade pressupõem, como sujeito passivo, entidade integrante da Administração direta ou indireta e, quando empresa privada, a participação de mais de 50% do capital por ente público.

b) aplicam-se somente ao gerente da agência de fomento, que pode ser equiparado a agente público para tal finalidade, sendo irrelevante a repercussão econômica do ilícito sobre os recursos públicos envolvidos.

c) sua aplicação depende da comprovação de dolo ou má-fé dos envolvidos, cumulada com a identificação do prejuízo direto sofrido pela pessoa jurídica de direito público controladora da agência de fomento.

d) atingem o gerente da agência e também o diretor da empresa, mesmo não sendo este agente público e, considerando a natureza da empresa privada, a sanção patrimonial restringe-se à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

e) atingem apenas os dirigentes da agência de fomento, na condição de agentes públicos, e desde que configurada ação ou omissão que tenha dado causa direta a prejuízo no que concerne à participação da União no capital social da agência de fomento.

---

9. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

No que tange à lei de improbidade administrativa,

a) o integral ressarcimento do dano ao patrimônio público dependerá de ação ou omissão dolosa do agente público, não se aplicando a sanção se meramente culposa a conduta.

b) as disposições da lei de improbidade, dada sua natureza, são aplicáveis somente aos agentes públicos.

c) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

d) o sucessor daquele que causar a lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito à reparação do prejuízo ilimitadamente.

e) os atos de improbidade administrativa são punidos pela lei específica somente se praticados contra a administração direta, aplicando-se as normas do Código Penal em relação aos atos lesivos à administração indireta ou fundacional.

---

10. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

Considere a seguinte situação hipotética: tendo recebido comunicação anônima de que um servidor público havia vendido o gabarito de um concurso público a um candidato, autoridades policiais investigaram o fato e coletaram indícios da veracidade da acusação, indiciando o servidor e o candidato. Na conclusão do inquérito, o relatório da autoridade policial apontou, no tocante ao servidor, a prática de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e fraude em certame de interesse público (art. 311-A, do Código Penal). Cópia do referido inquérito chegou às mãos da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, para análise quanto ao ajuizamento de ação de improbidade em face do referido agente público. Registre-se que, dada a contenção dos efeitos da conduta ilícita, não houve necessidade de anulação do concurso público. À vista do

caso narrado e à luz do que dispõe a Lei de Improbidade (Lei Federal nº 8.429/92),

a) não deve haver o ajuizamento de ação de improbidade em face do servidor público, visto que não se constatou dano ao patrimônio público.

b) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a existência de tipificação específica, o servidor será enquadrado somente na modalidade de ato de improbidade atentatório aos princípios da Administração Pública (art. 11), sendo somente aplicável o feixe de sanções constantes do art. 12, III.

c) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), é aplicável o feixe de sanções mais graves, relativos à primeira modalidade de improbidade (art. 12, I).

d) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), deve-se aplicar analogicamente a majoração prevista no art. 70 do Código Penal (concurso formal).

e) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), o juiz, ao dosar as sanções, poderá somar as penalidades constantes dos incisos I e III do art. 12.

---

11. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

As sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas.

a) isolada ou cumulativamente e têm natureza civil e penal.

b) cumulativamente e têm natureza política e penal.

c) isoladamente e têm natureza administrativa e penal.

d) isoladamente e têm natureza política, político-administrativa, administrativa e penal.

e) isolada ou cumulativamente e têm natureza política, político-administrativa, administrativa e civil.

---

12. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

A respeito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

a) A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa, por ser medida excepcional, não é passível de aplicação no âmbito do processo administrativo disciplinar, restringindo-se ao Poder Judiciário.

b) A medida extrema de afastamento cautelar do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, durante a apuração dos atos de improbidade administrativa ocorrerá, sem prejuízo da remuneração, e diante da existência de risco à instrução processual.

c) Os atos de improbidade subdividem-se em: a) atos que importem enriquecimento

ilícito (art. 9º); b) atos que causem prejuízo ao erário (art. 10); c) atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11), sendo certo que aqueles previstos no art. 11 dispensam a apuração do dolo praticado pelo agente, uma vez que a referida Lei prevê que os fatos ali tipificados admitem a forma culposa.

d) A indisponibilidade cautelar de bens e direitos do demandado tem por objetivo assegurar a efetividade de eventual decisão judicial condenatória. Para sua concessão, faz-se necessária a presença simultânea de indícios veementes da prática de atos de improbidade administrativa (fumus boni juris), além da comprovação de que o demandado intenciona desfazer do seu patrimônio a fim de frustrar o cumprimento de eventual condenação (periculum in mora).

---

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética.

Um Município firmou, em 2017, um termo de colaboração com uma Organização da Sociedade Civil para a realização de serviços de assistência social consistentes no abrigamento de pessoas em situação de rua. A entidade prestou contas das atividades realizadas no último trimestre de 2017, e um agente público da Secretaria Municipal de Assistência Social analisou a documentação e aprovou as contas prestadas. Posteriormente, a Controladoria Geral do Município recebeu uma denúncia de irregularidades na parceria e reanalisou a prestação de contas do período referido, concluindo que ocorreram despesas incompatíveis com o objeto da parceria, como compra de chocolates e bebidas alcoólicas no valor total de R$ 512,98. Considerando o disposto na Lei Federal n° 8.429/92, é correto afirmar que a conduta do agente público que analisou a prestação de contas

a) não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois a vantagem percebida, no valor de R$ 512,98, autoriza a aplicação do princípio da insignificância.

b) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, independentemente de haver prova de que ele auferiu qualquer tipo de vantagem patrimonial.

c) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não se enquadra em nenhuma das outras hipóteses legais.

d) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois presume-se que o agente obteve vantagem pessoal com a compra indevida.

e) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, se comprovado que ele agiu negligentemente na análise da prestação de contas.

---

14. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa.

a) pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.

b) exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.

c) pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.

d) admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

e) deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

---

15. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

a) Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.

b) Dada a comprovação de concreta dilapidação patrimonial, o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens deveria ter sido condicionado à prévia citação do prefeito.

c) No curso da instrução processual, a demonstração do dolo enquanto elemento subjetivo é fundamental para a caracterização da conduta imputada ao prefeito como ato de improbidade administrativa.

d) O ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a cassação dos direitos políticos são sanções aplicáveis ao prefeito da situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.429/1992.

e) Eventual reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa não impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

---

16. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/Procurador Jurídico

A respeito do dever de probidade na atuação dos agentes públicos e a ação de improbidade, assinale a alternativa correta.

a) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos do cidadão, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação civil cabível.

b) A ação de improbidade administrativa tem natureza criminal e, sendo o agente condenado criminalmente, após o trânsito em julgado da sentença, será instaurada a

ação civil pública, conforme entendimento jurisprudencial.

c) A presença de indícios de cometimento de atos ímprobos, por si só, não autoriza o recebimento fundamentado da petição inicial, devendo prevalecer no juízo preliminar o princípio do in dubio pro réu.

d) É uma peculiaridade da ação de improbidade administrativa, quando estando a inicial em devida forma, o juiz mandar autuá-la e ordenar a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de quinze dias, como defesa preliminar antes do recebimento da inicial, citação, contestação e demais atos.

e) O Supremo Tribunal Federal vem decidindo ser viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, até porque, nessas ações é cabível o litisconsórcio passivo.

---

17. 2018/TRF-3ªREGIÃO/TRF-3ªREGIÃO/Juiz Federal

A posse de servidor público é condicionada à apresentação da relação dos bens e direitos que integram seu patrimônio privado, para ser arquivada no serviço de pessoal competente. A prestação de informação falsa nesse documento acarretará ao declarante:

a) A aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.

b) A aplicação da pena de advertência.

c) A aplicação da pena de suspensão por 30 (trinta) dias.

d) A abertura de prazo para a regularização da informação na declaração.

---

18. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Acerca do tema improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:

a) O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas prescrições da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo, para os atos que importem enriquecimento ilícito (artigo 9°) e que atentem contra os Princípios da Administração Pública (artigo 11), e, ao menos pela culpa, nas hipóteses de atos que causem prejuízo ao erário (artigo 10).

b) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

c) É viável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

d) Estão também sujeitos às penalidades da Lei n° 8.429/92 os responsáveis pelos atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nesses casos, a sanção patrimonial à

repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

e) Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

---

19. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

( ) Certo ( ) Errado

---

20. 2018/CESPE/PGM-AM /Procurador Municipal

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa

( ) Certo ( ) Errado

---

21. 2018/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETO. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) Na ação de improbidade administrativa proposta contra vários réus, a contagem do prazo prescricional quinquenal (art.23, I, da Lei 8429/92) será única para todos os demandados e terá como termo inicial a data em que o último requerido deixar o exercício do respectivo cargo ou mandato.

b) Tratando-se de providência que envolve o patrimônio do réu, a medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no art. 7º da Lei 8429/92 não se aplica aos atos de improbidade administrativa que impliquem somente violação dos princípios da administração pública.

c) Os bens de família não podem ser objeto de medida de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa, prevalecendo as disposições da Lei 8009/90 que impedem a alienação de imóvel onde se estabelece a residência familiar.

d) Nos casos de improbidade administrativa, a concessão da medida cautelar de indisponibilidade de bens não exige a delimitação da responsabilidade de cada agente, sendo tal responsabilidade solidária até, ao menos, a instrução final do feito em que se poderá definir a quota de cada réu para o ressarcimento.

---

22. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.

b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.

c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.

e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

---

23. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Sobre a responsabilidade do agente público e de particulares a ele associados por atos de improbidade, é correto afirmar, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência dominante dos Tribunais:

a) Em vista do silêncio da Lei Federal no 8.429/1992, considera-se imprescritível a pretensão de impor sanções aos particulares que atuarem em conluio com os agentes públicos em atos de improbidade.

b) É cabível o trancamento de ação de improbidade por meio de habeas corpus.

c) Por força de norma vigente do Código de Processo Penal, aplicam-se à ação de improbidade as regras relativas à prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública.

d) É nula a abertura de inquérito civil para apuração de ato de improbidade, em razão de indícios obtidos a partir de denúncia anônima.

e) A decretação da indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo, independe de comprovação do periculum in mora.

---

24. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito

a) concorrer, por qualquer forma, para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa jurídica, de bens integrantes do acervo patrimonial da administração direta estadual.

b) permitir a utilização, em obra particular, de material que seja de propriedade de pessoa jurídica da administração direta estadual.

c) doar à pessoa jurídica, ainda que sem fins patrimoniais, verbas do patrimônio de pessoa jurídica da administração direta estadual.

d) permitir que pessoa física utilize renda integrante do acervo patrimonial de pessoa jurídica da administração indireta estadual.

e) exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

---

25. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores

públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

Em procedimento disciplinar por ato de improbidade administrativa, somente depois de ocorrido o trânsito em julgado administrativo será cabível a aplicação da penalidade de demissão.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Suponha-se que a Câmara Municipal instaure procedimento administrativo disciplinar em face de servidor público com base em denúncia na qual se afirma que o agente está praticando atos com a finalidade de enriquecer ilicitamente em função do exercício de suas atividades no Poder Legislativo. A Comissão responsável pelo julgamento do processo entende que houve a prática de ato de improbidade administrativa, recomendando a demissão a bem do serviço público.

A respeito da situação hipotética e com base na Lei n° 8.429/92, assinale a alternativa correta.

a) Comprovado o enriquecimento ilícito do servidor, é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa para que os seus atos se enquadrem como improbidade administrativa.

b) A Administração, diante da suspeita de improbidade, deverá oficiar ao Ministério Público para que ingresse com a ação, uma vez que o Município não dispõe de titularidade para ajuizar ação de improbidade.

c) A denúncia apresentada à Administração por suspeita de improbidade administrativa será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

d) Somente com o encerramento do processo administrativo poderá a Comissão processante representar ao Ministério Público ou à procuradoria oficiante para que requeira o sequestro de bens.

e) O Município, caso autorizado pelo Ministério Público, poderá transacionar para reaver os prejuízos eventualmente suportados, ficando a pena do agente causador dos danos, nesse caso, reduzida.

---

27. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Após a captura em flagrante de um homem, policiais o detiveram na delegacia, onde o torturaram na tentativa de obter dele a confissão da prática de determinado crime. O MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra esses policiais.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STJ, a conduta dos policiais

a) não configurou ato de improbidade administrativa, que se caracteriza como ato imoral com feição de corrupção de natureza econômica, conduta inexistente no tipo penal de tortura.

b) configurou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

c) configurou ato de improbidade administrativa, pois a tortura é

expressamente prevista no rol de condutas ímprobas na Lei de Improbidade Administrativa.

d) não configurou ato de improbidade administrativa, que pressupõe lesão direta à própria administração, e não a terceiros.

---

28. . 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Acerca da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, uma vez reconhecida a inadequação da ação, o juiz, em qualquer fase do processo, extingui-lo-á, sem julgamento do mérito.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com base em conhecimentos relativos a direito processual civil e à legislação correlata, julgue o próximo item.

As ações destinadas a levar a efeito as sanções de improbidade administrativa são imprescritíveis.

( ) Certo ( ) Errado

---

30. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Considere-se, por hipótese, que os Vereadores da Câmara Municipal de Cotia aprovam majoração de seus subsídios com efeitos para a mesma legislatura. O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuíza ação de improbidade administrativa contra todos os membros do Legislativo. Nesse caso, é correto afirmar que a ação civil pública por improbidade é

a) admissível, pois as leis de efeitos concretos, que se assemelham a atos administrativos, embora emanados do Poder Legislativo, podem ter sua eventual lesividade submetida a controle pela via da ação por improbidade administrativa.

b) inadmissível, pois o ato praticado é um ato legislativo típico, de conteúdo geral e abstrato, sendo, portanto, atacável somente por ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) admissível, pois a Lei Federal n° 8.429/1992 é aplicável aos agentes políticos dos três Poderes, incluindo-se no rol dos atos impugnáveis, também, os atos jurisdicionais e legislativos próprios.

d) inadmissível, pois o ato praticado é um ato legislativo típico, de conteúdo geral e abstrato, sendo, portanto, atacável somente por ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

e) admissível, pois a majoração de subsídios não caracteriza ato administrativo, mas sim ato legislativo próprio e, portanto, passível de impugnação via ação de improbidade.

---

31. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi

preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Segundo o entendimento do STJ, caso o referido servidor faleça durante a ação de improbidade administrativa, a obrigação de reparar o erário será imediatamente extinta, dado o caráter personalíssimo desse tipo de sanção.

( ) Certo ( ) Errado

---

32. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Nesse caso, a sentença criminal absolutória transitada em julgado que negar a autoria vinculará, necessariamente, a esfera administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

---

33. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Se, após um inquérito civil público, o MP ajuizar ação de improbidade contra agente público por ofensa ao princípio constitucional da publicidade, o agente público responderá objetivamente pelos atos praticados, conforme o entendimento do STJ.

( ) Certo ( ) Errado

---

34. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Mesmo que o servidor mencionado colabore com as investigações e ressarça o erário, não poderá haver acordo ou

transação judicial em sede de ação de improbidade administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

---

35. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, consubstancia-se em importante instrumento legal por meio do qual o Ministério Público exerce seu munus constitucional de defender o patrimônio público.

Dentre as peculiaridades processuais da ação civil por ato de improbidade administrativa, é INCORRETO citar:

a) A necessidade de integração da lide por parte da pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação, sob pena de nulidade.

b) A inquirição, se o réu for Prefeito em exercício, se dará em local, dia e hora previamente ajustados entre ele e o juiz.

c) A exigência de notificação do requerido para, querendo, oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, após o que o juiz deliberará sobre o recebimento da inicial.

d) A possibilidade de apresentação de petição inicial desacompanhada de documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade.

---

36. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Eleito para exercer o cargo de Prefeito durante o exercício de 2009 a 2012, o agente logrou ser reeleito em 2012, para ocupar a chefia do Executivo Municipal de 2013 a 2016. No ano de 2010, o referido alcaide utilizou-se indevidamente de máquinas, equipamentos e servidores do Município para construir tanques de criação de peixe na propriedade rural dele. De tal fato somente se teve conhecimento inequívoco em 2016, quando a Câmara Municipal local instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Ministério Público um inquérito civil público, o qual foi ultimado no início de 2017.

Convencido da prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, entre as alternativas que se apresentam ao Promotor de Justiça, assinale a CORRETA:

a) O Promotor de Justiça deverá propor ao Conselho Superior do Ministério Público o arquivamento do inquérito civil público, tendo-se em vista que o prazo prescricional para o ajuizamento da ação é de 5 (cinco) anos após o término do exercício do mandato do Prefeito no qual o fato ocorreu.

b) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário, por ser imprescritível a ação em tal caso, por força do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, sem, contudo, cogitar da aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, por causa da ocorrência de sua prescrição.

c) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário e a aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, porque o termo inicial do prazo prescricional iniciou-se a partir do conhecimento inequívoco do fato.

d) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário e a aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, porque, em caso de reeleição, o prazo prescricional se inicia ao término do exercício do segundo mandato do agente.

---

37. 2017/COMPERV/CÂMARA DE CURRAIS NOVOS-RN/Procurador Legislativo

O combate à corrupção na Administração Pública brasileira é viabilizado a partir de variados instrumentos de prevenção e repressão. Ações penais, civis e processos administrativos são apenas alguns exemplos disso. Dentro de tal contexto, surge o tema da improbidade administrativa e a lei responsável por sua disciplina infraconstitucional. A Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, ao tratar do assunto, estabelece que qualquer

a) cidadão em dia com as obrigações eleitorais poderá representar ao Ministério Público para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita ou reduzida a termo, sem que dela conste qualquer identificação do representante.

b) pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita ou reduzida a termo e assinada, conter a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

c) autoridade administrativa poderá representar à Defensoria Pública para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita e assinada, conter as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento, sem mencionar a qualificação do representante.

d) servidor público estável poderá representar ao Judiciário para que seja instaurada investigação pela Defensoria Pública destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita e assinada, conter as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

---

38. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A Assembleia Legislativa instaurou comissão parlamentar de inquérito para apurar as condições estruturais, materiais e de pessoal do sistema penitenciário estadual, diante da reiteração de denúncias de tortura e maus tratos aos detentos. A conclusão da CPI foi no sentido da procedência das representações, inclusive com a identificação de agentes penitenciários responsáveis pelas torturas.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) o agente penitenciário responderá pelo crime de tortura e por infração disciplinar, mas não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, eis que a vítima imediata do ato ilícito não foi a Administração Pública e não houve dano ao erário.

b) o detento vítima do ato de tortura deverá pleitear diretamente do agente penitenciário que praticou o ato ilícito indenização pelos danos sofridos, com base na responsabilidade civil subjetiva, não se aplicando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal por ausência de omissão do poder público.

c) o agente penitenciário responsável direto pelo ato ilícito e o Secretário de Estado de Administração Penitenciária responderão, em tese, solidariamente pelo crime de tortura, por infração disciplinar e por ato de improbidade administrativa, o primeiro por ato comissivo e o segundo por omissão.

d) a violência policial arbitrária não é ato apenas contra o particular-vítima, mas sim contra a própria Administração Pública, ferindo suas bases de legitimidade e respeitabilidade, razão pela qual o agente penitenciário responderá apenas na esfera penal, não havendo que se falar em improbidade administrativa.

e) a tortura de preso custodiado no sistema prisional praticada por agente penitenciário constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, fora as demais repercussões nas esferas penal e disciplinar.

---

39. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética.

Município de Mogi das Cruzes recebe de programa federal de assistência social 2000 quilos de feijão que devem ser distribuídos em ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população em situação de extrema pobreza. A esposa do Prefeito Municipal é voluntária da rede assistencial local e ordena que a distribuição do alimento seja realizada somente em atos que possam contar a presença do alcaide. Em razão de tal limitação, houve demora na distribuição e 400 quilos de feijão apodreceram em armazenamento, não chegando à população que deveria ser atendida. A conduta da esposa do Prefeito Municipal, em relação ao disposto na Lei Federal nº 8.429/92,

a) configura ato de improbidade administrativa, pois também é considerado agente público, para fins da referida lei, aquele que exerce atividade sem remuneração, por qualquer forma de vínculo.

b) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela realizava serviço voluntário, sendo a onerosidade imprescindível para que seja caracterizado vínculo com a Administração e ensejar responsabilização.

c) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela não pode ser considerada agente público e a lei referida somente pune atos praticados por agentes públicos.

d) configura ato de improbidade administrativa, não em razão da prestação de serviços voluntária, mas em virtude de

sua posição de esposa do Prefeito Municipal, que a equipara a agente público, independentemente de qualquer outra conduta.

e) não configura ato de improbidade administrativa, já que diante do princípio constitucional da impessoalidade, a conduta do Prefeito Municipal era lícita, sendo o apodrecimento do feijão consequência imprevista.

---

40. 2016/CESPE /PGE-AM/Procurador do Estado

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

---

41. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Não poderá ser aplicada a medida cautelar de indisponibilidade dos bens, dada a natureza do ato imputado ao réu — violação dos princípios administrativos.

( ) Certo ( ) Errado

---

42. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Julgue o item subsequente, relativos a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Caso receba provas contundentes da prática de ato de improbidade por agente público, o MP poderá requerer tutela provisória de natureza cautelar determinando o sequestro dos bens do referido agente.

( ) Certo ( ) Errado

---

43. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador Legislativo

Determinado agente público da Câmara Municipal de Aracruz/ES integra o polo passivo de processo de improbidade administrativa pela prática de ilícito que configura prejuízo ao erário. Na peça de defesa, o advogado do réu propôs acordo consistente no ressarcimento de todos os prejuízos condicionado à retirada da ação contra seu cliente. Na condição de Procurador da Câmara, a manifestação cabível é no sentido de que

a) a Lei de Improbidade Administrativa veda a hipótese de transação, conciliação ou acordos.

b) a pretensão do réu só pode ser acatada mediante resolução do Presidente da Câmara Municipal.

c) a Lei só permite acordos na hipótese de atentado aos princípios em que não haja configurado dano.

d) a Lei permite acordos apenas em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

---

44. 2016/TRT-4ª REGIÃO/ TRT-4ª REGIÃO (RS)/Juiz do Trabalho

Considere as assertivas abaixo sobre a aplicação da Lei no 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), segundo a doutrina e a jurisprudência.

I - Nem todo ato ilegal caracteriza necessariamente ato de improbidade.

II - Consideram-se atos de improbidade apenas os que importem enriquecimento ilícito ou causem prejuízo ao Erário.

III - Em qualquer hipótese de ato de improbidade, admite-se a responsabilidade objetiva do agente, bastando a existência de dano efetivo.

Quais são corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

---

45. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Segundo tese firmada em recurso repetitivo julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento é requisito à decretação da indisponibilidade de bens em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

---

46. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

As sanções aplicáveis em razão do cometimento de ato de improbidade administrativa são reguladas pela Lei n. 8.429/92 (Improbidade Administrativa). Esse regramento legal também se aplica aos eventos ocorridos no âmbito de ente privado que receba benefício fiscal ou creditício da administração pública**.**

( ) Certo ( ) Errado

---

47. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

É inviável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda**.**

( ) Certo ( ) Errado

---

48. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Para os efeitos da Lei n. 8.429/92, agente público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, desde que remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos entes públicos ou de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

( ) Certo ( ) Errado

---

49. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O agente público que culposamente nega publicidade aos autos oficiais pratica ato ímprobo que atenta contra aos princípios da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

---

50. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O agente público que adquirir, para si ou para outrem, no exercício da função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do seu patrimônio, pratica ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

( ) Certo ( ) Errado

---

51. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Organização da sociedade civil cujo dirigente seja considerado culpado por ato de improbidade administrativa ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria, em regime de mútua cooperação, com o Poder Público, enquanto durarem os efeitos das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 aplicadas àquele.

( ) Certo ( ) Errado

---

52. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei 8.429/92, a ação de improbidade, que terá rito ordinário, será proposta dentro de trinta dias do deferimento da medida cautelar. Nada obsta, contudo, seja proposta medida cautelar incidental.

( ) Certo ( ) Errado

---

53. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O Ministério Público, caso não intervenha no processo regulado pela Lei de Improbidade Administrativa como parte, atuará, de acordo com a referida norma, necessariamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

( ) Certo ( ) Errado

1.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

A partir da primeira década do século XXI, o Brasil passou a legislar de forma mais consistente, a fim de propiciar o combate à corrupção. Um dos focos foi ampliar o espectro de atuação sobre as pessoas jurídicas. Uma das leis mais destacadas nessa seara foi a Lei nº 12.846/13. Sobre essa disposição legal, assinale a alternativa correta.

a) A lei é aplicável às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito.

b) A lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

c) Os administradores das pessoas jurídicas serão responsabilizados objetivamente pelos atos lesivos previstos nessa lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

d) A lei prevê que cabe ao Ministério Público a realização de acordos de leniência na esfera administrativa e criminal, para a redução ou extinção da multa aplicável, que poderá ser destinada para fundação privada, desde que no conselho fundacional estejam presentes representantes do Ministério Público e que em sua finalidade figure o combate à corrupção.

e) A aplicação das sanções previstas nessa lei implica a imediata paralisação dos processos judiciais de responsabilização por ato de improbidade administrativa em curso, se relativos aos mesmos fatos, para a não configuração de bis in idem.

---

2. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

O direito de acesso à informação, disciplinado pela Lei Federal nº 12.527/2011, estatui que a informação a ser fornecida pela Administração deve ter determinadas qualidades, arroladas no art. 7º, inciso IV, do referido diploma. NÃO está dentre as qualidades ali mencionadas a:

a) atualidade.

b) primariedade.

c) publicidade.

d) autenticidade.

e) integridade.

---

3. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA/Procurador

A respeito da Lei no 12.527/2011, é correto afirmar que

a) nos municípios com mais de 10 (dez) mil habitantes, os órgãos e entidades públicas devem promover pela internet o acesso a

informação de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.

b) externados os motivos e demonstrado o interesse do solicitante, qualquer interessado pode pedir acesso a informação aos órgãos e entidades competentes.

c) o Presidente da República é a única autoridade competente para classificar uma informação como ultrassecreta ou secreta.

d) o prazo máximo de restrição de acesso a informação considerada secreta não pode ultrapassar a seis meses.

e) as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, quando consideradas ultrassecretas e pelo prazo máximo de vinte anos, a contar da data da sua produção.

---

4. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Pela Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, a decisão, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, caberá ao/à

a) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

b) Núcleo de Segurança e Credenciamento.

c) Casa Civil da Presidência da República.

d) Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

---

5. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n° 12.527/2011) prevê as regras para amplo acesso a informações públicas pelos cidadãos e os casos específicos de salvaguarda de informações em razão de interesse público superior.

A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta.

a) Considerando o espírito fundamental da lei, não há previsão da possibilidade de negativa de entrega de informação requisitada com base nela, devendo sempre o Poder Público revelar os dados e informações à sua disposição.

b) São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a reputação de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

c) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

d) A informação em poder dos órgãos e entidades públicos, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como confidencial, ultrassecreta, secreta, restrita ou reservada.

e) São vedados os pedidos de informação quando desprovidos de justificativa quanto aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

---

6. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

Os procedimentos previstos na Lei n° 12.527/11 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública, observando-se:

a) a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

b) o desenvolvimento do controle externo exercido pelos órgãos de controle sobre a Administração Pública.

c) a divulgação de informações de interesse público, mediante solicitação do interessado.

d) a observância da publicidade, vedada, em qualquer hipótese, a existência de sigilo sobre as informações de interesse público.

e) o fomento ao desenvolvimento da cultura da proteção da informação na Administração Pública.

---

7. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

De acordo com a Lei no 12.846, de 2013, são sanções judiciais às pessoas jurídicas infratoras as relacionadas a seguir, EXCETO:

a) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

b) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo judicial, a ser revertido em favor do Fundo Nacional de Combate à Corrupção.

c) dissolução compulsória da pessoa jurídica.

d) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.

e) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

---

8. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

A Lei Federal nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, estabelece determinadas disposições acerca da realização do acordo de leniência entre pessoas jurídicas envolvidas em atividades ilícitas ali mencionadas e o Poder Público. A esse respeito, o referido diploma estatui que

a) a pessoa jurídica que celebrar o acordo ficará inteiramente isenta das penalidades estatuídas na referida lei, mantendo-se, todavia, as sanções que tenham sido aplicadas na legislação referentes às licitações e contratações públicas.

b) para celebrar o acordo de leniência, é requisito prévio a reparação integral do dano causado pela pessoa jurídica proponente.

c) os efeitos do acordo de leniência serão automaticamente estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, da pessoa jurídica proponente.

d) rejeição da proposta de acordo de leniência implicará em reconhecimento tácito do ato ilícito praticado, permitindo a aplicação imediata da sanção correspondente.

e) em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Uma Organização Social procura a Controladoria de um Município para informar a prática de atos contra a Administração Pública, em relação a desvios de recursos públicos no âmbito de um contrato de gestão mantido entre a Organização citada e a Municipalidade. Poderá ser celebrado um acordo de leniência no caso, se preenchido, dentre outros, o seguinte requisito:

a) a pessoa jurídica manifeste seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito e, se ela não for a primeira a procurar a Administração, prove que haja fatos não apurados.

b) a pessoa jurídica comprometa-se ao ressarcimento imediato do dano e ao pagamento de 1/3 (um terço) do valor da multa cabível.

c) a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.

d) a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito, coopere com as investigações e assuma a responsabilidade objetiva pelos fatos praticados.

e) a pessoa jurídica assegure a obtenção célere de documentos que comprovem o ilícito sob apuração, sem precisar identificar os demais envolvidos na infração.

---

10. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas, isentando-as da seguinte sanção:

a) suspensão parcial de suas atividades.

b) perdimento dos bens que representem vantagem ou proveito diretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

c) interdição parcial de suas atividades.

d) perdimento dos direitos ou valores que representem vantagem ou proveito indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

e) publicação extraordinária da decisão condenatória.

---

11. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Com base na Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta.

a) O pedido de acesso a informações a órgãos e entidades públicas dispensa a identificação do interessado.

b) É válida a imposição de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse públicas.

c) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

d) A Administração poderá fornecer o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, caso atendido o interesse público.

e) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.

---

12. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

A Lei de Acesso à Informação Pública – Lei Federal n° 12.527/2011

a) não se aplica a todos os entes da Administração Pública, visto que é incompatível com o regime das empresas públicas e sociedades de economia mista, regidas por lei própria (Lei Federal n° 13.303/2016).

b) postula que, segundo o princípio acessorium sequitur principale, quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, as demais partes tornam-se também de acesso restrito.

c) aponta como dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, por sítio oficial na internet; todavia, os Municípios de menos de cem mil habitantes estão dispensados da exigência.

d) prevê prazo de trinta dias, prorrogável justificadamente por mais 20 (vinte) dias, para que seja disponibilizada informação requerida pelo cidadão.

e) cria hipótese de responsabilidade objetiva pela divulgação indevida de informações, sendo que tal responsabilidade também é aplicável aos particulares que, em virtude de vínculo com órgão ou entidade pública, tenham acesso a informações sigilosas.

---

13. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/SAAE DE BARRA BONITA-SP/Procurador Jurídico

Segundo a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 na seção lV dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação Art. 28 A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos: Analise as proposições abaixo.

I- indicação do prazo de sigilo contado em anos meses ou dias ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no artigo 24.

II- poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiro diante de consentimento expresso da pessoa a que elas e referiam.

III- assunto sobre qual versa a informação.

IV- as informações pessoais a que se refere este artigo relativas à intimidade, vida, privada honra e imagem.

Estão CORRETAS as proposições:

a) I e III.

b) IV e I.

c) II e IV.

d) Nenhuma das alternativas.

---

14. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/SAAE DE BARRA BONITA-SP/Procurador Jurídico

De acordo com a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 podemos dizer que o acesso à informações públicas será assegurada mediante:

a) Realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

b) Realização de audiências e participação de entidades públicas que irá conceder o acesso imediato à informação disponível.

c) Realização de audiências e informações de conhecimento para toda população.

d) Nenhuma das alternativas.

---

15. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas juri¬dicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, o qual

a) isentará a pessoa jurídica da sanção relativa à publicação extraordinária de decisão condenatória e reduzirá em até 50% (cinquenta por cento) o valor da multa aplicável.

b) isentará a pessoa jurídica da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

c) não beneficiará as pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico.

d) não interfere no curso do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.

e) deverá ser cumprido sob pena de impedimento da celebração de novo acordo pela pessoa jurídica, pelo prazo de 03 (três) anos contados da pactuação do primeiro.

---

16. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETA acerca do tratamento jurídico que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

a) Às pessoas jurídicas será imputado o regime de responsabilidade objetiva, na seara administrativa e civil, pelos atos lesivos previstos em lei praticados em seu exclusivo interesse ou benefício.

b) As organizações públicas internacionais não se enquadram no conceito legal de administração pública estrangeira para fins de tratamento protetivo.

c) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência subsidiária para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.

d) O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

e) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo

prazo de três anos contados do referido descumprimento.

---

17. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta, nos termos da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção):

a) A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

b) O efeito negativo produzido pela infração é um dos fatores que, segundo consta expressamente na Lei nº 12.846/13, deve ser levado em consideração na aplicação das sanções.

c) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

d) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei nº 12.846/13, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

e) Os registros das sanções e acordos de leniência somente serão excluídos, mediante requerimento da pessoa jurídica responsável pela prática do ato, depois do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador

A respeito da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, com base na Lei n° 12.846/13, assinale a alternativa correta.

a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos tipificados nesta Lei e praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

b) Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

c) Nas hipóteses de fusão e incorporação de sociedades, a responsabilidade da sucessora será ampla, abrangendo todas as penalidades em que tiver incorrido a sociedade fusionada ou incorporada.

d) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

e) Em respeito à teoria da dupla imputação, a pessoa jurídica será responsabilizada sempre e em conjunto com os seus dirigentes ou administradores.

---

19. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Pessoa jurídica responsável pela prática de atos contra a Administração Pública, previstos na Lei Federal n° 12.846/13, que ensejam responsabilidade civil e

administrativa, procura a Administração Pública do Município de Cotia, com intuito de colaborar na identificação dos demais envolvidos na infração e auxiliar na obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito. Em tal caso, a Administração

a) deverá encaminhar o representante da pessoa jurídica para o Ministério Público, já que o Parquet é quem pode firmar acordo de leniência.

b) ajuizará, no prazo de 30 (trinta) dias, ação judicial que vise à elaboração e homologação de um acordo de leniência, em que o Ministério Público intervirá obrigatoriamente.

c) poderá firmar acordo de leniência com tal pessoa jurídica, por meio da autoridade máxima do órgão ou da entidade pública envolvida, se os demais requisitos legais forem preenchidos.

d) poderá suspender, de imediato, todos os contratos porventura existentes com a pessoa jurídica em questão, que receberá, de plano, como sanção, a declaração de inidoneidade.

e) deverá encaminhar, imediatamente, cópia da documentação apresentada pela pessoa jurídica ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, que poderão firmar, posteriormente, acordo de leniência com a interessada.

---

20. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Relativamente à Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, chamada de Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que transitoriamente e sem remuneração exerça função pública em representação diplomática de país estrangeiro não é considerado agente público estrangeiro, para fins de aplicação da Lei Anticorrupção.

b) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção, dispensada a defesa em casos considerados gravíssimos.

c) Na aplicação das sanções será levada em consideração a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

d) A celebração de acordo de leniência não exime a pessoa jurídica de reparar integralmente o dano causado, mas afasta integralmente a multa que seria imputada caso o referido acordo não fosse firmado.

e) A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção e, se descumprido, impede a nova celebração de acordo pelo prazo de 1 (um) ano, contado do conhecimento pela Administração Pública do descumprimento.

---

21. 2017/VUNESP/CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Com relação à responsabilização administrativa e civil de pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, pela prática de

atos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

b) A legislação que disciplina o assunto não se aplica aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a Administração Pública estrangeira, quando cometidos no exterior.

c) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, sendo autorizada ainda a subdelegação.

d) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

e) Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

---

22. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Os procedimentos previstos na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com a seguinte diretriz:

a) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural não identificada, mas identificável.

b) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.

c) divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.

d) qualidade da informação modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

e) desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

---

23. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade são qualidades da informação definidas pela lei Lei n. 12.527/11 (Acesso à Informação).

( ) Certo ( ) Errado

---

24. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Joana, moradora do Município ABC, apresentou pedido de acesso a informações à Pessoa Jurídica XYZ, concessionária de serviço público municipal, não integrante da Administração Pública. Utilizou como base a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11), para ter acesso ao contrato administrativo firmado pela Pessoa Jurídica XYZ com a Administração Pública Municipal, sem juntar o comprovante de pagamento de custas relativas à emissão da certidão. Tal pedido foi rejeitado pela Pessoa Jurídica XYZ.

Nesse caso, conforme a Lei de Acesso à Informação,

a) a Pessoa Jurídica XYZ agiu ilegalmente, uma vez que ela, como concessionária de serviço público municipal, é sujeito passivo da Lei de Acesso à Informação, o objeto da consulta é documento público e o acesso deve ser gratuito.

b) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que Joana não é sujeito ativo do pedido de acesso à informação.

c) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que é possível a exigência de pagamento da respectiva certidão de emissão da informação, salvo se comprovada a hipossuficiência econômica do requerente.

d) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, já que as informações acerca de contratos administrativos firmados com a Administração Pública podem ter seu acesso restringido por motivo de segurança das negociações.

e) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que ela não consta como sujeito passivo na Lei de Acesso à Informação.

---

25. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão X solicita à Câmara Municipal, com base na Lei da Transparência, o valor total dos salários pagos aos Vereadores Municipais, no mês de Dezembro de 2015. A solicitação é efetuada por formulário eletrônico existente no sítio eletrônico da Câmara Municipal, tendo o Cidadão X preenchido os campos referentes ao nome completo, documento de identificação, endereço e síntese do pedido, deixando em branco, todavia, o campo que demanda os "motivos determinantes da solicitação". Considerando que a informação solicitada pelo Cidadão X já consta no "Portal da Transparência" da Câmara Municipal, a conduta correta, nos termos da Lei Federal n° 12.527/2011, a ser tomada pelo Serviço de Informação ao Cidadão, é

a) informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

b) indeferir o pedido de informação formulado, pois embora o acesso a informações de interesse público demande a identificação do requerente e não possa conter exigências que inviabilizem a solicitação, é indispensável o fornecimento dos motivos determinantes da solicitação.

c) fornecer a informação solicitada, pois a disponibilidade da informação solicitada em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, não desonera o órgão ou entidade pública da obrigação do fornecimento direto, que deverá ser realizado.

d) notificar ao Cidadão X que ele tem o prazo de 10 (dez) dias para informar os "motivos determinantes da solicitação", aditando o pedido original; caso o Cidadão X forneça os motivos no prazo assinalado, a Câmara Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer a resposta, deferindo, ou não, o pedido.

e) informar ao Cidadão X, preliminarmente, o valor dos serviços de busca e fornecimento de informações;

caso o Cidadão X recolha o valor, deverá informar sobre a disponibilidade da informação solicitada em formato eletrônico, desobrigando-se do fornecimento direto.

---

26. 2016/VUNESP/IPSMI/Procurador

No tocante à Lei no 12.527/11, é correto afirmar:

a) com a edição do ato decisório fica dispensável o acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo.

b) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas, devendo o pedido conter os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

c) os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, assim como de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.

d) a competência prevista para a classificação dos documentos como ultrassecreta e secreta não poderá ser delegada pela autoridade responsável.

e) negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer ao Senado Federal que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Com base na Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

c) O recurso apresentado em face de decisão que indefere pedido de acesso a informações será direcionado à própria autoridade que a proferiu, a qual se manifestará no prazo de cinco dias a respeito do preenchimento dos pressupostos legais de admissibilidade.

d) A Lei Federal nº 12.527/2011 somente se aplica aos órgãos públicos integrantes da Administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

e) O serviço de busca e fornecimento da informação deverá ser remunerado mediante cobrança de taxa.

---

28. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE PALMAS-TO/Procurador

Analise as afirmativas a seguir.

O acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) compreende, entre outros, os direitos de obter.

I. Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

II. Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

III. Informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

IV. Informações referentes a todo projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico produzido e executado pelos órgãos públicos, ressalvado aqueles produzidos em parceria com pessoas físicas ou entidades privadas.

Indique a alternativa CORRETA.

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

29. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/Procurador

Com fundamento na Lei de Transparência (Lei Federal n 12.527/11), cidadão solicita cópia integral, a ser-lhe remetida pelo correio, de um processo administrativo da Prefeitura Municipal de Rosana, no qual consta a documentação referente à licitação e ao contrato de aquisição de produtos médico-hospitalares e de fisioterapia, com entrega parcelada. A Prefeitura Municipal defere o pedido comunicando a data e local em que o processo administrativo ficará disponível para consulta do cidadão, bem como o valor que será cobrado pela reprodução de cada uma das folhas. O cidadão apresenta recurso à autoridade hierarquicamente superior, afirmando que a Prefeitura deve lhe remeter a cópia integral do processo administrativo, via correio, sem qualquer custo, pois sua situação econômica não permite arcar com as despesas de deslocamento e de reprodução do documento. Nesse caso, a autoridade competente para a análise do recurso deverá

a) dar provimento total ao recurso, encaminhando as cópias via correio, que é meio legítimo para a prestação das informações, a critério do cidadão solicitante, devendo, também, dispensá-lo dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

b) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao pagamento devido, pois mediante declaração de que não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da reprodução de

documentos, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o cidadão pode ser dispensado do ressarcimento de tais custos, devendo ser negado, todavia, o envio da documentação pelo correio, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet.

c) negar provimento ao recurso, em relação aos dois pleitos, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet, nos termos da Lei Federal n° 12.527/11, e, em relação aos custos de reprodução, prevê a referida lei que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, mas é cobrado o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

d) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao envio pelo correio dos documentos solicitados, pois a Lei Federal n° 12.527/11 prevê que requerente pode declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos, mas, no tocante aos custos de reprodução, é obrigatório o ressarcimento, para que não haja prejuízo ao erário em razão dos custos dos serviços de reprografia e dos materiais utilizados.

e) dar provimento total ao recurso, dispensando o cidadão dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, enviando a documentação pelo correio, que é meio legítimo, cobrando-lhe, no entanto, as despesas de postagem.

---

30. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Com relação à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta.

a) O direito de acesso à informação contempla as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

c) A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, ainda que fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares.

d) Os órgãos e entidades públicas não prescindirão de requerimentos para promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

e) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

---

31. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

Descobriu-se, por meio de denúncia de um ex-funcionário, acompanhada de farta documentação (recibos, transferências bancárias, anotações manuscritas etc.) que

a empresa X participou de esquema para fraudar licitações no âmbito da Administração Estadual. A referida empresa se propôs a celebrar acordo de leniência e colaborar nas investigações, permitindo a identificação de outras empresas envolvidas e fornecendo provas capazes de acelerar a apuração do ilícito. Diante da situação mencionada, conclui-se:

a) Ao celebrar o acordo de leniência, a Administração Pública poderá isentar a empresa das penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93).

b) A empresa, por tais atividades, pode ser responsabilizada concomitantemente no âmbito civil, administrativo e penal, em vista da independência de tais esferas.

c) Se a referida empresa cumprir os termos do acordo de leniência e se dispuser a reparar o dano e pagar a multa correspondente, não sofrerá as penas da Lei de Improbidade (Lei Federal no 8.429/92).

d) Outras empresas do mesmo grupo econômico não se beneficiam do acordo, que tem caráter intuitu personae.

e) A celebração e o cumprimento do acordo de leniência pela pessoa jurídica afastam a responsabilidade pessoal dos seus dirigentes e administradores no âmbito civil e administrativo.

---

32. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Com base na Lei Anticorrupção, é correto afirmar que

a) na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos, multa de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, em substituição à obrigação de reparar os danos.

b) a Advocacia Geral da União – AGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a Administração Pública estrangeira.

c) constitui ato lesivo à Administração Pública, nacional ou estrangeira, aquele praticado por sociedade empresária que, comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

d) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, exceto em relação aos ilícitos penais, pelos quais responderão na medida da sua culpabilidade.

e) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo, civil e criminal, pelos atos lesivos previstos nessa Lei, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

---

33. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Em relação a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção, analise a alternativa correta:

a) A lei anticorrupção tem por objeto a responsabilidade civil das pessoas físicas envolvidas em atos de corrupção contra a

administração pública nacional ou estrangeira.

b) Para caracterização do ato de improbidade administrativa exige-se o envolvimento da administração pública direta ou indireta, de um lado, e de pelo menos um agente público, de outro, sendo desnecessário a comprovação de culpa tendo em vista que a responsabilidade é objetiva.

c) A lei anticorrupção inovou ao introduzir a compliance, ou seja, mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

d) A lei de improbidade administrativa prevê expressamente o acordo de leniência para uso no âmbito administrativo para fins de isenção de sanções e multas, exigindo, a participação do Ministério Público.

---

34. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 12.846/13 (Anticorrupção), na esfera administrativa serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos nela previstos multa cujo valor será fixado em salários mínimos, nunca inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e publicação extraordinária da decisão condenatória.

( ) Certo ( ) Errado

---

35. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 12.846/13 (Anticorrupção), as pessoas jurídicas, seus dirigentes ou administradores serão objetivamente responsabilizados, no âmbito civil e administrativo, pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é objetiva.

( ) Certo ( ) Errado

---

36. 2015/FCC /TJ-PI/Juiz de Direito

É norma CONTRÁRIA ao regime da Lei Federal n° 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

a) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

b) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo permanente enquanto durarem suas vidas.

c) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

d) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

e) São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação de sigilo as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.

---

37. 2015/FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ-SC/Procurador Municipal

É correto afirmar sobre a Lei da Transparência.

a) Apenas os órgãos da administração direta dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal estão obrigados garantir o acesso à informação.

b) A divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas poderá ser realizada pelos órgãos públicos após requerimento da parte interessada.

c) As informações referentes aos registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros ou registros das despesas, por se tratarem de informações sigilosas, não poderão ser divulgadas ao público em geral.

d) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

e) O acesso a informações públicas será assegurado mediante protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e justificativa da necessidade de se obter a informação requerida.

---

38. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

"O acesso à informação pública, como o direito de 'exigir contas a qualquer agente público da sua administração', teve origem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Seu conteúdo foi aperfeiçoado no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo assegurado a todos os indivíduos o direito de 'procurar, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios e independentemente de fronteiras'. Igualmente, o art. 19 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos garante que o direito à liberdade de expressão inclui 'a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza'".

(BACELLAR FILHO, R. F.; SCHIER, A. da C. R. Direito à informação e a aplicação da Lei n. 12.527/11 às Organizações Sociais. In: BACELLAR FILHO, R. F.; HACHEM, D. W. (Coord.). Direito Público no Mercosul: intervenção estatal, direitos fundamentais e sustentabilidade. Anais do VI Congresso da Associação de Direito Público no Mercosul: homenagem ao Professor Jorge Luis Salomoni. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 303-317, p. 303).

Regulamentando o acesso a informações, foi sancionada a Lei nº. 12.527/11. Sobre essa legislação, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. A Lei nº. 12.527/11 aplica-se somente aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

II. O acesso a informações públicas será assegurado: mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e também por intermédio da realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

III. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, comprovante de residência ou da sede comercial, a justificativa e a especificação da informação requerida.

IV. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 03 (três) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade superior daquela que exarou a decisão impugnada.

V. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, as quais poderão ter os prazos máximos, respectivamente, de 25 anos, 15 anos e 05 anos.

a) Estão corretas as afirmativas II e V.

b) Estão corretas as afirmativas II, III e V.

c) Estão corretas as afirmativas I, III e V.

d) Estão corretas as afirmativas I e II.

e) Estão corretas as afirmativas II, IV e V.

---

39. 2015/FCC/TJ-AL/Juiz de Direito

Invocando a Lei n° 12.527/11, que trata do acesso à informação pública, um cidadão pleiteia à Administração pública de um Estado-membro da Federação Brasileira o acesso a determinado documento. Raciocinando por hipótese, seria um argumento compatível com a referida lei, para que o Estado negasse o pedido,

a) tratar-se de documento contendo informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b) não aplicar-se a lei, por ser federal, à Administração pública de um Estado.

c) não haver o interessado indicado o motivo de seu pedido.

d) tratar-se de documento utilizado como fundamento de um ato decisório, de modo que a publicidade deste último ato dispensa a publicidade do documento que lhe dera fundamento.

e) tratar-se de documento contendo informações pertinentes à Administração do patrimônio público.

---

40. 2015/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Vigora no Brasil, disciplinando o direito constitucional de acesso à informação, a

Lei no 12.527/11. É ideia ESTRANHA ao regime dessa lei a

a) criação, pelo acesso à informação classificada como sigilosa, da obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

b) possibilidade de que qualquer interessado possa apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades competentes, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

c) inclusão, no sentido de acesso à informação, do direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

d) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

e) classificação da informação sigilosa, em regra geral, segundo os seguintes critérios: ultrassecreta − 25 anos; secreta − 15 anos; e reservada − 5 anos.

---

41. 2015/VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorra sobre aspectos da Lei Federal no 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

a) A Câmara Municipal de Caieiras não se submete à Lei de Acesso à Informação, pois a Lei Federal n o 12.527/11 somente é aplicável aos órgãos do Poder Executivo de todos os níveis da Federação.

b) Não são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.

c) A Lei de Acesso à Informação tem como diretrizes, entre outras, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, bem como a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

d) O acesso a informações públicas será assegurado mediante gestão transparente da informação, não sendo, no entanto, necessária a criação de serviço específico de informações ao cidadão.

e) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível; não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá atendê-lo no prazo de 30 (trinta) dias.

---

42. 2015/FCC/TJ-PI/Juiz de Direito

A Lei Federal n° 12.846/2013, correntemente dita Lei Anticorrupção, foi adotada no Brasil acompanhando uma tendência verificada internacionalmente de reforçarem-se os instrumentos de combate à corrupção na Administração pública, por meio da responsabilização do agente privado corruptor. As medidas têm levantado certa polêmica entre aplicadores do direito, no entanto, pode-se nelas identificar uma clara linha em termos de política legislativa. É elemento ESTRANHO à opção política do legislador nessa lei a

a) supressão da esfera administrativa de responsabilização, enfatizando-se notadamente a esfera judicial.

b) responsabilização de pessoas jurídicas privadas, por atos de corrupção praticados por seus agentes.

c) caracterização da responsabilidade como sendo objetiva.

d) previsão de acordo de leniência, de modo a estimular a colaboração das pessoas responsáveis com a apuração dos ilícitos.

e) valorização da existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e da aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa responsável, de modo a modular a incidência de sanção.

---

43. 2015/FCC/TJ-PE/Juiz de Direito

O diretor da área financeira de uma empreiteira foi flagrado pagando comissão a agente público responsável pela gestão de contrato administrativo celebrado para a realização de obras de ampliação e conservação em rodovia estadual. A comissão em questão foi paga para o fim de celebração de aditivo contratual, com acréscimos desnecessários e superfaturados ao projeto inicialmente contratado. Em vista do que dispõe a Lei n o 12.846/2013, também conhecida como "Lei Anticorrupção", é INCORRETO afirmar:

a) Dentre as penalidades aplicáveis à empreiteira está a publicação extraordinária da decisão condenatória, que, a par de outros meios de divulgação, deverá ser afixada de modo visível ao público, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade da infratora.

b) Caso a personalidade jurídica da empreiteira seja utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, todos os efeitos das sanções aplicadas serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

c) A empreiteira poderá ser responsabilizada objetivamente, no âmbito administrativo e civil, pela conduta do referido diretor.

d) No procedimento de responsabilização, poderá ser aplicada multa pecuniária à empreiteira, limitado o seu montante ao valor da vantagem indevidamente auferida.

e) A holding que controla a referida empreiteira é solidariamente responsável pela prática dos atos ilícitos definidos na lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

1.14 Lei de Responsabilidade Fiscal

1. 2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito

De acordo com a LRF, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá, entre outras condições, estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva se iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Para os efeitos dessa regra, são exemplos de renúncia de receita

Parte superior do formulário

a) o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter geral e a modificação de base de cálculo, ainda que esta última não implique redução discriminada de tributos.

b) a anistia, a remissão e a modificação de base de cálculo, ainda que não impliquem redução discriminada de tributos.

c) o crédito presumido, o subsídio e o aumento de alíquotas para a majoração discriminada de tributos.

d) a remissão, a concessão de isenção em caráter geral e o crédito presumido.

e) a anistia, a remissão e a concessão de isenção em caráter não geral.

---

2. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

Nos termos da Lei Complementar n° 101/00, o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, corresponde à definição de

a) operação de crédito.

b) concessão de garantia.

c) refinanciamento da dívida mobiliária.

d) antecipação de receita.

e) dívida fundada.

---

3. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

a) Na condição de parte, a Fazenda Pública goza de prerrogativas quanto a prazos processuais, o que não ocorre quando atua na condição de terceiro interessado.

b) A respeito do controle externo da Administração Pública, cabe ao Tribunal de Contas do Estado, órgão do Poder Judiciário, a fiscalização orçamentária e patrimonial dos Estados e Municípios.

c) Nos termos da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, ressalvadas as da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.

d) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a

realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

---

4. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

A Lei Complementar n° 101/00 estabelece que é possível a destinação de recursos ao setor privado. Nesse sentido, é correto afirmar que

a) a destinação de recursos deverá ser autorizada por decreto específico e atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

b) a destinação de recursos aplica-se a toda a Administração indireta, inclusive fundações públicas, empresas estatais, instituições financeiras e ao Banco Central do Brasil.

c) salvo se previamente autorizado pelo Poder Executivo, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

d) a vedação ao socorro de instituições sem prévia autorização específica estende-se à concessão, pelo Banco Central do Brasil, de operações de redesconto e de empréstimos de prazo superior a trezentos e sessenta dias.

e) na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

---

5. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), no tocante à Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, é correto afirmar:

a) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

b) realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

c) poderá ser realizada ainda que exista operação anterior da mesma natureza, desde que a anterior tenha sido resgatada em pelo menos setenta por cento do seu valor.

d) não será autorizada se cobrada taxa de juros da operação, prefixada ou indexada à taxa básica financeira.

e) poderá ser realizada até o mês de junho do último ano de mandato do Prefeito Municipal.

---

6. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Cada vez mais as políticas públicas vêm sendo executadas em regime de parceria com entidades do setor privado, o que demanda a aplicação de regras fiscais específicas, em caso de transferência de recursos públicos a essas entidades. Sobre esse tema, é correto afirmar, com base na Lei Complementar n°101/2000, que

a) a destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

b) não será necessária a previsão em lei orçamentária caso a destinação de recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica ocorra por meio de aumento de capital ou por meio de participação em constituição de nova entidade.

c) é vedada, ainda que prevista em lei específica, a concessão de empréstimos ou financiamentos cujos encargos financeiros, comissões e despesas congêneres sejam inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

d) a necessidade de autorização em lei específica para a destinação de recursos ao setor privado para a cobertura de déficit de pessoa jurídica aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, e, no exercício de suas atribuições precípuas, às instituições financeiras.

e) a entidade do setor privado que deixe de prestar contas da aplicação dos recursos recebidos será, na forma da Lei Complementar n° 101/2000, inabilitada para contratar com o setor público pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

---

7. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

O governador de determinado estado da Federação pretende conceder isenção tributária de caráter não geral por meio de projeto de lei. A proposta de legislação contém a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária do respectivo estado, na forma da lei de diretrizes orçamentárias.

a) nessa situação hipotética, considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal e os demais requisitos legais tenham sido observados no projeto governamental, uma das medidas exigíveis é que o projeto contenha declaração do ordenador da despesa de que a isenção tem adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual.

b) esteja necessariamente acompanhado de medidas de compensação referentes somente ao exercício em que deva se iniciar a sua vigência.

c) demonstre que a isenção não afetará as metas de resultado fiscal previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

d) comprove que a isenção não implicará tratamento tributário diferenciado.

e) mostre que a queda de arrecadação será compensada com o aumento permanente da receita ou com a redução contínua da despesa.

---

8. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

Se o município pretender celebrar operação de crédito externo com garantia da União, esta poderá exigir como contragarantia a receita de ISSQN.

( ) Certo ( ) Errado

9. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

A transparência na gestão fiscal do município é assegurada, entre outras medidas, pela implantação de sistema integrado de administração financeira e de controle pautado em padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo estadual.

( ) Certo ( ) Errado

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

Uma das principais contribuições da LRF para o equilíbrio orçamentário dos municípios foi acabar com a possibilidade de uso de recursos públicos municipais para socorrer financeiramente pessoas jurídicas deficitárias.

( ) Certo ( ) Errado

11. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

O pagamento de servidores inativos e pensionistas do município jamais poderá se realizar com recursos oriundos da venda de ações do capital social de sociedade de economia mista municipal.

( ) Certo ( ) Errado

12. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Acerca de crédito público, julgue o seguinte item.

Nem todo empréstimo público tomado pelo município precisa, para sua realização, de autorização específica do Senado Federal.

( ) Certo ( ) Errado

13. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um município, que deixou de aplicar o percentual mínimo da sua receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, pretende firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto o recebimento de recursos financeiros estaduais para prestação de serviços de fornecimento de refeições à população em situação de rua. Nesse caso, o convênio

a) não poderá ser firmado enquanto o município não comprovar que se encontra em dia com suas obrigações legais e constitucionais, por meio de certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado.

b) poderá ser firmado, desde que o município convenente comprove que observou o limite constitucional relativo à saúde.

c) não poderá ser firmado porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a suspensão do recebimento de

transferências voluntárias por municípios que não observem os limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

d) poderá ser firmado porque não há vedação legal à realização de transferências voluntárias entre entes federados para ações de assistência social.

e) não poderá ser firmado porque o caso retrata hipótese de transferência obrigatória, que se formaliza por meio de adesão a programa específico de política pública.

---

14. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Considerando o princípio da prudência, inscrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. Toda despesa obriga o gestor a analisar seu impacto para o exercício em que irá ocorrer.

II. O gestor público deve analisar se a despesa é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. O princípio da prudência impede que o gestor público adote qualquer medida que gere endividamento.

IV. A despesa pública abrangida por crédito genérico não pode ultrapassar o limite do exercício.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

a) III.

b) I e II.

c) II e IV.

d) I, II e IV.

---

15. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente que possa prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000).

a) é aplicável às entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos.

b) exige, para todas as despesas públicas, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

c) proíbe a revisão geral de remuneração do funcionalismo público (Art.37, inciso X da Constituição) se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite.

d) veda ao ente o recebimento de transferências voluntárias pelo não cumprimento dos prazos determinados por lei parar a redução de despesa com pessoal.

e) estabelece limites globais para a despesa com pessoal de cada um dos entes da federação, sem trazer limites específicos para poderes ou órgãos.

---

16. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Com relação às transferências voluntárias, assinale a opção correta.

a) As exigências estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias são suficientes para a realização de tais transferências.

b) Essas transferências podem destinar-se ao pagamento de pessoal inativo do beneficiário.

c) Um cadastro nacional possibilita a consulta de dados sobre restrições relativas aos beneficiários dessas transferências.

d) As referidas transferências podem ser utilizadas para finalidade diversa da pactuada, caso haja fundado interesse público.

e) Trata-se de repasses impositivos por força de dispositivo constitucional.

---

17. 2017/VUNESP/CÂMARA DE ALTINÓPOLIS-SP /Procurador Jurídico

Por determinação da Lei Complementar n° 101/00, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívida pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências impostas pela lei, equipara-se à

a) dívida pública consolidada.

b) operação de crédito.

c) dívida pública mobiliária.

d) refinanciamento da dívida mobiliária.

e) refinanciamento da dívida fundada.

---

18. 2017/VUNESP/CÂMARA DE ALTINÓPOLIS-SP/Procurador Jurídico

Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a alternativa correta.

a) A destinação de tais recursos só é admitida de forma direta e para cobrir necessidades de pessoas jurídicas para atender as condições estabelecidas na lei do plano plurianual.

b) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

c) Independem de autorização em lei específica as prorrogações e composições decorrentes de operações de crédito, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

d) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

e) É vedado ao Banco Central do Brasil conceder às instituições financeiras, em qualquer caso, operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

---

19. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n° 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias

a) conterá as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

b) indicará as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de

despesas obrigatórias de caráter continuado.

c) indicará todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.

d) conterá demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

e) apontará as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

---

20. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA.

a) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) aplica-se somente à União, mas permite que os Estados e Municípios a adotem, desde que autorizados pelas respectivas casas legislativas.

b) O projeto de lei orçamentária anual, uma vez aprovado pela Assembléia Legislativa, é soberano perante qualquer outro diploma que trate do orçamento.

c) No dizer da LC 101/2000, entende-se por empresa controlada aquela que mantém sob estrito controle de responsabilidade fiscal as suas despesas.

d) A LC 101/2000 admite a substituição de servidores e empregados públicos por contratos de terceirização de mão de obra, desde que considerados estes na despesa total com pessoal.

e) A imunidade é uma das formas de renúncia fiscal, ao lado da isenção e da anistia.

---

21. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

À luz das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal acerca de receita e operação de crédito, assinale a opção correta.

a) Dispensa-se a aplicação dos limites globais fixados pelo Senado Federal relativamente à dívida consolidada na contratação de operações de crédito entre municípios e instituições financeiras privadas.

b) A prevenção de insolvência das instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional realiza-se por meio da alocação de recursos públicos destinados à concessão de operações de crédito.

c) Se frustração de receita constatada na verificação bimestral impactar no cumprimento das metas de resultado primário, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o MP deverão adotar medidas de restrição de empenho.

d) É vedado o oferecimento de receitas tributárias próprias como contragarantia exigida pela União em operações de crédito interno realizadas por estados e municípios.

---

22. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

A respeito das condutas do chefe do Poder Executivo no último ano de mandato, assinale a opção correta à luz do disposto na legislação pertinente.

a) No último mês do mandato, ao prefeito municipal é vedada a realização de empenho em valor superior ao duodécimo da despesa consignada na LOA, mesmo na hipótese de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

b) É proibida a assunção pelo chefe do Poder Executivo, nos últimos oito meses do mandato, de obrigação de despesa cuja execução orçamentária não possa ser cumprida integralmente nesse período, ainda que assegurada disponibilidade de caixa para o pagamento em parcelas com vencimento no exercício seguinte.

c) É nulo de pleno direito o ato do qual resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato eletivo.

d) Ultrapassado o limite da dívida consolidada do ente federativo ao final do primeiro quadrimestre do último ano de seu mandato, o chefe do Poder Executivo deverá reduzir em um quarto o excedente no quadrimestre subsequente, podendo, para tanto, realizar operação de crédito por antecipação de receita.

---

23. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de endividamento e de receita e despesa públicas, julgue o item seguinte.

A previsão de compensação dos efeitos produzidos por atos que impliquem redução de receitas e aumento de despesas de duração continuada e que perdurem por mais de três anos constitui uma inovação substancial do controle orçamentário na LRF.

( ) Certo ( ) Errado

---

24. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

À luz da Lei Complementar n 0 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)), assinale a opção correta:

a) É vedado a Estados e Municípios — e permitido à União Federal — conceder garantia em operações de crédito externas.

b) Em regra, instituição financeira que contrate operação de crédito com ente da Federação fica dispensada de exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) A Caixa Econômica Federal, em razão da proibição de operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, está impedida de adquirir títulos da dívida de emissão da União Federal.

d) O Banco Central do Brasil está impedido de comprar diretamente títulos emitidos pela União, salvo para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

e) É absolutamente vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

---

25. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Em um certo Município, foi instituído o estado de calamidade pública. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000), para que o Município possa fruir os benefícios de suspensão temporária da contagem dos prazos de controle para adequação e

recondução das despesas de pessoal e dos limites do endividamento, bem como do atingimento das metas de resultados fiscais e da utilização do mecanismo da limitação de empenho, é necessário que:

a) o Poder Executivo municipal, por meio de Decreto, institua o estado de calamidade pública enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

b) o Poder Executivo estadual, por meio de Decreto, institua o estado de calamidade pública enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

c) o Poder Executivo estadual, por meio de Medida Provisória, diante dos requisitos de relevância e urgência, institua o estado de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

d) o Poder Legislativo municipal reconheça a ocorrência de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

e) o Poder Legislativo estadual reconheça a ocorrência de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

---

26. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Imagine, por hipótese, que a Assembleia Legislativa descumpriu o limite individual de despesas a ela determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000). Em razão desse fato, a União impôs ao Poder Executivo do Estado restrições em matéria de realização de operações de crédito por descumprimento da LRF.

A esse respeito e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a União:

a) não pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois é necessária a deliberação da matéria na Assembleia Legislativa, em razão da autonomia dos Estados membros e da ausência de hierarquia entre os entes federados.

b) não pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois a independência e autonomia entre os Poderes impede que um poder interfira sobre o outro quanto ao uso dos recursos públicos destinados a cada um deles.

c) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois este é o responsável pela consolidação e elaboração do orçamento de todos os Poderes e órgãos autônomos.

d) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado membro, pois o limite de despesas previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser globalmente considerado para efeito de restrições e sanções.

e) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois este poderá contingenciar a entrega de recursos ao Poder ou órgão autônomo que descumprir os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

A antecipação de receita orçamentária, para fins da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), equipara-se a uma operação de crédito e

a) deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil de novembro de cada ano.

b) pode ser realizada somente no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

c) é vedada se o fato gerador do tributo ainda não ocorreu, sem prejuízo da observância do disposto na Constituição Federal a respeito do fato gerador presumido.

d) deve ser realizada junto à instituição financeira vencedora de processo competitivo eletrônico promovido pelo ente federativo que desejar realizar a operação.

e) pode ser realizada mais uma única vez enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

---

28. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

É vedada a aplicação das disponibilidades de caixa do regime próprio de previdência dos servidores públicos estaduais em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo estado, mas não em títulos da dívida pública estadual.

( ) Certo ( ) Errado

---

29. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

Em operação de crédito firmada por um estado da Federação junto a banco estrangeiro com a garantia da União, esta pode exigir do ente mutuário, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, mas não de receitas tributárias diretamente arrecadadas, porquanto elas são indispensáveis ao funcionamento da administração estadual.

( ) Certo ( ) Errado

---

30. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

O fato de o estado-membro não poder celebrar operação de crédito com a União não obsta que ele aplique suas disponibilidades em títulos da dívida federal.

( ) Certo ( ) Errado

---

31. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Com base nas seguintes assertivas, assinale a alternativa correta:

I – Apesar de instituir regramento cogente e dispor sobre a nulidade de diversos atos

que infrinjam as normas que veicula, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) não contém uma tipologia de natureza penal.

II - O art. 182, § 3º, da Constituição Federal estabelece que "As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro". A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) dispõe que o não atendimento do referido dispositivo torna nulo de pleno de direito o ato de desapropriação, salvo se houver prévio depósito judicial do valor da indenização.

III – Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, é possível desde que vise a refinanciar dívida contraída anteriormente.

IV – A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) equipara à operação de crédito a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

V – Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), salvo se houver cláusula de reversão, é vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

a) Estão corretas somente as assertivas I, II e IV.

b) Estão corretas somente as assertivas III e V.

c) Estão corretas somente as assertivas I, III e V.

d) Estão corretas somente as assertivas II e IV.

e) Está correta somente a assertiva I.

---

32. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

Quanto à atuação do titular de Poder no último ano de mandato, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), analise as seguintes assertivas:

I. Não poderá contrair novas obrigações transferindo sua liquidação para o exercício seguinte.

II. Antes de contrair a obrigação de despesa, deverá verificar a existência de condição de cumpri-la dentro do seu mandato.

III. Pode deixar parcelas a serem pagas no exercício seguinte desde que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

IV. Uma eventual disponibilidade negativa de caixa projetada para o final do exercício financeiro não acarreta impedimento para contração de despesa.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III e IV.

---

33. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à receita pública, assinale a opção correta.

a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

b) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo quinze dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício vigente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

c) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá, excepcionalmente, ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

d) A concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita poderá estar acompanhada de cálculo exato do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.

---

34. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

A isenção, enquanto causa de exclusão do crédito tributário, está adstrita à regra da legalidade estrita. Diante disso, é correto afirmar:

a) Somente pode alcançar o crédito tributário relativamente a impostos, ficando excluída da sua incidência as taxas, por serem forma de custear serviços públicos.

b) Pode ser concedida por ente diferente daquele competente para instituir o tributo, desde que na mesma lei esteja também concedendo isenção para tributo de sua competência.

c) Ainda que o ente tenha competência para conceder isenção deverá ainda se ater, em qualquer hipótese, à verificação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas em anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

d) Quando concedida em caráter geral, não é considerada como renúncia de receita tributária para fins de obediência às exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

e) Para ser concedida por ente diverso do competente para instituir o tributo deve vir acompanhada de medidas de compensação, no período em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, por meio de aumento de receita ou de repartição de receita tributária.

---

35. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Com essa finalidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece:

a) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação

de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

b) a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio do sistema de contabilidade e administração financeira independentemente da ordem cronológica para pagamento.

c) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados para fins de verificação do limite das despesas com pessoal.

d) a lei considera como despesa total com pessoal o somatório dos gastos dos entes federativos com os ativos, os inativos e os pensionistas, excluídos aqueles relativos a mandatos eletivos.

e) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução no respectivo exercício.

---

36. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei Complementar n. 101/00 (Responsabilidade Fiscal), empresa controlada é aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Por sua vez, empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

( ) Certo ( ) Errado

---

37. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

A respeito da dívida e do endividamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que

a) as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública mobiliária.

b) será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil.

c) o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços não caracteriza operação de crédito.

d) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, denomina-se dívida pública fundada.

e) os precatórios judiciais não pagos, mesmo quando não incluídos no referido orçamento, durante a execução do orçamento, integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública previstos em lei.

---

38. 2016/CONSULTEC/PREFEITURA DE ILHÉUS-BA/Procurador

Considere que o Poder Executivo de determinado município está acima do

limite estabelecido para despesas de pessoal. Além da possibilidade de redução de carga horária e consequente redução da remuneração dos servidores, são ações gradativas que poderão ser adotadas para o seu enquadramento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

a) Redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

b) Exoneração de vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de quinze por cento dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

c) Redução em vinte por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

d) Exoneração de, pelo menos, vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores estáveis, perda do cargo do servidor não estável.

e) Redução em, pelo menos, trinta por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, demissão de servidor estável.

---

39. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Para efeito do que dispõe a lei complementar que rege a responsabilidade na gestão fiscal, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por

a) transferência corrente.

b) transferência para fins de investimento.

c) transferência voluntária.

d) aporte subsidiário de recursos.

e) aporte assistencial de recursos.

---

40. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador Municipal

"Art. 30 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar: (...) I – revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme dispõe o art. 37, X, da Constituição Federal; (...)" Lei Municipal no 6.000, de 04/11/2015.

Conforme o disposto no inciso I do artigo 30 da Lei no 6.000, de 04/11/2015, do Município de São Luís, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo fica autorizado a realizar a revisão anual da remuneração dos servidores. No que se refere à eventual aumento de despesa decorrente desta autorização legal, e considerando o disposto na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), tal revisão:

a) poderá ser executada somente após a implementação das medidas compensatórias de aumento permanente de receita ou de redução permanente de despesa.

b) ainda que resulte em aumento de despesa, não será considerada uma despesa corrente obrigatória de caráter continuado.

c) somente poderá resultar em aumento de despesa se o Decreto municipal que efetivar a revisão for instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente medida de aumento permanente de receita.

d) poderá ser efetuada por meio de lei ordinária, independentemente de apresentação de estimativa de impacto, desde que o aumento nominal seja igual ou inferior ao índice de inflação nacional no período.

e) ainda que resulte em despesa corrente de caráter continuado, poderá ser realizada por ato normativo municipal, independentemente de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sem a necessidade de medidas compensatórias.

1.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

A Lei Federal nº 13.655/2018 acrescentou vários dispositivos à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), inserindo normas de hermenêutica afetas ao direito público para melhorar a qualidade da atividade jurídico-decisória na gestão pública. Assegura, assim, máxima efetivação dos princípios da eficiência e, principalmente, da segurança jurídica. Nesse panorama, assinale a alternativa correta.

A) Embora a segurança jurídica seja uma preocupação da norma, as respostas a consultas emitidas não terão caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade a que se destinam, mas, sim, informativo.

B) Os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo são irrelevantes quando da interpretação de normas sobre gestão pública, haja vista a indisponibilidade do interesse público.

C) As instâncias controladora e judicial, embora obrigadas a motivar suas decisões, não devem considerar as consequências práticas da medida imposta, que é atividade de competência exclusiva da administração pública.

D) A edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.

2. 2019/VUNESP/TJ-AC/Juiz de Direito

Segundo o que dispõe, expressamente, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de expedição de uma licença sobre a qual exista incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, havendo a necessidade de eliminar esse problema, a autoridade administrativa poderá, atendidas as disposições legais,

a) celebrar compromisso com os interessados.

b) recomendar alteração legislativa antes da decisão.

c) ingressar com ação declaratória no Poder Judiciário.

d) contratar parecer de escritório de advocacia especializado.

3. 2019/NC-UFPR- Advogado (FPMA)

Recentemente, foi editada a Lei nº 13.655/2018, que introduz alguns dispositivos na Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro, sobretudo no tocante à hermenêutica das normas de Direito Público.

A respeito desse assunto, considere as seguintes afirmativas:

1. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

2. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão consideradas a formação técnica específica e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo gestor, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

3. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas quando agir com negligência ou dolo.

4. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Assinale a alternativa correta.

Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

---

4. 2019/NC-UFPR - Notário e Registrador (TJ PR)/Provimento

A Lei nº 13.655/18 alterou dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no tocante às regras incidentes sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Essa nova legislação impacta diretamente o controle da Administração Pública. Sobre essa nova redação, assinale a alternativa correta.

a) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento seja cumprido adequadamente.
b) A revisão de jurisprudência, nas esferas administrativa, controladora ou judicial não poderá implicar a adoção de nova orientação administrativa geral sem mudança expressa da lei.
c) É vedada a realização de métodos consensuais de composição de conflitos envolvendo entes da Administração direta que não estiverem expressamente previstos na Constituição.
d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios devidos ou indevidos, normais ou anormais, justos ou injustos, resultantes do processo ou conduta dos envolvidos.
e) A nova legislação prevê que os agentes públicos passam a responder direta e pessoalmente por seus atos, civil e administrativamente, em caso de dolo ou culpa grave.

---

5. 2019/ IBGP - Advogado (CM Perdizes)

Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, poderá se decidir com base em valores jurídicos abstratos, sendo que as decisões deverão ser motivadas demonstrando a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste,

processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
b) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
c) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
d) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas, a qual deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

---

6. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, foi acrescida de alguns artigos pela Lei Federal n° 13.655, de 25 de abril de 2018.
O único artigo acrescido que entrará em vigor após decorridos 180 dias da publicação oficial da nova legislação é:

a) art. 22, que dispõe no caput: Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor eas exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
b) art. 26, que dispõe no caput: Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
c) art. 28, que dispõe no caput: O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
d) art. 29, que dispõe no caput: Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.
e) art. 30, que dispõe no caput: As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de

regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

---

7. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, foi acrescida de disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público pela Lei Federal n° 13.655, de 25 de abril de 2018.

Assinale a alternativa que tem a redação correta de dispositivo legal da Lei 13.655/2018.

a) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

b) A decisão que, nas esferas administrativa ou judicial, decretar a invalidação de ato, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas.

c) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações específicas da época, sendo autorizado que, com base em mudança posterior de orientação específica, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

e) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

---

8. 2018/COMPERV/TJ-RN/Juiz Leigo

Segundo recente alteração na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Nesse condão,

a) a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ou norma administrativa indicará genericamente as consequências jurídicas e administrativas.

b) a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

c) a motivação deverá, necessariamente, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.

d) a decisão administrativa, sem prejuízo aos interesses gerais, pode impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que sejam anormais ou excessivos.

---

9. 2019/ FUNDATEC - Advogado (GRAMADOTUR)/2019 (e mais 1 concurso)

De acordo com as normas de introdução ao direito brasileiro para eliminar

irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de:
a) 30 dias da sua publicação oficial.
b) 45 dias da sua publicação oficial.
c) 60 dias da sua publicação oficial.
d) 90 dias da sua publicação oficial.
e) Sua publicação oficial.

---

10. 2018/FCC/PREFEITURA DE CARUARU-PE/Procurador Municipal

Em relação às alterações promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em especial no que se refere aos interesses difusos e coletivos de transparência, informação e participação na gestão pública, é correto afirmar:
a) Na edição dos atos normativos, é vedada a órgão ou Poder Público realizar prévia consulta pública para manifestação dos interessados, sendo autorizado, no entanto, a realização posterior de audiências públicas para discussão de seus efeitos.
b) O agente público somente responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas na comprovação de dolo.
c) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
d) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
e) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito não terá, em qualquer hipótese, aplicação aos casos em andamento.

---

11. 2019/FUNDATEC - Advogado (Pref Gramado)/"Sem Área"

De acordo com as normas de introdução ao direito brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de:
a) Culpa ou erro grosseiro.
b) Somente em caso de dolo.
c) Culpa, dolo ou erro grosseiro.
d) Somente erro grosseiro.
e) Dolo ou erro grosseiro.

---

12. 2018/VUNESP/Procurador de Sorocaba

Assinale a alternativa correta, conforme disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657/1942) e legislação relacionada.
a) Em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
b) As súmulas administrativas e respostas a consultas têm caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade a que se destinam.
c) A sentença proferida em outro país deverá ser homologada perante o Supremo Tribunal Federal para ser executada no Brasil.
d) O agente público responderá pessoalmente por suas opiniões técnicas,

salvo no caso de erro, ainda que considerado grosseiro.
e) A lei não pode estabelecer período de vacância (vacatio legis) apenas para determinados artigos que a compõem.

---

13. 2019/VUNESP - Assistente Jurídico (Pref SBC)

A respeito das recentes inclusões sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa correta.
a) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar tacitamente suas consequências jurídicas e administrativas.
b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
c) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas inclusive as circunstâncias hipotéticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
d) Na aplicação de sanções, não deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.
e) Decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

1.16 Estatuto das Cidades

1. 2019/VUNESP/TJ-AC/Juiz de Direito

Em relação ao Meio Ambiente Urbano, o Estatuto da Cidade estabelece que

a) decorridos três anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

b) os núcleos urbanos informais, existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

c) a Lei Municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano ou rural edificado, subutilizado ou não utilizado.

d) o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado, mediante instrumento particular registrado no cartório de registro de imóveis e subscrito por duas testemunhas.

---

2. 2019/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Em relação às disposições contidas na Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), referentes ao usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa incorreta:

a) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

c) O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

d) A associação de moradores da comunidade, mesmo que sem personalidade jurídica, é parte legítima para a propositura da ação, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

e) Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

---

3. 2019/CESPE/MPE-PI/Promotor de Justiça

A política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Considerando-se as disposições legais sobre esse assunto, é correto afirmar que

a) a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança não substitui a necessidade de elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.
b) os imóveis urbanos não edificados nos prazos e nas condições legais estarão sujeitos à tributação de IPTU progressivo no tempo, sendo viável a concessão de anistia nas hipóteses reguladas por lei municipal.
c) o Ministério Público tem legitimidade ativa para a propositura de ação de usucapião especial urbana.
d) é facultativa a promoção de audiências públicas e de debates pelo Poder Legislativo durante o processo de elaboração do plano diretor.
e) não existe prazo legalmente estabelecido para que o município proceda ao adequado aproveitamento do imóvel objeto de desapropriação a partir de sua incorporação ao patrimônio público.

---

4. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Com base na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os artigos nos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.
( ) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
( ) O estudo de impacto de vizinhança (EIV) será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, e, desde que regulamentado por lei específica, dispensará o estudo prévio de impacto ambiental (EIA).
( ) a pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público.
( ) O plano diretor é obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Nesse caso, os recursos financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.
( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário
A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é
a) V F V F V.
b) V F V V V.
c) V F V V F.
d) F V F V V.
e) F F V F F.

---

5. 2018/IBGP/PREFEITURA DE SANTA LUZIA-MG/Procurador Municipal

Sobre o Plano Diretor e os instrumentos de política urbana, disciplinados pelo Estatuto da Cidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O plano diretor, a ser aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.
b) O valor da alíquota do IPTU progressivo no tempo, a ser aplicado a cada ano, será fixado em lei específica e não excederá duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida no prazo de 5 anos, o município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.
c) A Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal, o qual não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
d) O direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, situado em área prevista em lei municipal, cujo prazo de vigência não será superior a 10 anos, devendo o proprietário notificar sua intenção de alienar o seu imóvel, para que o município, no prazo máximo de 30 dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

De acordo com a Lei no 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), em relação à usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa correta.

a) O direito de usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
b) Na sentença, o juiz atribuirá fração ideal de terreno a cada possuidor, de acordo com a dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.
c) O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada pela metade dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.
d) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição, há mais de cinco anos, e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
e) O possuidor de área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

---

7. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos, o Prefeito que deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público municipal, em razão de desapropriação pela não utilização, pelo proprietário, do

solo urbano, de acordo com o plano diretor em vigor, incorre em
a) ato de improbidade administrativa.
b) crime de responsabilidade fiscal.
c) mora, sujeitando-se a ação popular por lesão ao patrimônio municipal por omissão.
d) responsabilização objetiva, administrativa e civil, pela prática de ato contra a Administração Pública.
e) crime de responsabilidade.

---

8. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Jurídico

Determinado município possui, por obrigatoriedade constitucional, plano diretor, que foi devidamente aprovado pela câmara municipal. A existência desse documento permite afirmar que esse município.
a) possui mais de vinte mil habitantes.
b) possui entre cinco mil e quinze mil habitantes.
c) possui competência para criar novos institutos de direito urbanístico.
d) deve incluir nos orçamentos futuros o valor da indenização dos imóveis já desapropriados, respeitando o limite de cinco anos para o parcelamento.
e) é isento de observância da função social da propriedade para imóveis pluri-habitacionais.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

Nos termos da Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), o direito que confere ao Poder Público municipal preferência na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares é definição de
a) direito de superfície.
b) direito de império.
c) desapropriação para fins urbanísticos.
d) servidão administrativa.
e) direito de preempção.

---

10. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL/Procurador Legislativo

Dentre os instrumentos de política urbana, o art. 36 da Lei no 10.257/2001 trata do Estudo de Impacto de Vizinhança que, se descumprido, poderá desafiar o ajuizamento de Ação Coletiva. Dentre as questões mínimas exigidas pelo dispositivo legal,
a) encontram-se o adensamento populacional, uso e ocupação do solo, geração de tráfego e demanda por transporte público.
b) encontram-se as dos equipamentos urbanos e comunitários, regularização fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana.
c) estão as da ventilação e iluminação, instituição de zonas especiais de interesse social, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
d) não se admite controle jurisdicional pela via coletiva.
e) não se admite o exame de interesses difusos, porque o prejuízo restringe-se aos futuros adquirentes do empreendimento.

---

11. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

O Estatuto da Cidade veda a utilização de espaço urbano que
a) cause maior controle térmico.
b) cause degradação na qualidade de vida.
c) cause mais conforto para sua população.
d) evite causar erosão na captação de água fluvial.

12. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Em conformidade com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:

a) o Município tem, entre outras atribuições de interesse da política urbana, a competência para legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.

b) a associação de moradores da comunidade, como substituto processual, é parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana, dispensada a intervenção do Ministério Público.

c) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

d) o plano diretor é dispensado para cidades com menos de vinte mil habitantes, mesmo que integrantes de áreas de especial interesse turístico.

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural, tem o direito, em relação ao bem objeto da posse, à

a) retrocessão do bem público.

b) concessão de direito real de uso.

c) concessão de uso de bem público.

d) concessão de uso especial para fins de moradia.

e) usucapião especial para fins de moradia.

14. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

São diretrizes gerais da política urbana, segundo o Estatuto da Cidade,

a) controle da valorização dos imóveis urbanos, diminuindo a especulação imobiliária.

b) não haver ônus decorrente da urbanização.

c) melhores condições para agentes públicos, em prejuízo dos agentes privados, para investimentos.

d) prevalência das atividades urbanas, em prejuízo das rurais, permitindo maior aproveitamento do solo para assentamento de pessoas.

e) audiência do poder público local e da população interessada para a implantação de empreendimentos impactantes.

15. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta.

a) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

b) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

c) O Poder Público tem a faculdade de exigir do proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, por meio de imposição de penalidades, exceto parcelamento ou edificação compulsórios.

d) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

e) Aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

---

16. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Acerca do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), marque a alternativa correta.

a) Lei municipal específica autorizará a concessão de isenções ou de anistia relativas a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo.

b) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, porém a sentença que a reconhecer não servirá como título para registro no cartório de registro de imóveis, devendo-se, para tanto, ser promovida demanda específica, a fim de se reconhecer este tipo de usucapião especial.

c) É possível afirmar que o direito de preempção municipal tem natureza jurídica de limitação administrativa (imposição legal).

d) O direito de superfície é a concessão para se construir ou plantar em solo alheio. Dado o seu matiz econômico, a constituição desse direito opera-se apenas por contrato oneroso, durante a sua vigência, e o detentor da propriedade superficiária poderá modificar unilateralmente a destinação da utilização do terreno, quando essa não beneficiar a propriedade economicamente.

e) A usucapião coletiva é permitida para áreas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, de forma ininterrupta, por dez anos.

---

17. 2018/MPE-BA/MPE-BA /Promotor de Justiça

Observe a assertiva abaixo e marque a alternativa incorreta acerca do quanto disposto no Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001).

O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

a) Regularização fundiária.

b) Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.

c) Constituição de reserva fundiária.

d) Ordenamento e direcionamento da expansão rural.

e) Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

---

18. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Jurídico

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

a) 1 (um) mil habitantes.

b) 5 (cinco) mil habitantes.

c) 10 (dez) mil habitantes.

d) 15 (quinze) mil habitantes.

e) 20 (vinte) mil habitantes.

---

19. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Um projeto de loteamento em determinada região de um Município foi

objeto de questionamento por parte dos moradores da região, sob o argumento de que não teria sido elaborado Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). A exigência, considerando o disposto no Estatuto da Cidade,

a) será procedente se o empreendimento de loteamento em questão for pertencente a particular, tendo em vista que a apresentação fica dispensada quando a responsabilidade for de entes públicos ou de entes integrantes da Administração indireta.

b) é descabida, tendo em vista que o parcelamento do solo, sob a modalidade de loteamento, pressupõe a localização em área rural ou de expansão urbana, o que é incompatível com a elaboração do EIV.

c) será devida caso a legislação municipal assim preveja, considerando que os projetos de loteamento pressupõem a inserção em área urbana, requisito constante do Estatuto da Cidade para ser obrigatória a elaboração do EIV.

d) é obrigatória somente no caso do projeto de parcelamento estar inserido em área urbana ou área de expansão urbana, não sendo cabível caso o loteamento tenha sido registrado às margens de matrícula de área rural.

e) somente é cabida no caso de não haver licenciamento ambiental para a área, tendo em vista a identidade de finalidade com o EIV.

---

20. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

O Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257/2001, prevê em seu texto que, para o planejamento municipal, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

a) plano diretor e desapropriações.

b) servidão administrativa e disciplina do parcelamento do uso e da ocupação do solo.

c) diretrizes orçamentárias, orçamento anual e concessão de direito real de uso.

d) zoneamento ambiental e gestão democrática participativa.

e) programas e projetos setoriais, planos de desenvolvimento econômico e social e direito de superfície.

---

21. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Sobre o tratamento que o Estatuto da Cidade dá ao IPTU progressivo no tempo, analise as afirmativas a seguir.

I. Se dá mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

II. Não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

III. É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativa à tributação progressiva de que trata a referida norma.

Estão corretas as afirmativas:

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

---

22. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Estabelece o Estatuto da Cidade que decorrido o prazo ali estabelecido para cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os títulos da dívida pública não terão poder liberatório para pagamento de tributos.
b) O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
c) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de dez anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
d) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

---

23. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

De acordo com o Estatuto da Cidade, considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:
I. A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.
II. A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.
III. A concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

Estão corretas as afirmativas
a) I, II e III.
b) I e III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) II e III, apenas.

---

24. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Quanto ao direito urbanístico, assinale a alternativa correta.
a) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos.
b) O plano diretor é obrigatório para todas as cidades.
c) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento regional e municipal.
d) Não é possível aos municípios ampliar o seu perímetro urbano após a edição da Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
e) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

---

25. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

São diretrizes gerais da política urbana, como previsto no Estatuto da Cidade:
a) tratamento prioritário às obras e edificações públicas e privadas que tenham o potencial de geração de empregos à população.
b) garantia do direito a um planeta sustentável, entendido como o direito de

todos à terra urbana e rural, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos para as presentes e futuras gerações.
c) prioridade de condições para os agentes públicos na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
d) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.
e) adequação dos instrumentos de política partidária, econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos segmentos sociais menos favorecidos economicamente.

---

26. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Com relação ao EIV, previsto na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), julgue os itens a seguir.
I A definição dos empreendimentos e das atividades para cuja construção, ampliação e funcionamento deverá ser elaborado EIV é de competência municipal, seja em área urbana ou rural.
II O EIV deve contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade para a qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.
III O EIV inclui a análise do uso e da ocupação do solo, bem como da geração de tráfego e da demanda por transporte público.
IV Realizado o EIV, dispensam-se a elaboração e a aprovação de EIA.
Estão certos apenas os itens
a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) III e IV.

---

27. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

São instrumentos da política urbana, previstos na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade):
I. Institutos tributários e financeiros, como a contribuição de melhoria.
II. Institutos jurídicos e políticos, como o referendo popular e o plebiscito.
III. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
IV. Planejamento municipal, em especial: plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; plano plurianual, entre outros.
Com base nas assertivas acima, assinale a alternativa **correta**:
a) Estão corretas somente as assertivas I, II e III.
b) Estão corretas somente as assertivas I e III
c) Estão corretas somente as assertivas I e IV.
d) Está correta somente a assertiva III.
e) Todas as assertivas estão corretas.

---

28. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador Jurídico

Acerca do que dispõe a Lei n° 10.257/01, é correto afirmar que
a) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para

aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
b) a concessão do direito de superfície deverá ser invariavelmente onerosa.
c) na pendência da ação de usucapião especial urbana, tramitam conjuntamente quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.
d) decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em dinheiro.
e) compete aos Municípios, entre outras atribuições de interesse da política urbana, legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.

---

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

O Estatuto da Cidade
a) tipifica novas condutas que poderão caracterizar improbidade administrativa na execução da política urbana.
b) não dispõe sobre plano diretor, o qual é lei reservada à competência municipal.
c) regulamenta a forma de realização de consultas públicas como instrumento de gestão democrática das cidades.
d) inclui, de forma taxativa, a lista dos instrumentos para a execução da política urbana.

---

30. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Determinado município, para executar seu planejamento urbanístico, com a valorização de espaços históricos e a otimização de meios de transporte coletivo, desapropriou imóveis que vinham sendo usados de forma incompatível com a previsão do plano diretor.
Nessa situação,
a) os cálculos dos valores das indenizações pelas desapropriações devem ser regulamentados pelo Estatuto da Cidade.
b) promovida a readequação do uso, não poderá haver alienação dos bens desapropriados a outros particulares.
c) o município utilizou um instituto jurídico de política urbana, com repercussão sobre o caráter perpétuo do direito de propriedade.
d) as desapropriações fundamentaram-se exclusivamente no requisito do interesse social.

---

31. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre a tutela coletiva do direito à cidade, do direito à moradia e do meio ambiente, considere:
I. O Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257/2001) prevê que as cidades incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos têm que, obrigatoriamente, elaborar Plano Diretor, independentemente do número de habitantes.
II. Por se tratar de política urbanística essencial à exata ordenação das cidades, os Municípios não poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, ainda que se trate de regularização fundiária de núcleos urbanos informais.

III. O princípio do poluidor pagador internaliza o custo social provocado pelas externalidades da atividade econômica em decorrência de seu processo produtivo.
IV. O consumidor de produtos e de serviços não faz parte do sistema de logística reversa de resíduos sólidos, cuja responsabilidade recai sobre o fornecedor.
V. É possível regularização fundiária de interesse social dos núcleos urbanos informais inseridos em área urbana de ocupação consolidada existentes, total ou parcialmente, em áreas de preservação permanente. Todavia, para tanto, é preciso aprovação de projeto no qual se elabore estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.
Está correto o que se afirma APENAS em
a) I, II e III.
b) II e III.
c) I, III e V.
d) I e IV.
e) III e V.

---

32. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de política urbana, responsabilidade e licenciamento ambiental, julgue o item subsecutivo.
Caso tenha interesse em criar centro de saúde em imóvel urbano objeto de venda a título oneroso entre particulares, o município poderá exercer o direito de preempção.
( ) Certo ( ) Errado

---

33. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de parcelamento do solo, impacto de vizinhança, regularização fundiária de interesse social, desapropriação e tombamento, julgue o item a seguir com base na legislação urbanística.
De acordo com o Estatuto da Cidade, o estudo prévio do impacto ambiental é peça obrigatória do estudo de impacto de vizinhança e as análises de uso e ocupação do solo e de adensamento populacional somente são obrigatórias para imóveis com área superior a um hectare.

( ) Certo ( ) Errado

---

34. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Considerando a jurisprudência majoritária e atual dos tribunais superiores, julgue o item subsequente.
Segundo o STF, a competência normativa municipal para a ocupação de espaços urbanos é mais ampla que o conteúdo aprovado no seu plano diretor. Assim, municípios com mais de vinte mil habitantes podem legislar sobre ordenamento urbano em outras leis, desde que compatíveis com diretrizes estabelecidas no plano diretor.

( ) Certo ( ) Errado

---

35. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

No que se refere à incidência do direito ambiental sobre o meio urbano, assinale a opção correta.
a) O zoneamento ambiental não é aplicável no planejamento municipal.
b) As áreas urbanas são regidas pelo Estatuto da Cidade, não se lhes aplicando o Código Florestal.
c) Apenas imóveis incluídos no plano diretor podem sofrer desapropriação-

sanção pelo descumprimento de sua função social.
d) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecida judicialmente em relação a imóvel público.

---

36. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETA.
a) Todos os municípios que pretendam ampliar ou diminuir seu perímetro urbano ou rural necessitam, obrigatoriamente, do Plano Diretor para tal finalidade.
b) O Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios brasileiros, uma vez que se trata de instrumento de política urbana e sua ausência pode, em tese, ensejar ato de improbidade administrativa para o gestor público municipal.
c) O município que, por força de lei, possua Plano Diretor poderá ampliar seu perímetro urbano, desde que elabore projeto específico que contemple, dentre outras situações, a inclusão de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural.
d) Nenhuma das anteriores.

---

37. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Considerando o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001), assinale a alternativa correta.
a) Compete ao Município promover, por iniciativa própria e em conjunto com o Estado e outros Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos e demais espaços de uso público.
b) Lei estadual específica poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, para área incluída no plano diretor, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.
c) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos para parcelamento ou edificação compulsórios, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos.
d) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública previamente aprovados pelo Senado Federal e com prazo de resgate em até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.
e) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, sendo que em caso de possuidor casado, o título será conferido necessariamente ao cônjuge varão.

---

38. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, com suas posteriores alterações legislativas).

( ) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros, sendo vedada por lei qualquer previsão contratual nesse sentido.

( ) O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, sendo vedada disposição em contrário no contrato respectivo.

( ) Em empreendimentos de pequeno porte, a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

( ) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F – V – F – F.
b) F – F – F – V.
c) V – V – F – F.
d) V – F – V – V.
e) V – F – V – F.

---

39. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

Sobre as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, dentre outras providências, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta.

I - Para todos os efeitos, o Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

II - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações;

III - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

IV - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;

a) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
b) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
c) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
d) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.

e) todas as assertivas são verdadeiras.

40. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Com o objetivo de desenvolver urbanisticamente a área portuária da cidade e promover melhorias sociais e ambientais, o Município XYZ planeja concretizar uma operação urbana consorciada.

Sobre a situação apresentada, é correto afirmar que:

a) a União, o Estado e o Município XYZ deverão aprovar a operação urbana consorciada, por meio de consórcio interfederativo, após ratificação de protocolo de intenções por todos os entes.

b) para administrar a operação urbana consorciada, o Município deve constituir associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, que será responsável pela programa básico de ocupação da área.

c) o Decreto Municipal que cria a operação urbana consorciada conterá, no mínimo, a definição da área a ser atingida e o estudo prévio de impacto de vizinhança, o qual substituirá o estudo prévio de impacto ambiental.

d) a operação urbana consorciada deve contar com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, e ser aprovada por lei municipal específica, contendo estudo prévio de impacto de vizinhança.

e) a edição de plano diretor pelo Município implicará revogação da operação urbana consorciada, ainda que esta tenha sido aprovada por lei municipal específica.

41. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador

De acordo com a Lei no 10.257, de 10 de julho e 2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa correta.

a) Nos limites legais, o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

b) Antes do termo final do contrato não é possível extinguir-se o direito de superfície.

c) A concessão do direito de superfície não poderá ser realizada de forma gratuita.

d) O plano diretor não poderá, em nenhuma hipótese, fixar áreas nas quais o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado.

e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante depósito prévio do valor do bem.

42. 2016/CESPE /PGE-AM/Procurador do Estado

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Em cidades com população igual ou superior a vinte mil habitantes, é obrigatória a elaboração de um plano diretor e de um plano de transporte urbano integrado.

( ) Certo ( ) Errado

43. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Na CF, constam bens do patrimônio cultural brasileiro e alguns instrumentos para sua proteção, tais como o inventário e a desapropriação.

( ) Certo ( ) Errado

---

44. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

Em relação ao instituto da outorga onerosa do direito de construir (solo criado), previsto no Art. 28 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), analise as seguintes assertivas:

I. A concessão da outorga onerosa do direito de construir depende da previsão, no Plano Diretor, de áreas nas quais o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente máximo de aproveitamento adotado, mediante contrapartida em dinheiro a ser prestada pelo beneficiário.

II. A cobrança da contrapartida ampara-se no princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

III. Os recursos da contrapartida obtida devem ser aplicados, dentre outras finalidades, em regularização fundiária e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

---

45. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

Assinale a alternativa correta em relação à proteção do patrimônio cultural.

a) Uma lei municipal baseada no Plano Diretor poderá autorizar o proprietário de imóvel tombado em razão de seu valor cultural a exercer em outro local, ou alienar, o direito de construir previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.

b) O ente público que inserir determinado bem imóvel em seu inventário de bens culturais tem o prazo de um ano para concluir o processo administrativo de tombamento, sob pena de cancelamento do ato que incluiu o bem no inventário.

c) O reconhecimento jurídico do valor cultural de um bem imóvel dotado de valor histórico e arquitetônico pressupõe o prévio tombamento ou a inclusão do bem no inventário de bens culturais.

d) O conceito de patrimônio cultural previsto na Constituição Federal de 1988 abrange os bens de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental.

e) O regime de imputação da responsabilidade civil por danos ao patrimônio cultural é subjetivo, devendo-se demonstrar que o proprietário foi negligente quanto à conservação do bem.

---

46. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

Com base na Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, analise as assertivas abaixo:

I. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a regularização de construções,

reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.
II. A operação urbana consorciada não necessita de aprovação de lei específica.
III. Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

---

47. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

De acordo com a Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, analise as assertivas abaixo:
I. O Poder Público Municipal tem preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, em razão do direito de preempção, segundo diretrizes fixadas em lei municipal e no Estatuto da Cidade.
II. O plano diretor definirá os limites mínimos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.
III. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades de regularização e constituição de reserva fundiária, bem como proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, entre outros definidos no Estatuto da Cidade.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

---

48. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

De acordo com a Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, em se tratando de ampliação de perímetro urbano municipal, analise as assertivas abaixo:
I. Os Municípios deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo, demarcação do novo perímetro urbano, entre outros requisitos estabelecidos em lei.
II. O projeto específico de ampliação do perímetro urbano deverá ser instituído por lei municipal e só será cabível quando atender às diretrizes do plano diretor.
III. Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no Estatuto das Cidades, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

---

49. 2016/INSTITUTO LEGATUS/CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA-PI/Procurador

No que se refere ao IPTU progressivo no tempo, o Estatuto das Cidades (Lei nº10.257/2001), limita a alíquota máxima a
a) 15% (quinze por cento).
b) 5% (cinco por cento).
c) 20% (vinte por cento).
d) 30% (trinta por cento).
e) 10% (dez por cento).

---

50. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Segundo a Lei n. 10.257/01 (Estatuto da Cidade), nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos deverá ser contratada coletivamente**.**

( ) Certo ( ) Errado

---

51. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O Prefeito incorre em improbidade administrativa quando impede ou deixa de garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação**.**

( ) Certo ( ) Errado

---

52. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Nos termos da Lei n. 10.257/01, o direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística. De acordo com a referida lei, extingue-se o direito de superfície pelo advento do termo e pelo descumprimento das obrigações assumidas pelo superficiário.

( ) Certo ( ) Errado

---

53. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador Municipal

Sobre o coeficiente de aproveitamento básico do direito de edificar, é correto afirmar que:

a) a outorga onerosa é o único instrumento possível para alterar coeficiente de aproveitamento.

b) a outorga onerosa e transferência de direito de construir possuem o mesmo resultado no que tange à edificação que os incorporará.

c) deve ser único para a cidade toda.

d) pode haver mais de um desde que seja diferenciando entre a área urbana e núcleos urbanos em áreas rurais.

e) o que for estabelecido em lei não poderá ser alterado durante a vigência do plano diretor.

---

54. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador Municipal

O Plano Diretor Municipal:

a) como faz parte do planejamento municipal, não precisa ser aprovado na forma da lei.

b) pode promover a participação popular na sua elaboração.

c) deve ser elaborado por todos os municípios.

d) só pode ser elaborado por municípios de mais de 20.000 habitantes.

e) deve englobar toda a área do município.

---

55. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE PALMAS-TO/Procurador

O Plano Diretor participativo se constitui no mais importante instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Analise as afirmativas a seguir em relação ao que determina o Estatuto da Cidade.

I. O Plano diretor tem sua natureza jurídica de plano indicativo. Por este motivo se torna lei que impõe comportamentos tanto para a sociedade como para o Poder Público. Entretanto, difere das demais leis em razão de que para ser modificada depende da realização de audiências públicas.

II. O processo de condução na elaboração ou revisão do Plano Diretor é de responsabilidade do Executivo municipal a partir da instalação do Núcleo Gestor, composto unicamente por representantes do Poder Público. Caberá, portanto, ao Núcleo Gestor, entre outras atribuições, compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao final do processo.

III. O Plano Diretor, aprovado por Lei, estabelece as linhas gerais do processo de Planejamento Urbano e garante a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, portanto, não engloba a atuação na área rural. A Lei que o instituir deverá ser revista a cada dez anos, devendo o Plano Plurianual neste período incorporar as diretrizes nele contidas.

IV. O Plano Diretor de entes municipais incluídos no Cadastro Nacional de Municípios com áreas suscetíveis de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter planejamento de ações de intervenção preventivas e relocação de população de áreas de risco de desastre.

Indique a alternativa CORRETA:
a) Todos os itens são incorretos.
b) Os itens I, II e IV são incorretos.
c) Os itens I, II e III são incorretos.
d) Os itens II e IV são incorretos.

---

56. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE PALMAS-TO/Procurador

A Lei Federal de nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, apresenta vários instrumentos de Planejamento e Tributários. Analise as afirmativas a seguir.

I. A competência da desapropriação-sanção aplicada ao contribuinte, decorridos cinco anos de aplicação do Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no tempo é discricionária.

II. A norma geral estabelece que a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) substitua a elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.

III. As Operações Urbanas Consorciadas exigem Lei especifica e a contrapartida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, pela fruição dos benefícios decorrentes de modificações que poderão ser executadas em desconformidade com a lei vigente.

IV. O Direito de Preempção confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que necessitar de áreas, entre outras demandas, para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Indique a alternativa CORRETA:
a) Todos os itens estão incorretos.
b) Somente o item II está incorreto.
c) Somente os itens I e IV estão incorretos.
d) Somente os itens II e III estão incorretos.

57. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/Procurador Municipal

O direito de preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, de acordo com a Lei n° 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da CF/88, traçando as diretrizes da Política Urbana Nacional.

Assim, é correto afirmar que

a) tal direito será exercido pelo Poder Público para fins de constituição de reserva de capital.

b) a lei estadual, baseada no plano diretor de cada município, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

c) o direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado em legislação municipal, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

d) a alienação processada em condições diversas da proposta apresentada será considerada anulável.

e) o proprietário deverá notificar ao Município sua intenção de alienar o imóvel, para que qualquer ente público, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

58. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

( ) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

( ) O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para constituição de reserva fundiária, entre outras hipóteses.

( ) Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.

( ) Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, uma compensação pecuniária definida.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – F – F.

b) F – V – V – F.

c) V – V – V – F.

d) F – F – V – V.

e) F – V – F – V.

59. 2016/MÁXIMA/PREFEITURA DE FRONTEIRA-MG/Procurador Municipal

De acordo com o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) são instrumentos necessários para garantir a gestão democrática da cidade, EXCETO:

a) Debates, audiências e consultas públicas.

b) Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
c) Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
d) Projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

---

60. 2016/MÁXIMA/PREFEITURA DE FRONTEIRA-MG/Procurador Municipal

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.
Diferentemente do EIA, o estudo de impacto de vizinhança não é um documento público, devendo o cidadão interessado em obter acesso ao seu conteúdo formular requerimento fundamentado ao órgão competente do poder público municipal, que analisará a procedência do pedido.

( ) Certo ( ) Errado

1.17 Contratos (Parte I)

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Segundo Luciano Elias Reis (2013), "inexiste uma posição uníssona sobre a natureza jurídica dos convênios administrativos na doutrina brasileira". Considerando essa constatação, assinale a alternativa correta.

a) Os convênios administrativos não possuem regulação legal, estando relegados à regulação por decretos municipais.

b) Apesar da controvérsia doutrinária, os convênios administrativos são espécies de contratos administrativos, segundo redação constitucional expressa.

c) Aplicam-se as disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), no que couber, aos convênios celebrados por órgãos e entidades da Administração.

d) Os consórcios públicos são modalidades típicas de convênios administrativos.

e) Segundo a atual redação constitucional, não cabe ao Poder Legislativo firmar aquiescência em convênios que envolvam transferência de recursos financeiros, independentemente de estarem ou não previstos na lei orçamentária anual.

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

O legislador municipal de Curitiba resolveu instituir um programa específico de parcerias público-privadas. Sobre esse regime jurídico instituído, assinale a alternativa correta.

a) O programa é regido por legislação própria municipal e por normas gerais nacionais aplicáveis às contratações dessa modalidade, especialmente as normas gerais para a contratação de parcerias público-privadas, aplicando-se, ainda, supletivamente e no que couber, o disposto no Código Civil Brasileiro, entre outras leis.

b) É um dos objetivos da legislação municipal regente da matéria reduzir o financiamento privado de investimentos em atividades de interesse público.

c) Podem ser objeto de parceria todas as atividades administrativas do Município, inclusive aquelas definidas normativamente como insuscetíveis de delegação.

d) Os projetos de parceria de que trata o programa municipal de parcerias público-privadas não necessitarão de aprovação mediante processo administrativo deliberativo prévio, bastando a edição de um ato administrativo normativo para cada caso.

e) O objeto da contratação inerente ao programa municipal de parcerias público-privadas não poderá restringir-se à delegação da gestão de bens públicos.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

À luz das disposições da Lei nº 11.079/2004 acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

1. É dispensável a realização de licitação para celebração de contratos de parceria público-privada.

2. A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando

a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.

---

4. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O denominado "desconto de pontualidade", concedido por um locador de máquinas a uma empresa que faz serviços de pavimentação, para que efetue o pagamento das mensalidades até a data do vencimento ajustado, pode ser considerado como
a) cláusula abusiva.
b) cláusula nula.
c) espécie de cláusula penal.
d) modo de incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo.
e) multa compensatória.

---

5. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um determinado Estado celebrou contrato, precedido de licitação, com a empresa RS Ltda., tendo por objeto a execução de reforma de edifício público. Durante a execução do contrato, sobreveio determinação legal para adaptação do imóvel, de forma a torná-lo acessível às pessoas com deficiência, havendo necessidade de modificar o projeto licitado. Ao adequar o projeto, o Estado constatou aumento do valor orçado em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), montante equivalente a 50% do valor original do contrato. Nesse caso, é correto afirmar que o contrato deverá ser
a) rescindido amigavelmente, por motivo de força maior caracterizada pela verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários, sendo devidas ao contratado as parcelas da obra já executadas até a data da rescisão, além de pagamento do custo de desmobilização.
b) modificado para reajustar os preços previstos de acordo com o novo projeto adaptado, já que, nos termos da lei, o contratado é obrigado a aceitar o acréscimo na obra de reforma até o limite de 50% do valor original ajustado.
c) modificado para adequação técnica do projeto e correspondente restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro inicial ajustado.
d) revogado por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, sendo devida indenização ao contratado, além do pagamento pelas parcelas já executadas.
e) rescindido unilateralmente pelo Estado, em razão da superveniência de fato novo, a justificar relicitação do projeto adequado, sendo devidas ao contratado as parcelas da obra já executadas.

---

6. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta a respeito de contratos administrativos e concessões de serviços públicos.
a) As concessões especiais - conhecidas como "parcerias público-privadas" - do tipo patrocinadas são caracterizadas pelo aporte de recursos do concessionário ao poder concedente.
b) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu

pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
d) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou tomada de preços, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
e) A cobrança da tarifa do serviço público será condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

---

7. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

É correto afirmar, no que se refere à disciplina legal concernente ao acompanhamento dos contratos de serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pelo poder executivo do Estado do Acre:
A) Os serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pela Administração são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade, havendo alocação contínua de empregados nas dependências da Administração para executar serviços que seguem uma rotina específica.
B) A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho, aprovado diretamente pela autoridade máxima do órgão ou entidade, cujo teor deverá atender a alguns requisitos mínimos definidos pelo ato normativo.
C) Como regra, é defeso aos agentes públicos a prática de atos de ingerência na administração da contratada, salvo em circunstâncias explicitamente previstas na norma jurídica estadual.
D) Não se admite a participação de cooperativas no certame licitatório de convocação de interessados em prestar referidos serviços.
E) A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo antes de ser perfectibilizada como ato jurídico perfeito.

---

8. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.
De acordo com a CF, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente os contratos administrativos que possam ter alguma irregularidade.

( ) Certo ( ) Errado

---

9. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
a) Em virtude do princípio do formalismo que inspira as atividades da Administração, os contratos administrativos deverão ser formalizados sempre por instrumento escrito.
b) Constituem cláusulas essenciais dos contratos administrativos aquelas indispensáveis à validade do negócio jurídico.
c) No caso de rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público, o contratado não terá direito à reparação dos prejuízos causados.
d) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração,

em relação a eles, a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, desde que previstas no contrato.
e) Cláusulas de privilégio constituem verdadeiros princípios de direito privado aplicáveis aos contratos administrativos de direito público.

---

10. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
a) A Lei nº 8.666/93 proíbe o contrato por prazo indeterminado e também diz que toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
b) Os contratos administrativos podem ser rescindidos a qualquer tempo, discricionariamente, sem a necessidade de justificar a medida.
c) Nenhuma supressão de contrato administrativo pode ultrapassar 25% do valor inicial atualizado do contrato, ainda que haja o consenso entre as partes.
d) A aplicação das sanções administrativas, em contrato administrativo, tendo em vista o princípio da ampla defesa, somente poderá se dar após a viabilização da defesa no prazo de 15 (quinze) dias.
e) O recebimento definitivo da obra pelo Poder Público afasta a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da mesma.

---

11. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Com base na legislação de regência dos contratos administrativos, assinale a opção correta.
a) São cláusulas implícitas de todos os contratos administrativos os direitos e as responsabilidades das partes.
b) Não é condição indispensável para a eficácia do contrato a publicação, na imprensa oficial, do instrumento ou de seus aditamentos.
c) É facultado ao contratado manter preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato, estando a indicação desse proposto condicionada à aceitação da administração.
d) É vedada a subcontratação de partes da obra, de serviço ou fornecimento.
e) A declaração de nulidade do contrato administrativo susta os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.

---

12. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador Municipal

São exemplos de cláusulas exorbitantes previstas na Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras previstas explícita ou implicitamente:
a) possibilidade de aplicação da regra da exceção do contrato não cumprido (exceptio no adimpleti contractus).
b) execução da garantia contratual para ressarcimento das multas e indenizações devidas ao particular contratado.
c) a aplicação de sanção, pela empresa contratada, ao Poder Público, pelo atraso na realização dos pagamentos.
d) a alteração ou a rescisão unilateral do contrato pela Administração.
e) a faculdade de exigir garantia nos contratos de obras, serviços e compras e a

escolha, pela Administração, da modalidade a ser aplicada no caso, dentro das hipóteses legais.

---

13. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

O art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que a inexecução do contrato firmado com a Administração Pública pelo contratado pode ocasionar a aplicação de uma série de sanções, dentre as quais a declaração de inidoneidade do contratado para licitar ou contratar com a Administração Pública. Isso quer dizer que, se houver inexecução do contrato.

a) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público e os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.

b) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento continuam a ser executados normalmente.

c) O contratado fica impedido de participar de novas licitações e os seus direitos e obrigações, relativos aos contratos em andamento, devem ser cedidos a terceiro por ele indicado.

d) O contratado não fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos. deverá proceder à rescisão do contrato, em razão de fato superveniente, com a correspondente indenização do contratado, por custos incorridos e lucros cessantes.

---

14. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Após promover a construção de linha de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT para integração da malha metropolitana de transporte, o Governo do Estado pretende que a operação da linha seja gerida de forma descentralizada. Considerando-se a natureza do serviço e o fato de que haverá cobrança de tarifa dos usuários, NÃO é solução adequada a

a) outorga do serviço a entidade especializada da Administração Indireta.
b) celebração de contrato de gestão com organização social.
c) constituição de parceria público-privada.
d) outorga do serviço a consórcio público, constituído para esse fim específico.
e) delegação mediante concessão de serviço público.

---

15. 2016/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS) / PREFEITURA DE UBERABA-MG/Procurador Municipal

Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

a) O Superior Tribunal reconhece a não aplicação da exceptio non adimpleti contractus, em sede de contrato administrativo.

b) O contrato de servidão para exploração de lavra é um contrato de direito real.

c) Reconhecida a nulidade de contrato administrativo por ausência de prévia licitação, a Administração Pública não tem o dever de indenizar os serviços prestados pelo contratado.

d) É legal a Administração reter o pagamento devido a fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco.

---

16. 2016/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS) / PREFEITURA DE UBERABA-MG/Procurador Municipal

Analise a seguinte situação hipotética.

Um prestador de serviços contratado pelo município das Flores manifesta-se contrariamente à rescisão do contrato sem a ocorrência de procedimento administrativo prévio.
O município sustenta que a exigência de prévio procedimento administrativo, assegurado o amplo direito de defesa, é incompatível com a hipótese específica do inciso XII do art. 78 da Lei Nº 8.666/1993, que admite a rescisão unilateral do contrato administrativo com base em razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
A respeito dos contratos administrativos e da situação exposta, assinale a alternativa CORRETA.
a) A Súmula 473 do STF resguarda o ato rescisório praticado pela administração municipal.
b) A ausência de procedimento administrativo ou de prévia notificação acarreta o restabelecimento da relação contratual, em razão da nulidade do ato rescisório realizado com ofensa ao contraditório e à ampla defesa, que devem ser observados quando se tratar de ato administrativo com repercussão na esfera jurídica do prestador de serviços.
c) O interesse do contratado está protegido mediante a indenização dos danos decorrentes da rescisão contratual, conforme estabelece o art. 79, § 2º, da Lei Nº 8.666/1993, a serem apurados por meio do devido processo administrativo.
d) A falta de efeito rescisório automático não inibe o município de promover medidas administrativas específicas tendentes a rescindir o contrato conforme autoriza a Lei Nº 8.666/93, observadas as formalidades contidas nos arts. 77 a 80 da referida lei.

---

17. 2018/VUNESP/ Notário e Registrador (TJ SP)/ Remoção/ 2018/11º

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que
a) a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.
b) a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.
c) a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.
d) não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

---

18. 2018/ FCC/ Procurador do Estado do Amapá

Pelo exame das normas gerais vigentes sobre licitações e contratos, no que tange ao poder sancionatório da Administração, é correto afirmar que
a) a aplicação das sanções de advertência e multa independem de apresentação de defesa prévia pelo contratado inadimplente, sendo a ele facultada apenas a impetração de recurso dirigido à autoridade superior, para fins de revisão ou anulação da penalidade.
b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública somente pode ser aplicada pelo Chefe do Poder Executivo.

c) uma vez esgotada a vigência do contrato, torna-se preclusa a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração ao contratado, o que não impede a responsabilização deste pelos danos materiais e morais que causou à coletividade.

d) a aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente outra sanção administrativa, dentre as demais penalidades previstas na legislação regente do contrato.

e) a recusa do licitante adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, não caracteriza infração passível de responsabilização administrativa, visto que o princípio da autonomia da vontade impede que alguém seja forçado a contratar.

1.18 Contratos (Parte II)

1. 2018/FUNRIO/AL-RR/ Procurador

Sobre a formalização dos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que

a) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para a modalidade convite.

b) o objeto e seus elementos característicos são cláusulas necessárias aos contratos administrativos.

c) os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis.

d) a Administração Pública não pode substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis.

---

2. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O Poder Público, em 1° de junho de 2018, celebrou contrato, após regular procedimento de licitação, com a empresa "Projetos e Projetos Ltda", tendo por objeto a elaboração de estudos de viabilidade de projeto de construção e operação de laboratório para realização de procedimentos de alta complexidade. No curso da execução do ajuste, em 15 de novembro de 2018, o contratante, fundamentada e unilateralmente alterou parcialmente as especificações técnicas do objeto, para indicar uma possível localização da futura instalação do empreendimento. A contratada, então, solicitou prorrogação do prazo de vigência original de seis meses contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual, por mais um semestre. O pleito de prorrogação

a) não poderá ser deferido, já que a duração dos contratos de escopo, nos termos da lei, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ou seja, no exercício financeiro em curso apenas.

b) poderá ser deferido, já que a lei admite a prorrogação de prazo de vigência dos contratos de escopo, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em razão de alteração do projeto ou especificações pelo Poder Público.

c) poderá ser deferido, já que se trata, na hipótese, de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podendo ter, por lei, sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses.

d) não poderá ser deferido, já que a modificação unilateral procedida pelo Poder Público altera substancialmente o objeto licitado, impondo-se a anulação do contrato, nos termos da lei.

e) poderá ser deferido, desde que a contratada expressamente aceite a modificação das especificações técnicas do objeto que, na hipótese, revelam necessidade de modificação do regime de execução do serviço contratado.

---

3. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

No que concerne às denominadas "cláusulas exorbitantes", assinale a alternativa incorreta:

a) São cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado.

b) É admitido que a Administração detenha as cláusulas exorbitantes, que se definem como as que colocam a Administração como detentora de consideráveis vantagens em relação ao particular, com garantias e prerrogativas, sem que haja qualquer tipo de prejuízo no que se refere à invalidez do contrato em sentido potestativo.

c) Cláusulas exorbitantes são as que excedem do Direito Comum para consignar uma restrição à Administração. Tais cláusulas seriam lícitas num contrato privado, na medida em que haveriam de garantir absoluta isonomia das partes na execução do avençado.

d) Os Contratos Administrativos são possuidores de cláusulas que, em uma relação de contrato no Direito Privado não seriam possíveis, pois permite que a Administração adquira privilégios, com garantia de várias prerrogativas.

---

4. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

I No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

II A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.

III Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.

IV É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

a) Apenas os itens I e II estão certos.
b) Apenas os itens I e IV estão certos.
c) Apenas os itens II e III estão certos.
d) Apenas os itens III e IV estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que a Defensoria Pública do Amazonas tenha instaurado procedimento licitatório para aquisição de 150 computadores e firmado o contrato correspondente com o vencedor do certame. Ocorre que, iniciada a entrega dos equipamentos, ficou claro que o número seria insuficiente para atender às necessidades do órgão. Diante de tal situação e considerando as disposições da Lei n° 8.666/1993,

a) somente será viável a alteração quantitativa do objeto originalmente contratado, em qualquer percentual, por iniciativa do contratado e com anuência da Administração.

b) o objeto poderá ser ampliado, até o limite de 50% do número de itens

originalmente estabelecido, mantidos os valores contratados para cada unidade.
c) o contrato poderá ser aditado para aumentar a quantidade de computadores adquiridos, observado o limite de 25% do valor original atualizado.
d) afigura-se inviável qualquer alteração quantitativa do objeto contratual, somente admissível em contratos de obras ou serviços de engenharia.
e) não é possível ampliar quantitativamente o objeto, somente sendo admissíveis supressões, observado o limite de 25%.

---

6. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Na gestão dos contratos administrativos, repactuação é a
a) alteração bilateral do contrato, visando a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.
b) alteração bilateral do contrato, formalizada a qualquer tempo, visando promover o reequilíbrio econômico-financeiro, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.
c) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, com vistas a promover modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
d) atualização anual da contraprestação monetária, com base em índice previamente estabelecido no contrato, passível de registro por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
e) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.

---

7. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

De acordo com a Lei nº 8.666/93, considera-se contrato:
a) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
b) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
c) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.
d) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.

---

8. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

O regime jurídico dos contratos administrativos NÃO confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

a) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, resguardados os direitos do contratado.

b) Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados em lei.

c) Fiscalizá-los a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

d) Nos casos de serviços essenciais, ocupar definitivamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

---

9. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

A respeito do princípio da supremacia do interesse público no que tange a contratos administrativos, constitui prerrogativa da administração pública

a) fiscalizar a execução do contrato e impor sanções motivadas, desde que previstas no instrumento contratual, pela inexecução total ou parcial do ajuste.

b) obrigar o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo que se fizer em obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato.

c) exigir o cumprimento do contrato administrativo pelos preços inicialmente contratados, ainda que posterior criação ou aumento de tributos venha a repercutir no equilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

d) modificar, unilateralmente, por imposição de circunstâncias supervenientes, a forma de pagamento ou a garantia de execução contratual.

e) rescindir, unilateralmente, o contrato, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, hipótese na qual será o contratado reparado de prejuízos regularmente comprovados.

---

10. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

O contrato administrativo, segundo parcela da doutrina, é caracterizado por possuir cláusulas exorbitantes, que seriam condições especiais aplicáveis aos contratos da Administração cuja incidência não encontraria paralelo com os contratos firmados entre privados.

A respeito do regime de cláusulas exorbitantes disciplinado na Lei n°8.666/1993, assinale a alternativa correta.

a) A Administração pode, unilateralmente, suprimir 50% do valor inicial do contrato de reforma de edifício ou de equipamento.

b) O poder de alteração unilateral de cláusulas contratuais, pela Administração, abrange a possibilidade de modificar o equilíbrio econômico-financeiro, sempre que favorável ao interesse público.

c) O atraso superior a 90 dias dos pagamentos pela Administração autoriza a extinção unilateral do contrato administrativo pelo particular, dispensada a intervenção do Judiciário.

d) A fiscalização do contrato pela Administração não exclui ou reduz a

responsabilidade do contratado por eventuais danos decorrentes do contrato causados a terceiros.
e) A Administração não dispõe do poder de rescindir unilateralmente um contrato administrativo, mesmo quando observado o inadimplemento da prestação pelo contratado.

---

11. 2017/MPT/MPT/Procurador do Trabalho

Considerando os contratos administrativos e as disposições da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n. 8.666/93), analise as seguintes assertivas:
I - O poder de alteração unilateral, no caso de ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, submete-se a limites estabelecidos na lei.
II - A aplicação das penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato administrativo, apesar de não caracterizar alteração do contrato, exige a celebração de aditamento.
III - A lei prevê que, por mútuo acordo, serão admitidos acréscimos e supressões nas obras, compras ou serviços excedentes dos limites por ela previstos.
IV - O contratado não poderá invocar a exceção do contrato não cumprido e suspender o cumprimento de suas obrigações, ainda que haja atraso no pagamento devido pela Administração, seja pela falta de previsão legal, seja pelo princípio da continuidade do serviço público.
Assinale a alternativa CORRETA:
a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

---

12. 2017/FCC/DPE-SC /Defensor Público

A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar:
a) Sua celebração é intuitu personae porque o contratado é, em tese, o que melhor comprovou condições de contratar com a Administração, fato que limita a subcontratação.
b) O fato do príncipe, quando constatado, garante ao contratante a rescisão contratual sem direito à indenização.
c) O equilíbrio econômico e financeiro é uma garantia exclusiva do contratado para com o contratante.
d) Em decorrência da posição privilegiada da Administração não se aplica ao contrato administrativo a comutatividade.
e) O contrato administrativo possui cláusulas exorbitantes que concede à administração poderes inerentes a um contrato civil.

---

13. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Acerca de Contratos Administrativos, assinale a opção CORRETA:
a) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los. bilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

b) A minuta do futuro contrato não integrará o edital ou ato convocatório da licitação.
c) Nos contratos celebrados pela Administração Pública deverá constar cláusula que declare competente o foro da sede da contratada para dirimir qualquer questão contratual.
d) É vedado o contrato com prazo de vigência determinado.
e) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

---

14. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a quantos dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação?
a) 45 (quarenta e cinco) dias.
b) 60 (sessenta) dias.
c) 75 (setenta e cinco) dias.
d) 90 (noventa) dias.
e) 120 (cento e vinte) dias.

---

15. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DOS VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, nesse sentido, constituem motivo para rescisão do contrato:
I. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
II. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
III. O atraso injustificado no início do serviço;
IV. A decretação de falência do contratado
Assinale a opção correta:
a) Nenhuma assertiva está correta.
b) Apenas o que se afirma em I e II podem ser considerados corretos.
c) Somente IV está incorreto.
d) Todas as assertivas estão corretas.
e) O que se afirma em II está correto ao passo que o que se afirma em IV está incorreto.

---

16. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Considerando a problemática da responsabilidade da Administração Pública por encargos de natureza diversa gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada, tomem-se os seguintes aspectos:
I - É vedada a responsabilização automática da Administração Pública pelos encargos trabalhistas, só cabendo a sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.

II - A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
III - O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao poder público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
Das assertivas acima, estão corretas
a) apenas a I e a II.
b) apenas a III.
c) apenas a I e a III.
d) apenas a II e a III.
e) a I, a II e a III.

---

17. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

O art. 58 da Lei n.º 8.666/1993 prevê que o regime jurídico dos contratos administrativos por ela instituído confere à administração a prerrogativa de prever cláusulas exorbitantes. Ocorre que alguns contratos celebrados pela administração apenas incidem ou podem incidir parcialmente em cláusulas exorbitantes, pois são regidos predominantemente por normas de direito privado. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta contrato celebrado pela administração, regido por normas do direito público, e pelas disposições do citado art. 58, independentemente de compatibilidade com as regras contratuais do direito privado.
a) contrato de locação em que o poder público seja locatário.
b) contrato de seguro.
c) contrato de financiamento.
d) contrato de prestação de serviço técnico profissional de fiscalização de obras e serviços.

---

18. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Analise as seguintes assertivas quanto aos contratos administrativos e assinale a alternativa INCORRETA:
a) A publicação do contrato administrativo em órgão oficial de imprensa da entidade pública contratante é formalidade dispensável, bastando para sua eficácia o registro e o arquivamento na repartição administrativa pertinente.
b) O direito à revisão e o reajuste do preço são formas de reequilíbrio contratual; a primeira independe de previsão contratual e tem origem em fato superveniente ao contrato, enquanto o segundo é pactuado entre as partes já no momento do contrato, com a finalidade de preservar o poder aquisitivo da moeda.
c) São características do contrato administrativo, entre outras: o formalismo, a comutatividade, a confiança recíproca e a bilateralidade.
d) A Administração Pública poderá alterar unilateralmente os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

---

19. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Contrato administrativo celebrado com uma sociedade empresária do ramo da construção civil para a execução de obra pública foi objeto de dois termos aditivos. O primeiro promoveu acréscimo de 60% (sessenta por cento) e supressão de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor

atualizado do contrato. O segundo estabeleceu, a pedido do contratado, a modificação da garantia do contrato, com a substituição de títulos da dívida pública por uma garantia hipotecária.
Sobre os referidos temas, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União já se consolidou no sentido de que:
a) em relação ao primeiro termo aditivo, não haveria óbice jurídico, já que a alteração final foi de 15% (quinze por cento), não tendo ocorrido a superação do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento).
b) em relação ao primeiro termo aditivo, haveria óbice jurídico em razão da supressão resultante de acordo entre as partes ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
b) em relação ao primeiro termo aditivo, haveria óbice jurídico porque acréscimos e supressões devem ser contabilizados isoladamente, sem qualquer compensação, tendo sido ultrapassado o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
c) em relação ao segundo termo aditivo, haveria óbice jurídico em razão da impossibilidade legal de substituição da garantia durante a execução do contrato.
d) em relação ao segundo termo aditivo, não haveria óbice jurídico para que as partes contratantes, de comum acordo, substituíssem títulos da dívida pública por uma garantia hipotecária.

---

20. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do § 1°, do artigo 71, da Lei nº 8.666/93, cujo teor é o seguinte: A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis. Considerando a orientação fixada na decisão do Supremo Tribunal Federal e a sua repercussão no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, deve a Administração Pública em relação aos encargos trabalhistas dos empregados das empresas terceirizadas:
a) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato, independentemente do cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização.
b) responder solidariamente pelos encargos trabalhistas dos contratados, a fim de evitar prejuízos aos seus empregados.
c) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, ainda que não tenha participado da relação processual ou constado do título executivo.
d) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização;
e) reter obrigatoriamente os pagamentos devidos ao contratado no caso de inadimplemento dos encargos trabalhistas dos seus empregados.

---

21. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal

nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de

a) rescindi-los, unilateralmente, em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela própria Administração.
b) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse do Contratado.
c) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
d) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato de quaisquer serviços que tenham sido contratados.
e) fiscalizar-lhes a execução, o que não implica acesso à obra que estiver sendo executada.

---

22. 2016/FCC/DPE-BA/Defensor Público

João, Defensor Público estadual, ao analisar os contratos com a administração pública, verificou a falta de um dos elementos formais do contrato. Segundo a Lei no 8.666 de 1993, por determinação do artigo 55, esses elementos são:
I. o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
II. a cláusula de subcontratação unilateral ad nutum.
III. a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.
IV. o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
Está correto o que se afirma APENAS em

a) I, III e IV.
b) I, II e IV.
c) I e II.
d) II e III.
e) III e IV.

---

23. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

Identifique a alternativa que corresponde a uma característica básica dos contratos administrativos:
a) Finalidade privada.
b) Intuitu personae.
c) Imutabilidade.
d) Isonomia com a Administração Pública.

---

24. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

A inexecução involuntária do contrato administrativo, decorrente da quebra do equilíbrio econômico-financeiro por força de aumento de carga tributária pelo próprio ente contratante, incidente sobre o serviço a ser prestado pela pessoa jurídica contratada, pode ser caracterizada como
a) caso fortuito.
b) força maior.
c) fato do príncipe.
d) teoria do risco.
e) teoria da imprevisão.

---

25. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Assinale a alternativa incorreta com referência aos contratos administrativos.
a) A Administração poderá alterar unilateralmente um contrato, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, no limite de até vinte e cinco por cento do

valor inicial atualizado no concreto, situação esta que se fundamenta na Teoria do Fato do Príncipe.
b) A Administração não poderá modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras do contrato, que estabelecem a relação entre a remuneração e os encargos do contratado.
c) O atraso da Administração por mais de noventa dias no pagamento de parcela devida ao particular contratado, acarreta para este a faculdade de escolher, apenas entre duas alternativas: suspender a execução do contrato ou rescindir judicial ou amigavelmente o contrato.
d) Para que seja imputada responsabilidade subsidiária à Administração com o contratado, por dívidas de natureza trabalhista, é necessária que se comprove conduta culposa por parte daquela.

---

26. 2016/CETREDE/PREFEITURA DE ITAPIPOCA-CE/Procurador

Analise as afirmativas a seguir no que diz respeito às espécies do contrato administrativo.
• Contratos que visam à atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse da Administração.
• Contratos em que o objeto pactuado consiste em construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público.
• Contratos que têm, por objeto, a delegação da execução do serviço público a pessoa privada.
As afirmativas referem-se, respectivamente, aos contratos de
a) serviços, obras e gerenciamento.
b) serviços, fornecimento e gerenciamento.
c) serviços, obras e concessão.
d) obras, gerenciamento e permissão.
e) permissão, serviços e concessão.

---

27. 2016/VUNESP/TJ-RJ/Juiz de Direito

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do contrato administrativo.
a) Os contratos administrativos são regidos pela Lei Federal n° 8.666/93, regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não podendo haver aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos, nem das disposições de direito privado.
b) Caberá ao Poder Público contratante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro; caução em títulos da dívida pública, emitidos conforme definido pelo Banco Central do Brasil; seguro-garantia; fiança bancária.
c) A duração dos contratos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, no caso de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, a duração estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do contrato.
d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, exonerando a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade for declarada.
e) São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

---

28. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/Procurador Municipal

Nas contratações de obras, serviços e compras, segundo a disciplina da Lei n° 8.666/93, a autoridade competente, em cada caso e desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir que seja prestada garantia não excedente a 5% do valor do contrato. Contudo, tratando-se de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados por meio de parecer tecnicamente aprovado pela referida autoridade, esse limite poderá ser elevado para

a) 50%.
b) 30%.
c) 20%.
d) 15%.
e) 10%.

---

29. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

No que tange aos contratos administrativos, o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais

a) poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
b) poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, de forma ilimitada, uma vez que responde civilmente pelo prejuízo que advir.
c) não poderá subcontratar partes de obra, contudo poderá do serviço ou fornecimento.
d) não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, diante da proibição legal existente.

---

30. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO-PR/Procurador

Sobre a formalização dos contratos administrativos é CORRETO afirmar:

a) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.
b) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.
c) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.
d) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.
e) A eficácia do contrato administrativo independe da sua publicação na imprensa oficial.

---

31. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA-SP/Procurador

A rescisão do contrato administrativo

a) poderá ocorrer unilateralmente e por via judicial, não havendo a possibilidade de ocorrer de forma amigável.
b) não poderá ser motivada pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
c) poderá ser amigável na hipótese de suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
d) em qualquer hipótese somente poderá ocorrer por via judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

e) poderá ocorrer unilateralmente, por ato da Administração ou do particular, quando houver atraso injustificável para o início da obra.

1.19 Direito Administrativo

1. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Acerca das modernas correntes doutrinárias que buscam repensar o Direito Administrativo no Brasil, Carlos Ari Sundfeld observa:

Embora o livro de referência de Bandeira de Mello continue saindo em edições atualizadas, por volta da metade da década de 1990 começou a perder aos poucos a capacidade de representar as visões do meio – e de influir [...] Ao lado disso, teóricos mais jovens lançaram, com ampla aceitação, uma forte contestação a um dos princípios científicos que, há muitos anos, o autor defendia como fundamental ao direito administrativo [...].

(Adaptado de: Direito administrativo para céticos, 2a ed., p. 53)

O princípio mencionado pelo autor e que esteve sob forte debate acadêmico nos últimos anos é o princípio da

a) presunção de legitimidade dos atos administrativos.

b) processualidade do direito administrativo.

c) supremacia do interesse público.

d) moralidade administrativa.

e) eficiência.

---

2. 2017/CESPE/TRF 5ª. REGIÃO/Juiz Federal

Acerca dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, assinale a opção correta.

a) Situação hipotética: Lei de determinado estado da Federação estipula programa de incentivo fiscal exclusivamente para atletas nascidos no estado e que tenham a melhor classificação no campeonato estadual. Assertiva: Nessa situação, para o STF, a fixação de condições formais para a concessão de benefício fiscal exime a lei estadual de resguardar o tratamento isonômico no que se refere aos concidadãos.

b) Conforme o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de hospital municipal inadimplente.

c) Situação hipotética: Uma autarquia federal constatou, a partir de denúncia, que servidor efetivo com dois anos de exercício no cargo havia apresentado documentação falsa para a investidura no cargo. Assertiva: Nessa situação, conforme o STF, os atos praticados pelo servidor até o momento são válidos, em razão dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica.

d) Não configura ofensa ao princípio da moralidade a nomeação de esposa de magistrado, devidamente concursada, para função de confiança diretamente subordinada ao juiz cônjuge.

e) Todo ato administrativo emitido por agente público submete-se ao princípio da legalidade; quando o ato atende exclusivamente à legalidade, exclui-se do controle judicial o juízo de conveniência e oportunidade.

---

3. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito

e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei".
(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Forense, 2017, p.75).
Esse excerto refere-se ao princípio da
a) legalidade.
b) impessoalidade.
c) moralidade.
d) supremacia do Interesse Público.
e) proporcionalidade.

---

4. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz Substituto

O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como
a) aquele referido na ética da legalidade ou, em outros termos, os valores éticos que ela consagra sem espaços para outros juízos axiológicos senão aqueles objetivados e explicitados nas normas-regras e, portanto, sem autonomia específica.
b) aquele que vincula a administração pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com dimensão autônoma em relação ao princípio da legalidade.
c) a resultante da moral social de uma época a vincular a atuação da Administração pública.
d) referente às regras da boa administração e às regras internas visando normatizar o poder disciplinar da Administração.

---

5. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Em tema de princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:
a) Os princípios da Administração Pública, explícitos e implícitos, são, no Estado Democrático de Direito, importante instrumento normativo de controle jurisdicional dos atos administrativos.
b) Numa leitura denominada de "juridicidade administrativa", para a validação da ação administrativa, não basta que seja esta formalmente conforme a lei, sendo necessário, também, que se apresente em conformidade com os princípios da Administração Pública.
c) A publicidade se distingue da publicação dos atos administrativos, sendo esta apenas um dos meios de concretização daquele princípio.
d) Entende o Supremo Tribunal Federal que o limite de idade para inscrição em concurso público apenas se legitima, à vista do art. 7° , XXX (proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil), da Constituição Federal, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o rigor do dispositivo constitucional que assegura o princípio da impessoalidade vincula a publicidade ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo incompatível com a menção de nomes, símbolos ou imagens, aí não incluídos slogans, que caracterizem promoção pessoal ou de servidores públicos.

6. 2017/FAPEMS/PC-MS/Delegado de Polícia

De acordo com o texto a seguir o direito público tem como objetivo primordial o atendimento ao bem-estar coletivo.

[...] em primeiro lugar, as normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo. Além disso, pode-se dizer que o direito público somente começou a se desenvolver quando, depois de superados o primado do Direito Civil (que durou muitos séculos) e o individualismo que tomou conta dos vários setores da ciência, inclusive a do Direito, substituiu-se a ideia do homem como fim único do direito (própria do individualismo) pelo princípio que hoje serve de fundamento para todo o direito público e que vincula a Administração em todas as suas decisões [...].

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2017, p 96.

Diante disso, as "pedras de toque" do regime jurídico-administrativo são

a) a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a impessoalidade do interesse público.

b) a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a indisponibilidade do interesse público.

c) a indisponibilidade do interesse público e o princípio da legalidade.

d) a supremacia da ordem pública e o princípio da legalidade.

e) a supremacia do interesse público e o interesse privado e o princípio da legalidade.

7. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da

a) presunção de legitimidade.

b) autotutela.

c)segurança jurídica.

d)continuidade do serviço público.

8. 2017/IBADE/PC-AC/Delegado de Polícia

Quanto aos temas órgão público, Estado, Governo e Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O denominado "Estado em Rede" tem como uma de suas características marcantes a viabilização da participação do cidadão na atuação administrativa do Estado. Neste contexto, as audiências públicas e as consultas públicas podem ser apontadas como exemplos deste modelo.

b) A noção de órgão público é aplicada apenas ao Poder Executivo, inexistindo órgãos públicos no Poder Judiciário e no Poder Legislativo.

c) Fala-se em Administração Pública Introversa para frisar a relação existente entre Administração Pública e administrados.

d) Governo é pessoa jurídica de direito público que possui aptidão para titularizar direitos e contrair obrigações.

e) A Administração Pública Gerencial, também denominada de racional, tem

como uma de suas características marcantes o acentuado controle sobre processos, tendo o concurso público, a licitação, a desapropriação e o processo administrativo disciplinar como alguns de seus institutos ícones.

---

9. 2017/CESPE/Prefeitura de Belo Horizonte/Procurador Municipal

Considerando as modernas ferramentas de controle do Estado e de promoção da gestão pública eficiente, assinale a opção correta acerca do direito administrativo e da administração pública.

a) Em função do dever de agir da administração, o agente público omisso poderá ser responsabilizado nos âmbitos civil, penal e administrativo.

b) O princípio da razoável duração do processo, incluído na emenda constitucional de reforma do Poder Judiciário, não se aplica aos processos administrativos.

c) Devido ao fato de regular toda a atividade estatal, o direito administrativo aplica-se aos atos típicos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

d) Em sentido objetivo, a administração pública se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos e, em sentido subjetivo, com a natureza da função administrativa desempenhada.

---

10. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A possibilidade de realização de obras para a passagem de cabos de energia elétrica sobre uma propriedade privada, a fim de beneficiar determinado bairro, expressa a concepção do regime jurídico-administrativo, o qual dá prerrogativas à administração para agir em prol da coletividade, ainda que contra os direitos individuais.

( ) Certo ( ) Errado

---

11. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza – CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

Conforme a doutrina, diferentemente do que ocorre no âmbito do direito privado, os costumes não constituem fonte do direito administrativo, visto que a administração pública deve obediência estrita ao princípio da legalidade.

( ) Certo ( ) Errado

---

12. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a correta:

a) Os princípios da ampla defesa e do contraditório são aplicados somente aos processos judiciais, sendo facultativos nos processos administrativos.

b) São princípios explícitos da Administração Pública, entre outros, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

c) A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e da oportunidade está em consonância direta com o princípio da segurança jurídica.

d) O princípio que exige objetividade no atendimento do interesse público, vedando a promoção pessoal de agentes e/ou autoridades é o da publicidade.

e) O princípio da razoabilidade não é consagrado em lei, sequer implicitamente.

---

13. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza – CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.

A regulação das relações jurídicas entre agentes públicos, entidades e órgãos estatais cabe ao direito administrativo, ao passo que a regulação das relações entre Estado e sociedade compete aos ramos do direito privado, que regulam, por exemplo, as ações judiciais de responsabilização civil do Estado.

( ) Certo ( ) Errado

---

14. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador Legislativo

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, são princípios aplicáveis à Administração Pública que equivalem entre si, EXCETO:

a) Eficiência / efetividade.
b) Moralidade / probidade
c) Impessoalidade / finalidade.
d) Razoabilidade / proporcionalidade.

---

15. 2016/FCC/TRT 1ª Região/Juiz do Trabalho

São princípios previstos na Constituição Federal e que devem ser obedecidos pela Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

I. Pessoalidade
II. Legalidade
III. Formalidade
IV. Eficiência

Está correto o que consta em

a)I e III, apenas.
b)II e IV, apenas.
c)I, II, III e IV.
d)I e IV, apenas.
e)II e III, apenas.

---

16. 2016/IDECAN/Câmara de Aracruz-ES/Procurador Legislativo

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, o termo administração pública pode ser entendido em seu sentido formal e material. Quanto ao tema, assinale a afirmativa correta.

a) O sentido formal, também chamado de funcional, corresponde à atividade administrativa desempenhada pelo poder público.
b) O sentido material, também denominado objetivo, refere-se à administração pública enquanto atividade administrativa.
c) A distinção de administração pública no sentido objetivo e subjetivo reflete uma atual concepção doutrinária, surgida a partir de 1990.
d) A prestação de serviços públicos, o fomento de pesquisas e a gestão dos bens públicos compreendem à administração pública em seu sentido orgânico.

---

17. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Sinônimo de função de governo para a doutrina brasileira, a função administrativa consiste primordialmente na defesa dos interesses públicos, atendendo às necessidades da população, inclusive mediante intervenção na economia.

( ) Certo ( ) Errado

---

18. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador Municipal

Em nosso sistema constitucional, o princípio da moralidade abrange as seguintes dimensões:

I. A "boa-fé", que, no direito público, traduz- se pela tutela da confiança.
II. A eficiência.
III. A probidade administrativa (deveres de honestidade e lealdade).
IV. A razoabilidade (expectativa de conduta civilizada, do homem comum, da parte do agente público).
Quais estão corretas?
a) Apenas I e III.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas II e III.
e) Apenas I, III e IV.

---

19. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

Qual dos princípios administrativos expressos na CF/88 exige que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta:
a) Princípio da conveniência;
b) Princípio da oportunidade;
c) Princípio da improbidade;
d) Princípio da moralidade.

---

20. 2016/CÂMARA DE MONGAGUÁ-SP/Procurador

A imposição à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. Estamos falando de qual princípio?
a) impessoalidade
b) moralidade
c) eficiência
d) moralidade
e) legalidade

---

21. 2016/CESPE/TJ-DF/Juiz de Direito

Um prefeito, no curso de seu mandato e atendendo a promessa de campanha, realizou e finalizou a construção de uma ponte sobre o rio que corta a cidade, inaugurando-a na metade de seu mandato. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.
a) Em consonância com o princípio constitucional da eficiência, o contrato administrativo deveria ser anulado caso fosse ultrapassado o lapso temporal estipulado no instrumento contratual para a execução do objeto.
b) Em atenção ao princípio da impessoalidade, o prefeito não poderá apresentar propaganda em que conste vinculação direta de seu nome à realização da obra, mas nada obsta que sua imagem seja veiculada no outdoor da publicidade da conclusão da ponte.
c) O princípio da autotutela autorizaria o prefeito a anular ou revogar a licitação de ofício caso fosse constatada ilegalidade no procedimento.
d) Caso houvesse descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada, o princípio da supremacia do interesse público facultaria a rescisão unilateral do contrato pela administração pública.
e) A decretação, pelo prefeito, do sigilo dos atos referentes à contratação e à execução do contrato, com a finalidade de evitar a pressão de grandes empreiteiras e de prestigiar pequena empresa sediada no município, contratada diretamente para execução da obra, não configura

desrespeito ao princípio constitucional da publicidade.

---

22. 2016/CESPE/TCE-PR/Analista de Controle-Jurídica

Quando a União firma um convênio com um estado da Federação, a relação jurídica envolve a União e o ente federado e não a União e determinado governador ou outro agente. O governo se alterna periodicamente nos termos da soberania popular, mas o estado federado é permanente. A mudança de comando político não exonera o estado das obrigações assumidas. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que a inscrição do nome de estado-membro em cadastro federal de inadimplentes devido a ações e(ou) omissões de gestões anteriores não configura ofensa ao princípio da administração pública denominado princípio do(a)

a) intranscendência.
b) contraditório e da ampla defesa.
c) continuidade do serviço público.
d) confiança legítima.
e) moralidade.

---

23. 2016/VUNESP/TJ-RJ/Juiz de Direito

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os princípios do Direito Administrativo.

a) O princípio da publicidade possui repercussão infraconstitucional, com regulamentação pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n° 12.527/11) na qual foram contempladas duas formas de publicidade – a transparência ativa e a transparência passiva –, aplicáveis a toda a Administração Direta e Indireta, mas não incidentes às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos do orçamento, como ocorre por contrato de gestão.

b) Pelo princípio da continuidade do serviço público, não podem os serviços públicos ser interrompidos, visto que atendem a necessidades prementes e inadiáveis da coletividade, e, portanto, não é permitida paralisação temporária de atividades, mesmo em se tratando de serviços prestados por concessionários e permissionários, mediante pagamento de tarifa, como fornecimento de energia, ainda que o usuário esteja inadimplente.

c) As Súmulas n° 346 e n° 473 do Supremo Tribunal Federal, que tratam da declaração de nulidade dos atos administrativos pela própria Administração e da revogação destes por motivos de conveniência e oportunidade, demonstram que o Direito Administrativo brasileiro não adotou a autotutela como princípio.

d) A fim de tutelar o princípio da moralidade administrativa, a Constituição Federal prevê alguns instrumentos processuais, como a Ação Civil Pública, na defesa dos direitos difusos e do patrimônio social, a Ação Popular, que permite anular atos do Poder Público contaminados de imoralidade administrativa, desde que reconhecido o pressuposto da lesividade, da mesma forma como acontece com a Ação de Improbidade Administrativa, que tem como requisito o dano patrimonial ao erário.

e) O Supremo Tribunal Federal entende que, muito embora pela aplicação do princípio da impessoalidade, a Administração não possa ter em mira este ou aquele indivíduo de forma especial, o sistema de cotas, em que se prevê reserva de vagas pelo critério étnico-social para

ingresso em instituições de nível superior, é constitucional e compatível com o princípio da impessoalidade, já que ambos têm por matriz comum o princípio constitucional da igualdade.

1.20 Terceiro Setor

1. 2018/CESPE/TCM-BA/ Auditor

Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

a) entidades de apoio.
b) serviços sociais autônomos.
c) organizações sociais.
d) autarquias em regime especial.
e) organizações da sociedade civil de interesse público.

---

2. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue o item seguinte.

A concessão, pelo poder público, da qualificação como OSCIP de entidade privada sem fins lucrativos é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos para tal.

( ) Certo ( ) Errado

---

3. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue o item seguinte.

Situação hipotética: Após celebrar termo de parceria com a União e receber recursos públicos, determinada OSCIP anunciou a contratação de terceiros para o fornecimento de material necessário à consecução dos objetivos do ajuste. **Assertiva**: Nessa situação, para efetivar a contratação de terceiros, a OSCIP deverá realizar licitação pública na modalidade concorrência.

( ) Certo ( ) Errado

---

4. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue o item a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Situação hipotética: Uma instituição religiosa que oferece programa educacional de alfabetização para pessoas de baixa renda pretende a qualificação como organização da sociedade civil de interesse público por meio de um termo de parceria a ser firmado com a União. **Assertiva**: Há vedação expressa em lei federal ao pleito da instituição religiosa.

( ) Certo ( ) Errado

---

5. 2018/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Considerando-se as novas formas de desestatização da prestação de serviços públicos de caráter social, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos previstos em lei, firmam parceria com o poder público, por instrumento de contrato de gestão, para a execução de atividades de interesse público —

especialmente ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde — recebem a qualificação de

a) agência executiva.
b) fundação pública.
c) organização social.
d) organização da sociedade civil de interesse público.
e) serviço social autônomo.

---

6. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA/Auditor de Controle Interno

No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.

O instrumento que estabelece o vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é o termo de parceria.

( ) Certo ( ) Errado

---

7. 2018/CESPE/TCE-PB/Auditor de Contas Públicas

As organizações sem fins lucrativos que são voltadas à resolução de problemas coletivos de interesse social e podem prestar serviços públicos são

a) as sociedades de economia mista.
b) os consórcios públicos.
c) os convênios públicos.
d) as fundações.
e) as organizações da sociedade civil de interesse público.

---

8. 2017/CESPE/TRF-1ª REGIÃO/Analista Judiciário

A respeito da organização do Estado e da administração pública, julgue o item a seguir.

São exemplos de entidades paraestatais os serviços sociais autônomos, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

( ) Certo ( ) Errado

---

9. 2017/IBFC/TJ-PE/Analista Judiciário

Assinale a alternativa que não apresenta conteúdo de cláusula essencial do Termo de Parceria firmado entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):

a) estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma
b) previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado
c) determinação de plano plurianual de atividades que serão executadas sem a necessidade de amparo do Poder Público
d) objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
e) previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores

---

10. 2017/IBFC/TJ-PE/Analista Judiciário

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos regulamentadas por lei. Neste contexto, não são passíveis de qualificação como OSCIP, exceto.
a) organizações partidárias
b) cooperativas
c) fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas
d) organizações sem fins lucrativos focadas na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico
e) sociedades comerciais

---

11. 2017/CESPE/TCE-PE/Analista de Controle

A respeito dos processos eletrônicos do TCE/PE e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue o item subsequente.

Os requisitos para que uma organização seja qualificada como OSCIP incluem a exigência de que o seu estatuto contenha normas expressas sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

( ) Certo ( ) Errado

---

12. 2017/CESPE/TCE-PE/Analista de Gestão

No que tange a regime jurídico-administrativo, organização administrativa e teoria do direito administrativo brasileiro, julgue o item a seguir.

Uma pessoa jurídica qualificada como organização social pode, simultaneamente, ser qualificada como organização da sociedade civil de interesse público.

( ) Certo ( ) Errado

---

13. 2017/CESPE/SERES-PE /Agente Penitenciário (Superior)

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se
a) organização social.
b) entidade de apoio.
c) empresa pública.
d) organização da sociedade civil de interesse público.
e) serviço social autônomo

---

14. 2017/CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário

O Poder Público deferiu título de organização social a uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atividade é dirigida à preservação do meio ambiente.

Considerando-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que eventuais trabalhadores contratados pela referida entidade após a qualificação serão considerados
a) agentes honoríficos, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.
b) empregados públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.
c) servidores públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.

d) empregados privados, selecionados mediante processo seletivo objetivo e impessoal.
e) empregados privados, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.

---

15. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

O contrato de gestão é o instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social para fins de formação de parceria entre as partes com o ânimo de fomento e de execução de atividades relativas a determinadas áreas previstas em lei, dentre as quais NÃO se inclui
a) o ensino e a pesquisa científica.
b) a cultura.
c) a saúde.
d) o desenvolvimento tecnológico.
e) nenhuma das alternativas anteriores responde ao comando da questão.

---

16. 2017/FAUEL/PREV SÃO JOSÉ-PR/Advogado

Sobre o chamado "Terceiro Setor" e as entidades paraestatais, assinale a alternativa CORRETA.
a) Os Serviços Sociais Autônomos, apesar de não integrarem a Administração Pública, recebem recursos públicos, provenientes das contribuições sociais, submetendo-se à exigência de licitação para a realização de compras e contratação de serviços.
b) O STF pronunciou-se pela inconstitucionalidade da hipótese de dispensa de licitação para a contratação entre o Poder Público e organizações sociais.
c) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos legais.
d) As organizações sociais, desde que preenchidos os requisitos legais, podem receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
e) A qualificação de uma pessoa jurídica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é ato vinculado, de forma que o pedido só pode ser indeferido na hipótese de a pessoa jurídica requerente desatender a algum dos requisitos legais.

---

17. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.
a) Segundo o STF, o procedimento de qualificação pelo poder público de entidades privadas como OS prescinde de licitação.
b) Segundo o STF, as atividades de saúde, ensino e cultura devem ser viabilizadas por intervenção direta do Estado, não podendo a execução desses serviços essenciais ser realizada por meio de convênios com organizações sociais.
c) Cumpridos os requisitos legais, caso uma OS requeira a qualificação como OSCIP, o poder público deverá outorgar-lhe o referido título, pois se trata de decisão vinculada do ministro da Justiça.
d) Caso uma OSCIP ajuíze ação cível comum de rito ordinário, o foro competente para o julgamento da causa será a vara da fazenda pública, se existente na respectiva comarca, já que se trata de uma entidade que integra a administração pública

18. 2017/CESPE/TRE-PE/Analista Judiciário

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, não integrante da administração pública, que atua na área de ensino e pode contratar diretamente com o poder público por dispensa de licitação, para a prestação de serviços contemplados no contrato de gestão firmado com o ente público, é denominada

a) sociedade de economia mista.
b) instituição comunitária de educação superior.
c) organização da sociedade civil.
d) organização social.
e) organização da sociedade civil de interesse público.

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador Jurídico

Determinada Prefeitura Municipal pretende transferir a administração de um Hospital Público do Município para uma empresa privada. Nessa hipótese, considerando a legislação que rege a matéria referente ao Terceiro Setor, é correto afirmar que a pretendida transferência

a) não pode ser concretizada, uma vez que a área da saúde pública não admite ser administrada por terceiros.
b) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização Social.
c) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
d) pode ser efetivada por meio de Termo de Parceria com uma Organização Social.
e) não pode ser efetivada com entidades privadas, podendo ser concretizada apenas por meio de parcerias com entes públicos.

20. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador Legislativo

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, quanto às entidades que atuam paralelamente ao Estado, é correto afirmar que

a) o credenciamento de organizações não governamentais para fins de repasse de recursos públicos ocorre por meio do instrumento de consórcio público.
b) as organizações sociais firmam termos de parceria com o poder público, instrumento pelo qual assumem a gestão de determinados serviços públicos não lucrativos.
c) conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a OAB e demais Conselhos de Classe são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública Indireta.
d) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos e, portanto, não integram o rol de entidades da Administração Pública Indireta.

21. 2016/FEPESE/PREFEITURA DE LAGES-SC/Administrador

Assinale a alternativa correta.

a) As instituições hospitalares privadas são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devido a sua função social.
b) Sindicatos e associações de classe são um exemplo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que não tenham fins lucrativos.
c) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins

lucrativos, cujos objetivos sociais tenham como finalidade a promoção da cultura.
d) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida a autarquias voltadas à educação.
e) Entidades que comercializam planos de saúde não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

---

22. 2016/CESPE/TCE-PR/Analista de Controle

Em relação à administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.
a) O vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é estabelecido mediante a celebração de contrato de gestão, no qual deverão estar previstos os direitos e as obrigações dos pactuantes e destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades de interesse público.
b) Organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
c) Os serviços sociais autônomos, que são instituídos pelo poder público por meio de lei, integram a administração pública.
d) Não é obrigatória a participação de agentes do poder público no conselho de administração das organizações sociais, exigindo-se, contudo, que seja formado por membros representantes de entidades da sociedade civil e por membros com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, a serem eleitos pelos integrantes do conselho.
e) A qualificação das organizações sociais será concedida pelo Ministério da Justiça por meio de ato vinculado.

---

23. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), o Poder Executivo, observados os requisitos legais, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. E é por meio de contrato de gestão que o Poder Público e a entidade qualificada como organização social formam parcerias para fomento e execução de atividades relativas às áreas suprarelacionadas.

( ) Certo ( ) Errado

---

24. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, e representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente

ou causado dano ao patrimônio público, sob pena de responsabilidade solidária.

( ) Certo ( ) Errado

---

25. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.790/99 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP, exige-se, para tanto, que sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, sendo vedada a participação de servidores públicos na composição desse conselho.

( ) Certo ( ) Errado

---

26. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Determinado Município firmou convênio com uma Organização Social de assistência aos deficientes visuais, repassando-lhe mensalmente verbas públicas, e cedendo também uma sala em escola municipal para o desempenho das atividades. Diante da situação em epígrafe, é correto afirmar:

a) Este convênio tão somente poderá ter realizado por intermédio de uma licitação, na modalidade Concorrência, uma vez que a livre escolha feita pela Administração não se enquadra nos casos de dispensa de licitação.

b) Uma vez que recebeu verbas públicas, a referida Organização Social deverá obrigatoriamente realizar procedimentos licitatórios para a utilização destes recursos.

c) As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações ao dever de licitar, visto a ausência de determinação constitucional.

d) As organizações sociais como as entidades paraestatais se submetem aos procedimentos licitatórios, nos mesmos moldes da Administração Direta.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO-SP/Analista

Assinale a alternativa que contempla duas áreas em que a Administração Pública pode firmar um contrato de gestão com uma organização social.

a) Cultura e saúde.

b) Preservação do meio ambiente e administração da justiça.

c) Administração e gerenciamento de rodovias e pesquisa científica.

d) Ensino universitário e administração de obras públicas.

e) Desenvolvimento tecnológico e segurança pública.

---

28. 2016/FGV/PREFEITURA DE CUIABÁ-MT/Auditor Fiscal

Edinaldo e Pedro, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da sujeição, ou não, dos serviços sociais autônomos à exigência constitucional de que a investidura em cargo ou emprego público dependa de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

À luz da sistemática constitucional e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que os serviços sociais autônomos,
a) por integrarem a Administração Pública direta, devem observar a referida exigência constitucional.
b) na medida em que não integram a Administração Pública, não devem observar a referida exigência constitucional.
c) por integrarem a Administração Pública indireta, devem observar a referida exigência constitucional.
d) somente estarão sujeitos à referida exigência constitucional quando receberem contribuições parafiscais.
e) por serem entes paraestatais, devem observar a referida exigência constitucional.

---

29. 2016/FGV/PREFEITURA DE CUIABÁ-MT/Auditor Fiscal

Sobre as normas gerais acerca da prestação de serviços públicos por Organizações Sociais – OS's, assinale a afirmativa correta
a) A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos em Organização Social depende de lei específica de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
b) A Organização Social formada será integrante da Administração Indireta do ente federado que a criou, estando submetida aos princípios da hierarquia e do controle.
c) Não obstante a qualificação como Organização Social, a entidade de direito privado qualificada está submetida à prévia licitação para a prestação do serviço delegado.
d) A qualificação da entidade privada como Organização Social depende de licitação na modalidade de concorrência, salvo se por inviabilidade de competição a mesma for inexigível.
e) As entidades qualificadas como Organização Social não integram a estrutura da Administração Pública e não possuem fins lucrativos, mas se submetem ao controle financeiro do Poder Público, inclusive do Tribunal de Contas.

---

30. 2016/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo a respeito das OSCIPs, assinale a alternativa correta.
I – Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 1 (um) ano, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/1999.
II – Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as sociedades comerciais, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional, nem as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
III – Dentre os objetos sociais possíveis para a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/1999 está o de realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.
Estão corretas

a) Apenas I e II.
b) I, II e III.
c) Apenas II.
d) Apenas II e III.

1.21 MROSC

1. 2018/FCC/TRT-6ª REGIÃO-PE/ Analista Judiciário

De acordo com a Lei n° 13.019/2014,

a) qualquer organização da sociedade civil pode celebrar parceria com a Administração pública, podendo se materializar mediante convênio ou contrato.
b) as entidades da sociedade civil devem ser qualificadas como organizações sociais para celebrarem parcerias regidas por esse diploma legal com os entes públicos quando envolverem o repasse de recursos financeiros.
c) as parcerias firmadas entre poder público e entidades da sociedade civil regidas por esse diploma legal dependem da previsão de repasse de recursos financeiros para realização das atividades.
d) os instrumentos de parceria previstos nesse diploma legal se destinam a disciplinar a realização de atividades de interesse público e recíproco, nem todos envolvendo o repasse de recursos financeiros em favor da organização da sociedade civil.
e) a celebração de acordos ou termos de cooperação com entidades da sociedade civil configura hipótese expressa de dispensa de licitação, diferentemente do termo de fomento, que exige a realização de um chamamento para escolha da organização que melhor desempenhará as atividades de interesse público.

---

2. 2018/FGV/SEFIN-RO/Técnico Tributário

Determinada organização da sociedade civil, que jamais recebera qualquer qualificação do Poder Público, celebrou um ajuste com o Estado Beta, sem repasse de recursos financeiros, com o objetivo de aprimorar certa atividade de interesse social há anos desenvolvida, paralelamente, por ambos.
À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 13.019/14, esse ajuste é denominado.
a) termo de fomento
b) acordo de cooperação
c) termo de colaboração
d) convênio
e) termo de gestão

---

3. 2018/FGV/SEFIN-RO/Contador

O Estado Ômega, após o cumprimento dos trâmites regulares, celebrou dois convênios com a entidade filantrópica Delta: o primeiro tinha por objetivo estabelecer gestão compartilhada de algumas unidades de saúde; o segundo, por sua vez, celebrado a partir de proposta de Delta, visava a estabelecer parceria na consecução de finalidade de interesse público e recíproco, consistente no oferecimento de programas de atletismo a adolescentes carentes. Em ambos os casos, foi previsto o repasse de recursos pelo Estado Ômega.
À luz da sistemática constitucional e infraconstitucional, com especial ênfase para a Lei nº 13.019/14, sob o prisma da regularidade formal do instrumento jurídico utilizado, é correto afirmar que

a) somente o primeiro convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de colaboração.
b) somente o segundo convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de fomento.
c) somente o primeiro convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o contrato de gestão.
d) somente o segundo convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de parceria.
e) ambos os convênios são ilegais, pois os instrumentos deveriam ser, respectivamente, o termo de parceria e o acordo de cooperação.

---

4. 2018/CESPE/SEFAZ-RS/Auditor

Com base na Lei n.º 13.019/2014, a organização da sociedade civil estará impedida de celebrar parceria com a administração pública se
a) seu dirigente for cônjuge de pessoa condenada por ato de improbidade.
b) seu dirigente for cônjuge de membro do Ministério Público da mesma esfera governamental em que será celebrado o termo de fomento.
c) for uma entidade estrangeira, ainda que tenha autorização para funcionar no território nacional.
d) suas contas tiverem sido rejeitadas nos últimos cinco anos, mesmo que haja recurso com efeito suspensivo pendente de decisão.
e) tiver realizado a prestação de contas fora do prazo em parcerias anteriores.

---

5. 2017/VUNESP/ CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES

Nos termos da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, é correto afirmar que
a) os Municípios poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, independentemente de autorização da União, para utilizar suas funcionalidades.
b) a legislação para os Municípios entrará em vigor somente a partir de 1o de janeiro de 2017.
c) a inadimplência da Administração Pública transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
d) a remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria gera vínculo trabalhista com o poder público.
e) os Municípios, mediante autorização dos Estados, poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV para utilizar suas funcionalidades.

---

6. 2017/FCC/TRF-5ª REGIÃO/Analista Judiciário

A União, por meio do Ministério da Educação, formalizou termo de colaboração, regido pela Lei n° 13.019 de 2014, com organização da sociedade civil, firmado após seleção por meio de chamamento público, com vista à implementação de projeto voltado à formação e qualificação de multiplicadores de conhecimento na área de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em

adolescentes. Estabeleceu-se que a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, durante a vigência da parceria, seria paga com recursos públicos vinculados à parceria. O Tribunal de Contas da União solicitou esclarecimentos ao Poder Público sob a alegação de que os recursos públicos não poderiam ser empregados na remuneração de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil parceira. O apontamento do TCU

a) procede, porquanto os recursos públicos repassados à entidade parceira somente podem remunerar equipe de trabalho contratada, jamais própria, cujo custo deve ser suportado pela entidade privada a título de contrapartida.
b) improcede, pois a Lei n° 13.019 de 2014 permite expressamente que a remuneração da equipe de trabalho, tanto contratada como própria da entidade parceria, possa ser feita com recursos públicos vinculados à parceria.
c) procede, pois a Lei n° 13.019 de 2014 veda expressamente o pagamento da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, seja pessoal próprio da organização, seja contratado para execução da parceria.
d) improcede, porque a lei não dispõe quanto à natureza das despesas que podem ou não ser custeadas com recursos vinculados à parceria, cabendo aos instrumentos jurídicos disciplinar a questão livremente, em razão do controle de resultados introduzido pelo novo marco regulatório.
e) procede, pois a lei veda expressamente o pagamento com recursos da parceria da equipe de trabalho e de todos os custos indiretos necessários à execução do objeto, qualquer que seja sua proporção em relação à parceria.

---

7. 2017/FCC/TRF-5ª REGIÃO/Analista Judiciário

Objetivando consecução de finalidade de interesse público, autarquia federal lançou chamamento público para selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos interessada em firmar parceria para execução, em regime de mútua cooperação, de projeto, cujo plano de trabalho foi desenvolvido e ofertado pela Administração, com a previsão de repasse de recursos financeiros e ausência de contrapartida. Levando em consideração o regime jurídico das parcerias estabelecido pela Lei n° 13.019 de 2014, o futuro ajuste será instrumentalizado por
a) termo de colaboração, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, desde que não haja previsão de contrapartida.
b) termo de fomento, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, estabeleçam ou não contrapartida.
c) acordo de cooperação, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros e previsão de contrapartida, que se constitui requisito para celebração da avença.
d) termo de colaboração, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela

Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, com ou sem previsão de contrapartida.
e) termo de fomento ou termo de colaboração, que são instrumentos hábeis, nos termos da lei, para formalização de parcerias que envolvam transferência de recursos, independentemente da origem da proposta.

---

8. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Segundo a literalidade do caput do artigo 69 da Lei 13.019/2014, que versa sobre os prazos da prestação de contas, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até determinada quantidade de dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano. Desse modo, marque a alternativa **CORRETA**
a) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até trinta dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
b)A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até sessenta dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
c) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
d) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até cento e vinte dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

---

9. 2017/FGV/SEPOG-RO/Analista de Planejamento

O Chefe do Poder Executivo de determinado Estado federativo informou à sua assessoria que desejava propor uma parceria às organizações da sociedade civil que atuassem com atividades esportivas para crianças portadoras de deficiência, transferindo-lhes recursos financeiros para a consecução dessa atividade, cuja finalidade é de interesse público e recíproco.
À luz da narrativa acima e da sistemática estabelecida pela Lei nº 13.019/2014, que norteará o ajuste, o instrumento a ser utilizado na celebração da parceria é o

a) termo de colaboração.
b) termo de parceria.
c) termo de fomento.
d) contrato de gestão.
e) acordo de cooperação.

---

10. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Estabelece a lei federal 13.019/2014 o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho

inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Nessa toada, com fulcro no artigo 2º, para os fins dessa Lei, considera-se administrador público.

a) Agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.

b) Agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

c) Órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

d) Órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

---

11. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Há um novo marco regulatório que disciplina a celebração de convênios e acordos de cooperação pela Administração Pública. Extrai-se da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que

a) descabe a aplicação de sanções aos parceiros, pois os interesses envolvidos nos planos de trabalho são comuns, não contrapostos.

b) o termo de colaboração deve ser adotado pela Administração Pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

c) essa lei se aplica também aos convênios celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, que podem participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste.

d) a celebração de termo de colaboração ou de fomento deverá ser sempre precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

e) a partir da sua vigência, somente serão celebrados convênios entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas, não se aplicando a essas parcerias o disposto na Lei no 8.666/93.

---

12. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução

de finalidades de interesse público e recíproco, é vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

( ) Certo ( ) Errado

---

13. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:
Não se aplicam as exigências da Lei n. 13.019/2014 (dispõe sobre Organização da Sociedade Civil e Marco Regulatório do Terceiro Setor):
a) Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições específicas dos tratados, acordos e convenções internacionais conflitarem com a Lei n. 13.019/2014;
b) Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na lei específica das organizações sociais;
c) Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por membros de Poder ou do Ministério Público;
d) Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por: dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública e/ou pessoas jurídicas de direito público e de direito privado interno;
e) Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

---

14. 2016/IESES/TJ-PA/Titular de Serviços de Notas e Registros

A Lei 13.019 de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Referida lei prevê que o edital do chamamento público especificará, no mínimo.
a) O tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
b) A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao

peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
c) A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.
d) A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

---

15. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Conhecida como "Marco Regulatório do Terceiro Setor", a Lei Federal no 13.019/2014, estabelece normas gerais para as parcerias entre a Administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Ressalvadas as exceções previstas na mencionada legislação, é obrigatória a adoção do seguinte procedimento prévio para a celebração dos instrumentos de parceria nela disciplinados.
a) Registro de preços.
b) Chamamento público.
c) Licitação, na modalidade pregão.
d) Licitação, na modalidade concurso.
e) Pré-qualificação das entidades.

---

16. 2016/ESAF/ANAC/Analista Administrativo

Assinale a opção correta.
a) O termo de colaboração é o instrumento que a Administração Pública deverá adotar em caso de transferências voluntárias de recursos para a consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil.

b) A organização da sociedade civil indicará ao menos um dirigente que se responsabilizará de forma subsidiária pela execução das atividades e pelo cumprimento das metas pactuadas na parceria.
c) A eventual inadimplência da organização da sociedade civil no pagamento dos encargos trabalhistas relativos ao cumprimento do termo de colaboração ou de fomento é de sua responsabilidade, havendo apenas a responsabilidade subsidiária da administração pública parceira.
d) Como regra, a Administração Pública, para poder celebrar as parcerias previstas na Lei n. 13.019/2014, está obrigada a realizar o chamamento público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de tal procedimento.
e) Nas contratações de bens e serviços que efetuem com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública, as organizações da sociedade civil estão obrigadas a realizar licitação nos termos da Lei n. 8.666/93.

---

17. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP /Procurador Jurídico

A Lei Federal nº 13.019/14 institui um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo que tais parcerias decorrem de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil e envolvem a transferência de recursos financeiros.
A referida lei define esse instrumento como termo de
a) fomento.
b) colaboração.
c) parceria.
d) chamamento público.
e) gestão

---

18. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 13.019/14 (Terceiro Setor), a entidade privada sem fins lucrativos, que distribua ou não, entre os seus sócios ou associados, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, é considerada organização da sociedade civil.

( ) Certo ( ) Errado

---

19. 2016/FCC/PGE-MT/Analista

Município mato-grossense pretende celebrar ajuste com o Estado do Mato Grosso, por meio do qual lhe transfira os encargos de regulação e prestação dos serviços públicos municipais de coleta e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, sem qualquer criação de pessoa jurídica para tal fim. Para tanto, os instrumentos jurídicos adequados são o
a) termo de fomento e o termo de colaboração, tal como disciplinados pela Lei nº 13.019/2014.

b) convênio de cooperação e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.
c) consórcio público de direito público e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.
d) convênio administrativo e o contrato de repasse, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993, e pelo Decreto nº 6.170/2007.
e) contrato de empreitada de obra pública e o contrato de prestação de serviços, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993.

1.22 Bens Públicos

1. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/ Procurador

Cinco municípios limítrofes constituíram consórcio público para gestão associada de serviço público de transporte coletivo de passageiros sobre pneus. Para prestação do serviço à população, o Consórcio constituído nos termos da Lei federal nº 11.107/2005, elaborou plano de outorga, realizou a licitação e celebrou contrato de permissão, observadas as normas da Lei federal nº 8.987/95. Tanto no edital de licitação como no contrato dele decorrente, para prestação adequada do serviço, foi prevista obrigação de aquisição, pela permissionária, de bens e equipamentos imprescindíveis à prestação adequada e continuada do serviço público, como veículos, bem como a construção e manutenção de uma garagem, onde também funcionaria o controle operacional do serviço delegado, em área própria da contratada, dentro dos limites territoriais de qualquer um dos cinco municípios integrantes do consórcio permitente. A respeito desses bens e equipamentos, é correto afirmar que

a) constituem bens reversíveis que, durante o prazo de vigência da permissão, integram o patrimônio da empresa permissionária, mas, ao fim da delegação, por serem imprescindíveis à prestação do serviço, passam para o patrimônio do consórcio público permitente.

b) constituem bens reversíveis que, durante o prazo de vigência da permissão, submetem-se ao regime jurídico público de gestão de bens e, ao fim da delegação, passam para o patrimônio do ente público em cujo território estiverem localizados.

c) constituem bens particulares da permissionária, embora afetados à prestação de serviço público e, porque por ela adquiridos com recursos próprios, ao fim da delegação, não revertem ao patrimônio público.

d) constituem bens particulares da permissionária, afetados a uma finalidade pública e, por isso, ao final da delegação, deverão ser transferidos ao novo contratado, se houver, ou ao ente municipal líder do consórcio.

e) constituem bens de domínio particular da permissionária que, de acordo com o regime de bens reversíveis aplicável ao caso, deles poderá livremente dispor ao final da vigência da delegação.

---

2. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

a) permissão de uso de bem público.

b) autorização de uso de bem público.

c) concessão de direito real de uso de bem público.

d) concessão de uso de bem público.

e) cessão de uso de bem público.

---

3. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

No tocante a bem público, é correto afirmar que a

a) alienação de bens imóveis, como regra, dependerá de autorização legislativa, de

avaliação prévia e de licitação, realizada na modalidade de concorrência.
b) afetação de bem a uso comum dependerá de avaliação prévia, assim como de autorização legislativa ou decreto.
c) alienação poderá decorrer de retrocessão, que não se confunde com concessão de uso, porque é forma de alienação hoje admitida apenas para terras devolutas da União, Estados e Municípios.
d) afetação e a desafetação de qualquer bem sempre dependerão de lei.
e) alienação poderá decorrer de concessão de domínio, que ocorre sempre que a Administração não mais necessita do bem expropriado, e o particular o aceita em retorno.

---

4. 2018/FC/PGE-TO/Procurador do Estado

Uma gleba de terras devolutas estaduais foi arrecadada por ação discriminatória e o Governo do Estado, por meio de lei, declarou-a como indispensável à proteção de um relevante ecossistema local, incluindo-a na área de parque estadual já constituído para esse fim. Tal gleba deve ser considerada bem
a) privado sob domínio estatal.
b) público dominical.
c) público de uso comum do povo.
d) público de uso especial.
e) privado sob regime especial de proteção.

---

5. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

O Governo do Estado pretende que a iniciativa privada administre, mediante contrato, os terminais de ônibus intermunicipais existentes no Estado, sendo que, em contrapartida dos gastos de manutenção, os empresários possam explorar, por prazo determinado, a área dos terminais com a construção de lojas, escritórios, hotéis etc. Pelas características anunciadas, o negócio deve ser enquadrado como
a) autorização de uso de bem público.
b) concessão de uso de bem público.
c) permissão de uso de bem público.
d) direito de superfície.
e) outorga onerosa de potencial construtivo.

---

6. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:
a) Apesar de o Código Civil de 2002 não incluir no conceito de bens públicos aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado e atrelados à prestação de serviços públicos, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a impenhorabilidade desses bens.
b) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião, modalidade de aquisição derivada da propriedade, mas é plenamente possível bens particulares serem usucapidos pelo Poder Público.
c) Os potenciais de energia hidroelétrica pertencem à União, mesmo se localizados em rios estaduais.
d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ressalvadas as terras que eram possuídas pelos nativos no passado remoto, são de propriedade da União.
e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencer.

---

7. 2018/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Com relação à disciplina dos bens públicos, assinale a opção correta.
a) À exceção dos bens dominiais não afetados a qualquer finalidade pública, os bens públicos são impenhoráveis.
b) A ocupação irregular de bem público não impede que o particular retenha o imóvel até que lhe seja paga indenização por acessões ou benfeitorias por ele realizadas, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
c) Aos municípios pertencem as terras devolutas não compreendidas entre aquelas pertencentes à União.
d) As terras tradicionalmente reservadas aos índios são consideradas bens públicos de uso especial da União.
e) Bens de uso comum do povo, destinados à coletividade em geral, não podem, em nenhuma hipótese, ser privativamente utilizados por particulares.

---

8. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.
a) Os bens dominicais e os bens públicos de uso comum só podem ser outorgados a particulares por meio de autorização e concessão, institutos sujeitos ao regime de direito público.
b) A concessão, contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público para que a exerça conforme sua destinação, depende de licitação e impõe a fixação de prazo.
c) A autorização, permissão e concessão de uso privativo de bens públicos são atos administrativos que apresentam como características comuns a unilateralidade, a discricionariedade e a precariedade.
d) A autorização, ato administrativo em que a Administração consente que o particular se utilize de bem público com exclusividade, depende de licitação e cria para o usuário um dever de utilização.
e) A permissão de uso, ato administrativo pelo qual a Administração faculta a utilização de bem público, para fins de interesse público, tem sempre a forma onerosa e tempo determinado.

---

9. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Com referência à disciplina constitucional dos bens públicos, assinale a opção correta.
a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos estados.
b) As terras devolutas, não se encontrando afetadas a nenhuma finalidade pública específica, são bens públicos dominiais.
c) Salvo a hipótese de usucapião especial para fins de moradia prevista na CF, não é permitido usucapião de bens públicos.
d) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
e) Os bens de uso especial são aqueles que, por ato formal da administração pública, são destinados à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

---

10. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Considerando-se o regime jurídico dos bens públicos, pode-se afirmar que
a) a eles não se aplica o princípio da função social da propriedade, em razão do regime de impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.

b) a eles se aplica, com grau diferenciado, o princípio da função social da propriedade, em relação aos bens de uso comum do povo.
c) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade, em grau diferenciado, em relação aos bens dominiais.
d) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade que incide indistintamente e com mesmo grau de intensidade, dada sua função normativa, sobre todo o ordenamento jurídico e sobre o domínio público e particular.

---

11. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre a impenhorabilidade dos bens públicos, pode-se afirmar que
a) tem natureza absoluta por decorrerem da inalienabilidade que os caracterizam.
b) é absoluta, com exceção da hipótese de concessão de garantia da União em operações de crédito externo, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.
c) é absoluta, com exceção da hipótese de sequestro de bens ao teor do artigo 100, parágrafo 6°, da Constituição Federal de 1988.
d) admite exceção para a hipótese de sequestro de bens, nos termos do artigo 100, parágrafo 6°, da Constituição Federal de 1988, e para a concessão de garantia, em condições especialíssimas, em operações de crédito externo, cabendo ao Senado Federal dispor sobre limite e concessões, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.

---

12. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Considerando o entendimento do STJ, julgue as asserções seguintes.
I É ilegal cobrar de concessionária de serviço público taxas pelo uso de solo, subsolo ou espaço aéreo.
II A utilização do uso de bem público por concessionária de serviço público para a instalação de, por exemplo, postes, dutos ou linhas de transmissão será revertida em benefício para a sociedade.
A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.
a) As asserções I e II são falsas.
b) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
c) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
d) A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.

---

13. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

A propósito do uso dos bens públicos pelos particulares, é correto afirmar que
a) as concessões de uso, dada a sua natureza contratual, não admitem a modalidade gratuita.
b) o concessionário de uso de bem público exerce posse ad interdicta, mas não exerce posse ad usucapionem.
c) a autorização de uso, por sua natureza precária, não admite a fixação de prazo de utilização do bem público.
d) a Medida Provisória n° 2.220/2001 garante àquele que possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais e respeitado o marco temporal ali estabelecido, o direito à concessão de uso especial.

e) a permissão de uso, por sua natureza discricionária, não depende de realização de prévia licitação.

---

14. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) Bens dominicais são os de domínio privado do Estado, não afetados a finalidade pública e passíveis de alienação ou de conversão em bens de uso comum ou especial, mediante observância de procedimento previsto em lei.

b) Consideram-se bens de domínio público os bens localizados no município de Belo Horizonte afetados para destinação específica precedida de concessão mediante contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título e direito resolúvel.

c) O uso especial de bem público, por se tratar de ato precário, unilateral e discricionário, será remunerado e dependerá sempre de licitação, qualquer que seja sua finalidade econômica.

d) As áreas indígenas são bens pertencentes à comunidade indígena, à qual cabem o uso, o gozo e a fruição das terras que tradicionalmente ocupa para manter e preservar suas tradições, tornando-se insubsistentes pretensões possessórias ou dominiais de particulares relacionados à sua ocupação.

---

15. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Determinado município brasileiro construiu um hospital público em parte de um terreno onde se localiza um condomínio particular. Assertiva: Nessa situação, segundo a doutrina dominante, obedecidos os requisitos legais, o município poderá adquirir o bem por usucapião

( ) Certo ( ) Errado.

---

16. 2017/CESPE/PRFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Situação hipotética: A associação de moradores de determinado bairro de uma capital brasileira decidiu realizar os bailes de carnaval em uma praça pública da cidade. Assertiva: Nessa situação, a referida associação poderá fazer uso da praça pública, independentemente de autorização, mediante prévio aviso à autoridade competente

( ) Certo ( ) Errado.

---

17. 2017/CESPE/TJ-PR /Juiz de Direito

Em relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico brasileiro permite que pertençam a particulares algumas áreas nas ilhas oceânicas e costeiras.

b) Por serem abertos a uma utilização universal, o mercado municipal e o cemitério público são considerados bens de uso comum do povo.

c) Em face do atributo da inalienabilidade, os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
d) Quando o tribunal de justiça consente o uso gratuito de determinada sala do prédio do foro para uso institucional da defensoria pública local, efetiva-se o instituto da permissão de uso de bem público.

---

18. 2017/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Analise as seguintes assertivas sobre bens públicos:
I. A venda de bens públicos imóveis será obrigatoriamente precedida de licitação e depende também de autorização legislativa, interesse público devidamente justificado e avaliação prévia.
II. Independe de transcrição imobiliária a concessão de domínio que tiver como destinatário pessoa estatal.
III. A doação de bens móveis públicos é admissível exclusivamente para fins de interesse social e depende de avaliação prévia e autorização legal.
IV. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, exceto quando a alienação ou concessão de terras públicas tiver por finalidade reforma agrária.
Somente está CORRETO o que se afirma em:
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II e IV.

---

19. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

De acordo com a classificação dos bens públicos, o imóvel que abriga e pertence à Prefeitura de Viana é considerado
a) de uso especial.
b) de uso comum do povo.
c) dominal.
d) regular de serviço.
e) de uso disponível.

---

20. 2017/FGV/ALERJ-RJ/Procurador

Um agricultor mantém, durante mais de 20 (vinte) anos, a utilização de bem público sem destinação específica, sendo surpreendido com a invasão do bem por outro particular. Ajuíza, então, ação de reintegração de posse em face do invasor.
Para o desfecho do caso, é correto afirmar que:
a) o ocupante de bem público deve ser considerado mero detentor do imóvel, sem legitimidade para pleitear proteção possessória, embora deva ser indenizado por benfeitorias realizadas;
b) não pode haver posse de particular sobre bem público, devendo ser julgada improcedente a ação, sem prejuízo de posterior demanda da Administração Pública em face do particular que explorou o bem indevidamente, fundada na vedação ao enriquecimento sem causa;
c) o pedido de reintegração de posse deve ser considerado juridicamente impossível, tendo em vista que, como a área objeto da disputa se encontra situada em terra pública, não há direito de posse a ser disputado entre os particulares;
d) deve ser reconhecida a possibilidade de tutela possessória sobre terras públicas sem destinação específica, sendo certo que tal proteção, condicionada à promoção da

função social da posse pelo possuidor, não altera a titularidade dominial do bem;
e) o pedido de reintegração de posse deve ser julgado procedente, considerando que o particular que manteve por mais de 20 (vinte) anos a posse sobre o bem, promovendo sua função social, adquire-lhe a propriedade.

---

21. 2017/FGV/ALERJ-RJ/Procurador

Amanda obteve permissão de uso de bem público para exploração de lanchonete no interior da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por prazo indeterminado. Passados dois anos, a Casa Legislativa revogou o ato, para ampliação de uma sala de reunião. Inconformada, Amanda manejou ação de manutenção de posse.
De acordo com ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema, a Amanda:
a) assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, vinculado e precário, e a Administração não pode revogá-lo sem promover a prévia e justa indenização ao particular;
b) assiste razão, eis que a permissão de uso é ato bilateral e discricionário, e a Administração não pode revogá-lo unilateralmente pela via administrativa, sendo imprescindível a judicialização caso não haja acordo com o particular;
c) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato bilateral e discricionário, e a Administração, em regra, pode revogá-lo se houver razões de interesse público, mediante a prévia indenização ao particular;
d) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, discricionário e precário, e a Administração pode revogá-lo posteriormente se houver razões de interesse público, não cabendo, em regra, indenização ao particular;
e) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, vinculado e precário, e a Administração pode revogá-lo posteriormente se houver razões de interesse público, com indenização ulterior ao particular.

---

22. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue o item a seguir.
Consideram-se bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real, tais como os edifícios destinados a sediar a administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

---

23. 2016/RHS-CONSULT/PREFEITURA DE

A administração dos bens públicos compreende normalmente a _____ e _____ do patrimônio público, mas excepcionalmente, pode a Administração ter necessidade ou interesse na _____ de alguns de seus bens, caso em que deverá atender às exigências especiais impostas por normas superiores.
Assinale a alternativa que apresenta os termos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas acima.
a) alienação / utilização / conservação.
b) utilização / conservação / alienação.
c) permutação / alienação / utilização.
d) organização / reorganização / concessão.

e) destinação / vinculação / titulação.

---

24. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ

Considere que um servidor público tenha adquirido um bem público que estava sob sua administração. Nos termos do Código Civil brasileiro, o referido contrato é
a) nulo.
b) válido se adquirido em hasta pública.
c) válido se a administração do bem era direta.
d) válido se a administração do bem era indireta.

---

25. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do

O Governo do Estado do Maranhão decidiu constituir uma parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, com a finalidade de contratar a construção de um estabelecimento prisional e a prestação de serviços associados a esse estabelecimento. Para garantia do recebimento da contraprestação pecuniária pelo parceiro privado, um imóvel onde funciona uma escola pública estadual, de propriedade do Estado, foi transferido ao Fundo Garantidor de Parcerias do Estado do Maranhão, após autorização da Assembleia Legislativa. Uma vez construída a unidade prisional e iniciada a prestação dos serviços a ela associados, o Estado passou a atrasar o pagamento da contraprestação devida ao parceiro privado. Por conta da inadimplência, o parceiro privado ajuizou ação de execução da dívida estatal, pleiteando em juízo a penhora do imóvel em que está instalado o estabelecimento escolar. Em vista de tal situação, é correto afirmar que
a) por se tratar de bem imóvel, deveria ser solicitada a hipoteca e não a penhora, que é utilizada apenas para bens móveis e semoventes.
b) em razão da natureza autárquica do Fundo, é impossível a penhora de bens de seu domínio.
c) a transferência do imóvel para o Fundo Garantidor é nula, visto que deveria ter ocorrida a prévia desafetação do bem.
d) em face da transferência para o Fundo Garantidor, o imóvel tornou-se bem de natureza particular, o que possibilita a sua constrição judicial para satisfação da dívida.
e) quaisquer bens pertencentes ao Estado e às entidades por ele controladas são impenhoráveis e, portanto, o pedido de penhora deve ser negado.

---

26. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do

Em janeiro de 1993, Maurício Quevedo passou a residir em terreno urbano que lhe fora vendido “de boca” por outro posseiro antigo, ali construindo sua residência, um barraco de aproximadamente setenta metros quadrados, ocupando dois terços do terreno assim adquirido. Em janeiro deste ano, Maurício procurou aconselhar-se com advogado, que verificou a situação dominial do terreno, constatando tratar-se de propriedade registrada em nome do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Diante de tal situação, o referido posseiro
a) deve solicitar à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a declaração de aforamento do imóvel, passando a recolher o foro anual.

b) faz jus à usucapião do terreno, visto que se trata de imóvel particular da entidade autárquica.
c) não possui direito subjetivo de permanecer no imóvel, pois o princípio da boa-fé não é oponível ao interesse público.
d) tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que comprove não ser proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.
e) deve requerer ao INCRA a abertura de processo de legitimação de posse, visto tratar-se de ocupante de terra devoluta.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO

As Escolas Municipais do Município de Alumínio são
a) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
b) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
c) bens dominicais e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
d) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.
e) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.

---

28. 2016/FAFIPA/CÂMARA DE CAMBARÁ

Assinale a alternativa que possui um exemplo de bem de uso especial, segundo entende a doutrina administrativista.
a) Praças.
b) Edifício de repartição pública.
c) Florestas.
d) Terras devolutas.

---

29. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor

É indispensável a autorização legislativa para a extinção, mediante alienação judicial, de condomínio indivisível que possua fração ideal constituída por bem dominical.

( ) Certo ( ) Errado.

---

30. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os bens públicos sob a perspectiva do direito administrativo pátrio.
a) Os bens públicos não são bens de qualquer natureza, porque na categoria de bens públicos se inserem os bens corpóreos, como móveis, imóveis ou semoventes, excluindo-se os incorpóreos, como créditos, direitos e ações.
b) A propósito da titularidade dos bens públicos, há uma particularidade a destacar, os titulares não são as pessoas jurídicas públicas, e sim os órgãos que as compõem, como o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público.
c) São bens municipais aqueles localizados em seu território e que constituam as terras devolutas necessárias à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e os terrenos de marinha e seus acrescidos.

d) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
e) Os bens dominicais são aqueles que se destinam à utilização geral pelos indivíduos, podendo ser federais, estaduais ou municipais, neles prevalecendo o sentido de destinação pública, pela utilização efetiva destes pelos membros da coletividade.

---

31. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador

Um Município, devidamente autorizado pelo Legislativo local, lavrou escritura de doação de um terreno em favor do Estado para que lá fosse construído o novo Fórum da Comarca. O Ministério Público ajuizou ação civil pública questionando o negócio jurídico, sob o fundamento de que o terreno era originário de área institucional de loteamento e que o Município demandava prioritariamente a construção de uma creche ou unidade escolar.
Em relação ao ajuizamento da ação e ao exame a ser promovido pelo Judiciário,
a) a ação civil pública não seria cabível, porque foi questionada a legalidade do ato, sendo aquela medida adequada para exame de mérito da atuação da Administração pública.
b) insere-se no âmbito do controle exercido pelo Ministério Público, que pode se valer da ação civil pública para suprir a Administração pública na tomada de decisão que melhor atenderia ao interesse público, não obstante ambas destinações fossem possíveis.
c) não se identifica perspectiva de procedência da ação, tendo em vista que a decisão acerca da construção de um equipamento público insere-se em competência essencialmente discricionária da Administração pública.
d) há de ser julgada procedente a ação civil pública, tendo em vista que houve a desafetação da área com a doação, que assim passou a ser bem dominical.
e) inexiste fundamento para o ajuizamento da ação, que se mostra formalmente inadequada, tendo em vista que não se trata de tutela de bens patrimoniais, mas sim discussão sobre políticas públicas, o que não compete ao Judiciário.

---

32. 2016/CESPE/TJ-DF/Juiz de Direito

Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.
a) Os bens privados do Estado, que não se submetem ao regime jurídico de direito público, são aqueles adquiridos de particulares por meio de contrato de direito privado.
b) Bens dominicais são aqueles que podem ser utilizados por todos os indivíduos nas mesmas condições, por determinação de lei ou pela própria natureza do bem.
c) Os bens de uso especial do Estado são as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou não, que a administração utiliza para a realização de suas atividades e finalidades.
d) Os bens de uso comum não integram o patrimônio do Estado, constituindo coisas que não pertencem ao ente público ou a qualquer particular, não sendo passíveis, portanto, de aquisição por pessoa física ou jurídica.
e) Os bens dominicais são aqueles pertencentes ao Estado e afetados a uma finalidade específica da administração pública.

---

33. 2016/TRF- 3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta. São bens da União:

I – O mar territorial, entendido como uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.

II – Os recursos naturais da plataforma continental, entendida como o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de cento e cinquenta milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.

III – Os recursos naturais da zona econômica exclusiva, entendida como uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.

Estão corretas:

a) I, II e III;
b) I e III;
c) II e III;
d) Apenas III.

1.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis

1. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os cargos, empregos e funções públicas, da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, bem como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

---

2. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador

Assinale a alternativa CORRETA:

a) O exercício do cargo terá início no primeiro dia útil após a data da posse, podendo, tal prazo, ser prorrogado uma única vez, por no máximo 15 (quinze) dias, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente para a prática do ato de provimento.

b) O exercício de cargo em comissão não exigirá de seu ocupante integral dedicação ao trabalho, podendo o servidor ser convocado a qualquer tempo, mediante juízo de conveniência e oportunidade por parte da Administração Pública Municipal.

c) A cessão do servidor público para outro órgão dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá ocorrer, desde que sem prejuízo dos vencimentos do servidor cedido, cabendo a decisão a Administração Pública Municipal a qual o servidor encontra-se vinculado.

d) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo quando invalidada a sua demissão em virtude de decisão judicial ou administrativa e será feita no cargo anteriormente ocupado pelo servidor, ou, se transformado, no cargo resultante da transformação. Na hipótese de extinção do cargo o servidor reintegrado será colocado em disponibilidade.

---

3. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

De acordo com as disposições sobre servidores públicos constantes da Constituição Federal de 1988, afirma-se corretamente que
a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, inclusive para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
c) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
d) serão estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
e) a proibição de acumular cargos não abrange servidores ou empregados de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

---

4. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público. Várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.

É CORRETO afirmar que recondução é o/a
a) ato administrativo que materializa o provimento originário.
b) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.
c) retorno do servidor que tenha estabilidade ao cargo que ocupava anteriormente, por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
d) forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

---

5. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Sobre provimento e deslocamento de cargo público, é INCORRETO afirmar:
a) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava e do qual foi ilegalmente desligado.
b) Readaptação é o retorno do servidor inativo à atividade quando for constatada por perícia médica a insubsistência dos motivos da aposentadoria.
c) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi nomeado.
d) Aproveitamento é o retorno de servidor estável, que se encontrava em disponibilidade, ao mesmo cargo que ocupava ou equivalente em atribuições e vencimentos.
e) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, vago ou

ocupado, para outro órgão ou ente vinculado a um mesmo Poder.

---

6. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

É obrigatória a aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos e empregos públicos efetivos. Trata-se da realização do princípio da igualdade de acesso ao serviço público. Com base nesse enunciado, indique a afirmação CORRETA:
a) Limites de idade, sexo, altura e capacitação profissional devem ser estabelecidos em regulamento do concurso e não apenas no edital.
b) Para que o candidato possa fazer jus às vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas precisam necessariamente causar dificuldades no desempenho das funções do cargo disputado, em função da aplicação do princípio da congruência.
c) O princípio da igualdade de gênero impede que o edital de concurso público preveja a participação apenas de concorrentes de determinado sexo.
d) Conflita com o princípio da razoabilidade a eleição, como critério de desempate, do desempenho profissional anterior, relacionado com a titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso.

---

7. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se
a) ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.
b) ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.
c) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.
d) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.
e) ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

---

8. 2018/FUNDATEC/AL-RS/Procurador

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que:
a) O servidor público detentor de cargo em comissão poderá tornar-se estável no serviço público.
b) O servidor público efetivo será estável após o ato de nomeação.
c) O servidor público estável, por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possui as garantias de efetividade.
d) O servidor público efetivo está sujeito às regras de disponibilidade.
e) O artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias abrange os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Jurídico

Um técnico de enfermagem (nível médio) prestou concurso público e, tendo sido aprovado, tomou posse no cargo de enfermeiro, passando a integrar o quadro

de pessoal da Administração municipal. Somente quatro anos depois da entrada em exercício do técnico, a área de recursos humanos do Município identificou que o certificado de conclusão de curso por ele apresentado por ocasião de sua posse não comprovava o preenchimento de requisito legal essencial para investidura no cargo público de enfermeiro. Considerando que o edital do concurso público expressamente indicava como condição para posse a apresentação de certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem, a municipalidade deverá

a) cautelarmente afastar o servidor do exercício do cargo e, independentemente de processo administrativo ou judicial específico, exonerá-lo pela ausência de boa-fé.

b) de ofício, instaurar processo administrativo disciplinar com vistas à demissão do técnico de enfermagem, por ausência de aptidão técnica específica para desempenho do cargo público.

c) instaurar processo administrativo com vistas à invalidação do ato administrativo de nomeação e posse do servidor que não comprovou o preenchimento de requisito específico para investidura naquele cargo público.

d) provocar a Procuradoria Jurídica do Município para representá-la judicialmente em ação declaratória de inexistência de relação jurídica administrativa entre a municipalidade e o servidor, que não fará jus a indenização se reconhecida, em juízo, sua má-fé.

e) instaurar processo administrativo com vistas à revisão da avaliação periódica de desempenho do servidor, ao final do qual, se comprovada ausência de má-fé e desempenho excepcional pelo servidor, poderá ser fundamentadamente convalidado o ato administrativo de sua nomeação e posse.

---

10. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Estevão Artacho, candidato em concurso público para a carreira policial, foi considerado inapto por exame médico oficial, realizado em 24 de março de 2017, pela constatação de que sofria de sopro no coração, isto é, uma alteração nas válvulas coronárias. Por essa razão, não pôde tomar posse na data marcada para a investidura dos candidatos, 11 de abril de 2017. Inconformado, Estevão ajuizou ação ordinária, questionando o ato administrativo que o considerou inapto e pleiteou, a título de indenização, o valor correspondente aos vencimentos do cargo, computados desde a data fixada para a posse. Citada a Fazenda Estadual e contestada a pretensão, determinou-se realização de prova pericial, que constatou, por meio de exames mais detalhados, que se tratava de variedade benigna da anomalia, não impeditiva do exercício da função pública. O juiz prolatou sentença de procedência, no tocante ao pedido de empossamento no cargo público. No tocante à pretensão relativa à indenização, a sentença seguiu a jurisprudência dominante do STF, que dispõe que

a) não é devida indenização, salvo em situação de flagrante arbitrariedade do ato que impediu a posse.

b) a indenização é devida, computada desde a data em que deveria ter ocorrido a posse.

c) tal pretensão deve ser deduzida em ação própria.

d) a indenização é devida, computada desde a data do ajuizamento da ação.

e) a indenização é devida, computada desde a data da citação da Fazenda Pública.

---

11. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Pedro, servidor aposentado da Câmara Municipal de Belo Horizonte por motivo de invalidez, após submissão à nova perícia por junta médica competente, obteve parecer declarando insubsistente o motivo determinante da aposentadoria, sendo atestada sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo. Diante do parecer emitido, Pedro decidiu formalizar pedido para retorno ao cargo. Considerando o caso hipotético descrito, indique a alternativa correta.

a) Caso o cargo se encontre provido, Pedro exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.

b) A reversão será feita para qualquer cargo da carreira daquele ocupado pelo servidor à época da aposentadoria.

c) O servidor terá o prazo de trinta dias úteis, contado da publicação do ato de reversão, para entrar em exercício.

d) O servidor que retornar à atividade após a cessação do motivo que causou sua aposentadoria por invalidez terá direito à contagem do tempo relativo ao período de afastamento para fins de ascensão funcional.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) O prazo de validade de concurso público é de dois anos, prorrogável até o preenchimento de todos os cargos pelos candidatos aprovados.

b) A sujeição do candidato a cargo público a exame psicotécnico fica a critério discricionário da Administração.

c) Em concurso público, é possível limitar a idade dos candidatos quando esta limitação se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

d) O vencimento dos servidores pode ser determinado por lei ou ser objeto de convenção coletiva.

e) É possível a vinculação do reajuste de vencimento de servidores estaduais e municipais a índices federais de correção monetária.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a respeito de concursos públicos.

I. Existindo previsão em edital, as provas de títulos poderão ter natureza eliminatória ou classificatória.

II. Candidato condenado em ação penal, ainda que não transitada em julgado, poderá ser excluído do certame na fase de investigação social.

III. O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.

IV. Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo em razão de conteúdo que afronte valores constitucionais.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) II e IV.

e) III e IV.

---

14. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

São previstos em lei três casos nos quais é possível o acúmulo de cargos públicos remunerados. Com relação a esses casos, analise as afirmativas e assinale V para a(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s).
( ) Dois cargos de professor.
( ) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
( ) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
Qual é a sequência correta?

a) F; F; F.
b) F; F; V.
c) V; F; V.
d) V; V; F.
e) V; V; V.

---

15. 2017/FMP-CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

De acordo com o atual panorama interpretativo verificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar sobre o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas disciplinado pelo certame de que participou:
a) O cadastro reserva revela-se por si como medida inidônea para o aproveitamento dos candidatos aprovados durante a validade do concurso.
b) Os aprovados dentro do cadastro reserva não têm expectativa de direito à nomeação, muito menos direito subjetivo a serem chamados para o preenchimento da vaga.
c) Incumbe à Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade exercido de forma livre, avaliar a conveniência e a oportunidade de novas convocações durante a validade do certame.
d) O direito subjetivo à nomeação do candidato surge, dentre outras hipóteses, quando, ao surgirem novas vagas ou ao ser aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, ocorre a preterição de candidatos de forma justificada e motivada por parte da Administração.
e) Demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, não pode a Administração deixar transcorrer o prazo de validade a seu bel prazer para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido.

---

16. 2017/FMP-CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à acumulação de cargos públicos.
a) O teto remuneratório é aplicável ao conjunto das remunerações ou ao somatório dos ganhos percebidos de forma cumulativa.
b) A proibição constitucional de acumular estende-se apenas a empregos e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.
c) Há vedação legal no ordenamento jurídico vigente quanto à acumulação de cargos públicos em entidades ou órgãos situados em unidades distintas da Federação.
d) A existência de norma jurídica que estipula limitação de jornada semanal dos cargos a serem acumulados constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista na Constituição.

e) Nos casos de acumulação autorizados pelo texto constitucional, deve-se levar em conta, para a aplicação do teto remuneratório, separadamente cada um dos vínculos formalizados.

---

17. 2017/VUNESP/TJ-SP /Juiz de Direito

Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser
a) demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
b) exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
c) exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
d) demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.

---

18. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que
a) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
b) seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
c) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.
d) poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

---

19. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.
Suponha-se que Pedro tenha tomado posse em seu primeiro cargo público em 5 de março de 2010. Em 6 de março de 2012, tomou posse em seu segundo cargo efetivo, requerendo vacância do primeiro. No entanto, Pedro foi reprovado no estágio probatório deste último cargo. Nessa hipótese, Pedro não preencherá os requisitos para ser reconduzido ao cargo público efetivo anterior.

( ) Certo ( ) Errado

---

20. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Rafael Da Vinci foi nomeado Delegado de Polícia Federal e, ao fim do período de estágio probatório, foi reprovado na avaliação de desempenho e exonerado do cargo. Inconformado, ajuizou ação visando anular o processo administrativo que

culminou em sua exoneração. Nesse ínterim, prestou concurso para Delegado de Polícia Estadual, sendo aprovado e empossado no referido cargo. Sobreveio, então, decisão definitiva na ação judicial por ele ajuizada, anulando o ato expulsório. Neste caso,
a) por força de efeito ope judicis, a nomeação e posse no cargo de Delegado de Polícia Estadual tornam-se, automaticamente, insubsistentes.
b) trata-se de situação em que haverá a recondução de Rafael no cargo de Delegado da Polícia Federal, gerando a vacância do cargo de Delegado de Polícia Estadual.
c) a ação proposta deveria ter sido extinta, por falta de interesse de agir, pois ao assumir outro cargo público, Rafael violou o princípio nemo potest venire contra factum proprium.
d) para ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, Rafael deverá requerer a exoneração do cargo de Delegado de Polícia Estadual.
e) Rafael deverá ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, ainda que deseje permanecer no cargo estadual, por força do efeito vinculante da coisa julgada.

---

21. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador Jurídico

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.
a) A previsão no Edital é suficiente para se exigir exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público.
b) O Poder Judiciário possui competência para, no controle de legalidade, avaliar as respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas.
c) É admitida a aplicação da teoria do fato consumado para legitimar a permanência em cargo público de candidato que o ocupe por longo período com base em decisão liminar.
d) O servidor público desviado de suas funções, após a promulgação da Constituição, não pode ser reenquadrado.
e) A candidata não possui o direito à remarcação do exame físico caso comprovado que a sua gravidez ocorreu após o início do certame, mesmo que o direito não esteja no Edital.

---

22. 2017/COVEST/UFPE/AUDITOR (ADAPTADA)

Assinale a alternativa que não representa uma forma de provimento dos cargos públicos, conforme legislação:
a) Nomeação.
b) Promoção.
c) Reaproveitamento.
d) Reversão.
e) Recondução.

---

23. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Antônio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Passados seis meses da aplicação da sanção disciplinar, Antônio reuniu novas provas que firmaram de forma incontestável sua inocência em relação aos fatos que deram azo à sua condenação e levaram à invalidação de sua demissão, administrativamente.
Instado a exarar parecer sobre a reintegração do servidor, o Procurador da

ALERJ opina, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pelo:
a) indeferimento da reintegração, pois tal forma de provimento derivado de cargo público somente pode ser determinada por meio de decisão judicial.
b) indeferimento da reintegração, diante da formação da coisa julgada material administrativa no momento em que o processo administrativo disciplinar originário transitou em julgado para as partes.
c) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens.
d) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com efeitos ex nunc, ou seja, sem ressarcimento de vantagens pretéritas.
e) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua colocação em disponibilidade para ser aproveitado no primeiro cargo que vagar com atribuições e remuneração compatíveis com seu cargo originário, sem ressarcimento de vantagens pretéritas.

---

24. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Ricardo foi aprovado em 12º lugar no último concurso público para determinado cargo efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo que, para tal cargo, foram oferecidas no edital apenas 10 vagas. Os 10 primeiros classificados foram convocados, nomeados e empossados. Ricardo obteve documentação que comprovou que a Casa Legislativa, após a homologação do resultado final do concurso público, contratou precariamente, como ocupantes de cargos em comissão, cinco servidores não concursados que, de fato, vêm exercendo as mesmas funções afetas ao cargo efetivo para o qual foi aprovado.
Instado a se manifestar pelo Presidente do Parlamento Estadual em processo administrativo iniciado por requerimento de Ricardo que pleiteia sua imediata nomeação, Procurador da ALERJ emite parecer, baseado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido do:
a) deferimento parcial do pleito de Ricardo, pois o candidato aprovado em concurso público, ainda que fora do número de vagas, ostenta o direito público subjetivo de ser nomeado nos mesmos moldes daqueles que lhe preteriram, de maneira que Ricardo deve ser nomeado para cargo em comissão.
b) deferimento do pleito de Ricardo com a nomeação para o cargo efetivo, pois a mera expectativa de nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas convolou-se em direito líquido e certo diante da contratação de pessoal de forma precária, dentro do prazo de validade do certame.
c) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito público subjetivo à nomeação o candidato aprovado fora do número de vagas, que mantém a mera expectativa de direito, ainda que haja contratação de pessoal sem concurso público no período.
d) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito líquido e certo à nomeação o candidato aprovado fora do número de vagas, ainda que haja a contratação de servidores temporários mediante processo seletivo especial.
e) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito líquido e certo à nomeação

o candidato aprovado fora do número de vagas oferecidas no edital, ainda que novas vagas sejam posteriormente criadas.

---

25. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/CÂMARA DE SANTA ROSA-RS/Procurador

Sobre a Contratação Temporária podemos dizer que:
Considera-se necessidade Temporária de excepcional interesse público: Assinale a alternativa CORRETA.

a) Admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão de ensino instituições federais.
b) Admissão de professores estrangeiros que tenham título de doutor por pelo menos 2 anos, ser docente ou pesquisador.
c) Admissão de professor e pesquisador estrangeiro; professor substituto e professor visitante.
d) Nenhuma das alternativas.

---

26. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA-RJ/Procurador

Ao servidor investido em mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:
a) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
b) o servidor investido em mandato eletivo ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
c) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
d) no caso de afastamento do cargo, o servidor não contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.
e) tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, não ficará afastado do cargo.

---

27. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador Legislativo

Considere que um servidor público efetivo da Câmara Municipal de Aracruz/ES receba remuneração mensal no valor de R$ 1.500,00 composta de: 1) R$ 1.000,00 (vencimento básico); 2) R$ 200,00 (relativos a dois quinquênios); 3) R$ 300,00 (adicional de produtividade). Baseado estritamente no que dispõe a Constituição Federal relativamente aos acréscimos pecuniários devidos aos servidores públicos, supondo que o servidor faça jus ao terceiro quinquênio, pode-se deduzir que a próxima remuneração do servidor será de:
a) R$ 1.600,00.
b) R$ 1.620,00.
c) R$ 1.630,00.
d) R$ 1.650,00.

---

28. 2016/IDECAN/ CÂMARA DE ARACRUZ-ES /Procurador Legislativo

Nos termos das formas gerais de provimento de cargo público, marque aquela que, por raciocínio lógico, promova a vacância simultânea de outro cargo público.
a) Promoção.
b) Nomeação.
c) Reintegração.
d) Aproveitamento.

---

29. 2016/UFMT/DPE-MT/Defensor Público

Quanto ao servidor público, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, após a estabilidade,
a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo vedado seu aproveitamento em outro cargo público.
b) será exonerado ad nutum, sem direito à remuneração.
c) será obrigatoriamente exonerado, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.
d) será obrigatoriamente demitido, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.
e) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo público.

---

30. 2016/FAFIPA/CÂMARA DE CAMBARÁ-PR/Procurador Jurídico

São estáveis, após determinado período de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Qual é o período CORRETO em que o servidor alcança estabilidade?
a) 1 ano.
b) 3 anos.
c) 5 anos.
d) 7 anos.

---

31. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

A regra do concurso público consubstancia norma jurídica realizadora, entre outros, dos princípios da isonomia e da impessoalidade, assegurando a liberdade de oportunidades iguais de acesso ao serviço público. Nesse domínio, segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:
a) Admite-se a exigência de aprovação em exame físico para preenchimento de cargo público, desde que claramente previsto em lei e pautado em critérios objetivos, de sorte que a prova de aptidão física pode consistir em etapa eliminatória do concurso, representando condição para a matrícula do candidato no curso de formação profissional.
b) À vista das prementes necessidades de redução da máquina administrativa e de reorganização das finanças públicas, à Administração Pública é lícito providenciar o recrutamento de servidores por meio de contratação precária para exercer as funções do cargo para o qual ainda existam candidatos aprovados aguardando a nomeação, porquanto a contratação temporária não equivale ao reconhecimento da existência de vaga em aberto.
c) A homologação final do concurso implica perda do objeto da ação proposta com a finalidade de questionar uma das etapas do certame.
d) A mera desistência de candidato classificado dentro do número de vagas previsto não rende ensejo à nomeação de candidato inicialmente aprovado em colocação além do número de vagas previstas no edital.

---

32. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:
a) Todo cargo público tem função, posto ser inaceitável que alguém ocupe um lugar na Administração que não tenha a

predeterminação das atribuições do servidor.
b) A expressão emprego público é utilizada para identificar a relação funcional trabalhista, ressaltando-se que o empregado público tem função, mas não ocupa cargo.
c) É possível a instituição de cargo público com funções aleatórias ou indefinidas, desde que legalmente justificado pelo interesse público.
d) Quadro funcional consiste no conjunto de carreiras, cargos isolados e funções públicas, remuneradas, integrantes de uma mesma pessoa federativa ou de seus órgãos internos.

---

33. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

O Prefeito do Município de Paulínia abre concurso público para o preenchimento de cargos de médicos e dentistas sob o regime estatutário. Em resposta à consultoria jurídica, sobre o concurso público a ser realizado, analise as afirmativas a seguir.
I. É possível a sujeição dos candidatos a exame psicotécnico, ainda que lei municipal não exija.
II. É possível que a seleção seja feita exclusivamente com base nos títulos dos candidatos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo.
III. Nos termos da CRFB/88, 15% (quinze por cento) dos cargos devem ser reservados às pessoas portadoras de deficiência.
Está incorreto o que se afirma em
a) I, apenas.
b) III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

---

34. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

A recondução consiste:

a) Na permuta de cargos públicos por servidores da mesma esfera do governo.
b) Em encaminhar o servidor público em estágio probatório para outra atividade que apresente mais aptidão para trabalhar.
c) No retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado por ele.
d) Na possibilidade de, durante o estágio probatório, exercer um cargo público com gratificação.

---

35. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável:
a) Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço até o seu aproveitamento em outro cargo.
b) Será exonerado, mediante justa e certa indenização.
c) Ficará em disponibilidade aguardando seu aproveitamento em outro cargo, com a sua remuneração suspensa.
d) Deverá ser reconduzido imediatamente a outro cargo público.

---

36. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Determinado Município aprovou no ano de 2015, uma lei, efetivando de maneira definitiva os servidores civis de uma empresa pública da Administração, que em 1988, embora não concursados, contavam nesta ocasião com mais de cinco anos

ininterruptos no cargo. Com referência a esta norma, é correto arguir:
a) É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional não foi prevista pelo constituinte originário para a administração direta e indireta.
b) É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional para servidores públicos não abrange empresas públicas e sociedades de economia mista.
c) É uma regra constitucional que visa assegurar o princípio do não retrocesso, a fim de evitar enriquecimento ilícito ao Estado.
d) É uma regra constitucional, pois todos os servidores públicos não concursados tanto da União como de Estados e Municípios, com mais de cinco anos ininterruptos no cargo, em 1988, ganharam automaticamente a proteção constitucional da estabilidade.

---

37. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Indique a alternativa incorreta:
a) É exigência constitucional a instituição pelos diversos entes federados de planos de carreira para os servidores de suas respectivas administrações, diretas, autárquicas e de fundações públicas.
b) Todos os servidores públicos têm o direito constitucional à realização de greve, ainda que se trate de comando carente de regulamentação.
c) Quando o vínculo trabalhista estabelecido entre o Poder Público e o servidor for de natureza estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum.
d) Todas as servidoras públicas, inclusive as ocupantes de cargo em comissão, possuem estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa.

---

38. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Indique a alternativa incorreta:
a) Os servidores públicos aposentados estatutários e seus pensionistas estarão sujeitos à contribuição previdenciária incidente nos seus proventos, apenas sobre a quantia que ultrapassar o limite máximo dos pagamentos feitos pelo regime geral de previdência social.
b) Os cargos públicos podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração e não dependem de concurso público. Já, as funções de confiança obrigatoriamente devem ser exercidas por servidores de cargos efetivos.
c) O servidor público efetivo tem direito adquirido à manutenção do seu regime jurídico, previsto no edital do concurso que prestou, o qual não poderá ser alterado unilateralmente pela Administração.
d) A nomeação em cargo público de provimento efetivo é a única forma de provimento originário atualmente compatível com a Constituição Federal, a qual gera direito subjetivo de posse.

---

39. 2016/CONSULTEC/PREFEITURA DE ILHÉUS-BA/Procurador

Quanto à remuneração e aos subsídios dos agentes públicos e políticos municipais, é incorreto afirmar:
a) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
b) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos municipais não poderão exceder o subsídio mensal do Governador.
c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
d) O detentor de mandato eletivo e os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
e) Os secretários municipais, apesar de não serem detentores de mandatos eletivos, são considerados agentes políticos.

---

40. 2016/TRF-4ª REGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz Federal

Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de 2ª (segunda) chamada, nos testes de aptidão física, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo contrária disposição editalícia.
b) É constitucional a regra denominada "cláusula de barreira", inserida em edital de concurso público, que limita o número de candidatos participantes de cada fase da disputa, com o intuito de selecionar apenas os concorrentes mais bem classificados para prosseguir no certame.
c) É possível a exigência de teste psicotécnico como condição de ingresso no serviço público, desde que haja lei emanada do Poder Legislativo competente e previsão no edital regulamentador do certame.
d) É possível a fixação de limite etário para a inscrição em concurso público para ingresso na carreira de policial, desde que a referida discriminação seja estabelecida por lei e justificada pela natureza das atribuições do cargo a preencher.
e) É nula e sem efeitos jurídicos válidos a contratação de pessoal pela Administração Pública sem observância de prévia aprovação em concurso público, salvo as hipóteses excepcionadas pela própria Constituição, ressalvado o direito às verbas indenizatórias, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado à custa dos serviços efetivamente prestados pelo trabalhador.

---

41. 2016/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, nos termos da Constituição da República e da Lei n° 8.112/90, é correto afirmar que:

a) São formas de provimento de cargo público previstas na Lei n° 8.112/90, na sua redação atual, entre outras: nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão e reintegração.
b) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício; como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
c) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, obrigatoriamente, até a ocorrência de vaga, vedado o seu aproveitamento em outro cargo.
d) Ao servidor é expressamente proibido manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, em qualquer grau civil.
e) Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

---

42. 2016/ TRT-2ª REGIÃO / TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho (ADAPTADA)

Em relação ao direito de sindicalização e ao direito de greve dos servidores públicos analise as seguintes proposições:
I- O Brasil ratificou a Convenção n° 151 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, promulgando-a. Segundo tal Convenção, que, no Brasil, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quanto os servidores públicos no plano federal, regidos pela Lei n° 8.112/90, e os servidores públicos nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos, "Os trabalhadores da Administração Pública devem usufruir, como os outros trabalhadores, dos direitos civis e políticos que são essenciais ao exercício normal da liberdade sindical, com a única reserva das obrigações referentes ao seu estatuto e à natureza das funções que exercem".
II- O Brasil ratificou a Convenção n° 98 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, promulgando-a. Segundo tal Convenção, que, no Brasil, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quanto os servidores públicos no plano federal, regidos pela Lei n° 8.112/90, e os servidores públicos nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos, "Os trabalhadores

deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego".
III- A Lei n° 8.112/90, na sua atual redação, dispondo acerca do direito à livre associação sindical dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assegura ao servidor público civil, como decorrência do direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal, o direito de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido.
IV- A Lei n° 8.112/90, na sua atual redação, dispondo acerca do direito à livre associação sindical dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assegura ao servidor público civil, como decorrência do direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal, o direito de negociação coletiva.
V - Aos servidores civis da segurança pública, assim compreendidos os servidores integrantes dos órgãos da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal e das polícias civis, não é constitucionalmente proibida a greve. Porém, já há entendimento do STF contrário a essa afirmação.
Responda:
a) Somente as proposições I,II e III estão corretas.
b) Somente as proposições I,III e V estão corretas.
c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II,IV e V estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

43. 2016/TRT-3ª REGIÃO/TRT-3ª REGIÃO (MG)/Juiz do Trabalho (ADAPTADA)

Sobre o regime geral dos servidores públicos federais, analise as assertivas abaixo:
I. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a servidora terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar ao cargo que ocupava antes de seu afastamento.
II. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de será de 30 (trinta) dias.
III. No caso de aborto espontâneo, a servidora terá 30 (trinta) dias de repouso remunerado.
IV. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada.
V. O aborto, mesmo que espontâneo, não dá direito à licença remunerada, em hipótese nenhuma.
Assinale a proposição correta:
a) Todas as afirmativas estão incorretas.
b) As afirmativas II, III e IV estão corretas e as demais incorretas.
c) As afirmativas I, IV e V estão corretas e as demais incorretas.
d) Somente a afirmativa I está correta, todas as demais afirmativas estão incorretas.
e) Somente a afirmativa II está correta, todas as demais afirmativas estão incorretas.

44. 2015/CS-UFG/PREFEITURA DE GOIÂNIA-GO/Procurador

M. é servidora da Prefeitura de Goiânia desde julho de 2014, sendo este seu primeiro emprego, pois tem apenas 22 anos de idade. M. é casada com D., de 25 anos, desde novembro de 2012, sendo que deste relacionamento nasceu A. em janeiro de 2014. Considerando a situação hipotética, ocorrido o óbito de M. em outubro de 2015, tem direito a pensão por morte, nos termos da Lei 8112/1990:
a) A., até completar 18 anos de idade.
b) A., até completar 21 anos de idade e D., de forma vitalícia.
c) A., até completar 21 anos de idade e D., durante quatro meses.
d) A., até completar 18 anos de idade e D., durante seis anos.

45. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador Jurídico

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes fatores.
a) pontualidade e ausência de penalidades.
b) eficiência no trabalho e capacidade de iniciativa.
c) correção de atitudes e desempenho satisfatório no cargo.
d) probidade administrativa e retidão funcional.

46. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador Jurídico

Pessoas naturais que prestam serviços para a Administração Pública, com ou sem remuneração, sem vínculo empregatício, são denominadas:
a) agentes públicos contratados por tempo determinado.
b) agentes prestadores de serviços autônomos.
c) particulares em colaboração com o Poder Público.
d) agentes públicos temporários.

47. 2015/CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ Procurador

Assinale a opção correta acerca dos agentes políticos e do regime jurídico único dos servidores públicos.
a) A aposentadoria compulsória de servidor público de qualquer esfera federativa ocorre aos setenta e cinco anos de idade do servidor, que passa a receber proventos integrais.
b) É constitucional a majoração da carga horária de trabalho sem a correspondente majoração dos vencimentos ou dos subsídios dos ocupantes de cargos e empregos públicos.
c) Nos termos da CF, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não devem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
d) Por força do princípio da simetria, o teto remuneratório dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta nos municípios é o subsídio pago ao juiz de direito da comarca em que se localiza o município.
e) O subsídio de vereadores será fixado em lei pela respectiva câmara em cada legislatura para a subsequente, devendo

ser respeitado o valor limite de 75% do subsídio percebido pelos deputados federais.

---

48. 2015/FCC/TRT-15ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Ivani, servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo, considerando o amplo conhecimento detido na área de gestão de recursos humanos, foi convidada para coordenar um programa de capacitação e aperfeiçoamento de servidores de determinado Estado da federação. De acordo com o regime jurídico a que se submete, estabelecido na Lei nº 8.112/90, referida servidora poderá

a) ser nomeada para cargo em comissão federal e colocada à disposição do Estado interessado, sem ônus para o cessionário.

b) ser colocada em disponibilidade remunerada e cedida, sem ônus, para o Estado interessado, mediante convênio.

c) ter o seu cargo transferido, em caráter temporário, para o Estado interessado, mantidas as condições remuneratórias originais.

d) solicitar readaptação para ser nomeada em cargo efetivo junto ao Estado interessado, desde que presentes os mesmos requisitos de investidura do cargo de origem.

e) ser cedida para o Estado interessado para exercer cargo em comissão ou função de confiança, com ônus para o ente cessionário.

---

49. 2015/ESAF/PGNF/Procurador da Fazenda Nacional

Analise as seguintes situações:

(I) Aurélio, servidor público aposentado por invalidez, retornou à ativa após perícia médica constatar a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentação.

(II) Dionísio, servidor estável, retornou ao serviço público após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.

(III) Clélia, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em virtude da extinção do cargo que ocupava.

(IV) Porfírio, reprovado no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeado, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Essas hipóteses de provimento derivado são, respectivamente:

a) (I)aproveitamento; (II) reintegração; (III) reversão; (IV) recondução.

b) (I) reversão; (II) reintegração; (III) aproveitamento; (IV) recondução.

c) (I) readmissão; (II) reversão; (III) transposição; (IV) aproveitamento.

d) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) transposição.

e) (I) readmissão; (II) transposição; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

---

50. 2015/FCC/TRT-23ªREGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

Benjamin é um professor francês que veio ao Brasil ministrar algumas palestras como convidado na Universidade Federal de determinado Estado da Federação, em um importante evento da área agro científica. Após conhecer as possibilidades de pesquisas que poderiam ser desenvolvidas no país, interessou-se em permanecer definitivamente no Brasil, mas precisa saber se poderá exercer as atividades de pesquisador e professor para as quais possui capacitação. Nos termos da Lei no 8.112/1990 e da Constituição Federal,

a) as agências reguladoras existentes no país, em razão de sua proximidade com o mercado privado e submissão ao regime jurídico típico das empresas privadas, têm autorização constitucional para contratação de profissionais e técnicos estrangeiros para áreas que reputem necessárias, a fim de capturar conhecimento técnico;
b) às universidades federais é facultado prover seus cargos com professores estrangeiros, na forma do que dispuserem as normas legais pertinentes, considerando, inclusive, o profícuo intercâmbio de conhecimento que essa possibilidade pode gerar;
c) somente as empresas estatais poderiam contratar estrangeiros, e desde que para provimento de cargos em comissão, tendo em vista que é necessária a nacionalidade brasileira para ocupar cargo público;
d) as empresas públicas e fundações, pessoas jurídicas de direito privado, podem preencher empregos públicos com professores e técnicos estrangeiros, dispensada a submissão a prévio concurso público, porque é possível manter a vinculação daquele com a universidade internacional onde exerce suas funções;
e) em função do princípio da reciprocidade e da isonomia, é facultado ao estrangeiro demonstrar que os requisitos legais elencados na legislação brasileira para provimento de cargo público são atendidos pelo estrangeiro em seu país natal, comprovando o implemento das condições pela juntada de documentos e atestados comprobatórios devidamente traduzidas para a língua portuguesa.

---

51. 2015/FCC/TRT-23ªREGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

A compatibilização entre os dispositivos constitucionais que estabelecem a obrigatoriedade de concurso público de provas, ou de provas e títulos, para provimento de cargo ou emprego público e aquele que assegura o direito de greve ao servidor, nos termos de lei específica, leva, dentre as conclusões possíveis e cotejando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, ao entendimento de que
a) o Supremo Tribunal Federal deve legislar sobre o direito de greve dos servidores estatutários, em face da omissão legislativa declarada e do poder normativo originário atribuído também ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo quando do exercício de suas funções atípicas.
b) não é constitucionalmente reconhecido o direito de greve para os servidores públicos, celetistas ou estatutários, relativo a serviços públicos essenciais, tendo em vista que a legislação aplicável aos trabalhadores comuns não contém dispositivos sobre o tema, de forma que as greves deflagradas nesses setores serão obrigatoriamente ilegais.
c) enquanto não for editada lei específica para a categoria dos funcionários públicos ocupantes de cargo efetivo, as greves não são constitucionalmente autorizadas, não sendo, portanto, livre seu exercício, demandando prévia autorização judicial.
d) esse é o único exemplo constitucionalmente embasado de inobservância do princípio da igualdade, na medida em que aos empregados públicos é garantido o exercício do direito de greve, com base na legislação aplicável ao trabalhador comum, enquanto que aos funcionários públicos esse direito ainda

não produz efeitos, aguardando a edição de lei específica.
e) a omissão legislativa na regulamentação do direito de greve acarretava verdadeiro aniquilamento do direito constitucional, havendo fundamento para aplicação da legislação endereçada ao trabalhador celetista também ao servidor estatutário, com algumas ressalvas e estabelecidos parâmetros pela Corte, representando expressão do princípio da isonomia.

---

52. 2015/CEPERJ/PREFEITURA DE SAQUAREMA-RJ/Procurador

De acordo com a Constituição Federal, não podem ser estabelecidos critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime estatutário, salvo os casos de servidores:
a) portadores de deficiência.
b) de etnia negra.
c) com raiz indígena.
d) idosos com mais de setenta anos.
e) que prestem o serviço militar.

---

53. 2015/FCC/TCM-RJ/Procurador

Antônio Jorge prestou concurso de provas e títulos para ocupar cargo em autarquia estadual que atuava na área ambiental e de saneamento. Durante movimento de reforma administrativa, a comissão de governo formada para estudar as possíveis alternativas de reestruturação, com vistas a redução de despesas e ganho de eficiência, sugeriu que as atribuições da autarquia passassem a ser desempenhadas por sociedade de economia mista que já exercia atribuições de cunho ambiental na gestão de unidades de conservação. A autarquia, então, passaria a atuar exclusivamente na área de saneamento e a executar plano de expansão dessa área de abrangência, possibilitando, ainda, que todas as competências em matéria ambiental ficassem concentradas em apenas um ente. A comissão de governo, no entanto, ficou em dúvida sobre o equacionamento da situação dos servidores da autarquia. Diante da solução proposta para a reestruturação administrativa, os servidores da autarquia
a) que desempenhavam funções atreladas à competência ambiental poderão ser transferidos para o quadro da empresa estatal, passando a integrar a carreira em nível compatível com o anteriormente incorporado.
b) poderão ser exonerados dos cargos efetivos anteriormente ocupados e contratados, sob regime celetista, pela empresa estatal, em razão da natureza jurídica do ente, com dispensa de prévia realização de concurso público, diante do interesse público na transferência de vínculo.
c) não poderão ser transferidos para a empresa estatal, tendo em vista que é vedada a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público, salvo os casos de promoção, em relação aos cargos subsequentes escalonados.
d) poderão ser aproveitados na empresa estatal, exclusivamente para o desempenho das atribuições que desempenhavam e que foram transferidas para aquele ente, passando a integrar quadro específico e desatrelado do plano de carreira dos demais servidores.
e) deverão ser removidos ex officio, tendo em vista que há reconhecida necessidade e interesse público para que passem a desempenhar suas atribuições, ainda que

temporariamente, na empresa estatal que concentrará a competência ambiental.

---

54. 2015/FCC/TRT-1ª REGIÃO (RJ)/Juiz do Trabalho

Em relação ao exercício do cargo pelo servidor público, é hipótese de reversão quando:
a) por força de decisão judicial ou administrativa, é invalidada a demissão e a ocupação pelo servidor público estável do cargo anterior.
b) decorrente de inabilitação do servidor em estágio probatório relativo a cargo outro, há o retorno ao cargo antes ocupado.
c) a requerimento do interessado e no interesse da administração, o servidor público estável, ocupante de determinado cargo volta a ocupar cargo outro, para o qual já tenha sido aprovado em certame público.
d) por força de decisão judicial ou administrativa, é invalidada a demissão e a ocupação pelo servidor público estável do cargo resultante da transformação daquele ocupado no momento da demissão.
e) no interesse da administração, o servidor público estável, voluntariamente aposentado nos últimos 5 anos, voltar ocupar o mesmo cargo.

---

55. 2015/FCC/TCE-CE/Procurador

Depois de anos de trabalho na iniciativa privada no setor de tecnologia, Marinaldo foi convidado pelo Prefeito recém-eleito no último pleito, para assumir a direção do órgão responsável pelos contratos de informática, em uma fundação instituída pelo Município para atuar nessa área. Diante de sua notória experiência, Marinaldo foi contratado sem concurso público e passou a perceber, além dos regulares vencimentos, gratificação de responsabilidade, atribuída a todos os cargos e funções de direção no Município. Finda a gestão do prefeito que nomeou Marinaldo, a nova gestão entendeu por bem por em prática política de enxugamento das despesas públicas, determinando o corte de 20% dos cargos em comissão na Administração direta e de 30% na Administração indireta. Planeja, ainda, extinguir alguns entes integrantes da Administração indireta, em especial fundações municipais que desempenhem atividades passíveis de serem contratadas na iniciativa privada a menores custos. Diante desse cenário,
a) a Administração pública não poderá demitir Marinaldo sem justa causa, posto que, após três anos no cargo, ele adquiriu estabilidade e, um ano depois, vitaliciedade, sem prejuízo de poder ser submetido a processo administrativo para extinção do vínculo com a Administração Indireta.
b) o cargo de Marinaldo poderá ser colocado em disponibilidade, com percebimento integral de seus vencimentos e gratificações, vedada sua demissão antes do decurso de processo administrativo com observância do contraditório e ampla defesa.
c) considerando que Marinaldo ocupava cargo em comissão, o que não enseja estabilidade ou vitaliciedade, poderá ser livremente exonerado, ainda que a fundação na qual exerça suas funções não seja extinta pela Administração central.
d) poderá Marinaldo ser exonerado caso a fundação onde ocupa cargo em comissão seja regularmente extinta, posto que, nesse caso, não incide a vitaliciedade que

protege o servidor no caso de cortes orçamentários e de pessoal.
e) como Marinaldo possui vínculo de empregado público, posto que contratado sem concurso público, somente poderá ser exonerado ou demitido após a Administração ter desocupado todos os cargos em comissão e de assessoramento, que são de livre provimento.

---

56. 2015/FCC/TCE-CE/Procurador

Para efeitos penais, o conceito de funcionário público é diverso do que lhe empresta o Direito Administrativo. Define-se o emprego público como aquele
a) que mantém vínculo estatutário, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos.
b) ocupante com vínculo contratual, sob a regência da CLT.
c) regido pelo conjunto de atribuições às quais não corresponda a um cargo público, não se exigindo concurso público.
d) que não mantém vínculo com fundações ou sociedades de economia mista.
e) ocupa cargo sob a égide da lei orgânica das carreiras de Estado.

---

57. 2015/TRT-8ª REGIÃO/TRT-8ª REGIÃO (PA E AP)/Juiz do Trabalho

Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é INCORRETO afirmar que:
a) Em relação às licenças concedidas ao servidor público federal, na fruição de qualquer delas, é vedado o exercício de atividade remunerada;
b) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, desde que comprovada por perícia médica oficial;
c) Será por prazo indeterminado e sem remuneração a licença concedida ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo;
d) Em relação à licença para atividade política, esta será concedida sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, mas a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses;
e) Poderá ser concedida ao servidor, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração sempre a critério da Administração, desde que ocupante de cargo efetivo e que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares, podendo, no entanto, ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

---

58. 2015/FCC/TRT-6ª REGIÃO (PE)/Juiz do Trabalho

O conceito de agente público NÃO é coincidente com o de agente político, cabendo destacar que
a) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, embora no exercício de função estatal, não são considerados agentes públicos.

b) todos aqueles que exercem função estatal em caráter transitório, sem vínculo com a Administração, não são considerados agentes públicos e sim agentes políticos.
c) apenas os ocupantes de cargos, empregos e funções na Administração pública podem ser considerados agentes públicos.
d) são exemplos de agentes políticos os Chefes do Executivo e seus auxiliares imediatos, assim entendidos Ministros e Secretários de Estado.
e) os detentores de mandato eletivo são os únicos que se caracterizam como agentes políticos.

---

59. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente
Não é possível a acumulação de um cargo de professor com outro de caráter técnico ou científico se a soma da carga horária ultrapassar o limite de sessenta horas semanais, pois não há, nessa situação, o requisito constitucional da compatibilidade de horários.

( ) Certo ( ) Errado

---

60. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente.
Conforme entendimento atual do STF, é dever da administração pública nomear candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas no edital, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança, salvo em situações excepcionais caracterizadas pela necessidade, superveniência e imprevisibilidade.

( ) Certo ( ) Errado

1.24 Controle da Administração Pública

1. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o controle da Administração Pública.

a) O controle da legitimidade enseja a verificação, pelo órgão controlador, da existência, ou não, dos princípios da adequação e da compatibilidade, referentes às despesas públicas.

b) O controle financeiro é aquele exercido pelo Poder Executivo sobre o Legislativo e o próprio Executivo, sobre sua própria administração no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos.

c) Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

d) O controle judicial incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja onde for que esteja sendo desempenhada, alcançados os atos administrativos do Executivo, sem, contudo, examinar os atos do Legislativo.

e) O Poder Judiciário pode controlar os atos internos e exclusivos do Poder Legislativo, também chamados de interna corporis, quando contiverem vícios de ilegalidade ou de constitucionalidade, ou vulnerarem direitos individuais.

---

2. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

O chamado "ativismo judicial" sofre críticas de diversas origens baseadas principalmente na ideia de que comprometeria a separação de poderes, representando uma interferência indevida do Poder Judiciário sobre o mérito administrativo e sobre a ação política. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

a) A legitimidade do Poder Judiciário para a realização do controle judicial de políticas públicas decorre de ser o único poder da República constituído exclusivamente por agentes selecionados mediante concurso de provas e títulos, o que assegura a sua neutralidade e imparcialidade.

b) Caso o Poder Executivo aja de modo irrazoável ou proceda com a clara intenção de neutralizar a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, justifica-se a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário sobre a ação administrativa.

c) A Constituição Federal de 1988 não admite a interferência do Poder Judiciário no mérito administrativo, de maneira que não merece prosperar ação judicial que pretende invalidar ato administrativo sob o argumento de não ser razoável a escolha do Administrador.

d) Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, motivo pelo qual não podem ser objeto de controle judicial, salvo em caso de flagrante ilegalidade.

e) A impossibilidade, definida pela Constituição Federal de 1988, de controle judicial de atos administrativos é decorrência da máxima "the king can do no wrong", introduzida no direito brasileiro por meio do pensamento positivista de Benjamin Constant.

---

3. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O controle administrativo
a) é exercido por todos os Poderes sobre suas próprias atividades tanto sob o aspecto de legalidade quanto em relação ao mérito.
b) deriva do poder-dever de polícia que a Administração Pública tem sobre os seus agentes.
c) permite que a Administração Pública anule os atos ineficientes ou inoportunos, revogue os atos ilegais ou altere os seus próprios atos, mas não permite a aplicação de penalidades administrativas aos seus agentes.
d) é eminentemente político e é exercido pelos órgãos legislativos ou por comissões parlamentares sobre atos do Poder Executivo.
e) é exercido pelo Tribunal de Contas e se refere fundamentalmente à prestação de contas de todo aquele que administra bens, valores ou dinheiros públicos.

---

4. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

O controle legislativo da Administração pública, exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, autoriza
a) a anulação de contratos que envolvam despesas de custeio e investimentos, quando atingido o limite máximo de comprometimento fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
b) a aplicação de sanções a agentes públicos que incorrerem em atos de improbidade, incluindo o afastamento de suas funções.
c) a decretação de inidoneidade de Municípios que tenham praticado atos tendentes a fraudar procedimento licitatório, impedindo abertura de novos certames.
d) o exame prévio de editais, com a suspensão do certame até que sejam sanadas eventuais irregularidades identificadas.
e) o controle dos provimentos de cargos e funções em comissão, impedindo novas nomeações quando extrapolada a proporção de 30% em relação aos cargos efetivos.

---

5. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca das formas de ressarcimento do erário.
a) Fiscalização contábil e conclusão de procedimento junto ao tribunal de contas, com formação de título executivo extrajudicial, impedirão a propositura de ação de improbidade administrativa.
b) O ressarcimento ao erário não depende da formação de título executivo de nenhuma natureza.
c) O ressarcimento do erário dá-se somente com a formação de um título executivo judicial, por intermédio de ações coletivas.
d) Tanto o título executivo judicial quanto o extrajudicial formado no âmbito do tribunal de contas são instrumentos hábeis para o ressarcimento ao erário, podendo os dois coexistir.
e) A fiscalização do tribunal de contas será obstada caso se ajuíze ação de improbidade administrativa com o intuito de formar título executivo judicial para o ressarcimento do erário.

---

6. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.
De acordo com a CF, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente os contratos administrativos que possam ter alguma irregularidade.
( ) Certo ( ) Errado

---

7. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.
A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

( ) Certo ( ) Errado

---

8. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.
O controle administrativo interno é cabível apenas em relação a atividades de natureza administrativa, mesmo quando exercido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

( ) Certo ( ) Errado

---

9. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.
O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.
( ) Certo ( ) Errado

---

10. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador Jurídico

Com relação aos atos discricionários, pode-se afirmar corretamente que o controle judicial
a) é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa.
b) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um excesso de poder.
c) é possível, não existindo qualquer restrição ao Poder Judiciário.
d) não é possível, pois se alicerçam na oportunidade e conveniência da Administração.
e) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um desvio de poder.

---

11. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

O Tribunal de Contas do Estado exerce relevante atividade visando à observância dos princípios administrativos na condução dos negócios e na gestão do patrimônio público. No exercício de suas funções, o Tribunal de Contas do Estado.
a) pode determinar o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras dos acusados nos processos de tomada de contas.
b) produz atos administrativos com força de título executivo.
c) não possui jurisdição sobre os municípios, que estão sob controle externo dos Tribunais de Contas municipais.
d) julga as contas do Governador do Estado, sendo sua decisão sujeita ao referendo pela Assembleia Legislativa.

e) tem o poder de sustar imediatamente atos ou contratos considerados ilegais, caso o órgão ou entidade, previamente notificados, não providenciem sua correção.

---

12. 2016/MPE-SC/MPE-SC /Promotor de Justiça

Qualquer cidadão será parte legítima para resguardar judicialmente os bens necessários ao desempenho das funções públicas ou aqueles merecedores de proteção especial em razão de seu valor à coletividade, podendo para tanto utilizar a ação popular sem ter que, em qualquer caso, arcar com as custas judiciais e os ônus de sucumbência.
( ) Certo ( ) Errado

---

13. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

A fiscalização da administração pública quanto à legalidade, legitimidade e economicidade de seus atos será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Há dever funcional dos responsáveis pelo controle interno em comunicar qualquer irregularidade ao Tribunal de Contas do respectivo ente político, sob pena de responsabilidade subsidiária.
( ) Certo ( ) Errado

---

14. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Compete aos Tribunais de Contas julgar as contas dos administradores públicos. No exercício desta competência, ele pode apreciar a constitucionalidade tanto das leis quanto dos atos do poder público.
( ) Certo ( ) Errado

---

15. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

Os contratos celebrados pela Administração pública municipal estão sujeitos a controle, não só interno, mas também externo. Dentre as possibilidades deste controle destaca-se o controle exercido
a) pelos Tribunais de Contas, que podem ingressar no mérito dos atos e contratos, como medida de exame de economicidade, bem como exercer competências sancionatórias e corretivas, desta sendo exemplo a sustação de ato impugnado, ainda que seja necessária posterior comunicação ao Legislativo.
b) pelos Tribunais de Contas, desde que caracterizada a natureza de contrato administrativo nos quais a Administração pública exerça prerrogativas típicas das cláusulas exorbitantes, para que se evidencie eventual desatendimento aos princípios da economicidade, legalidade e isonomia.
c) pelo Poder Judiciário, na qualidade de verificação superior dos critérios de legalidade e economicidade ou como instância revisora das decisões proferidas pelas Cortes de contas.
d) pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, aos quais compete a sustação da execução de atos e contratos cuja irregularidade ou ilegalidade não tenha sido sanada pela Administração pública.
e) pela Administração pública central em relação aos contratos celebrados pelos entes integrantes da Administração

indireta, podendo, nos casos de ilegalidade não sanada pelo ente, determinar a sustação da execução do ajuste.

---

16. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Assinale a alternativa incorreta:
a) As decisões administrativas do Tribunal de Contas que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
b) O Tribunal de Contas do Estado deve ter livre acesso às operações financeiras realizadas pelas entidades de direito privado da Administração Indireta submetidas ao seu controle financeiro, porquanto são operacionalizadas mediante o emprego de recursos de origem pública, não podendo haver oposição com base no sigilo constitucional de dados.
c) Os responsáveis pelo controle interno de um Município, ao tomarem ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
d) O Tribunal de Contas em tomada de contas especial pode decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de particulares, uma vez que tal medida é feita com base na supremacia do interesse público sobre o privado na fiscalização do interesse financeiro do Erário.

---

17. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Os Tribunais de Contas possuem competência constitucional para, a exceção:
a) julgar as contas de quaisquer administradores, enquanto ordenadores de despesas de recursos públicos.
b) julgar as contas do Poder Legislativo.
c) julgar as contas do chefe do poder executivo.
d) julgar as contas do Poder Judiciário.

---

18. 2016/TRF-4ª REGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
I. Ofende os princípios da antiguidade e da proporcionalidade a vedação de que, antes de completado período mínimo de três anos, servidor federal dispute remoção para localidades que serão oferecidas a novos concursados.
II. O Tribunal de Contas da União não dispõe, constitucionalmente, de poder para rever decisão judicial transitada em julgado, nem para determinar a suspensão de benefícios garantidos por sentença transitada em julgado, ainda que o direito reconhecido pelo Poder Judiciário não tenha o beneplácito da jurisprudência prevalente no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
III. O prazo decadencial para que a Administração anule ou revogue os próprios atos, previsto na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não se consuma no período compreendido entre a concessão de aposentadoria ou pensão e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas da União.
a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

d) Estão corretas todas as assertivas.
e) Nenhuma assertiva está correta.

---

19. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Acerca do controle externo e interno da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
a) O controle externo dos Municípios onde não houver Tribunal de Contas ou Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios será exercido pelo respectivo Tribunal de Contas do Estado de cujas decisões cabe recurso à Câmara Municipal.
b) As agências reguladoras integram o sistema de controle externo da administração pública direta e indireta como auxiliares do Tribunal de Contas.
c) A Constituição Estadual, em função da autonomia dos Estados-membros, fixará o número de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.
d) O Tribunal de Contas, como auxiliar do controle externo, a cargo do Poder Legislativo e dele integrante, será organizado segundo o modelo constitucional das corporações legislativas respectivas.
e) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de, entre outras, apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional.

---

20. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público é competência constitucionalmente atribuída ao
a) Poder Judiciário de âmbito Estadual, aos juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.
b) Poder Judiciário de âmbito Federal, aos juízes vinculados ao Tribunal Regional Federal daquela Região.
c) Tribunal de Contas que atue no âmbito daquele ente federativo.
d) sistema de controle interno de cada Poder.
e) controle externo a cargo do Poder Legislativo, que será exercido com o auxílio do Ministério Público.

---

21. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta:
a) Não cabe mandado de segurança contra ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de concessionária de serviço público.
b) É exemplo de controle constitucional interno a determinação de que as contas dos municípios fiquem à disposição dos contribuintes, para exame e apreciação, durante sessenta dias a cada ano, podendo o contribuinte questionar-lhes a legitimidade.
c) A CF não prevê expressamente que o Poder Legislativo possa fiscalizar e controlar diretamente os atos da administração indireta.
d) A recusa da administração em corrigir dados incorretos, por solicitação da pessoa interessada, natural ou jurídica, é condição

de procedibilidade para o ajuizamento de habeas data.
e) Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

---

22. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/Procurador Municipal

O controle externo da Administração Pública do Município de Rosana, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao qual compete:
a) julgar as contas do Prefeito Municipal, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.
b) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, para a Municipalidade de Rosana.
c) constatada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no âmbito Municipal, aplicar as sanções previstas em lei, entre elas, a multa proporcional ao dano causado ao erário e a inelegibilidade pelo prazo de quatro (4) a oito (8) anos.
d) assinar prazo para que a Municipalidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, sustando, se não atendido, os atos ou contratos eivados de ilegalidade.
e) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

---

23. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

Assinale a opção que apresenta uma espécie de controle da Administração Pública.
a) Tribunal de Contas.
b) Corregedoria.
c) Congresso Nacional.
d) Assembleia Legislativa.

---

24. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO-PR/Procurador

O controle administrativo pode ser entendido como uma a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro. No que concerne ao tema em epígrafe, é CORRETO afirmar que:
a) De acordo com a Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de ser reconhecida sua responsabilidade subsidiária.
b) O controle de legalidade e legitimidade somente verifica a compatibilidade entre o ato e o disposto na norma legal positivada, sem contudo apreciar os aspectos relativos à observância obrigatória dos princípios administrativo.
c) Os atos administrativos podem ser anulados e revogados mediante o exercício do controle judicial.
d) O controle externo ocorre quando um Poder exerce controle sobre os atos

administrativos praticados por outro Poder, podendo citar como exemplo a apreciação das contas do Executivo e do Judiciário pelo Legislativo.
e) O controle que as chefias exercem nos atos de seus subordinados dentro de um órgão público é considerado um controle externo.

---

25. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA-SP/Procurador Jurídico

No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que o Brasil adota o Sistema
a) do Contencioso Administrativo, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
b) do Contencioso Administrativo, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
c) Misto (Contencioso Administrativo e Unidade de Jurisdição), podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
d) da Unidade de Jurisdição, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
e) da Unidade de Jurisdição, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

---

26. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Em relação ao controle e fiscalização da administração municipal, assinale a alternativa correta.
a) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
b) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal, na forma da lei.
c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
d) Na apreciação das contas de gestão do Prefeito Municipal é vedada a imposição de multa ou a determinação de ressarcimento ao erário, o que dependerá de sentença judicial transitada em julgado.
e) Ao flagrar falhas relacionadas a ato de admissão de pessoal no âmbito do Município, o Tribunal de Contas exonerará imediatamente o servidor indevidamente nomeado.

---

27. 2015/CESPE/DPE-RN/Defensor Público

Tendo em vista que, relativamente aos mecanismos de controle da administração pública, a própria CF dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, integradamente, sistemas de controle interno em suas respectivas

esferas, assinale a opção que apresenta exemplo de meio de controle interno da administração pública.
a) Fiscalização realizada por órgão de controladoria da União sobre a execução de determinado programa de governo no âmbito da administração pública federal.
b) Controle do Poder Judiciário sobre os atos do Poder Executivo em ações judiciais.
c) Sustação, pelo Congresso Nacional, de atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
d) Julgamento das contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta realizado pelos TCs.
e) Ação popular proposta por cidadão visando à anulação de determinado ato praticado pelo Poder Executivo municipal, considerado lesivo ao patrimônio público.

---

28. 2015/ESAF/PGFN/Procurador da Fazenda Nacional

O Prefeito do Município X decidiu construir, defronte à sede da Prefeitura, um monumento em homenagem a seu avô, fundador da universidade local. A obra teria 20 metros e seria esculpida em mármore e aço. A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais ajuizou ação civil pública para impedir a construção do monumento, sob a alegação de que os recursos envolvidos na aludida homenagem seriam suficientes para a reforma e adaptação de acessibilidade das escolas municipais, de forma a proporcionar o pleno acesso de pessoas com deficiência. Os procuradores do município argumentaram que a construção do monumento visa a preservar a memória da cidade, bem como que a alocação de recursos seria ato discricionário do Prefeito. Diante do relatado e com base na jurisprudência atual sobre o controle jurisdicional da administração pública, assinale a opção correta.
a) O ato do Prefeito, embora discricionário, é passível de controle pelo Poder Judiciário, a fim de que este avalie a conformidade desse ato com os mandamentos constitucionais.
b) O Poder Judiciário, se entender pela violação a princípio da administração pública, poderá revogar o ato administrativo expedido pelo Prefeito.
c) O ato discricionário não é sindicável pelo Poder Judiciário.
d) Neste caso, o Poder Judiciário poderá decidir pela alteração do projeto e do material a ser utilizado no monumento, de forma a diminuir os custos da obra.
e) A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública.

---

29. 2015/TRT-16ª REGIÃO/TRT-16ª REGIÃO (MA)/Juiz do Trabalho

Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I. Como regra, no tocante ao exercício da competência discricionária, a revisão dos atos administrativos pelo Poder Judiciário está adstrita a seus elementos vinculados. Havendo litígio sobre a correta subsunção do caso concreto a um suposto conceito jurídico indeterminado, caberá ao Judiciário tão somente conferir se a Administração se manteve no espectro significativo de sua aplicação.
II. O âmbito do controle judicial dos atos administrativos, antigamente reconduzido

à verificação de legalidade desses atos, executável, predominantemente, por meio do método silogístico, usado em função da estrutura da regra jurídica, amplia-se para o controle da constitucionalidade dos atos administrativos, que se operacionaliza também por intermédio de outros métodos impostos pela adoção da fonte atualmente hegemônica do Direito – os princípios, estruturalmente distintos das regras. Cabe ao Poder Judiciário, além da aferição da legalidade dos atos administrativos – de sua conformidade com as regras jurídicas -, o controle de juridicidade, isto é, a verificação de sua compatibilidade com os demais princípios da Administração Pública que se encontram positivados na Lei Fundamental.

III. Em razão da necessidade de se prestigiar a segurança jurídica, a anulação do ato administrativo opera, em regra, sob efeitos ex nunc.

IV. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que, em regra, não compete ao Poder Judiciário apreciar critérios de formulação e correção de provas de concursos. Com efeito, em respeito ao princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal, é da banca examinadora desses certames a responsabilidade pelo seu exame.

a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

d) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

30. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito

A respeito de atos administrativos e institutos correlatos, assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) **Situação hipotética:** Durante a fase de avaliação psicológica de um concurso público, determinado candidato foi considerado inapto sem que lhe fosse apresentada uma justificativa e, sentindo-se injustiçado, ele ajuizou ação contra a decisão que o reprovou. **Assertiva:** Nessa situação, o magistrado deverá reconhecer a legitimidade do ato da administração pública porque, segundo a jurisprudência do STF, a avaliação psicológica pode estar pautada em critérios subjetivos que não precisam constar de laudo motivado.

b) Em uma ação judicial, caso considere legítimo ato da administração pública que tenha anulado a revogação de outro ato administrativo, o juiz deverá reconhecer que a anulação do ato administrativo de revogação produz efeitos ex tunc.

c) Embora o ato administrativo complexo dependa, para a sua formação, da conjugação de vontades de mais de um órgão da administração pública, sua revogação ocorre mediante a vontade de apenas um dos órgãos envolvidos.

d) **Situação hipotética:** A administração pública promoveu, em ato próprio, servidor público estadual na carreira. Após um ano, a própria administração reviu a decisão, reconhecendo a ilegalidade do ato e determinando a restituição dos valores indevidamente recebidos. O servidor, por sua vez, ajuizou ação para evitar a devolução das quantias recebidas, de boa-fé, por ele. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá reconhecer a legitimidade do ato praticado pela administração pública, que pode rever seus atos quando eivados de

ilegalidade e tem o direito de reaver os valores pagos ao servidor em decorrência da promoção.
e) **Situação hipotética:** Em um estado da Federação, alguns indivíduos, sem vínculo com a administração pública, foram nomeados pelo governador para o exercício de funções de confiança. O MP estadual ajuizou ACP requerendo a anulação das nomeações sob o fundamento de que apenas servidores de carreira poderiam ser nomeados. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá reconhecer a regularidade da atuação da administração pública, já que as funções de confiança não são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

---

31. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito - Adaptada

Acerca do controle jurisdicional dos atos administrativos, assinale a opção correta.
a) As ações judiciais de controle dos atos da administração pública não podem ser manejadas se a lesão a interesse particular for apenas potencial e não efetiva.
b) Caso um particular a quem a administração pública tenha negado pedido de acesso a informação de interesse coletivo impetre habeas data para pedir que a justiça lhe garanta essa informação, o juiz que receber a causa deverá admitir a ação e decidir em favor do autor.
c) Para ser admitida pelo juiz, é dispensável que a ação popular comprove a ilegalidade e a lesividade do ato administrativo que constitua seu objeto.
d) Deve ser considerada inadmissível uma ACP ajuizada por sociedade de economia mista contra ato administrativo supostamente lesivo ao meio ambiente, uma vez que essa espécie de sociedade carece de legitimidade para a propositura desse tipo de ação.
e) **Situação hipotética:** Leandro participou de concurso público em que concorreu a vaga destinada a pessoa com deficiência, mas foi eliminado por laudo pericial da administração pública que alegava ausência de deficiência. Inconformado, ele impetrou mandado de segurança contra a decisão, juntando aos autos laudo pericial particular que contradizia o laudo da administração. **Assertiva:** Nessa situação, foi adequada a impetração do mandado de segurança, e o juiz deverá designar perito para a realização de avaliação judicial definitiva.

---

32. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/Procurador

Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
a) Entre os vários instrumentos de controle administrativo da Administração Pública, são admitidos a representação, a reclamação e o mandado de segurança.
b) Os Tribunais de Contas têm por dever constitucional apreciar as contas do Poder Legislativo, emitindo parecer prévio no prazo de 60 dias a contar do seu recebimento.
c) Os Tribunais de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, está expressamente proibido de sustar a execução de atos impugnados, pois essa competência é privativa do Poder Legislativo.
d) Estão eximidas de prestar contas as entidades privadas que, mesmo sendo beneficiárias de recursos públicos, aplique-os em finalidade pública.

e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das pessoas jurídicas de direito público interno e de suas administrações direta e indireta é feita pelo Poder Legislativo, pois, entre outras, cabe-lhe a atribuição do controle externo.

---

33. 2015/FCC/TCM-RJ/Procurador

O Tribunal de Contas da União, em regular análise, constatou que um contrato firmado entre a autarquia federal responsável pelas obras rodoviárias e a empresa vencedora da concorrência realizada para duplicação de uma rodovia interestadual possuía graves e patentes incompatibilidades entres os cronogramas físico e financeiro. A autarquia prestou esclarecimentos, todos, contudo, insatisfatórios. Não encontrando outra solução além do término do contrato, o Tribunal

a) pode anular o contrato por decisão do Pleno do Tribunal e determinar ao ente público, autarquia, a ratificação da anulação e comunicação à empresa, sem prejuízo de regular apuração de responsabilidades.

b) deve determinar a anulação do contrato, por vício de legalidade, comunicando a autarquia para que o faça e, na inércia, representar ao Ministério Público para as providências judiciais para aquela finalidade, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos envolvidos.

c) deve sustar o ato eivado de vício de legalidade e comunicar a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sem prejuízo de notificar a autarquia e a empresa envolvida.

d) pode determinar o aditamento do contrato para correção das ilegalidades apuradas, independentemente do que constou como anexo do edital da concorrência, tendo em vista que podem ser equiparadas a erro material.

e) deve representar ao Ministério Público do Tribunal de Contas para que adote as providências cabíveis para anulação judicial do contrato e responsabilização dos envolvidos.

---

34. 2015/FMP-CONCURSOS/TJ-MT/Juiz de Direito

Em face da formação histórica do Direito Administrativo e do modelo de Estado vigente, é correto afirmar que:

a) a noção de coisa julgada nas esferas administrativa e judicial tem a mesma dimensão e conteúdo.

b) as decisões proferidas por órgãos públicos de natureza superior não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.

c) o processo administrativo somente pode ser instaurado mediante provocação do interessado, por representação escrita endereçada ao agente competente para a solução da controvérsia.

d) o regime jurídico juspublicista, no todo ou em parte, somente pode ser aplicado às pessoas jurídicas de direito público.

e) tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

---

35. 2015/INTEGRI/PREFEITURA DE SALESÓPOLIS-SP/Procurador

Com relação ao mandado de segurança, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
II - Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, devendo o texto original da petição ser apresentado em até 7 (sete) dias úteis.
III - Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (i) de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; (ii) de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; (iii) de decisão judicial transitada em julgado.
IV - Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
a) Todas as afirmativas estão corretas.
b) Somente a afirmativa II está incorreta.
c) Somente a afirmativa I está incorreta.
d) Somente a afirmativa IV está incorreta.

---

36. 2015/VUNESP /PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/Procurador

Unidade da Prefeitura Municipal de Caieiras realiza licitação e contrata empresa privada para a prestação de determinado serviço. Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo verifica que o pagamento realizado à empresa contratada foi 40% (quarenta por cento) maior do que o devido, considerando a despesa ilegal. Como consequência de tal constatação em controle externo, poderá o Tribunal de Contas
a) determinar ao Prefeito Municipal que afaste, de imediato, os responsáveis de suas funções, enquanto o Tribunal de Contas realiza o processo disciplinar.
b) aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
c) informar a Câmara Municipal, para que delibere a respeito, juntamente com as informações anuais prestadas sobre a fiscalização orçamentária, contábil e financeira.
d) encaminhar as informações, em forma de denúncia, para que a Câmara Municipal apure a responsabilidade dos servidores municipais que deram causa à irregularidade.
e) rejeitar as contas do Prefeito Municipal, encaminhando as informações ao Ministério Público Estadual, para propositura de ação de improbidade contra o Prefeito Municipal.

---

37. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

No que se refere ao controle da administração pública, julgue o seguinte item.
Por ser um órgão constitucional autônomo, a DP não está sujeita a controle interno de suas funções administrativas.
( ) Certo ( ) Errado

---

38. 2015/CESPE/TRF-1ª REGIÃO/Juiz Federal

Considerando o controle administrativo, a ação popular e a improbidade administrativa, assinale a opção correta.
a) Os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário relacionam-se à ação ou omissão que acarreta perda patrimonial, desvio, apropriação,

malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração pública por meio de conduta dolosa, não admitindo a forma culposa.

b) O controle administrativo, como a prerrogativa reconhecida à administração pública para fiscalizar e corrigir a sua própria atuação, restringe-se à avaliação da conveniência e oportunidade relativas à edição do ato administrativo discricionário (controle de mérito).

c) O TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos do poder público, mas não a constitucionalidade das leis.

d) Os casos de controle legislativo sobre o Poder Executivo devem constar expressamente da CF, pois consagram exceções ao princípio da separação de poderes, não se admitindo, assim, a sua ampliação por meio da legislação infraconstitucional.

e) O cidadão possui legitimidade ativa e capacidade postulatória para a propositura de ação popular, independentemente da assistência de advogado.

1.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67

1. 2015/TCM-RJ/Procurador da Procuradoria Especial

Norma constitucional estadual descreve crimes de responsabilidade que, se praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas Estadual, ficam sujeitos a julgamento pela Assembleia Legislativa, sendo sancionados com o afastamento do cargo, pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa. A referida norma

a) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, devendo os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas ser julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

b) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, devendo os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas ser julgados pelo Tribunal de Justiça.

c) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade, ainda que caiba à Assembleia Legislativa, por força da Constituição Federal, julgar os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas.

d) é constitucional no que toca à definição dos crimes dos responsabilidade e ao estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, uma vez que se tratam de infrações político-administrativas cuja disciplina se insere na competência legislativa residual dos Estados-membros.

e) é constitucional no que toca à definição dos crimes dos responsabilidade, uma vez que se tratam de infrações político-administrativas cuja disciplina se insere na competência legislativa residual dos Estados-membros, mas inconstitucional ao atribuir à Assembleia Legislativa a competência para processá-los e julgá-los.

---

2. Advogado - FUNASG/2015

O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, por 180 dias, após a condenação pelo Órgão competente.

---

3. PC-DF/2015

Uma vez instaurado o processo por crime de responsabilidade, o presidente da República poderá continuar, caso haja vontade da maioria absoluta do Senado Federal, a exercer as suas funções.

---

4. CESPE/STF – Analista Judiciário

Pessoas jurídicas e estrangeiros residentes no país são partes legítimas para oferecer acusação à Câmara dos Deputados visando à instauração do processo de impeachment do presidente da República.

---

5. VUNESP - Procurador Jurídico (CM Serrana)/2019

Considerando a Lei nº 1.079/50, é correto afirmar que:

a) os crimes de responsabilidade nela previstos não admitem a modalidade tentada.

b) os crimes de responsabilidade nela previstos são passíveis de pena privativa de liberdade.

c) os crimes de responsabilidades nela previstos são de ação pública condicionada à representação do presidente da Câmara dos Deputados.

d) a imposição da pena prevista para o crime de responsabilidade exclui a possibilidade de processar o condenado por crime comum.

e) prevê como crime de responsabilidade de Ministro do Estado a conduta de não prestar, dentro de trinta dias e sem motivo justificado, informações solicitadas pelo Senado.

---

6. VUNESP - Procurador Jurídico Legislativo (CM Sertãozinho)/2019

A respeito da Lei no 1.079/50, assinale a alternativa correta.

a) Qualquer cidadão, desde que maior de 21 anos, pode denunciar o Presidente da República ou os Ministros de Estados por crime de responsabilidade.

b) A denúncia do Presidente da República ou de Ministros de Estados por crime de responsabilidade será apresentada no Senado Federal.

c) A denúncia por crime de responsabilidade deverá ser assinada pelo denunciante, com firma reconhecida, devendo ser arroladas, no mínimo, 08 (oito) testemunhas.

d) O julgamento da acusação de crime de responsabilidade do Presidente da República ou de Ministros de Estados, com a consequente perda do cargo, dar-se- á por votação nominal dos Senadores.

e) A denúncia por crime de responsabilidade poderá ser formulada e recebida ainda que o acusado já tenha deixado o cargo definitivamente.

---

7. CESPE/Auditor de Controle Externo TCE-PA/Administrativa/Direito/2016

Com base no disposto na Lei n.º 1.079/1950, no Decreto-lei n.º 201/1967 e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o seguinte item.

Inexiste crime de responsabilidade se o acusado, no momento do oferecimento da denúncia, não mais exerce o cargo que exercia quando cometeu ilícito previsto na Lei n.º 1.079/1950, mesmo que permaneça no exercício de outra função pública.

---

8. VUNESP - Procurador Jurídico (CM VP)/2016

Configura crime de responsabilidade do Presidente da República ato que atente contra a Constituição Federal e, conforme expresso nos incisos I a VIII do art. 4º da Lei nº 1.079/50, atos que atentarem especialmente contra:

a) a humanidade.
b) as finanças públicas.
c) a soberania nacional.
d) a liberdade de imprensa.
e) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

---

9. IBADE /CAERN /2018 / Técnico em Segurança do

A Lei dos Crimes de Responsabilidade, vulgo Lei n° 1.079/1950, especifica crimes de responsabilidade. No capítulo II, encontram-se os crimes cometidos contra o livro exercício dos poderes constitucionais. Sobre o tema assinale a assertiva correta.
a) Usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagi-lo no modo de exercer o seu mandato. Bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção.
b) Deixar de intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.
c) Usar de violência para constranger juiz, desembargador ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício.
d) Opor-se direta ou indiretamente por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças.
e) Não permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional.

---

10. IADES /2019/AL-GO/ Procurador

Em relação a crimes de responsabilidade, é correto afirmar que as infrações político-administrativas, quando cometidas por governador, serão julgadas pelo (a):
a) Superior Tribunal de Justiça, sob a Presidência do presidente do Senado.
b) Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do presidente da Corte.
c) Assembleia Legislativa, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.
d) Senado Federal, sob a Presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal.
e) tribunal especial formado por cinco membros do legislativo e cinco desembargadores, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.

---

11. FCC /DPE-RS /2018/Defensor Público/adaptada

Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que
a) qualquer cidadão pode denunciar o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, sendo ele submetido a julgamento perante o Senado Federal caso a Câmara dos Deputados, por três quintos dos seus membros, admita a acusação.
b) compete privativamente ao Presidente da República, dentre outras atribuições previstas no artigo 84 da Constituição Federal, cujo rol é taxativo, dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
c) é crime de responsabilidade contra a lei orçamentária ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal
d) o procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/198, impede que o Senado adote as medidas necessárias à

apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.
e) o interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o primeiro ato de instrução do processo de impeachment.

---

12. FGV/ 2018/TJ-AL/ Técnico Judiciário - Área Judiciária

O Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Senado Federal. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.
À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:
a) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;
b) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;
c) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Superior Tribunal de Justiça;
d) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;
e) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

---

13. FCC/2017/TRF - 5ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Administrativa

Considere que ao Presidente da República seja imputada a prática de ato tipificado em lei federal como ato atentatório contra o livre exercício do Poder Judiciário. Nessa hipótese, segundo a Constituição Federal, admitida a acusação contra o Presidente
a) por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Congresso Nacional, permanecendo no exercício de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, até julgamento final.
b) por dois quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 120 dias.
c) por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 180 dias.
d) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, permanecendo no exercício de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, até julgamento final.
e) por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 180 dias.

---

14. IBADE/2017/SEJUDH/ MT/Advogado

Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes na Lei n° 1.079/1950. Assim, com relação à denúncia, à acusação e ao julgamento dos crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, analise as afirmativas.
É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade.
Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembleia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções.
Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo. Está correto o que se afirma em:
II e III, apenas.
b) I, II e III.
c) I, apenas.
d) I e III, apenas.
e) II, apenas.

---

15. IBFC - 2016 - TCM-RJ - Técnico de Controle Externo

No tocante a Responsabilidade do Presidente da República a Constituição Federal preconiza expressamente que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal", bem como especifica algumas situações. Os itens abaixo estão relacionados com essas especificidades. Assinale a alternativa que contém as previsões expressamente previstas.
I o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das Unidades da Federação.
II. o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
III a defesa das fronteiras.
o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
A somente as alternativas I e III estão corretas
B somente as alternativas II, III e IV estão corretas
C somente as alternativas I, II e IV estão corretas
D somente as alternativas II e IV estão corretas

---

16. FCC - 2016 - Prefeitura de Teresina - PI - Técnico de Nível Superior - Analista Administrativo/adaptada

Sobre a responsabilidade do Presidente da República,
a) a aplicação subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado ao processamento e julgamento do impeachment viola a reserva de lei especial imposta pelo art. 85, parágrafo único, da Constituição
b) os crimes de responsabilidade estão definidos taxativamente pela Constituição Federal, não competindo à lei aumentar o rol de condutas.
c) admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.

d) os crimes de responsabilidade serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.
e) decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, extinguindo-se o processo.

---

17. 2016/ MPE-GO/ Promotor de Justiça Substituto

Em relação ao processo de apuração de crime de responsabilidade cometido por Presidente da República, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:
a) Apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados exercer juízo de prelibação a respeito do conteúdo da acusação, para o escopo de pesquisar a existência de justa causa necessária à abertura de processo de impeachment.
B) Posto que autorizada a instauração de processo de impeachment contra o Presidente da República pela Câmara dos Deputados, ao Senado é defeso negar recebimento à denúncia, que deve necessariamente ser levada a julgamento perante o Plenário da Casa.
c) A instauração do processo de impeachment pelo Senado se dá por deliberação da maioria qualificada de seus membros, a partir de parecer elaborado por Comissão Especial, sendo lícito à própria Mesa do Senado rejeitar sumariamente a denúncia, se manifesta a ausência de justa causa da pretensão punitiva.
d) A apresentação de defesa prévia não é uma exigência do princípio constitucional da ampla defesa: ela é exceção, e não a regra no processo penal, de tal arte que não é direito subjetivo do Presidente da República o exercício de defesa previamente ao ato do Presidente da Câmara dos Deputados que inicia o rito de impeachment naquela Casa.

---

18. FCC - 2016 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Em uma situação hipotética, a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus integrantes, admitiu a acusação contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade.
Ante tal situação, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato:

a) será automático em virtude da decisão soberana da Câmara dos Deputados, única com atribuição para deflagrar o processo de impedimento contra o Presidente da República.
b) dependerá da instauração do processo pelo Senado.
c) dependerá da instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
d) dependerá do resultado do julgamento do processo pelo Senado Federal, por conta do princípio constitucional da presunção de inocência.
e) dependerá de decisão específica a esse respeito da presidência da Câmara dos Deputados, ratificada pelo Presidente do Senado Federal, vez que o afastamento não decorre do recebimento da acusação, nem da instauração do processo contra o Presidente da República.

---

19. CESPE/ 2016/ TRT - 8ª Região/ Analista Judiciário/ Serviço Social/adaptada

Com base no que dispõe a CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Por força do princípio da inafastabilidade jurisdicional, eventual decisão condenatória proferida pelo Senado Federal em julgamento por crime de responsabilidade estará sujeita a controle judicial posterior.

b) Por ser norma punitiva, o rol de crimes de responsabilidade previsto na CF é taxativo, nele não podendo ser inseridos novos tipos.

c) No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação.

d) A renúncia ao mandado pelo presidente da República prejudica, por perda de objeto, o processo de impeachment eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática.

---

20. (Inédita)

A respeito do processo de impeachment contra o Presidente da República, é incorreto afirmar que:

a) O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment.

b) São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final

c)No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, depois da acusação.

d)O procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/1988, não impede que o Senado adote as medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.

---

21. FUNDATEC /Procurador ALERS/2018

De acordo com a Constituição Federal, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I. O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
II. A probidade na administração.
III. O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

---

22. FUNDEP/ Promotor de Justiça/MPE MG/2018

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, na dicção do art. 85 da CR/88, EXCETO:

a) que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
b) que atentem contra a lei orçamentária.
c) que atentem contra os partidos políticos.
d) que atentem contra a existência da União

---

23. Inédita

Julgue os itens que se seguem acerca do processo de crime de responsabilidade:

I. Todos os agentes políticos encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, submetendo-se tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
II. Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.
III. A manifestação pela admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade pela Câmara dos Deputados vincula imediatamente o Senado Federal à instauração do processo de impeachment.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

---

24. IDECAN / Administrador/ AGU/2018

Carlos Saul, Presidente da República recém-eleito, objetivando tornar o início do seu mandato mais eficiente sob o ponto de vista orçamentário, autorizou, por meio de dois decretos, a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento no orçamento, vindo a cometer crime contra a Lei Orçamentária. Em razão disso, no ano seguinte foi denunciado por Maria Eugênia, cidadã atuante e vigilante, à Câmara dos Deputados. Nesse cenário, considerando as possíveis consequências jurídicas decorrentes da conduta do mencionado Presidente, assinale a alternativa correta.
a) Admitida a acusação contra Carlos Saul, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
b) Não configura crime de responsabilidade, e sim crime comum, os atos do Presidente da República que atentem contra a Lei Orçamentária.
c) Caso preste contas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa nacional, o Presidente Carlos Saul será absolvido pelo eventual crime de responsabilidade praticado.
d) Admitida a acusação contra Carlos Saul, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
e) Admitida a acusação pela Câmara dos Deputados e após a instauração do processo pelo Senado Federal, Carlos Saul ficará suspenso de suas funções, cessando o afastamento caso o julgamento não seja concluído no prazo de 180 dias.

---

25. COPS UEL / Escrivão de Polícia PC PR/2018

Sobre os atos atentatórios que configuram crimes de responsabilidade do Presidente da República, considere as afirmativas a seguir.

I. Que descumpram decisões judiciais.
II. Que impeçam o exercício dos direitos sociais.
III. Que se oponham à existência da União.
IV. Que contrariem os interesses do mercado financeiro.

Assinale a alternativa correta.
a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

---

26. FGV/ OAB UNIFICADO/Nacional/XXII Exame/2017

O Presidente da República descumpriu ordem judicial, emanada de autoridade competente, impondo à União o pagamento de vantagens atrasadas, devidas aos servidores públicos federais ativos e inativos. A Advocacia Geral da União argumentava que a mora era justificável por conta da ausência de previsão de recursos públicos em lei orçamentária específica.

Apesar disso, um grupo de parlamentares, interessado em provocar a atuação do Ministério Público, entendeu ter ocorrido crime comum de desobediência, procurando você para que, como advogado(a), informe que órgão seria competente para julgar ilícito dessa natureza.

Dito isto e a par da conduta descrita, é correto afirmar que o Presidente da República deve ser julgado
a) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal.
b) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
c) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
d) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Congresso Nacional.

---

27. CONSULPLAN - Analista Judiciário /TRF 2ª Região)/Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal/2017

Determinada Constituição Estadual veiculou três dispositivos relacionados à prática de crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado: o Art. 201 dispôs que a não contenção das invasões de áreas públicas configuraria crime de responsabilidade; o Art. 202 estabeleceu regras detalhadas sobre o processo e o julgamento dessas autoridades pela prática de crimes de responsabilidade; e, o Art. 203 dispôs que, na hipótese de condenação, além da perda da função, seria aplicada a sanção de inabilitação por oito anos, em simetria com o modelo federal. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República e da interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
a) todos os artigos são inconstitucionais.
b) somente o artigo 201 é inconstitucional.

c) somente os artigos 202 e 203 são inconstitucionais.
d) somente os artigos 201 e 202 são inconstitucionais.

---

28. Com. Exam. (TRF 3) - Juiz Federal (TRF 3ª Região)/2016/XVIII/adaptada

Em relação ao Presidente da República é incorreto afirmar:
a) O processo por crime de responsabilidade é levado a efeito pelo Senado Federal, mas sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal/STF.
b) O Presidente da República encontra-se sujeito a um duplo regime sancionatório, de modo que se submete tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
c) Ficará suspenso de suas funções se for recebida denúncia criminal ou queixa-crime contra ele pelo Supremo Tribunal Federal/STF.
d) Após a instauração do processo por crime de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções.

---

29. Vunesp/Procurador Municipal (Presidente Prudente)/2016

Sobre os crimes de responsabilidade e as infrações político- administrativas dos Prefeitos, previstos no Decreto- -Lei nº 201/1967, é correto afirmar que

a) os crimes de responsabilidades do Prefeito são julgados pela Câmara dos Vereadores e sancionados com a cassação do mandato.
b) as infrações político-administrativas são julgadas pelo Poder Judiciário e sujeitam o Prefeito, após a condenação definitiva, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo prazo de cinco anos.
c) as infrações político-administrativas do Prefeito são julgadas pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
d) os crimes de responsabilidade do Prefeito são julgados pelo Poder Judiciário, sancionados com pena de reclusão ou detenção, dependendo de autorização da Câmara dos Vereadores, como condição de procedibilidade.
e) oferecida a denúncia por infração político-administrativa, deverá o Juiz ordenar a notificação do acusado, para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias.

---

30. FAFIPA – Procurador Jurídico (CM Cambará)/2016

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores. Logo no artigo 1º, são enumerados vários crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, que estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário. Nessa seara, a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos nesse artigo acarreta a perda de cargo e a inabilitação, por determinado prazo, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Assim, no que toca esse decreto-lei, qual é o prazo de inabilitação?
a) O prazo é de 10 anos.
b) O prazo é de 07 anos.
c) O prazo é de 05 anos.

d) O prazo é de 03 anos.

---

31. VUNESP/ Assessor Jurídico (CM Caieiras)/2015

Prevê o Decreto-Lei no 201/67 que, se o Prefeito Municipal de Caieiras deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária,

a) ficará inelegível pelo período de 2 (dois) anos, mediante decisão do juízo competente de primeira instância.
b) praticará ato de improbidade sujeito à perda do cargo eletivo e ficará inelegível por 8 (oito) anos, mediante decisão judicial em ação promovida pelo Ministério Público.
c) será julgado pelo Poder Judiciário, mediante autorização da Câmara Municipal.
d) não sofrerá nenhuma sanção jurídica ou administrativa, podendo ser objeto, no entanto, de moção de repúdio dos Vereadores Municipais.
e) terá praticado infração político-administrativa sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.

---

32. FUNDEP/ Auditor do TCE-MG/2015

Sobre os crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto-lei n. 201/1967), analise as proposições a seguir.

I. O julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade previsto no art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967 depende de autorização da Câmara dos Vereadores.

II. A apropriação de bens ou rendas públicas e o desvio de rendas ou verbas públicas por prefeito municipal, condutas previstas, respectivamente, nos incisos I e III do art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967, constituem crimes punidos com a mesma pena em abstrato.

III. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o crime de deixar o prefeito municipal de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente, previsto no art. 1º, inciso XIV, do Decreto-lei n. 201/1967, é delito formal ou de mera conduta.

IV. A condenação recorrível por qualquer dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967 acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) proposição(ões)

a) I e II apenas.
b) III e IV apenas.
c) II e III apenas.
d) II apenas.
e) III apenas.

1.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN)

1. (Wagner Damazio)

A correição, de acordo com o entendimento da Controladoria-Geral da União, é uma das áreas fundamentais de sua atuação, consistindo nas atividades relacionadas à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores e empregados públicos e à aplicação das devidas penalidades. O art. 1º do Decreto 5.480/05 deixa claro que as atividades de correição do Poder Executivo Federal serão organizadas sob a forma de sistema (SISCOR).

Dentre as Unidades que compõem tal sistema, não se encontra:

a) Comissão de Coordenação de Correição.

b) Unidades específicas de correição nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais.

c) Unidades específicas de correição para atuação junto aos Ministérios, como unidades setoriais.

d) Unidades de controle regional.

e) A CGU, como órgão central.

---

2. (Wagner Damazio)

De acordo com o Decreto 5.480/05, a atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar

Assinale a alternativa na qual a correspondência entre o instrumento do sistema de correição e o seu significado está incorreta.

a) Investigação Preliminar: é o procedimento correcional destinado a, por meio de diligências, averiguações ou qualquer outra medida lícita, fornecer à autoridade competente o máximo possível de informações, internas ou externas, para subsidiar a decisão de instaurar ou não a sede disciplinar (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância). Isto significa que poderá ser adotada quando não se justificar nem a imediata instauração da sede disciplinar, nem o arquivamento liminar.

b) Sindicância Patrimonial: constitui procedimento investigativo, de caráter sigiloso e não-punitivo, destinado a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agente público federal, a partir da verificação de incompatibilidade patrimonial com seus recursos e disponibilidades. Referido Decreto regulamenta parte da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).

c) Sindicância Investigativa: É o procedimento para apurar responsabilidade de menor gravidade e pode, se for o caso, depois de respeitados o contraditório e a ampla defesa, resultar em apenação.

d) Processo Administrativo Disciplinar: É o instrumento para apurar responsabilidade de servidor por infração cometida no exercício do cargo ou a ele associada, sob rito contraditório, podendo aplicar todas as penas estatutárias. O PAD deve ser

conduzido por comissão formada por três servidores estáveis, no prazo de até sessenta dias, prorrogado por igual período.
e) Inspeção: Destina-se a obter informações e documentos e a aferir o cumprimento de normas, orientações técnicas, recomendações e determinações, bem como verificar a regularidade, eficiência, eficácia e prazos dos trabalhos no SISCOR. Pode ser realizada pelo órgão central nas unidades setoriais e, por estas, nos Ministérios e nas unidades seccionais.

---

3. (Wagner Damazio)

O Decreto 5.480/05 criou ainda a Comissão de Coordenação de Correição (CCC), cujo objetivo é fomentar a integração e uniformizar os entendimentos dos órgãos e unidades do Sistema de Correição. Tal comissão possui composição colegiada, com funções consultivas.
Assinale a alternativa que não corresponde a um dos componentes da CCC:

a) Ministro da CGU.
b) Secretário-Executivo da CGU.
c) 2 titulares das unidades seccionais.
d) 3 titulares das unidades setoriais.
e) Corregedor-Geral e Corregedores-Gerais Adjuntos do Órgão Central do Sistema.

---

4. (Wagner Damazio)

O Órgão Central do sistema de correição é a Controladoria-Geral da União. tendo como principal atribuição uniformizar, padronizar, sistematizar e normatizar, mediante a edição de enunciados e instruções, os procedimentos atinentes às atividades de correição.

Dentre as diversas atribuições do Órgão Central, não podemos citar:

a) Aprimorar os procedimentos relativos aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias;
b) Coordenar as atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição;
c) Definir procedimentos de integração de dados, especialmente no que se refere aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como às penalidades aplicadas;
d) Instaurar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares, mas não poderá avocá-los.
e) Propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;

---

5. (Wagner Damazio)

No que tange ao SISCOR, as unidades seccionais, as quais atuam junto aos Ministérios, estão subordinadas à CGU, fazendo parte da sua estrutura. Já as unidades setoriais não estão subordinadas à CGU, porém ficam sujeitas à supervisão técnica das unidades setoriais e sob orientação normativa da CGU.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

6. (Wagner Damazio)

O julgamento das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada compete ao Ministro da CGU.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

7. (Wagner Damazio)

Assinale a alternativa correta, de acordo com os comandos do Decreto 5.480/05:

a) As Unidades Setoriais e Seccionais, serão titularizadas, privativamente, por servidores públicos efetivos, que possuam nível de escolaridade superior e sejam, preferencialmente, graduados em direito ou integrantes da carreira de Finanças e Controle.
b) O mandato dos titulares das unidades setoriais e seccionais será de três anos, salvo se legislação dispuser de forma diversa.
c) Os servidores da administração pública federal em exercício em cargo ou função de corregedoria ou correição perdem os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira.
d) Em relação ao julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição compete ao Corregedor-Geral a aplicação da pena de advertência.
e) Em relação ao julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição compete ao Corregedor-Geral a aplicação da pena de suspensão por até 15 dias.

---

8. (Wagner Damazio)

A Instrução Normativa nº 14/2018 se aplica à atividade correicional dos órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista. Tal instrução traz importantes definições, dentre as quais podemos citar como correta:
a) Procedimento Disciplinar: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar atos lesivos praticados por pessoa jurídica contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
b) Procedimento de responsabilização de entes privados: procedimento disciplinar ou procedimento de responsabilização de entes privados.
c) Procedimento Disciplinar: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar irregularidades disciplinares praticadas por servidores ou empregados públicos.
d) Procedimento Correicional: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar atos lesivos praticados por pessoa jurídica contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
e) Procedimento Correicional: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar irregularidades disciplinares praticadas por servidores ou empregados públicos.

---

9. (Wagner Damazio)

De acordo com a IN 14/2018, os procedimentos correicionais poderão ter caráter investigativo ou acusatório.
Assinale a alternativa que contém a correta correlação entre o caráter do procedimento e o tipo de procedimento.

a) Procedimento Investigativo: Sindicância acusatória.
b) Procedimento acusatório: Sindicância Investigativa.

c) Procedimento Investigativo: Processo Administrativo Disciplinar Sumário.
d) Procedimento acusatório: Investigação Preliminar.
e) Procedimento Investigativo: Sindicância Patrimonial.

---

10. (Wagner Damazio)

O juízo de admissibilidade é próprio das unidades correicionais, sendo descrito como um ato administrativo por meio do qual a autoridade competente decide, de forma fundamentada, pelo arquivamento ou instauração de procedimento correcional, tanto nos procedimentos investigativos quanto nos acusatórios.
Sobre tal instituto, assinale a alternativa incorreta:
a) Seu objeto será a existência de indícios que justifiquem a apuração de denúncias, representações ou informações que noticiem a ocorrência de suposta infração correcional, inclusive anônimas.
b) No caso da informação anônima que noticie a ocorrência de suposta infração correcional, o procedimento correcional acusatório poderá ser deflagrado somente se forem colhidos outros elementos que respaldem tal informação.
c) Os meios de prova a serem utilizados são quaisquer dos admitidos em lei, tais como prova documental, inclusive emprestada, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos
d) Caso sejam identificados indícios de irregularidade com repercussão não correcional, a matéria deverá ser encaminhada à autoridade competente para a respectiva apuração, independentemente da decisão adotada no juízo de admissibilidade. O procedimento correicional deverá ser deflagrado, mesmo se a autoridade verificar a ocorrência de prescrição antes da sua instauração.
e) no caso de dano ou extravio de bens da União que implique prejuízo de pequeno valor ou infração disciplinar de menor potencial ofensivo, deverão ser observadas, respectivamente, as IN 04/09 e IN 02/17.

---

11. (Wagner Damazio)

Nos procedimentos correcionais poderão ser utilizados quaisquer dos meios probatórios admitidos em lei, tais como prova documental, inclusive emprestada, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos. Poderá ainda ser solicitado acesso às informações fiscais, desde que o órgão solicitante preserve o sigilo das informações recebidas

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

12. (Wagner Damazio)

De acordo com a IN 14/2018, a Investigação Preliminar (IP) constitui procedimento de caráter preparatório com a finalidade de apurar cometimento de ato lesivo contra a administração pública por pessoa jurídica, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR).
São características da IP, exceto:
a) Poderá ser aplicada a penalidade de advertência após a sua conclusão.

b) A Comissão que procederá à investigação será composta por dois membros, no mínimo, não necessariamente estáveis, mas efetivos, dos quais um será o presidente.
c) O prazo para a conclusão da IP será de 60 dias, prorrogáveis por igual período. Caso seja necessário para o término dos trabalhos, a comissão poderá ser reconduzida após o prazo de prorrogação citado.
d) O relatório final da IP deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos contra a Administração Pública, devendo recomendar a instauração do PAR ou o arquivamento, conforme o caso.
e) Os ilícitos disciplinares correlatos aos atos lesivos objeto da investigação poderão ser apurados no âmbito da IP.

---

13. (Wagner Damazio)

A SINVE constitui procedimento de caráter preparatório, destinado a investigar falta disciplinar praticada por servidor ou empregado público federal, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de procedimento disciplinar acusatório.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

14. (Wagner Damazio)

A Sindicância Patrimonial constitui **procedimento investigativo** para apurar indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor ou empregado público federal. Sobre tal instituto, considere as seguintes afirmações, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) Podem ser aplicadas penalidades quando da sua conclusão.
( ) É conduzida por comissão de no mínimo 2 membros, efetivos, não necessariamente estáveis.
( ) O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 dias, prorrogáveis por igual período. Comissão pode ser reconduzida após esse prazo.
( ) O relatório será conclusivo quanto à existência ou não do enriquecimento ilícito, recomendando a instauração do procedimento disciplinar ou arquivamento.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F,F,F,V.
b) V,F,V,V.
c) F,V,F,V.
d) V,V,V,F.
e) F,F,V,V.

---

15. (Wagner Damazio)

A Sindicância Acusatória (SINAC) constitui procedimento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal por infração disciplinar de menor gravidade, quando não cabível TAC ou TCA e será processada de acordo com as disposições da Lei 8.112/90.
A comissão de SINAC será composta por pelo menos dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente, por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter

nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

16. (Wagner Damazio)

O PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
Da conclusão do PAD, poderá resultar a aplicação das seguintes penas ao servidor, exceto:

a) Advertência.
b) Demissão.
c) Suspensão de até 60 dias.
d) Destituição de cargo em comissão.
e) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

---

17. (Wagner Damazio)

O processo administrativo disciplinar sumário constitui procedimento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal no caso das infrações de acúmulo ilegal de cargos públicos, de inassiduidade habitual ou de abandono de cargo.
Como características de tal procedimento, podemos citar:

a) O prazo para conclusão será de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.
b) Não pode haver recondução da comissão após a prorrogação, caso haja necessidade.
c) O servidor deverá ser notificado de forma prévia.
d) A comissão será composta de dois servidores estáveis e o ato instaurador que designar a comunicação deverá descrever os fatos que caracterizam a autoria e a materialidade da suposta infração disciplinar.
e) Do processo administrativo disciplinar sumário não poderá resultar a aplicação de penalidade de demissão, mas poderão as penas de destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

---

18. (Wagner Damazio)

O PAR constitui procedimento destinado à responsabilização administrativa de pessoa física em decorrência de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013. Frise-se que quaisquer atos lesivos previstos como infrações administrativas na Lei 8.666/93, bem como em qualquer outro normativo de licitações e contratos da administração pública, poderão ser apurados no PAR.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

19. (Wagner Damazio)

Sobre a instauração, avocação e requisição de procedimentos correicionais pelo órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Federal, não podemos afirmar:

a) A instauração de procedimento disciplinar caberá ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, ao Secretário-Executivo, ao Corregedor-Geral da União, aos Corregedores-Adjuntos e aos Corregedores Setoriais, conforme o nível

do cargo, emprego ou função do servidor ou empregado investigado ou acusado.
b) O Ministro da CGU, o Corregedor-Geral da União e o Secretário-Executivo poderão avocar qualquer procedimento disciplinar em curso no Executivo Federal, a fim de verificar a regularidade ou corrigir o procedimento.
c) O Ministro da CGU, o Corregedor-Geral da União e o Secretário-Executivo poderão requisitar os procedimentos disciplinares julgados há menos de 3 (três) anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, para reexame.
d) Nos casos de requisição de procedimentos disciplinares, poderá ocorrer a determinação ou declaração de nulidade dos atos viciados. Caso haja agravamento da situação do interessado, ele será intimado para formular alegações, caso queira.
e) Em se tratando da avocação, os procedimentos poderão ter continuidade a partir da fase em que se encontram e as provas já produzidas podem ser aproveitadas.

---

20. (Wagner Damazio)

A inspeção correicional é o procedimento administrativo de diligência *in loco* em órgão ou entidade do Poder Executivo federal, com o objetivo de prestar orientações e coletar informações acerca da atividade correcional.
Já a visita técnica correicional é o procedimento administrativo de verificação *in loco* da gestão correcional de órgão ou entidade do Poder Executivo federal, destinado a avaliar aspectos previamente determinados, bem como colher e validar informações e documentos relativos à matéria correcional.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

21. (Wagner Damazio)

De acordo com o Decreto 9.681/19, os órgãos específicos singulares da CGU possuem as seguintes atribuições, exceto:

a) A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) exerce as atividades de órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.
b) A Corregedoria-Geral da União (CRG) atua capacitando servidores para composição de comissões disciplinares.
c) A Ouvidoria-Geral da União (OGU) exerce a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
d) A Secretaria de Combate à Corrupção é responsável por combate à impunidade na Administração Pública Federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos.
e) A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) atua na formulação, coordenação e fomento a programas, ações e normas voltados à prevenção da corrupção na administração pública e na sua relação com o setor privado.

---

22. (Wagner Damazio)

A instrução normativa nº 01/97 da STN disciplina a celebração (assinatura de termo de convênio) e a execução de convênio de natureza financeira, para fins de execução descentralizada de Programa

de Trabalho de responsabilidade de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta.
Dentre os conceitos trazidos pela IN, assinale a alternativa correta:

a) Convênio: Instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
b) Concedente: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
c) Convenente: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
d) Interveniente: Órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
e) Executor: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular, responsável direta pela execução do objeto do convênio.

---

23. (Wagner Damazio)

Dentre as vedações de cláusulas aos convênios, trazidas pela IN 01/97 da STN, não se encontra:

a) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.
b) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.
c) atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.
d) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica.
e) utilização, exceto em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho.

---

24. (Wagner Damazio)

A alteração dos convênios somente se dará mediante proposta do convenente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo, antes do término de sua

vigência, que vier a ser fixado pelo ordenador de despesa do concedente, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão. O extrato do convênio ou seus aditivos, para sua eficácia e independente do valor, deverá ser publicado no DOU até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data.

( ) CERTO ( ) ERRADO

25. (Wagner Damazio)

A prestação de contas final do convênio será apresentada ao concedente até sessenta dias após o término da vigência do convênio. Caso haja descumprimento desse dispositivo o concedente assinará o prazo máximo de 20 (vinte) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. Questões Objetivas - Gabarito Sem comentários

2.0 Organização da Administração Pública

1. C
2. B
3. D
4. A
5. CERTO
6. E
7. D
8. B
9. ERRADO
10. CERTO
11. B
12. B
13. B
14. B
15. B
16. D
17. A
18. C
19. C
20. C
21. E
22. B
23. C
24. D
25. E
26. D
27. C
28. E
29. C
30. A
31. A
32. C
33. D
34. B
35. C
36. CERTO
37. CERTO

2.1 Lei das Estatais

1. D
2. D
3. D
4. E
5. D
6. D
7. D
8. B
9. D
10. E
11. C
12. D
13. B
14. E
15. A
16. E
17. D
18. D
19. C
20. B
21. B
22. D
23. C
24. D
25. B
26. B
27. ERRADO
28. CERTO
29. ERRADO
30. ERRADO
31. CERTO
32. CERTO
33. CERTO

34. ERRADO
35. ERRADO
36. ERRADO

2.2 Agentes Públicos

1. A
2. C
3. B
4. D
5. A e E
6. A
7. E
8. D
9. A
10. A
11. D
12. C
13. D
14. C
15. D
16. B
17. D
18. A
19. C
20. D
21. C
22. D
23. A
24. D
25. E
26. A
27. ERRADO
28. ERRADO
29. A
30. C
31. B
32. B
33. CERTO
34. E
35. A
36. E
37. E
38. ERRADO
39. B

2.3 Poderes Administrativos

1. D
2. ERRADO
3. C
4. CERTO
5. CERTO
6. C
7. B
8. B
9. D
10. B
11. E
12. ERRADO
13. ERRADO
14. C
15. B
16. E
17. C
18. B
19. CERTO
20. C
21. C
22. B
23. D
24. A
25. CERTO
26. C
27. D
28. B
29. B
30. B
31. D

2.4 Atos Administrativos

1. A
2. E
3. 1.ERRADO/2.CERTO
4. D
5. E
6. B
7. B
8. B
9. E
10. A
11. C
12. E
13. C
14. C
15. C
16. E
17. E
18. D
19. A
20. C
21. B
22. C
23. C
24. A
25. A
26. A
27. C
28. ERRADO
29. CERTO
30. C
31. A
32. A
33. B

2.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada

1. C
2. E
3. C e E
4. A
5. C
6. D
7. A
8. A
9. C
10. E
11. A
12. D
13. E
14. C
15. A
16. C
17. D
18. C
19. B
20. C
21. ERRADO
22. ERRADO
23. B
24. C
25. B
26. E
27. ERRADO
28. A
29. A
30. B
31. D
32. A

2.6 Licitação (Parte I)

1. CERTO
2. B
3. CERTO
4. CERTO
5. D
6. C
7. D
8. A
9. B
10. B
11. E
12. E
13. D
14. A
15. B

16. A
17. A
18. C
19. B
20. A
21. D
22. C
23. C
24. C
25. CERTO
26. CERTO
27. D
28. CERTO
29. ERRADO
30. CERTO
31. C
32. A
33. D
34. E
35. E
36. A

2.7 Licitação (Parte II)

1. B
2. B
3. E
4. E
5. C
6. A
7. A
8. C
9. E
10. ANULADA
11. A
12. A
13. D
14. E
15. B
16. D
17. D
18. B
19. E
20. B
21. B
22. A
23. D
24. B
25. B
26. C
27. A
28. B
29. B
30. A
31. C
32. C
33. A
34. D
35. D
36. C
37. B
38. B
39. D
40. E
41. D
42. B
43. B
44. B
45. E
46. D
47. B
48. E
49. B
50. E
51. C

2.8 Serviços Públicos

1. C
2. B
3. C
4. C
5. B
6. D
7. D
8. ERRADO
9. ERRADO
10. ERRADO
11. C
12. A
13. C
14. A
15. D
16. B
17. C
18. ERRADO
19. D
20. A
21. C
22. A
23. A
24. C
25. A
26. ANULADA
27. E

28. D
29. E
30. C
31. ERRADO
32. D
33. B
34. B
35. D
36. B
37. E
38. D
39. D
40. C
41. D
42. B
43. D
44. A
45. A
46. C
47. A
48. C
49. E
50. A
51. E
52. D
53. CERTO

2.9 Regime Jurídico Disciplinar

1. B
2. B
3. ERRADO
4. E
5. ERRADO
6. CERTO
7. B
8. ERRADO
9. C
10. ERRADO
11. D
12. D
13. A
14. C
15. C
16. CERTO
17. C
18. ERRADO
19. C
20. A
21. B
22. A
23. A
24. A
25. C
26. D
27. C
28. CERTO
29. E
30. E

2.10 Processo Administrativo

1. B
2. E
3. A
4. B
5. C
6. A
7. C
8. A
9. A
10. B
11. ERRADO
12. CERTO
13. E
14. E
15. D
16. D
17. A
18. A
19. A
20. B
21. E
22. C
23. A
24. CERTO
25. ERRADO
26. CERTO
27. CERTO
28. ERRADO
29. B
30. E
31. E
32. ERRADO
33. ERRADO
34. A
35. C
36. E
37. A
38. A
39. B
40. A
41. A
42. B

43. B
44. D
45. D
46. A
47. C

2.11 Responsabilidade Civil do Estado

1. D
2. A
3. C
4. D
5. A
6. C
7. E
8. A
9. E
10. CERTO
11. A
12. D
13. E
14. B
15. D
16. B
17. B
18. E
19. D
20. D
21. CERTO
22. B
23. CERTO
24. E
25. CERTO
26. CERTO
27. C
28. A
29. D
30. E
31. CERTO
32. ERRADO
33. B
34. C
35. E
36. B
37. A
38. CERTO
39. B
40. B
41. B
42. D
43. A
44. A
45. A
46. A
47. B
48. E
49. B
50. E
51. A
52. C

2.12 Improbidade Administrativa

1. D
2. E
3. C/E/E
4. E
5. D
6. D
7. A
8. B
9. C
10. C
11. E
12. B
13. E
14. D
15. E
16. D
17. A
18. C
19. CERTO
20. ERRADO
21. D
22. E
23. E
24. E
25. ERRADO
26. C
27. B
28. CERTO
29. ERRADO
30. A
31. ERRADO
32. CERTO
33. ERRADO

34. CERTO
35. A
36. D
37. B
38. E
39. A
40. CERTO
41. ERRADO
42. CERTO
43. A
44. A
45. ERRADO
46. CERTO
47. CERTO
48. ERRADO
49. ERRADO
50. CERTO
51. CERTO
52. ERRADO
53. CERTO

2.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias

1. A
2. C
3. A
4. B
5. C
6. A
7. B
8. E
9. C
10. E
11. C
12. E
13. A
14. A
15. B
16. D
17. E
18. A
19. C
20. C
21. D
22. E
23. CERTO
24. E
25. A
26. C
27. B
28. A
29. B
30. B
31. A
32. C
33. C
34. ERRADO
35. ERRADO
36. B
37. D
38. A
39. A
40. B
41. C
42. A
43. D

2.14 Lei de Responsabilidade Fiscal

1. E
2. A
3. D
4. E
5. B
6. A
7. C
8. CERTO
9. ERRADO
10. ERRADO
11. ERRADO
12. CERTO
13. D
14. C
15. D
16. C
17. B
18. D
19. A
20. D
21. C
22. C
23. CERTO
24. D

25. E
26. B
27. C
28. ERRADO
29. ERRADO
30. CERTO
31. A
32. D
33. A
34. D
35. A
36. ERRADO
37. D
38. A
39. C
40. E

2.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. D
2. A
3. B
4. A
5. B
6. D
7. E
8. B
9. E
10. D
11. E
12. B
13. E

2.16 Estatuto das Cidades

1. B
2. D
3. A
4. B
5. D
6. D
7. A
8. A
9. E
10. A
11. B
12. C
13. D
14. E
15. C
16. C
17. D
18. E
19. C
20. D
21. A
22. C
23. A
24. E
25. D
26. C
27. E
28. A
29. A
30. C
31. C
32. CERTO
33. ERRADO
34. CERTO
35. C
36. C
37. D
38. B
39. E
40. D
41. A
42. ERRADO
43. CERTO
44. E
45. A
46. D
47. C
48. D
49. A
50. ERRADO
51. CERTO
52. CERTO
53. B
54. E
55. C
56. D
57. C
58. C
59. D
60. ERRADO

2.17 Contratos (Parte I)

1. C
2. A
3. ERRADO
4. D
5. C
6. B e C
7. A
8. ERRADO
9. B
10. A
11. E
12. D
13. B
14. B
15. B
16. C
17. C
18. D

2.18. Contratos (Parte II)

1. D
2. B
3. C
4. B
5. C
6. A
7. A
8. D
9. E
10. D
11. A
12. A
13. E
14. D
15. D
16. E
17. D
18. A
19. C
20. D
21. C
22. A
23. B
24. C
25. A
26. C
27. E
28. E
29. A
30. A
31. C

2.19 Direito Administrativo

1. C
2. C
3. A
4. B
5. E
6. B
7. C
8. A
9. A
10. CERTO
11. ERRADO
12. B
13. ERRADO
14. A
15. B
16. B
17. ERRADO
18. E
19. D
20. C
21. D
22. A
23. E

2.20 Terceiro Setor

1. A
2. CERTO
3. ERRADO
4. CERTO
5. C
6. CERTO
7. E
8. CERTO
9. C
10. D
11. CERTO
12. ERRADO
13. A
14. D
15. E
16. E
17. A
18. D
19. B
20. D
21. E
22. B
23. CERTO
24. ERRADO
25. ERRADO
26. C
27. A
28. B
29. E
30. D

2.21 MROSC

1. D
2. B
3. B
4. B
5. B
6. B
7. D
8. C
9. A
10. A
11. B
12. CERTO
13. D
14. D
15. B
16. D
17. A
18. ERRADO
19. B

2.22 Bens Públicos

1. A
2. A
3. A
4. D
5. B
6. B
7. D
8. B
9. B
10. C
11. D
12. B
13. B
14. A
15. CERTO
16. ERRADO
17. A
18. D
19. A
20. D
21. D
22. ERRADO
23. B
24. A
25. C
26. D
27. A
28. B
29. ERRADO
30. D
31. C
32. C
33. B

2.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis

1. C
2. D
3. B
4. C
5. B
6. D
7. C
8. D
9. C
10. A
11. A
12. C
13. E
14. E
15. E
16. E
17. B
18. C
19. CERTO
20. D
21. D
22. C
23. C
24. B
25. C
26. C
27. A
28. A
29. C
30. B
31. A
32. C
33. E
34. C
35. A
36. B
37. B
38. C
39. B
40. E
41. B
42. B
43. B
44. C
45. B
46. C
47. C
48. E
49. B
50. B
51. E
52. A
53. C
54. E
55. C
56. B
57. A
58. D
59. ERRADO
60. CERTO

2.24 Controle da Administração Pública

1. C
2. B
3. A
4. D
5. D
6. ERRADO
7. ERRADO
8. CERTO
9. ERRADO
10. A
11. B
12. ERRADO
13. ERRADO
14. CERTO
15. A
16. D
17. C
18. D
19. E
20. C
21. ANULADO
22. E
23. B
24. D
25. D
26. A
27. A
28. A
29. B
30. B

31. C
32. E
33. B
34. E
35. B
36. B
37. ERRADO
38. D

2.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67

1. A
2. ERRADO
3. ERRADO
4. ERRADO
5. E
6. D
7. CERTO
8. E
9. A
10. E
11. C
12. E
13. C
14. B
15. C
16. D
17. D
18. B
19. C
20. B
21. E
22. C
23. B
24. E
25. D
26. B
27. A
28. B
29. C
30. C
31. E
32. E

3.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN)

1. D
2. C
3. C
4. D
5. ERRADO
6. CERTO
7. A
8. C
9. E
10. D
11. CERTO
12. A
13. CERTO
14. C
15. CERTO
16. C
17. D
18. ERRADO
19. C
20. ERRADO
21. D
22. C
23. E
24. CERTO
25. ERRADO

3. QUESTÕES OBJETIVAS – RESOLVIDAS E COMENTADAS

3.0 Organização da Administração Pública

1. **2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal**

Conforme explica Irene Patrícia Nohara (2018), "tanto a desconcentração como a descentralização são técnicas utilizadas para racionalizar o desenvolvimento e a prestação de atividades do Estado". Considerando o tema tratado, assinale a alternativa correta.

a) Como decorrência do processo de desconcentração, surge a Administração Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

b) A descentralização pode ser definida como a realocação de órgãos administrativos despersonalizados.

c) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são consideradas entes estatais, mesmo sendo detentoras de personalidade jurídica de direito privado.

d) Os consórcios públicos são órgãos despersonalizados, podendo ser tanto de direito público quanto de direito privado.

e) Os serviços sociais autônomos são espécies de autarquias.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque o surgimento da Administração Indireta decorre da técnica de descentralização (descentralização por serviços, funcional ou técnica, também denominada descentralização por outorga) e não da desconcentração.

Incorreta a alternativa "b" porque a técnica de descentralização pressupõe o surgimento de novas pessoas jurídicas. A criação de órgãos despersonalizados dentro da estrutura piramidal da Administração Pública faz parte da técnica da desconcentração.

Correta a alternativa "c" porque, de fato, as Estatais (Sociedades de Economia Mistas, Empresas Públicas e suas subsidiárias) integram a Administração Pública Indireta, mesmo tendo personalidade jurídica de direito privado. Nessa linha, os artigos 3º e 4º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016):

> *Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.*
>
> *Art. 4º Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.*

Incorreta a alternativa "d" porque os Consórcios Públicos, tratados pela Lei nº 11.107, de 2005, são entes personalizados, constituindo-se em Associação Pública ou Pessoa Jurídica de Direito Privado. Nessa linha, veja o art. 6º da aludida lei:

> *Art. 6o O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*
>
> *I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*
>
> *II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*
>
> *§ 1o O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.*
>
> *§ 2o No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Incorreta a alternativa "e" porque os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública indireta, criadas ou autorizadas por lei para realizarem atividA C de de interesse público não exclusivo do Estado, sem fins lucrativos, e que por esse motivo são fomentadas, incentivadas e subvencionadas pela Administração Pública.

Resposta: Alternativa C.

---

2. 2019/FCC/DPE-SP/Defensor Público

Com relação à estrutura da Administração Pública brasileira, é correto afirmar:

(A) o modelo de Administração burocrático compreende o cidadão como cliente dos serviços públicos prestados pelo Estado diretamente ou mediante delegação.

(B) Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Contas integram a chamada administração pública direta.

(C) autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e agências reguladoras integram a chamada administração pública direta.

(D) o modelo de Administração Pública gerencial se baseia nos princípios da formalidade, da impessoalidade e do profissionalismo.

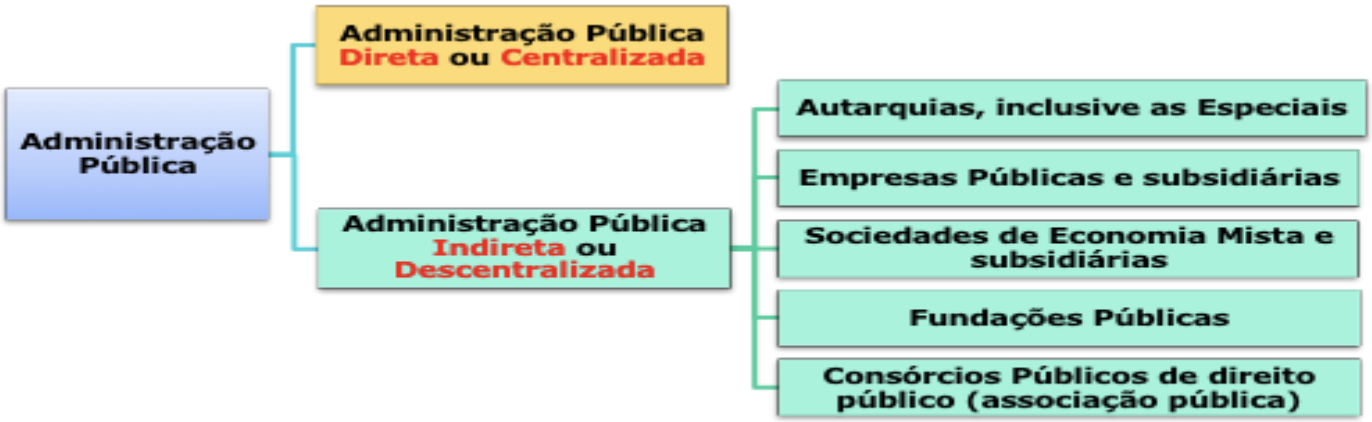
(E) o modelo de Administração patrimonialista, informado pelo princípio do profissionalismo, tem como finalidade a gestão do patrimônio público.

Comentários:

A alternativa "a" está incorreta porque a Administração Pública burocrática baseia-se em processos e em uma estruturação rígida e hierarquizada. A visão do cidadão como cliente de serviços públicos, aproxima-se mais da Administração Pública gerencial e, porque não, do Estado em Rede.

A alternativa "b" está correta porque, de fato, a Administração Pública Direta é formada pelos Entes Políticos da Federação, cabe dizer, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com competência para o exercício da função administrativa, bem como pelos conjuntos de órgãos constitucionalmente previstos (MP, TCU, DP etc).

A alternativa "c" está incorreta porque as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e agências reguladoras integram a chamada administração pública indireta.



A alternativa "d" está incorreta porque o modelo de Administração Pública gerencial se baseia no princípio da eficiência focando em resultado e não nos processos.

A alternativa "e" está incorreta porque o modelo de Administração Pública patrimonialista é aquele que não diferencia patrimônio público do patrimônio privado. O patrimonialismo remete ao que de pior o Estado ineficiente pode abarcar: falta de profissionalismo, nepotismo e corrupção, entre outros.

Resposta: alternativa "b".

---

3. **2018/VUNESP/IPSMP/Procurador**

Sobre a autarquia, assinale a alternativa correta.

a) É pessoa jurídica de direito público criada por lei, integrante da Administração direta.

b) É criada por lei, mas sua existência legal depende do registro do seu estatuto na Junta Comercial.

c) É criada por lei para desempenhar, com exclusividade, funções de caráter econômico, que sejam próprias e típicas do Estado.

d) Sua extinção, assim como sua criação, somente pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo.

e) Tem personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, mas está subordinada ao controle hierárquico do Ministério ou Secretaria ao qual se encontra vinculada.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque as autarquias integram a Administração Pública indireta (são entes personalizados e descentralizados).

Incorreta a alternativa "b" porque, conforme o inciso XIX do art. 37 da CRFB, a própria lei cria a autarquia, dispensando-se qualquer providencia adicional.

Incorreta a alternativa "c" porque, conforme inciso I do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 1967, autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. As funções de caráter econômico não estão no rol de atividades praticáveis pelas autarquias (atuar no domínio econômico não é atividade típica de Estado, sendo excepcional quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo – art. 173 da CRFB).

Correta a alternativa "d". A criação de autarquias, nos termos do inciso XIX do art. 37 da CRFB, exige lei especifica. Lembre-se que esta própria lei já cria a autarquia sem necessidade de qualquer providencia adicional para sua criação, como ocorre com as pessoas jurídicas de direito privado. Além disso, em respeito ao paralelismo das formas, também se exige lei específica para extinção das autarquias. Frise-se que, de acordo com o art. 61, §1º, II, "e" da CRFB, compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa de lei que disponha sobre organização administrativa (aplica-se também, por paralelismo, ao Poder Executivo Estadual Distrital e Municipal – os respectivos Chefes do Executivo).

Incorreta a alternativa "e" porque não há hierarquia e sim supervisão ministerial(controle finalístico), conforme art. 19 do Decreto-Lei nº 200, de 1967 (Todo e qualquer órgão da Administração Federal, direta ou indireta*, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente, excetuados unicamente os órgãos mencionados no art. 32, que estão submetidos à supervisão direta do Presidente da República*).

Resposta: alternativa "d".

---

4. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta a respeito dos consórcios públicos.

a) O consórcio público poderá se constituir em pessoa jurídica de direito privado.

b) O consórcio público, ainda que com personalidade jurídica de direito público, não integra a administração indireta dos entes da Federação consorciados.

c) O consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, desde que participe de regular procedimento licitatório.

d) A União não poderá participar de consórcios públicos.

e) Considera-se inválida cláusula de contrato de consórcio público que autorize ser ele celebrado por apenas uma parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.

Comentários

Correta a alternativa "a". De acordo com o §1º do art. 1º da Lei nº 11.107, de 2005, o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 6º, §1º, da aludida lei, o consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o §1º, inciso III, do art. 2º da aludida lei, para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Incorreta a alternativa "d" porque a União pode sim participar de consórcios públicos. O requisito, entretanto, fixado no §2º do art. 1º da Lei nº 11.107, de 2005, é que a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §1º do art. 5º da lei em epígrafe, o contrato de consórcio público, caso assim preveja cláusula, pode ser celebrado por apenas 1 (uma) parcela dos entes da Federação que subscreveram o protocolo de intenções.

Resposta: alternativa "a".

---

5. 2017/Quadrix/CFO-DF/Procurador Jurídico

O Conselho Federal de Odontologia (CFO), mesmo sendo considerado como autarquia federal, não possui o direito à isenção do preparo conferida aos demais entes públicos.

Certo ( ) Errado ( )

Comentários

De acordo com o entendimento do STF, baseado no art. 4º da Lei nº 9.289, de 1996, não obstante possuírem natureza jurídica de Autarquia, os Conselhos de Fiscalização Profissional não estão isentos

do pagamento de custas. O entendimento do STJ é no sentido de que, por expressa disposição legal, a referida isenção não alcança as entidades fiscalizadoras do exercício profissional (REsp 1338247).

Resposta: certo.

---

6. 2017/CESPE/TRF-5ª. REGIÃO/Juiz Federal

Acerca da administração indireta, das formas de intervenção do Estado e do direito administrativo econômico, assinale a opção correta.

a) Segundo o STF, o tratamento constitucional favorecido para empresas de pequeno porte resguarda o acesso aos programas de benefícios fiscais mesmo a empresas de pequeno porte que tenham débitos fiscais.

b) Situação hipotética: A autarquia X, vinculada ao Ministério Y, foi instituída para fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo setor Z. Assertiva: Nessa situação, a transferência de recursos do ente instituidor é vedada à autarquia X, visto que esta possui personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira.

c) Situação hipotética: Em razão de grave crise hídrica que assola o estado X, o governo local instituiu empresa subsidiária da empresa de abastecimento primária para atuar nos problemas emergenciais de abastecimento de água. Assertiva: Nessa situação, houve descentralização do serviço por delegação, sendo legal a instituição de subsidiária da empresa de abastecimento.

d) Situação hipotética: Com base em competência constitucional, o Ministério X proibiu, por meio de portaria, a venda de combustíveis para transportadoras e revendedoras do tipo Y, com o objetivo de combater o transporte clandestino de combustíveis e regulamentar o mercado em defesa do consumidor. Assertiva: Conforme entendimento do STF, a referida portaria é inconstitucional, por ofensa ao princípio da livre iniciativa.

e) Conforme o STJ, embora seja permitido o exercício do poder de polícia fiscalizatório por sociedade de economia mista, é vedada a possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias derivadas da coercitividade presente no referido poder.

Comentários

Incorreta a assertiva "a" porque, de acordo com o STF, no julgamento do RE 627543 com repercussão geral, decidiu-se que a previsão do inciso V, do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (coloca como requisito para o recolhimento de impostos e contribuições pelo Simples Nacional que as microempresas e empresas de pequeno porte não possuam débitos com o INSS ou com a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal), não ofende a constituição porque não se caracteriza, a priori, como fator de desequilíbrio concorrencial, pois se constitui em exigência imposta a todas as pequenas e as microempresas(MPE), bem como a todos os microempreendedores individuais (MEI),devendo ser contextualizada, por representar também forma indireta de se reprovar a infração das leis fiscais e de se garantir a neutralidade, com enfoque na livre concorrência.

Incorreta a alternativa "b" porque não há vedação de transferência de recursos do ente instituidor à Autarquia. Inclusive, o art. 165 da CRFB, que trata dos orçamentos, prevê expressamente que a LOA deve contemplar o orçamento fiscal da Administração Direta e Indireta (§5º). Ou seja, em que pese a Autarquia, pessoa jurídica de direito público, possuir a capacidade de autogestão, não há impedimento que o ente instituidor faça aporte financeiro para o atingimento das finalidades para as quais foi criada a Autarquia. Inclusive, é muito comum a transferência de recursos para Universidades e Hospitais públicos criados como Autarquias.

Incorreta a alternativa "c" porque a delegação ocorre na descentralização por colaboração à pessoa jurídica de direito privado não integrante da Administração Indireta. É formalizada por contrato ou ato unilateral. Já a criação de subsidiária e a atribuição a essa fixada deve ser objeto de lei, conforme inciso XX do art. 37 da CRFB. Neste caso, tem-se a descentralização por serviço (também denominada outorga) que ocorre não por delegação e sim por força de lei. Logo, a situação hipotética trata de outorga ou descentralização por serviço e não de delegação ou descentralização por colaboração, em função da necessária criação por lei de subsidiária.

Incorreta a alternativa "d" porque o posicionamento do STF no julgamento do RE 349686 foi exatamente o contrário. Veja um excerto da Ementa:

> *"Constitucional. Administrativo. Distribuição de combustíveis. Recepção. Portaria ministerial. Validade. 1. O exercício de qualquer atividade econômica pressupõe o atendimento aos requisitos legais e às limitações impostas pela Administração no regular exercício de seu poder de polícia, principalmente quando se trata de distribuição de combustíveis, setor essencial para a economia moderna. 2. O princípio da livre iniciativa não pode ser invocado para afastar regras de regulamentação do mercado e de defesa do consumidor. 3. A Portaria 62/95 do Ministério de Minas e Energia, que limitou a atividade do transportador-revendedor-retalhista, foi legitimamente editada no exercício de atribuição conferida pelo DL 395/38 e não ofendeu o disposto no art. 170, parágrafo único, da Constituição. (RE 349686, Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 14/06/2005)".*

Correta a alternativa "e". O Poder de Polícia apresenta 4 fases: 1) consentimento de polícia administrativa; 2) fiscalização de polícia administrativa; 3) legislação de polícia administrativa; 4) sanção de polícia administrativa. Segundo o STJ (REsp 817.534), o Poder de Polícia, em suas fases "ordem de polícia" e "sanção de polícia", não pode ser delegado à pessoa jurídica de direito privado, como as Sociedades de Economia Mista, porque relacionadas ao Poder de Império Estatal.

Resposta: alternativa "e".

---

7. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Consoante site da Prefeitura de São José dos Campos: "O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos – IPSM é uma entidade autárquica, sem fins lucrativos. É o órgão gestor do Regime Próprio de Previdência do Município. Seu compromisso é atender às necessidades do servidor municipal de São José dos Campos, concedendo benefícios, prestando serviços aos seus segurados e dependentes."

Podemos afirmar corretamente que o IPSM:

a) integra a Administração Pública Direta do Município, com personalidade jurídica de direito público.

b) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

c) não integra a Administração Pública do Município, possuindo personalidade jurídica de direito privado.

d) integra a Administração Pública Indireta, possuindo personalidade jurídica de direito público.

e) sendo uma autarquia é pessoa jurídica de direito público, instituída para desempenhar atividades administrativas sob regime de direito privado.

Comentários

Incorretas as alternativas "a" e "c" porque conforme o art. 4º, inciso II, alínea "a", do Decreto-Lei nº 200, de 1967, a Autarquia integra a Administração Pública Indireta.

Incorretas as alternativas "b" e "e" porque as Autarquias, as Fundações Públicas de direito público e as Associações Públicas são os entes da Administração Indireta que possuem personalidade jurídica de direito público.

Correta a alternativa "d" com base no art. 4º do Decreto-Lei nº 200, de 1967, citado acima.

Resposta: alternativa "d".

---

8. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

No que se refere a organização administrativa, administração pública indireta e serviços sociais autônomos, assinale a opção correta.

a) Por execução indireta de atividade administrativa entende-se a adjudicação de obra ou serviço público a particular por meio de processo licitatório.

b) É possível a participação estatal em sociedades privadas, com capital minoritário e sob o regime de direito privado.

c) Desde que preenchidos certos requisitos legais, as sociedades que comercializam planos de saúde poderão ser enquadradas como OSCIPs.

d) Desconcentração administrativa implica transferência de serviços para outra entidade personalizada.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque é preciso diferenciar *execução indireta de atividade administrativa* de *execução indireta de serviço público*. A execução indireta de atividade administrativa é realizada

por lei, nos termos do art. 37, inciso XIX, da CRFB, com a criação de entidades da Administração Indireta (descentralização por serviços ou outorga). Por outro lado, a descentralização em colaboração aos agentes privados para prestação de serviço público exige licitação (delegação).

Correta a alternativa "b". De acordo com o inciso XX do art. 37 da CRFB, depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades integrantes da Administração Indireta, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada. Cuidado para não confundir a possibilidade de participação estatal em sociedades privadas, que pode ocorrer com capital majoritário ou minoritário, com a composição societária da Sociedade de Economia Mista, na qual, esta sim deverá ter o Ente Público com a maioria do capital com direito a voto. Ademais, a Lei nº 13.303, de 2016, fixou mecanismos garantidores à participação dos minoritários no processo decisório ou de governança das empresas privadas, exatamente para obrigar os Entes Públicos que participarem em sociedades privadas que o façam de forma responsável e acompanhando os resultados da sociedade.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 2º, inciso I, da Lei nº 9.790, de 1999, as sociedades comerciais não são passíveis de serem qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Incorreta também a alternativa "d" porque confunde desconcentração com descentralização. A descentralização administrativa implica transferência de serviços para outra entidade personalizada. Ou seja, exige mais de uma pessoa jurídica. Já a desconcentração ocorre dentro da mesma pessoa jurídica com a distribuição de atividades ou competência do centro do órgão para outros órgãos hierarquicamente subordinados.

Resposta: alternativa "b".

---

9. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Ao instituir programa para a reforma de presídios federais, o governo federal determinou que fosse criada uma entidade para fiscalizar e controlar a prestação dos serviços de reforma. Nessa situação, tal entidade, devido à sua finalidade e desde que criada mediante lei específica, constituirá uma agência executiva.

Certo ( ) Errado ( )

Comentários

A qualificação como Agência Executiva é concedida à autarquia ou fundação que cumpra os requisitos previstos no art. 51 da Lei nº 9.649, de 1998, entre os quais, ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento; e ter celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor. Se há interesse do Governo Federal em descentralizar a fiscalização e controle da prestação de serviços de reforma dos presídios federais, de criar um ente personalidade, por meio de lei específica, conforme disciplina o inciso XIX do art.

37 da CRFB, que integrará a Administração Pública indireta. Em função do objeto (atividade administrativa e não exploração de atividade econômica), o ente poderia ser uma Autarquia, inclusive de caráter especial, se assim o definisse a lei (podendo qualifica-la inclusive como Agência Reguladora), ou uma Fundação Autárquica. Isto é, teria personalidade jurídica de direito público.

Resposta: errado.

---

10. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

No caso de parceria a ser firmada entre a administração pública e organização da sociedade civil, se não houver transferências voluntárias de recursos, deverá ser utilizado o instrumento jurídico estabelecido em lei denominado acordo de cooperação.

Certo ( ) Errado ( )

Comentários

De acordo com o inciso VIII-A do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros. Não confunda com *termo de colaboração* nem com *termo de fomento.* Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros. Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Resposta: certo.

---

11. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Os serviços sociais autônomos

a) são beneficiados pelos privilégios processuais de dilação de prazo recursal.

b) devem ser criados mediante autorização por lei.

c) são alcançados pelos sistemas de precatórios.

d) possuem personalidade jurídica de direito público.

e) estão obrigados a realizar procedimentos licitatórios.

Comentários

Incorretas as alternativas "a" e "c" porque, como não integram a Administração Pública, não usufruem de privilégios processuais da Fazenda Pública nem respondem pelos débitos oriundos de decisão judicial transitada em julgado por meio de precatório (STF AI 841.548 RG) e sim devem atender aos mesmos institutos e procedimentos das pessoas jurídicas de direito privado.

Correta a alternativa "b". Os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública indireta, criadas ou autorizadas por lei para realizarem atividade de interesse público, sem fins lucrativos, não exclusivo do Estado, e que por esse motivo são fomentadas, incentivadas e subvencionadas pela Administração Pública.

Incorreta a alternativa "d" porque, em que ser criada ou autorizada por lei, não integram a Administração Indireta e possuem personalidade jurídica de direito privado (STF ADI 1.864).

Incorreta a alternativa "e" porque os Serviços Sociais Autônomos não se sujeitam à estrita observância da Lei 8.666/1993, mas sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar pelos princípios gerais do processo licitatório e seguir os postulados gerais relativos à Administração Pública, em especial os da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da isonomia e da publicidade (TCU Acórdão 2198/2015).

Resposta: alternativa "b".

---

12. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Acerca dos serviços sociais autônomos, julgue os itens a seguir.

I. As entidades de cooperação governamental, às quais são destinados recursos oriundos de contribuições parafiscais, têm por finalidade desenvolver atividade social que represente a prestação de serviço de utilidade pública em benefício de certos grupamentos sociais ou profissionais.

II. As entidades de cooperação governamental não integram a estrutura da administração pública indireta, e, dada a natureza jurídica de direito privado que ostentam, não se submetem ao controle do tribunal de contas.

III. Conforme entendimento do STF, as entidades de serviços sociais autônomos integrantes do sistema "S" não se submetem à exigência do concurso público para a contratação de pessoal.

IV. As entidades de serviços sociais autônomos submetem-se a licitações para a realização de contratações, em cumprimento aos estritos termos da Lei n.º 8.666/1993.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e IV.

d) I, III e IV.

e) II, III e IV.

Comentários

Correta a assertiva I, já que em linha com o conceito de serviço social autônomo. Cabe dizer também que a contribuição parafiscal tem fundamento nos artigos 149 e 240 da CRFB.

Incorreta a assertiva II, em função de sua parte final, já que, conforme jurisprudência do STF (ADI 1864) e TCU (Acórdão 2079/2015) os serviços sociais autônomos se sujeitam sim ao controle pelo Tribunal de Contas.

Correta a assertiva III que está em linha com o posicionamento do STF no julgamento da ADI 1.864, veja:

> *serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S", vinculados a entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a administração pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. Tanto a CF de 1988, como a correspondente legislação de regência (como a Lei 8.706/1993, que criou o Serviço Social do Trabalho – SEST) asseguram autonomia administrativa a essas entidades, sujeitas, formalmente, apenas ao controle finalístico, pelo tribunal de contas, da aplicação dos recursos recebidos. Presentes essas características, não estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do art. 37, II, da CF.*

Incorreta a assertiva IV, porque os serviços sociais autônomos não se sujeitam à estrita observância da Lei 8.666/1993, mas sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar pelos princípios gerais do processo licitatório e seguir os postulados gerais relativos à Administração Pública, em especial os da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da isonomia e da publicidade (TCU Acórdão 2198/2015).

Resposta: alternativa "b".

---

13. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Em seu sentido subjetivo, o termo Administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa. Desse modo, a Defensoria Pública do Estado do Paraná,

a) é pessoa jurídica de direito público e possui capacidade processual, podendo ser configurada como autarquia sui generis – sociedade pública de advogados, embora não seja instituição autônoma com sede constitucional.

b) possui capacidade processual para ingressar com ação para a defesa de suas funções institucionais por expressa previsão legal, embora não seja pessoa jurídica de direito público.

c) é pessoa jurídica de direito público e possui capacidade processual, podendo, caso haja expressa previsão legal, integrar a pessoa jurídica "Estado do Paraná" por ser instituição autônoma com sede constitucional.

d) integra a pessoa jurídica de direito público "Estado do Paraná" e possui capacidade jurídica, sendo representada, em juízo, pela Procuradoria do Estado em toda espécie de processo judicial de seu interesse.

e) integra a pessoa jurídica de direito público "Estado do Paraná" e possui capacidade jurídica, sendo representada, em juízo, pela Procuradoria do Estado em toda espécie de processo judicial de seu interesse, exceto ações trabalhistas que tramitarem na Justiça do Trabalho.

Comentários

Incorretas as alternativas "a" e "c" porque, como dito, a Defensoria não é uma pessoa jurídica de direito público.

Correta a alternativa "b". A Defensoria Pública não configura uma pessoa jurídica própria, ela é um órgão da Administração Pública direta com personalidade judiciária (capacidade processual) outorgada diretamente pelas competências constitucionais a ela atribuídas. Na classificação dos órgãos realizada na obra do professor Hely Lopes Meirelles, considera-se independentes aqueles órgãos originados da própria Constituição.

Incorretas as alternativas "d" e "e" porque a Defensoria não é representada em juízo pela Procuradoria. Ela própria possui capacidade processual para a defesa de seus direitos institucionais. Veja o art. 134 da CRFB:

> *A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.*

Resposta: alternativa "b".

---

14. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça Substituto

Determinado estado da Federação pretende propor a celebração de parceria com uma organização da sociedade civil na área de preservação do meio ambiente, visando à consecução de interesse público e recíproco. Tal parceria envolverá o repasse de recursos financeiros do estado para a organização.

Nessa situação, deverá ser firmado o instrumento denominado

a) termo de parceria, realizado mediante prévio chamamento público.

b) termo de colaboração, realizado mediante prévio chamamento público.

c) convênio, que dependerá de prévia licitação.

d) acordo de cooperação, que prescinde de licitação.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque o termo de parceria é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas em lei (art. 9º da Lei nº 9.790, de 1999).

Correta a alternativa "b". Como vimos, chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014). Por sua vez, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiro (inciso VII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014).

Incorreta a alternativa "c" porque o convênio não depende de licitação, tanto que a própria Lei nº 8.666, de 1993, afirma em seu art. 116 que as suas disposições se aplicam apenas no que couber aos convênios. Convênio é uma forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração. Portanto, convênio é um acordo e não um contrato, já que os interesses dos convenentes são convergentes.

Incorreta a alternativa "d" porque acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros (inciso VIII-A do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014).

Resposta: alternativa "b".

---

15. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta, em relação aos consórcios públicos disciplinados pela Lei n. 11.107, de 06 de abril de 2005.

a) A emissão de documentos de cobrança e as atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos não se coadunam com as finalidades estabelecidas em lei para os consórcios públicos, razão pela qual estão expressamente vedadas.

b) O protocolo de intenções deve definir o número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral, sendo assegurado 1 (um) voto a cada ente consorciado.

c) O consórcio público poderá ser concessionário, permissionário ou autorizatário do serviço público, mas não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização do serviço público a terceiros.

d) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, integrando, em qualquer caso, a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

e) O consórcio público que tenha personalidade jurídica de direito privado não está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas, a quem cabe fiscalizar apenas cada um dos integrantes do consórcio, nos termos do contrato de rateio.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado (§2º do art. 2º).

Correta a alternativa "b" porque apresenta a literalidade do §2º do art. 4º da Lei nº 11.107, de 2005.

Incorreta a alternativa "c" porque os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor (§3º do art. 2º).

Incorreta a alternativa "d" porque o consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, mas a lei não faz a mesma afirmação para o consórcio público com personalidade jurídica de direito privado (art. 6º). Lembre-se que há doutrinas (Maria Sylvia e José dos Santos Carvalho Filho) que apontam que ambos (consórcios públicos com personalidade jurídica de direito público ou privado) integram a Administração Indireta. De todo modo, perceba que o examinador está questionando com base na Lei nº 11.107, de 2005.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §único do art. 9º da lei em epígrafe, o consórcio público está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

Resposta: alternativa "b".

16. Q17. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Centralização, descentralização e desconcentração são técnicas de organização utilizadas pela Administração Pública. Essas técnicas

a) envolvem a distribuição de tarefas e a lotação de agentes públicos em órgãos públicos.

b) implicam necessariamente a distribuição de competências em uma mesma pessoa jurídica.

c) ligam-se obrigatoriamente às entidades da Administração Direta.

d) cuidam da execução de competências administrativas dos entes da federação, de forma direta ou indireta.

e) prescindem de lei para criação de entidades públicas, em razão de expressa previsão constitucional.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque a descentralização não necessariamente envolve órgãos públicos, mas pessoas jurídicas diversas. Além disso, não necessariamente envolverá lotação de agentes públicos.

Incorreta a "b" porque, também na descentralização, haverá o envolvimento de mais de uma pessoa jurídica.

Incorreta a "c" porque pode envolver entes da Administração Indireta.

Correta a alternativa "d". A execução das múltiplas atividades estatais pode, em tese, se dar de forma centralizada e concentrada (uma única pessoa jurídica com um único órgão), de forma centralizada e desconcentrada (uma única pessoa jurídica com vários órgãos em uma estrutura piramidal e hierárquica), de forma descentralizada e concentrada (várias pessoas jurídicas, mas cada uma delas composta por apenas um órgão) ou de forma descentralizada e desconcentrada (várias pessoas jurídicas, sendo cada uma delas formada por vários órgãos). Portanto, essas técnicas cuidam exatamente da distribuição de competências administrativas dos entes da federação para execução das atividades públicas de forma direta ou indireta.

Incorreta a "e" porque, nos termos do inciso XIX do art. 37 da CRFB, há necessidade de lei específica para criar Autarquia e para autorizar a instituição de Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundação.

Resposta: alternativa "d".

---

17. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre as agências reguladoras, é correto afirmar:

a) embora possuam natureza jurídica de autarquia, são dotadas de regime especial, consistente em alto grau de autonomia, mandado fixo e estabilidade de seus dirigentes e poder de regulação mediante a edição de normas gerais e abstratas de natureza infralegal, em matérias de suas competências, e subordinada ao princípio da legalidade.

b) possuem natureza jurídica de autarquia – o que impõe criação e extinção por lei – e desenvolvem, sob regime jurídico de direito público, atividades próprias do Estado e com certa autonomia em relação à administração central, não diferindo, portanto, de suas congêneres.

c) por sua conformação constitucional distinta, não se subordinam ao modelo das autarquias, uma vez que possuem alto grau de autonomia que se expressa no mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e, no poder normativo, com possibilidade de inovar na ordem jurídica com edição de normas abstratas e gerais nas matérias de suas competências.

d) são dotadas de autonomia administrativa e financeira e hierárquica em relação à Administração Direta, como os demais entes autárquicos, mas dotadas de regime especial que se expressa na previsão de mandatos fixos e estabilidade de seus dirigentes.

Comentários

Essa é uma daquelas questões que você precisa assinalar a "menos pior" das alternativas.

A alternativa "a" tem um erro crasso que é citar o período fixo dos dirigentes da Agência Reguladora como mandado. Mandado significa a ordem de uma autoridade. Já o mandato ocorre quando alguém recebe poderes de outro para em nome deste praticar atos ou administrar interesses. De todo modo, como na alternativa "c" constou a palavra mandato, pode ter sido um erro de digitação. Cabe ressaltar também que mesmo o termo "mandato" é criticado por José dos Santos Carvalho Filho para o qual o mais apropriado seria denominar "investidura a termo". Superada essa questão ortográfica e semântica há uma questão bem interessante na alternativa "a", qual seja: o poder de regulação das Agências Reguladoras permite a edição de normas gerais e abstratas? Sim, porque a própria assertiva colocou um limitador, o princípio da legalidade. Lembre-se que, como vimos, o poder normativo técnico da Agência Reguladora deve respeito aos parâmetros que a lei determinou. E, de igual modo importante dizer, essas regulações são gerais (porque direcionados a destinatários indeterminados) e abstratos (não visam a subsumir-se a um único caso concreto).

Correta, portanto, a alternativa "a", abstraindo-se do termo "mandado

Incorreta a alternativa "b" porque há diferença entre as Autarquias comuns e as Autarquias Especiais que se qualificam por lei como Agências Reguladoras e, portanto, passam a gozar de prerrogativas que as diferenciam da Autarquia comum (maior liberdade de autogestão, independência administrativa e autonomia econômico-financeira, investidura a termo dos dirigentes, poder normativo técnico e autonomia decisória).

Incorreta a alternativa "c" porque a matriz das Autarquias especiais é exatamente a Autarquia comum prevista na Constituição, com prerrogativas diferenciadas a partir dessa estrutura já existente.

Incorreta a alternativa "d" em função da expressão "como os demais entes autárquicos". Como já dito, há diferença entre as Autarquias comuns e as Autarquias de caráter Especial qualificadas por lei como Agências Reguladoras.

Resposta: alternativa "a".

---

18. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Alberto Caeiro foi contratado pelo Conselho Regional de Contabilidade para trabalhar como assistente administrativo naquela entidade, em janeiro de 2016. Em fevereiro do corrente ano, foi dispensado, sem justa causa, da entidade. Alberto ajuizou ação em face da entidade, perante a Justiça Comum Estadual, visando sua reintegração, sob alegação de que se trata de entidade pertencente à Administração Pública e que seria ilegal a despedida imotivada. Ao apreciar a ação proposta, o Juízo Estadual deve

a) aceitar a competência, visto que se trata de entidade autárquica estadual, sendo a relação de trabalho de natureza tipicamente administrativa.

b) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça do Trabalho, visto que, por se tratar de entidade de direito privado, o vínculo sob exame é regido pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

c) reconhecer a incompetência e remeter a ação para a Justiça Federal, haja vista tratar-se de entidade autárquica federal, sendo o vínculo submetido ao regime jurídico único estatuído na Lei n° 8.112/90.

d) aceitar a competência, visto que se trata de típico contrato de prestação de serviços, regido pelas normas do Código Civil.

e) extinguir a ação por impossibilidade jurídica do pedido, pois não cabe ao Judiciário interferir em atos de natureza discricionária, como os que se referem a dispensa de servidores não estáveis.

Comentários

De acordo com o art. 109 da CRFB, aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. Assim, como os Conselhos de Classe são Autarquias Especiais (ADIN 1717) compete o julgamento à Justiça Federal. Não se aplica a exceção quanto à Justiça do Trabalho porque, em função da ADIN 2135, aplica-se à União, aos Estados, ao DF, aos Municípios e suas autarquias e fundações públicas o Regime Jurídico Único (em função da cautelar concedida na ADI 2.135, que suspendeu a eficácia do "caput" do art. 39 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, permanece produzindo efeitos a orientação originária do aludido

artigo, qual seja: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Ademais, na própria ementa o STF previu que se mantém vigente o texto originário do "caput" do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público). Na União, aplica-se a Lei nº 8.112, de 1990, Estatuto dos Servidores Civis Federais, e não a CLT, afastando, portanto, a competência trabalhista. Cuidado também para não escorregar com o fato de se tratar de Conselho Regional. Essas seccionais ou descentralizações estaduais ou regionais não afastam a natureza jurídica de Autarquia Federal do respectivo órgão de classe.

Resposta: alternativa "c".

---

19. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador Municipal

Respeitando-se o ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Administração Direta é formada por um conjunto de órgãos públicos, sem personalidade jurídica e eventual capacidade processual.

b) As autarquias, os consórcios públicos de direito público, as empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades dotadas de personalidade jurídica e integrantes da Administração Indireta.

c) Os serviços sociais autônomos e as entidades controladas pelo Poder Público também integram a estrutura da Administração Indireta na medida em que possuem personalidade jurídica própria.

d) Não existe relação de hierarquia entre os órgãos públicos da Administração Direta e as entidades administrativas da Indireta.

e) Segundo estabelecido pela Constituição Federal, os órgãos públicos da Administração Direta e as entidades administrativas da Indireta poderão ter sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira ampliada mediante contrato a ser firmado entre os seus administradores e o Poder Público.

Comentários

Correta a alternativa "a" que expressa bem ser a Administração Direta o conjunto de todos os órgãos públicos, esclarecendo que alguns órgãos possuem capacidade processual ou personalidade judiciária (órgãos constitucionais, Presidência da República, Mesa do Congresso, Mesa do Senado, entre outros).

Correta a alternativa "b". Integram a Administração Pública indireta as Autarquias, as Fundações Públicas, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista (inciso XIX do art. 37 da CRFB) e os Consórcios Públicos de direito público (art. 6º, §1º, da Lei nº 11.107, de 2005). O fato de não terem sido citadas as Fundações Públicas não afasta a assertiva estar correta. Em nenhum momento foi

falado "*só* as citadas". Além disso, as Fundações Públicas de direito público são verdadeiras autarquias, tanto que são denominadas Autarquias Fundacionais ou Fundações Autárquicas.

Incorreta a alternativa "c" porque o serviço social autônomo são pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública indireta, criadas ou autorizadas por lei para realizarem atividade de interesse público, sem fins lucrativos, não exclusivo do Estado, e que por esse motivo são fomentadas, incentivadas e subvencionadas pela Administração Pública.

Correta a alternativa "d", já que, de acordo com os artigos 19 e seguintes do Decreto-Lei nº 200, de 1967, não há hierarquia e sim supervisão ministerial ou controle finalístico (ou secretarial, para os governos Estaduais, Distritais ou Municipais).

Correta a alternativa "e" que está em linha com a previsão do §8º do art. 37 da CRFB que assim dispõe:

> *A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: I - o prazo de duração do contrato; II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; III - a remuneração do pessoal.*

Resposta: alternativa "c".

---

20. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador Municipal

Em relação à Administração Indireta, NÃO é apropriado afirmar que:

a) É formada pelo conjunto de pessoas (ou entidades) administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, tem como função desempenhar atividades administrativas de maneira descentralizada.

b) Diante do que é afirmado pela Constituição Brasileira, pode-se admitir a existência de entidades da Administração Indireta vinculadas também às estruturas dos Poderes Legislativo e Judiciário.

c) Existe autorização constitucional no Brasil para a criação de autarquias com o objetivo de exercer atividade econômica em sentido estrito.

d) As autarquias, mesmo dotadas de personalidade jurídica de direito público, podem produzir atos administrativos típicos e atos predominantemente de direito privado.

e) As empresas públicas e sociedades de economia mista podem ser criadas com o objetivo de prestar serviço público e/ou exercer atividade econômica em sentido estrito.

Comentários

Correta a assertiva "a" que bem caracteriza ser a Administração Indireta o conjunto de entes personalizados para desempenhar de forma descentralizada as atividades públicas e são vinculados

à Administração Direta (vinculação não quer dizer hierarquia – não há hierarquia, mas há vinculação pela supervisão ministerial ou controle finalístico).

Correta a alternativa "b" porque, de acordo com o "caput" do art. 37 da CRFB, pode sim, ao menos em tese, ser criada pessoa jurídica da Administração Indireta para qualquer dos Poderes da União, Estados, DF e Municípios. Logo, poder-se-ia instituir pessoas jurídicas descentralizadas vinculadas aos Poderes Legislativos e Judiciário. Lembre-se que essa posição também é defendida por José dos Santos Carvalho Filho.

Incorreta a alternativa "c" porque Autarquia, conforme já definia o Decreto-Lei nº 200, de 1967, é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. Destarte, caso o objetivo seja exercer a atividade econômica em sentido estrito e, desde que presentes os requisitos constitucionais para exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quais seja: quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo (art. 173 da CRFB), as figuras da Administração Pública Indireta apropriadas são a Empresa Pública ou a Sociedade de Economia Mista, diferenciando-se, especialmente, em função do capital social e do tipo societário.

Correta a alternativa "d" porque a Autarquia tal qual os Órgãos da Administração Direta podem produzir atos administrativos quando atuarem sob regime jurídico público e celebrarem atos predominantemente sob regime de direito privado, quando alugarem um imóvel, por exemplo.

Correta a alternativa "e" que está em linha com a inteligência dos artigos 173 (exploração da atividade econômica do Estado por meio de empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias) e 175 (prestação direta pelo Poder Público, incluindo aí a administração indireta, de serviços públicos) da CRFB.

Resposta: alternativa "c".

---

21. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Uma empresa pública e uma sociedade de economia mista, ambas dedicadas à atividade bancária e controladas pelo mesmo ente político, decidem, por seus órgãos deliberativos competentes, promover conjuntamente a criação de uma outra entidade, voltada a prestar serviços de tecnologia da informação necessários à automação de suas respectivas atividades-fim. A previsão é de que tal entidade contará com a participação de capital privado em sua composição acionária. Em vista de tais características, é certo tratar-se de

a) parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, em que as empresas que promoveram a criação da nova entidade serão usuárias dos serviços por ela prestados.

b) consórcio público, na modalidade de direito privado, sendo que será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções pelas entidades partícipes.

c) sociedade em comandita por ações, sendo que as empresas estatais figurarão como sócios comanditados e os eventuais acionistas privados serão os sócios comanditários.

d) agência executiva, visto que se trata de entidade com a finalidade específica de executar tarefas de forma descentralizada.

e) sociedade subsidiária, sendo que sua criação depende de prévia autorização legislativa.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque na PPP (Lei nº 11.079, de 2004) há a descentralização por colaboração, via licitação e contrato, e não descentralização administrativa, via lei, com criação de nova entidade da Administração Indireta.

Incorreta a alternativa "b" porque nos consórcios públicos deve haver a participação de, ao menos, dois Entes Políticos diferentes integrantes da Federação (com um rito previsto na Lei nº 11.107, de 2005 para a criação do consórcio – protocolo de intenções e ratificação por lei dos consorciados com confecção de contrato de celebração, contrato de rateio e contrato de programa, se o caso) e não duas Entidades da Administração Indireta do mesmo ente político.

Incorreta a alternativa "c" porque o capital privado só participa da composição social de entidade da Administração Indireta no caso de Sociedade de Economia Mista, que por obrigação legal, deve ser criada na modalidade sociedade anônima e não sociedade em comandita por ações (art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 1967, e art. 4º da Lei nº 13.303, de 2016).

Incorreta a alternativa "d" porque Agência Executiva trata-se de uma qualificação concedida pelo Poder Executivo à Autarquia ou Fundação já existente e não da criação de uma nova entidade personalizada (art. 51 da Lei nº 9.649, de 1998).

Correta a alternativa "e". Conforme inciso XX do art. 37 da CRFB, depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades da Administração Pública Indireta, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada. As sociedades subsidiárias, entidades com personalidade jurídica própria, são controladas e com gestão dependente de uma entidade já existente e integrante da Administração Indireta. As entidades subsidiárias também são conhecidas como entidades de segundo grau porque não são controladas diretamente pelo Ente Estatal e sim de forma indireta por meio de entidade da Administração Indireta.

Resposta: alternativa "e".

22. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

A respeito da fundação pública, marque a alternativa que não corresponde a uma característica da fundação pública:

a) a figura do instituidor;

b) o Poder Público não pode ser instituidor;

c) a ausência de fins lucrativos;

d) o fim social da entidade.

Comentários

Correta a alternativa "a". O que caracteriza a instituição de uma Fundação Pública, seja com personalidade jurídica de direito público (Fundação Autárquica ou Autarquia Fundacional, com características assemelhas à Autarquia) ou com personalidade jurídica de direito privado, é exatamente ser a figura do instituído o Poder Público.

Incorreta a alternativa "b", pelo motivo mencionado acima. Lembre-se que, se Fundação Pública de Direito Público, a própria lei específica cria diretamente a Fundação. Se Fundação Pública de Direito Privado, a lei especifica apenas autorizar a criação da Fundação. Lembre-se que, nos termos do inciso XIX do art. 37 da CRFB, cabe à lei complementar fixar as áreas de atuação da Fundação.

Corretas as alternativas "c" e "d" porque, como integrante da Administração Indireta, a fundação pública, seja de direito público ou de direito privado, não possui fins lucrativos e é figura jurídica a atuar em atividade de interesse coletivo típico de Estado.

Resposta: alternativa "b".

---

23. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Determinado Município firmou convênio com uma Organização Social de assistência aos deficientes visuais, repassando-lhe mensalmente verbas públicas, e cedendo também uma sala em escola municipal para o desempenho das atividades. Diante da situação em epígrafe, é correto afirmar:

a) Este convênio tão somente poderá ter realizado por intermédio de uma licitação, na modalidade Concorrência, uma vez que a livre escolha feita pela Administração não se enquadra nos casos de dispensa de licitação.

b) Uma vez que recebeu verbas públicas, a referida Organização Social deverá obrigatoriamente realizar procedimentos licitatórios para a utilização destes recursos.

c) As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações ao dever de licitar, visto a ausência de determinação constitucional.

d) As organizações sociais como as entidades paraestatais se submetem aos procedimentos licitatórios, nos mesmos moldes da Administração Direta.

Comentários

O terceiro setor se refere àqueles agentes privados que não integram o Estado, mas que exercem atividades de interesse da coletividade sem finalidade lucrativa. Ou seja, colaboram com o Estado, sem com ele se confundir. Lembre-se que o Estado, nessa classificação, configura o primeiro setor e o Mercado, o segundo setor. Enquadram-se, entre outros, no terceiro setor, os serviços sociais autônomos, as Organizações Sociais – OS, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e as Organizações da Sociedade Civil - OSC. Por não integrarem o Poder Público, nem mesmo na Administração Indireta, não estão submetidas à licitação, prevista constitucionalmente, no inciso XXI do art. 37 da CRFB.

Resposta: alternativa "c".

---

24. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador Municipal

A Administração Pública pode criar diversas pessoas para atuar na gestão dos bens e serviços públicos, dentre as quais temos as fundações. De acordo com o espelhado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tendo as fundações prerrogativas públicas são as mesmas equiparadas a:

a) sociedades de economia mista

b) pessoas do terceiro setor

c) empresas públicas

d) autarquias

e) organizações sociais

Comentários

Conforme jurisprudência do STF (por exemplo, RE 215741), o entendimento da Corte é o de que a finalidade, a origem dos recursos e o regime administrativo de tutela absoluta a que, por lei, estão sujeitas, fazem delas (fundações públicas de direito público) espécie do gênero autarquia. Nesse sentido, compete à Justiça Federal processar e julgar ação em que figura como parte fundação pública, tendo em vista sua situação jurídica conceitual assemelhar- se, em sua origem, às autarquias, ainda que o artigo 109, I da Constituição Federal, não se refira expressamente às fundações.

Resposta: alternativa "d".

---

25. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA/Procurador Municipal

A Lei no 11.107-2005 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos estabelecendo que ele será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de:

a) ações ordinárias

b) debêntures conversíveis

c) cotas sociais

d) partes beneficiárias

e) protocolo de intenções

Comentários

Conforme art. 3º da Lei nº 11.107, de 2005, o consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

Resposta: alternativa "e".

---

26. 2016/IBEG/PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI-ES/Procurador Municipal

Com relação Organização administrativa, é correto afirmar que:

a) Ressalvados os casos previstos na lei, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou diante de ofensa aos interesses individuais e coletivos, conforme definidos em lei.

b) As autarquias são entidades criadas pelos entes federativos para a execução atividades que requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada, porém, o ente federativo continuará titular do serviço, sendo responsável, dessa forma, pelos atos praticados pela autarquia.

c) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público que prestam serviços públicos de natureza social.

d) São consideradas agências executivas as autarquias e as fundações, que, mediante a celebração de um contrato de gestão, apresentam regime jurídico especial que lhes concede maior autonomia em relação ao ente federativo que as criou.

e) As sociedades de economia mista e as empresas públicas são entidades criadas por lei com personalidade de direito privado.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 173 da CRFB, ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional OU a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Incorreta a alternativa "b" porque na descentralização administrativa por serviços (outorga) ocorre a criação de uma pessoa jurídica própria por lei, integrante da Administração Indireta, havendo a transferência da titularidade e da execução do serviço. Ademais, como pessoa jurídica personalizada, a autarquia responde diretamente por seus atos praticados. Conforme art. 1º da Lei

nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei.

Incorreta a alternativa "c", pelos motivos já mencionados.

Correta a alternativa "d". De acordo com o art. 51 da Lei nº 9.649, de 1998, a Agência Executiva se trata de uma qualificação concedida pelo Poder Executivo à Autarquia ou Fundação já existente. No mesmo artigo há ainda a previsão (§2º) de que o Poder Executivo edite medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, visando assegurar a sua autonomia de gestão, bem como a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para o cumprimento dos objetivos e metas definidos nos Contratos de Gestão.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o inciso XIX do art. 37 da CRFB, a lei específica autoriza a instituição de sociedades de economia mista e de empresas públicas e não as cria diretamente.

Resposta: alternativa "d".

---

27. 2016/IBEG/PREFEITURA DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA/Procurador Municipal

Analise os itens abaixo, relativos à organização e aos privilégios da administração pública brasileira e assinale a alternativa correta:

I - São processadas e julgadas na justiça federal as ações propostas por servidores contra as empresas públicas federais com as quais mantenham relação jurídica laboral.

II - Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

III - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

IV - Uma empresa pública é constituída de capital público e privado.

a) apenas as alternativas I e II são verdadeiras.

b) apenas as alternativas I e III são verdadeiras.

c) apenas as alternativas II e III são verdadeiras.

d) apenas as alternativas III e IV são verdadeiras.

e) apenas as alternativas II e IV são verdadeiras.

Comentários

Incorreta a assertiva I porque a relação jurídica entre as empresas públicas, entes da Administração Pública indireta com personalidade jurídica de direito privado, e os seus funcionários se dá no regime

celetista (CLT), atraindo, portanto, a competência da Justiça do Trabalho. Em outras palavras, enquadra-se na exceção do inciso I, do art. 109, da CRFB (Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho).

Correta a assertiva II que possui fundamento tanto nos §3º do art. 183 e §único do art. 191 da CRFB quanto no art. 102 do Código Civil.

Correta a assertiva III que apresenta a literalidade do inciso XIX do art. 37 da CRFB.

Incorreta a assertiva IV porque, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 1967, e do art. 3º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), o patrimônio da empresa pública deve ser integralmente do Poder Público (ainda que dela participe entidade da Administração Indireta). Veja a definição constante no aludido art. 3º:

> *Art. 3º Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios. Parágrafo único. Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Resposta: alternativa "c".

---

28. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

O regime jurídico constitucional e legal vigente aplicável às entidades da administração indireta dispõe que

a) os servidores das fundações criadas pelo Poder Público sempre se vinculam ao regime geral de previdência social.

b) a remuneração dos empregados das empresas estatais que se dediquem à atividade econômica em sentido estrito não está sujeita ao teto remuneratório constitucional.

c) as associações públicas não são consideradas entidades da administração indireta, em razão de seu regime especial.

d) aos dirigentes das agências executivas é assegurado o desempenho de mandato fixo, durante o qual não podem ser exonerados, senão por motivo justo, apurado mediante processo administrativo em que estejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

e) estão sujeitos ao regime jurídico único os servidores da administração pública direta, das autarquias e fundações públicas.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque as fundações criadas pelo Poder Público podem ter personalidade jurídica de direito público (se forem criadas diretamente por lei, acarretando na criação de uma Fundação Autárquica ou Autarquia Fundacional – espécie de Autarquia) ou de direito privado. Sendo de direito público, aplica-se o Regime Jurídico Único de que trata o "caput" do art. 39 da CRFB. Por conseguinte, aqueles admitidos pelo regime estatutário teriam a possibilidade de usufruir do Regime Próprio de Previdência Social (art. 40 da CRFB, ainda que com Previdência Complementar) e não o Regime Geral.

Incorreta a assertiva "b" porque, nos termos do §9º do art. 37 da CRFB, o teto remuneratório constitucional se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, quando estas receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. Ou seja, se não forem autossustentáveis financeiramente, dependendo de suporte financeiro para custeio, aplica-se o teto.

Incorreta a assertiva "c" porque, de acordo com o art. 6º, §1º, da Lei nº 11.107, de 2005, o consórcio público com personalidade jurídica de direito público, cabe dizer, a associação pública, integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Incorreta a alternativa "d" porque essas características de mandato fixo e estabilidade dos dirigentes se aplicam a Agências Reguladoras (Lei nº 9.986, de 2000, e as leis de criação de cada uma das autarquias de regime especial qualificadas pela própria lei como Agência Reguladora) e não a Agências Executivas (art. 51 da Lei nº 9.649, de 1998).

Correta a alternativa "e" que está em linha com o texto original do "caput" do art. 39 da CRFB. Em função da cautelar na ADI 2.135 concedida pelo STF, que suspendeu a eficácia do "caput" do art. 39 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, permanece produzindo efeitos a orientação originária do aludido artigo, qual seja: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Ademais, na própria ementa o STF previu que se mantém vigente o texto originário do "caput" do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público. Portanto, para o STF é inconstitucional a contratação de empregado público pela Administração Direta.

Resposta: alternativa "e".

---

29. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Com relação às autarquias, pode-se afirmar que:

a) Possuem personalidade física de direito público externo.

b) São formas de centralização administrativa.

c) São entes administrativos autônomos, criados por lei.

d) Agem por delegação.

e) Subordinam-se hierarquicamente às entidades estatais.

Comentários

Outro exemplo de questão a se escolher a "menos pior".

De acordo com o inciso XIX do art. 37 da CRFB, as autarquias são criadas por lei. Quanto à autonomia, como dissemos, ela de fato existe quando qualificada. Autonomia financeira, econômica, técnica, entre outras. Mas quando se deixa aberto apenas a palavra autonomia, ela remete à produção legislativa própria dos entes federados e não dos entes da Administração Indireta descentralizada. De todo modo, considerando as outras alternativas, a "c" é a que deve ser assinalada.

Incorreta a alternativa "a", que tem dois erros: não se trata de personalidade física e sim jurídica, além de ser pessoa jurídica de direito público interno (art. 41, IV, do Código Civil).

Incorreta a alternativa "b" porque se trata, ao inverso, de descentralização administrativa.

Incorreta a alternativa "d" porque se trata de descentralização administrativa por serviço (outorga), por meio de lei, e não descentralização administrativa por colaboração (delegação), por meio de contrato ou ato unilateral.

Incorreta a alternativa "e" porque não há subordinação e sim supervisão ministerial ou controle finalístico.

Resposta: alternativa "c".

---

30. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

O Estado X pretende criar estrutura administrativa destinada a zelar pelo patrimônio ambiental estadual e atuar no exercício de fiscalização de atividades potencialmente causadoras de dano ao meio ambiente. Sabe-se que tal estrutura terá personalidade jurídica própria e será dirigida por um colegiado, com mandato fixo, sendo que suas decisões de caráter técnico não estarão sujeitas à revisão de mérito pelas autoridades da Administração Direta. Sabe-se também que os bens a ela pertencentes serão considerados bens públicos. Considerando-se as características acima mencionadas, pretende-se criar uma

a) agência reguladora, pessoa de direito público, cuja criação se dará diretamente por lei.

b) agência executiva, órgão diretamente vinculado ao Poder Executivo, cuja criação se dará diretamente por lei.

c) associação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.

d) agência executiva, entidade autárquica de regime especial, estabelecido mediante assinatura de contrato de gestão.

e) fundação pública, pessoa de direito privado, cuja criação será autorizada por lei e se efetivará com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente.

Comentários

Correta a alternativa "a". As Agências Reguladoras são autarquias de regime especial com personalidade jurídica de direito público criadas por lei e, de acordo com a Lei nº 9.986, de 2000, que dispôs sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras, elas serão dirigidas em regime de colegiado por um Conselho Diretor ou Diretoria composta por Conselheiros ou Diretores, sendo um deles o seu Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente. Além disso, também possuem autonomia decisória técnica, poder normativo técnico, autonomia econômico-financeira e independência administrativa.

Incorreta a alternativa "b" porque a qualificação de Agência Executiva é dada à autarquia ou fundação já existente e que cumpra o art. 51 da Lei nº 9.649, de 1998, isto é, tenha um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e tenha celebrado Contrato de Gestão com o respectivo Ministério supervisor.

Incorreta a assertiva "c" porque associação pública possui personalidade jurídica de direito público (art. 6º, inciso I, da Lei nº 11.107, de 2005), é criada pelo rito previsto em lei que exige protocolo de intenções e a ratificação por leis dos entes consorciados e, por ser um Consórcio Público, exige mais de uma pessoa jurídica consorciada (a questão fala apenas do Estado "X").

Incorreta a alternativa "d" porque as Agências Executivas, ao assim serem qualificadas, em que pese possuírem uma maior liberdade de autogestão, não se qualificam de regime especial como as Agências Reguladoras, já que as prerrogativas a essas concedidas são feitas diretamente pela lei.

Incorreta a alternativa "e" porque não se aplica à fundação pública a descrição de que "é dirigida por um colegiado, com mandato fixo, sendo que suas decisões de caráter técnico não estão sujeitas à revisão de mérito pelas autoridades da Administração Direta".

Resposta: alternativa "a".

---

31. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Empresa Pública criada no âmbito do Município de Paulínia deseja contratar pessoal para desempenho de sua atividade fim, qual seja, a prestação de serviço público de processamento de dados, recebendo, para isso, repasse do Município para pagamento de despesa de pessoal.

Com base na hipótese narrada, sobre a disciplina constitucional de contratação e regime jurídico de pessoal, assinale a afirmativa correta.

a) Por integrar a Administração Pública indireta, a criação de empregos na empresa pública depende de prévia dotação orçamentária.

b) A investidura dos empregados da Empresa Pública não depende de concurso público, tendo em vista que seus contratos são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

c) É possível o acúmulo de empregos públicos pelos empregados contratados pela Empresa Pública quando houver compatibilidade de horários e não existir infração à ética profissional.

d) É vedado aos empregados da Empresa Pública o direito de greve e de associação sindical, salvo se aprovado por lei municipal de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

e) Os empregados da Empresa Pública não se submetem a qualquer limite remuneratório constitucional, uma vez que sua relação é regida pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Comentários

Correta a alternativa "a". De acordo com o inciso I, do §1º, do art. 169 da CRFB, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Incorreta a alternativa "b" porque, nos termos do art. 37 "caput" e seu inciso II, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Ou seja, mesmo com contrato de trabalho celetista, há necessidade de realização de concurso público.

Incorreta a alternativa "c" porque é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando haja compatibilidade de horários e respeitado o teto remuneratório, nos casos de: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (inciso XVI do art. 37 da CRFB). Ademais, fixa o inciso XVII do art. 37 da CRFB que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Incorreta a alternativa "d" porque o direito de greve pode ser exercido nos termos e limites definidos em lei específica (inciso VII do art. 37 da CRFB), sendo que no julgamento dos Mandados de Injunção 670, 708 e 712, o STF declarou a omissão legislativa e determinou a aplicação da lei de greve do setor privado, Lei nº 7.783, de 1989, ao setor público, até que sanada a omissão pelo Poder Legislativo.

Incorreta a alternativa "e" porque, conforme disciplina o §9º do art. 37 da CRFB, o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, como foi descrito na questão.

Resposta: alternativa "a".

32. 2016/Quadrix/CRO-PR/Procurador Jurídico

Sobre as entidades da Administração Pública indireta, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por lei para exploração de atividade econômica, ou atividades típicas da administração pública.

b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei para exploração de atividade econômica.

c) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

d) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica do Estado.

e) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, sob a forma de sociedade anônima, para exploração de atividade econômica.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque as Sociedades de Economia Mista não são instituídas por lei e sim tem a sua instituição autorizada por lei (inciso XIX do art. 37 da CRFB).

Incorreta a alternativa "b" porque autarquias são pessoas jurídicas de direito público cujo objeto é atividade típica de Estado e não a exploração de atividade econômica.

Correta a alternativa "c". As autarquias são criadas por lei, nos termos do inciso XIX do art. 37 da CRFB (*somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação*). Trata-se de descentralização por serviço, realizada diretamente por lei, também denominada outorga, para que este novo ente com personalidade jurídica de direito público exerça atividades típicas de Estado.

Incorretas as alternativas "d" e "e" porque as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado cujo objeto pode ser tanto a exploração de atividade econômica, desde que presentes os requisitos constitucionais previstos no art. 173 da CRFB, quais sejam: serem necessárias aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, ou também podem prestar serviço público a critério do Poder Público (art. 175 da CRFB). Frise-se que o capital social da Empresa Pública deve ser detido integralmente pelo Poder Público, autorizada a participação de pessoas jurídicas de direito público interno ou de entidade da Administração Pública indireta, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade do Ente Político. Ademais, quem é criada sob a forma de sociedade anônima obrigatoriamente é a Sociedade de Economia Mista e não a empresa pública.

Resposta: alternativa "c".

33. 2016/FAFIPA/Câmara de Cambará/Procurador Jurídico

Sabe-se que as agências reguladoras são autarquias com regime especial. Dessa senda, assinale a alternativa INCORRETA sobre elas.

a)Os dirigentes são protegidos contra o desligamento imotivado.

b)Nas agências reguladoras, os dirigentes permanecem na função por prazo determinado.

c)No regramento de determinadas agências reguladoras, é permitida a recondução de dirigentes.

d)A exoneração dos dirigentes nas agências reguladoras é conhecida como "ad nutum".

Comentários

A Lei Federal nº 9.986, de 2000, que dispôs sobre a gestão de recursos humanos nas Agências Reguladoras fixou algumas prerrogativas: serão dirigidas em regime de colegiado, sendo um deles o seu Presidente, Diretor-Geral ou Diretor-Presidente; os membros do colegiado serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal; mandato fixo com estabilidade dos dirigentes, sendo que algumas leis de agências reguladoras (Lei º 10.233, de 2001 – ANTT e ANTAQ; Lei nº 9478, de 1997 – ANP, por exemplo) permitem a recondução de dirigentes, (corretas as alternativas "b" e "c"); prazo de nomeação ou mandato será fixado na lei de criação de cada Agência; ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de 4 meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato (trata-se da denominada "quarentena") e também se aplica ao dirigente exonerado a pedido, se este já tiver cumprido pelo menos 6 meses de mandato; durante o impedimento, ficará vinculado à agência, fazendo jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo de direção que exerceu e aos benefícios a ele inerentes; conselheiros e diretores somente perderão o mandato em caso de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar, entre outras(correta a alternativa "a").

Incorreta a alternativa "d" porque a exoneração não é "ad nutum", ou seja, de livre exoneração. Como o dirigente cumpre mandato (ou investidura a termo), só podem perdê-lo nos casos autorizados por lei e não livremente pela autoridade nomeante, como se caracteriza os cargos "ad nutum" (STF ADI 1949).

Resposta: alternativa "d".

34. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Visando à prestação de serviço público de grande relevância, o Município de Paulínia constituiu consórcio público com o Estado de São Paulo e com a União Federal, instituindo, assim, associação pública.

Com relação à sua disciplina legal, assinale a afirmativa incorreta.

a) O consórcio público poderá outorgar a concessão do serviço público mediante autorização prevista no seu contrato.

b) Por possuir personalidade distinta da dos entes federativos que o formaram, a execução das receitas e despesas do consórcio público não obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

c) A associação pública constituída integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

d) Os entes da Federação consorciados poderão ceder servidores à associação pública formada, na forma que a lei de cada ente disciplinar.

e) O representante legal do consórcio público deverá, obrigatoriamente, ser chefe do Poder Executivo de algum dos entes da Federação formadores do consórcio.

Comentários

Correta a assertiva "a" que possui fundamento no §3º do art. 2º da Lei nº 11.107, de 2005, que assim prevê: Os consórcios públicos poderão outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos mediante autorização prevista no contrato de consórcio público, que deverá indicar de forma específica o objeto da concessão, permissão ou autorização e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor.

Incorreta a alternativa "b". De acordo com o art. 9º da Lei nº 11.107, de 2005, a execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Correta a alternativa "c" que está em linha com o art. 6º, inciso I, combinado com seu §1º, da lei em epígrafe: Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica: I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções; II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.§ 1ºO consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.

Correta a alternativa "d" que está em linha com o §4º do art. 4º da lei: os entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

Correta a alternativa "e" que apresenta afirmativa fundamentada no art. 4º, inciso, VII da lei: São cláusulas necessárias do protocolo de intenções as que estabeleçam: VIII – a forma de eleição e a

duração do mandato do representante legal do consórcio público que, obrigatoriamente, deverá ser Chefe do Poder Executivo de ente da Federação consorciado.

Resposta: alternativa "b".

---

35. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Por terem personalidade jurídica de direito público e designarem espécie de descentralização por serviços, as autarquias possuem todas as prerrogativas ou poderes decorrentes do regime jurídico administrativo.

Feita a afirmação acima, assinale a alternativa incorreta:

a) A autarquia possui autonomia financeira. Seus recursos, não importa se oriundos de trespasse estatal ou hauridos como produto da atividade que lhe seja afeta, configuram recursos e patrimônio próprios.

b) a autarquia, como pessoa jurídica pública, usualmente persegue objetivos públicos, sem finalidades lucrativas.

c) os bens das autarquias são inalienáveis e imprescritíveis, podendo, no entanto, ser adquiridos pela via do usucapião, conforme autoriza o artigo 191 da Constituição da República, bem como o artigo 102 do Código Civil brasileiro.

d) Os Conselhos de fiscalização profissional, por possuírem natureza jurídica de autarquia corporativa, devem se submeter aos princípios constitucionais concernentes à Administração Pública, inclusive o da exigência de realização de concurso público para contratação de pessoal.

Comentários

Corretas as alternativas "a" e "b" já que as Autarquias são de fato fruto da descentralização por serviço, outorgado pela Administração Direta por meio de lei, a uma pessoa jurídica própria, com personalidade jurídica de direito público, que passa a ter a titularidade e a execução de determinada atividade administrativa pública, sem finalidades lucrativas.

Incorreta a alternativa "c" porque nos termos do §3º do art. 183 e do §único do art. 191 da CRFB, bem como nos termos do art. 102 do Código Civil, os bens públicos não podem ser usucapidos (são imprescritíveis). Os bens públicos também são impenhoráveis e inalienáveis.

Correta a assertiva "d" que está em linha com a jurisprudência do STF (RE 539.224MS 26.149, MS 26.424, ao fixar que os conselhos de fiscalização profissional, posto autarquias criadas por lei e ostentando personalidade jurídica de direito público, exercendo atividade tipicamente pública, qual seja *a fiscalização do exercício profissional*, submetem-se às regras encartadas no art. 37, II, da Constituição do Brasil/1988, quando da contratação de servidores.

Resposta: alternativa "c".

---

36. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O consórcio público adquirirá personalidade de direito público ou de direito privado. No caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, ele observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Certo ( ) Errado ( )

Comentários

De acordo com o §2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 2005, no caso de se revestir de personalidade jurídica de direito privado, o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Atenção: mesmo após a publicação da Lei nº 13.822, de 2019, que alterou a redação do §2º do art. 6º da Lei nº 11.107/2005, a assertiva estaria correta. A assertiva não disse que "somente" o consórcio público com personalidade jurídica de direito privado deve observar as normas de direito público concernentes aos temas citados.

Lembre que a partir da Lei mencionada, a nova redação do dispositivo é:

> *§ 2º O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

Resposta: certo.

---

37. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), o Poder Executivo, observados os requisitos legais, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. E é por meio de contrato de gestão que o Poder Público e a entidade qualificada como organização social formam parcerias para fomento e execução de atividades relativas às áreas suprarelacionadas.

Certo ( ) Errado ( )

Comentários

Conforme art. 1º combinado com o art. 5º da Lei nº 9.637, de 1998, contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como Organização Social - OS, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Resposta: certo.

3.1 Lei das Estatais

1. **2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Analise as afirmações a seguir acerca do regime licitatório das empresas públicas e sociedades de economia mista.

I. As empresas públicas prestadoras de serviços públicos são regidas pela Lei Federal nº 8.666/93 no que diz respeito às suas contratações de bens e serviços.

II. A contratação direta de serviços técnicos especializados por empresas públicas e sociedades de economia mista não prescinde da natureza singular do objeto contratado.

III. As licitações promovidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e evitar operações em que se caracteriza sobrepreço ou superfaturamento.

IV. Como regra geral, o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso.

Estão corretas as afirmações

A) I e II, apenas.

B) II e IV, apenas.

C) I e III, apenas.

D) III e IV, apenas.

Comentários:

Resposta: Alternativa “d”.

Incorreta a assertiva I porque, de acordo com o “caput”, combinado com o §2º, do art. 1º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), as normas acerca de licitação trazidas por essa nova lei se aplicam à empresa pública, à sociedade de economia mista e às suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

Incorreta a assertiva II porque, de acordo com o art. 30, II, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

> *II – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
>
> *a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;*
>
> *b) pareceres, perícias e avaliações em geral;*
>
> *c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;*
>
> *d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;*
>
> *e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;*
>
> *f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*
>
> *g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.*

Não há, portanto, no aludido dispositivo a necessidade de singularidade (ou seja, prescinde de singularidade), tal qual ocorre no inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Correta a assertiva III porque, de acordo com o art. 31, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), *as licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista* ***destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa****, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto,* ***e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento****, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo*.

Correta a assertiva IV porque, de acordo com o art. 34, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), ***o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso****, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.*

---

2. 2018/CESPE/PGE-PE/ Procurador do Estado

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.

b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.

c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.

d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.

e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 29, inciso XVIII, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

Incorreta a alternativa "a" porque, em linha com o art. 173, §1º, inciso II, da CRFB, que previu que o estatuto jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista estabelecesse a sujeição destas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, a Lei das Estatais fixou em seu art. 68 que os contratos celebrados pelas empresas públicas e sociedades de economia mista são regulados por suas disposições, pelas próprias cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito privado.

Incorreta a alternativa "b" porque a Lei das Estatais fixou em seu art. 28 que os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos seus termos, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 27 da Lei das Estatais, a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais

e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as suas normas de licitação e contratos.

Incorreta a alternativa "e" porque, pelo princípio da simetria, já que se exige lei específica para autorizar a criação de sociedade de economia mista, nos termos do inciso XIX do art. 37 da CRFB, também é necessária lei para sua extinção.

---

3. 2018/FUNDEP/TCE-MG/Auditor

Analise as afirmativas seguintes, relativas ao regime jurídico das licitações das empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme a Lei Nº 13.303/2016.

I. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista na compra e venda de bens que produzam ou comercializem.

II. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto na Lei Nº 13.303/2016.

III. Quanto aos critérios de julgamento nas licitações, poderão ser utilizados, entre outros, os de maior desconto, maior retorno econômico e melhor destinação de bens alienados.

Está(ão) **correta(s)** a(s) afirmativa(s):

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I, II e III.

e) I, apenas.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a assertiva I porque em linha com a dispensa de licitação prevista no inciso XVIII do art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), que prevê: É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.

Correta a assertiva II que está em linha com o art. 40 da Lei das Estatais que prevê: As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a: I - glossário de expressões técnicas; II - cadastro de fornecedores; III - minutas-padrão de editais e contratos; IV - procedimentos de licitação e contratação direta; V - tramitação de recursos; VI -

formalização de contratos; VII - gestão e fiscalização de contratos; VIII - aplicação de penalidades; IX - recebimento do objeto do contrato.

Correta de igual modo a assertiva III, já que, de acordo com o art. 40 da Lei das Estatais, poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento: I - menor preço; II - maior desconto; III - melhor combinação de técnica e preço; IV - melhor técnica; V - melhor conteúdo artístico; VI - maior oferta de preço; VII - maior retorno econômico; VIII - melhor destinação de bens alienados.

---

4. 2018/CESPE/TCE-PB/Auditor de Contas Públicas

Na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, segundo a Lei n.º 13.303/2016, entende-se como empreitada por

a) preço global aquela que envolve o desenvolvimento do projeto executivo para a entrega final do objeto, sem prévia estipulação do preço total.

b) preço global aquela que envolve empreendimento em sua integralidade, por preço certo de unidades determinadas, com todas as etapas de obras sob inteira responsabilidade da contratada.

c) preço global aquela que envolve todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, na qual o preço é incerto.

d) preço unitário aquela destinada a pequenos trabalhos por preço certo e global, com fornecimento de material.

e) preço unitário aquela contratação por preço certo de unidades determinadas.

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com o art. 42 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições: *I - empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas; II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total*; (...).

---

5. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Administrador

A contratação direta será feita, nos termos da Lei n° 13.303/2016, quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de contratação de profissionais ou empresas de notória especialização no seguinte serviço técnico especializado:

a) publicidade institucional

b) divulgação de serviços

c) manutenção predial

d) restauração de bens de valor histórico

e) execução de obras vultosas

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d". De acordo com o art. 30 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de: I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Nas demais alternativas ou são proibidas a inexigibilidade (publicidade e divulgação) ou há possibilidade de competição (manutenção predial e execução de obras, ainda que vultosas).

---

6. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Técnico de Adm. e Controle

De acordo com a Lei nº 13.303/2016, é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista em algumas circunstâncias. Por exemplo, na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato.

Nos termos da Lei, a manutenção das mesmas condições acima mencionadas inclui o

a) período

b) objetivo

c) termo

d) preço

e) final

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 29, inciso VI, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mistana contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as

mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido. Ademais, o §1º do aludido artigo ainda prevê que: Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso VI do caput, a empresa pública e a sociedade de economia mista poderão convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

---

7. 2018/CESGRANRIO/TRANSPETRO/Engenheiro de Produção

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, as licitações realizadas e os contratos celebrados destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de

a) tratamento compensatório

b) manutenção da coisa

c) qualidade do material

d) vida do objeto

e) custo do bem

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 31 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), as licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

---

8. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Técnico de Adm. e Controle Jr.

A Seção 5, Capítulo I da Lei 13.303/2016 legisla sobre o seguinte tópico:

a) Do Procedimento de Licitação

b) Das Normas Específicas para Alienação de Bens

c) Das Normas Específicas para Aquisição de Bens

d) Das Normas Específicas para Obras e Serviços

e) Dos Procedimentos Auxiliares das Licitações

Comentários

Resposta: alternativa "b". Uma questão como essa é um desrespeito ao candidato. Não só não mensura conhecimento como ainda a banca não teve o cuidado de indicar o título a que se refere o capítulo I, já que existe capítulo I tanto no título I quanto no título II da Lei das Estatais. De todo modo, só há seção 5 no capítulo I do título II e trata das Normas Específicas para Alienação de Bens. Como temos poucas questões específicas de concursos sobre a Lei nº 13.303, de 2016, eu incluí essa questão aqui.

---

9. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Administrador

Um profissional com notória especialização vem a ser contactado sobre a prestação de serviço para uma sociedade de economia mista.

Nesse caso, de acordo com a Lei n° 13.303 de 30/06/2016, sua contratação será

a) licitada

b) eventual

c) temporária

d) direta

e) proporcional

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 30 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de: I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

---

10. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Administrador

Um administrador exerce atividade de assessoria parlamentar no Congresso Nacional. Ele tem como tarefa designada fazer pesquisa sobre aquisição de bens e serviços das sociedades de economia mista.

Ao debruçar-se sobre a Lei n° 13.303 de 30/06/2016, verifica que será dispensada a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até

a) R$ 10.000,00

b) R$ 20.000,00

c) R$ 40.000,00

d) R$ 80.000,00

e) R$ 100.000,00

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com o art. 29, inciso I, da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

---

11. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Economista

Nos termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais, e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente, são consideradas

a) acordos contratuais

b) negociações bilaterais

c) oportunidades de negócio

d) vinculações sociais

e) alternativas empresariais

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o §4º do art. 28 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), consideram-se oportunidades de negócio a formação e a extinção de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, a aquisição e a alienação de participação em sociedades e outras formas associativas, societárias ou contratuais e as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, respeitada a regulação pelo respectivo órgão competente.

---

12. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Economista

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, ocorrerá a dispensa de licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo

a) indicação do vendedor

b) tabela de preços oficial

c) critérios definidos pelo Conselho de Engenharia

d) valiação prévia

e) índices imobiliários oficiais

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o inciso V do art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

---

13. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Engenheiro de Produção

Nos termos da Lei n° 13.303/2016, nas licitações e contratos de que trata essa Lei, serão observadas algumas diretrizes, dentre as quais a avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação

a) civil

b) urbanística

c) penal

d) processual

e) privada

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o inciso IV do §1º do art. 32 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), as licitações e os contratos devem respeitar, especialmente, as normas relativas à: I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental; III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística; V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por

meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista; VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

---

14. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de, entre outros requisitos, desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização e aparelhamento, permita inferir que o seu trabalho é essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, deve ser considerado como sendo de

a) alto conceito

b) concorrência inadmissível

c) capacidade extraordinária

d) habilidade especial

e) notória especialização

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com o §1º do art. 30 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

---

15. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, no caso de julgamento por melhor técnica, será incluído no instrumento convocatório o valor do

a) prêmio

b) desconto

c) sorteio

d) edital

e) estimado

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o §2º do art. 34 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), no caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

---

16. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analista de Sistemas

Nos termos da Lei n° 13.303/2016, as demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico

a) criptografado

b) inteligente

c) especial

d) dimensionável

e) editável

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com o §1º do art. 86 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), as demonstrações contábeis auditadas da empresa pública e da sociedade de economia mista serão disponibilizadas no sítio eletrônico da empresa ou da sociedade na internet, inclusive em formato eletrônico editável.

---

17. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Analise a situação a seguir.

Determinada empresa pública estadual celebra contrato com pessoa jurídica de direito privado para prestação de serviços, segundo o regime do estatuto jurídico da empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.

Sobre o referido contrato, é **incorreto** afirmar:

a) Será necessariamente celebrado por prazo determinado.

b) Qualquer interessado poderá ter conhecimento dos seus termos e obter cópia de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento de custos.

c) Poderá ser exigida a prestação de garantia para assegurar a execução do seu objeto.

d) Será regido pelo disposto em suas cláusulas, no mencionado estatuto, e pelos preceitos do direito público.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Incorreta a alternativa "d". De acordo com o art. 68 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), os contratos regulam-se pelas suas cláusulas, pelo disposto na Lei das Estatais e pelos preceitos de direito privado.

Correta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 71 da Lei das Estatais, é vedado o contrato por prazo indeterminado.

Correta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 74 da Lei das Estatais, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Correta a alternativa "c" porque em linha com o art. 70 da Lei das Estatais. Veja o teor completo do aludido artigo: Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: I - caução em dinheiro; II - seguro-garantia; III - fiança bancária. § 2º A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3º deste artigo. § 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2º poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato. § 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do § 1º deste artigo.

---

18. 2017/TRF-2ª. REGIÃO/TRF-2ª. REGIÃO /Juiz Federal

O Estatuto Jurídico das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e suas subsidiárias foi instituído com a Lei n° 13.303, de 30.06.16. Marque a opção correta:

a) Depende de lei específica a constituição da empresa pública ou de sociedade de economia mista. A lei, desde que presente justificativa plausível, pode delegar ao Executivo a definição do relevante interesse coletivo que justifica a criação do ente e, em tal caso, o fará de modo claro e transparente.

b) É vedada a participação das entidades da administração indireta no capital das empresas públicas.

c) A Lei n° 13.303 traz forte preocupação com a governança corporativa e impõe que o Conselho de Administração seja integralmente compostos por membros independentes.

d) Os membros do Conselho de Administração e os diretores são administradores e submetem-se às normas da Lei n° 6.404/76 (Lei das S.A.).

e) As empresas públicas e sociedades de economia mista não estão submetidas à disciplina da Lei de Falências e nem às normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 16 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), sem prejuízo quanto às disposições da Lei das Estatais, o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Além disso, o parágrafo único do aludido artigo fixa que se consideram administradores da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o §1º do art. 2º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei das Estatais, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, é admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 22 da Lei das Estatais, o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% de membros independentes ou por pelo menos 1, caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §2º do art. 4º da Lei das Estatais, a sociedade de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários sujeita-se às disposições da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Além disso, o art. 7º fixa que se aplicam a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.

---

19. 2017/BANPARÁ/BANPARÁ/Advogado

Acerca do regime instituído pela Lei Federal 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), é CORRETO afirmar que:

a) As sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários, por sujeitarem-se ao regime informacional estabelecido por essa autarquia, não estão sujeitas ao regime geral de obrigações e responsabilidades previstas na Lei Federal 13.303/2016.

b) Apesar de seu rigor, a Lei Federal 13.303/2016 não garante a participação, no Conselho de Administração das empresas públicas e das sociedades de economia mista, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários, ficando tal participação condicionada à forma como disporá os respectivos Estatutos Sociais de tais pessoas jurídicas.

c) O Estatuto Social da sociedade de economia mista poderá admitir o uso da arbitragem para solucionar as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários.

d) A Lei Federal 13.303/2016, preocupada com a competitividade nos certames licitatórios, determina que o valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista sempre deverá ser sigiloso.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o parágrafo único do art. 12 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o §2º do art. 4º da Lei das Estatais, a sociedade de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários sujeita-se às disposições da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, sem prejuízo quanto às normas previstas na própria Lei das Estatais.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 19 da Lei das Estatais, é garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 34 da Lei das Estatais, em que pese haver previsão do sigilo do valor estimado, ele não é absoluto, constando situações em que a publicidade se impõe. Veja o teor do art. 34 e seus parágrafos: art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas. § 1º Na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório. § 2º No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório. § 3º A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada a órgãos de controle externo e interno, devendo a empresa pública ou a sociedade de economia mista registrar em documento formal sua disponibilização aos órgãos de controle, sempre que solicitado.

20. 2017/FUNDATEC/BRDE/Analista de Projetos-Econômico-Financeira

A Lei nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o Art. 17, define que os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento. É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a diretoria:

I. De representante do órgão regulador ao qual a empresa pública ou a sociedade de economia mista está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo.

II. De pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral.

III. De pessoa que exerça cargo em organização sindical.

IV. De pessoa que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 5 (cinco) anos antes da data de nomeação.

V. De pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade.

VI. De pessoal que tenha trabalhado nos últimos 10 (dez) anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou em área conexa àquela para a qual forem indicados em função de direção superior.

Quais estão corretas?

a) Apenas IV, V e VI.

b) Apenas I, II, III e V.

c) Apenas I, III, IV e VI.

d) Apenas I, III, V e VI.

e) Apenas III, IV, V e VI.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Corretas as assertivas I, II, III e V que apresentam a literalidade dos incisos I, II, III e V, respectivamente, do §2º do art. 17 da Lei das Estatais. Incorreta a assertiva IV porque o período não pode ser inferior a 3 anos antes da data da nomeação e não 5 anos como constou na assertiva (a assertiva apresenta a literalidade do inciso IV do §2º do art. 17 da Lei das Estatais, exceto quanto ao prazo).

Incorreta a assertiva VI porque apresenta um dos requisitos necessários para o indicado a membro do conselho de administração ou diretor (art. 17, inciso I, alínea "a").

---

21. 2017/BANPARÁ/BANPARÁ/Advogado

Quanto à disciplina legal das sociedades de economia mista e empresas públicas estatais é CORRETO afirmar:

a) Quando a empresa estatal não detém o controle de outra sociedade empresária, fica desonerada de adotar quaisquer critérios de governança em razão do poder de controle ser exercido por terceiros.

b) A empresa estatal pode participar de outra sociedade empresária independentemente de autorização legislativa quando o objeto for relacionado a meras operações de tesouraria.

c) As sociedades de propósito específico, exatamente em razão de sua finalidade, são reguladas exclusivamente pelo direito privado, ainda que controladas por empresa estatal.

d) O atual regime das estatais proíbe que outras pessoas de Direito Público Interno participem do capital de sociedade controlada por Estado Membro em razão do princípio da exclusividade de fundação.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o §3º do art. 2º da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a autorização legislativa para participação em empresa privada não se aplica a operações de tesouraria, adjudicação de ações em garantia e participações autorizadas pelo Conselho de Administração em linha com o plano de negócios da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas respectivas subsidiárias.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o §7º do art. 1º da Lei das Estatais, na participação em sociedade empresarial em que a empresa pública, a sociedade de economia mista e suas subsidiárias não detenham o controle acionário, essas deverão adotar, no dever de fiscalizar, práticas de governança e controle proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são partícipes.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o §6º do art. 1º da Lei das Estatais, também se submetem ao Regime da Lei das Estatais a sociedade, inclusive a de propósito específico, que seja controlada por empresa pública ou sociedade de economia mista abrangidas pela Lei das Estatais.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei das Estatais, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

---

22. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Auditor

Nos termos da Lei no 13.303/2016, o edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas

a) Industriais (ABNI)

b) Comerciais (ABNC)

c) Formais (ABNF)

d) Técnicas (ABNT)

e) Metrológicas (ABNM).

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o parágrafo único do art. 47 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), o edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

---

23. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Analistas de Sistemas

De acordo com os termos da Lei n° 13.303 de 30/06/2016, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, nos termos definidos no art. 83, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas

a) desabilitadas

b) expulsas

c) inidôneas

d) extintas

e) proibidas

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 37 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, nos termos definidos no art. 83, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013. A denominada Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 2013) trata do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

---

24. 2018/CS-UFG/SANEAGO/Advogado

De acordo com a Lei n. 13.303/2016, que estabelece disposições aplicáveis às empresas públicas e sociedade de economia mista, uma das condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário é:

a) ter sido nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o comitê diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controlo comum, direta ou indireta, devido à experiência profissional.

b) ter passado no concurso de empresa pública há pelo menos três anos, ter notável saber jurídico. Não ser parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de gerente e diretor de empresa pública ou autarquia federal.

c) não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de gerente ou supervisor de empresa pública ou sociedade de economia mista.

d) ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, exigência a ser cumprida pelo menos por um membro.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o §§1º e 2º do art. 25 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), são condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário: I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê: a) diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta; b) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa pública ou sociedade de economia mista; II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas

referidas no inciso I; III - não receber qualquer outro tipo de remuneração da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário; IV - não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da empresa pública ou sociedade de economia mista, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.§ 2ºAo menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

Assim, incorreta a alternativa "a" porque uma das condições é NÃO ter sido nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o comitê diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controlo comum, direta ou indireta, devido à experiência profissional.

Incorreta a alternativa "b" porque não há exigência de aprovação em concurso público.

Incorreta a alternativa "c" porque o grau e parentesco neste caso é até o 2º grau e não 3º grau como constou.

---

25. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Determinada sociedade de economia mista municipal, cujo objeto é a prestação de serviços de informática e processamento de dados a órgãos da administração direta e indireta do município e a particulares em geral, celebra contrato de compra de bem imóvel destinado à ampliação de um prédio onde se localiza a sede da empresa. A escolha do imóvel, adquirido por preço de mercado, foi condicionada por sua localização e demais características. A aquisição foi feita de forma direta, sem realização de licitação.

Considerada a disciplina do estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, pode-se afirmar que a referida contratação direta:

a) é correta em face da caracterização de expressa situação legal de inviabilidade de licitação.

b) é correta em face da configuração de circunstância que torna dispensável a licitação.

c) é incorreta porque a aquisição de bem imóvel só pode ocorrer mediante licitação.

d) é incorreta porque a contratação deveria ter sido feita pelo município, único titular do domínio patrimonial público.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com inciso V do art. 29 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas,

quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

---

26. 2018/FUNDEP/CODEMIG/Auditor

Segundo a disciplina legal aplicável, a alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista depende, em regra, de avaliação formal do bem e da realização de licitação, ressalvada esta última na hipótese de:

a) alienação de bem de valor inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

b) comercialização de produto especificamente relacionado como o objeto social da empresa pública ou sociedade de economia mista.

c) venda de bens considerados inservíveis ou sem utilização previsível pela empresa pública ou sociedade de economia mista.

d) alienação e bem imóvel.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 49 da Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), a alienação de bens por empresas públicas e por sociedades de economia mista será precedida de: I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos XVI a XVIII do art. 29 (*XVI - na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta; XVII - na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação; XVIII - na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem*); II - licitação, ressalvado o previsto no § 3º do art. 28 *(§3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações: I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais; II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo*).

---

27. 2018/CESPE/EMAP/Analista-Área Jurídica

Acerca de licitações e contratos a serem celebrados por empresas públicas, julgue o item a seguir.

Os contratos regidos por lei que disponha sobre o estatuto jurídico das empresas públicas poderão ser alterados por acordo entre as partes bem como unilateralmente pela administração.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 72 da Lei nº 13.303, de 2013, os contratos regidos pela aludida lei somente poderão ser alterados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

---

28. 2018/CESPE/EMAP/Analista-Área Jurídica

Acerca de licitações e contratos a serem celebrados por empresas públicas, julgue o item a seguir.

A empresa pública prestadora de serviço público poderá dispensar a garantia contratual.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o art. 70 da Lei nº 13.303, de 2013, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Ou seja, é uma discricionariedade. Lembre-se que cabe ao contratado optar entre caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. A garantia será de no máximo 5% do valor do contrato e, se grande vulto, 10%.

---

29. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Empreitada por preço unitário é o regime característico na contratação de profissional autônomo para realizar serviço técnico comum de obras de engenharia de curta duração.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 43 da Lei nº 13.303, de 2013, empreitada por preço unitário é o regime de contratação e execução de obras e serviços de engenharia para os casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários. O regime adequado para contratação de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração é a contratação por tarefa.

---

30. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

A contratação de empresa advocatícia para a defesa de causa judicial de empresa pública deve ser sempre decorrente de licitação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 30 da Lei nº 13.303, de 2013, a contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição (inexigibilidade), em especial na hipótese de (rol não taxativo): I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo; II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico. Portanto, poderá haver inexigibilidade de licitação, caso inviável a competição e a contratação seja realizada com profissional ou empresa de notória especialização. Lembre-se que se considera notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

---

31. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

Se a variação de custos de obras de engenharia na região Nordeste for maior que no restante do país, então ao conselho de administração de uma empresa pública estabelecida no Maranhão será permitido alterar o limite de R$ 100.000 definido em lei para a dispensa de licitação de obras e serviços de engenharia.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o §3º do art. 29 da Lei nº 13.303, de 2013, *os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput podem ser alterados, para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da empresa pública ou sociedade de economia mista, admitindo-se valores diferenciados para cada sociedade*. *O "caput" do art. 29 trata dos casos de dispensa de*

licitação das Empresas Estatais. Veja o teor, juntamente dos incisos I e II: Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista: I - para obras e serviços de engenharia de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; II - para outros serviços e compras de valor até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

---

32. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Elaborador de projeto básico de licitação para obras e serviços de engenharia está proibido de participar da respectiva licitação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o art. 44 da Lei nº 13.303, de 2013, *é vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de que trata esta Lei: I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação; II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação; III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.*

---

33. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Situação hipotética: Os motores modelo PLUS são produzidos pela marca X e comercializados por vários fornecedores. Esses motores são os únicos capazes de comportar a movimentação dos guinchos da empresa licitante. **Assertiva**: Nessa situação, embora existam outros tipos de motores no mercado, as especificações de marca e modelo poderão estar contidas no edital para a aquisição de motores.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o art. 47 da Lei nº 13.303, de 2013, *a empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação para aquisição de bens, poderão: I - indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato; c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade".*

---

34. 2018/CESPE/EMAP/Analista

Julgue o item subsequente, quanto às normas específicas para a contratação de obras e serviços e aquisição de bens contidas na Lei n.º 13.303/2016.

Empresa pública licitante deve dar publicidade dos bens adquiridos, dos preços unitários, da quantidade e do valor de cada aquisição, resguardando informações a respeito do fornecedor, se assim for por ele requerido.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 48 da Lei nº 13.303, de 2013, *será dada publicidade, com periodicidade mínima semestral, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito, à relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, compreendidas as seguintes informações: I - identificação do bem comprado, de seu preço unitário e da quantidade adquirida; II - nome do fornecedor; III - valor total de cada aquisição".* Portanto, não há a reserva que indica a assertiva, ainda que haja pedido do fornecedor.

---

35. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

Situação hipotética: Um empregado da empresa pública X é sócio da empresa Y, que deseja participar de processo licitatório da empresa X. O referido empregado é detentor de 2.500 cotas do capital social da empresa Y, que possui 50.000 quotas iguais de capital social.

Assertiva: Nesse caso, a empresa Y estará impedida de participar do referido processo licitatório.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 38 da Lei nº 13.303, de 2013, *estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa: I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante; II - suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista; III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção; IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea; V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.* Perceba, então que a proibição é quando o empregado da estatal tenha mais de 5% do capital social. Na situação hipotética, o empregado possui exatamente 5%. Então, poderá participar.

---

36. 2018/CESPE/EMAP/Analista

À luz do previsto na Lei n.º 13.303/2016, julgue o item seguinte, a respeito de licitações e contratos.

Situação hipotética: Um empregado da empresa pública X é sócio da empresa Y, que deseja participar de processo licitatório da empresa X. O referido empregado é detentor de 2.500 cotas do capital social da empresa Y, que possui 50.000 quotas iguais de capital social.

Assertiva: Nesse caso, a empresa Y estará impedida de participar do referido processo licitatório.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 38 da Lei nº 13.303, de 2013, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa: I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante; II - suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista; III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção; IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea; V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea; VI - constituída por sócio que tenha sido sócio

ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea. Perceba, então que a proibição é quando o empregado da estatal tenha mais de 5% do capital social. Na situação hipotética, o empregado possui exatamente 5%. Então, poderá participar.

3.2 Agentes Públicos

1. **2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Sobre o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública, é correto afirmar:

A) É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguir no certame.

B) O servidor que tenha tomado posse no cargo em decorrência de medida liminar posteriormente revogada tem direito a permanecer no cargo com fundamento na "teoria do fato consumado" e no princípio da proteção da confiança legítima, caso decorridos mais de cinco anos desde a posse.

C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas indicado no edital tem direito subjetivo a ser nomeado, ainda que, após a publicação do edital, aconteça um fato superveniente não previsto pela Administração Pública.

D) O servidor desligado da Administração Pública em caso de nulidade na contratação temporária faz jus à percepção da remuneração pelo período efetivamente trabalhado, mas não a verbas de natureza trabalhista, tais como FGTS, aviso prévio e seguro desemprego.

Comentários:

A) CORRETA. Está em linha com a posição do STF no julgamento do RE 635.739, que fixou com repercussão geral o tema 376. A ementa do aludido julgado é:

> *Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. 2. Concurso Público. Edital. Cláusulas de Barreira. Alegação de violação aos arts. 5º, caput, e 37, inciso I, da Constituição Federal. 3. Regras restritivas em editais de concurso público, quando fundadas em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, não ferem o princípio da isonomia. 4. As cláusulas de barreira em concurso público, para seleção dos candidatos mais bem classificados, têm amparo constitucional. 5. Recurso extraordinário provido.*

B) INCORRETA. Porque é inaplicável a teoria do fato consumado para manutenção em cargo público de candidato não aprovado em concurso público, ainda que tenha sido nomeado para o cargo com amparo em medida judicial precária. Ou seja, não tem direito a permanecer no cargo se a decisão final for contrária à pretensão do candidato. Nessa linha é o RE 608.482 julgado pelo STF.

C) INCORRETA. Em que pese ser a regra a fixação do direito subjetivo à nomeação para o candidato aprovado dentro do número de vagas (STF RE 598.099), há alguns casos excepcionais que precisam cumprir as seguintes características: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível.

D) INCORRETA. De acordo com o julgamento do STF no RE 596.478: "É constitucional o art. 19-A da Lei 8.036/1990, o qual dispõe ser devido o depósito do FGTS na conta de trabalhador cujo contrato com a administração pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o seu direito ao salário". Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da CF, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados.

Gabarito: Alternativa "a".

---

2. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não é obrigada a realizar concurso público para admitir seus empregados.

PORQUE

II. A OAB é uma autarquia sui generis vinculada à administração pública indireta.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira.

Comentários:

A questão aborda o julgamento da ADI 3026 pelo STF:

> *1. A Lei n. 8.906, artigo 79, § 1º, possibilitou aos "servidores" da OAB, cujo regime outrora era estatutário, a opção pelo regime celetista. Compensação pela escolha: indenização a ser paga à época da aposentadoria. 2. Não procede a alegação de que a OAB sujeita-se aos ditames impostos à Administração Pública Direta e Indireta. 3. A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. 4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". 5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária. 6. A OAB ocupa-se de atividades atinentes aos advogados, que exercem função constitucionalmente privilegiada, na medida em que são indispensáveis à administração da Justiça [artigo 133 da CB/88]. É entidade cuja finalidade é afeita a atribuições, interesses e seleção de advogados. Não há ordem de relação ou dependência entre a OAB e qualquer órgão público. 7. A Ordem dos Advogados do Brasil, cujas características são autonomia e independência, não pode ser tida como congênere dos demais órgãos de fiscalização profissional. A OAB não está voltada exclusivamente a finalidades corporativas. Possui finalidade institucional. 8. Embora decorra de determinação legal, o regime estatutário imposto aos empregados da OAB não é compatível com a entidade, que é autônoma e independente. 9. Improcede o pedido do requerente no sentido de que se dê interpretação conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição do Brasil ao caput do artigo 79 da Lei n. 8.906, que determina a aplicação do regime trabalhista aos servidores da OAB. 10. Incabível a exigência de concurso público para admissão dos contratados sob o regime trabalhista pela OAB. 11. Princípio da moralidade. Ética da legalidade e moralidade. Confinamento do princípio da moralidade ao âmbito da ética da legalidade, que não pode ser ultrapassada, sob pena de dissolução do próprio sistema. Desvio de poder ou de finalidade. 12. Julgo improcedente o pedido.*

Gabarito: Alternativa "c".

---

3. 2019/IADES/AL-GO/Procurador

Como decorrência do regime jurídico-administrativo que é próprio aos agentes públicos, várias instâncias de responsabilidade lhes são impostas, justificando-se, assim, o estudo do tema na doutrina e na jurisprudência. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

a) Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), foi firmado entendimento de que a responsabilidade por crimes dos agentes políticos e dos agentes públicos em geral é a mesma, sob pena de ferimento das garantias penais previstas constitucionalmente.

b) Ao interpretar a previsão constitucional de que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, o STF firmou entendimento de que é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.

c) Recente alteração na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro fez constar que o agente público responderá pessoalmente pelas respectivas decisões ou opiniões técnicas somente em caso de dolo ou fraude.

d) Em julgamento recente, o STF entendeu serem imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

e) O rol de todas as sanções administrativo-disciplinares, em face da autonomia político-administrativa dos entes públicos, é de competência livre da criação estatutário-legislativa de cada ente.

Comentários

A) ERRADA. Há dois dispositivos legais que servem como referência para resolver a questão. O primeiro deles está na Lei 8.666/93, especificamente em seu art. 84:

> *Art. 84, § 2º: A pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.*

O Código Penal, no art. 327, tem previsão semelhante a essa da Lei 8.666/93:

> *Art. 327, § 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.*

Logo, agentes públicos que ocupam cargos em comissão ou funções de confiança terão a majorante de um terço da pena. Ambas as leis silenciam quanto a agentes políticos.

Contudo, ao apreciar a temática de crimes cometidos por agentes políticos, o STF reconheceu a incidência da majorante de um terço da pena do art. 327, § 2º, do Código Penal. Portanto, em sede de matéria penal, aplica-se essa majorante também para agentes políticos. Veja o julgado abaixo, com os trechos relevantes em destaque:

> *"É entendimento reiterado desta Corte que a causa de aumento de pena prevista no § 2º do art. 327 do Código Penal se aplica aos agentes detentores de mandato eletivo que exercem, cumulativamente, as funções política e administrativa (ROHC 110.513/RJ, Rel. Min. Joaquim Barbosa – Data de publicação: 18/06/2012)."*

Portanto, na visão do STF, a possibilidade de haver maior responsabilização sobre agentes políticos não viola garantias penais previstas constitucionalmente.

DICA - CUIDADO PARA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

De acordo com o STF, o Presidente da República é o ÚNICO AGENTE POLÍTICO que não está sujeito ao Duplo Regime Sancionatório, por força do art. 86, § 4º da CF/88:

> *Art. 86, § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.*

Os demais agentes políticos podem responder normalmente por crimes praticados (caso em que poderá haver foro por prerrogativa de função, caso o crime tenha sido cometido durante o mandato

e em função dele) e por atos de improbidade administrativa (NÃO HÁ foro por prerrogativa de função).

B) CORRETA. No entendimento do STF, a imprescritibilidade das ações de ressarcimento prevista no art. 37, § 5º, da CF/88 não se aplica para os casos de indenizações decorrentes de ilícito civil, mas somente aos casos de improbidade administrativa. Veja a ementa do julgado paradigma:

> *CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento (RE 669.069/MG, Rel. Min. Teori Zavascki).*

Portanto, a pretensão do Estado de cobrar danos causados à Fazenda Pública que tenham decorrido de ilícitos civis está sujeita à prescrição. Somente o ressarcimento por ato DOLOSO de improbidade é imprescritível (sobre o assunto, veja o comentário da alternativa D).

E qual é o prazo de prescrição aplicável?

Há duas correntes:

- O STF já decidiu com base no art. 206, § 3º, V, do Código Civil, em que a pretensão de reparação civil prescreve em 3 (três) anos;

- O STJ já decidiu com base no prazo geral do Decreto 20.910/32, que prevê o prazo prescricional de 5 (cinco) anos para as dívidas passivas dos entes federados (prescrição quinquenal).

Esse assunto ainda não está pacificado, mas é bom estar ciente sobre a posição de cada uma das Cortes para poder responder às questões.

C) ERRADA. O artigo 28 da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42) é bem claro quanto a isso:

> *Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.*

Portanto, o dispositivo legal fala em erro grosseiro, e não fraude.

D) ERRADA. No julgamento do RE 852.475/SP, o STF fixou a seguinte tese: "São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa".

Trata-se de um julgado importantíssimo para fins de provas!! No entendimento do STF, em julgamento apertado (foram 6 votos contra 5), apenas as ações de ressarcimento de atos DOLOSOS de improbidade é que são imprescritíveis. Portanto, para atos CULPOSOS de improbidade (condutas discriminadas no art. 10 da Lei nº 8.429/92), há a incidência de prazo prescricional para a ação de ressarcimento.

Portanto, para atos de improbidade praticados com culpa, a Administração possui o prazo do art. 23 da Lei 8.429/92 para proceder ao ajuizamento das ações de ressarcimento (cinco anos).

E) ERRADA. Embora os entes federados tenham autonomia para elaborar os estatutos dos seus servidores, os Estados-membros, Distrito Federal e Municípios não podem inovar em todas as sanções administrativo-disciplinares.

A União, por ser a detentora da competência legislativa para legislar sobre direito penal e direito processual (art. 22, inciso I, da CF/88), fornece todos os contornos possíveis de serem admitidos sobre questões sancionatórias e de aplicação de penalidades.

É competência privativa da União legislar, por exemplo, sobre crimes de responsabilidade (infrações político-administrativas), conforme a Súmula Vinculante nº 46: "A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União". Logo, no que diz respeito a crimes de responsabilidade (que não são crimes propriamente, mas sim infrações político-administrativas), não há livre criação para os entes federados, como a alternativa deixa a entender.

Gabarito: Alternativa "b".

---

4. **2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito**

Se os servidores estatutários de uma autarquia ambiental deflagrarem greve e pararem de trabalhar,

a) a greve será, de pronto, ilegal, visto que ainda não foi editada lei que regulamente a greve no serviço público.

b) a greve poderá ser considerada legal se o Estado der causa à deflagração, assim como ocorreria no caso de servidores policiais civis.

c) a administração pública poderá agir discricionariamente para escolher se desconta da remuneração dos servidores os dias parados.

d) a greve poderá ser declarada legal, porém a administração pública deverá, em regra, descontar da remuneração dos servidores os dias parados.

e) a administração pública será obrigada, caso haja requerimento de sindicato ou associação, a promover uma compensação pelas horas não trabalhadas, evitando o desconto na remuneração dos servidores.

Comentários

A) ERRADA. De fato, não foi editada a lei a que se refere o art. 37, VII, da CF/88. Como se trata de uma norma constitucional de eficácia limitada, foram ajuizados mandados de injunção no STF em virtude da impossibilidade do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, diante da inexistência da lei regulamentadora (vide MIs 670, 708 e 712). Esses julgados reconheceram a possibilidade de greve de servidores públicos, aplicando-se a Lei Federal nº 7.783/89 (Lei Geral de Greve). Logo, a greve não é ilegal simplesmente pela inexistência da lei.

B) ERRADA. De fato, greve de servidores públicos pode ser considerada legal. Contudo, o direito de greve não se aplica a servidores da área de segurança pública, conforme o Tema de Repercussão Geral nº 541 do STF:

> *"1 - O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. 2 - É obrigatória a participação do Poder Público em mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública, nos termos do art. 165 do CPC, para vocalização dos interesses da categoria."*

C) ERRADA. No Recurso Extraordinário nº 693.456, ficou decidida a Tese 531 de Repercussão Geral, nos dizeres a seguir:

> *"A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público".*

Portanto, a regra geral é que a Administração Pública proceda ao desconto, PODENDO haver compensação das horas paradas em função de acordo. Por outro lado, se a greve se deu em virtude de ilicitude praticada pelo Poder Público, não há que se falar em desconto nas remunerações.

D) CORRETA. Conforme afirmado nos comentários da alternativa C, a regra geral é pelo desconto na remuneração dos servidores. Ademais, as greves de servidores são possíveis e reconhecidas pelo STF, mesmo diante da inexistência de lei específica apta a regulamentar o assunto.

E) ERRADA. Também conforme consta nos comentários da alternativa C, não há obrigatoriedade em existir a compensação das horas paradas a fim de se evitar o desconto nas remunerações. Isso se dará apenas se houver acordo.

---

5. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

José ingressou como servidor do Município "X" em 1980, sem concurso público e pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. No prazo adequado, e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o estatuto dos servidores públicos daquele ente federado, passando ele a ser servidor público estatutário, até sua exoneração.

Observado isso, é correto afirmar:

a) Como há dois períodos baseados em regimes diversos, prevalece aquele ocorrido por último, o que determina a competência da Justiça comum.

b) Como se trata de servidor público municipal, mesmo em relação aos pedidos formulados com base no regime celetista, a competência para julgamento é da justiça comum estadual.

c) A discussão a respeito da competência para conhecer os pedidos, tanto aqueles decorrentes do regime celetista, como aqueles decorrentes do regime estatutário, envolve competência em razão da matéria, a qual é relativa e não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

d) Como o servidor público, no caso, foi admitido sem concurso público, não há qualquer possibilidade de se acolherem pedidos formulados com base no regime estatutário, motivo pelo qual somente poderá pleitear perante a justiça do trabalho.

e) O pedido referente às verbas trabalhistas, formulado com base na Consolidação das Leis do Trabalho, é de competência da Justiça do Trabalho. Os pedidos formulados com base na relação estatutária são de competência da justiça comum estadual.

Comentários

A banca indicou a alternativa E como sendo a correta em seu gabarito definitivo. Contudo, entendemos que a banca FEPESE não foi feliz na elaboração dessa questão. Trata-se de uma temática para a qual não há uma jurisprudência pacificada, pois o STF tem oscilado em seu entendimento acerca do tema. Por esse ponto de vista, entendemos que outras alternativas poderiam também estar corretas.

Citaremos os julgados nos comentários de cada alternativa:

A) CORRETA. Há um entendimento do STF que justificaria essa alternativa como certa. Veja o trecho do Informativo 840 do STF, que reproduz o entendimento firmado no julgamento do Agravo Regimental da Rcl 8.909/MG, ocorrido em 22/09/2016:

> *"Para o STF, é a natureza jurídica do vínculo existente entre o trabalhador e o Poder Público, vigente ao tempo da propositura da ação, que define a competência jurisdicional para a solução da controvérsia, independentemente de o direito pleiteado ter se originado no período celetista."*

Portanto, por esse entendimento do Supremo, pode-se cogitar do acerto da alternativa, já que a competência para julgar as controvérsias referentes ao período celetista da servidora seria da Justiça Comum, que é o seu vínculo atual (estatutário).

B) ERRADA. A competência para julgar as ações não se relaciona à qual esfera de governo o servidor pertence (se federal, estadual, distrital ou municipal). O relevante é apurar se se trata de um servidor estatutário ou celetista. Sendo servidor estatutário, a Justiça comum deteria a competência para julgar.

C) ERRADA. É relevante conhecer o art. 62 do CPC:

> *"Art. 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes."*

Isso faz com que a competência em razão da matéria seja ABSOLUTA, e não relativa, como a alternativa propõe. Sendo o caso de competência ou incompetência absoluta, deve ser reconhecida de ofício pelo juiz.

D) ERRADA. Sabe-se que, pelo art. 19 dos ADCT, foi reconhecida a estabilidade àqueles que se encontravam em exercício há pelo menos cinco anos na Administração Pública Direta.

No Informativo 839 do STF, há um entendimento que poderia induzir o aluno a marcar o acerto desta alternativa. Vejamos:

> *"Compete à justiça trabalhista processar e julgar causa relativa a depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de servidor que ingressou no serviço público antes da Constituição de 1988 sem prestar concurso. [...]*
>
> *Desse modo, em relação jurídica de natureza celetista na qual se pretendam parcelas trabalhistas, a análise do tema cabe à justiça do trabalho, e não à justiça comum. Àquela incumbiria até mesmo o exame de possível carência da ação."*

Contudo, a alternativa faz menção aos pedidos relacionados na vigência do regime estatutário, sendo que o julgado mencionado pelo informativo (CC 7.950/RN, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/09/2016) faz alusão a parcelas trabalhistas. Em relação a controvérsias referentes ao período estatutário, a competência seria da Justiça Comum.

E) CORRETA. O fundamento para assinalar esta alternativa como correta é aquele que foi citado na alternativa D, em que se segrega a competência de modo bem delineado: o que for matéria trabalhista, seria de competência da Justiça do Trabalho, ao passo que as matérias estatutárias ficariam a cargo da Justiça Comum.

Em nosso entendimento, tanto a alternativa A quanto a alternativa E estariam corretas, pois ambas reproduzem entendimentos do STF tomados em julgamentos distintos.

---

6. 2018/COMPERVE/TJ-RN/Juiz Leigo

Milena, deputada estadual, deseja nomear a sua prima Helena para um cargo em comissão na assembleia legislativa. Helena é jurista exemplar, possui doutorado na área de produção de legislação e atuaria como assessora de produção de leis da deputada. Ocorre, contudo, que Milena não sabe se pode nomear a prima para tal cargo ou se isso implica em violar a súmula vinculante n. 13. De acordo com o conteúdo da súmula mencionada, a nomeação de Helena

a) não configura caso de nepotismo, podendo ela ser nomeada para o cargo, sendo muito positivo que possua habilidade técnica específica ligada à área.

b) configura caso de nepotismo quando inexistente habilitação técnica específica para o exercício da função, o que não corre no caso, já que Helena possui doutorado na área.

c) não configura caso de nepotismo, pois ela é parente em terceiro grau de Milena, o que faz absolutamente legítima a sua nomeação.

d) configura caso claro de nepotismo e é inadmissível, independentemente da capacitação jurídica especializada que Helena possui.

Comentários

A questão cobra do aluno um detalhe da Súmula Vinculante nº 13 que, muitas vezes, passa despercebido. Vale a pena reproduzir o enunciado aqui:

> *"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."*

Note que a súmula fala em parentesco de até terceiro grau. Primos são parentes de quarto grau!

Para o caso da questão, seria nepotismo se a deputada nomeasse os seus pais (parentes de primeiro grau), seus irmãos e avós (parentes de segundo grau) e seus tios (parentes de 3º grau). Primos são de quarto grau, logo não estão abrangidos pela súmula.

A) CORRETA. Trata-se de uma nomeação para cargo em comissão, sendo que eventual vínculo de parentesco entre as pessoas envolvidas (autoridade nomeante e nomeado), se for até o terceiro grau, inviabiliza a nomeação. Contudo, como a relação de parentesco é de quarto grau, há sim possibilidade de efetivar a nomeação.

B) ERRADA. Não há nepotismo no caso, por ser parentesco de quarto grau. Ademais, quando se fala em nepotismo, não há qualquer relação com a qualificação para o exercício do cargo. Nepotismo faz alusão ao favorecimento de familiares, independentemente da habilitação técnica para a função.

C) ERRADA. A alternativa é correta na primeira parte, uma vez que o caso descrito não é de nepotismo. Ocorre que primos são parentes de quarto grau, e não de terceiro grau, como mencionado na segunda parte da alternativa.

D) ERRADA. Como já visto, o caso não é de nepotismo por envolver uma relação de parentesco de quarto grau.

---

7. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.

b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.

c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.

d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.

e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Comentários

Questão que aborda vários assuntos e cobra do aluno o conhecimento de jurisprudência das cortes superiores em Direito Administrativo.

A) ERRADA. Na realidade, a alternativa está quase correta, não fosse pela expressão "em abstrato". Para o STJ, o prazo de prescrição no âmbito disciplinar, no caso de sentença penal condenatória, deve ser computado pela pena em concreto aplicada na esfera penal. Abaixo, segue trecho de um julgado com esse entendimento:

> *"5. Considerando a existência de sentença penal condenatória ainda pendente de transito em julgado, aplica-se o prazo prescricional com base na pena em concreto fixada pelo juízo criminal, nos moldes daquele entendimento firmado pela 5ª Turma do STJ no RMS 21.214/PR, rel. Min. Félix Fischer, Dj 29/10/2007, de modo que o prazo prescricional da pretensão punitiva disciplinar no presente caso é de 12 (doze) anos, na forma do inciso III do artigo 109 do Código Penal, findando-se apenas em 26 de outubro de 2017, de modo que a sanção foi aplicada em 04/05/2011, ou seja, antes de findo o prazo prescricional." (MS 17.536, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 20/04/2016).*

Na Lei 8.112/90, o dispositivo relevante é o art. 142, § 2º:

> *Art. 142, § 2º. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.*

B) ERRADA. O STJ já se posicionou no sentido de que, havendo previsão no edital, é possível que a banca examinadora cobre dos candidatos o conhecimento de legislação publicada após a divulgação do edital do concurso. O STJ, na edição nº 9 da sua Jurisprudência em Teses, possui o seguinte enunciado: "A banca examinadora pode exigir conhecimento sobre legislação superveniente à publicação do edital, desde que vinculada às matérias nele previstas."

C) ERRADA. Nos termos do art. 40, § 19, da CF/88, o abono de permanência é devido ao servidor que, já reunindo os requisitos para se aposentar voluntariamente, opte por permanecer em atividade.

A alternativa aborda se esse dispositivo constitucional seria aplicável àqueles profissionais que exercem atividades de risco. Estes, conforme o art. 40, § 4º, fazem jus às chamadas aposentadorias

especiais, cujas regras devem ser estipuladas em leis complementares e, via de regra, reduzem o tempo de contribuição daqueles profissionais.

Ao enfrentar a questão, o STF se posicionou no sentido de que a hipótese de aposentadoria especial é compatível com a percepção de abono de permanência. Veja trecho de um acórdão que contém o entendimento da Suprema Corte (Ag. Reg. RE 923.565/RS, julgado em 24/11/2015):

> *"A Corte já se pronunciou no sentido de que a Constituição não veda a extensão do direito ao abono de permanência para servidores públicos que se aposentam com fundamento no art. 40, § 4º, da CF."*

Portanto, o fato de o servidor fazer jus a uma aposentadoria especial (art. 40, § 4º) não é incompatível com a percepção do abono de permanência (art. 40, § 19).

D) ERRADA. Há muitas decisões do STJ sobre a temática de concursos públicos e das nomeações dos aprovados para o exercício dos cargos.

Na Jurisprudência em Teses (edição nº 11), é possível encontrar enunciados que vão ao encontro do que diz a alternativa. Por exemplo: "O candidato aprovado fora do número de vagas previsto no edital possui mera expectativa de direito à nomeação, que se convola em direito subjetivo caso haja preterição em virtude de contratações precárias e comprovação da existência de cargos vagos."

Contudo, em um julgado mais recente, a Corte passou a fazer menção à questão orçamentária e também à inequívoca necessidade de se contar com mais servidores:

> *"O candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas tem direito subjetivo à nomeação caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do certame, haja manifestação inequívoca da administração sobre a necessidade de seu provimento e não tenha restrição orçamentária" (MS 22.813/DF, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 13/06/2018).*

Portanto, não basta mais a mera existência de vagas para que um aprovado fora do número de vagas tenha direito à nomeação.

E) CORRETA. Trata-se de entendimento consolidado por meio da Súmula Vinculante nº 5, do STF, muito famosa e muito cobrada em concursos:

> *"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição."*

Aquele que é parte em um processo administrativo não necessita constituir advogado. O próprio interessado tem capacidade postulatória no âmbito administrativo. Por outro lado, não é vedado constituir advogado, sendo uma faculdade da parte fazê-lo ou não.

Ainda sobre processo administrativo, é também de suma importância conhecer a Súmula Vinculante nº 21:

> *"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo."*

8. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Considerando o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que diz respeito a agentes públicos.

a) Para o STJ, em processo disciplinar que apure infração administrativa que configura ação penal, o prazo prescricional será determinado pela pena em abstrato cominada na condenação penal transitada em julgado.

b) Para o STJ, é vedado a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação do edital.

c) Para o STF, não será devido o abono de permanência ao policial civil que permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial.

d) Para o STJ, candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas ofertadas em edital terá direito subjetivo à nomeação caso comprove o surgimento de vagas durante a validade do certame.

e) Para o STF, processo administrativo disciplinar é válido mesmo quando a defesa técnica da parte não é efetivada por advogado, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Comentários

Tanto o STF quanto o STJ já firmaram o entendimento de que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas estabelecido em edital possui direito subjetivo à nomeação.

No âmbito do STJ, há um enunciado na Jurisprudência em Teses (edição nº 11) sobre o assunto:

> *"O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital tem direito subjetivo a ser nomeado no prazo de validade do concurso."*

No âmbito do STF, fixou-se uma tese de Repercussão Geral (Tema 784) no julgamento do RE 837.311 que merece ser transcrita:

> *"O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge nas seguintes hipóteses: 1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital; 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação; 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima."*

Portanto, o conhecimento da jurisprudência é fundamental para a resolução desta questão.

A) ERRADA. O candidato B é o segundo colocado de um concurso com duas vagas. Portanto, ele tem direito subjetivo à nomeação, conforme o entendimento das cortes superiores.

B) ERRADA. Conforme já se viu, ele tem direito subjetivo à nomeação.

C) ERRADA. O candidato B tem direito de ser nomeado não somente pelo simples fato de ser aprovado. Conforme se viu na jurisprudência do STF, há hipóteses definidas para consolidar o direito subjetivo à nomeação.

D) CORRETA. É o que se extrai dos entendimentos das cortes superiores mencionados anteriormente. Os aprovados dentro do número de vagas do edital têm direito subjetivo à nomeação.

Sobre a expressão "o edital é a lei do certame", ela consta na Jurisprudência em Teses do STJ (edição nº 9):

> *"6) O edital é a lei do concurso e suas regras vinculam tanto a Administração Pública quanto os candidatos."*

E) ERRADA. A nomeação daqueles aprovados dentro do número de vagas do certame não é medida de conveniência e oportunidade da Administração. Ela deve proceder à nomeação dentro do prazo de validade do concurso.

---

9. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A remuneração do servidor público é a soma dos vencimentos do cargo e de vantagens pecuniárias. Com relação ao regime remuneratório dos servidores públicos é correto afirmar que:

a) a garantia da irredutibilidade dos vencimentos não veda a redução de parcelas que compõem a remuneração ou mesmo a alteração no modo de cálculo de gratificações e outras vantagens, desde que preservado o valor da remuneração total.

b) a isonomia remuneratória prevista na Constituição Federal garante paridade entre os cargos de igual atribuição ou assemelhados no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

c) em caso de acordo é possível a fixação de vencimento de servidor por meio de Convenção Coletiva desde que homologado judicialmente.

d) a fixação de subsídios dos Membros do Legislativo, bem como Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado ocorre por meio de Lei de competência exclusiva do Congresso, sancionada pelo Presidente da República.

e) os pensionistas de servidor público falecido já aposentado, terão suas pensões regidas pela Lei vigente por ocasião da aposentadoria do servidor falecido.

Comentários

A) CORRETA. O ponto de partida para resolver a questão está no conhecimento do art. 37, XV, da CF/88:

> *"XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I".*

Nota-se que a regra geral é pela irredutibilidade dos vencimentos e subsídio, exceção feita à redução até o teto constitucional (para aqueles que recebem acima do teto na remuneração bruta) e em virtude das incidências tributárias no holerite dos servidores.

Uma jurisprudência interessante que pode ser citada a fim de justificar a alternativa como certa é a seguinte:

> *"Não há direito adquirido do servidor público a regime jurídico pertinente à composição dos vencimentos, desde que a eventual modificação introduzida por ato legislativo superveniente preserve o montante global da remuneração e, em consequência, não provoque decesso de caráter pecuniário" (Ag. Reg. RE 772.833, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 11/02/2014).*

Portanto, eventuais mudanças na estruturação remuneratória em uma carreira são admissíveis, contanto que não se reduza o valor nominal dos vencimentos dos servidores. Se houver, por exemplo, a redução em uma determinada rubrica de pagamento à qual o servidor faça jus, isso pode ser compensado pela majoração de outra verba percebida. O importante é haver a preservação da remuneração real.

B) ERRADA. Alguns dispositivos constitucionais do art. 37 da CF/88 justificam o equívoco da alternativa:

> *"Art. 37, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;*
>
> *Art. 37, XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;"*

Logo, a CF/88 não permite que Legislativo e Judiciário paguem vencimentos superiores aos pagos pelo Poder Executivo, bem como veda vinculação ou equiparações para efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Esses aspectos inviabilizam a paridade citada pela alternativa.

C) ERRADA. Os vencimentos dos servidores públicos são fixados, em regra, por LEI. Veja o art. 61, da CF/88, o qual estabelece a iniciativa privativa do Presidente da República para deflagrar o processo legislativo para aumentar remuneração de servidores:

> *Art. 61, § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:*
>
> *II - disponham sobre:*
>
> *a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;*

Mas, CUIDADO: os subsídios do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos deputados federais e dos senadores são fixados por meio de decreto legislativo (vide os arts. 49, VII e VIII da CF/88). Já a remuneração dos servidores da Câmara e do Senado são fixados ou por meio de resolução das respectivas Casas (vide os arts. 51, IV e 52, XIII).

Para complementar, é importante notar também a Súmula 679 do STF, cujo enunciado assim diz:

> *"A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva."*

Lembre-se que nem todos os direitos sociais dos trabalhadores (art. 7º, da CF/88) são aplicáveis aos servidores públicos, conforme o art. 39, § 3º, da CF/88. O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, citado no inciso XXVI do art. 7º, é um dos direitos NÃO RECONHECIDOS aos servidores públicos pelo art. 39.

D) ERRADA. O primeiro erro da alternativa é afirmar que a fixação de subsídios se fará por meio de lei. Na verdade, a espécie normativa é o decreto legislativo que, assim como as leis, são normas primárias contidas no inciso VI do art. 59 da CF/88. Porém, o segundo erro da alternativa é dizer que depende de sanção do Presidente. Os decretos legislativos se distinguem de lei porque prescindem de sanção ou veto do Presidente da República, sendo de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF/88).

E) ERRADA. O direito à pensão por morte dos dependentes de um servidor público está previsto no art. 40, § 7º, da CF/88:

> *"§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:*
>
> *I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou*
>
> *II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito."*

A Lei 8.112/90 regulamenta, na órbita federal, esse dispositivo constitucional.

O STJ, ao apreciar a questão sobre a lei aplicável aos casos de pensão por morte, sumulou enunciado em que adota como parâmetro a data do óbito do servidor, sendo a lei vigente ao tempo do óbito aquela que deve reger a concessão da pensão:

> *Súmula 340 - A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado.*

Embora a súmula tenha sido formulada com base em julgados sobre o Regime Geral de Previdência Social, é possível, por analogia, aplicá-la aos casos de servidores públicos estatutários, cujo regime previdenciário é regido pelo art. 40 da CF/88.

---

10. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A prova de aptidão física em concursos públicos pode acarretar situações a serem dirimidas no edital. Nesse sentido, sobre essa modalidade de prova é correto afirmar que:

a) a proteção constitucional à maternidade e à gestante autoriza o tratamento diferenciado à candidata gestante, com designação de outra data para a realização do teste de aptidão física, especialmente se comprovado que a realização da prova na condição em que se encontra pode prejudicar a saúde do feto.

b) comprovado que o impedimento de realização da prova na data designada deu-se em razão de mudança na situação de saúde do candidato (ex. fraturas, cirurgia, doenças) é possível a designação de nova data para a realização da prova de aptidão física.

c) o STF, no julgamento do RE n. 630733, alterou seu entendimento para consignar que não viola o princípio da isonomia a remarcação de teste de aptidão física em virtude de impedimento de caráter pessoal relacionado ao candidato.

d) importa em privilégio às candidatas grávidas, em detrimento dos demais e, portanto, viola o princípio da isonomia nos certames públicos, a designação de nova data para a realização do teste físico.

e) o edital é a lei do concurso, de forma que se a candidata não comparecer na data da realização do teste, mesmo por estar na condição de gestante e ter comprovado que a realização do teste expõe à saúde do feto, estará automaticamente eliminada, conforme previsão expressa nos editais.

Comentários

A questão envolve uma jurisprudência bem recente do STF.

A) CORRETA. No julgamento do RE 1.058.333/PR, o STF fixou o Tema 973 de Repercussão Geral, cujo enunciado é o seguinte:

> *"É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público."*

Essa tese foi fixada em 21/11/2018, modificando em parte o entendimento da Suprema Corte no julgado que será comentado na alternativa B.

Portanto, na visão do STF, é possível a remarcação do teste para a candidata gestante.

B) ERRADA. Em um julgado ocorrido em 2013, o STF diz ser constitucional a previsão editalícia que não admite uma segunda chamada, ou uma segunda oportunidade, para a realização de teste físico, ainda que em decorrência de problema de saúde temporário (cirurgia, fratura, doença). Veja a ementa do julgado:

> *"Recurso extraordinário. 2. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público em razão de problema temporário de saúde. 3. Vedação expressa em edital. Constitucionalidade. 4. Violação ao princípio da isonomia. Não ocorrência. Postulado do qual não decorre, de plano, a possibilidade de realização de segunda chamada em etapa de concurso público em virtude de situações pessoais do candidato. Cláusula editalícia que confere eficácia ao princípio da isonomia à luz dos postulados da impessoalidade e da supremacia do interesse público. 5. Inexistência de direito constitucional à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos. 6. Segurança jurídica. Validade das provas de segunda chamada realizadas até a data da conclusão do julgamento. 7.*

> *Recurso extraordinário a que se nega provimento" (RE 630.733/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 15/05/2013).*

Logo, nota-se que a regra geral é pela impossibilidade de remarcação do teste de aptidão física. Porém, lembre-se da alternativa A: para as gestantes, é sim possível remarcar o teste físico.

C) ERRADA. É justamente o oposto do que diz a alternativa: o STF afirmou que é constitucional o edital que prevê a impossibilidade de reagendar o teste físico em função de problemas temporários de saúde.

D) ERRADA. Não há que se falar em privilégio às candidatas grávidas, na esteira do entendimento recente do STF.

E) ERRADA. Alternativa que também colide com o entendimento atual do STF.

---

11. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Em relação aos agentes públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. À Administração Pública não é possível aplicar aos servidores a pena de demissão em processo disciplinar, se ainda em curso a ação penal a que responde pelo mesmo fato.

II. O STF firmou a tese de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da CF/88, não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no FGTS.

III. A estabilidade compreende a garantia constitucional do servidor público estatutário nomeado em virtude de concurso público, de permanecer no serviço público após o período de 3 (três) anos de efetivo exercício, enquanto a efetividade representa situação jurídica que qualifica a titularização de cargos efetivos, para distinguir-se da que é relativa aos ocupantes de cargo em comissão.

IV. Os notários e os registradores são titulares de cargo público efetivo, exercem atividade estatal e, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, são considerados servidores públicos, independentemente do tempo de serviço.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

a) I, II, III e IV.

b) III, apenas.

c) I e II, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

Vamos comentar as quatro assertivas propostas pela banca:

I. ERRADA. Conforme informa a Lei 8.112/90, há independência entre as apurações em curso nas esferas administrativa, cível e criminal. Veja o art. 125 da lei:

> *"Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si."*

Com esse raciocínio, os processos correm cada um a seu tempo e com os ritos característicos de cada esfera processual.

Contudo, há que se atentar para a esfera criminal. Não obstante exista a independência entre as esferas, algumas decisões tomadas pelo juízo criminal podem repercutir nos processos administrativo e cível. Veja, por exemplo, o art. 92 do Código Penal:

> *"Art. 92 - São também efeitos da condenação:*
>
> *I - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo:*
>
> *a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;*
>
> *b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos."*

Portanto, a condenação no juízo criminal pode ter como consequência a perda do cargo público, independentemente da decisão do processo administrativo.

Além disso, é fundamental conhecer o art. 126 da Lei nº 8.112/90. Quando na esfera criminal ficar caracterizada a inexistência do fato até então considerado ilícito e a negativa da autoria do delito, ficará afastada a responsabilização administrativa:

> *"Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria."*

Nota-se que as esferas são independentes, mas em alguns casos a decisão do juízo criminal traz repercussões no processo administrativo.

II. CORRETA. O STF tem jurisprudência firme quanto ao preenchimento irregular de cargos e funções públicas, afirmando que se trata de atos nulos e de nenhum efeito. Porém, faz ressalva com relação às remunerações percebidas pelos agentes públicos de boa-fé no período que desempenharam as funções públicas.

Quanto aos agentes públicos temporários, o STF possui o Tema 916 de Repercussão Geral, cujo teor foi praticamente reproduzido pela banca. Veja o enunciado desse tema:

> *"A contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS."*

III. CORRETA. É importante que você conheça a diferença entre ser efetivo e ser estável. Diz-se que o servidor é efetivo quando ele ocupa um cargo de provimento efetivo, ou seja, que necessita de aprovação em concurso público para ser ocupado. Portanto, assim que o servidor nomeado em virtude de aprovação em concurso público toma posse ele já um servidor efetivo.

Sobre isso, vale a pena conferir o art. 10 da Lei. 8112/90:

> *"Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade."*

Já a estabilidade ocorre após três anos de exercício no cargo efetivo, conforme o art. 41 da CF/88:

> *"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público."*

Disso, podemos concluir que não há que se falar em estabilidade para ocupantes de cargos em comissão, mas somente para cargos efetivos.

IV. ERRADA. Os titulares de serventias extrajudiciais são privados que prestam um serviço público por delegação do Estado. Ademais, apesar de desempenharem uma função pública, não ocupam cargos públicos. Logo, não são servidores públicos. Veja o art. 236 da CF/88:

> *"Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.*
>
> *§ 1º Lei regulará as atividades, disciplinará a responsabilidade civil e criminal dos notários, dos oficiais de registro e de seus prepostos, e definirá a fiscalização de seus atos pelo Poder Judiciário.*
>
> *§ 2º Lei federal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.*
>
> *§ 3º O ingresso na atividade notarial e de registro depende de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso de provimento ou de remoção, por mais de seis meses."*

Sobre o assunto, destaca-se o seguinte julgado do STF:

> *"Os notários e os registradores exercem atividade estatal, entretanto não são titulares de cargo público efetivo, tampouco ocupam cargo público. Não são servidores públicos, não lhes alcançando a compulsoriedade imposta pelo mencionado art. 40 da CF/1988 – aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade" (ADI 2.602/DF, Rel. Min. Eros Grau, julgado em 31/03/2006).*

Portanto, é equivocado dizer que os notários e registradores são servidores públicos. Estes são aqueles que ocupam cargos públicos, algo que não ocorre com os titulares das serventias extrajudiciais.

---

12. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público. Várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.

É CORRETO afirmar que recondução é o/a

a) ato administrativo que materializa o provimento originário.

b) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.

c) retorno do servidor que tenha estabilidade ao cargo que ocupava anteriormente, por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

d) forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

Comentários

A questão exige conhecimento das formas de provimento do cargo público, previstas no art. 8º da Lei 8.112/90:

> *"Art. 8º São formas de provimento de cargo público:*
> *I - nomeação;*
> *II - promoção;*
> *V - readaptação;*
> *VI - reversão;*
> *VII - aproveitamento;*
> *VIII - reintegração;*
> *IX - recondução."*

A) ERRADA. A nomeação é a única forma de provimento originário, por ser ela aquela que inaugura um vínculo específico entre o servidor e a Administração Pública. Todas as demais formas de provimento (promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução) pressupõem a existência de um vínculo anterior com a Administração, e por isso são conhecidas como formas de provimento derivadas.

B) ERRADA. A alternativa cita a hipótese da readaptação, que está prevista no art. 24 da Lei 8.112/90:

> *"Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica."*

C) CORRETA. A recondução, conforme os incisos do art. 29 da Lei 8.112/90, ocorre de duas maneiras, sendo uma delas aquela que está descrita na alternativa. Veja o dispositivo da lei:

> *"Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:*
> *I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;*
> *II - reintegração do anterior ocupante.*

> *Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30."*

Portanto, a inabilitação em estágio probatório de outro cargo enseja o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado por meio da recondução.

D) ERRADA. A alternativa narra a hipótese de promoção, que se dá quando um servidor ascende verticalmente dentro da carreira que ocupa, deixando um cargo de menor responsabilidade e ocupando um cargo de maior responsabilidade. Tanto é assim que a promoção é, ao mesmo tempo, hipótese de provimento (art. 8º da Lei 8.112/90) e de vacância (art. 33 da Lei 8.112/90):

> *"Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:*
> *I - exoneração;*
> *II - demissão;*
> *III - promoção;*
> *VI - readaptação;*
> *VII - aposentadoria;*
> *VIII - posse em outro cargo inacumulável;*
> *IX - falecimento."*

---

13. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.

b) Os empregados públicos das empresas públicas e sociedades de economia mista não fazem jus à estabilidade prevista para os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, mas sua dispensa deve ser motivada.

c) A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público.

d) É vedado que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava.

Comentários

Lembre-se que buscamos a alternativa INCORRETA, ok?

A) CORRETA. O conteúdo da alternativa está correto. A jurisprudência do STF é firme no sentido de vedar a permanência no serviço público, em cargos de provimento efetivo, para aqueles que não ingressaram pela via do concurso público. Isso inclui o caso citado na assertiva, quando o ocupante do cargo obteve o direito de exercer o cargo por liminar. Esta pode ser posteriormente revogada, e não há que se alegar direito adquirido ou a teoria do fato consumado, independentemente do tempo de serviço público prestado pelo beneficiário de medida liminar. O tema já foi apreciado em sede de repercussão geral (tema 476), quando da apreciação do RE 608.482/RN:

> *"Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado."*

B) CORRETA. A dispensa de empregados das empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas) é um ato administrativo que restringe direitos. Sendo assim, é imprescindível que aconteça de maneira motivada. O STF apreciou a questão no julgamento do RE 589.998/PI, que gerou a seguinte tese:

> *"A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados."*

Embora o julgamento se refira especificamente aos Correios, que é uma empresa pública, restou compreendido que isso deve ser aplicado no âmbito das demais estatais.

Contudo, é pacífico que os ocupantes desses empregos públicos NÃO SÃO alcançados pela estabilidade do art. 41 da CRFB. Acerca disso, vale destacar a existência Súmula 390 do TST:

> *"ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF/1988. CELETISTA. ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL. APLICABILIDADE. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. INAPLICÁVEL*
>
> *I - O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.*
>
> *II - Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988."*

C) CORRETA. No Recurso Extraordinário nº 693.456, ficou decidida a Tese 531 de Repercussão Geral, nos dizeres a seguir:

> *"A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público".*

Nota-se que a alternativa praticamente reproduz a tese de repercussão geral fixada pelo STF, o que a torna correta.

D) INCORRETA, devendo ser, portanto, assinalada. A resposta para esta questão pode ser obtida no próprio texto constitucional (art. 37, § 10):

> *"Art. 37, § 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."*

Portanto, o servidor aposentado pelo regime próprio de previdência pode exercer um cargo em comissão na Administração Pública, independentemente se ser ou não a função que já desempenhava à época de sua aposentadoria. Permite-se também a cumulação dos proventos com a remuneração do cargo que ocupa.

O STF já apreciou a questão no RE 786.540/DF:

> *"Ressalvados impedimentos de ordem infraconstitucional, inexiste óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado para outro cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que não se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração."*

---

14. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

Acerca do regime constitucional-administrativo da Advocacia Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Aos Procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias.

b) Os Procuradores dos Estados são organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos.

c) É facultativa a participação da Ordem dos Advogados do Brasil nas fases de concurso para preenchimento do cargo de Procurador do Estado.

d) Os Procuradores dos Estados exercerão a representação judicial das respectivas unidades federadas.

Comentários

Uma vez mais, buscamos a alternativa INCORRETA!

A) CORRETA. A alternativa praticamente reproduz o art. 132, parágrafo único, da CF/88:

> *"Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.*
>
> *Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias."*

Veja que a CF realmente menciona relatório das corregedorias como condição para a aquisição da estabilidade por parte daqueles servidores, o que torna a alternativa correta e, portanto, não deve ser assinalada.

B) CORRETA. O fundamento para esta alternativa está no caput do art. 132, já reproduzido na alternativa A. Alternativa correta.

C) INCORRETA e GABARITO DA QUESTÃO. A participação da OAB nos certames é condição obrigatória, conforme se depreende do caput do art. 132. Não há margem de opção sobre se a entidade participa ou não do concurso. Ela participará.

D) CORRETA. Uma vez mais, a resposta encontra-se no caput do art. 132, pois cabe aos procuradores dos Estados e DF exercerem a representação judicial e a consultoria jurídica das unidades federadas.

---

15. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

O regime constitucional das aposentadorias dos servidores públicos sofreu alterações consideráveis ao final da década de 1990 e início de 2000, visando a alcançar o necessário equilíbrio econômico e atuarial dos regimes públicos de previdência. A esse respeito, avalie as alternativas a seguir e identifique a afirmação correta.

a) É autorizada de forma geral a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos.

b) Ao contrário dos empregados da iniciativa privada, os servidores públicos não possuem idade máxima para a aposentadoria compulsória, podendo permanecer no serviço público indefinidamente.

c) As reformas da década de 1990 e 2000 não alteraram o direito à integralidade e à paridade a que ainda gozam os servidores públicos federais, estaduais e municipais.

d) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

e) A lei poderá estabelecer, para fins de aposentadoria, a contagem fictícia de tempo de contribuição.

Comentários

A) INCORRETA. O art. 40, § 4º, da CF/88, estabelece os critérios para a concessão das chamadas aposentadorias especiais. Trata-se de hipóteses bem pontuais (portadores de deficiência, profissionais que exercem atividades de risco e cujas atividades sejam exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física) e que estão sujeitas a regulamentação por meio de lei complementar. Não são, portanto, a regra geral, como a alternativa dá a entender:

> *"Art. 40, § 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:*
>
> *I portadores de deficiência;*
>
> *II que exerçam atividades de risco;*
>
> *III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física."*

B) INCORRETA. O art. 40, § 1º, estabelece as três espécies de aposentadoria, a saber: por invalidez, voluntária e compulsória. Este último caso ocorre quando o servidor atinge a idade de 75 anos, conforme regulamentado pela Lei Complementar nº 152/2015).

Ao contrário do que a alternativa diz, não há aposentadoria compulsória no Regime Geral de Previdência Social. A idade máxima é um traço característico do Regime Próprio.

C) INCORRETA. A EC nº 20/1998 e a EC nº 41/2003 extinguiram a integralidade dos vencimentos quando da passagem para a inatividade. O cálculo dos proventos de aposentadoria se faz, agora, por um cálculo que leva em consideração o tempo de contribuição e os valores das remunerações da vida funcional do servidor. Ademais, também foi extinta a chamada paridade entre ativos ou inativos. Na paridade, um aumento ou melhoria de carreira feita aos ativos aplica-se automaticamente aos inativos. A EC 41 acabou com essa possibilidade para aqueles que ingressaram após a promulgação da emenda (dezembro de 2003).

Vale ressaltar que, para ambos os casos, há regras de transição e há distinções entre os servidores que já estavam no serviço público por ocasião da publicação das emendas constitucionais e para aqueles que ingressaram após as referidas emendas.

D) CORRETA. A alternativa está em consonância com o art. 40, § 2º, da CRFB.

"Art. 40, § 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão."

E) INCORRETA. A Constituição, no art. 40, § 10, diz exatamente o oposto, sendo proibida a contagem de tempo de contribuição fictício:

"Art. 40, § 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício."

---

16. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

Acerca da estabilidade no serviço público, é correto afirmar:

a) o servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial pendente de recurso.

b) o servidor estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

c) são estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

d) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em vacância, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

e) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a realização de teste de integridade pelo servidor.

Comentários

A) INCORRETA. As hipóteses de perda de cargo por servidor estável estão previstas no art. 41, § 1º, da CF/88:

> *"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*
>
> *§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:*
>
> *I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*
>
> *II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;*
>
> *III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa."*

No que, quanto à sentença judicial, esta precisa ter transitado em julgado para poder desencadear a perda do cargo pelo servidor público.

IMPORTANTE: há outra hipótese de perda de cargo para servidores estáveis e não estáveis no art. 169 da CF/88. Trata-se de casos em que a despesa com pessoal das entidades públicas tenha superado os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00). Veja o art. 169, §§ 3º e 4º:

> *"§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:*
>
> *I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;*
>
> *II - exoneração dos servidores não estáveis.*
>
> *§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal."*

B) CORRETA. A perda de cargo por servidor estável por meio de processo administrativo é possível, contanto que tenha sido assegurada a observância do princípio da ampla defesa.

DICA: os agentes públicos vitalícios (magistrados e membros do Ministério Público, via de regra) NÃO perdem os cargos por processo administrativo nem por questões orçamentárias. Perdem apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

C) INCORRETA. A regra de dois anos para aquisição de vitaliciedade é válida apenas para aqueles que ingressam na magistratura e como membros do Ministério Público pela via do concurso público (vide arts. 95, I, e art. 128, §5º, I, da CRFB). Para os outros agentes públicos, a regra geral é a do art. 41 da CFRB, em que se fala em três anos para aquisição da estabilidade.

D) INCORRETA. Quando o cargo ocupado por um servidor estável é extinto, o servidor fica em DISPONIBILIDADE, e não em vacância. Vide o art. 41, § 3º, da CF/88:

> *"Art. 41, § 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo."*

E) INCORRETA. Como se viu, a redação do caput do art. 41 não condiciona a realização de teste de integridade para a aquisição de estabilidade. O § 4º do artigo prevê, ao contrário, a avaliação de desempenho do servidor por uma comissão específica:

> *"Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade."*

---

17. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

É obrigatória a aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos e empregos públicos efetivos. Trata-se da realização do princípio da igualdade de acesso ao serviço público. Com base nesse enunciado, indique a afirmação CORRETA:

a) Limites de idade, sexo, altura e capacitação profissional devem ser estabelecidos em regulamento do concurso e não apenas no edital.

b) Para que o candidato possa fazer jus às vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas precisam necessariamente causar dificuldades no desempenho das funções do cargo disputado, em função da aplicação do princípio da congruência.

c) O princípio da igualdade de gênero impede que o edital de concurso público preveja a participação apenas de concorrentes de determinado sexo.

d) Conflita com o princípio da razoabilidade a eleição, como critério de desempate, do desempenho profissional anterior, relacionado com a titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso.

Comentários

A) INCORRETA. A jurisprudência do STF já se posicionou no sentido de que exigências relativas ao provimento de cargos públicos devem estar previstas em lei. Acerca disso, vide a Súmula Vinculante nº 44:

> *"Súmula Vinculante 44 - Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público."*

No mesmo sentido, há julgados no STF quanto a outros requisitos, tais como idade, sexo, altura e capacitação profissional. Vide, por exemplo, o RE 595.893/SE:

> *"1. O Supremo Tribunal Federal possui a orientação pacífica de que é legítima a limitação de idade máxima para a inscrição em concurso público, desde que instituída por lei e justificada pela natureza do cargo a ser provido.*
>
> *2. Segundo o firme entendimento desta Corte, os requisitos para a inscrição em concurso público devem ser aferidos com base na legislação vigente à época de realização do certame."*

B) INCORRETA. É firme a jurisprudência do STF quanto à constitucionalidade das diversas ações afirmativas existentes. Ademais, a legislação de proteção às pessoas com deficiência (notadamente a Lei nº 13.146/15 e o Decreto nº 5.296/04), em nenhum momento, faz a correlação mencionada na alternativa, de que a deficiência deve necessariamente causar dificuldades no desempenho das funções.

C) INCORRETA. No mesmo sentido do exposto no comentário da alternativa A, é possível que a lei limite o acesso de apenas um sexo a certo cargo público, a depender da natureza do cargo. Vale reproduzir o art. 39, § 3º, da CF/88, especialmente quanto ao seu final:

> *"§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir."*

D) CORRETA. Já houve julgamentos do STF no sentido de que afronta a razoabilidade e a isonomia a utilização de desempenho profissional anterior como critério de desempate em concurso público. A título ilustrativo, convém reproduzir trecho da ementa da ADIn nº 3522/RS:

> *"CONCURSO PÚBLICO. CRITÉRIOS DE DESEMPATE. ATUAÇÃO ANTERIOR NA ATIVIDADE. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. Mostra-se conflitante com o princípio da razoabilidade eleger como critério de desempate tempo anterior na titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso público".*

---

18. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Diretoria de Recursos Humanos de uma empresa pública, em procedimento regular de controle de pessoal, constatou que um empregado público, aprovado em concurso seletivo ocorrido em 2014 e integrante de seu quadro de pessoal desde aquele ano, a partir de janeiro de 2018 apresenta desempenho insuficiente. Propôs, então, ao Diretor Presidente da empresa, a dispensa desse empregado. A autoridade máxima da entidade, em dúvida quanto à providência

correta a ser adotada, consultou o procurador jurídico que, observando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, orientou o consulente a

a) demitir o empregado público, expondo as razões de fato e de direito que fundamentam sua decisão.

b) determinar a instauração de processo administrativo disciplinar a fim de apurar a prática de infração disciplinar apenada, nos termos do estatuto da entidade, com demissão, nomeando comissão processante.

c) determinar apuração da prática de procedimento irregular de natureza grave, o que poderá ser feito por procedimento simplificado, respeitado o regulamento interno da empresa, porque o ocupante de emprego público há mais de três anos goza de estabilidade, nos termos do artigo 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

d) exonerar o empregado público cuja avaliação de desempenho tenha sido insuficiente, vez que a exoneração em estágio probatório não constitui sanção disciplinar.

e) determinar, nos termos do artigo 41, § 4°**,** da Constituição Federal, a instauração de comissão multidisciplinar para realização de avaliação especial de desempenho, cujo relatório final terá efeito vinculante para a autoridade máxima da empresa.

Comentários

A) CORRETA. Conforme já comentado em questão anterior, a dispensa de empregados das empresas estatais (sociedades de economia mista e empresas públicas) é um ato administrativo que restringe direitos. É imprescindível que aconteça de maneira motivada. O STF apreciou a questão no julgamento do RE 589.998/PI, que gerou a seguinte tese:

> *"A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados."*

Além disso, nunca é demais lembrar que os empregados das estatais NÃO POSSUEM a estabilidade no serviço público prevista no art. 41 da CFRB. O assunto está sumulado no âmbito do TST (Súmula nº 390).

B) INCORRETA. Não há que se falar em estatuto da entidade a fim de regrar a relação jurídica entre o empregado e a empresa. O vínculo que se forma entre o empregado e a empresa estatal se faz por meio da CLT. O estatuto dos servidores públicos aplica-se apenas entre os ocupantes de cargos públicos e as pessoas jurídicas de direito público interno (entes federados, autarquias e fundações autárquicas, via de regra).

C) INCORRETA. O comentário da alternativa B se aplica a parte do que esta alternativa descreve. Ademais, outro equívoco é a menção ao art. 19 do ADCT. Este dispositivo concedeu estabilidade àqueles que tinham vínculo com a Administração Pública há pelo menos cinco anos antes da promulgação da CF/88, não extensível às empresas estatais. Vide o dispositivo abaixo, que não faz menção a empresas públicas ou sociedades de economia mista:

> *"Art. 19, ADCT. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."*

D) INCORRETA. Não há que se falar em avaliação de desempenho para empregados públicos contratados na via da CLT. A CF/88 prevê a referida avaliação para servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, nos termos do art. 41, § 4º. Ademais, na contratação via CLT, não há que se falar em estágio probatório de três anos, mas sim no período de experiência de 90 (noventa) dias, em regra (art. 445, parágrafo único, da CLT).

Observa-se que, de fato, a exoneração em estágio probatório, por insuficiência no desempenho funcional do ocupante de cargo público, de fato não é uma sanção disciplinar. Mas, como já exposto, isso não se aplica a empregados públicos.

E) INCORRETA. Conforme já explanado anteriormente, não há que se falar em avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. Isso se aplica apenas para servidores ocupantes de cargo efetivo.

---

19. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se

a) ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.

b) ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.

c) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.

d) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.

e) ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

Comentários

A) INCORRETA. A contratação temporária de excepcional interesse público, prevista no art. 37, inciso IX, da CRFB, é um regime diferenciado e específico, que não é nem estatutário nem CLT. Cada ente federado deve possuir uma lei para regulamentar essa espécie de contratação que, reforça-se mais uma vez, é temporária e de excepcional interesse público.

Quanto ao regime previdenciário, há incidência das normas do RGPS, tendo em vista que, conforme o caput do art. 40 da CF/88, o regime próprio de previdência aplica-se somente a servidores ocupantes de cargos efetivos. Ademais, vale observar o art. 40, § 13:

> *"Art. 40, § 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social".*

B) INCORRETA. Como se viu, trata-se de uma vinculação especial entre o agente público e o Estado, que não é nem CLT nem estatutária.

C) CORRETA. No âmbito federal, as contratações temporárias são regidas pela Lei nº 8.745/93.

D) INCORRETA. O equívoco da alternativa está em mencionar o regime próprio de previdência social. Como já visto, os servidores temporários se vinculam ao RGPS.

E) INCORRETA. Não se trata de regime celetista, mas sim, especial. Ademais, o regime complementar tem previsão para servidores efetivos, conforme o art. 40, §§ 14 e 15 da CF/88:

> *"Art. 40, § 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.*
>
> *Art. 40, § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida."*

---

20. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Os particulares em colaboração com o Poder Público são as pessoas físicas

a) que concorrem para o direcionamento dos fins da ação do Estado mediante a fixação de metas, diretrizes ou planos que pressupõem decisões governamentais.

b) contratadas por tempo determinado para atenderem as necessidades temporárias de excepcional interesse público, exercendo função de regime jurídico especial, fixado em lei por cada unidade da federação.

c) sujeitas a regime contratual pautado na legislação trabalhista, submetendo-se às normas constitucionais referentes à investidura e à proibição de acumulação de empregos e vencimentos.

d) que exercem função pública, em seu próprio nome, sem vínculo empregatício, porém sob fiscalização do Poder Público, podendo receber remuneração paga por terceiros.

e) que ocupam cargos públicos efetivos ou em comissão, sujeitos ao regime estatutário fixado em lei, podendo adquirir estabilidade, recebendo remuneração paga pela Administração Pública.

Comentários

Dentre as diversas espécies de agentes públicos, a questão enfoca os particulares em colaboração com o Poder Público. Trata-se de uma categoria de agentes públicos em que não há formação de vínculo entre o particular e a Administração Pública, mas há interesse público na atividade a ser desempenhada por eles.

A) INCORRETA. Como se viu, a doutrina reconhece os particulares em colaboração com o Poder Público como pessoas que exercem atividades materiais de interesse público. O que a alternativa expõe, por exemplo, melhor se refere às pessoas que participam de audiências públicas e influenciam no estabelecimento de políticas públicas. Trata-se de participação popular no exercício da cidadania, não se referindo a alguma atividade especificamente prestada por elas e que tenham interesse público.

B) INCORRETA. Conforme o comentário da questão anterior, agentes públicos temporários têm uma vinculação especial com o Estado, que é temporária e de excepcional interesse público. Os particulares em colaboração não possuem vínculo formal com o Estado.

C) INCORRETA. Não há vinculação formal entre os particulares em colaboração e o Poder Público. Logo, não há incidência da CLT nessa relação.

D) CORRETA. Conforme visto anteriormente, não há vinculação entre os particulares e o Poder Público. O que há é um interesse público nas atividades que desempenham. Como não há vinculação, nada obsta que os particulares percebam remuneração paga por terceiros, conforme exposto na alternativa.

E) INCORRETA. Já se viu que não há vinculação entre esses particulares e o Estado.

---

21. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável, como tal prevista na Constituição Federal:

a) mediante instauração de sindicância administrativa.

b) em virtude da instauração de inquérito policial.

c) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

d) em virtude da instauração de inquérito civil.

Comentários

Como já visto em comentários anteriores, a perda do cargo público por servidor estável tem previsão no art. 41, § 1º, da CF/88:

> *"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*
>
> *§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:*
>
> *I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;*
>
> *II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;*
>
> *III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa."*

A) INCORRETA. A mera instauração de sindicância não implica na perda de cargo pelo servidor.

B) INCORRETA. Da mesma maneira, a instauração de inquérito policial, que tem como objetivo apurar a ocorrência ou não de um crime, assemelha-se a uma sindicância administrativa. Dessa maneira, não tem o condão de efetivar a perda do cargo por um servidor estável.

C) CORRETA. Trata-se de hipótese prevista no art. 41, § 1º, I.

D) INCORRETA. Inquérito civil, via de regra instaurado pelo Ministério Público, também é instrumento investigatório, que não tem o condão de culminar com a perda do cargo de um agente público estável.

---

22. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Antônio Joaquim foi aprovado em concurso público e, nomeado para cargo efetivo, iniciou exercício em 12 de janeiro de 2015. Um ano depois, sem ter sido exonerado do cargo efetivo, iniciou exercício de cargo em comissão no âmbito do órgão em que está lotado, situação que se mantém até os dias de hoje. Ultrapassados três anos desde que iniciou o exercício do cargo efetivo, a Administração ainda não concluiu sua avaliação de desempenho. Nesse cenário, é possível afirmar:

a) somente depois de concluída a avaliação de desempenho pela chefia imediata de Antônio Joaquim, o servidor poderá ser considerado estável.

b) assim que adquirir a estabilidade no cargo, Antônio Joaquim somente poderá perder o cargo efetivo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

c) decorridos três anos de efetivo exercício, Antônio Joaquim tornou-se automaticamente estável.

d) a nomeação de Antônio Joaquim para exercer cargo em comissão é regular.

e) enquanto não concluído o estágio probatório, Antônio Joaquim poderá ser exonerado de ofício, sem oportunidade de defesa, porque a exoneração não constitui penalidade disciplinar.

Comentários

A) INCORRETA. Conforme se extrai do art. 41, § 4º, da CRFB, a avaliação de desempenho não é feita pela chefia imediata, mas sim por uma comissão instituída especificamente para realizar a citada avaliação:

"Art. 41, § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade."

B) INCORRETA. A palavra "somente" torna a alternativa errada. Nos termos do art. 41, § 1º, inciso II, também é possível a perda do cargo por meio de processo administrativo em que seja assegurada ampla defesa.

C) INCORRETA. Conforme o art. 41, § 4º, já reproduzido no comentário da alternativa A, é necessária a avaliação especial de desempenho como condição de aquisição da estabilidade.

D) CORRETA. Não há óbice constitucional ou legal para que servidor ainda não estável exerça cargo em comissão. Nesse sentido, vide o art. 20, § 3º, da Lei nº 8.112/90:

> ***"Art. 20, § 3o O servidor em*** *estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação****, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes."***

E) INCORRETA. A exoneração somente será um ato declaratório por ocasião do término do estágio probatório, caso o servidor tenha tido desempenho considerado insuficiente pela comissão de avaliação. Nesse sentido, veja trecho do julgamento do RE 805.491/SP:

> *"A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que o ato de exoneração do servidor é meramente declaratório, podendo ocorrer após o prazo de 3 anos fixados para o estágio probatório, desde que as avaliações de desempenho sejam efetuadas dentro do prazo constitucional".*

Antes de findar o prazo de três anos, não há que se falar em exoneração por iniciativa do Poder Público.

---

23. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Com a notícia de que determinado servidor titular de cargo efetivo solicitara vantagem indevida em razão de sua função, a Administração Pública instaurou apuração preliminar com o fito de colher elementos acerca da autoria e da materialidade de eventual falta funcional.

Antes mesmo de a apuração preliminar ser concluída, sentença penal que condenou o servidor pelo crime de corrupção passiva, sem declaração de perda do cargo, alcançou o trânsito em julgado. Diante disso, é possível afirmar que a condenação na esfera criminal:

a) repercutirá no âmbito disciplinar, mas a aplicação de pena funcional depende da prévia instauração de procedimento administrativo disciplinar em que seja apurado o ilícito e garantida ampla defesa ao servidor.

b) não repercutirá na seara administrativa se não houver determinação expressa nesse sentido no corpo do julgado. No silêncio da decisão judicial, a apuração preliminar deve seguir seu curso normal e, na hipótese de instauração de processo administrativo disciplinar, a autoridade administrativa poderá, inclusive, concluir pela não caracterização do ilícito funcional.

c) implica reconhecimento automático da prática de infração disciplinar e, nesse caso, o princípio da economia processual autoriza que a condenação administrativa se dê no bojo da apuração preliminar, desde que assegurada ampla defesa.

d) não repercute na esfera administrativa, de modo que a apuração preliminar deve seguir seu curso normal e, na hipótese de instauração de processo administrativo disciplinar, a autoridade administrativa poderá, motivadamente, concluir pela não caracterização da falta funcional e absolver o servidor.

e) repercute imediata e automaticamente no âmbito disciplinar, de forma que a autoridade administrativa deverá declarar a perda do cargo público e reconhecer a caracterização da falta funcional.

Comentários

A) CORRETA. Embora exista a regra geral de independência entre as esferas cível, administrativa e penal, há alguns aspectos do Direito Penal que repercutem no âmbito civil e administrativo. Vide, por exemplo, o art. 935 do Código Civil:

> *"Art. 935. A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal."*

No mesmo sentido, vale notar o art. 126 da Lei nº 8.112/90:

> *"Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria."*

Portanto, o Direito Penal, por suas características de fragmentariedade e de ser a *ultima ratio*, tem aptidão para influenciar nas demais esferas de apuração, em maior ou menor grau.

Vale ressaltar que a conduta do servidor público é um crime contra a Administração Pública. Pelo art. 132 da Lei nº 8.112/90, caberá demissão quando o servidor cometer crime contra a Administração Pública:

> *"Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:*
>
> *I - crime contra a administração pública;"*

Portanto, a autoridade competente para definitivamente dizer que foi cometido um crime contra a Administração Pública é o juízo criminal. Como o servidor foi condenado em sentença transitada em julgado, a autoridade administrativa deve instaurar processo administrativo disciplinar a fim de aplicar a previsão do art. 132 da Lei nº 8.112/90.

Nota-se que o enunciado deixou claro que não houve a perda do cargo. Logo, para que isso ocorra, há que se ter a abertura de processo administrativo disciplinar. Pela garantia constitucional do devido processo legal, é necessário que se oportunize ampla defesa ao servidor.

B) INCORRETA. A decisão do juízo criminal, transitada em julgado, deve ser levada em consideração pela autoridade administrativa, que tem de instaurar o processo administrativo a fim de provocar a responsabilidade funcional do servidor e aplicar-lhe a penalidade prevista em estatuto (demissão).

C) INCORRETA. Não existe "verdade sabida" no âmbito da Administração Pública brasileira, sendo impositiva a necessidade de instauração de processo administrativo para apurar o ilícito funcional. É errado afirmar, portanto, que haverá reconhecimento automático da infração. Além disso, como se está diante de um caso que enseja a aplicação da penalidade de demissão, não há que se falar em apuração preliminar, mas sim em processo disciplinar (inquérito administrativo, conforme o ar. 153 da Lei 8.112/90).

D) INCORRETA. Como já visto, há repercussão no âmbito administrativo, pois o juízo competente para dizer se houve ou não cometimento de crime já se pronunciou definitivamente. Diante disso, a autoridade administrativa deve proceder à apuração no âmbito administrativo a fim de aplicar a demissão (penalidade prevista em estatuto).

E) INCORRETA. Não houve a declaração da perda da função pública pelo juízo criminal. Vale lembrar que o juiz poderia tê-lo feito, conforme o art. 92 do Código Penal. Porém, já que o juiz criminal não declarou a perda da função, cabe à autoridade administrativa atuar para apurar a responsabilização administrativa do servidor. Não é algo automático, como a alternativa dá a entender.

---

24. 2018/FUNDATEC/AL-RS/Procurador

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que:

a) O servidor público detentor de cargo em comissão poderá tornar-se estável no serviço público.

b) O servidor público efetivo será estável após o ato de nomeação.

c) O servidor público estável, por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possui as garantias de efetividade.

d) O servidor público efetivo está sujeito às regras de disponibilidade.

e) O artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias abrange os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentários

A) INCORRETA. A estabilidade no serviço público somente se aplica para servidores ocupantes de cargos efetivos. Aquele que unicamente ocupa um cargo em comissão não faz jus à estabilidade do art. 41 da CRFB:

> *"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público."*

B) INCORRETA. O servidor efetivo somente será estável após três anos de efetivo exercício do cargo público.

C) INCORRETA. O art. 19 do ADCT contempla que os servidores por ele abrangidos têm assegurados apenas a estabilidade. Não são efetivos nem integram qualquer carreira do serviço público.

> *"Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."*

D) CORRETA. A disponibilidade ocorre com servidores efetivos quando da extinção do cargo público. Nos dizeres do art. 41, § 3º:

> *"Art. 41, § 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo."*

E) INCORRETA. O art. 19 do ADCT não alcança os empregados das empresas estatais. Aplica-se apenas aos servidores da Administração Direta, autárquica e fundacional:

> *"Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público."*

---

25. 2018/VUNESP/TJ-RS/ Juiz de Direito

De acordo com a Constituição Federal, a respeito dos agentes públicos, é correto afirmar que,

a) é vedada a percepção acumulada de proventos de aposentadoria do regime próprio de previdência social ou militar com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b)somente os empregados públicos previamente aprovados em concurso público podem adquirir estabilidade após o período de três anos de efetivo exercício.
c) os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros, exceto cargo de professor ou pesquisador junto a instituição de ensino

d) é vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, exceto quando houver compatibilidade de horários, a de dois empregos em empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, observado, em qualquer caso, o limite máximo de remuneração no setor público.

e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Comentários

A) INCORRETA. Porque, de acordo com o §10 do art. 37 da CRFB, é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 (que trata do regime próprio para os servidores civis) ou dos arts. 42 e 142 (que trata dos militares das forças armadas e dos estados, DF e Territórios) com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Portanto, a regra é a vedação à acumulação, exceto para cargos acumuláveis (inciso XVI, do art. 37, por exemplo), os cargos eletivos (nos termos do art. 38 da CRFB) e os cargos em comissão (ad nutum).

B) INCORRETA. Porque, conforme posição consolidada no STF, os empregados públicos não fazem jus à estabilidade prevista no art. 41 da CF, salvo aqueles admitidos em período anterior ao advento da EC 19/1998 (RE 589.998). Na mesma linha, veja outra jurisprudência do STF: Não se aplica a empregado de sociedade de economia mista, regido pela CLT, o disposto no art. 41 da CF, o qual somente disciplina a estabilidade dos servidores públicos civis. Ademais, não há ofensa aos princípios de direito administrativo previstos no art. 37 da Carta Magna, porquanto a pretendida estabilidade não encontra respaldo na legislação pertinente, em face do art. 173, § 1º, da Constituição, que estabelece que os empregados de sociedade de economia mista estão sujeitos ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas.(AI 465.780 AgR e AI 660.311 AgR). Portanto, após a emenda nº 19, de 1998, ainda que admitidos via concurso público, os empregados públicos não gozam de estabilidade.

C) INCORRETA. Porque, de acordo com o art. 37, inciso I, da CRFB, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

D) INCORRETA. Porque, de acordo com inciso XVI do art. 37 da CRFB, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

E) CORRETA. Está em linha com o inciso V do art. 37 da CRFB que prevê: as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

---

26. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Estevão Artacho, candidato em concurso público para a carreira policial, foi considerado inapto por exame médico oficial, realizado em 24 de março de 2017, pela constatação de que sofria de sopro no coração, isto é, uma alteração nas válvulas coronárias. Por essa razão, não pôde tomar posse na data marcada para a investidura dos candidatos, 11 de abril de 2017. Inconformado, Estevão ajuizou ação ordinária, questionando o ato administrativo que o considerou inapto e pleiteou, a título de indenização, o valor correspondente aos vencimentos do cargo, computados desde a data fixada para a posse. Citada a Fazenda Estadual e contestada a pretensão, determinou-se realização de prova pericial, que constatou, por meio de exames mais detalhados, que se tratava de variedade benigna da anomalia, não impeditiva do exercício da função pública. O juiz prolatou sentença de procedência, no tocante ao pedido de empossamento no cargo público. No tocante à pretensão relativa à indenização, a sentença seguiu a jurisprudência dominante do STF, que dispõe que

a) não é devida indenização, salvo em situação de flagrante arbitrariedade do ato que impediu a posse.

b) a indenização é devida, computada desde a data em que deveria ter ocorrido a posse.

c) tal pretensão deve ser deduzida em ação própria.

d) a indenização é devida, computada desde a data do ajuizamento da ação.

e) a indenização é devida, computada desde a data da citação da Fazenda Pública.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com a jurisprudência do STF, fixada com repercussão geral, no RE 724.347 (Tema 671): Responsabilidade civil do Estado. Investidura em cargo público por força de decisão judicial. Tese afirmada em repercussão geral: na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

---

27. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando a jurisprudência do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Ao chefe do Poder Executivo cabe o corte do ponto dos servidores grevistas, com o respectivo desconto nos seus vencimentos, independentemente da motivação do movimento

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com a jurisprudência do STF no RE 693.456, com repercussão geral (Tema 531), a Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do poder público.

---

28. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando a jurisprudência do STF a respeito do direito de greve dos servidores públicos, julgue o item seguinte.

Os servidores públicos, sejam eles civis ou militares, possuem direito a greve.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com a jurisprudência do STF fixada no julgamento da ARE 654.432, com repercussão geral (Tema 541), o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

---

29. 2018/IBFC/ CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador Jurídico

Ao agente público integrante da administração direta, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras, a seguinte diretriz constitucional:

a) investido no mandato de Prefeito, deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, podendo optar pela sua remuneração.

b) cuidando-se de mandato eletivo estadual, poderá acumular eventual emprego ou função.

c) investido no mandato de Prefeito, sendo compatíveis os horários, o agente político deverá receber as diárias e gratificações de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

d) nas situações que demandem o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço deverá ser contado para todos os fins da lei, exceção feita à promoção por antiguidade.

Comentários

A) CORRETA. Apresenta o teor do art. 38, inciso II, da CRFB.

B) INCORRETA. Porque, de acordo com o inciso I do aludido art. 38, tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

C) INCORRETA. Porque, de acordo com o inciso III do aludido art. 38, investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

D) INCORRETA. Porque, de acordo com o inciso IV do aludido art. 38, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. Lembre-se também que, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

---

30. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador

Um técnico de enfermagem (nível médio) prestou concurso público e, tendo sido aprovado, tomou posse no cargo de enfermeiro, passando a integrar o quadro de pessoal da Administração municipal. Somente quatro anos depois da entrada em exercício do técnico, a área de recursos humanos do Município identificou que o certificado de conclusão de curso por ele apresentado por ocasião de sua posse não comprovava o preenchimento de requisito legal essencial para investidura no cargo público de enfermeiro. Considerando que o edital do concurso público expressamente indicava como condição para posse a apresentação de certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem, a municipalidade deverá

a) cautelarmente afastar o servidor do exercício do cargo e, independentemente de processo administrativo ou judicial específico, exonerá-lo pela ausência de boa-fé.

b) de ofício, instaurar processo administrativo disciplinar com vistas à demissão do técnico de enfermagem, por ausência de aptidão técnica específica para desempenho do cargo público.

c) instaurar processo administrativo com vistas à invalidação do ato administrativo de nomeação e posse do servidor que não comprovou o preenchimento de requisito específico para investidura naquele cargo público.

d) provocar a Procuradoria Jurídica do Município para representá-la judicialmente em ação declaratória de inexistência de relação jurídica administrativa entre a municipalidade e o servidor, que não fará jus a indenização se reconhecida, em juízo, sua má-fé.

e) instaurar processo administrativo com vistas à revisão da avaliação periódica de desempenho do servidor, ao final do qual, se comprovada ausência de má-fé e desempenho excepcional pelo servidor, poderá ser fundamentadamente convalidado o ato administrativo de sua nomeação e posse.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com a súmula 473 do STF, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. Assim, se o documento apresentado, ainda que percebido após 4 anos, não comprovava o preenchimento de requisito legal essencial para investidura no cargo público de enfermeiro, deve a Administração Pública, em seu dever de autotutela, instaurar procedimento administrativo em que se garanta ampla defesa e o contraditório, para, ao final, se confirmado que o então candidato não possuía ao tempo da investidura os requisitos para tal, invalidar o ato de nomeação e posse. Frise-se que, pela Teoria do Fato Consumado, todos os atos praticados pelo então servidor público, em tese, se manterão hígidos, exceto se houver algum vício comprovado. Além disso, não precisará o então servidor devolver ao erário as remunerações recebidas, já que contraprestação do esforço laboral desprendido ao tempo de seu exercício público e para que a Administração Pública não incorre em enriquecimento sem causa em função do trabalho gratuito.

---

31. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre o tema Agentes Públicos,

a) é aplicável a regra da aposentadoria compulsória por idade também aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

b) o desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, depende de prévia autorização dele ou de prévio procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e contraditório, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

c) é inconstitucional a "cláusula de barreira" inserida em edital de concurso público, segundo o Supremo Tribunal Federal.

d) a extinção da punibilidade pela prescrição de determinada infração administrativa será registrada nos assentamentos funcionais apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

e) os institutos da estabilidade e do estágio probatório, após alteração promovida pela Emenda Constitucional n° 19/1998, estão desvinculados, tendo em vista a possibilidade de prorrogação do estágio probatório.

Comentários

A) INCORRETA. Porque, de acordo tanto com o STF quanto o STJ, a aposentadoria compulsória, prevista no art. 40, §1º, II, e §13 da CRFB, não se aplica ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão, mas apenas aos servidores efetivos (STJ RMS 36950; STF RE 786.540). Não existe qualquer idade limite para nomeação em cargo em comissão.

B) CORRETA. Porque, de acordo com o STJ, conforme AgRg no REsp 1.116.855 (também REsp 651081 e RMS 23892), o desconto em folha de pagamento de servidor público referente a ressarcimento ao erário depende de prévia autorização dele ou de procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e o contraditório.

C) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF, RE 635.739, com repercussão geral reconhecida (Tema 376), a ”cláusula de barreira” (regra editalícia restritiva que, embora não elimine o candidato pelo desempenho inferior ao exigido, obstaculiza sua participação na etapa seguinte do concurso em razão de não se encontrar entre os melhores classificados, de acordo com previsão numérica preestabelecida no edital) é constitucional.

D) INCORRETA. Porque o STF declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 170 da Lei nº 8.112/90 (MS 23262) e o STJ fixou o entendimento de que nesse contexto, não se deve utilizar norma legal declarada inconstitucional pelo STF (mesmo em controle difuso, mas por meio de posição sufragada por sua composição Plenária) como fundamento para anotação de atos desabonadores nos assentamentos funcionais individuais de servidor, por se tratar de conduta que fere, em última análise, a própria CF (MS 21598).

E) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF (RE 805491), a EC 19/1998, que alterou o art. 41 da CF, elevou para três anos o prazo para a aquisição da estabilidade no serviço público e, por interpretação lógica, o prazo do estágio probatório.

---

32. 2017/FCC/DPE-SC/Defensor Público

No tema da remuneração dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, pela via dos RE 602.043 e RE 612.975, decidiu que

a) a acumulação de cargos, desde que estes sejam remunerados, isoladamente, em valor superior ao teto constitucional, permite ao servidor escolher a remuneração que lhe apetece.

b) nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, pressupõe consideração de cada um

dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

c) ainda que se trate de vínculos provenientes de diferentes entes federados a incidência do teto será calculada de maneira única.

d) o teto constitucional é aplicável a todos os servidores públicos, sendo indiferente a acumulação ou não de cargos, empregos ou funções.

e) somente com autorização judicial é possível a acumulação de vencimentos, hipótese em que haverá a incidência do teto constitucional de maneira global, ou seja, cada indivíduo está submetido ao teto.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com os REs 612.975 e 602.043, o STF fixou o entendimento, com repercussão geral reconhecida, de que nas situações jurídicas em que a CF autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

---

33. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É possível a instauração de procedimento administrativo disciplinar com base em denúncia anônima

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com a súmula 611 do STJ, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

---

34. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

À luz do entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta no que tange à disciplina normativa sobre os direitos e deveres dos servidores e empregados públicos, inclusive quanto ao regime previdenciário.

a) A contratação temporária de pessoal por tempo determinado é possível, desde que sejam demonstrados o interesse público profissional e a imprescindibilidade da contratação, ainda que a excepcionalidade dos casos não esteja prevista em lei.

b) Norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal não violará a cláusula constitucional de irredutibilidade de vencimentos.

c) Ocorre, em cinco anos, a prescrição do fundo do direito quanto à pretensão do servidor público de pleitear a cobrança de remuneração não paga pelo poder público.

d) O candidato aprovado em concurso público cuja classificação entre as vagas oferecidas no edital se der em razão da desistência de candidatos mais bem classificados no certame não terá direito subjetivo à nomeação.

e) A percepção do adicional de periculosidade por servidor público não constitui elemento suficiente para o reconhecimento do direito a aposentadoria especial.

Comentários

A) INCORRETA. Porque, conforme posição do STF na ADI 2229, a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público está condicionada: a) previsão em lei dos cargos; b) tempo determinado; c) necessidade temporária de interesse público; d) interesse público excepcional.

B) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF, RE 482.006, é inconstitucional norma estadual que preveja a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções enquanto estes responderem a processo criminal.

C) INCORRETA. Porque é preciso diferenciar prescrição de fundo de direito de prescrição de trato sucessivo. Na prescrição de trato sucessivo, o exaurimento do seu lapso temporal só atinge parte das parcelas que superaram o período prescricional e não todo o direito. Já na prescrição de fundo de direito, seu exaurimento faz com que se perca todas as prestações relativas ao direito pleiteado, antes ou depois do exaurimento do prazo. Nessa linha, a súmula 85 do STJ fixa que: *Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação*.

D) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF (ARE 956521), possui direito subjetivo à nomeação o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital de concurso público e esse direito à nomeação também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, mas que passe a figurar entre as vagas em decorrência da desistência de candidatos classificados em colocação superior.

E) CORRETA. de acordo com o STF (MI 833, MI 844 e MI 1757), a percepção de gratificações ou adicionais de periculosidade, assim como o porte de arma de fogo, não são, por si sós, suficientes para reconhecer o direito à aposentadoria especial, em razão da autonomia entre o vínculo funcional e o previdenciário.

---

35. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Considerando o entendimento jurisprudencial e a legislação pertinentes a agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Decreto estadual que autorizar a criação de novos cargos públicos para a função de médico plantonista na rede pública de saúde deverá ser declarado inconstitucional.

b) A nomeação, por governador, de um irmão dele para o cargo de secretário de Estado de turismo tipificaria caso de nepotismo e violaria a CF.

c) Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Sergipe, um servidor em estágio probatório, ocupante de cargo efetivo nesse estado, poderá ser redistribuído para uma autarquia estadual.

d) Procurador do estado de Sergipe poderá exercer cargo de professor em instituição estadual, respeitados os requisitos constitucionais tanto de cumulatividade quanto o de teto para a soma das remunerações percebidas pelo exercício dos dois cargos.

e) Segundo o atual entendimento do STF, a admissão de empregados públicos será considerada constitucional se for feita por órgão da administração direta.

Comentários

Resposta: alternativa “a”.

A) CORRETA. De acordo com o art. 84, inciso VI, da CRFB, compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos. Assim, ainda que por simetria previsto na Constituição Estadual, o Governador do Estado somente pode lançar mão da figura do Decreto Autônomo nas previsões constitucionais, não podendo criar novos cargos públicos, o que acarreta aumento de despesa, sem lei formal. De acordo com o STF (ADI 3.232) ainda que houvesse lei estadual delegando ao chefe do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre criação de cargos públicos remunerados, estes seriam inconstitucionais.

B) INCORRETA. Assim é a jurisprudência do STF (Rcl 6.650; RE 825.682; RE 579.951): *Nomeação de irmão de governador de Estado. Cargo de secretário de Estado. Nepotismo. Súmula Vinculante 13. Inaplicabilidade ao caso. Cargo de natureza política. Agente político. (...) Impossibilidade de submissão do reclamante, secretário estadual de transporte, agente político, às hipóteses*

expressamente elencadas na Súmula Vinculante 13, por se tratar de cargo de natureza política. Mas atenção! O Ministro Marco Aurélio, em 2017, em tutela antecipada, deferiu liminar na Rcl 26.303 para suspender a eficácia de Decreto expedido pelo Prefeito do Rio de Janeiro ao nomear o próprio filho como Secretário Chefe da Casa Civil, mesmo tratando-se de cargo político, com base na súmula vinculante 13. Assim, é preciso avaliar os próximos julgados do STF sobre o tema.

C) INCORRETA. Porque, de acordo com o art. 69 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe, a redistribuição somente poderia ocorrer após o estágio probatório.

D) INCORRETA. Porque, conforme posição do STF fixada com repercussão geral (RE 612.975 – temas 377 e 384), situações jurídicas em que a CF autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

E) INCORRETA. já que, em função da cautelar concedida na ADI 2.135, que suspendeu a eficácia do "caput" do art. 39 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, permanece produzindo efeitos a orientação originária do aludido artigo, qual seja, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. Ademais, na própria ementa o STF previu que se mantém vigente o texto originário do "caput" do art. 39, que tratava do regime jurídico único, incompatível com a figura do emprego público. Portanto, para o STF é inconstitucional a contratação de empregado público pela Administração Direta.

---

36. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

De acordo com o atual panorama interpretativo verificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar sobre o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas disciplinado pelo certame de que participou:

a) O cadastro reserva revela-se por si como medida inidônea para o aproveitamento dos candidatos aprovados durante a validade do concurso.

b) Os aprovados dentro do cadastro reserva não têm expectativa de direito à nomeação, muito menos direito subjetivo a serem chamados para o preenchimento da vaga.

c) Incumbe à Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade exercido de forma livre, avaliar a conveniência e a oportunidade de novas convocações durante a validade do certame.

d) O direito subjetivo à nomeação do candidato surge, dentre outras hipóteses, quando, ao surgirem novas vagas ou ao ser aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, ocorre a preterição de candidatos de forma justificada e motivada por parte da Administração.

e) Demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, não pode a Administração deixar transcorrer o prazo de validade a seu bel prazer para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido.

Comentários

A) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF (RE 837311), o cadastro de reserva se trata de legítimo instrumento de planejamento da Administração que atende o melhor interesse público e que privilegia, sobretudo, a gestão eficiente, afastando, a priori, a denominada proteção da confiança legitima.

B) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF (RE 837.311), o candidato classificado no cadastro de reserva possui expectativa de direito e, a depender da situação concreta demonstrar arbítrio ou preterição, a expectativa pode ser convolada em direito subjetivo.

C) INCORRETA. Porque, de acordo com o STF (RE 837.311), "*o Estado Democrático de Direito republicano impõe à Administração Pública que exerça sua discricionariedade entrincheirada não, apenas, pela sua avaliação unilateral a respeito da conveniência e oportunidade de um ato, mas, sobretudo, pelos direitos fundamentais e demais normas constitucionais em um ambiente de perene diálogo com a sociedade*". Portanto, a discricionariedade não é livre (nas palavras do STF ela é reduzida a zero).

D) INCORRETA. Porque para o surgimento do direito subjetivo à nomeação deve ocorrer, dentre outras hipóteses, o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso durante a validade do certame anterior, com a preterição de candidatos de forma injustificada e imotivada por parte da Administração. A publicação de novo edital de concurso público ou o surgimento de novas vagas durante a validade de outro anteriormente realizado não caracteriza, por si só, a necessidade de provimento imediato dos cargos. Em resumo: "*a discricionariedade da Administração quanto à convocação de aprovados em concurso público fica reduzida ao patamar zero (ErmessensreduzierungaufNull), fazendo exsurgir o direito subjetivo à nomeação, verbi gratia, nas seguintes hipóteses excepcionais: i) Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital (RE 598.099); ii) Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação (Súmula 15 do STF); iii) Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma arbitrária e imotivada por parte da administração nos termos acima.*"

E) CORRETA. Se demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, de fato a Administração não pode deixar transcorrer o prazo de validade de forma discricionário e até arbitrária para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido (STF RE 837311).

37. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à acumulação de cargos públicos.

a) O teto remuneratório é aplicável ao conjunto das remunerações ou ao somatório dos ganhos percebidos de forma cumulativa.

b) A proibição constitucional de acumular estende-se apenas a empregos e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.

c) Há vedação legal no ordenamento jurídico vigente quanto à acumulação de cargos públicos em entidades ou órgãos situados em unidades distintas da Federação.

d) A existência de norma jurídica que estipula limitação de jornada semanal dos cargos a serem acumulados constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista na Constituição.

e) Nos casos de acumulação autorizados pelo texto constitucional, deve-se levar em conta, para a aplicação do teto remuneratório, separadamente cada um dos vínculos formalizados.

Comentários

A) INCORRETA. Nas situações jurídicas em que a CF autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

B) INCORRETA. De acordo com o inciso XVII do art. 37 da CRFB, a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

C) INCORRETA. Porque não há no ordenamento jurídico esta vedação. Pode haver acumulação, inclusive de cargo de professor em universidade federal e estadual, por exemplo. Nessa linha, inclusive há o Parecer da AGU nº 75-3.20/2011/JPA/CONJUR/MP, no qual se afirma a inexistência de óbice constitucional ou legal para acumulação de cargos públicos em unidades distintas da federação.

D) INCORRETA. O STF já fixou entendimento de que a existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, inciso XVI, alínea c (RE 633.298, RE 1023290, ARE 859484). Fique atento porque é um posicionamento diverso daquele do STJ que em 2014 mudou seu entendimento para reconhecer a adequação de Parecer da AGU 145/1998 limitando em 60 horas semanais de jornada de trabalho para permitir a acumulação. Baseia-se no princípio da eficiência que deve disciplinar a prestação do serviço público, bem a proteção à saúde do trabalhador (AREsp 736635).

E) CORRETA. Em linha com posição do STF fixada com repercussão geral (RE 612.975 – temas 377 e 384), nas situações jurídicas em que a CF autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação à remuneração de cada um deles, e não ao somatório do que recebido.

---

38. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE /Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Em razão de incorporações legais, determinado empregado público recebe uma remuneração que se aproxima do teto salarial constitucional. Nessa situação, conforme o entendimento do STF, a remuneração do servidor poderá ser superior ao teto constitucional se ele receber uma gratificação por cargo de chefia

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com o inciso XI do art. 37 da CRFB, a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Inclui-se, portanto, no teto remuneratório eventuais gratificações por cargo de chefia. Por outro lado, exclui-se do teto remuneratório as verbas indenizatórias (§11 do art. 37), os direitos gratificados com base anual (férias e décimo terceiro - §3º do art. 39), bem como remunerações oriundas de cargos acumuláveis nos termos da CRFB (não se avalia o teto pelo somatório e sim isoladamente –Repercussão Geral RE 612.975 – temas 377 e 384).

---

39. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

A respeito de agentes públicos, assinale a opção correta.

a) Conforme entendimento do STF, para a concessão de licença prêmio na forma de indenização a servidor público, deverá ser considerada a remuneração bruta do servidor, sem a limitação constitucional do teto, em razão do seu caráter indenizatório.

b) Caso um ente público com participação em determinada sociedade de economia mista não aporte, para a sociedade, recursos para despesas de pessoal ou custeio em geral, será legítimo que os diretores dessa sociedade percebam remuneração além do teto constitucional.

c) Servidor público federal que ingresse no serviço público após a instituição da previdência complementar no âmbito da União deverá, obrigatoriamente, aderir ao regime de previdência privada.

d) Situação hipotética: Empregado público ingressou no quadro de servidores de determinada empresa estatal, sem concurso público, seis anos antes do advento da Constituição Federal de 1988. Assertiva: Nesse caso, ele adquiriu a estabilidade excepcional garantida por artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no entanto a efetividade no cargo só será obtida por concurso público.

e) Servidor público que tenha aderido a plano de previdência complementar administrado por entidade fechada de previdência complementar e que deseje contribuir com 10% acima do valor estabelecido pela entidade administradora do plano somente poderá fazê-lo se a contribuição do ente público ao qual esteja vinculado for também suplementada, a fim de atender ao princípio constitucional da paridade contributiva.

Comentários

A) INCORRETA. De acordo com o STF (SS 5011 AgR), incide o teto remuneratório (art. 37, XI) na base de cálculo de verba indenizatória e não no valor bruto.

B) CORRETA. De acordo com o §9º do art. 37 da CRFB, o disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

C) INCORRETA. Nos termos da Lei nº 12.618, de 2012, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

D) INCORRETA. A estabilidade excepcional prevista no art. 19 do ADCT (*os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público*), não se aplica à empresa estatal (Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública). Nessa linha, STF ADI 1.808. A parte final alusiva à estabilidade e efetividade estaria correta se fosse aplicada a estabilidade excepcional. Lembre-se que estabilidade é o direito garantido ao servidor público de permanecer no serviço público após o efetivo exercício de 3 anos. Já a efetividade é a qualidade do cargo efetivo para diferenciá-lo de cargo comissionado (cargo em comissão). Assim, o empregado aludido na situação hipotética, ao ingressar no quadro da empresa estatal não possuía nem estabilidade nem efetividade, já que não titularizava cargo efetivo nem era estável. Pode haver as quatro combinações possíveis entre estabilidade e efetividade (estabilidade sem efetividade – Ex.: o estabilizado excepcionalmente pelo

art. 19 do ADCT; estabilidade com efetividade – Ex.: o estabilizado excepcionalmente pelo art. 19 do ADCT que veio a ser aprovado em concurso público e passou a titularizar cargo efetivo ou qualquer servidor aprovado em concurso público para cargo efetivo e depois de 3 anos se tornar estável; sem estabilidade e com efetividade – Ex.: o aprovado em concurso público para cargo efetivo antes de se tornar estável; sem estabilidade e sem efetividade – Ex.: é o caso da situação hipotética da questão, ou seja, o admitido sem concurso público antes da Constituição de 1988 e que não foi estabilizado pela norma excepcional do art. 19 do ADCT, isto é, permanece no serviço público, sem estar em cargo efetivo e sem estabilidade).

E) INCORRETA. Nos termos do §4º do art. 16 da Lei nº 12.618, de 2012, além da contribuição normal, o participante poderá contribuir facultativamente, sem contrapartida do patrocinador, na forma do regulamento do plano.

3.3 Poderes Administrativos

1. 2019/FCC/DPE-SP/Defensor Público

Em relação ao poder de polícia administrativo, considere as assertivas abaixo.

I. Licença é ato administrativo discricionário e tem como característica a revogabilidade, podendo a administração, em respeito ao interesse público, cassar os efeitos do ato que a concede.

II. Autorização é ato administrativo declaratório e vinculado e, dessa forma, uma vez adimplidas as condições legais, deverá a Administração outorgá-la, não podendo, por conta de sua natureza jurídica, revogá-la posteriormente.

III. Sanção de polícia tem como característica o emprego de medidas inibitórias ou dissuasoras e tem como finalidade cessar práticas ilícitas perpetradas por particulares e por funcionários públicos, garantida a ampla defesa.

IV. O poder de polícia administrativo poderá ser delegado, mediante lei específica, a entes da Administração Indireta.

V. Sanção de polícia, quando extroversa, é imposta a todos os administrados, indistintamente, com a finalidade de inibir

condutas ilícitas ou, se ocorrida, reprimir o autor da infração.

Está correto o que se afirma APENAS em:

(A) II, III e IV.

(B) I, II e IV.

(C) II, IV e V.

(D) III, IV e V.

(E) I, III e V.

Comentários:

A assertiva I está incorreta porque a licença é ato **vinculado** em que a Administração Pública, verificando o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, consente a realização de uma atividade ou fruição de alguma situação jurídica.

A assertiva II está incorreta porque a autorização é ato **discricionário** que expressa uma **concordância precária** por parte da Administração Pública com relação à realização de uma atividade ou utilização de um bem pelo **particular no interesse predominante deste**.

Assim, sabendo as respostas das assertivas I e II, **já seria possível assinar a alternativa "d".**

Contudo vamos avaliar as outras 3 assertivas.

Quanto ao ciclo do Poder de Polícia, ele é formado pelas fases de Ordem (legislação), Consentimento, Fiscalização e Sanção.

A fase da sanção do Poder de Polícia é aplicada em caso de escapar à fiscalização preventiva eventual infração, decorre de ato repressivo por meio da pretensão sancionatória do Estado. Da atividade do poder de polícia decorre a aplicação de sanção ao administrado, denominada sanção extroversa ou externa. Busca-se com a sanção, reprimir a atividade inadequada, inibindo ou persuadindo o infrator à correção e não reincidência ou reiteração da falta.

Assim, corretas as assertivas III e V.

Quanto à assertiva IV, é polêmico esse apontamento.

Sem dúvida, o Poder de Polícia pode ser delegado às pessoas jurídicas de direito público (Autarquias, Fundações Públicas e Associações Públicas). Mas não pode ser delegado a pessoa jurídica de direito privado quanto às fases de ordem (legislação) e de sanção.

Somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público (Recurso Especial 817534/MG).

Portanto, pode-se adotar, de fato, que o poder de polícia administrativo poderá ser delegado, mediante lei específica, a entes da Administração Indireta, **desde que pessoas jurídicas de direito público, de direito privado não.**

Gabarito: "d".

---

2. **2018/CESPE/PGM-Manaus/ Procurador Municipal**

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: ERRADO. O princípio da juridicidade amplifica o conceito de legalidade e, em função disso, há uma maior vinculação por parte do agente público ao cumprimento da lei e do direito como um todo (bloco de legalidade que inclui um conjunto amplo de normas que disciplina o direito administrativo, seja do altiplano constitucional ou proveniente de normas infraregulamentares). Dessa forma, por haver uma ampliação do princípio da legalidade, como consequência ocorre uma mitigação das margens de discricionariedade por parte do agente público.

---

3. 2018/FUNDEP/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O poder disciplinar consiste no poder-dever de que dispõe a Administração Pública de punir administrativamente o servidor pelas infrações funcionais que cometer, bem como os particulares que estejam sujeitos à disciplina da Administração Pública.

b) O poder hierárquico caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos de uma mesma pessoa jurídica, dele decorrendo a atribuição de ordenar, coordenar, controlar e corrigir a atividade administrativa.

c) Decorre do poder hierárquico a atividade de controle e de fiscalização exercida pela Administração Pública Direta sobre as entidades da Administração Pública Indireta.

d) O particular, no exercício de sua atividade privada, não está sujeito ao poder disciplinar nem ao poder hierárquico da Administração Pública. O controle que a Administração exerce sobre a atividade do particular é uma decorrência do poder de polícia.

Comentários

Resposta: alternativa "C". Conforme vimos, não há subordinação entre os entes da Administração Pública direta e as entidades da Administração Pública indireta. O que há é um controle finalístico por parte do órgão da Administração Pública direta em função da supervisão ministerial (ou secretarial) para que a entidade da Administração indireta alcance o objetivo público para o qual foi criada. Portanto, não há que se falar em poder hierárquico entre elas.

4. 2018/CESPE/EBSERH/Advogado

Julgue o seguinte item, a respeito dos poderes da administração pública.

No exercício do poder regulamentar, a administração pública não poderá contrariar a lei.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: CERTO. Como vimos, o poder regulamentar ou poder normativo é a prerrogativa de que possui a Administração Pública para expedir atos normativos complementares para a fiel execução da lei. Nessa linha, não cabe ao poder regulamentar produzir normativa *contra legem* (contrário à lei) ou *preaeter legem*(além do que previsto em lei). Inclusive, caracteriza abuso de poder regulamentar quando o Estado atua *contra legem ou praeter legem*, fato que expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional e viabiliza o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, V, da CRFB de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar(STF RE 318.873).

---

5. 2018/CESPE/EBSERH/Advogado

Julgue o seguinte item, a respeito dos poderes da administração pública.

A coercibilidade é um atributo que torna obrigatório o ato praticado no exercício do poder de polícia, independentemente da vontade do administrado.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: CERTO. A coercibilidade, junto com a discricionariedade e a autoexecutoriedade são atributos do poder de polícia. A coercibilidade trata da prerrogativa de os agentes estatais imporem de forma obrigatória ou forçada o cumprimento das medidas aplicadas em razão do poder de polícia, independentemente da vontade do administrado, podendo utilizar-se inclusive da força, desde que necessária e não viole a razoabilidade e a proporcionalidade.

---

6. 2018/CESPE/ TCM-BA/Auditor

Assinale a opção que apresenta o poder da administração pública que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

a) poder hierárquico.

b) poder de disciplinar.

c) poder de polícia.

d) poder regulamentar.

e) poder discricionário.

Comentários

Resposta: alternativa "C". Conforme vimos, o poder de polícia é a atividade estatal que limita ou disciplina uma ação comissiva ou omissiva individual em prol do interesse público. A definição de poder de polícia, no plano normativo, encontra-se no art. 78 do CTN: *considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos*. Ressalte-se que se considera regular o poder de polícia quando o seu exercício seja desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

---

7. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.

b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.

c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.

d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.

e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com a súmula 561 do STJ, os Conselhos Regionais de Farmácia possuem atribuição para fiscalizar e autuar as farmácias e drogarias quanto ao cumprimento da exigência de manter profissional legalmente habilitado (farmacêutico) durante todo o período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos. Ou seja, não há competência dos CRF para licenciar o funcionamento das farmácias.

Correta a alternativa "b" porque, de acordo com a súmula 434 do STJ, o pagamento da multa por infração de trânsito não inibe a discussão judicial do débito.

Incorreta a alternativa "c" porque não só resta configurada improbidade administrativa com o enriquecimento ilícito ou dano ao erário, mas também por concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e por ato que atente contra os princípios da Administração Pública.

Incorreta a alternativa "d" porque, para a jurisprudência do STJ, a reparação por dano moral coletivo sempre pode ser viabilizada em caso de ocorrência de ato de improbidade administrativa. Ou, em outras palavras, não há que se falar em impossibilidade de pleitear o dano moral coletivo em sede de ação civil pública por ato ímprobo (STJ: REsp 1666454/RJ).

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o julgamento do RE 898.450 no STF com repercussão geral (tema 838), os requisitos do edital para o ingresso em cargo, emprego ou função pública devem ter por fundamento lei em sentido formal e material. Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo situações excepcionais em razão de conteúdo que viole valores constitucionais. Ou seja, eventual possibilidade de proibição decorrerá da lei ou de violação constitucional e não do poder disciplinar.

---

8. 2018/CESGRANRIO/PETROBRÁS/Advogado (ADAPTADA)

O poder de polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que a lei procura prevenir.

CAETANO, M. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. Imprenta: Coimbra, Almedina, 2010. p.339.

Conforme entende o autor do trecho acima,

a) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais.

b) ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

c) há exercício do Poder de Polícia na concessão inicial da licença, o mesmo não podendo ocorrer na renovação de licença para localização.

d) são de competência das portarias a prescrição de infrações e sanções administrativas, mesmo que não exista lei sobre a matéria.

e) são de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a cobrança de taxa, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ainda que não haja previsão legal.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o inciso XIII do art. 5º da CRFB, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Correta a alternativa "b" porque, de acordo com a Súmula Vinculante nº 49 do STF, ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o STF, a taxa de renovação de licença é constitucional, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício (RE 588.322, tema 217). Tanto é assim que primeira seção do STJ deliberou pelo cancelamento da súmula 157 do STJ, cujo teor era: "É ilegítima a cobrança de taxa, pelo município, na renovação de licença para localização de estabelecimento comercial ou industrial".

Incorreta a alternativa "d" porque as portarias, como ato normativo infraregulamentar, expressão do poder normativo, são expedidas para o fiel cumprimento da lei, não podendo inovar materialmente para fixação de infrações ou sanções nem tratar de tema *praeter legem*, ou seja, além do que disposto em lei. Incorreta a alternativa "e" porque a instituição de taxa depende de lei (art. 150, inciso I, da CRFB).

---

9. 2018/CESPE/SEFAZ-RS/Auditor

A respeito dos poderes administrativos, assinale a opção correta

a) O exercício do poder disciplinar não admite delegação ou avocação de atribuições.

b) O exercício do poder disciplinar pode ser observado na imposição de multas de trânsito.

c) O poder regulamentar é o poder de a administração pública editar leis em sentido estrito.

d) A possibilidade de a administração pública restringir o gozo da liberdade individual em favor do interesse da coletividade decorre do poder de polícia.

e) O poder hierárquico pode ser exercido pela União sobre uma sociedade de economia mista da qual ela seja acionista.

Comentários

Resposta: alternativa "D".

Incorreta a alternativa "a" porque poder haver, por exemplo, avocação de competência por parte do Governador para aplicação de sanção em servidor público cuja dosimetria permitiria que fosse aplicada pelo Secretário (advertência ou suspensão de poucos dias, conforme definido em lei). De acordo com o art. 13 da Lei Federal nº 9.784, de 1999, não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Incorreta a alternativa "b" porque a imposição de multa de trânsito decorre do Poder de Polícia.

Incorreta a alternativa "c" porque o poder regulamentar ou normativo é o poder de a Administração Pública expedir atos normativos para a fiel execução de leis. A expedição de leis em sentido estrito é prerrogativa do Poder Legislativo em sua função precípua.

Correta a alternativa "d", já que, de fato, o poder de polícia, conforme definido no art. 78 do CTN, autoriza a Administração Pública a limitar ou disciplinar direito, interesse ou liberdade individual, regulando a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.

Incorreta a alternativa "e" porque não há hierarquia e, portanto, subordinação entre ente da Administração Pública direta e entidade da Administração Pública indireta. O que há é uma vinculação para o controle finalístico, sendo no Governo Federal em função da supervisão ministerial.

---

10. 2018/CS-UFG/SANEAGO/Advogado

Poder de Polícia é a faculdade que tem o Estado de limitar, condicionar o exercício dos direitos individuais, a liberdade, a propriedade, por exemplo, tendo como objetivo a instauração do bem-estar coletivo, do interesse público (Maria S. Di Pietro, 2017, p.158). Um dos atributos do Poder de Polícia é,

a) a autoexecutoriedade, que implica dizer que a Administração Pública possui a prerrogativa de decidir e executar sua decisão por seus próprios meios, sem necessidade de intervenção

judicial. É a obrigatoriedade atribuída à Administração de impor diretamente as medidas ou sanções de polícia administrativa necessárias à repressão da atividade lesiva ao interesse coletivo que ela pretende coibir, independentemente de prévia autorização do Poder Legislativo.

b) a coercibilidade, que se caracteriza pela imposição coativa das medidas adotadas pela Administração, que, diante de eventuais resistências dos administrados, pode se valer, inclusive, da força pública para garantir o seu cumprimento. Significa, pois, que todo ato de polícia administrativa é imperativo, ou seja, de cunho obrigatório.

c) a discricionariedade no exercício do poder de polícia significa que a Administração dispõe de certa liberdade de atuação, podendo valorar a oportunidade e conveniência da prática do ato e da graduação das sanções aplicáveis, bem como estabelecer o motivo e o objeto, respeitados os limites legais estabelecidos.

d) a discricionariedade que se caracteriza pela dispensabilidade na realização do poder de polícia, pois se trata de ato vinculado da administração pública.

Comentários

Resposta: alternativa “B”.

São três os atributos do poder de polícia: a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

Incorreta a alternativa “a” porque o poder de polícia, derivado da supremacia geral do Estado, depende de lei. Assim, a autoexecutoriedade como um de seus atributos depende de prévia autorização do Poder Legislativo por meio de lei.

Correta a alternativa “b” que descreve a coercibilidade. Cuidado para não confundir coercibilidade com autoexecutoriedade. Quanto à esta, por exemplo, há exceção de autoexecutar o pagamento das multas, devendo a execução se dar por meio do Poder Judiciário.

Incorreta a alternativa “c” porque as margens de discricionariedade estão na gradação de eventual sanção a ser aplicável, mas se ocorreu a infração e há previsão de punição, o administrador público tem o poder-dever de sancionar, sob pena de crime de condescendência criminosa (art. 320 do CP).

Incorreta a alternativa “d” porque há contradição na assertiva. Como um dos atributos do poder de polícia, é discricionária para a Administração a decisão, por exemplo, se realizará fiscalização ambiental ou alimentar, tributária ou de transportes. Logo, não há que se falar em atividade vinculada.

---

11. 2018/FUNDEP/TCE-MG/Auditor

Avalie a proposição (1) e a razão (2) a seguir.

1. O exercício do poder de polícia pela Administração Pública tem fundamento na chamada supremacia especial,

PORQUE

2. essa supremacia confere à Administração Pública a prerrogativa de condicionar a liberdade e a propriedade das pessoas em geral, ajustando-as aos interesses públicos.

Assinale a alternativa CORRETA

a) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

b) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

c) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.

d) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.

e) A proposição e a razão são falsas.

Comentários

Resposta: alternativa "E". O poder de polícia decorre da supremacia geral (supremacia do interesse público sobre o privado) e não da especial (proximidade de relação entre a Administração e o administrado, agente público ou contratado). Logo, é a supremacia geral que confere à Administração Pública a prerrogativa de condicionar a liberdade e a propriedade das pessoas em geral, ajustando-as aos interesses públicos. Assim, tanto a proposição (1) quanto a razão (2) estão incorretas.

---

12. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/Auditor de Controle Interno

A respeito da organização e dos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

Define-se poder vinculado da administração pública como a faculdade do gestor público de determinar condutas vinculadas à sua conveniência e oportunidade, observada a legalidade

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: ERRADO. No exercício do poder vinculado, o gestor público não pode agir por sua conveniência e oportunidade, isto é, de forma discricionária. Ao contrário, ele está restrito a atuar conforme a lei fixou. Nos atos vinculados a própria lei fixa os aspectos a que o administrador público estará sujeito. Lembre-se que há na doutrina posição de que os denominados poderes vinculado e discricionário não existem como poderes autônomos, podendo ser qualificados, quando muito,

como atributos de outros poderes ou competências da Administração (posição da professora Maria Sylvia, por exemplo).

---

13. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA-PB/Auditor de Controle Interno

No que se refere às características do poder de polícia e ao regime jurídico dos agentes administrativos, julgue o item que se segue.

As multas de trânsito, como expressão do exercício do poder de polícia, são dotadas de autoexecutoriedade.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: ERRADO. Excluem-se da autoexecutoriedade do poder de polícia eventuais sanções pecuniárias (multas, por exemplo) aplicadas ao administrado, que só podem ser executadas pela via Judicial.A autoexecutoriedade não existe em todas as ações do Poder de Polícia, mas somente quando autorizada por lei ou em caso de medida urgente, não sendo nenhum desses casos quanto às multas de trânsito.

---

14. 2017/IADES/CREMEB/Advogado

O poder discricionário é uma prerrogativa concedida aos agentes administrativos de eleger, dentre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público. Entretanto, atualmente, o poder discricionário tem sofrido limitação. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

a) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado apenas administrativamente.

b) Os atos derivados do poder discricionário podem sofrer controle apenas quanto à sua constitucionalidade.

c) O controle dos atos derivados do poder discricionário pode ser realizado administrativa ou judicialmente.

d) Os atos derivados do poder discricionário não sofrem qualquer tipo de controle.

e) O controle dos atos derivados do poder discricionário da União deve ser realizado pelo Tribunal de Contas da União, não sendo admitido o controle pelo Poder Judiciário.

Comentários

Resposta: alternativa “C”.

Incorreta a alternativa "a" porque o controle dos atos discricionários também pode ser realizado pelo Poder Judiciário.

Incorreta a alternativa "b" porque o controle pode se dar tanto quanto à constitucionalidade, quanto à ilegalidade.

Correta a alternativa "c". Também o poder discricionário do agente público estará sujeito ao controle pelo Poder Judiciário quando praticado com ilegalidade, ainda que seu fundamento seja principiológico, por afrontar, por exemplo, a moralidade administrativa, a impessoalidade, a publicidade, a eficiência, a razoabilidade, a proporcionalidade, entre outros.

Incorreta a alternativa "d" já que os atos discricionários podem sofrer controle tanto interno quanto externo, seja do próprio ente de que emanou o ato ou de outro, tal como o Poder Judiciário.

Incorreta a alternativa "e" porque cabe sim ao Poder Judiciário o controle dos atos discricionários quando se mostrem ilegais ou inconstitucionais.

---

15. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

A estrutura hierárquica da administração pública permite a

a) delegação da competência para aplicação de sanções em sede de poder de polícia administrativa à pessoa jurídica de direito privado.

b) revisão por agente de nível hierárquico superior de ato administrativo ou processo administrativo que contiver vício de legalidade.

c) delegação de órgão superior a órgão inferior da atribuição para a edição de atos administrativos de caráter normativo.

d) delegação a órgão diverso da competência para a decisão de recurso administrativo.

e) avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque prevalece a indelegabilidade do poder de polícia, em especial quanto ao poder sancionatório, à pessoa de direito privado, já que se trata de atividade típica de Estado (STF: ADI 1717 e REs 539.224 e 611.947).

Correta a alternativa "b" porque decorre do poder hierárquico o dever do superior hierárquico de fiscalizar e rever as atividades executadas por seus subordinados.

Incorretas as alternativas “c” e “d” porque, de acordo com o art. 13 da Lei nº 9.784, de 1999, não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo;II - a decisão de recursos administrativos;III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.Incorreta a alternativa “e” porque, de acordo com o art. 15 da Lei nº 9.784, de 1999, a avocação deve ser utilizada em caráter temporário e excepcional, bem como por motivos relevantes devidamente justificados.

---

16. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) O poder de polícia tem como característica a discricionariedade, pelo que a Administração, ao expedir alvarás de autorização ou de licença, aprecia livremente a oportunidade e conveniência da medida.

b) A autoexecutoriedade, um dos atributos do poder de polícia, permite que a Administração ponha em execução as suas decisões sem precisar recorrer ao Poder Judiciário, independentemente de autorização legal.

c) O poder de polícia, atividade estatal que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público, é exercido privativamente pelo Poder Executivo.

d) O poder de polícia, exercido pela polícia administrativa, não se confunde com o exercido pela polícia judiciária porque a primeira atua preventivamente e a segunda repressivamente.

e) O poder de polícia é indelegável a pessoas jurídicas de direito privado por envolver prerrogativas próprias do poder público, insuscetíveis de serem exigidas por particular sobre o outro.

Comentários

Resposta: alternativa “E”.

Incorreta a alternativa “a” porque, em que pese a discricionariedade ser um dos atributos do Poder de Polícia, a concessão de alvará de licença é ato vinculado, diferentemente do alvará de autorização, que é ato discricionário. Logo, conveniência e oportunidade só existem para autorização e não para licença.

Incorreta a alternativa “b” porque, a autoexecutoriedade não ocorre em todo ato que emana do Poder de Polícia, mas sim quanto àqueles expressamente autorizados por lei ou os urgentes.

Incorreta a alternativa “c” porque o poder de polícia é uma prerrogativa da Administração Pública, não se limitando ao Poder Executivo. Assim, quando no exercício da função administrativa e apresentando no caso fático a necessidade de disciplinar e/ou restringir uma atividade individual em

prol do interesse público, também o poder de polícia pode ser exercitado pelos demais Poderes da República.

Incorreta a alternativa "d" porque o poder de polícia administrativo pode ocorrer tanto na modalidade preventiva quanto repressiva. De igual modo, também as atividades da polícia judiciária podem ter por escopo a repressão por crime cometido ou a prevenção de prática de novos ou outros atos ilícitos.

Correta a alternativa "e" porque prevalece a indelegabilidade do poder de polícia à pessoa de direito privado, já que se trata de atividade típica de Estado (STF: ADI 1717 e REs 539.224 e 611.947), sobretudo em suas expressões sancionatórias.

---

17. 2017/FCC/TST/Juiz do Trabalho

A respeito dos poderes da Administração pública, é correto afirmar:

a) O poder de rever atos e decisões e de decidir conflitos de competência entre subordinados são desdobramentos ou decorrências do poder disciplinar.

b) As multas decorrentes do poder de polícia devem ser executadas na via administrativa.

c) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre (i) organização e funcionamento da Administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e (ii) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

d) Em matéria de poder de polícia, suspende-se a prescrição da ação punitiva por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração pública federal.

e) É da competência exclusiva da Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Comentários

Resposta: alternativa "C".

Incorreta a alternativa "a" porque o poder de rever os atos e as decisões dos subordinados decorre do poder hierárquico.

Incorreta a alternativa "b" porque não decorre a autoexecutoriedade de todo ato de poder de polícia. Exemplifica essa impossibilidade exatamente a execução de multas, que deve seguir o rito próprio de cobrança via Poder Judiciário.

Correta a alternativa "c" que apresenta a literalidade do art. 84, inciso VI, alíneas "a" e "b", da CRFB.

Incorreta a alternativa "d" porque se interrompe e não se suspende a prescrição por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato.

Incorreta a alternativa "e" porque compete ao Congresso Nacional e não à Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, nos termos do art. 49, V, da CRFB.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Considere que o prefeito de São José dos Campos pretenda promover o recapeamento asfáltico, iniciando pelas ruas que dão acesso às Rodovias Estaduais, e postergar para o ano seguinte o recapeamento das ruas que dão acesso aos bairros periféricos, cujo asfalto se encontra em igual condição precária de conservação, diante da constatação de que existe maior tráfego urbano em direção às rodovias. Com relação a essa hipotética situação, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de ato vinculado, sendo ilegal a decisão tomada pelo Poder Executivo.

b) A decisão do Prefeito se caracteriza como ato discricionário, calcado nos critérios de conveniência e oportunidade.

c) O plano do Prefeito é ilegal, pois a decisão deve antes ser ratificada pelo Poder Legislativo.

d) A decisão do Prefeito não pode ser objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, nem mesmo no que tange à legalidade.

e) As obras de recapeamento asfáltico, por se caracterizarem como ato discricionário, não se submetem ao controle de legalidade.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque, como regra, ao Poder Executivo compete essencialmente a função administrativa, não havendo lei vinculando a ordem pela qual serão asfaltadas ou recapeadas as ruas da cidade. Lei que venha se imiscuir em matéria de flagrante mérito administrativo pode configurar inclusive afronta ao princípio da separação de poderes. Para legislar nesse sentida, há que se ter fundamento robusto, sob pena de o Poder Legislativo subjugar o Poder Executivo.

Correta a alternativa "b", já que, da situação hipotética apresentada, vislumbra-se haver, entre as opções em comento, aderência ao interesse público na decisão do Administrador no sentido de privilegiar, no primeiro ano, asfaltar as vias que mais são utilizadas pelos munícipes. Ou seja, não sendo a seleção da ordem das ruas a serem asfaltadas um caso de ato vinculado por lei, pode o Administrador Público, desde que cumpridos os princípios constitucionais e legais, em especial a razoabilidade, adotar e aplicar os critérios adequados de conveniência e oportunidade.

Incorreta a alternativa "c", já que pela separação de Poderes compete ao Poder Executivo precipuamente a Administração da coisa pública e a realização em concreto da função administrativa. Não se trata de matéria, em tese, que reclame ratificação prévia pelo Poder Legislativo.

Incorretas as alternativas "d" e "e" porque os atos discricionários estão sujeitos ao controle de legalidade e, portanto, de apreciação pelo Poder Judiciário.

---

19. 2017/CESPE/TCE-PE/Auditor de Contas Públicas

Com relação a agentes públicos, atos administrativos, poderes da administração pública e responsabilidade civil do Estado, julgue o item subsequente.

Ainda que a lei ofereça ao agente público mais de uma alternativa para o exercício do poder de polícia, a autoridade terá limitações quanto ao meio de ação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: CERTO. Tanto nos atos vinculados quanto nos atos discricionários, a competência, a finalidade e a forma estão fixadas em lei. A diferença é que nos atos vinculados o motivo e o objeto também estão estritamente tratados em lei enquanto no discricionário há margens de conveniência e oportunidade nesses dois elementos (motivo e objeto). Assim, correta a assertiva já que, em que pese ser um atributo do poder de polícia a discricionariedade, o meio de ação, isto é, a forma para sua prática, estará fixado em lei.

---

20. 2017/AOCD/CODEM-PA/Advogado

O exercício da atividade administrativa, para que possa ser efetivo, necessita dos poderes que lhe são conferidos pelo ordenamento jurídico vigente. Em relação ao assunto, assinale a alternativa **INCORRETA.**

a) Apesar de o poder discricionário implicar uma liberdade à Administração Pública, este está sujeito às normas jurídicas vigentes, bem como aos interesses coletivos, o que impede seu uso abusivo.

b) Considerando que a lei nem sempre consegue atender a todos os casos, por força do poder regulamentar, é possível ser expedidos regulamentos para a fiel execução da lei.

c) Objetivando apurar e punir faltas funcionais, é atribuído à Autoridade Administrativa o poder hierárquico.

d) Ainda que seja aparentemente paradoxal, o poder de polícia constitui limitação à liberdade individual e, ao mesmo tempo, é o garantidor dessas mesmas liberdades.

e) Quando a autoridade administrativa é obrigada a tomar determinada decisão em razão de determinada circunstância, tem-se o chamado poder vinculado.

Comentários

Resposta: alternativa "C".

Correta a alternativa "a" porque discricionariedade não se confunde com arbitrariedade. Aquele que age com abuso, age sem direito.

Correta a assertiva "b" que apresenta previsão decorrente do art. 84, inciso IV, da CRFB (compete privativamente ao Presidente da República: sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução).

Incorreta a alternativa "c" porque a prerrogativa para apurar e punir faltas funcionais decorre do poder disciplinar e não do poder hierárquico. O poder hierárquico é um dos pilares da organização administrativa, já que, por meio dele, é que a Administração Pública realiza a distribuição e o escalonamento de seus órgãos, funções e agentes. Já o poder disciplinar é exatamente aquele que permite a aplicação de sanção na seara administrativa ao agente público quando este pratica alguma infração funcional. É o poder disciplinar que mantém hígida a organização administrativa fixada pelo poder hierárquico, já que, se não houvesse a possibilidade de sanção aplicável pelo superior hierárquico em caso de descumprimento funcional do subordinado, a organização sofreria rupturas.

Correta a alternativa "d" porque, de fato, caso não houvesse o poder de polícia a atuar como frenagem ao abuso dos particulares, sem dúvida, o convívio social ficaria prejudicado e, por conseguinte, o próprio particular sofreria as consequências em suas liberdades pela ação desordeira, ilimitada e abusiva de outros particulares.

Correta a alternativa "e" porque se o administrador público é obrigado a adotar os efeitos previstos em lei em função da ocorrência de determinado ato, presente está o poder vinculado.

---

21. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao poder de polícia.

a) É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição de sanções administrativas previstas em lei.

b) As atribuições da guarda municipal previstas na Constituição da República são definidas em sentido exemplificativo, e não exaustivo.

c) O poder de polícia se manifesta exclusivamente por intermédio de deveres de abstenção ou obrigações de não fazer acometidas aos particulares.

d) O poder de polícia não se limita à atuação do Estado no concernente à prestação de segurança pública direcionada à coletividade.

e) Até mesmo instituições policiais podem cumular funções típicas de segurança pública com exercício de poder de polícia.

Comentários

Resposta: alternativa "C".

A questão explora a decisão do STF no RE 658.570, com repercussão geral (Tema 472).

Veja ementa:

> *"DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PODER DE POLÍCIA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO. GUARDA MUNICIPAL. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Poder de polícia não se confunde com segurança pública. O exercício do primeiro não é prerrogativa exclusiva das entidades policiais, a quem a Constituição outorgou, com exclusividade, no art. 144, apenas as funções de promoção da segurança pública. 2. A fiscalização do trânsito, com aplicação das sanções administrativas legalmente previstas, embora possa se dar ostensivamente, constitui mero exercício de poder de polícia, não havendo, portanto, óbice ao seu exercício por entidades não policiais. 3. O Código de Trânsito Brasileiro, observando os parâmetros constitucionais, estabeleceu a competência comum dos entes da federação para o exercício da fiscalização de trânsito. 4. Dentro de sua esfera de atuação, delimitada pelo CTB, os Municípios podem determinar que o poder de polícia que lhe compete seja exercido pela guarda municipal. 5. O art. 144, §8º, da CF, não impede que a guarda municipal exerça funções adicionais à de proteção dos bens, serviços e instalações do Município. Até mesmo instituições policiais podem cumular funções típicas de segurança pública com exercício de poder de polícia. Entendimento que não foi alterado pelo advento da EC nº 82/2014. 6. Desprovimento do recurso extraordinário e fixação, em repercussão geral, da seguinte tese: é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas".*

Portanto, corretas as alternativas "a", "b", "d" e "e".

Incorreta a alternativa "c" porque o poder de polícia não se limita à abstenção (atividade negativa), mas também abrange a atividade positiva, seja por sua definição legal prevista no art. 78 do CTN que alude à "prática de ato ou abstenção de fato", seja pela autorização Constitucional ou legal no sentido de que por meio do poder de polícia se possa compelir ao particular o parcelamento do solo ou edificações compulsórios (art. 182, §4º) ou construções de calçadas com acessibilidade para portadores de necessidades especiais e idosos.

---

22. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Ao se tratar de uma conduta adotada em razão de uma lei que definiu todos os seus aspectos, está-se diante de:

a) Poder Discricionário.

b) Poder Vinculado.

c) Poder Disciplinar.

d) Poder Hierárquico.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque no poder discricionário o agente público tem certa margem de atuação quanto à prática de um ato administrativo.

Correta a alternativa "b". O poder vinculado decorre da descrição exauriente no próprio texto legal quanto às condições e os consequentes efeitos a serem praticados pelos agentes públicos. Ou seja, o direito positivo não deixa margem para que o agente possa agir de forma diversa do quanto prescrito.

Incorreta a alternativa "c" porque o poder disciplinar é aquele que permite a aplicação de sanção na seara administrativa ao agente público quando este pratica alguma infração funcional.

Incorreta a alternativa "d" porque é por meio do poder hierárquico que a Administração Pública realiza a distribuição e o escalonamento de seus órgãos, funções e agentes, visando ordenar, coordenar, controlar e corrigir a atividade administrativa.

---

23. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Sobre o exercício do poder disciplinar da Administração Pública, é correto afirmar que tal poder

a) é exercido somente em face de servidores regidos pelas normas estatutárias, não se aplicando aos empregados públicos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

b) admite a aplicação de sanções de maneira imediata, desde que tenha havido prova inconteste da conduta ou que ela tenha sido presenciada pela autoridade superior do servidor apenado.

c) é aplicável aos particulares, sempre que estes descumpram normas regulamentares legalmente embasadas, tais como as normas ambientais, sanitárias ou de trânsito.

d) é extensível a sujeitos que tenham um vínculo de natureza especial com a Administração, sejam ou não servidores públicos.

e) não contempla, em seu exercício, a possibilidade de afastamentos cautelares de servidores antes que haja o prévio exercício de ampla defesa e contraditório.

Comentários

Resposta: alternativa "D".

Incorreta a alternativa "a", porque o poder disciplinar da Administração não se restringe aos servidores estatutários, aplicando-se a todos os agentes públicos e terceiros que estejam vinculados pela sujeição especial ao Poder Público.

Incorreta a alternativa "b" porque não se aplica no direito brasileiro, em especial a partir da Constituição de 1988, o instituto da "verdade sabida". O inciso LV do art. 5º da CRFB exige a observância do devido processo legal (*due process of law*), assegurada a ampla defesa e o contraditório tanto no processo judicial quanto no processo administrativo.

Incorreta a alternativa "c" porque apresenta caso em que se aplica o poder de polícia, em especial em seu aspecto sancionador, e não no poder disciplinar. Não estando o particular sob a sujeição especial aplica-se a sujeição geral. A sujeição geral remete ao poder de polícia e a sujeição especial remete ao poder disciplinar.

Correta a alternativa "d" porque o poder disciplinar da Administração não se restringe aos servidores estatutários, aplicando-se a todos os agentes públicos e terceiros que estejam vinculados pela sujeição especial ao Poder Público.

Incorreta a alternativa "e" porque há previsão no ordenamento de medidas cautelares, com afastamento preventivo, a serem aplicadas em âmbito administrativo em função do poder disciplinar, tais como, art. 147 da Lei nº 8.112, de 1990, e o art. 20 da Lei nº 8.429, de 1992.

---

24. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

Em relação aos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

a) É juridicamente possível que o Poder Executivo, no uso do poder regulamentar, crie obrigações subsidiárias que viabilizem o cumprimento de uma obrigação legal.

b) De acordo com o STF, ao Estado é facultada a revogação de ato ilegalmente praticado, sendo prescindível o processo administrativo, mesmo que de tal ato já tenham decorrido efeitos concretos.

c) De acordo com o STF, é possível que os guardas municipais acumulem a função de poder de polícia de trânsito, ainda que fora da circunscrição do município.

d) Do poder disciplinar decorre a atribuição de revisar atos administrativos de agentes públicos pertencentes às escalas inferiores da administração.

Comentários

Correta a alternativa "a" que apresenta assertiva em linha com a posição do professor José dos Santos Carvalho Filho no sentido de que "*é legítima a fixação de obrigações subsidiárias (ou derivadas) – diversas das obrigações primárias (ou originárias) contidas na lei – nas quais também se encontra imposição de certa conduta dirigida ao administrado. Constitui, no entanto, requisito de validade de tais obrigações sua necessária adequação às obrigações legais".*

Incorreta a alternativa "b" porque ato ilegal não se revoga e sim se anula (Súmula 473 do STF:" *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais,*

porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"). Ademais, havendo repercussão na esfera de interesse do administrado em função de feitos concretos, é necessário processo administrativo (STF: RE 594296 com repercussão geral que fixou a seguinte tese para o tema 138: ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo).

Incorreta a alternativa "c" porque o art. 144, §8º, autoriza que os Municípios constituam guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações. De fato, no julgamento do RE 658570 o STF fixou entendimento de é possível aos guardas municipais acumularem a função de poder de polícia de trânsito, mas limitado ao território do município.

Incorreta a alternativa "d" porque a prerrogativa de revisar os atos dos subordinados decorre do poder hierárquico e não do poder disciplinar.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

O exercício do poder regulamentar é privativo do chefe do Poder Executivo da União, dos estados, do DF e dos municípios.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: CERTO. O CESPE considera esta assertiva correta. Ou seja, adota o posicionamento do professor Hely Lopes Meirelles e da professora Maria Sylvia, no sentido de que o poder regulamentador é espécie do gênero poder normativo. Além disso, para eles, o poder regulamentador é privativo do Chefe do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

---

26. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro recebeu dezenas de reclamações de consumidores a respeito da precariedade no serviço público de fornecimento de energia elétrica em determinado bairro da Zona Oeste, consistente em constantes interrupções e quedas de energia. Tais denúncias foram encaminhadas ao PROCON Estadual que, após processo administrativo, aplicou multa à concessionária do serviço público. Em tema de

poderes da Administração Pública, de acordo com a doutrina e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a providência adotada pelo PROCON está:

a) errada, eis que a sanção de multa decorre do poder normativo do órgão superior do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da ANEEL.

b) errada, eis que a sanção de multa decorre do poder regulamentar da ANEEL em relação à transgressão dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

c) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder de polícia do órgão que integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

d) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder hierárquico do órgão que integra o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

e) correta, eis que a sanção de multa decorre do poder disciplinar do PROCON em relação à transgressão dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor.

Comentários

Resposta: alternativa "C". Um dos ciclos do poder de polícia é o poder sancionatório que pode ser preventivo ou repressivo. Lembre-se que, de acordo com o professor Diogo de Figueiredo, o ciclo de atuação do poder de polícia administrativa é: ordem, consentimento, fiscalização e sanção.

---

27. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/CÂMARA DE SANTA ROSA-RS/Procurador

O que se entende por Norma de Polícia Administrativa de Santa Rosa – RS?

a) Entende-se por norma de Polícia administrativa quando qualquer ação restritiva do Estado tem relação de direitos.

b) Entende-se por norma de Polícia Administrativa quando um poder regula a matéria ou seja todos os assuntos concernentes aos interesses da população.

c) Entende-se por norma de Polícia administrativa quando o princípio de quem pode o mais pode o menos, é um sentido amplo das leis e atos administrativos, tranquilidade e segurança pública.

d) Entende-se por norma de Polícia administrativa, o que envolve o interesse da população e o comportamento individual face a coletividade, relativamente aos costumes,à tranquilidade, à higiene Municipal e à segurança pública.

Comentários

Resposta: alternativa "D". Poder de Polícia, do ponto de vista do direito positivo, está definido no art. 78 do CTN como sendo a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

---

28. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Sobre o poder discricionário, pode-se afirmar:

a) Possui o mesmo valor que o poder arbitrário, posto que se iguala à vinculada pela maior liberdade de ação que é conferida ao administrador.

b) Relaciona-se à prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

c) Não se justifica pela impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.

d) Não se sujeita aos condicionamentos externo e interno, ou seja, pelo ordenamento jurídico e pelas exigências do bem comum e da moralidade.

e) Tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração pública.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque discricionariedade não se confunde com a arbitrariedade. Todo ato arbitrário é contrário à lei e ao Direito.

Correta a alternativa "b" porque o poder discricionário é aquele que permite ao agente público certa margem de escolha, diante da conveniência e oportunidade administrativa, para a prática de um ato administrativo. Em regra, as margens de discricionariedade se dão nos elementos *motivos* e *objeto*, sendo a competência, forma e finalidades fixadas em lei.

Incorreta a alternativa "c" porque, ao contrário, um dos fundamentos para a discricionariedade é exatamente a impossibilidade de o legislador catalogar na lei todos os atos que a prática administrativa exige.

De igual modo incorreta a alternativa "d" já que, ao contrário, o exercício do poder discricionário deve respeitar o ordenamento jurídico e as exigências do bem comum e da moralidade. Tanto que estão sujeitos ao controle judicial.

29. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador

Assinale a alternativa que apresenta um poder de polícia municipal,

a) Expedição de instrução normativa.

b) Concessão de alvará de localização.

c) Demissão de servidor público em abandono de cargo.

d) Aplicação de advertência a contratado administrativo.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque Instrução Normativa é expressão do poder normativo.

Correta a alternativa "b" já que a expedição de alvará é fruto do poder de polícia em sua fase ou ciclo de consentimento. Lembre-se que, de acordo com o professor Diogo de Figueiredo, o ciclo de atuação do poder de polícia administrativa é: ordem, consentimento, fiscalização e sanção.

Incorreta a alternativa "c" porque a demissão é expressão do poder disciplinar.

Incorreta a alternativa "d" porque a aplicação de advertência a contratado administrativo é fruto do poder disciplinar sujeito à supremacia especial.

30. 2016/IDECAN/ CÂMARA DE ARACRUZ-ES /Procurador

Considere que, em uma escola pública do município de Aracruz/ES, um estudante tenha sido apenado com cinco dias de suspensão por desrespeito às normas de conduta escolar. Na hipótese, a sanção apresentada representa exercício do poder administrativo:

a) de polícia.

b) disciplinar.

c) normativo.

d) hierárquico.

Comentários

Resposta: alternativa "B".

Incorreta a alternativa "a" porque aplica-se o poder de polícia na seara da sujeição geral (poder de império que autoriza a ordem para a prática de ato ou abstenção de fato por parte do particular em benefício do interesse coletivo).

Correta a alternativa "b". Poder disciplinar é aquele que permite a aplicação de sanção na seara administrativa ao agente público quando este pratica alguma infração funcional, bem como a todos aqueles que estejam vinculados à Administração Pública por relações de qualquer natureza subordinadas ao regramento público. Assim, em função da sujeição especial a que estão sujeitos os alunos de uma escola pública, eles podem sofrer as consequências de seus atos irregulares praticados por meio de sanções disciplinares decorrentes do poder disciplinar da Administração Pública.

Incorreta a alternativa "c" porque poder normativo é aquele que permite a Administração Pública produzir atos que explicam, complementam e facilitam a execução das leis.

Por fim, incorreta a alternativa "d" porque o poder hierárquico é aquele que permite a Administração Pública realizar a distribuição e o escalonamento de seus órgãos, funções e agentes.

---

31. 2016/FCC/SEGEP-MA/Auditor Fiscal da Receita Estadual

O poder de polícia caracteriza-se como atividade da Administração pública que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades, tendo em vista finalidades de interesse público. Considere os atos ou contratos administrativos a seguir:

I. concessão de serviços públicos.

II. autorização para vendas de material de fogos de artifícios.

III. permissão de serviços públicos.

IV. concessão de licença ambiental para construção.

Caracterizam-se como manifestação do poder de polícia APENAS os constantes em

a) I e II.

b) II e III.

c) III e IV.

d) II e IV.

e) I e III.

Comentários

Resposta: alternativa "D". A concessão de licença e de autorização é fruto do ciclo do poder de polícia denominado de consentimento. Ou seja, a lei prevê que, se presentes os requisitos legais, a Administração deve conceder a licença pleiteada pelo particular ou, se presentes os requisitos legais, a Administração pode, havendo conveniência e oportunidade, fornecer a autorização pleiteada pelo particular. A concessão e a permissão de serviços públicos não são expressão do poder de polícia porque ampliam a esfera jurídica do particular (pessoa física ou jurídica) e não a restringem, fato

que ocorre quando decorrente do poder de polícia. Ademais, o Poder de Polícia não se expressa por meio de contrato, como ocorre para a concessão de serviço público.

3.4 Atos Administrativos

1. **2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal**

Não há assunto mais tratado no Direito Administrativo contemporâneo do que o referente ao exercício da discricionariedade administrativa e seus limites. Vários outros temas estão coligados a esse assunto central. Sobre essa importante temática, assinale a alternativa correta.

a) Os atos administrativos discricionários podem ser anulados em caso de vício de um dos seus elementos ou convalidados em caso da presença de um legítimo motivo de interesse público justificador.

b) A legislação de cada ente federativo deve estabelecer como *numerus clausus* os atos que serão considerados atos vinculados e aqueles que serão caracterizados como atos vinculados.

c) Além dos atos administrativos, os fatos da Administração também podem ser caracterizados como discricionários.

d) É vedada a revogação de atos vinculados segundo a redação expressa da Constituição.

e) Os atos administrativos complexos não podem ser atos discricionários.

Comentários:

Correta a alternativa "a" porque, de fato, discricionariedade não se confunde com arbitrariedade e, portanto, havendo vício deverá ser anulado, seja no exercício da autotutela da Administração Pública (Controle Interno) ou no exercício legítimo pelo Controle Externo (dentro dos limites de atuação previstos no ordenamento jurídico. Quanto à convalidação, cabe dizer que, sendo sanável o defeito do ato administrativo e não acarretando lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, o ato poderá ser convalidado pela própria Administração Pública (nessa linha, por exemplo, o art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999).

Incorreta a alternativa "b" porque o Regime Jurídico do Direito Administrativo, em especial dos atos administrativos e do exercício do Poder Discricionário, não exige a listagem taxativa (*numerus clausus*) dos atos que são discricionários (conveniência e oportunidade / mérito administrativo / variabilidade dos elementos motivo e objeto do ato administrativo) e dos atos que são vinculados

(todos os cinco elementos dos atos administrativo estão definidos em lei – competência, forma, finalidade, motivo e objeto).

Incorreta a alternativa "c" porque fatos da administração são aqueles acontecimentos praticados pela Administração Pública que não apresentam nenhuma repercussão no âmbito do Direito Administrativo. Não confunda Fato DA Administração com Fato Administrativo. Este "tem ode atividade material no exercício da função administrativa que visa a efeitos de ordem prática para a Administração" (José dos Santos Carvalho Filho – Manual de Direito Administrativo, 31ª edição, p 101).

Incorreta a alternativa "d" porque não há no texto constitucional qualquer vedação expressa à revogação de atos vinculados. Segundo parte da doutrina, de fato, os atos vinculados não podem ser revogados.

Incorreta a alternativa "e" porque atos administrativos complexos são aqueles que se originam da manifestação da vontade de mais de um órgão administrativo, podendo ser singulares ou colegiados. Há um concurso de vontade homogênea de órgãos para a produção do um único ato administrativo. Logo, podem sim ser discricionários. Exemplo: assinatura de um Decreto pelo Chefe do Poder Executivo, referendado pelo Ministro ou Secretário.

Gabarito: alternativa A.

---

2. **2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal**

O desfazimento dos atos administrativos é uma tarefa corriqueira da Administração. É essencial que se mantenham respeitados os princípios da Administração Pública e as regras do ordenamento positivo, a partir da ideia de que o agente público não dispõe dos meios administrativos segundo a sua vontade. Considerando essa realidade, assinale a alternativa correta.

a) A revogação é ato administrativo que desfaz o ato anterior desde que haja a constatação de algum vício.

b) A revogação dos atos administrativos pode ser realizada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário.

c) A Constituição Federal veda expressamente a convalidação judicial de atos administrativos.

d) Segundo a legislação regente da matéria, a convalidação é um ato administrativo que somente pode ser realizado por uma autoridade superior à autoridade que praticou o ato convalidado.

e) Em que pese os seus característicos efeitos ex tunc, a anulação de um ato administrativo pode, excepcionalmente, não acarretar efeitos retroativos plenos.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque a revogação é o desfazimento de um ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999). Quando eivado de vício, a Administração Pública tem o poder-dever de anulá-lo.

Nessa linha, a Súmula 473 do STF:

> *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Incorreta a alternativa "b" porque ao Poder Judiciário é vedado adentrar ao mérito administrativo. O controle jurisdicional poderá ocorrer em caso de ilegalidade.

Incorreta a alternativa "c" porque não há no texto constitucional vedação expressa no sentido de que ao Poder Judiciário descabe convalidar atos administrativos.

Incorreta a alternativa "d" porque o art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999, não obriga que a convalidação seja feita pela autoridade superior àquela que praticou o ato. Pode ser, inclusive, pela própria autoridade que o produziu.

> *Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

Correta a alternativa "e" porque em linha com a posição doutrinária. De fato, a regra é que a anulação do ato administrativo produza efeitos *ex tunc* (retroativos, desde a origem). Contudo, excepcionalmente, quando o prejuízo resultante da anulação retroativa for maior do que o prejuízo dos efeitos produzidos pelo ato, a Administração deverá ser norteada pelo interesse público. Nessa linha, a professora Maria Sylvia (Direito Administrativo, 30ª edição, pp 279 e 280).

Gabarito: alternativa E.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

Acerca de atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

1. A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.

2. Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência poderá ser convalidado por meio de ratificação, desde que não seja de competência exclusiva.

Comentários:

A assertiva 1 está ERRADA e a 2 CERTA.

A 1 está errada porque, de acordo com a Súmula 473 do STF, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Portanto, não se pode confundir anulação e revogação. Anulação se refere a ato ilegal (efeitos *ex tunc*). Revogação se refere a ato legal que deixou de ser conveniente e oportuno para a Administração (efeitos *ex nunc*).

A 2 está correta porque em linha com o que ensina a doutrina. Nas palavras, por exemplo, da professora Maria Sylvia, tem-se que:

> *"Quanto ao sujeito, se o ato for praticado com vício de incompetência, admite-se a convalidação, que nesse caso recebe o nome de ratificação, desde que não se trate de competência outorgada com exclusividade, hipótese em que se exclui a possibilidade de delegação ou de avocação".*

---

4. 2018/MPE-MS/MPE-MS/ Promotor de Justiça

Quanto aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Resoluções, instruções e portarias são atos administrativos normativos.

b) Instruções, avisos e certidões são atos administrativos ordinatórios.

c) Parecer vinculante e obrigatório possuem o mesmo significado.

d) No parecer vinculante, a manifestação de teor jurídico deixa de ser meramente opinativa, não podendo a decisão do administrador colidir com a sua conclusão.

e) São espécies de ato administrativo, segundo entendimento doutrinário tradicional: normativos, ordinatórios, negociais, vinculativos e punitivos.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d" porque os pareceres podem ser facultativos (é meramente opcional), obrigatórios (exige-se o parecer para a realização do ato, mas é mera opinião, podendo a autoridade dele divergir) ou vinculantes (a autoridade não pode dele divergir, deixa de ser mera opinião).

Incorreta a alternativa "a" porque instruções e portarias são atos ordinatórios (aqueles que disciplinam o funcionamento da Administração Pública, incluindo as condutas dos seus agentes) e não atos normativos (em regra, comandos gerais e abstratos). Cuidado para não confundir a teoria dos atos administrativos com eventuais práticas incorretas adotas pelos órgãos públicos. Resolução sim é ato normativo.

Incorreta a alternativa "b" porque certidões são atos administrativos enunciativos (externam ou declaram uma situação existente em registros, processo ou arquivos públicos sem qualquer manifestação de vontade original da Administração). De fato, instruções e avisos são atos ordinatórios.

Incorreta a alternativa "c" porque parecer vinculante e parecer obrigatório são diferentes, como visto na explicação da alternativa "d".

Incorreta a alternativa "e" porque são espécies de atos administrativos segundo a doutrina tradicional: normativo, ordinatório, negocial, enunciativo e punitivo. Não incluído, portanto, atos vinculativos.

---

5. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Custódio Bocaiúva é Chefe de Gabinete de uma Secretaria de determinado Estado. Certo dia, em vista da ausência do Secretário Estadual, que saíra para uma reunião com o Governador, Custódio assinou o ato de nomeação de um candidato aprovado em primeiro lugar para cargo efetivo, em concurso promovido pela Secretaria Estadual. No dia seguinte, tal ato saiu publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo-se que a legislação estadual havia atribuído ao Secretário a competência de promover tal nomeação, permitindo que este a delegasse a outras autoridades hierarquicamente subordinadas, é correto concluir que o ato praticado é:

a) válido, pois havia direito subjetivo do candidato a ser nomeado para o cargo efetivo.

b) inexistente, haja vista que não reúne os mínimos elementos que permitam seu reconhecimento como ato jurídico.

c) válido, em vista da teoria do funcionário de fato, amplamente reconhecida na doutrina administrativa.

d) inválido, pois, segundo a Constituição Federal, a nomeação de servidores é atribuição exclusiva e indelegável do Chefe do Poder Executivo, regra sujeita à observância em âmbito estadual, por conta do princípio da simetria.

e) inválido, porém sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou finalidade do ato.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a alternativa "e" porque, como o vício no ato administrativo foi no elemento competência e esta não era exclusiva (art. 84, XXV, combinado com o seu parágrafo único, da CRFB), cabe a convalidação pelo Secretário Estadual (neste caso denomina-se ratificação). Lembre-se que a convalidação, que é possibilidade de a autoridade competente regularizar determinado vício existente em um ato administrativo com efeitos retroativos à data em que praticado, em regra, somente se aplica em vícios nos elementos forma e competência e, ainda, desde que a forma não seja essencial e competência não seja exclusiva ou em razão da matéria (cuidado com a posição do professor José dos Santos Carvalho Filho no sentido de também caber convalidação quanto ao elemento objeto quando plúrimo). Portanto, se o vício for nos elementos finalidade, motivo ou objeto não cabe convalidação (objeto quando único).

Incorreta a alternativa "a" porque o eventual direito subjetivo do candidato aprovado em 1º lugar em concurso público para provimento efetivo não tem o condão de sanear ato administrativo inválido.

Incorreta a alternativa "b" porque o ato praticado existe, mas é inválido por ter sido expedido por autoridade incompetente. A existência dos atos administrativos está relacionada à presença de todos os elementos, ainda que haja deficiência em um ou mais deles.

Incorreta a alternativa "c" porque o ato da nomeação é inválido porque um dos elementos, a competência, não foi produzido de acordo com a lei. Em que pese pela Teoria da Aparência os atos praticados pelo agente putativo ou funcionário de fato poderem ser convalidados, em respeito à boa-fé do administrado, isso não torna o ato da nomeação válido, mas sim os eventuais atos por ele praticados. Inclusive, lembre-se que, de acordo com o STF, não se aplica a Teoria do Fato Consumado nos casos em que se pleiteia a permanência em cargo público, cuja posse tenha ocorrido de forma precária, em razão de decisão judicial não definitiva (RE 405964).

Incorreta a alternativa "d", em função da previsão do art. 84, XXV (primeira parte), combinado com o seu parágrafo único, da CRFB, em que se autoriza ao Presidente delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Por simetria, pode o Governador do Estado delegar ao Secretário de Estado.

---

6. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

Como é cediço, o controle judicial dos atos administrativos diz respeito a aspectos de legalidade, descabendo avaliação do mérito de atos discricionários. Considere a situação hipotética: em sede de ação popular, foi proferida decisão judicial anulando o ato de fechamento de uma unidade básica de saúde, tendo em vista que restou comprovado que os motivos declinados pelo Secretário da Saúde para a prática do ato − ausência de demanda da população local − estavam em total desconformidade com a realidade. Referida decisão afigura-se.

a) legítima, apenas se comprovado desvio de finalidade na prática do ato, sendo descabido o controle judicial do motivo invocado pela autoridade prolatora.

b) legítima, com base na teoria dos motivos determinantes, não extrapolando o âmbito do controle judicial.

c) ilegítima, pois a questão diz respeito a critérios de conveniência e oportunidade, que refogem ao controle judicial.

d) ilegítima, eis que o controle judicial somente é exercido em relação a atos vinculados.

e) legítima, desde que comprovado, adicionalmente ao vício de motivo, falha em aspectos relativos à discricionariedade técnica.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b", já que o enunciado representa bem a aplicação da Teoria dos Motivos Determinantes. Essa teoria foi acolhida no Brasil para fixar que o fundamento exteriorizado para a tomada de decisão ou para a prática de uma ação ou omissão vincula-se à validade do ato administrativo discricionário ou vinculado. Assim, existindo a exteriorização do motivo como o determinante a justificar a realização do ato administrativo, caso fique comprovado não ter este ocorrido ou não representar a realidade, o ato será ilegal. Sendo ilegal, abre-se margem para o controle pelo Poder Judiciário. Não se trata aí de mérito administrativo (conveniência e oportunidade) e sim de uma ilegalidade.

Incorretas as alternativas "a", "c" e "d" porque, no caso descrito, abriu-se a possibilidade do controle judicial em função do motivo externado no ato administrativo ser incompatível com a realidade. Logo, o ato judicial foi legítimo, ainda que se tratasse de ato discricionário na origem, mas que passou a ser vinculado ao motivo após a sua externalização.

Incorreta a alternativa "e" porque a legitimidade do ato judicial não está condicionada a vício na discricionariedade técnica. Ademais, ao Poder Judiciário não cabe adentrar e invalidar ato político (discricionário) da Administração Pública sob a alegação de que se utilizou metodologia técnica, como fixado pela Doutrina Chenery (STJ AgInt na SLS 2240/SP).

---

7. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

a) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

b) A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.

c) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.

d) Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis ad nutum, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.

e) Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Em que pese haver discordância na doutrina, a CESPE considerou a alternativa "b" correta, ou seja, para esta banca a nomeação de ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato complexo, ou seja, há concorrência da manifestação da vontade de dois órgãos, e não ato composto, no qual há manifestação da vontade de um órgão em um ato administrativo principal e a participação de outro órgão para dar-lhe eficácia. Frise-se que, de acordo com o inciso XIV do art. 84 da CRFB, cabe ao Presidente da República a nomeação dos Ministros do STF e dos Tribunais Superiores, após aprovação pelo Senado Federal. Para a professora Maria Sylvia, que defende a posição de ato composto, embora haja a participação de mais de um órgão, a vontade é apenas de um deles. O ato principal é a nomeação (indica e nomeia). O ato acessório é a aprovação pelo Senado). Para o professor José dos Santos Carvalho Filho, trata-se de ato complexo sendo necessária a manifestação da vontade de dois órgãos diversos.

Incorreta a alternativa "a" porque ao Poder Judiciário cabe anular atos administrativos ilegais e não a sua convalidação. A convalidação compete à própria Administração Pública ou, excepcionalmente, ao administrado.

Incorreta a alternativa "c" porque, em que pese a competência ser improrrogável (órgão ou agente incompetente não se torna competente pelo exercício da atividade, exceto por lei), pode haver convalidação de ato administrativo com vício de competência, desde que esta não seja exclusiva ou em função da matéria (denomina-se a convalidação no elemento competência de ratificação ou confirmação, a depender da autoridade que sanear o ato).

Incorreta a alternativa "d" porque se o administrador público externar o motivo pelo qual praticou a exoneração, o ato administrativo estará vinculado a este motivo. Demonstrada, portanto, sua incompatibilidade com a realidade haverá uma ilegalidade. Logo, passível de controle pelo Poder Judiciário.

Outra alternativa polêmica é a "e", considerada incorreta. De fato, de acordo com a jurisprudência tradicional do STF, não pode a Administração Pública desrespeitar a coisa julgada e, por conseguinte, a segurança jurídica e a proteção à confiança, para afastar vantagem de servidor incorporada em função de mudança na situação de fato ou de direito (STF AgR no RE 394638, julgado de 2004, e MS 30780, julgado de 2013). Nessa linha, realmente incorreta a alternativa, já que dependeria de novo provimento judicial. Contudo, no julgado do MS 32435, o próprio STF decidiu que "*a força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua rebus sic stantibus: sua eficácia*

permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de qualquer desses pressupostos determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional". De todo modo, a banca seguiu a jurisprudência anteriormente firmada.

---

8. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Determinado Secretário Municipal de Saúde, ao tomar posse na secretaria municipal, por estrita motivação pessoal, decide favorecer servidor partidário, lotando-o em unidade de saúde central no município. Para tanto, o citado Secretário removeu João, adversário político, para atuar na unidade de zona rural, ocupando a antiga vaga de seu partidário. Indignado com a situação, João procurou a Administração Municipal informando do caráter pessoal da modificação. Diante da comprovação de que o ato foi motivado por razões pessoais, deverá a Administração, quanto à remoção de João,

a) anular o ato, com efeito *ex nunc*, vez que conveniente à Administração.

b) declarar nulo o ato, retroagindo os efeitos à época do ato, vez que ilegal.

c) revogar o ato com eficácia *ex nunc*, vez que eivados de vício de legalidade.

d) revogar o ato com eficácia extunc, retroagindo os efeitos à época da origem do ato.

Comentários

Resposta: alternativa "b". A situação descrita caracteriza abuso de autoridade em sua espécie desvio de finalidade. Ou seja, a finalidade do ato administrativo deve sempre ser o interesse público. Fato incompatível com a realização da alteração de lotação do servidor com intuito de prejudicar adversário político e, por outro lado, beneficiar parceiro político. Havendo o desvio de finalidade, não é possível se falar em convalidação e, portanto, não se trata de ato anulável e sim de ato nulo, já que contém vício insanável. Assim, os efeitos do ato nulo são *ex tunc*, retroagindo desde o momento de sua produção.

Incorreta a alternativa "a" porque não é ato anulável (vício na finalidade não pode ser convalidado, mas só na competência e forma – ou no objeto quando plúrimo) e sim nulo. Ademais os efeitos são *ex tunc* (desde a origem) e não *ex nunc* (a partir do ato).

Incorretas as alternativas "c" e "d" porque não se pode revogar ato viciado. Ato viciado é nulo ou anulável.

---

9. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que um agente público da Secretaria de Estado da Educação, após longo período de greve dos professores da rede pública, objetivando desincentivar novas paralisações, tenha transferido os grevistas para ministrarem aulas no período noturno em outras escolas, mais distantes. Ato contínuo, promoveu o fechamento de diversas classes do período da manhã de estabelecimento de ensino no qual estavam lotados a maioria dos docentes transferidos, justificando o ato assim praticado em uma circular aos pais dos alunos na qual afirmou ter ocorrido inesperada redução do número de docentes, decorrente da necessidade de transferência para outras unidades como forma de melhor atender à demanda da sociedade. Nesse contexto,

a) os aspectos relacionados à finalidade e motivação dos atos administrativos em questão dizem respeito ao mérito, ensejando, apenas, impugnação na esfera administrativa, com base no princípio da tutela.

b) apenas os atos de transferência dos docentes são passíveis de anulação, em face de abuso de poder, ostentado vício de motivação passível de controle administrativo e judicial.

c) descabe impugnação judicial dos atos em questão, eis que praticados no âmbito da discricionariedade legitimamente conferida à autoridade administrativa.

d) apenas o ato de fechamento de salas de aula poderá ser questionado judicialmente, com base em vício de motivação, sendo os demais legítimos no âmbito da gestão administrativa.

e) o poder judiciário poderá anular as transferências dos docentes por desvio de finalidade, bem como o fechamento das salas por vício de motivo com base na teoria dos motivos determinantes.

Comentários

Resposta: alternativa “e”.

Correta a alternativa “e” porque a situação descrita caracteriza abuso de autoridade em sua espécie desvio de finalidade, em função de a transferência dos docentes ter ocorrido não para atender ao interesse público. Logo, cabe controle do Poder Judiciário. Ademais, os atos de fechar as turmas matutinas e enviar a circular com o motivo não verdadeiro aos pais dos alunos caracterizam vício no motivo, também controlável pelo Poder Judiciário. Frise-se que cabe o controle do Poder Judiciário inclusive em atos discricionários em que tenha sido externado motivo, em função da Teoria dos Motivos Determinantes, em caso de o motivo alegado não representar a realidade.

Incorreta a alternativa “a” porque a situação descrita caracteriza abuso de autoridade em sua espécie desvio de finalidade. Não pode haver desvirtuamento do interesse público. Assim, como ato ilegal, tanto por vício na finalidade quanto o motivo, pode haver o controle do Poder Judiciário e não só da própria Administração Pública.

Incorreta a alternativa "b" porque tanto o ato de transferência dos servidores quanto o fechamento das classes matutinas e a circular expedida aos pais dos alunos estão viciados e, portanto, são inválidos.

Incorreta a alternativa "c" porque cabe controle do Poder Judiciário em atos ilegais, bem como em atos discricionários em que tenha sido externado motivo, em função da Teoria dos Motivos Determinantes.

Incorreta a alternativa "d" porque tanto o ato de transferência dos servidores quanto o fechamento das classes matutinas e a circular expedida aos pais dos alunos estão viciados e, portanto, são inválidos.

---

10. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta, a respeito dos atos administrativos.

a) A licença é o ato vinculado por meio do qual a Administração confere ao interessado consentimento para o desempenho de certa atividade.

b) A aprovação é o ato administrativo que confere ao indivíduo, desde que preencha os requisitos legais, o direito de receber o serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.

c) A homologação é a manifestação discricionária do administrador a respeito de outro ato. Pode ser prévia ou posterior.

d) A concessão é o ato administrativo discricionário e precário pelo qual a Administração consente que o particular execute serviço de utilidade pública ou utilize privativamente bem público.

e) Atestado é o instrumento formal expedido pela Administração, que, através dele, expressa aquiescência no sentido de ser desenvolvida certa atividade pelo particular.

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Correta a alternativa "a" porque a licença é um ato administrativo negocial vinculado em que a Administração Pública, verificando o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, consente a realização de uma atividade ou fruição de alguma situação jurídica.

Incorreta a alternativa "b" porque é a admissão e não a aprovação o ato vinculado ao cumprimento dos requisitos legais que confere ao administrado a fruição de serviço público desenvolvido em determinado estabelecimento oficial.

Incorreta a alternativa "c" porque a homologação é ato negocial vinculado e por ser ato de controle ocorre após o ato controlado. A alternativa apresenta a definição de "aprovação".

Incorreta a alternativa "d" porque concessão não é um ato administrativo, mas um contrato (bilateral) com regras próprias previstas em lei, em especial na Lei nº 8.987, de 1995. A alternativa apresenta definição da permissão. Incorreta a alternativa "e" porque o atestado é ato enunciativo pelo qual a Administração comprova um fato ou uma informação de seu conhecimento. A alternativa apresenta definição de alvará.

---

11. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador

Segundo o disposto na Constituição Federal, se um ato administrativo aplicar indevidamente determinada súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) poderá ser anulado por meio de recurso ordinário a ser interposto diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.

b) deverá ser impugnado por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

c) poderá ser anulado por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

d) deverá ser impugnado por meio de ação própria em primeira instância da Justiça Federal.

e) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, para dirimir a divergência sobre a aplicação corretada súmula vinculante.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" que está em linha com o §3º do art. 103-A da CRFB que prevê: *do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso*.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A autoridade competente para a prática de um ato administrativo tem sempre, em razão de seu poder hierárquico, a possibilidade de delegação e avocação.

b) Nos atos discricionários, o Poder Judiciário não pode, em hipótese alguma, apreciar o mérito do ato, assim considerada a análise da conveniência ou oportunidade.

c) O ato administrativo, praticado por autoridade incompetente, investido irregularmente no cargo, não produz qualquer efeito.

d) A revogação dos atos administrativos é sempre possível, não havendo limites para tanto, uma vez que cabe à Administração apreciar as razões de oportunidade e conveniência.

e) No caso de ato vinculado, praticado por autoridade incompetente, a convalidação é obrigatória pela autoridade competente se estiverem presentes os requisitos para a prática do ato.

Comentários

Resposta: alternativa "e". São exatamente as palavras da professora Maria Sylvia em seu livro Direito Administrativo, 30ª edição, p 289: "tratando-se de ato vinculado praticado por autoridade incompetente, a autoridade competente não poderá deixar de convalidá-lo, se estiverem presentes os requisitos para a prática do ato".

Incorreta a alternativa "a" porque nem sempre é aplicável a delegação ou a avocação para a prática de atos administrativos. Por exemplo, de acordo com o art. 13 da Lei nº 9.784, de 1999, não podem ser delegadas a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade. Ademais, de acordo com o art. 15 da aludida lei, a avocação deve ser utilizada em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, bem como em caráter temporário.

Incorreta a alternativa "b" porque, em que pese a regra ser a não apreciação pelo Poder Judiciário de ato discricionário, de modo a não adentrar ao mérito administrativo (análise de conveniência e oportunidade), no caso de o ato ser motivado, haverá vinculação do motivo ao ato, trazendo a possibilidade de controle do Poder Judiciário com base na Teoria dos Motivos Determinantes.

Incorreta a alternativa "c" porque no exercício da "função de fato" (agente putativo), em privilégio à Teoria da Aparência e para resguardar a boa-fé do administrado que teve atos praticados por quem agia na função de fato (agente putativo), os atos praticados podem ter seus efeitos regulares.

Incorreta a alternativa "d" porque a revogação não pode ser adotada pela Administração Pública em atos vinculados, em atos que já exauriram seus efeitos, em atos enunciativos (mero ato administrativo), em atos que integram procedimento nem em atos que geraram direito adquirido (Súmula 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial).

13. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca dos atos administrativos, do poder regulamentar e do poder de polícia, assinale a opção correta.

a) Para o STJ, as balanças de pesagem corporal oferecidas gratuitamente a clientes por farmácias são passíveis de fiscalização pelo INMETRO, a fim de preservar as relações de consumo, sendo, portanto, legítima a cobrança de taxa decorrente do poder de polícia no exercício da atividade de fiscalização.

b) Situação hipotética: Um servidor público efetivo indicado para cargo em comissão foi exonerado ad nutum sob a justificativa de haver cometido assédio moral no exercício da função. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do assédio, mas persistiu a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário. Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido por não se aplicar a teoria dos motivos determinantes.

c) Conforme o STF, o Poder Judiciário não detém competência para substituir banca examinadora de concurso público para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, admitindo-se, no entanto, o controle do conteúdo das provas ante os limites expressos no edital.

d) A homologação é um ato administrativo unilateral vinculado ao exame de legalidade e conveniência pela autoridade homologante, sendo o ato a ser homologado passível de alteração, em virtude do princípio da hierarquia presente no exercício da atividade administrativa.

e) Situação hipotética: Lei ordinária instituiu a criação de autarquia federal vinculada ao Ministério X, com o objetivo de atuar na fiscalização e no fomento de determinado setor. Publicada a referida lei, o ministro expediu decreto estabelecendo a estrutura organizacional e o funcionamento administrativo da nova autarquia. Assertiva: Esse caso ilustra a constitucionalidade do decreto regulamentar por delegação do presidente da República.

Comentários

Resposta: alternativa “c”.

Correta a alternativa “c” que apresenta o entendimento do STF no julgamento do RE 632853, com repercussão geral, no sentido de que “Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas. Precedentes. Excepcionalmente, é permitido ao Judiciário juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame".

Incorreta a alternativa “a” porque, conforme jurisprudência do STJ manifestada no Resp 1655383/SP, Ministro Herman Benjamin, tem-se que: *4. A orientação desta Corte firmou-se no*

sentido de que a Taxa de Serviços Metrológicos, decorrente do poder de polícia do Inmetro em fiscalizar a regularidade das balanças - art. 11 da Lei 9.933/99 -, visa a preservar precipuamente as relações de consumo, sendo imprescindível, portanto, verificar se o equipamento objeto de aferição fiscalizatória é essencial, ou não, à atividade mercantil desempenhada pela empresa para a clientela. 5. No caso concreto, o Tribunal de origem consignou que "as balanças de pesagem corporal, oferecidas como cortesia pelas farmácias, justamente porque não se integram na atividade econômica respectiva, não possuindo a sua exploração caráter comercial, não se sujeitam à fiscalização pelo IPEM/INMETRO" (fl. 683, e-STJ). Logo, não há falar em aferição periódica pelo Inmetro e, menos ainda, em possibilidade de autuação por eventual irregularidade nesse tipo de balança.

Incorreta a alternativa "b" porque, em que pese o ato de exoneração de cargo em comissão ser *ad nutum* (livre nomeação e exoneração), o fato de ter sido externado o motivo vincula a Administração e abre a possibilidade de controle pelo Poder Judiciário com base na Teoria dos Motivos Determinantes.

Incorreta a alternativa "d" porque a homologação é ato vinculado pelo qual a autoridade superior avalia a legalidade, bem como a conveniência de ato anterior praticado para dar-lhe eficácia. É considerado ato de simples controle, não podendo alterar o conteúdo do ato controlado, podendo apenas confirmá-lo ou rejeitá-lo.

Incorreta a alternativa "e" porque decreto regulamentar é ato privativo do Chefe do Poder Executivo. Ademais, ocorrida a descentralização administrativa com a criação, por lei, de Autarquia, conforme preconiza o inciso XIX do art. 37 da CRFB, não compete ao Ministério a que ela estiver vinculada intervir em sua organização administrativa. A vinculação entre a autarquia e o Ministério é apenas de controle finalístico (supervisão ministerial) e não de hierarquia.

---

14. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Uma das características dos atos administrativos é:

a) a sujeição ao regime jurídico de direito privado, de conformidade com ao Código Civil.

b) a possibilidade de sua revogação, quando praticados com vícios que os tornem ilegais.

c) a presunção de legitimidade.

d) a possibilidade de anulação, quando inconvenientes ou inoportunos em relação ao interesse público.

e) o mérito, demandando sempre avaliação subjetiva do agente público.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" porque são atributos dos atos administrativos a presunção de legitimidade e de veracidade, a autoexecutoriedade, a tipicidade e a imperatividade. A presunção de legitimidade quer dizer que o ato foi produzido de acordo com o ordenamento jurídico.

Incorreta a alternativa "a" porque os atos administrativos estão sujeitos ao regime jurídico público, em especial ao regime jurídico administrativo.

Incorretas as alternativas "b" e "d" porque, conforme súmula 473 do STF, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial dos atos ilegais. Portanto, atos ilegais não se revogam, são nulos ou anuláveis. Já atos inconvenientes ou inoportunos não se anulam e sim são revogados.

Incorreta a alternativa "e" porque nos atos vinculados não há margem de subjetividade ao agente público.

---

15. 2017/FCC/TST/Juiz do Trabalho

Sobre o ato administrativo, é correto afirmar:

a) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, serão convalidados pela própria Administração com efeitos ex nunc.

b) O órgão competente para decidir o recurso administrativo poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência, dispensando-se a oitiva do recorrente na hipótese de reformatio in pejus.

c) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, sendo certo que, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

d) O poder de revogar atos administrativos fundamenta-se juridicamente na normal competência de agir da autoridade administrativa e tem como características nucleares a renunciabilidade, a transmissibilidade e a prescritibilidade.

e) Pode haver revogação de ato administrativo vinculado, a exemplo da licença.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" que está em linha com o art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, c/c seu §1º: *"Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento"*.

Incorreta a alternativa "a" porque a convalidação opera efeitos *ex tunc*, ou seja, saneia o ato desde o momento de sua produção.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 64 da Lei nº 9.784, de 1999, em especial seu §único: "*Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão*". Ou seja, se houver a reformatio in pejus (alteração da decisão com agravamento do prejuízo inicial para o particular), deve o particular ser cientificado para formular suas considerações prévias à decisão.

Incorreta a alternativa "d" porque as características fundamentais da revogação são a conveniência e a oportunidade em análise discricionária quanto à manutenção do ato frente ao interesse público.

Incorreta a alternativa "e" porque não podem ser revogados atos vinculados, atos que já exauriram seus efeitos, atos enunciativos (mero ato administrativo), atos que integram procedimento nem atos que geraram direito adquirido (Súmula 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial)

---

16. 2017/FMP-CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Dentre as alternativas abaixo, conflagra-se como exemplo concreto predominante de exigibilidade de ato administrativo.

a) guinchamento de carro parado em local proibido.

b) requisição de bem móvel particular para combater evento danoso da natureza.

c) inutilização de medicamentos vencidos.

d) dispersão de manifestação pública violenta com prática de atos de vandalismo.

e) aplicação de multa e de advertência.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a alternativa "e" porque o atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos pode ser desdobrado em exigibilidade e executoriedade. A exigibilidade resulta da possibilidade de a Administração poder se utilizar de meios indiretos para o cumprimento da obrigação. Já a executoriedade resulta da possibilidade de a Administração realizar diretamente a execução forçada se utilizando inclusive da força pública, caso necessário. As demais alternativas apresentam reflexos predominantes da executoriedade (meios diretos) e não da exigibilidade (meios indiretos).

---

17. 2017/FCC/DPE-SC/Defensor Público

Os atos administrativos podem ser produzidos em desrespeito às normas jurídicas e, nestes casos, é correto afirmar que

a) existe, no direito brasileiro, apenas duas formas de convalidação, a ratificação e a reforma.

b) ainda que o ato tenha sido objeto de impugnação é possível falar-se em convalidação, com o objetivo de aplicar o princípio da eficiência.

c) a vícios que podem ser sanados e, nestes casos, a convalidação terá efeitos ex nunc.

d) a violação das normas jurídicas causa um vício que só pode ser corrigido com a edição de novo ato, pelo poder Judiciário.

e) é possível convalidar atos com vício no objeto, ou conteúdo, mas apenas quando se tratar de conteúdo plúrimo.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a assertiva "e" porque nessa linha é a doutrina do professor José dos Santos Carvalho Filho em seu Manual de Direito Administrativo, 31ª edição, p. 72: "Também é possível convalidar atos com vício no objeto, ou conteúdo, mas apenas quando se tratar de conteúdo plúrimo". Plúrimo quer dizer plural, ou seja, objeto não único, de modo que se possa reformar ou converter um dos objetos sem macular o outro ou os demais.

Incorreta a alternativa "a" porque, pela doutrina do professor José dos Santos Carvalho Filho em seu Manual de Direito Administrativo, 31ª edição, p. 71, há três formas de convalidação: ratificação, reforma e conversão.

Incorreta a alternativa "b" porque, após a impugnação, não se pode mais falar em convalidação, mas sim o pleno efeito do processo recursal.

Incorreta a alternativa "c" porque a convalidação opera efeitos *ex tunc* (retroativos à data da produção do ato).

Incorreta a alternativa "d" porque a própria Administração Pública pode sanear ou anular seus atos.

18. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Acerca da anulação dos atos administrativos, assinale a opção INCORRETA.

a) A anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre os próprios atos.

b) A anulação pode também ser feita pelo Poder Judiciário, mediante provocação dos interessados.

c) Como a desconformidade com a lei atinge o ato em suas origens, a anulação produz efeitos retroativos à data em que foi emitido.

d) Anulação é o desfazimento do ato administrativo por razões de legalidade.

e) A anulação do ato administrativo, quando afete interesses ou direitos de terceiros, deve ser precedida do contraditório.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Incorreta a alternativa "d" porque anulação é desfazimento de ato administrativo por razões de ilegalidade e não de legalidade.

Correta a alternativa "a", já que, de fato, a própria Administração pode anular seus atos praticados com ilegalidade (Súmula 473 do STF:A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial).

Correta a alternativa "b" porque, de fato, ao Poder Judiciário, caso provocado pelo interessado, cabe controlar os atos administrativos ilegais, devendo anulá-los se confirmada a ilegalidade.

Correta a alternativa "c" já que a anulação produz efeitos *ex tunc*.

Correta a alternativa "e", já que, de fato, se afetar interesse ou direitos de terceiros, impõe-se a precedência de ampla defesa e contraditório com base no art. 5º, LV, da CRFB (STF: RE 594296 - *A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão, quer se encontre na posição de litigante, num processo judicial, quer seja um mero interessado, em um processo administrativo, o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes. Ou seja, a partir de então, qualquer ato da Administração Pública que tiver o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deverá ser precedido*

de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa).

---

19. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC /Procurador do Estado (ADAPTADA)

Para a configuração dos casos de nulidade de atos administrativos que traduzam lesão aos bens jurídicos tutelados pelo direito pátrio, serão observadas as seguintes normas, EXCETO

a) O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele necessariamente explícito na regra de competência.

b) A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação da legislação em vigor.

c) A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada frente ao resultado obtido.

d) A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

e) O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato. Parte inferior do formulário

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com a alínea "e" do §único do art. 2º da Lei nº 4.717, de 1965 (Lei da Ação Popular), o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. Veja o inteiro teor do aludido artigo: "*art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de: a) incompetência; b) vício de forma; c) ilegalidade do objeto; d) inexistência dos motivos; e) desvio de finalidade. Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas: a) a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou; b) o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato; c) a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo; d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência*". Portanto, corretas as demais alternativas.

20. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Existem diversas alternativas possíveis quanto às hipóteses abstratas de extinção dos atos administrativos, EXCETO

a) o decurso do tempo.

b) a renúncia do interessado.

c) a revogação pelo Poder Judiciário.

d) a invalidação pela própria Administração.

e) o desaparecimento do pressuposto fático.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Incorreta a alternativa "c" porque a revogação é ato privativo da Administração Pública, já que afeto à conveniência e oportunidade (mérito administrativo). Ao Poder Judiciário cabe anular os atos administrativos viciados com ilegalidade. As demais alternativas apresentam hipóteses que, de fato, podem acarretar a extinção do ato administrativo. Conforme sintetiza o professor Celso Antônio Bandeira de Mello, os atos eficazes podem ser extintos com o cumprimento dos seus efeitos ao longo do tempo (esgotamento do conteúdo jurídico, execução material, termo final ou condição resolutiva), com o desaparecimento de elemento infungível da relação jurídica (sujeito ou objeto), com a retirada (revogação, invalidação ou anulação, cassação, caducidade, contraposição) ou a renúncia. Já o ato ineficaz pode ser extinto pela mera retirada ou pela recusa.

21. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

O motivo do ato administrativo pode ser conceituado como:

a) a normatividade jurídica que irá incidir sobre determinada situação de fato que lhe é antecedente.

b) a ocorrência no mundo fenomênico de certo pressuposto fático, relevante para o direito, que vai postular ou possibilitar a edição do ato administrativo.

c) a explicitação dos fundamentos de fato e de direito que levaram à edição do ato administrativo e sem a qual o ato é nulo.

d) o móvel ou intenção do agente ou, em outros termos, a representação psicológica que levou o administrador a agir, e que tem especial importância no plano dos atos discricionários.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b" porque o motivo é o pressuposto de fato e de direito que fundamenta o ato administrativo.

Incorreta a alternativa "a" porque para a norma incidir o fato deve ser posterior à sua produção. Ademais, o motivo é concreto, um fato ocorrido na vida social (mundo fenomênico para Immanuel Kant).

Incorreta a alternativa "c" porque apresenta a definição de motivação, que é a explicitação do motivo. Ademais, há divergência doutrinária se a ausência de motivação torna o ato nulo.

Incorreta a alternativa "d" porque a valoração subjetiva representada pela intenção do agente não se inclui entre os elementos do ato administrativo. Pela teoria do órgão, os atos do agente público são imputados à Administração.

---

22. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

Os atos administrativos que se destinam a dar andamento aos processos e papeis que tramitam pelas repartições públicas, preparando para a decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente, são classificados como:

a) Atos de império.

b) Atos de gestão.

c) Atos de expediente.

d) Atos normativos.

Comentários

Resposta: alternativa "c". A classificação dos atos administrativos quanto ao objeto ou quanto às suas prerrogativas apresenta: atos de império (expressão da supremacia pública sobre o interesse particular), atos de gestão (ausência da supremacia – atos praticados pela Administração em posição de horizontalidade com o particular) e atos de expediente (são os praticados para impulsionar os processos administrativos e demais tarefas administrativas para sua devida conclusão). Atos administrativos normativos são aqueles produzidos, em regra, com comandos gerais e abstratos.

---

23. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Decreto de um governador estadual estabeleceu que determinado tema fosse regulamentado mediante portaria conjunta das secretarias estaduais A e B. Um ano depois de editada a portaria conjunta, nova portaria, editada apenas pela secretaria A, revogou a portaria inicial.

Nessa situação, considerando-se o entendimento do STJ,

I a segunda portaria não poderia gerar efeitos revocatórios.

II a revogação de ato complexo, ou seja, ato formado pela manifestação de dois ou mais órgãos, demanda a edição de ato igualmente complexo; vale dizer, formado pela manifestação dos mesmos órgãos subscritores do ato a ser revogado.

A respeito das asserções I e II, assinale a opção correta

a) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira

b) As asserções I e II são falsas.

c) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

d) acordo de cooperação, que prescinde de licitação.

Comentários

Resposta: alternativa "c". As duas assertivas estão corretas e a segunda justifica de forma acertada a primeira, já que em linha com o entendimento do STJ esposado no julgamento do MS 14731 em 2016: "*A regulamentação exigida pelo art. 7o. do Decreto 6.253/07, constitui ato administrativo complexo, demandando a manifestação de dois órgãos da Administração para sua constituição, quais sejam, o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sob pena de invalidade. 2. Por simetria, apenas se admite a revogação do ato administrativo por autoridade/órgão competente para produzi-lo. A propósito, o ilustre Professor DIOGO FIGUEIREDO MOREIRA NETO assinala que a competência para a revogação do ato administrativo será, em princípio, do mesmo agente que o praticou (...) Assim, se o ato foi suficiente e validamente constituído a revogação é, simetricamente, um ato desconstitutivo, ou, em outros termos, um ato constitutivo-negativo, pelo qual a Administração competente para constituí-lo - e apenas ela - retira a eficácia de um ato antecedente, exclusivamente por motivos de mérito administrativo, jamais por motivos jurídicos (Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014, p. 230-231). 3. No caso, a Portaria 788/09 aqui combatida, emitida pelo MEC, por si só, procurou revogar a regulamentação anterior, composta pela manifestação das duas Pastas responsáveis. Nesse contexto, dada a simetria necessária para a edição-desconstituição do ato administrativo, entende-se viciado o ato*".

---

24. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Considere a seguinte situação hipotética:

Lei Municipal é aprovada concedendo a revisão geral anual, prevista na Constituição Federal, para todos os servidores públicos do Município de Cotia. O Prefeito Municipal, no entanto, somente efetiva o aumento salarial para os servidores que são filiados ao partido político ao

qual pertence. Como o ato administrativo possui vários elementos, é correto afirmar que, nesse caso hipotético, o vício desse ato recai sobre

a) a finalidade.

b) a forma.

c) o motivo.

d) o objeto.

e) a competência.

Comentários

Resposta: alternativa "a". A situação descrita configura abuso de poder na modalidade desvio de finalidade. Em sentido amplo a finalidade do ato administrativo sempre corresponde ao interesse público. Em sentido restrito é o resultado específico que o ato deve produzir conforme definido expressa ou implicitamente em lei. O ato do Prefeito, ao afrontar o princípio da impessoalidade, macula o elemento finalidade do ato administrativo, viciando-o.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

No que tange a conceitos, requisitos, atributos e classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Licença e autorização são atos administrativos que representam o consentimento da administração ao permitir determinada atividade; o alvará é o instrumento que formaliza esses atos.

b) O ato que decreta o estado de sítio, previsto na CF, é ato de natureza administrativa de competência do presidente da República.

c) Ainda que submetido ao regime de direito público, nenhum ato praticado por concessionária de serviços públicos pode ser considerado ato administrativo.

d) O atributo da autoexecutoriedade não impede que o ato administrativo seja apreciado judicialmente e julgado ilegal, com determinação da anulação de seus efeitos; porém, nesses casos, a administração somente responderá caso fique comprovada a culpa.

Comentários

Resposta: alternativa "a". A licença e a autorização são atos negociais que, em regra, são formalizados por meio de alvará. A licença é ato vinculado em que a Administração Pública, verificando o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, consente a realização de uma atividade ou fruição de alguma situação jurídica com presunção de definitividade. Já a autorização é ato discricionário que expressa uma concordância precária por parte da Administração

Pública com relação à realização de uma atividade ou utilização de um bem pelo particular no interesse predominante deste.

Incorreta a alternativa "b" porque atos políticos ou de governo são aqueles que remetem à pratica de atos por órgãos ou agentes que possuem competência diretamente fixada no texto Constitucional, por pertencerem à estrutura de governo do Estado. Ou seja, estão sujeitos ao regime jurídico-constitucional, não se enquadrando como ato administrativo.

Incorreta a alternativa "c" porque as concessionárias de serviço público também podem praticar atos administrativos já que atuam em nome do Estado que transferiu a execução do serviço de público ao particular, mantendo, contudo, sua titularidade.

Incorreta a alternativa "d" porque, comprovada a ilegalidade do ato pelo Poder Judiciário, a Administração Pública responde independentemente de dolo ou culpa (responsabilidade objetiva do Estado - §6º do art. 37 da CRFB).

---

26. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre atos administrativos, é correto afirmar

a) a delegação e avocação se caracterizam pela excepcionalidade e temporariedade, sendo certo que é proibida avocação nos casos de competência exclusiva.

b) a renúncia é instituto afeto tanto aos atos restritivos quanto aos ampliativos.

c) as deliberações e os despachos são espécies da mesma categoria de atos administrativos normativos.

d) é ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo; salvo quando se tratar de recurso hierárquico impróprio.

e) nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e ampla defesa, a qualquer tempo, quando a decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo, de qualquer natureza, que beneficie o interessado.

Comentários

Resposta: alternativa "a". A banca adotou a posição do professor José dos Santos Carvalho Filho constante em sua obra Manual de Direito Administrativo, 31ª edição, p 14, na qual afirma: "Para evitar distorção no sistema regular dos atos administrativo, é preciso não perder de vista que tanto a delegação como a avocação devem ser consideradas como figuras excepcionais, só justificáveis ante os pressupostos que a lei estabelecer". Ademais, de acordo com o art. 15 da Lei nº 9.784, de 1999, é expresso que a avocação tem caráter excepcional e temporário (Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior). Em que pese não haver a mesma

disciplina expressa no art. 12 da aludida lei que trata da delegação (Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial), fato é que este instrumento não transmuda a competência de forma definitiva, podendo, a qualquer tempo, a autoridade delegante revogar a delegação. Assim, ínsita a precariedade, o que a banca adotou como algo temporário. Frise-se também que está correta a parte final da alternativa, já que, em sendo a competência exclusiva, não há que se falar em avocação.

Incorreta a alternativa "b" porque renúncia só cabe em atos ampliativos de direito e sobre direitos disponíveis, isto é, aqueles que aumentam a esfera jurídica do administrado e aos quais ele pode dispensar. Os atos restritivos de direito, seja por imporem deveres ou obrigações, não se coadunem com a renúncia.

Incorreta a alternativa "c" porque deliberação é ato normativo expedido por órgãos colegiados enquanto despachos são atos ordinatórios em que uma autoridade externa decisão acerca de procedimento administrativo.

Incorreta a alternativa "d" por afrontar a Súmula Vinculante 21 do STF (É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo) e a súmula 373 do STJ (É ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo).

Incorreta a alternativa "e" por afrontar a Súmula Vinculante 3 do STF (Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão).

---

27. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre Agentes Públicos e Princípios e Regime Jurídico Administrativo, é correto afirmar:

a) O princípio da impessoalidade destina-se a proteger simultaneamente o interesse público e o interesse privado, pautando-se pela igualdade de tratamento a todos administrados, independentemente de quaisquer preferências pessoais.

b) São entes da Administração Indireta as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e as subsidiárias destas duas últimas. As subsidiárias não dependem de autorização legislativa justamente por integrarem a Administração Pública Indireta.

c) As contas bancárias de entes públicos que contenham recursos de origem pública prescindem de autorização específica para fins do exercício do controle externo.

d) Os atos punitivos são os atos por meio dos quais o Poder Público aplica sanções por infrações administrativas pelos servidores públicos. Trata-se de exercício de Poder de Polícia com base na hierarquia.

e) A licença não é classificada como ato negocial, pois se trata de ato vinculado, concedida desde que cumpridos os requisitos objetivamente definidos em lei.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" porque, conforme entendimento do STF (MS 33.340), as operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão protegidas pelo sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105, de 2001.

Incorreta a alternativa "a" porque, nos termos do 'caput' do art. 37 da CRFB, o princípio da impessoalidade é basilar da Administração Pública a resguardar o interesse público e não o interesse privado.

Incorreta a alternativa "b" por afrontar o inciso XX do art. 37 da CRFB, *já que depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada*.

Incorreta a alternativa "d" porque os atos administrativos punitivos são aqueles praticados pela Administração cujo objeto é aplicação de sanção por infrações administrativas, podendo ser extroversos, quando aplicados aos administrados (com base no Poder de Polícia), ou introversos, quando aplicados a agentes públicos (com base no Poder Disciplinar).

Incorreta a alternativa "e" porque a licença (ato vinculado em que a Administração Pública, verificando o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, consente a realização de uma atividade ou fruição de alguma situação jurídica com caráter de definitividade) é classificada como ato negocial.

---

28. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

A prefeitura de determinado município brasileiro, suscitada por particulares a se manifestar acerca da construção de um condomínio privado em área de proteção ambiental, absteve-se de emitir parecer. Nessa situação, a obra poderá ser iniciada, pois o silêncio da administração é considerado ato administrativo e produz efeitos jurídicos, independentemente de lei ou decisão judicial.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. O silêncio administrativo, também denominado de "não ato" ou omissão da Administração, não revela prática de ato administrativo por não encerrar, em regra, manifestação da vontade da Administração Pública. Pode, contudo, a lei prever consequências jurídicas para a inércia da Administração Pública. Mas a vontade pública estará manifestada na própria lei que anteviu solução a ser dada em caso de omissão do agente ou órgão público competente para a prática do ato. Celso Antônio Bandeira de Mello e José dos Santos Carvalho Filho indicam, inclusive, que essas consequências jurídicas são fatos jurídicos administrativos, mas não atos administrativos.

---

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

Removido de ofício por interesse da administração, sob a justificativa de carência de servidores em outro setor, determinado servidor constatou que, em verdade, existia excesso de servidores na sua nova unidade de exercício. Nessa situação, o ato, embora seja discricionário, poderá ser invalidado.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Resposta: certo. Com base na Teoria dos Motivos Determinantes, caso um ato discricionário seja motivado e sua motivação não seja real, abre-se a possibilidade de controle do ato administrativo pelo Poder Judiciário em função da ilegalidade. Sendo comprovado o vício, o ato será anulado pelo Poder Judiciário. Frise-se que a própria Administração Pública também pode anular seus próprios atos eivados de vício (Súmula 473 do STF).

---

30. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da

a) presunção de legitimidade.

b) autotutela.

c) segurança jurídica.

d) continuidade do serviço público.

Comentários

Resposta: alternativa "c". Busca-se com a segurança jurídica prover a estabilidade das relações jurídicas para a vida em sociedade, conferir força jurídica à legítima expectativa e interromper ou mitigar a incerteza no direito.

---

31. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Com base na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca da revogação e dos elementos dos atos administrativos.

a) A revogação de um ato administrativo deve apresentar os seus motivos devidamente externados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

b) O ato de delegação pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante ou pela autoridade delegada.

c) O ato de delegação deve ser publicado no meio oficial, mas não o de sua revogação.

d) Caso um ato administrativo esteja eivado de vício de legalidade, o Poder Judiciário terá de revogá-lo.

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Correta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, a motivação é um dos princípios aos quais a Administração Pública deve obedecer, sendo esta considerada a indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão (art. 2º, §único, inciso VII). Assim, também na revogação de um ato administrativo há a necessidade de motivação.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 14, §2º, da aludida lei, o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, mas não da delegada.

Incorreta a alternativa "c" porque tanto o ato de delegação quanto o de revogação devem ser publicados no meio oficial (art. 14 da Lei nº 9.784, de 1999).

Incorreta a alternativa "d" porque ao Poder Judiciário cabe anular os atos ilegais. A revogação dos atos compete à própria Administração Pública por meio de critérios de conveniência e oportunidade.

---

32. 2017/FUNDEP/MPE-MG/Promotor de Justiça

Quanto ao conteúdo e à forma dos atos administrativos, é CORRETO o que se afirma em:

a) Deliberações são atos emanados, em regra, de órgãos colegiados e caracterizam-se como atos simples coletivos, ao passo que as resoluções são atos normativos individuais, provenientes de autoridades do alto escalão administrativo e têm natureza derivada.

b) Homologação é o ato administrativo unilateral que visa à uniformização de decisões das autoridades administrativas sobre tema de interesse individual ou coletivo.

c) A autorização é ato declaratório, ao passo que a licença é ato constitutivo de direito preexistente.

d) A permissão é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração Pública reconhece ao particular que em preencha os requisitos legais o direito para exercer profissão regulamentada.

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Correta a alternativa "a" já que as deliberações são atos normativos expedidos por órgãos colegiados, enquanto as resoluções são atos normativos expedidos por autoridades superiores da Administração Pública.

Incorreta a alternativa "b" porque homologação é ato vinculado pelo qual a autoridade superior avalia a legalidade, bem como a conveniência de ato anterior praticado para dar-lhe eficácia.

Incorreta a alternativa "c" porque autorização é ato discricionário que expressa uma concordância precária por parte da Administração Pública com relação à realização de uma atividade ou utilização de um bem pelo particular no interesse predominante deste. Ou seja, a autorização não se trata de direito pré-constituído que vem a ser declarado pela Administração Pública. A licença, por seu turno, é ato declaratório porque a Administração Pública, verificando o cumprimento de todos os requisitos legais pelo particular, está vinculada a consentir com a realização de uma atividade ou fruição de alguma situação jurídica.

Incorreta a alternativa "d" porque permissão, em sendo ato administrativo, não é ato bilateral, mas unilateral. A permissão é ato discricionário que expressa uma concordância precária por parte da Administração Pública com relação à realização de uma atividade ou utilização de um bem pelo particular no interesse predominante público.

---

33. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

O art. 54, da Lei nº 9.784/99, dispõe que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Da análise do texto

normativo, verifica-se que o legislador procurou conjugar os aspectos de tempo e boa-fé, sendo certo que teve o objetivo fundamental de estabilizar as relações jurídicas pelo fenômeno da convalidação de atos administrativos inquinados de vício de legalidade.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a citada norma aborda especificamente os seguintes princípios reconhecidos da Administração Pública:

a) autotutela e certeza jurídica;

b) segurança jurídica e proteção à confiança;

c) inafastabilidade da jurisdição e proporcionalidade;

d) temporalidade e moralidade administrativas;

e) indisponibilidade e aproveitamento administrativos

Comentários

Resposta: alternativa "b". Busca-se com a segurança jurídica prover a estabilidade das relações jurídicas para a vida em sociedade, conferir força jurídica à legítima expectativa e interromper ou mitigar a incerteza no direito. Corolário da segurança jurídica decorre o princípio da proteção à confiança.

3.5 Ingerência do Estado na Propriedade Privada

1. **2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Um decreto expropriatório declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade de um munícipe. Não havendo consenso entre as partes com relação ao valor da indenização para ultimar a desapropriação, o Poder Público ingressou com uma ação judicial. Analisando essa situação hipotética, é correto afirmar:

A) A ação judicial pode ser proposta a qualquer tempo, pois o decreto expropriatório não se submete à decadência.

B) Nessa ação o proprietário poderá alegar o desvio de finalidade do decreto expropriatório, desde que consiga comprovar, pelos meios legais, a tredestinação.

C) A concordância escrita do expropriado, conquanto permita a imediata aquisição da propriedade pelo expropriante, com o consequente registro da propriedade na matrícula do imóvel, não implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.

D) O pagamento do preço será prévio e em dinheiro, e dele não poderão ser deduzidas as dívidas fiscais quando inscritas e ajuizadas, pois a Fazenda possui meios próprios de cobrança de seus tributos.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de 5 anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

Incorreta a alternativa "b" porque não cabe na ação de desapropriação o debate acerca do desvio de finalidade ou da tredestinação (dar uma destinação diferente àquela declarada no Decreto Expropriatório). Pela celeridade que se exige da ação de desapropriação, debates desse gênero são impróprios para essa ação, devendo ser tratada em ação direta, conforme alude o art. 20 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

Correta a alternativa "c" porque, de acordo com o §1º do art. 34-A do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, a concordância escrita do expropriado não implica renúncia ao seu direito de questionar o preço ofertado em juízo.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o §1º do art. 32 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941, as dívidas fiscais serão deduzidas dos valores depositados, quando inscritas e ajuizadas.

Gabarito: alternativa "c".

---

2. 2018/CESPE/TJ-CE/ Juiz de Direito

Conforme entendimento jurisprudencial do STJ, a limitação administrativa sobre determinado bem constitui modalidade de intervenção restritiva na propriedade de caráter

a) exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, ainda que não seja demonstrada a efetiva redução do valor econômico do bem em função da referida limitação.

b) geral e condição inerente ao exercício do direito de propriedade, inexistindo hipóteses de indenização.

c) geral, mas que pode dar ensejo a indenização em favor do proprietário na hipótese de a limitação causar redução do valor econômico do bem, independentemente do momento em que tenha sido instituída a restrição.

d) exclusivo e pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito real em favor do proprietário, desde que a aquisição do bem tenha ocorrido anteriormente à instituição da restrição.

e) geral, mas que pode dar ensejo a indenização de natureza jurídica de direito pessoal, se a limitação causar redução do valor econômico do bem e a sua aquisição tiver ocorrido anteriormente à instituição da restrição.

Comentários

A limitação administrativa é uma das formas de intervenção do Estado na propriedade privada dos indivíduos.

Para Hely Lopes Meirelles (p.756, 2016), "a limitação administrativa é uma restrição pessoal, geral e gratuita, imposta genericamente pelo Poder Público ao exercício de direitos individuais, em benefício da coletividade".

Dessa forma, a generalidade e a gratuidade caracterizam o instituto, o diferenciando da desapropriação e da requisição administrativa. Ainda segundo o mesmo autor (p.763, 2016),

> *Além disso, para que sejam admissíveis as limitações administrativas sem indenização, como é de sua índole, hão de ser gerais, isto é, dirigidas a propriedades indeterminadas, mas determináveis no momento de sua aplicação. Para situações particulares que conflitem com o interesse público a solução será encontrada na servidão administrativa ou na desapropriação, mediante justa indenização, nunca na limitação administrativa, cuja característica é a gratuidade e a generalidade da medida protetora dos interesses da comunidade. (grifos não constantes do original)*

Já a jurisprudência do STJ vem admitindo a possibilidade de indenização quando da aplicação da limitação administrativa, conforme os julgados a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. LEGITIMIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. INSTÂNCIA ESPECIAL ABERTA POR OUTRA QUESTÃO. CONHECIMENTO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. IMÓVEL ADQUIRIDO APÓS LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. AÇÃO RESCISÓRIA PROCEDENTE. 1. É admitido o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, desde que a instância especial tenha sido aberta por outra questão.* ***2. A jurisprudência do STJ pacificou-se no sentido da responsabilização do Estado na indenização decorrente de limitação administrativa, desde que preenchidos certos requisitos; dentre eles, que a aquisição do imóvel tenha se dado antes da ocorrência da restrição administrativa.*** *3. In casu, aplica-se o direito à espécie (Súmula 456/STF, por analogia), para reconhecer a falta de interesse de agir do desapropriado (ora ré) na ação indenizatória originária, tendo em conta que se trata de imóvel adquirido após a implementação da limitação administrativa. Ação rescisória procedente. (AR 2.075/PR, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, Rel. p/ Acórdão Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/05/2009, DJe 23/09/2009)* ***(grifos não constantes do original)***

> *ADMINISTRATIVO. CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. NÃO CONFIGURAÇÃO. NECESSIDADE DO EFETIVO DE APOSSAMENTO E DA IRREVERSIBILIDADE DA SITUAÇÃO. NORMAS AMBIENTAIS. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. ESVAZIAMENTO ECONÔMICO DA PROPRIEDADE. AÇÃO DE DIREITO PESSOAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. 1. Não há desapropriação indireta sem que haja o efetivo apossamento da propriedade pelo Poder Público.* ***Desse modo, as restrições ao direito de propriedade, impostas por normas ambientais, ainda que esvaziem o conteúdo econômico, não se constituem desapropriação indireta. 2. O que ocorre com a edição de leis ambientais que restringem o uso da propriedade é a limitação administrativa, cujos prejuízos causados devem ser indenizados por meio de uma ação de direito pessoal, e não de direito real, como é o caso da ação em face de desapropriação indireta.*** *3.* ***Assim, ainda que tenha havido danos aos agravantes, em face***

> ***de eventual esvaziamento econômico de propriedade, devem ser indenizados pelo Estado, por meio de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional é de 5 anos, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 3.365/41.*** *Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1317806/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2012, DJe 14/11/2012)* ***(grifos não constantes do original)***

Agora iremos analisar cada assertiva:

a) incorreto. A limitação administrativa tem caráter geral e com possibilidade de indenização, desde que tenha havido danos em face de eventual esvaziamento econômico de propriedade.

b) incorreto. Existe a hipótese de indenização.

c) incorreto. A jurisprudência do STJ tem o entendimento de que caberá indenização na limitação administrativa, dentre outros requisitos, desde que a aquisição do imóvel tenha se dado antes da ocorrência da restrição administrativa.

d) incorreto. O caráter da restrição é geral e o direito de indenização possível por meio de ação de direito pessoal.

e) correto. Afirmativa em consonância com a jurisprudência do STJ em sua totalidade.

Gabarito: Letra E.

---

3. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Acerca do instituto da desapropriação, assinale a opção correta.

a) A declaração de utilidade pública de determinada propriedade privada não afasta o direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis realizadas no imóvel posteriormente ao referido ato, mesmo que feitas sem a autorização do expropriante.

b) De acordo com o STF, é condição para a imissão provisória da posse de imóvel objeto de desapropriação por utilidade pública o pagamento prévio e integral da indenização.

c) Declarada a utilidade pública do bem objeto de decreto expropriatório, o poder público deve atender ao prazo de cinco anos para efetivar a desapropriação, o que pode ocorrer mediante acordo ou por via judicial, sob pena de caducidade.

d) Na hipótese de o poder expropriante não dar ao imóvel a destinação prevista no decreto expropriatório, o expropriado tem direito real de reivindicar a propriedade do bem.

e) Na desapropriação indireta, sobre o valor da indenização a ser paga devem incidir juros compensatórios pela perda antecipada da posse do imóvel, salvo em se tratando de propriedade improdutiva

Comentários

a) incorreto. Nos termos do §1º, art. 26, Decreto-Lei 3.365/1941, *in verbis*:

> *Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado.*

> *§ 1º Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante. (grifos não constantes do original)*

b) incorreto. **Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei 3.365/1941, *in verbis:*** "Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens;"

O pagamento integral da indenização não necessariamente ocorre com a imissão provisória de posse, uma vez que o valor é arbitrado, podendo ser maior ou menor do que o valor considerado justo. Este será conhecido só ao final do procedimento de desapropriação, como condição para a imissão definitiva no bem.

c)correto. Nos termos do art. 10 do Decreto-Lei 3.365/1941, *in verbis:" A* desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará."

d)incorreto. Nos termos do art. 35 do Decreto-Lei 3.365/1941, *in verbis*:" Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos."

e) correto. Atualmente, a alternativa está correta, tendo em vista a decisão da ADIN 2332-2 que trouxe uma nova interpretação do art. 15-A e parágrafos do Decreto-Lei 3.365/1941, *in verbis:*

> *Art. 15A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos.*
>
> *§ 1o Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.*
>
> *§ 2o Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero.*
>
> *§ 3o O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença.*
>
> *§ 4o Nas ações referidas no § 3o, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letras C e E.

---

4. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Assinale a alternativa correta sobre a desapropriação.

a) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a tresdestinação, que pode levar à retrocessão da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

b) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a destinação, que pode levar à homologação da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

c) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a tresdestinação, que pode levar à homologação da desapropriação, com o retorno do bem ao expropriado.

d) Se o bem desapropriado for usado para interesses particulares dar-se-á a redestinação, que pode levar à realização da desapropriação, com o retorno do bem ao poder público.

Comentários

Quando um bem imóvel é expropriado para ser utilizado para determinado fim e este não é cumprido pelo Poder Público, tem-se a ocorrência de desvio de finalidade sob a denominação de tredestinação.

> *O desvio de finalidade ocorre, na desapropriação, quando o bem expropriado para um fim é empregado noutro sem utilidade pública ou interesse social. Daí o chamar-se, vulgarmente, a essa mudança de destinação, tredestinação (o correto seria tresdestinação, no sentido de desvio de destinação), para indicar o mau emprego do bem expropriado. Mas deve-se entender que a finalidade pública é sempre genérica e, por isso, o bem desapropriado para um fim público pode ser usado em outro fim público sem que ocorra desvio de finalidade*

> *Por outro lado, se o Poder Público ou seus delegados não derem ao bem expropriação ou sua destinação legal, ficará o ato expropriatório sujeito a anulação e a retrocessão, como veremos a seguir. (grifos não constantes do original)*

Caso tenha ocorrido o desvio de finalidade, o particular poderá reaver o bem mediante ação de retrocessão.

Com isso, o gabarito é letra A.

Gabarito: Letra A.

---

5. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

b) São formas de promoção e de proteção do patrimônio cultural brasileiro o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento e a desapropriação, sem prejuízo de outras formas de acautelamento e preservação.

c) O tombamento, a desapropriação, a ocupação temporária e a limitação administrativa são formas de intervenção do Estado na propriedade privada, que se perfazem mediante prévia e justa indenização ao proprietário.

d) A servidão administrativa é ônus real de uso, imposto pela Administração Pública à propriedade privada, para assegurar a realização de obra ou serviço de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário.

Comentários

a) correto. Nos termos do art. 216 da CF/1988, *in verbis*:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
>
> *I - as formas de expressão;*
>
> *II - os modos de criar, fazer e viver;*
>
> *III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
>
> *IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
>
> *V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (grifos não constantes do original)*

b) correto. Nos termos do §1º do art. 216 da CF/88, *in verbis*:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
>
> ***§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Nem todos os institutos de intervenção do estado na propriedade privada se sujeitam ao pagamento de indenização prévia, sendo apenas a ocupação temporária e desapropriação passíveis de indenização prévia, em regra. Em casos especiais, as indenizações são devidas no tombamento e limitação administração, mas *a posteriori.*

d)correto. **Nos termos dos ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, (p.755, 2016),**

> *Servidão administrativa ou pública é ônus real de uso imposto pela Administração à propriedade particular para assegurar a realização*
>
> *e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública,*
>
> *mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário.*

Gabarito: Letra C.

---

6. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETA

a) O inventário e o tombamento são instrumentos que auxiliam a preservação do patrimônio cultural, sendo que quando há o tombamento definitivo do bem, o proprietário fica impedido de locá-lo.

b) O proprietário de coisa tombada, que não possuir recursos para proceder às obras de conservação e reparação necessárias ao bem, mandará executar tais medidas, de imediato, com posterior direito de regresso contra o poder público.

c) O tombamento de coisa pertencente à pessoa física ou jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente, somente podendo ser cancelado em caso de perecimento do bem protegido.

d) Não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, salvo se houver autorização do órgão competente.

Comentários

a) incorreto. O bem tombado não fica impedido de ser locado ou alienado, nos termos do §1º, art. 13, do Decreto-Lei 25/1937, *in verbis:*

> *Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade partcular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.*
>
> *§ 1º* ***No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata*** *êste artigo,* ***deverá o adquirente,*** *dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sôbre o respectivo valor, fazê-la constar do registro,* ***ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. O proprietário levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade de tais gastos.

> *Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer,* ***levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.***
>
> ***§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa. (grifos não constantes do original)***

c) incorreto. Existem outras possibilidades de cancelamento do tombamento, nos termos do art. 19, § 1º e 2º, do Decreto-Lei 25/1937, *in verbis:*

> *Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.*
>
> ***§ 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.***
>
> ***§ 2º À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.****(Vide Lei nº 6.292, de 1975)* ***(grifos não constantes do original)***

d)correto. Nos termos do art. 18 do Decreto-Lei 25/1937, *in verbis:*

> *Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.*

Gabarito: Letra D.

---

7. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta quanto ao instituto da desapropriação.

a) Na fase administrativa, com o decreto expropriatório, o poder expropriante pode adentrar no imóvel objeto da desapropriação, por meio de imissão provisória na sua posse, a fim de fazer avaliações e verificações.

b) A desapropriação urbanística sancionatória de imóveis urbanos não utilizados ou mal utilizados é de competência exclusiva dos Municípios, que se dá mediante Lei.

c) Específica para área incluída no plano diretor.

d) Na desapropriação por interesse social, o poder expropriante tem prazo de dois anos para efetivá-la, a partir da publicação da declaração expropriatória.

e) Depende de prévia autorização legislativa a desapropriação de bem público estadual pela união.

Comentários

a) incorreto. Apenas na fase executiva é que o poder expropriante pode requerer a imissão provisória da posse do bem imóvel. Na fase declaratória, o objetivo é expressar uma vontade administrativa de transferir um bem para o patrimônio público, pelo qual se materializa com o decreto de utilidade pública ou de interesse social. A fase executória é o momento no qual ocorrem os procedimentos para a efetivação da transferência do bem.

b) correto. Nos termos do art. 182, §4º, III, da CF 88, *in verbis:*

> *Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:***
>
> *(...)*
>
> *III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.* ***(grifos não constantes do original)***

c)correto. Nos termos do art. 182, §4º da CF 88, *in verbis:*

> *Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: (grifos não constantes do original)***

d)correto. **Nos termos do art. 3º da Lei 4.132/1962, *in verbis*:** "O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado".

e) correto. Todos os casos de desapropriação entre entes políticos necessitam de autorização legislativa.

> *Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

8. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que o Estado do Amazonas pretenda construir um anel viário interligando diversas rodovias. A obra em questão importa intervenção em terrenos de particulares e, também, em uma área de propriedade de Município, que se encontra ocupada irregularmente. Diante de tal cenário, afigura-se juridicamente viável a

a) desapropriação dos imóveis particulares e também daquele pertencente ao Município, este último dependendo de autorização legislativa, ambos condicionados à prévia indenização.

b) desapropriação dos imóveis privados apenas, eis que o de propriedade do Município é protegido pelo regime público ainda que não afetado a finalidade específica.

c) requisição das áreas, tanto públicas como privadas, e a subsequente desapropriação, com pagamento de indenização apenas ao final do processo.

d) imediata desocupação e imissão na posse da área municipal, independente de indenização, e a desapropriação das áreas privadas, mediante edição de decreto de utilidade pública.

e) doação, independente de autorização legislativa, do imóvel municipal ao Estado, e a desapropriação dos imóveis particulares, vedada a imissão na posse antes da concordância destes com o valor da indenização fixada judicialmente.

Comentários

a) correto. Tanto os bens particulares quanto os bens públicos podem ser desapropriados. Para os bens públicos, é necessária autorização legislativa. Em ambos, a indenização é devida.

b) incorreto. Os bens públicos de propriedade do município também poderão ser desapropriados pelo Estado, por este ter hierarquia superior. Além disso, segundo a posição majoritária da doutrina, os bens públicos que estejam afetados ou não a uma finalidade pública poderão ser desapropriados.

c)incorreto. O caso se enquadra como sendo de desapropriação e o pagamento da indenização tem que ocorrer em momento anterior ao da efetivação da transferência.

d)incorreto. A imissão provisória da posse do bem só pode ser atendida mediante depósito de quantia arbitrada, nos termos do art. 15 do Decreto- Lei nº 3.365/1941: "Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens;"

Além disso, a decretação de utilidade pública não efetiva a desapropriação, pois é apenas a primeira fase do procedimento, ou seja, fase declaratória. A efetivação da transferência do bem, fato que materializa a desapropriação, ocorre ao final da fase executória após o pagamento da indenização.

e) incorreto. Todos os casos de desapropriação entre entes políticos necessitam de autorização legislativa.

> *Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*
>
> *(...)*

> ***§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa. (grifos não constantes do original)***

Por fim, a imissão provisória da posse do bem só pode ser atendida mediante depósito de quantia arbitrada, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365/1941: "Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens;"

Gabarito: Letra A.

---

9. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta a respeito da intervenção do Estado na propriedade privada.

a) A servidão administrativa consiste em direito real público, por meio do qual o dono do prédio dominante se obriga a tolerar o uso de seu imóvel pelo dono do prédio serviente.

b) De acordo com a Constituição Federal, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá se valer da requisição administrativa a fim de usar de propriedade particular, sendo sempre assegurada ao proprietário retribuição financeira pelo uso do bem.

c) No âmbito do Sistema Único de Saúde, poderão as autoridades competentes dos entes federativos, para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.

d) Tanto na requisição administrativa, quanto na servidão administrativas, mostra-se imprescindível a presença de perigo público iminente.

e) A limitação administrativa caracteriza-se como determinações de caráter individual, por meio das quais o Poder Público impõe a proprietário de bem imóvel obrigações positivas, negativas ou permissivas, para o fim de condicionar o direito de propriedade ao atendimento da função social.

Comentários

a) incorreto. É o dono do prédio serviente que se sujeita a tolerar o uso pelo prédio dominante. Para José dos Santos Carvalho Filho (p.774 e 775, 2012),

> *Servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.* ***Cuida-se de um direito real público, porque é instituído em favor do Estado para atender a fatores de interesse público. Por isso, difere da servidão de direito privado, regulada pelo Código Civil e tendo como partícipes da relação jurídica pessoas da iniciativa privada (arts. 1.378 a 1.389, Código Civil). O núcleo do instituto, porém, é o mesmo. No art. 1.378 do Código vigente, o legislador deixou registrados os dois elementos da servidão:*** *1. a servidão é imposta sobre*

> *um prédio em favor de outro, pertencente a diverso dono; 2. o dono do prédio sujeito à servidão (prédio serviente) se obriga a tolerar seu uso, para certo fim, pelo dono do prédio favorecido (prédio dominante). (grifos não constantes do original)*

b) incorreto. A retribuição financeira, nos casos de requisição, ocorre somente se houver dano comprovado. Para José dos Santos Carvalho Filho (p.783, 2012),

> *A indenização pelo uso dos bens e serviços alcançados pela requisição é condicionada:* ***o proprietário somente fara jus a indenização se a atividade estatal lhe tiver provocado danos.*** *Inexistindo danos, nenhuma indenização será devida. O principio neste caso e o mesmo aplicável às servidões administrativas.*
>
> ***Não obstante, deve ficar claro que a indenização, caso devida, será sempre a posteriori, ou ulterior, como consigna a Constituição.*** *E a regra e explicável pela situação de urgência que gera a requisição, urgência naturalmente incompatível com o processo moroso de apuração previa do quantum indenizatório. (grifos não constantes do original)*

c)correto. A assertiva está em sintonia com a lição de José dos Santos Carvalho Filho (p. 783,2012),

> *O vigente Código Civil, confirmando o instituto na parte em que disciplina a propriedade, deixou expresso que o proprietário pode ser privado da coisa não só em caso de desapropriação, como também "no de requisição, em caso de perigo publico iminente"(art. 1.228, § 3a), o que reforça o caráter social da propriedade. De outro lado, a Lei n2 8.080, de 19.9.1990, que regula os serviços de saúde, contempla a requisição de bens e serviços de pessoas naturais ou jurídicas, para atendimento de "necessidades coletivas, urgentes e transitórias, oriundas de perigo iminente, calamidade publica ou irrupção de epidemias", assegurada justa indenização. (grifos não constantes do original)*

d)incorreto. Não existe a previsão na servidão administrativa da imprescindibilidade da presença de perigo público iminente.

e) incorreto. Na lição de José dos Santos Carvalho Filho (p.792, 2012):" As limitações administrativas. são atos legislativos ou administrativos de caráter geral (todas as demais formas interventivas são atos singulares, com indivíduos determinados);"

Gabarito: Letra C.

---

10. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

a) da União, exclusivamente.

b) dos Estados, exclusivamente.

c) dos Municípios, exclusivamente.

d) da União e dos Estados, concorrentemente.

e) da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Comentários

Nos termos do art. 6º do Decreto Lei 3.365/1941, a competência para declarar a utilidade pública ou interesse social pertence à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, *in verbis*: "A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito."

Gabarito: Letra E.

---

11. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Com o intuito de dar apoio logístico à obra de construção de um hospital municipal, o prefeito de determinada cidade exarou ato declaratório informando a necessidade de utilização, por tempo determinado, de um imóvel particular vizinho à obra, o qual serviria como estacionamento para as máquinas e como local de armazenamento de materiais.

Nessa situação hipotética, a modalidade de intervenção do ente público na propriedade denomina-se

a) ocupação temporária.

b) desapropriação.

c) requisição administrativa.

d) servidão administrativa.

e) limitação administrativa.

Comentários

A questão trata de uma ocupação provisória ou temporária. Para Hely Lopes Meirelles (p. 761, 2016),

> *Ocupação provisória ou temporária é a utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público (CF, art. 52, XXV).*
>
> *O fundamento da ocupação temporária é, normalmente, a necessidade de local para depósito de equipamentos e materiais destinados à realização de obras e serviços públicos nas vizinhanças da propriedade particular.*

Gabarito: Letra A.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A servidão administrativa tem como característica a perpetuidade, pelo que é impossível sua extinção.

b) Para fins de cálculo de indenização, serão consideradas apenas as benfeitorias necessárias, desde que hajam sido autorizadas pelo expropriante.

c) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade é de competência privativa da União, aplica-se à propriedade rural e o pagamento da indenização é feito em títulos da dívida pública.

d) Para a imissão provisória na posse, é indispensável que o poder expropriante alegue urgência, efetue o depósito da quantia fixada em lei e a requeira no prazo de cento e vinte dias a contar da alegação de urgência.

e) A desapropriação indireta, por constituir forma de esbulho, só pode ser obstada por meio de ação possessória, não gerando para a Administração obrigação de indenizar.

Comentários

a) incorreto. Embora a servidão administrativa tenha um caráter de perpetuidade, admite-se a extinção.

Para José dos Santos Carvalho Filho (p.779,2012),

> *A servidão administrativa é, em princípio, permanente. Na doutrina do direito privado, os autores sublinham o princípio da perpetuidade como adequado à caracterização desse ônus real, significando que deve permanecer a utilização do bem alheio enquanto compatível com os objetivos que inspiraram sua instituição. Poderão ocorrer alguns fatos supervenientes, contudo, que acarretam a extinção da servidão. Podemos agrupar esses fatos em três categorias. A primeira é a relativa ao fato que consiste no desaparecimento da coisa gravada.* ***Desaparecendo o bem gravado, desaparece o próprio objeto da servidão, e esta se extingue naturalmente.*** *Extingue-se também se o bem gravado for incorporado ao patrimônio da pessoa em favor da qual foi instituída.* ***Aqui desaparece a relação bilateral que caracteriza o instituto. E, como ninguém pode impor servidão sobre seus próprios bens, o efeito é a extinção do direito real.*** *A última categoria é a da situação administrativa pela qual fica patenteado o desinteresse do Estado em continuar utilizando parte do domínio alheio.* ***Ocorre como que o fenômeno da desafetação, ou seja, cessa o interesse público que havia inspirado a servidão administrativa. A extinção da servidão, no caso, é o efeito natural do desinteresse público superveniente: se não há interesse público no uso de bem de terceiro, desaparece o suporte jurídico para a prossecução do direito real. Em outras palavras: o direito real fica sem objeto.*** *(grifos não constantes do original)*

b) incorreto. Para Hely Lopes Meirelles (2016), compõe o cálculo das indenizações nas desapropriações, salvo a confiscatória, o valor do bem, suas rendas, danos emergentes e lucros cessantes, além dos juros compensatórios e moratórias, despesas judiciais, honorários de advogado e correção monetária.

c) Incorreto. A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade é de competência exclusiva da União, aplica-se a imóvel rural que não esteja cumprindo com sua função social e o pagamento da indenização é feito em títulos da dívida agrária, nos termos do art. 184 da CF/88, in verbis:

> *Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.*

d)correto. Nos termos do §2º, art. 15, do Decreto-Lei 3365/1941, *in verbis:*

> *Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956) (grifos não constantes do original)*

e) incorreto. Caso o poder público tenha se apropriado do bem por meio da desapropriação indireta, a partir daí só caberia ao particular requerer indenização. Só caberiam os interditos proibitórios se a atuação fosse antes da desapropriação indireta. Para Hely Lopes Meirelles (p.729 e 730, 2016),

> *A desapropriação indireta não passa de esbulho da propriedade particular e como tal não encontra apoio em lei. É situação de fato que se vai generalizando em nossos dias, mas que a ela pode opor-se o proprietário até mesmo com os interditos possessórios.* ***Consumado o apossamento dos bens e integrados no domínio público, tomam-se, daí por diante, insuscetíveis de reintegração ou reivindicação, restando ao particular espoliado haver a indenização correspondente, da maneira mais completa possível, inclusive correção monetária, juros moratórios, compensatórios a contar do esbulho e honorários de advogado, por se tratar de ato caracteristicamente ilícito da Administração.*** *(**grifos não constantes do original**)*

Gabarito: Letra D.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Para preservar área de proteção ambiental permanente, uma lei municipal determinou recuo obrigatório de construção em propriedades situadas em localidade de certo município.

Nessa situação hipotética, ocorre restrição ao direito de propriedade denominada

a) servidão administrativa.

b) tombamento.

c) apossamento administrativo.

d) desapropriação por utilidade pública.

e) limitação administrativa.

Comentários

A questão trata sobre a limitação administrativa. **Para Hely Lopes Meirelles (p. 762, 2016),**

> *Limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social.*

> *As limitações administrativas são preceitos de ordem pública. Derivam, comumente, do poder de polícia inerente e indissociável da Administração e se exteriorizam em imposições unilaterais e imperativas, sob a tríplice modalidade positiva (fazer), negativa (não fazer) ou permissiva (deixar fazer). No primeiro caso, o particular fica obrigado a realizar o que a Administração lhe impõe; no segundo, deve abster-se do que lhe é vedado; no terceiro, deve permitir algo em sua propriedade. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

14. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) O prazo de caducidade da declaração de utilidade pública para desapropriação realizada com fundamento em necessidade ou utilidade pública é de dois anos.

b) União, Estados, Município e Distrito Federal podem promover desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

c) As hipóteses legais de desapropriação são taxativas, ou seja, somente é possível desapropriar nas hipóteses previstas em lei.

d) Toda desapropriação deve ser precedida de pagamento de indenização prévia, justa e em dinheiro.

e) As obras de higiene e decoração não podem ser hipóteses de desapropriação por utilidade pública.

Comentários

a) incorreto. O prazo a que se refere a assertiva é de 5 anos, nos termos do caput. do art. 10 do Decreto-Lei 3365/1941, *in verbis:*

> *Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente,* ***dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará****.(Vide Decreto-lei nº 9.282, de 1946)*
>
> *Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.*
>
> *Parágrafo único. Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)****(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Apenas a União pode promover a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, nos termos do art. 184 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (grifos não constantes do original)*

c)correto. Os casos de desapropriação são taxativos, sendo permitidos apenas por lei, nos termos do inciso XXIV, art. 5º, da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
>
> *XXIV - **a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; (grifos não constante do original)***

d)incorreto. Apenas as indenizações de desapropriações de imóveis urbanos ocorrerão de forma prévia e em dinheiro, nos termos do §3º, art. 182, da CF 88, *in verbis:*

> *Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. (grifos não constantes do original)***

Já nos demais tipos de desapropriação ocorrem outras formas de indenização. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (p.846, 2012),

> *A regra geral mencionada comporta algumas exceções. A primeira delas é a desapropriação para fins de reforma agraria (art.184, CF). Nessa modalidade, a indenização e paga através de títulos da divida agrária, com clausula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de ate vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão. Outra situação especial é a desapropriação para fins urbanísticos, prevista no art. 182, § 4a, BB, da CF. Consigna o dispositivo que o pagamento da indenização nesse caso será feito através de títulos da divida publica, de emissão anteriormente aprovada pelo Senado, com prazo de resgate de ate dez anos, em parcelas iguais e sucessivas, sendo assegurados, todavia, o valor real da indenização e os juros legais.*
>
> *Por ultimo, merece ser relembrada a desapropriação confiscatória, prevista no art. 243 da CF, que, como já foi visto, se consuma sem qualquer indenização a ser paga ao proprietário. (grifos não constantes do original)*

e) incorreto. As obras de higiene e decoração podem ser hipóteses de desapropriação por utilidade pública, nos termos do art. 5º, alínea "g", do Decreto-Lei 3365/1941, in verbis*:*

> *Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:*
>
> *g**) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saude, clínicas, estações de clima e fontes medicinais; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

15. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Sobre a proteção de bens de valor histórico e artístico, é CORRETO afirmar:

a) O tombamento de bens móveis impõe, dentre outras, restrição a sua circulação;

b) O tombamento, quando compulsório, dá causa ao direito de indenização do proprietário da coisa tombada;

c) O reparo de bens tombados dependerá apenas de notificação à autoridade competente;

d) O tombamento só dá causa à obrigação de conservação da coisa pelo proprietário quando se dê em caráter definitivo, após sua inscrição em livro próprio;

e) A proibição de destruição, demolição ou mutilação de bens tombados implica restrições ao direito de propriedade, que podem ser afastadas apenas com autorização administrativa específica.

Comentários

a) correto. Somente a curto prazo é autorizada a saída de bens móveis tombados, nos termos do art. 14 do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis:* "A coisa tombada não poderá saír do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional."

b) incorreto. O tombamento compulsório é aquele que se efetiva mesmo contra a vontade do proprietário. Mesmo assim, descabe indenização, salvo comprovação efetiva de prejuízos.

c) incorreto. Depende de autorização e não de notificação, nos termos do art. 17 do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis:*

> *As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem,* ***sem prévia autorização*** *especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.* ***(grifos não constantes do original)***

d) incorreto. A conservação da coisa tombada é obrigatória mesmo em caráter provisório, nos termos do caput do art. 10 e parágrafo único do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis:*

> *Art. 10. O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.*
>
> *Parágrafo único.* ***Para todas os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equiparará ao definitivo. (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. Em nenhum caso poderão ser destruídas, nos termos do caput do art. 17 do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis:*

> *As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem,* ***sem prévia autorização*** *especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

16. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Em desapropriações pelo Poder Público, excluído o caso de confisco, há a necessidade de recomposição integral do patrimônio do expropriado. Quantos dos seguintes itens fazem parte

do cálculo dessa indenização? i) lucros cessantes e danos emergentes; ii) juros compensatórios, em caso aplicável; iii) multa por danos morais; iv) custas e despesas judiciais; v) 50% do valor do bem expropriado.

a) Apenas um dos itens.

b) Apenas dois dos itens.

c) Apenas três dos itens.

d) Apenas quatro dos itens.

e) Todos os cinco itens.

Comentários

Para Hely Lopes Meirelles (2016), compõe o cálculo das indenizações nas desapropriações, salvo a confiscatória, o valor do bem, suas rendas, danos **emergentes** e **lucros cessantes,** além dos **juros compensatórios** e moratórias, **despesas judiciais**, honorários de advogado e correção monetária.

Portanto, itens i, ii e iv estão corretos.

Gabarito: Letra C.

---

17. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Concluído determinado processo de desapropriação, com o pagamento integral do valor e a incorporação do bem ao patrimônio do poder público, este decidiu devolver o bem expropriado ao antigo dono, por não lhe ter sido atribuída a destinação prevista no decreto expropriatório nem qualquer outra destinação pública.

Essa reversão do procedimento expropriatório é denominada

a) tredestinação lícita.

b) desapropriação indireta.

c) desistência da desapropriação.

d) retrocessão.

Comentários

A questão trata da retrocessão. Para Hely Lopes Meirelles (p. 753, 2016),

> *Retrocessão é a obrigação que se impõe ao expropriante de oferecer o bem ao expropriado, mediante a devolução do valor da indenização, quando não lhe der o destino declarado no ato expropriatório. Ou seja, quando ocorre uma tredestinação do bem, e apenas quando ilícita, gera a retrocessão. A doutrina e julgados majoritários sustentam que a retrocessão só* ***cabe quando se dá ao bem outra finalidade que não seja pública, nesta incluída a inexistência de destinação desse bem. Logo, a tredestinação lícita não enseja a retrocessão. (grifos não constantes do original)***

Desta forma, só haverá a possibilidade de nascer o direito da retrocessão nos casos de o bem ser expropriado e não ter destinação com finalidade pública. Se a destinação for outra, porém no interesse público, não nascerá o direito da retrocessão.

Gabarito: Letra D.

---

18. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

O bem de propriedade particular tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá

a) sair do país se houver transferência de domínio.

b) sair do país, por prazo indeterminado, desde que autorizado.

c) ser alienado, cabendo ao adquirente fazê-lo constar do devido registro.

d) ser reparado ou restaurado sem prévia autorização do órgão competente.

Comentários

a) incorreto. Somente a curto prazo e sem transferência de domínio é autorizada a saída de bens móveis tombado, nos termos do art. 14 do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis: "***A coisa tombada não poderá saír do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional."**

b) incorreto. **A duração será de curto prazo e desde que seja para fins de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.**

c)correto. Nos termos do §1º, art. 13, **do Decreto-Lei 25/1937, *in verbis:***

> *Art. 13. O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.*
>
> *§ 1º* ***No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata*** *este artigo,* ***deverá o adquirente,*** *dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor,* ***fazê-la constar do registro,*** *ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.* ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Para serem restauradas, pintadas e reparadas deve ocorrer uma autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos termos do caput do art. 17 do Decreto-Lei 25/1943, *in verbis:*

> *As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem,* ***sem prévia autorização*** *especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador Jurídico

A respeito da desapropriação, assinale a alternativa correta

a) Somente bens imóveis ou bens móveis economicamente avaliáveis podem ser objeto de desapropriação.

b) Bem municipal pode ser desapropriado pela União, desde que haja prévia autorização legislativa.

c) Por se tratar de exercício de poder extroverso, concessionários do poder público não poderão promover desapropriações, mesmo que autorizados por contrato ou lei.

d) Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

e) A imissão provisória na posse, no processo de desapropriação, deve ser precedida do pagamento de integral indenização em dinheiro.

Comentários

a) incorreto. Todos os bens economicamente avaliáveis ou não são objeto de desapropriação, nos termos do art. 2º da Lei 3.365/1941, *in verbis*: "Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios."

b) correto. Nos termos do §2º, art. 2º, da Lei 3.365/1941, *in verbis*:

> *Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Os concessionários de serviços públicos poderão promover desapropriações mediante autorização expressa em lei ou contrato, nos termos do art. 3º da Lei 3.365/1941, *in verbis*: "Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato."

d)incorreto. Nos termos do art. 9º da Lei 3.365/1941, *in verbis*:" Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública."

e) incorreto. Nos termos do art. 15 da Lei 3.365/1941, *in verbis:* "Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;"

Gabarito: Letra B.

20. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

Determinado município, para executar seu planejamento urbanístico, com a valorização de espaços históricos e a otimização de meios de transporte coletivo, desapropriou imóveis que vinham sendo usados de forma incompatível com a previsão do plano diretor.

Nessa situação,

a) os cálculos dos valores das indenizações pelas desapropriações devem ser regulamentados pelo Estatuto da Cidade.

b) promovida a readequação do uso, não poderá haver alienação dos bens desapropriados a outros particulares.

c) o município utilizou um instituto jurídico de política urbana, com repercussão sobre o caráter perpétuo do direito de propriedade.

d) as desapropriações fundamentaram-se exclusivamente no requisito do interesse social.

Comentários

a) incorreto. Podemos citar como instrumentos normativos que fixam a forma de cálculo das indenizações as Leis 3.365/41, Lei 4.132/62 e CF/1988.

b) incorreto. Um bem público pode ter sido adquirido mediante desapropriação. Nada impede que posteriormente esse mesmo bem seja alienado para um outro particular, nos termos do art. 4º, Decreto 4132/1962, a seguir:" Os bens desapropriados serão objeto de venda ou locação, a quem estiver em condições de dar-lhes a destinação social prevista."

c)correto. O município se valeu do Plano Diretor, conforme Estatuto das Cidades, para promover a desapropriação dos bens imóveis citados.

d)incorreto. As desapropriações também podem ter como fundamento a utilidade pública, por exemplo.

Gabarito: Letra C.

---

21. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Segundo o entendimento do STJ, ao contrário do que ocorre em desapropriação para fins de reforma agrária, é irregular, nos casos de desapropriação por utilidade pública, a imissão provisória na posse pelo poder público

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. O entendimento do STJ é no sentido da regularidade de imissão provisória de posse nos casos de desapropriação por utilidade pública, como se ver a seguir em julgado do STJ:

> *AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL INTEGRAL. IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE. LIMINAR. PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. RECURSO PROVIDO. Existe autorização legal para que a imissão provisória na posse de móvel declarado de utilidade pública para desapropriação em caráter de urgência seja feita mediante depósito do valor dado ao imóvel com base em seu valor venal (art. 15, § 1°, 'c", do Decreto n.° 3.365/41). Lado outro, dado o irrefutável interesse público na preservação da fauna e flora regionais, nascentes de rios e córregos, bem como na criação de condições ao desenvolvimento da pesquisa, no uso racional pelo ecoturismo e na inegável solvabilidade do ente público expropriante (IEF - Instituto Estadual de Florestas), tem-se que a imissão provisória negada na ação matriz sequer demandaria a citação da ré, a avaliação prévia do bem expropriado ou o pagamento integral do valor administrativamente apurado para a desapropriação.*

Gabarito: incorreto.

---

22. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de parcelamento do solo, impacto de vizinhança, regularização fundiária de interesse social, desapropriação e tombamento, julgue o item a seguir com base na legislação urbanística.

Em se tratando de desapropriação por utilidade pública em que a imissão prévia na posse tenha se dado por ordem judicial e o ente expropriante tenha depositado em juízo o preço ofertado, é incabível o pagamento de juros compensatórios

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Incorreto. Vejamos o teor das seguintes súmulas do STJ:

> *Súmula 69 – STJ – Na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel.*
>
> *Súmula 164 – STJ – No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência. (grifos não constantes do original)*

Para Hely Lopes Meirelles (p. 744,2016)

> *A MP 2.183-56, de 24.8.2001, dispõe que, no caso de imissão provisória na posse na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de Reforma Agrária, bem como nos casos de ação ordinária de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta,* ***havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor da condenação incidirão juros compensatórios de até 6% ao ano sobre a diferença, a contar da imissão na posse, vedando· ainda o cálculo de juros compostos.*** *Ao mesmo tempo, estabelece que os juros compensatórios destinam-se apenas a reparar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário. Estipula que os juros moratórios, à razão de 6% ao ano, somente serão devidos a partir de 12 de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da CF. O mesmo diploma limitou a fixação dos*

> *honorários advocatícios nos percentuais de 0,5% e 5% da diferença entre o preço ofertado e a condenação, tendo o STF, Pleno, na ADI 2.332-2-DF (rel. Min. Moreira Alves), excluído do texto legal a expressão "não podendo os honorários ultrapassar R$ 150.000,00".Feito o depósito provisório, o expropriado poderá levantar oitenta por cento do seu montante, ainda que discorde do preço ofertado ou arbitrado, atendidas as exigências do art. 34 do Dec.-lei 3.365/41, ou seja, a comprovação da propriedade e da quitação de débitos fiscais incidentes sobre o bem até a data da imissão na posse, assim como a publicação dos editais para conhecimento de terceiros.(**grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

23. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Assinale a opção correta a respeito da desapropriação indireta.

a) Se a administração conferir destinação pública a determinado bem, o particular prejudicado poderá recorrer a ações possessórias, reivindicatórias e indenizatórias.

b) O juízo competente para processar e julgar a desapropriação indireta é o do foro de situação do bem.

c) A afetação do bem particular a um fim público constitui forma de transferência da propriedade.

d) Por observar o devido processo legal, a desapropriação indireta é instituto amplamente praticado e permitido pela legislação brasileira.

Comentários

a) incorreto. Caso o poder público tenha se apropriado do bem por meio da desapropriação indireta, a partir daí só caberia ao particular requerer indenização. Só caberiam os interditos proibitórios se a atuação fosse antes da desapropriação indireta. Para Hely Lopes Meirelles (p.729 e 730, 2016),

> *A desapropriação indireta não passa de esbulho da propriedade particular e como tal não encontra apoio em lei. É situação de fato que se vai generalizando em nossos dias, mas que a ela pode opor-se o proprietário até mesmo com os interditos possessórios.* ***Consumado o apossamento dos bens e integrados no domínio público, tomam-se, daí por diante, insuscetíveis de reintegração ou reivindicação, restando ao particular espoliado haver a indenização correspondente, da maneira mais completa possível, inclusive correção monetária, juros moratórios, compensatórios a contar do esbulho e honorários de advogado, por se tratar de ato caracteristicamente ilícito da Administração.*** *(**grifos não constantes do original)***

b) correto. O foro para processar as desapropriações indiretas é o da situação dos bens. Para Hely Lopes Meirelles (p. 742, 2016),

> *Processo judicial: o processo judicial segue o rito especial estabelecido na lei geral das desapropriações (Dec.-lei 3.365/41), admitindo, supletivamente, a aplicação dos preceitos do Código de Processo Civil.* ***O foro para a ação, inclusive na desapropriação indireta, é o da***

> ***situação do bem expropriado, salvo quando houver interesse da União, que toma competente a Justiça Federal com sede na Capital do Estado correspondente*** *(CF, art. 109, I; Lei 5.010/66, art. 13, I; Dec.-lei 3.365/41, art. 11, e STF, Súmula 218).*

c) incorreto. A afetação de um bem público significa que o bem está sendo utilizado para atender a alguma finalidade pública. Dessa forma, não possui correlação com a aquisição de propriedade.

d)incorreto. A desapropriação indireta não observa o devido processo legal, uma vez que o ente não faz a declaração do bem como de interesse social e não paga as indenizações devidas.

Para Hely Lopes Meirelles (p.729 e 730, 2016),

> ***A desapropriação indireta não passa de esbulho da propriedade particular e como tal não encontra apoio em lei.*** *É situação de fato que se vai generalizando em nossos dias, mas que a ela pode opor-se o proprietário até mesmo com os interditos possessórios. Consumado o apossamento dos bens e integrados no domínio público, tomam-se, daí por diante, insuscetíveis de reintegração ou reivindicação, restando ao particular espoliado haver a indenização correspondente, da maneira mais completa possível, inclusive correção monetária, juros moratórios, compensatórios a contar do esbulho e honorários de advogado, por se tratar de ato caracteristicamente ilícito da Administração. (****grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

24. 2017/FUNDEP GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Diversas são as formas de intervenção do Estado na propriedade, o que revela o poder de império estatal ao qual se sujeitam os particulares.

Desse modo, é CORRETO afirmar que o direito à preempção municipal é:

a) Ocupação temporária.

b) Servidão administrativa.

c) Limitação administrativa.

d) Requisição.

Comentários

A questão trata de um caso de limitação administrativa. Para José dos Santos Carvalho Filho (p. 789,2016),

> *Outra limitação administrativa de natureza urbanística, também contemplada no referido diploma, é o direito de preempção municipal, pelo qual se assegura ao Município preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, quando houver necessidade de implementação de medidas urbanísticas, como a regularização fundiária, os programas habitacionais, a expansão urbana, a proteção ambiental etc.*
>
> *(art. 25). Registre-se que o exercício desse direito depende de lei municipal, calcada no plano diretor, que delimite as áreas em que poderá incidir o direito. Ademais, o prazo de vigência do*

> *direito não pode ser superior a cinco anos, embora possa ser renovado a partir de um ano após o prazo inicial de vigência (art. 25, § 1º, do Estatuto da Cidade). (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra C.

---

25. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Analise as assertivas e, depois, assinale a opção correta:

I- Ocorre o apossamento administrativo de propriedade privada sem regular desapropriação, mas a área foi afetada para destinação apta a ensejar a expropriação. No caso, é quinquenal o prazo prescricional para o proprietário postular indenização, em face da Administração Pública, pela perda da propriedade.

II- No âmbito da desapropriação por interesse social, intentada a ação, o proprietário pode discutir, em seu bojo, o preço ofertado a presença ou não dos pressupostos para a declaração de interesse social, mas não a conveniência e a oportunidade da declaração de interesse social.

III- Não há que se subtrair do Judiciário a apreciação de lesão a direito, de modo que a conveniência e a oportunidade da declaração de interesse social podem ser debatidas no bojo da expropriatória.

a) Apenas a assertiva I é correta.

b) Apenas a assertiva II é correta.

c) Apenas a assertiva III é correta.

d) Todas as assertivas são falsas.

e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

Comentários

I)incorreto. O prazo para requerer a indenização decorrente da desapropriação indireta é de 10 anos, conforme informativo 523 do STJ:

> *A pretensão indenizatória decorrente de desapropriação indireta prescreve em vinte anos na vigência do CC/1916 e em dez anos na vigência do CC/2002, respeitada a regra de transição prevista no art. 2.028 do CC/2002.* ***De início, cumpre ressaltar que a ação de desapropriação indireta possui natureza real e, enquanto não transcorrido o prazo para aquisição da propriedade por usucapião, ante a impossibilidade de reivindicar a coisa, subsiste a pretensão indenizatória em relação ao preço correspondente ao bem objeto do apossamento administrativo. Com base nessa premissa e com fundamento no art. 550 do CC/1916 - dispositivo legal cujo teor prevê prazo de usucapião -, o STJ firmou a orientação de que "a ação de desapropriação indireta prescreve em vinte anos" (Súmula 119/STJ). O CC/2002, entretanto, reduziu o prazo da usucapião extraordinária para quinze anos (art. 1.238, caput) e previu a possibilidade de aplicação do prazo de dez anos nos casos em que o possuidor tenha estabelecido no imóvel sua moradia habitual ou realizado obras ou serviços de caráter produtivo. Assim, considerando que a desapropriação indireta pressupõe a realização de obras pelo poder público ou sua destinação em função da utilidade pública ou do interesse social, com fundamento no atual Código Civil, o prazo prescricional aplicável às desapropriações indiretas passou a ser de dez anos. REsp 1.300.442-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 18/6/2013.*** *(grifos não constantes do original)*

II-Incorreto. Nos termos do art. 9º da Lei complementar Federal nº 76/1993: "A contestação deve ser oferecida no prazo de quinze dias e versar matéria de interesse da defesa, excluída a apreciação quanto ao interesse social declarado."

III-incorreto. Nos termos do art. 9º da Lei complementar Federal nº 76/1993: "A contestação deve ser oferecida no prazo de quinze dias e versar matéria de interesse da defesa, excluída a apreciação quanto ao interesse social declarado."

Dessa forma, não cabe ao judiciário a análise dos motivos de conveniência e oportunidade que levaram o poder público a conceder a declaração de interesse social.

Gabarito: Letra D.

---

26. 2016/INSTITUTO LEGATUS/CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA-PI/Procurador

Sobre Desapropriação, julgue as afirmações a seguir:

I - A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver.

II - A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias.

III - A petição inicial conterá apenas os requisitos previstos no Código de Processo Civil.

IV - O prazo de caducidade do decreto expropriatório nas desapropriações por utilidade pública é de cinco anos, contado da data de sua expedição.

Marque a alternativa correta

a) As afirmações I, II e III estão corretas.

b) Todas as afirmações estão corretas.

c) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.

d) Todas as afirmações estão incorretas.

e) Apenas as afirmações I e IV.

Comentários

I- Correto. O foro para processar as desapropriações é o da situação dos bens, em regra. A exceção ocorre quando a União for autora. Neste caso, o foro se desloca ou para o Distrito Federal ou a capital do Estado em que for domiciliado o réu. Para Hely Lopes Meirelles (p. 742, 2016),

> *Processo judicial: o processo judicial segue o rito especial estabelecido na lei geral das desapropriações (Dec.-lei 3.365/41), admitindo, supletivamente, a aplicação dos preceitos do Código de Processo Civil. O foro para a ação, inclusive na desapropriação indireta, é o da situação do bem expropriado, salvo quando houver interesse da*

União, que toma competente a Justiça Federal com sede na Capital do Estado correspondente (CF, art. 109, I; Lei 5.010/66, art. 13, I; Dec.-lei 3.365/41, art. 11, e STF, Súmula 218). grifos não constantes do original)

II- Incorreto. O prazo é de 120 dias e não 180 dias, nos termos do §2º, art. 15, da Lei 3365/1941, *in verbis:*

> *Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável* ***de 120 (cento e vinte) dias.*** *(Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)* ***(grifos não constantes do original)***

III- incorreto. Nos termos do art. 13 da Lei 3365/1941, *in verbis:*

> *A petição inicial,* ***além dos requisitos previstos no Código de Processo Civil,*** *conterá a oferta do preço e será instruída com um exemplar do contrato, ou do jornal oficial que houver publicado o decreto de desapropriação, ou cópia autenticada dos mesmos, e a planta ou descrição dos bens e suas confrontações.* ***(grifos não constantes do original)***

IV-correto. Nos termos do art. 10, da Lei 3365/1941, *in verbis:* " A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará."

Gabarito: Letra E.

---

27. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Via de regra, as desapropriações, as servidões e as limitações administrativas geram direito a indenização. O tombamento, por sua vez, somente gera esse direito quando esvazia completamente o valor econômico do bem ou enseja gastos desproporcionais para sua manutenção:

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Via de regra, dentre as hipóteses de intervenção do Estado na propriedade privada citadas na questão, o direito a indenização é previsto apenas na desapropriação.

Na Servidão Administrativa, a indenização só é devida caso haja prejuízo pelo Poder Público no uso da propriedade particular.

Na Limitação Administrativa, o direito a indenização pode ocorrer em casos específicos. Para José dos Santos Carvalho Filho (2016),

É mister salientar, por fim, que inexiste causa jurídica para qualquer tipo de indenização a ser paga pelo Poder Público. Não incide, por conseguinte, a responsabilidade civil do Estado geradora do dever indenizatório, a não ser que, a pretexto de impor limitações gerais, o Estado cause prejuízo a determinados proprietários em virtude de conduta administrativa. Aí sim, haverá vício na conduta e ao Estado será imputada a devida responsabilidade, na forma do que dispõe o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. (grifos não constantes do original)

Por fim, no tombamento, em regra, não é cabível indenização, somente sendo possível mediante comprovação efetiva de prejuízos.

Para José dos Santos Carvalho (2016),

Cabe tecer breve comentário sobre o aspecto da indenizabilidade. ***O tombamento, por significar uma restrição administrativa que apenas obriga o proprietário a manter o bem tombado dentro de suas características para a proteção do patrimônio cultural, não gera qualquer dever indenizatório para o Poder Público, e isso porque nenhum prejuízo patrimonial é causado ao dono do bem. Somente se o proprietário comprovar que o ato de tombamento lhe causou prejuízo, o que não é a regra, é que fará jus à indenização.***

Há, contudo, quem entenda que o só fato do tombamento geraria sempre o direito indenizatório. Não abonamos esse entendimento, porquanto nem há amparo constitucional ou legal para tal conclusão, nem há, como regra, prejuízo decorrente do ato, que retrata mera restrição ao uso da propriedade. Além disso, é preciso considerar que, dependendo da singularidade da situação, pode o ato de tombamento gerar vantagens decorrentes da valorização do bem, especialmente bem imóvel, e não prejuízo, para o proprietário. É o caso, por exemplo, de tombamento de edificações em avenida central da cidade, utilizadas por lojas comerciais de diversos ramos; o tombamento, nesse caso, alia-se ao aspecto turístico, ensejando a atração de maior número de consumidores.

De qualquer modo, se houver comprovação efetiva de prejuízo, o proprietário deverá formular seu pedido indenizatório no prazo de cinco anos, pena de sujeitar-se à prescrição de sua pretensão, contando-se o prazo a partir do ato que efetivou o tombamento. (grifos não constantes do original)

Gabarito: Errado.

---

28. 2016/TRF-4ªREGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz Federal

Assinale a alternativa que corretamente completa, pela ordem, a seguinte afirmação:

As ferrovias são assentadas sobre ____ que é margeada por uma ____ cuja natureza jurídica (desta última) é de ____.

a) faixa de domínio – área non aedificandi – limitação administrativa.

b) área non aedificandi – faixa de domínio – servidão administrativa.

c) faixa de domínio – área non aedificandi – servidão administrativa.

d) área non aedificandi – faixa de domínio – limitação administrativa.

e) nenhuma das alternativas anteriores está correta

Comentários

A questão trata sobre o parcelamento do solo urbano, nos termos do art. 4º, III, da Lei 6766/79, *in verbis:*

> *Art. 4º. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:*
>
> *(...)*
>
> *III - ao longo das águas correntes e dormentes* ***e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias,*** *será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;* *(Redação dada pela Lei nº 10.932, de 2004)*

Para José dos Santos Carvalho Filho (p.1151,2012),

> ***Uso de área non aedificandi pertencente a particular:*** *como ha, na hipótese,* ***mera limitação administrativa****, pode o prestador usa-la livremente e, como o uso não afeta o direito do proprietário, não tem este direito a remuneração nem indenização, salvo, neste ultimo caso, se o uso houver comprovadamente causado prejuízo para o proprietário; e o que ocorre em faixas reservadas de estradas e vias publicas, por exemplo;*
>
> *Uso de área privada, além da faixa non aedificandi: aqui o uso é regulado pelo direito privado e depende de autorização do proprietário, devendo a empresa prestadora do serviço negociar eventual remuneração ou firmar com ele pacto de cessão gratuita de uso;*

Dessa forma, pela ordem exigida pela questão o gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

29. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador

Determinado bem é objeto de ato de desapropriação por utilidade pública. Constitui um efeito da declaração de desapropriação o inicio do prazo de caducidade do decreto expropriatório que, nos termos do Decreto-Lei no. 3.365-41, o prazo de conclusão da desapropriação é de:

a) cinco anos.

b) seis anos.

c) sete anos.

d) oito anos.

e) nove anos.

Comentários

A resposta correta é a letra A, nos termos do caput do art. 10, do Decreto-Lei nº 3.365/1941, *in verbis:*

> *Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente,* ***dentro de cinco anos****, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.* *(Vide Decreto-lei nº 9.282, de 1946)*

> *Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.*
>
> *Parágrafo único. Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

30. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador

Em relação à ação de desapropriação, assinale a alternativa correta.

a) A imissão provisória na posse somente poderá ser feita após a citação do réu.

b) A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente.

c) No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, se incluem os direitos de terceiros contra o expropriado.

d) No valor da indenização não serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação.

e) O processo de desapropriação se extingue com o falecimento do réu ou a perda da capacidade civil.

Comentários

a) incorreto. A imissão na posse pode ser feita independentemente de citação, nos termos do §1º, art. 15, do Decreto Lei 3365/1943, *in verbis:*

> *Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*
>
> *§ 1º* ***A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito: (grifos não constantes do original)***

b) correto. Nos termos do §4º do art. 15, do Decreto Lei 3365/1943*, in verbis:*

> *Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;*
>
> ***§ 4º A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente. (grifos não constantes do original)***

c) incorreto. Nos termos do art. 26, do Decreto Lei 3365/1943, *in verbis*:" "No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado."

d) incorreto. Nos termos do §1º, art. 26, do Decreto Lei 3365/1943, *in verbis:*

> *Art. 26 No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação,* ***não*** *se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado.*
>
> ***§ 1º Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante. (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. Nos termos do art. 21 do Decreto Lei 3365/1943, *in verbis:*

> *Art. 21. A instância não se interrompe. No caso de falecimento do réu, ou perda de sua capacidade civil, o juiz, logo que disso tenha conhecimento, nomeará curador à lide, ate que se lhe habilite o interessado.*
>
> *Parágrafo único. Os atos praticados da data do falecimento ou perda da capacidade à investidura do curador à lide poderão ser ratificados ou impugnados por ele, ou pelo representante do espólio, ou do incapaz. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

31. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

A CF, em seu artigo 5.º, XXII, garante o direito de propriedade; no inciso XXIII do mesmo artigo, condiciona o exercício desse direito ao atendimento da função social. Acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a opção correta.

a) A ocupação temporária é direito real, uma vez que só incide sobre a propriedade imóvel.

b) A limitação administrativa enseja ao pagamento de indenização em favor dos proprietários.

c) As modalidades de intervenção supressiva incluem a desapropriação e a ocupação temporária.

d) A requisição é modalidade de intervenção em que o Estado utiliza propriedade particular no caso de perigo público iminente.

e) É exemplo de servidão administrativa a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas em construção ou em reforma, para, por exemplo, a alocação transitória de máquinas de asfalto.

Comentários

a) incorreto. A ocupação temporária também incide sobre os bens móveis, nos termos do art. 80, inciso II, da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:*
>
> *(...)*
>
> *II - ocupação e utilização* ***do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados*** *na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;* ***(grifos não constante dos original)***

b) incorreto. Em regra, a limitação administrativa não gera direito de indenização. Porém, é admitida em casos específicos. Para José dos Santos Carvalho Filho (2016),

> *É mister salientar, por fim, que inexiste causa jurídica para qualquer tipo de indenização a ser paga pelo Poder Público. Não incide, por conseguinte, a responsabilidade civil do Estado geradora do dever indenizatório, a não ser que, a pretexto de impor limitações gerais, o Estado cause prejuízo a determinados proprietários em virtude de conduta administrativa. Aí sim, haverá vício na conduta e ao Estado será imputada a devida responsabilidade, na forma do que dispõe o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. (grifos não constantes do original)*

c) incorreto. A intervenção supressiva é aquela em que a propriedade do particular é retirada por completo. Tem-se o exemplo da desapropriação. Para José dos Santos Carvalho Filho (p. 807, 2012)

> *Essa intervenção, tornamos a frisar, pode ser categorizada em dois grupos: de um lado, a intervenção restritiva, através da qual o Poder Público retira algumas das faculdades relativas ao domínio, embora salvaguarde a propriedade em favor do dono;* ***de outro, a intervenção supressiva, que gera a transferência da propriedade de seu dono para o Estado, acarretando, por conseguinte, a perda da propriedade.***
>
> *Já examinamos as formas de intervenção restritiva.* ***Cabe-nos agora analisar a forma mais drástica de intervenção do Estado, ou seja, aquela que provoca a perda da propriedade. Essa forma é a desapropriação. (grifos não constantes do original)***

d) correto. Nos termos dos ensinamentos de José dos Santos Carvalho Filho (p.781, 2012): Requisição é a modalidade de intervenção estatal através da qual o Estado utiliza bens móveis, imóveis e serviços particulares em situação de perigo público iminente".

e) incorreto. A servidão administrativa tem caráter de perpetuidade, uma vez que será necessária grande quantidade de tempo para o bem ser utilizado pelo poder público em prol da coletividade. Como veremos a seguir na lição de José dos Santos Carvalho Filho (p. 774 e 775, 2012),

> *Servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.*
>
> *(...)*
>
> *São exemplos mais comuns de servidão administrativa a instalação de redes elétricas e a implantação de gasodutos e oleodutos em áreas privadas para a execução de serviços públicos. Costuma-se citar também como tipos de servidão administrativa a colocação em prédios privados de placas com nome de ruas e avenidas e de ganchos para sustentar fios da rede elétrica. Tais hipóteses, porém, só em sentido lato se podem considerar servidão. A noção clássica deste instituto envolve a conhecida servidão de trânsito, ou seja, aquela que provoca a utilização do solo, reduzindo, portanto, a área útil do imóvel do proprietário. Seja como for, em todos esses casos, como bem se pode observar, o Poder Público limita-se ao uso da parte da propriedade necessária à execução dos serviços públicos.*
>
> *(...)*
>
> *A servidão administrativa é, em princípio, permanente. Na doutrina do direito privado, os autores sublinham o princípio da perpetuidade como adequado à caracterização desse ônus real, significando que deve permanecer a utilização do bem alheio enquanto compatível com os objetivos que inspiraram sua instituição. (grifos não constantes do original)*

Por fim, o que torna a assertiva incorreta é o fato de os exemplos citados serem relativos a ocupação temporária. Para José dos Santos Carvalho Filho (p.785, 2012)

> *À luz desses primeiros dados, pode-se dizer que ocupação temporária é a forma de intervenção pela qual o Poder Público usa transitoriamente imóveis privados, como meio de apoio à execução de obras e serviços públicos. Exemplo típico de ocupação temporária é a utilização temporária de terrenos particulares contíguos a estradas (em construção ou em reforma), para a alocação transitória de máquinas de asfalto, equipamentos de serviço,*

pequenas barracas de operários etc. É também caso de ocupação temporária o uso de escolas, clubes e outros estabelecimentos privados por ocasião das eleições; aqui a intervenção visa a propiciar a execução do serviço público eleitoral. (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra D.

---

32. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o instituto da desapropriação.

a) O procedimento da desapropriação compreende duas fases: a declaratória e a executória, abrangendo, esta última, uma fase administrativa e uma judicial.

b) Na fase executória da desapropriação, o poder público declara a utilidade pública ou o interesse social do bem para fins de desapropriação.

c) A declaração expropriatória pode ser feita pelo Poder Executivo, por meio de decreto, não podendo fazê-lo, todavia, o Legislativo, por meio de lei.

d) A declaração de utilidade pública ou interesse social é suficiente para transferir o bem para o patrimônio público, incidindo compulsoriamente sobre o proprietário.

e) A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de dez anos, findos os quais esta caducará.

Comentários

a) correto. A banca considerou essa assertiva como o gabarito da questão, porém esta se mostra equivocada em sua parte final.

De fato, a primeira fase do procedimento da desapropriação é a fase declaratória, momento pelo qual o poder público demonstra interesse em ter para si determinado bem para destinar a alguma finalidade pública.

Já a segunda fase, que é a executória, pode se desdobrar em administrativa ou judicial. Na fase administrativa, há um acordo de vontades entre o proprietário e o poder público expropriante visando efetivar a transferência. Caso os interesses sejam divergentes, é necessário se submeterem a fase judicial. Dessa forma, pode ocorrer de a fase executória se resolver na fase administrativa, da mesma forma que pode se utilizar das duas fases ou já pular para a fase judicial.

O equívoco da alternativa foi considerar que obrigatoriamente a fase executória se dividisse em administrativa e judicial. O que não é absoluto.

b) incorreto. A declaração de utilidade pública ou interesse social é realizada na fase declaratória.

c) incorreto. O legislativo também tem a iniciativa de propor a desapropriação, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, *in verbis: "* O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação."

Entende a doutrina que o instrumento legal seria por meio de Decreto Legislativo. Para José dos Santos Carvalho Filho (p.827, 2012),

> *Alguns autores, sempre que mencionam esse dispositivo, fazem referencia a promulgação de lei para esse tipo de declaração expropriatória. Em nosso entender, no entanto, o ato declaratório deveria ser um daqueles de caráter administrativo praticados pelo Legislativo, como e o caso de decretos legislativos, adequados comumente para produzir efeitos externos. Demais disso, o Legislativo certamente só vai tomar a iniciativa se houver alguma desarmonia entre ele e o Executivo. Ora, se assim parece ser, o projeto de lei contendo a declaração, apresentado pelo Legislativo, será obviamente vetado pelo Executivo. A conclusão e a de que toda lei com essa natureza seria alvo de veto do Executivo. Para evitar mais esse graveto para a fogueira, o mais adequado e que o ato seja exclusivo do Legislativo, e esse e exatamente o caso do decreto legislativo. (grifos não constantes do original)*

d) incorreto. São necessários outros trâmites como os verificados na fase executória do procedimento de desapropriação.

e) incorreto. Para as desapropriações por utilidade pública, segundo o art. 10 do Decreto Lei 3365/1941 o prazo é de 5 anos, conforme a seguir: "A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará."

> *Já para as desapropriações por interesse social, o prazo é de 2 anos, nos termos do art. 3º da Lei 4132/1962, a seguir: "O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado."*

Gabarito: Letra A.

3.6 Licitação (Parte I)

1. **2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal**

Após processo licitatório na modalidade de concorrência, determinada empresa foi contratada para reformar imóvel pertencente à administração pública; por enfrentar, no entanto, graves problemas financeiros, essa empresa deixou de realizar 30% da obra licitada, o que equivale a uma monta de R$ 250.000. Por isso, a administração pública pretende contratar outra empresa para finalizar a obra remanescente.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

1 A situação narrada caracteriza hipótese legal de dispensa de licitação para a contratação de remanescente de obra, caso em que deve ser atendida a ordem de classificação da licitação anterior e devem ser aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

2. Para a conclusão da obra, pode ser realizada nova licitação na modalidade de tomada de preços.

3. O princípio do julgamento objetivo visa afastar o caráter discricionário quando da escolha de propostas em processo licitatório, obrigando os julgadores a se ater aos critérios prefixados pela administração pública, o que reduz e delimita a margem de valoração subjetiva no certame.

Comentários:

As assertivas 1, 2 e 3 estão CERTAS.

A 1 tem fundamento no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993. Ou seja, a licitação pode ser dispensada na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

A 2 também está correta e em linha com o limite de valor para a modalidade tomada de preços previsto no art. 23, inciso I, alínea "b" (R$ 3,3 milhões após o reajuste do Decreto nº 9.412, de 2018).

Perceba que não é obrigado para a Administração Pública dispensar a licitação nos termos do inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993. Ela pode decidir realizar o certame licitatório.

Adicionalmente, veja que o valor da licitação que poderá ser feita para a nova contratação da obra remanescente (de R$ 250 mil) fica na faixa de possível tanto da modalidade convite (até R$ 330 mil) quanto da modalidade tomada de preços (até R$ 3,3 milhões). Mas lembre-se que a modalidade de maior valor pode ser aplicada quando da faixa da modalidade de menor valor (o que não pode é o contrário, aplicar a modalidade de menor valor na faixa da modalidade de maior valor). Logo, pode ser aplicada sim a modalidade tomada de preços neste caso.

Por fim, ainda quanto à assertiva 2, perceba que não se trata de fracionamento licitatório, ainda que sem a intenção de praticar ato ímprobo. O remanescente da obra ocorreu por acontecimento alheio à manifestação da vontade da Administração Pública. A causa foi os graves problemas financeiros da empresa. Ou seja, afastada está a caracterização de algum ato comissivo com o viés de fracionar o procedimento licitatório.

A assertiva 3 está correta porque apresenta a leitura do princípio do julgamento objetivo que pode ser extraído das previsões constantes nos arts. 3º, 44 e 45 da Lei nº 8.666, de 1993.

2. 2018/CESPE/TJ-CE/ Juiz de Direito

A modalidade licitatória restrita aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

a) convite.

b) tomada de preços.

c) concorrência.

d) pregão.

e) registro de preços.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o §2º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, tomada de preços é a *modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação*.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o §3º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, a modalidade convite é *aquela entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas*.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o §1º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, concorrência é *a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto*.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com a Lei nº 10.520, de 2002, pregão é a modalidade para aquisição de bens e serviços comuns que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Incorreta a alternativa "e" porque, conforme o Decreto nº 7.892, de 2013, que definiu o Sistema de Registro de Preços - SRP tratado no art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, esta é conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

3. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

No regime de execução indireta por empreitada por preço global, o poder público contrata terceiros para a execução de obra por preço certo e total.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Resposta: "certo". A Lei nº 8.666, de 1993, que regulamentou o art. 37, inciso XXI, da Constituição de 1988, trata de normas gerais acerca de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em seu art. 6º, a aludida lei trata das definições acerca do tema licitações e contratos. O inciso VII define *execução direta como aquela que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, por seus próprios meios*. O inciso VIII trata das *execuções indiretas que são aquelas em que o órgão ou entidade contrata com terceiros sob qualquer dos seguintes regimes: a) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total; b) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas; c) (vetado); d) tarefa - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais; e) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada*.

4. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

No tocante a licitações e a contratos no âmbito da administração pública, julgue o item a seguir.

O STJ entende que a contratação direta, quando não for caracterizada situação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, gera dano ao erário na modalidade in reipsa, pois o poder público perde a oportunidade de contratar a melhor proposta.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". O STJ considera que a contratação direta, sem a necessária realização do procedimento licitatório, seja por dispensa de licitação (art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993), seja por inexigibilidade (art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993), é causa de improbidade administrativa *in reipsa*, isto é, decorre da própria coisa, do próprio ato. Ou, em outras palavras, é presumido o dano ao erário. O STJ, inclusive, divulgou na edição nº 97 de suas Jurisprudências em Tese (Temas de Direito Administrativo, subtema Licitações) que: "A contratação direta, quando não caracterizada situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, gera lesão ao erário (dano *in reipsa*), na medida em que o Poder Público perde a oportunidade de contratar melhor proposta."

---

5. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Haverá fraude, em prejuízo da Fazenda Pública, caso o procedimento licitatório instaurado para venda ou aquisição de mercadorias ou bens, ou contrato que dele decorra, se verifique diante da seguinte conduta:

a) mantendo a substância, a qualidade ou a quantidade da mercadoria fornecida.

b) tornando, por qualquer modo, menos onerosa a proposta ou a execução do contrato.

c) aumentando os preços ou valores.

d) vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 96 da Lei nº 8.666, de 1993, é punido com pena de detenção de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa o ato de fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente: I - elevando arbitrariamente os preços; II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada; III - entregando uma mercadoria por outra; IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida; V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

---

6. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA-BA/Procurador

Analise os itens I a V para em seguida assinalar a alternativa correta considerando os princípios aplicáveis à licitação.

I. Impessoalidade.

II. Legalidade.

III. Publicidade.

IV. Formalismo moderado.

V. Competitividade.

Assinale a alternativa correta.

a) O item I não identifica princípio aplicável ao processo licitatório.

b) O item V identifica princípio aplicável à concorrência pública que decorre da ideia que apenas pessoas jurídicas podem participar de licitações realizadas pela Administração Pública.

c) O princípio mencionado no item IV serve para equilibrar com a equidade a aplicação dos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

d) Pelo princípio mencionado no item III, os atos e decisões do processo licitatório devem ser publicados, exclusivamente, em sítio eletrônico.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Além disso conforme posição do TCU (Acórdão 357/2016, 119/2016 e 2468/2017), "*no curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados"*. Na mesma linha, afirma ainda o TCU que "*não se trata, em absoluto, de conferir importância menor ao princípio da legalidade, em relação a outros princípios constitucionais. Trata-se tão somente de reconhecer que, diante do caso concreto, na busca da melhor solução para a situação concreta, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público em toda a sua plenitude, o princípio da legalidade estrita acaba perdendo força frente a outros princípios*".

Incorreta a alternativa "a" porque o princípio da impessoalidade é sim aplicável à licitação.

Incorreta a alternativa "b" porque a competitividade não se aplica apenas à modalidade concorrência e porque pessoa física também pode, respeitadas as condições do instrumento convocatório e os requisitos legais, participar da licitação.

Incorreta a alternativa "d" porque, em que pese a publicação de atos e decisões em sítio eletrônico ser ação que privilegia a transparência, a publicidade e o controle social, o cumprimento do princípio da publicidade exige, ao menos quanto aos atos e decisões a que a lei assim requisite, publicação na

imprensa oficial do órgão ou ente da Federação. Lembre-se que imprensa oficial é o veículo oficial de divulgação da Administração Pública, sendo para a União o Diário Oficial da União, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que for definido nas respectivas leis.

---

7. 2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale alternativa INCORRETA.

a) As obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação, serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

b) Na licitação, a exigência de manutenção das condições efetivas da proposta guarda relação com a necessidade de respeito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

d) Nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, são nulos, e de nenhuns efeitos, os contratos verbais com a Administração Pública, salvo os pactuados com fornecedores internacionais para a aquisição de víveres em tempo de guerra ou de comoção intestina.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666, de 1993, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% do limite estabelecido para modalidade convite, em relação a compras e serviços gerais (exceto de engenharia), feitas em regime de adiantamento.

Correta a alternativa "a" que apresenta o teor do inciso XXI do art. 37 da CRFB.

Correta a alternativa "b", já que um dos pilares do procedimento licitatório e da contratação dele decorrente é o equilíbrio econômico-financeiro que, por sua vez, decorre da manutenção firme do vencedor da licitação quanto às condições efetivas de sua proposta.

Correta a alternativa "c" que apresenta a literalidade da definição constante no §único do art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

---

8. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador - ADAPTADA

Autarquia, pretendendo contratar serviços gráficos para elaboração de folders e divulgação de informações ao público, realizou pesquisa de preços e estimou o valor total da contratação em R$ 12.000,00 (doze mil reais). Em dúvida quanto ao procedimento que deveria adotar para concretização da contratação, consultou a área jurídica que, corretamente, orientou a

a) declarar dispensada a licitação, em razão do valor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93 e formalizar a contratação por meio de nota de empenho de despesa.

b) declarar inexigível a licitação em razão do objeto, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei federal n° 8.666/93 e firmar instrumento de contrato, indispensável nos termos da lei.

c) realizar licitação, na modalidade pregão presencial em razão da indispensabilidade de apresentação de amostras, do tipo melhor técnica e preço, nos termos da Lei federal n° 10.520/2002.

d) realizar chamamento público com vistas a selecionar organização da sociedade civil cuja proposta torne mais eficaz a execução do projeto, observadas as disposições da Lei federal n° 13.019/2014.

e) realizar licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em razão do valor total estimado da contratação, se preenchidos os demais requisitos da Lei Complementar federal n° 123/2006, podendo ser adotada a modalidade pregão eletrônico. Parte inferior do formulário

Comentários

Resposta: alternativa “a”. Atenção: essa questão foi aplicada antes da atualização dos valores limites do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, pelo Decreto nº 9.412, de 2018, mas a estou respondendo já levando em consideração o valor atualizado.

Correta a alternativa “a” porque, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *é dispensável a licitação para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez*. Após o Decreto nº 9.412, de 2018, esse valor é de R$ 17.600,00 (superior aos R$ 12.000,00 do enunciado).

Incorreta a alternativa “b” porque o art. 25, inciso II, da Lei Geral de Licitações e Contratos veda a inexigibilidade para serviços de publicidade e de divulgação.

Incorreta a alternativa “c” porque o critério de julgamento da modalidade pregão é sempre menor preço.

Incorreta a alternativa “d” porque, de acordo com o art. 2º, inciso XII, da Lei nº 13.019, de 2014, *chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para*

firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Incorreta a alternativa "e" porque, em função da atualização do valor limite para dispensa de licitação, o valor do enunciado de R$ 12 mil está na faixa de contratação direta, não havendo necessidade de realizar licitação. Antes da atualização realizada pelo Decreto nº 9.412, de 2018, essa alternativa era a opção correta (*art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00).*

---

9. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Após a celebração do contrato administrativo e o início de sua execução, a autoridade administrativa, provocada por um cidadão, verifica a existência de ilegalidade no procedimento licitatório, pois não houve republicação do edital após a realização de alteração em seus termos, que afetou de maneira inquestionável a formulação das propostas.

Nesse caso,

a) a autoridade administrativa competente deverá revogar a licitação em razão do interesse público decorrente de fato devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

b) a declaração de nulidade do procedimento licitatório não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.

c) deverá ser declarada a caducidade da licitação, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

d) a nulidade do procedimento licitatório não induz à nulidade do contrato, em razão do princípio da autonomia contratual e não gera obrigação de indenizar para a Administração Pública.

e) a celebração do contrato convalidou tacitamente o procedimento licitatório, cabendo à autoridade administrativa declarar essa convalidação.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o §1º do art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993, a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no §único do art. 59 da própria Lei Geral de Licitações e Contratos. Já o aludido §único do art. 59 fixa que *a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que*

este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Incorreta a alternativa "a" porque o "caput" do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos prevê que *a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado*.

Incorreta a alternativa "c" porque a caducidade poderá ocorrer pela inexecução total ou parcial do contrato de concessão, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987, de 1995.

Incorretas as alternativas "d" e "e" porque, nos termos do §2º do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, exceto quanto ao disposto no já aludido §único do art. 59.

---

10. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um determinado ente da federação, na execução de sua política para o agronegócio, pretende contratar pessoa jurídica que exerce atividade de pesquisa, de reconhecida capacidade tecnológica no setor, com vistas ao desenvolvimento de produto hábil a controlar de forma imediata, eficiente e sustentável (não poluente), pragas que estão atacando as plantações de uma determinada espécie frutífera típica daquela localidade. O valor estimado da contratação é de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais). Considerando que os padrões de desempenho e qualidade da contratação envolvem especificações não usuais no mercado, bem como que a pesquisa de preços realizada não localizou a existência de solução similar, essa contratação

a) poderá se dar de forma direta somente se a pessoa jurídica contratada for fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta e indireta, nos termos da lei.

b) poderá se dar de forma direta, mediante dispensa de licitação, desde que o objeto da contratação, segundo critérios técnicos constantes do processo administrativo correlato, caracterize produto para pesquisa e desenvolvimento, nos termos da lei.

c) deverá ser precedida de audiência pública e subsequente licitação, na modalidade concorrência, nos termos da lei.

d) deverá ser precedida de licitação, na modalidade pregão.

e) deverá ser precedida de concurso para seleção do melhor projeto.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 24, inciso XXI, da Lei Geral de Licitações e Contratos, *é dispensável a licitação para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) do valor a alínea b do inciso I do caput do art. 23*. Como não se trata de serviços de engenharia, não se aplica a limitação de 20% do valor para tomada de preços em relação a obras e serviços de engenharia (alínea "b" do inciso I do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos que, após o Decreto nº 9.412, de 2018, é de até R$ 3,3 milhões – logo, para serviços de engenharia o limite dessa dispensa é atualmente de até R$ 660 mil).

---

11. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Com relação à licitação e aos contratos administrativos, considere V (verdadeiras) ou F (falsas) as seguintes assertivas, assinalando a alternativa correta.

I. Na licitação que tenha como critério aos da melhor técnica, sagrar-se-á vencedora a proposta que resultar da negociação que culmine com a escolha da que alcance o índice técnico mais elevado que as outras, aceitando reduzir a cotação que havia feito para o valor da menor proposta entre as classificadas.

II. O Supremo Tribunal Federal conferiu interpretação conforme à Constituição Federal no que tange às regras que dispensam licitação em celebração de contrato de gestão firmado entre o Poder Público e as Organizações Sociais para prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, ressalvando a necessidade de controle da aplicação das verbas públicas pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas.

III. A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento do projeto básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

IV. O ato de homologação do certame licitatório supõe prévia e detalhada análise de todo o procedimento no que concerne à sua regularidade, a fim de confirmar a validade de todos os atos praticados no curso da licitação, sendo que, constatada a existência de vício em algum dos atos praticados no procedimento licitatório, cabe à autoridade superior, no momento da homologação, a sua convalidação, caso o vício seja sanável, ou anulação.

V. As cláusulas exorbitantes são lícitas num contrato administrativo, e a sua presença imprime o que os franceses denominam "la marque Du Droit Public", erigindo como uma de suas facetas a restrição ao uso da "exceptio non adimplenti contractus" e ainda a possibilidade de rescisão unilateral, sendo que, segundo o STJ, tais cláusulas podem ser mitigadas em favor do particular em se tratando de relação consumerista.

a) F – F – F – V – V.

b) F – V – V – V – F.

c) F – V – F – F – V.

d) V – F – V – F – F.

e) V – V – V – V – F.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

A assertiva I é verdadeira porque, de acordo com o inciso II, do §1º, do art. 46 da Lei Geral de Licitações e Contratos: *uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima*.

A assertiva II é verdadeira porque, conforme julgamento da ADI 1923, o STF conferiu interpretação conforme à Constituição para o presente dispositivo de dispensa de licitação (Lei nº 8.666, de 1993, art. 24, XXIV) para que sejam conduzidas de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União, da aplicação de verbas públicas.

A assertiva III é verdadeira porque apresenta a literalidade do §1º do art. 9º da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

A assertiva IV está correta e apresenta um conceito de homologação que está em linha com o art. 43, inciso VI, e art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

A assertiva V está incorreta em sua parte final porque, conforme informativo 208 do STJ, fixou-se o entendimento de que a natureza do vínculo jurídico entre os contratantes em contrato administrativo é de Direito Administrativo, sujeitando-se a esse regime jurídico, e não de Direito do Consumidor. Assim, não há mitigação das cláusulas exorbitantes, da restrição à exceção do contrato não cumprido nem da possibilidade de rescisão unilateral.

---

12. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado - ADAPTADA

Um estado da Federação, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público de saúde, resolveu construir novos hospitais, de modo a aumentar a infraestrutura física da rede estadual do SUS.

Nessa situação hipotética, as empresas responsáveis pelas obras poderão ser selecionadas, independentemente do valor, por meio de

a) licitação na modalidade convite.

b) dispensa de licitação, desde que haja grave risco à saúde pública.

c) licitação na modalidade pregão.

d) licitação na modalidade tomada de preços.

e) licitação na modalidade concorrência ou no regime diferenciado de contratação.

Comentários

Resposta: alternativa "e". Conforme §§ 3º e 4º do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis (exceto dação em pagamento ou procedimento judicial), concessões de direito real de uso e licitações internacionais. Além disso, nos termos do inciso V do art. 1º da Lei nº 12.462, de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações - RDC), o RDC é aplicável às licitações e contratos necessários à realização das obras e serviços de engenharia no âmbito do SUS.

---

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Municipal

Agência executiva que pretende adquirir equipamentos portáteis de informática realizou pesquisa de preços em que apurou o valor total estimado da contratação em R$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais). Essa hipotética contratação

a) não se sujeita às disposições da Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), por se tratar a contratante de ente integrante da Administração Pública indireta.

b) deve, obrigatoriamente, ser precedida de licitação na modalidade tomada de preços.

c) poderá se dar de forma direta, mediante declaração de inexigibilidade de licitação em razão da especialidade técnica da contratante, observadas as demais exigências legais.

d) poderá se dar de forma direta, mediante declaração de dispensa de licitação em razão do valor, observadas as demais exigências legais.

e) poderá se dar de forma direta, sujeitando-se a contratante às regras de mercado, desde que observadas as normas veiculadas no seu estatuto e justificado o interesse público secundário na aquisição.

Comentários

Resposta: alternativa "d". Atenção: em que pese essa questão ser anterior ao Decreto nº 9.412, de 2018, que atualizou os valores limites para as modalidades de licitação, esse fato não altera o gabarito.

Correta a alternativa "d" porque, ainda que não tivesse sido atualizado o valor da dispensa de licitação, o §1º do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que os percentuais de dispensa de licitação previstos no inciso I e II do artigo 24 são aumentados de 10% para 20% para, entre outros, as Agências Executivas. Assim, o limite de dispensa para compras e serviços em geral (exceto obras e serviços de engenharia), antes da atualização, seria de R$ 16 mil (20%) e não R$ 8 mil (10%). Logo, R$ 15.500,00 do enunciado estava dentro do limite de dispensa. Após o Decreto nº 9.412, de 2018, o limite de dispensa para compras e serviços em geral (exceto obras e serviços de engenharia) de 10% corresponde a R$ 17.600,00 e 20% a R$ 35.200,00. Num caso ou noutro, dentro dos limites para dispensa do inciso II do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

---

14. 2018/FCC/DPE-AP /Defensor Público

Considere que o Estado pretenda alienar alguns imóveis de sua propriedade que, de acordo com levantamento feito pelo órgão responsável pelo controle do patrimônio público, excedem as necessidades da Administração, tendo em vista recente redução de Secretarias de Estado e a possibilidade de acomodação de diferentes repartições em um mesmo conjunto de prédios. Ocorre que, instaurados os procedimentos licitatórios para a alienação, todos na modalidade concorrência, alguns dos imóveis não foram passíveis de venda por não terem acorrido interessados no certame correspondente. De acordo com os ditames da Lei nº 8.666/1993, o Estado

a) poderá efetuar a venda direta de tais imóveis, se comprovar que a instauração de novo certame causará prejuízos à Administração, desde que mantidos o preço e demais condições estabelecidos na licitação frustrada.

b) está obrigado a instaurar novo procedimento licitatório, podendo, contudo, adotar a modalidade leilão, independentemente da forma de aquisição do bem, mantido o mesmo preço estabelecido na concorrência.

c) poderá aplicar desconto progressivo para a alienação dos imóveis nas licitações subsequentes, dispensando-se, neste caso, a observância do preço mínimo fixado em avaliação.

d) poderá efetuar a venda direta dos imóveis, desde que a interessados previamente cadastrados, que já tenham adquirido ao menos um imóvel da Administração em licitação anterior.

e) somente poderá alienar tais imóveis mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência, independentemente da forma de aquisição dos mesmos, devendo instaurar tantos procedimentos quantos necessários para a efetivação da venda.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso V do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *é dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré estabelecidas.* Esse caso é denominado de licitação deserta. Não confunda licitação deserta com licitação fracassada (art. 48, §3º da Lei Geral de Licitações e Contratos: *quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis*).

---

15. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador - ADAPTADA

A Câmara de Belo Horizonte decidiu instaurar processo de licitação para a contratação de empresa especializada, para construção de uma nova sede na cidade de Belo Horizonte. O projeto foi estimado em R$3.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) e compreende o serviço de obra e engenharia de todo o complexo da nova Câmara. A respeito da modalidade de licitação que deverá ser utilizada na hipótese anterior, assinale a alternativa correta.

a) Poderá ser adotada a modalidade de dispensa de licitação, tendo em vista o valor e o objeto da licitação pretendida.

b) Deverá ser utilizada a concorrência, modalidade também cabível para compra ou alienação de imóveis, independentemente do valor estimado.

c) A modalidade a ser utilizada, a concorrência, não é aplicável para concessões de direitos reais de uso, vez que, a estas, se aplica apenas a modalidade de tomada de preços.

d) Deverá ser utilizada a modalidade de tomada de preços, na qual, aberta etapa competitiva, os licitantes procederão com os lances verbais sucessivos, até a proclamação do vencedor.

Comentários

Resposta: alternativa "b". Conforme §§ 3º e 4º do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis (exceto dação em pagamento ou procedimento judicial), concessões de direito real de uso e licitações internacionais. Além disso, após o Decreto nº 9.412, de 2018, que atualizou os valores do art. 23 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a modalidade de licitação para obras e serviços de engenharia acima de R$ 3.300.000,00 é a concorrência (não podendo ser nem a tomada de preço – máximo R$ 3,3 milhões – nem o convite – máximo de R$ 330

mil). Cabe ainda dizer que esse valor excede o limite de dispensa de licitação de que trata o inciso I do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

---

16. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Comete crime da Lei de Licitações aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I. Elevando arbitrariamente os preços.

II. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.

III. Entregando uma mercadoria por outra.

IV. Tornando, por qualquer modo, justamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

NÃO complementa(m) corretamente o enunciado o(s) item(ns)

a) IV.

b) I e II.

c) II e III.*I, III e IV.*

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o art. 96 da Lei Geral de Licitações e Contratos, tem-se que: *Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:I - elevando arbitrariamente os preços; II - vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada; III - entregando uma mercadoria por outra;IV - alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;V - tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato:Pena - detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa*.

---

17. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador

Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das hipóteses de dispensa de licitação, nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93:

a) Contratação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

b) Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

c) Contratação de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.

d) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.

Comentários

Resposta: alternativa "a". A descrição da alternativa "a" apresenta caso de inexigibilidade de licitação prevista no inciso I do art. 225 da Lei Geral de Licitações e Contratos (*É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes*). As demais alternativas possuem fundamento nos seguintes casos de dispensa do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos: "b" (inciso XXVII); "c" (inciso XXX); "d" (inciso XXXIII).

---

18. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador

A licitação, nos termos da Lei nº 8.666/93, será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

I - Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação.

II - Devolução dos envelopes abertos aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

III - Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, independente de ter transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

IV - Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda

com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993, *a licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos: I - abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, e sua apreciação; II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação; III - abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos; IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; VI - deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação*. Portanto, incorretas as assertivas II e III e corretas as demais.

---

19. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

a) No processo de licitação, a classificação é ato administrativo vinculado mediante o qual a comissão acolhe as propostas apresentadas nos termos e nas condições do edital e, se for constatada fraude nessa etapa, os membros da comissão respondem solidariamente, independentemente de posições individuais divergentes registradas em ata.

b) Situação hipotética: Uma autarquia federal vinculada à área de educação pretende contratar pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de educação. Assertiva: Nessa situação, a qualificação da futura contratada como organização

social para as atividades de ensino contempladas no contrato de gestão possibilita a contratação com dispensa de licitação.

c) Situação hipotética: Uma autarquia federal publicou edital para a contratação, pelo regime diferenciado de contratação (RDC), de empresa fornecedora de canetas da marca X. No entanto, um fornecedor de canetas similares, mas de outra marca, solicitou que o instrumento convocatório fosse impugnado. Assertiva: Nessa situação, a impugnação é indevida, já que a indicação da marca é legal, por se tratar de RDC.

d) Situação hipotética: Lei estadual fixou normas para regular os procedimentos licitatórios em seu âmbito de atuação. Adotou os parâmetros gerais da Lei de Licitações e, de forma específica, estabeleceu que, para a aquisição de bens ou serviços, a empresa licitante deva ter fábrica no respectivo estado da Federação. Assertiva: Conforme entendimento do STF, tem caráter constitucional a referida exigência, devido às singularidades existentes no estado e ao interesse de fomentar o desenvolvimento industrial local.

e) Na hipótese de uma empresa pública pretender vender imóvel desafetado a entidade pertencente ao terceiro setor, configura-se dispensa de licitação, considerando-se o interesse público presente na alienação e as características do imóvel.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b" porque encontra fundamento na dispensa de licitação prevista no inciso XXIV do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos: *para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão*.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o §3º do art. 51 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão*.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o inciso I do art. 7º da Lei nº 12.462, de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratação – RDC, *no caso de licitação para aquisição de bens, a administração pública poderá: I - indicar marca ou modelo, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da entidade contratante; ou c) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser melhor compreendida pela identificação de determinada marca ou modelo aptos a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão "ou similar ou de melhor qualidade".*

Incorreta a alternativa "d" porque, conforme julgamento da ADI 3.583 no STF, lei estadual que assim procede (exigir fábrica no Estado) inclui discriminação arbitrária, bem como viola os princípios da isonomia e igualdade.

Incorreta a alternativa "e" porque não há previsão para essa dispensa de licitação para alienação de bem imóvel no inciso I do art. 17 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

---

20. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador

A respeito da revogação e da anulação de procedimentos licitatórios e de contratos administrativos, com base na Lei n° 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar quando não iniciada a execução do contrato.

b) A nulidade do procedimento licitatório não induz à do contrato quando esse, em si, estiver de acordo com a legislação.

c) A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

d) Quando há rescisão por culpa do contratado, a Administração deverá ajuizar ação própria para reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do prejuízo causado.

e) No caso de desfazimento do processo licitatório, a Administração poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Correta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 49, §1º, combinado com o art. 59 da Lei Geral de Licitações e Contratos, tem-se: art. 4, §1º - *A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59*. Já o art. 59 prevê que: *A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa*. Portanto, não tendo havido o início da execução do contrato, não há que se falar em indenização.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o §2º do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a nulidade do procedimento licitatório, em regra, induz à do contrato.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o "caput" do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a*

licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 80 inciso IV, da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a rescisão acarreta como consequência, entre outras, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração*.

Incorreta a alternativa "e" porque, nos termos do §3º do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a observância da ampla defesa e do contraditório não se fixam na discricionariedade da Administração, mas esta está vinculada a esses desdobramentos do devido processo legal.

---

21. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

As licitações podem ser realizadas através de diversas modalidades, definidas por lei. Qual é a modalidade na qual os interessados desejam escolher trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias?

a) Concorrência.

b) Tomada de preços.

c) Convite.

d) Concurso.

e) Leilão.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o §4º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

Incorreta a alternativa "a" porque, conforme §1º do aludido artigo, *concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto*.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o §2º do citado artigo, *tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as*

condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Incorreta a alternativa "c" porque convite, nos termos do §3º do aludido artigo, *é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas*.

Por fim, incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §5º do citado artigo, *leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.*

---

22. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

A inexigibilidade ocorre quando houver inviabilidade de competição, nesse sentido, assinale a opção que representa um caso de inexigibilidade de licitação.

a) Em celebrações de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

b) No fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.

c) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

d) Na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

e) Em compras de material de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 25, inciso III, da Lei Geral de Licitações e Contratos: *é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: para contratação de*

profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. As demais alternativas apresentam casos de dispensa de licitação constantes nos seguintes incisos do art. 24 da Lei Geral de Licitações e Contratos: "a" (XXIV); "b" (XXVIII); "d" (inciso XXV); "e" (inciso XIX).

---

23. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

À luz da Lei n. 8.666/93, no que concerne a composição da comissão permanente de licitação, é CORRETO afirmar:

a) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, três servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

b) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, cinco membros, sendo pelo menos três deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

c) A comissão permanente de licitação será composta de, no mínimo, três membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

d) No caso de convite, a comissão de licitação, excepcionalmente, nas empresas públicas e em face da exiguidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" e incorretas as alternativas "a" e "b", já que, de acordo com o art. 51 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação*.

Incorreta a alternativa "d" porque, nos termos do §1º do art. 51 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *no caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.*

---

24. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Com referência aos crimes, às penas e ao processo judicial previstos na Lei de Licitações e Contratos, julgue os seguintes itens.

I Dispensa de licitação em situação estranha às hipóteses taxativas previstas em lei constitui crime passível de punição com pena de detenção e multa fixada na sentença a ser revertida à fazenda federal, distrital, estadual ou municipal, conforme o caso.

II Em casos de crimes previstos na lei em apreço, a ação penal é pública incondicionada e a sua promoção cabe ao MP.

III Em relação aos crimes previstos na lei em questão, não será admitida ação penal privada subsidiária da pública.

IV Quando os autores dos crimes previstos na referida lei forem ocupantes de cargo em comissão ou exercerem função de confiança em órgão da administração pública direta ou indireta, a pena imposta será acrescida da terça parte.

Assinale a opção correta:

a) Apenas os itens III e IV estão certos.

b) Apenas os itens I, II e III estão certos.

c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

d) Todos os itens estão certos.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a assertiva I que está em linha com o art. 89 combinado com o §2º do art. 99 da Lei Geral de Licitações e Contratos: art. 89 - Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade: Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa. Já o §2º do art. 99 prevê que: *o produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal*.

Correta a assertiva II, já que o art. 100 da Lei Geral de Licitações e Contratos prevê que *os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la*.

Incorreta a assertiva III porque, de acordo com o art. 103 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal, aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 29 e 30 do Código de Processo Penal*.

Correta, por fim, a assertiva IV porque, de acordo com o §2º do art. 84 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a pena imposta será acrescida da terça parte, quando os autores dos crimes previstos nesta Lei forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança em órgão da*

Administração direta, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública, ou outra entidade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público.

---

25. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, contra a fé pública e relativos à licitação, julgue o item subsequente.

Nos casos de crimes relativos à licitação, em havendo sanção de multa cominada, o produto da arrecadação reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, distrital, estadual ou municipal.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o §2º do art. 99 da Lei nº 8.666, de 1993: "*Art. 99. A pena de multa cominada nos arts. 89 a 98 desta Lei consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente. §1º Os índices a que se refere este artigo não poderão ser inferiores a 2% (dois por cento), nem superiores a 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação. §2º O produto da arrecadação da multa reverterá, conforme o caso, à Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal*.".

---

26. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que diz respeito a crimes contra a Administração Pública, contra a fé pública e relativos à licitação, julgue o item subsequente.

O profissional declarado inidôneo para concorrer em licitação, se vier a licitar ou contratar com a Administração, incidirá na mesma pena que o servidor que o admitir à licitação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o art. 97, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, tem-se que será punido com detenção de 6 meses a 2 anos e multa aquele que admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo. Além disso, de acordo com o §único do aludido artigo, incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

27. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre o tema licitações, é correto afirmar:

a) O sistema de registro de preços e a chamada "licitação carona" são institutos que não decorrem expressamente da previsão na Lei de Licitações, mas derivam do princípio administrativo explícito da publicidade.

b) As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar do procedimento licitatório sem necessitar comprovar previamente a qualificação técnica, por força da finalidade relacionada ao desenvolvimento nacional, entretanto uma vez declarada vencedora, deverá apresentar comprovar sua qualificação em até 48 horas.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar do procedimento licitatórios sem necessitar comprovar previamente a qualificação técnica, por força da finalidade relacionada ao desenvolvimento nacional, entretanto uma vez declarada vencedora, deverá comprovar sua qualificação em até 5 dias úteis.

d) É compatível com as finalidades licitatórias a preferência para aquisição de produtos manufaturados e serviços nacionais que obedeçam às normas técnicas brasileiras em detrimento de produtos e serviços estrangeiros, desde que obedecidos os limites legais definidos pelo Poder Executivo Federal.

e) Conforme a Lei de Licitações, sempre que os candidatos forem inabilitados ou desclassificados – instituto da licitação fracassada – se autorizará a imediata contratação direta.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d" porque, de acordo com os §§5º e 8º da Lei Geral de Licitações e Contratos, *nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, sendo que as margens de preferência serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros*.

Incorreta a alternativa "a" porque o Sistema de Registro de Preços – SRP está previsto expressamente na Lei Geral de Licitações e Contratos em seu art. 15, II, combinado com o §3º do mesmo artigo. Importante ressaltar que a denominada "licitação carona" também decorre do SRP e está prevista no art. 22 do Decreto nº 7.892, de 2013 (Decreto que regulamento o SRP no âmbito da Administração Pública Federal). Tal artigo prevê que: *desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador*.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, *as microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição*. Ademais, o §1º do aludido artigo afirma que *havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa*.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §3º do art. 48 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas (*Licitação Fracassada*), a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis*. Não confunda licitação fracassada com licitação deserta (não há interessados).

---

28. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Caso, em decorrência de uma operação da Polícia Federal, venha a ser apreendida grande quantidade de equipamentos com entrada ilegal no país, a administração poderá realizar leilão para a venda desses produtos.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o §5º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis derivados de procedimento judicial ou dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: A Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza decidiu ceder espaço de suas dependências para a instalação de lanchonete que atendesse aos procuradores, aos servidores e ao público em geral. **Assertiva:** Nessa situação, por se tratar de ato regido pelo direito privado, não será necessária a realização de processo licitatório para a cessão de uso pelo particular a ser contratado.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Resposta: "errado". Preliminarmente é imprescindível diferenciar concessão de cessão. De acordo com Diogo de Figueiredo Moreira Neto: a) *cessão de uso é espécie unilateral de transferência de utilização de bem público, outorgada em caráter extraordinário e exclusivo, que uma entidade de direito público, titular do domínio, faz a outra pessoa administrativa, sujeita a condições fixadas pela cedente e vinculada a um explícito interesse público*; b) *concessão (de serviço público ou de uso de bem público) é um contrato administrativo, destinado transferir a particulares certas atividades reservadas à Administração ou uma renda ou um encargo que decorrerão da transferência do uso de um bem público*(Curso de Direito Administrativo, 16ª edição, p. 385). De acordo com o art. 2º da Lei Geral de Licitações e Contratos, as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. Inclusive, as alíneas "f", "h" e "i" do inciso I do art. 17 da Lei Geral de Licitações e Contratos, preveem casos de dispensa de licitação para concessão de direito real de uso, mas nenhuma delas contempla o caso hipotético da questão (ainda que se tratasse de concessão e não de cessão).

30. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, das licitações e dos contratos administrativos, julgue o seguinte item.

Situação hipotética: Pretendendo contratar determinado serviço por intermédio da modalidade convite, a administração convidou para a disputa cinco empresas, entre as quais apenas uma demonstrou interesse apresentando proposta. **Assertiva:** Nessa situação, a administração poderá prosseguir com o certame, desde que devidamente justificado.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o §7º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 1993, quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de 3 licitantes exigidos para a modalidade convite, essa circunstância deve ser devidamente justificada no processo, sob pena de repetição do convite. Lembre-se que convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas (§3º do art. 22). Ademais, de acordo com a Súmula nº 248 do TCU: "*Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade Convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei nº 8.666/1993*".

---

31. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito - ADAPTADA

A alienação de bens imóveis de uma autarquia estadual será precedida de

a) edição de autorização legal específica e(ou) licitação em qualquer modalidade.

b) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.

c) avaliação formal desses bens, interesse público justificado, autorização legislativa e licitação na modalidade concorrência, podendo esta última ser dispensada nos casos previstos em lei.

d) avaliação formal desses bens e licitação na modalidade tomada de preços.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o inciso I do art. 17 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta (a licitação) nos casos elencados nas alíneas "a" a "i" do aludido inciso.

---

32. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Sociedade empresária pretende participar de licitação de obra pública (sob a égide da Lei n° 8.666/93) e ingressa em juízo alegando violação aos princípios da legalidade e da competitividade, questionando as seguintes cláusulas do edital:

I-exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação técnica, de que o vínculo profissional do responsável técnico que integra o quadro permanente do licitante seja exclusivamente celetista;

II- exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação econômico-financeira, que a garantia da proposta, no valor de 5% (cinco por cento) do valor estimado do objeto da contratação, seja apresentada em data anterior à realização da licitação;

III — exigência, na fase de habilitação, no item relativo à qualificação técnica, da comprovação da propriedade das máquinas e equipamentos essenciais para a execução do objeto.

Procedem os questionamentos em relação:

a) A todos os itens.

b) Apenas ao item I.

c) Apenas aos itens I e II.

d) Apenas aos itens II e III.

e) Apenas ao item III.

Comentários

Resposta: alternativa "a".

A assertiva I está incorreta porque não se pode exigir que o vínculo seja exclusivamente celetista. O inciso I do §1º do art. 30 da Lei Geral de Licitações e Contratos prevê que: *capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos*.

A assertiva II está incorreta porque, nos termos do inciso III do art. 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a garantia está limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Incorreta a assertiva III porque, de acordo com o §6º do art. 30 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *as exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia*.

33. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A ocorrência de superfaturamento nas obras públicas brasileiras tem sido constantemente relatada na mídia, com consequências penais, cíveis e administrativas para todos os envolvidos. Em parte, isso ocorre porque os entes públicos cometem equívocos no momento do planejamento da obra, da elaboração dos projetos básico e executivo, do edital e do contrato.

Para que as obras públicas sejam licitadas e executadas com eficiência, é necessário que

a) o projeto executivo seja considerado um encargo do contratado na licitação realizada sob a modalidade concorrência;

b) haja disponibilidade de recursos financeiros que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados;

c) o edital preveja a obtenção de financiamentos pelos licitantes como condição obrigatória para a viabilidade da competição;

d) o orçamento da obra seja detalhado em planilhas e expresse a composição de todos os seus custos unitários;

e) a execução da obra seja programada parcialmente, com a previsão dos custos definida na medida da execução do cronograma físico-financeiro.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d" que está em linha com o inciso II do §2º do art. 7º da Lei Geral de Licitações e Contratos: as obras e os serviços somente poderão ser licitados quando (...) existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

Incorreta a alternativa "a" porque, em que pese haver a possibilidade, nos termos do §2º do art. 9º da Lei Geral de Licitações e Contratos, de a licitação ou contratação de obra ou serviço incluir a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, não necessariamente o projeto executivo é um encargo do contratado para a execução da obra.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o inciso III do §2º do art. 7º da Lei Geral de Licitações e Contratos, as obras e os serviços poderão ser licitados quando (...) houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o §3º do art. 7º da Lei Geral de Licitações e Contratos, é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o art. 8º da Lei Geral de Licitações e Contratos, a execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

---

34. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Autoridade superior, quando do momento da homologação de licitação pública realizada na modalidade concorrência para contratação de serviços de informática, identifica que não houve o exame jurídico prévio das minutas de edital e contrato, conforme determina o artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Diante de tal circunstância, a medida mais adequada a ser tomada pelo gestor é:

a) anulação do processo licitatório, porquanto a ausência de parecer jurídico é um vício insanável que macula todo o procedimento.

b) revogação do processo licitatório, com direito à prévia e ampla defesa de todos os participantes.

c) homologação da licitação, caso ele constate, após examinar todo o processo, que não haverá prejuízos financeiros relevantes.

d) homologação da licitação, no caso de os licitantes, após intimados, não identificarem vício na minuta de edital ou contrato.

e) homologação da licitação, no caso de a Assessoria Jurídica, ainda que a posteriori, constatar que não havia nenhum vício na minuta de edital ou contrato.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a alternativa "e" porque, em que pese a previsão do §único do art. 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, no sentido de que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração, trata-se de vício sanável e, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999, poderá ser convalidado pela própria Administração quando não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízos a terceiros.

Incorreta a alternativa "a" porque havendo análise da Assessoria Jurídica, ainda que a posteriori, e a constatação de que não havia nenhum vício na minuta de edital ou contrato, pode ser convalidado o ato administrativo que não cause prejuízo a terceiros nem lesão ao interesse público.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o "caput" do art. 49 da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado,*

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. Portanto, se o ato pode ser convalidado, não há porque revogar ou anular o certame.

A alternativa "c" está totalmente incorreta. Inicialmente porque o §único do art. 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos não dá margem para que o administrador decida discricionariamente se é conveniente ou não o exame da assessoria jurídica. Esse exame é obrigatório e deve haver. O que a questão obra é uma análise sistemática desse dispositivo com a possibilidade de convalidação de um ato administrativo sanável. Além disso, a expressão "não haver prejuízos relevantes" afronta o princípio da indisponibilidade do interesse público, bem como é flagrante a impossibilidade de o administrador isoladamente mensurar o que vem a ser ou não prejuízo relevante ao erário. Nessa linha, inclusive, é ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 1992, prejuízo que cause dano ao erário, independentemente do valor (o STJ tem posição firme no sentido de que não se aplica o princípio da insignificância quanto ao proveito econômico indevido e prejuízo ao erário – MS 18090 e REsp 769317).

Incorreta a alternativa "d" porque, em linha com o discorrido na análise da alternativa "c", a análise das minutas pela assessoria jurídica é obrigatória, não podendo ser substituída por eventual análise e concordância pelos licitantes.

---

35. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Determinado ente público pretende contratar diretamente a BR Distribuidora para fornecimento de combustível para a sua frota de automóveis.

Sobre a referida contratação e à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que:

a) não há qualquer impedimento para a contratação direta, já que se trata de entidade integrante da Administração Pública e prestadora de um serviço público.

b) não há qualquer impedimento para a contratação direta, ainda que a entidade da Administração Pública exerça atividade econômica.

c) há impedimento em razão da inexistência de dispositivo legal na Lei nº 8.666/93 que autorize a contratação direta de entidades integrantes da Administração Pública.

d) há impedimento, porquanto apenas no caso das obras públicas é que as entidades integrantes da Administração Pública podem ser contratadas diretamente.

e) há impedimento para a contratação direta, porquanto se trata de entidade que exerce atividade econômica, o que macularia os princípios da livre concorrência e isonomia.

Comentários

Resposta: alternativa "e". É firme a jurisprudência do TCU (Acórdão 6931/2009, entre outros) no sentido de que as empresas públicas e sociedades de economia mista (bem como suas subsidiárias) que se dedicam à exploração de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços não podem ser contratadas com dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, em consonância com os princípios constitucionais da livre concorrência e da isonomia, uma vez que se sujeitam ao regime jurídico das empresas privadas (art. 173 da Constituição Federal).

---

36. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A alienação de bens públicos imóveis pertencentes a uma autarquia está condicionada, salvo as hipóteses dispensadas na própria legislação, aos seguintes requisitos.

a) autorização legislativa, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

b) autorização do chefe do poder executivo, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

c) autorização legislativa, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade pregão.

d) autorização legislativa e do Tribunal de Contas, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade concorrência.

e) autorização do Tribunal de Contas, interesse público justificado, avaliação prévia e licitação na modalidade pregão.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso I do art. 17 da Lei Geral de Licitações e Contratos, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta (a licitação) nos casos elencados nas alíneas "a" a "i" do aludido inciso.

---

37. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça - ADAPTADA

As licitações dos serviços de publicidade prestados por agências de propaganda deverão adotar obrigatoriamente os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço", e devem ter por objetivo

promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o art. 5º da Lei nº 12.232, de 2010, as licitações de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda devem adotar como obrigatório os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço". Ademais, de acordo com o art. 2º da aludida lei, considera-se serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

---

38. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça - ADAPTADA

Em relação às modalidades licitatórias e a seus respectivos procedimentos e características, avalie se a assertiva a seguir é verdadeira ou falsa.

Embora o art. 22, § 8º, da Lei n. 8.666/93 vede a criação de outras modalidades licitatórias ou a combinação daquelas referidas no mesmo artigo, a mesma Lei n. 8.666/93 não esgotou a competência da União para legislar sobre normas gerais. Por essa razão, segundo a doutrina, nada impede que o legislador crie novas modalidades licitatórias por meio de outra lei, com natureza de normas gerais.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários

Resposta: "certo". De fato, o art. 22 da Lei Geral de Licitações e Contratos prevê as seguintes modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Ademais, o §8º do aludido artigo prevê que é vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das anteriormente referidas. Ocorre que, conforme inciso XXVII do art. 22 da CRFB, compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1°, III. Logo, a previsão da Lei nº

8.666, de 1993, não tem o condão de afastar essa competência constitucionalmente atribuída à União. Nessa linha, em 2000, foi produzida a Medida Provisória nº 2.026 que criou o pregão como uma nova modalidade de licitação a ser utilizada inicialmente exclusivamente pela União. Contudo, ao ser convertida para a Lei nº 10.520, de 2000, essa limitação de escopo para União foi afastada e se passou a prever o Pregão como nova modalidade de licitação para todos os entes da Federação (união, Estados, DF e Municípios).

---

39. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O Sistema de Registro de Preços (SRP) está definido como o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Uma das hipóteses possíveis de sua adoção ocorre quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "certo". De acordo com o inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.892, de 2013, Sistema de Registro de Preços – SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Já o art. 3º do aludido Decreto elenca os casos em que é aplicável o SRP: *Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração*.

---

40. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Defensor Público

É inexigível licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.6666, de 1993, é dispensada a licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. Portanto, trata-se de caso de dispensa de licitação (em que poderia haver competitividade – lista taxativa na lei) e não de inexigibilidade (casos em que não há possibilidade de competitividade – lista exemplificativa na lei).

---

41. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Com relação a licitação, assinale a opção correta.

a) A empreitada por preço global refere-se à contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendidas todas as etapas da obra, serviços e instalações necessários, sob inteira responsabilidade da contratada.

b) Para fins de julgamento das propostas de preços, será computada a atualização monetária das obrigações de pagamento como valor da obra ou serviço.

c) O autor do projeto básico não poderá participar, ainda que indiretamente, do fornecimento de bens necessários à execução de obra.

d) As margens de preferência por produto manufaturado e por serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras são definidas pelo Congresso Nacional, não podendo seu preço ultrapassar o montante de 50% do preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros.

e) Os conteúdos das propostas e todos os atos e procedimentos licitatórios são públicos.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

Correta a alternativa "c" porque, de acordo com o "caput" do art. 9º combinado com seu inciso I da Lei Geral de Licitações e Contratos, *não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica*.

Incorreta a alternativa "a" porque apresenta o conceito de empreitada integral e não empreitada por preço global. Empreita por preço global (alínea "a" do inciso VIII do art. 6º) é a *execução indireta que ocorre quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total*. Já empreita integral (alínea "e" do inciso VIII do art. 6º) é *a execução indireta que ocorre quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização*

em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o §7º do art. 7º da Lei Geral de Licitações e Contratos, *não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório*.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com os §§5º e 8º do art. 3º da Lei Geral de Licitações e Contratos, *as margens de preferência por produto, serviço, grupo de produtos ou grupo de serviços serão definidas pelo Poder Executivo federal, não podendo a soma delas ultrapassar o montante de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o preço dos produtos manufaturados e serviços estrangeiros*.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §3º do art. 3º da Lei Geral de Licitações e Contratos, *a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura*.

3.7 Licitação (Parte II)

1. **2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito**

Um município deseja realizar obra de construção de uma ponte. Embora pequena, a obra é complexa, sem especificação usual, dada a peculiaridade do terreno, e está orçada em cerca de R$ 1,6 milhão.

Nessa situação hipotética, o gestor poderá escolher, para a contratação, a licitação na modalidade

Parte superior do formulário

a) convite.

b) concorrência.

c) pregão.

d) leilão.

e) concurso.

Comentários

Como a obra foi orçada em R$ 1.600.000,00 poderiam ser escolhidas as modalidades **tomada de preços** ou **concorrência,** segundo o Decreto nº 9.412/2018 (que atualizou os valores da Lei 8666):

> *Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*
>
> *I - para obras e serviços de engenharia:*
>
> *a) na modalidade convite - até R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*
>
> *b) na modalidade tomada de preços - até R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*
>
> *c) na modalidade concorrência - acima de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

Ademais, pelo fato de a obra ser classificada como "sem especificação usual" (e não pelo fato de ser complexa ou pelo valor), isto exclui a possibilidade do uso da modalidade pregão, dado que esta exige bem ou serviço "comum":

> *Jurisprudência do TCU:*
>
> *A definição do que sejam bens e serviços como comuns e, portanto, passíveis de serem licitados mediante pregão, tem sido objeto de acalorada discussão entre os responsáveis pelas aquisições efetuadas com recursos públicos, bem assim entre as diversas instâncias de controle, desde a entrada em vigor da Lei no 10.520, de 2002.*
>
> *A jurisprudência deste Tribunal vem se consolidando no sentido da adoção de pregão para a contratação de alguns serviços de tecnologia da informação, uma vez que muitos dos serviços dessa área, ainda que complexos, atendem ao conceito de "serviço comum", ou seja, apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, consoante expressa definição legal.*
>
> *Acórdão 2220/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)*

Gabarito: Letra B.

---

2. 2019/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:

a) Ainda que o servidor esteja de licença à época do certame, não é possível a participação da empresa que possua em seu quadro de pessoal servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão, ou dirigente do órgão contratante ou responsável pela licitação.

b) É devida indenização a permissionário de serviço público de transporte coletivo por prejuízos suportados em face de defasagem nas tarifas, ainda que o ato de delegação não tenha sido antecedido de licitação.

c) O prazo prescricional de ação civil pública em que se busca anulação de prorrogação ilegal de contrato administrativo tem como termo inicial o término do contrato.

d) É inconstitucional o preceito segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens, os valores relativos aos

impostos pagos à Fazenda Pública do Estado-membro contratante, por descumprimento ao princípio da isonomia.

e) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.

Comentários:

(A)Certa. **Conforme art. 9º, III, da Lei 8.666/93:**

> *"Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:*
>
> *(...)*
>
> *III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação."*

Outrossim, o STJ entendeu que o fato de o servidor estar licenciado não ilide a aplicabilidade do preceito legal do inciso acima, porquanto o funcionário não deixa de ser servidor nesta situação.

> *"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO - EMPRESA - SERVIDOR LICENCIADO - ÓRGÃO CONTRATANTE. - Não pode participar de procedimento licitatório, a empresa que possuir, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Lei nº 8.666/93, artigo 9º, inciso III). - **O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal**, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença. REsp 467871/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2003, DJ 13/10/2003 PG:00233."*

(B)Errada. Segundo Jurisprudência firmada no STJ, é imprescindível a licitação prévia para que se possa cogitar de indenização no caso em tela:

> *"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. REAJUSTE DE TARIFAS. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE LICITAÇÃO. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.*
>
> *1. **'É indispensável a realização de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização** aos permissionários de serviço público de transporte coletivo em razão de tarifas deficitárias, ainda que os Termos de Permissão tenham sido assinados em período anterior à Constituição Federal de 1988.' (REsp 886925/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 21.11.2007).*
>
> *(...)*
>
> *(ADRESP - AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - 799250 2005.01.93787-2, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:04/02/2010)*

(C)Certa. Segundo jurisprudência firmada no STJ, o prazo prescricional de ação civil pública em que se busca anulação de prorrogação ilegal de contrato administrativo tem como termo inicial o término do contrato:

> **"***ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRORROGAÇÃO. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. ILEGALIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TÉRMINO DO CONTRATO. 1. É pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual **o prazo prescricional de ação civil pública em que se busca anulação de prorrogação ilegal de contrato administrativo tem***

> ***como termo inicial o término do contrato**, porque, nestas situações, existe continuidade de efeitos no tempo. Precedentes. 2. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1150639 RS 2009/0143594-4, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/09/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/10/2010).”*

(D)Certa. Segundo jurisprudência do STF,

> *STF: EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 11, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. LICITAÇÃO. ANÁLISE DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. CONSIDERAÇÃO DOS VALORES RELATIVOS AOS IMPOSTOS PAGOS À FAZENDA PÚBLICA DAQUELE ESTADO. DISCRIMINAÇÃO ARBITRÁRIA. LICITAÇÃO. ISONOMIA, PRINCÍPIO DA IGUALDADE. DISTINÇÃO ENTRE BRASILEIROS. AFRONTA AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 5º, CAPUT; 19, INCISO III; 37, INCISO XXI, E 175, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.*
>
> *1. É inconstitucional o preceito, segundo o qual, na análise de licitações, serão considerados, para averiguação da proposta mais vantajosa, entre outros itens os valores relativos aos impostos pagos à Fazenda Pública daquele Estado-membro. Afronta ao princípio da isonomia, igualdade entre todos quantos pretendam acesso às contratações da Administração. 2. A Constituição do Brasil proíbe a distinção entre brasileiros. A concessão de vantagem ao licitante que suporta maior carga tributária no âmbito estadual é incoerente com o preceito constitucional desse inciso III do artigo 19. (ADI 3070/RN).*

(E)Certa.

> *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. STF. Plenário. RE 760931/DF, rel. orig. Min. Rosa Weber, red. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgado em 26/4/2017 (repercussão geral) (Info 862).*

Gabarito: Letra B.

---

3. 2018/FCC/DPE-MA/Defensor Público

Segundo previsão da Lei n° 8.666/1993, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Nesse sentido, é correto afirmar que

a) qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 05 (cinco) dias.

b) a impugnação apresentada pelo licitante, feita tempestivamente, o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, haja vista que ele pugnar por participar de processo licitatório regular.

c) a inabilitação do licitante não importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, haja vista que ainda passível de obter-se decisão judicial que o reabilite.

d) decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que, tendo os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram.

e) as garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.

Comentários

(A)Errada. A alternativa alterou os prazos constantes no art. 41, § 1º, da Lei 8666:

> *Art. 41 § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.*

(B)Errada. Se o licitante impugnar dentro do prazo, isto **não** o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado, segundo art. 41, §3º da Lei 8666:

> *Art. 41 § 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.*

(C)Errada. Segundo o Art. 41 § 4º da Lei 8666:

> *Art. 41 § 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.*

(D)Errada. Segundo o Art. 41 § 2º da Lei 8666:

> *Art. 41 § 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.*

(E)Certa. Segundo o Art. 41 § 3º da Lei 8666:

> *Art. 42 § 3º As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.*

Gabarito: Letra E.

---

4. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

A Administração Pública realiza licitação visando à contratação de serviços de engenharia para reforma de estabelecimento penal, optando, expressamente, no edital convocatório, pelo regime diferenciado cabível, mais simplificado e flexível. Após a fase de classificação, verifica-se que há empate entre duas empresas de grande porte, as quais apresentaram as melhores propostas.

Partindo das informações contidas no enunciado e com base nas disposições legais aplicáveis ao caso, assinale a alternativa correta sobre os critérios de desempate que deverão ser observados

a) O primeiro critério a ser utilizado é o da avaliação de desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído.

b) É vedada a utilização do sorteio como um dos critérios de desempate.

c) De imediato, deverá ser observado se alguma das empresas possui capital estrangeiro, declarando-se vencedora a sua concorrente.

d) Como primeiro critério, deverá ser assegurada a preferência aos serviços produzidos no país e, sucessivamente, aos prestados por empresas brasileiras, aos prestados por empresas que invistam em pesquisa e tecnologia no país, às empresas que cumpram a reserva de cargos para pessoa com deficiência ou reabilitada da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade.

e) Como primeiro critério deverá ser viabilizada a disputa final, em que os licitantes poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo à classificação.

Comentários

(A)Errada. Trata-se do 2º critério de desempate, previsto no art. 25, II da Lei 12.462/2011 (RDC):

> *Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*
>
> *II - a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;*

(B)Errada. É permitido sorteio como critério de desempate, segundo art. 25, IV da Lei 12.462/2011 (RDC):

> *Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*
>
> *IV - sorteio.*

(C)Errada. Trata-se do 3º critério de desempate, previsto no art. 25, III da Lei 12.462/2011 (RDC):

> *Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*
>
> *III - os critérios estabelecidos no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e*

(D)Errada. Essa alternativa tenta confundir o candidato inserindo os critérios de desempate da Lei 8.666/93, os quais constam insertos no 3º critério de desempate:

> *Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*
>
> *III - os critérios estabelecidos no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;*

(E)Certa. Trata-se do 1º critério de desempate, previsto no art. 25, III, da Lei 12.462/2011 (RDC):

> *Art. 25. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:*
>
> *I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação;*

Gabarito: Letra E.

---

5. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Sobre as licitações, analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) Na concorrência, caso a empresa vencedora não assine o termo de contrato, a administração poderá convocar o segundo classificado para fazê-lo, nas condições da proposta por este apresentada.

( ) O princípio do julgamento objetivo vigora nas licitações em que a escolha do melhor classificado deverá observar os critérios objetivos previamente delimitados no edital, e, rigorosamente, as condições apresentadas nas propostas, não se admitindo, em nenhuma hipótese, o empate presumido ou fictício, sob pena de violação da isonomia.

( ) Na concorrência, após a fase de habilitação, é possível a desistência de proposta, por motivo justo, exclusivamente se decorrente de fato superveniente, e condicionada à apreciação e à aceitação desse motivo pela comissão.

( ) Pelos critérios de desempate previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional, sobre aqueles produzidos ou prestados pelas empresas brasileiras constituídas com participação de capital estrangeiro.

( ) É vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

a) F V F V F.

b) F F V V V.

c) F F V F V.

d) V F V V F.

e) V V F F V.

Comentários

I.Falso. Segundo o art. 64, §2º da Lei 8.666/93:

> *Art. 64. §2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.*

II.Falso. O empate presumido ou fictício é admitido quando houver a participação de ME ou EPP no procedimento licitatório. O artigo 44, §1º, da LC 123/06 equipara a empate as propostas apresentadas pelas ME ou EPP que sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada.

III.Verdadeiro. Segundo o art. 43, §6º Lei 8.666/93:

> *Art. 43, §6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.*

IV.Falso. De acordo com o artigo 3º, §2º, da Lei 8.666/93, como critério de desempate será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

> *(i) produzidos no País;*
>
> *(ii) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;*
>
> *(iii) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;*
>
> *(iv) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.*

V. Verdadeiro. Segundo o Art. 25, II, da Lei 8.666/93:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.*

Sequência correta: FFVFV

Gabarito: Letra C.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que informa a licitação, pode-se afirmar que ele:

a) deve ser observado com mitigação do formalismo de modo a possibilitar que sejam superados eventuais vícios formais que não importem prejuízo ao interesse coletivo ou aos demais licitantes.

b) significa a inexistência de discricionariedade administrativa na licitação, dado que as cláusulas e condições da convocação são estabelecidas em lei.

c) não tem natureza absoluta, e sua observância poderá ser dispensada quando se faça necessário para assegurar a escolha da proposta mais vantajosa pela Administração.

d) tem natureza absoluta e deve ser observado em consonância com o formalismo estrito que caracteriza o procedimento licitatório.

Comentários:

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório da licitação consta no art. 3º e art. 41 da Lei nº 8.666/1993, segundo o qual "a Administração **não** pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha **estritamente vinculada**".

Desse modo, o julgamento e a classificação das propostas deverão observar os critérios de avaliação constantes do edital, ensejando nulidade o descumprimento das regras do instrumento convocatório pela Administração Pública.

No entanto, este princípio não é absoluto: o TCU, no acórdão nº 357/2015, sopesa-o em relação ao do formalismo moderado:

> *"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim,* ***a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados****."*

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório pode, então, ser relativizado frente ao do formalismo moderado, sem prejuízo ao interesse coletivo e aos demais licitantes.

Gabarito: Letra A.

---

7. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

Com base na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, é dispensável a licitação:

1. nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

2. na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

3. para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

4. para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo sindicato, federação ou confederação patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

a) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.

b) São corretas as apenas afirmativas 1, 2 e 4.

c) São corretas as apenas afirmativas 1, 3 e 4.

d) São corretas as apenas afirmativas 2, 3 e 4.

e) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Comentários

A Lei nº 8.866/93 descreve todas essas hipóteses:

1 - art. 24, IV (calamidade pública); trata-se de hipótese de licitação dispensável.

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

2- art. 24, XIII (instituição de pesquisa ou dedicada à recuperação social do preso); trata-se de hipótese de licitação dispensável.

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;*

3 - art. 24, X (imóvel escolhido por necessidade de instalação e localização); trata-se de hipótese de licitação dispensável.

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em conseqüência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;*

4- art. 25, I (fornecedor exclusivo); trata-se de hipótese de inexigibilidade.

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*

Gabarito: Letra A.

---

8. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.

Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

a) O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.

b) Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.

c) As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.

d) A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.

e) O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.

Comentários

(A)Errado. O Sistema de Registro de Preços (SRP) **é um sistema (e não uma modalidade)** utilizado pelo Poder Público para aquisição de bens e serviços em que os interessados concordam em manter os preços registrados pelo chamado **órgão gerenciador**.

O SRP está previsto no art. 15 da Lei 8.666, segundo o qual as compras, sempre que possível, deverão ser "processadas através de sistema de registro de preços", bem como "balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública":

> *Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*
>
> *I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;*
>
> *II - **ser processadas através de sistema de registro de preços**;*
>
> *III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;*
>
> *IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;*
>
> *V - **balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública**.*

(B)Errado. Como não há obrigatoriedade de contratação por parte da Administração, obviamente não há necessidade de se indicar a dotação orçamentária; porém, esta é exigida quando o contrato ou instrumento hábil formalizar a contratação:

> *§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

(C)Certo. O SRP está previsto no art. 15 da Lei 8.666, segundo o qual as compras, sempre que possível, deverão ser "**processadas através de sistema de registro de preços**":

> *Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:*
>
> *(...)*
>
> *II - **ser processadas através de sistema de registro de preços**;*

(D)Errado. Segundo o Decreto nº 7.892/2013, art. 22, § 8º:

> *§ 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.*

(E)Errado. Segundo o Decreto nº 7.892/2013, art. 12, caput:

> *Art. 12. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.*

Gabarito: Letra C.

---

9. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.

a) O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.

b) A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.

c) No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.

d) No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.

e) Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.

Comentários

(A)Errado. O enquadramento de um bem ou serviço como "comum" varia conforme cada caso, não se tratando de uma lista taxativa, como havia inicialmente no nº Decreto nº 3.555/2000.

Vale dizer, "comum" não necessariamente é um bem ou serviço simples ou complexo, mas que possui características padronizadas, identificáveis por especificações usuais no mercado.

Ainda, segundo entendimento do TCU:

> *Empresa especializada na manutenção de veículo pode ser objeto de pregão- TCU (acórdão 2731/2009, Plenário).*

(B)Errado. Segundo o art. 6º da Lei10/2002:

> *Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.*

(C)Errado. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria (e não totalidade) por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, segundo art. 3º, IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002:

> *Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *IV - a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.*
>
> *§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.*

(D)Errado. Dentre as vedações de exigências da Lei nº 10520/2002, em seu art.5º, estão as de:

> *1)garantia de proposta;*
>
> *2)aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e*
>
> *3)pagamento de taxas e emolumentos (salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso).*

(E)Certo. Conforme art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520/2002:

> *Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*
>
> *(...)*
>
> *XVIII - declarado o vencedor, **qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*
>
> *(...)*

> *XX - **a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação** do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor**;***

Gabarito: Letra E.

---

10. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Um gestor público consultou a procuradoria municipal acerca da formalização, alteração e execução de contratos administrativos em que o município é parte.

Com fundamento na Lei n.º 8.666/1993, é correto afirmar que o município poderá

a) firmar instrumento contratual nos casos de concorrência e de tomada de preços.

b) dispensar a assinatura de termos de contrato que se enquadrem nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, ainda que apresentem preços compreendidos nos limites legais de tomada de preços, facultada sua substituição por instrumentos congêneres.

c) firmar instrumentos de contrato nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, salvo se o valor se enquadrar na modalidade de tomada de preços ou concorrência.

d) alterar unilateralmente os contratos, de forma justificada, quando recomendada tecnicamente a substituição de garantia de execução pelo fiscal do contrato.

e) indicar um representante especialmente designado para fiscalizar os contratos, vedando a contratação de terceiros para subsidiá-lo com informações inerentes a essa atribuição.

Comentários

(A)Errada. O município, como **regra**, deverá firmar o instrumento contratual, conforme art. 62 da Lei 8.666:

> *Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

(B)Errada.

> *Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

(C)Errada. Neste caso, o contrato é dispensável:

> *Art. 62. § 4º **É dispensável o "termo de contrato**" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de **compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos**, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.*

(D)Errada. Neste caso, os contratos poderão ser alterados por acordo das partes:

> *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*
>
> *(...)*
>
> *II - por acordo das partes:*
>
> *a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;*

(E)Errada. É permitida a contratação de terceiros para assistir ao fiscal de contrato designado:

> *Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*

Gabarito: Essa questão foi anulada pela CESPE, por não possuir alternativa correta.

---

11. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador Municipal

Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

a) legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.

b) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.

c) legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.

d) ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.

e) legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

Comentários:

Segundo o art. 40, § 5º da Lei nº 8.6666/93:

> ***Art. 40. O edital conterá*** *no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *§ 5º A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um* ***percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional****, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.500, de 2017)*

Esta previsão foi incluída pela Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017, a partir da conversão em lei da Medida Provisória nº 781, de 2017. Portanto, é legal a previsão em edital da exigência mínima em tela.

Entretanto, trata-se de norma que carece de regulamentação para que possa ser aplicada. No âmbito federal, o Decreto nº 9.450/2018, que instituiu a Política Nacional de Trabalho no âmbito do

Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, regulamentou o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666/93:

> *Art. 5º Na contratação de serviços, inclusive os de engenharia, com valor anual acima de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão exigir da contratada o emprego de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*
>
> *Art. 6º Para efeito do disposto no art. 5º, a empresa deverá contratar, para cada contrato que firmar, pessoas presas, em cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto ou aberto, ou egressas do sistema prisional, nas seguintes* ***proporções****:*
>
> *I -* ***três por cento das vagas****, quando a execução do contrato demandar* ***duzentos ou menos funcionários;***
>
> *II -* ***quatro por cento das vagas****, quando a execução do contrato demandar* ***duzentos e um a quinhentos funcionários;***
>
> *III -* ***cinco por cento das vagas****, quando a execução do contrato* ***demandar quinhentos e um a mil funcionários; ou***
>
> *IV -* ***seis por cento das vagas****, quando a execução do contrato demandar* ***mais de mil empregados.***

Além disso, a desequiparação promovida por esta política de ação afirmativa está em consonância com o princípio da isonomia.

Gabarito: Letra A.

---

12. 2018/FCC/PREFEITURA DE CARUARU-PE/Procurador Municipal

Nos termos da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, é

a) inexigível a licitação para a contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com empresa de notória especialização.

b) ispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

c) dispensável a licitação para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública, que tenha sido criado para esse fim específico, a qualquer tempo, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

d) inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

e) dispensável a licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição com fins lucrativos dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.

Comentários:

(A)Certo. Conforme art. 25, II c/c art. art. 13 da Lei 8666/93:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
>
> *Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*
>
> *(...)*
>
> *VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

(B)Errado. Para estes casos, a licitação é inexigível, segundo o art. 25, I, da Lei nº 8.666:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*

(C)Errado. Para estes casos, a licitação é dispensável, segundo o art. 25, VII, da Lei nº 8.666:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;*

(D)Errado. Para estes casos, a licitação é dispensável, segundo o art. 24, VI, da Lei nº 8.666:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;*

(E)Errado. Para estes casos, a licitação é dispensável quando a contratada não tenha fins lucrativos, segundo o art. 24, XIII, da Lei nº 8.666:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;*

Gabarito: Letra A.

---

13. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

Constitui hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, mediante justificativa,

a) a contratação de agências de propaganda que tenham obtido certificado de qualificação técnica de funcionamento para a prestação de serviços de publicidade com finalidade de difundir ideias ou informar o público em geral.

b) a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte para fornecimento de bens ou serviços cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

c) a contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

d) a formação de parcerias e outras formas associativas, societárias ou contratuais, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, vinculadas a oportunidades de negócio definidas e específicas, nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares.

e) a aquisição de bens produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Comentários:

(A)Errado. Conforme art. 25, II c/c art. art. 13 da Lei 8666/93, é vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização,* ***vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação****;*

(B)Errado. Não se trata de caso de inexigibilidade; em verdade, há obrigatoriedade de realização de processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de **até R$ 80.000,00**, conforme art. 47 c/c art. 48, I, da LC nº 123/2006:

> *Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*
>
> *(...)*

> *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)*
>
> *I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

(C)Errado. Para estes casos, a licitação é dispensável, segundo o art. 24, XXV, da Lei nº 8.666:

> *Art. 24. É dispensável a licitação:*
>
> *(...)*
>
> *XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)*

(D)Certo. Segundo o art. 28, § 3º, II, e § 4º, da Lei das Empresas Estatais – Lei Federal nº 13303/16:

> *Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens,* ***serão precedidos de licitação*** *nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.*
>
> *§ 3º* ***São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas*** *da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:*
>
> *(...)*
>
> *II -* ***nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares****, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.*

Como a escolha do parceiro está associada a características particulares, invoca-se a hipótese de licitação inexigível, dado que o contratado possui características "particulares" ou "exclusivas".

(E)Errado. Não se trata de condição para inexigibilidade, mas sim de critério de desempate entre licitantes que estejam em igualdade de condições, conforme art. 3º, §2º, V:

> *Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*
>
> *(...)*
>
> *V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)*

Gabarito: Letra D.

14. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

De acordo com a Lei n o 8.666/93, é possível a dispensa de licitação, quando da alienação de bens imóveis da Administração Pública, no seguinte caso:

a) locação de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até trezentos metros quadrados e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.

b) doação, em qualquer hipótese.

c) permuta por imóvel de outro ente federativo, desde que o valor seja equivalente, não importando a finalidade.

d) concessão de título de propriedade a pessoa natural que ocupe, mansa e pacificamente, com exploração direta, área rural limitada a 30 módulos fiscais.

e) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera do governo.

Comentários:

(A)Errada. Para locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² é dispensada a licitação; a alternativa trata de imóvel de 300m², cuja locação dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, segundo o art. 17, I, "h" da Lei 8666/93:

> ***Art. 17.*** *A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
>
> *I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de* ***licitação na modalidade de concorrência****, dispensada esta nos seguintes casos:*
>
> *(...)*
>
> *h) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 250 m² (duzentos e cinqüenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;*

(B)Errada. Dispensa-se alienação de bens nos casos de doação para outro órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera, segundo o art. 17, I, "b" da Lei 8666/93:

> ***Art. 17.*** *A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
>
> *I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de* ***licitação na modalidade de concorrência****, dispensada esta nos seguintes casos:*
>
> *(...)*

> *b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;*

(C)Errada. Na permuta, é preciso atender a certos requisitos para a dispensa de licitação:

> ***Art. 17.*** *A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
>
> *I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de* ***licitação na modalidade de concorrência****, dispensada esta nos seguintes casos:*
>
> *(...)*
>
> *c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;*
>
> *X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;*

(D)Errada. A dispensa refere-se a concessões de títulos de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a pessoal natural (que haja implementado requisitos mínimos na lei em comento) de áreas não superiores a 2.500 há, segundo art. 17, §2º, II:

> *Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
>
> *(...)*
>
> *§ 2o A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis,* ***dispensada licitação****, quando o uso destinar-se:*
>
> *II - a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural, observado o limite de que trata o § 1o do art. 6o da Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009;*
>
> *§ 1o do art. 6o da Lei no 11.952: Serão regularizadas as ocupações de áreas não superiores a* ***2.500 ha*** *(dois mil e quinhentos hectares).*

(E)Certa. Conforme art. 17, II, "e":

> *Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
>
> *II - quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação,* ***dispensada*** *esta nos seguintes casos:*
>
> *(...)*
>
> *e) venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;*

Gabarito: Letra E.

---

15. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Prazo mínimo entre a publicação dos resumos dos editais de concorrência e o recebimento das propostas, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral:

a) cinco dias.

b) quarenta e cinco dias.

c) trinta dias.

d) dez dias.

e) trinta e cinco dias.

Comentários:

Para o caso em tela, o prazo mínimo até o recebimento das propostas, a partir da publicação dos resumos dos editais é de 45 dias, segundo art. 21, §2º, "b" da Lei 8666:

> *Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:*
>
> *(...)*
>
> *§ 2o O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:*
>
> *I - **Quarenta e cinco dias** para:*
>
> *(...)*
>
> *b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o **regime de empreitada integral** ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço";*

Gabarito: Letra B.

---

16. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Esse delito está tipificado na referida norma com pena de multa, e de detenção de

a) 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

b) 3 (três) a 6 (seis) anos.

c) 2 (dois) a 3 (três) anos.

d) 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Comentários:

De acordo com o art. 90 da Lei 8666, este servidor estará sujeito, para o referido crime, à detenção de 2 a 4 anos, além de multa:

> *Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:*
>
> *Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.*

Gabarito: Letra D.

---

17. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

A conduta de celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo

a) é crime previsto na Lei de Improbidade Administrativa.

b) é punida pela Lei de Licitações unicamente a título de multa.

c) apenas se caracteriza como crime se do fato advém prejuízo para a Administração Pública.

d) pune criminalmente tanto o funcionário público como o particular que licita nessa condição.

e) sujeita o funcionário público a suspensão, se culposa, e demissão, se dolosa, mas não caracteriza crime.

Comentários:

Prevista no art. 97 da Lei nº 8666, a conduta de contratar com empresa ou profissional declarado inidôneo é crime e também está sujeito à mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração:

> *SEÇÃO III - Dos Crimes e das Penas*
>
> *(...)*
>
> *Art. 97 - Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:*
>
> *Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.*
>
> *Parágrafo Único - Incide na mesma pena aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.*

Gabarito: Letra D.

---

18. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

O Prefeito do Município X gostaria de organizar evento público em homenagem aos 103 anos de fundação do Município. Para esse evento, ele gostaria de contratar artista nascido no Município, aclamado pelo público, para realização de apresentação de cerca de uma hora e meia, após abertura do evento pela banda da Guarda Municipal. O cachê cobrado pelo artista, conforme informado por seu empresário, é de R$ 350.000,00.

A esse respeito, com base na Lei n° 8.666/1993, é correto afirmar que

a) para a contratação do artista, deverá ser realizada licitação na modalidade tomada de preços, em razão do valor do cachê cotado no mercado.

b) mediante justificativa do preço e da escolha do artista, o Prefeito poderá realizar a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, em razão da impossibilidade de estabelecer competição para a contratação.

c) se trata de caso expressamente previsto na legislação de dispensa de licitação, não sendo o valor vultoso da contratação suficiente para forçar a realização do procedimento licitatório.

d) na situação em questão, seria necessário que a Prefeitura fizesse previamente a seleção do artista mediante abertura de licitação na modalidade concurso público, estabelecendo como condição para a participação no certame o nascimento do artista no Município e o seu reconhecimento pela crítica.

e) não é possível a contratação de artistas diretamente por entes públicos, devendo o Prefeito proceder à contratação de organização social para a organização do evento, com expressa diretriz a esta, prevista em contrato programa, de que faça a contratação do artista para o evento.

Comentários:

Neste caso, é possível a contratação direta com fulcro no art. 25, III, da Lei 8666/93, porquanto se trata de artista consagrado pela crítica ou pela opinião pública, tal como o enunciado nos apresenta: "*artista nascido no Município, aclamado pelo público*".

Adicionalmente, o ato deve ser motivado e justificado, no que tange à escolha do artista e do preço acordado, conforme preceitua o art. 26, parágrafo único, II e III da Lei 8666:

> ***Art. 25.*** *É* ***inexigível*** *a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*
>
> *(...)*
>
> ***Art. 26.*** *As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)*
>
> ***Parágrafo único.*** *O* ***processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento****, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*
>
> *I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)*
>
> *II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
>
> *III - justificativa do preço.*
>
> *IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

Gabarito*:* Letra B.

---

19. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Um município iniciou procedimento licitatório de concorrência para contratação de um determinado serviço. Foi publicado o edital e iniciada a fase de habilitação. No julgamento das habilitações assim procedeu a administração:

I - A proponente X foi inabilitada por não atender ao requisito do edital quanto ao número mínimo de empregados e anos de existência com atuação no mercado.

II - A proponente Y foi inabilitada por se tratar de uma empresa de pequeno porte, que não pode participar da licitação de acordo com as regras vigentes.

III - A proponente Z foi inabilitada por estar com a certidão de débitos fiscais federais positiva.

IV - A proponente W foi inabilitada por serem empresas em consórcio, uma vez que o edital vedava a participação de consórcios, já que o objeto da licitação era simples.

Com base em referidas informações indique a alternativa correta:

a) Todas as decisões de inabilitações acima referidas são ilegais por ferirem o postulado da competitividade, restringindo de forma indevida a participação do maior número de concorrentes.

b) Somente a decisão III está correta. As demais decisões de inabilitação são ilegais por se tratarem de questões impertinentes à licitação.

c) Todas as decisões de inabilitação referidas estão corretas. A administração deve garantir a lisura e seriedade no cumprimento das exigências fixadas no edital.

d) Somente a decisão II está correta uma vez que empresas de pequeno porte não possuem capital social e recursos mínimos necessários para contratarem com a administração pública.

e) As decisões III e IV estão corretas. É critério da administração, desde que conste no edital a vedação quanto à participação de empresas em consórcio, especialmente em licitações simples.

Comentários:

I)Errada. A documentação relativa à qualificação técnica deve limitar-se às condições estabelecidas na Lei 8666/93.

(...)

> *Art. 30 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*
>
> *(...)*
>
> *II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*
>
> *(...)*
>
> *§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*
>
> *I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*
>
> *(...)*

> *§ 5º* ***É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei****, que inibam a participação na licitação.*

II - Errada. A causa foi simplesmente o fato de a empresa ser de pequeno porte, o que não a inabilita. Poder-se-ia haver inabilitação pela ausência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, conforme art. 31 da Lei 8666/93, caso previsto no instrumento convocatório:

> *Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços,* ***poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo****, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.*
>
> *§ 3o O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.*

III - Certo. É preciso comprovar, para habilitação nas licitações, regularidade fiscal e trabalhista, segundo art. 27, IV, da Lei 8666/93:

> *Art. 27: Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*
>
> *(...)*
>
> *IV – regularidade fiscal e trabalhista;*
>
> *Lei 8666/93*
>
> *(...)*
>
> *Art. 29: A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:*
>
> *(...)*
>
> *III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;*

IV - Certo. A decisão acerca da participação de consórcios é **discricionária,** nos termos do art. 33 da Lei 8.666/1993. No caso, o edital a vedou, seguindo entendimento do TCU:

> *"A jurisprudência do TCU é pacífica no sentido de que a* ***decisão acerca da participação de consórcios é discricionária****, nos termos do art. 33 da Lei 8.666/1993.*
>
> *No entanto, os motivos que fundamentam essa opção do gestor devem estar demonstrados nos autos do procedimento licitatório, ou no edital, especialmente quando a vedação representar risco*

à competitividade do certame, o que deve ser observado mediante a análise do caso concreto (Acórdãos 566/2006, 1.028/2007, 1.636/2007 e 1.453/2009, todos do Plenário).

Existe ainda o entendimento de que, se as circunstâncias concretas indicarem que o objeto apresenta vulto ou complexidade que tornem restrito o universo de possíveis licitantes, fica o Administrador obrigado a prever a participação de consórcios no certame com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa (Acórdãos 1.417/2008 e 2.304/2009, ambos do Plenário)."

Lei 8666/93

Art. 33. ***Quando permitida na licitação*** *a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*

I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;

III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

Gabarito: Letra E.

---

20. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL/Procurador Legislativo

Considere que a Administração pretenda contratar a construção de um túnel em trecho de serra de uma rodovia, tendo identificado significativa complexidade técnica para sua execução a demandar alta especialização, considerada fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado. Nesse sentido, deseja introduzir no correspondente procedimento licitatório algum mecanismo ou exigência que permita minimizar os riscos de falha de construção por parte do contratado. Nesse contexto, de acordo com as disposições constantes da Lei no 8.666/1993, a Administração poderá estabelecer no edital

a) previsão, como etapa necessária na fase de habilitação, de teste de capacitação técnica, avaliada por empresa certificadora, pública ou privada, com reconhecida expertise técnica para aferição.

b) exigência de apresentação pelos licitantes da metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou recusa, deverá preceder a análise dos preços, devendo ser efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

c) a inversão de fases, iniciando-se pela habilitação, com avaliação exclusivamente de requisitos de capacidade econômico- -financeira e habilitação jurídica, diferindo os requisitos de qualificação técnica para exame apartado após a apresentação da proposta econômica.

d) fixação de exigências relativas a equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, atendidas mediante comprovação de contratação, propriedade e de localização prévia.

e) exigência de participação dos licitantes em consórcio, de forma a assegurar a conjugação de requisitos de capacitação técnica e econômico-financeira suficientes para fazer frente à complexidade e aos custos do objeto.

Comentários:

Como a obra apresentou-se como de alta complexidade técnica, a administração pode exigir a metodologia de execução por parte dos licitantes, precedendo a análise de preços.

> *Lei 8666/93*
>
> *Art 30 § 8° No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não,* ***antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.***
>
> *§ 9° Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.*

Gabarito: B.

---

21. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL/Procurador Legislativo

Suponha que, na vigência de ata de registro de preços relativa a itens de material hospitalar, tenha sobrevindo uma significativa redução dos preços praticados no mercado em relação aos itens registrados. Diante de tal cenário,

a) apenas os órgãos participantes estarão obrigados a adquirir os itens registrados, podendo aqueles que tiverem aderido à ata optar pela não aquisição dos quantitativos estimados de forma a obter contratações mais vantajosas em outro certame.

b) caberá ao órgão gerenciador convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado, e aqueles que não aceitarem a redução serão liberados do compromisso de fornecimento sem aplicação de penalidades.

c) o órgão gerenciador poderá cancelar a ata de registro de preços, como alternativa jurídica para liberar os participantes da obrigação de adquirir os quantitativos indicados, salvo se reservados os correspondentes recursos orçamentários quando da abertura do procedimento.

d) o órgão gerenciador poderá desconsiderar o preço dos fornecedores registrados e convocar os integrantes do cadastro de reserva para efetuarem o fornecimento pelo preço arbitrado de acordo com a média de mercado apurada.

e) o fornecedor registrado poderá declinar do direito adquirido ao fornecimento dos quantitativos indicados pelo preço registrado, hipótese em que o órgão gerenciador fica obrigado a efetuar a prorrogação automática da vigência da ata.

Comentários:

(A) ERRADA. Todos os órgãos deverão realizar as contratações.

> *Art. 2 II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, **com característica de compromisso para futura contratação**, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;*

(B) CERTA. Exatamente, conforme os artigos abaixo.

> ***Art. 18, SRP,** quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços** aos valores praticados pelo mercado.*
>
> *§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.*

(C) ERRADA. A revogação (e não o cancelamento) se dá após as negociações com os fornecedores.

(D) ERRADA. Não existe essa previsão na lei.

(E) ERRADA. O fornecedor não pode declinar de fornecer conforme combinado na ata de registro de preços.

> *Art. 13. Homologado o resultado da licitação, **o fornecedor mais bem classificado** será convocado para assinar **a ata de registro de preços**, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado **uma vez, por igual período**, quando **solicitado pelo fornecedor** e desde que **ocorra motivo justificado** aceito pela administração.*

Gabarito: B.

---

22. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

Acerca da participação de cooperativas em licitações e contratações públicas, a legislação nacional dispõe que:

a) cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis podem ser contratadas com dispensa de licitação, para coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo.

b) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, aos bens e serviços produzidos por cooperativas.

c) os atos de convocação não podem restringir a participação de cooperativas, sendo admissível que estabeleçam preferência para as cooperativas que atuem em âmbito local.

d) aplica-se regra de empate ficto às propostas apresentadas pelas cooperativas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

e) a contratação de cooperativas implica em responsabilidade solidária do ente contratante em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários dos cooperados.

Comentários:

(A) CERTA. É o que prevê a lei 8.666/93 como hipótese de licitação dispensável:

> *XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública*

(B) ERRADA. Como critério de desempate, seguindo a ordem trazida pela lei 8.666/93, será assegurada preferência para bens produzidos no país.

> *Art 3º § 2o - Em igualdade de condições, como **critério de desempate**, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*
>
> *II - produzidos no País;*
>
> *III - produzidos ou prestados por empresas brasileiras.*

(C) ERRADA. Nas licitações, o tratamento dado às cooperativas não admite essa preferência.

> *Art 3º § 1o - É **vedado** aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, **inclusive nos casos de sociedades cooperativas**, e estabeleçam **preferências** ou **distinções** em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

(D) ERRADA. Não existe essa previsão na lei.

(E) ERRADA. Não existe essa previsão na lei.

Gabarito: A.

---

23. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

a) empreitada por preço unitário; empreitada por preço diversificado; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

b) empreitada por contrato único; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

c) empreitada por preço unitário; empreitada por preços múltiplos; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

d) empreitada por preço unitário; empreitada por preço global; contratação por tarefa; empreitada integral ou contratação integrada.

Comentários:

Segundo o art. 8º da Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas:

> *Art. 8º Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:*
>
> *I - empreitada por preço unitário;*
>
> *II - empreitada por preço global;*
>
> *III - contratação por tarefa;*
>
> *IV - empreitada integral; ou*
>
> *V - contratação integrada.*

Gabarito: Letra D.

---

24. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. Nesse sentido, o contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança bancária.

b) caução em dinheiro, seguro-garantia; fiança bancária.

c) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; caução em cartão de crédito.

d) caução em carta de crédito documentário, seguro-garantia; fiança judicial.

Comentários:

Segundo o art. 70 da Lei nº 13.303/2016:

> *Art. 70. Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.*
>
> *§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:*
>
> *I - caução em dinheiro;*
>
> *II - seguro-garantia;*
>
> *III - fiança bancária.*

Gabarito: Letra B.

---

25. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

A Constituição Federal exige licitação no contratar de obras, serviços, nas compras e nas alienações da Administração Pública

a) direta da União, dos estados e municípios, sendo facultada a dispensa por discricionariedade do Poder Executivo.

b) direta, indireta ou fundacional dos entes federados, sendo excepcionalmente permitida dispensa em casos expressamente previstos em lei.

c) indireta dos entes federados, sendo regularmente afastada em casos estabelecidos pelo órgão legislativo competente.

d) direta e indireta ou fundacional da União e dos municípios, sendo regularmente dispensada discricionariamente pelo chefe do Executivo.

Comentários:

Conforme art. 1º da Lei 8666:

> *Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da* ***União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios****.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta,* ***os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas*** *direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Anote-se que também são previstas dispensas de licitações no referido diploma.

Gabarito: Letra B.

---

26. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Sobre a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, é correto afirmar que

a) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

b) é inexigível a licitação para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

c) nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

d) é dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal ou, ainda, pelas entidades equivalentes.

Comentários:

(A) ERRADA. A alternativa informou a definição da tomada de preços.

(B) ERRADA. Nesse caso a licitação é dispensável e não inexigível.

(C) CERTA. É o que nos diz o parágrafo 5º do artigo 3º da lei 8.666/93.

> *Artigo 3º § 5o Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)*
>
> *I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)*
>
> *II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)*

(D) ERRADA. Aqui é um caso de inexigibilidade de licitação e não de dispensa.

Gabarito: C.

---

27. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador Jurídico

Assinale a alternativa que contempla hipótese de contratação de obras, bens ou serviços pelo poder público, em que a Lei n° 8.666/93 impõe o dever de licitar, independentemente de seu valor, não sendo permitida, no caso, a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

a) Serviços de publicidade e divulgação.

b) Obras e serviços de engenharia.

c) Suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário ou permissionário.

d) Patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

e) Pareceres, perícias e avaliações em geral.

Comentários:

Há obrigatoriedade de licitação para serviços de publicidade e divulgação, segundo art. 2º c/c Art. 25, II, da Lei nº 8666:

> *Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*
>
> *(...)*

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *(...)*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

Gabarito: Letra A.

---

28. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Considere a seguinte situação hipotética.

Uma determinada Prefeitura faz um estudo do consumo de um medicamento comum para hipertensão, que é dispensado gratuitamente na rede pública de saúde municipal, e conclui que são necessários, em média, 10000 (dez mil) comprimidos por mês, totalizando 120000 (cento e vinte mil) comprimidos por ano. O preço de mercado do medicamento é, em média, de R$ 1,00 (um real). Tendo em vista que a Municipalidade tem baixa capacidade de armazenagem de insumos de saúde em geral e, visando obter ganho de escala, maior competitividade entre fornecedores, menor preço e que não haja falta de medicamentos para a população, a licitação a ser realizada nesse caso seria

a) um convite, para a aquisição de todo o quantitativo de comprimidos necessários, pois o convite é a modalidade licitatória mais célere e competitiva, que possui menos formalidades e é compatível com o valor da aquisição.

b) um pregão, para a formação de uma Ata de Registro de Preços, para o quantitativo estimado de 120 000 unidades, com a possibilidade de várias aquisições do medicamento, durante o ano, pelo preço registrado.

c) uma concorrência, para o quantitativo médio mensal de 10000 (dez mil) comprimidos, que deverá ser repetida todos os 11 (onze) meses seguintes, que será mais vantajosa por apenas repetir as especificações da primeira concorrência realizada.

d) dispensável, por alteração introduzida na Lei Federal n° 8.666/93, para quaisquer aquisições no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cujo valor anual seja inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

e) uma tomada de preços, pois a realização de uma licitação apenas com fornecedores previamente cadastrados é mais vantajosa, pela desnecessidade de entrega dos documentos legalmente exigidos, o que torna o procedimento célere.

Comentários:

Nas situações como a relatada na questão, nas quais o órgão precisará fazer as aquisições de forma parcelada, o ideal é registrar os preços em uma ata de registro de preços. Na alternativa a) o valor total da aquisição não permite o enquadramento na modalidade convite. O uso da concorrência de forma mensal também não faz sentido algum, conforme a alternativa c). A hipótese de dispensa trazida pela alternativa d) também não é verdadeira. Já na alternativa e), o prévio cadastro não

dispensa os licitantes da apresentação de diversos outros documentos legais e a alternativa erra ao afirmar sobre a desnecessidade de entrega de documentos legalmente exigidos.

Gabarito: B.

---

29. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Suponha-se que uma Prefeitura Municipal possua um contrato de limpeza predial de suas dependências, inicialmente com prazo de 12 (doze) meses, que foi sendo sucessivamente prorrogado por igual período, o que totalizou aditamentos para um período de 60 (sessenta) meses. Quando passados 54 (cinquenta e quatro) meses de contratação, a Municipalidade publicou edital de pregão para licitar os serviços de limpeza. No entanto, em razão de recursos judiciais e da atuação do Tribunal de Contas, o pregão foi suspenso e está-se na iminência do vencimento do contrato, que se encontra no 59° mês de execução. O valor que mensalmente vem sendo pago à Contratada é considerado compatível ao de mercado, segundo pesquisa de preços feita pela Municipalidade. A Prefeitura Municipal, nesse caso, ao observar a legislação de licitações, deve

a) envidar os esforços necessários para superar os óbices apontados nas decisões do Tribunal de Contas e judiciais, no menor prazo possível e, ultrapassado o vencimento contratual, ficar sem o serviço até que a situação seja regularizada.

b) prorrogar o contrato existente, excepcionalmente, justificando devidamente a situação ocorrida, e desde que haja autorização da autoridade superior àquela responsável pela referida contratação.

c) realizar uma contratação emergencial, na qual deverão ser observadas as seguintes formalidades: caracterização da situação emergencial que justifica a dispensa, a razão da escolha do fornecedor, que não poderá ser a atual Contratada, e a justificativa do preço.

d) realizar um pregão eletrônico para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada.

e) realizar um convite para a contratação dos serviços de limpeza predial pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo-se, no contrato, uma cláusula resolutiva, de que o contrato estará rescindido, de pleno direito, quando a licitação suspensa for encerrada.

Comentários:

Para os serviços de execução continuada, a lei 8.666/93 prevê a possibilidade de, após os 60 meses citados na questão, prorrogar por mais 12 meses, desde que se caracterize uma situação excepcional e seja justificado e autorizado pela autoridade superior.

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
>
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

> *§ 4o Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses*

Gabarito: B.

---

30. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Determinado órgão público realizou licitação para aquisição de material de expediente. Durante a sessão pública, um dos licitantes do certame manifestou imediata e motivada intenção de recorrer com relação ao item licitado, tendo sido concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso. O recurso interposto pelo licitante foi acolhido e, após análise, o mesmo foi aceito e a licitação seguiu o seu rito procedimental para adjudicação e homologação do item.

De acordo com a Lei Federal Nº 10.520/2002 (Institui a modalidade de licitação Pregão), nessa situação, o item objeto da licitação será

a) adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

b) adjudicado e homologado pelo pregoeiro.

c) adjudicado pelo pregoeiro e homologado pela Autoridade Competente.

d) homologado pela Autoridade Competente, sem a necessidade de adjudicação.

Comentários:

Questão bem tranquila. Após a decisão quanto aos recursos, a autoridade competente realiza a adjudicação, que é a "entrega" do objeto ao vencedor. Logo após, essa mesma autoridade realizará a homologação, atestando que todo o procedimento licitatório ocorreu de forma legal.

> *Lei 10.520/02, art. 4º.*
>
> *XXI - decididos os recursos, **a autoridade competente fará a adjudicação** do objeto da licitação ao licitante vencedor;*
>
> *XXII - **homologada a licitação pela autoridade** competente, **o adjudicatário será convocado para assinar** o contrato no prazo definido em edital*

Gabarito: A.

---

31. 2018/IDECAN/IPC-ES/Procurador

Sobre os regimes de licitações públicas, analise os itens abaixo:

I. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, as minutas dos editais de licitação devem ser previamente examinadas e aprovadas pelo órgão de assessoria jurídica da unidade responsável pela licitação.

II. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) contempla a possibilidade de celebração de contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza a

prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela Administração.

III. É permitida a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nas licitações de obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e III.

d) Todos estão corretos.

Comentários:

I – ERRADA. A assessoria jurídica é da administração e não da unidade licitante.

> *Art. 38- Parágrafo único da Lei 8666/93: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por* ***assessoria jurídica da Administração.***

II – CORRETA. Reprodução do artigo 47-A do RDC:

> *Art. 47-A. da lei 12.462/2011: A administração pública poderá firmar contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela administração.*

III – CORRETA. Reprodução do inciso VI do artigo 1º do RDC:

> *Art. 1º, VI da Lei 12.462/2011: É instituído o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização:*
>
> *[...]*
>
> *VI - das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma e administração de estabelecimentos penais e de unidades de atendimento socioeducativo;*

Gabarito: C.

---

32. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

O art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que o processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública na aquisição de bens e serviços. Mas em caso de apresentação de duas ou mais propostas em igualdade de condições, a escolha da vencedora será feita:

a) Mediante a realização de sorteio.

b) Pela ordem cronológica de apresentação das propostas.

c) Preferindo-se a proposta cujos bens ou serviços a serem fornecidos sejam produzidos ou prestados no País.

d) Preferindo-se a proposta cujos bens ou serviços a serem fornecidos sejam produzidos ou prestados por empresa brasileira de capital nacional.

Comentários:

Caso seja verificada igualdade de condições nas propostas, o critério de desempate seguirá a ordem positivada no parágrafo 2º do artigo 3º da lei 8.666/93:

> *Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*
>
> *§ 2o Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:*
>
> *I - (Revogado pela Lei nº 12.349, de 2010)*
>
> *II - produzidos no País;*

Gabarito: C.

---

33. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO-SP/Juiz Federal

Reconhecida a nulidade da licitação vencida por empresa privada para a prestação de serviço de limpeza urbana, e tendo sido já prestados parte dos serviços contratados e paga parte da remuneração ajustada, a Administração Pública:

a) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, mas somente no caso de a nulidade da licitação ter sido reconhecida por culpa da empresa contratada.

b) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, mas somente no caso de a nulidade da licitação ter sido reconhecida por culpa da Administração Pública.

c) Tem direito à devolução dos valores pagos por serviços prestados, independentemente de quem tenha sido a culpa pela nulidade da licitação.

d) Não tem direito à devolução dos valores pagos por serviços já prestados.

Comentários:

Nesse caso, faz-se necessário um cotejamento entre o artigo 59 da lei 8.666/93 e a jurisprudência do STJ.

> *Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.*
>
> *Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.*

> *"[...] Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, "ainda que o contrato realizado com a Administração Pública seja nulo, por ausência de prévia licitação, o ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados ou pelos prejuízos decorrentes da administração, desde que comprovados, ressalvada a hipótese de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade" (AgRg no Ag 1056922/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ de 11 de março de 2009)."*

O examinador não deixa claro se o contratado concorreu para a ocorrência da nulidade. Caso tenha concorrido, não tem direito ao pagamento. Mas caso não tenha concorrido, a administração pagou por um serviço prestado e, caso não pagasse, prejudicaria a empresa de boa-fé e ocasionaria um enriquecimento ilícito por parte da administração.

Gabarito: (A), mas poderia ser (D).

---

34. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

Assinale a alternativa INCORRETA, quanto à documentação relativa à qualificação técnica exigida pela Lei nº 8.666/93:

a) As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

b) Será sempre admitida a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

c) Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

d) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/93 deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência exclusivamente superior, desde que aprovada pela administração.

Comentários

(A) CERTA. É a reprodução do parágrafo 6º do artigo 30:

> *§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.*

(B) CERTA. É a reprodução do parágrafo 3º do artigo 30:

> *§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.*

(C) CERTA. É a reprodução do parágrafo 4º do artigo 30:

> *4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.*

(D) ERRADA. Pegadinha na alternativa. A substituição admitida é por profissionais de experiência equivalente ou superior e não exclusivamente superior, conforme mencionado na assertiva.

> *§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.*

Gabarito: D.

---

35. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÍNA-SP/Procurador Jurídico

Se o servidor público frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, segundo a Lei Federal N° 8.666/93, ele estará incorrendo em crime contra a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

b) No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput do art. 23 da Lei nº 8.666/93, quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.

c) É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos do art. 23 da Lei nº 8.666/93, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.

d) Nos casos em que couber tomada de preços, a Administração poderá utilizar o convite e, em qualquer caso, a concorrência.

Comentários

(A) CERTA. É a reprodução do parágrafo 1º do artigo 23:

> *§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas*

> *ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.*

(B) CERTA. É a reprodução do parágrafo 8º do artigo 23:

> *§ 8º No caso de consórcios públicos, aplicar-se-á o dobro dos valores mencionados no caput deste artigo quando formado por até 3 (três) entes da Federação, e o triplo, quando formado por maior número.*

(C) CERTA. É a reprodução do parágrafo 5º do artigo 23:

> *5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços", conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço.*

(D) ERRADA. Temos que ter em mente que aquele que pode o mais, pode o menos. Assim, o convite é a modalidade que tem o menor valor limite, seguido da tomada de preços e, por último, a concorrência. Dessa maneira, nos casos em que pode ser usado o convite, poderemos usar a tomada de preços (a questão afirmou o contrário). Em qualquer caso, a concorrência poderá ser utilizada.

Gabarito: D.

---

36. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA -SP/Procurador Jurídico

As afirmações abaixo se referem à licitação para execução de obras e prestação de serviços. Assinale a alternativa CORRETA:

I – Em particular, obedecem a sequência: projeto básico, projeto executivo e execução de obras e serviços.

II – A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores.

III – O projeto executivo poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, independente de autorização pela Administração.

IV - A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

V - É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, II, IV e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II, IV e IV estão corretas.

Comentários

Questão bem direta nos comandos da lei. Vou apenas reproduzi-los:

I – CERTA.

> *Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*
>
> *I - projeto básico;*
>
> *II - projeto executivo;*
>
> *III - execução das obras e serviços.*

II – CERTA

> "Art. 7º. (...)
>
> § 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração."

III – ERRADA.

> "Art. 7º. (...)
>
> § 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, **desde que também autorizado pela Administração.**"

IV – CERTA.

> *Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.*

V – CERTA.

> *Art. 7º § 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.*

Gabarito: C.

---

37. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética: O Instituto de Previdência do Servidor Municipal de São José dos Campos pretende tornar mais eficiente o atendimento ao público. Estudo realizado demonstrou que a implantação de um call center poderia trazer significativos ganhos de eficiência para o instituto e conforto para os aposentados e pensionistas, na medida em que permitiria que eles esclarecessem dúvidas sem a necessidade de se deslocar até a sede do

instituto. O prazo do contrato a ser celebrado é de 24 meses e o valor estimado da contratação é de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O serviço é considerado comum.

Sobre o procedimento de contratação do serviço de call center, é correto afirmar:

a) por se tratar da contratação de serviço comum, a apresentação de projeto básico pela Administração Pública é dispensada.

b) a licitação poderá ser realizada na modalidade pregão, se o critério de julgamento for o menor preço.

c) é permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para a execução do objeto do contrato.

d) a hipótese é de dispensa de licitação, ante a urgência de se estabelecer atendimento eficiente a pessoas que se encontram em situação que demanda atendimento prioritário como idosos e pessoas portadoras de enfermidades.

e) a previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes do serviço a ser executado somente é exigida após o encerramento do procedimento licitatório, no momento em que ocorrer a assinatura do contrato.

Comentários

(A) ERRADA. Há obrigatoriedade de possuir o projeto básico.

> *"Art. 7° As licitações para a execução de obras e **para a prestação de serviços** obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:*
>
> *I- **projeto básico**;"*

(B) CERTA. Por se tratar de um serviço comum, conforme nos informou o enunciado, pode ser utilizado o pregão. Ainda mais em se tratando de julgamento pelo menor preço.

> *Art. 4° a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*
>
> *(...) X- para julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor preço**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital"*

(C) ERRADA. Isso é expressamente vedado, senão vejamos:

> *"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:*
>
> *(...) § 3º É **vedado** incluir no objeto da licitação a **obtenção de recursos financeiros para sua execução,qualquer que seja a sua origem**, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica." **Leis 8.987/95**. e **LEI 11.079/04. (tratam sobre concessão e permissão de serviço público e PPP, estas leis viabilizam ao concessionária a captação de recursos para a execução de empreendimentos)***

(D) ERRADA. A lei não elencou essa hipótese, invenção do examinador.

(E) ERRADA. Para acontecer a licitação os recursos orçamentários já devem estar previstos.

> *§ 2º As obras e os serviços* ***somente poderão ser licitados quando****:*
>
> *I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;*
>
> *II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;*
>
> *III -* ***houver previsão de recursos orçamentários*** *que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;*

Gabarito: B.

---

38. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética.

A Prefeitura de Marília possui um terreno sem afetação a alguma finalidade pública, que poderia ser utilizado, por sua localização, como estacionamento. Então, o Poder Público procede a adequação do terreno à finalidade de que sirva como estacionamento, construindo uma pequena guarita e instalando muros e portões. Estando o terreno pronto para receber um estacionamento, é correto afirmar que o Executivo Municipal

a) não poderá usar o terreno da forma prevista, pois os bens públicos são de uso comum, não havendo nenhuma hipótese de uso privativo, como pretende a Municipalidade.

b) poderá fazer licitação para a concessão de bem público, para que a exploração fique a cargo de particular, que remuneraria a Administração Municipal.

c) poderá fazer licitação para a concessão de serviço público impróprio, sujeita ao regime de concessões e permissões da Lei Federal n° 8.987/95.

d) poderá explorar diretamente o terreno como estacionamento, mas não poderá fazê-lo mediante descentralização à iniciativa privada.

e) poderá descentralizar a exploração do estacionamento à iniciativa privada, por meio de uma concessão patrocinada.

Comentários

(A) ERRADA. Os bens públicos podem ser usados por particulares, vide as concessões de uso, permissões e autorizações.

(B) CERTA. Perfeito. A prefeitura poderá conceder o uso ao particular, prevendo uma contraprestação ao poder público.

(C) ERRADA. Os serviços públicos impróprios são aqueles que podem ser prestados pelos particulares, a despeito do interesse coletivo, como saúde e educação. No caso afirmado, não ocorreria nenhuma prestação de serviço público e sim uma utilização por particular de bem do Estado.

(D) ERRADA. A exploração de atividade econômica pelo Estado se fará atendendo a imperativo de segurança nacional ou interesse coletivo relevante. Uma exploração econômica de estacionamento não atende a esse requisito, com os dados fornecidos pela questão.

(E) ERRADA. A concessão patrocinada encontra-se disciplinada nas Parcerias Público-Privadas. A própria Lei de regência veda a celebração de PPP cujo valor de contrato seja inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), como se verifica do teor do art. 2º, §4º, I, de tal diploma. Não me parece razoável que o valor poderia ser alcançado nesse caso.

Gabarito: B.

---

39. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) A lei prevê a possibilidade de revogação e anulação da licitação. A primeira se dá por interesse público, e a segunda, por ilegalidade, e necessariamente acarretam a obrigação de indenização.

b) É dispensável a licitação nas hipóteses de licitação deserta e licitação fracassada.

c) Os casos de dispensa de licitação, que não se confundem com os casos de inexigibilidade, são sempre facultativos e decorrem da competência discricionária da Administração.

d) O edital de licitação poderá conter exigência discriminatória desde que seja pertinente ou relevante para o específico objeto do contrato, aplicando-se o princípio da razoabilidade.

e) Em obediência ao princípio da adjudicação compulsória, concluído o procedimento da licitação, o vencedor tem reconhecido o direito à atribuição da licitação e ao contrato imediato.

Comentários

(A) ERRADA. A assertiva estava toda certinha até afirmar que acarretam a necessidade de indenização. No caso da anulação, só há indenização pelo que o contratado houver executado até a nulidade e outros prejuízos comprovados, que não lhes sejam imputáveis.

> *Art. 49 da lei 8666 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá **revogar a licitação por razões de interesse público** decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-la por ilegalidade**, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*
>
> *§ 1o **A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59** desta Lei.*
>
> *Art. 59. .Parágrafo único. **A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado** até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.*

(B) ERRADA. Para o caso da licitação deserta a administração poderá dispensar a licitação para contratação. Não é o mesmo que ocorre na fracassada. A licitação fracassada não é hipótese, de

regra, de licitação dispensável. A Administração Pública poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para 3 dias úteis.

(C) ERRADA. Nas licitações dispensadas, a licitação não deverá ser realizada, ao contrário da dispensável, na qual a lei permite a discricionariedade do administrador.

(D) CERTA. A lei pode, sem violação do princípio da igualdade, distinguir situações, a fim de conferir a uma tratamento diverso do que atribui a outra. Para que possa fazê-lo, contudo, sem que tal violação se manifeste, é necessário que a discriminação guarde compatibilidade com o conteúdo do princípio. (STF)

(E) ERRADA. O direito do adjudicatário é de ser convocado em primeiro lugar, mas ele não tem direito subjetivo à contratação. É assim que entende o TCU:

> *"( ) o fato de o objeto de um dado certame ter sido adjudicado a uma empresa, não implica em direito subjetivo da mesma em obter a contratação. O direito do adjudicatário é o de ser convocado em primeiro lugar caso a Administração decida celebrá-lo, conforme vastamente pacificado pela jurisprudência e pela doutrina" (Acórdão 868/2006 - Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006)*

Gabarito: D.

---

40. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Acerca do regime de licitações e contratações na administração pública, assinale a opção correta.

a) Se o TJ/SE adquirir computadores por meio de ata de registro de preços, com bons preços de mercado, o estado de Sergipe poderá fazer aquisição semelhante, mediante adesão à referida ata. Nesse caso, em atenção aos princípios da eficiência e economicidade, será desnecessária a anuência do TJ/SE.

b) Caso opte pelo regime diferenciado de contratação para a contratação de determinado serviço de engenharia, a administração pública poderá, mediante a devida justificativa formal, selecionar licitantes pela marca dos produtos a serem utilizados no serviço, mas não poderá exigir requisitos de sustentabilidade ambiental.

c) Se o estado de Sergipe e o governo federal pretenderem firmar um contrato de programa para a gestão associada de serviço de saúde nas regiões carentes desse estado, ter-se-á, nesse caso, uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

d) Caso um estado da Federação realize um pregão para a aquisição de material de expediente, a classificação das propostas, nesse caso, poderá ser feita pelo critério de melhor técnica.

e) É hipótese de inexigibilidade de licitação a contratação de serviço técnico especializado, de natureza singular, executado por profissional de notória especialização, sendo imprescindível a justificativa dos preços contratados.

Comentários

(A) ERRADA. A assertiva está incorreta, visto que é necessária a anuência do órgão gerenciador da ata:

> ***DECRETO Nº 7.892/13*** *Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.*

(B) ERRADA. A assertiva erra sobre os requisitos de sustentabilidade ambiental, pois eles podem sim ser exigidos.

> ***LEI Nº 12.462/11*** *Art. 14 - Parágrafo único. Nas licitações disciplinadas pelo RDC: II - poderão ser exigidos requisitos de sustentabilidade ambiental, na forma da legislação aplicável.*

(C) ERRADA. Essa hipótese é configurada como dispensa de licitação e não inexigibilidade.

> ***Lei Nº 8.666/93*** *Art. 24- É dispensável a licitação:*
>
> *XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.*

(D) ERRADA. Você nunca deve deixar de lembrar que no pregão só temos o julgamento pelo menor preço. Não há que se falar em técnica, pois os serviços e bens são comuns.

> ***LEI No 10.520*** *Art. 4º, X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;*

(E) CERTA. É exatamente o comando do inciso II do artigo 25 da lei 8.666/93, em conjunto com o inciso III do artigo 26.

> ***LEI Nº 8.666/93,*** *Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *[...]*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
>
> *Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.*
>
> *[...]*
>
> *III - justificativa do preço.*
>
> *IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*

Gabarito: E.

41. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Tratando-se de licitação denominada deserta, é correto afirmar:

a) trata-se de licitação em que aparecem interessados, mas nenhum é selecionado em decorrência da inabilitação ou da desclassificação.

b) ocorrendo, a Administração Pública não está dispensada de realizar nova licitação, para não causar prejuízo público

c) é aquela em que houve dispensa de licitação, quando o contrato tenha por objetivo atender uma situação extrema

d) tem como um dos requisitos que nenhum interessado tenha apresentado a documentação exigida na proposta

e) deve ser reconhecida quando é caso de aquisição de bens ou serviços e a licitação é dispensada por seu valor.

Comentários

(A) ERRADA. A alternativa refere-se à licitação fracassada, e não à deserta, já que esta equivale à hipótese de dispensa prevista no Art. 24, V, para quando não acudirem interessados e a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

(B) ERRADA. Conforme comentário da alternativa "a".

(C) ERRADA. Conforme comentário da alternativa "a".

(D) CERTA. Uma das consequências da licitação deserta é que, por não haverem acudido interessados ao certame, de forma igual não foram apresentados os correspondentes documentos de habilitação.

(E) ERRADA. A dispensa por valor é tratada em itens específicos do Art. 24 (incisos I e II), não se confundindo, portanto, com a licitação deserta.

Gabarito: D.

---

42. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Nos termos da Lei n° 8.666/1993, é verdadeira a seguinte afirmação:

a) as obras e serviços somente poderão ser licitados quando existir previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento no exercício financeiro do ano seguinte da sua execução.

b) se as obras e serviços forem licitados sem orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, pode implicar na nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

c) somente o Ministério Público e os órgãos de controle interno da Administração Pública podem requerer desta última os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra licitada.

d) os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, obrigatoriamente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

e) é possível incluir no objeto de licitação o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

Comentários

(A) ERRADA. O correto seria para "pagamento no exercício em curso".

> *Art. 7. § 2o As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro **em curso**, de acordo com o respectivo cronograma;*

(B) CERTA. É a íntegra do artigo 7º, parágrafos 2º e 6º, da lei 8.666/93:

> *Art. 7. § 2o As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;*
>
> *[...]*
>
> *§ 6o A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.*

(C) ERRADA. Na verdade, qualquer cidadão poderá requerer da Administração ***os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra licitada*.**

> *Art. 7o § 8o **Qualquer cidadão** poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.*

(D) ERRADA. Eles serão realizados preferencialmente na modalidade concurso.

> *Art. 13. § 1o Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, **preferencialmente**, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.*

(E) ERRADA. Pelo contrário, isso é vedado. As quantidades devem estar previstas na licitação.

> *Art. 7o § 4o É **vedada**, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.*

Gabarito: B.

---

43. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Nos termos da n° Lei 8.666/1993,

a) toda anulação de procedimento licitatório gera obrigação de indenizar.

b) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

c) não é possível a revogação de licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente.

d) a anulação ou revogação da licitação não pode ser realizada de ofício, ainda que por motivo de ilegalidade.

e) a revogação da licitação não pode ser realizada pela mesma autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório.

Comentários

(A) ERRADA. Inexiste tal obrigatoriedade na lei 8.666/93.

> *Conforme art. 49, §1º, Lei 8.666:* "A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei."

(B) CERTA. É a íntegra do parágrafo 3º do artigo 49 da lei 8.666/93:

> *Art. 49, §3º, Lei 8.666:* "No caso de desfazimento do processo licitatório, fica **assegurado** o **contraditório e a ampla defesa."**

(C) ERRADA. A revogação do procedimento licitatório está positivada no artigo 49, *in verbis:*

> A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado "

(D) ERRADA. A anulação pode sim ser de ofício, conforme vimos na alternativa c). Além disso, a revogação não ocorre por ilegalidade e sim por interesse público superveniente.

(E) ERRADA. Afronta total ao artigo 49, transcrito na alternativa c).

Gabarito: B.

---

44. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador Jurídico

A Administração Pública pretende a contratação de serviço técnico de natureza singular, na área de publicidade e divulgação. Nessa hipótese, tendo em vista o disposto na Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93), essa contratação

a) dispensa a licitação.

b) deve ser feita por meio de licitação.

c) pode ser feita por contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

d) pode ser feita sem licitação, desde que com empresa de notória especialização.

e) pode dispensar a licitação, desde que seja contratado profissional, pessoa física, de notória especialização.

Comentários

Os serviços de publicidade e divulgação não podem ser contratados por meio de inexigibilidade de licitação. A banca tentou confundir os candidatos ao afirmar a natureza singular do objeto. Mas, os comandos da lei são claros.

> *Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
>
> *I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*
>
> *II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização,* ***vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação****;*

Assim, o serviço **DEVE ser licitado.**

> *Art. 2o As obras, serviços,* ***inclusive de publicidade****, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros,* ***serão necessariamente precedidas de licitação,****ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

Gabarito: B.

---

45. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

Acerca da disciplina do registro de preços, prevê a Lei Federal nº 8.666/93 que

a) a seleção deve ser feita mediante concorrência, com estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados, sendo a registro válido por período não superior a 6 (seis) meses.

b) o registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado, sendo que os preços registrados serão publicados anualmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

c) qualquer associação ou partido político é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado.

d) será dada publicidade, mensalmente, em quadro de avisos de amplo acesso público e em sítio eletrônico, à relação de todos os preços registrados pela Administração Direta ou Indireta.

e) a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

Comentários

(A) ERRADA. A validade do registro não pode ser superior a 1 (um) ano.

> *§ 3o O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:*

> *I - seleção feita mediante concorrência;*
>
> *II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;*
>
> *III - validade do registro* ***não superior a um ano.***

(B) ERRADA. Os preços serão publicados **trimestralmente.**

> *§ 1o O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.*
> *§ 2o Os preços registrados serão publicados* ***trimestralmente*** *para orientação da Administração, na imprensa oficial.*

(C) ERRADA. O correto seria "qualquer cidadão".

> *§ 6o* ***Qualquer cidadão*** *é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.*

(D) ERRADA. Não há a previsão de divulgação em sítio eletrônico:

> Será dada publicidade, mensalmente**, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público**, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

(E) CERTA. É a letra do parágrafo 4º do artigo 15.

Gabarito: E.

---

46. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Em uma licitação na modalidade concorrência, do tipo menor preço, apenas um licitante restou habilitado. Nesse caso, deve a comissão de licitação

a) abrir prazo de oito dias úteis para que os licitantes inabilitados possam apresentar nova documentação, escoimada dos vícios que levara à inabilitação.

b) revogar a licitação, em vista da ausência de competitividade e promover nova licitação, no prazo de trinta dias.

c) anular a licitação, alegando lesividade ao interesse público e promover nova licitação, no prazo de sessenta dias.

d) dar prosseguimento ao certame, apenas com o licitante habilitado, passando-se à fase seguinte, com o exame da proposta por ele ofertada.

e) em despacho fundamentado, ancorado no princípio da competitividade, dispensar as exigências de habilitação, permitindo que todos os licitantes participem da fase de julgamento.

Comentários

(A) ERRADA. Essa abertura de prazo ocorre somente quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas.

> *Art. 48, § 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a*

> *apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.*

(B) ERRADA. Não está caracterizada dentro das razões para a revogação:

> *Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

(C) ERRADA. A anulação ocorre por algum vício de legalidade, o que não ocorreu no caso apresentado.

(D) CERTA. O licitante não pode ser prejudicado por ter cumprido todas as exigências editalícias. Assim, a licitação prossegue normalmente.

(E) ERRADA. Não existe essa previsão na lei 8.666/93.

Gabarito: D.

---

47. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

No tocante à participação das empresas em consórcio nas licitações, a Lei nº 8.666/93 VEDA

a) a participação de consórcio composto exclusivamente de micro ou pequenas empresas.

b) a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

c) o estabelecimento, pelo edital, de exigências de qualificação econômico-financeira distintas das impostas aos licitantes individuais.

d) a celebração de compromisso particular de constituição do consórcio, impondo-se o uso de instrumento público.

e) a participação de consórcio composto exclusivamente de empresas estrangeiras.

Comentários

(A) ERRADA. Inexiste tal vedação na lei 8.666/93.

(B) CERTA. O art. 33, IV da Lei 8666 impede a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

> *Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*
>
> *[...]*
>
> *IV - impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;*

(C) ERRADA. Pode ser estabelecido para o consórcio um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual

> *Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*
>
> *[...]*
>
> *III - apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 desta Lei por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;*

(D) ERRADA. Pelo contrário, deve haver a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

> *Art. 33. Quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:*
>
> *I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;*

(E) ERRADA. Inexiste tal vedação na lei 8.666/93.

Gabarito: B.

---

48. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

A Diretoria Regional de Educação pretende realizar licitação para aquisição de uniforme escolar destinado ao uso de dez mil alunos pertencentes à rede local de ensino, sendo que o preço estimado da contratação equivale a quinhentos mil reais. Nessa hipótese, a Diretoria

a) não pode adotar o pregão, pois esta modalidade licitatória só pode ser utilizada quando o valor estimado da contratação for igual ou inferior a oitenta mil reais.

b) deve dividir a compra em quatro ou mais lotes, possibilitando assim o uso de modalidade convite, para propiciar maior celeridade e competitividade na contratação.

c) pode utilizar o pregão presencial, mas não o pregão eletrônico, modalidade licitatória que somente é empregada pelas entidades e órgãos da Administração Pública Federal.

d) deverá obrigatoriamente utilizar a concorrência-pregão, compatível com a aquisição de bens considerados comuns, mas cujo valor estimado da contratação exceda o valor da tomada de preços.

e) pode utilizar a modalidade licitatória tomada de preço ou, se entender mais conveniente, adotar a concorrência.

Comentários

(A) ERRADA. Para adotar o pregão, basta que o objeto seja considerado comum. Não serão utilizados valores para aferir a possibilidade de uso dessa modalidade.

(B) ERRADA. É vedado fracionar o objeto para enquadramento em determinada modalidade de licitação.

(C) ERRADA. O pregão é obrigatório apenas para a União, mas todos os entes podem utilizá-lo, não há essa vedação.

(D) ERRADA. Não existe essa concorrência-pregão, ou utiliza-se um ou outro.

(E) CERTO. Como o objeto tem seu valor estimado em 500 mil, é possível a utilização da Tomada de Preços. E, consequentemente, da concorrência, pois "quem pode o mais, pode o menos".

Gabarito: E.

---

49. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Em relação às modalidades licitatórias e a seus respectivos procedimentos e características, informe o item incorreto:

a) Embora o art. 22, § 8º, da Lei n. 8.666/93 vede a criação de outras modalidades licitatórias ou a combinação daquelas referidas no mesmo artigo, a mesma Lei n. 8.666/93 não esgotou a competência da União para legislar sobre normas gerais. Por essa razão, segundo a doutrina, nada impede que o legislador crie novas modalidades licitatórias por meio de outra lei, com natureza de normas gerais.

b) No pregão, para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, com exceção das contratações de serviços de engenharia de baixa complexidade, para as quais o pregão deverá observar, obrigatoriamente, o critério "melhor técnica e preço".

c) Vedou-se expressamente a utilização do pregão para as locações imobiliárias.

d) Quando o critério para a escolha da modalidade licitatória for a natureza do objeto, sendo, portanto, indiferente o valor, é possível a utilização do pregão, do concurso e do leilão.

Comentários

(A) CERTO. Nada impede que na esfera federal sejam criadas novas modalidades, como já ocorreu, a exemplo do pregão.

(B) ERRADA. No pregão o tipo é sempre menor preço, sem exceções, não podendo ser usada a técnica e preço.

(C) CERTO O artigo 5º do regulamento do pregão mata essa alternativa.

> *A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral, que serão regidas pela legislação geral da Administração*

(D) CERTO. Correto. Para essas três modalidades, não importa o valor e sim o objeto.

Gabarito: B.

---

50. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética. A Prefeitura Municipal de Sertãozinho contrata diretamente, mediante dispensa de licitação, o Banco do Brasil para a prestação de serviços

bancários, para explorar com exclusividade a folha de pagamento dos servidores públicos municipais. Tal conduta da municipalidade deve ser considerada, à luz dos preceitos do controle externo e interno da Administração,

a) incorreta, pois o Banco do Brasil é empresa pública controlada pela União, sendo permitido pela Lei Federal nº 8.666/93 que a dispensa seja apenas para contratação das pessoas jurídicas de direito privado vinculadas ao ente federativo contratante.

b) correta, tendo em vista que a contratação de serviços bancários para a Municipalidade envolve alta complexidade tecnológica e dados bancários sigilosos, o que permite a dispensa de licitação.

c) incorreta, porque a hipótese seria de inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados na lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

d) correta, pois a dispensa da licitação pode ocorrer para a aquisição de serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico.

e) incorreta, pois o objeto é passível de certame licitatório tendo em vista a possibilidade de competição, sendo consequência da contratação direta tirar da Administração a possibilidade da contratação na forma mais vantajosa.

Comentários

Questão interessante. O inciso VIII do artigo 24 da lei 8.666/93 leciona ser dispensável a licitação:

> *para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim especifico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado,*

Porém, temos entendimento da AGU de que as SEM que explorem atividades econômicas não se enquadram aqui:

> *Orientação Normativa nº 13 da AGU: "Empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a Administração Pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da Lei n. 8.666, de 1993".*

Por fim, o TCU entende *que "* ***Administração Pública Federal não está obrigada a promover prévio procedimento licitatório destinado a realizar a contratação de instituição financeira oficial para, em caráter exclusivo, prestar serviços de pagamento de remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas e outros serviços similares****, podendo optar por efetuar a contratação direta com fundamento no artigo 37, inciso XXI (primeira parte), da Constituição Federal, c/c o artigo 24, inciso VIII, da Lei 8.666/1993, desde que devidamente demonstrada a sua vantagem em relação à adoção do procedimento licitatório".*

Dessa forma, o gabarito deveria ser a letra d), mas a banca entende que deve haver a licitação, desprezando o acórdão do TCU.

Gabarito: E.

---

51. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

No pregão, encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital. Considerando-se o procedimento dessa modalidade licitatória, nos termos da Lei nº 10.520/02, essa regra é de ser observada na fase

a) preparatória.

b) Interna.

c) Externa.

d) Conclusiva.

e) Contratual.

Comentários

Quando já estamos realizando a sessão, por óbvio que só poderemos estar na fase externa. A própria lei deixa isso claro, senão vejamos:

> *Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*
>
> *[...]*
>
> *XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;*

Gabarito: C.

3.8 Serviços Públicos

1. 2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público

Sobre a Lei Federal nº 13.460/2017, que estabelece os direitos básicos do usuário de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir.

I. A norma regulamenta dispositivo constitucional e possui caráter federal, o que significa dizer que se aplica somente à administração pública direta e indireta da União.

II. A norma determina que os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

III. A lei criou o "conselho de usuários", que visa a garantir a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos.

IV. A partir da publicação da lei, o agente público passou a poder autenticar os documentos, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

A) I, II, III e IV.

B) III, apenas.

C) II e III, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

Comentários:

Incorreta a assertiva I porque, de acordo com o §1º do art. 1º da Lei nº 13.460, de 2017, as suas disposições aplicam-se à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição Federal.

Correta a assertiva II porque, de acordo com o art. 4º da Lei nº 13.460, de 2017, os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

Correta a assertiva III porque, de acordo com o art. 18 da Lei nº 13.460, de 2017, sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselhos de usuários.

Incorreta a assertiva IV porque, de acordo com o art. 25 da Lei nº 13.460, de 2017, a *vacatio legis* da lei é de:

I – trezentos e sessenta dias para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de quinhentos mil habitantes;

II – quinhentos e quarenta dias para os Municípios entre cem mil e quinhentos mil habitantes; e

III – setecentos e vinte dias para os Municípios com menos de cem mil habitantes.

Assim, em que pese a previsão do inciso IX, do art. 5º ("O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: (...) IX – autenticação de documentos pelo próprio agente público,

à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;"), a lei não está em vigor para os pequenos Municípios.

Portanto, incorreta a assertiva ao afirmar que tal fato descrito ocorreu a partir da publicação da lei.

Gabarito: Alternativa "c".

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Uma das atividades de gestão administrativa mais importantes dos Estados contemporâneos é o serviço público. No Brasil, a tradição francesa impactou significativamente a regulação da matéria, que segue, todavia, ainda muito controvertida e exigindo constante atenção da doutrina especializada. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) O conceito de serviço público previsto no texto original da Constituição de 1988 foi alterado por Emenda Constitucional na década de 1990.

b) A teoria do serviço público brasileira, com base na Constituição, costuma fazer distinção entre serviços públicos privativos (ou exclusivos) do Estado e não privativos (ou não exclusivos) do Estado.

c) A redação atual da Constituição Federal proíbe a prestação de serviços públicos pela via direta.

d) No Brasil, inexiste uma lei nacional de participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

e) A Constituição não faz diferença entre o regime jurídico da prestação de serviços públicos e a exploração direta de atividade econômica em sentido estrito pelo Estado.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque uma das principais dificuldades acerca do tema serviços públicos é a ausência de uma definição precisa. Não há contornos fixos desse conceito no texto constitucional. O artigo 175 da CRFB trata do tema, mas sem apresentar uma definição de serviço público. Essa ausência de definição abre margem para variações de conceitos na doutrina. Há conceitos amplíssimos, amplos e restritos. Definições com os mais diferentes alcances. Por exemplo, Hely Lopes Meireles assim define serviços públicos: *todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado*.

Correta a alternativa "b" porque, de fato, os artigos 175 e seguintes da CRFB trazem diferenciação entre serviços delegáveis (não privativos ou não exclusivos) e serviços não delegáveis (privativos ou exclusivos). O art. 177, por exemplo, fixa aqueles que são monopólio da União.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o "caput" do art. 175 da CRFB, incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Incorreta a alternativa "d" porque, em 2017, foi sancionada a Lei nº 13.460, de 2017, que dispõe sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Incorreta a alternativa "e" porque há sim essa diferenciação entre os artigos 173 e 175 da CRFB:

> *Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*
>
> *Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos*

Gabarito: alternativa B.

---

3. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Um dos pilares da seguridade social no Brasil é a saúde, considerada pela Constituição da República um direito de todos e dever do Estado. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

a) Uma das diretrizes de organização das ações e serviços públicos de saúde, que constituem um sistema único, é o atendimento com prioridade para os serviços assistenciais.

b) Os serviços do sistema único de saúde, ainda que prestados pelos municípios e pelos Estados, devem ser financiados com recursos da União.

c) Estão entre os princípios das ações e serviços públicos de saúde (que também regem os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde): a universalidade de acesso em todos os níveis de assistência e a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.

d) Lei municipal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional, e as diretrizes para os planos de carreira do agente comunitário de saúde, competindo aos estados prestar assistência financeira complementar aos municípios.

e) Segundo o texto constitucional expresso, a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos deve ser prevista e regulada por lei complementar da União.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 198 da CRFB, a prioridade são as atividades preventivas.

> *Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:*
>
> *I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
>
> *II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
>
> *III – participação da comunidade.*

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o §1º do art. 198, o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Correta a alternativa "c" porque em linha com o "caput" do art. 196 e com o inciso I do art. 204:

> *Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*
>
> *Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:*
>
> *I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;*

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o §5º art. 198 da CRFB, cabe à lei federal e não à lei municipal:

> *§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.*

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §2º do art. 199 da CRFB, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Gabarito: alternativa C.

---

4. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/ Procurador

O desenvolvimento dos serviços públicos, campo de atividades do Estado que são exercidas por ele ou mediante delegação a particulares, obedece a princípios próprios, que são

a) serviços administrativos próprios ou impróprios.

b) imutabilidade e continuidade.

c) generalidade, modicidade de tarifas, mutabilidade e continuidade.

d) generalidade, serviços administrativos próprios, serviços comerciais e industriais.

e) modicidade de tarifas, continuidade, imutabilidade das tarifas e serviços comerciais.

Comentários

Os princípios próprios relativos aos serviços públicos são os constantes na Lei nº 8.987/1995, §1º do art. 6º, *in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*

> *§ 1º* ***Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. (grifos não constantes do original)***

Além disso, a doutrina majoritária acrescenta os princípios da mutabilidade do regime jurídico, igualdade dos usuários perante os serviços públicos e o da continuidade dos serviços públicos. Sem contar com os constantes no caput do art. 37 da CF/88 (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Por fim, existem ainda outros como o da razoabilidade e proporcionalidade, etc.

Ao analisar as assertivas, observamos que a letra C possui os elementos que se caracterizam como princípios do serviço público.

A seguir, as correções das demais.

a) Incorreto. Os serviços administrativos próprios e impróprios, na verdade, são formas de classificação dos serviços públicos pertencentes a grupos distintos: Existe a classificação entre próprio e impróprio e a classificação em serviços administrativos, comerciais ou industriais e sociais.

b) Incorreto. A imutabilidade não é princípio dos serviços públicos e sim o princípio da mutabilidade.

c) Correto. Gabarito da questão.

d) Incorreto. Apenas o princípio da generalidade pertence aos dos serviços públicos. Os demais são classificações dos serviços públicos.

e) Incorreto. A modicidade das tarifas e a continuidade são consideradas princípios dos serviços públicos. Já o termo imutabilidade não se aplica ao tema estudado, uma vez que o que existe é o princípio da mutabilidade. Por fim, os serviços comerciais são um tipo de classificação dos serviços públicos.

Gabarito: Letra C.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Considere que o Estado pretenda transferir a execução e exploração de serviço público de transporte ferroviário em determinada região metropolitana, desonerando-se, assim, dos custos correspondentes. Para tanto, uma das alternativas juridicamente cabíveis da qual poderia se valer consiste em

a) instituir, por lei específica, autarquia, sujeita a regime de direito privado, para exploração do serviço de forma autônoma.

b) criar, mediante prévia autorização legislativa, sociedade de economia mista que atue como delegatária do serviço em questão.

c) firmar convênio com empresa privada tendo por objeto a prestação do serviço mediante a cobrança de tarifa do usuário.

d) celebrar consórcio com Município, para a concessão do serviço, com o rateio dos custos e receitas correspondentes mediante contrato de gestão.

e) conceder, mediante prévio procedimento licitatório, o serviço a empresa privada, com a transferência da correspondente titularidade.

Comentários

a) Incorreto. As autarquias são criadas para outorga de serviços públicos típicos de estado, ou seja, somente aqueles que eram típicos da administração direta centralizada. Para Hely Lopes Meirelles (p. 441, 2016),

> *"A autarquia é forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da Administração centralizada. Por essa razão, à autarquia só deve ser outorgado serviço público típico, e não atividades industriais ou econômicas, ainda que de interesse coletivo. Para estas, a solução correta é a outorga às empresas governamentais criadas para esse fim, ou sua delegação a empresas privadas, mediante concessão ou permissão. Serviços de interesse coletivo, mas não exclusivos do Estado, principalmente nas áreas de saúde, ensino, cultura, meio ambiente e pesquisa científica e tecnológica, podem ser delegados a entidades particulares, para esse fim qualificadas como organizações sociais. (Lei 9.637, de 15.5.98)." (grifos não constantes do original)*

b) Correto. Pode ser autorizada a criação de outra pessoa jurídica para receber a outorga da titularidade, execução e exploração do serviço público de transporte ferroviário.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 469 e 470, 2016),

> *"Como pessoa jurídica privada, a sociedade de economia mista deve realizar, em seu nome, por sua conta e risco, serviços públicos de natureza industrial, ou atividade econômica de produção ou comercialização de bens, suscetíveis de produzir renda e lucro, que o Estado reputa de relevante interesse coletivo ou indispensável à segurança nacional. O objetivo dessa descentralização administrativa é o de utilizar o modelo empresarial privado, seja para melhor atendimento aos usuários do serviço público, ou para maior rendimento na exploração da atividade econômica. Além disso, a sociedade de economia mista permite a captação de capitais privados, assim como a colaboração desse setor na direção da empresa." (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. Para que o particular possa executar os serviços públicos, isso se dá somente mediante a delegação da atividade de execução da prestação dos serviços públicos. Assim, não recebem a titularidade dos serviços, mas somente a execução. As formas previstas de delegação são concessão, permissão e autorização.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 486, 2016), "**A delegação é essencial para a legalidade da prestação do serviço por parte do particular, sob pena de se tornar "clandestina", isto é, sem a indispensável regulamentação e controle público**."

Dessa forma, o convênio não é o instrumento legal correto para propiciar que o particular possa executar a prestação de serviços públicos.

d)Incorreto. O consórcio público entre União e município somente será possível quando todos os Estados pertencentes aos municípios estiverem também presentes no contrato, nos termos do §1º, art. 1º da Lei 11.107/2005, *in verbis:*

> *Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.*
>
> *§ 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.*
>
> ***§ 2º A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.*** *(grifos não constantes do original)*

Ademais, a divisão de custos e receitas ocorre mediante o contrato de rateio, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, *in verbis:*

> *Art. 8º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.*
>
> *§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.*
>
> *§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.*
>
> *§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Para que os particulares possam executar a prestação dos serviços públicos o instrumento legal se dá por meio da delegação. Por meio desta, o particular será o responsável pela execução do serviço público transferido. Ou seja, a transferência é apenas da execução, sendo que a titularidade permanece com o ente estatal delegante.

As formas previstas de delegação são concessão, permissão, e autorização.

Nos termos do art. 175 da CF a concessão e a permissão ocorrem somente através de licitação, *in verbis*: **"art 175.** Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou **sob regime de**

concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos." (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra B.

---

6. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O denominado "desconto de pontualidade", concedido por um locador de máquinas a uma empresa que faz serviços de pavimentação, para que efetue o pagamento das mensalidades até a data do vencimento ajustado, pode ser considerado como

a) cláusula abusiva.

b) cláusula nula.

c) espécie de cláusula penal.

d) modo de incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo.

e) multa compensatória.

Comentários

O Desconto de pontualidade configura-se como um incentivo ao adimplemento das obrigações até a data de seu vencimento. É característico dos contratos em relação de locação e contrato entre empresas.

Portanto, gabarito letra D.

---

7. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Indique a afirmação CORRETA:

a) O contrato de concessão de serviço público não pode prever a arbitragem como mecanismo para a resolução de disputas entre as partes.

b) A transferência do controle societário da empresa concessionária do serviço público, sem prévia anuência do poder concedente, sujeita a empresa ao pagamento de multa.

c) A caducidade da concessão pode ser declarada quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou ineficiente, a critério do poder concedente.

d) A encampação, caracterizada pela retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, é condicionada à existência de lei autorizadora específica e ao pagamento de indenização ao concessionário.

Comentários

a) Incorreto. Existe sim a previsão de emprego dos mecanismos da arbitragem na resolução dos conflitos, nos termos do art. 23-A, da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *"Art. 23-A. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser*

> *realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da* Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)" *(grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. A transferência de concessão ou controle societário sem prévia anuência do poder concedente ocasiona na caducidade da concessão, nos termos do caput do art. 27 da 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.*
>
> *§ 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:*(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.196, de 2005)
>
> *I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e*
>
> *II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. A caducidade é uma das formas de extinção das concessões de serviço público prevista do inciso III, do art. 35, da Lei 8.987/1995. Para a declaração da caducidade é necessário atender aos requisitos constantes do art. 38 da supramencionada lei, *in verbis*:

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *§ 1º* ***A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:***
>
> *I* ***- o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;***
>
> *II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;*
>
> *III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;*
>
> *IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;*
>
> *V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;*
>
> *VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e*
>
> *VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do* art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012)
>
> *§ 2º* ***A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.***
>
> *§ 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo,*

> *dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.*
>
> ***§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.***
>
> *§ 5º A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do art. 36 desta Lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.*
>
> *§ 6º Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária. (grifos não constantes do original)*

Dessa forma, descabe mencionar que para a declaração de caducidade o poder concedente o faça por conveniência e oportunidade, devendo estar vinculada às hipóteses permitidas pela Lei 8.987/1995 e assegurar o devido processo legal ao particular.

d) Correto. A encampação é umas formas de extinção das concessões de serviços públicos, prevista no inciso II, art. 35, da Lei 8.987/1995. De fato, para ocorrer a encampação é necessária a existência de lei autorizativa e pagamento de indenização ao concessionário, nos termos do art. 37 da supramencionada lei, *in verbis:*

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

8. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

De acordo com o STJ, o princípio da continuidade do serviço público autoriza que o poder público promova a retomada imediata da prestação do serviço no caso de extinção de contrato de concessão por decurso do prazo de vigência ou por declaração de nulidade, desde que tal poder realize previamente o pagamento de indenizações devidas.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. A realização de prévio pagamento de indenização não se mostra plausível frente às decisões do STJ, como se vê abaixo:

> *AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CONCESSÃO. EXTINÇÃO. INDENIZAÇÃO PRÉVIA. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83 DA SÚMULA DESTA CORTE SUPERIOR DE JUSTIÇA. 1.* ***Extinto o contrato de concessão por decurso do prazo de vigência, cabe ao Poder Público a retomada imediata da prestação do serviço até a realização de nova licitação.*** *O termo final do contrato não está condicionado ao*

pagamento prévio de eventual indenização, que deve ser pleiteada nas vias ordinárias. Precedentes (AgRgSS nº 1.307/PR, Relator Ministro Edson Vidigal, Corte Especial, in DJ 6/12/2004; REsp nº 1.059.137/SC, Relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, in DJe 29/10/2008). 2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." (Súmula do STJ, Enunciado nº 83). 3. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg nos EDcl no REsp: 1197430 SC 2010/0107238-5, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 19/10/2010, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/12/2010) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Incorreto.

---

9. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Julgue o item que se segue, relativo a serviços públicos e aos direitos dos usuários desses serviços.

São exigências para apresentar manifestações à ouvidoria de órgãos públicos a utilização de meio eletrônico e a indicação dos motivos determinantes.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Para serem apresentadas as manifestações nas ouvidorias são disponibilizados vários meios de comunicação, como eletrônico, ligação telefônica, e-mail e presencialmente. Além disso, não é necessário explicar o motivo da manifestação. Vejamos o que dizem os arts. 9º e 10º da Lei 13.460/2017 (Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública), *in verbis:*

> *Art. 9º Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.*
>
> *Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e conterá a identificação do requerente.*
>
> *§ 1º **A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação**.*
>
> *§ 2º **São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.***
>
> *§ 3º Caso não haja ouvidoria, o usuário poderá apresentar manifestações diretamente ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço e ao órgão ou entidade a que se subordinem ou se vinculem.*
>
> *§ 4º **A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.** (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Incorreto.

---

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Acerca dos instrumentos jurídicos que podem ser celebrados pela administração pública para a realização de serviços públicos, julgue o item a seguir.

Quando se tratar da prestação de serviços dos quais a administração pública seja a usuária direta ou indireta, poderá ser celebrado contrato de parceria público-privada na modalidade concessão patrocinada.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. O conceito apresentado na assertiva define o contrato de parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, nos termos do §2º, art. 2º, da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*
>
> *§ 1º **Concessão patrocinada** é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*
>
> *§ 2º **Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Incorreto.

---

11. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

No que concerne à delegação e outorga de serviços públicos, é correto afirmar que

a) o serviço é outorgado por lei ou decreto e delegado por contrato.

b) as sociedades de economia mista não recebem a titularidade do serviço público, mesmo quando constituídas para esse fim.

c) nos serviços delegados, há transferência da execução do serviço por contrato (concessão) ou ato (permissão e autorização) negocial.

d) o serviço público somente poderá ser delegado a empresas públicas.

e) o ordenamento jurídico veda a delegação por meio de contrato, sendo tão somente autorizada por meio de espécie normativa denominada lei.

Comentários

a) Incorreto. A outorga ocorre quando existe a transferência da titularidade e execução da prestação de serviços de ente da administração direta para entidade pertencente a administração indireta daquele outorgante. Essa modalidade é também conhecida pela doutrina como descentralização

por serviços ou delegação legal. Desta forma, não existe a previsão de transferência de titularidade de serviços públicos mediante decreto. Já a delegação da prestação de serviços a particular, também chamada pela doutrina como delegação por colaboração, é concedida mediante contrato entre o concessionário e o poder concedente. Essa delegação ocorre nas modalidades de concessão, permissão e autorização de serviços públicos. A transferência que ocorre é apenas da execução da prestação de serviços. A titularidade permanece com o ente concedente.

b) Incorreto. No ato da autorização para criação de entidades estatais (empresas públicas ou sociedade de economia mista), dada por lei, a outorga é concedida desde o momento em que são estipuladas as áreas de atuação das entidades que serão criadas.

c) Correto. Na delegação para particulares ocorre apenas a execução dos serviços públicos, ou por contrato (concessão) ou por ato negocial (permissão e autorização).

d) Incorreto. Os serviços públicos podem ser outorgados às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, por exemplo. Já a delegação é concedida para os particulares.

e) Incorreto. As delegações de serviços públicos na modalidade de concessão são realizadas com os particulares por meio de contrato, nos termos da Lei 8.987/1995.

Gabarito: Letra C.

---

12. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Determinado município notificou uma concessionária de transporte público municipal por inadequação do serviço prestado e por paralisação do serviço sem justa causa, dando prazo para que as irregularidades fossem sanadas. Diante da inércia da concessionária, foi instaurado procedimento administrativo, com direito a ampla defesa, para a extinção do contrato administrativo de concessão.

Nessa situação hipotética, o contrato de concessão deverá ser

a) extinto por caducidade, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

b) rescindido, de forma unilateral, pelo ente municipal, não sendo cabível indenização para o concessionário.

c) extinto por encampação, e o ente municipal deverá indenizar o concessionário proporcionalmente aos bens usados na prestação de serviço, descontados multa e eventuais danos causados.

d) extinto por caducidade, não cabendo indenização a ser paga ao concessionário.

e) extinto por encampação, em razão do inadimplemento do concessionário.

Comentários

a) Correto. O contrato de concessão deverá ser extinto por caducidade com pagamento de indenização proporcional aos bens usados e descontado das multas e outros danos, nos termos do art. 38 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente,* ***a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais,*** *respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *§ 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:*
>
> *I* ***- o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente****, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;*
>
> *II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;*
>
> *III* ***- a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto****, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;*
>
> *IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;*
>
> *V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;*
>
> *VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e*
>
> *VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.(Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012)*
>
> *(...)*
>
> *§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente****, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.***
>
> *§ 5º* ***A indenização*** *de que trata o parágrafo anterior,* ***será devida na forma do art. 36 desta Lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.*** *(grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. A rescisão, uma das modalidades de extinção dos contratos de concessões de serviços públicos, prevista no inciso IV do art. 35 da Lei 8.987/1995, prevê que esse instituto seja para o uso do particular, nos termos do art. 39 da supramencionada lei, *in verbis:*

> *Art. 39.* ***O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária,*** *no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.*
>
> *Parágrafo único. Na hipótese prevista no* ***caput*** *deste artigo, os* ***serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.*** *(grifos não constantes do original)*

A indenização é devida principalmente por conta de a extinção do contrato de serviços públicos se originar de falhas do poder concedente.

c)Incorreto. Os requisitos para ocorrer a extinção por encampação não foram atendidos na assertiva, conforme art. 37 da Lei 8.987/1995, in verbis:

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.*

d)Incorreto. Existe a previsão de pagamento de indenização ao particular, mesmo nos casos de extinção por caducidade, como a seguir apresentado:

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente,* ***a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais,*** *respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *(...)*
>
> *§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente****, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.***
>
> *§ 5º* ***A indenização*** *de que trata o parágrafo anterior,* ***será devida na forma do art. 36 desta Lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.*** *(grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Os requisitos para ocorrer a extinção por encampação não foram atendidos na assertiva, conforme art. 37 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Após prévia notificação pela empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica, foi suspenso o fornecimento de luz na residência de Pedro, em consequência do não pagamento dos débitos contraídos pelo usuário anterior do imóvel.

Com relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com fundamento na jurisprudência do STJ, que a empresa prestadora do serviço público procedeu

a) corretamente, pois o corte no fornecimento de serviço público essencial respeitou a necessidade de prévia notificação de Pedro.

b) corretamente, pois os débitos têm natureza propter rem, sendo de responsabilidade de Pedro quando passou a ser usuário do imóvel.

c) incorretamente, pois, como os referidos débitos têm natureza pessoal, não poderia Pedro ser responsabilizado pela dívida contraída pelo usuário anterior do imóvel.

d) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço essencial, não é permitido o corte desse serviço por motivo de não pagamento.

e) incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço público essencial, o corte desse fornecimento somente poderia decorrer de determinação judicial.

Comentários

O tema é tratado no julgado abaixo:

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. FALTA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA/STJ. ***SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÉBITOS DE CONSUMO DO ANTIGO PROPRIETÁRIO. DÍVIDA CONSOLIDADA. IMPOSSIBILIDADE****. 1. Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do acórdão recorrido, que enfrentou os temas abordados no recurso de apelação, quais sejam, a ciência do adquirente do imóvel acerca do débito de água; a obrigação propter rem; a legalidade de eventual suspensão de fornecimento de água; a ausência de comprovação real do dano e do excesso da condenação. 2. A recorrente colacionou paradigma alusivo à legalidade de corte no fornecimento de água em caso de mera inadimplência do usuário. Todavia, o Tribunal a quo decidiu acerca da ilegalidade da suspensão no fornecimento no caso dos autos, tendo em vista que os débitos em questão foram contraídos por outro consumidor, sendo anteriores à compra do imóvel pelo recorrido. Constata-se a inexistência de similitude fática e jurídica apta a ensejar o conhecimento do recurso. 3. O Tribunal de origem referendou a decisão do juiz singular de antecipar os efeitos da tutela no presente caso. Obviamente, para se constatar se estão presentes os pressupostos autorizadores da tutela de urgência, é necessária a incursão na seara fático-probatória dos autos, o que é vedado a esta Corte Superior, nos termos da Súmula7/STJ. 4.* ***Independentemente da natureza da obrigação (se pessoal ou propter rem), o inadimplemento é do usuário, ou seja, de quem efetivamente obteve a prestação do serviço, razão porque não cabe responsabilizar o atual usuário por débito pretérito relativo ao consumo de água de usuário anterior.*** *5. Por fim, reconhecer, como pretende a recorrente, que o corte no fornecimento de água foi provocado por dívidas do morador atual, e não de moradores anteriores, ao contrário do que afirmou o Tribunal a quo, demandaria, também, o reexame do material fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no Ag: 1399175 RJ 2011/0030208-9, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 16/06/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/06/2011) (grifos não constantes do original)*

Dessa forma, não pode ocorrer o corte na energia elétrica sob fundamento de que a dívida do proprietário anterior seja de responsabilidade do proprietário atual.

Gabarito: Letra C.

---

14. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Com relação às concessões públicas, assinale a alternativa correta.

a) Deve constar do edital de concorrência para outorga de concessão o prazo previsto para sua duração.

b) O poder concedente nunca pode, ainda que em razão de conveniência e oportunidade, extinguir a concessão antes de findo o prazo ou alterar o seu prazo da concessão.

c) O poder concedente não pode alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares, alterando as condições de funcionamento do serviço.

d) É possível a modificação do objeto da concessão se houver concordância do concessionário.

e) O concessionário de serviço público deve ser remunerado unicamente mediante tarifa cobrada diretamente dos usuários.

Comentários

a) Correta. A duração dos contratos firmados entre poder concedente e concessionário deve constar do edital de concorrência, nos termos do caput do art. 18 da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 18. O edital **de licitação será** elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente:*
>
> *I **- o objeto, metas e prazo da concessão**; (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. Em razão do interesse público, pode o contrato ser extinto por caducidade antes do fim do prazo delimitado, nos termos do art. 37 da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. O poder concedente pode alterar unilateralmente as cláusulas contratuais, nos termos do inciso I, art. 58, da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
>
> *I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público,*

Para Hely Lopes Meirelles (p.494, 2016),

> *"Já vimos precedentemente que o contrato de concessão, como os demais contratos administrativos, pode ser alterado unilateralmente pela Administração (cap. V, item 1.2.2). Mas essa alteração restringe-se às cláusulas regulamentares ou de serviços, sempre para melhor atendimento do público. Além disso, toda vez que, ao modificar a prestação do serviço, o concedente alterar o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, terá que reajustar as cláusulas remuneratórias da concessão, adequando as tarifas aos novos encargos acarretados ao concessionário (Lei 8.987 /95, art. 9º, § 42)." (grifos não constantes do original)*

Por fim, o art. 38 da Lei 8.987/1995 define que a extinção do contrato de forma unilateral pelo poder concedente se dá através da caducidade, *in verbis*:

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *§ 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:*
>
> *I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;*
>
> *II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;*

> *III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;*
>
> *IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;*
>
> *V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;*
>
> *VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e*
>
> *VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012) (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. A modificação do objeto por acordo entre as partes não é permitida, uma vez que está dentre aquelas consideradas clausulas essenciais, *in verbis: "*Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas: I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;"

e) Incorreto. Existem outras formas de cobrança, como se vê nos fundamentos do art. 11 da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação,* ***a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade****, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

15. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Nos serviços públicos que não sejam comerciais, pode-se afirmar que os agentes são estatutários e os bens são públicos (1ª parte). Afirma-se também que toda atividade de interesse público é serviço público, entretanto a recíproca não é verdadeira (2ª parte). Outra característica do serviço é sua capacidade de funcionar com prejuízo, contrariamente às empresas privadas (3ª parte).

Pode-se afirmar, com relação ao fragmento acima:

a) Somente a 1ª parte está correta.

b) Somente a 3ª parte está correta.

c) Somente a 1ª e a 2ª partes estão corretas.

d) Somente a 1ª e a 3ª partes estão corretas.

e) Todas as partes estão corretas.

Comentários

1ª parte: Correto. Nos serviços públicos que não sejam comerciais, ou seja, os serviços sociais e os serviços administrativos, seus agentes são estatutários e os bens são públicos. Nas lições de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (p.764, 2016):

> *"A doutrina costuma chamar* ***de serviços públicos administrativos as atividades internas da administração pública, as suas atividades-meio.*** *São todas aquelas atividades que, embora não representem uma prestação diretamente fruível pela população, beneficiam indiretamente a coletividade, porque são necessárias ao adequado funcionamento dos órgãos públicos e entidades administrativas. São, ademais, atividades preparatórias que visam a assegurar a efetiva e eficiente prestação dos serviços diretamente fruíveis pela população.*
>
> ***São serviços públicos sociais*** *todos os que correspondam a atividades pertinentes ao art. 6º e ao Título VIII da Constituição de 1988.* ***Eles devem obrigatoriamente ser oferecidos à população pelo Estado, que os presta como serviços públicos, portanto, sob regime jurídico de direito público.*** *São exemplos os serviços de educação, saúde e assistência social prestados por órgãos e entidades integrantes da administração pública****. Essas atividades de índole social não são de titularidade exclusiva do Estado, vale dizer, particulares também podem oferecê-las, complementarmente ao poder público, como serviços privados.*** *É evidente que, quando prestados por particulares, tais serviços não se enquadram na classificação ora em estudo, pois ela versa sobre serviços públicos."*

2ª parte: Incorreto. Nem toda atividade de interesse público é serviço público propriamente dito. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.418,2016),

> *Serviço público é todo aquele prestado pela Administração ou por*
>
> *seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado. Fora dessa generalidade não se pode, em doutrina, indicar as atividades que constituem serviço público, porque variam segundo as exigências de cada povo e de cada época. Nem se pode dizer que são as atividades coletivas*
>
> *vitais que caracterizam os serviços públicos, porque ao lado destas existem outras, sabidamente dispensáveis pela comunidade, que são realizadas pelo· Estado como serviço público.* ***Também não é a atividade em si que tipifica o serviço público, visto que algumas podem ser exercidas pelos cidadãos, como objeto da iniciativa privada, independentemente de delegação estatal, dos serviços gerais de assistência técnica de televisores, de veículos, de entrega de mercadorias, que são prestados ao público em geral e a quem deles necessita mas, embora satisfaçam a interesses da coletividade,*** *não se caracterizam como serviços públicos exatamente porque não submetidas (as atividades) a um regime jurídico de direito público,* ***ainda que possam estar sujeitas a fiscalização, controle ou, mesmo, autorização, que, no caso, não tem natureza de delegação justamente por não se tratar de serviço público, constituindo, sim, emanação do poder de polícia:*** *Então, o que prevalece é a vontade soberana do Estado, qualificando o serviço como público ou de utilidade pública, para sua prestação direta ou indireta. Serviços públicos há que, por natureza, são privativos ou exclusivos do Poder Público e só por seus órgãos devem ser executados, enquanto outros são não privativos ou não exclusivos. (grifos não constantes do original)*

3ª parte: Correto. Alguns serviços públicos não possuem custo para o usuário ou o valor cobrado é bem baixo. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.422,2016),

> *Serviços próprios do Estado: são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, higiene, saúde públicas, judiciário etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados. Por esta razão, só devem ser prestados por órgãos ou entidades públicas, em regra sem delegação a particulares.*
>
> *Mas, por força de norma constitucional ou infraconstitucional pode*
>
> *ser delegado ao particular, como, por exemplo, a delegação dos serviços notariais e de registro prevista no art. 236 da CF/88.*
>
> ***Tais serviços, por sua essencialidade, geralmente são gratuitos ou de baixa remuneração, para que fiquem ao alcance de todos os membros da coletividade. Essa baixa remuneração deve merecer atenção do poder responsável pela fixação de seu valor, objetivando não uniformizar valores "para realidades completamente distintas" e para a correlação do custo com o volume, adequando-o ao princípio da proporcionalidade.*** *(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

16. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES DE GUAÍBA-RS/Procurador

Analise o excerto abaixo:

"Serviço Público é toda atividade que o Estado exerce para cumprir os seus fins, nesse conceito inclui-se a atividade administrativa e a judiciária (1ª parte); nesta o Estado exerce atividade primária, decidindo sobre o seu próprio procedimento (2ª parte), ao passo que, naquela, desempenha função de terceiro, ao gerenciar o procedimento das partes (3ª parte)".

Assinale a opção correta

a) A 1ª parte e a 2ª parte estão corretas, apenas.

b) 2ª e 3ª parte estão erradas, apenas.

c) Somente a 2ª parte está correta.

d) A 2ª parte e a 3ª parte estão corretas, apenas.

e) Somente a 3ª parte está incorreta.

Comentários

1ª parte: Correto. São as atividades que o poder público exerce diretamente, em regra.

> *Serviços próprios do Estado: são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, higiene, saúde públicas, judiciário etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados. Por esta razão, só devem ser prestados por órgãos ou entidades públicas, em regra sem delegação a particulares.*

Mas, por força de norma constitucional ou infraconstitucional pode

ser delegado ao particular, como, por exemplo, a delegação dos serviços notariais e de registro prevista no art. 236 da CF/88.

2ª parte: incorreto. Na atividade administrativa, o estado age decidindo seus próprios procedimentos, uma vez que tal função tem como objetivo gerir a coisa pública.

3ª parte: incorreto. Na atividade judiciária, o estado age decidindo os conflitos de terceiros, ou seja, exercendo função julgadora.

Gabarito: Letra B.

---

17. 2017/IMA/PREFEITURA DE PENALVA-MA/Procurador Municipal

No que tange aos serviços públicos, é CORRETO afirmar que:

a) A concessão de serviço público, em regra, terá caráter de exclusividade.

b) O contrato de concessão de serviço público é ajuste de Direito Administrativo, unilateral, oneroso, comutativo e realizado intuitu personae.

c) A encampação do serviço público é a retomada coativa do serviço, pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público.

d) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Comentários

a) Incorreto. Em regra, a concessão de serviço público não terá caráter exclusivo. Para Hely Lopes Meirelles (p.487, 2016),

A concessão, em regra, deve ser conferida sem exclusividade, para que seja possível sempre a competição entre os interessados, favorecendo, assim, os usuários com serviços melhores e tarifas mais baratas. Apenas quando houver inviabilidade técnica ou econômica de concorrência na prestação do serviço, devidamente justificada, admite-se a concessão com exclusividade. (Lei 8.987/95, art. 16). (grifos não constantes do original)

b) Incorreto. O erro foi informar que o contrato é unilateral, quando o correto é a bilateralidade. Para Hely Lopes Meirelles (p.486, 2016), a" Concessão é a delegação contratual da execução do serviço, na forma autorizada e regulamentada pelo Executivo. O contrato de concessão é ajuste de Direito Administrativo, **bilateral, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*."**

c)Correto. Por meio da encampação ocorre a rescisão unilateral do contrato de serviço público pelo poder concedente, nos termos do art. 38 da Lei 8.987/1995*, in verbis*:

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *§ 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:*
>
> *I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;*
>
> *II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;*
>
> *III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;*
>
> *IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;*
>
> *V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;*
>
> *VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e*
>
> *VII - a concessionária não atender a intimação do poder concedente para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa a regularidade fiscal, no curso da concessão, na forma do art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pela Lei nº 12.767, de 2012) (grifos não constantes do original)*

d)Incorreto. Os contratos de concessão de serviço público são realizados com pessoas jurídicas ou consórcios de empresas. Dessa forma, a pessoa física não entra no conceito, como se vê nos termos do inciso II do art. 2º da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II - **concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;** (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra C.

---

18. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Conforme a doutrina, a União pode firmar contrato de concessão com empresa privada, com prazo indeterminado, para, por exemplo, a construção e manutenção de rodovia federal com posterior cobrança de pedágio.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Os prazos dos contratos de concessões são de vigência **determinada,** nos termos do Incisos II e III, art. 2º, da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II* ***- concessão de serviço público****: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho,* ***por sua conta e risco e por prazo determinado;***
>
> *III* ***- concessão de serviço público precedida da execução de obra pública****: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da* ***obra por prazo determinado****; (grifos não constantes do original)*

Os contratos de vigência indeterminada são os de permissão de serviços públicos, nos termos do IV do mesmo artigo 2º:

> ***Permissão de serviço público:*** *a delegação,* ***a título precário,*** *mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.* ***(grifos não constantes do original)***

Os de permissão, embora sejam de prazo indeterminado, podem ser extintos de forma precária pelo poder concedente a qualquer tempo.

Gabarito: Incorreto.

---

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador

Tendo em vista o disposto na Lei no 8.987/95, que trata da concessão do serviço público, na hipótese de a concessionária, na execução do serviço concedido, causar prejuízos aos usuários,

a) esses danos serão ressarcidos pelo poder concedente, e a concessionária responderá perante a Administração Pública por meio de ação regressiva.

b) a concessionária e o poder concedente responderão pelos danos causados de forma solidária.

c) a concessionária responderá pelos danos causados, mas o poder concedente responderá no lugar dela se este não exerceu, corretamente, seu poder de fiscalização.

d) cabe-lhe responder por todos os danos, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

e) o poder concedente responderá pelos danos de forma exclusiva, por responsabilidade objetiva.

Comentários

a) Incorreta. Todos os prejuízos são suportados pelo concessionário.

b) Incorreta. O concessionário responde objetivamente pelos prejuízos surgidos do contrato.

c) Incorreta. O fato de o poder concedente não ter fiscalizado a execução do contrato de forma efetiva não exime o concessionário da sua responsabilidade objetiva.

d) Correto. A responsabilidade do concessionário é objetiva, devendo responder pelos prejuízos causados, nos termos do art. 25 da Lei 8.987/1995, in verbis:

> ***Art. 25.*** *Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.* ***(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. O concessionário responderá de forma objetiva e por todos os prejuízos causados.

Gabarito: Letra D.

---

20. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre características do instituto das concessões.

a) O poder concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do mesmo, o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público.

b) A concessão tem que ser feita sempre por meio de licitação, consoante o que exige a Constituição Federal, sendo que a modalidade cabível é o pregão.

c) O concessionário executa o serviço em nome da Administração Pública e, por consequência, não corre os riscos normais do empreendimento.

d) A tarifa cobrada pelo concessionário tem a natureza de taxa e é fixada no contrato, não devendo refletir a remuneração do capital investido pelo concessionário ou o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

e) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de comprovação de dolo ou culpa.

Comentários

a) Correto. Por meio da delegação, é transferida apenas a execução dos serviços públicos, permanecendo o poder concedente com a titularidade do serviço público.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 487, 2016),

> *Pela concessão o poder concedente não transfere propriedade alguma ao concessionário, nem se despoja de qualquer direito ou prerrogativa pública.* ***Delega apenas a execução do serviço, nos limites e condições legais ou contratuais, sempre sujeita a regulamentação e fiscalização do concedente.***

> *Como o serviço, apesar de concedido, continua sendo público, o poder concedente - União, Estado-membro, Município - nunca se despoja do direito de explorá-lo direta ou indiretamente, por seus órgãos, suas autarquias e empresas estatais, desde que o interesse coletivo assim o exija.* ***Nessas condições, permanece com o poder concedente a faculdade de, a qualquer tempo, no curso da concessão, retomar o serviço concedido, mediante indenização, ao concessionário, dos lucros cessantes e danos emergentes resultantes da encampação.*** *As indenizações, em tal hipótese, serão as previstas no contrato, ou, se omitidas, as que foram apuradas amigável ou judicialmente.*

b) Incorreto. A modalidade de licitação cabível é a concorrência, nos termos dos incisos II e III do art. 2º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II* ***- concessão de serviço público****: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente,* ***mediante licitação, na modalidade de concorrência,*** *à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*
>
> *III* ***- concessão de serviço público precedida da execução de obra pública****: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente,* ***mediante licitação, na modalidade de concorrência****, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado; (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. O concessionário executa o serviço em seu nome e sob sua responsabilidade, que é objetiva. Para Hely Lopes Meirelles (p.486, 2016),

> ***Serviços concedidos são todos aqueles que o particular executa em seu nome, por sua conta e risco****, remunerados por tarifa, na forma regulamentar, mediante delegação contratual ou legal do Poder Público concedente. Serviço concedido é serviço do Poder Público, apenas executado por particular em razão da concessão. (grifos não constantes do original)*

d)Incorreto. A forma de remuneração do concessionário é por meio de tarifas, devendo refletir a remuneração do capital e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Para Hely Lopes Meirelles (p.497, 2016),

> ***O serviço concedido deve ser remunerado por tarifa (preço público), e não por taxa (tributo). E a tarifa deve permitir ajusta remuneração do capital, o melhoramento e a expansão do serviço, assegurando o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.***
>
> *Daí por que impõe-se a revisão periódica das tarifas, de modo a adequá-las ao custo operacional e ao preço dos equipamentos necessários à manutenção e expansão do serviço, a fim de propiciar a justa remuneração do concessionário, na forma contratada (art. 23, IV).*
>
> *A revisão das tarifas é ato privativo do poder concedente, em negociação com o concessionário, que deverá demonstrar a renda da empresa, as despesas do serviço e a remuneração do capital investido ou a ser investido nas ampliações necessárias. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. A responsabilidade do concessionário é objetiva, devendo responder pelos prejuízos causados, nos termos do art. 25 da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> ***Art. 25.*** *Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

21. 2016/CRESCER CONSULTORIAS/CRF-PI/Procurador Jurídico

Determinado ente público atrasou o pagamento durante 100 (cem) dias decorrente de serviço prestado por concessionária de serviço público. Nesse caso, de acordo com a legislação vigente, é correto afirmar que poderá a concessionária:

a) Rescindir unilateralmente o contrato.

b) Suspender a execução do contrato.

c) Rescindir judicialmente o contrato.

d) Impedir a ocupação temporária da Administração.

Comentários

Nos termos da Lei 8.987/1995, o tema "exceção do contrato não cumprido" tem um tratamento diferenciado do que é prescrito na Lei 8.666/93. Neste, caso a administração ficasse inadimplente por mais de 90 dias relativamente a remuneração do contratado, este poderia suspender a execução dos serviços. Já nas regras da Lei 8.987/1995, o art. 39 aduz o seguinte:

> *Art. 39.* ***O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária,*** *no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente****, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.***

> ***Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pela concessionária*** *não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.* (grifos não constantes do original)

Dessa forma, nos contratos de concessão de serviços públicos, o concessionário não pode suspender e nem paralisar a obra caso o poder concedente fique inadimplente. A extinção só será válida após decisão judicial com trânsito em julgado.

Vamos aos comentários:

a) Incorreto. A rescisão do contrato se dá somente após decisão judicial transitado em julgado.

b) Incorreto. Não poderá o concessionário suspender o contrato, devendo aguardar decisão judicial transitada em julgado para romper de forma definitiva sua relação contratual com o poder concedente.

c) Correto. O concessionário só poderá rescindir o contrato mediante decisão judicial transitada em julgado.

d) Incorreto. O concessionário não pode impedir o poder concedente de retomar a atividade, uma vez que tal medida se encontra dentro da competência do poder concedente.

Gabarito: Letra C.

---

22. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA-RJ/Procurador Jurídico

O acordo de concessão de serviço público é espécie de:

a) ato-condição.

b) ato de expediente.

c) ato de império.

d) ato-subjetivo.

e) ato-regra.

Comentários

O acordo de concessão de serviço público é um ato-condição segundo Celso Antônio Bandeira de Melo (p.379, 2001):

> ***Atos-condição- os que alguém pratica incluindo-se isoladamente ou mediante acordo com outrem, debaixo de situações criadas pelos atos-regra, pelo que sujeitam-se às eventuais alterações unilaterais delas. Exemplo: o ato de aceitação de cargo público; o acordo na concessão de serviço público. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

23. 2016/RHS CONSULT/PREFEITURA DE PARATY-RJ/Procurador

Quanto à permissão, pode-se afirmar que:

a) Os atos dos permissionários são de sua exclusiva responsabilidade, sem afetar a Administração.

b) Sempre gera privilégio, pois assegura exclusividade ao permissionário.

c) Sendo um contrato administrativo, dispensa a concorrência.

d) Estendem-se aos permissionários as mesmas prerrogativas concedidas aos concessionários.

e) Admite a substituição do permissionário, além de possibilitar o traspasse do serviço ou do uso permitido a terceiros.

Comentários

a) Correto. Segundo a lição de Hely Lopes Meirelles (p.507, 2016),

> *Outra observação que se impõe é a de que **os atos dos permissionários são de sua exclusiva responsabilidade, sem afetar a Administração permitente**. Embora praticados por delegação do Poder Público e sob sua fiscalização, por eles respondem os próprios permissionários, mas, subsequentemente, poderá ser responsabilizada a Administração permitente, por culpa na escolha ou na fiscalização do executor do serviço. (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. O contrato de permissão dos serviços públicos não gera privilégios e nem exclusividade ao permissionário, em regra.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 506,2016),

> *Em geral, a permissão não gera privilégio, nem assegura exclusividade ao permissionário, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada (art. 16). A permissão para a prestação de serviço público ou de utilidade pública, agora, pela Constituição/88, exige licitação, nos termos do seu art. 175, do art. 22 da Lei 8.666/93, e dos arts. 22, IV, e 40, e da Lei 8.987/95. Observe-se, ainda, que aos permissionários não se estendem automaticamente as prerrogativas dos concessionários, só se beneficiando das que lhes forem expressamente atribuídas. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. Os contratos de permissão dos serviços públicos devem se submeter ao procedimento licitatório, nos termos do inciso IV, art. 2º da Lei 8.987/95, *in verbis*: ”permissão de serviço público: a delegação, a título precário**, mediante licitação**, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco”.

d) Incorreto. Os permissionários gozarão dos mesmos privilégios dos concessionários apenas quando a lei determinar.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 506,2016),

> *Em geral, a permissão não gera privilégio, nem assegura exclusividade ao permissionário, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada (art. 16). A permissão para a prestação de serviço público ou de utilidade pública, agora, pela Constituição/88, exige licitação, nos termos do seu art. 175, do art. 22 da Lei 8.666/93, e dos arts. 22, IV, e 40, e da Lei 8.987/95. Observe-se, ainda, que* ***aos permissionários não se estendem automaticamente as prerrogativas dos concessionários, só se beneficiando das que lhes forem expressamente atribuídas.*** *(grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Os contratos de permissão do serviço público são *intuitu personae*, não admitindo a substituição do permissionário.

Para Hely Lopes Meirelles (p. 507,2016),

> *Embora ato unilateral e precário, a permissão é deferida intuitu personae e, como tal, não admite a substituição do permissionário, nem possibilita o traspasse do serviço ou do uso permitido a terceiros sem prévio assentimento do permitente. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

24. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta.

a) O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

b) Os atos praticados por sociedades empresárias e por sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins da Lei n. 12.846/2013.

c) Segundo a Lei n. 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público privada, a concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

d) A requisição administrativa, como forma de intervenção temporária na propriedade, encontra previsão no capítulo referente aos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal de 1988, que estabelece que no caso de iminente perigo público a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

e) Serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários é aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, conforme preceitua a Lei n. 8.987/1995.

Comentários

a) Correto. **É o que aduz o §1º, art, 1º, da Lei 11.107/2005 *in verbis*:"** O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado."

b) Correto. **É o que diz o art. 5º da Lei 12.846/2013, *in verbis*:**

> *Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.*
>
> *Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:*
>
> *I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;*
>
> *II-comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;*
>
> *III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto: A definição apresentada se refere a concessão administrativa como se vê nos §§ 1º e 2º do art. 2º, da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*
>
> *§ 1º **Concessão patrocinada** é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*
>
> *§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens**. (grifos não constantes do original)***

d) Correto. Nos termos do inciso XXV, art. 5º da CF/88: "no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano";

e) Correto. Nos termos do art. 6º da **Lei 8.987/1995,** *in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> ***§** 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas**. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

25. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

A Lei Federal nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (...)

a) obriga as concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

b) não se aplica no âmbito estadual, visto que se trata de lei destinada apenas a regular a concessão e permissão de serviços públicos pela União.

c) veda a prestação delegada de serviços públicos por pessoas físicas, admitindo seja feita somente por pessoas jurídicas e consórcios de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

d) admite que seja utilizada a modalidade pregão para escolha do delegatário na concessão de serviços públicos, bem como na concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública.

e) estabelece como única fonte de receitas das concessões e permissões de serviços públicos a tarifa fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nessa lei, no edital e no contrato.

Comentários

a) Correto. As concessionárias de serviços públicos devem oferecer 6 datas para que o consumidor ou usuário dos serviços possa escolher, nos termos do art. 7º-A da **Lei 8.987/1995**, *in verbis:*

> ***Art. 7º-A.** As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos. **(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Abrange também os estados, municípios e distrito federal, como se vê abaixo:

> *Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.*

> *Parágrafo único. A União,* ***os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.***
>
> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I -* ***poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão****; (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. Para as concessões não se admite a participação da pessoa física como concessionário. Já na permissão de serviço público é admitido que o permissionário seja pessoa física. A seguir o disposto na Lei 8.987/1995 sobre o tema:

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência,* ***à pessoa jurídica ou consórcio de empresas*** *que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*
>
> *III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;*
>
> *IV -* ***permissão de serviço público****: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. A modalidade de licitação para os concessionários de serviço público é a concorrência. A seguir o disposto na Lei 8.987/1995 sobre o tema:

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*
>
> *III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado; (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. O poder concedente poderá prever no edital de licitação a possibilidade de outras fontes de recursos para poder manter a prestação do serviço público. A seguir o disposto na Lei 8.987/1995 sobre o tema:

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

26. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos para os diferentes âmbitos da Federação dependem, primeiramente, do que está estabelecido no artigo 175 da Constituição Federal e na Lei nº 8.987/1995. Com base nessa premissa, é correto afirmar que:

a) Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, mediante licitação, à pessoa jurídica ou consórcio de empresa que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

b) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco.

c) Somente nos casos expressamente previstos na Constituição Federal a cobrança da tarifa decorrente dos contratos de concessão poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

d) As tarifas cobradas em razão da existência de contratos de concessão poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

e) A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica devidamente motivada.

Comentários

a) Correto. Nos termos do inciso II, art. 2º da **Lei 8.987/1995, *in verbis*:**

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II - concessão de serviço público: **a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de***

> ***empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*** *(grifos não constantes do original)*

b) Correto. Nos termos do inciso IV, art. 2º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *(...)*
>
> *IV - **permissão de serviço público**: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. O erro da questão foi considerar a CF/88 como normativo que autoriza condicionar a existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário quando o correto é a previsão em lei, conforme veremos abaixo:

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 1º **A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos** casos expressamente previstos em lei**, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.** (grifos não constantes do original)*

d) Correto. Nos termos do art. 13 da Lei 8.987/1995, *in verbis:* "As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários".

e) Correta. Nos termos do art. 16 da Lei 8.987/1995, *in verbis:* "A outorga de concessão ou permissão não terá caráter de exclusividade, salvo no caso de inviabilidade técnica ou econômica justificada no ato a que se refere o art. 5º desta Lei."

Gabarito: A questão pediu para ser assinalada a correta. Porém constam 4 alternativas corretas e 1 incorreta. Portanto, a questão foi anulada pela banca.

---

27. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

A respeito do tema concessão e permissão no serviço público, sabe-se que esses contratos dependem da realização de processos licitatório e, conforme previsão legal, existem diferentes causas para o encerramento destes vínculos. Sobre o assunto, é INCORRETO afirmar que:

a) Parte superior do formulário

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

b) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

c) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão, respeitando-se procedimentos estabelecidos nos marcos legais existentes.

d) Contempla a lei nacional a possibilidade de rescisão judicial, a ser requerida pela concessionária, diante do inadimplemento contratual pelo Poder Público.

e) Existe a hipótese de encampação nos contratos de permissão.

Comentários

a) Correto. Nos termos do §1º, art. 35, da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 35. Extingue-se a concessão por:*
>
> *I - advento do termo contratual;*
>
> *II - encampação;*
>
> *III - caducidade;*
>
> *IV - rescisão;*
>
> *V - anulação; e*
>
> *VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.*
>
> ***§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato**. (grifos não constantes do original)*

b) Correto. Nos termos do art.37 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.* ***(grifos não constantes do original)***

c) Correto. Nos termos do art.38 da Lei 8.987/1995, *in verbis*:

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.* ***(grifos não constantes do original)***

d)Correto. O particular pode requer a rescisão contratual, porém apenas judicialmente, nos termos do caput do art. 39 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> ***Art. 39. O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.***
>
> ***Parágrafo único.** Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Percebe-se que o art. 37 da Lei 8.987/1995 cita que a encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente, assim se referindo aos contratos de concessão. Além disso,

menciona a questão sobre o prazo, que é característico dos contratos de concessão. Dessa forma, mostram-se nos contratos de permissão dos serviços públicos como não sendo possível a encampação, por conta de os contratos com permissionários não ficarem vinculados a prazos, já que se dão por prazo indeterminado e, também, o fato de que a qualquer momento a Administração possa retomar os serviços, uma vez que uma das características desses contratos é a precariedade, ou seja, a qualquer momento pode a Administração encerrar o contrato, não havendo necessidade do instituto da encampação e todos os seus procedimentos.

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

28. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

O regime jurídico da prestação de serviços públicos, estatuído pela Lei nº 8.987/95 e legislação correlata, impõe a

a) inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, no procedimento da concorrência para escolha da concessionária de serviço público.

b) reversão, em favor do poder concedente, de todos os bens utilizados pela concessionária de serviço público para a prestação do serviço delegado.

c) instauração prévia de procedimento administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, para decretação de intervenção na concessionária de serviço público, por conta de falhas na prestação contratual.

d) indenização da concessionária de serviço público, no advento do termo contratual, caso haja bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

e) adoção obrigatória de arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, para resolução de disputas decorrentes do contrato de concessão de serviço público.

Comentários

a) Incorreto. A Lei nº 8.987/95 prevê a possibilidade, mas não impõe a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento. Vejamos como vem definido:

> *Art. 18-A.* ***O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que****:*(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
>
> *I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;*(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
>
> *II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;*(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

> *III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;*(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)
>
> *IV - **proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas. (grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Nos termos do art. 36, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> ***Art. 36.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido**. (grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. O procedimento administrativo vai ocorrer depois de trinta dias da declaração de intervenção, nos termos do art. 33, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 33. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa. (grifos não constantes do original)*

d)Correto. Nos termos do art. 36, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> ***Art. 36.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido**. (grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. A arbitragem poderá ser adotada nos litígios a ocorrer. O art. 23-A da Lei Lei 8.987/1995, aduz o seguinte:

> *Art. 23-A. O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da* Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.(Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

29. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

No tocante aos aspectos econômicos e tarifários das concessões de serviço público, a Lei no 8.987/95 dispõe:

a) Na contratação das concessões de serviços públicos, deve haver a repartição objetiva dos riscos entre as partes.

b) O inadimplemento do usuário não é circunstância justificável para a interrupção na prestação dos serviços públicos.

c) A cobrança de pedágios em rodovias públicas somente é possível por meio do oferecimento de via alternativa e gratuita para o usuário.

d) Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro, vedada a revisão em período inferior a um ano.

e) A alteração das alíquotas do imposto de renda não é causa que justifique pedido de revisão tarifária pela concessionária.

Comentários

a) Incorreto. **Nos contratos de concessão de serviços públicos a responsabilidade do concessionário é objetiva, nos termos dos incisos II e III, do art. 2º,** da Lei 8.987/1995*, in verbis:*

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
>
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II* ***- concessão de serviço público****: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho,* ***por sua conta e risco e por prazo determinado;***
>
> *III -* ***concessão de serviço público precedida da execução de obra pública****: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que* ***demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco,*** *de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;* ***(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Pode ocorrer a interrupção da prestação de serviços quando houver inadimplemento das obrigações mediante prévio aviso. Vejamos o que diz o §3º, incisos I e II, do art. 6º Lei 8.987/1995*, in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:***
>
> *I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das* ***instalações; e,***
>
> *II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.* ***(grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. Somente nos casos previstos em lei poderá o preço da tarifa ficar condicionado à existência de serviço público alternativo e gratuito para os usuários.

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

> *§ **1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei,** sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário. **(grifos não constantes do original)***

d)Incorreta. A Lei 8.987/1995 no §2º do art. 9º não faz menção a nenhuma restrição de períodos, como veremos abaixo:

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro**. (grifos não constantes do original)***

e) Correta. O aumento das alíquotas do IRPF não se configura como motivo para revisão de tarifas, nos termos do §3º do art. 9º da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> ***§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.***

Gabarito: Letra E.

---

30. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

Com relação aos Serviços Públicos, é correto afirmar que serviço

a) uti singuli é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.

b) uti universi é aquele prestado à coletividade e usufruído diretamente pelos indivíduos.

c) uti universi é aquele prestado à coletividade, mas usufruído apenas indiretamente pelos indivíduos.

d) uti singuli é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído diretamente pelos indivíduos.

e) uti universi é aquele que tem por finalidade a satisfação individual ou coletiva, porém sempre usufruído indiretamente pelos indivíduos.

Comentários:

Para Hely Lopes Meirelles (p.423 e 424, 2016) os serviços *uti singuli e uti universi* são conceituados da seguinte forma:

> ***Serviços uti universi ou gerais**: são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo, como os de polícia, iluminação pública, calçamento e outros dessa espécie. Esses serviços satisfazem indiscriminadamente a população, sem que se erijam em direito subjetivo de qualquer*

administrado à sua obtenção para seu domicílio, para sua rua ou para seu bairro. Estes serviços são indivisíveis, isto é, não mensuráveis na sua utilização. Daí por que, normalmente, os serviços uti universi devem ser mantidos por imposto (tributo geral), e não por taxa ou tarifa, que é remuneração mensurável e proporcional ao uso individual do serviço.

***Serviços uti singuli ou individuais**: são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água, o transporte coletivo e individual e o uso de rodovia, energia elétrica e outros. Esses serviços, desde que implantados, geram direito subjetivo à sua obtenção para todos os administrados que se encontrem na área de sua prestação ou fornecimento e satisfaçam as exigências regulamentares.*

a) incorreto. Os serviços *uti singuli* ou individuais são os que possuem usuários determinados e utilização particular e mensurável.

b) incorreto. Os serviços *uti universi* são os prestados a coletividade e usufruídos indiretamente pelos indivíduos. A assertiva informou "diretamente".

c)correto. Os serviços *uti universi* são os prestados a coletividade e usufruídos indiretamente pelos indivíduos.

d)incorreto. Os serviços *uti singuli* ou individuais são os que possuem usuários determinados e utilização particular e mensurável.

e) incorreto. Os serviços *uti universi* são os prestados a coletividade e usufruídos indiretamente pelos indivíduos.

Gabarito: Letra C.

---

31. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Não se caracteriza como descontinuidade do serviço público a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade; e, por comprovada inviabilidade econômica.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. A questão mencionou "comprovação de inviabilidade econômica" o que não está de acordo com o §3º, incisos I e II, do art. 6º da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*

> *(...)*
>
> ***§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:***
>
> *I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das* ***instalações; e,***
>
> *II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Incorreto.

---

32. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Quando se trata de concessão do serviço público, a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, é denominada

a) intervenção.

b) rescisão.

c) caducidade.

d) encampação.

e) declaração de inidoneidade.

Comentários

O conceito da assertiva se refere a encampação, prevista no art. 37 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 37.* ***Considera-se encampação*** *a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

33. 2016/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP/Procurador

No que concerne às formas de prestação de serviço público, é correto afirmar que:

a) Desconcentração é o contrato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, não integrante da Administração.

b) Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

c) Desconcentração é o processo interno e externo que objetiva substituir um órgão por dois ou mais, não integrantes da Administração, com a finalidade de prestação de serviço.

d) Descentralização é processo eminentemente interno; significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação de serviço.

e) Desconcentração é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração.

Comentários

Antes de analisarmos cada uma das alternativas, vejamos qual a definição de desconcentração e descentralização.

Para Hely Lopes Meirelles (p.438, 2016),

> *Serviço descentralizado - É todo aquele em que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a autarquias, fundações, empresas estatais, empresas privadas ou particulares individualmente e, agora, aos consórcios públicos (Lei 11.107, de 6.4.2005).*
>
> *Há outorga quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público ou de utilidade pública.*
>
> *Há delegação quando o Estado transfere, por contrato (concessão ou consórcio público) ou ato unilateral (permissão ou autorização), unicamente a execução do serviço, para que o delegado o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal.*
>
> *Serviço desconcentrado - É todo aquele que a Administração*
>
> *executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários. A desconcentração é uma técnica administrativa de simplificação e aceleração do serviço dentro da mesma entidade, diversamente da descentralização, que é uma técnica de especialização, consistente na retirada do serviço dentro de uma entidade e transferência a outra para que o execute com mais perfeição e autonomia. (grifos não constantes do original)*

Agora vamos analisar cada alternativa.

a) Incorreto. Na desconcentração ocorre uma distribuição interna entre vários órgãos dentro da mesma entidade.

b) Correto. Por meio da descentralização ocorre a transferência da titularidade ou de sua execução a outras pessoas jurídicas de direito público ou privado ou pessoas físicas.

c)Incorreto. Na desconcentração ocorre uma distribuição interna entre vários órgãos dentro da mesma entidade.

d)Incorreto. A descentralização é um processo pelo qual ocorre a transferência da titularidade ou de sua execução a outras pessoas jurídicas de direito público ou privado ou pessoas físicas.

e) Incorreto. Na desconcentração ocorre uma distribuição interna entre vários órgãos dentro da mesma entidade. A distribuição tem que ocorrer para órgão pertencente ao próprio ente.

Gabarito: Letra B.

---

34. 2016/CESPE/TJ-DFT/Juiz de Direito

Acerca das formas de delegação de serviços públicos, assinale a opção correta.

a) As parcerias público-privadas poderão ser celebradas nas modalidades contratuais de concessão patrocinada, de concessão administrativa e de permissão administrativa, sendo que a concessão patrocinada visa delegar serviço público ou obra pública, ao passo que as demais só poderão delegar serviço público.

b) A concessão de serviço público será realizada mediante contrato administrativo, submetido à licitação pública, na modalidade de concorrência, devendo essa ser precedida de audiência pública, dependendo do valor do certame.

c) A permissão de serviço público é o contrato administrativo para exploração de serviço público, precedido de licitação, para pessoa jurídica que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua própria conta e risco, gerando direitos ao permissionário quanto ao período de exploração.

d) A contraprestação da administração pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser realizada por ordem bancária, cessão de créditos tributários e outorga de direitos sobre bens públicos dominiais, entre outros meios previstos em lei.

e) A contratação de parceria público-privada deverá ser precedida de licitação nas modalidades concorrência ou tomada de preços, estando a abertura do processo licitatório condicionada a, entre outros requisitos, autorização da autoridade competente lastreada em estudo técnico acerca da conveniência e da oportunidade da licitação, observância de limites de responsabilidade fiscal e ausência de vulneração às metas de resultados fiscais.

Comentários

a) Incorreto. Na Lei 11.079/2004, das parcerias público e privadas, os contratos administrativos de concessão são realizados nas modalidades patrocinada ou administrativa, apenas, nos termos do caput do art. 2º da referida lei, *in verbis*:

> ***Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.***
>
> *§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*
>
> *§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. (grifos não constantes do original)*

Dessa forma, a concessão patrocinada é a de serviços públicos ou obras públicas. Já a concessão administrativa é relativa ao contrato de prestação de serviços.

b) Correto. Nos termos do art. 39 da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> ***Art. 39. Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea "c" desta Lei, o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável*** *com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos*

> *meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.*
>
> *Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias e licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subseqüente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. Na permissão de serviço público não existem direitos ao permissionário quanto ao período de exploração, uma vez que o prazo é precário, não existindo tempo mínimo, podendo ser revogado a qualquer tempo, nos termos do art. 40 da Lei 8.987/1995*, in verbis:*

> *Art. 40. A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente. (grifos não constantes do original)*

d)Incorreto. O erro foi relativo a cessão de créditos não tributários. A assertiva mencionou os créditos *tributários* quando o correto é *créditos não tributários*, nos termos do inciso II, art. 6º da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 6o A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:*
>
> *I – ordem bancária;*
>
> *II – cessão de créditos não tributários;*
>
> *III – outorga de direitos em face da Administração Pública;*
>
> *IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;*
>
> *V – outros meios admitidos em lei. (grifos não constantes do original)*

e)Incorreto. A contratação será realizada na modalidade de concorrência, nos termos do caput do art. 10 da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:*
>
> *I – autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre:*
>
> *a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;*
>
> *b) que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1o do art. 4o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e*
>
> *c) quando for o caso, conforme as normas editadas na forma do art. 25 desta Lei, a observância dos limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, pelas obrigações contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato;*

> *II – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada;*
>
> *III – declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual;*
>
> *IV – estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;*
>
> *V – seu objeto estar previsto no plano plurianual em vigor no âmbito onde o contrato será celebrado;*
>
> *VI – submissão da minuta de edital e de contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação do edital; e*
>
> *VII – licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

35. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

Assinale a opção que completa corretamente a lacuna do seguinte dispositivo legal que trata das concessões de serviço público: “A _____ no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido".

a) encampação.

b) caducidade.

c) anulação.

d) reversão.

Comentários

A questão se refere à reversão, prevista no art. 36 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 36**. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D

---

36. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO-PR/Procurador

Sobre a concessão de serviços públicos, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido em Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

b) Não extingue-se a concessão por falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência.

d) O serviço é outorgado por lei e delegado por contrato.

e) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

Comentários

a) Correto. Nos termos do caput do art. 6º da Lei 8.987/1995, *in verbis:* **"Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato."**

b) Incorreto. A falência é uma das hipóteses de extinção da concessão, nos termos do §1º, art. 35, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 35. Extingue-se a concessão por:*
>
> *I - advento do termo contratual;*
>
> *II - encampação;*
>
> *III - caducidade;*
>
> *IV - rescisão;*
>
> *V - anulação; e*
>
> *VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.*
>
> *§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato. (grifos não constantes do original)*

c)Correto. Nos termos do §3º, art. 6º da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:***
>
> *I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,*
>
> ***II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. (grifos não constantes do original)***

d)Correto. Para Hely Lopes Meirelles (p.438, 2016),

> *Serviço descentralizado - É todo aquele em que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a autarquias, fundações, empresas estatais, empresas privadas ou particulares individualmente e, agora, aos consórcios públicos (Lei 11.107 ,de 6.4.2005).*
>
> *Há outorga* ***quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público ou de utilidade pública.***
>
> ***Há** delegação **quando o Estado transfere, por contrato(concessão ou consórcio público) ou** ato unilateral **(permissão ou autorização), unicamente a execução do serviço,** para que o delegado o preste ao público em seu nome e por sua conta e risco, nas condições regulamentares e sob controle estatal. (grifos não constantes do original)*

e) Correto. Nos termos do art. 3º da Lei 8.987/1995, *in verbis*: **"As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários".**

Gabarito: Letra B.

---

37. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA-SP/Procurador

Nos termos da Lei n° 8.987/1995, no contrato de concessão,

a) não é admitida a subconcessão, mesmo que expressamente autorizada pelo poder concedente.

b) não se permite a participação de empresas em consórcio.

c) cláusula relativa aos casos de extinção da concessão não é considerada essencial.

d) a outorga de subconcessão será sempre precedida de convite.

e) o poder concedente disciplinará sobre o prazo da administração temporária.

Comentários

a) Incorreto. É admitido a possibilidade de subconcessão desde que seja autorizada pelo poder concedente, nos termos do caput do art. 26 da Lei 8.987/1995, *in verbis:* **"É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente."**

b) Incorreto. É admitida a participação de empresas em consórcios, nos termos do inciso XIII do art. 18 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente:*
>
> *(...)*
>
> ***XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;*** *(grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. As cláusulas do contrato em que se prevê os casos de extinção da concessão são essenciais, nos termos do inciso IX do art. 23 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 23. São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:*
>
> *(...)*
>
> *IX - aos casos de extinção da concessão; (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. A outorga de subconcessão ocorrerá sempre na modalidade de concorrência, nos termos do §2º do art. 26 da Lei 8.987/1995*, in verbis:*

> *Art. 26. É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.*
>
> ***§ 1º A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.***
>
> ***§ 2º O subconcessionário se sub-rogará todos os direitos e obrigações da subconcedente dentro dos limites da subconcessão. (grifos não constantes do original)***

e) Correto**.** Nos termos do §6º do art. 27-A da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 27-A. Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.*
>
> ***§ 6º O Poder Concedente disciplinará sobre o prazo da administração temporária.*** *(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

38. 2015/CESPE/DPE-RN/Defensor Público

A respeito da prestação de serviço público por concessionárias ou permissionárias, assinale a opção correta.

a) Ainda que motivada por situação de emergência, ou após aviso prévio, por motivos de ordem técnica ou de segurança das instalações, a interrupção no fornecimento de serviços públicos fere o princípio da continuidade dos serviços públicos.

b) Tratando-se de obrigação propter rem, conforme entendimento do STJ, o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior é legítimo.

c) Em nome do princípio da isonomia na prestação dos serviços públicos, é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais, quando se tratar de unidade prestadora de serviços de interesse público da coletividade.

d) De acordo com entendimento do STF, é objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, em se tratando de danos causados a terceiros não usuários desse serviço.

e) Segundo entendimento jurisprudencial do STJ, é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando o usuário for inadimplente quanto a débitos vencidos pretéritos, desde que precedido de prévia notificação do usuário.

Comentários

a) Incorreto. A situação apresentada não fere o princípio da continuidade dos serviços públicos, nos termos do inciso I, §3º da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:*
>
> *I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,*
>
> *II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. **O tema é tratado no julgado abaixo:**

ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ÁGUA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. FALTA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA/STJ. ***SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA. DÉBITOS DE CONSUMO DO ANTIGO PROPRIETÁRIO. DÍVIDA CONSOLIDADA. IMPOSSIBILIDADE****. 1. Inexistente a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do acórdão recorrido, que enfrentou os temas abordados no recurso de apelação, quais sejam, a ciência do adquirente do imóvel acerca do débito de água;* ***a obrigação propter rem****; a legalidade de eventual suspensão de fornecimento de água; a ausência de comprovação real do dano e do excesso da condenação. 2. A recorrente colacionou paradigma alusivo à legalidade de corte no fornecimento de água em caso de mera inadimplência do usuário. Todavia, o Tribunal a quo decidiu acerca da ilegalidade da suspensão no fornecimento no caso dos autos, tendo em vista que os débitos em questão foram contraídos por outro consumidor, sendo anteriores à compra do imóvel pelo recorrido. Constata-se a inexistência de similitude fática e jurídica apta a ensejar o conhecimento do recurso. 3. O Tribunal de origem referendou a decisão do juiz singular de antecipar os efeitos da tutela no presente caso. Obviamente, para se constatar se estão presentes os pressupostos autorizadores da tutela de urgência, é necessária a incursão na seara fático-probatória dos autos, o que é vedado a esta Corte Superior, nos termos da Súmula7/STJ. 4.* ***Independentemente da natureza da obrigação (se pessoal ou propter rem), o inadimplemento é do usuário, ou seja, de quem efetivamente obteve a prestação do serviço, razão porque não cabe responsabilizar o atual usuário por débito pretérito relativo ao consumo de água de usuário anterior.*** *5. Por fim, reconhecer, como pretende a recorrente, que o corte no fornecimento de água foi provocado por dívidas do morador atual, e não de moradores anteriores, ao contrário do que afirmou o Tribunal a quo, demandaria, também, o reexame do material fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido.(STJ - AgRg no Ag: 1399175 RJ 2011/0030208-9, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 16/06/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/06/2011) (grifos não constantes do original)*

Dessa forma, não pode ocorrer o corte na energia elétrica sob fundamento de que a dívida do proprietário anterior seja de responsabilidade do proprietário atual.

c)Incorreto. Não pode ocorrer a interrupção no fornecimento de energia elétrica nos serviços essenciais. Vejamos abaixo um precedente importante do STJ sobre o tema:

> *AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.290.034 - GO (2018/0107129-7) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PIRANHAS ADVOGADOS : RUBENS FERNANDO MENDES DE CAMPOS E OUTRO (S) - GO008198 VALDENÍSIA MARQUES SILVA - GO022358 AGRAVADO : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D ADVOGADOS : DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO (S) - GO016538 FABIANO DOS REIS TAIANO - GO021179 PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA SE CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO. DECISÃO Trata-se de agravo interposto pelo Município de Piranhas/GO, contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, cuja ementa assim estabelece: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE COBRANÇA E COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. 1. É lícita a interrupção no fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento, desde que atendidos os requisitos definidos em lei, quais sejam, que o débito seja recente e o corte antecedido de notificação, pois a finalidade é resguardar o interesse da coletividade na continuidade do serviço, a qual restaria ameaçada porque sucessivos débitos onerariam a sociedade como um todo. Inteligência da Resolução nº 414, de 09 de setembro de 2010, da ANEEL. 2. Em que pese o artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei federal nº 8.987/1995 estabeleça ser possível a interrupção, nos casos de inadimplência de pessoa jurídica de direito público, no fornecimento de serviços públicos essenciais, tal como a distribuição de energia elétrica, este mesmo dispositivo legal consignou expressamente ser inviável que esta suspensão ocorresse de maneira indiscriminada, devendo ser considerado o interesse da coletividade. 3. É possível a suspensão do fornecimento de energia elétrica na hipótese de inadimplemento do consumidor, mesmo em se tratando de órgão público. Todavia, segundo disposto no artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei federal n.º 8.987/95 e artigo 140, § 3º, inciso II, da Resolução 414/2010/ANEEL, a medida extrema pressupõe, sempre, observância ao interesse da coletividade, mantidos os serviços públicos essenciais, uma vez que sua interrupção poderia acarretar graves e imprevisíveis transtornos aos munícipes.*
>
> *(...)*
>
> *(STJ - AREsp: 1290034 GO 2018/0107129-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJ 28/05/2018) (grifos não constantes do original)*

d)Correta. Segundo jurisprudência do STF, responde a concessionária de serviços públicos de forma objetiva mesmo em relação a terceiros não usuários dos serviços que presta, desde que haja inequívoca relação de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público. Vejamos baixo um importante precedente do STF sobre o tema:

> *EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-*

*USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - **A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.** III - Recurso extraordinário desprovido.*

(RE 591874, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 26/08/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-10 PP-01820 RTJ VOL-00222-01 PP-00500) (grifos não constantes do original)

e) Incorreto. O débito deve ser atual. Caso a concessionária queira cobrar dividas pretéritas deverá se utilizar de outros meios. Vejamos como a jurisprudência do STJ trata do tema:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IMPOSSIBILIDADE DE CORTE POR DÉBITOS PRETÉRITOS. SUSPENSÃO ILEGAL DO FORNECIMENTO**. DANO IN RE IPSA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito; o corte de água ou energia pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. 2. **A suspensão ilegal do fornecimento do serviço dispensa a comprovação de efetivo prejuízo, uma vez que o dano moral nesses casos opera-se in re ipsa, em decorrência da ilicitude do ato praticado**. 3. Agravo Regimental da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A desprovido.*

(STJ - AgRg no AREsp: 239749 RS 2012/0213074-5, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/08/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/09/2014) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra D.

---

39. 2015/FCC/TJ-SE/Juiz de Direito

Muito se discute acerca do conceito de serviço público. Não se questiona, contudo, a possibilidade de delegação à iniciativa privada, atendidos certos limites e requisitos legais. Diante de uma hipótese em que o Poder Público pretenda delegar à iniciativa privada serviço público cuja finalidade seja o atendimento social à população, é adequado

a) firmar convênio administrativo com outros entes públicos para transferência da titularidade e da execução dos serviços público envolvidos, remunerando a prestação por meio de repasses de recursos.

b) licitar a contratação de uma concessão comum, cujos investimentos ficam integralmente a cargo da concessionária, que se remunerará por meio de cobrança de tarifa do poder concedente.

c) contratar um consórcio público para prestação do serviço, remunerando-o por meio de repasses de recursos orçamentários.

d) licitar a contratação de uma concessão administrativa, que não admite a cobrança de tarifa do usuário, remunerando-se o concessionário por meio de contraprestação a ser paga pelo poder concedente, usuário indireto do serviço.

e) licitar a contratação de uma concessão patrocinada, substituindo-se a cobrança de tarifa pela imposição de aporte pago pelo poder concedente, sem prejuízo da contraprestação regularmente devida.

Comentários

a) Incorreto. Quando ocorre a delegação de serviço público a um particular se transfere apenas a execução dos serviços e não a titularidade. Além disso, os entes públicos não podem receber serviço delegado que caberia a iniciativa privada.

b) Incorreto. Na concessão comum ou administrativa não há a cobrança de tarifas dos usuários, pois a remuneração é paga pelo poder concedente, nos termos do §2º, art. 2º c/c com art. 6º, ambos da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*
>
> *§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.*
>
> *§ **2º Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a **Administração Pública seja a usuária direta ou indireta,** ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*
>
> *(...)*
>
> ***Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:***
>
> *I – ordem bancária;*
>
> *II – cessão de créditos não tributários;*
>
> *III – outorga de direitos em face da Administração Pública;*
>
> *IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;*
>
> *V – outros meios admitidos em lei. (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. Os consórcios públicos possuem constituição jurídica de direito público, portanto não podem receber esse serviço delegado que caberia a iniciativa privada, nos termos do art. 6º da Lei. 11.107/2005, *in verbis:*

> *Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*
>
> ***I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;** (grifos não constantes do original)*

d)Correto. Na concessão comum ou administrativa não há a cobrança de tarifas dos usuários, pois a remuneração é paga pelo poder concedente, nos termos do §2º, art. 2º c/c com art. 6º, ambos da Lei 11.079/2004, *in verbis:*

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

> *(...)*
>
> *§ **2º Concessão administrativa** é o contrato de prestação de serviços de que a **Administração Pública seja a usuária direta ou indireta,** ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*
>
> *(...)*
>
> ***Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por:***
>
> *I – ordem bancária;*
>
> *II – cessão de créditos não tributários;*
>
> *III – outorga de direitos em face da Administração Pública;*
>
> *IV – outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;*
>
> *V – outros meios admitidos em lei. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. A contrapartida do poder concedente não pode superar a 70% da remuneração total a ser recebida pelo parceiro privado, salvo autorização legislativa especifica, nos termos do §3º, art. 10, da Lei 11.079/2004*, in verbis:*

> *Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:*
>
> ***§ 3º As concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.*** *(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

40. 2015/VUNESP/PREFEITURA DE SUZANO-SP/Procurador

São exemplos de serviços públicos uti singuli.

a) iluminação pública, calçamento e fornecimento de gás.

b) energia elétrica, iluminação pública e saúde.

c) telefonia, energia elétrica e fornecimento de água.

d) educação, saúde e policiamento.

e) transporte coletivo, defesa civil e educação.

Comentários

a) Incorreto. Os serviços de iluminação pública e calçamento são uti universi;

b) Incorreto. Os serviços de iluminação pública e saúde são uti universi;

c) Correto. Todos são uti singuli;

d) Incorreto. Todos são uti universi;

e) Incorreto. Os serviços de defesa civil e educação são uti universi.

Gabarito: Letra C.

---

41. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

Sobre as concessões de serviço público regidas pela Lei n.º 8.987/1995, é CORRETO afirmar:

a) A remuneração do particular se dará exclusivamente a partir das tarifas cobradas dos usuários, sendo indevida qualquer exploração de receitas complementares, alternativas ou acessórias.

b) A cobrança de tarifas depende da disponibilização de alternativa gratuita em favor do usuário.

c) É obrigatória a conversão de consórcios em empresa para fins de assinatura do contrato de concessão disciplinada pela Lei n.º 8.987/1995.

d) É admitida a assunção do controle da concessionária pelos seus financiadores, com vistas a reestruturar o empreendimento, de modo a assegurar a continuidade dos serviços públicos concedidos.

e) Não se admite a utilização da arbitragem para resolver conflitos entre o Poder Concedente e o concessionário, haja vista a indisponibilidade dos interesses em disputa.

Comentários

a) Incorreto. Existe a previsão de outras fontes de receitas visando deixar o preço dos serviços públicos mais acessível**.**

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público,* ***poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas,*** *observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. A cobrança de tarifas independe da existência de serviço público alternativo e gratuito ao usuário, salvo determinação legal, nos termos do §1º do art. 9º da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 1º* ***A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.*** *(grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. Os consórcios de empresas poderão firmar contrato de concessão com o poder público, nos termos do inciso II, art. 2º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*

> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
>
> *II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência,* ***à*** *pessoa jurídica ou consórcio de empresas* ***que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*** *(grifos não constantes do original)*

d)Correto. Nos termos do art. 27-A da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 27-A. Nas condições estabelecidas no contrato de concessão, o poder concedente* ***autorizará a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços.*** *(grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. É admitido o uso da arbitragem como técnica de conciliação de conflitos entre o poder concedente e a concessionária de serviços públicos, nos termos do art. 23-A da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 23-A.* ***O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem****, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

42. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador

No que concerne às tarifas relacionadas aos serviços públicos, pode ser afirmado:

a) no atendimento às peculiaridades de cada serviço público, é vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas.

b) os contratos podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

c) em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, posteriormente à alteração.

d) as tarifas não podem ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

Comentários

a) Incorreto. Existe a previsão de outras fontes de receitas visando deixar o preço dos serviços públicos mais acessível, nos termos do caput. do art. 11 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público,* ***poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos***

> ***associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas,*** *observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

b) Correto. Pode existir sim a previsão de revisão das tarifas nos contratos, nos termos do §2º, art. 9º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.* (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
>
> ***§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.*** *(grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. Em caso de alteração unilateral que afete o equilíbrio financeiro, deverá ser restabelecido concomitantemente à alteração, nos termos do §4º do art. 9º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> ***§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.*** *(grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. As tarifas poderão ser diferenciadas em função de algumas peculiaridades, nos termos do art. 13 da Lei 8.987/1995, *in verbis:* **"As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários."**

Gabarito: Letra B.

---

43. 2015/CESPE/TCU/Procurador

Em consonância com a legislação e a jurisprudência pertinentes, assinale a opção correta, com relação ao serviço público.

a) Se for comprovada a inadimplência da concessionária em processo administrativo, configurar-se-á causa de extinção do contrato de concessão. Nesse caso, dependerá de indenização prévia a declaração de caducidade por decreto do poder concedente.

b) A responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos é objetiva em relação aos usuários do serviço e subjetiva em relação aos não usuários.

c) Considerando que a concessionária execute o serviço em seu próprio nome e se sujeite aos riscos normais do empreendimento, a legislação de regência veda a responsabilidade solidária do poder concedente, ainda que por má escolha da concessionária.

d) O caráter precário da permissão autoriza a revogação unilateral do contrato por ato do poder concedente, hipótese em que, mediante ação própria, é possível ao permissionário obter indenização dos investimentos feitos para o desempenho do serviço.

e) A extinção do contrato de concessão por decurso do prazo de vigência enseja a retomada imediata da prestação do serviço pelo poder público, incluindo-se a ocupação e a utilização das instalações, ressalvado o direito do concessionário à prévia indenização dos bens reversíveis.

Comentários

a) Incorreto. Depois de comprovada a inadimplência do concessionário através de processo administrativo será declarada a caducidade, independentemente de indenização prévia, nos termos do §4º do art. 38, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> *§ 2º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.*
>
> *§ 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.*
>
> ***§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.***

b) Incorreto. Segundo jurisprudência do STF, responde a concessionária de serviços públicos de forma objetiva mesmo em relação a terceiros não usuários dos serviços que presta desde que haja inequívoca relação de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público. Vejamos abaixo um importante precedente do STF sobre o tema:

> *EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I - A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. II - **A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.** III - Recurso extraordinário desprovido.*
>
> *(RE 591874, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 26/08/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-10 PP-01820 RTJ VOL-00222-01 PP-00500) (grifos não constantes do original)*

c)Incorreto. A jurisprudência do STJ vem aceitando a tese da responsabilidade solidária do poder concedente e do concessionário em algumas hipóteses. Vejamos a hipótese a seguir:

> *RECURSO ESPECIAL N° 28.222 - SAO PAULO (1992/0026117-5) RELATORA : MIN. ELIANA CALMON RELATORA P/ACÓRDÃO : MIN. NANCY ANDRIGHI RECTE : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO RECDO : MUNICIPIO DE ITAPETININGA ADVOGADO : OZILDES AGOSTINHO RODRIGUES E OUTROS*
>
> ***EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. ARTIGOS 23, INCISO VI E 225, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO MUNICÍPIO. SOLIDARIEDADE DO PODER CONCEDENTE. DANO DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO FIRMADO ENTRE A RECORRENTE E A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP (DELEGATÁRIA DO SERVIÇO MUNICIPAL). AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO POR ATO DE CONCESSIONÁRIO DO QUAL É FIADOR DA REGULARIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO. OMISSÃO NO DEVER DE FISCALIZAÇÃO DA BOA EXECUÇÃO DO CONTRATO PERANTE O POVO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RECONHECER A LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO. I -** *O Município de Itapetininga é responsável, solidariamente, com o concessionário de serviço público municipal, com quem firmou "convênio" para realização do serviço de coleta de esgoto urbano, pela poluição causada no Ribeirão Cairito, ou Ribeirão Taboãozinho. II - Nas ações coletivas de proteção a direitos metaindividuais, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a responsabilidade do poder concedente não é subsidiária, na forma da novel lei das concessões (Lei n. º 8.987 de 13.02.95), mas objetiva e. portanto, solidária com o concessionário de serviço público, contra quem possui direito de regresso, com espeque no art 14, § 1 o da Lei n. º 6.938/81. Não se discute, portanto, a liceidade das atividades exercidas pelo concessionário, ou a legalidade do contrato administrativo que concedeu a exploração de serviço público; o que importa é a potencialidade do dano ambiental e sua pronta reparação. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por maioria, conhecer do recurso e lhe dar provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Nancy Andrighi. Votou vencida a Sra. Ministra-Relatora. Votaram com a Sra. Ministra Nancy Andrighi os Srs. Ministros Francisco Peçanha Martins, Paulo Gallotti e Franciulli Netto. Brasília, 15 de fevereiro de 2000. (data do julgamento) (grifos não constantes do original)*

d)Correto. A jurisprudência do STJ reconhece que nos casos de contrato de permissão de serviços públicos em que ocorre a rescisão contratual sem justo motivo e levando em consideração os altos investimentos do permissionário é possível a aplicação de indenização por dano material, como se vê a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SERVIÇOSLOTÉRICOS. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. NATUREZA JURÍDICA. RESCISÃOUNILATERAL.* ***DIREITO À INDENIZAÇÃO PELOS GASTOS DE INSTALAÇÃO DA CASA LOTÉRICA. EXISTÊNCIA DE INVESTIMENTO VULTOSO PARA CONCRETIZAR O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE.*** *DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DANOSMATERIAIS. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM EM RAZÃO DE LAUDOPERICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO. SÚMULA7/STJ. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO. 1. No caso dos autos, a empresa Magic Numbers Comercial e Serviços Ltda, ora recorrida, ajuizou ação ordinária de natureza indenizatória (material e moral) contra a Caixa Econômica Federal, em razão da rescisão não motivada do contrato de permissão de serviços lotéricos. Por ocasião da sentença, o pedido foi julgado improcedente (e-STJ fls. 270/273), o que foi reformado em sede de apelação pelo Tribunal de origem, que reconheceu a procedência parcial do pedido indenizatório por danos materiais, mas afastou a existência de danos morais. A CEF interpôs recurso especial no qual sustenta negativa de vigência aos arts. 333, I, e 535 do Código de Processo Civil, 2º, VI,*

*e 40 da Lei 8.987/95. 2. Não há falar em violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil quando o aresto recorrido adota fundamentação suficiente para dirimir a controvérsia, sendo desnecessária a manifestação expressa sobre todos os argumentos apresentados pelos litigantes. Além disso, a Corte a quo expressamente analisou nos embargos declaratórios a questão relacionada à natureza precária do ato de permissão e a falta de provas hábeis a ensejar qualquer reparação (e-STJ fls.328/330), tópicos apontados como omissos pela recorrente. 3. A análise do acórdão recorrido permite asseverar que o Tribunal de origem firmou as seguintes conclusões: a**) a permissão de serviço público é dotada de caráter discricionário e precário, o que permite a revogação em razão de interesse público, sem ensejar indenização; b) em casos específicos, nas hipóteses que o permissionário realizar investimento de vulto para a exploração do serviço delegado, é possível o reconhecimento do direito à indenização pelos referidos gastos;** c) **a Caixa Econômica Federal realizou a rescisão unilateral da permissão sem oportunizar defesa ao permissionário, tampouco indicou motivos relevantes para justificar a medida ou atos ensejadores de descumprimento dos termos do contrato formado entre as partes;** d) o laudo pericial produzido nos autos concluiu pela existência de valores expressivos gastos para a instalação e manutenção da casa lotérica na qual seriam prestados os serviços objeto da permissão; e) **não há falar em indenização de dano moral da pessoa jurídica, por se tratar a rescisão da permissão em mero dissabor da vida cotidiana**; f) **a indenização deve se restringir" tão-somente, aos gastos com a instalação e manutenção pela Autora da casa lotérica destinada à prestação do serviço objeto da permissão", cujo exatos valores serão apurados em liquidação de sentença.** 4. Efetivamente, a permissão de serviços lotéricos é caracterizada pela discricionariedade, unilateralidade e precariedade, o que autorizaria a rescisão unilateral pelo poder permissionário. Nesse sentido: REsp 705.088/SC, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJ de11.12.2006; REsp 821.039/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão,DJ de 31.8.2006. 5. Entretanto, em hipóteses específicas, como o caso dos autos, é lícito o reconhecimento ao direito à indenização por danos materiais. É incontroverso nos autos que o permissionário realizou significativo investimento para a instalação do próprio empreendimento destinado à execução do serviço público delegado, inclusive mediante atesto de padronização do poder concedente. Todavia, após poucos meses do início da atividade delegada, a Caixa Econômica Federal rescindiu unilateralmente a permissão, sem qualquer justificativa ou indicação de descumprimento contratual pelo permissionário. Assim, no caso concreto, a rescisão por ato unilateral da Administração Pública impõe ao contratante a obrigação de indenizar pelos danos materiais relacionados à instalação da casa lotérica. 6. É manifesto que a análise da pretensão recursal, no tocante anão-comprovação do recorrido dos prejuízos sofridos aptos a justificar indenização por danos materiais, os quais foram expressamente reconhecidos no acórdão recorrido em razão de prova pericial, com a consequente reversão do entendimento do acórdão recorrido, exige, necessariamente, o reexame de matéria fático probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.(STJ - REsp: 1021113 RJ 2007/0292605-9, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 11/10/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/10/2011) (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. A jurisprudência do STJ tem entendido que não cabe falar em indenização prévia de bens reversíveis não amortizados ou depreciados.

*ADMINISTRATIVO. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. REVERSÃO DOS BENS UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA. INDENIZAÇÃO PRÉVIA. ART. 35, § 4º, DA LEI 8.987/95. I - **O termo final do contrato de concessão de serviço público não está condicionado ao pagamento prévio de eventual indenização referente a bens reversíveis não amortizados ou depreciados.** II - Com o advento do termo contratual tem-se de rigor a reversão da concessão e a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, incluindo a ocupação e a utilização das instalações e dos bens reversíveis. **A Lei nº 8.987/95 não faz qualquer ressalva acerca da necessidade de indenização prévia de tais bens**. III - Recurso especial improvido.(STJ - REsp: 1059137 SC 2008/0110088-5, Relator: Ministro FRANCISCO FALCÃO, Data de Julgamento: 14/10/2008, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 29/10/2008) (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

44. 2015/FCC/TRT-15ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Uma empresa privada, concessionária de serviço público de transporte de passageiros, deixou de realizar os investimentos previstos no contrato de concessão para a modernização dos sistemas de bilhetagem eletrônica, alegando frustração da demanda em relação às estimativas iniciais e consequente perda de receita tarifária. A conduta da concessionária

a) viola a obrigação de manutenção do serviço adequado, no que concerne à atualidade, que compreende a modernidade de equipamentos e instalações, bem como a melhoria e expansão do serviço.

b) está de acordo com o regime jurídico aplicável na hipótese de concessão de serviço público, onde a exploração se dá por conta e risco da concessionária, a qual detém, portanto, a prerrogativa de compatibilizar os níveis de adequação do serviço à receita obtida.

c) pode configurar violação ao princípio da continuidade do serviço público, em seu sentido amplo, facultando à concessionária a redução da oferta dos serviços apenas para adequar os custos à perda de receita suportada.

d) é decorrência do princípio da modicidade tarifária, que se sobrepõe aos demais, ensejando, em muitos casos, a redução dos níveis de adequação do serviço e dos critérios de universalidade.

e) configura violação ao princípio da eficiência, aplicável apenas em se tratando de prestação de serviço sob regime de concessão, que pressupõe a aplicação de índices de qualidade comparáveis aos praticados pela iniciativa privada.

Comentários

a) Correto. Ao deixar de realizar os investimentos previstos no contrato, o concessionário descumpre os preceitos do princípio da atualidade, dando razão para a extinção do contrato pela inexecução total e parcial, podendo ocasionar a declaração de caducidade e todas as suas implicações, nos termos do art. 38 da Lei 8.987/1995:

> ***Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27,*** *e as normas convencionadas entre as partes.*
>
> ***§ 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando:***
>
> ***I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;***
>
> ***II - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão****;*
>
> *III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;*

> ***IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido; (grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. A concessionária não pode deixar de cumprir o contrato sob a alegação, por si só, de frustração da demanda em relação às estimativas iniciais e consequente perda de receita tarifária. Deverá comprovar o desequilíbrio da equação econômico-financeira para que seja possível o restabelecimento das condições iniciais do contrato, nos termos dos art. 9 e 10 **da Lei 8.987/1995:**

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.* (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
>
> ***§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.***
>
> ***§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.***
>
> ***§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.***
>
> ***§ 5º A concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos***. (Incluído pela Lei nº 13.673, de 2018)
>
> *Art. 10. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.*

Portanto, o contrato não está sendo cumprido pela concessionária por não estar promovendo a modernização no sistema de bilhetagem.

c)Incorreto. Não pode a concessionária reduzir a oferta dos serviços para se adequar os custos ao montante de receitas obtido, sob pena de extinção do contrato por declaração de caducidade.

d)Incorreto. A busca pelo serviço adequado é o fim almejado pelo Estado quando da prestação dos serviços. Dessa forma, o princípio da modicidade das tarifas não pode se sobrepor ao oferecimento de um serviço adequado, pois a eficiência daquele implica no atingimento desse.

> *Art. 6º* ***Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários,*** *conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> *§ 1º Serviço adequado* ***é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e*** *modicidade das tarifas.*
>
> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com*

> *ou sem exclusividade,* ***com vistas a favorecer a modicidade das tarifas,*** *observado o disposto no art. 17 desta Lei.*

Com isso, se há falhas na aplicação do princípio da modicidade das tarifas, consequentemente ocorrerão implicações na adequada prestação de serviços.

e) Incorreto. Engloba todas as espécies de contrato, seja concessão, permissão ou autorização. O particular deve cumprir as cláusulas contratuais, sob pena de ver o pacto contratual rescindido.

Gabarito: Letra A.

---

45. 2015/TRT-21ª REGIÃO (RN)/TRT-21ª REGIÃO (RN) Juiz do Trabalho

A respeito dos Serviços Públicos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, a seguir:

I - São serviços de prestação obrigatória e exclusiva da União a manutenção do serviço postal e do correio aéreo nacional.

II - Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

III - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade

IV - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

a) todas as assertivas estão corretas.

b) apenas as assertivas II e III estão corretas.

a) apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) apenas as assertivas III e IV estão corretas.

c) todas as assertivas estão incorretas.

Comentários

I- Correto. Nos termos do inciso X, art. 21, da CF/88: "**Art. 21. Compete à União: X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;"**

II-Correto. Nos termos do art. 14 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório. (grifos não constantes do original)*

III-Correto. Nos termos do art. 25 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade. (grifos não constantes do original)*

IV- Correto. Nos termos do §3º, art. 6º, da Lei 8.987/1995, in verbis*:*

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> ***§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:***
>
> ***I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,***
>
> *II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

46. 2015/TRT-16ª REGIÃO/TRT-16ª REGIÃO (MA)/Juiz do Trabalho

Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

I. É permitido ao Estado delegar determinados serviços públicos, havendo permissivo legal e desde que sob regime de concessão ou permissão. É o próprio Estado quem escolhe os serviços que, em determinado momento, são considerados serviços públicos. Essa delegação dá-se sempre por meio de licitação.

II. Os serviços uti singuli são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário. São sempre serviços de utilização individual e mensurável, pelo que devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público).

III. A transferência da execução do serviço público pode ser feita por outorga ou por delegação. No primeiro caso transfere-se para o ente a titularidade de um serviço público, não apenas sua execução. Não pode mais o Poder Público retomar esse serviço, a não ser por lei.

IV. A permissão de serviço público é tradicionalmente considerada pela doutrina como ato unilateral, discricionário, precário, intuitu personae, podendo ser gratuito ou oneroso.

a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

de) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

I-Incorreto. Existem três formas de delegação dos serviços públicos aos particulares: concessão, permissão ou autorização. Apenas para este último não é obrigatória a licitação, nos termos do caput do art. 175 da CF/88 c/c inciso XI e XII, do art. 21 também da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 21. Compete à União:*
>
> *XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;* **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)**
>
> *XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:*
>
> *(...)*
>
> *Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*
>
> *Parágrafo único. A lei disporá sobre:*
>
> *I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;*
>
> *II - os direitos dos usuários;*
>
> *III - política tarifária;*
>
> *IV - a obrigação de manter serviço adequado. (grifos não constantes do original)*

II- Correto. De acordo com a definição de Hely Lopes Meirelles (p.423 e 424, 2016),

> ***Serviços uti singuli ou individuais:*** *são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água, o transporte coletivo e individual e o uso de rodovia, energia elétrica e outros. (grifos não constantes do original)*

III- Correto. Uma vez transferida a outorga por lei, somente por lei pode ser retomada.

IV- Correto. Veja a lição de Hely Lopes Meirelles (p.506 e 507, 2016):

> ***A permissão é, em princípio, discricionária e precária,*** *mas admite condições e prazos para exploração do serviço, a fim de garantir rentabilidade e assegurar a recuperação do investimento do permissionário visando a atrair a iniciativa privada.* ***O que se afirma é que a unilateralidade, a discricionariedade e a precariedade são atributos da permissão, em****bora possam ser excepcionados em certos casos, diante do interesse administrativo ocorrente.*
>
> *Esses condicionamentos e adequações do instituto para delegação de serviços de utilidade pública ao particular - empresa ou pessoa física-* ***não invalidam a faculdade de o Poder Público, unilateralmente e a qualquer momento, modificar as condições iniciais do termo ou, mesmo, revogar a permissão sem possibilidade de oposição do permissionário****, salvo se ocorrer abuso de poder ou desvio de finalidade da Administração ou se*

tratar qe permissão condicionada, caso em que as condições e prazos devem ser respeitados pela Administração que os instituiu (TJSP, RJTJSP 125/196).

***O serviço permitido é executado em nome do permissionário, por sua conta e risco, mas sempre nas condições e com os requisitos preestabelecidos pela Administração permitente**, que o controla em toda sua execução, podendo nele intervir quando prestado inadequadamente aos usuários.*

O início e o fim da intervenção devem ser precedidos dos respectivos termos circunstanciados. (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra C.

---

47. 2015/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre os serviços públicos, assinale a alternativa correta.

a) As tarifas de remuneração da prestação de serviços públicos concedidos deverão ser fixadas pelo preço da proposta vencedora da licitação nos termos de sua proposta e sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço alternativo e gratuito para o usuário.

b) A prestação de serviço público diretamente pelo poder público é imune à aplicação do regime de proteção contido no Código de Defesa do Consumidor por caracterizar relação de prestação ao usuário e não relação de consumo.

c) Os serviços públicos previstos na Constituição que sejam passíveis de concessão aos particulares só poderão ser remunerados por meio de tarifas.

d) A prestação do serviço público não pode ser interrompida por inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, pois sendo um serviço essencial, o corte fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

Comentários

a) Correto. As tarifas de remuneração da prestação de serviços públicos concedidos deverão ser fixadas pelo preço da proposta vencedora da licitação. Além disso, a sua cobrança poderá ser condicionada a existência de serviço alternativo e gratuito para o usuário.

> ***Art. 9º** A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> ***§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e** somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário. (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. Mesmo nos casos em que o poder público execute o serviço público diretamente, o Código de Defesa do Consumidor pode ser invocado, como se vê a seguir:

> *Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.*
>
> *Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.*

c)Incorreto. Poderão haver outras fontes para custear o serviço público, nos termos do art. 11 Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação,* ***a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas,*** *observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

d)Incorreto. O corte por inadimplemento não é considerado como descontinuidade do serviço público

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*
>
> ***§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:***
>
> *I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,*
>
> ***II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.***

A jurisprudência do STJ, **em relação ao usuário comum**, define que para ocorrer o corte no fornecimento de energia elétrica o débito deve ser atual. Caso a concessionária queira cobrar dividas pretéritas deverá se utilizar de outros meios. Vejamos como a jurisprudência do STJ trata do tema:

> *ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.* ***IMPOSSIBILIDADE DE CORTE POR DÉBITOS PRETÉRITOS. SUSPENSÃO ILEGAL DO FORNECIMENTO****. DANO IN RE IPSA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito; o corte de água ou energia pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos. 2.* ***A suspensão ilegal do fornecimento do serviço dispensa a comprovação de efetivo prejuízo, uma vez que o dano moral nesses casos opera-se in re ipsa, em decorrência da ilicitude do ato praticado****. 3. Agravo Regimental da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A desprovido.*
>
> *(STJ - AgRg no AREsp: 239749 RS 2012/0213074-5, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/08/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/09/2014) (grifos não constantes do original)*

Já para as **pessoas jurídicas de direito público,** a jurisprudência do STJ define que não pode ocorrer a interrupção no fornecimento de energia elétrica nos serviços essenciais. Vejamos abaixo um precedente importante do STJ sobre o tema:

> *AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.290.034 - GO (2018/0107129-7) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PIRANHAS ADVOGADOS : RUBENS FERNANDO MENDES DE CAMPOS E OUTRO (S) - GO008198 VALDENÍSIA MARQUES SILVA - GO022358 AGRAVADO : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D ADVOGADOS : DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO (S) - GO016538 FABIANO DOS REIS TAIANO - GO021179 PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N.*

3/STJ. IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA SE CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO. DECISÃO Trata-se de agravo interposto pelo Município de Piranhas/GO, contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, cuja ementa assim estabelece: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE COBRANÇA E COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. 1. É lícita a interrupção no fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento, desde que atendidos os requisitos definidos em lei, quais sejam, que o débito seja recente e o corte antecedido de notificação, pois a finalidade é resguardar o interesse da coletividade na continuidade do serviço, a qual restaria ameaçada porque sucessivos débitos onerariam a sociedade como um todo. Inteligência da Resolução nº 414, de 09 de setembro de 2010, da ANEEL. 2. Em que pese o artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei federal nº 8.987/1995 estabeleça ser possível a interrupção, nos casos de inadimplência de pessoa jurídica de direito público, no fornecimento de serviços públicos essenciais, tal como a distribuição de energia elétrica, este mesmo dispositivo legal consignou expressamente ser inviável que esta suspensão ocorresse de maneira indiscriminada, devendo ser considerado o interesse da coletividade. 3. É possível a suspensão do fornecimento de energia elétrica na hipótese de inadimplemento do consumidor, mesmo em se tratando de órgão público. Todavia, segundo disposto no artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei federal n.º 8.987/95 e artigo 140, § 3º, inciso II, da Resolução 414/2010/ANEEL, a medida extrema pressupõe, sempre, observância ao interesse da coletividade, mantidos os serviços públicos essenciais, uma vez que sua interrupção poderia acarretar graves e imprevisíveis transtornos aos munícipes.

(...)

(STJ - AREsp: 1290034 GO 2018/0107129-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJ 28/05/2018) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra A.

---

48. 2015/OBJETIVA/PREFEITURA DE VITORINO-PR/Procurador

Acerca do serviço público, analisar os itens abaixo:

I - São exemplos de serviços públicos: o ensino público, o de polícia, o de saúde pública, o de transporte coletivo, o de telecomunicações.

II - Os serviços públicos classificados como de utilidade pública são os que são convenientes à comunidade, mas não essenciais, e o Poder Público pode prestá-los diretamente ou por terceiros (delegados), mediante remuneração.

III - Os serviços públicos classificados como próprios do Estado são prestados pelas entidades públicas (União, Estado, Municípios) através de seus órgãos da Administração Direta.

IV - Permanência, generalidade, eficiência, cortesia e modicidade são requisitos do serviço público traduzidos em princípios.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens II e III.

b) Somente os itens I, II e III.

c) Todos os itens.

d) Somente os itens I e II.

e) Nenhum dos itens.

Comentários

I)Correto. Todos os elencados são exemplos de serviços públicos. Alguns deles foram ao longo do tempo transferindo a execução para o setor privado, como a do transporte coletivo e telecomunicações.

II)Correto. Na lição de Hely Lopes Meirelles (p.420, 2016),

> ***Serviços de utilidade pública:*** *são os que a Administração, reconhecendo sua conveniência (não essencialidade, nem necessidade) para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários. São exemplos dessa modalidade os serviços de transporte coletivo, energia elétrica, gás, telefone. (grifos não constantes do original)*

III)Correto. Na lição de Hely Lopes Meirelles (p.422, 2016),

> *Serviços próprios do Estado: são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público (segurança, polícia, higiene, saúde públicas, judiciário etc.) e para a execução dos quais a Administração usa da sua supremacia sobre os administrados. Por esta razão, só devem ser prestados por órgãos ou entidades públicas, em regra sem delegação a particulares.*
>
> *Mas, por força de norma constitucional ou infraconstitucional pode ser delegado ao particular, como, por exemplo, a delegação dos serviços notariais e de registro prevista no art. 236 da CF/88. (grifos não constantes do original)*

IV) Correto. O termo "permanência" se refere ao princípio da continuidade. Os demais são princípios vinculados aos serviços públicos e em especial à Lei 8.987/1995, como se vê a seguir:

> *Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*

> *§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade,* ***continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas****. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra C.

---

49. 2015/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

No tocante ao serviço público, correto é afirmar que:

a) o Estado detém titularidade exclusiva sobre os serviços de saúde, de educação, de previdência social e de assistência social.

b) os serviços de saúde, de educação, de previdência social e de assistência social deverão ser prestados exclusivamente por meio de concessão, permissão ou autorização.

c) os serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens deverão ser prestados exclusivamente por meio de concessão, permissão ou autorização.

d) os serviços de telecomunicações não podem ser prestados por concessão, permissão ou autorização.

e) a União detém o monopólio sobre os serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva.

Comentários

a) Incorreto. Os serviços de saúde, educação, previdência social e assistência social são exercidos tanto pelo setor público quanto pelos particulares.

B) Incorreto. Os serviços citados também podem ser exercidos pelos entes governamentais da administração direta e indireta.

c) Incorreto. A CF/88 informa que a União pode atuar nas atividades citadas, nos termos do inciso XII, alínea "a", art. 21 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 21. Compete à União:*
> *XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:*
> *a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. A CF/88 informa que a União pode atuar nas atividades citadas, nos termos do inciso XI, art. 21 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 21. Compete à União:*
> *XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais. (grifos não constantes do original)*

e) Correto. A União possui monopólio sobre as atividades elencadas na alternativa; inclusive isto é matéria de súmula vinculante, a seguir exposta:

> *Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*
>
> *XX - sistemas de consórcios e sorteios;*
>
> *Súmula Vinculante 2* ***É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias****. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

50. 2015/FCC/TJ-GO/Juiz de Direito

Suponha que em determinada rodovia estadual, objeto de concessão, o reajuste de pedágio, aplicado em conformidade com o regramento estabelecido no contrato de concessão, tenha causado forte insatisfação da população, que passou a exigir do Poder Concedente a revogação do aumento. O Poder Concedente, pretendendo acolher o pleito da população, poderá, com base na legislação que rege a matéria,

a) retomar o serviço por motivo de interesse público, mediante encampação, condicionada a autorização legislativa específica e após prévio pagamento da indenização prevista legalmente.

b) reduzir unilateralmente o valor do pedágio, estando a concessionária obrigada a suportar a redução da receita tarifária, por se tratar de fato do príncipe.

c) retomar a rodovia, mediante declaração de caducidade da concessão, indenizando a concessionária pelos investimentos não amortizados.

d) decretar a intervenção na concessão, indenizando a concessionária pelos lucros cessantes correspondentes ao prazo restante da concessão.

e) alterar a equação econômico-financeira do contrato, concedendo subsídio à concessionária para compensar a redução da receita tarifária.

Comentários

a) Correto. Nos termos do art. 37 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão,* ***por motivo de interesse público,*** *mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. Haveria necessidade de um reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do §4º, art. 9º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*

> *§ 4o Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. A alternativa informa que o concessionário está cumprindo com o contrato, então não merece prosperar a tese de que caberia aplicar a declaração de caducidade, uma vez que esta se aplica aos casos de descumprimento das cláusulas.

d) Incorreto. Não foi observado motivo para aplicação da intervenção, conforme art. 32 da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> ***Art. 32.*** *O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.*
>
> *Parágrafo único. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos jamais pode ser alterado unilateralmente pelo poder concedente, devendo ser restabelecido no momento em que ocorrer a causa, nos termos do §4º do art. 9º, da Lei 8.987/1995, *in verbis:*

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> ***§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.*** *(grifos não constantes do original)*

Além disso, visando manter **o equilíbrio econômico-financeiro inicial,** tendo em vista a redução do valor da tarifa, pode o poder concedente fazer algum tipo de compensação.

Para José dos Santos Carvalho Filho (p.410, 2017),

> *Caso o concedente deseje reduzir o valor da tarifa, deve compensar o concessionário para que seja mantido o equilíbrio*
>
> *econômico financeiro do contrato, seja através da redução dos ônus e encargos atribuídos contratualmente ao concessionário, seja por meio de indenização paga pelo poder concedente, correspondendo ao que o concessionário deixará de arrecadar em razão da redução tarifária.*

Gabarito: Letra A.

---

51. 2015/FCC/TCM-GO/Procurador

Um contrato de concessão de serviço público regido pela Lei no 8.987/1995 e licitado com base na Lei n o 8.666/1993 é predicado pela característica da mutabilidade do regime, na medida em que as condições da execução do objeto podem demandar alteração, para fins de adaptação a novo cenário fático. Assim, a prestação de serviço metroviário por meio de concessão de serviço público pode se alterar, como, por exemplo, diante de uma migração

significativa de passageiros de outras linhas para aquele objeto da avença, representando imprevisto incremento das receitas tarifárias. A consequência pode ser

a) o aditamento do contrato para redução da tarifa, por meio de alteração unilateral por parte do poder concedente, independentemente de oitiva da concessionária, em face da urgência e da essencialidade do serviço.

b) a redução, de ofício, do prazo contratual, ajustando-se a taxa interna de retorno do contrato à performance efetiva da concessionária.

c) a rescisão do contrato, por meio de encampação, independentemente de indenização, licitando-se nova prestação do serviço com a expectativa de demanda atualizada.

d) a decretação de caducidade, indenizando-se a concessionária pelos investimentos não amortizados, abrindo-se novo procedimento de licitação para definição de tarifa mais módica.

e) o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do poder concedente, ensejando a redução da tarifa cobrada do usuário final do serviço, tendo em vista a imprevisibilidade e excepcional incremento de receitas ao qual a concessionária não deu causa.

Comentários

a) Incorreto. Quando ocorrer alteração unilateral do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão pública será necessário o reestabelecimento das condições contratuais de forma concomitantemente ao que for sendo alterado, como se vê dos trechos extraídos da Lei 8.987/1995 abaixo:

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se*** *o equilíbrio econômico-financeiro.*
>
> ***§ 3º Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta,*** *quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.*
>
> ***§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial*** *equilíbrio econômico-financeiro****, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.***
>
> ***Art. 10. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido*** *seu equilíbrio econômico-financeiro.*
>
> ***Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.***
>
> ***Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial*** *equilíbrio econômico-financeiro do contrato.* *(grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. Não será por aumento da demanda pela prestação do serviço público para tal empresa concessionária que a duração do contrato terá prazo diminuído.

c) Incorreto. A situação não corresponde a possibilidade de extinção do contrato pela encampação. Além disso, é necessário que ocorra a indenização prévia. Vejamos abaixo a definição da Lei 8.987/1995:

> *Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. Não houve descumprimento contratual por parte da concessionária. O que houve na verdade foi um aumento da demanda pelo serviço da concessionária, fato que ocasionará receitas não previstas e, dessa forma, este fato irá impactar no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo este ser reequilibrado para ambas as partes.

e) Correto. Nas situações que ocorrerem fatos não previstos no contrato de concessão no que se refere às tarifas, é necessário ocorrer o reequilíbrio econômico-financeiro de tal forma a manter a margem de lucro do concessionário. No caso da questão, ocorreu o inverso. Surgiram receitas não previstas e sem participação do concessionário nesse incremento e que irão favorecer a modicidade das tarifas. Dessa forma, o reequilíbrio ocorrerá em favor do poder concedente, uma vez que quanto mais receitas entrarem para o sistema, o preço da tarifa se reduz e, consequentemente, o usuário final dos serviços públicos irá pagar menos. Se permanecessem os mesmos preços a serem pagos a título de tarifas, mesmo com o aumento de receitas não previstas, o concessionário iria aumentar sua margem de lucro e sem ter contribuído para tal incremento das receitas.

> *Art. 11. No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, **com vistas a favorecer a modicidade das tarifas,** observado o disposto no art. 17 desta Lei.*
>
> *Parágrafo único. As fontes de receita previstas neste artigo serão obrigatoriamente consideradas para a aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

52. 2015/FCC/TRT-6ª REGIÃO/TRT-6ª REGIÃO(PE)/Juiz do Trabalho

Conforme destaca Maria Sylvia Zanella di Pietro, não é tarefa fácil definir o serviço público, pois a sua noção sofreu consideráveis transformações no decurso do tempo, quer no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, quer no que concerne à sua abrangência, enfatizando que as primeiras noções de serviço público surgiram na França, com a chamada Escola de Serviço Público, e foram tão amplas, que abrangiam, algumas delas, todas as atividades do Estado. Esse conceito, por certo, evoluiu no tempo e, atualmente, de acordo com o nosso ordenamento pátrio,

a) o elemento subjetivo utilizado para definição de serviço público considera que determinada atividade se enquadra em tal categoria quando prestada originalmente pelo poder público, que pode, todavia, transferir a titularidade da mesma a particular sob o regime de concessão ou permissão.

b) o elemento finalístico envolvido no conceito de serviço público considera que determinada atividade apenas pode ser classificada como serviço público quando não passível de exploração econômica.

c) constituem serviço público as atividades de interesse da coletividade apenas quando prestadas, diretamente pelo poder público, sendo este o seu principal elemento subjetivo.

d) um dos elementos de definição do serviço público é o formal, que predica que o enquadramento de determinada atividade material nessa categoria pressupõe previsão legal ou constitucional.

e) decorre do conceito material de serviço público a conclusão de que determinada atividade se insere em tal categoria em face de sua própria natureza, independentemente de previsão legal ou constitucional.

Comentários

a) Incorreto. Segundo a lição de Maria Sylvia de Pietro para elemento subjetivo (p.135,2018),

> *1. sua criação é feita por lei e corresponde a uma opção do Estado;* ***este assume a execução de determinada atividade que, por sua importância para a coletividade,*** *parece não ser conveniente ficar dependendo da iniciativa privada;*
>
> ***2. a sua gestão também incumbe ao Estado, que pode fazê-lo diretamente (por meio dos próprios órgãos que compõem a Administração Pública centralizada da União, Estados e Municípios) ou indiretamente, por meio de concessão ou permissão, ou de pessoas jurídicas criadas pelo Estado com essa finalidade.***

Dessa forma, o conceito de serviço público sob a ótica do elemento subjetivo diz que os serviços são escolhidos por Lei e correspondem a uma opção do Estado. A afirmativa disse que o conceito de serviço público era relativo ao que ela realizava. Com isso, só por ser realizado pelo ente público já era considerado serviço público. Além disso, a questão se equivoca ao dizer que "que pode, todavia, transferir a titularidade da mesma a particular sob o regime de concessão ou permissão", uma vez que quando delega os serviços a terceiros transfere apenas a execução dos serviços e não a titularidade.

b) Incorreto. O conceito finalístico de serviço público tem a ver com a oportunidade de alcançar a solidariedade social;

c) Incorreto. Pois no conceito de serviço público no aspecto subjetivo também é aceitável a execução pelos particulares, conforme comentado na letra "a".

d)Correto. Por serviço público formal, entende-se que o regime jurídico deva ser o de direito público.

e) Incorreto. Para se inserir no conceito material de serviço público basta que a atividade seja exercida pelo Estado beneficiando uma coletividade de indivíduos.

Gabarito: Letra D.

---

53. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Com base na jurisprudência do STJ, julgue o item seguinte.

Segundo o entendimento jurisprudencial dominante no STJ relativo ao princípio da continuidade dos serviços públicos, não é legítimo, ainda que cumpridos os requisitos legais, o corte de fornecimento de serviços públicos essenciais, em caso de estar inadimplente pessoa jurídica de direito público prestadora de serviços indispensáveis à população.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. Não pode ocorrer a interrupção no fornecimento de serviços essenciais às pessoas jurídicas de direito público, ainda que cumpridos os requisitos legais. Portanto, sempre quando existir a presença do serviço essencial será vedado o corte. Vejamos abaixo um precedente importante do STJ sobre o tema:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.290.034 - GO (2018/0107129-7) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PIRANHAS ADVOGADOS : RUBENS FERNANDO MENDES DE CAMPOS E OUTRO (S) - GO008198 VALDENÍSIA MARQUES SILVA - GO022358 AGRAVADO : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D ADVOGADOS : DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO (S) - GO016538 FABIANO DOS REIS TAIANO - GO021179 PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IRREGULARIDADE NA INTIMAÇÃO DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA SE CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E NESSA EXTENSÃO NEGAR-LHE PROVIMENTO. DECISÃO Trata-se de agravo interposto pelo Município de Piranhas/GO, contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, cuja ementa assim estabelece: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE COBRANÇA E COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INTERESSE DA COLETIVIDADE. PRESERVAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS. INTERRUPÇÃO EM RAZÃO DE DÉBITOS ATUAIS. POSSIBILIDADE. 1. É lícita a interrupção no fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplemento, desde que atendidos os requisitos definidos em lei, quais sejam, que o débito seja recente e o corte antecedido de notificação, pois a finalidade é resguardar o interesse da coletividade na continuidade do serviço, a qual restaria ameaçada porque sucessivos débitos onerariam a sociedade como um todo. Inteligência da Resolução nº 414, de 09 de setembro de 2010, da ANEEL. 2. Em que pese o artigo 6º, § 3º, inciso II, da Lei federal nº 8.987/1995 estabeleça ser possível a interrupção, nos casos de inadimplência de pessoa jurídica de direito público, no fornecimento de serviços públicos essenciais, tal como a distribuição de energia elétrica, este mesmo dispositivo legal consignou expressamente ser inviável que esta suspensão ocorresse de maneira indiscriminada, devendo ser considerado o interesse da coletividade. 3. É possível a suspensão do fornecimento de energia elétrica na hipótese de inadimplemento do consumidor, mesmo em se tratando de órgão público. Todavia, segundo disposto no artigo

6º, § 3º, inciso II, da Lei federal n.º 8.987/95 e artigo 140, § 3º, inciso II, da Resolução 414/2010/ANEEL, a medida extrema pressupõe, sempre, observância ao interesse da coletividade, mantidos os serviços públicos essenciais, uma vez que sua interrupção poderia acarretar graves e imprevisíveis transtornos aos munícipes.

(...)

(STJ - AREsp: 1290034 GO 2018/0107129-7, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Publicação: DJ 28/05/2018) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Correto.

3.9 Regime Jurídico Disciplinar

1. **2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Analise as afirmativas a seguir.

I. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.

PORQUE

II. À administração se impõe o poder-dever de autotutela.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) A afirmativa I é falsa e a II é verdadeira.

Comentários:

De acordo com a súmula 611 do STJ, **desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é possível a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.**

Gabarito: Alternativa "b".

2. **2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público**

Em razão da prática de infração disciplinar tipificada como crime, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar em desfavor de determinado servidor público, o qual já responde à ação penal relacionada aos mesmos fatos.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto.

a) A independência das esferas administrativa e criminal não permite que a efetivação de penalidade de demissão imposta em sede administrativa ocorra anteriormente ao trânsito em julgado da ação penal.

b) É aceita a utilização de prova emprestada no procedimento administrativo disciplinar em curso, desde que autorizada pelo juiz criminal e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

c) A absolvição criminal fundada na inocorrência de crime impede a imposição de penalidade em sede do procedimento administrativo disciplinar.

d) A condenação criminal impõe a aplicação da penalidade administrativa em sede de procedimento disciplinar, independentemente da regularidade do procedimento administrativo instaurado.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

A alternativa "b" está em linha com a Súmula nº 591 do STJ (*É permitida a "prova emprestada" no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa*).

A alternativa "a" incorre em erro por causa da partícula "não". A independência entre as esferas permite a conclusão do processo administrativo ainda que pendente processo criminal.

A alternativa "c" incorre em erro porque, nos termos do art. 126 da Lei nº 8.112, de 1990, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria. Observe que a alternativa cita inocorrência de crime, mas não que não existiu o fato ou que o investigado não foi o autor. A inocorrência de crime e, portanto, a absolvição pode ter ocorrido por exemplo em função de falta de prova. Isso não é motivo para que a decisão penal repercuta na esfera administrativa. Ademais, ainda que não tenha ocorrido crime, pode ter ocorrido infração puramente administrativa hábil a impelir a aplicação de sanção apenas nesta seara.

A alternativa "d" incorre em erro porque não necessariamente a condenação criminal irá impor também sanção administrativa, no caso de o PAD ter sido irregular, como cita a alternativa. O PAD irregular acarreta sua nulidade.

3. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

Em procedimento disciplinar por ato de improbidade administrativa, somente depois de ocorrido o trânsito em julgado administrativo será cabível a aplicação da penalidade de demissão.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o STJ, MS 19.488/DF (Informativo 559), é possível o cumprimento imediato da penalidade imposta ao servidor logo após o julgamento do PAD e antes do julgamento do recurso administrativo cabível. Em outras palavras, não há qualquer ilegalidade na imediata execução de penalidade administrativa imposta em PAD a servidor público, ainda que a decisão não tenha transitado em julgado administrativamente.

---

4. 2017/VUNESP/Câmara de Sumaré – SP/Procurador Jurídico

A respeito do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta.

a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

b) O uso de prova decorrente de interceptação telefônica é vedado no processo administrativo disciplinar, mesmo que obtida licitamente no processo criminal.

c) A participação do servidor é indispensável na fase de investigação, ainda que desse procedimento não possa resultar a aplicação de punição.

d) Em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, o ato disciplinar pode ser analisado pelo Poder Judiciário, que deverá aplicar pena mais branda, quando cabível.

e) É vedado o agravamento de penalidade imposta a servidor público após o encerramento de processo disciplinar por decisão definitiva da autoridade competente, ainda que a Administração tenha aplicado pena mais branda em desconformidade com a lei.

Comentários

Resposta: "e".

Correta a alternativa "e", que está em linha com a jurisprudência do STJ que proíbe a revisão com *reformatio in pejus* após o encerramento do processo disciplinar com o julgamento definitivo da autoridade competente (MS 11554; MS 17.370; MS 10.950; MS 11749). Também está em linha com a Súmula 19 do STF: *É inadmissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira*.

Incorreta a alternativa "a", já que a Súmula Vinculante nº 5 do STF prevê exatamente o contrário: *A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição*.

Incorreta a alternativa "b" porque, conforme entendimento sedimentado pelo STJ, é possível utilizar interceptação telefônica emprestada de procedimento penal no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo criminal (MS 16146; RMS 28774).

Incorreta a alternativa "c" porque na sindicância investigatória (aquela da qual não decorre punição direta ao servidor) não há necessidade de participação do servidor, por não haver ampla defesa e contraditório. Esses mandamentos constitucionais deverão ser respeitados em eventual Processo Administrativo Disciplinar em sentido estrito (PAD). Por outro lado, na sindicância acusatória, da qual poderá decorrer punição direta ao servidor sem a realização do PAD, é imprescindível a participação do servidor, a ampla defesa e contraditório.

Incorreta a alternativa "d" porque a jurisprudência firmada pelo STJ é no sentido de que o controle jurisdicional do PAD restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e à legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo-lhe defesa qualquer incursão no mérito administrativo, a impedir a análise e valoração das provas constantes no processo disciplinar (MS 17474; MS16121; MS 16530; MS 17515).

---

5. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) não admite a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, mesmo que autorizada na esfera criminal diante do princípio da independência das instâncias.

( ) certo ( ) errado

Comentários

Resposta: "errado". Assertiva incorreta porque, conforme súmula 591 do STJ, é permitida a "prova emprestada" no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

---

6. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

É possível a instauração de procedimento administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

( ) certo ( ) errado

Comentários

Resposta: "certo". A assertiva está correta porque, conforme jurisprudência do STJ (MS 13.348; EDcl no REsp 1096274; REsp 867666; MS 10419; MS 12.385; MS 7415), "a denúncia anônima é apta a deflagrar processo administrativo disciplinar, não havendo, portanto, qualquer ilegalidade na instauração deste com fundamento naquela, tendo em vista o poder-dever de autotutela imposto à Administração e, por conseguinte, o dever da autoridade de apurar a veracidade dos fatos que lhe são comunicados".

---

7. 2015/VUNESP/Prefeitura de Suzano/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Fulano da Silva, funcionário público municipal, detentor de cargo efetivo, praticou ato considerado ilícito nas esferas criminal e administrativa. A sentença penal, transitada em julgado, negou a existência do fato e absolveu Fulano. Considerando as normas do direito pátrio no que tange ao tema da responsabilidade dos agentes públicos, é correto afirmar que Fulano

a) poderá ainda ser punido administrativamente, uma vez que essas duas instâncias são independentes e não se comunicam.

b) não mais poderá ser punido pela Administração, tendo em vista que a referida decisão penal de absolvição do servidor afasta a responsabilidade administrativa.

c) poderá ser punido pela Administração, posto que a responsabilidade administrativa somente poderia ser afastada se a sentença criminal negasse a autoria do fato.

d) não mais poderá ser punido, uma vez já julgado na esfera penal, independentemente do fundamento, vez que esta prevalece sobre as demais esferas de responsabilidade.

e) poderá ser ainda punido pela Administração, considerando que a absolvição criminal que negou a existência do fato não vincula o administrador.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

A alternativa "b" está correta porque, em que pese, em regra as esferas civil, penal e administrativas serem independentes e autônomas, haverá repercussão da decisão na seara criminal na seara administrativa quando a absolvição criminal se der por negativa da existência do fato ou da autoria do agente público. Nessa linha, por exemplo, é o teor do art. 126 da Lei nº 8.112, de 1990, na esfera federal: *Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria*. Frise-se que nem mesmo por isso se pode dizer que a esfera criminal prevalece sobre as demais esferas, bem como é importante ressaltar que se a absolvição for por outro motivo que não a inexistência do fato ou a não autoria por parte do agente público (absolvição por falta de provas, por exemplo), a sanção administrativa poderá ocorrer normalmente.

---

8. 2015/CESPE/AGU/Advogado da União

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.

Se, em uma operação da Polícia Federal, um agente público for preso em flagrante devido ao recebimento de propina, e se, em razão disso, houver ajuizamento de ação penal, um eventual processo administrativo disciplinar deverá ser sobrestado até o trânsito em julgado do processo criminal.

( ) certo ( ) errado

Comentários

Resposta: "errado". As esferas civil, administrativa e penal são, em regra, autônomas e independentes. De acordo com o STJ, MS 22534/PR, *a ausência de decisão judicial com trânsito em julgado não torna nulo o ato demissório aplicado com base em processo administrativo em que foi assegurada ampla defesa, pois a aplicação da pena disciplinar ou administrativa independe da conclusão dos processos civil e penal, eventualmente instaurados em razão dos mesmos fatos*. Ou, ainda, conforme MS 18090/DF também julgado no STJ: *Não deve ser paralisado o curso de processo administrativo disciplinar apenas em função de ajuizamento de ação penal destinada a apurar*

criminalmente os mesmos fatos investigados administrativamente. As esferas administrativa e penal são independentes, não havendo falar em suspensão do processo administrativo durante o trâmite do processo penal.

---

9. 2015/UEPA/PGE-PA/Procurador

Quanto ao regime disciplinar do servidor público e processo administrativo, afirma-se que:

I. É punido com demissão a ofensa física praticada em serviço por servidor a outro servidor ou a particular, ainda que em legítima defesa.

II. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 5 anos de efetivo exercício.

III. O cancelamento da penalidade aplicada não surtirá efeitos retroativos.

IV. A revelação de segredo por servidor do qual se apropriou em razão do cargo é falta punida por demissão.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

a) I e IV

b) II e III

c) III e IV

d) II e IV

e) I, II, III e IV

Comentários

Resposta: alternativa "c". Atenção: em que pese a Lei nº 5.810, de 1994, do Estado do Pará disciplinar o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas daquele Estado, as respostas serão embasadas na Lei Federal nº 8.112, de 1990.

Dessa forma, pode-se afirmar que está incorreta a assertiva I, já que a legítima defesa é causa excludente da ilicitude, bem como está correta a assertiva IV, já que, de fato a revelação de segredo apropriado em razão do cargo é motivo para demissão. Nessa linha, a Lei nº 8.112, de 1990, art. 132,

prevê que são puníveis com demissão: *I - crime contra a administração pública; II - abandono de cargo; III - inassiduidade habitual; IV - improbidade administrativa; V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição; VI - insubordinação grave em serviço; VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem; VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos; IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo; X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional; XI - corrupção; XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117*.

Incorreta a assertiva II porque, de acordo com o art. 131 da Lei nº 8.112, de 1990, *as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar*.

Correta a assertiva III que está em linha com o §único do art. 131 da Lei nº 8.112, de 1990.

---

10. 2015/CESPE/MPU/Analista do MPU

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base no que dispõe a Lei n.º 8.112/1990.

João, servidor público federal, atuou, junto à repartição pública competente, como intermediário da concessão de determinado benefício previdenciário do qual o seu pai figura como titular. Nessa situação, conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990, João praticou conduta vedada pela norma regente.

( ) certo ( ) errado

Comentários

Resposta: "errado". De acordo com o art. 117, inciso XI, da Lei nº 8.112, de 1990, ao servidor público é proibido atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro. Portanto, como João atuou como intermediário para concessão de benefício previdenciário para seu pai, ascendente em 1º grau, não há proibição.

---

11. 2015/FCC/CNMP/Analista-Direito

Considere as seguintes situações:

I. Rovanilda, servidora pública federal, mantinha sob sua chefia imediata, em função de confiança, seu irmão, Rivaildo.

II. Renata, servidora pública federal, aceitou comissão de estado estrangeiro.

Nesses casos, de acordo com a Lei no 8.112/90, considerando as condutas praticadas, bem como que ambas são servidoras primárias, sem processo administrativo disciplinar anterior, Rovanilda e Renata estão sujeitas às penas de

a) suspensão de até sessenta dias.

b) advertência e suspensão, respectivamente.

c) suspensão de até trinta dias.

d) advertência e demissão, respectivamente.

e) demissão.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 129 combinado com o art. 117, inciso VIII, Rovanilda está sujeita a penalidade de advertência, já que esta é a sanção prevista por manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. Por outro lado, Renata está sujeita à pena de demissão, já que, de acordo com o art. 132, inciso XIII, combinado com o art. 117, inciso XIII, aplica-se essa penalidade para o servidor que aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.

---

12. 2015/FUNDATEC/PGE-RS/Procurador do Estado

Assinale a alternativa INCORRETA.

a) A absolvição do servidor público na esfera penal, por falta de provas, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelos mesmos fatos.

b) A condenação do servidor público na esfera penal vincula a Administração Pública, quanto à autoria e à materialidade dos fatos, para fins de aplicação da sanção administrativa.

c) A absolvição do servidor público, por atipicidade do fato, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.

d) A absolvição do servidor público, por estar provado que o réu não concorreu para a infração penal, não impede a sua punição, em sede administrativa, pelo mesmo fato.

e) Pela falta residual, não compreendida na sentença absolutória criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Incorreta a alternativa "d" porque afirmar que o réu não concorreu para a infração penal é o mesmo que indicar que o réu não foi o autor, ou seja, é a negativa da autoria. Assim, há reflexo na esfera administrativa, conforme prevê o art. 126 da Lei nº 8.112, de 1990: A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria. As demais alternativas estão corretas.

A alternativa "a" está correta porque, de fato, só haverá reflexo na seara administrativa se na seara penal houver a negativa da autoria ou a inexistência do fato.

Correta a alternativa "b" porque o examinador quis transmitir a ideia exatamente do art. 126 da Lei nº 8.112, de 1990, mas para isso utilizou a forma redacional do art. 935 do Código Civil: A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

Correta a alternativa "c" porque, ainda que o ato não configure crime, pode ser um ilícito administrativo.

Correta alternativa "e" que apresenta o teor da Súmula 18 do STF: Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público.

---

13. 2017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário

João delegou a Maria, sua esposa e pessoa estranha à repartição pública onde ele exerce suas funções, o desempenho das atribuições de sua responsabilidade. Descoberto, João sofreu um processo administrativo disciplinar, que resultou em sua condenação à penalidade de advertência. Três meses após o trânsito em julgado do procedimento administrativo, João recusou fé a documento público.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, João está sujeito à pena de

a) suspensão de até noventa dias.

b) suspensão de até cento e vinte dias.

c) suspensão de até cento e oitenta dias.

d) repreensão verbal.

e) demissão.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o art. 130 da Lei nº 8.112, de 1990, a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias. Assim, considerando que, de acordo com os incisos III e VI do art. 117 do Estatuto, é proibido ao servidor e punido com advertência tanto recusar fé a documento público quanto cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado, João será reincidente em infração sujeita à advertência e poderá ser suspenso por até 90 dias. Lembre-se que, de acordo com o art. 131, as penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar. Como João cometeu a infração apenas após 3 meses o encerramento do PAD anterior que o condenou, caracterizada a reincidência.

---

14. 20172017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário

Após a conclusão de processo administrativo disciplinar contra servidor público federal, a autoridade pública que tem atribuições legais para editar ato punitivo, suspendeu o servidor por cento e vinte dias.

Nessa situação hipotética, o ato de suspensão do servidor por cento e vinte dias é nulo por vício de

a) forma.

b) finalidade.

c) objeto.

d) motivo.

e) competência.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 130 da Lei nº 8.112, de 1990, a suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias. Portanto, ato administrativo que suspenda servidor por 120 dias apresenta vício

de objeto, em função de ausência de fundamento de validade de o objeto conter lapso temporal superior a 90 dias.

---

15. 2017/CONSULPLAN/TRE-RJ/Analista Judiciário

Quanto às normas aplicáveis aos servidores, assinale a alternativa que apresenta uma interpretação juridicamente correta.

a) O servidor federal que desviar recursos públicos é punido nos moldes da lei de improbidade administrativa, em prejuízo da lei do regime jurídico dos servidores, devido à gravidade dos ilícitos.

b) Embora a lei do processo administrativo estabeleça o direito de ampla defesa e contraditório, nas ações de improbidade administrativa, devido à gravidade dos ilícitos, referido direito é sobrestado.

c) O prazo para apresentação de recursos no âmbito dos processos administrativos federais é, em regra, de dez dias, todavia, quando se tratar de processo administrativo disciplinar, o prazo para recorrer é de trinta dias.

d) No processo disciplinar sumário, a comissão processante é formada por até dois servidores estáveis, enquanto que no processo disciplinar comum ou ordinário, a comissão deve ser composta de três servidores estáveis.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

A alternativa "a" incorre em erro porque, de acordo com o art. 121 da Lei nº 8.112, de 1990, o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo, com base no art. 125, as sanções cumularem-se, por serem independentes entre si.

A alternativa "b" está errada porque o direito à ampla defesa e ao contraditório decorre do inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil (os litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes). Isto é, são fixados no altiplano constitucional, não havendo autorização para seu sobrestamento em função de infração à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429 de 1992).

Quanto à alternativa "c", a banca fez uma comparação entre o art. 108 da Lei nº 8.112, de 1990, e o art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999. De fato, a regra de prazo para interposição de recurso administrativo com base na Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é de 10 dias, a partir da ciência ou divulgação oficial. Por outro lado, o art. 108 da Lei nº 8.112

estabeleceu que o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Assim, a banca considerou correta a alternativa "c". É fato que há um grande debate acerca da possibilidade ou não de peça recursal em função de decisão condenatória em PAD. Há o entendimento de que no PAD não há tecnicamente recurso. Portanto, caberia ao servidor, no máximo, o direito de petição constitucionalmente previsto, bem como disciplinado no art. 104 e seguintes da Lei nº 8.112, de 1990. Por outro lado, há aqueles que consideram que, independentemente de previsão expressa ao tratar do Regime Disciplinar, aplica-se também o recurso na seara disciplinar. A banca seguiu essa linha.

A alternativa "d" incorre em erro porque no procedimento sumário de que trata o art. 133 da Lei nº 8.112, de 1990, a comissão será composta por dois servidores estáveis e não até dois, o que poderia abrir margem para um único servidor isoladamente ser responsável pela apuração.

---

16. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Analista Judiciário

Considerando o Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Em 2015, Joaquim, servidor público federal, aposentou-se voluntariamente. Em 2016, comprovou-se que Joaquim, em 2015, ainda no exercício de suas funções, havia cometido ato de improbidade administrativa. Assertiva: Nessa situação, a aposentadoria de Joaquim deverá ser cassada.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 134 da Lei nº 8.112, de 1990, será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão. Além disso, prevê o art. 132 do aludido Estatuto dos Servidores que a demissão será aplicada, entre outros casos, em havendo improbidade administrativa (art. 132, inciso IV).

---

17. 2017/CESPE/TRE-TO/Analista Judiciário - ADAPTADA

Assinale a opção correta a respeito da comissão responsável por conduzir o processo disciplinar relativo à apuração de responsabilidade de servidor por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições.

a) Se um dos integrantes da comissão for primo do indiciado, ele deverá ser substituído, sob pena de nulidade dos atos da comissão.

b) O presidente da comissão deve ser necessariamente servidor ocupante de cargo de nível superior ao da pessoa indiciada.

c) Sempre que necessário, os integrantes da comissão ficarão dispensados do ponto até a entrega do relatório final.

d) Deverá ser designado como secretário o servidor mais antigo no cargo em relação aos outros dois integrantes da comissão.

e) As reuniões e as audiências da comissão terão caráter público, sob pena de nulidade dos atos.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 152, §1º, da Lei nº 8.112, de 1990, sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final. Portanto, correta a alternativa "c". Cabe esclarecer que, na questão original, a banca não incluiu na alternativa "c" a partícula "sempre que necessário" e, por esse motivo, anulou a questão.

A alternativa "a" está incorreta porque, de acordo com o §2º do art. 149, não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau (primo é de quarto grau).

A alternativa "b" está errada porque o presidente deve ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado ("caput" do art. 149).

A alternativa "d" está errada porque, de acordo com o §1º do art. 149, a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

Por fim, a alternativa "e" está errada, porque afronta o §único do art. 150, que prevê que as reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

---

18. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Analista Judiciário

Com base na Lei n.º 8.112/1990 e no regime jurídico aplicável aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

A destituição de servidor de cargo em comissão ou de função comissionada não pode ser aplicada como penalidade disciplinar.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com o art. 127 da Lei nº 8.112, de 1990, são penalidades disciplinares: I - advertência; II - suspensão; III - demissão; IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade; V - destituição de cargo em comissão; VI - destituição de função comissionada.

---

19. 2017/FCC/TRE-PR/Analista Judiciário

No que se refere à prescrição no âmbito da ação disciplinar, a Lei n° 8.112/1990 estabelece que

a) o prazo prescricional começa a correr da data da ocorrência do fato.

b) a abertura de sindicância não interrompe a prescrição.

c) a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

d) infrações puníveis com demissão são imprescritíveis.

e) prescreve em 2 anos a ação disciplinar quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

Comentários

Resposta: alternativa "c".

A alternativa "a" incorre em erro porque, nos termos do §1º do art. 142 da Lei nº 8.112, de 1990, o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

A alternativa "b" está incorreta e a "c" correta porque a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

A alternativa "d" está errada porque decisão punível com demissão prescreve, em regra, em 5 anos. Lembre-se da possibilidade de se aplicar a prescrição penal quando a infração administrativa também for crime e haja instauração de investigação criminal.

Por fim, errada a alternativa "e", já que a advertência prescreve em 180 dias (a suspensão, de fato, prescreve em 2 anos).

20. 2017/FGV/TRT - 12ª Região (SC)/Analista Judiciário

Alfa, Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de determinada região, utilizou, pelo período de seis meses, materiais de informática da Vara do Trabalho onde estava lotado, em serviços e atividades particulares, para ajudar sua irmã, que estava montando uma empresa de propaganda e marketing.

De acordo com o regime disciplinar estabelecido na Lei nº 8.112/90, após regular processo administrativo disciplinar, Alfa está sujeito à pena de:

a) demissão, aplicada pelo Presidente do TRT;

b) suspensão até 180 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;

c) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Corregedor do TRT;

d) suspensão até 90 dias, aplicada pelo Presidente do TRT;

e) advertência, aplicada pelo Corregedor do TRT. (CF).

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso XVI do art. 11 da Lei nº 8.112, de 1990, é proibido ao servidor utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares. Além disso, fixa o art. 132 que transgressão aos incisos IX a XVI do art. 117 acarreta a demissão. Por fim, a autoridade para aplicar pena de demissão, de acordo com o inciso I do art. 141 é o Presidente da República, o Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e o Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade.

---

21. 2017/FGV/TRT - 12ª Região (SC)/Analista Judiciário

Maria, ocupante do cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, praticou, no exercício da função, crime contra a Administração Pública. Após regular processo administrativo disciplinar (PAD), em que restaram comprovados os atos ilícitos praticados, foi aplicada a Maria a pena disciplinar de demissão. A Administração Pública, então, determinou o imediato cumprimento da penalidade imposta, logo após o julgamento do PAD, na pendência de julgamento de recurso administrativo, e cessou o pagamento da remuneração da servidora, bem como a afastou de suas funções. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando ilegalidade da execução dos efeitos materiais da pena de demissão enquanto não houvesse o trânsito em julgado da decisão administrativa.

De acordo com a Lei nº 8.112/90 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ordem deve ser:

a) denegada, por aplicação analógica da norma que faculta a autoridade administrativa que preside o PAD, a qualquer momento, decretar cautelarmente o afastamento do servidor investigado do cargo, com corte de seus vencimentos;

b) denegada, uma vez que não há ilegalidade no caso em tela, diante do atributo de autoexecutoriedade que rege os atos administrativos e porque o recurso administrativo, em regra, carece de efeito suspensivo;

c) concedida, pois a servidora impetrante tem o direito líquido e certo ao devido processo legal na tramitação do PAD, cujos recursos, em qualquer hipótese, têm duplo efeito: suspensivo e devolutivo;

d) concedida, eis que as decisões extremas de aplicação da penalidade de demissão somente produzem efeitos após o trânsito em julgado da decisão, pelo atributo da imperatividade do ato administrativo;

e) concedida, haja vista que a execução provisória de decisão administrativa de demissão ou cassação de aposentadoria de servidor público é possível apenas mediante decisão judicial, pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o STJ (MS 19.488/DF, informativo 559), é possível o cumprimento imediato da penalidade imposta ao servidor logo após o julgamento do PAD e antes do julgamento do recurso administrativo cabível. Não há qualquer ilegalidade na imediata execução de penalidade administrativa imposta em PAD a servidor público, ainda que a decisão não tenha transitado em julgado administrativamente.

---

22. 2017/CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário

Após a regular tramitação de processo administrativo disciplinar instaurado contra servidor público federal, a comissão processante propôs, em relatório, penalidade de suspensão de sessenta dias.

Nessa situação, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a autoridade julgadora

a) pode divergir da conclusão do relatório, podendo majorar ou diminuir a penalidade administrativa.

b) pode alterar a capitulação da infração, mas deve manter a penalidade administrativa proposta.

c) deve acatar a conclusão do relatório e aplicar a penalidade administrativa proposta.

d) deve acatar a conclusão do relatório, podendo majorar a penalidade administrativa, mas não diminuí-la.

e) pode divergir da conclusão do relatório, mas não pode diminuir a penalidade administrativa.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o STJ (MS 15.095/DF), a autoridade julgadora pode divergir da conclusão da comissão processante, para majorar ou diminuir a penalidade administrativa, desde que haja a devida fundamentação, que pode utilizar as razões trazidas pela consultoria jurídica. Atenção! Fique atento ao comando da questão. Foi solicitada resposta com base na jurisprudência do STJ. Se você se prendeu ao art. 168 da Lei nº 8.112, de 1990, pode ter encontrado dificuldade. O aludido art. 168 prevê que: *o julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos. Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.* Mas a resposta estava na posição do tribunal e não na lei.

---

23. 2017/FCC/TRT - 21ª Região – RN / Técnico Judiciário

Mateus é servidor público federal classificado em uma repartição onde há grande movimento de público para atendimento. Aproximando-se a data em que Mateus completaria o tempo de serviço necessário para aposentadoria, sua chefia imediata identificou que há tempos ele vinha recebendo montantes em dinheiro de particulares para arquivar processos de cobrança de multas impostas administrativamente. Foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Mateus, mas durante o trâmite das apurações ele veio a requerer sua aposentadoria por tempo de serviço. Em razão disso,

a) eventual comprovação de autoria da infração, nos autos do processo disciplinar, posteriormente à aposentadoria do servidor enseja a substituição da pena de demissão pela de cassação de aposentadoria.

b) ficam obstados o processamento e a concessão de sua aposentadoria, já que a infração precedeu a aquisição do tempo para inatividade, ficando suspensa a contagem de tempo de serviço.

c) o processo administrativo prossegue regularmente e a aposentadoria, ainda que já concedida, fica anulada no caso de constatação de autoria da infração, aplicando-se a penalidade de demissão.

d) fica extinta sua punibilidade, já que a infração praticada pelo servidor é punida com demissão, que se tornou inócua diante da aposentadoria do mesmo.

e) comuta-se a pena passível de ser aplicável, passando de demissão para expulsão, independentemente da conclusão do processo administrativo, hipótese em que ficam interrompidos os pagamentos de proventos ou de vencimentos.

Comentários

Resposta: alternativa "a". É preciso ter cuidado com essa questão. Isso porque, analisando de forma isolada, teríamos que a resposta deveria estar em linha com o "caput" do art. 172 da Lei nº 8.112, de 1990, pelo qual o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada. Assim, a alternativa mais próxima seria a "b". Contudo, a parte final dessa alternativa "b" invalida a assertiva porque não há nenhuma indicação no enunciado de que o servidor na ativa ficou afastado de suas atividades. Logo, não haveria motivação para suspensão da contagem do tempo de serviço. Mas não é só, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que "*Não sendo observado prazo razoável para a conclusão do processo administrativo disciplinar, não há falar em ilegalidade, à luz de uma interpretação sistêmica da Lei nº 8.112 /90, do deferimento de aposentadoria ao servidor. Com efeito, reconhecida ao final do processo disciplinar a prática pelo servidor de infração passível de demissão, poderá a Administração cassar sua aposentadoria, nos termos do artigo 134 da Lei nº 8.112 /*90" (AgRg no REsp 916290/SC) ou "*A existência de processos disciplinares instaurados contra o servidor que pretende a concessão de aposentadoria voluntária impede a apreciação do pedido, conforme preceitua o artigo 172 da Lei n.º 8.112/90, entretanto, tendo sido extrapolado o prazo para julgamento dos referidos processos, resta afastada a aplicabilidade do dispositivo legal, sob pena de o servidor ficar à mercê da Administração, aguardando indefinidamente a conclusão de procedimento que pode, inclusive, concluir pela não aplicação de penalidade. Além disso, a concessão de aposentadoria sem levar em consideração a existência de processo disciplinar em curso contra o servidor não impede que ele seja posteriormente punido, caso lhe seja atribuída a pena de demissão, pois o artigo 134 da Lei 8.112/90 dispõe que "será cassada a aposentadoria do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão". Assim, extrapolado o prazo para a conclusão do processo disciplinar, sem previsão para o seu julgamento, é direito líquido e certo do servidor a análise de seu pedido de aposentadoria, sem se levar em consideração o disposto no artigo 172 da Lei n.º 8.112/90*" (REsp 1177994/DF).

Nessa esteira, correta a alternativa "a". As alternativas "c", "d" e "e" estão incorretas porque, nos termos do art. 134, será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

---

24. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Administração

Marcos Augusto, servidor público federal, investido no cargo de Contador da UFRJ há 10 (dez) anos, manteve sua esposa sob sua chefia imediata, em cargo de confiança. Em virtude de tal

conduta, foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar violação do art. 117 da Lei nº 8.112/1990, que proíbe o servidor de manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. Nos termos da referida lei, considerando que Marcos Augusto não é reincidente, marque a opção correta quanto à penalidade a ser aplicada ao servidor:

a) advertência.

b) demissão.

c) suspensão por 30 (trinta) dias.

d) suspensão por 90 (noventa) dias.

e) exoneração.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o art. 117, inciso VIII, da Lei nº 8.112, de 1990, é proibido ao servidor manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil. Ademais, fixa o art. 129 da mesma lei que a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

---

25. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Técnico

Maria Augusta, servidora investida no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais da UFRJ, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respondeu, pela primeira vez, a processo administrativo disciplinar por ter recusado fé a documentos públicos. Após a conclusão do referido processo, foi aplicada a pena de demissão à servidora. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, a pena aplicada a Maria Augusta:

a) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 30 (trinta) dias.

b) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a suspensão por 90 (noventa) dias.

c) não está correta. Considerando que a servidora não é reincidente, a pena a ser aplicada é a advertência.

d) está correta. A lei determina que a pena a ser aplicada é a demissão.

e) não está correta. Considerando que a servidora é estável, a única pena a ser aplicada é a exoneração.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 117, inciso III, da Lei nº 8.112, de 1990, é proibido ao servidor recusar fé a documentos públicos. Ademais, fixa o art. 129 da mesma lei que a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave. Assim, considerando que Maria Augusta não era reincidente (respondeu a PAD pela 1ª vez), nem sequer seria caso de suspensão (art. 130) quanto mais de demissão (art. 132).

---

26. 2017/PR-4 UFRJ/UFRJ/Assistente

José Marcos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Economista da UFRJ há 7 (sete) anos, promoveu manifestação de desapreço no recinto da repartição, fato que ensejou a instauração de processo administrativo disciplinar.

Nos termos da Lei n° 8.112/1990, considerando que o servidor não é reincidente, é correto afirmar que a pena a ser aplicada é de:

a) demissão.

b) suspensão por 30 (trinta) dias.

c) suspensão por 90 (noventa) dias.

d) advertência.

e) exoneração.

Assinale a opção correta a respeito da classificação da referida lei e de sua vigência e aplicação.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 117, inciso V, da Lei nº 8.112, de 1990, é proibido ao servidor promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição. Ademais, fixa o art. 129 da mesma lei que a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave. Assim, considerando que José Marcos não é reincidente, a pena prevista é a advertência.

27. 2017/FCC/TRF - 5ª REGIÃO/Técnico Judiciário

Breno, servidor público ocupante de cargo efetivo, viajou à Fortaleza a trabalho por alguns dias. Com a proximidade do fim de semana, adiou o retorno para seu domicílio, permanecendo na cidade por mais dois dias, que custeou pessoalmente no mesmo local de hospedagem em que já estava. De volta ao trabalho, pleiteou o recebimento de diárias por todo o período ausente de seu local de classificação, como forma de ressarcimento pelas despesas de hospedagem e alimentação. A conduta do servidor

a) é condizente com seus direitos e obrigações, na medida em que tem direito ao recebimento de algumas vantagens além dos vencimentos, tendo as diárias natureza jurídica indenizatória pelas despesas incorridas.

b) viola os direitos legalmente previstos na Lei n° 8.112/1990, na medida em que não obteve prévia autorização para permanecer na cidade de deslocamento por mais dois dias, com direito a diárias.

c) pode configurar ato de improbidade, na medida em que intencionalmente buscou indenização por despesas que não se consubstanciam em fundamento para recebimento de diárias, devidas apenas para os dias em que estivesse em serviço.

d) configura infração disciplinar e civil, esta sob a modalidade de ato de improbidade, processando-se as responsabilidades de forma subsequente, iniciando-se pelo processo administrativo que poderá ensejar a extinção do vínculo funcional, com a aplicação de penalidade de demissão, o que impedirá a condenação por improbidade.

e) pode ser compatível com a legislação vigente, desde que o servidor demonstre que as despesas de hospedagem e alimentação no período equivalem ou superam o montante pleiteado a título de diárias, para que não reste configurado enriquecimento ilícito.

Comentários

Resposta: alternativa “c”.

As alternativas “a” e “e” estão incorretas porque, nos termos do art. 58 da Lei nº 8.112, de 1990, as diárias são destinadas a indenizar as despesas de servidor que, a serviço, afastou-se da sede. A permanência de Breno em Fortaleza foi manifestação exclusiva de sua vontade, para fins particulares, não podendo onerar a Administração Pública.

A alternativa “b” incorre em erro porque, ainda que a chefia anuísse com a permanência por mais dois dias na cidade, a diária não seria devida, já que seu fundamento é o afastamento para efetiva atividade do serviço e não fins particulares.

A alternativa "c" está correta porque a ação de Breno de requerer diárias, inclusive quanto aos dias que se manteve na cidade para atividades particulares afronta não só o art. 58 já citado, mas aos artigos 10 (causar prejuízo ao erário) e 11 (atentar contra princípios da Administração Pública, em especial os deveres de honestidade e lealdade à instituição) da Lei de Improbidade Administrativa – LIA (Lei nº 8.429, de 1992). Ademais, ainda em referência à alternativa "b", caso o chefe tivesse anuído com a permanência na cidade com custos para a Administração também ele poderia ser incluso nos aludidos dispositivos.

A alternativa "d" incorre em erro porque o servidor, nos termos do art. 121, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Ademais, dispõe o art. 125 que as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si. Ou seja, a pena de demissão não importa em impedimento à condenação por improbidade.

---

28. 2017/CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/Técnico Judiciário

Tendo como referência o Código de Conduta da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento e vacância de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue o item a seguir.

Não há vedação para que servidor público que esteja em gozo de licença para tratar de interesse particular participe da gerência ou administração de sociedade privada.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. Em que pese haver a proibição no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112, de 1990, para que o servidor participe de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, o próprio §único, inciso II, do aludido artigo prevê que essa proibição não se aplica nos seguintes casos: I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, observada a legislação sobre conflito de interesses.

---

29. 2017/FCC/TRE-PR/Técnico Judiciário

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei n° 8.112/90 estabelece que

a) a denúncia pode ser verbal ou por escrito, sendo vedado o anonimato.

b) o prazo para a conclusão da sindicância é improrrogável.

c) a autoridade instauradora do processo disciplinar deverá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo como medida cautelar.

d) o processo disciplinar será conduzido por uma comissão, cujas reuniões e audiências serão públicas.

e) é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

A alternativa "e" apresenta inteligência do art. 146 da Lei nº 8.112, de 1990, pelo qual se afirma que sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

A alternativa "a" está incorreta porque, de acordo com a Lei nº 8.112, de 1990, art. 144, as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade. Atenção! Lembre-se que, de acordo com a jurisprudência do STF e do STJ é aceito que com base em notícia anônima ou delação apócrifa ("denúncia anônima") sejam apurados em sindicância ou PAD a veracidade da denúncia, em privilégio ao poder-dever de autotutela. Mas tenha atenção ao comando da questão. Aqui o examinador perguntou com base na lei e não na jurisprudência.

A alternativa "b" está errada porque, conforme art. 145, o prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Também errada a "c" porque, nos termos do art. 147, como medida cautelar e afim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração. Ou seja, não é uma obrigação e sim uma faculdade acautelatória.

Por fim, errada a "d", já que, conforme art. 150, as reuniões e as audiências das comissões terão caráter privado.

---

30. 2017/IF-TO/IF-TO/Administrador

Considerando as normas contidas na Lei nº 8.112/1990, em especial quanto ao regime disciplinar e às responsabilidades do servidor, assinale a alternativa correta.

a) As sanções civis e penais não poderão cumular-se, pois representaria um bis in idem.

b) A responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

c) A responsabilidade civil do servidor apenas decorre de atos dolosos que resultem em prejuízo ao erário.

d) A obrigação do servidor de reparar o dano estende-se aos seus sucessores e contra eles será executada, independentemente do valor da herança recebida.

e) A responsabilidade civil-administrativa do servidor resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Comentários

Resposta: alternativa "e". A alternativa "e" está em linha com o art. 124 da Lei nº 8.112, de 1990.

A alternativa "a" está incorreta porque as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si (art. 125).

Errada a alternativa "b" porque será afastada a responsabilidade neste caso (art. 126).

Incorreta a alternativa "c", já que a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros (art. 122).

Por fim, errada a "d" em função de a obrigação estar limitada ao valor da herança (§3º do art. 122).

3.10 Processo Administrativo

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

"O processo administrativo – como garantia constitucional – possibilita a regulação do exercício da competência (garantia geral de estrutura do ordenamento jurídico) e age como instrumento de proteção do indivíduo perante a ação daquela competência. Na relação entre administração e cidadãos, técnicas processuais tutelam competências para aquela e direitos e liberdades para estes" (BACELLAR FILHO, 2013).

Considerando a matéria suscitada no texto, assinale a alternativa correta.

a) Segundo o texto constitucional expresso, a competência para legislar sobre processo administrativo é privativa da União para normas gerais.

b) Por força de interpretação judicial a respeito da matéria, os municípios que não tenham editado lei própria estão submetidos à Lei Federal de Processo Administrativo.

c) A Lei Federal de Processo Administrativo regula o processo disciplinar de servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios com força de lei nacional.

d) Uma das inovações do texto expresso da Constituição de 1988 foi garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa para todas as espécies de procedimentos administrativos.

e) Os preceitos da Lei Federal de Processo Administrativo não se aplicam aos órgãos do Poder Legislativo, ainda que no desempenho de função administrativa.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque não conta na CRFB a previsão expressa quanto à competência privativa da União para legislar sobre processo administrativo. O art. 22, I, fixa a competência privativa da União para legislar sobre direito processual. Já o art. 24, inciso XI, estabelece a competência da concorrente para legislar sobre procedimento em matéria processual.

Correta a alternativa "b" porque é posição firmada no STJ e no STF no sentido de que a Lei nº 9.784, de 1999, pode ser aplicada de forma subsidiária no âmbito dos demais Estados Membros, se ausente lei própria que regule o processo administrativo local.

Incorreta a alternativa "c" porque o processo disciplinar dos servidores público é de competência comum, cabendo a cada ente da federação a sua disciplina própria em seus Estatutos de Servidores. No âmbito da União, é a Lei nº 8.112, de 1990.

Incorreta a alternativa "d" porque o inciso LV do art. 5º da CRFB garante aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Portanto, a garantia é ao processo e não a todo procedimento.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o §1º do art. 1º da Lei nº 9.784, de 1999:

> *§ 1o Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa*

Gabarito: alternativa B.

---

2. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

O processo administrativo pode ser definido como um conjunto de atos e procedimentos, sobre o qual se aplicam diversos princípios de direito público, visando o atingimento das finalidades que orientam a existência da Administração Pública. A respeito do processo administrativo, é correto afirmar, com base na Lei n° 9.784/1999, que

a) é vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, não cabendo, porém, ao servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas, sob pena de incorrer na prática de advocacia administrativa.

b) um órgão administrativo não poderá delegar parte da sua competência a outros órgãos que não lhe sejam hierarquicamente subordinados, ainda quando lhe for conveniente em razão de circunstâncias de índole social.

c) os atos do processo administrativo dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente o dispensar, devendo ser produzidos por escrito, contendo data, local e hora de sua realização.

d) o desatendimento de intimação pelo cidadão no âmbito de processo administrativo importará no reconhecimento da verdade dos fatos, e na renúncia ao direito em discussão.

e) o interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

Comentários

a) incorreto. O servidor pode orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas, nos termos do parágrafo único do art.6º, da Lei 9.784/1999, *in verbis*:

> *Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:*
>
> *Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos,* ***devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Os órgãos públicos poderão delegar parte de suas competências, não se sujeitando a impedimentos por conta de não estarem hierarquicamente subordinados, nos termos do art. 12 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 12.* ***Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.***
>
> *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes****. (grifos não constantes do original)***

c) incorreto. Os atos do processo administrativo não possuem forma determinada, com exceção se surgir alguma previsão legal que passe a exigir.

> ***Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.***
>
> *§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.* ***(grifos não constantes do original)***

d) incorreto. O desatendimento da intimação não implica no reconhecimento da verdade dos fatos e nem renúncia a direito pelo administrado, em atenção aos princípios da verdade real ou material e do contraditório e da ampla defesa, nos termo do caput do art. 27 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 27.* ***O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.***

> *Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado**. (grifos não constantes do original)***

e) correto. Nos termos do art. 51 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 51.* ***O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.***
>
> *§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.*
>
> *§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra E.

---

3. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

Acerca do princípio da oficialidade, a Lei de Processo Administrativo Federal dispõe que

a) quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, pode haver revisão da sanção aplicada, independentemente de requerimento do apenado.

b) a defesa dos administrados em processos acusatórios somente pode ser realizada mediante procuração, com firma devidamente reconhecida.

c) a desistência ou renúncia do interessado têm efeito preclusivo, impedindo o prosseguimento do processo.

d) a autoridade ou servidor que incorrer em suspeição deve, independentemente de provocação, abster-se de atuar, sob pena de responsabilização.

e) para que haja a convalidação de atos maculados por defeitos sanáveis, é necessário haver provocação do particular interessado, sob pena de se violar o princípio da supremacia do interesse público.

Comentários

a) correta. A revisão da sanção aplicada pode ser requerida de ofício, nos termos do art. 65 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*
>
> *Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.*

b) incorreto. Na defesa dos administrados é facultativa a realização por advogados, nos termos do inciso IV do art. 3º da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:*
>
> *(...)*

> *IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando 4obrigatória a representação, por força de lei.*

c) incorreto. Nas situações de desistência ou renúncia, a administração pode prosseguir com o processo, caso entenda que o interesse público assim o exija, nos termos do §2º do art. 51 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.*

d)incorreto. A autoridade ou servidor deve comunicar à autoridade competente as situações em que ocorrerem os casos de impedimento, nos termos do art. 19 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.*
>
> *Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.*

e) incorreto. Os atos poderão ser convalidados pela própria administração de ofício, nos termos do art. 55 da Lei 9.784/1999, *in verbis*: **"Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."**

Gabarito: Letra A.

---

4. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a intimação do interessado quanto à data de comparecimento observará a antecedência mínima de:

a) dois dias úteis.

b) três dias úteis.

c) cinco dias úteis.

d) dez dias úteis.

Comentários

O prazo mínimo estipulado para intimação do interessado é de três dias úteis, nos termos do §2º, art. 26, da Lei de Processo Administrativo Federal, *in verbis:*

> *Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*
>
> *(...)*

> *§ 2º A intimação observará a* ***antecedência mínima de três dias úteis*** *quanto à data de comparecimento.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

5. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

Tércio é servidor público e foi nomeado, com base na Lei Federal n° 9.784/98, para atuar em processo administrativo instaurado para apurar infração cometida por Cícero. No entanto, Tércio está litigando em um processo judicial que ele moveu contra a esposa de Cícero. Não obstante, Tércio aceitou a nomeação para atuar no processo administrativo e não comunicou a existência do litígio judicial à autoridade competente.

Nessa situação, é correto afirmar que Tércio

a) não cometeu qualquer falta, uma vez que a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero não se constitui em impedimento para atuar no processo administrativo.

b) não tinha o dever de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero, uma vez que o dever de comunicar esse fato existiria se o litígio fosse contra Cícero.

c) deveria abster-se de atuar no processo administrativo por estar litigando contra a esposa de Cícero, tendo cometido falta grave por deixar de comunicar esse fato à autoridade competente.

d) teria o dever de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero, mas essa omissão não o impede de atuar no processo administrativo.

e) não estava impedido de atuar no processo administrativo, mas sofrerá a pena de advertência pela omissão de comunicar a existência do litígio judicial contra a esposa de Cícero.

Comentários

a) incorreto. Litigar judicialmente com o cônjuge do interessado é causa de impedimento, nos termos do Inciso III do art. 18 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:*
>
> *(...)*
>
> *III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.*

b) incorreto. A autoridade ou servidor deve comunicar à autoridade competente as situações em que ocorrerem os casos de impedimento, nos termos do art. 19 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.*
>
> *Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.*

c)correto. A autoridade ou servidor deve comunicar à autoridade competente as situações em que ocorrerem os casos de impedimento, nos termos do art. 19 e parágrafo único da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.*
>
> *Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.*

d)incorreto. Aquele que se enquadrar nos casos de impedimento do art. 18 da Lei 9.784/1999 é impedido de atuar no respectivo processo**: "É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que (...)"**

e) incorreto. Aquele que se enquadrar nos casos de impedimento do art. 18 da Lei 9.784/1999 é impedido de atuar no respectivo processo: **"É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que (...)"**

Gabarito: Letra C.

---

6. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

É correto afirmar a respeito da delegação e avocação da competência administrativa:

a) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade.

b) a legislação pátria permite, em certos casos, a transferência de todas as funções do delegante para o órgão delegado.

c) a legislação brasileira não permite a delegação revogável ou por tempo indeterminado.

d) o princípio da hierarquia, que rege a avocação, permite que a atividade avocada abranja a integralidade das competências do órgão inferior.

e) praticado o ato por autoridade, que age por delegação, eventual medida judicial contra o ato deve ser ajuizada contra a autoridade delegante.

Comentários

a) correto. Nos termos do §3º, art. 14, da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.*

b) incorreto. Admite-se apenas delegação de parte da competência a outros órgãos. Além disso, existem algumas matérias que são vedadas a delegação, como se vê a seguir:

> *Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal,* ***delegar parte da sua competência a*** *outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam*

> *hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*
>
> *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.*
>
> *Art. 13.* ***Não podem ser objeto de delegação:***
>
> *I - a edição de atos de caráter normativo;*
>
> *II - a decisão de recursos administrativos;*
>
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.* ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. É admitida a delegação revogável, nos termos §2º do art. 14, da da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.*

d)incorreto. É permitida apenas parte da avocação da competência do órgão inferior.

e) incorreto. Depois que ocorrer a delegação de competências, a autoridade delegada responde por suas ações, nos termos do §3º, art. 14, da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.*

Gabarito: Letra A.

---

7. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta com relação à competência administrativa e à relação hierárquica existente no âmbito da administração pública.

a) A competência administrativa pode ser renunciada em hipótese de acordo entre os órgãos públicos envolvidos.

b) A relação de subordinação hierárquica entre os órgãos públicos envolvidos é condição imprescindível para a delegação da competência administrativa.

c) A delegação de competência de órgãos colegiados é possível, desde que não se trate de matéria de competência exclusiva, de decisão de recursos administrativos ou de edição de atos de caráter normativo.

d) O ato de delegação retira a competência da autoridade delegante e confere competência exclusiva ao órgão delegado.

e) A avocação temporária de competência é permitida, em caráter excepcional e por motivos justificados, entre órgãos da administração pública, independentemente da relação hierárquica estabelecida entre eles.

Comentários

a) incorreto. A competência é irrenunciável, cabendo apenas a delegação e avocação, nos termos do art. 11 da Lei 9.784/1999, *in verbis: "***Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos."**

b) incorreto. Não é necessário haver a subordinação entre os órgãos para ocorrer a delegação de competências, nos termos do caput do art. 12 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares,* ***ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados****, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*
>
> *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.* ***(grifos não constantes do original)***

c)correto. O tema é tratado no parágrafo único do art. 12 e incisos I, II e III do art. 13, ambos da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*
>
> *Parágrafo único.* ***O disposto no caput deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.***
>
> ***Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:***
>
> ***I - a edição de atos de caráter normativo;***
>
> ***II - a decisão de recursos administrativos;***
>
> ***III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade. (grifos não constantes do original)***

d)incorreto. A competência é irrenunciável, cabendo apenas a transferência dela mediante delegação e avocação, nos termos dos arts. 11 e 12 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos."*
>
> *Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*

e) incorreto. A avocação requer que haja a relação de subordinação entre os órgãos, nos termos do art. 15 da Lei 9.784/1999, *in verbis: "*Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, **a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.**"

Gabarito: Letra C.

8. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Com relação aos princípios que regem os processos administrativos, assinale a opção correta.

a) Conforme o princípio do formalismo moderado, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo por exigência legal.

b) O princípio da ampla defesa impõe a participação de advogado em todas as fases do procedimento administrativo disciplinar.

c) Por força do princípio da verdade material, admite-se a utilização, em processo administrativo, de provas obtidas por meio ilícito, desde que produzidas de boa-fé.

d) A exigência de depósito de valores como condição de admissibilidade de recurso administrativo não viola o princípio da pluralidade de instâncias.

e) A adoção da chamada fundamentação per relationem em atos administrativos viola o princípio da motivação.

Comentários

a) correto. O princípio do formalismo moderado ou informalismo prevê que os atos do processo administrativo não estão sujeitos a uma forma rígida, salvo determinação legal, nos termos do art. 22 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir."**

b) incorreto. O tema foi objeto da súmula vinculante nº 5:"**A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição".**

c)incorreto. Não se admite a produção de provas por meios ilícitos no processo administrativo, conforme art. 30 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos".**

d)incorreto. O tema foi objeto da súmula vinculante nº 21: **"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo".**

e)incorreto. A fundamentação *per relationem* ou motivação aliunde possui previsão na Lei de Processo Administrativo, doutrina e jurisprudência. Vejamos a previsão legal do instituto:

> *Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*
>
> ***(...)***
>
> *§ 1º* ***A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.***

Portanto, a motivação aliunde consiste em fundamentar as teses em anteriores pareceres, informações, decisões, etc.

Gabarito: Letra A.

9. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/Procurador Jurídico

A Lei Federal no 9.784/99, que trata do Processo Administrativo, determina que: "quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros...".

Sobre a consulta pública para os fins previstos na referida Lei, é correto afirmar que

a) é uma característica da consulta pública a facultatividade, pois a Administração Pública não é obrigada a abrir período de consulta sempre que a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, mas nada impede que lei especial a preveja em caráter obrigatório.

b) a ausência de prejuízo para a parte interessada deve ser interpretada de forma ampla e irrestrita e, nomeadamente, em relação ao prejuízo à celeridade do processo, quando já se sabe que ele se encaminha para um resultado harmonizado entre as partes.

c) a motivação é uma prerrogativa da Administração Pública, pois o despacho que justifica a realização de consulta pública não precisa ser acompanhado da explicitação do fundamento de interesse geral.

d) a abertura de consulta pública não precisa ser objeto de divulgação pelos meios oficiais, mas é necessário fixar prazos para o oferecimento de alegações escritas.

e) a Administração Pública não pode impedir o acesso aos autos, objeto de consulta pública, sem restrições a informações neles contidas, no que diz respeito aos direitos constitucionais.

Comentários

a) correto. A abertura da consulta pública é facultativa, nos termos do art. 31 da Lei *9.784/99, in verbis: "***Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente** poderá, **mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada".**

Existem casos em que as audiências públicas são obrigatórias, como nos casos de procedimentos para contratação das Parcerias Público- Privados-PPP.

b) incorreto. O prejuízo para a parte não pode levar em consideração o tempo que será utilizado para convocar e finalizar a consulta pública, uma vez que a fundamentação para a abertura da consulta pública é o interesse público.

c)incorreto. A fundamentação para abertura de consulta pública deve conter as exigências constantes no art. 31 da Lei *9.784/99, in verbis: "***Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá,** mediante despacho motivado, **abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada".**

d)incorreto. É necessário dar publicidade a abertura das consultas públicas, conforme §1º, art. 31, da Lei *9.784/99, in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*
>
> *§ 1º* ***A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.***

e) incorreto. Para ter acesso aos autos, é necessário comprovar a condição de interessado e tal fato não pode ser atendido pelo simples comparecimento na audiência pública, conforme do §2º, art. 31, da Lei *9.784/99, in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.***

Gabarito: Letra A.

---

10. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Após conceder bolsa de estudos para que um indivíduo cursasse o doutorado, a FAPESP toma conhecimento de que os dados curriculares apresentados pelo candidato não retratavam a realidade. Esses dados eram obrigatórios e essenciais à concessão da bolsa. A Fundação

a) com base nos indícios de irregularidade nas informações fornecidas pode cancelar de ofício a bolsa concedida, independentemente da instauração de procedimento administrativo.

b) deve instaurar de ofício processo administrativo para apurar os fatos, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao bolsista e, uma vez constatada a irregularidade, pode cancelar a bolsa concedida.

c) deve encaminhar representação ao Ministério Público para instauração de inquérito civil para apurar eventuais ilegalidades que, se comprovadas, implicam no cancelamento da bolsa concedida.

d) somente poderá instaurar processo administrativo para apurar os fatos mediante provocação de eventuais interessados, devendo garantir o contraditório e a ampla defesa ao investigado e, uma vez constatada a irregularidade, poderá cancelar a bolsa.

e) deverá recorrer ao Poder Judiciário para cancelar o ato que concedeu a bolsa, comprovando a ocorrência da ilegalidade, sendo-lhe vedado realizar administrativamente o cancelamento da bolsa.

Comentários

a) incorreto. É necessário conceder a oportunidade da ampla defesa e do contraditório, nos termos do art. 2º da Lei *9.784/99, in verbis:* "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa, contraditório,** segurança jurídica, interesse público e eficiência".

b) correto. A administração pode fazer a provocação inicial para instauração de procedimento administrativo para apurar as possíveis irregularidades, com base no princípio da oficialidade, nos termos do inciso XII, parágrafo único, art. 2º, da Lei *9.784/99, in verbis:*

> *Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*
>
> *Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
>
> *XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;*

c)incorreto. A própria administração pode fazer a apuração dos fatos, com base no princípio da oficialidade.

d)incorreto. A própria administração pode fazer a apuração dos fatos, com base no princípio da oficialidade.

e) incorreto. A própria administração pode fazer a apuração dos fatos, com base no princípio da oficialidade. Comprovando a ilegalidade, pode ela mesma cancelar a bolsa.

Gabarito: Letra B.

---

11. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinentes aos processos administrativos.

A indicação das circunstâncias fáticas supre a exigência de motivação do ato administrativo que decidir recurso administrativo.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. É necessária também a indicação da fundamentação jurídica, nos termos do inciso V, art, 50, da Lei *9.784/99, in verbis:*

> *Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*
>
> *(...)*
>
> *V - decidam recursos administrativos;*

Gabarito: Errado.

---

12. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

À luz da Lei n.º 1.997/2015, do município de Manaus, e da Lei federal n.º 9.784/1999, julgue o item que se segue, pertinente aos processos administrativos.

De acordo com a lei municipal em questão, a falta de correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato administrativo discricionário, tendo em vista a sua finalidade, implicará a invalidade desse ato.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 53 da Lei Municipal de Manaus nº 1.997/2015, *in verbis:*

> *Art. 53 São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração Pública, especialmente nos casos de:*
>
> *(...)*
>
> *Parágrafo Único - **Nos atos discricionários, também haverá invalidade quando faltar correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato, tendo em vista a sua finalidade.***

Gabarito: Certo.

---

13. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Considerando a disciplina legal e jurisprudencial da invalidação dos atos administrativos e, em especial, o previsto na Lei federal no 9.784/99, a anulação de ato administrativo ampliativo de direitos

a) decorre do exercício do poder de polícia administrativa a fim de garantir segurança jurídica e estabilidade das relações entre Administração e administrado.

b) só pode se dar por força de decisão judicial, observados os prazos de prescrição previstos no Código Civil.

c) decorre do exercício do poder de autotutela administrativa e independe de procedimento em que seja assegurado contraditório e ampla defesa do beneficiário dos efeitos do ato anulável sempre que houver má-fé.

d) só pode se dar pela Administração Pública, no exercício do poder hierárquico, e não pode alcançar terceiro interessado de boa-fé.

e) só pode se dar no prazo de até cinco anos, pela própria Administração Pública.

Comentários

a) incorreto. A anulação de atos ilegais decorre do princípio da autotutela, conforme Maria Sylvia de Pietro (p.96, 2018):" pela **autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário".**

b) incorreto. A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios de legalidade, nos termos do art. 53 da Lei *nº 9.784/99, in verbis*: "**A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".**

c)incorreto. Para anular um ato administrativo seu, a administração deve assegurar ao interessado a ampla defesa e o contraditório, nos termos do inciso LV do art. 5º da CF/88, *in verbis:* "**aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".**

d)incorreto. A anulação pode se dar tanto pela Administração quanto pelo Poder Judiciário, não devendo alcançar terceiro interessado de boa fé.

e) incorreto. Os casos de má-fé não se submetem ao prazo limite de 05 anos para configurar a decadência, nos termos do art. 54 da Lei *nº 9.784/99, in verbis: "***O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados,** salvo comprovada má-fé".

Observação: a banca considerou a letra "E" como o gabarito oficial, porém ela também se encontra incorreta.

Gabarito da Banca: Letra E

Gabarito ideal: Anulado.

---

14. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

a) Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.

b) No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.

c) Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.

d) É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.

e) Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.

Comentários

a) incorreto. O administrado pode trazer aos autos documentos não juntados anteriormente para a interposição de recursos ou para o pedido de revisão, nos termos do art. 60 e 65, ambos da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame,* ***podendo juntar os documentos que julgar convenientes.***
>
> *(...)*
>
> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício,* ***quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.***

b) incorreto. Tanto na suspeição quanto no impedimento os vícios são sanáveis, tendo em vista que no impedimento é necessário ocorrer a comunicação de tal situação. Já a suspeição deverá ser aceita, pelo qual é passível de recurso, nos termos do art. 19 e 21 Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em* ***impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.***
>
> *Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.*
>
> *(...)*
>
> ***Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo****.*

c)incorreto. Na tutela cautelar, no âmbito do processo administrativo, não é necessária a prévia manifestação do interessado, conforme art. 45 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis*: **"Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado".**

d)incorreto. A administração terá o prazo de 5 anos para rever os atos praticados antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.

e) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art.64 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*
>
> *Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.*

Gabarito: Letra E.

15. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

A Lei de Processo Administrativo − Lei Federal no 9.784/1999 − estabelece que, no tocante à comunicação dos atos processuais aos interessados,

a) o desatendimento da intimação pelo interessado importará em confissão ficta.

b) somente deve ser objeto de intimação a produção de provas requeridas pelo próprio interessado.

c) a intimação dos atos processuais é feita por publicação em Diário Oficial, cabendo ao interessado acompanhar os assuntos de seu interesse.

d) as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

e) a intimação observará a antecedência mínima de 10 dias úteis quanto à data de comparecimento.

Comentários

a) incorreto. O desatendimento da intimação não importa em confissão ficta, uma vez que prevalece o princípio da verdade real, nos termos do art. 27 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado."**

b) incorreto. Os terceiros também poderão produzir provas nos autos do processo administrativo, nos termos do art. 39 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*" ***Quando*** **for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento."**

c)incorreto. Primeiramente, a intimação do interessado deve ocorrer por ciência no processo ou via postal ou telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado. Caso não seja possível por meio das medidas mencionadas anteriormente, a intimação poderá ser realizada por meio de publicação na imprensa oficial, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 26 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.*
>
> ***§ 4º No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial. (grifos não constantes do original)***

d)correto. Nos termos do §5º do art. 26 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade. (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. A antecedência mínima será de 3 dias da data do comparecimento, nos termos do §2º do art. 26 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.*

Gabarito: Letra D.

---

16. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA-SP/Procurador Jurídico

Nos termos da Lei 9.784/99, analise as afirmativas a seguir:

I – A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

II – O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

III – Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

IV – O direito da Administração de revogar os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis patrimoniais contínuos para os destinatários, o prazo de prescrição contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

V – Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.

c) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.

d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas.

Comentários

I-incorreto. Nos termos do art. 53 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."**

II-incorreto. O direito de *anular* e não *revogar* decai em cinco anos, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé."**

III-correto. Nos termos do §2º do art. 54 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato. (grifos não constantes do original)***

IV-incorreto. Dois pontos constam como incorretos na afirmativa. Primeiro, o fato de ser por meio da *anulação* do ato e não *revogação*. O segundo refere-se ao termo *prescrição*, quando o correto é *decadência,* conforme caput e §1º do art. 54 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 54. O direito da Administração **de anular** os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.*
>
> *§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de **decadência** contar-se-á da percepção do primeiro pagamento. **(grifos não constantes do original)***

V-correto. Conforme art. 55 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* **"Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."**

As incorretas são I, II e IV.

Gabarito: Letra D.

---

17. 2018/VUNESP/IPSM /Procurador

Nos termos da Lei que regula o Processo Administrativo, Lei n° 9.784/99, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando

a) decorrerem de reexame de ofício.

b) reconhecerem ou ampliarem direitos ou interesses dos administrados.

c) decidirem processos administrativos, independentemente do objeto.

d) forem baseados em pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais.

e) aplicarem jurisprudência firmada desfavorável ao administrado.

Comentários

O tema é tratado no art. 50 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*
>
> ***I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses****;(Letra B - incorreto)*
>
> *II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;*
>
> ***III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública****;(Letra c - incorreto)*
>
> *IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;*
>
> *V - decidam recursos administrativos;*
>
> ***VI - decorram de reexame de ofício****;(Letra A - correto)*
>
> ***VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais****;(Letra D e E - Incorretos)*
>
> *VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.*

Portanto, gabarito Letra A.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Suponha-se que a autoridade julgadora de um determinado processo administrativo disciplinar verifique que consta do relatório da Comissão que o acusado foi validamente citado e participou do contraditório, mas ele não nomeou advogado como procurador e a defesa foi subscrita pelo próprio servidor que está sendo processado. Diante disso, a autoridade julgadora deve

a) proferir decisão, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, pois a ausência de nomeação de advogado não é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar.

b) declarar a nulidade total do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça todos os atos processuais.

c) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

d) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e remeter os autos de volta à Comissão, para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

e) declarar a nulidade parcial do processo, pois a ausência de nomeação de advogado é causa de nulidade no processo administrativo disciplinar, e ordenar a constituição de outra comissão para que esta refaça somente os atos processuais em que o procurador deveria estar presente.

Comentários

Não é necessária a defesa técnica por advogado por aquele que esteja pleiteando ou defendendo direitos junto ao poder público, salvo previsão legal, como se vê no inciso IV, art. 3º, da Lei de Processo Administrativo Federal, *in verbis:*

> *Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:*
>
> *(...)*
>
> *IV - **fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (grifos não constantes do original)***

O tema foi objeto de súmula vinculante pelo STF: Súmula Vinculante 5: ”A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

Portanto, o gabarito é a letra A. As demais estão incorretas, por considerarem que o processo administrativo disciplinar estaria viciado por não conter advogado constituído.

Gabarito: Letra A.

---

19. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) Cabe reclamação administrativa ao Supremo Tribunal Federal, independente do esgotamento da via administrativa, quando o ato administrativo contrariar enunciado de súmula vinculante, negar-lhe vigência ou aplicá-la indevidamente.

b) O direito de acesso ao processo administrativo, que decorre do princípio da publicidade, assegura o direito de vista ao processo a quem demonstre seu interesse individual, ou aponte o interesse coletivo que pretende defender.

c) No processo administrativo, para a garantia do princípio da ampla defesa e do contraditório, exige-se a obediência aos procedimentos, além da presença da defesa técnica.

d) A sindicância, meio sumário para a apuração de irregularidade praticada por funcionário público, pode acarretar em aplicação de penalidade pelo princípio da verdade sabida.

e) No processo administrativo, em que o princípio da pluralidade das instâncias decorre do poder de autotutela, não é possível alegar em instância superior o que não foi arguido no início, reexaminar matéria e fato e produzir provas novas.

Comentários

a) correto. A assertiva está de acordo com o disposto nos art. 64-A e 64-B da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.* (Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006). Vigência
>
> *Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.*

b) incorreto. A doutrina define que o direito ao acesso é mais amplo do que o direito de ter vistas dos processos. Este é concedido apenas para quem demonstra a condição de interessado. Já aquele é concedido a quem demonstrar interesse individual ou interesse coletivo, nos termos dos ensinamentos de Maria Sylvia de Pietro (p. 797, 2018),

> *É evidente que o direito de acesso não pode ser exercido abusivamente, sob pena de tumultuar o andamento dos serviços públicos administrativos; para exercer esse direito, deve a pessoa demonstrar qual o seu interesse individual, se for o caso, ou qual o interesse coletivo que pretende defender.*
>
> *O direito de acesso ao processo não se confunde com o direito de "vista", que somente é assegurado às pessoas diretamente atingidas por ato da Administração, para possibilitar o exercício de seu direito de defesa. (grifos não constante do original)*

Para finalizar, o art. 46 da Lei 9.784/1999 trata do tema do direito à vista do processo, *in verbis:*

> *Art. 46. **Os interessados têm direito à vista do processo** e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.*

c)incorreto. No processo administrativo predomina a aplicação do princípio do informalismo e a facultatividade da presença técnica de advogado.

d)incorreto. A penalidade pelo princípio da verdade sabida não mais se aplica ao ordenamento jurídico brasileiro, por ir de encontro com os princípios da ampla defesa e contraditório.

e) incorreto. É possível a apresentação de novas provas ao processo ou alegar algo não arguido anteriormente ou reexaminar a matéria nos casos de recursos e revisão das decisões, nos termos do arts. 60 e 65 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, **podendo juntar os documentos que julgar convenientes.***
>
> *(...)*
>
> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções **poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.***

Gabarito: Letra A.

---

20. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) No recurso administrativo, com efeito suspensivo, é possível a exigência de depósito prévio para a admissibilidade do recurso.

b) O recurso hierárquico próprio, dirigido à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado, decorre do princípio da hierarquia e independe de previsão legal.

c) O controle sobre as atividades exercidas pelos órgãos da Administração Direta e da Administração Indireta decorre do poder de autotutela, é ilimitado e permite a revisão dos próprios atos quando ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

d) Cabendo recurso administrativo com efeito suspensivo, não se admite o ingresso em juízo para o pleito de revogação ou anulação de ato administrativo.

e) O recurso administrativo extemporâneo não será conhecido e a decisão só poderá ser modificada em caso de revisão.

Comentários

a) incorreto. Primeiramente, o recurso quando interposto é aceito em regra no efeito devolutivo. No efeito suspensivo, somente em alguns casos, conforme art. 61 e parágrafo único da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.*
>
> *Parágrafo único.* ***Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.***

Além disso, a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de recursos é inconstitucional nos termos da súmula vinculante nº 21: "**É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.**"

b)correto. Segundo Maria Sylvia de Pietro (p.923, 2018), **"O recurso hierárquico próprio é dirigido à autoridade imediatamente superior, dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado. Ele é uma decorrência da hierarquia e, por isso mesmo, independe de previsão legal".**

c)incorreto. O controle dos atos da administração direta se relaciona com o controle hierárquico. Já o da administração indireta se relaciona com a tutela.

d)incorreto. Conforme súmula 429 do STF: "A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade".

e)incorreto**.** Conforme §2º do art. 63 da **Lei 9.784/1999, *in verbis:***

> *Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.***

Gabarito: Letra B.

---

21. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Sobre o processo administrativo, considere as assertivas a seguir.

I - A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a Constituição Federal.

II - Aos litigantes, em processo administrativo, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes, demandando-se a presença de advogado para a elaboração de defesa técnica.

III - O processo administrativo, inclusive aquele que pode concluir pela pena de aposentadoria compulsória ou pela demissão do servidor público, é passível de revisão judicial.

IV - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Estão CORRETAS apenas as assertivas:

a) I, II, III e IV.

b) I, II e III.

c) I, II e IV.

d) I, III e IV.

e) III e IV.

Comentários

I)Incorreto. **O tema foi objeto de súmula vinculante pelo STF:** Súmula Vinculante 5: ”A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.”

II)incorreto. A participação do advogado é facultativa, nos termos do inciso IV, art. 3º, da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:*
>
> *(...)*
>
> ***IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (grifos não constantes do original)***

III) correto. As partes no processo administrativo, caso possuam direitos que considerem violados, podem pleitear a revisão deles junto ao poder judiciário, nos termos do inciso XXXV, art. 5º da CF/88, in verbis:

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

> ***(...)***
>
> ***XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; (grifos não constantes do original)***

IV)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 38 da Lei 9.784/99, *in verbis:* **"O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo."**

Gabarito: Letra E.

---

22. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Particularmente, no tocante ao processo administrativo, é correto afirmar:

a) ao processo administrativo disciplinar são asseguradas todas as garantias do processo penal, inclusive a defesa técnica, não se aplicando nesse aspecto a restrição sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

b) orienta-se pela informalidade, não se aplicando as garantias próprias do processo penal, no tocante à ampla defesa e contraditório.

c) deve ter as garantias do contraditório e da ampla defesa, mas não a defesa técnica quando se tratar de processo disciplinar de natureza civil, conforme orientação sumulada pelo Supremo Tribunal Federal.

d) nada obstante a orientação do Supremo Tribunal Federal, a ele deve ser aplicado o princípio da defesa técnica, uma vez que se trata de garantia de direito individual e a orientação da jurisprudência do STF não é vinculativa.

Comentários

a) incorreto. No processo administrativo disciplinar a presença de advogado é dispensável, nos termos da súmula vinculante nº 5: **"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."**

b)incorreto. No âmbito do processo administrativo são assegurados a garantia da ampla defesa e do contraditório, conforme art. 2º da Lei 9.784/99, *in verbis*: "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa, contraditório,** segurança jurídica, interesse público e eficiência."

c)Correto. No âmbito do processo administrativo são assegurados a garantia da ampla defesa e do contraditório, conforme art. 2º da Lei 9.784/99, *in verbis*: "A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, **ampla defesa, contraditório,** segurança jurídica, interesse público e eficiência."

Em relação à necessidade de defesa técnica por advogado em processo administrativo disciplinar de natureza civil, a súmula vinculante nº 5 diz o seguinte: **"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."**

d)Incorreto. Nos termos da súmula vinculante nº 5, "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."

Gabarito: Letra C.

---

23. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Sobre competência administrativa, assinale a alternativa incorreta.

a) A Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), ao tratar da competência, prevê que os atos de delegação e de avocação deverão ser publicados no meio oficial.

b) A delegação e a avocação são instrumentos de transferência temporária e excepcional de competências.

c) Segundo a Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo), não pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, as decisões de recurso administrativo e os atos de competência exclusiva.

d) A Constituição Federal de 1988 admite casos de delegação de atos normativos.

e) A Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo) não traz vedação expressa e absoluta à subdelegação de competência.

Comentários

a) incorreto. A publicação em meio oficial se refere ao ato de delegação e à sua respectiva revogação. O enunciado citou a "avocação", o que não vem mencionado no art. 14 da Lei 9.784/99, *in verbis: "***O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial."**

b) correto. Os dois institutos são as formas jurídicas de transferência de competências entre os órgãos, conforme art. 11 da Lei 9.784/99, *in verbis: "a* **competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos."**

c)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 13 e respectivos incisos, da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*
> *I - a edição de atos de caráter normativo;*
> *II - a decisão de recursos administrativos;*
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.*

d)correto. A CF 88 prevê a delegação de atos normativos conforme se vê a seguir:

> ***Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.***
>
> *§ 1º Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:*
>
> *I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;*
>
> *II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;*
>
> *III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.*
>
> *§ 2º A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.*
>
> *§ 3º Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.*

e) correto. A Lei de Processo Administrativo Federal prevê a delegação de competências, conforme art. 11 da Lei 9.784/99, *in verbis:* ***"a* competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos."**

Gabarito: Letra A.

---

24. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com relação ao processo administrativo em geral, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue o próximo item.

Considere-se que João, servidor público federal, tenha optado pela redução da carga horária de trabalho de quarenta horas para trinta horas semanais, com a consequente redução salarial. No entanto, por erro da Administração, João continuou a receber, por mais de cinco anos, como se cumprisse regime de quarenta horas semanais, sem comunicar tal fato à Administração. Nesse caso, não há que se falar em decadência.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O tema é tratado no art. 54 da Lei 9.784/99, no sentido de que nas situações de pagamentos de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência será contado da percepção do primeiro pagamento. No caso da questão em análise, já se passaram mais de 5 anos do primeiro pagamento.

> *Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.*
>
> ***§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.***

Gabarito: Certo.

---

25. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com relação ao processo administrativo em geral, previsto na Lei n.º 9.784/1999, julgue o próximo item.

O processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999 não admite a chamada fundamentação aliunde ou per relationem.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. A Lei de Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999) admite a chamada fundamentação *aliunde*, nos termos do §1º, art. 50, in verbis:

> *Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.***

Em síntese, a fundamentação *aliunde* significa a utilização de fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas como motivação das solicitações dos interessados.

Gabarito: Errado.

---

26. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Em cada um do item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da organização administrativa e dos atos administrativos.

O prefeito de um município brasileiro delegou determinada competência a um secretário municipal. No exercício da função delegada, o secretário emitiu um ato ilegal. Nessa situação, a responsabilidade pela ilegalidade do ato deverá recair apenas sobre a autoridade delegada.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Certo. A autoridade delegada é quem responde por seus atos no exercício da função delegada, nos termos do §3º, art. 14, da Lei de Processo Administrativo Federal, *in verbis:*

> *Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.*

Gabarito: Correto.

---

27. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

No processo administrativo, vige o princípio do formalismo moderado, rechaçando-se o excessivo rigor na tramitação dos procedimentos, para que se evite que a forma seja tomada como um fim em si mesma, ou seja, desligada da verdadeira finalidade do processo

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O processo administrativo tem como uma das principais características o informalismo, conforme ensinamentos de Maria Sylvia de Pietro (2018),

> *Quanto a este princípio, a sua aplicação é muito mais rígida no processo judicial do que no administrativo; por isso mesmo, em relação a este, costuma-se falar em princípio do informalismo.*
>
> *Informalismo não significa, nesse caso, ausência de forma; o processo administrativo é formal no sentido de que deve ser reduzido a escrito e conter documentado tudo aquilo que ocorre no seu desenvolvimento; é informal no sentido de que não está sujeito a formas rígidas.*

Assim, o processo administrativo tem que caminhar visando o atingimento de uma finalidade, independentemente da forma seguida. Com isso, a Lei do Processo Administrativo Federal aborda alguns dispositivos sobre o tema:

> *Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*
>
> *Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
>
> ***(...)***
>
> ***IX -** adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;*
>
> ***(...)***
>
> ***Art. 22.** Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.*

Gabarito: Correto.

---

28. 2017/ CESPE / PREFEITURA DE FORTALEZA-CE / Procurador Municipal

Com relação a processo administrativo, poderes da administração e serviços públicos, julgue o item subsecutivo.

Nos termos da jurisprudência do STF, caso um particular interponha recurso administrativo contra uma multa de trânsito, por se tratar do exercício do poder de polícia pela administração,

a admissibilidade do recurso administrativo dependerá de depósito prévio a ser efetuado pelo administrado.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Para a admissibilidade de recurso administrativo é vedada a obrigatoriedade de caução ou depósito prévio. Vejamos o que diz o §2º do art. 56, da Lei de Processo Administrativo, *in verbis:*

> *Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.*
> *(...)*
> ***2º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.***

Além disso, o tema foi objeto de súmula vinculante: **"Súmula Vinculante nº 21 STF - É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bem para admissibilidade de recurso administrativo."**

Gabarito: Errado.

---

29. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Analise as assertivas e, ao final, marque a opção correta:

I - No recurso administrativo, a reformatio in pejus é inconstitucional, por violar o princípio da especialidade e da segregação das funções;

II - Das decisões administrativas cabe recurso, em regra, apenas nos aspectos que se referem à legalidade do decidido, e a admissibilidade de que o recurso reveja o mérito (conveniência e oportunidade) depende de explícita previsão legal, pena de afronta à competência dos agentes públicos, previamente definida em lei;

III - É inconstitucional a exigência de depósito em dinheiro, ou arrolamento de bem, para admissibilidade de recurso administrativo; é admissível, porém, a exigência de fiança ou outra caução.

a) Apenas a assertiva II está correta.

b) Todas as assertivas são erradas.

c) Apenas a assertiva III é correta.

d) Apenas as assertivas I e III são corretas.

e) Todas as assertivas são corretas.

Comentários

I)incorreto. Na decisão do recurso administrativo pode ocorrer de a decisão recorrida ser agravada, conforme art. 64 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*
>
> *Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.*

II)incorreto. O recurso nas decisões administrativas pode ser interposto em face tanto das razões de legalidade quanto de mérito, indistintamente, conforme art. 56 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:* **"Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.**"

III)Incorreto. A súmula vinculante nº 21 possui a previsão de que "**é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo"**. Já a fiança e caução são vedadas como condição de admissibilidade nos processos administrativos, através do §2º do art. 56 da Lei n.º 9.784/1999, nos seguintes termos: **"Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução".**

Gabarito: Letra B.

---

30. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A realização de audiências e consultas públicas nos processos administrativos se revela como um importante mecanismo de participação dialógica dos administrados, conferindo maior transparência e legitimidade às ações e condutas da Administração Pública.

Sobre essa temática e à luz das disposições da Lei nº 9.784/99 - que trata do processo administrativo em sede federal - e do ordenamento jurídico em vigor, é correto afirmar que:

a) o comparecimento à consulta pública confere à pessoa física, automaticamente, a condição de interessada no processo, assegurando-lhe o direito de obter da Administração resposta fundamentada.

b) as hipóteses de realização de audiência pública estão taxativamente previstas na legislação, não podendo ser realizadas a partir de um juízo discricionário da autoridade competente.

c) nas matérias relevantes os órgãos e entidades administrativas devem, preferencialmente, estabelecer a audiência e a consulta pública como meio de participação dos administrados.

d) a realização de consulta pública será obrigatória toda vez que requerida por qualquer administrado, o que se impõe em razão da transparência e legitimidade das decisões nos processos administrativos.

e) quando a matéria for de interesse geral, pode o órgão competente, motivadamente, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido e desde que não ocorra prejuízo para a parte interessada.

Comentários

a) incorreto. O simples comparecimento em audiência pública não confere a condição de interessado no processo, nos termos do §2º, art. 31, da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Será necessário fazer um juízo de avaliação para enquadrar uma demanda como sujeita a consulta pública, conforme caput do art. 31 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*

c)incorreto. Não existe este grau de preferência pelas consultas e audiências públicas, uma vez que a lei deixa em aberto a escolha por outros meios de participação dos administrados, conforme previsão no art. 33 da Lei n.º 9.784/1999, in verbis:

> *Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.*

d)incorreto. As condições para a realização de consultas públicas estão previstas no caput do art. 31 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*

e) correto. A assertiva está em consonância com o disposto com o caput do art. 31 da Lei n.º 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*

Gabarito: Letra E.

---

31. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador

Considerando os princípios atinentes ao processo administrativo, o poder da Administração, que se caracteriza pela iniciativa de instaurar, instruir e rever suas decisões no processo administrativo, se perfaz por meio do princípio

a) da publicidade.

b) da imperatividade.

c) do informalismo.

d) da eficiência.

e) da oficialidade.

Comentários

O conceito apresentado no enunciado descreve o princípio da oficialidade, nos termos dos ensinamentos de Hely Lopes Meirelles (p.822, 2016),

> *Oficialidade ou impulsão: o princípio da oficialidade ou da impulsão atribui sempre a movimentação do processo administrativo à Administração, ainda que instaurado por provocação do particular; uma vez iniciado, passa a pertencer ao Poder Público, a quem compete seu impulsionamento, até a decisão finai. Se a Administração o retarda, ou dele se desinteressa, infringe o princípio da oficialidade e seus agentes podem ser responsabilizados pela omissão. Outra consequência deste princípio é a de que a instância não, perime, nem o processo se extingue pelo decurso do tempo, senão quando a lei expressamente o estabelece.*

Gabarito: Letra E.

---

32. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denunciação da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

O procurador poderá defender-se pessoalmente, advogando em causa própria, se contra ele for instaurado processo administrativo disciplinar. Outras categorias de servidores, contudo, necessitariam contratar advogado, imprescindível para o exercício da ampla defesa no processo administrativo disciplinar.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Não é necessária a defesa técnica por advogado para aquele que esteja pleiteando direitos junto ao poder público, independentemente da categoria, salvo previsão legal, como se vê no inciso IV, art. 3º, da Lei de Processo Administrativo Federal, *in verbis:*

> *Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:*
>
> *(...)*
>
> *IV - **fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (grifos não constantes do original)***

O tema foi objeto de súmula vinculante pelo STF: **"Súmula Vinculante 5: A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição."**

Gabarito: Errado.

33. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.784/99 (Processo Administrativo), a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, taxatividade, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Não existe o princípio da taxatividade atrelado a Lei de Processo Administrativo, nos termos do art. 2º da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

Gabarito: Errado.

34. 2016/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

A respeito das disposições da Lei n° 9.784/99 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, analise as seguintes proposições:

I- Os preceitos da Lei n° 9.784/99, também se aplicam aos órgãos do Poder Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

II- São legitimados como interessados no processo administrativo, entre outros, aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

III- No processo administrativo podem ser objeto de delegação, pela autoridade competente, entre outros, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

IV- No processo administrativo pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

V - A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Responda:

a) Somente as proposições I,II e IV estão corretas.

b) Somente as proposições I,III e V estão corretas.

c) Somente as proposições II,III e IV estão corretas.

d) Somente as proposições II,III e V estão corretas.

e) Todas as proposições estão corretas.

Comentários

I- Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §1º do art. 1º da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.*
>
> *§ 1º* ***Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa. (grifos não constantes do original)***

II-Correto. A assertiva está em consonância com o disposto com o inciso II do art. 9º da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 9º São legitimados como interessados no processo administrativo:*
>
> *(...)*
>
> *II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;*

III-Incorreto. Para os itens mencionados é vedada a delegação de competência, segundo o art. 13 e respectivos incisos da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*
>
> ***I - a edição de atos de caráter normativo;***
>
> ***II - a decisão de recursos administrativos;***
>
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.* ***(grifos não constantes do original)***

IV-correto. A assertiva está em consonância com o disposto com os arts. 20 e 21 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.*
>
> *Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.*

V-incorreto. O prazo para decisão dos autos do processo administrativo é de 30 dias, não de 90 dias como mencionou a assertiva, com fundamento nos arts. 48 e 49 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.*
>
> *Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.*

Gabarito: Letra A.

---

35. 2016/IBEG/PREFEITURA DE GUARAPARI-ES/Procurador Municipal

São deveres do administrado perante a Administração, exceto.

a) expor os fatos conforme a verdade.

b) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.

c) formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

d) não agir de modo temerário.

e) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Comentários

Os deveres dos administrados possuem previsão no art. 4º da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 4º São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:*
>
> *I - expor os fatos conforme a verdade;*
>
> *II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;*
>
> *III - não agir de modo temerário;*
>
> *IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.*

Dentre as alternativas, a única que não está prevista no art. 4º é a de letra C. As demais alternativas possuem correlação com o dispositivo mencionado.

Gabarito: Letra C.

---

36. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética. Agente Público da Municipalidade de Marília é demitido após processo administrativo disciplinar, em razão de caracterização da prática de infração disciplinar de natureza grave. O Agente Público recorre ao Poder Judiciário pleiteando a anulação de sua demissão, afirmando que o processo administrativo disciplinar é nulo porque ele não pode se valer de defesa técnica por advogado e porque não pode apresentar recurso da decisão, já que a Municipalidade exigia depósito prévio de valor a título de taxa de instância e ele não possui o valor necessário para tanto. A ação judicial proposta pelo Agente Público será julgada

a) procedente, pois ambas as hipóteses apontadas, falta de defesa técnica e depósito prévio em recurso administrativo, são consideradas inconstitucionais.

b) improcedente, pois o depósito recursal administrativo pode ser plenamente exigido como requisito de admissibilidade, sem previsão de gratuidade.

c) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a falta de defesa técnica por advogado durante o processo administrativo disciplinar, mas válida a exigência de depósito prévio como taxa recursal.

d) improcedente, pois embora a falta de defesa técnica por advogado seja inconstitucional, o Poder Judiciário não pode efetuar controle sobre o processo administrativo.

e) parcialmente procedente, pois é inconstitucional a exigência de depósito como requisito de admissibilidade de recurso administrativo, não se constituindo, todavia, a falta de defesa técnica em processo administrativo, em conduta inconstitucional.

Comentários

a) incorreto. Apenas a exigência de depósito prévio como condição para interposição de recurso administrativo é inconstitucional, conforme súmula vinculante nº 21 do STF: **"É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo."**

Já a defesa técnica por advogado é facultativa, nos termos da Lei de Processo Administrativo Federal, conforme súmula vinculante nº 5: **"A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição".**

b) incorreto. A exigência de depósito prévio é inconstitucional, conforme súmula vinculante nº 21 do STF.

c)incorreto. As duas afirmativas estão incorretas, conforme súmulas vinculantes 5 e 21, citadas anteriormente nas alternativas acima.

d)incorreto. A falta de defesa técnica por advogado não é inconstitucional, conforme súmula vinculante nº 5. Além disso, o Poder Judiciário pode ser provocado para revisar fatos analisados no processo administrativo.

e) correto. As duas afirmativas estão corretas, conforme súmulas vinculantes 5 e 21, citadas anteriormente nas alternativas acima.

Gabarito: Letra E.

---

37. 2016/CESPE /TJ-AM/Juiz de Direito

Conforme a Lei n.º 9.784 /1999, que trata dos atos administrativos, são indelegáveis

a) a edição de atos normativos e as matérias de competência exclusiva do órgão.

b) a elaboração de ofícios e a avaliação de recursos administrativos.

c) a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência privativa de autoridade.

d) a revisão de atos administrativos e a edição de atos normativos.

e) as matérias de competência exclusiva e a publicação de edital.

Comentários

O art. 13 da Lei 9.784/99 prevê as hipóteses em que não é permitida a delegação.

> *Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*
> *I - a edição de atos de caráter normativo;*
> *II - a decisão de recursos administrativos;*
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.*

Diante disso, a única alternativa que se enquadra dentre as hipóteses não permitidas de delegação é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

38. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “os especialistas observam que o procedimento administrativo atende a um duplo objetivo: a) resguardar os administrados; e b) concorre para uma atuação administrativa mais clarividente." (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 505). Objetivando a garantia dos direitos e liberdades dos administrados, bem como o fiel cumprimento dos fins da Administração, foi sancionada a Lei de Processo Administrativo Federal – Lei nº. 9784/1999. Sobre o assunto e a citada lei, analise as assertivas a assinale a alternativa CORRETA.

I. A Lei nº. 9.784/99 poderá ser aplicada, por analogia integrativa, a Estados e Municípios que não possuírem norma específica, conforme entendimento jurídico.

II. A decisão de recursos administrativos poderá ser delegada, desde que o ato de delegação, devidamente publicado, especifique quais são as atribuições e poderes transferidos.

III. É suspeito de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, sendo que a sua omissão de comunicação poderá gerar efeitos para fins de sanções disciplinares.

IV. O interessado poderá, até o momento do protocolo da defesa prévia, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

V. A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, sendo que o dever de anular é um dever da Administração Pública, conforme preceitua o princípio da autotutela administrativa.

VI. No que se refere aos prazos na lei de processo administrativo: eles começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento; considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal; quando expressos em dias, são contados de modo contínuo; e quando fixados em meses ou anos, são contados de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

a) Estão corretas as afirmativas I e VI.

a) Estão corretas as afirmativas I, II, III e V.

b) Estão corretas as afirmativas I, V e VI.

c) Estão corretas as afirmativas I, III e VI.

d) Estão corretas as afirmativas II, IV e V.

Comentários

I-correto. A Lei de Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/99) se aplica aos Estados e Municípios que não editaram suas próprias leis de processos administrativos.

II- Incorreto. A decisão de recurso administrativo não pode ser delegada, conforme art. 13 da Lei 9.784/99, *in verbis*:

> *Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*
>
> *I - a edição de atos de caráter normativo;*
>
> ***II - a decisão de recursos administrativos;***
>
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.*

III-incorreto. As hipóteses mencionadas são de impedimentos, nos termos dos art. 18 e 19 da Lei 9.784/99, *in verbis*:

> *Art. 18. **É impedido** de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:*
>
> *I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;*
>
> *II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;*
>
> *III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.*
>
> *Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em **impedimento** deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.*
>
> *Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o **impedimento** constitui falta grave, para efeitos disciplinares.*

IV-incorreto. Nos termos do art. 38 da Lei 9.784/99, *in verbis:* **"O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.**

V-incorreto. Nos termos do art. 53 da Lei 9.784/99, *in verbis*: **"A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."**

VI- Correto. A assertiva está com consonância com o disposto nos art. 66 e incisos, da Lei 9.784/99, ***in verbis:***

> *Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.*
>
> *§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.*
>
> *§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.*
>
> *§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.*

Gabarito: Letra A.

---

39. 2015/CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/Procurador Municipal

Com base no disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca dos processos administrativos no âmbito federal.

a) No processo administrativo, os prazos começam a fluir da data da ciência oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e o do vencimento.

b) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

c) Caso o interessado desista totalmente de pedido formulado perante a administração, ficará prejudicado o andamento do processo, não sendo possível que a administração determine seu prosseguimento.

d) Os critérios que serão observados nos processos administrativos incluem a subjetividade no atendimento do interesse público, que veda a promoção de pessoal, de agentes ou de autoridades.

e) Devido à informalidade que permeia o processo administrativo, nele as provas ilícitas podem ser aceitas.

Comentários

a) incorreto. A assertiva está com discordância com o disposto no caput do art. 66 da Lei 9.784/99, uma vez que na contagem dos prazos se inclui o dia do vencimento como se vê a seguir*:*

> *Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.*

b) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §1º, art. 42, da Lei 9.784/99, in verbis:

> *Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.*
>
> ***§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.***
>
> *§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.* ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A administração pode continuar com o processo de ofício caso o interesse público assim o exija, nos termos do §2º do art. 51 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.***

d)incorreto. O atendimento no interesse público tem que ser objetivo e não subjetivo, conforme inciso III, art. 2º, da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*
>
> *(...)*
>
> *III -* ***objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;***

e) incorreto. As provas ilícitas jamais podem ser aceitas no processo administrativo, conforme art. 30 da Lei 9.784/99, *in verbis:* **"São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos."**

Gabarito: Letra B.

---

40. 2015/CESPE/TJ-PB/ Juiz de Direito

No que concerne aos bens públicos e ao processo administrativo, assinale a opção correta.

a) O órgão competente para apreciar recurso administrativo em processo disciplinar está autorizado a modificar a decisão recorrida, inclusive para agravar a situação do recorrente.

b) Segundo a jurisprudência do STJ, são impenhoráveis os bens pertencentes à sociedade de economia mista que presta serviço público, independentemente de sua finalidade e do fato de esses bens estarem ou não afetados à prestação de serviço público.

c) Ao contrário do que ocorre no processo judicial, em um processo administrativo para apuração de suposta infração cometida por servidor, a declaração de nulidade do processo independe da comprovação de prejuízos à defesa do servidor.

d) Segundo a jurisprudência do STJ, devido à autonomia legislativa de estados e municípios, é vedada a aplicação a esses entes da Federação das regras que regulam o processo administrativo no âmbito federal.

e) É dotado de efeito suspensivo o recurso cabível contra a decisão que, em processo administrativo federal, indefere a alegação de suspeição de determinado servidor ou autoridade.

Comentários

a) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 64 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*
>
> *Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.*

b) incorreto. A jurisprudência do STF preceitua que os bens das empresas públicas e sociedade de economia mista que estejam afetadas a prestação de serviços públicos gozam da impenhorabilidade.

Informativo 210 STF

Empresa Pública e Penhora de Bens

Concluído o julgamento de recursos extraordinários nos quais se discute a impenhorabilidade dos bens, rendas e serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (v. Informativos 129, 135, 176 e 196). O Tribunal, por maioria, entendeu que a ECT tem o direito à execução de seus débitos trabalhistas pelo regime de precatórios por se tratar de entidade que presta serviço público. Vencidos os Ministros Marco Aurélio e Ilmar Galvão, que declaravam a inconstitucionalidade da expressão que assegura à ECT a "impenhorabilidade de seus bens, rendas e serviços", constante do art. 12 do Decreto-lei 509/69, por entenderem que se trata de empresa pública que explora atividade econômica, sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas (CF, art. 173, § 1º). Vencido também o Min. Sepúlveda Pertence que, entendendo não ser aplicável à ECT o art. 100 da CF, entendia que a execução de seus débitos deveria ser feita pelo direito comum mediante a penhora de bens não essenciais ao serviço público e declarava a inconstitucionalidade do mencionado art. 12 do DL 509/69 apenas na parte em que prescreve a impenhorabilidade das rendas da ECT. ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Até mesmo no processo administrativo a declaração de nulidade depende de demonstração de prejuízo da defesa do servidor, conforme julgado do STJ abaixo:

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PERDA DE DELEGAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROPORCIONALIDADE E

RAZOABILIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA. AUSÊNCIA DE DISCRICIONARIEDADE.INDEFERIMENTO DE PROVAS INÚTEIS E PROTELATÓRIAS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF.

1. A via mandamental não é adequada para contraditar as provas recolhidas em processo administrativo disciplinar ou em inquérito administrativo, eis que exige dilação probatória. O direito líquido e certo deve ser comprovado de plano. Se há a necessidade de dilação probatória para a sua confirmação, o que é imprescindível quanto à alegação de inocência ou de inexistência de infrações disciplinares (ou de que essas foram culposas, e não dolosas), a via ordinária é a que deve ser utilizada pela parte impetrante. Precedentes.

2. "[...] caracterizada a conduta para a qual a lei estabelece, peremptoriamente, a aplicação de determinada penalidade, não há para o administrador discricionariedade a autorizar a aplicação de pena diversa" (MS 20.052/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/10/2016).

*3. **A nulidade do processo administrativo disciplinar somente deve ser declarada quando evidente o prejuízo sofrido pela defesa", o que inocorreu:** Pas de nullité sans grief! 4. Agravo interno não provido.(AgInt no RMS 53.758/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 17/10/2017) **(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Segundo a jurisprudência do STJ, a Lei nº 9.784/1999 aplica-se de forma subsidiária aos Estados e Municípios que não possuam as Leis de Processo Administrativo próprios.

e)incorreto. Nos termos do art. 21 da Lei nº 9.784/1999, *in verbis:* **"Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo."**

Gabarito: Letra A.

---

41. 2015/CESPE/TJ-DF/ Juiz de Direito

Acerca do processo administrativo, assinale a opção correta conforme a Lei n.o 9.784/1999.

a) Se a matéria do processo envolver assunto de interesse geral e não houver prejuízo para a parte interessada, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para a manifestação de terceiros, mediante despacho motivado, antes de decidir o pedido.

b) Em caso de risco iminente, é permitido à administração pública adotar providências acautelatórias, desde que estas sejam motivadas e precedidas de prévia manifestação do interessado.

c) A administração deverá anular seus próprios atos quando estes contiverem vícios de legalidade ou quando houver motivo de conveniência ou oportunidade. Nesses casos, a anulação produzirá efeitos ex tunc.

d) A decisão de recursos administrativos e a prática de atos ordinatórios do processo não são passíveis de delegação.

e) Os atos do processo administrativo devem tomar a forma escrita, exigindo-se reconhecimento de firma dos signatários desses atos.

Comentários

a) correto. A assertiva está de acordo com o disposto no caput do art. 31 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.*

b) incorreto. Não é necessária a prévia manifestação do interessado na adoção de medidas acautelatórias, nos casos de risco iminente, nos termos do art. 45 da Lei 9.784/99, *in verbis:* **"Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado."**

c)incorreto. Nos casos de conveniência e oportunidade ocorre a revogação e não a anulação, conforme previsão do art. 53 da Lei 9.784/99, *in verbis:* **"A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."**

d)incorreto. A prática de atos ordinários não está no rol da vedação da delegação, conforme art. 13 da Lei 9.784/99, *in verbis*:

> *Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:*
>
> *I - a edição de atos de caráter normativo;*
>
> *II - a decisão de recursos administrativos;*
>
> *III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.*

e) incorreto. O reconhecimento de firma só deve ser exigido nos casos de dúvidas quanto a autenticidade, conforme o §2º do art. 22, da Lei 9.784/99, *in verbis*:

> *Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.*
>
> *§ 1º Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.*
>
> *§ 2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.*

Gabarito: Letra A.

---

42. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/Procurador

O enunciado do artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal) estabelece que "o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé".

Acerca desse dispositivo, assinale a alternativa correta

a) Não é caso de prescrição, mas de preclusão lógica.

b) Protege a boa-fé e a segurança jurídica dos particulares que se relacionam com a Administração Pública.

c) Foi declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário, pois pode a Administração dispor do interesse público.

d) Equipara o prazo com a prescrição quinquenal prevista no Decreto nº 20.910/32.

e) Não se aplica aos atos administrativos vinculados.

Comentários

a) incorreto. O caso mencionado é de decadência.

b) correto. Para aqueles que tiverem boa-fé com a administração, o prazo de decadência será de 5 anos. Caso haja comprovada má-fé, a fazenda pública não irá se vincular a prazos para dar seguimento ao exercício da autotutela.

c)incorreto. A administração não pode dispor do interesse público, conforme súmula 473 do STJ**:"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."**

d)incorreto. O prazo do Decreto 20.910/1932 é prescricional, já o relativo ao art. 54 é decadencial.

e)incorreto. A aplicação da decadência ocorre tanto nos atos discricionários quanto nos vinculados.

Gabarito: Letra B.

---

43. 2015/TRT-8ª REGIÃO/TRT-8ª REGIÃO (PA e AP)/Juiz do Trabalho

Com relação ao ato administrativo, marque a alternativa INCORRETA.

a) Nos termos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a administração tem o dever de motivar o ato administrativo, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, dentre outros, neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, devendo a motivação ser explícita, clara e congruente.

b) Diante do princípio da eficiência que norteia a atuação da administração pública, os atos que apresentarem defeitos sanáveis devem ser convalidados.

c) Em regra, a competência para a prática do ato administrativo é irrenunciável, devendo ser exercida pelo órgão administrativo cuja atribuição lhe seja própria, exceto nos casos de delegação e de avocação, desde que previstos em lei.

d) A Administração Pública pode revogar os atos administrativos, mesmo que válidos e eficazes, por motivo de conveniência ou oportunidade, observados os direitos adquiridos, todavia, em todo o caso, o ato, não está imune à apreciação judicial.

e) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Comentários

a) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso I, art. 50, da Lei 9.784/99, *in verbis*:

> *Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:*
>
> *I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;*

b) incorreto. Para serem convalidados, os atos que apresentarem defeitos sanáveis deverão cumprir alguns requisitos, como ser demonstrado que não acarretam lesão ao interesse público e nem prejuízo a terceiros mediante decisão, conforme art. 55 da Lei 9.784/99, *in verbis*: **"Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração."**

c)correta. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 11, da Lei 9.784/99, *in verbis*: **"A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos".**

d)correta. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 53 da Lei 9.784/99, *in verbis*: "**A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."**

Além disso, a CF 88 preceitua em seu inciso XXXV, art. 5º, que **"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".**

e) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 12 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.*

Gabarito: Letra B.

---

44. 2015/FCC/TJ-RR/Juiz de Direito

Após responder a processo administrativo disciplinar, o servidor Marcos Santana sofreu pena de suspensão de suas funções por 30 (trinta) dias, com consequente perda vencimental e reflexos nos seus direitos funcionais. Passados mais de dez anos desde a aplicação da penalidade, ocorre o falecimento de Marcos. Na ocasião, um colega de Marcos, em crise de consciência, confessa que a principal prova documental juntada nos autos do processo disciplinar foi por ele forjada, com a finalidade de prejudicar o colega, de quem era desafeto. Em vista do sucedido, é correto concluir que

a) em vista do falecimento do servidor e do transcurso do tempo, somente será possível a anulação da punição por ação judicial, a ser proposta pelo representante do espólio.

b) com o falecimento do servidor, tornou-se irreversível a punição, em vista do esgotamento dos efeitos do ato administrativo (teoria do fato consumado).

c) embora o falecimento não impeça a anulação da punição, o prazo para anulação dos atos da Administração é quinquenal, o que impossibilita a revisão da punição, seja na esfera administrativa, seja no âmbito judicial.

d) ainda é possível a revisão administrativa da aplicação da sanção, que poderá ser realizada ex officio ou mediante requerimento de qualquer pessoa da família do servidor.

e) em vista do transcurso do prazo para anulação dos atos administrativos, que é decenal, tornou-se irreversível o ato administrativo; todavia, o espólio do servidor poderá ajuizar ação de indenização em relação ao colega que provocou sua punição.

Comentários

A questão trata da possibilidade de solicitação da revisão dos processos administrativos em que foram aplicadas sanções, o que é disciplinado por meio do art. 65 da Lei 9.784/99, *in verbis:*

> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*
>
> *Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.*

Dessa forma, sempre que surgirem fatos novos pode ser pleiteada, a pedido ou de ofício, a revisão da condenação, podendo inclusive ocorrer em qualquer momento.

a) incorreto. Pode ser requerida a revisão administrativa da sanção aplicada, a qualquer tempo, sempre que surgirem fatos novos.

b) incorreto. Sempre que surgirem fatos novos, independentemente do momento em que ocorrerem, poderá ser requerida a revisão administrativa da sanção aplicada.

c)incorreto. Sempre que surgirem fatos novos, independentemente do momento em que ocorrerem, poderá ser requerida a revisão administrativa da sanção aplicada, no âmbito do processo administrativo.

d)correto. Os representantes do espólio ou a própria administração poderão solicitar a revisão administrativa da sanção aplicada.

e) incorreto. Todas as afirmações da assertiva estão incorretas, tendo em vista que a qualquer momento pode ser requerida a revisão da sanção aplicada, desde que comprove o aparecimento de fatos novos.

Gabarito: Letra D.

45. 2015/CS-UFG/AL-GO/Procurador

Sobre o direito ao regime de tramitação prioritária contido na Lei n. 9.784/1999, terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:

a) o doente grave, salvo se a doença tenha sido contraída após o início do processo.

b) o portador de moléstia profissional.

c) a vítima de acidente de trabalho.

d) a pessoa portadora de deficiência, física ou mental.

Comentários

A questão trata sobre a prioridade na tramitação dos processos administrativos, nos termos do art. 69-A da Lei n. 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 69-A. Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado:*
>
> *I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;*
>
> *II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;*
>
> *III –* (VETADO)
>
> *IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.*
>
> *§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas.*
>
> *§ 2º Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.*

Com isso, dentre os conteúdos das alternativas o que se enquadra como sendo de prioridade na tramitação dos processos administrativos é o contido na alternativa D.

Gabarito: Letra D.

---

46. 2015/FCC/TJ-PE/Juiz de Direito

Acerca do processo administrativo, tal como disciplinado na Lei Federal n º 9.784/99, é correto afirmar que

a) a ausência de parecer obrigatório nem sempre impedirá o prosseguimento do processo administrativo até final decisão.

b) se aplica ao processo administrativo o princípio que veda a reformatio in pejus, o que se justifica em razão da observância do princípio do devido processo legal.

c) o processo administrativo deve ser formalista, o que se impõe, em observância ao princípio da segurança jurídica.

d) em virtude da indisponibilidade do interesse público, é vedado ao particular interessado no processo formular desistência ou renúncia.

e) se aplica no processo administrativo o princípio da identidade física do juiz, pelo qual o órgão que promoveu a instrução deve ser o mesmo a decidir a questão controversa.

Comentários

a) correto. Existem dois tipos de pareceres obrigatórios: os vinculantes e os não vinculantes. O que impede o processo de prosseguir é quando não for emitido o parecer vinculante, nos termos do art. 42 da Lei n. 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.*
>
> *§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.*
>
> *§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.*

b) incorreto. No julgamento dos recursos, a nova decisão poderá agravar a decisão recorrida, nos termos art. 64 da Lei n. 9.784/1999, *in verbis:* **"O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência."**

c)incorreto. O processo administrativo tem como uma das principais características o informalismo, conforme ensinamentos de Maria Sylvia de Pietro (2018),

> *Quanto a este princípio, a sua aplicação é muito mais rígida no processo judicial do que no administrativo; por isso mesmo, em relação a este, costuma-se falar em princípio do informalismo.*
>
> *Informalismo não significa, nesse caso, ausência de forma; o processo administrativo é formal no sentido de que deve ser reduzido a escrito e conter documentado tudo aquilo que ocorre no seu desenvolvimento; é informal no sentido de que não está sujeito a formas rígidas.*

Assim, o processo administrativo tem que caminhar visando o atingimento de uma finalidade, independentemente da forma seguida. Com isso, a Lei do Processo Administrativo Federal aborda alguns dispositivos sobre o tema:

> *Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*
>
> *Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
>
> ***(...)***

> ***IX -*** *adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;*
>
> ***(...)***
>
> ***Art. 22.*** *Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.*

d)incorreto. O interessado pode desistir ou renunciar no âmbito do processo administrativo, conforme art. 51 da Lei n. 9.784/1999, *in verbis:* **"O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis".**

e) incorreto. Nos termos do art. 47 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.*

Gabarito: Letra A.

---

47. 2015/FUNDATEC/PGE-RS/Procurador do Estado

De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal, é correto afirmar que:

a) A reformatio in pejus é vedada nos processos administrativos em geral.

b) A reformatio in pejus é permitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.

c) A reformatio in pejus é permitida desde que respeitado o contraditório, não sendo admitida nas revisões de processos administrativos sancionadores.

d) A reformatio in pejus é admitida em razão do princípio da supremacia do interesse público.

a) A reformatio in pejus é admitida em razão do princípio da autotutela administrativa, independentemente da matéria envolvida.

Comentários

a) incorreto. A decisão recorrida pode ser agravada nos casos submetidos a recursos, nos termos do art. 64 da Lei 9.784/1999, *in verbis:* ***"O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência".***

b) incorreto. Nas revisões de decisões de processos administrativos não podem resultar em agravação da penalidade, nos termos do parágrafo único do art. 65 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*
>
> *Parágrafo único.* ***Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção. (grifos não constantes do original)***

c)correto. Nos casos em que houver o agravamento da decisão recorrida no julgamento dos recursos, o requerente deverá ser informado para que formule suas alegações antes da decisão final, nos termos do art. 64 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.*
>
> *Parágrafo único.* ***Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.***

Por outro lado, as revisões de decisões de processos administrativos não podem resultar em agravação da penalidade, nos termos do parágrafo único do art. 65 da Lei 9.784/1999, *in verbis:*

> *Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.*
>
> *Parágrafo único.* ***Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção. (grifos não constantes do original)***

d)incorreto. A *reformatio in pejus* não tem correlação com o princípio da supremacia do interesse público.

e) incorreto. A *reformatio in pejus* não tem correlação com o princípio da autotutela.

Gabarito: Letra C.

3.11 Responsabilidade Civil do Estado

1. **2019/ FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Analise as afirmativas a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado e dos agentes públicos.

I. Fulano sofreu danos materiais decorrentes de uma ação estatal. Nesse caso, a ação de reparação de danos, fundada no art. 37, §6º, CR/88 pode ser ajuizada conjuntamente contra a pessoa jurídica de direito público e o agente público envolvido.

II. O servidor público não pode ser punido na esfera administrativa se foi absolvido no juízo criminal.

III. Pela má execução da obra, a administração pública responde objetivamente, ao passo que, pelo "só fato da obra", a responsabilidade é subjetiva.

IV. A responsabilidade civil de um servidor público e a de um empregado de empresa privada concessionária de serviço público, ambos no exercício de suas funções, é objetiva e subjetiva, respectivamente.

Nesse contexto pode-se afirmar:

A) Estão corretas I e IV, apenas.

B) Estão corretas II e III, apenas.

C) Estão corretas I, II, III e IV.

D) Todos os itens estão incorretos.

Comentários:

Incorreta a assertiva I porque, em respeito ao princípio da dupla garantia, quando se trata de Responsabilidade Extracontratual do Estado, sobretudo amparado na responsabilidade objetiva constante no art. 37, §6º, da CRFB:

1) o particular tem a garantia de acionar diretamente o Estado, sem necessidade de comprovação de dolo ou culpa do agente público; e

2) o agente público tem a garantia de só ser acionado em ação regressiva Estatal, após a condenação definitiva deste, e desde que tenha agido com dolo ou culpa.

À luz da Constituição de 1988, não cabe o ajuizamento "*per saltum*" em caso de responsabilidade objetiva do Estado (STF: RE 327.904).

Em que pese haver alguma dissonância no STJ (REsp 1.325.862), é mais segura a posição do STF.

Incorreta a assertiva II porque nem toda absolvição na esfera penal tem o condão de refletir na esfera administrativa. Esse reflexo ocorrerá em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, mas não, por exemplo, na absolvição por falta de provas.

Incorreta a assertiva III porque a assertiva inverte a responsabilidade. Pela má execução da obra, ou seja, por imperícia, imprudência ou negligência da construtora, haverá a responsabilidade subjetiva. Por outro lado, pelo "só fato da obra" (danos causados pela obra em si; razão natural ou imprevisível e sem que tenha havido culpa de alguém), a responsabilidade é objetiva.

Nessa linha, por exemplo, José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra Manual de Direito Administrativo, 31ª edição, página 608.

Incorreta a assertiva IV porque, nos termos do art. 37, §6º, da CRFB, *as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Logo, quem responde objetivamente é a PJ de Direito Público e a PJ de Direito Privado prestadora de serviço público. O servidor público e o agente da PJ de Direito Privado responderão subjetivamente em ação de regresso.

Gabarito: Alternativa "d".

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

O Brasil é um país pioneiro na matéria responsabilidade civil do Estado. Ainda que por força jurisprudencial e doutrinária, o tema desenvolveu-se sobremaneira no país. As lacunas do ordenamento positivo formal, todavia, acabaram por propiciar certa insegurança, decorrente da variedade de teses e teorias que são encontradas nessa seara. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

a) Tanto a doutrina como a jurisprudência não estão pacificadas, no Brasil, no tocante ao estabelecimento do regime jurídico da responsabilidade civil estatal por omissão, que ora é entendida como objetiva, ora como subjetiva.

b) A responsabilidade civil do Estado no Brasil é matéria tradicionalmente regulada tanto pela Constituição da República quanto pela Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado.

c) A teoria do risco administrativo não foi recepcionada pela Constituição da República de 1988.

d) O texto da Constituição da República veda expressamente a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos.

e) As pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos respondem subjetivamente por suas ações se tiverem personalidade de Direito privado.

Comentários:

Correta a alternativa "a" porque a doutrina e a jurisprudência diferenciam omissão específica de omissão genérica para classificar a responsabilidade, respectivamente, como objetiva ou subjetiva (STF RE 841.526; 136861; 754778 tende à posição objetiva / STJ REsp 302.747; 1230155 – tende à posição subjetiva). A jurisprudência traz à baila o fato de que não cabe ao Estado ser considerado um segurador universal ou um ser onipotente. Não se pode confundir o risco administrativo com o risco integral. Contudo, havendo dano e o dever de proteção razoável do Estado, estará presente a responsabilidade.

Incorreta a alternativa "b" porque não há uma Lei Nacional de Responsabilidade Civil do Estado. A disciplina da responsabilidade objetiva do Estado deriva diretamente do §6º do art. 37 da CRFB:

> *§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Incorreta a alternativa "c" porque a teoria do risco administrativo foi sim recepcionada pela Constituição de 1988. Essa teoria foi recepcionada já pela Constituição de 1946 e tem sido adotada no Brasil.

Incorreta a alternativa "d" porque não há na CRFB vedação expressa à responsabilidade civil do Estado por atos legislativos. A doutrina, como exemplo, Celso Antônio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, 27ª edição, p 970), e a jurisprudência reconhecem a possibilidade de atos legislativos ensejarem a responsabilidade civil do Estado em duas situações excepcionais: leis inconstitucionais e leis de efeitos concretos (exigem, em regra, culpa manifesta na expedição, de maneira ilegítima e lesiva).

Incorreta a alternativa "e" porque afronta o §6º do art. 37 da CRFB já citado.

Gabarito: alternativa A.

---

3. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) De acordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade do Estado por dano ao meio ambiente decorrente de sua omissão no dever de fiscalização é de caráter e execução solidários.

b) O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, assentou a tese de que, em razão da adoção da teoria do risco integral, a morte de detento no interior do estabelecimento prisional gera responsabilidade civil objetiva para o Estado.

c) O Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral e firmou a tese de que, na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.

d) O Superior Tribunal de Justiça firmou o posicionamento de que o Estado é parte legítima para figurar no polo passivo de ações indenizatórias e responde de forma solidária, nos casos de acidente de trânsito em face da má conservação das estradas, mesmo existindo autarquia responsável pela preservação das estradas estaduais.

Comentários

a) incorreto. A jurisprudência do STJ tem o entendimento de que, nos casos de omissão do dever de fiscalização, a responsabilidade civil do Estado é solidária e de execução subsidiária, como veremos a seguir:

CONSTITUCIONAL. MEIO AMBIENTE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE RANCHO DE PESCADORES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (RESTINGA). DEMOLIÇÃO DO IMÓVEL. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA A CONCORRER COM ESFORÇOS PARA A RECUPERAÇÃO DA ÁREA AFETADA. RECURSO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA PARCIALMENTE PROVIDO.

Para o Superior Tribunal de Justiça - a quem compete, precipuamente, interpretar a lei federal (CR, art. 105, III) e que "tem por função constitucional uniformizar o Direito Federal" (AgRgMC n. 7.164, Min. Eliana Calmon) -, "para o fim de apuração do nexo de causalidade no dano urbanístico-ambiental e de eventual solidariedade passiva, equiparam-se quem faz, quem não faz quando deveria fazer, quem não se importa que façam, quem

cala quando lhe cabe denunciar, quem financia para que façam e quem se beneficia quando outros fazem. A Administração é solidária, objetiva e ilimitadamente responsável, nos termos da Lei 6.938/1981, por danos urbanístico-ambientais decorrentes da omissão do seu dever de controlar e fiscalizar, na medida em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para o seu agravamento, consolidação ou perpetuação, tudo sem prejuízo da adoção, contra o agente público relapso ou desidioso, de medidas disciplinares, penais, civis e no campo da improbidade administrativa".

Todavia, "no caso de omissão de dever de controle e fiscalização, a responsabilidade ambiental solidária da Administração é de execução subsidiária (ou com ordem de preferência). A responsabilidade solidária e de execução subsidiária significa que o Estado integra o título executivo sob a condição de, como devedor-reserva, só ser convocado a quitar a dívida se o degradador original, direto ou material (= devedor principal) não o fizer, seja por total ou parcial exaurimento patrimonial ou insolvência, seja por impossibilidade ou incapacidade, inclusive técnica, de cumprimento da prestação judicialmente imposta, assegurado, sempre, o direito de regresso (art. 934 do Código Civil), com a desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do Código Civil)" (STJ, T-2, REsp n. 1.071.741, Min. Herman Benjamin; T-1, AgRgREsp n. 1.001.780, Min. Teori Albino Zavascki) (TJSC, Apelação Cível n. 2012.081507-5, de Garopaba, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 04/02/2014). (grifos não constantes do original)

b) incorreto. A responsabilidade objetiva do Estado, para o caso em análise, não decorre da teoria do risco integral e sim da teoria do risco administrativo, uma vez que é necessária a comprovação do nexo de causalidade entre a sua omissão e óbito ocorrido. Vejamos a seguir o julgado sobre o tema:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – MORTE DE DETENTO – PRECEDENTE DO SUPREMO – SEGUIMENTO – NEGATIVA. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, reformando parcialmente o entendimento do Juízo, reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado diante da morte de detento sob sua custódia. No extraordinário, o recorrente alega a violação dos artigos 5º, inciso XLIX, e 36, § 6º, da Constituição Federal. Aduz que o evento morte teria se dado mesmo em liberdade. Procura afastar sua responsabilidade por ausência de nexo de causalidade. 2. A decisão impugnada está em harmonia com a jurisprudência do Supremo. O Pleno, no recurso extraordinário nº 841.526, julgado sob o regime da repercussão geral, consignou, em síntese: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. ***A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo,*** *tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2.* ***A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos*** *em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4.* ***O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal,*** *na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 5. Ad impossibilia nemo tenetur,* ***por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional.*** *6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7.* ***A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o***

resultado danoso. *8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento. 9. In casu, o tribunal a quo assentou que inocorreu a comprovação do suicídio do detento, nem outra causa capaz de romper o nexo de causalidade da sua omissão com o óbito ocorrido, restando escorreita a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal. 10. Recurso extraordinário DESPROVIDO. (Recurso extraordinário nº 841.526, da relatoria do ministro Luiz Fux, Pleno, com acórdão publicado em 1º de agosto de 2016). 3. Nego seguimento ao extraordinário. Considerada a fixação em sentença dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, majoro os honorários recursais no patamar de mais 5% do valor da condenação, consoante o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015. 4. Publiquem. Brasília, 14 de dezembro de 2018. Ministro MARCO AURÉLIO Relator (STF - RE: 1177865 AM - AMAZONAS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 14/12/2018, Data de Publicação: DJe-272 19/12/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

c)correto. A assertiva está em consonância com o entendimento da jurisprudência do STF, conforme a seguir:

Agravo regimental nos embargos de divergência no agravo regimental no recurso extraordinário. Responsabilidade civil do Estado. Investidura tardia em cargo público por força de decisão judicial. Inexistência de direito indenizatório. Processual. Ausência de demonstração da divergência. 1. Mostram-se incabíveis embargos de divergência quando não há diversidade de interpretação de uma mesma norma constitucional. 2. No julgamento do RE nº 724.347/DF-RG, o Tribunal assentou que, ***na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização sob o fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.*** *3. Agravo regimental a que se nega provimento.(STF - AgR-EDv-AgR RE: 653935 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/11/2015, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-018 01-02-2016)* ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. A responsabilidade para o caso da assertiva é subjetiva, conforme julgado do STJ abaixo:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.172.633 - RS (2017/0232201-3) RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES AGRAVANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT AGRAVANTE : UNIÃO AGRAVADO : UNIÃO AGRAVADO : LUCIANO BERNARDES ADVOGADO : NEDY MAISER ZIULKOSKI E OUTRO (S) - RS009479 DECISÃO Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, em 28/03/2017, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado: "ADMINISTRATIVO. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO - ANIMAL EM RODOVIA FEDERAL. UNIÃO E DNIT - LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO ESTADO. NEXO CAUSAL COMPROVADO. PENSÃO VITALÍCIA - PROVA DE PERDA FINANCEIRA. DANOS MORAIS - CABIMENTO. COMPENSAÇÃO COM DPVAT - CABÍVEL. CONSECTÁRIOS LEGAIS. 1. Hipótese em que o acidente decorreu de invasão de animal na pista de rolamento de Rodovia Federal. 2. Havendo a prova de falta de serviço (omissão) na fiscalização da rodovia, exsurge a responsabilidade dos réus. 3. No caso em exame, aplica-se a teoria da responsabilidade subjetiva que tem como pressupostos, além da omissão, neste caso, a relação de causalidade, a existência de dano e culpa.

(...) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra C.

4. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

O Tribunal de Justiça de determinado Estado celebrou contrato com empresa especializada, para prestar serviço educacional nas modalidades de creche e pré-escola, em estabelecimento escolar mantido pelo Tribunal, dedicado ao atendimento de filhos de seus servidores. Durante a prestação do serviço, um dos alunos empurrou o colega do alto de um escorregador, causando-lhe ferimentos graves e gerando sequelas para a criança acidentada. Nessa situação, no tocante à responsabilidade civil,

a) trata-se de hipótese em que o ente estatal não será responsabilizado, visto que se trata de ato de terceiro, a excluir o nexo causal entre a atividade estatal e o dano.

b) há responsabilidade objetiva da empresa contratada, sendo que não haverá responsabilização estatal, visto que o serviço era prestado em benefício de terceiros.

c) haverá responsabilização civil dos pais do causador direto do dano, pois este é menor e civilmente irresponsável.

d) é cabível a responsabilização estatal, com base na teoria da culpa do serviço, em vista do funcionamento deficiente do serviço público.

e) não haverá responsabilização do ente estatal, visto que a situação não se enquadra entre as hipóteses de responsabilização por atos praticados pelo Poder Judiciário.

Comentários

Para o caso em análise, a jurisprudência do STJ vem seguindo o entendimento de que ocorrendo dano material ou moral dentro de escola, é cabível a responsabilidade do Estado por culpa do serviço, nos termos a seguir:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ACIDENTE EM ESCOLA ESTADUAL. QUEBRA DE CARTEIRA ESCOLAR. AMPUTAÇÃO DE PARTE DO DEDO ANULAR DA ALUNA. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR. REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Não há omissão ou obscuridade no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STJ. II. ***Segundo consignado no acórdão recorrido, "restam claramente comprovados os fatos narrados na peça vestibular, de modo que temos a configuração do fato, do nexo causal e do evento danoso, além da culpa da Administração". Concluiu o julgado, ainda, que "o Estado prestou o serviço deficientemente, não realizando a manutenção adequada dos móveis utilizados pelos alunos, portanto não oferecendo as condições de segurança que se espera dentro do estabelecimento escolar", do que decorreu o acidente com a aluna, gerando a amputação de parte de seu dedo anular.*** *Assim, para infirmar as conclusões do julgado e afastar a responsabilidade do Estado, seria necessário, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ.*

(...)

(STJ - AgRg no AREsp: 559386 PE 2014/0195166-3, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 16/10/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/10/2014) ***(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o gabarito é a letra D.

Gabarito: Letra D.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Carlos, servidor público municipal que atua em hospital da rede pública estadual, no exercício regular de sua função, aplicou determinada medicação em um paciente, que, sendo alérgico à mesma, acabou vindo a óbito. No procedimento instaurado para apuração de responsabilidades, restou comprovada a ausência de culpa de Carlos, eis que o mesmo apenas seguiu a prescrição do médico responsável, também servidor do mesmo hospital. Inconformados, os familiares do falecido solicitaram à Defensoria Pública a adoção das medidas judiciais cabíveis para a responsabilização civil pelos danos sofridos. Diante da situação narrada,

a) cabe a responsabilização objetiva do Estado, independentemente da comprovação de dolo ou culpa de quaisquer dos servidores, sendo esta última circunstância necessária apenas para fins de direito de regresso.

b) o Estado somente poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos sofridos pelos familiares se comprovada a prestação deficiente do serviço, com a necessária delimitação da parcela de culpa de cada um dos envolvidos.

c) descabe a responsabilização do Estado, eis que configurada culpa exclusiva do servidor, caracterizada por imperícia ou imprudência, respondendo este diretamente pelos danos causados.

d) incide a responsabilidade subjetiva e exclusiva do Estado, com base na teoria do risco administrativo, cabendo, para tanto, a demonstração de omissão no dever de fiscalizar a atuação de seus agentes.

e) o Estado e o servidor responsável pela prescrição do medicamento respondem, solidariamente e de forma objetiva, pelos danos causados, salvo se presente causa excludente de responsabilidade civil como, por exemplo, culpa de terceiro.

Comentários

A questão trata da responsabilidade sobre pacientes em hospitais públicos do Estado quando sofrerem algum dano. Para Hely Lopes Meirelles (p.786 e 787, 2016),

Por isso, ***incide a responsabilidade civil objetiva quando a Administração Pública assume o compromisso de velar pela integridade física da pessoa e esta vem a sofrer um dano decorrente da omissão do agente público naquela vigilância.*** *Assim, alunos da rede oficial de ensino, pessoas internado em hospitais públicos ou detentos, caso sofram algum dano quando estejam sob a guarda imediata do Poder Público, têm direito à indenização*

salvo se ficar comprovada a ocorrência de alguma causa excludente daquela responsabilidade estatal. (grifos não constantes do original)

A CF 88 trata da responsabilidade objetiva e também do direito de regresso da seguinte forma:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *§ 6º* ***As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)***

Portanto, o gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

Em relação ao tema da responsabilidade extracontratual do Estado, é correto afirmar sobre a teoria do risco integral:

a) a teoria do risco integral é a modalidade mais branda da doutrina do risco administrativo, sendo adotada como regra no Brasil, por conduzir à justiça social e à distribuição razoável dos riscos entre a sociedade e os cidadãos.

b) na teoria do risco integral, também conhecida por teoria do risco administrativo, a responsabilidade do Estado depende de dano, conduta do Estado, nexo causal, além de culpa ou dolo do agente.

c) na teoria do risco integral, a responsabilidade do Estado não se sujeita às excludentes de responsabilidade, podendo ocorrer, até mesmo quando a culpa é da própria vítima.

d) a teoria do risco integral situa-se no início da história do direito administrativo comparado, em época na qual não se admitia a possibilidade de reconhecimento de falhas por parte do Estado.

e) a teoria do risco integral apresenta diversas hipóteses de aplicação na Constituição Federal de 1988, sendo afastada a responsabilidade do Estado por danos causados aos administrados apenas no caso de caso fortuito ou força maior.

Comentários

A definição de Teoria do Risco Integral pode ser verificada conforme os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles (p. 782, 2016):

> ***"Teoria do risco integral*** *-A teoria do risco integral é a modalidade extremada da doutrina do risco administrativo, abandonada na prática, por conduzir ao abuso e à iniquidade social. Por essa fórmula radical, a Administração ficaria obrigada a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiros, ainda que resultante*

de culpa ou dolo da vítima. Daí por que foi acoimada de "brutal", pelas graves consequências que haveria de produzir se aplicada na sua inteireza."

Dessa forma, o gabarito é a letra C.

As demais alternativas estão incorretas.

---

7. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Em uma unidade prisional brasileira, superlotada e na qual ocorrem violações diárias de direitos humanos pela ausência de condições mínimas de saúde, higiene, segurança e preservação da intimidade, um preso cumpriu integralmente o tempo correspondente de privação de liberdade de determinada pena. No período, foi assediado moral e fisicamente de várias formas, ficou diversas vezes privado de sol e de banho, não dormiu por muitas noites por falta de colchões, desenvolveu doença pulmonar e ficou viciado em crack, substância com a qual jamais havia tido contato antes da privação de liberdade. O Estado em que situada a unidade prisional passa por gravíssima crise financeira e atrasa salários de seus servidores, mas aplica na gestão da saúde, educação e segurança pública os percentuais constitucionais e legais mínimos previstos, além de gastar nos limites de sua lei orçamentária, o que foi respeitado durante todo o período em que o apenado cumpriu pena. Considerando a situação acima e a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, decidida em sede de repercussão geral, que se assemelha ao fato narrado, considerada a Teoria da Reserva do Possível, os danos experimentados pelo preso

a) poderão ser indenizados pelo Estado se houver comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e de higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

b) poderão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, apenas se comprovados que foram insuficientes os recursos públicos legalmente destinados à segurança e saúde prisional.

c) poderão ser indenizados pelo Estado se ainda houver disponibilidade de recursos que na prática não foram aplicados na área prisional, pois do Estado não pode ser exigido mais do que o possível dentro de sua reserva orçamentária.

d) deverão ser indenizados pelo Estado independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, mas apenas os danos materiais, não se incluindo aí os morais, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

e) deverão ser indenizados pelo Estado, tanto os danos materiais como os morais, independentemente de comprovação de culpa na fiscalização das condições de saúde e higiene da unidade prisional, sendo irrelevante conhecer se foram aplicados todos os recursos previstos na lei orçamentária nas áreas da segurança e saúde prisional.

Comentários

A questão trata sobre as condições de tratamento do preso durante o cumprimento da pena nos presídios. O STF vem decidindo pela responsabilidade objetiva do Estado quando são descumpridos os preceitos da dignidade da pessoa humana, como veremos a seguir:

> *RECURSO EXTRAORDINÁRIO – CÁRCERE – INSTALAÇÕES – ESTADO –OMISSÃO – DANO MORAL –REPARAÇÃO – PRECEDENTE – PROVIMENTO. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, reformando o entendimento do Juízo, julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais. No extraordinário cujo trânsito busca alcançar, o recorrente afirma a violação do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. Aponta responsabilidade civil do Estado por não oferecer tratamento digno aos presos. 2. Sobre o tema de fundo, a decisão proferida está em desconformidade com a jurisprudência do Supremo. O Pleno, no recurso extraordinário nº 580.252, relator o ministro Alexandre de Moraes, acórdão veiculado no Diário da Justiça de 11 de setembro de 2017,* ***assentou, sob o ângulo da repercussão geral, a obrigação do Estado em ressarcir danos, inclusive morais causados aos detentos em virtude da falta ou da insuficiência de condições legais de recolhimento. Concluiu que a garantia mínima de segurança pessoal, física e psíquica dos presos constitui dever estatal, sendo incabível o princípio da reserva do possível. O Estado está compelido pela Lei Maior a manter e preservar a integridade física e moral do preso.*** *A omissão é conducente ao controle judicial, uma vez em jogo direito fundamental versado na Constituição Federal. 3. Conheço do agravo e o provejo, consignando o enquadramento do extraordinário no permissivo da alínea a do artigo 102 da Constituição Federal. Considerado o precedente do Plenário, provejo o extraordinário para, reformando o acórdão recorrido, restabelecer o contido na sentença. 4. Publiquem. Brasília, 10 de dezembro de 2018. Ministro MARCO AURÉLIO Relator (STF - ARE: 1173212 RS - RIO GRANDE DO SUL, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 10/12/2018, Data de Publicação: DJe-267 13/12/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o Estado responde objetivamente quando deixar de garantir a dignidade da pessoa humana aos presos no cumprimento da pena, podendo gerar obrigação de pagar indenizações, tanto materiais quanto morais.

Vamos aos comentários:

a) incorreto. A comprovação de culpa da fiscalização é incabível, uma vez que a responsabilidade é objetiva, devendo ser observados os seguintes requisitos: conduta do agente, dano e nexo de causalidade. A verificação da culpa está no campo da responsabilidade subjetiva, que visa verificar se o agente público procedeu com culpa ou dolo para futura responsabilização em ação regressiva.

b) incorreto. A comprovação de insuficiência de recursos públicos não gera motivo para o Estado ter excluída a sua responsabilidade pelos danos causados aos detentos.

c) incorreto. O argumento de que o Estado não aplicou regularmente os recursos públicos na área de segurança pública não gera a responsabilidade de indenização. O que gera a responsabilização é a observância dos três requisitos: conduta, dano e nexo de causalidade.

d) incorreto. Ficando caracterizada a responsabilidade objetiva do Estado, poderá ocorrer tanto indenização por danos materiais quanto indenização por danos morais.

e) correto. A assertiva preenche todos os requisitos apontados pela atual jurisprudência do STF para responsabilizar o Estado quando viola os direitos da dignidade da pessoa humana dos detentos durante o período de cumprimento da pena.

Gabarito: Letra E.

---

8. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

Na hipótese de empregado de Agência Reguladora que, no exercício de sua atividade de fiscalização e monitoramento de execução de contrato de delegação de serviço público, causar dano a terceiro, haverá, em tese, responsabilidade civil extracontratual.

a) objetiva da agência reguladora, por ato comissivo de seu empregado.

b) subjetiva da agência reguladora, devendo-se apurar dolo ou culpa do empregado.

c) subjetiva do Poder Concedente, já que a agência reguladora não tem personalidade jurídica própria.

d) objetiva do empregado da agência reguladora, por ato decorrente do exercício de poder de polícia.

e) objetiva do Poder Concedente, titular do serviço público delegado, a que subordinada a agência reguladora.

Comentários

A CF/88 trata da responsabilidade civil do Estado da seguinte forma:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *(...)*
>
> *§ 6º* ***As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)***

A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo, em regra, é objetiva, devendo ficar evidenciado o nexo de causalidade entre a conduta do Estado (na figura do prestador de serviço público) e o fato ocorrido.

Desta forma, o gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

9. 2018/VUNESP/PGE-SP/Procurador do Estado

Empresa de ônibus permissionária de serviço público de transporte coletivo intermunicipal de passageiros envolveu-se em acidente de trânsito em rodovia estadual explorada por

concessionária, tendo um de seus veículos, durante a prestação do serviço de transporte, colidido com automóvel particular, provocando danos materiais e o falecimento de um dos ocupantes do carro. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) a concessionária de rodovia estadual será objetivamente responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, em decorrência da aplicação da teoria da faute du service.

b) o Estado titular dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros e da rodovia em que ocorrido o acidente será objetivamente responsável pelos danos causados, ainda que se comprove culpa concorrente da vítima que conduzia o automóvel particular.

c) a permissionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros poderá ser responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, desde que comprovada ocorrência de dolo ou culpa do motorista do veículo coletivo, porque as vítimas não são usuárias do serviço público por ela prestado.

d) a concessionária de rodovia estadual será objetivamente responsabilizada pelos danos provocados pelo acidente, em decorrência da aplicação da teoria do risco administrativo.

e) a permissionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros poderá ser objetivamente responsabilizada pelos danos provocados em razão do acidente, ainda que as vítimas não sejam usuárias do serviço por ela prestado.

Comentários

a) incorreto. Segundo a doutrina majoritária, para que ocorra a responsabilidade civil é necessário o cumprimento de três requisitos: ocorrência do dano, conduta de agente público ou daquele que se aproveite da qualidade de agente público e nexo de causalidade.

No caso em análise, a concessionária de serviços públicos não teve nenhuma interferência na ocorrência do dano.

b) incorreto. O Estado realizou a delegação dos serviços públicos para a referida empresa de transporte coletivo de passageiros e para a concessionária de rodovia estadual. Dessa forma, estas respondem objetivamente pelos atos praticados por seus agentes, como prevê o art. 37, §6º da CF/88, in *verbis*:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *(...)*
>
> *§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.* ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A permissionária de serviços públicos responde objetivamente pelo dano causado, independentemente da vítima ser usuária ou não dos serviços públicos, conforme jurisprudência do STJ a seguir exposta:

> *Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto em face de acórdão assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL.* ***RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA (ART. 37, § 6º DA CF/88) EM ACIDENTE DE TRÂNSITO TAMBÉM PERANTE A NÃO-USUÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO. PRECEDENTE DO STF. COLISÃO ENVOLVENDO CICLISTA E UM COLETIVO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. FATO DE TERCEIRO. MANTIDA A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. UNÂNIME. APELO DESPROVIDO"*** *(pág. 93 do volume eletrônico 12). No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se, em suma, violação aos arts. 5º, X e 37, § 6º, da mesma Carta. Sustenta-se que na responsabilidade objetiva "não há necessidade de demonstrar a conduta do agente" (pág. 75 do volume eletrônico 13). A pretensão recursal não merece acolhida. O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o decidido por esta Corte no julgamento do RE 591.874-RG, de minha relatoria, Tema 130, de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, assim ementado: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I –* ***A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.*** *II -* ***A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.***
>
> *(...)*
>
> *(ARE 951.552-AgR/ES, Rel. Min. Dias Toffoli). Isso posto, nego seguimento ao recurso (Art. 21, § 1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 12 de setembro de 2017. Ministro Ricardo Lewandowski Relator(STF - ARE: 1070271 RS - RIO GRANDE DO SUL 0063741-64.2010.8.21.0014, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 12/09/2017, Data de Publicação: DJe-208 14/09/2017)* ***(grifos não constantes do original)***

Já responsabilidade do motorista é subjetiva, devendo ser comprovada a ocorrência de dolo ou culpa em ação regressiva.

d)incorreta. Pela teoria do risco administrativo, a concessionária da rodovia estadual não será responsabilizada por faltar o cumprimento em conjunto dos três requisitos essenciais: conduta, dano e nexo de causalidade. Neste caso, faltou o cumprimento da conduta e do nexo de causalidade.

e) correto. A responsabilidade da permissionária é objetiva ainda que a vítima não seja usuária do serviço prestado, conforme jurisprudência do STJ (vide comentário da alternativa "C").

Gabarito: Letra E.

---

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS/Procurador Municipal

A respeito do entendimento do STJ sobre a responsabilidade civil do Estado, julgue o item seguinte.

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O tema foi pacificado pela jurisprudência do STJ no sentido de não ocorrer impedimento para a responsabilização do Estado na esfera cível, conforme julgado a seguir:

CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DISPAROS DE ARMA DE FOGO PROVOCADOS POR POLICIAIS MILITARES. LEGITIMA DEFESA PUTATIVARECONHECIDA NA ESFERA PENAL. FALECIMENTO DA VÍTIMA. DANOS MORAIS SUPORTADOS PELO CÔNJUGE SUPÉRSTITE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DOESTADO PELOS DANOS CIVIS. 1. ***Segundo a orientação jurisprudencial do STJ, a Administração Pública pode ser condenada ao pagamento de indenização pelos danos cíveis causados por uma ação de seus agentes, mesmo que consequentes de causa excludente de ilicitude penal:*** *REsp 884.198/RO, 2ª Turma,Rel. Min. Humberto Martins, DJ 23.4.2007; REsp 111.843/PR, 1ª Turma,Rel. Min. José Delgado, DJ 9.6.1997. 2. Logo, apesar da não responsabilização penal dos agentes públicos envolvidos no evento danoso, deve-se concluir pela manutenção do acórdão origem, já que eventual causa de justificação (legítima defesa) reconhecida em âmbito penal não é capaz de excluir responsabilidade civil do Estado pelos danos provocados indevidamente a ora recorrida. 3. Recurso especial não provido.(STJ - REsp: 1266517 PR 2011/0161696-8, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 04/12/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/12/2012)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

11. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador Municipal

Um agente de meio ambiente – guarda parque municipal – envolveu-se em acidente de trânsito dentro dos limites territoriais de seu local de exercício, vindo a colidir veículo automotor oficial com veículo particular de um dos visitantes do parque público municipal. De acordo com o registro da ocorrência, o acidente teria sido provocado por negligência do servidor municipal. Nessa hipótese,

a) há responsabilidade objetiva do Município em reparar o dano comprovadamente sofrido pelo particular em decorrência dos fatos, cabendo ainda ao ente público instaurar procedimento próprio para apuração de responsabilidade administrativa do servidor com vistas ao ressarcimento do erário pelos prejuízos sofridos como resultado de sua possível conduta negligente.

b) há responsabilidade objetiva do servidor público que responderá solidariamente com o Município pelos danos comprovadamente sofridos pelo particular em decorrência dos fatos, além de responsabilidade disciplinar e criminal do guarda parque.

c) não há que se falar em responsabilidade do ente público porque não é possível afirmar que o servidor, ainda que uniformizado, durante horário de trabalho e conduzindo veículo oficial, estivesse atuando, no momento dos fatos, na qualidade de agente de pessoa jurídica de direito público.

d) não há que se falar em responsabilidade civil do Município em razão da inexistência, no caso descrito, de relação jurídica entre o ente público e o particular envolvido no acidente de trânsito.

e) há responsabilidade subjetiva da pessoa jurídica responsável pela gestão do parque municipal em que ocorrido o acidente, a ser apurada em processo administrativo próprio, observado o devido processo legal.

Comentários

a) correto. No caso em análise, ocorreu a responsabilidade civil objetiva do Estado por conta da conduta do agente público ter causado o acidente, ter havido a ocorrência do dano e ficar configurado o nexo causal entre a conduta do agente público e o dano, preenchendo assim os requisitos da teoria do risco administrativo.

b) incorreto. A responsabilidade do agente causador é subjetiva, devendo ser comprovada a culpa ou dolo em ação regressiva. O município responderá de forma objetiva.

c)incorreto. Existe sim a responsabilidade civil do Estado, uma vez que o dano foi provocado por servidor que estava uniformizado. Caso não estivesse, seria enquadrado por conta de ter se aproveitado da qualidade de servidor público ao utilizar o carro oficial.

d)incorreto. O dano foi provocado por agente público da prefeitura, sendo preenchido um dos os requisitos para a responsabilidade civil objetiva.

e) incorreto. A responsabilidade da pessoa jurídica de direito público será objetiva pela teoria do risco administrativo.

Gabarito: Letra A.

---

12. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

Em sede de processo pelo cometimento de crime sujeito à pena de reclusão, é proferida sentença condenatória em primeira instância, confirmada por seus próprios fundamentos, em segunda instância, sendo dado início à execução da pena privativa de liberdade quando do respectivo trânsito em julgado. Anos mais tarde, enquanto o condenado ainda cumpria a pena que lhe havia sido imposta, o Tribunal de Justiça julga procedente revisão criminal, absolvendo-o, com fundamento em nova prova de sua inocência, sem que ato ou falta imputável ao condenado houvesse contribuído para a reversão do julgado. Diante da procedência da revisão criminal e do tempo que permaneceu encarcerado, pretende o condenado obter indenização por danos morais em face do Estado.

Nessa situação, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

a) não há que se falar no dever do Estado indenizar o condenado por erro judiciário ou prisão além do tempo devido, uma vez que a condenação e consequente prisão deram-se no exercício regular da jurisdição penal por órgãos competentes.

b) restará configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, desde que demonstrada conduta dolosa ou culposa dos órgãos judiciários quando da condenação.

c) restará configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional apenas se demonstrada conduta dolosa dos órgãos judiciários quando da condenação.

d) restou configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, de natureza objetiva, o que inclui o dever de indenização por danos morais, como pretendido pelo condenado.

e) embora tenha restado configurada hipótese apta a desencadear a responsabilidade civil do Estado por ato jurisdicional, de natureza objetiva, esta não inclui o dever de indenização por danos morais pretendido pelo condenado.

Comentários

A questão aborda o caso de preso que foi absolvido por conta de condenação desconstituída em revisão criminal. Tal situação se enquadra como erro judiciário, gerando o direito a indenização por danos morais e materiais. Vejamos a seguir um julgado sobre o caso.

> *Erro judiciário. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Direito à indenização por danos morais decorrentes de condenação desconstituída em revisão criminal e de prisão preventiva. CF, art. 5º, LXXV. C.Pr.Penal, art. 630. 1. O direito à indenização da vítima de erro judiciário e daquela presa além do tempo devido, previsto no art. 5º, LXXV, da Constituição, já era previsto no art. 630 do C. Pr. Penal, com a exceção do caso de ação penal privada e só uma hipótese de exoneração, quando para a condenação tivesse contribuído o próprio réu. 2. A regra constitucional não veio para aditar pressupostos subjetivos à regra geral da responsabilidade fundada no risco administrativo, conforme o art. 37, § 6º, da Lei Fundamental: a partir do entendimento consolidado de que a regra geral é a irresponsabilidade civil do Estado por atos de jurisdição, estabelece que, naqueles casos, a indenização é uma garantia individual e, manifestamente, não a submete à exigência de dolo ou culpa do magistrado. 3. O art. 5º, LXXV, da Constituição: é uma garantia, um mínimo, que nem impede a lei, nem impede eventuais construções doutrinárias que venham a reconhecer a responsabilidade do Estado em hipóteses que não a de erro judiciário stricto sensu, mas de evidente falta objetiva do serviço público da Justiça.(STF - RE: 505393 PE, Relator: SEPÚLVEDA PERTENCE, Data de Julgamento: 26/06/2007, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-117 DIVULG 04-10-2007 PUBLIC 05-10-2007 DJ 05-10-2007 PP-00025 EMENT VOL-02292-04 PP-00717 LEXSTF v. 29, n. 346, 2007, p. 296-310 RT v. 97, n. 868, 2008, p. 161-168 RDDP n. 57, 2007, p. 112-119) (grifos não constante do original)*

Vamos aos comentários:

a) incorreto. Com a revisão criminal ficou constatado que o preso na verdade não deveria ter ficado nenhum dia na cadeia.

b) incorreto. Como ocorreu a revisão criminal, sendo constatado equívoco na aplicação da penalidade (erro judiciário), ficou o Estado sujeito a responsabilidade objetiva pelo Risco Administrativo.

c)incorreto. O Estado responderá de forma objetiva, por ter sido comprovado o erro judiciário em processo de revisão criminal.

d)correto. A assertiva está correta nos termos da jurisprudência mencionada no início do comentário da referida questão.

e) incorreto. Ocorrerá também o dever de indenização por danos morais ao preso condenado por erro judiciário.

Gabarito: Letra D.

---

13. 2018/FCC/DPE-AP/Defensor Público

As teorias relativas à responsabilização civil extracontratual do Estado passaram por significativa evolução desde o postulado absolutista que predicava a total irresponsabilidade estatal fundado na máxima "The King can do no wrong". Uma dessas teorias é a do risco administrativo, de acordo com a qual

a) o Estado responde, objetivamente, por todos os danos causados por ação ou omissão de seus agentes e de particulares prestadores de serviço público, não sendo admitida nenhuma excludente de responsabilidade.

b) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de conduta culposa ou dolosa do agente público e do nexo de causalidade com os danos indicados.

c) a responsabilidade do Estado é de natureza subjetiva, porém não atrelada à conduta culposa ou dolosa de agente determinado, mas sim à denominada culpa anônima ou falta do serviço.

d) apenas em condutas omissivas pode ser invocada a responsabilidade objetiva do Estado, eis que inviável a individualização de culpa ou dolo de agente específico.

e) o Estado responde objetivamente pelos atos comissivos de seus agentes, independentemente de culpa ou dolo, bastando a comprovação do nexo de causalidade, admitindo, contudo, excludentes de responsabilidade como caso fortuito e culpa exclusiva da vítima.

Comentários

a) incorreto. O Estado só será responsabilizado de forma objetiva nos atos comissivos e desde que praticados pelos seus agentes públicos. Nos casos praticados pelos agentes das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, a responsabilidade recairá sobre elas mesmas. Além disso, pela teoria do risco administrativo, são admitidas hipóteses de exclusão ou atenuação dessa responsabilidade objetiva a depender da participação da vítima na ocorrência do dano (concorrente ou exclusiva).

b) incorreto. A responsabilidade do Estado é objetiva nos atos comissos. Já nos atos omissos, em regra, a responsabilidade é subjetiva, devendo o Estado comprovar que agiu diligentemente, usando de todas as ferramentas possíveis para evitar o dano ou então que se determinado fato ocorreu era

impossível de evitar. Em algumas hipóteses, a omissão do Estado o leva a responsabilidade objetiva. Já a responsabilidade do agente é subjetiva, devendo ser comprovado culpa ou dolo.

c)incorreto. A responsabilidade do Estado nos atos comissivos é objetiva. Já a responsabilidade do agente que praticou o ato é subjetiva, devendo ser comprovada a culpa ou dolo.

Já em relação à omissão, a responsabilidade do Estado pode ser subjetiva ou objetiva.

No âmbito da responsabilidade subjetiva pela omissão, Maria Sylvia de Pietro (p. 824, 2018) aduz o seguinte:

> *"No caso de omissão do Poder Público os danos em regra não são causados por agentes públicos. São causados por fatos da natureza ou fatos de terceiros. Mas poderiam ter sido evitados ou minorados se o Estado, tendo o dever de agir, se omitiu."*

d)incorreto. Nos casos de omissão, o Estado pode responder de forma objetiva (morte de detento na penitenciária) ou de forma subjetiva (dano provocado por um buraco aberto em via pública).

e) correto. A assertiva está em consonância com a teoria do risco administrativo, pela qual o Estado responde objetivamente pelos atos praticados pelos seus agentes, devendo ocorrer o enquadramento de três requisitos: conduta do agente, dano e nexo de causalidade. Admite-se as excludentes de responsabilidade.

Gabarito: Letra E.

---

14. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Considere que um grupo de moradores de determinado bairro tenha sido afetado pelo rompimento de uma adutora instalada por empresa privada concessionária de serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sofrendo diversos prejuízos materiais em decorrência do ocorrido. De acordo com os preceitos constitucionais aplicáveis à espécie, no que tange à responsabilidade civil, referida concessionária

a) responde pelos danos causados, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém apenas em relação aos usuários dos serviços por ela prestados.

b) possui responsabilidade objetiva pelos danos causados, a qual, contudo, pode ser afastada caso comprovada a ocorrência de caso fortuito.

c) apenas responde pelos danos causados se comprovada conduta dolosa ou culposa de seus empregados, eis que os mesmos não são agentes públicos.

d) responde pelos danos causados, de forma irrestrita, com base na teoria do risco integral, descabendo responsabilidade subsidiária do poder concedente.

e) somente responde pelos danos causados se comprovada falha na prestação do serviço, descabendo responsabilização objetiva.

Comentários

a) incorreto. A responsabilidade objetiva recai sobre as concessionárias de prestação de serviços públicos independentemente de ser a vítima usuária ou não do serviço, conforme jurisprudência do STJ a seguir exposta:

> *Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto em face de acórdão assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL.* ***RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA (ART. 37, § 6º DA CF/88) EM ACIDENTE DE TRÂNSITO TAMBÉM PERANTE A NÃO-USUÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO. PRECEDENTE DO STF. COLISÃO ENVOLVENDO CICLISTA E UM COLETIVO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. FATO DE TERCEIRO. MANTIDA A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. UNÂNIME. APELO DESPROVIDO"*** *(pág. 93 do volume eletrônico 12). No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se, em suma, violação aos arts. 5º, X e 37, § 6º, da mesma Carta. Sustenta-se que na responsabilidade objetiva "não há necessidade de demonstrar a conduta do agente" (pág. 75 do volume eletrônico 13). A pretensão recursal não merece acolhida. O acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o decidido por esta Corte no julgamento do RE 591.874-RG, de minha relatoria, Tema 130, de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, assim ementado: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I –* ***A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.*** *II -* ***A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.***
>
> *(...)*
>
> *(ARE 951.552-AgR/ES, Rel. Min. Dias Toffoli). Isso posto, nego seguimento ao recurso (Art. 21, § 1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 12 de setembro de 2017. Ministro Ricardo Lewandowski Relator(STF - ARE: 1070271 RS - RIO GRANDE DO SUL 0063741-64.2010.8.21.0014, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 12/09/2017, Data de Publicação: DJe-208 14/09/2017)* ***(grifos não constantes do original)***

b) correto. Pela Teoria do Risco Administrativo, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, regra geral, podendo ocorrer a exclusão ou atenuação do dever de indenizar. Além disso, existem outras hipóteses que culminam no afastamento da responsabilidade civil objetiva: caso fortuito, força maior, culpa exclusiva da vítima, etc.

c)incorreto. **As concessionárias de serviços públicos respondem objetivamente pelos danos provocados pelos seus agentes,** como prevê o art. 37, §6º da CF/88, in *verbis*:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *(...)*
>
> *§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o*

> *direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)*

d) incorreto. A responsabilidade é objetiva com fundamento na Teoria do Risco Administrativo.

e) incorreto. É necessário o preenchimento de três requisitos para se adequar à responsabilidade civil objetiva: conduta do agente, dano e nexo de causalidade.

Gabarito: Letra B.

---

15. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Durante uma rebelião, ocorrida recentemente em um presídio de segurança máxima, houve o assassinato de seis presos por seus colegas de cela. A rebelião fora inflamada pela indignação dos detentos em relação às péssimas condições dentro da unidade carcerária, na qual havia a custódia de um número de presos superior à capacidade do estabelecimento. Considerando a responsabilidade civil do Estado na situação hipotética, é correto afirmar que:

a) A responsabilidade será subjetiva, evidenciada a culpa direta em relação à morte do custodiado.

b) Identificada a excludente de responsabilidade (fato de terceiro), não haverá responsabilidade do Estado.

c) A responsabilidade será concorrente, tendo em vista a participação de terceiro para a ocorrência do óbito.

d) A responsabilidade será objetiva, em decorrência da teoria do risco administrativo e do dever de zelo do Estado com a integridade daqueles sob sua custódia.

Comentários

A responsabilidade civil do Estado pela morte de detentos dentro da delegacia, prisão ou outros, ocorre de forma objetiva desde que cumpridos três requisitos: conduta de agente público, ocorrência de dano e nexo de causalidade. Assim, a responsabilidade recai sobre o dever de guarda em relação aos presos. A seguir, veremos como o STJ tem se posicionado sobre o tema:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. MORTE DE DETENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRECEDENTES. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. Inexiste violação do art. 1.022 do novo CPC, na medida em que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide, fundamentando seu proceder de acordo com os fatos apresentados e a interpretação dos regramentos legais que entendeu aplicáveis, demonstrando as razões de seu convencimento. 2.* ***O Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento em delegacia, presídio ou cadeia pública é objetiva, pois deve o Estado prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia.*** *3. Admite-se a revisão do valor da indenização quando este se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na espécie. A nova análise do posicionamento da instância ordinária nesse*

ponto implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, segundo preceitua a Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno a que se nega provimento.(STJ - AgInt no AREsp: 1238182 PE 2018/0018504-7, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 11/09/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/09/2018) ***(grifos não constantes do original)***

Já o STF, em recente julgado (informativo 819), tem defendido a seguinte tese:

Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, XLIX, da CF, o Estado é responsável pela morte de detento. Essa a conclusão do Plenário, que desproveu recurso extraordinário em que discutida a responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de preso em estabelecimento penitenciário. No caso, o falecimento ocorrera por asfixia mecânica, e o Estado-Membro alegava que, havendo indícios de suicídio, não seria possível impor-lhe o dever absoluto de guarda da integridade física de pessoa sob sua custódia. ***O Colegiado asseverou que a responsabilidade civil estatal, segundo a CF/1988, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, uma vez rejeitada a teoria do risco integral. Assim, a omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nas hipóteses em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. Além disso, é dever do Estado e direito subjetivo do preso a execução da pena de forma humanizada, garantindo-se-lhe os direitos fundamentais, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral. Esse dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal. Por essa razão, nas situações em que não seja possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade. Afasta-se, assim, a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional.*** *A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, não sendo sempre possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. Portanto, a responsabilidade civil estatal fica excluída nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso. Na espécie, entretanto, o tribunal "a quo" não assentara haver causa capaz de romper o nexo de causalidade da omissão do Estado-Membro com o óbito. Correta, portanto, a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal.*

RE 841526/RS, rel. Min. Luiz Fux, 30.3.2016. (RE-841526) ***(grifos não constantes do original)***

Vamos aos comentários das alternativas:

a) Incorreto. A responsabilidade será objetiva, uma vez que foi violado o dever de guarda em relação aos presos, em que o Estado poderia ter evitado o ocorrido. Mesmo sendo caso de omissão do poder público, a doutrina e jurisprudência têm defendido a tese de que a responsabilidade seja objetiva quando o Estado tinha o dever de proteção dentro dos presídios e este não foi observado. Caso seja comprovado que o Estado não poderia ter evitado a morte, a responsabilidade objetiva poderá ser afastada. É o caso de morte do detento por meio de suicídio.

b) incorreto. Nos presídios, o Estado tem o dever de aguarda dos detentos, devendo oferecer os meios para proteção.

c) incorreto. A doutrina e jurisprudência têm defendido a tese de que para o caso em análise a responsabilidade será objetiva, em regra, mesmo tendo ocorrido uma omissão do poder público, por conta do dever de guarda dos presos.

d) correto. A assertiva está em consonância com os entendimentos do STF e STJ.

Gabarito: Letra D.

---

16. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Caio, detento em unidade prisional do estado de Alagoas, cometeu suicídio no interior de uma das celas, tendo se enforcado com um lençol. Os companheiros de cela de Caio declararam que, mesmo diante de seus apelos, nada foi feito pelos agentes penitenciários em serviço para evitar o ato. A família de Caio procurou a Defensoria Pública a fim de obter esclarecimentos quanto à possibilidade de receber indenização do Estado.

Nessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o defensor público responsável pelo atendimento deverá informar a família de Caio de que

Parte superior do formulário

a) será necessário, para o ajuizamento de ação de reparação de danos morais, provar que as condições de cumprimento de pena eram desumanas.

b) é cabível o ajuizamento de ação de reparação de danos morais em face do estado de Alagoas.

c) não houve omissão estatal, pois o suicídio configura ato exclusivo da vítima.

d) houve fato exclusivo de terceiro, pois o dever de evitar o ato cabia aos agentes penitenciários em serviço no momento.

e) não cabe direito a reparação de qualquer natureza, por não ser possível comprovar nexo causal entre a morte do detento e a conduta estatal.

Comentários

Trata o caso de morte de detento por suicídio, porém com omissão do poder público devido à negativa dos agentes de procurarem impedir tal conduta do preso. Nesse caso, o Estado responde objetivamente, uma vez que o agente público poderia ter evitado tal ocorrência.

Em recente julgado do STF (informativo 819), os ministros têm defendido a seguinte tese:

> *Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, XLIX, da CF, o Estado é responsável pela morte de detento. Essa a conclusão do Plenário, que desproveu recurso extraordinário em que discutida a responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de preso em estabelecimento penitenciário. No caso, o falecimento ocorrera por asfixia mecânica, e o Estado-Membro alegava que, havendo indícios de suicídio, não seria possível impor-lhe o dever absoluto de guarda da integridade física de pessoa sob sua custódia. O Colegiado asseverou que a responsabilidade civil estatal, segundo a CF/1988, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, uma vez rejeitada a teoria do risco integral. Assim, a omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nas hipóteses em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. Além disso, é dever do Estado e direito subjetivo do preso a execução da pena de forma humanizada, garantindo-se-lhe os direitos fundamentais, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral. Esse dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal. Por essa razão, nas situações em que não seja possível*

ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade. Afasta-se, assim, a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, não sendo sempre possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. Portanto, a responsabilidade civil estatal fica excluída nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso. Na espécie, entretanto, o tribunal "a quo" não assentara haver causa capaz de romper o nexo de causalidade da omissão do Estado-Membro com o óbito. Correta, portanto, a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal.

RE 841526/RS, rel. Min. Luiz Fux, 30.3.2016. (RE-841526) *(grifos não constantes do original)*

Vamos aos comentários das alternativas:

a) incorreto. Como a responsabilidade é objetiva, basta a comprovação do preenchimento dos três requisitos essenciais: conduta, dano e nexo de causalidade.

b) correto. A responsabilidade é objetiva com base na teoria do risco administrativo, cabendo o ajuizamento de ação de danos morais.

c)incorreto. O agente público poderia ter evitado. Dessa forma, gerou-se a responsabilidade objetiva do Estado, mesmo sendo pela omissão.

d)incorreto. A ocorrência poderia ter sido evitada, segundo a informação da questão, causando assim a responsabilidade objetiva do Estado. Caso se comprovasse que o suicídio tivesse sido inevitável, poderia ser afastada a responsabilidade civil do Estado.

e) incorreto. É devida a reparação por danos morais, uma vez que ficou comprovado o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o fato.

Gabarito: Letra B.

---

17. 2017/CESPE/TRF-5ª REGIÃO/Juiz Federal

Acerca da responsabilidade civil, assinale a opção correta de acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Situação hipotética: Uma autarquia federal, por meio de processo licitatório, celebrou contrato com empresa para a prestação de serviços de limpeza em sua sede. A referida empresa não honrou com as obrigações trabalhistas com os seus empregados, que realizavam os serviços na sede do ente público. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade objetiva extracontratual da União, nos termos do entendimento do STF.

b) Situação hipotética: Lei de determinado estado da Federação estabeleceu a responsabilidade do estado durante a realização de evento internacional na capital dessa unidade federativa: o estado assumiria os efeitos da responsabilidade civil perante os organizadores do evento, por todo e qualquer dano resultante ou que surgisse em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado ao referido evento, exceto na situação em que organizadores ou vítimas concorressem para a ocorrência do dano. Assertiva:

Conforme entendimento do STF, a referida lei estadual é constitucional, pois a Constituição Federal de 1988 não esgota matéria relacionada à responsabilidade civil.

c) Situação hipotética: Um professor de escola pública foi agredido por um aluno em sala de aula, tendo sido atingido por disparo de arma de fogo. Assertiva: Nessa situação, incide a responsabilidade subjetiva estatal devido à conduta omissiva do Estado pelo não oferecimento de segurança adequada aos seus servidores.

d) Em caso de dano causado por servidor público, o Estado tem o dever de indenizar a vítima, independentemente da licitude da conduta, cabendo, ainda, ação regressiva contra o servidor, fundada na responsabilidade objetiva e em razão da teoria do risco administrativo.

e) Particular que tenha sofrido danos materiais e morais provocados por servidor público no exercício de suas atribuições poderá ingressar com ação diretamente contra o servidor na busca de reparo pelos prejuízos sofridos, aplicando-se a teoria da imputação volitiva com incidência da responsabilidade objetiva no tocante à comprovação do dano.

Comentários

a) incorreto. O tema foi tratado no informativo do STF nº 862/Direito Administrativo da seguinte forma:

> O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Decidiram os Ministros do STF que, regra geral, não ocorre a transferência de responsabilidade solidária ou subsidiária de forma automática. Para isso ocorrer, deve o ex-empregado reclamante comprovar em juízo, com elementos concretos de prova, que houve efetiva falha do Poder Público na fiscalização do contrato.

b) correto. É permitida por Lei Estadual a ampliação da matéria relativa a responsabilidade civil, nos termos da decisão da ADIN 4976-DF, *in verbis:*

> *Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 23, 37 A 47 E 53 DA LEI 12.663/2012 (LEI GERAL DA COPA). EVENTOS DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014. ASSUNÇÃO PELA UNIÃO, COM SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS, DOS EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL PERANTE A FIFA POR DANOS EM INCIDENTES OU ACIDENTES DE SEGURANÇA. OFENSA AO ART. 37, § 6º, DA CF, PELA SUPOSTA ADOÇÃO DA TEORIA DO RISCO INTEGRAL. INOCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE PRÊMIO EM DINHEIRO E DE AUXÍLIO ESPECIAL MENSAL AOS JOGADORES CAMPEÕES DAS COPAS DO MUNDO FIFA DE 1958, 1962 E 1970. ARTS. 5º, 19, III, E 195, § 5º, TODOS DA CF. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO TOTAL. ALEGAÇÕES REJEITADAS. ISENÇÃO CONCEDIDA À FIFA E A SEUS REPRESENTANTES DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS DEVIDAS AOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO. ART. 150, II, DA CF. AFRONTA À ISONOMIA TRIBUTÁRIA. INEXISTÊNCIA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. I – A disposição contida no art. 37, § 6º, da Constituição Federal não esgota a matéria relacionada à responsabilidade civil imputável à Administração, pois, em situações especiais de grave risco para a população ou de relevante interesse público, pode o Estado ampliar a respectiva responsabilidade, por danos decorrentes de sua ação ou omissão, para além das balizas do supramencionado dispositivo constitucional, inclusive por lei ordinária, dividindo os ônus*

decorrentes dessa extensão com toda a sociedade. II – Validade do oferecimento pela União, mediante autorização legal, de garantia adicional, de natureza tipicamente securitária, em favor de vítimas de danos incertos decorrentes dos eventos patrocinados pela FIFA, excluídos os prejuízos para os quais a própria entidade organizadora ou mesmo as vítimas tiverem concorrido. Compromisso livre e soberanamente contraído pelo Brasil à época de sua candidatura para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014.

(...)

(STF - ADI: 4976 DF, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 07/05/2014, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014) (grifos não constantes do original)

c)incorreto. Trata-se de hipótese de omissão específica, gerando a responsabilidade objetiva do Estado pela ofensa à integridade física no local de trabalho. Vejamos trecho de julgado do STF sobre o tema a seguir:

*"Professora. Tiro de arma de fogo desferido por aluno. Ofensa à integridade física em local de trabalho. Responsabilidade objetiva. Abrangência de atos omissivos." (**ARE 663.647-AgR**, rel. min. **Cármen Lúcia**, julgamento em 14-2-2012, Primeira Turma,* **DJE** *de 6-3-2012.) **(grifos não constantes do original)***

d) incorreto. A princípio, os danos causados pelos agentes públicos remetem para a responsabilidade civil objetiva do Estado, desde que cumpridos os requisitos essenciais: conduta do agente, dano e nexo de causalidade. Ressalte-se que a responsabilidade objetiva por ato comissivo pode se originar tanto de atos ilícitos quanto de atos lícitos. Porém, existem os casos em que a vítima possui alguma participação na ocorrência do dano, podendo gerar a exclusão ou a atenuação da obrigação de indenizar do Estado, nos termos da teoria do risco administrativo.

e) incorreto. Primeiramente, é importante esclarecer que doutrina e jurisprudência são divergentes em aceitar a tese de que o particular possa ajuizar ação contra o agente público diretamente. Em relação ao STJ, o entendimento é que se possa ajuizar diretamente contra o agente público. Já o STF entende que não é permitido. Em ambas as hipóteses, o agente público estará no polo passivo com base na responsabilidade subjetiva, ou seja, terão que ser apuradas a culpa ou dolo. A responsabilidade objetiva somente pode ser imputada ao Estado.

Gabarito: Letra B.

---

18. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Após falecimento de Pedro, vítima de atropelamento em linha férrea, seus herdeiros compareceram à DP para que fosse ajuizada ação indenizatória por danos morais contra a empresa concessionária responsável pela ferrovia onde havia acontecido o acidente, localizada em área urbana. Na ocasião, seus parentes informaram que, apesar de Pedro ter atravessado a ferrovia em local inadequado, inexistia cerca na linha férrea ou sinalização adequada.

Com base nessa situação hipotética e no entendimento dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) O poder público concedente tem responsabilidade solidária para reparar os danos decorrentes do acidente, devendo vir a figurar no polo passivo da ação indenizatória.

b) A responsabilização do agente responsável pela falha ao deixar de cercar ou sinalizar o local do acidente exigirá a denunciação da lide nos autos da ação indenizatória.

c) A responsabilização civil da empresa concessionária independerá da demonstração da falha na prestação do serviço pela empresa, ante o risco inerente à atividade econômica desenvolvida.

d) A conduta de Pedro, que atravessou a ferrovia em local inadequado, afastará a responsabilização civil da empresa concessionária, ainda que fique demonstrada a falha no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente.

e) A demonstração da omissão no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente acarretará a responsabilização civil da empresa concessionária, embora possa haver redução da indenização dada a conduta imprudente de Pedro.

Comentários

a) incorreto. A responsabilidade do poder concedente será subsidiária, nos termos do entendimento do STJ a seguir exposto:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA.* ***ENTE ESTATAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA****. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973. II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual,* ***as pessoas jurídicas de direito privado, prestadoras de serviço público, respondem objetivamente pelos prejuízos que causarem a terceiros usuários e não usuários do serviço.*** *III - O recurso especial, interposto pela alínea a e/ou pela alínea c, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência dessa Corte, a teor da Súmula 83/STJ. IV -* ***Esta Corte possui orientação consolidada, segundo o qual nos casos de danos resultantes de atividade estatal delegada pelo Poder Público há responsabilidade subsidiária do ente estatal.*** *V - O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada. VI - Agravo Regimental improvido.(STJ - AgRg no AREsp: 732946 DF 2015/0150223-4, Relator: Ministra REGINA HELENA COSTA, Data de Julgamento: 06/06/2017, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/06/2017)* ***(grifos não constantes do original)***

Em síntese, a responsabilidade em princípio é do concessionário de forma objetiva. Porém, para salvaguardar o direito do particular, o poder concedente responde subsidiariamente.

b) incorreto. A denunciação da lide é facultativa, podendo a responsabilidade do agente causador do dano ser apurada por meio de ação regressiva (ação autônoma). Vejamos o entendimento do STJ sobre o tema:

> *ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ERRO MÉDICO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. FACULDADE.* ***Nas demandas em que se discute a responsabilidade civil do Estado, a denunciação da lide ao agente causador***

do suposto dano é facultativa, cabendo ao magistrado avaliar se o ingresso do terceiro ocasionará prejuízo à economia e celeridade processuais. Agravo regimental não provido.

(STJ - AgRg no AREsp: 139358 SP 2012/0030135-1, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 26/11/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/12/2013) ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. No caso em análise, ocorreu a omissão da concessionária. Dessa forma, a responsabilidade pode se dar de duas formas: objetiva ou subjetiva. Será responsabilidade objetiva se a omissão for específica, nos casos em que o Estado tem o dever de garantir a proteção daqueles que estão sob sua tutela (detentos nos presídios, alunos na escola, etc). Já no caso de responsabilidade subjetiva, ocorrerá quando da omissão genérica, ou seja, aquela em que houve uma falha na prestação dos serviços, devendo ser comprovada a culpa ou dolo nesse último caso.

d)incorreto. A responsabilidade da vítima pode configurar como concorrente, que mesmo assim não afasta a responsabilidade por omissão da concessionária.

e) correto. A omissão da concessionária acarreta a responsabilização subjetiva (omissão geral). Porém, como houve participação concorrente de Pedro que contribuiu para a ocorrência do fato, a indenização pode ser atenuada.

Gabarito: Letra E.

---

19. 2017/FCC/TST /Juiz do Trabalho

Em matéria de responsabilidade civil extracontratual do Estado, é correto afirmar:

a) O caso fortuito, a força maior e a culpa concorrente da vítima rompem o nexo causal e, por conseguinte, afastam a responsabilidade civil objetiva do Estado.

b) No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, prevalece o entendimento de que o prazo prescricional para a propositura da ação indenizatória é de três anos contados da ocorrência do evento danoso.

c) A responsabilidade dos concessionários de serviços públicos, de acordo com a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal, não se sujeita à aplicação da teoria objetiva quanto a danos causados a terceiros não usuários.

d) A expressão “nessa qualidade”, prevista no art. 37, § 6° , da CF/88, significa que somente podem ser atribuídos à pessoa jurídica os comportamentos do agente público levados a efeito durante o exercício da função pública, em razão do que os danos causados por servidor público em seu período de férias, em princípio, não implicam responsabilização objetiva do Estado.

e) A imunidade relativa a opiniões, palavras e votos, em sede de atos legislativos, prevista no texto constitucional de 1988, não afasta o direito de regresso do Estado contra o parlamentar.

Comentários

a) incorreto. As hipóteses de rompimento do nexo causal ocorrem com o caso fortuito, força maior e culpa exclusiva da vítima. A culpa concorrente da vítima apenas atenua a responsabilização do Estado.

b) incorreto. Trata a assertiva sobre o prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória contra o Estado. O STJ tem definido que o prazo é de 5 anos da ocorrência do dano, conforme jurisprudência a seguir:

> *ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIADA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32). 2. O tema analisado no presente caso não estava pacificado, visto que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública era defendido de maneira antagônica nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial.*
>
> *(...)*
>
> *3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal -previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.4. O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação.*
>
> *(...)*
>
> *(STJ - REsp: 1251993 PR 2011/0100887-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 12/12/2012, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/12/2012) (grifos não constantes do original)*

c)incorreto. A responsabilidade objetiva das empresas concessionárias de serviços públicos se aplica inclusive para reparar os danos causados a terceiros não usuários, conforme jurisprudência a seguir:

> *AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (§ 6º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. TERCEIRO NÃO USUÁRIO DO SERVIÇO. TEORIA OBJETIVA. PRECEDENTE PLENÁRIO. 1. No julgamento do RE 591.874, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, revendo sua própria jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal* ***concluiu que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem de forma objetiva por danos causados a terceiros não usuários do serviço****. 2. Agravo regimental desprovido.*
>
> *(STF - AI: 779629 MG, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 17/05/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-163 DIVULG 24-08-2011 PUBLIC 25-08-2011 EMENT VOL-02573-05 PP-00734)* ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. A banca considerou como correta essa assertiva, porém não concordamos, tendo em vista que embora o servidor público possa estar em período de gozo de férias, mas, contribuindo para a ocorrência do dano se valendo das prerrogativas de agente público, o Estado responde objetivamente pela conduta praticada. Veremos como o tema foi objeto de debates no STF:

> *CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. C.F., art. 37, § 6º. I.* ***- Agressão praticada por soldado, com a utilização de arma da corporação militar: incidência da responsabilidade objetiva do Estado, mesmo porque, não obstante fora do serviço, foi na condição de policial-militar que o soldado foi corrigir as pessoas. O que deve ficar assentado é que o preceito inscrito no art. 37, § 6º, da C.F., não exige que o agente público tenha agido no exercício de suas funções, mas na qualidade de agente público. II. - R.E. não conhecido.***
>
> *(STF - RE: 160401 SP, Relator: CARLOS VELLOSO, Data de Julgamento: 20/04/1999, Segunda Turma, Data de Publicação: DJ 04-06-1999 PP-00017 EMENT VOL-01953-01 PP-00158)* ***(grifos não constantes do original)***

e) incorreto. Nesses casos de imunidade constitucional não pode ocorrer a ação regressiva do Estado, pois descaracterizaria a proteção parlamentar.

Gabarito: D - Gabarito oficial da banca.

Gabarito do professor: anulada. Todas estão incorretas.

---

20. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP/Procurador

Joana da Silva submeteu-se a uma cirurgia em um hospital público municipal para a retirada de um tumor maligno situado em um rim e que resultou na perda desse órgão, acarretando sobrecarga no rim remanescente e piora na sua qualidade de vida. Em razão disso, a cidadã decide ingressar com ação judicial, visando recebimento de indenização em razão da perda do rim. A partir desses fatos hipotéticos, assinale a alternativa correta.

a) Como Joana da Silva foi tratada em hospital municipal, tanto o médico quanto o hospital respondem objetivamente pelo dano sofrido, bastando à autora comprovar o dano.

b) Joana da Silva deve ingressar com ação somente contra o médico que realizou a cirurgia, que responde objetivamente pelo dano sofrido.

c) Na seara médica vigora o princípio da irresponsabilidade estatal, não cabendo a propositura de ação contra o Município.

d) Para a responsabilização do médico, Joana da Silva deve comprovar a existência de culpa, pois na seara médica vigora o princípio da responsabilidade subjetiva, eis que a ação médica é considerada obrigação de meio e não de resultado.

e) Como a retirada do rim se caracterizou em ato comissivo, o médico e o hospital respondem objetivamente pelos danos sofridos por Joana da Silva.

Comentários

a) incorreto. A responsabilidade do município é objetiva, desde que comprovados os seguintes requisitos: conduta do agente público, dano e nexo de causalidade. Já a responsabilidade do médico é subjetiva, devendo ocorrer por meio de ação regressiva, para apurar culpa ou dolo.

b) Incorreto. Existem controvérsias entre STF e STJ e entre os doutrinadores sobre o ajuizamento de ação direta contra o agente público que praticou o ato que gerou o dano. De qualquer forma, a alternativa está incorreta por conta de que a responsabilidade do agente é sempre subjetiva.

c) incorreto. O município pode responder de forma objetiva pelos atos causados pelos seus agentes, conforme orientação jurisprudencial a seguir:

> *AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. INSTITUIÇÃO PRESTADORA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL.* ***RESPONSABILIDADE OBJETIVA. QUANTUM INDENIZATÓRIO.*** *RAZOABILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Trata-se, na hipótese de "paciente que sofreu AVC (acidente vascular cerebral), com agravamento, face a demora nos primeiros socorros e diagnóstico médico equivocado" (fl. 967). A ação foi ajuizada contra a operadora de plano de saúde, o serviço de socorro de emergência e a médica socorrista, com a condenação solidária dos requeridos. 2. Segundo o acórdão recorrido, o estado de saúde da paciente foi agravado pela incúria da médica socorrista, que proferiu diagnóstico equivocado e não promoveu a imediata remoção da paciente ao hospital - premissa inalterável na via do recurso especial (Súmula 7/STJ). 3.* ***A responsabilidade da prestadora de serviços de saúde em que atua o médico é objetiva quanto à atividade de seu profissional. Nessa linha, a responsabilidade da parte agravante só seria excluída se comprovada a ausência de nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, o que não é o caso dos autos.***
>
> *(...)*
>
> *(STJ - AgInt no AREsp: 616058 RJ 2014/0308349-9, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 27/11/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/12/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

d)correto. A responsabilidade dos médicos é subjetiva, devendo ser comprovada a ocorrência de culpa ou dolo.

e) incorreto. O médico sempre responderá de forma subjetiva, tendo que ser comprovada a ocorrência de culpa ou dolo. Nos atos comissivos, o Estado sempre responderá de forma objetiva, desde que cumprido os requisitos essências: conduta, dano e nexo de causalidade.

Gabarito: Letra D.

---

21. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Com referência à organização administrativa, ao controle dos atos da administração pública e ao entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

É objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos em relação a terceiros, usuários ou não do serviço, podendo, ainda, o poder

concedente responder subsidiariamente quando o concessionário causar prejuízos e não possuir meios de arcar com indenizações.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A assertiva está em consonância com a jurisprudência do STJ, nos seguintes termos:

> *RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PODER CONCEDENTE. CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Há responsabilidade subsidiária do Poder Concedente, em situações em que o concessionário não possuir meios de arcar com a indenização pelos prejuízos a que deu causa. Precedentes. 2. No que tange à alegada ofensa ao art. 1º, do Decreto 20.910/32, mostra-se improcedente a tese de contagem da prescrição desde o evento danoso, vez que os autos revelam que a demanda foi originalmente intentada em face da empresa concessionária do serviço público, no tempo e no modo devidos, sendo que a pretensão de responsabilidade subsidiária do Estado somente surgira no momento em que a referida empresa tornou-se insolvente para a recomposição do dano. 3. Em apreço ao princípio da actio nata que informa o regime jurídico da prescrição (art. 189, do CC), há de se reconhecer que o termo a quo do lapso prescricional somente teve início no momento em que se configurou o fato gerador da responsabilidade subsidiária do Poder Concedente, in casu, a falência da empresa concessionária, sob pena de esvaziamento da garantia de responsabilidade civil do Estado nos casos de incapacidade econômica das empresas delegatárias de serviço público. 4. Recurso especial não provido.(STJ - REsp: 1135927 MG 2009/0073229-6, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 10/08/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/08/2010) (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Correto.

---

22. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

Um cidadão, juridicamente necessitado, procura a Defensoria Pública solicitando que fosse deduzida pretensão em face do Estado de Rondônia, pleiteando indenização pela morte do filho, ocasionada por policial militar durante uma reintegração de posse. Ao atendê-lo, seria correto responder-lhe que

a) a ação pode ser ajuizada e a chance de êxito é plena, pois nosso ordenamento jurídico adotou a teoria do risco integral, devendo o Estado de Rondônia ser responsabilizado, bastando a comprovação do dano e sua extensão.

b) o sucesso da demanda dependerá da demonstração do dano, da existência de nexo deste com a ação policial e da inexistência da prática de ato, pela vítima, que legitimasse referida ação.

c) como defensor público, não pode ajuizar ação contra pessoa jurídica de direito público.

d) precisaria da identificação do policial militar, pois a ação deve ser ajuizada em face dele e da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, sob pena de extinção.

e) a ação deve ser ajuizada em face do policial militar, independentemente da demonstração de culpa, desde que seja possível identificá-lo e provar que foi o autor dos danos.

Comentários

a) incorreto. A teoria adotada no Brasil é do Risco Administrativo, pelo qual o Estado responde de forma objetiva nos atos comissivos se cumpridos três requisitos: conduta do agente, dano e nexo de causalidade. Além disso, pode ocorrer a exclusão ou atenuação da responsabilização a depender da participação da vítima na ocorrência do dano.

b) correto. Deve o autor da ação demonstrar a ocorrência dos três requisitos básicos: conduta do agente, dano e nexo de causalidade. Além disso, para fins de responsabilidade plena do Estado, deve ser comprovado que a vítima não contribuiu para a ocorrência do fato.

c)incorreto. A Defensoria Pública, se utilizando de suas prerrogativas constitucionais, pode figurar como patrono da causa mesmo nos casos em que o outro lado da relação processual seja o Estado, pois caso contrário os mais necessitados ficariam prejudicados quando tivessem que pleitear suas demandas contra as pessoas jurídicas de direito público.

d)incorreto. O que deve ser comprovado são os requisitos para se configurar a responsabilidade objetiva do Estado dos atos comissivos. Feito isto, futuramente, o Estado pode ajuizar demanda contra o agente público para apurar a culpa ou dolo.

e) incorreto. Em que pese a divergência entre STF e STJ e os doutrinadores sobre a possibilidade de ajuizamento de ações contra os agentes públicos diretamente pela própria vítima ou representantes, a culpa ou dolo deve ser demonstrada, uma vez que o agente público só responde pelos atos praticados de forma subjetiva.

Gabarito: Letra B.

---

23. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

A respeito da responsabilidade civil do Estado e da organização da Administração Pública, julgue o item que se segue.

De acordo com o STF, em caso de inobservância do seu dever específico de assegurar aos presos o respeito à sua integridade física, o Estado será responsável pela morte do detento.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A responsabilidade pela morte de detento recai objetivamente para o Estado. Vejamos como o STF vem decidindo:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – MORTE DE DETENTO – PRECEDENTE DO SUPREMO – SEGUIMENTO – NEGATIVA. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, reformando parcialmente o entendimento do Juízo, reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado diante da morte de detento sob sua custódia. No extraordinário, o recorrente alega a violação dos artigos 5º, inciso XLIX, e 36, § 6º,

da Constituição Federal. Aduz que o evento morte teria se dado mesmo em liberdade. Procura afastar sua responsabilidade por ausência de nexo de causalidade. 2. A decisão impugnada está em harmonia com a jurisprudência do Supremo. O Pleno, no recurso extraordinário nº 841.526, julgado sob o regime da repercussão geral, consignou, em síntese: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. ***A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo,*** *tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2.* ***A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos*** *em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4.* ***O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal,*** *na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 5. Ad impossibilia nemo tenetur,* ***por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional.*** *6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7.* ***A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso.*** *8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento. 9. In casu, o tribunal a quo assentou que inocorreu a comprovação do suicídio do detento, nem outra causa capaz de romper o nexo de causalidade da sua omissão com o óbito ocorrido, restando escorreita a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal. 10. Recurso extraordinário DESPROVIDO. (Recurso extraordinário nº 841.526, da relatoria do ministro Luiz Fux, Pleno, com acórdão publicado em 1º de agosto de 2016). 3. Nego seguimento ao extraordinário. Considerada a fixação em sentença dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, majoro os honorários recursais no patamar de mais 5% do valor da condenação, consoante o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015. 4. Publiquem. Brasília, 14 de dezembro de 2018. Ministro MARCO AURÉLIO Relator(STF - RE: 1177865 AM - AMAZONAS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 14/12/2018, Data de Publicação: DJe-272 19/12/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certa.

---

24. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Acerca dos prazos prescricionais em matérias referentes à atividade administrativa, segundo a jurisprudência dominante do

a) STJ, é aplicável o prazo constante do Decreto n° 20.910/32 para que autarquia concessionária de serviços públicos ajuíze execução fiscal visando a cobrança de débitos decorrentes do inadimplemento de tarifas.

b) STF, as ações de reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito, cometido em prejuízo do patrimônio da Administração Pública, são imprescritíveis.

c) STJ, no tocante à ação para pleitear danos morais decorrentes de prática de tortura ocorrida durante o regime militar, deve-se adotar a prescrição vintenária, sendo o termo inicial a vigência da Constituição Federal de 1988.

d) STF, considera-se prescrito o jus puniendi no caso de transcurso do prazo legal assinalado para conclusão procedimento de processo administrativo disciplinar.

e) STJ, aplica-se o prazo prescricional estabelecido no Código Civil para as ações de repetição de indébito referentes a tarifas cobradas por empresas concessionárias de serviços públicos.

Comentários

a) incorreto. O tema foi objeto de debate no seguinte julgado do STJ:

PROCESSO CIVIL. CUSTEIO DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. NATUREZA JURÍDICA. PRESCRIÇÃO. 1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, ***tem decidido que contraprestação cobrada por autarquia municipal a título de fornecimento de água potável encanada ostenta natureza jurídica de tarifa ou preço público, motivo pelo qual a prescrição deve ser regida pelas normas do Direito Civil****. 2. Consequentemente, o art. 1º do Decreto 20.910/32 não tem aplicação, independentemente da natureza autárquica da concessionária que presta o serviço e titulariza o crédito. 3. Essa orientação foi reafirmada pela egr. Primeira Seção, nos termos do artigo 543-C do Código de Processo Civil (REsp 1.117.903/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 01/02/2010). 4. Recurso especial provido.(STJ - REsp: 1163968 RS 2009/0209546-7, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 13/04/2010, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2010)* ***(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. O tema foi tratado no informativo nº 813 do STF, nos seguintes termos:

É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. Esse o entendimento do Plenário, que em conclusão de julgamento e por maioria, negou provimento a recurso extraordinário em que discutido o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no § 5º do art. 37 da CF ("§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento"). No caso, o Tribunal de origem considerara prescrita a ação de ressarcimento de danos materiais promovida com fundamento em acidente de trânsito, proposta em 2008, por dano ocorrido em 1997 — v. Informativo 767. O Colegiado afirmou não haver dúvidas de que a parte final do dispositivo constitucional em comento veicularia, sob a forma da imprescritibilidade, ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público. Todavia, não seria adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado, ou limitado apenas pelo conteúdo material da pretensão a ser exercida — o ressarcimento — ou pela causa remota que dera origem ao desfalque no erário — ato ilícito em sentido amplo. De acordo com o sistema constitucional, o qual reconheceria a prescritibilidade como princípio, se deveria atribuir um sentido estrito aos ilícitos previstos no § 5º do art. 37 da CF. No caso concreto, a pretensão de ressarcimento estaria fundamentada em suposto ilícito civil que, embora tivesse causado prejuízo material ao patrimônio público, não revelaria conduta revestida de grau de reprovabilidade mais pronunciado, nem se mostraria especialmente atentatória aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. Por essa razão, não seria admissível reconhecer a regra excepcional de imprescritibilidade. Seria necessário aplicar o prazo prescricional comum para as ações de indenização por responsabilidade civil em que a Fazenda figurasse como autora. Ao tempo do fato, o prazo prescricional seria de 20 anos de acordo com o CC/1916 (art. 177). Porém, com o advento do CC/2002, o prazo fora diminuído para três anos. Além disso, possuiria aplicação imediata, em razão da regra de transição do art. 2.028, que preconiza a imediata incidência dos prazos prescricionais reduzidos pela nova lei nas hipóteses em que ainda não houvesse transcorrido mais da metade do tempo estabelecido no diploma revogado. A Corte

pontuou que a situação em exame não trataria de imprescritibilidade no tocante a improbidade e tampouco envolveria matéria criminal. Assim, na ausência de contraditório, não seria possível o pronunciamento do STF sobre tema não ventilado nos autos. Vencido o Ministro Edson Fachin, que provia o recurso. Entendia que a imprescritibilidade constitucional deveria ser estendida para as ações de ressarcimento decorrentes de atos ilícitos que gerassem prejuízo ao erário.

RE 669069/MG, rel. Min. Teori Zavascki, 3.2.2016. (RE-669069) *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, o prazo para ajuizamento de ação de reparação civil é de 3 anos nos casos em que o Estado for o autor. A ressalva existe para as ações de ressarcimento que, até a presente data, permanecem imprescritíveis.

c)incorreto. As ações de indenizações por danos morais decorrentes de fatos ocorridos durante a ditadura são imprescritíveis, conforme trecho de decisão do STF sobre o tema:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PRISÃO E TORTURA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CONTRARIEDADE DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ***RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO****. Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.* ***AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE DE PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DURANTE O PERÍODO DE EXCEÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.º DO DECRETO N.º 20.910/32.*** *VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC QUE NÃO SE VERIFICA. CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO E REDUÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC. 2.* ***A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "As ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura ocorridos durante o Regime Militar de exceção são imprescritíveis. Inaplicabilidade do prazo prescricional do art. 1º do Decreto 20.910/1932."*** *(EREsp nº 816.209/RJ, Relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, in DJe 10/11/2009). Isso, porque as referidas ações referem-se a período em que a ordem jurídica foi desconsiderada, com legislação de exceção, havendo, sem dúvida, incontáveis abusos e violações dos direitos fundamentais, mormente do direito à dignidade da pessoa humana. Precedentes: REsp 959.904/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 29/9/2009; AgRg no Ag 970.753/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 12/11/2008; REsp 449.000/PE, Rel. Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ 30/6/2003.*

(...)

(STF - RE: 667534 DF, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 18/03/2012, Data de Publicação: DJe-064 DIVULG 28/03/2012 PUBLIC 29/03/2012) ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Segundo a jurisprudência do STF, durante o prazo em que estiver ocorrendo o processo administrativo disciplinar, considera-se o prazo para a administração aplicar penalidades ao administrado interrompido, nos termos do julgado a seguir:

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto contra decisão que, emanada do E. Superior Tribunal de Justiça, restou consubstanciada em acórdão assim do: ***"MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PENALIDADE DE SUSPENSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. NÃO-OCORRÊNCIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OBSERVÂNCIA DO PRAZO DE 140 DIAS PARA CONCLUSÃO. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.*** *1.* ***De acordo com jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, o prazo legal para término do processo administrativo disciplinar é de 140 (cento e quarenta) dias.*** *2. A contagem do prazo prescricional, após a interrupção prevista no art. 142, § 3º, da Lei nº 8.112/90, deve ser retomada, por inteiro, a partir do término do prazo de interrupção, e não a partir da ciência do fato pela Administração, conforme pretende o impetrante. 3. Afasta-se a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva estatal se, no momento da aplicação da pena de suspensão, ainda não tiverem transcorridos dois anos, contados a partir do fim do prazo de interrupção previsto no 142, § 3º, da Lei nº 8.112/90. 3. Segurança denegada."(STF - RMS: 29405 DF, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 21/11/2013, Data de Publicação: DJe-232 DIVULG 25/11/2013 PUBLIC 26/11/2013)* ***(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o novo prazo para contagem do *jus puniendi* será a partir do término da interrupção, ou seja, a partir da finalização do processo administrativo disciplinar.

e) correto. Nos termos da súmula 412 do STJ: "A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no Código Civil".

Gabarito: Letra E.

---

25. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados à família de vítima de atropelamento provocado por motorista de ônibus da empresa.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A responsabilidade pelo atropelamento de vítima provocado por motorista de ônibus recai sobre a concessionária de serviços públicos de forma objetiva, independente de ser a vítima usuária ou não do serviço público de ônibus. Vejamos como o STF vem decidindo sobre o caso:

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto em face de acórdão assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL. ***RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA (ART. 37, § 6º DA CF/88) EM ACIDENTE DE TRÂNSITO TAMBÉM PERANTE A NÃO-USUÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO. PRECEDENTE DO STF. COLISÃO ENVOLVENDO CICLISTA E UM COLETIVO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO. FATO DE TERCEIRO. MANTIDA A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. UNÂNIME. APELO DESPROVIDO"*** *(pág. 93 do volume eletrônico 12). No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se, em suma, violação aos arts. 5º, X e 37, § 6º, da mesma Carta. Sustenta-se que na responsabilidade objetiva "não há necessidade de demonstrar a conduta do agente" (pág. 75 do volume eletrônico 13). A pretensão recursal não merece acolhida. O acórdão*

recorrido encontra-se em harmonia com o decidido por esta Corte no julgamento do RE 591.874-RG, de minha relatoria, Tema 130, de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, assim ementado: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. RESPONSABILIDADE DO ESTADO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIO OU PERMISSIONÁRIO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS NÃO-USUÁRIOS DO SERVIÇO. RECURSO DESPROVIDO. I – ***A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.*** *II -* ***A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público, é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.***

(...)

(ARE 951.552-AgR/ES, Rel. Min. Dias Toffoli). Isso posto, nego seguimento ao recurso (Art. 21, § 1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 12 de setembro de 2017. Ministro Ricardo Lewandowski Relator(STF - ARE: 1070271 RS - RIO GRANDE DO SUL 0063741-64.2010.8.21.0014, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 12/09/2017, Data de Publicação: DJe-208 14/09/2017) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certa.

---

26. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Um veículo particular, ao transpassar indevidamente um sinal vermelho, colidiu com veículo oficial da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, que trafegava na contramão. **Assertiva:** Nessa situação, não existe a responsabilização integral do Estado, pois a culpa concorrente atenua o quantum indenizatório.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. No caso em análise, ocorreu culpa concorrente entre o particular, que avançou o sinal vermelho, e o veículo oficial da Procuradoria Geral, que trafegava na contramão. Dessa forma, a responsabilidade do Estado é atenuada. Para Hely Lopes Meirelles (p.782, 2016)

"Advirta-se, contudo, que a teoria do risco administrativo, embora

dispense a prova da culpa da Administração, permite que o Poder Público demonstre a culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização. Isto porque o risco administrativo não se confunde com o risco integral. O risco administrativo não significa que a Administração deva indenizar sempre e em qualquer caso o dano suportado pelo particular; significa, apenas e tão somente, que a vítima fica dispensada da prova da culpa da Administração, mas esta poderá demonstrar a culpa total ou parcial do lesado no evento danoso, caso em que a Fazenda Pública se eximirá integral ou parcialmente da indenização."

Gabarito: Certo.

---

27. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Em recente decisão, o STF entendeu que, quando o poder público comprovar causa impeditiva da sua atuação protetiva e não for possível ao Estado agir para evitar a morte de detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade),

a) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se à situação a responsabilidade subjetiva por haver omissão estatal.

b) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se ao caso a responsabilidade objetiva por haver omissão estatal.

c) não haverá responsabilidade civil do Estado, pois o nexo causal da sua omissão com o resultado danoso terá sido rompido.

d) haverá responsabilidade civil do Estado, aplicando-se ao caso a teoria do risco integral.

Comentários

Quando ficar comprovado que a atuação estatal não era possível para impedir o suicídio de detento em cela de prisão, ocorrerá o rompimento do nexo de causalidade, não havendo assim a responsabilidade civil do estado, nos termos do entendimento a seguir do STJ:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 841.526/RS. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA N.º 592. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.* ***RESPONSABILIZAÇÃO CONDICIONADA À INOBSERVÂNCIA DO DEVER ESPECÍFICO DE PROTEÇÃO PREVISTO NO ART. 5º, XLIX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DE CAUSA IMPEDITIVA DA ATUAÇÃO ESTATAL PROTETIVA DO DETENTO. SUICÍDIO. ROMPIMENTO DO NEXO DE CAUSALIDADE. RETRATAÇÃO.*** *1. Retornam estes autos para novo julgamento, por força do inciso II do art. 1.030 do Código de Processo Civil de 2015. 2. A decisão monocrática deu provimento ao apelo nobre para reconhecer a responsabilidade civil do ente estatal pelo suicídio de detento em estabelecimento prisional, sob o argumento de que esta Corte Superior possui jurisprudência consolidada no sentido de que seria aplicável a teoria da responsabilização objetiva ao caso. 3. O acórdão da repercussão geral é claro ao afirmar que a responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal. 4. O Tribunal de origem decidiu de forma fundamentada pela improcedência da pretensão recursal, uma vez que não se conseguiu comprovar que a morte do detento foi decorrente da omissão do Estado que não poderia montar vigilância a fim de impedir que ceifasse sua própria vida, atitude que só a ele competia. 5.* ***Tendo o acórdão recorrido consignado expressamente que ficou comprovada causa impeditiva da atuação estatal protetiva do detento, rompeu-se o nexo de causalidade entre a suposta omissão do Poder Público e o resultado danoso.*** *Com efeito, o Tribunal de origem assentou que ocorreu a comprovação de suicídio do detento, ficando escorreita a decisão que afastou a responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina. 6.* ***Em juízo de retratação, nos termos do art. 1.030, inciso II, do CPC/2015, nego provimento ao recurso especial****. (STJ - REsp: 1305259 SC 2012/0034508-6, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 08/02/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/02/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

28. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Em 2014, conhecido assaltante e homicida foge do presídio federal. O inquérito administrativo que apurou o evento resulta em punição de dois servidores e mudança de padrões de segurança. Já o foragido mantém-se quieto até 2016, quando se une a outro meliante. Os dois invadem casa, roubam e matam pai de família, na frente da esposa. A dupla de meliantes foge. Por conta da falha de segurança no presídio, a viúva aciona a União Federal, pedindo ressarcimento consistente em pensão alimentícia, danos morais, despesas de funeral e luto, além de reparação do custo de psiquiatra. Assinale a resposta adequada à orientação dominante na doutrina e nos Tribunais Superiores:

a) O pedido é improcedente.

b) A procedência do pedido de pensão depende da prova da dependência econômica da autora para com o falecido. Já o dano moral ocorre in re ipsa.

c) No caso, o dano moral ocorre in re ipsa e a verba de luto e funeral deve ser arbitrada mesmo se não provados os gastos, já que essas despesas sempre existem, em eventos assim.

d) A compensação por dano moral procede, mas, ainda que se provem gastos com psiquiatra, estes estão fora do desdobramento normal do evento, que apenas abarca os danos diretos e imediatos.

e) No caso, as verbas de luto e funeral dependem de prova, não podendo ser meramente arbitradas. A dependência econômica da esposa é presumida e a eventual pensão deve ser limitada à idade de sobrevida provável da vítima.

Comentários

A responsabilidade civil do Estado é objetiva, em regra, nos termos da teoria do risco administrativo, podendo ser atenuada ou excluída a depender da participação concorrente da vítima. Em todas essas circunstâncias, o nexo de causalidade entre a conduta da administração representada pelos seus agentes públicos e o dano ocorrido é tomado como essencial para a verificação da responsabilidade civil do Estado.

No caso em análise, segundo a jurisprudência do STJ, não se configurou a tese de ter ocorrido a responsabilidade civil do Estado pela morte do pai de família por conta de fuga de presos em virtude de falha na segurança de presídio.

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. ARTIGO 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FUGA DE DETENTO. LATROCÍNIO. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. 1. Fundando-se o Acórdão recorrido em interpretação de matéria eminentemente constitucional, descabe a esta Corte examinar a questão, porquanto reverter o julgado significaria usurpar competência que, por expressa determinação da Carta Maior, pertence ao Colendo STF, e a competência traçada para este Eg. STJ restringe-se unicamente à uniformização da legislação infraconstitucional. 2. Controvérsia dirimida pelo C. Tribunal a quo à luz da Constituição Federal, razão pela qual revela-se insindicável a questão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial. 3. Ação de Reparação de Danos Materiais e Morais ajuizada em desfavor de ente da federação, com fulcro nos artigos 37, § 6º da CF. 4. In casu, restou assentado no acórdão proferido

pelo Tribunal a quo, verbis: Inicio o meu voto analisando a responsabilidade civil do Estado. O artigo 37, § 6º, da Constituição da República assim preceitua: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Conforme se pode depreender do artigo acima, neste caso, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, ou seja, o ente público se investe da função de reparador do dano acarretado por um agente público ou por outrem nesta função, podendo, posteriormente, vir a chamar o agente para indenizar a Administração pelo ilícito extracontratual. (...) É impossível a vigilância de cada preso 24 horas ao dia. O Estado não tem condições para isso. Alegar que o criminoso deveria estar recolhido a um presídio de segurança máxima é fácil. O difícil é conseguir vaga para transferência, transporte seguro para o deslocamento do preso, etc. ***Acerca do nexo causal, entendo que este não ocorreu. Para gerar responsabilidade civil do Estado, o preso deveria estar em fuga, ato contínuo àquela ação, e isso não aconteceu. Houve quebra do liame causal. (...) Cabe mencionar que o Estado não é um segurador universal, que pode entregar receita da sociedade para qualquer um que se sinta lesado.*** *Atos violentos como o dos autos ocorrem a todo o momento e em todos os lugares, e não há possibilidade de total prevenção por parte do policial. 5.* ***Ad argumentandum tantum, em situação análoga, esta Corte assentou que não há como afirmar que a deficiência do serviço do Estado (que propiciou a evasão de menor submetido a regime de semi-liberdade) tenha sido a causa direta e imediata do tiroteio entre o foragido e um seu desafeto, ocorrido oito dias depois, durante o qual foi disparada a "bala perdida" que atingiu a vítima, nem que esse tiroteio tenha sido efeito necessário da referida deficiência. Ausente o nexo causal, fica afastada a responsabilidade do Estado.*** *Precedente: Resp 858511/DF Relator Ministro LUIZ FUX - Relator p/ Acórdão Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI Data do Julgamento 19/08/2008 DJ 15/09/2008). 6. Recurso especial não conhecido*

(STJ - REsp: 980844 RS 2007/0200277-4, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 19/03/2009, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: 20090422 --> DJe 22/04/2009) ***(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o pedido é improcedente.

Gabarito: Letra A.

---

29. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

Sendo a existência do nexo de causalidade o fundamento da responsabilidade civil do Estado, esta deixará de existir ou incidirá de forma atenuada quando o serviço público não for a causa do dano ou quando estiver aliado a outras circunstâncias, ou seja, quando não for a causa única. Assim, admite-se na doutrina e na jurisprudência, como causa que atenua a responsabilidade do Estado,

a) a força maior.

b) a culpa exclusiva da vítima.

c) o caso fortuito.

d) a culpa concorrente da vítima.

e) a culpa de terceiro.

Comentários

A culpa concorrente da vítima é uma hipótese de atenuação da responsabilidade civil do Estado. Para Hely Lopes Meirelles (p.782, 2016),

> *Advirta-se, contudo, que* ***a teoria do risco administrativo, embora dispense a prova da culpa da Administração, permite que o Poder Público demonstre a culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização. Isto porque o risco administrativo não se confunde com o risco integral.*** *O risco administrativo não significa que a Administração deva indenizar sempre e em qualquer caso o dano suportado pelo particular; significa, apenas e tão somente,* ***que a vítima fica dispensada da prova da culpa da Administração, mas esta poderá demonstrar a culpa total ou parcial do lesado no evento danoso, caso em que a Fazenda Pública se eximirá integral ou parcialmente da indenização. (grifos não constantes do original)***

Já a força maior, caso fortuito e culpa exclusiva da vítima excluem a responsabilidade civil do Estado, por não ocorrer o nexo de causalidade.

Gabarito: Letra D.

---

30. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA-RJ/Procurador Jurídico

Durante a obra de pavimentação de uma via pública, executada por um particular contratado pelo Município, apesar de executada diligentemente, houve rachaduras nas paredes de imóveis que margeiam o logradouro. Os danos foram causados pelo só fato da obra. Sobre a responsabilidade da Administração Pública, é correto afirmar que

a) responde com base na Teoria do risco integral.

a) responde com base na Teoria da culpa administrativa.

b) responde com base na Teoria da culpa civil comum do Estado.

c) é irresponsável pelos danos.

d) responde com base da Teoria do risco administrativo.

Comentários

A questão trata sobre a responsabilidade civil do Estado por conta da realização de obras públicas. Nas palavras de Hely Lopes Meirelles (p. 788 e 789, 2016),

> *O dano causado por obra pública gera para a Administração a mesma responsabilidade objetiva estabelecida para os serviços públicos, porque, embora a obra seja um/ato administrativo, deriva sempre de um ato administrativo de quem ordena sua execução. Mesmo que a obra pública seja confiada a empreiteiros articulares, a responsabilidade pelos danos oriundos do só fato da obra é sempre do Poder Público que determinou sua realização.*
>
> *O construtor particular de obra pública só responde por atos lesivos resultantes de sua imperícia, imprudência ou negligência na condução dos trabalhos que lhe são confiados. Quanto às lesões a terceiros ocasionadas pela obra em si mesma, ou seja, por sua natureza, localização, extensão ou duração prejudicial ao particular, a Administração Pública que a planejou responde objetivamente, sem indagação de culpa de sua parte. Exemplificando: se na abertura de um túnel ou de uma galeria de águas pluviais o só fato da obra causa danos aos particulares, por estes danos responde objetivamente a Administração que ordenou os serviços; se, porém, o dano é produzido pela imperícia, imprudência ou negligência do construtor na execução do projeto, a responsabilidade originária é da Administração, como dona da obra, mas pode ela haver do executor culpado tudo quanto pagou à vítima. (grifos não constantes do original)*

Dessa forma, a responsabilidade para o caso será objetiva e com base no risco administrativo.

Gabarito: Letra E.

---

31. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Um motorista alcoolizado abalroou por trás viatura da polícia militar que estava regularmente estacionada. Do acidente resultaram lesões em cidadão que estava retido dentro do compartimento traseiro do veículo. Esse cidadão então ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o Estado, alegando responsabilidade objetiva. O procurador responsável pela contestação deixou de alegar culpa exclusiva de terceiro e não solicitou denunciação da lide. O corregedor determinou a apuração da responsabilidade do procurador, por entender que houve negligência na elaboração da defesa, por acreditar que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Foi correto o corregedor quanto ao entendimento de que seria útil à defesa do poder público alegar culpa exclusiva de terceiro na geração do acidente, uma vez que, provada, ela pode excluir ou atenuar o valor da indenização.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. Nem sempre a Administração Pública responde objetivamente pelos danos ocorridos com terceiros quando um agente público está envolvido. Existem as hipóteses de culpa concorrente e culpa exclusiva da vítima, podendo ocasionar na atenuação ou exclusão da indenização.

Para Hely Lopes Meirelles (p.782, 2016),

> *Advirta-se, contudo, que a* ***teoria do risco administrativo, embora dispense a prova da culpa da Administração, permite que o Poder Público demonstre a culpa da vítima para excluir ou atenuar a indenização. Isto porque o risco administrativo não se confunde com o risco integral.*** *O risco administrativo não significa que a Administração deva indenizar sempre e em qualquer caso o dano suportado pelo particular; significa, apenas e tão somente, que a vítima fica dispensada da prova da culpa da* ***Administração, mas esta poderá demonstrar a culpa total ou parcial do lesado no evento danoso, caso em que a Fazenda Pública se eximirá integral ou parcialmente da indenização. (grifos não constantes do original)***

Dessa forma, a assertiva encontra-se correta.

Gabarito: Certo.

---

32. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Considerando essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Diante da ausência de denunciação da lide, ficou prejudicado o direito de regresso do Estado contra o motorista causador do acidente

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. A denunciação da lide é facultativa, podendo a responsabilidade do agente causador do dano ser apurada por meio de ação regressiva (ação autônoma). Vejamos o entendimento do STJ sobre o tema:

> *ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ERRO MÉDICO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. FACULDADE. Nas demandas em que se discute a responsabilidade civil do Estado, a denunciação da lide ao agente causador do suposto dano é facultativa, cabendo ao magistrado avaliar se o ingresso do terceiro ocasionará prejuízo à economia e celeridade processuais. Agravo regimental não provido.*
>
> *(STJ - AgRg no AREsp: 139358 SP 2012/0030135-1, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 26/11/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/12/2013)*

Gabarito: Errado.

---

33. 2016/FCC/DPE-ES/Defensor Público

Aristides da Silva era operário e, a pretexto de sua participação em grupo político considerado subversivo, foi preso e torturado por agentes policiais estaduais, no ano de 1976. Somente em 2016 procurou a Defensoria Pública, visando ajuizar ação indenizatória em face do Estado, para pleitear os danos materiais e morais decorrentes do episódio, que lhe causou sequelas físicas e psicológicas. Em vista de tal situação, é correto concluir que a pretensão em tela

a) não está prescrita, mas há litisconsórcio necessário, devendo ser ajuizada também em relação aos agentes públicos causadores do dano, haja vista a necessidade de garantir-se o direito de regresso do Estado.

b) é imprescritível, podendo ser ajuizada ação de reparação a qualquer momento.

c) já se encontra prescrita, no tocante aos danos materiais, sendo imprescritível a pretensão aos danos morais.

d) já se encontra inteiramente prescrita, em vista dos efeitos da chamada Lei de Anistia (Lei Federal nº 6.683/1979).

e) já se encontra prescrita, por força do Decreto nº 20.910/1932, devendo ter sido ajuizada ação de reparação no prazo de cinco anos a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

Comentários

As ações de indenizações por danos morais e materiais decorrentes de fatos ocorridos durante a ditadura são imprescritíveis, conforme trecho de decisão do STF sobre o tema:

> *RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PRISÃO E TORTURA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CONTRARIEDADE DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS:*

SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ***RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO****. Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.* ***AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE DE PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DURANTE O PERÍODO DE EXCEÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.º DO DECRETO N.º 20.910/32.*** *VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC QUE NÃO SE VERIFICA. CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO E REDUÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC. 2.* ***A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "As ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura ocorridos durante o Regime Militar de exceção são imprescritíveis. Inaplicabilidade do prazo prescricional do art. 1º do Decreto 20.910/1932."*** *(EREsp nº 816.209/RJ, Relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, in DJe 10/11/2009). Isso, porque as referidas ações referem-se a período em que a ordem jurídica foi desconsiderada, com legislação de exceção, havendo, sem dúvida, incontáveis abusos e violações dos direitos fundamentais, mormente do direito à dignidade da pessoa humana. Precedentes: REsp 959.904/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 29/9/2009; AgRg no Ag 970.753/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 12/11/2008; REsp 449.000/PE, Rel. Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ 30/6/2003.*

(...)

(STF - RE: 667534 DF, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 18/03/2012, Data de Publicação: DJe-064 DIVULG 28/03/2012 PUBLIC 29/03/2012) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

34. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

Identifique a hipótese que não corresponde a um dos pressupostos para a caracterização da responsabilização civil do Estado:

a) feito danoso;

b) Relação de causalidade;

c) Regra do risco integral;

d) Fato administrativo.

Comentários

A doutrina majoritária elenca os seguintes pressupostos para a caracterização da responsabilidade civil do Estado: dano, conduta e nexo de causalidade.

Vamos às alternativas:

a) efeito danoso: se enquadra no pressuposto "dano", portanto é um dos elementos essenciais para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.

Alternativa correta.

b) Relação de causalidade: é necessário que haja uma relação de causalidade entre o dano e a conduta do agente público. Também se caracteriza como elemento da responsabilidade civil do Estado.

Alternativa correta.

c)Regra do Risco Integral: Esta se caracteriza como um dos tipos de enquadramento da responsabilidade objetiva do Estado, em que a existência do dano e do nexo causal são suficientes para a responsabilização civil do Estado. Desta forma, o risco integral não se enquadra como pressuposto e sim em um dos tipos de responsabilidade civil do Estado.

Alternativa incorreta.

d)Fato Administrativo: a conduta lícita ou ilícita do evento danoso foi praticada por agente público, caracterizando-se como elemento essencial para a análise da procedência da responsabilização.

Alternativa correta.

Gabarito: Letra C.

---

35. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Uma célula de grupo terrorista detona uma carga explosiva em aeronave de matrícula brasileira, operada por empresa brasileira de transporte aéreo público, causando mortes e ferimentos em diversos passageiros. Esclareça-se que a aeronave decolou de aeroporto brasileiro e a explosão ocorreu por ocasião da chegada ao destino, em solo norte-americano, sendo que diversas vítimas haviam embarcado em escala no México. Em vista de tal situação e nos termos da legislação brasileira,

a) a responsabilidade principal e de caráter objetivo é da empresa prestadora do serviço de transporte aéreo público, somente havendo responsabilidade estatal em caráter subsidiário.

b) fica excluída a responsabilidade da União, haja vista que somente fatos ocorridos no território nacional são capazes de justificar a aplicação da responsabilidade objetiva nos serviços públicos.

c) somente deve haver responsabilização da União em favor dos passageiros que embarcaram em solo brasileiro, caracterizada, no caso, a responsabilidade subjetiva por culpa do serviço, em razão da falha na prestação do serviço de segurança aeroportuária.

d) não há responsabilidade estatal, visto que se trata de caso fortuito, circunstância excludente de responsabilidade, haja vista a inexistência de nexo causal entre o evento danoso e a conduta das autoridades estatais.

e) aplica-se a teoria do risco integral, devendo a União indenizar os passageiros que tenham sofrido danos corporais, doenças, morte ou invalidez sofridos em decorrência do atentado.

Comentários

A questão se refere sobre a responsabilidade da União, sob o manto da Teoria do Risco Integral, nas ocorrências constantes da Lei 10.744/2003, que "dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo".

Dessa forma, a União se responsabiliza em indenizar as vítimas quando houver os crimes elencados no caput do art. 1º da Lei 10.744/2003, nos termos seguintes:

> *Art. 1º Fica a União autorizada, na forma e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não,* ***provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. (grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o ponto central é verificar essencialmente os crimes realizados a bordo de aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo. Assim, preenchendo esses requisitos a responsabilidade recairá sobre a União, independentemente se passageiros de outras nações embarcarem na aeronave em conexões realizadas em outros países.

Com isso, o gabarito é a letra E. As demais estão incorretas.

Gabarito: Letra E.

---

36. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

O art. 37, § 6o da Constituição Federal determina que

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

Diante dessa previsão, é correto afirmar que, com relação à responsabilidade civil, o Brasil adotou a Teoria

a) do risco integral, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

b) do risco administrativo, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

c) da culpa consciente, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.

d) da responsabilidade com culpa, diante da responsabilidade objetiva do Estado.

e) da irresponsabilidade do Estado, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.

Comentários

A teoria adotada no Brasil para os atos comissivos é da responsabilidade objetiva do Estado e responsabilidade subjetiva do agente público. Em relação a responsabilidade objetiva, a modalidade predominante é a do risco administrativo, ou seja, a responsabilidade civil recai sobre o Estado, tendo em vista que o ente estatal assume o controle de várias atividades, podendo o dever de indenizar ser excluído ou atenuado a depender da participação da vítima ser excludente ou concorrente para o efeito danoso. Dessa forma, o gabarito é a letra B.

Gabarito: Letra B.

---

37. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

A respeito da responsabilidade civil da Administração, é possível afirmar que

a) os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

b) em caso de morte de torcedor em briga de torcidas, dentro do estádio de futebol, haverá o dever de indenizar, ainda que demonstrada a culpa exclusiva da vítima.

c) por ser objetiva a responsabilidade do Estado, deve este responder pelos danos causados por policial militar que, em dia de folga, atropela pedestre com seu veículo, pois o agente público não se despe dessa qualidade em função do regime de trabalho policial.

d) o Estado tem o dever de indenizar a família de trabalhador assassinado na rua por um assaltante, em virtude de falha na prestação do serviço de segurança pública, que é individualmente assegurado aos cidadãos.

e) em caso de cumprimento de mandado de reintegração de posse, quando foram utilizados os meios necessários à execução da ordem, haverá responsabilidade em relação ao danos causados pelos esbulhadores à propriedade privada, pois é objetiva a responsabilidade da Administração.

Comentários

a) correto. A banca considerou a afirmativa como verdadeira, por conta da fundamentação do art. 34 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> ***Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.***
>
> *Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.* ***(grifos não constantes do original)***

Em regra, para o caso em análise, a responsabilidade deveria recair sobre o ente estatal (União, Estados ou municípios e DF). Porém, a banca examinadora optou por considerá-la correta sob o argumento do art. 34 da Lei 12.527/2011.

b) incorreto. Para se responsabilizar objetivamente o Estado, deverão ser cumpridos os seguintes requisitos: conduta de agente público, ocorrência de dano e nexo de causalidade. Observa-se no enunciado que o jogo não foi organizado pelo poder público e sim por entidades privadas. Dessa forma, a responsabilidade será subjetiva e recairá sobre os organizadores, de forma que serão apuradas as respectivas responsabilidades pela culpa ou dolo.

c)incorreto. O policial militar estava de folga quando ocorreu o acidente. Além disso, não estava se utilizando de suas prerrogativas profissionais e nem teria atuado em razão dela. Por conta disso, o nexo causal não se forma. Diferentemente seria o caso de um policial que estivesse de férias e cometido um crime com a arma da corporação pelo qual pertence. Neste último caso, se poderia vislumbrar a responsabilidade objetiva do Estado.

d)incorreto. A prestação de serviço público de segurança pública é disponibilizada para toda a coletividade e custeada por meio dos impostos. Dessa forma, a prestação do serviço é colocada para atender a um número infinito de pessoas. Com isso, verificamos que não é oferecido individualmente. Além disso, para gerar a responsabilidade do Estado é necessária a comprovação de que quem praticou o ato foi um agente público com ocorrência do dano e nexo de causalidade. Como o delito foi praticado por um particular sem vínculo com o Estado, descabe mencionar responsabilidade do Estado, seja por ato comissivo ou omissivo.

e) incorreto. Os esbulhadores não são agentes públicos, dessa forma descabe mencionar que haja responsabilidade do Estado.

Gabarito: Letra A.

---

38. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço público.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. As pessoas jurídicas de direito privado que receberem do poder concedente a delegação de serviços públicos estão sujeitas à responsabilidade civil objetiva, nos termos do art. 37, §6º da CF/88, in verbis:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

> *(...)*
>
> ***§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)***

Cabe acrescentar que a jurisprudência do STJ tem entendimento firmado de que os terceiros não usuários do serviço público quando se acidentarem por um ônibus coletivo, por exemplo, terão o direito de ser indenizados, conforme trechos da decisão abaixo:

> *AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (§ 6º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. TERCEIRO NÃO USUÁRIO DO SERVIÇO. TEORIA OBJETIVA. PRECEDENTE PLENÁRIO. 1. No julgamento do RE 591.874, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, revendo sua própria jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal* ***concluiu que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem de forma objetiva por danos causados a terceiros não usuários do serviço****. 2. Agravo regimental desprovido.*
>
> *(STF - AI: 779629 MG, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 17/05/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-163 DIVULG 24-08-2011 PUBLIC 25-08-2011 EMENT VOL-02573-05 PP-00734)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

39. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

Numa olimpíada de Matemática realizada numa escola pública municipal, além dos alunos matriculados na escola que sediou a competição, vieram alunos de diversas localidades, inclusive de outros municípios. Durante o evento, um dos bancos da arquibancada se desprendeu e caiu, causando lesões corporais em alguns espectadores do evento. Diante do ocorrido,

a) são solidariamente responsáveis o poder público municipal e os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade escolar, devendo, em razão disso, incidir a modalidade de responsabilidade subjetiva.

b) o poder público municipal onde foi sediado o evento é responsável pelos danos causados, demonstrado o nexo de causalidade entre a omissão dos agentes públicos que realizavam a manutenção do equipamento e os danos causados tanto nos alunos, quanto nos visitantes.

c) por se tratar de acidente e, portanto, força-maior, não há como responsabilizar o poder público, possível, no entanto, imputar responsabilidade diretamente aos agentes públicos que organizaram o evento, que não garantiram as adequadas condições de segurança.

d) a municipalidade é responsável pelos danos porventura causados nos alunos matriculados na escola que sediou o evento, porque submetidos à sua custódia, cabendo aos demais entes públicos responsáveis pelos alunos visitantes a reparação dos danos por esses sofridos.

e) há responsabilidade objetiva da municipalidade em relação aos danos causados nos alunos e visitantes, vedado direito de regresso em face dos dirigentes da unidade por se tratar de caso fortuito ou força-maior.

Comentários

a) incorreto. Não existe a solidariedade na responsabilização do dano causado. Ou seja, quando fica comprovada a responsabilidade do Estado de forma objetiva, o agente público poderá sofrer uma ação regressiva. No caso em análise, ocorreu uma omissão por parte do poder público municipal (omissão específica), podendo gerar a responsabilidade objetiva.

b) correto. O enunciado trata sobre a omissão especifica, ou seja, quando o Estado tem o dever de guarda, cautela, proteção, como se vê nas escolas, presídios, repartições públicas. Para a ocorrência se configurar é necessário que ocorra a formação do nexo de causalidade.

C)incorreto. O município responde objetivamente pelos atos causados pelos seus agentes (ato comissivo). Já nos atos omissivos, a responsabilidade do município será objetiva ou subjetiva. No caso em análise, a responsabilidade dos organizadores é subjetiva, devendo ser apurados a culpa ou dolo pela omissão constatada em ação regressiva. Por fim, não houve força maior e sim omissão do município.

d)incorreto. Caberá a responsabilidade em sua totalidade ao município, desde que não haja indícios de que houve culpa exclusiva das vítimas.

e) incorreto. O direito de regresso é permitido sob o manto da teoria do risco administrativo. Por fim, no caso em análise, ocorreu uma omissão do poder público e não caso fortuito e nem força maior.

Gabarito: Letra B.

---

40. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador Municipal

Assinale a alternativa correta.

a) O Procurador Municipal tem responsabilidade solidária com a Administração Pública pelos pareceres jurídicos que apresenta.

b) A pessoa que sofrer um dano por parte da administração direta não poderá ajuizar ação indenizatória diretamente contra o agente público causador direto do prejuízo.

c) O Poder Público tem responsabilidade objetiva pelos seus atos de omissão na prestação de serviços públicos obrigatórios.

d) A responsabilidade civil da administração pública se aplica da mesma maneira entre as empresas públicas prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

Comentários

a) incorreto. A responsabilidade do Estado será objetiva, independente da comprovação de culpa ou dolo do agente público. Já a responsabilidade do Procurador Municipal será subjetiva, devendo ser apurados culpa ou dolo na conduta.

b) correto. O Gabarito da banca anotou esta assertiva como correta. Porém, existe divergência doutrinária e também do STF e STJ sobre o tema. Alguns doutrinadores aceitam a tese de que se pode buscar a reparação diretamente do agente público causador do dano. Já outros admitem apenas a cobrança do Estado e este se encarrega de ajuizar ação regressiva contra o agente público. Além disso, o STJ tem entendimento pela possibilidade de ajuizamento de ação diretamente contra o agente público. Já o STF é contrário, aplicando a tese de que não se pode ajuizar ação diretamente contra o agente público causador do dano.

c)incorreto. Quando a omissão for geral, a responsabilidade do Estado é subjetiva. Já quando a omissão for específica, a responsabilidade é objetiva.

d)incorreto. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços público estão sujeitas à responsabilidade objetiva do Estado, conforme §6º, art. 37 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *(...)*
>
> ***§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)***

Já as pessoas jurídicas de direito privado que exercem atividade econômica respondem de forma subjetiva pelos atos que seus agentes causarem a terceiros.

Gabarito: Letra B.

---

41. 2016/FUNRIO/PREFEITURA DE ITUPEVA-SP/Procurador Municipal

Paulo é condutor de veículo de propriedade do município X tendo colidido com outro veículo de propriedade particular. O evento gerou danos ao patrimônio municipal correspondente a dez mil reais. Após decorridos dez anos o município ajuizou ação de ressarcimento do referido prejuízo diante da constatação de culpa do condutor. De acordo com a jurisprudência assente no Supremo Tribunal Federal a ação de cobrança dos danos causados, no caso em tela:

a) seria imprescritível.

b) teria prazo de três anos para o seu exercício.

c) deveria ser proposta no prazo de até vinte anos.

d) seria proposta após o final do processo penal.

e) deveria ocorrer após a aposentadoria do condutor.

Comentários

O tema foi tratado no informativo nº 813 do STF, nos seguintes termos:

> ***É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil.*** *Esse o entendimento do Plenário, que em conclusão de julgamento e por maioria, negou provimento a recurso extraordinário em que discutido o alcance da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no § 5º do art. 37 da CF ("§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento"). No caso, o Tribunal de origem considerara prescrita a ação de ressarcimento de danos materiais promovida com fundamento em acidente de trânsito, proposta em 2008, por dano ocorrido em 1997 — v. Informativo 767. O Colegiado afirmou não haver dúvidas de que a parte final do dispositivo constitucional em comento veicularia, sob a forma da imprescritibilidade, ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público. Todavia, não seria adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado, ou limitado apenas pelo conteúdo material da pretensão a ser exercida — o ressarcimento — ou pela causa remota que dera origem ao desfalque no erário — ato ilícito em sentido amplo. De acordo com o sistema constitucional, o qual reconheceria a prescritibilidade como princípio, se deveria atribuir um sentido estrito aos ilícitos previstos no § 5º do art. 37 da CF. No caso concreto, a pretensão de ressarcimento estaria fundamentada em suposto ilícito civil que, embora tivesse causado prejuízo material ao patrimônio público, não revelaria conduta revestida de grau de reprovabilidade mais pronunciado, nem se mostraria especialmente atentatória aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública. Por essa razão, não seria admissível reconhecer a regra excepcional de imprescritibilidade. Seria necessário aplicar o prazo prescricional comum para as ações de indenização por responsabilidade civil em que a Fazenda figurasse como autora. Ao tempo do fato, o prazo prescricional seria de 20 anos de acordo com o CC/1916 (art. 177).* ***Porém, com o advento do CC/2002, o prazo fora diminuído para três anos.*** *Além disso, possuiria aplicação imediata, em razão da regra de transição do art. 2.028, que preconiza a imediata incidência dos prazos prescricionais reduzidos pela nova lei nas hipóteses em que ainda não houvesse transcorrido mais da metade do tempo estabelecido no diploma revogado. A Corte pontuou que a situação em exame não trataria de imprescritibilidade no tocante a improbidade e tampouco envolveria matéria criminal. Assim, na ausência de contraditório, não seria possível o pronunciamento do STF sobre tema não ventilado nos autos. Vencido o Ministro Edson Fachin, que provia o recurso. Entendia que a imprescritibilidade constitucional deveria ser estendida para as ações de ressarcimento decorrentes de atos ilícitos que gerassem prejuízo ao erário.*
>
> ***RE 669069/MG, rel. Min. Teori Zavascki, 3.2.2016. (RE-669069)*** *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, o prazo para ajuizamento de ação de reparação civil é de 3 anos nos casos em que o Estado for o autor. A ressalva existe para as ações de ressarcimento que, até a presente data, permanecem imprescritíveis.

Gabarito: Letra B.

---

42. 2016/IBEG/PREFEITURA DE GUARAPARI-ES/Procurador Municipal

Com relação à responsabilidade civil do estado é incorreto afirmar que:

a) a fixação do valor da indenização, não se deve aplicar o critério referente à teoria da perda da chance, e sim o da efetiva extensão do dano causado (art. 944 do CC), na hipótese em que o Estado tenha sido condenado por impedir servidor público, em razão de interpretação equivocada, de continuar a exercer de forma cumulativa dois cargos públicos regularmente acumuláveis.

b) É imprescritível a pretensão de recebimento de indenização por dano moral decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção.

c) A Administração Pública está obrigada ao pagamento de pensão e indenização por danos morais no caso de morte por suicídio de detento ocorrido dentro de estabelecimento prisional mantido pelo Estado.

d) Na hipótese de dano causado a particular por agente público no exercício de sua função, não há de se conceder ao lesado a possibilidade de ajuizar ação diretamente contra o agente.

e) Aplica-se o prazo prescricional quinquenal – previsto no art. 1º do Dec. n. 20.910/1932 – às ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, e não o prazo prescricional trienal – previsto no art. 206, § 3º, V, do CC/2002.

Comentários

a) correto. O tema foi tratado no informativo nº 530 do STJ a seguir exposto:

> *DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.* ***Na fixação do valor da indenização, não se deve aplicar o critério referente à teoria da perda da chance, e sim o da efetiva extensão do dano causado (art. 944 do CC), na hipótese em que o Estado tenha sido condenado por impedir servidor público, em razão de interpretação equivocada, de continuar a exercer de forma cumulativa dois cargos públicos regularmente acumuláveis.*** *Na hipótese de perda da chance, o objeto da reparação é a perda da possibilidade de obter um ganho como provável, sendo que há que fazer a distinção entre o resultado perdido e a possibilidade de conseguilo. A chance de vitória terá sempre valor menor que a vitória futura, o que refletirá no montante da indenização. Contudo, na situação em análise, o dano sofrido não advém da perda de uma chance, pois o servidor já exercia ambos os cargos no momento em que foi indevidamente impedido de fazê-lo, sendo este um evento certo, em relação ao qual não restam dúvidas. Não se trata, portanto, da perda de uma chance de exercício cumulativo de ambos os cargos, porque isso já ocorria, sendo que o ato ilícito imputado ao ente estatal gerou dano de caráter certo e determinado, que deve ser indenizado de acordo com sua efetiva extensão (art. 944 do CC). REsp 1.308.719-MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 25/6/2013. (grifos não constantes do original)*

b) correto. As ações de indenizações por danos morais decorrentes de fatos ocorridos durante a ditadura são imprescritíveis, conforme trecho de decisão do STF sobre o tema:

> *RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PRISÃO E TORTURA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CONTRARIEDADE DO ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.* ***RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO****. Relatório 1. Recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.* ***AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE DE PRETENSÃO***

INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DURANTE O PERÍODO DE EXCEÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.º DO DECRETO N.º 20.910/32. *VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC QUE NÃO SE VERIFICA. CONFIGURAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO E REDUÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Constatado que a Corte de origem empregou fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, é de se afastar a alegada violação do art. 535 do CPC. 2.* ***A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "As ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura ocorridos durante o Regime Militar de exceção são imprescritíveis. Inaplicabilidade do prazo prescricional do art. 1º do Decreto 20.910/1932."*** *(EREsp nº 816.209/RJ, Relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, in DJe 10/11/2009). Isso, porque as referidas ações referem-se a período em que a ordem jurídica foi desconsiderada, com legislação de exceção, havendo, sem dúvida, incontáveis abusos e violações dos direitos fundamentais, mormente do direito à dignidade da pessoa humana. Precedentes: REsp 959.904/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, Dje 29/9/2009; AgRg no Ag 970.753/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJe 12/11/2008; REsp 449.000/PE, Rel. Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, DJ 30/6/2003.*

(...)

(STF - RE: 667534 DF, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 18/03/2012, Data de Publicação: DJe-064 DIVULG 28/03/2012 PUBLIC 29/03/2012) ***(grifos não constantes do original)***

c)correto. O Estado só se eximiria de responsabilidade caso comprovasse que era impossível impedir o acontecido (suicídio), conforme veremos abaixo:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – MORTE DE DETENTO – PRECEDENTE DO SUPREMO – SEGUIMENTO – NEGATIVA. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, reformando parcialmente o entendimento do Juízo, reconheceu a responsabilidade objetiva do Estado diante da morte de detento sob sua custódia. No extraordinário, o recorrente alega a violação dos artigos 5º, inciso XLIX, e 36, § 6º, da Constituição Federal. Aduz que o evento morte teria se dado mesmo em liberdade. Procura afastar sua responsabilidade por ausência de nexo de causalidade. 2. A decisão impugnada está em harmonia com a jurisprudência do Supremo. O Pleno, no recurso extraordinário nº 841.526, julgado sob o regime da repercussão geral, consignou, em síntese: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ***REPERCUSSÃO GERAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR MORTE DE DETENTO.*** *ARTIGOS 5º, XLIX, E 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1.* ***A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo,*** *tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral. 2.* ***A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos*** *em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. 3. É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). 4.* ***O dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal,*** *na forma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. 5. Ad impossibilia nemo tenetur,* ***por isso que nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se contra legem e a opinio doctorum a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional.*** *6. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como, v. g., homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, sendo que nem sempre será possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. 7.* ***A responsabilidade civil estatal resta conjurada nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa***

impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso.

(...)

(STF - RE: 1177865 AM - AMAZONAS, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 14/12/2018, Data de Publicação: DJe-272 19/12/2018) ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Nos termos da Jurisprudência do STJ, é permitida a propositura de ação de indenização diretamente contra o agente público. Já o STF não permite. Dessa forma, a alternativa está incorreta segundo o gabarito da banca, seguindo a linha do STJ.

e) correto. Trata a assertiva sobre o prazo prescricional para a propositura de ação indenizatória contra o Estado. O STJ tem definido que o prazo é de 5 anos da ocorrência do dano conforme jurisprudência a seguir:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (ART. 1º DO DECRETO20.910/32) X PRAZO TRIENAL (ART. 206, § 3º, V, DO CC). PREVALÊNCIADA LEI ESPECIAL. ORIENTAÇÃO PACIFICADA NO ÂMBITO DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada ao prazo prescricional em ação indenizatória ajuizada contra a Fazenda Pública, em face da aparente antinomia do prazo trienal (art. 206, § 3º, V, do Código Civil) e o prazo quinquenal (art. 1º do Decreto 20.910/32). 2. O tema analisado no presente caso não estava pacificado, visto que o prazo prescricional nas ações indenizatórias contra a Fazenda Pública era defendido de maneira antagônica nos âmbitos doutrinário e jurisprudencial.

(...)

3. Entretanto, não obstante os judiciosos entendimentos apontados, ***o atual e consolidado entendimento deste Tribunal Superior sobre o tema é no sentido da aplicação do prazo prescricional quinquenal -previsto do Decreto 20.910/32 - nas ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública, em detrimento do prazo trienal contido do Código Civil de 2002.4.*** *O principal fundamento que autoriza tal afirmação decorre da natureza especial do Decreto 20.910/32, que regula a prescrição, seja qual for a sua natureza, das pretensões formuladas contra a Fazenda Pública, ao contrário da disposição prevista no Código Civil, norma geral que regula o tema de maneira genérica, a qual não altera o caráter especial da legislação, muito menos é capaz de determinar a sua revogação.*

(...)

(STJ - REsp: 1251993 PR 2011/0100887-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 12/12/2012, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/12/2012) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

43. 2016/TRF-3ª REGIÃO /TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa incorreta.

a) Em regra, em casos de suicídio de preso dentro do estabelecimento prisional, embora configurada responsabilidade objetiva do Estado, não há dever de indenizar já que o dano decorre de culpa exclusiva da vítima.

b) A responsabilidade por danos ao meio ambiente, decorrentes da atividade ou do empreendimento, independe da demonstração da ilicitude do ato.

c) A violência praticada por aluno em face de outro aluno dentro de escola pública é hipótese que implica responsabilidade objetiva do Estado e seu respectivo dever de indenizar.

d) Doutrina e jurisprudência divergem sobre a possibilidade de acionamento do servidor público diretamente pelo terceiro prejudicado ("per saltum"), havendo precedentes das Cortes Superiores em ambos os sentidos.

Comentários

a) incorreto. Trata-se o caso de morte de detento por suicídio. Em recente julgado do STF (informativo 819), os ministros têm defendido a seguinte tese:

> *Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, XLIX, da CF, o Estado é responsável pela morte de detento. Essa a conclusão do Plenário, que desproveu recurso extraordinário em que discutida a responsabilidade civil objetiva do Estado por morte de preso em estabelecimento penitenciário. No caso, o falecimento ocorrera por asfixia mecânica, e o Estado-Membro alegava que, havendo indícios de suicídio, não seria possível impor-lhe o dever absoluto de guarda da integridade física de pessoa sob sua custódia. O Colegiado asseverou que a responsabilidade civil estatal, segundo a CF/1988, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto paras as omissivas, uma vez rejeitada a teoria do risco integral. Assim, a omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nas hipóteses em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso. Além disso, é dever do Estado e direito subjetivo do preso a execução da pena de forma humanizada, garantindo-se-lhe os direitos fundamentais, e o de ter preservada a sua incolumidade física e moral. Esse dever constitucional de proteção ao detento somente se considera violado quando possível a atuação estatal no sentido de garantir os seus direitos fundamentais, pressuposto inafastável para a configuração da responsabilidade civil objetiva estatal. Por essa razão, nas situações em que não seja possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade. Afasta-se, assim, a responsabilidade do Poder Público, sob pena de adotar-se a teoria do risco integral, ao arrepio do texto constitucional. A morte do detento pode ocorrer por várias causas, como homicídio, suicídio, acidente ou morte natural, não sendo sempre possível ao Estado evitá-la, por mais que adote as precauções exigíveis. Portanto, a responsabilidade civil estatal fica excluída nas hipóteses em que o Poder Público comprova causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso. Na espécie, entretanto, o tribunal "a quo" não assentara haver causa capaz de romper o nexo de causalidade da omissão do Estado-Membro com o óbito. Correta, portanto, a decisão impositiva de responsabilidade civil estatal.*
>
> ***RE 841526/RS, rel. Min. Luiz Fux, 30.3.2016. (RE-841526)*** *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, é cabível a indenização por configurar a responsabilidade objetiva do Estado.

b) correto. A responsabilidade pelos danos ambientais se submete a teoria do risco integral, ou seja, independe da comprovação de participação das vítimas.

c) correto. Houve a omissão específica, gerando a responsabilidade objetiva do Estado tendo por consequência o dever do Estado de indenizar a vítima.

d) correto. Existe a divergência doutrinária e jurisprudencial no tocante à possiblidade de ajuizamento de ação do particular contra o agente público que praticou o ato danoso. O STJ tem entendimento a favor da propositura das ações. Já para o STF, a medida é incabível, por considerar que o agente público só pode ser processado pelo próprio Estado em ação regressiva.

Gabarito: Letra A.

---

44. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador Municipal

Indivíduo adquire veículo caminhão de particular e efetua normalmente o devido registro junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP. Quinze dias após a aquisição, ao trafegar em rodovia, ao ser parado para fiscalização, verifica-se que o veículo caminhão havia sido furtado um mês antes da aquisição e, por consequência, o bem é apreendido. O indivíduo ajuíza ação de indenização contra o Estado de São Paulo.

Considerando a forma como a responsabilidade civil do Estado é prevista no ordenamento pátrio, é correto afirmar que a ação do indivíduo deve ser julgada

a) improcedente, pois embora tenha havido falha no registro estatal que não continha a informação sobre o furto, não há nexo de causalidade entre o ato perpetrado pelo órgão estadual e os danos experimentados pelo autor.

b) procedente, pois a responsabilidade civil do Estado é objetiva, sendo assim, o Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros.

c) parcialmente procedente, pois a culpa é concorrente, do Estado, que não manteve os devidos registros, e do indivíduo que adquiriu o veículo sem tomar as devidas cautelas quanto à verificação da origem do veículo.

d) improcedente, pois a responsabilidade civil do Estado na Constituição Federal de 1988 é subjetiva, tendo como pressupostos que a conduta praticada seja contrária ao direito e haja inobservância de dever legal.

e) procedente, pois resta demonstrada a culpa, na modalidade omissiva, do Estado, ao deixar de manter os cadastros devidamente atualizados, com a informação de que o veículo havia sido furtado.

Comentários

O tema é pacificado na jurisprudência do STJ, conforme os julgados abaixo:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. *VISTORIA QUE CONSIDERA REGULAR A SITUAÇÃO DO VEÍCULO. POSTERIOR APREENSÃO POR SE TRATAR DE VEÍCULO FURTADO.* ***1.*** *A responsabilidade pela perda de veículo decorrente de ato da polícia judiciária, em razão de tratar-se de veículo furtado, não pode ser imputada ao órgão de trânsito que realizou a vistoria, ainda que esta tenha sido*

realizada em data anterior à da alienação do bem. ***Precedentes do STF. 2. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Agravo regimental não provido (EDcl no AREsp n. 114.186, Relator Ministro CASTRO MEIRA, Julgamento em 25/06/2013, Dje. 23/10/2013).*** *(grifos não constantes do original)*

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VISTORIA. LICENCIAMENTO. APREENSÃO POSTERIOR DO VEÍCULO. ADULTERAÇÃO DE CHASSI. *NEXO DE CAUSALIDADE NÃO CONFIGURADO. 1. Na espécie, a origem deixou consignado que foi realizada vistoria, com liberação de registro e licenciamento do veículo, o qual, posteriormente, veio a ser apreendido em razão da adulteração de chassi que preexistia à realização da vistoria. 2. Na hipótese dos autos, não há nexo causal entre a vistoria negligente e a posterior apreensão do veículo por adulteração de chassi, já que o ato da Administração não caracteriza o ato ilícito que ensejou a apreensão.* ***Precedentes. 3. A pretensão recursal no sentido da pura e simples descaracterização do nexo causal não requer a revisão de fatos e provas, bastando, para tanto, analisar se a liberação do registro e licenciamento do veículo após vistoria é conduta suficiente a ensejar responsabilidade civil em razão da apreensão do mesmo automotor por adulteração de chassi - tendo o Superior Tribunal de Justiça à conclusão de que a conduta ilícita que perpetrou o dano ao agravante é anterior à conduta do Estado. 4. Irrelevante, ainda, asseverar se a tradição foi anterior ou posterior à vistoria, pois o que ficou expresso na origem, e é importante para o bom deslinde da controvérsia, é o fato de que a adulteração do chassi - que levou à apreensão do veículo - é conduta não imputável ao Estado. 5. Agravo regimental não provido"(STJ, AgRg no Ag 1271648/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/11/2010).*** *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, o DETRAN (Estado) não se responsabiliza pelas eventuais práticas ilícitas vinculadas ao veículo, por falta de nexo de causalidade.

Gabarito: Letra A.

---

45. 2016/VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE POÁ-SP/Procurador

Supondo que a cidade de Poá fosse assolada por uma tempestade de grandes proporções que provocasse prejuízos materiais a toda população, sendo que, ao final das apurações, ficasse comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis. Diante dessa situação, é correto afirmar que

a) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o nexo de causalidade, não existiu.

b) a municipalidade deverá ser responsabilizada civilmente, pois na hipótese de fatos imprevisíveis não há necessidade de comprovação do nexo de causalidade.

c) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria do risco integral.

d) estará afastada a responsabilidade civil da municipalidade, pois um de seus pressupostos, o fato administrativo, não existiu.

e) mesmo não existindo o nexo de causalidade, deverá a municipalidade ser responsabilizada, diante da aplicação da teoria da culpa administrativa.

Comentários

a) correto. A ocorrência do caso fortuito ou de força maior são algumas das hipóteses que afastam a responsabilidade objetiva do Estado por conta de não configuração do nexo de causalidade entre a conduta dos agentes públicos e o dano.

b) incorreto. O município não será responsabilizado, uma vez que o nexo de causalidade é elemento essencial para a comprovação da responsabilidade objetiva do ente municipal.

c)incorreto. A regra geral é a aplicação da teoria do risco administrativo. Por este, para que ocorra a responsabilização é necessário o preenchimento dos três requisitos: conduta, dano e nexo de causalidade. Admite-se a exclusão da responsabilidade do Estado ou a sua diminuição a depender da participação da vítima (culpa concorrente ou culpa exclusiva).

d)incorreto. O afastamento da responsabilidade objetiva será por conta do não atendimento do nexo de causalidade entre a conduta dos agentes e da ocorrência do dano, uma vez que a força maior ou caso fortuito tem o condão de afastar por completo a responsabilização do ente.

e) incorreto. A responsabilidade será afastada por conta da força maior e caso fortuito.

Gabarito: Letra A.

---

46. 2015/CONSESP/DAE-BAURU/Procurador Jurídico

A Constituição Federal, ao disciplinar que as pessoas jurídicas responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, adotou expressamente a teoria de

a) Otto Gierke.

b) Otto Jellinek.

c) John Maclennan.p

d) John Bachofen.

e) Otto von Bismark.

Comentários

O enunciado contém fundamentação na teoria do órgão, pela qual o agente público exerce suas atribuições visando expressar a opinião do Estado. Para Maria Sylvia de Pietro (p. 668, 2018),

> ***A teoria do órgão foi elaborada na Alemanha, por Otto Gierke,*** *merecendo grande aceitação pelos publicistas, como Michoud, Jellinek, Carré de Malberg, D Alessio, Cino Vitta, Renato Alessi, Santi Romano, Marcello Caetano, entre tantos outros.*
>
> *Com base na teoria do órgão, pode-se definir o órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.* ***(grifos não constantes do original)***

Portanto, gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

47. 2015/FCC/TRT-23ª REGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

Era janeiro e, portanto, época de férias escolares. Os alunos da escola de ensino fundamental municipal de uma cidade litorânea participavam de um campeonato de natação, que consistia em uma travessia de 3 km, largando da praia em direção a uma conhecida ilha, onde era o ponto de chegada. A competição é anualmente organizada pela Municipalidade, mas nessa edição contou com patrocínio de empresa detentora de tradicional marca de protetores solares, possibilitando sensível melhoria nos equipamentos de segurança, fiscalização e resgate ao longo de todo o trajeto, além de disponibilização de embarcações de apoio aos nadadores.

Não obstante, durante o trajeto um dos alunos acabou não resistindo à força da corrente marítima e se afastou do grupo. Constatado o desaparecimento e, horas após o início das buscas, noticiado o acidente fatal, a família da vítima, inconformada,

a) deve demandar judicialmente a União Federal, responsável jurídica, por ser a titular do domínio das praias e do mar, existindo, em decorrência, dever de vigilância, facultado, ainda, litisconsórcio ativo com a empresa patrocinadora do evento, responsável financeira pelos danos.

b) pode demandar a Municipalidade, demonstrando o nexo de causalidade entre a má prestação do dever de salvaguardar e vigiar os nadadores, na qualidade de organizadora do evento, e os danos experimentados pela vítima, pleiteando responsabilização objetiva, incluídos danos morais, embora não haja submissão à teoria do risco integral.

c) pode demandar judicialmente os patrocinadores do evento, tendo em vista que foram os responsáveis pela equipe de segurança e salvamento, para responsabilizá-los objetivamente pelos danos morais e materiais sofridos.

d) não possui direito à indenização, tendo em vista que o aluno se inscreveu voluntariamente na competição, sendo o exclusivo responsável pela sua condição física e capacidade de conclusão do trajeto.

e) deve demandar a Municipalidade, em razão de se tratar de aluno de escola municipal e, portanto, com vínculo jurídico direto, respondendo objetivamente pelos danos materiais ocorridos, excluídos eventuais danos morais em razão do evento danoso ter se dado fora das dependências escolares e do período regular de aulas, quando o risco é integralmente assumido pelo ente político.

Comentários

a) incorreto. A União Federal não pode ser responsabilizada, pois não participou da organização do evento, faltando a observância dos 3 requisitos essenciais para a comprovação da responsabilidade objetiva: conduta, dano e nexo de causalidade.

b) correto. Como organizador maior do evento, o município deve responder objetivamente pelo ocorrido, por preencher os três requisitos essências: conduta, dano e nexo de causalidade. Em relação à responsabilidade da empresa patrocinadora, esta pode ser apurada de forma subjetiva, ou seja, se teve culpa ou dolo.

c)incorreto. A responsabilidade dos patrocinadores é subjetiva, devendo apurar culpa ou dolo.

d)incorreto. O Estado responde objetivamente pelo fato ocorrido, cabendo inclusive indenização por danos materiais e morais. Para Hely Lopes Meirelles (p. 786 e 787, 2016),

> ***Por isso,*** *incide a responsabilidade civil objetiva quando a Administração Pública assume o compromisso de velar pela integridade física da pessoa e esta vem a sofrer um dano decorrente da omissão do agente público naquela vigilância.* ***Assim, alunos da rede oficial de ensino, pessoas internadas em hospitais públicos ou detentos, caso sofram algum dano quando estejam sob a guarda imediata do Poder Público, têm direito à indenização*** *salvo se ficar comprovada a ocorrência de alguma causa excludente daquela responsabilidade estatal. (grifos não constantes do original)*

e) incorreto. O município responde objetivamente por conta de ser o organizador maior do evento e não pelo aluno ser matriculado em escola municipal.

Gabarito: Letra B.

---

48. 2015/FCC/DPE-MA/Defensor Público

Com vistas a unir esforços na execução do serviço público de coleta e tratamento de lixo, os municípios A e B estabelecem consórcio público, na modalidade de associação pública, nos termos da Lei Federal n° 11.107/2005, para fins de gestão dos resíduos sólidos gerados pelos seus cidadãos. Em caso de danos causados aos cidadãos, na prestação do serviço pelo referido consórcio, é correto afirmar que haverá responsabilidade

a) subsidiária e objetiva do Estado, haja vista que havendo gestão associada de serviços públicos, a entidade hierarquicamente deve atuar como garantidora do serviço.

b) direta e objetiva dos municípios consorciados, que serão solidários nessa responsabilidade.

c) direta e objetiva do município em cujo território ocorrer o dano, havendo responsabilidade subsidiária do outro município partícipe da relação consorcial.

d) direta e subjetiva dos municípios consorciados, haja vista que falharam no dever de fiscalização do consórcio.

e) direta e objetiva do consórcio público.

Comentários

Os consórcios públicos são uma gestão associada de vários entes com o objetivo de executar a atividades públicas de interesse comum. Quando criados, adquirem personalidade de direito público e de direito privado, nos termos dos incisos I e II do art. 6º da Lei 11.107/2005, *in verbis:*

> *Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*

> *I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*
>
> *II – de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.*
>
> *§ 1º O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.*

Por conta de serem considerados como associações públicas, nos casos em que adquirem personalidade jurídica de direito público, se sujeitam às mesmas regras de responsabilização civil das entidades da administração direta e indireta, como prevê o art. 37, §6º da CF/88, in *verbis*:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *(...)*
>
> ***§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (grifos não constantes do original)***

Com isso, os consórcios públicos considerados associações públicas estão sujeitos a responsabilidade civil objetiva com base na teoria do risco integral.

Dessa forma, o gabarito é letra E.

Gabarito: Letra E.

---

49. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito

Cada uma das próximas opções apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com referência à responsabilidade civil do Estado. Assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Diante da interrupção do fornecimento de energia elétrica, determinada empresa ajuizou ação de indenização contra o estado da Federação em que estava localizada, postulando a reparação de danos materiais e morais sofridos em decorrência da falha no serviço. Nessa situação, o juiz deverá rejeitar o pedido de indenização quanto aos danos morais, uma vez que pessoa jurídica não tem como sofrer esse tipo de dano.

b) Paulo ingressou na administração pública de um estado da Federação por decisão judicial que lhe reconhecera o direito a nomeação e posse em cargo público. Posteriormente, o servidor ajuizou ação contra o referido estado, pedindo indenização pelo dano material sofrido por não ter recebido as remunerações pelo cargo no período transcorrido entre o ajuizamento da ação e a decisão judicial definitiva. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência atual, o juiz deve rejeitar o pedido de Paulo, pois o pagamento de remuneração a servidor público sem efetivo exercício do cargo e o reconhecimento dos correspondentes efeitos funcionais ensejariam enriquecimento sem causa.

c) Tiago ajuizou ação de indenização contra um estado da Federação, alegando a responsabilidade objetiva do Estado por danos decorrentes de acidente de trânsito que havia sofrido em rodovia estadual, provocado pela má conservação da pista e falta de sinalização. O estado requereu a denunciação à lide da empresa que havia contratado para prestar serviços de conservação da rodovia. Nessa situação, o juiz deve acatar o pedido do estado, por ser obrigatória a denunciação à lide da mencionada empresa na ação movida por Tiago, que é fundada na responsabilidade objetiva do Estado.

d) Lucas, que cumpria pena em presídio de um estado da Federação, faleceu em consequência de agressões cometidas por outro detento. O pai da vítima ajuizou ação de indenização contra o referido estado fundada na responsabilidade objetiva. Nessa situação, o juiz deve reconhecer o descabimento do pedido, considerando que a morte de detento sob custódia enseja a responsabilidade civil subjetiva do Estado.

e) Em determinada ação judicial movida por vítima de disparo acidentalmente efetuado por policial militar, figuraram no polo passivo da relação jurídica processual o Estado e o agente responsável pelo disparo. Nessa situação, eventual decisão do juiz que exclua o militar da relação processual extinguirá o direito do Estado de ajuizar ação de regresso contra o servidor.

Comentários

a) incorreto. Nos termos da súmula 227 do STJ, "a pessoa jurídica pode sofrer dano moral".

b) correto. **A assertiva está em consonância com o entendimento do STF, conforme abaixo:**

> *Agravo regimental nos embargos de divergência no agravo regimental no recurso extraordinário. Responsabilidade civil do Estado. Investidura tardia em cargo público por força de decisão judicial.* ***Inexistência de direito indenizatório.*** *Processual. Ausência de demonstração da divergência. 1. Mostram-se incabíveis embargos de divergência quando não há diversidade de interpretação de uma mesma norma constitucional. 2. No julgamento do RE nº 724.347/DF-RG, o Tribunal assentou que,* ***na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus a indenização sob o fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.*** *3. Agravo regimental a que se nega provimento.(STF - AgR-EDv-AgR RE: 653935 DF - DISTRITO FEDERAL, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 25/11/2015, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-018 01-02-2016)* ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A denunciação da lide é facultativa. Vejamos o entendimento do STJ sobre o tema:

> *ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ERRO MÉDICO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. FACULDADE. Nas demandas em que se discute a responsabilidade civil do Estado, a denunciação da lide ao agente causador do suposto dano é facultativa, cabendo ao magistrado avaliar se o ingresso do terceiro ocasionará prejuízo à economia e celeridade processuais. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 139358 SP 2012/0030135-1, Relator: Ministro ARI PARGENDLER, Data de Julgamento: 26/11/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 04/12/2013) (grifos não constantes do original)*

d)incorreto. É cabível a responsabilidade objetiva do Estado, pois este tinha o dever de preservar a integridade física do detento. Para Hely Lopes Meirelles (p. 786 e 787, 2016),

> ***Por isso,*** *incide a responsabilidade civil objetiva quando a Administração Pública assume o compromisso de velar pela integridade física da pessoa e esta vem a sofrer um dano decorrente da omissão do agente público naquela vigilância.* ***Assim, alunos da rede oficial de ensino, pessoas internado em hospitais públicos ou detentos, caso sofram algum dano quando estejam sob a guarda imediata do Poder Público, têm direito à indenização*** *salvo se ficar comprovada a ocorrência de alguma causa excludente daquela responsabilidade estatal. (grifos não constantes do original)*

e) incorreto. Independentemente da exclusão ou não do agente público do polo passivo pelo juiz, poderá o Estado ajuizar ação autônoma (ação regressiva) contra o servidor para apuração de responsabilidade.

Gabarito: Letra B.

---

50. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/Procurador

"ACIDENTE DE TRÂNSITO - Responsabilidade civil do Estado - Bicicleta colhida por veículo oficial - Culpa da vítima não demonstrada - Aplicação da teoria do risco integral - Indenização devida".

Analise a ementa acima transcrita e assinale a alternativa correta

a) No Brasil, aplica-se a teoria do risco integral.

b) No processo evolutivo da responsabilização extracontratual do Estado, foi admitida, na sua origem, a irresponsabilidade estatal, porém mitigada pela responsabilidade pessoal do soberano.

c) A responsabilidade objetiva contempla a falta do serviço ("faute du service") e admite hipóteses de atenuantes e excludentes.

d) A culpa de vítima e o caso fortuito são circunstâncias que atenuam ou excluem a responsabilidade estatal, porém haverá necessariamente a denunciação à lide do funcionário envolvido no dano.

e) A responsabilidade objetiva depende da caracterização do nexo de causalidade entre o fato e o dano.

Comentários

a) incorreto. No Brasil aplica-se a teoria do Risco Administrativo, em regra.

b) incorreto. Na época em que vigorava a irresponsabilidade do Estado era impensável a mitigação para responsabilizar o soberano.

c)incorreto. A falta do serviço se refere à responsabilidade subjetiva, não guardando relação com a responsabilidade objetiva.

d)incorreto. A denunciação à lide atualmente é facultativa depois da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.

e) correto. Para a configuração da responsabilidade objetiva é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos: conduta, dano e nexo de causalidade.

Gabarito: Letra E.

51. 2015/ FCC / MANAUSPREV /Procurador Autárquico

O Tabelionato de Notas de um determinado município procedeu ao reconhecimento de firma de uma procuração que outorgava poderes para alienação de um imóvel. Apurou-se, posteriormente, que a assinatura era falsa e que a procuração fora efetivamente utilizada no processo de alienação, lesando o real titular do domínio do bem. Diante desse cenário, afigura-se como solução coerente com o ordenamento jurídico a

a) responsabilização objetiva do Estado, em decorrência da atividade notarial, exercida por meio de delegação do Poder Público, sem prejuízo do direito de regresso em face do causador dos danos.

b) responsabilidade objetiva do delegatário do serviço público e a responsabilidade subjetiva do funcionário que reconheceu a firma, sem prejuízo do direito de regresso em face do Estado.

c) responsabilização pessoal do funcionário que reconheceu a firma, eximindo-se o Tabelião e o Estado do dever de indenização aos prejudicados, salvo se comprovado dolo.

d) responsabilização subjetiva do delegatário do serviço público prestado, mediante comprovação de culpa, tendo em vista que o regime privado do serviço afasta qualquer pretensão indenizatória em face do Tabelião ou do Estado.

e) responsabilidade objetiva pura do Tabelião e a responsabilidade subjetiva do Estado, que só responde subsidiariamente mediante a comprovação de dolo ou culpa.

Comentários

A questão trata sobre a responsabilidade dos tabeliães pelos atos praticados no exercício da função delegada de prestador de serviços públicos. A jurisprudência do STF tem entendimento pacificado no sentido de que o Estado responde objetivamente pelos atos praticados pelos tabeliães, cabendo ação regressiva contra eles em caso de culpa ou dolo. A seguir um julgado do STF sobre o tema:

> *Vistos. Estado do Paraná interpõe agravo de instrumento contra a decisão que não admitiu recurso extraordinário assentado em contrariedade ao artigo 37, § 6º, e 236 da Constituição Federal. Insurge-se, no apelo extremo, contra acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça daquele Estado, assim do: APELAÇÃO CÍVEL. REPARAÇÃO DE DANOS. TABELIONATO. COMPRA DE IMÓVEL. ANULAÇÃO JUDICIALMENTE POR FALSIDADE DO INSTRUMENTO PÚBLICO DE MANDATO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO TITULAR DO TABELIONATO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ART. 37, § 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APELAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, PROVIDA PARCIALMENTE, PARA EXCLUSÃO DOS DANOS MORAIS. APELAÇÃO DOS AUTORES, NÃO CONHECIDA, POR EXTEMPORÂNEA.* ***Demonstrada, na alienação imobiliária, a fraude por meio de procuração pública falsa, responde objetivamente o Estado pelos danos experimentados pelos adquirentes de boa-fé. O Tabelião só responde pela indenização se demonstrada sua culpa ou dolo, no caso inexistentes. Para o caso, é excluída a indenização por danos morais, mantendo-se a sentença no tocante aos materiais e ao termo inicial dos juros*** *(a partir da citação)" (fls. 300/301)* ***(grifos não constantes do original)***
>
> *(...)*

(STF - AI: 672138 PR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 23/05/2011, Data de Publicação: DJe-110 DIVULG 08/06/2011 PUBLIC 09/06/2011)

Dessa forma, o gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

52. 2015/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Sobre a responsabilidade civil do Estado, a Lei n° 10.744/2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aereo publico, estabelece o rol de tais eventos correlatos aptos a permitir a indenização pela União. Nas alternativas abaixo, qual delas NÃO CONSTITUI evento correlato elencado na lei:

a) Ato malicioso.

b) Ato de sabotagem.

c) Depredação por passageiros.

d) Distúrbios trabalhistas.

e) Greve.

Comentários

A questão trata da Lei n° 10.744/2003 que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.

O enunciado quer saber qual dentre as alternativas se configura como hipótese de eventos em que não se permite a indenização pela União. Vejamos nos termos do §5º do art. 1º, da Lei n° 10.744/2003, as hipóteses:

> *Art. 1º Fica a União autorizada, na forma e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.*
>
> *(...)*
>
> *§ 5º* ***Os eventos correlatos, a que se refere o caput deste artigo, incluem*** *greves****, tumultos, comoções civis,*** *distúrbios trabalhistas****,*** *ato malicioso, ato de sabotagem,* ***confisco,***
>
> ***de qualquer pessoa ou pessoas a bordo da aeronave sem consentimento do explorador.*** *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, das alternativas apresentadas, apenas a da depredação por passageiros não se inclui dentre aqueles atos que podem ser indenizados pela União.

Gabarito: Letra C.

3.12 Improbidade Administrativa

1. **2019/FUNDEP/DPE-MG/Defensor Público**

Analise as afirmativas a seguir.

I. Os servidores estatutários só podem ser demitidos por improbidade administrativa após o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória.

PORQUE

II. A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa é exclusividade do Judiciário, não sendo passível a sua incidência no âmbito do processo administrativo disciplinar.

A respeito dessas afirmativas, assinale a alternativa correta.

A) As afirmativas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.

B) As afirmativas I e II são verdadeiras e a II justifica a I.

C) A afirmativa I é verdadeira e a II é falsa.

D) As afirmativas I e II são falsas.

Comentários:

As esferas civil, penal e administrativas são independentes, em regra, no que tange à punibilidade. Nessa linha, por exemplo, os artigos 125 e 126 da Lei nº 8.112, de 1990.

Assim, caso o Estatuto do Servidor Público de determinado ente da Federação fixe que a prática de ato de improbidade administrativa importe em demissão, então, ainda que o aludido ato de improbidade não esteja previsto na Lei nº 8.429, de 1992, o servidor poderá ser demitido com base no processo administrativo disciplinar circunscrito ao âmbito administrativo.

Ademais, é firme a jurisprudência no sentido de que, comprovada a improbidade administrativa do servidor, em escorreito processo administrativo disciplinar, desnecessário o aguardo de eventual sentença condenatória penal (STJ: MS 7834/DF; MS 7.861/DF).

A Lei nº 8.429, de 1992, de cunho civil, e que exige esta sim o trânsito em julgado para a punibilidade, não esgota todas as formas de improbidade administrativa e nem afasta a competência legislativa do ente da Federação de prever em seu Estatuto do Servidor os casos de improbidade nos quais, caso incida, o servidor poderá ser demitido.

Exemplo: o art. 132 da Lei nº 8.112, de 1990, fixa em seu inciso IV que a demissão do servidor será aplicada em caso de improbidade administrativa.

Logo, incorreta a assertiva I porque a demissão do estatutário não ocorre somente após decisão final condenatório, bem como incorreta a assertiva II porque pode decorrer de PAD, desde que previsto na lei do servidor público estatutário do respectivo ente da federação.

Gabarito: Alternativa "d".

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

Para parte significativa da doutrina, o "ato de improbidade é ato ilícito doloso, decorrente de desonestidade do agente, que cause prejuízo à Administração, acarrete enriquecimento ilícito a um cidadão ou pessoa jurídica ou esteja previsto em um dos incisos do art. 11 da Lei nº 8.429/92" (HARGER, 2015). Entretanto, o assunto está longe de ser consensual, notadamente em uma sociedade fortemente punitivista como a brasileira. Com relação ao assunto e à legislação mencionada, assinale a alternativa correta.

a) É consenso jurisprudencial e doutrinário que a Lei de Improbidade Administrativa pode punir o administrador inábil, ainda que não propriamente desonesto.

b) Após iniciado o processo, não mais será possível o juiz extingui-lo sem julgamento do mérito, mesmo reconhecida a inadequação da ação de improbidade.

c) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa lei são imprescritíveis por força de determinação constitucional.

d) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, poderá ser realizada a indisponibilidade dos bens do indiciado, que recairá sobre todos os seus bens, conforme avaliação discricionária do Ministério Público, desde que autorizada pelo juiz.

e) As disposições dessa lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque a própria introdução da questão, com o excerto apresentado, já mostra não ser consenso a punibilidade com base apenas na culpa. O autor exige ato doloso (desonesto, ardil, malicioso e ilegal).

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o §11 do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992:

> *§11. Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.*

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 23 da Lei nº 8.429, de 1992, os prazos prescricionais são:

> *Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:*
>
> *I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;*
>
> *II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.*
>
> *III – até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1o desta Lei.*

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 8.429, de 1992:

> *Art. 7° Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.*
>
> *Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá **sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano,** ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.*

Correta a alternativa "e" porque apresenta o teor do art. 3º da Lei nº 8.429, de 1992.

Gabarito: alternativa E.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador Municipal

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e o processo administrativo disciplinar, julgue os itens seguintes.

1. Servidor público que receber quantia em dinheiro para deixar de tomar providência a que seria obrigado em razão do cargo que ocupara estará sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos seus direitos políticos por um período de oito anos a dez anos.

2. A ação principal relativa a procedimento administrativo que apure a prática de ato de improbidade terá o rito ordinário e será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro do prazo de sessenta dias, no caso de efetivação de medida cautelar.

3. Nos processos administrativos disciplinares, o uso de prova emprestada, ainda que haja autorização do juízo competente, é vedado em razão do direito de proteção à intimidade previsto na Constituição Federal de 1988.

Comentários:

A assertiva 1 está CERTA porque em linha com o inciso I do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, combinado com o inciso X do seu art. 9º. Ou seja, trata-se de ato de improbidade administrativa que

importe em enriquecimento ilícito cuja punibilidade, entre outras, é a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 8 a 10 anos.

A assertiva 2 está ERRADA porque o prazo é de 30 dias e não 60 como constou. O fundamento está no art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992:

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*

A assertiva 3 está ERRADA porque, nos termos da Súmula 591 do STJ, é permitida a "prova emprestada" no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

---

4. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

Por ato de improbidade administrativa que importe em prejuízo ao erário, o administrador está sujeito à suspensão de seus direitos políticos por:

a) oito a dez anos.

b) um a cinco anos.

c) três a cinco anos.

d) dois a oito anos.

e) cinco a oito anos.

Comentários

Pelos atos administrativos que causem prejuízo ao erário, os gestores estão sujeitos à suspensão dos direitos políticos entre 5 a 8 anos. Já pelos atos administrativos que causem enriquecimento ilícito, os gestores estão sujeitos à suspensão dos direitos políticos entre 08 a 10 anos. Já os relativos a atos que atentam contra os princípios da administração pública, os gestores estão sujeitos a suspensão dos direitos políticos entre 3 a 5 anos.

Gabarito: Letra E.

---

5. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Sobre a Lei N° 8.429/92 - Lei de Improbidade Administrativa, analise as afirmações a seguir, considerando-as Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

I. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

II. Será punido com a pena de suspensão, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

III. A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

IV. Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento é considerado ato de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Então, a alternativa que contempla a sequência CORRETA, lida de cima para baixo, é a seguinte:

a) V V F V.

b) F V F V.

c) F V V V.

d) V F V F.

Comentários

I)Verdadeiro. É o que consta na disposição do caput do art. 14 da Lei 8429/1992 a seguir: "**Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.**"

II)Falso. A penalidade aplicada será a de demissão, nos termos do §3º do art. 13 da Lei 8.429/1992, *in verbis:*

> *Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa. (grifos não constantes do original)***

III)verdadeiro. A assertiva está em consonância com o disposto no §2º do art. 17 da Lei 8.429/1992, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público. (grifos não constantes do original)***

IV)Falso. A prática de ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento é considerado ato de Improbidade Administrativa que causa lesão ao erário, nos termos do inciso IX do art. 10 da Lei 8.429/1992, *in verbis:*

> *Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

> ***(...)***
>
> ***IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

6. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

A Lei n. 8.429, de 2.6.1992, é o diploma regulador da improbidade administrativa. Com relação ao seu conteúdo, integrado pela jurisprudência do STJ, analise as assertivas abaixo e, ao final, assinale a alternativa correta:

I - se houve incorporação de verba repassada pela União ao patrimônio do Município, a competência para apurar eventual ato de improbidade cometido pelo Prefeito é da justiça federal.

II - Dispõe o verbete 209, da súmula de jurisprudência do STJ que compete à justiça estadual processar e julgar Prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

III - A configuração de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92 dispensa a demonstração da ocorrência de dano para a administração pública ou o enriquecimento ilícito do agente.

IV - É necessária a demonstração de risco para a administração em obter ressarcimento do dano, como por exemplo na transferência de bens por parte do agente, para fundamentar a decretação de indisponibilidade de bens.

a) Apenas a alternativa I está correta.

b) Apenas as alternativas II e IV estão corretas.

c) Apenas as alternativas I e III estão corretas.

d) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

e) Nenhuma das alternativas está correta.

Comentários

I) Incorreto. Em regra, segundo a Jurisprudência do STJ, a competência para processar e julgar ação de improbidade administrativa de Prefeito relativo à verba repassada pela União é da justiça estadual, salvo manifesto interesse da União.

Informativo do STJ nº 559 do STJ

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. *Compete à Justiça Estadual - e não à Justiça Federal - processar e julgar ação civil pública de improbidade administrativa na qual se apure irregularidades na prestação de contas, por ex-prefeito, relacionadas a verbas federais transferidas mediante convênio e incorporadas ao patrimônio municipal, a não ser que exista manifestação de interesse na causa por parte da União, de autarquia ou empresa pública federal. Nessa situação, pode-se, em tese, visualizar conflito entre as Súmulas 208 e 209 do STJ, que determinam,*

respectivamente, hipóteses de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual. Isso porque, embora a ação tenha por objeto "verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal" (Súmula 208), trata-se de "verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal" (Súmula 209). ***Ocorre que esses enunciados provêm da Terceira Seção do STJ e, por isso, versam sobre hipóteses de fixação da competência em matéria penal, em que basta o interesse da União, de suas autarquias ou empresas públicas para deslocar a competência para a Justiça Federal, nos termos do inciso IV do art. 109 da CF. No âmbito cível, entretanto, deve-se observar uma distinção na aplicação desses enunciados, visto que o art. 109 da CF elenca a competência da Justiça Federal em um rol taxativo em que, em seu inciso I, menciona as causas a serem julgadas por juízo federal em razão da pessoa, competindo a este último "decidir sobre a existência [ou não] de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas" (Súmula 150 do STJ). Assim, a despeito de a Súmula 208 do STJ afirmar que "Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal", a competência absoluta enunciada no art. 109, I, da CF faz alusão, de forma clara e objetiva, às partes envolvidas no processo, tornando despicienda, dessa maneira, a análise da matéria discutida em juízo.*** *Nesse contexto, a Segunda Turma do STJ já decidiu que "A competência da Justiça Federal, em matéria cível, é aquela prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, que tem por base critério objetivo, sendo fixada tão só em razão dos figurantes da relação processual, prescindindo da análise da matéria discutida na lide"* ***(REsp 1.325.491-BA, DJe 25/6/2014). CC 131.323-TO, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em 25/3/2015, DJe 6/4/2015.***

II)correto. É o teor da súmula 209 do STJ:" Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal."

III)correto. Não é necessária a comprovação da ocorrência de dano para a administração pública ou o enriquecimento ilícito do agente para comprovação dos atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, conforme jurisprudência recente do STJ, *in verbis:*

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO. FRACIONAMENTO IRREGULAR. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DANO IN RE IPSA. ELEMENTO ANÍMICO. DOLO GENÉRICO. SÚMULA 7/STJ.

(...)

5. No que tange especificamente aos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, a Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 951.389/SC, firmou jurisprudência no sentido de que, para a configuração do ato de improbidade, faz-se necessária a análise do elemento volitivo, consubstanciado pelo dolo, ao menos genérico, de agir no intuito de infringir os princípios regentes da Administração Pública. ***Não se faz necessária a demonstração de que houve falha na prestação dos serviços, uma vez que o entendimento consolidado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça assevera que os atos de improbidade administrativa descritos no art. 11 da Lei nº 8.429/92 dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente.***

(...)

(STJ - AgInt no REsp: 1604421 MG 2016/0125199-4, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 26/06/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2018)

IV-incorreta. É dispensável a prova da dilapidação do patrimônio para que seja decretada a indisponibilidade dos bens do acusado em ação de improbidade administrativa, conforme Jurisprudência do STJ a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/92. TUTELA DE EVIDÊNCIA. COGNIÇÃO SUMÁRIA. PERICULUM IN MORA. EXCEPCIONAL PRESUNÇÃO. PRESCINDIBILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DE DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. FUMUS BONI IURIS. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE ATOS ÍMPROBOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1.* ***A Primeira Seção desta Corte Superior firmou a orientação no sentido de que a decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa dispensa a demonstração de dilapidação do patrimônio para a configuração de periculum in mora, o qual estaria implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei 8.429/92, bastando a demonstração do fumus boni iuris que consiste em indícios de atos ímprobos*** *(REsp 1.319.515/ES, 1ª Seção, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21.9.2012). 2. No caso concreto, o Tribunal de origem expressamente reconheceu a presença do fumus boni iuris (indícios de ato de improbidade administrativa) e do periculum in mora presumido, requisitos aptos à decretação da constrição patrimonial. 3. Agravo regimental não provido.*
>
> *(STJ - AgRg no REsp: 1375481 CE 2013/0080243-2, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 24/04/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/05/2014)*

Gabarito: Letra D.

---

7. 2018/IBFC/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta. Segundo o STF:

I - É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.

II - É prescritível a ação de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa praticado com culpa.

III- São imprescritíveis as ações de ressarcimento decorrentes de ato de improbidade administrativa praticado com dolo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Somente a assertiva III está correta.

c) As assertivas II e III estão corretas.

d) As assertivas I e III estão corretas.

e) Somente a assertiva I está correta.

Comentários

I)correto. O STF decidiu, em julgado do Recurso Extraordinário (RE) 669069, no ano de 2016, pela prescritibilidade da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.

II)correto. O prazo de prescrição de ação de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa praticado com culpa se submete ao disposto no art. 23 da Lei 8.429/92, *in verbis*:

> *Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:*

> *I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;*
>
> *II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.*
>
> *III - até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.*

III-correto. Foi o posicionamento do STF no julgamento com efeitos de repercussão geral constante no Informativo 910 do STF, *in verbis:*

> *São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa [Lei 8.429/1992, artigos 9 a 11 (1)]. RE 852475/SP, rel. Min. Alexandre de Moraes, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 8.8.2018. (RE-852475)*

Gabarito: Letra A.

---

8. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DF/Procurador Legislativo

Suponha que determinada empresa privada tenha recebido subvenção econômica de uma agência de fomento federal, cuja aplicação deveria estar atrelada à execução de um projeto de inovação tecnológica aprovado de acordo com edital publicado pela referida agência. No curso da execução do projeto, constatou-se desvio dos recursos repassados pela agência para a empresa, que foram apropriados por um diretor desta e por um gerente de projeto da agência de fomento. No que concerne à aplicação, no caso narrado, das disposições da Lei de Improbidade Administrativa, tem-se que

a) não se aplicam à situação em tela, eis que as sanções por improbidade pressupõem, como sujeito passivo, entidade integrante da Administração direta ou indireta e, quando empresa privada, a participação de mais de 50% do capital por ente público.

b) aplicam-se somente ao gerente da agência de fomento, que pode ser equiparado a agente público para tal finalidade, sendo irrelevante a repercussão econômica do ilícito sobre os recursos públicos envolvidos.

c) sua aplicação depende da comprovação de dolo ou má-fé dos envolvidos, cumulada com a identificação do prejuízo direto sofrido pela pessoa jurídica de direito público controladora da agência de fomento.

d) atingem o gerente da agência e também o diretor da empresa, mesmo não sendo este agente público e, considerando a natureza da empresa privada, a sanção patrimonial restringe-se à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

e) atingem apenas os dirigentes da agência de fomento, na condição de agentes públicos, e desde que configurada ação ou omissão que tenha dado causa direta a prejuízo no que concerne à participação da União no capital social da agência de fomento.

Comentários

a) Incorreto. Tanto o gerente de projetos da agência de fomento quanto o diretor da empresa privada serão penalizados pela Lei de Improbidade Administrativa por conta de as entidades citadas estarem dentro do campo de aplicação da referida Lei, nos termos do parágrafo único do art. 1º, *in verbis*:

> *Art. 1° Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.*
>
> *Parágrafo único.* ***Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio*** *o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.****(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. O diretor da empresa privada também será responsabilizado com base na Lei de Improbidade Administrativa. Além disso, haverá uma restrição da sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei 8.429/92.

c)Incorreto. Nos casos de cometimento de Atos de Improbidade que causam prejuízo ao erário, o elemento subjetivo pode ser tanto a comprovação de culpa ou dolo. Já em relação à identificação do prejuízo direto sofrido pela pessoa jurídica de direito público, o inciso I do art. 21 da Lei de Improbidade informa que as sanções previstas na referida lei serão aplicadas independentemente da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público:

> *Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei independe:*
>
> *I - da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;*
>
> *II - da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.*

d)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei de Improbidade, citado no comentário da alternativa "A".

e) incorreto. Tanto o gerente de projetos da agência de fomento quanto o diretor da empresa privada serão penalizados pela Lei de Improbidade Administrativa por conta de as entidades citadas estarem dentro do campo de aplicação da referida Lei, nos termos do parágrafo único do art. 1º.

Gabarito: Letra D.

---

9. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

No que tange à lei de improbidade administrativa,

a) o integral ressarcimento do dano ao patrimônio público dependerá de ação ou omissão dolosa do agente público, não se aplicando a sanção se meramente culposa a conduta.

b) as disposições da lei de improbidade, dada sua natureza, são aplicáveis somente aos agentes públicos.

c) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

d) o sucessor daquele que causar a lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito à reparação do prejuízo ilimitadamente.

e) os atos de improbidade administrativa são punidos pela lei específica somente se praticados contra a administração direta, aplicando-se as normas do Código Penal em relação aos atos lesivos à administração indireta ou fundacional.

Comentários

a) incorreto. A conduta culposa também pode ensejar no dever de ressarcimento integral do dano, nos termos do artigo 5° da Lei de Improbidade: **"Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano."**

b) incorreto. O terceiro que concorre para a prática da conduta também se sujeita à Lei de Improbidade Administrativa, conforme art. 3º: **"As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta".**

c) correto. Nos termos do art. 7° da Lei de Improbidade Administrativa, a seguir: "**Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado".**

d)incorreto. O sucessor só responde até os limites da herança, nos termos do art. 8° da Lei de Improbidade Administrativa: "**O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança".**

e) incorreto. Os atos praticados contra a administração indireta e fundacional também se submetem ao crivo da Lei de Improbidade Administrativa, conforme art. 1º da Lei de Improbidade Administrativa, *in verbis:*

> *Art. 1° Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.*

Gabarito: Letra C.

10. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

Considere a seguinte situação hipotética: tendo recebido comunicação anônima de que um servidor público havia vendido o gabarito de um concurso público a um candidato, autoridades policiais investigaram o fato e coletaram indícios da veracidade da acusação, indiciando o servidor e o candidato. Na conclusão do inquérito, o relatório da autoridade policial apontou, no tocante ao servidor, a prática de corrupção passiva (art. 317 do Código Penal) e fraude em certame de interesse público (art. 311-A, do Código Penal). Cópia do referido inquérito chegou às mãos da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, para análise quanto ao ajuizamento de ação de improbidade em face do referido agente público. Registre-se que, dada a contenção dos efeitos da conduta ilícita, não houve necessidade de anulação do concurso público. À vista do caso narrado e à luz do que dispõe a Lei de Improbidade (Lei Federal nº 8.429/92),

a) não deve haver o ajuizamento de ação de improbidade em face do servidor público, visto que não se constatou dano ao patrimônio público.

b) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a existência de tipificação específica, o servidor será enquadrado somente na modalidade de ato de improbidade atentatório aos princípios da Administração Pública (art. 11), sendo somente aplicável o feixe de sanções constantes do art. 12, III.

c) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), é aplicável o feixe de sanções mais graves, relativos à primeira modalidade de improbidade (art. 12, I).

d) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), deve-se aplicar analogicamente a majoração prevista no art. 70 do Código Penal (concurso formal).

e) sendo comprovada a conduta ilícita e tendo em vista a prática de ato que, concomitantemente, importa em enriquecimento ilícito (art. 9º) e atentado aos princípios da Administração Pública (art. 11), o juiz, ao dosar as sanções, poderá somar as penalidades constantes dos incisos I e III do art. 12.

Comentários

a) Incorreto. O servidor praticou Atos de Improbidade Administrativa em dois tipos: Que importem em Enriquecimento Ilícito e que atentam contra os Princípios da Administração Pública, devendo ser penalizado.

b) Incorreto. O servidor, caso comprovadas as condutas ilícitas, responderá pelos dois atos de improbidade cometidos (Um que importa em enriquecimento ilícito e o outro que atenta contra os princípios da administração pública).

c) Correto. Sendo comprovado o ato de Improbidade Administrativa e enquadrado em tipos diferentes, a penalidade aplicada observará ao princípio da consunção, ou seja, será aplicada a penalidade mais grave dentre as duas enquadradas.

d) Incorreto. No caso de existência de duas tipificações, aplica-se a mais gravosa.

e) Incorreto. O juiz deverá aplicar aquela mais gravosa, em alusão ao princípio da consunção.

Gabarito: Letra C.

---

11. 2018/FCC/MPE-PB/Promotor de Justiça

As sanções previstas pela Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas.

a) isolada ou cumulativamente e têm natureza civil e penal.

b) cumulativamente e têm natureza política e penal.

c) isoladamente e têm natureza administrativa e penal.

d) isoladamente e têm natureza política, político-administrativa, administrativa e penal.

e) isolada ou cumulativamente e têm natureza política, político-administrativa, administrativa e civil.

Comentários

As sanções da Lei de Improbidade Administrativa possuem natureza civil, política e Administrativa, podendo ser aplicadas de forma cumulativa ou isoladamente. Assim, segundo a melhor doutrina, nenhuma das sanções do art. 12 são penais, embora possuam elementos característicos coincidentes.

> *Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).*
>
> *I - na hipótese do art. 9°, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;*
>
> *II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;*
>
> *III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou*

> *receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.*
>
> *IV - na hipótese prevista no art. 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.*
>
> *Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.*

Gabarito: Letra E.

---

12. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

A respeito da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

a) A aplicação da pena de demissão por improbidade administrativa, por ser medida excepcional, não é passível de aplicação no âmbito do processo administrativo disciplinar, restringindo-se ao Poder Judiciário.

b) A medida extrema de afastamento cautelar do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, durante a apuração dos atos de improbidade administrativa ocorrerá, sem prejuízo da remuneração, e diante da existência de risco à instrução processual.

c) Os atos de improbidade subdividem-se em: a) atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º); b) atos que causem prejuízo ao erário (art. 10); c) atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11), sendo certo que aqueles previstos no art. 11 dispensam a apuração do dolo praticado pelo agente, uma vez que a referida Lei prevê que os fatos ali tipificados admitem a forma culposa.

d) A indisponibilidade cautelar de bens e direitos do demandado tem por objetivo assegurar a efetividade de eventual decisão judicial condenatória. Para sua concessão, faz-se necessária a presença simultânea de indícios veementes da prática de atos de improbidade administrativa (fumus boni juris), além da comprovação de que o demandado intenciona desfazer do seu patrimônio a fim de frustrar o cumprimento de eventual condenação (periculum in mora).

Comentários

a) Incorreto. Após a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, o servidor público pode ser demitido administrativamente, sem ter passado pelo crivo do Poder Judiciário, em conformidade com a Jurisprudência do STJ da seguinte forma:

> *DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPROBIDADE. DEMISSÃO. 1.* ***Não há obrigatoriedade de decisão judicial em processo de improbidade administrativa para a aplicação de sanção de demissão em processo administrativo disciplinar.*** *Precedentes. 2. Inadequação da via eleita para a realização de amplo reexame de provas. 3. Recurso a que se nega provimento, por manifesta improcedência, aplicando-se multa no valor de dois salários mínimos (CPC/2015, art. 1.021, § 4º, c/c art. 81, § 2º), por decisão unânime.' (RMS 33.865 AgR, Relator Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, julgado em 9/9/2016, Public. 23-9-2016).*

b) correto. O servidor investigado em ação de Improbidade Administrativa poderá ser afastado do cargo se ficar comprovado que pode prejudicar o bom andamento processual do PAD, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Lei 8.429/92, in verbis:

> *Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.*
>
> *Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.*

c)incorreto. Os atos tipificados no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública), para fins de responsabilização, somente serão viáveis com a comprovação de dolo na prática do ato. Os únicos que admitem a culpa como elemento subjetivo são os Atos praticados que Causam Prejuízo ao Erário.

d)Incorreto. A jurisprudência do STJ definiu a tese de que a comprovação do *periculum in mora* é dispensável na solicitação de indisponibilidade de bens nas ações de Improbidade Administrativa, nos termos seguintes:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/92. TUTELA DE EVIDÊNCIA. COGNIÇÃO SUMÁRIA. PERICULUM IN MORA. EXCEPCIONAL PRESUNÇÃO. PRESCINDIBILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DE DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. FUMUS BONI IURIS. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE ATOS ÍMPROBOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1.* ***A Primeira Seção desta Corte Superior firmou a orientação no sentido de que a decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa dispensa a demonstração de dilapidação do patrimônio para a configuração de periculum in mora, o qual estaria implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei 8.429/92, bastando a demonstração do fumus boni iuris que consiste em indícios de atos ímprobos*** *(REsp 1.319.515/ES, 1ª Seção, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21.9.2012). 2. No caso concreto, o Tribunal de origem expressamente reconheceu a presença do fumus boni iuris (indícios de ato de improbidade administrativa) e do periculum in mora presumido, requisitos aptos à decretação da constrição patrimonial. 3. Agravo regimental não provido.*
>
> *(STJ - AgRg no REsp: 1375481 CE 2013/0080243-2, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 24/04/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/05/2014)*

Gabarito: Letra B.

---

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética.

Um Município firmou, em 2017, um termo de colaboração com uma Organização da Sociedade Civil para a realização de serviços de assistência social consistentes no abrigamento de pessoas em situação de rua. A entidade prestou contas das atividades realizadas no último trimestre de 2017, e um agente público da Secretaria Municipal de Assistência Social analisou a documentação e aprovou as contas prestadas. Posteriormente, a Controladoria Geral do Município recebeu uma denúncia de irregularidades na parceria e reanalisou a prestação de

contas do período referido, concluindo que ocorreram despesas incompatíveis com o objeto da parceria, como compra de chocolates e bebidas alcoólicas no valor total de R$ 512,98. Considerando o disposto na Lei Federal n° 8.429/92, é correto afirmar que a conduta do agente público que analisou a prestação de contas

a) não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois a vantagem percebida, no valor de R$ 512,98, autoriza a aplicação do princípio da insignificância.

b) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, independentemente de haver prova de que ele auferiu qualquer tipo de vantagem patrimonial.

c) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, pois não se enquadra em nenhuma das outras hipóteses legais.

d) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, pois presume-se que o agente obteve vantagem pessoal com a compra indevida.

e) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário, se comprovado que ele agiu negligentemente na análise da prestação de contas.

Comentários

O caso mencionado na questão se enquadra como Ato de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário na modalidade culposa, nos termos do inciso XIX do art. 10 da Lei n° 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*
>
> ***XIX - agir negligentemente na celebração, fiscalização e análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;***

Dessa forma, a modalidade culposa é aceita como elemento subjetivo apenas nos Atos de Improbidade Administrativa que causam Prejuízo ao Erário. Com isso o gabarito é letra E. As demais alternativas estão incorretas.

Gabarito: Letra E.

---

14. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa.

a) pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.

b) exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.

c) pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.

d) admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

e) deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

Comentários

a) incorreto. Em tese, a ação de Improbidade Administrativa somente deve ocorrer após a suposta prática do ato ímprobo.

b) incorreto. Segundo a Jurisprudência do STJ, "nas ações de improbidade administrativa, não há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo". (Tese nº 9- Jurisprudências em Teses-Improbidade Administrativa I)

c) incorreto. A Lei de Improbidade Administrativa veda as transações, acordos e conciliações, nos termos do §1º do art. 17, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> ***§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput. (grifos não constantes do original)***

d)correto. A Jurisprudência do STJ firmou o entendimento sobre a validade da prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa, conforme a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS RAZÕES RECURSAIS. INCONFORMISMO COM A CONCLUSÃO ADOTADA. APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE AOS AGENTES POLÍTICOS. CABIMENTO. SÚMULA 83/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA. DESTINATÁRIO. MAGISTRADO. RELEVÂNCIA. SÚMULA 7/STJ. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. RESPEITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ENQUADRAMENTO DECORRENTE DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. MODIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SANÇÕES. AUSÊNCIA DE DESPROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 2. O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que a Lei n. 8.429/1992 se aplica aos agentes políticos. Inúmeros precedentes. Súmula 83/STJ. 3. A prova tem como destinatário o magistrado, à quem cabe avaliar quanto à sua suficiência, necessidade e relevância, de modo que não constitui cerceamento de defesa o indeferimento de prova considerada inútil ou protelatória. Com efeito, insuscetível de revisão, nesta via recursal, o entendimento das instâncias ordinárias quanto à prescindibilidade da prova requerida, por demandar a reapreciação de matéria fática, o que é obstado pela Súmula 7/STJ. 4.* ***A prova emprestada se reveste de legalidade quando produzida em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Súmula 83/STJ. 5. Concluiu a Corte de origem que, "tendo sido respeitado a ampla defesa, tanto no processo penal em que foi produzida a prova emprestada quanto no presente processo por improbidade administrativa, deve ser reconhecida a validade da prova, porquanto produzida conforme os ditames constitucionais, não sendo nula a sentença".*** *Conclusão em sentido contrário encontra o inafastável óbice na Súmula 7 do STJ. Recurso especial conhecido em parte e improvido.(STJ - REsp: 1230168 PR 2011/0003085-7, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 04/11/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/11/2014)*

e) incorreto. Nas ações de Improbidade Administrativa não existe a figura do foro privilegiado, devendo os processos serem julgados pelas instâncias inferiores ao STJ e STF.

> *RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA. FORO PRIVILEGIADO. 1.- Na linha dos precedentes mais recentes desta Corte, não existe foro privilegiado por prerrogativa de função para o processamento e julgamento da ação civil pública de improbidade administrativa. 2.- Agravo Regimental improvido.(STJ - AgRg na Rcl: 10330 RR 2012/0216867-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 06/08/2014, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 20/08/2014)*

Gabarito: Letra D.

---

15. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

a) Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.

b) Dada a comprovação de concreta dilapidação patrimonial, o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens deveria ter sido condicionado à prévia citação do prefeito.

c) No curso da instrução processual, a demonstração do dolo enquanto elemento subjetivo é fundamental para a caracterização da conduta imputada ao prefeito como ato de improbidade administrativa.

d) O ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a cassação dos direitos políticos são sanções aplicáveis ao prefeito da situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.429/1992.

e) Eventual reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa não impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

Comentários

a) Incorreto. Os prefeitos sujeitam-se tanto à Lei de Crime de Responsabilidade quanto à Lei de Improbidade Administrativa, conforme jurisprudência do STJ, nos termos seguintes:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INÉPCIA DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. AGENTES POLÍTICOS. SUBMISSÃO À*

LEI 8.429/92. PRERROGATIVA DE FORO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. 2. Na hipótese, o agravante limitou-se a afirmar que o acórdão recorrido viola o disposto na Lei n. 8.429/92 e no Decreto-Lei n. 201/67, sem especificar os dispositivos que teriam sido ofendidos, razão pela qual o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia, nos termos da Súmula 284/STF. 3. ***Esta Corte Superior firmou entendimento de que há plena compatibilidade entre os regimes de responsabilização pela prática de crime de responsabilidade e por ato de improbidade administrativa, tendo em vista que não há norma constitucional que imunize os agentes políticos municipais de qualquer das sanções previstas no art. 37, § 4º, da CF, bem como resta sedimentada a compreensão de que as ações de improbidade devem ser processadas nas instâncias ordinárias, não havendo que se cogitar de prerrogativa de foro****. Precedentes. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ - AgRg no AREsp: 461084 SP 2014/0005276-0, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 16/10/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/11/2014)****(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. O STJ consolidou o entendimento do tema na publicação da obra Jurisprudência em Teses - Improbidade Administrativa, edição 38, conforme a seguir:

Tese 11: É possível o deferimento da medida acautelatória de indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa nos autos da ação principal sem audiência da parte adversa e, portanto, antes da notificação a que se refere o art. 17, § 7º, da Lei n. 8.429/92.

Dessa forma, é possível o deferimento de medida cautelar de indisponibilidade de bens em ação de improbidade antes da citação dos réus.

c)Incorreto. A conduta praticada pelo Prefeito se enquadra na prática de Atos de Improbidade Administrativa que causa prejuízo ao Erário. Assim, esta modalidade possui como elemento subjetivo o dolo e a culpa, conforme o caput e inciso VIII do art. 10 da Lei 8429/1992, *in verbis:*

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão****, dolosa ou culposa,*** *que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

(...)

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente; (grifos não constantes do original)

Diante disso, basta a comprovação de culpa para o Prefeito ser responsabilizado.

d)Incorreto. A cassação de Direitos Políticos é vedada pela CF/88, nos termos seguintes:

Constituição Federal 88

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de*:*

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

> *IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;*
>
> ***V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.***
>
> *(...)*
>
> ***Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:***
>
> ***(...)***
>
> ***§ 4º -*** *Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*
>
> *Lei de Improbidade Administrativa*
>
> ***Art. 5° Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.***

e) correto. O STJ consolidou o entendimento do tema na publicação da obra Jurisprudência em Teses - Improbidade Administrativa, edição 38, conforme a seguir:

> *7) A eventual prescrição das sanções decorrentes dos atos de improbidade administrativa não obsta o prosseguimento da demanda quanto ao pleito de ressarcimento dos danos causados ao erário, que é imprescritível (art. 37, § 5º da CF).*

Gabarito: Letra E.

---

16. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA-SP/Procurador Jurídico

A respeito do dever de probidade na atuação dos agentes públicos e a ação de improbidade, assinale a alternativa correta.

a) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos do cidadão, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação civil cabível.

b) A ação de improbidade administrativa tem natureza criminal e, sendo o agente condenado criminalmente, após o trânsito em julgado da sentença, será instaurada a ação civil pública, conforme entendimento jurisprudencial.

c) A presença de indícios de cometimento de atos ímprobos, por si só, não autoriza o recebimento fundamentado da petição inicial, devendo prevalecer no juízo preliminar o princípio do in dubio pro réu.

d) É uma peculiaridade da ação de improbidade administrativa, quando estando a inicial em devida forma, o juiz mandar autuá-la e ordenar a notificação do requerido para oferecer manifestação por escrito, dentro do prazo de quinze dias, como defesa preliminar antes do recebimento da inicial, citação, contestação e demais atos.

e) O Supremo Tribunal Federal vem decidindo ser viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, até porque, nessas ações é cabível o litisconsórcio passivo.

Comentários

a) incorreto. O erro da alternativa é bem sútil. O correto é "suspensão dos direitos políticos" e não "suspensão dos direitos do cidadão", nos termos do §4º do art. 37 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. A ação de improbidade administrativa tem natureza civil, não tendo como consequência sanções de ordem criminal, mas administrativa, político e civil, nos termos de entendimento do STF, *in verbis:*

> *COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO – AÇÃO DE IMPROBIDADE – NATUREZA – PRECEDENTE.* ***De acordo com o entendimento consolidado no Supremo, a ação de improbidade administrativa possui natureza civil e, portanto, não atrai a competência por prerrogativa de função.(****STF - RE: 377114 SP, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 05/08/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-167 DIVULG 28-08-2014 PUBLIC 29-08-2014)(grifos não constantes do original)*

c)incorreto. Se a petição inicial contiver as provas com indícios suficientes da existência do ato de improbidade, o juiz deve recebê-la, nos termos do §6º do art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa, *in verbis:*

> *Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 6o A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil.***

d)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §7º do art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*

> ***§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. Para a propositura de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa contra particular é necessário que agente público figure no polo passivo da demanda judicial, conforme entendimento do STJ exposto no informativo nº 535 a seguir:

> ***DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA APENAS EM FACE DE PARTICULAR.*** *Não é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.* ***De início, ressalta-se que os particulares estão sujeitos aos ditames da Lei 8.429/1992 (LIA), não sendo, portanto, o conceito de sujeito ativo do ato de improbidade restrito aos agentes públicos. Entretanto, analisando-se o art. 3º da LIA, observa-se que o particular será incurso nas sanções decorrentes do ato ímprobo nas seguintes circunstâncias: a) induzir, ou seja, incutir no agente público o estado mental tendente à prática do ilícito; b) concorrer juntamente com o agente público para a prática do ato; e c) quando se beneficiar, direta ou indiretamente do ato ilícito praticado pelo agente público. Diante disso, é inviável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular. Precedentes citados: REsp 896.044-PA, Segunda Turma, DJe 19/4/2011; REsp 1.181.300-PA, Segunda Turma, DJe 24/9/2010. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014.*** *(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

17. 2018/TRF-3ªREGIÃO/TRF-3ªREGIÃO/Juiz Federal

A posse de servidor público é condicionada à apresentação da relação dos bens e direitos que integram seu patrimônio privado, para ser arquivada no serviço de pessoal competente. A prestação de informação falsa nesse documento acarretará ao declarante:

a) A aplicação da pena de demissão a bem do serviço público.

b) A aplicação da pena de advertência.

c) A aplicação da pena de suspensão por 30 (trinta) dias.

d) A abertura de prazo para a regularização da informação na declaração.

Comentários

A questão aborda sobre a obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens e valores quando da posse e exercício de agente público.

> *Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.*

Com isso, verificamos que a penalidade para aquele que não cumpriu em apresentar a declaração de bens ao tomar posse para exercício de cargo será a de demissão.

Gabarito: Letra A.

---

18. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Acerca do tema improbidade administrativa, é INCORRETO afirmar:

a) O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que, para que seja reconhecida a tipificação da conduta do réu como incurso nas prescrições da Lei de Improbidade Administrativa, é necessária a demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo, para os atos que importem enriquecimento ilícito (artigo 9°) e que atentem contra os Princípios da Administração Pública (artigo 11), e, ao menos pela culpa, nas hipóteses de atos que causem prejuízo ao erário (artigo 10).

b) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

c) É viável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.

d) Estão também sujeitos às penalidades da Lei n° 8.429/92 os responsáveis pelos atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público, bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nesses casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

e) Da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento.

Comentários

a) Correto. A assertiva está em sintonia com o disposto na Jurisprudência do STJ, conforme abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11 DA LEI 8.429/92). ELEMENTO SUBJETIVO. REQUISITO INDISPENSÁVEL PARA A CONFIGURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PACIFICAÇÃO DO TEMA NAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 168/STJ. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO CONHECIDOS.

(...)

2. O tema central do presente recurso está limitado à análise da necessidade da presença de elemento subjetivo para a configuração de ato de improbidade administrativa por violação de princípios da Administração Pública, previsto no art. 11 da Lei 8.429/92. Efetivamente, as Turmas de Direito Público desta Corte Superior divergiam sobre o tema, pois a Primeira Turma entendia ser indispensável a demonstração de conduta dolosa para a tipificação do referido ato de improbidade administrativa, enquanto a Segunda Turma exigia para a

configuração a mera violação dos princípios da Administração Pública, independentemente da existência do elemento subjetivo.

3. Entretanto, no julgamento do REsp 765.212/AC , a Segunda Turma modifi (Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 23.6.2010) cou o seu entendimento, no mesmo sentido da orientação da Primeira Turma, ***a fim de afastar a possibilidade de responsabilidade objetiva para a configuração de ato de improbidade administrativa.***

4. Assim, o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido de que, ***para a configuração do ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, é necessária a presença de conduta dolosa, não sendo admitida a atribuição de responsabilidade objetiva em sede de improbidade administrativa****.*

5. ***Ademais, também restou consolidada a orientação de que somente a modalidade dolosa é comum a todos os tipos de improbidade administrativa, especificamente os atos que importem enriquecimento ilícito (art. 9º), causem prejuízo ao erário (art. 10) e atentem contra os princípios da administração pública (art. 11), e que a modalidade culposa somente incide por ato que cause lesão ao erário (art. 10 da LIA).***

(...)

8. Embargos de divergência não conhecidos. (STJ - EREsp: 875163 RS 2009/0242997-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 23/06/2010, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 30/06/2010) ***(grifos não constantes do original)***

Em síntese, o dolo é elemento subjetivo dos Atos de Improbidade Administrativa constante nos art. 9º, 10 e 11. Já o elemento culpa é elemento subjetivo do Ato de Improbidade do art. 10.

b)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §3º do art. 6º da Lei 4717/65 (Lei da Ação Popular), *in verbis:*

> *Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente. (grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. Para a propositura de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa contra particular é necessário que agente público figure no polo passivo da demanda judicial, conforme entendimento do STJ exposto no informativo nº 535 a seguir:

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA APENAS EM FACE DE PARTICULAR. *Não é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.* ***De início, ressalta-se que os particulares estão sujeitos aos ditames da Lei 8.429/1992 (LIA), não sendo, portanto, o conceito de sujeito ativo do ato de improbidade restrito aos agentes públicos. Entretanto, analisando-se o art. 3º da LIA, observa-se que o particular será incurso nas sanções decorrentes do ato ímprobo nas seguintes circunstâncias: a) induzir, ou seja, incutir no agente público o estado mental tendente à prática do ilícito; b) concorrer juntamente com o agente público para a prática do ato; e c) quando se beneficiar, direta ou indiretamente do ato ilícito praticado pelo agente público. Diante disso, é inviável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular. Precedentes citados: REsp 896.044-PA, Segunda Turma, DJe 19/4/2011; REsp 1.181.300-PA, Segunda Turma, DJe 24/9/2010. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014.*** *(grifos não constantes do original)*

d)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 1º e parágrafo único da Lei 8429/1992, *in verbis:*

> *Art. 1° Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.*
>
> *Parágrafo único.* ***Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos. (grifos não constantes do original)***

e) correto. Nos termos do §10º do art. 17 da Lei de Improbidade Administrativa "da decisão que receber a petição inicial, caberá agravo de instrumento".

Gabarito: Letra C.

---

19. 2018/CESPE/PGM-AM/Procurador Municipal

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

O ato de improbidade administrativa violador do princípio da moralidade não requer a demonstração específica de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, exigindo-se apenas a demonstração do dolo genérico.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. A Jurisprudência do STJ firmou o entendimento sobre o tema na obra Jurisprudências em Teses, edição nº 40, nos termos a seguir:

*Tese 09- **O ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei n. 8.429/92 não requer a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, mas exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não necessita ser específico, sendo suficiente o dolo genérico.***

Gabarito: Certo.

---

20. 2018/CESPE/PGM-AM /Procurador Municipal

Considerando o entendimento do STJ acerca da improbidade administrativa, julgue o item subsequente.

Não é permitida a utilização de prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. A Jurisprudência do STJ firmou o entendimento sobre a validade da prova emprestada do processo penal nas ações de improbidade administrativa, conforme a seguir:

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS RAZÕES RECURSAIS. INCONFORMISMO COM A CONCLUSÃO ADOTADA. APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE AOS AGENTES POLÍTICOS. CABIMENTO. SÚMULA 83/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA. DESTINATÁRIO. MAGISTRADO. RELEVÂNCIA. SÚMULA 7/STJ. UTILIZAÇÃO DE PROVA EMPRESTADA. RESPEITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ENQUADRAMENTO DECORRENTE DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. MODIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. SANÇÕES. AUSÊNCIA DE DESPROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 2. O Superior Tribunal de Justiça já sedimentou o entendimento de que a Lei n. 8.429/1992 se aplica aos agentes políticos. Inúmeros precedentes. Súmula 83/STJ. 3. A prova tem como destinatário o magistrado, à quem cabe avaliar quanto à sua suficiência, necessidade e relevância, de modo que não constitui cerceamento de defesa o indeferimento de prova considerada inútil ou protelatória. Com efeito, insuscetível de revisão, nesta via recursal, o entendimento das instâncias ordinárias quanto à prescindibilidade da prova requerida, por demandar a reapreciação de matéria fática, o que é obstado pela Súmula 7/STJ. 4. **A prova emprestada se reveste de legalidade quando produzida em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Precedentes. Súmula 83/STJ. 5. Concluiu a Corte de origem que, "tendo sido respeitado a ampla defesa, tanto no processo penal em que foi produzida a prova emprestada quanto no presente processo por improbidade administrativa, deve ser reconhecida a validade da prova, porquanto produzida conforme os ditames constitucionais, não sendo nula a sentença".** Conclusão em sentido contrário encontra o inafastável óbice na Súmula 7 do STJ. Recurso especial conhecido em parte e improvido.(STJ - REsp: 1230168 PR 2011/0003085-7, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 04/11/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/11/2014)*

Gabarito: Errado.

---

21. 2018/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETO. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

a) Na ação de improbidade administrativa proposta contra vários réus, a contagem do prazo prescricional quinquenal (art.23, I, da Lei 8429/92) será única para todos os demandados e terá como termo inicial a data em que o último requerido deixar o exercício do respectivo cargo ou mandato.

b) Tratando-se de providência que envolve o patrimônio do réu, a medida cautelar de indisponibilidade de bens prevista no art. 7º da Lei 8429/92 não se aplica aos atos de improbidade administrativa que impliquem somente violação dos princípios da administração pública.

c) Os bens de família não podem ser objeto de medida de indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa, prevalecendo as disposições da Lei 8009/90 que impedem a alienação de imóvel onde se estabelece a residência familiar.

d) Nos casos de improbidade administrativa, a concessão da medida cautelar de indisponibilidade de bens não exige a delimitação da responsabilidade de cada agente, sendo tal responsabilidade solidária até, ao menos, a instrução final do feito em que se poderá definir a quota de cada réu para o ressarcimento.

Comentários

a) incorreto. Quando a ação de improbidade administrativa contiver vários réus, a contagem do prazo prescricional será individualizada e será iniciada com o término do mandato ou cargo em comissão, conforme Jurisprudência do STJ a seguir:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. CONCURSO DE AGENTES. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. TERMO INICIAL. ART. 23, I, DA LEI N. 8.429/1992. TÉRMINO DO MANDATO. CONTAGEM INDIVIDUALIZADA. 1. ***A jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que o prazo de prescrição na ação de improbidade é quinquenal, nos termos do que dispõe o art. 23, I, da Lei n. 8.429/1992. 2. Mencionado dispositivo é claro no sentido de que o início do prazo prescricional ocorre com o término do exercício do mandato ou cargo em comissão, sendo tal prazo computado individualmente, mesmo na hipótese de concurso de agentes, haja vista a própria natureza subjetiva da pretensão sancionatória e do instituto em tela.*** *Precedentes. 3. Acórdão recorrido que se coaduna com a jurisprudência desta Corte de Justiça. 4. A divergência jurisprudencial apontada não foi comprovada nos moldes exigidos nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do Regimento Interno do STJ, uma vez que o recorrente apenas transcreveu as ementas dos julgados que entendeu favoráveis à sua tese, sem realizar o necessário cotejo analítico entre a fundamentação contida nos precedentes invocados como paradigmas e no aresto impugnado. 5. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido.(STJ - REsp: 1230550 PR 2010/0231222-4, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 20/02/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/02/2018)****(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. A indisponibilidade dos bens também pode ser decretada nos casos de prática de Atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os Princípios da Administração Pública, conforme Jurisprudência do STJ a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. INDISPONIBILIDADE DE BENS. PEDIDO DE CONTRACAUTELA PARA SUBTRAIR EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE RAZÃO EXCEPCIONAL. MEDIDA CAUTELAR IMPROCEDENTE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO PREJUDICADO.

(...)

6. Por outo lado, observo que o próprio requerente esclarece que o Ministério Público fundamentou a sua postulação de condenação no art. 11 da Lei 8.429/92 e que, por isso, não seria possível a decretação da indisponibilidade. ***Porém, "em que pese o silêncio do art. 7º da Lei n. 8.429/92, uma interpretação sistemática que leva em consideração o poder geral de cautela do magistrado induz a concluir que a medida cautelar de indisponibilidade dos bens também pode ser aplicada aos atos de improbidade administrativa que impliquem violação dos princípios da administração pública, mormente para assegurar o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, se houver, e ainda a multa civil prevista no art. 12, III, da Lei n. 8.429/92****" (AgRg no REsp 1.311.013/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2012, DJe 13/12/2012.). Medida cautelar improcedente. Pedido de reconsideração prejudicado.(STJ - MC: 24205 RS 2015/0091886-1, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 12/04/2016, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/04/2016)****(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Segundo a Jurisprudência do STJ, a indisponibilidade pode alcançar tantos bens quantos necessários a garantir as consequências financeiras da prática de improbidade, mesmo os adquiridos anteriormente à conduta ilícita, excluídos os bens impenhoráveis assim definidos por lei, salvo quando estes tenham sido, comprovadamente, adquiridos também com produto da empreitada ímproba, hipótese em que se resguarda apenas os essenciais à subsistência do indiciado/acusado, conforme julgado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. ART. 7º DA LEI 8.429/92. VIOLAÇÃO. DESNECESSIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DOS BENS. BENS IMPENHORÁVEIS. EXCLUSÃO. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal em razão da malversação no uso de recursos federais repassados ao Município pelo Fundef. 3. ***A decretação da indisponibilidade, que não se confunde com o sequestro, prescinde de individualização dos bens pelo Parquet. A exegese do art. 7º da Lei 8.429/1992, conferida pela jurisprudência do STJ, é de que a indisponibilidade pode alcançar tantos bens quantos necessários a garantir as consequências financeiras da prática de improbidade, mesmo os adquiridos anteriormente à conduta ilícita, excluídos os bens impenhoráveis assim definidos por lei, salvo quando estes tenham sido, comprovadamente, adquiridos também com produto da empreitada ímproba, hipótese em que se resguarda apenas os essenciais à subsistência do indiciado/acusado.*** *4. No caso, o Tribunal de origem cassou a decisão de primeiro grau que deferira a indisponibilidade de bens não por considerar ausentes os requisitos para concessão da medida cautelar, mas por entender que o ato acautelatório deferido teria sido gravoso demais 5. O Tribunal a quo cassou a medida de indisponibilidade que recaía sobre os bens do recorrido unicamente por ela, equivocadamente, abranger recursos impenhoráveis. Assim, é patente a violação ao art. 7º da Lei 8.429/1992, pois não seria o caso de indeferir totalmente tal medida, mas apenas de restringir seu alcance ao montante necessário para garantir as consequências financeiras da prática da improbidade, com exclusão dos bens impenhoráveis. 6.* ***Recurso especial parcialmente provido para determinar a indisponibilidade dos bens penhoráveis do recorrido no montante necessário à reparação do dano ao erário decorrente do ato ímprobo que lhe é imputado, excluídos, portanto, os proventos de aposentadoria da abrangência de tal Medida Cautelar.***

(STJ - REsp: 1461892 BA 2014/0148586-8, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/04/2015)

d)correto. A assertiva está em consonância com o disposto na Jurisprudência do STJ conforme julgado a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DOS BENS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESSALVA QUANTO À POSSIBILIDADE DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE CADA ENVOLVIDO EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRECEDENTES DO STJ. 1.* ***A orientação jurisprudencial consolidada nesta Corte Superior é no sentido de que é solidária a responsabilidade pelo ressarcimento ao erário, ressalvando-se a possibilidade de discussão a esse respeito em fase de liquidação de sentença.*** *2. No caso em questão o acórdão recorrido afirma expressamente que não é possível determinar desde já a efetiva participação de cada um dos envolvidos na prática do ato de improbidade administrativa. 3.* ***Assim, deve ser mantida a responsabilidade é solidária até, ao menos, a instrução final do feito, em que se poderá delimitar a quota de responsabilidade de cada agente para o ressarcimento****. 4. Agravo interno não provido.(STJ - AgInt no REsp: 1687567 PR 2017/0182196-9, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 27/02/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/03/2018)*

Gabarito: Letra D.

---

22. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.

b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.

c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.

e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Comentários

a) incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que Importa Enriquecimento Ilícito, nos termos do inciso IX, do art. 9º: "**perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza";**

b) incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que Importa Enriquecimento Ilícito, nos termos do inciso IV, do art. 9º, *in verbis:*

> *IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1° desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;*

c)incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso VIII, do art. 10º: "**frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente";**

d)incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso VI, do art. 10º: "**realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea";**

e) correto. O caso é de Improbidade Administrativa que Atenta contra os Princípios da Administração Pública, nos termos do inciso VI, do art. 11: "**deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo".**

Gabarito: Letra E.

---

23. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Sobre a responsabilidade do agente público e de particulares a ele associados por atos de improbidade, é correto afirmar, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência dominante dos Tribunais:

a) Em vista do silêncio da Lei Federal no 8.429/1992, considera-se imprescritível a pretensão de impor sanções aos particulares que atuarem em conluio com os agentes públicos em atos de improbidade.

b) É cabível o trancamento de ação de improbidade por meio de habeas corpus.

c) Por força de norma vigente do Código de Processo Penal, aplicam-se à ação de improbidade as regras relativas à prerrogativa de foro em razão do exercício de função pública.

d) É nula a abertura de inquérito civil para apuração de ato de improbidade, em razão de indícios obtidos a partir de denúncia anônima.

e) A decretação da indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo, independe de comprovação do periculum in mora.

Comentários

a) incorreto. Segundo a Jurisprudência do STF, apenas as Ações de Ressarcimento decorrente de improbidade administrativa praticada com dolo são imprescritíveis. As demais são prescritíveis.

b) incorreto. Não cabe trancamento de ação de Improbidade Administrativa por meio de *Habeas Corpus* pelo fato de as sanções previstas na Lei 8.429/1992 não configurarem ameaça ou lesão ao direito de locomoção do acusado, nos termos do julgado a seguir:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIA INADEQUADA. AÇÃO PENAL. DECRETO CONDENATÓRIO CONFIRMADO PELO TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. CONSTATAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando a orientação da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de

que o habeas corpus não pode ser utilizado como substituto de recurso próprio, sob pena de desvirtuar a finalidade dessa garantia constitucional, exceto quando a ilegalidade apontada for flagrante, ocasião em que se concede a ordem de ofício. 2. ***O habeas corpus não constitui via adequada para impugnar decisões proferidas em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, visto que as sanções previstas na Lei n. 8.429/1992 não configuram ameaça ou lesão ao direito de locomoção do acusado.*** *Precedentes do colendo STF e deste Tribunal Superior. 3. Descabida a utilização do mandamus para trancar ação penal, com base na alegação de ausência de justa causa, quando, ao tempo da impetração, já existia decreto condenatório confirmado pelo Tribunal, pois "não há sentido em decidir acerca da viabilidade formal da persecutio se já existe, em realidade, acolhimento formal e material da acusação, tanto que motivou o édito de condenação." (HC 189.581/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 18/12/2014). 4. Habeas corpus não conhecido.(STJ - HC: 222048 RS 2011/0248717-4, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, Data de Julgamento: 19/03/2015, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/04/2015)****(grifos não constantes do original)***

c) incorreto. Nas ações de Improbidade Administrativa não existe a figura do foro privilegiado, devendo os processos serem julgados pelas instâncias inferiores ao STJ e STF.

RECLAMAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA. FORO PRIVILEGIADO. 1.- Na linha dos precedentes mais recentes desta Corte, não existe foro privilegiado por prerrogativa de função para o processamento e julgamento da ação civil pública de improbidade administrativa. 2.- Agravo Regimental improvido.(STJ - AgRg na Rcl: 10330 RR 2012/0216867-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 06/08/2014, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 20/08/2014)

d)incorreto. Segundo a Jurisprudência do STJ, é cabível a abertura de inquérito civil para apuração de ato de improbidade, em razão de indícios obtidos a partir de denúncia anônima, conforme julgado a seguir:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DENÚNCIA ANÔNIMA. NULIDADE. NÃO-OCORRÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. ***O processo administrativo disciplinar não está fundamentado tão somente em denúncia anônima, sendo, ao contrário, baseado em elementos de provas colhidas em auditoria realizada no âmbito da Coordenação Regional da FUNASA, no Estado de Goiás, oportunidade na qual constatou-se a existência de diversas irregularidades. 2. A denúncia anônima é apta a deflagrar processo administrativo disciplinar, não havendo, portanto, qualquer ilegalidade na instauração deste com fundamento naquela, tendo em vista o poder-dever de autotutela imposto à Administração e, por conseguinte, o dever da autoridade de apurar a veracidade dos fatos que lhe são comunicados.*** *Precedentes: MS 13.348/DF; EDcl no REsp 1096274/RJ; REsp 867.666/DF; e MS 12.385/DF. 3. Segurança denegada.(STJ - MS: 10419 DF 2005/0020444-7, Relator: Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Data de Julgamento: 12/06/2013, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/06/2013)*

e) correto. Segundo a Jurisprudência do STJ, nas ações de Improbidade Administrativa, o *periculum in mora* é presumido, conforme julgado a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL.*** *INDISPONIBILIDADE E SEQÜESTRO DE BENS ANTES DO RECEBIMENTO ART. 7º DA LEI 8.429/1992. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.*

1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a decretação da indisponibilidade e do sequestro de bens em ação de improbidade administrativa é possível antes do recebimento da Ação Civil Pública.

*2. **Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".** Precedente: REsp 1.319.515/ES, 1ª Seção, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21/09/2012.*

*3. **No caso em concreto, o Tribunal a quo, ao analisar os autos, concluiu pela existência do fumus boni iuris, sendo cabível a decretação da indisponibilidade de bens ante a presença de periculum in mora presumido no caso em concreto, mesmo antes do recebimento da petição inicial da demanda em que se discute improbidade administrativa.***
4.Agravo regimental não provido

*(AgRg no REsp 1317653/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013)**(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra E.

---

24. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito

a) concorrer, por qualquer forma, para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa jurídica, de bens integrantes do acervo patrimonial da administração direta estadual.

b) permitir a utilização, em obra particular, de material que seja de propriedade de pessoa jurídica da administração direta estadual.

c) doar à pessoa jurídica, ainda que sem fins patrimoniais, verbas do patrimônio de pessoa jurídica da administração direta estadual.

d) permitir que pessoa física utilize renda integrante do acervo patrimonial de pessoa jurídica da administração indireta estadual.

e) exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Comentários

a) incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso I, do art. 10, *in verbis:*

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

b) incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso XIII, do art. 10, *in verbis:*

> *XIII - permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1° desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.*

c)incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso III, do art. 10, *in verbis:*

> *III - doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;*

d) incorreto. O caso é de Improbidade Administrativa que causa Prejuízo ao Erário, nos termos do inciso II, do art. 10, *in verbis:*

> *II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;*

e) correto. O caso é de Improbidade Administrativa que importa enriquecimento ilícito, nos termos do inciso VIII, do art. 9º, *in verbis:*

> *VIII - aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;*

Gabarito: Letra E.

---

25. 2017/CESPE/DPU/Defensor Público

Considerando o entendimento do STJ acerca do procedimento administrativo, da responsabilidade funcional dos servidores públicos e da improbidade administrativa, julgue o seguinte item.

Em procedimento disciplinar por ato de improbidade administrativa, somente depois de ocorrido o trânsito em julgado administrativo será cabível a aplicação da penalidade de demissão.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Segundo Jurisprudência do STJ, a penalidade de demissão pode ser cumprida de imediato e antes mesmo do trânsito em julgado por conta de ao Recurso Administrativo não caber em regra efeito suspensivo, nos termos do julgado a seguir:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. TÉCNICO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. ARTS. 127, IV, 132, IV E 134, DA LEI 8.112/1990. USO DE DOCUMENTO FALSO. DIPLOMA DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA. CUMPRIMENTO IMEDIATO DA PENALIDADE IMPOSTA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS. NÃO COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DISCIPLINAR. INOCORRÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA.*
>
> *1. Pretende a impetrante, ex-Técnica de Assuntos Educacionais do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, a concessão da segurança para anular a Portaria Ministerial que cassou sua aposentadoria, frente à ilegal interrupção do pagamento de seus proventos antes do trânsito em julgado da decisão administrativa, a ocorrência de violação dos princípios do contraditório e da ampla diante da ausência de documentos essenciais nos autos do PAD e a prescrição da pretensão punitiva disciplinar.*
>
> *2. **Não há ilegalidade no cumprimento imediato da penalidade imposta a servidor público logo após o julgamento do PAD e antes do decurso do prazo para o recurso administrativo, tendo em vista o atributo de auto-executoriedade que rege os atos administrativos e que o recurso administrativo, em regra, carece de efeito suspensivo** (ex vi do art.*
>
> *109 da Lei 8.112/1990). Precedentes: MS 14.450/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Terceira Seção, julgado em 26/11/2014, DJe 19/12/2014; MS 14.425/DF, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, julgado em 24/09/2014, DJe 01/10/2014; MS 10.759/DF, Rel.*
>
> *Ministro Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, julgado em 10/05/2006, DJ 22/05/2006.*
>
> *(MS 19.488/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/03/2015, DJe 31/03/2015**) (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

26. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Suponha-se que a Câmara Municipal instaure procedimento administrativo disciplinar em face de servidor público com base em denúncia na qual se afirma que o agente está praticando atos com a finalidade de enriquecer ilicitamente em função do exercício de suas atividades no Poder Legislativo. A Comissão responsável pelo julgamento do processo entende que houve a prática de ato de improbidade administrativa, recomendando a demissão a bem do serviço público.

A respeito da situação hipotética e com base na Lei n° 8.429/92, assinale a alternativa correta.

a) Comprovado o enriquecimento ilícito do servidor, é desnecessária a comprovação de dolo ou culpa para que os seus atos se enquadrem como improbidade administrativa.

b) A Administração, diante da suspeita de improbidade, deverá oficiar ao Ministério Público para que ingresse com a ação, uma vez que o Município não dispõe de titularidade para ajuizar ação de improbidade.

c) A denúncia apresentada à Administração por suspeita de improbidade administrativa será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

d) Somente com o encerramento do processo administrativo poderá a Comissão processante representar ao Ministério Público ou à procuradoria oficiante para que requeira o sequestro de bens.

e) O Município, caso autorizado pelo Ministério Público, poderá transacionar para reaver os prejuízos eventualmente suportados, ficando a pena do agente causador dos danos, nesse caso, reduzida.

Comentários

a) Incorreto. O servidor só poderá ser responsabilizado de forma subjetiva e desde que comprovado o dolo da sua conduta. A culpa não responsabiliza o agente público nos casos de Atos de Improbidade Administrativa que causem enriquecimento ilícito.

b) Incorreto. A pessoa jurídica interessada (o município) poderá propor a ação de Improbidade Administrativa, nos termos do caput do art. 17 da Lei n° 8.429/92: "A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar".

c)Correto. A afirmativa está em consonância com o disposto no caput e parágrafo 1º do art. 14 da Lei n° 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.*
>
> *§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.*

d)Incorreto. O sequestro de bens pode ser requerido de forma cautelar, nos termos do caput e parágrafo 1º do art. 16 da Lei n° 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.*
>
> *§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.*

e) incorreto. A Lei de Improbidade Administrativa veda as transações, acordos e conciliações, nos termos do §1º do art. 17, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> ***§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

27. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Após a captura em flagrante de um homem, policiais o detiveram na delegacia, onde o torturaram na tentativa de obter dele a confissão da prática de determinado crime. O MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra esses policiais.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do STJ, a conduta dos policiais

a) não configurou ato de improbidade administrativa, que se caracteriza como ato imoral com feição de corrupção de natureza econômica, conduta inexistente no tipo penal de tortura.

b) configurou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

c) configurou ato de improbidade administrativa, pois a tortura é expressamente prevista no rol de condutas ímprobas na Lei de Improbidade Administrativa.

d) não configurou ato de improbidade administrativa, que pressupõe lesão direta à própria administração, e não a terceiros.

Comentários

O tema da questão foi objeto de análise pelo STJ, conforme disposto no Informativo nº 577: "**A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.**"

Dessa forma, o gabarito da questão é a letra b.

Gabarito: Letra B.

---

28. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Acerca da ação civil pública por ato de improbidade administrativa, uma vez reconhecida a inadequação da ação, o juiz, em qualquer fase do processo, extingui-lo-á, sem julgamento do mérito.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Certo. A assertiva está em consonância com o disposto no §11 do art. 17 da nº 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> *§ 11. Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.*

Gabarito: Certo.

---

29. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

Com base em conhecimentos relativos a direito processual civil e à legislação correlata, julgue o próximo item.

As ações destinadas a levar a efeito as sanções de improbidade administrativa são imprescritíveis.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Em regra, são prescritíveis os prazos para o ajuizamento de ação de ressarcimento decorrente de ato de improbidade administrativa praticado com culpa, submetendo-se ao disposto no art. 23 da Lei 8.429/92, in verbis:

> *Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:*
>
> *I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;*
>
> *II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.*
>
> *III - até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.*

Além disso, o STF decidiu, em julgado do Recurso Extraordinário (RE) 669069, no ano de 2016, pela prescritibilidade da ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.

Porém, em julgamento que teve efeitos de repercussão geral, constante no Informativo 910 do STF, a Suprema Corte se posicionou no sentido de que as ações de improbidade fundadas na prática de atos dolosos são imprescritíveis, nos termos seguintes:

> *São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa [Lei 8.429/1992, artigos 9 a 11 (1)]. RE 852475/SP, rel. Min. Alexandre de Moraes, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 8.8.2018. (RE-852475)*

Então, como a questão quer saber a regra geral, a resposta é que o ajuizamento de ações de improbidade administrativa é prescritível.

Gabarito: Errado.

30. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Considere-se, por hipótese, que os Vereadores da Câmara Municipal de Cotia aprovam majoração de seus subsídios com efeitos para a mesma legislatura. O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuíza ação de improbidade administrativa contra todos os membros do Legislativo. Nesse caso, é correto afirmar que a ação civil pública por improbidade é

a) admissível, pois as leis de efeitos concretos, que se assemelham a atos administrativos, embora emanados do Poder Legislativo, podem ter sua eventual lesividade submetida a controle pela via da ação por improbidade administrativa.

b) inadmissível, pois o ato praticado é um ato legislativo típico, de conteúdo geral e abstrato, sendo, portanto, atacável somente por ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) admissível, pois a Lei Federal n° 8.429/1992 é aplicável aos agentes políticos dos três Poderes, incluindo-se no rol dos atos impugnáveis, também, os atos jurisdicionais e legislativos próprios.

d) inadmissível, pois o ato praticado é um ato legislativo típico, de conteúdo geral e abstrato, sendo, portanto, atacável somente por ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

e) admissível, pois a majoração de subsídios não caracteriza ato administrativo, mas sim ato legislativo próprio e, portanto, passível de impugnação via ação de improbidade.

Comentários

A questão quer saber se os agentes responsáveis pela Lei que majorou os salários dos Vereadores, cujos efeitos financeiros foram implementados no mesmo exercício financeiro da aprovação da lei, são passíveis de penalidades pela Lei de Improbidade Administrativa.

Para se chegar a resposta, é necessário apresentarmos a jurisprudência do STJ sobre a matéria, nos termos seguintes:

> ***ADMINISTRATIVO.PROCESSUAL.IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MAJORAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE VEREADORES. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 280/STF E 7/STJ. APLICABILIDADE DA LIA A AGENTES POLÍTICOS. ELEMENTO SUBJETIVO. INTRODUÇÃO***
> *1. Trata-se, originariamente, de Ação Civil Pública por improbidade administrativa, amparada nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA, movida contra o Vereador Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Atibaia, por força de majoração de subsídios com efeitos para a mesma legislatura, julgada procedente.*
>
> *(...)*
>
> ***12. Inexiste, in casu, restrição à aplicabilidade da LIA. Não se cuida aqui de ato legislativo típico, de conteúdo geral e abstrato. Debate-se aqui norma de autoria do presidente da Câmara, cujos efeitos são concretos e delimitados à majoração de subsídios próprios e dos demais vereadores, em manifesta afronta ao texto constitucional e a despeito de inúmeros alertas feitos por instituições civis e pelo Ministério Público.***

> *14. Precedente desta Turma, relatado pelo eminente Ministro Castro Meira, lastreado em doutrina de Pedro Roberto Decomain, no sentido de que "A ação por improbidade administrativa não é meio processual adequado para impugnar ato legislativo propriamente dito. Isso não significa, todavia, que todos os atos a que se denomina formalmente de 'lei' estejam infensos ao controle jurisdicional por seu intermédio. Leis que usualmente passaram a receber a denominação de 'leis de efeitos concretos', e que são antes atos administrativos que legislativos, embora emanados do Poder Legislativos, podem ter sua eventual lesividade submetida a controle pela via da ação por improbidade administrativa (...)" (REsp 1.101.359/CE, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 9/11/2009). CONCLUSÃO 15. Recurso Especial parcialmente conhecido e não provido.*
>
> *(STJ - REsp: 1316951 SP 2012/0063735-1, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 14/05/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/06/2013)*

Portanto, mesmo que seja uma Lei emanada da função típica do Poder Legislativo Municipal de aprovar leis, o STJ entende que o ato tem efeitos concretos de ato administrativo e, por isso, passível de penalização com base na Lei de Improbidade Administrativa.

Desta forma, o gabarito é letra A.

Gabarito: Letra A.

---

31. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Segundo o entendimento do STJ, caso o referido servidor faleça durante a ação de improbidade administrativa, a obrigação de reparar o erário será imediatamente extinta, dado o caráter personalíssimo desse tipo de sanção.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. O artigo 8° da Lei de Improbidade Administrativa determina que “o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança”.

Gabarito: Errado.

---

32. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Nesse caso, a sentença criminal absolutória transitada em julgado que negar a autoria vinculará, necessariamente, a esfera administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. As penalidades poderão ser cumulativas, ou seja, o agente poderá ser punido na esfera civil, criminal e administrativa. Porém, existem duas exceções em que a responsabilidade administrativa será afastada: no caso a absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, nos termos do art. 125 e 126 da Lei 8.112/90, *in verbis:*

> *Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.*
>
> *Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.*

Gabarito: Certo.

---

33. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Se, após um inquérito civil público, o MP ajuizar ação de improbidade contra agente público por ofensa ao princípio constitucional da publicidade, o agente público responderá objetivamente pelos atos praticados, conforme o entendimento do STJ.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. O agente público só responde de forma subjetiva nas ações de Improbidade Administrativa. Nos casos de Improbidade por Enriquecimento Ilícito e no que atenta contra os Princípios da Administração Pública, o agente só pode ser responsabilizado subjetivamente quando configurar o dolo. Já no que cause Dano ao Erário, o agente poderá ser punido quando ficar comprovado que agiu com culpa ou dolo.

Gabarito: Errado.

---

34. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

Um servidor da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi preso em flagrante, em operação da Polícia Federal, por fraudar licitação para favorecer determinada empresa.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item subsequente tendo como fundamento o controle da administração pública e as disposições da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei Municipal n.º 6.794/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza.

Mesmo que o servidor mencionado colabore com as investigações e ressarça o erário, não poderá haver acordo ou transação judicial em sede de ação de improbidade administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. A Lei de Improbidade Administrativa veda as transações, acordos e conciliações, nos termos do §1º do art. 17, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> ***§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput.(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

35. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, consubstancia-se em importante instrumento legal por meio do qual o Ministério Público exerce seu munus constitucional de defender o patrimônio público.

Dentre as peculiaridades processuais da ação civil por ato de improbidade administrativa, é INCORRETO citar:

a) A necessidade de integração da lide por parte da pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação, sob pena de nulidade.

b) A inquirição, se o réu for Prefeito em exercício, se dará em local, dia e hora previamente ajustados entre ele e o juiz.

c) A exigência de notificação do requerido para, querendo, oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, após o que o juiz deliberará sobre o recebimento da inicial.

d) A possibilidade de apresentação de petição inicial desacompanhada de documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade.

Comentários

a) Incorreto. A Pessoa Jurídica a qual pertence o agente acusado de ter cometido atos de Improbidade administrativa poderá tomar duas medidas: ou abster-se de impugnar a ação ou compor a lide ao lado do autor caso seja útil ao interesse público. Dessa forma, a alternativa está incorreta, tendo em vista que afirmou que a composição da lide pela Pessoa Jurídica ao lado do autor era obrigatória, sob pena de nulidade, conforme §3º do art. 17 da Lei 8429/1992- Lei de Improbidade Administrativa c/c §3º do art. 6º da Lei 4.717/1965- Lei da Ação Popular, *in verbis*:

> ***Lei 8429/1992- Lei de Improbidade Administrativa***
>
> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965. (grifos não constantes do original)***
>
> ***Lei 4.717/1965- Lei da Ação Popular***
>
> *Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente. (grifos não constantes do original)***

b) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §12 do art. 17 da nº 8.429/92 c/c §1º do art. 221 do Código de Processo Penal, *in verbis:*

> ***Lei 8429/1992- Lei de Improbidade Administrativa***
>
> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 12. Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no art. 221, caput e § 1º, do Código de Processo Penal. (grifos não constantes do original)***
>
> *Código Processo Penal*
>
> *Art. 221. O Presidente e o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estados e Territórios, os secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os deputados às Assembléias Legislativas Estaduais, os*

> *membros do Poder Judiciário, os ministros e juízes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz. (Redação dada pela Lei nº 3.653, de 4.11.1959)*
>
> ***§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício. (grifos não constantes do original)***

C)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §7º do art. 17 da nº 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias. (grifos não constantes do original)***

d)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §6º do art. 17 da nº 8.429/92, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

36. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE-MG/Promotor de Justiça

Eleito para exercer o cargo de Prefeito durante o exercício de 2009 a 2012, o agente logrou ser reeleito em 2012, para ocupar a chefia do Executivo Municipal de 2013 a 2016. No ano de 2010, o referido alcaide utilizou-se indevidamente de máquinas, equipamentos e servidores do Município para construir tanques de criação de peixe na propriedade rural dele. De tal fato somente se teve conhecimento inequívoco em 2016, quando a Câmara Municipal local instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e o Ministério Público um inquérito civil público, o qual foi ultimado no início de 2017.

Convencido da prática de ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, entre as alternativas que se apresentam ao Promotor de Justiça, assinale a CORRETA:

a) O Promotor de Justiça deverá propor ao Conselho Superior do Ministério Público o arquivamento do inquérito civil público, tendo-se em vista que o prazo prescricional para o ajuizamento da ação é de 5 (cinco) anos após o término do exercício do mandato do Prefeito no qual o fato ocorreu.

b) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário, por ser imprescritível a ação em tal caso, por força do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal, sem, contudo, cogitar da aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, por causa da ocorrência de sua prescrição.

c) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário e a aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, porque o termo inicial do prazo prescricional iniciou-se a partir do conhecimento inequívoco do fato.

d) O Promotor de Justiça deverá propor ação civil pública objetivando o ressarcimento dos danos ao erário e a aplicação das sanções pelo ato de improbidade administrativa, porque, em caso de reeleição, o prazo prescricional se inicia ao término do exercício do segundo mandato do agente.

Comentários

O primeiro ponto a observarmos é que o enunciado da questão menciona que o fato apresentado se enquadra como Ato de Improbidade Administrativa que causou lesão ao erário. Porém, utilizar-se de equipamentos e servidores para atividades de assuntos pessoais é caso de Improbidade Administrativa em decorrência de enriquecimento ilícito, nos termos do inciso IV do art. 9° da Lei nº 8.429/92, in verbis:

> *Art. 9° Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:*
>
> *(...)*
>
> ***IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1° desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;(grifos não constantes do original)***

Pois bem, dando seguimento a análise da questão, o caso em análise se refere a um Prefeito que cometeu atos de improbidade administrativa no primeiro mandato, ocorrido entre 2009 e 2012. Este se reelegeu para mandato de 2013 a 2016. Porém, apenas em 2017 é que foi proposto o inquérito civil relativo a supostos atos de improbidade cometidos na época do primeiro mandato. A questão quer saber se está prescrito o direito do ajuizamento de ação de improbidade.

Em regra, os prazos prescricionais para o ajuizamento das ações de improbidade constantes na Lei nº 8.429/92 são os seguintes:

> *Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:*
>
> *I - até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;*
>
> *II - dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.*
>
> *III - até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.*

Para o caso em análise, o dispositivo correlato pela lógica seria o disposto no inciso I, que trata sobre a contagem do prazo para aqueles que encerraram o mandato eletivo. Porém, a jurisprudência do STJ vem decidindo que, nos casos em que o agente público se reelegeu, a contagem do prazo prescricional se inicia a contar do término do segundo mandato, nos termos a seguir:

> *ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TERMO INICIAL. PRAZO PRESCRICIONAL PARA PROPOSITURA DA AÇÃO. REELEIÇÃO. DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO MANDATO EXERCIDO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional da ação de improbidade administrativa, no caso de reeleição do agente público, se aperfeiçoa apenas quando terminar o mandato. Precedentes: AgRg no AREsp 676.647/PB, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 13/04/2016; REsp 1.414.757/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 16/10/2015. 2. Na hipótese em exame, considerando que o recorrente exerceu, durante o biênio de 2005/2006, o cargo de Presidente da Câmara Municipal, tendo sido reeleito ao cargo de vereador para o período seguinte (2009/2012), não há que se falar na ocorrência de prescrição. 3. Agravo interno a que se nega provimento.(STJ - AgInt no REsp: 1593994 ES 2016/0089373-0, Relator: Ministro SÉRGIO KUKINA, Data de Julgamento: 15/05/2018, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/09/2018)(grifos não constantes do original)*

Então, o gabarito é a letra D, por estar em consonância com a jurisprudência do STJ.

Gabarito: Letra D.

---

37. 2017/COMPERV/CÂMARA DE CURRAIS NOVOS-RN/Procurador Legislativo

O combate à corrupção na Administração Pública brasileira é viabilizado a partir de variados instrumentos de prevenção e repressão. Ações penais, civis e processos administrativos são apenas alguns exemplos disso. Dentro de tal contexto, surge o tema da improbidade administrativa e a lei responsável por sua disciplina infraconstitucional. A Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, ao tratar do assunto, estabelece que qualquer

a) cidadão em dia com as obrigações eleitorais poderá representar ao Ministério Público para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita ou reduzida a termo, sem que dela conste qualquer identificação do representante.

b) pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita ou reduzida a termo e assinada, conter a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

c) autoridade administrativa poderá representar à Defensoria Pública para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita e assinada, conter as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento, sem mencionar a qualificação do representante.

d) servidor público estável poderá representar ao Judiciário para que seja instaurada investigação pela Defensoria Pública destinada a apurar a prática de ato de improbidade, devendo essa representação ser escrita e assinada, conter as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

Comentários

A questão trata sobre como se dá o início do procedimento administrativo para apuração dos Atos de Improbidade Administrativa. Tal disposição consta no caput e parágrafos do art. 14 da Lei 8429/1992, *in verbis:*

> *Art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.*
>
> *§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.*
>
> *§ 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei.*
>
> *§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.*

Vamos aos comentários:

a) Incorreto. O caput do art. 14 menciona que qualquer pessoa pode iniciar o procedimento administrativo visando apurar os atos de Improbidade Administrativa, devendo representar à autoridade administrativa competente os fatos e provas pertinentes a caso.

b) correto. Aqui consta o enunciado completo do caput do art. 14 demonstrando que qualquer pessoa pode representar à autoridade competente para que apure a ocorrência de Atos de Improbidade.

c)incorreto. Não é a autoridade Administrativa e sim qualquer cidadão que pode representar à autoridade competente para que apure a ocorrência de Atos de Improbidade.

d)incorreto. Como mencionado nas outras alternativas, qualquer pessoa poderá representar à autoridade competente para que apure a ocorrência de Atos de Improbidade. Se o fato ocorreu com agente público do Tribunal de Justiça, cabe o pedido ser endereçado ao Presidente do TJ para que promova a investigação para apurar os fatos.

Gabarito: Letra B.

38. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

A Assembleia Legislativa instaurou comissão parlamentar de inquérito para apurar as condições estruturais, materiais e de pessoal do sistema penitenciário estadual, diante da reiteração de denúncias de tortura e maus tratos aos detentos. A conclusão da CPI foi no sentido da procedência das representações, inclusive com a identificação de agentes penitenciários responsáveis pelas torturas.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) o agente penitenciário responderá pelo crime de tortura e por infração disciplinar, mas não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, eis que a vítima imediata do ato ilícito não foi a Administração Pública e não houve dano ao erário.

b) o detento vítima do ato de tortura deverá pleitear diretamente do agente penitenciário que praticou o ato ilícito indenização pelos danos sofridos, com base na responsabilidade civil subjetiva, não se aplicando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal por ausência de omissão do poder público.

c) o agente penitenciário responsável direto pelo ato ilícito e o Secretário de Estado de Administração Penitenciária responderão, em tese, solidariamente pelo crime de tortura, por infração disciplinar e por ato de improbidade administrativa, o primeiro por ato comissivo e o segundo por omissão.

d) a violência policial arbitrária não é ato apenas contra o particular-vítima, mas sim contra a própria Administração Pública, ferindo suas bases de legitimidade e respeitabilidade, razão pela qual o agente penitenciário responderá apenas na esfera penal, não havendo que se falar em improbidade administrativa.

e) a tortura de preso custodiado no sistema prisional praticada por agente penitenciário constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, fora as demais repercussões nas esferas penal e disciplinar.

Comentários

a) Incorreto. O agente penitenciário responderá por ato de improbidade administrativa, conforme Jurisprudência do STJ veiculado no informativo nº 577: **"A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública".**

b) Incorreto. O Estado tem responsabilidade objetiva sobre o fato, cabendo ação regressiva contra os acusados em caso de comprovação de culpa ou dolo.

c)Incorreto. Como o Secretário da Administração Penitenciária não foi mencionado na questão, não se tem informações mínimas para apurar a sua responsabilidade. Já o agente penitenciário pode ser responsabilizado tanto pelo crime de tortura, infração disciplinar e improbidade administrativa.

d)Incorreto. O agente penitenciário responderá tanto criminal, cível e administrativamente pelos seus atos.

e) Correto. O tema da questão foi objeto de análise pelo STJ, conforme disposto no Informativo nº 577: **"A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública".**

Gabarito: Letra E.

---

39. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Considere a seguinte situação hipotética.

Município de Mogi das Cruzes recebe de programa federal de assistência social 2000 quilos de feijão que devem ser distribuídos em ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população em situação de extrema pobreza. A esposa do Prefeito Municipal é voluntária da rede assistencial local e ordena que a distribuição do alimento seja realizada somente em atos que possam contar a presença do alcaide. Em razão de tal limitação, houve demora na distribuição e 400 quilos de feijão apodreceram em armazenamento, não chegando à população que deveria ser atendida. A conduta da esposa do Prefeito Municipal, em relação ao disposto na Lei Federal nº 8.429/92,

a) configura ato de improbidade administrativa, pois também é considerado agente público, para fins da referida lei, aquele que exerce atividade sem remuneração, por qualquer forma de vínculo.

b) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela realizava serviço voluntário, sendo a onerosidade imprescindível para que seja caracterizado vínculo com a Administração e ensejar responsabilização.

c) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela não pode ser considerada agente público e a lei referida somente pune atos praticados por agentes públicos.

d) configura ato de improbidade administrativa, não em razão da prestação de serviços voluntária, mas em virtude de sua posição de esposa do Prefeito Municipal, que a equipara a agente público, independentemente de qualquer outra conduta.

e) não configura ato de improbidade administrativa, já que diante do princípio constitucional da impessoalidade, a conduta do Prefeito Municipal era lícita, sendo o apodrecimento do feijão consequência imprevista.

Comentários

a) correto. O fato de a esposa do Prefeito exercer atividade voluntária não a exime de responsabilidade caso pratique condutas que impliquem em prejuízo ao erário, pois para todos os efeitos legais ela é considerada como agente público, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.429/92, in verbis:

> ***Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração,*** *por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior. (grifos não constantes do original)*

b) incorreto. O exercício da atividade de forma onerosa não é fator essencial que enquadre o indivíduo como agente público.

c)incorreto. A esposa do Prefeito se enquadra no conceito de agente público, pois estava exercendo atividade voluntária e com poderes de gestão sobre a ação desenvolvida e que ocasionou no dano ao erário.

d)incorreto. O ato de improbidade administrativa decorreu do exercício de atividade voluntária que ocasionou em dano ao erário.

e) incorreto. A conduta foi realizada pela esposa do Prefeito no exercício de atividade voluntária que causou dano ao erário.

Gabarito: Letra A.

---

40. 2016/CESPE /PGE-AM/Procurador do Estado

Por ter realizado contratação direta sem suporte legal, determinado agente público é réu em ação civil pública por improbidade administrativa, sob o argumento de violação ao princípio de obrigatoriedade de licitação, tendo-lhe sido imputado ato de improbidade previsto no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa (violação aos princípios da administração pública).

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Para que haja condenação, deverá ser comprovado o elemento subjetivo de dolo, mas não há necessidade de que seja dolo específico, bastando para tal o dolo genérico de atentar contra os princípios da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. A Jurisprudência do STJ firmou o entendimento sobre o tema na obra Jurisprudências em Teses, edição nº 40, nos termos a seguir:

> *Tese 09- **O ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei n. 8.429/92 não requer a demonstração de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito, mas exige a demonstração de dolo, o qual, contudo, não necessita ser específico, sendo suficiente o dolo genérico.***

Gabarito: Certo.

---

41. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Não poderá ser aplicada a medida cautelar de indisponibilidade dos bens, dada a natureza do ato imputado ao réu — violação dos princípios administrativos.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. A jurisprudência do STJ vem decidindo pela possibilidade de proposição da cautelar incidental nas ações de improbidade administrativa, nos termos seguintes:

PROCESSUAL CIVIL. ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL.*** *INDISPONIBILIDADE E SEQÜESTRO DE BENS ANTES DO RECEBIMENTO ART. 7º DA LEI 8.429/1992. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.*

1. ***A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a decretação da indisponibilidade e do sequestro de bens em ação de improbidade administrativa é possível antes do recebimento da Ação Civil Pública.***
2. Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". Precedente: REsp 1.319.515/ES, 1ª Seção, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21/09/2012.

3. ***No caso em concreto, o Tribunal a quo, ao analisar os autos, concluiu pela existência do fumus boni iuris, sendo cabível a decretação da indisponibilidade de bens ante a presença de periculum in mora presumido no caso em concreto, mesmo antes do recebimento da petição inicial da demanda em que se discute improbidade administrativa.***
4.Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1317653/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

42. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Julgue o item subsequente, relativos a ação civil pública, mandado de segurança e ação de improbidade administrativa.

Caso receba provas contundentes da prática de ato de improbidade por agente público, o MP poderá requerer tutela provisória de natureza cautelar determinando o sequestro dos bens do referido agente.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. Tal previsão consta no caput do art. 16 da Lei 8.429/1992, *in verbis:*

> ***Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.***
>
> *§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.*
>
> *§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.*

Gabarito: Certo.

---

43. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador Legislativo

Determinado agente público da Câmara Municipal de Aracruz/ES integra o polo passivo de processo de improbidade administrativa pela prática de ilícito que configura prejuízo ao erário. Na peça de defesa, o advogado do réu propôs acordo consistente no ressarcimento de todos os prejuízos condicionado à retirada da ação contra seu cliente. Na condição de Procurador da Câmara, a manifestação cabível é no sentido de que

a) a Lei de Improbidade Administrativa veda a hipótese de transação, conciliação ou acordos.

b) a pretensão do réu só pode ser acatada mediante resolução do Presidente da Câmara Municipal.

c) a Lei só permite acordos na hipótese de atentado aos princípios em que não haja configurado dano.

d) a Lei permite acordos apenas em ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Comentários

a) Correto. A Lei de Improbidade Administrativa veda as transações, acordos e conciliações, nos termos do §1º do art. 17, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> ***§ 1º É vedada a transação, acordo ou conciliação nas ações de que trata o caput. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Não existe tal previsão.

c)incorreto. A Lei de Improbidade Administrativa não permite acordos em nenhum dos tipos de conduta de improbidade.

d)incorreto. A Lei de Improbidade Administrativa não permite acordos em nenhum dos tipos de conduta de improbidade.

Gabarito: Letra A.

44. 2016/TRT-4ª REGIÃO/ TRT-4ª REGIÃO (RS)/Juiz do Trabalho

Considere as assertivas abaixo sobre a aplicação da Lei no 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), segundo a doutrina e a jurisprudência.

I - Nem todo ato ilegal caracteriza necessariamente ato de improbidade.

II - Consideram-se atos de improbidade apenas os que importem enriquecimento ilícito ou causem prejuízo ao Erário.

III - Em qualquer hipótese de ato de improbidade, admite-se a responsabilidade objetiva do agente, bastando a existência de dano efetivo.

Quais são corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) I, II e III.

Comentários

I-Correto. Nem todo ato ilegal se caracteriza como ato de improbidade administrativa, conforme jurisprudência do STJ a seguir apresentada:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ARTS. 10 E 11 DA LEI 8.429/92. RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IN DUBIO PRO SOCIETATE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015. II. Na origem, trata-se de ação civil pública, proposta pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER em face de Carlos Miranda Pagnoncelli e outros, imputando-lhes a prática de atos de improbidade administrativa, previstos nos arts. 10, caput, II, VIII e X, e 11, caput e II, da Lei 8.429/92, por indevida dispensa de licitação. III. No caso, o Tribunal de origem reconheceu a dispensa indevida de licitação. Contudo, concluiu pela "inexistência de indícios de dolo ou culpa grave ao se dispensar a licitação na hipótese em comento". Segundo o acórdão recorrido, "ainda que se possa cogitar de quebra de competitividade, em virtude de não terem sido analisadas todas as opções disponíveis no mercado, a conduta do agente público deve ser analisada à luz do princípio da legalidade. ***Ocorre que nem toda violação ao princípio da legalidade configura ato de improbidade administrativa. É imprescindível à sua tipificação que o ato ilegal tenha origem em conduta desonesta, ardilosa, denotativa de falta de probidade do agente público".*** *Nesse contexto, registra que "não há elemento probatório indicativo nos autos de que os demandados, culposamente, criaram uma situação emergencial para causar prejuízo ao erário. Na verdade, houve uma sucessão de pendências e erros na realização do processo licitatório e na sua agilização que causou uma ilegalidade a ser corrigida, se ainda não o foi". (STJ - AgInt no AREsp: 1274653 RS 2018/0079340-2, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 13/11/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/11/2018)* ***(grifos não constantes do original)***

II- Incorreto. Também comete ato de improbidade administrativa quem atenta contra os princípios da Administração Pública e quem comete os Atos decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

III-Incorreto. O agente nunca responde de forma objetiva pelo dano. Responderá de forma subjetiva, ou seja, apenas se comprovado dolo ou culpa.

Gabarito: Letra A.

---

45. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Segundo tese firmada em recurso repetitivo julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, a prática de atos (ou a sua tentativa) que induzam a conclusão de risco de alienação, oneração ou dilapidação patrimonial de bens do acionado, dificultando ou impossibilitando o eventual ressarcimento é requisito à decretação da indisponibilidade de bens em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. A prova da dilapidação patrimonial é dispensável para a decretação da indisponibilidade de bens em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, nos termos de entendimento consolidado do STJ a seguir:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 7º DA LEI 8.429/1992. INDISPONIBILIDADE DE BENS. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. PRESCINDIBILIDADE DA DEMONSTRAÇÃO DE DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DOS ATOS ÍMPROBOS AFASTADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973, consolidou o entendimento de que a decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa prescinde da prova de dilapidação patrimonial para a configuração do periculum in mora, que está implícito no comando normativo do art. 7º da Lei 8.429/1992, bastando a demonstração do fumus boni iuris consistente na existência de indícios da prática de atos ímprobos. 2. Diante de tal orientação, evidente o descabimento dos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido sobre a comprovação da insuficiência do patrimônio dos recorridos para cobrir o valor dos prejuízos que lhes foram imputados e sobre a existência de bens de outros envolvidos bastantes para responder pelos citados danos. 3. Contudo, a despeito de tais fundamentos serem equivocados para afastar a indisponibilidade de bens dos recorridos, tendo o acórdão vergastado registrado a ausência de indícios da prática do ato ímprobo pelos recorridos, é inviável examinar a tese defendida no Recurso Especial de que a decretação da indisponibilidade é cabível quando presentes fortes indícios do ato de improbidade administrativa. Consta do aresto impugnado: "Compulsando os autos, percebe-se que esses fortes indícios de responsabilidade não se confirmam em relação aos dirigentes da COMPESA. Isso porque o procedimento licitatório, bem como a execução do contrato nº 07.0.0467, foi devidamente acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado que concluiu, em decisão proferida no dia 06/09/2007, nos autos do Processo TC nº 07003920-7, pela legalidade do Edital da Concorrência Pública nº 001/2007 - DEM/CEL, autorizando a continuidade da licitação e determinando a instalação de um processo específico para acompanhamento da empreitada, a qual também teve seu objeto julgado regular pela 2ª Câmara do TCE/PE". É inarredável a revisão

do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 3. Recurso Especial não conhecido.

(STJ - REsp: 1667443 PE 2017/0094399-6, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 08/08/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/09/2017)

Gabarito: Errado.

---

46. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

As sanções aplicáveis em razão do cometimento de ato de improbidade administrativa são reguladas pela Lei n. 8.429/92 (Improbidade Administrativa). Esse regramento legal também se aplica aos eventos ocorridos no âmbito de ente privado que receba benefício fiscal ou creditício da administração pública**.**

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O enunciado está de acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Lei 8,429/92, *in verbis:*

> *Art. 1° Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.*
>
> *Parágrafo único.* ***Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público*** *bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

47. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

É inviável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda**.**

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. Para a propositura de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa contra particular é necessário que agente público figure no polo passivo da demanda judicial, conforme entendimento do STJ exposto no informativo nº 535 a seguir:

> *DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA APENAS EM FACE DE PARTICULAR.* ***Não é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente em face de particular, sem a concomitante presença de agente público no polo passivo da demanda.*** *De início, ressalta-se que os particulares estão sujeitos aos ditames da Lei 8.429/1992 (LIA), não sendo, portanto, o conceito de sujeito ativo do ato de improbidade restrito aos agentes públicos. Entretanto, analisando-se o art. 3º da LIA, observa-se que o particular será incurso nas sanções decorrentes do ato ímprobo nas seguintes circunstâncias: a) induzir, ou seja, incutir no agente público o estado mental tendente à prática do ilícito; b) concorrer juntamente com o agente público para a prática do ato; e c) quando se beneficiar, direta ou indiretamente do ato ilícito praticado pelo agente público. Diante disso, é inviável o manejo da ação civil de improbidade exclusivamente contra o particular. Precedentes citados: REsp 896.044-PA, Segunda Turma, DJe 19/4/2011; REsp 1.181.300-PA, Segunda Turma, DJe 24/9/2010. REsp 1.171.017-PA, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 25/2/2014.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

48. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Para os efeitos da Lei n. 8.429/92, agente público é todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, desde que remunerado, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos entes públicos ou de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Para o enquadramento de agente público nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, a atividade desenvolvida pode ser tanto remunerada quanto sem remuneração, nos termos do art. 2º da Lei 8429/1992, *in verbis*:

> *Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce,* ***ainda que transitoriamente ou sem remuneração,*** *por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.*

Gabarito: Errado.

---

49. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O agente público que culposamente nega publicidade aos autos oficiais pratica ato ímprobo que atenta contra aos princípios da administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. Segundo a doutrina, para a caracterização da prática de Improbidade Administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, os atos devem ser praticados de forma dolosa.

Gabarito: Errado.

---

50. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O agente público que adquirir, para si ou para outrem, no exercício da função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do seu patrimônio, pratica ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Certo. Tal proposição se enquadra dentre aqueles sujeitos à prática do ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito nos termos do inciso VII do art. 9º da Lei 8429/1992, *in verbis*:

> *Art. 9° **Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito** auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei, e notadamente:*
>
> *(...)*
>
> ***VII - adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

51. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Organização da sociedade civil cujo dirigente seja considerado culpado por ato de improbidade administrativa ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria, em regime de mútua cooperação, com o Poder Público, enquanto durarem os efeitos das sanções previstas na Lei n. 8.429/92 aplicadas àquele.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O enunciado está em consonância com o disposto no art. 39, VII, "c", da Lei 13.019/2014, *in verbis:*

> *Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:*
>
> *(...)*
>
> *VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:*
>
> *(...)*
>
> *c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.*

Gabarito: Certo.

---

52. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei 8.429/92, a ação de improbidade, que terá rito ordinário, será proposta dentro de trinta dias do deferimento da medida cautelar. Nada obsta, contudo, seja proposta medida cautelar incidental.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. A Ação de Improbidade Administrativa será proposta dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar e não do deferimento, nos termos do caput do art. 17 da Lei 8429/1992 conforme a seguir: **"A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar."**

Em relação à proposição da cautelar incidental, a jurisprudência do STJ vem decidindo pela possiblidade da medida nos seguintes termos:

> *PROCESSUAL CIVIL.* ***AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL.*** *INDISPONIBILIDADE E SEQÜESTRO DE BENS ANTES DO RECEBIMENTO ART. 7º DA LEI 8.429/1992. PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. ENTENDIMENTO DA 1ª SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.*
> *1.* ***A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a decretação da indisponibilidade e do sequestro de bens em ação de improbidade administrativa é possível antes do recebimento da Ação Civil Pública.***
> *2. Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível". Precedente: REsp 1.319.515/ES, 1ª Seção, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21/09/2012.*
> *3.* ***No caso em concreto, o Tribunal a quo, ao analisar os autos, concluiu pela existência do fumus boni iuris, sendo cabível a decretação da indisponibilidade de bens ante a presença de periculum in mora presumido no caso em concreto, mesmo antes do recebimento da petição inicial da demanda em que se discute improbidade***

administrativa.
4.Agravo regimental não provido.
(AgRg no REsp 1317653/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 13/03/2013) ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

53. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

O Ministério Público, caso não intervenha no processo regulado pela Lei de Improbidade Administrativa como parte, atuará, de acordo com a referida norma, necessariamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. O enunciado está em consonância com o disposto no §4º do art. 17 da Lei 8429/1992, *in verbis:*

> *Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

3.13 Lei de Acesso à Informação, Anticorrupção e Ouvidorias

1. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

A partir da primeira década do século XXI, o Brasil passou a legislar de forma mais consistente, a fim de propiciar o combate à corrupção. Um dos focos foi ampliar o espectro de atuação sobre as pessoas jurídicas. Uma das leis mais destacadas nessa seara foi a Lei nº 12.846/13. Sobre essa disposição legal, assinale a alternativa correta.

a) A lei é aplicável às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito.

b) A lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

c) Os administradores das pessoas jurídicas serão responsabilizados objetivamente pelos atos lesivos previstos nessa lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

d) A lei prevê que cabe ao Ministério Público a realização de acordos de leniência na esfera administrativa e criminal, para a redução ou extinção da multa aplicável, que poderá ser destinada para fundação privada, desde que no conselho fundacional estejam presentes representantes do Ministério Público e que em sua finalidade figure o combate à corrupção.

e) A aplicação das sanções previstas nessa lei implica a imediata paralisação dos processos judiciais de responsabilização por ato de improbidade administrativa em curso, se relativos aos mesmos fatos, para a não configuração de bis in idem.

Comentários:

Correta a alternativa "a" porque está me linha com o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846, de 2013.

> *Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.*

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o "caput" do art. 1º da Lei nº 12.846, de 2013:

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva **administrativa e civil** de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.*

Incorreta a alternativa "c" porque os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade (§2º do art. 3º da Lei). A PJ que é responsabilizada objetivamente.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o "caput" do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013:

> ***Art. 16.*** *A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (…)*
>
> ***§ 10.*** *A Controladoria-Geral da União – CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal**,** bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.*

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o art. 30 da Lei nº 12.846, de 2013:

> *Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:*
>
> *I – ato de improbidade administrativa nos termos da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992; e*
>
> *II – atos ilícitos alcançados pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC instituído pela Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011*

Gabarito: alternativa A

---

2. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

O direito de acesso à informação, disciplinado pela Lei Federal nº 12.527/2011, estatui que a informação a ser fornecida pela Administração deve ter determinadas qualidades, arroladas no art. 7º, inciso IV, do referido diploma. NÃO está dentre as qualidades ali mencionadas a:

a) atualidade.

b) primariedade.

c) publicidade.

d) autenticidade.

e) integridade.

Comentários

De acordo com o enunciado, o art. 7º, IV, da Lei 12.527/2011 delimita as seguintes qualidades:

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*
>
> ***IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; (grifos não constantes do original)***

Dentre as opções, a única que não consta no art. 7º, IV, da Lei 12.527/2011 é a letra "c" (publicidade). As demais estão corretas.

Gabarito: Letra C.

---

3. 2018/VUNESP/CÂMARA DE CAMPO LIMPO PAULISTA/Procurador

A respeito da Lei no 12.527/2011, é correto afirmar que

a) nos municípios com mais de 10 (dez) mil habitantes, os órgãos e entidades públicas devem promover pela internet o acesso a informação de interesse coletivo por eles produzidas ou custodiadas.

b) externados os motivos e demonstrado o interesse do solicitante, qualquer interessado pode pedir acesso a informação aos órgãos e entidades competentes.

c) o Presidente da República é a única autoridade competente para classificar uma informação como ultrassecreta ou secreta.

d) o prazo máximo de restrição de acesso a informação considerada secreta não pode ultrapassar a seis meses.

e) as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, quando consideradas ultrassecretas e pelo prazo máximo de vinte anos, a contar da data da sua produção.

Comentários

a) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §4º do art. 8º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. É vedada a exigência dos motivos determinantes do pedido de acesso à informação, nos termos do §3º, art. 10, da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A classificação das informações como ultrassecretas e secretas possuem várias autoridades aptas e não apenas o Presidente, nos termos do art. 27, I e II, da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> ***Art. 27. A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência:***
>
> ***I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:***
>
> *a) Presidente da República;*
>
> *b) Vice-Presidente da República;*
>
> *c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;*
>
> *d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e*
>
> *e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior;*
>
> ***II - no grau de secreto, das autoridades referidas no inciso I, dos titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista; e (grifos não constantes do original)***

d)incorreto. O prazo máximo para uma informação ser classificada como secreta é de 15 anos, conforme disposto no inciso II, §1º do art. 24 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*
>
> *§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:*
>
> ***I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;***
>
> ***II - secreta: 15 (quinze) anos; e***
>
> ***III - reservada: 5 (cinco) anos. (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. O acesso será restrito, sem classificação e pelo prazo de 100 anos a contar da sua data de produção, nos termos do inciso I, §1º do art. 24, da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.*
>
> *§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:*
>
> *I - **terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

4. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Pela Lei Federal Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(Lei de Acesso à Informação), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, a decisão, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas, caberá ao/à

a) Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

b) Núcleo de Segurança e Credenciamento.

c) Casa Civil da Presidência da República.

d) Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Comentários

Caberá ao Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) a competência para regulamentar o credenciamento das informações como sigilosas, nos termos do inciso I do art. 37 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> ***Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos:***

> *I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e*
>
> *II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.*
>
> *Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC.*

Portanto, o gabarito é Letra B.

Gabarito: Letra B.

---

5. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

A Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n° 12.527/2011) prevê as regras para amplo acesso a informações públicas pelos cidadãos e os casos específicos de salvaguarda de informações em razão de interesse público superior.

A respeito dessa lei, assinale a alternativa correta.

a) Considerando o espírito fundamental da lei, não há previsão da possibilidade de negativa de entrega de informação requisitada com base nela, devendo sempre o Poder Público revelar os dados e informações à sua disposição.

b) São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a reputação de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

c) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

d) A informação em poder dos órgãos e entidades públicos, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como confidencial, ultrassecreta, secreta, restrita ou reservada.

e) São vedados os pedidos de informação quando desprovidos de justificativa quanto aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Comentários

a) Incorreto. As algumas informações não podem ser disponibilizadas aos solicitantes, por conta de estarem classificadas com alguma modalidade de sigilo, nos termos do §2º do art. 7º da Lei de Acesso à Informação a seguir: "**Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.**"

b) Incorreto. O erro da questão consta no termo "pôr em risco a reputação de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares". Dessa forma, está divergindo do texto do inciso VII do art. 23 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*
>
> *VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares;*

c)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 21 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.*
>
> *Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.*

d)incorreto. A Classificação das informações, nos termos da Lei de Acesso à Informação, pode ser em ultrassecreta, secreta e reservada, nos termos do art. 24 a seguir exposto: "**A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada".**

e) Incorreto. É vedada a obrigatoriedade de apresentação dos motivos determinantes para a propositura de pedido de informações com base na Lei de Acesso à informação, nos termos do §3º do art. 10, a seguir apresentado:" **São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público".**

Gabarito: Letra C.

---

6. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

Os procedimentos previstos na Lei n° 12.527/11 destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública, observando-se:

a) a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

b) o desenvolvimento do controle externo exercido pelos órgãos de controle sobre a Administração Pública.

c) a divulgação de informações de interesse público, mediante solicitação do interessado.

d) a observância da publicidade, vedada, em qualquer hipótese, a existência de sigilo sobre as informações de interesse público.

e) o fomento ao desenvolvimento da cultura da proteção da informação na Administração Pública.

Comentários

A questão quer saber qual dentre as alternativas consta no rol do art. 3º da Lei de Acesso à Informação, conforme apresentado a seguir:

> *Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*
>
> *I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;* ***(Letra D - Incorreto)***
>
> *II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;* ***(Letra C - Incorreto)***
>
> *III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; (Letra A - Correto)*
>
> *IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; (Letra E - Incorreto)*
>
> *V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (Letra B - Incorreto)* ***(grifos não constantes do original)***

Pelos apontamentos realizados em cada inciso, o gabarito da questão é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

7. 2018/COSEAC/PREFEITURA DE MARICÁ-RJ/Procurador Municipal

De acordo com a Lei no 12.846, de 2013, são sanções judiciais às pessoas jurídicas infratoras as relacionadas a seguir, EXCETO:

a) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

b) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo judicial, a ser revertido em favor do Fundo Nacional de Combate à Corrupção.

c) dissolução compulsória da pessoa jurídica.

d) suspensão ou interdição parcial de suas atividades.

e) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

Comentários

As sanções judiciais aplicadas às pessoas jurídicas infratoras da Lei 12.846/2013 são as constantes nos incisos do art. 19 a seguir apresentado:

> *Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:*
>
> ***I - perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;***
>
> ***II - suspensão ou interdição parcial de suas atividades;***
>
> ***III - dissolução compulsória da pessoa jurídica;***

> ***IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. (grifos não constantes do original)***

Desta forma, a única opção que não consta no rol do art. 19 é a letra B, que possui natureza de sanção administrativa, conforme inciso I do art. 6°:

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> ***I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

8. 2018/FCC/PGE-AP/Procurador do Estado

A Lei Federal nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, estabelece determinadas disposições acerca da realização do acordo de leniência entre pessoas jurídicas envolvidas em atividades ilícitas ali mencionadas e o Poder Público. A esse respeito, o referido diploma estatui que

a) a pessoa jurídica que celebrar o acordo ficará inteiramente isenta das penalidades estatuídas na referida lei, mantendo-se, todavia, as sanções que tenham sido aplicadas na legislação referentes às licitações e contratações públicas.

b) para celebrar o acordo de leniência, é requisito prévio a reparação integral do dano causado pela pessoa jurídica proponente.

c) os efeitos do acordo de leniência serão automaticamente estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, da pessoa jurídica proponente.

d) rejeição da proposta de acordo de leniência implicará em reconhecimento tácito do ato ilícito praticado, permitindo a aplicação imediata da sanção correspondente.

e) em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

Comentários

a) Incorreto. A Pessoa Jurídica que celebrar o Acordo de Leniência não ficará isenta totalmente das sanções, nos termos dos incisos I e II do art. 6º c/c §2º do art. 16 c/c inciso IV do art. 19, todos da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*

> *I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e*
>
> ***II - publicação extraordinária da decisão condenatória.***
>
> *(...)*
>
> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras*
>
> *(...)*
>
> ***IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos. (grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. A reparação do dano não consta como **requisito prévio** para a celebração do Acordo de Leniência. Porém, a obrigação de reparar o dano pode ser acordada para que seja realizada *a* ***posteriori*****.**

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> ***§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:***
>
> *I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;*
>
> *II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;*
>
> *III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A parte final da assertiva tornou-a incorreta, uma vez que as pessoas jurídicas do mesmo grupo devem fazer o acordo em conjunto, respeitando as condições nele estabelecidas.

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.***

d)incorreto. O § 7º do art. 16 da Lei 12.846/2013 diz que **"não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada".**

e) Correto. O § 8º do art. 16 da Lei 12.846/2013, afirma que "**em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento".**

Gabarito: Letra E.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador

Uma Organização Social procura a Controladoria de um Município para informar a prática de atos contra a Administração Pública, em relação a desvios de recursos públicos no âmbito de um contrato de gestão mantido entre a Organização citada e a Municipalidade. Poderá ser celebrado um acordo de leniência no caso, se preenchido, dentre outros, o seguinte requisito:

a) a pessoa jurídica manifeste seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito e, se ela não for a primeira a procurar a Administração, prove que haja fatos não apurados.

b) a pessoa jurídica comprometa-se ao ressarcimento imediato do dano e ao pagamento de 1/3 (um terço) do valor da multa cabível.

c) a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.

d) a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito, coopere com as investigações e assuma a responsabilidade objetiva pelos fatos praticados.

e) a pessoa jurídica assegure a obtenção célere de documentos que comprovem o ilícito sob apuração, sem precisar identificar os demais envolvidos na infração.

Comentários

Os requisitos para celebração do Acordo de Leniência são os constantes nos incisos I, II e II, §1º, do art. 16, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que*

> *colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:*
>
> *I - a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;*
>
> ***II - a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;***
>
> *III - a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.*

Dessa forma, a única alternativa que apresenta um dos requisitos é a Letra C.

Gabarito: Letra C.

---

10. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas, isentando-as da seguinte sanção:

a) suspensão parcial de suas atividades.

b) perdimento dos bens que representem vantagem ou proveito diretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

c) interdição parcial de suas atividades.

d) perdimento dos direitos ou valores que representem vantagem ou proveito indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé.

e) publicação extraordinária da decisão condenatória.

Comentários

O Acordo de Leniência isentará a pessoa jurídica da sanção prevista de **"publicação extraordinária da decisão condenatória",** conforme §2º do art. 16 c/c inciso II do art. 6º, ambos da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> *(...)*
>
> ***II - publicação extraordinária da decisão condenatória.***
>
> *(...)*
>
> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que*

> *colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra E.

---

11. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Com base na Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta.

a) O pedido de acesso a informações a órgãos e entidades públicas dispensa a identificação do interessado.

b) É válida a imposição de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse públicas.

c) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

d) A Administração poderá fornecer o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, caso atendido o interesse público.

e) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da sua ciência.

Comentários

a) Incorreto. O interessado deve se identificar, nos termos do art. 10 da Lei *n° 12.527/2011*: ”Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, **devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida”.**

b) Incorreto. O § 3º, do art. 10, da Lei n° 12.527/2011, aduz que ”**são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”**.

c)Correto. O § 1º. do art. 10, da Lei n° 12.527/2011, aduz que “**para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação”**.

d)Incorreto. Não é uma faculdade da administração e sim uma obrigatoriedade o ato de fornecer o inteiro teor de decisão de negativa de acesso às informações requeridas com base na Lei de Acesso à Informação. O art. 14 da Lei n° 12.527/2011 aduz que **“é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia”.**

e) Incorreto. O prazo do recurso é de 10 dias, conforme o art. 15 da Lei n° 12.527/2011: "No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso**, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência".**

Gabarito: Letra C

---

12. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

A Lei de Acesso à Informação Pública – Lei Federal n° 12.527/2011

a) não se aplica a todos os entes da Administração Pública, visto que é incompatível com o regime das empresas públicas e sociedades de economia mista, regidas por lei própria (Lei Federal n° 13.303/2016).

b) postula que, segundo o princípio acessorium sequitur principale, quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, as demais partes tornam-se também de acesso restrito.

c) aponta como dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, por sítio oficial na internet; todavia, os Municípios de menos de cem mil habitantes estão dispensados da exigência.

d) prevê prazo de trinta dias, prorrogável justificadamente por mais 20 (vinte) dias, para que seja disponibilizada informação requerida pelo cidadão.

e) cria hipótese de responsabilidade objetiva pela divulgação indevida de informações, sendo que tal responsabilidade também é aplicável aos particulares que, em virtude de vínculo com órgão ou entidade pública, tenham acesso a informações sigilosas.

Comentários

a) Incorreto. As empresas estatais também se submetem à Lei de Acesso à Informação, nos termos do inciso II do art. 1º da Lei *12.527/2011, in verbis:*

> *Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> ***II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios**.*

b) Incorreto. O §2º do art. 7º, da Lei *12.527/2011,* aduz que "quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo".

c) Incorreto. O erro da assertiva se refere à quantidade populacional para dispensa de divulgação obrigatória na internet das informações nos termos da Lei de Acesso à Informação. O correto é a dispensa de municípios com população até 10 mil habitantes, conforme a seguir:

> *Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes** ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no **art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**.*

d)Incorreto. Nos termos do caput do art. 11 da Lei *12.527/2011, in verbis:*

> ***Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.***
>
> *§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:*
>
> *I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;*
>
> *II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou*
>
> *III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.*
>
> *§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado **por mais 10 (dez)** dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.*

Portanto, regra geral, o acesso à informação deve ser de forma imediata.

e) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no caput e parágrafo único do art. 34 da Lei *12.527/2011, in verbis:*

> *Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.*
>
> *Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.*

Gabarito: Letra E.

---

13. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/SAAE DE BARRA BONITA-SP/Procurador Jurídico

Segundo a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011 na seção lV dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação Art. 28 A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos: Analise as proposições abaixo.

lI- indicação do prazo de sigilo contado em anos meses ou dias ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no artigo 24.

lI- poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiro diante de consentimento expresso da pessoa a que elas e referiam.

lII- assunto sobre qual versa a informação.

lV- as informações pessoais a que se refere este artigo relativas à intimidade, vida, privada honra e imagem.

Estão CORRETAS as proposições:

a) I e III.

b) IV e I.

c) II e IV.

d) Nenhuma das alternativas.

Comentários

A questão trata sobre o art. 28 (Lei de Acesso à Informação), que enumera os elementos necessários que deverá conter a decisão para a classificação de informações nos diversos graus de sigilo:

> *Art. 28. A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos:*
>
> *I - assunto sobre o qual versa a informação; (item III- Correto)*
>
> *II - fundamento da classificação, observados os critérios estabelecidos no art. 24;*
>
> *III - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24; e (item I- Correto)*
>
> *IV - identificação da autoridade que a classificou.*
>
> *Parágrafo único. A decisão referida no **caput** será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada.*

Dentre os tópicos apresentados pela questão, apenas o I e III contêm correlação com o disposto no art. 28, conforme mencionado acima. Os itens II e IV são falsos.

Gabarito: Letra A.

---

14. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/SAAE DE BARRA BONITA-SP/Procurador Jurídico

De acordo com a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 podemos dizer que o acesso à informações públicas será assegurada mediante:

a) Realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

b) Realização de audiências e participação de entidades públicas que irá conceder o acesso imediato à informação disponível.

c) Realização de audiências e informações de conhecimento para toda população.

d) Nenhuma das alternativas.

Comentários

A questão quer saber qual dentre as alternativas contém a redação correta do inciso II, do art. 9º, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), nos termos seguintes:

> ***Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:***
>
> *I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:*
>
> *a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
>
> *b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
>
> *c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e*
>
> ***II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.***

Dessa forma, o gabarito é a Letra A.

Gabarito: Letra A.

---

15. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas juri¬dicas responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, o qual

a) isentará a pessoa jurídica da sanção relativa à publicação extraordinária de decisão condenatória e reduzirá em até 50% (cinquenta por cento) o valor da multa aplicável.

b) isentará a pessoa jurídica da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

c) não beneficiará as pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico.

d) não interfere no curso do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na referida lei.

e) deverá ser cumprido sob pena de impedimento da celebração de novo acordo pela pessoa jurídica, pelo prazo de 03 (três) anos contados da pactuação do primeiro.

Comentários

a) Incorreto. O valor da multa será reduzido em 2/3(dois terços), nos termos do §2º do art. 16 da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*

> ***2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.***

b) Correto. Nos termos do §2º do art. 16 c/c inciso IV do art. 19, ambos da Lei Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:*
>
> *(...)*
>
> *IV - proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.*

c)Incorreto. Os efeitos do Acordo de Leniência se estendem às pessoas jurídicas que pertencem ao mesmo grupo, nos termos do §5º do art. 16 da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.***

d) Incorreto. Nos termos do §9º do art. 16 da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.***

e) Incorreto. Nos termos do §8º do art. 16 da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.***

Gabarito: Letra B.

---

16. 2017/FMP CONCURSOS/MPE-RO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa CORRETA acerca do tratamento jurídico que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

a) Às pessoas jurídicas será imputado o regime de responsabilidade objetiva, na seara administrativa e civil, pelos atos lesivos previstos em lei praticados em seu exclusivo interesse ou benefício.

b) As organizações públicas internacionais não se enquadram no conceito legal de administração pública estrangeira para fins de tratamento protetivo.

c) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência subsidiária para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.

d) O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

e) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de três anos contados do referido descumprimento.

Comentários

a) Incorreto. O final do trecho do enunciado tornou a assertiva incorreta, uma vez que a responsabilidade objetiva independe de que os atos lesivos praticados tenham reflexos de forma exclusiva ou não na referida pessoa jurídica, nos termos do art. 2º da Lei n° 12846/13: **"As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não".**

b) incorreto. As organizações públicas internacionais se enquadram no conceito legal de administração pública estrangeira para fins de tratamento protetivo, nos termos do §2º do art.5º da Lei n° 12846/13, *in verbis:*

> *Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:*

> *§ 1º Considera-se administração pública estrangeira os órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.*
>
> ***§ 2º Para os efeitos desta Lei, equiparam-se à administração pública estrangeira as organizações públicas internacionais.***
>
> *§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro* ***ou em organizações públicas internacionais.(grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. A CGU possui competência concorrente e não subsidiária para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, nos termos do §2º do art. 8º da Lei n° 12846/13, *in verbis:*

> *Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União - CGU terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento nesta Lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.***

d) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §3º do art. 16 da Lei n° 12846/13, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. O prazo de três anos é contado do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento e não do simples descumprimento, conforme §8º do art. 16 da Lei n° 12846/13, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

17. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta, nos termos da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção):

a) A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

b) O efeito negativo produzido pela infração é um dos fatores que, segundo consta expressamente na Lei nº 12.846/13, deve ser levado em consideração na aplicação das sanções.

c) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

d) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei nº 12.846/13, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

e) Os registros das sanções e acordos de leniência somente serão excluídos, mediante requerimento da pessoa jurídica responsável pela prática do ato, depois do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado.

Comentários

a) Correto. Nos termos do §6º do art. 16 da Lei *12.846/13:"***A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo".**

b) Correto. Nos termos do inciso V do art. 7º da Lei *12.846/13, in verbis:*

> *Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:*
>
> *V - o efeito negativo produzido pela infração;*

c)Correto. Nos termos do §2º do art. 3º da Lei *12.846/13: "***Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade".**

d) Correto. Nos termos do §2º do art. 4º da Lei *12.846/13, in verbis:*

> *Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2º As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. Nos termos do §5º do art. 22 da Lei *12.846/13, in verbis:*

> *Art. 22. Fica criado no âmbito do Poder Executivo federal o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, que reunirá e dará publicidade às sanções aplicadas pelos órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo com base nesta Lei.*
>
> ***(...)***
>
> ***§ 5º Os registros das sanções e acordos de leniência serão excluídos depois de decorrido o prazo previamente estabelecido no ato sancionador ou do cumprimento integral do acordo de leniência e da reparação do eventual dano causado, mediante solicitação do órgão ou entidade sancionadora.(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra E.

---

18. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador

A respeito da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, com base na Lei n° 12.846/13, assinale a alternativa correta.

a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos tipificados nesta Lei e praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

b) Não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

c) Nas hipóteses de fusão e incorporação de sociedades, a responsabilidade da sucessora será ampla, abrangendo todas as penalidades em que tiver incorrido a sociedade fusionada ou incorporada.

d) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

e) Em respeito à teoria da dupla imputação, a pessoa jurídica será responsabilizada sempre e em conjunto com os seus dirigentes ou administradores.

Comentários

a) correto. É a previsão do art. 2º da Lei 12.846/13, nos termos seguintes**: "As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não".**

b) incorreto. Segundo o art. 4º da Lei 12.846/13, **"subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária".**

c)incorreto. Nos termos do §1º, do art. 4º da Lei 12.846/13, *in verbis:*

> *Art. 4º Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.*
>
> ***§ 1º Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas***

> ***nesta Lei decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.(grifos não constantes do original)***

d)Incorreto. Segundo o art. 3º da Lei 12.846/13, **"a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito".**

e) Incorreto. A responsabilização da pessoa jurídica independe da responsabilização individual dos seus agentes, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei 12.846/13, *in verbis:*

> *Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.*
>
> *§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.*
>
> *§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.*

Gabarito: Letra A.

---

19. 2017/VUNESP/CÂMARA DE COTIA-SP/Procurador Legislativo

Pessoa jurídica responsável pela prática de atos contra a Administração Pública, previstos na Lei Federal n° 12.846/13, que ensejam responsabilidade civil e administrativa, procura a Administração Pública do Município de Cotia, com intuito de colaborar na identificação dos demais envolvidos na infração e auxiliar na obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito. Em tal caso, a Administração

a) deverá encaminhar o representante da pessoa jurídica para o Ministério Público, já que o Parquet é quem pode firmar acordo de leniência.

b) ajuizará, no prazo de 30 (trinta) dias, ação judicial que vise à elaboração e homologação de um acordo de leniência, em que o Ministério Público intervirá obrigatoriamente.

c) poderá firmar acordo de leniência com tal pessoa jurídica, por meio da autoridade máxima do órgão ou da entidade pública envolvida, se os demais requisitos legais forem preenchidos.

d) poderá suspender, de imediato, todos os contratos porventura existentes com a pessoa jurídica em questão, que receberá, de plano, como sanção, a declaração de inidoneidade.

e) deverá encaminhar, imediatamente, cópia da documentação apresentada pela pessoa jurídica ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, que poderão firmar, posteriormente, acordo de leniência com a interessada.

Comentários

a) Incorreto. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública é quem celebrará os acordos de leniência, nos termos do art. 16 da Lei 12.846/13, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*

b) Incorreto. É o próprio órgão público ou entidade pública o encarregado de aplicar as sanções em Acordos de Leniência.

c)Correto. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública é quem celebrará os acordos de leniência, nos termos do art. 16 da Lei 12.846/13, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*

d)Incorreto. Não existe a previsão na Lei Anticorrupção da aplicação da penalidade de inidoneidade.

e) Incorreto. O art. 16 da Lei Anticorrupção aduz que "**a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei** que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte: (...)"

Gabarito: Letra C.

---

20. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Relativamente à Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, chamada de Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta.

a) Aquele que transitoriamente e sem remuneração exerça função pública em representação diplomática de país estrangeiro não é considerado agente público estrangeiro, para fins de aplicação da Lei Anticorrupção.

b) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção, dispensada a defesa em casos considerados gravíssimos.

c) Na aplicação das sanções será levada em consideração a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

d) A celebração de acordo de leniência não exime a pessoa jurídica de reparar integralmente o dano causado, mas afasta integralmente a multa que seria imputada caso o referido acordo não fosse firmado.

e) A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção e, se descumprido, impede a nova celebração de acordo pelo prazo de 1 (um) ano, contado do conhecimento pela Administração Pública do descumprimento.

Comentários

a) Incorreto. Aquele que transitoriamente e sem remuneração exerça função pública em representação diplomática de país estrangeiro é considerado agente público estrangeiro, para fins de aplicação da Lei Anticorrupção, conforme §3º, art. 5º, da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º Considera-se agente público estrangeiro, para os fins desta Lei, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. A parte final da assertiva tornou o enunciado incorreto, uma vez que sempre é assegurado o contraditório e ampla defesa nos casos de procedimento visando a desconsideração da personalidade jurídica de empresas, nos termos do art. 14 da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.*

c)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso VIII, do art. 7º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:*
>
> *(...)*
>
> ***VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;***

d)Incorreto. A celebração de Acordo de Leniência não afasta a multa de forma integral, conforme o §2º, do art. 16, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e* ***reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável****.*

> ***§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. Em caso de descumprimento do acordo de leniência, um novo acordo somente poderá ocorrer no prazo de 3 anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento, nos termos do §8º do art. 16 da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> ***§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.***
>
> *§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

21. 2017/VUNESP/CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador

Com relação à responsabilização administrativa e civil de pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

b) A legislação que disciplina o assunto não se aplica aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a Administração Pública estrangeira, quando cometidos no exterior.

c) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, sendo autorizada ainda a subdelegação.

d) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

e) Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Comentários

a) Incorreto. O art 3º da Lei 12.846/2013 aduz que **"a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito".**

b) Incorreto. O art. 28 da Lei 12.846/2013 aduz que **"esta Lei aplica-se aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior".**

c)Incorreto. A subdelegação é vedada, nos termos do §1º, do art. 8º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.*
>
> ***§ 1º A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica poderá ser delegada, vedada a subdelegação.***

d) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 10 da Lei 12.846/2013, a seguir apresentado*: "***O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis".**

e) Incorreto. O art. 18 da Lei 12.846/2013 aduz o seguinte: **"Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial".**

Gabarito: Letra D.

---

22. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Os procedimentos previstos na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com a seguinte diretriz:

a) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural não identificada, mas identificável.

b) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.

c) divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.

d) qualidade da informação modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

e) desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

Comentários

A questão trata sobre o art. 3º da Lei de Acesso à Informação e pede para ser feita a correlação entre as alternativas e os incisos do referido art. 3º:

> *Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*
>
> *I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; (Letra B- Incorreto)*
>
> *II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; (Letra C- Incorreto)*
>
> *III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;*
>
> *IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;*
>
> *V - desenvolvimento do controle social da administração pública.**(correto - Letra E)***

Ao analisar as alternativas, verificou-se que as letras B e C possuem a correlação com os incisos do art. 3º, porém contêm erros. Já as letras A e D não possuem correlação com nenhuma das alternativas. Dessa forma, o gabarito é a Letra E, conforme previsão no inciso V do art. 3º da Lei *12.527/2011.*

Gabarito: Letra E.

---

23. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade são qualidades da informação definidas pela lei Lei n. 12.527/11 (Acesso à Informação).

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A Lei 12.527/2011, no art. 4º (incisos VI, VII, VIII e IX) c/c inciso IV do art. 7º, delimita as seguintes qualidades da informação:

> ***Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:***
>
> ***VI - disponibilidade:*** *qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;*
>
> ***VII - autenticidade:*** *qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;*
>
> ***VIII - integridade:*** *qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;*
>
> ***IX - primariedade:*** *qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.*
>
> *(..)*
>
> ***Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:***
>
> ***IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

24. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

Joana, moradora do Município ABC, apresentou pedido de acesso a informações à Pessoa Jurídica XYZ, concessionária de serviço público municipal, não integrante da Administração Pública. Utilizou como base a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/11), para ter acesso ao contrato administrativo firmado pela Pessoa Jurídica XYZ com a Administração Pública Municipal, sem juntar o comprovante de pagamento de custas relativas à emissão da certidão. Tal pedido foi rejeitado pela Pessoa Jurídica XYZ.

Nesse caso, conforme a Lei de Acesso à Informação,

a) a Pessoa Jurídica XYZ agiu ilegalmente, uma vez que ela, como concessionária de serviço público municipal, é sujeito passivo da Lei de Acesso à Informação, o objeto da consulta é documento público e o acesso deve ser gratuito.

b) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que Joana não é sujeito ativo do pedido de acesso à informação.

c) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que é possível a exigência de pagamento da respectiva certidão de emissão da informação, salvo se comprovada a hipossuficiência econômica do requerente.

d) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, já que as informações acerca de contratos administrativos firmados com a Administração Pública podem ter seu acesso restringido por motivo de segurança das negociações.

e) não houve irregularidade por parte da Pessoa Jurídica XYZ, uma vez que ela não consta como sujeito passivo na Lei de Acesso à Informação.

Comentários

a) Incorreto. A Pessoa Jurídica de Direito Privado, concessionária de serviço público municipal, não consta no rol daquelas que se submetem à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 1º e 2º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> *II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*
>
> *Art. 2o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

b) Incorreto. Qualquer interessado pode pleitear as informações de que necessite das entidades sujeitas à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 10: "**Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida**".

c)Incorreto. Caso a Pessoa Jurídica XYZ se sujeitasse aos comandos da Lei de Acesso à Informação, a cobrança de taxas pelo fornecimento da informação seria vedada, salvo os custos para reprodução dos documentos, nos termos do art. 12 da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 12. O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.*
>
> *Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no7.115, de 29 de agosto de 1983.*

d)Incorreto. Caso o requerimento tivesse sido endereçado para a Administração Pública, esta teria que prestar as informações solicitadas pelo requerente.

e) Correto. A Pessoa Jurídica de Direito Privado, concessionária de serviço público municipal, não consta no rol daquelas que se submetem à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 1º e 2º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> *II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*
>
> *Art. 2o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

Gabarito: Letra E.

---

25. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Considere a seguinte situação hipotética. Cidadão X solicita à Câmara Municipal, com base na Lei da Transparência, o valor total dos salários pagos aos Vereadores Municipais, no mês de Dezembro de 2015. A solicitação é efetuada por formulário eletrônico existente no sítio eletrônico da Câmara Municipal, tendo o Cidadão X preenchido os campos referentes ao nome completo, documento de identificação, endereço e síntese do pedido, deixando em branco, todavia, o campo que demanda os "motivos determinantes da solicitação". Considerando que a informação solicitada pelo Cidadão X já consta no "Portal da Transparência" da Câmara Municipal, a conduta correta, nos termos da Lei Federal n° 12.527/2011, a ser tomada pelo Serviço de Informação ao Cidadão, é

a) informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

b) indeferir o pedido de informação formulado, pois embora o acesso a informações de interesse público demande a identificação do requerente e não possa conter exigências que inviabilizem a solicitação, é indispensável o fornecimento dos motivos determinantes da solicitação.

c) fornecer a informação solicitada, pois a disponibilidade da informação solicitada em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, não desonera o órgão ou entidade pública da obrigação do fornecimento direto, que deverá ser realizado.

d) notificar ao Cidadão X que ele tem o prazo de 10 (dez) dias para informar os "motivos determinantes da solicitação", aditando o pedido original; caso o Cidadão X forneça os motivos no prazo assinalado, a Câmara Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para fornecer a resposta, deferindo, ou não, o pedido.

e) informar ao Cidadão X, preliminarmente, o valor dos serviços de busca e fornecimento de informações; caso o Cidadão X recolha o valor, deverá informar sobre a disponibilidade da informação solicitada em formato eletrônico, desobrigando-se do fornecimento direto.

Comentários

A questão quer saber como se deve proceder o Serviço de Informação ao Cidadão quando algum pedido por informação já estiver com conteúdo disponível ao público (ou de forma impressa, ou eletrônica ou outro meio). Para responder ao pleito, devemos nos dirigir ao §6º, do art. 11, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.*
>
> *(...)*
>
> *§ 6º Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.*

Portanto, dentre as alternativas, a que se encaixa nos ditames acima é a letra A. As demais estão incorretas.

Gabarito: Letra A.

---

26. 2016/VUNESP/IPSMI/Procurador

No tocante à Lei no 12.527/11, é correto afirmar:

a) com a edição do ato decisório fica dispensável o acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo.

b) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas, devendo o pedido conter os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

c) os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades, assim como de informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados.

d) a competência prevista para a classificação dos documentos como ultrassecreta e secreta não poderá ser delegada pela autoridade responsável.

e) negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer ao Senado Federal que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

Comentários

a) Incorreto. Segundo o §3º do art. 7º da Lei 12.527/2011, **"o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo".**

O erro da assertiva foi apontar que o acesso aos documentos era dispensável quando na verdade é obrigatório o seu fornecimento com a edição do ato decisório respectivo.

b) Incorreto. Não é necessário colocar os motivos determinantes para solicitação de informações, nos termos do §3º, art. 10, da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.***

c)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto nos §1º, §4º, IV todos do art. 8º da Lei 12.527/2011, *in verbis*:

> *Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*
>
> ***§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:***
>
> ***(...)***
>
> ***IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;***
>
> ***(...)***
>
> ***§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real,*** *de informações relativas à execução orçamentária e financeira,*

> *nos critérios e prazos previstos no* ***art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)****.*

d)Incorreto. A competência poderá sim ser delegada, nos termos do §1º do art. 27 da Lei 12.527/2011: **"A competência prevista nos incisos I e II, no que se refere à classificação como ultrassecreta e secreta, poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação".**

e) Incorreto. O art. 16 da Lei 12.527/2011 aduz que "**negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se: (...)"**

Gabarito: Letra C.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Com base na Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

a) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

c) O recurso apresentado em face de decisão que indefere pedido de acesso a informações será direcionado à própria autoridade que a proferiu, a qual se manifestará no prazo de cinco dias a respeito do preenchimento dos pressupostos legais de admissibilidade.

d) A Lei Federal nº 12.527/2011 somente se aplica aos órgãos públicos integrantes da Administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

e) O serviço de busca e fornecimento da informação deverá ser remunerado mediante cobrança de taxa.

Comentários

a) Incorreto. A classificação para o caso em análise seria de informação reservada, tendo até 5 anos para ficar com a restrição, nos termos do §2º, inciso III, do art. 24 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*
>
> *§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no* ***caput****, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:*
>
> *I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;*

> *II - secreta: 15 (quinze) anos; e*
>
> ***III - reservada: 5 (cinco) anos.***
>
> ***§ 2º As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.***

b) correto. O § 2º, art. 25, da Lei 12.527/2011 aduz que o **"acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo".**

c)Incorreto. O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, nos termos do parágrafo único do art. 15 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.*
>
> *Parágrafo único.* ***O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias. (grifos não constantes do original)***

d)Incorreto. Além das entidades elencadas na assertiva, outras também seguem as disposições da Lei 12.527/2011, conforme o art 2º, *in verbis:*

> *Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

e) Incorreto. Segundo o art. 12 da Lei 12.527/2011 "**O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito**, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados."

Gabarito: Letra B.

---

28. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE PALMAS-TO/Procurador

Analise as afirmativas a seguir.

O acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) compreende, entre outros, os direitos de obter.

I. Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.

II. Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

III. Informação relativa à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos.

IV. Informações referentes a todo projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico produzido e executado pelos órgãos públicos, ressalvado aqueles produzidos em parceria com pessoas físicas ou entidades privadas.

Indique a alternativa CORRETA.

a) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

A questão trata sobre o art. 7 da Lei 12.527/2011 e quer saber quais dentre os itens nas alternativas possuem correlação com o disposto no referido artigo:

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*
>
> *I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada; (Item I- Verdadeiro)*
>
> *II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;*
>
> *III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*
>
> *IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;*
>
> *V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;(item II-Verdadeiro)*
>
> *VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e*
>
> *VII - informação relativa:*
>
> *a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos; **;(item III-Verdadeiro)***
>
> *b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.*

Conforme disposição acima do art. 7º e realizadas as correlações possíveis, a única que não foi possível foi com o item IV. Portanto, os itens corretos são I, II e III.

Gabarito: Letra A.

---

29. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/Procurador

Com fundamento na Lei de Transparência (Lei Federal n 12.527/11), cidadão solicita cópia integral, a ser-lhe remetida pelo correio, de um processo administrativo da Prefeitura Municipal de Rosana, no qual consta a documentação referente à licitação e ao contrato de aquisição de produtos médico-hospitalares e de fisioterapia, com entrega parcelada. A

Prefeitura Municipal defere o pedido comunicando a data e local em que o processo administrativo ficará disponível para consulta do cidadão, bem como o valor que será cobrado pela reprodução de cada uma das folhas. O cidadão apresenta recurso à autoridade hierarquicamente superior, afirmando que a Prefeitura deve lhe remeter a cópia integral do processo administrativo, via correio, sem qualquer custo, pois sua situação econômica não permite arcar com as despesas de deslocamento e de reprodução do documento. Nesse caso, a autoridade competente para a análise do recurso deverá

a) dar provimento total ao recurso, encaminhando as cópias via correio, que é meio legítimo para a prestação das informações, a critério do cidadão solicitante, devendo, também, dispensá-lo dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

b) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao pagamento devido, pois mediante declaração de que não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos da reprodução de documentos, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, o cidadão pode ser dispensado do ressarcimento de tais custos, devendo ser negado, todavia, o envio da documentação pelo correio, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet.

c) negar provimento ao recurso, em relação aos dois pleitos, pois o acesso à informação deve ser pessoal ou por meio da internet, nos termos da Lei Federal n° 12.527/11, e, em relação aos custos de reprodução, prevê a referida lei que o serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, mas é cobrado o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.

d) dar provimento parcial ao recurso, em relação ao envio pelo correio dos documentos solicitados, pois a Lei Federal n° 12.527/11 prevê que requerente pode declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos, mas, no tocante aos custos de reprodução, é obrigatório o ressarcimento, para que não haja prejuízo ao erário em razão dos custos dos serviços de reprografia e dos materiais utilizados.

e) dar provimento total ao recurso, dispensando o cidadão dos custos de reprodução, pois está isento de ressarci-los todo aquele que declarar, sob as penas da lei, que sua situação econômica não lhe permite fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, enviando a documentação pelo correio, que é meio legítimo, cobrando-lhe, no entanto, as despesas de postagem.

Comentários

A questão trata sobre a procedência ou não da cobrança de custas pelo serviço de acesso à informação, além dos casos excepcionais admitidos. O art. 12 da Lei 12.527/11 definiu o seguinte:

> *"Art. 12. **O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo** nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.*

> ***Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº7.115, de 29 de agosto de 1983.***

As pessoas que se enquadrarem dentro da regra da isenção por conta de situação econômica, nos termos do parágrafo único do art. 13, poderão ter acesso às cópias com total gratuidade.

Além disso, essas informações só devem ser disponibilizadas de forma pessoal ou pela internet.

Com isso, a única assertiva que atende ao disposto no art. 12 da Lei *12.527/11 é a alternativa B.*

Gabarito: Letra B.

---

30. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Com relação à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta.

a) O direito de acesso à informação contempla as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

c) A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, ainda que fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares.

d) Os órgãos e entidades públicas não prescindirão de requerimentos para promover a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas.

e) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

Comentários

a) Incorreto. O § 1º do art. 7º, da Lei 12.527/2011 aduz que *"*o acesso à informação previsto no caput **não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos** cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

b) correto. Nos termos do § 3º do art. 7º, da Lei 12.527/2011: "**O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo".**

c)incorreto**.** O **§ 4º** do art. 7º da Lei *12.527/2011* aduz que *"*a negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, **quando não fundamentada**, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei".

d)incorreto. O art. 8º da Lei 12.527/2011 aduz que "é dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos**, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas".

e) incorreto. Conforme o parágrafo único do art. 21 da 12.527/2011 ***"a***s informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas **não poderão ser objeto de restrição de acesso".**

Gabarito: Letra B.

---

31. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

Descobriu-se, por meio de denúncia de um ex-funcionário, acompanhada de farta documentação (recibos, transferências bancárias, anotações manuscritas etc.) que a empresa X participou de esquema para fraudar licitações no âmbito da Administração Estadual. A referida empresa se propôs a celebrar acordo de leniência e colaborar nas investigações, permitindo a identificação de outras empresas envolvidas e fornecendo provas capazes de acelerar a apuração do ilícito. Diante da situação mencionada, conclui-se:

a) Ao celebrar o acordo de leniência, a Administração Pública poderá isentar a empresa das penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos (Lei no 8.666/93).

b) A empresa, por tais atividades, pode ser responsabilizada concomitantemente no âmbito civil, administrativo e penal, em vista da independência de tais esferas.

c) Se a referida empresa cumprir os termos do acordo de leniência e se dispuser a reparar o dano e pagar a multa correspondente, não sofrerá as penas da Lei de Improbidade (Lei Federal no 8.429/92).

d) Outras empresas do mesmo grupo econômico não se beneficiam do acordo, que tem caráter intuitu personae.

e) A celebração e o cumprimento do acordo de leniência pela pessoa jurídica afastam a responsabilidade pessoal dos seus dirigentes e administradores no âmbito civil e administrativo.

Comentários

a) correto. Nos termos do art. 17 da 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.*

b) Incorreto. A empresa não pode sofrer condenação criminal e sim seus gestores.

c)Incorreto. As sanções aplicadas no âmbito da Lei 12.846/2013 não afetam as responsabilizações decorrentes da Lei de Improbidade Administrativa, conforme inciso I do art. 30, *in verbis:*

> ***Art. 30. A aplicação das sanções previstas nesta Lei não afeta os processos de responsabilização e aplicação de penalidades decorrentes de:***
>
> ***I - ato de improbidade administrativa nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;*** *e*
>
> *II - atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.*

d)incorreto. O § 5º, do art. 16, da Lei 12.846/2013 aduz que " **Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas."**

e) Incorreto. O art. 3º da Lei 12.846/2013 aduz o seguinte: "A responsabilização da pessoa **jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural**, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito**."**

Gabarito: Letra A.

---

32. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Com base na Lei Anticorrupção, é correto afirmar que

a) na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos, multa de até 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, em substituição à obrigação de reparar os danos.

b) a Advocacia Geral da União – AGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a Administração Pública estrangeira.

c) constitui ato lesivo à Administração Pública, nacional ou estrangeira, aquele praticado por sociedade empresária que, comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

d) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, exceto em relação aos ilícitos penais, pelos quais responderão na medida da sua culpabilidade.

e) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo, civil e criminal, pelos atos lesivos previstos nessa Lei, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Comentários

a) Incorreto. **As multas em âmbito administrativo serão aplicadas nos valores entre 0,1%** (um décimo por cento) **a 20%** (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da

instauração do processo administrativo, não excluindo a reparação integral do dano causado, nos termos do §3º, e do inciso I, ambos do art. 6º da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> *I - **multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo**, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.***

b) Incorreto. A competência é da CGU e não da AGU, nos termos do §10º, do art. 16, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:*
>
> *(...)*
>
> *§ 10. **A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira. (grifos não constantes do original)***

c)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso III, art. 5º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:*
>
> *(...)*
>
> ***III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; (grifos não constantes do original)***

d)Incorreto. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores. Além disso, a pessoa jurídica não responde por ilícitos penais, em regra, cabendo tal responsabilidade aos seus administradores e dirigentes, nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 3º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.*

> *§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.*
>
> *§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.*

e) Incorreto. Segundo o art. 2º da Lei 12.846/2013 "**as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não".** O erro do enunciado foi por conta de as pessoas jurídicas, em regra, não serem responsabilizadas na esfera criminal. Para este caso, a responsabilidade recai sobre os dirigentes e demais envolvidos, sempre pessoas físicas.

Gabarito: Letra C.

---

33. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Em relação a Lei de Improbidade Administrativa e a Lei Anticorrupção, analise a alternativa correta:

a) A lei anticorrupção tem por objeto a responsabilidade civil das pessoas físicas envolvidas em atos de corrupção contra a administração pública nacional ou estrangeira.

b) Para caracterização do ato de improbidade administrativa exige-se o envolvimento da administração pública direta ou indireta, de um lado, e de pelo menos um agente público, de outro, sendo desnecessário a comprovação de culpa tendo em vista que a responsabilidade é objetiva.

c) A lei anticorrupção inovou ao introduzir a compliance, ou seja, mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

d) A lei de improbidade administrativa prevê expressamente o acordo de leniência para uso no âmbito administrativo para fins de isenção de sanções e multas, exigindo, a participação do Ministério Público.

Comentários

a) Incorreto. O art. 1º da Lei 12.846/2013 aduz que a referida Lei "dispõe sobre a **responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira".

A assertiva tinha mencionado "pessoas físicas", por isso o erro da alternativa.

b) Incorreto. É necessária a comprovação de culpa ou dolo do agente para que a responsabilidade subjetiva possa recair sobre ele. Para os agentes que praticaram os atos de improbidade administrativa, nunca responderão com responsabilidade objetiva, sempre com responsabilidade subjetiva.

c)Correto. Nos termos do inciso VIII, art. 7°, da Lei 12.846/2013, in verbis:

> *Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:*
>
> *(...)*
>
> *VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;*

d)Incorreto. Os acordos de leniência estão previstos na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e não na Lei de Improbidade Administrativa.

Gabarito: Letra C.

---

34. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 12.846/13 (Anticorrupção), na esfera administrativa serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos nela previstos multa cujo valor será fixado em salários mínimos, nunca inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e publicação extraordinária da decisão condenatória.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. A multa será aplicada no percentual de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, diferentemente do mencionado pela questão, que sugeriu a fixação em salários mínimos, nos termos do inciso I e II do art. 6º da Lei 12.846/13 (Anticorrupção), *in verbis:*

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> ***I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento)** do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e*
>
> ***II - publicação extraordinária da decisão condenatória.(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

35. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 12.846/13 (Anticorrupção), as pessoas jurídicas, seus dirigentes ou administradores serão objetivamente responsabilizados, no âmbito civil e administrativo, pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, é objetiva.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas de forma objetiva. Já os dirigentes ou administradores serão responsabilizados de forma subjetiva, ou seja, de acordo com o grau de culpabilidade, nos termos do art. 2º e §2º do art. 3º da Lei n. 12.846/13 (Anticorrupção), *in verbis:*

> ***Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.***
>
> *Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.*
>
> *§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.*
>
> ***§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

36. 2015/FCC /TJ-PI/Juiz de Direito

É norma CONTRÁRIA ao regime da Lei Federal n° 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

a) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

b) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como secretas e ficarão sob sigilo permanente enquanto durarem suas vidas.

c) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

d) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

e) São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação de sigilo as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.

Comentários

a) Correto. Nos termos do §4º, art. 31, da Lei 12.527/2011, *in verbis*:

> *Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.*
>
> *(...)*

> *§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.*

b) Incorreto. A informação será classificada como reservada e ficará sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição, nos termos do §2º, art. 24, da Lei 12.527/2011, *in verbis*:

> *Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º* ***As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.***

c)Correto. Segundo o art. 21 da Lei 12.527/2011, "**não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais".**

d)Correto. Nos termos do parágrafo único, art. 21, da Lei 12.527/2011, *in verbis*:

> *Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.*
>
> *Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.*

e) Correto. Nos termos do inciso VI, art. 23, da Lei 12.527/2011, *in verbis*:

> *Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*
>
> *VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;*

Gabarito: Letra B.

---

37. 2015/FEPESE/PREFEITURA DE BALNEÁRIO DE CAMBORIÚ-SC/Procurador Municipal

É correto afirmar sobre a Lei da Transparência.

a) Apenas os órgãos da administração direta dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal estão obrigados garantir o acesso à informação.

b) A divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas poderá ser realizada pelos órgãos públicos após requerimento da parte interessada.

c) As informações referentes aos registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros ou registros das despesas, por se tratarem de informações sigilosas, não poderão ser divulgadas ao público em geral.

d) Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

e) O acesso a informações públicas será assegurado mediante protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e justificativa da necessidade de se obter a informação requerida.

Comentários

a) Incorreto. Os órgãos da administração indireta também devem assegurar o acesso à informação, além de outros, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> *II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*
>
> *Art. 2o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

b) Incorreto. O caput do art. 8º da Lei 12.527/2011 aduz que "é dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos,** a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas".

Dessa forma, o erro da alternativa foi considerar que era imprescindível o requerimento para se ter acesso a informações de interesse coletivo ou geral de forma acessível.

c)Incorreto. Essas informações poderão estar acessíveis ao público em geral, nos termos dos incisos II e III, do §1º, art. 8º, da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*
>
> ***§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:***

> *I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;*
>
> ***II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;***
>
> ***III - registros das despesas;***
>
> *IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;*
>
> *V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e*
>
> *VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.* ***(grifos não constantes do original)***

d)Correto. A assertiva está em consonância com o disposto do art. 13 Lei 12.527/2011: "**Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original".**

e) Incorreto. Ao solicitar as informações de que necessitam, os requerentes não precisam expor os motivos determinantes daquele pedido, nos termos da alínea c do art. 9º c/c §3º do art. 10º, ambos da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*
>
> *(...)*
>
> ***c)protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e***
>
> *(...)*
>
> *Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.***

Gabarito: Letra D.

---

38. 2015/PUC-PR/PREFEITURA DE MARINGÁ-PR/Procurador

"O acesso à informação pública, como o direito de 'exigir contas a qualquer agente público da sua administração', teve origem na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789. Seu conteúdo foi aperfeiçoado no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo assegurado a todos os indivíduos o direito de 'procurar, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer meios e independentemente de fronteiras'. Igualmente, o art. 19 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos garante que o direito à liberdade de expressão inclui 'a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza'".

(BACELLAR FILHO, R. F.; SCHIER, A. da C. R. Direito à informação e a aplicação da Lei n. 12.527/11 às Organizações Sociais. In: BACELLAR FILHO, R. F.; HACHEM, D. W. (Coord.). Direito

Público no Mercosul: intervenção estatal, direitos fundamentais e sustentabilidade. Anais do VI Congresso da Associação de Direito Público no Mercosul: homenagem ao Professor Jorge Luis Salomoni. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 303-317, p. 303).

Regulamentando o acesso a informações, foi sancionada a Lei nº. 12.527/11. Sobre essa legislação, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. A Lei nº. 12.527/11 aplica-se somente aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

II. O acesso a informações públicas será assegurado: mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e também por intermédio da realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

III. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, comprovante de residência ou da sede comercial, a justificativa e a especificação da informação requerida.

IV. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 03 (três) dias a contar da sua ciência, sendo que o recurso será dirigido à autoridade superior daquela que exarou a decisão impugnada.

V. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, as quais poderão ter os prazos máximos, respectivamente, de 25 anos, 15 anos e 05 anos.

a) Estão corretas as afirmativas II e V.

b) Estão corretas as afirmativas II, III e V.

c) Estão corretas as afirmativas I, III e V.

d) Estão corretas as afirmativas I e II.

e) Estão corretas as afirmativas II, IV e V.

Comentários

I- Incorreto. Outras entidades também se submetem às disposições da Lei de Acesso à Informação, como se vê no art. 2º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 2o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

II-Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 9º da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*
>
> *I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:*
>
> *a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
>
> *b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
>
> *c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e*
>
> *II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.*

III- Incorreto. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes dos pedidos de acesso à informação, nos termos do §3º do art. 10 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.*
>
> *(...)*
>
> *§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.*

IV- Incorreto. No caso de indeferimento de acesso a informação ou às razões da negativa, o prazo do recurso será de 10 dias a contar da ciência da decisão, nos termos do parágrafo único do art. 15 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a* ***decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.***
>
> *Parágrafo único.* ***O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada****, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias****. (Grifos não constantes do original)***

V- Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 24 da Lei 12.527/2011, *in verbis:*

> *Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*
>
> *§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no* ***caput****, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:*
>
> *I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;*
>
> *II - secreta: 15 (quinze) anos; e*
>
> *III - reservada: 5 (cinco) anos.*

Gabarito: Letra A.

39. 2015/FCC/TJ-AL/Juiz de Direito

Invocando a Lei n° 12.527/11, que trata do acesso à informação pública, um cidadão pleiteia à Administração pública de um Estado-membro da Federação Brasileira o acesso a determinado documento. Raciocinando por hipótese, seria um argumento compatível com a referida lei, para que o Estado negasse o pedido,

a) tratar-se de documento contendo informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

b) não aplicar-se a lei, por ser federal, à Administração pública de um Estado.

c) não haver o interessado indicado o motivo de seu pedido.

d) tratar-se de documento utilizado como fundamento de um ato decisório, de modo que a publicidade deste último ato dispensa a publicidade do documento que lhe dera fundamento.

e) tratar-se de documento contendo informações pertinentes à Administração do patrimônio público.

Comentários

a) Correto. O § 1º do art. 7º da Lei de Acesso à informação prevê o seguinte: "O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

b) Incorreto. A Lei de Acesso à Informação é aplicada também aos órgãos Estaduais e Municipais, nos termos seguintes:

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> *II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

c)Incorreto. O § 3º, art. 10, da Lei de Acesso à Informação, "vedada quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público".

d)Incorreto. O §3º, art. 7º, da Lei de Acesso à Informação, aduz que "**o direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo".**

e) Incorreto. A informação pertinente à administração do patrimônio público é um dos direitos que devem ser assegurados a qualquer pessoa do povo, nos termos seguintes:

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*
>
> *(...)*
>
> *VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; (...)*

Gabarito: Letra A.

---

40. 2015/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Vigora no Brasil, disciplinando o direito constitucional de acesso à informação, a Lei no 12.527/11. É ideia ESTRANHA ao regime dessa lei a

a) criação, pelo acesso à informação classificada como sigilosa, da obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

b) possibilidade de que qualquer interessado possa apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades competentes, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

c) inclusão, no sentido de acesso à informação, do direito de obter informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

d) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.

e) classificação da informação sigilosa, em regra geral, segundo os seguintes critérios: ultrassecreta – 25 anos; secreta – 15 anos; e reservada – 5 anos.

Comentários

a) Correto. Nos termos do §2º do art. 25 da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.*
>
> *(...)*
>
> *§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.*

b) Incorreto. O § 3º, art. 10, da Lei de Acesso à Informação, "vedada quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público".

c)correto. Nos termos do inciso III, do art. 7º, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*
>
> *(...)*

> *III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*

d)Correto. Nos termos do inciso I, do art. 3º, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*
>
> *I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*

e) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 24 da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*
>
> *§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no **caput**, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:*
>
> *I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;*
>
> *II - secreta: 15 (quinze) anos; e*
>
> *III - reservada: 5 (cinco) anos.*

Gabarito: Letra B.

---

41. 2015/VUNESP/PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorra sobre aspectos da Lei Federal no 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

a) A Câmara Municipal de Caieiras não se submete à Lei de Acesso à Informação, pois a Lei Federal n o 12.527/11 somente é aplicável aos órgãos do Poder Executivo de todos os níveis da Federação.

b) Não são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.

c) A Lei de Acesso à Informação tem como diretrizes, entre outras, a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, bem como a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

d) O acesso a informações públicas será assegurado mediante gestão transparente da informação, não sendo, no entanto, necessária a criação de serviço específico de informações ao cidadão.

e) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível; não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá atendê-lo no prazo de 30 (trinta) dias.

Comentários

a) Incorreto. A Lei de Acesso à Informação é aplicada também aos órgãos Estaduais e Municipais, nos termos seguintes:

> *Art. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*
>
> *Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*
>
> *I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*
>
> *II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

b) Incorreto. São passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País, nos termos do inciso IV do art. 23 da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*
>
> *(...)*
>
> *IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;*

c)Correto. Nos termos do inciso I e II, do art. 3º, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*
>
> *I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*
>
> *II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;*

d)Incorreto. A criação do Serviço de Informações ao cidadão é obrigatória, nos termos do inciso I do art. 9º, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*
>
> ***I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:***
>
> *a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
>
> *b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
>
> *c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e* ***(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. O prazo para concessão da informação, caso não possa ser acessível de forma imediata, não pode ultrapassar os 20 dias, nos termos do §1º do art. 11, da Lei de Acesso à Informação, *in verbis:*

> *Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.*

> *§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no **caput**, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:*

Gabarito: Letra C.

---

42. 2015/FCC/TJ-PI/Juiz de Direito

A Lei Federal n° 12.846/2013, correntemente dita Lei Anticorrupção, foi adotada no Brasil acompanhando uma tendência verificada internacionalmente de reforçarem-se os instrumentos de combate à corrupção na Administração pública, por meio da responsabilização do agente privado corruptor. As medidas têm levantado certa polêmica entre aplicadores do direito, no entanto, pode-se nelas identificar uma clara linha em termos de política legislativa. É elemento ESTRANHO à opção política do legislador nessa lei a

a) supressão da esfera administrativa de responsabilização, enfatizando-se notadamente a esfera judicial.

b) responsabilização de pessoas jurídicas privadas, por atos de corrupção praticados por seus agentes.

c) caracterização da responsabilidade como sendo objetiva.

d) previsão de acordo de leniência, de modo a estimular a colaboração das pessoas responsáveis com a apuração dos ilícitos.

e) valorização da existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e da aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa responsável, de modo a modular a incidência de sanção.

Comentários

a) Incorreto. A Lei Anticorrupção possui previsão de responsabilização em âmbito administrativo, nos termos do art. 8º, capítulo IV, *in verbis:*

> *Art. 8º A instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.*

b) Correto. A Lei Anticorrupção trata da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos do seu art. 1º.

c)Correto. A responsabilidade das pessoas jurídicas é objetiva. Já a dos agentes públicos será subjetiva.

d)Correto. O acordo de leniência possui previsão na Lei 12.846/2013 no capítulo V.

e) Correto. Nos termos do inciso VIII, art. 7º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:*
>
> *(...)*

> *VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;*

Gabarito: Letra A.

---

43. 2015/FCC/TJ-PE/Juiz de Direito

O diretor da área financeira de uma empreiteira foi flagrado pagando comissão a agente público responsável pela gestão de contrato administrativo celebrado para a realização de obras de ampliação e conservação em rodovia estadual. A comissão em questão foi paga para o fim de celebração de aditivo contratual, com acréscimos desnecessários e superfaturados ao projeto inicialmente contratado. Em vista do que dispõe a Lei n o 12.846/2013, também conhecida como "Lei Anticorrupção", é INCORRETO afirmar:

a) Dentre as penalidades aplicáveis à empreiteira está a publicação extraordinária da decisão condenatória, que, a par de outros meios de divulgação, deverá ser afixada de modo visível ao público, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade da infratora.

b) Caso a personalidade jurídica da empreiteira seja utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na lei ou para provocar confusão patrimonial, todos os efeitos das sanções aplicadas serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.

c) A empreiteira poderá ser responsabilizada objetivamente, no âmbito administrativo e civil, pela conduta do referido diretor.

d) No procedimento de responsabilização, poderá ser aplicada multa pecuniária à empreiteira, limitado o seu montante ao valor da vantagem indevidamente auferida.

e) A holding que controla a referida empreiteira é solidariamente responsável pela prática dos atos ilícitos definidos na lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Comentários

a) Correta. A assertiva está em consonância com o disposto no §5º e inciso II, ambos do art. 6º, da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> *(...)*
>
> *II - publicação extraordinária da decisão condenatória.*
>
> *(...)*
>
> *§ 5º A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio*

> *estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.*

b) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no art. 14, da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 14. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, sendo estendidos todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos seus administradores e sócios com poderes de administração, observados o contraditório e a ampla defesa.*

c)Correto. Segundo o art. 2º da Lei 12.846/2013, **"as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não".**

d)Incorreto. A multa aplicada ao empreiteiro nunca poderá ser inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, nos termos do inciso I, art. 6º, da Lei 12.846/2013, *in verbis:*

> *Art. 6º Na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos nesta Lei as seguintes sanções:*
>
> ***I - multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e***
>
> *(...)*
>
> *§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.*
>
> ***§ 4º Na hipótese do inciso I do caput, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)***

Dessa forma, a aplicação da multa não fica limitada ao valor da vantagem indevidamente auferida, podendo ser maior.

e) Correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §2º, art. 4º, da Lei 12.846/2013, *in verbis*:

> *Art. 4o Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 2o As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.***

Gabarito: Letra D.

3.14 Lei de Responsabilidade Fiscal

1. **2019/CESPE/TJ-BA/Juiz de Direito**

De acordo com a LRF, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá, entre outras condições, estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva se iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Para os efeitos dessa regra, são exemplos de renúncia de receita

Parte superior do formulário

a) o crédito presumido, a concessão de isenção em caráter geral e a modificação de base de cálculo, ainda que esta última não implique redução discriminada de tributos.

b) a anistia, a remissão e a modificação de base de cálculo, ainda que não impliquem redução discriminada de tributos.

c) o crédito presumido, o subsídio e o aumento de alíquotas para a majoração discriminada de tributos.

d) a remissão, a concessão de isenção em caráter geral e o crédito presumido.

e) a anistia, a remissão e a concessão de isenção em caráter não geral.

Comentários

De acordo com o § 1º do art. 14 da LRF:

> *a renúncia compreende **anistia, remissão**, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

Corrigindo as alternativas:

a) ERRADA. O crédito presumido, a concessão de isenção em caráter não geral e a modificação de base de cálculo, ~~ainda~~ que ~~esta última não~~ implique redução discriminada de tributos.

b) ERRADA. A anistia, a remissão e a modificação de base de cálculo, ~~ainda~~ que ~~e não~~ implique~~m~~ redução discriminada de tributos.

c) ERRADA. O crédito presumido, o subsídio e ~~o aumento~~ a alteração de alíquotas ~~para a majoração~~ que implique discriminada de tributos.

d) ERRADA. A remissão, a concessão de isenção em caráter não geral e o crédito presumido.

e) CERTA. Conforme assinalado em negrito no trecho do parágrafo 1º.

Gabarito: E.

2. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP/Procurador

Nos termos da Lei Complementar n° 101/00, o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros, corresponde à definição de

a) operação de crédito.

b) concessão de garantia.

c) refinanciamento da dívida mobiliária.

d) antecipação de receita.

e) dívida fundada.

Comentários

A questão nos trouxe a definição de Operação de Crédito, de acordo com o inciso III do art. 29 da LRF:

> *Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:*
>
> *I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;*
>
> *II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;*
>
> ***III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;***

Gabarito: A.

---

3. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

Analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

a) Na condição de parte, a Fazenda Pública goza de prerrogativas quanto a prazos processuais, o que não ocorre quando atua na condição de terceiro interessado.

b) A respeito do controle externo da Administração Pública, cabe ao Tribunal de Contas do Estado, órgão do Poder Judiciário, a fiscalização orçamentária e patrimonial dos Estados e Municípios.

c) Nos termos da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, no processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, ressalvadas as da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico.

d) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

Comentários

A questão trata de assuntos que não trouxemos na aula, por não se tratarem da LRF, com exceção da alternativa D. Trouxemos essa questão exatamente para treinar a cobrança do art. 35 da Lei.

Repare que foi transcrito nessa alternativa o seu texto de forma literal:

> *Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.*

Assim, o gabarito é a letra D.

Gabarito: D.

---

4. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

A Lei Complementar n° 101/00 estabelece que é possível a destinação de recursos ao setor privado. Nesse sentido, é correto afirmar que

a) a destinação de recursos deverá ser autorizada por decreto específico e atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

b) a destinação de recursos aplica-se a toda a Administração indireta, inclusive fundações públicas, empresas estatais, instituições financeiras e ao Banco Central do Brasil.

c) salvo se previamente autorizado pelo Poder Executivo, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

d) a vedação ao socorro de instituições sem prévia autorização específica estende-se à concessão, pelo Banco Central do Brasil, de operações de redesconto e de empréstimos de prazo superior a trezentos e sessenta dias.

e) na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Comentários

Vamos analisar as alternativas à luz da LRF:

a) ERRADA. A destinação de recursos deverá ser autorizada por lei específica e não por decreto, de acordo com o art. 26. O restante da alternativa está correto.

> *Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas **deverá ser autorizada por lei específica**, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.*

b) ERRADA. A vedação não atinge as instituições financeiras e o BACEN quando estiverem desempenhando suas atividades precípuas, ou seja, atividades da sua própria natureza. Sinceramente, a banca forçou a barra, pois a exceção atinge essas instituições apenas nas suas finalidades precípuas, não em qualquer outra que, por ventura, possam vir a executar:

> *1º O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, **exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil**.*

c) ERRADA. Não há necessidade de autorização por parte do executivo, mas sim por uma **lei específica,** conforme positivado no artigo 28:

> *Art. 28. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.*

d) ERRADA. De acordo com o §2º do art. 28, não há proibição de o BCB conceder às instituições financeiras operações de redesconto, nem empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias. Ou seja, ainda que para prazo superior a 360 dias, as operações de redesconto não precisam de lei autorizativa. Em resumo, o prazo se refere apenas aos empréstimos e não ao redesconto.

> *§ 2º O disposto no caput não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.*

e) CERTA. É exatamente o teor do artigo 27:

> *Art. 27. **Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física**, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, **os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação**.*

Gabarito: E.

---

5. 2018/VUNESP/CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA-SP/Procurador

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/00), no tocante à Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, é correto afirmar:

a) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

b) realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.

c) poderá ser realizada ainda que exista operação anterior da mesma natureza, desde que a anterior tenha sido resgatada em pelo menos setenta por cento do seu valor.

d) não será autorizada se cobrada taxa de juros da operação, prefixada ou indexada à taxa básica financeira.

e) poderá ser realizada até o mês de junho do último ano de mandato do Prefeito Municipal.

Comentários

De acordo com a LRF, operação de crédito por antecipação de receita (ARO) destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, devendo cumprir certas exigências para a sua realização. Vamos analisar as alternativas, de acordo com os comandos da LRF:

a) ERRADA. A liquidação deverá ocorrer até 10 de dezembro de cada ano e não até 31 de dezembro, conforme positivado no inciso II do art. 38:

> *II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;*

b) CERTA. Em perfeita consonância com o inciso I do artigo 38:

> *I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;*

c) ERRADA. A ARO não pode ser realizada enquanto outra estiver em aberto, conforme o inciso IV:

> *IV - estará proibida:*
>
> *a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;*

d) ERRADA. É exatamente o contrário, pois a taxa de juros somente poderá ser a prefixada ou indexada à taxa básica financeira, conforme o inciso III:

> *III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;*

e) ERRADA. Ela está proibida de ser realizada no último ano do mandato do Chefe do Executivo:

> *IV - estará **proibida**:*
>
> *a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;*
>
> *b) **no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal**.*

Gabarito: B.

---

6. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador Municipal

Cada vez mais as políticas públicas vêm sendo executadas em regime de parceria com entidades do setor privado, o que demanda a aplicação de regras fiscais específicas, em caso de transferência de recursos públicos a essas entidades. Sobre esse tema, é correto afirmar, com base na Lei Complementar n°101/2000, que

a) a destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

b) não será necessária a previsão em lei orçamentária caso a destinação de recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica ocorra por meio de aumento de capital ou por meio de participação em constituição de nova entidade.

c) é vedada, ainda que prevista em lei específica, a concessão de empréstimos ou financiamentos cujos encargos financeiros, comissões e despesas congêneres sejam inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

d) a necessidade de autorização em lei específica para a destinação de recursos ao setor privado para a cobertura de déficit de pessoa jurídica aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, e, no exercício de suas atribuições precípuas, às instituições financeiras.

e) a entidade do setor privado que deixe de prestar contas da aplicação dos recursos recebidos será, na forma da Lei Complementar n° 101/2000, inabilitada para contratar com o setor público pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Comentários

Analisando as alternativas de acordo com a LRF, temos:

a) CERTA. A alternativa é exatamente o texto do caput do art. 26:

> *Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.*

b) ERRADA. Para aumento de capital ou participação em constituição de nova entidade também se faz necessária a previsão em lei específica. Observem o parágrafo 2º do artigo 26:

> *§ 2o* ***Compreende-se incluída*** *a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e* ***a participação em constituição ou aumento de capital****.*

c) ERRADA. Caso previsto em lei específica, existe sim a possibilidade de haver concessão de empréstimos ou financiamentos cujos encargos financeiros, comissões e despesas congêneres sejam inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação. É a observação insculpida no parágrafo único do art. 27:

> *Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os* ***encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação****.*
>
> *Parágrafo único.* ***Dependem de autorização em lei específica*** *as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a* ***concessão de empréstimos ou financiamentos em*** *desacordo com o caput****, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.***

d) ERRADA. Não existe essa vedação no tocante às atividades precípuas das instituições financeiras e do BACEN, conforme parágrafo 1º do art. 26:

> *§ 1o O disposto no caput aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.*

e) ERRADA. Não existe essa vedação na LRF.

Gabarito: A.

7. 2018/CESPE/TJ-CE/Juiz de Direito

O governador de determinado estado da Federação pretende conceder isenção tributária de caráter não geral por meio de projeto de lei. A proposta de legislação contém a demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária do respectivo estado, na forma da lei de diretrizes orçamentárias.

a) nessa situação hipotética, considerando que a Lei de Responsabilidade Fiscal e os demais requisitos legais tenham sido observados no projeto governamental, uma das medidas exigíveis é que o projeto contenha declaração do ordenador da despesa de que a isenção tem adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual.

b) esteja necessariamente acompanhado de medidas de compensação referentes somente ao exercício em que deva se iniciar a sua vigência.

c) demonstre que a isenção não afetará as metas de resultado fiscal previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

d) comprove que a isenção não implicará tratamento tributário diferenciado.

e) mostre que a queda de arrecadação será compensada com o aumento permanente da receita ou com a redução contínua da despesa.

Comentários

Analisando as alternativas de acordo com a LRF, temos:

a) ERRADA. Essa obrigatoriedade só se aplica para o caso de aumento de despesa. A concessão de isenção em caráter não geral é caracterizada como renúncia de receita.

b) ERRADA. As medidas de compensação devem ser aplicadas durante o período mencionado no caput do art. 14, ou seja, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, de acordo com o inciso II do art. 14.

> *Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)*
>
> *[...] II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

c) CERTA. É exatamente o teor do inciso I do art. 14:

> *I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que **não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias**;*

d) ERRADA. A renúncia de receita corresponde exatamente a tipos de tratamentos diferenciados, portanto não existe a comprovação mencionada na alternativa.

e) ERRADA. Na verdade, dentre as medidas de compensação, o aumento da receita não precisa ser permanente, mas sim durante o período mencionado no caput do art. 14 (exercício corrente e nos dois subsequentes). Além disso, não há previsão de redução contínua de despesa.

Gabarito: C.

---

8. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

Se o município pretender celebrar operação de crédito externo com garantia da União, esta poderá exigir como contragarantia a receita de ISSQN.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A assertiva está correta. A contragarantia a ser exigida pela União pode vincular receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais e o ISSQN é exatamente um exemplo desse tipo de receita. Observem o inciso II do artigo 40 da LRF:

> *Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.*
>
> *§ 1o A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:*
>
> *I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;*
>
> *II - a **contragarantia exigida pela União a Estado ou Município**, ou pelos Estados aos Municípios, **poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais**, com outorga de poderes ao **garantidor para retê-las** e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.*

Gabarito: CERTA.

---

9. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

A transparência na gestão fiscal do município é assegurada, entre outras medidas, pela implantação de sistema integrado de administração financeira e de controle pautado em padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo estadual.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Questão maldosa, com um erro bastante sutil. A LRF traz um capítulo especial tratando sobre a questão da Transparência, Controle e Fiscalização. Assim, determina, como um conjunto de medidas para aumento da transparência, que os entes adotem um sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e não do Estado.

> *Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*
>
> *[...]*
>
> *III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a **padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União** e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)*

Gabarito: ERRADO.

---

10. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

Uma das principais contribuições da LRF para o equilíbrio orçamentário dos municípios foi acabar com a possibilidade de uso de recursos públicos municipais para socorrer financeiramente pessoas jurídicas deficitárias.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Na verdade, o erro da questão reside no fato de que pode ser autorizada **mediante lei específica** a destinação de recursos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, conforme o caput do art. 26 da LRF:

> *Art. 26. A **destinação de recursos** para, direta ou indiretamente, **cobrir** necessidades de pessoas físicas ou **déficits de pessoas jurídicas** deverá ser **autorizada por lei específica**, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.*

Gabarito: ERRADO.

---

11. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Considerando o disposto na LRF, julgue o item a seguir.

O pagamento de servidores inativos e pensionistas do município jamais poderá se realizar com recursos oriundos da venda de ações do capital social de sociedade de economia mista municipal.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A venda de ações do capital social de uma sociedade de economia mista é enquadrada como RECEITA DE CAPITAL. Já o pagamento de servidores inativos e pensionistas é enquadrado como uma despesa corrente.

O artigo 44 da LRF proíbe a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (exatamente como no enunciado da questão) para o financiamento de despesa corrente, **salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.**

Observe que a exceção trazida pelo artigo 44 é exatamente a narrada na questão: o pagamento dos inativos e pensionistas é realizado pelo regime próprio dos servidores. Assim, nesse caso, não há vedação para que os recursos sejam oriundos da venda de ações do capital social de sociedade de economia mista municipal.

Gabarito: ERRADO.

---

12. 2018/CESPE/PGM-MANAUS-AM/Procurador Municipal

Acerca de crédito público, julgue o seguinte item.

Nem todo empréstimo público tomado pelo município precisa, para sua realização, de autorização específica do Senado Federal.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A autorização específica do Senado Federal só ocorre para operações de crédito externo. Assim, realmente não são todos os empréstimos públicos tomados pelos municípios que precisam de autorização específica do Senado Federal. Observe o trecho da LRF:

> *Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.*
>
> *§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:*
>
> *I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;*
>
> *II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;*
>
> *III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;*

> ***IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;***

Gabarito: CERTA.

---

13. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um município, que deixou de aplicar o percentual mínimo da sua receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, pretende firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo por objeto o recebimento de recursos financeiros estaduais para prestação de serviços de fornecimento de refeições à população em situação de rua. Nesse caso, o convênio

a) não poderá ser firmado enquanto o município não comprovar que se encontra em dia com suas obrigações legais e constitucionais, por meio de certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado.

b) poderá ser firmado, desde que o município convenente comprove que observou o limite constitucional relativo à saúde.

c) não poderá ser firmado porque a Lei de Responsabilidade Fiscal determina a suspensão do recebimento de transferências voluntárias por municípios que não observem os limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

d) poderá ser firmado porque não há vedação legal à realização de transferências voluntárias entre entes federados para ações de assistência social.

e) não poderá ser firmado porque o caso retrata hipótese de transferência obrigatória, que se formaliza por meio de adesão a programa específico de política pública.

Comentários

A questão trata do recebimento de transferências voluntárias pelo município. Esta significa a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, sendo esta definição encontrada no art. 25 da LRF.

O referido artigo traz ainda determinadas exigências para o recebimento deste tipo de transferência, sendo uma delas exatamente a aplicação dos mínimos constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino.

> *Art. 25 [...]*
>
> *§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:*
>
> *I - existência de dotação específica;*
>
> *II - (VETADO)*
>
> *III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;*
>
> *IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:*

> *a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;*
>
> **b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;**

Mas preste atenção: **o parágrafo 3º exclui dessa vedação os casos em que a aplicação dos recursos se dará em ações de educação, saúde ou assistência social (exatamente o caso da questão).**

> *§ 3o Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.*

Vamos analisar as alternativas à luz da LRF:

a) ERRADA. Não há a necessidade de emissão de certidão pelo Tribunal de Contas para essa comprovação.

b) ERRADA. Não há a necessidade de comprovação da aplicação dos mínimos em saúde, por se tratar de uma ação de assistência social.

c) ERRADA. Por força do parágrafo 3º citado acima, o convênio pode ser realizado.

d) CERTA. Por força do parágrafo 3º citado acima, o convênio pode ser realizado.

e) ERRADA. Não é o caso de transferência obrigatória.

Gabarito: D.

---

14. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador

Considerando o princípio da prudência, inscrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. Toda despesa obriga o gestor a analisar seu impacto para o exercício em que irá ocorrer.

II. O gestor público deve analisar se a despesa é compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. O princípio da prudência impede que o gestor público adote qualquer medida que gere endividamento.

IV. A despesa pública abrangida por crédito genérico não pode ultrapassar o limite do exercício.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

a) III.

b) I e II.

c) II e IV.

d) I, II e IV.

Comentários

Analisando as assertivas de acordo com a LRF, temos:

I- ERRADA. O parágrafo 3º do artigo 16 ressalva o caso das despesas consideradas irrelevantes, nos termos da LDO. Assim, não seria toda despesa que obrigaria o gestor a analisar o seu impacto no exercício.

> *§ 3o Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

II- CERTA. Exatamente de acordo com o inciso II do art. 16:

> *Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*
>
> *[...]*
>
> *II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem **adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.***

III - ERRADA. O gestor pode assumir dívidas, desde que siga as orientações da LRF, a qual destinou um capítulo exatamente para tratar do assunto, o capítulo VII – DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO.

IV- CERTA. De acordo com o inciso I do parágrafo 1º do art. 16.

> *I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;*

Assim corretas a II e IV.

Gabarito: C.

---

15. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente que possa prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000).

a) é aplicável às entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos.

b) exige, para todas as despesas públicas, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

c) proíbe a revisão geral de remuneração do funcionalismo público (Art.37, inciso X da Constituição) se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite.

d) veda ao ente o recebimento de transferências voluntárias pelo não cumprimento dos prazos determinados por lei parar a redução de despesa com pessoal.

e) estabelece limites globais para a despesa com pessoal de cada um dos entes da federação, sem trazer limites específicos para poderes ou órgãos.

Comentários

Analisando as alternativas à luz da LRF:

a) ERRADA. Os que estão sob o jugo da LRF foram determinados no parágrafo 2º do artigo 1º, a saber:

> *§ 2o As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.*
>
> *§ 3o Nas referências:*
>
> *I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:*
>
> *a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;*
>
> *b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;*
>
> *II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;*
>
> *III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.*

b) ERRADA. As despesas consideradas irrelevantes não são abrangidas por essa obrigatoriedade:

> *Art. 16 [...] § 3o Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.*

c) ERRADA. A revisão geral anual da remuneração dos servidores foi ressalvada, sendo permitida mesmo em caso de a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite:

> *Art. 22 [...] Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:*
>
> *I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual,* ***ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição****;*

d) CERTA. Caso o ente não cumpra os prazos estabelecidos para a redução da despesa com pessoal, fica vedado de receber transferências voluntárias.

> *Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição.*
>
> *[...]*
>
> ***§ 3o Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:***
>
> ***I - receber transferências voluntárias;***

e) ERRADA. Além dos entes, foram especificados limites para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda para Ministério Público e Tribunais de Contas, conforme o extrato da lei na resposta da alternativa a).

Gabarito: D.

---

16. 2017/CESPE/PGE-SE/Procurador do Estado

Com relação às transferências voluntárias, assinale a opção correta.

a) As exigências estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias são suficientes para a realização de tais transferências.

b) Essas transferências podem destinar-se ao pagamento de pessoal inativo do beneficiário.

c) Um cadastro nacional possibilita a consulta de dados sobre restrições relativas aos beneficiários dessas transferências.

d) As referidas transferências podem ser utilizadas para finalidade diversa da pactuada, caso haja fundado interesse público.

e) Trata-se de repasses impositivos por força de dispositivo constitucional.

Comentários

Analisando as alternativas à luz da LRF:

a) ERRADA. A LRF possui um capítulo especial (capítulo V) tratando sobre as exigências para o recebimento das transferências voluntárias, além das dispostas na LDO.

b) ERRADA. De acordo com o inciso X do art. 167 da CF, é vedada a transferência voluntária de recursos para pagamento de despesas com pessoal ativo, INATIVO e pensionistas.

> *Art. 167 São **vedados** [...] X - a **transferência voluntária** de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, **para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

c) CERTA. No âmbito federal, temos o denominado CAUC (Sistema auxiliar de informações para transferências voluntarias). De acordo com a STN, "o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) possui caráter meramente informativo e facultativo, e apenas espelha registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, discriminadas na Instrução Normativa STN no 2, de 2 de fevereiro de 2012."

d) ERRADA. A finalidade pactuada deve ser preservada, de acordo com o parágrafo 2º do art. 25

> *Art. [...] § 2o É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada*

e) ERRADA.O conceito de transferência voluntária deixa claro que elas não decorrem de exigência constitucional.

> *Art. 25 [...] entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.*

Gabarito: C.

---

17. 2017/VUNESP/CÂMARA DE ALTINÓPOLIS-SP /Procurador Jurídico

Por determinação da Lei Complementar n° 101/00, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívida pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências impostas pela lei, equipara-se à

a) dívida pública consolidada.

b) operação de crédito.

c) dívida pública mobiliária.

d) refinanciamento da dívida mobiliária.

e) refinanciamento da dívida fundada.

Comentários

A questão trouxe os conceitos equiparados a operação de crédito.

> *§ 1o Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.*

Gabarito: B.

---

18. 2017/VUNESP/CÂMARA DE ALTINÓPOLIS-SP/Procurador Jurídico

Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a alternativa correta.

a) A destinação de tais recursos só é admitida de forma direta e para cobrir necessidades de pessoas jurídicas para atender as condições estabelecidas na lei do plano plurianual.

b) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

c) Independem de autorização em lei específica as prorrogações e composições decorrentes de operações de crédito, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

d) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

e) É vedado ao Banco Central do Brasil conceder às instituições financeiras, em qualquer caso, operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

Comentários

Vamos analisar as alternativas de acordo com a LRF:

a) ERRADA. A destinação de recursos para o setor privado pode ser realizada de forma direta ou indireta. Além disso, as condições estão estabelecidas na LDO.

> *Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.*

b) ERRADA. Nesses casos, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres **NÃO** serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

> *Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.*

c) ERRADA. As prorrogações e composições decorrentes de operações de crédito, DEPENDEM de autorização em lei específica.

> *Art. 27 [...] Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o caput, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.*

d) CERTA. A alternativa é cópia do artigo 28, portanto, correta.

e) ERRADA. Não existe essa vedação ao BACEN, observem:

> *§ 2º O disposto no caput não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.*

Gabarito: D.

---

19. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP/Procurador Jurídico

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n° 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias

a) conterá as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

b) indicará as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

c) indicará todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.

d) conterá demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.

e) apontará as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Comentários

De acordo com a LRF, a LDO:

> *Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:*
>
> *I - disporá também sobre:*
>
> *a) equilíbrio entre receitas e despesas;*
>
> *b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9o e no inciso II do § 1o do art. 31;*
>
> *c) (VETADO)*
>
> *d) (VETADO)*
>
> *e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;* ***LETRA A***
>
> *f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;*

a) CERTA. Perfeitamente de acordo com a alínea e) acima.

b) ERRADA. As medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado deverão estar contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme positivado no inciso II do artigo 5º:

> *Art. 5o O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*
>
> *I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1o do art. 4o;*
>
> *II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6o do art. 165 da Constituição, bem como das* ***medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado****;*

c) ERRADA. As despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que a atenderão constarão na LOA.

> *Art. 5º […] § 1o Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.*

d) ERRADA. Mais uma determinação que deve estar contida na LOA, conforme o inciso I do art. 5º:

> *Art. 5o O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*
>
> ***I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1o do art. 4o;***
>
> ***[...]***
>
> *Art. 4º[...] § 1o Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias* ***Anexo de Metas Fiscais****, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas,*

> *despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

e) ERRADA. A alternativa trouxe o que deve constar no Plano Plurianual (PPA), em conformidade com o parágrafo 1º do art. 165 da CFRB:

> *Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*
>
> *I - o plano plurianual;*
>
> *II - as diretrizes orçamentárias;*
>
> *III - os orçamentos anuais.*
>
> *§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada,* ***as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.***

Gabarito: A.

---

20. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA.

a) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) aplica-se somente à União, mas permite que os Estados e Municípios a adotem, desde que autorizados pelas respectivas casas legislativas.

b) O projeto de lei orçamentária anual, uma vez aprovado pela Assembléia Legislativa, é soberano perante qualquer outro diploma que trate do orçamento.

c) No dizer da LC 101/2000, entende-se por empresa controlada aquela que mantém sob estrito controle de responsabilidade fiscal as suas despesas.

d) A LC 101/2000 admite a substituição de servidores e empregados públicos por contratos de terceirização de mão de obra, desde que considerados estes na despesa total com pessoal.

e) A imunidade é uma das formas de renúncia fiscal, ao lado da isenção e da anistia.

Comentários

Analisando as alternativas à luz da LRF, temos:

a) ERRADA. A LRF é aplicável a todos os entes, assim como aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunais de Contas e Ministério Público, bem como às respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

> *Art. 1º [...] § 2o As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.*
>
> *§ 3o Nas referências:*
>
> *I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:*
>
> *a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;*
>
> *b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;*

b) ERRADA. Não existe essa questão da soberania, pois a Lei do Orçamento deve submeter-se aos ditames de outros diplomas, a exemplo da própria LRF e Lei 4.320/64.

c) ERRADA. As empresas controladas são aquelas das quais a União, direta ou indiretamente, tenha a maioria do capital social votante:

> *Art. 2º [...] II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;*

d) CERTA. Exatamente. A LRF traz essa permissão, com a observação de que esse tipo de gasto deverá ser classificado como "outras despesas de pessoal".

> *Art. 18 [...] § 1o Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".*

e) ERRADA. A imunidade não é caracterizada como renúncia fiscal (renúncia de receitas). O parágrafo 1º do art. 14 nos traz as definições:

> *Art. 14 [...] § 1o A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

Gabarito: D.

---

21. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

À luz das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal acerca de receita e operação de crédito, assinale a opção correta.

a) Dispensa-se a aplicação dos limites globais fixados pelo Senado Federal relativamente à dívida consolidada na contratação de operações de crédito entre municípios e instituições financeiras privadas.

b) A prevenção de insolvência das instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional realiza-se por meio da alocação de recursos públicos destinados à concessão de operações de crédito.

c) Se frustração de receita constatada na verificação bimestral impactar no cumprimento das metas de resultado primário, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o MP deverão adotar medidas de restrição de empenho.

d) É vedado o oferecimento de receitas tributárias próprias como contragarantia exigida pela União em operações de crédito interno realizadas por estados e municípios.

Comentários

a) ERRADA. Não existe essa previsão na LRF. Os municípios também deverão respeitar os limites impostos pelo Senado para a dívida consolidada, bem como as condições para operações de crédito, conforme previsto no art. 52, inciso VI e VII da CRFB:

> *Art. 52 [...] VI - fixar, por proposta do Presidente da República, **limites globais para o montante da dívida consolidada** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**;*
>
> *VII - dispor sobre **limites globais e condições para as operações de crédito** externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios**, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;*

b) ERRADA. Na verdade, a prevenção da insolvência ficará a cargo de fundos e outros mecanismos a serem constituídos pelas instituições do SFN:

> *Art. 28 [...] §1º. - A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.*

c) CERTA. Perfeitamente de acordo com o art. 9º da LRF.

> *Art. 9º. - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*

d) ERRADA. Não existe essa vedação. Os Estados e Municípios podem vincular as receitas tributárias, tanto arrecadadas diretamente quanto as provenientes de transferências constitucionais, como forma de contragarantia.

> *Art. 40 [...] II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.*

Gabarito: C.

---

22. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Procurador Municipal

A respeito das condutas do chefe do Poder Executivo no último ano de mandato, assinale a opção correta à luz do disposto na legislação pertinente.

a) No último mês do mandato, ao prefeito municipal é vedada a realização de empenho em valor superior ao duodécimo da despesa consignada na LOA, mesmo na hipótese de despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

b) É proibida a assunção pelo chefe do Poder Executivo, nos últimos oito meses do mandato, de obrigação de despesa cuja execução orçamentária não possa ser cumprida integralmente nesse período, ainda que assegurada disponibilidade de caixa para o pagamento em parcelas com vencimento no exercício seguinte.

c) É nulo de pleno direito o ato do qual resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato eletivo.

d) Ultrapassado o limite da dívida consolidada do ente federativo ao final do primeiro quadrimestre do último ano de seu mandato, o chefe do Poder Executivo deverá reduzir em um quarto o excedente no quadrimestre subsequente, podendo, para tanto, realizar operação de crédito por antecipação de receita.

Comentários

a) ERRADA. A alternativa trouxe um comando da lei 4.320/64. No último mês do mandato o prefeito não poderá empenhar mais do que 1/12 avos da despesa prevista no orçamento do ano. Ocorre que em casos de calamidade pública comprovada isso não se aplica.

> *Art. 59 [...] §1º - Ressalvado o disposto no art. 67 da CF, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.*
>
> *[...]*
>
> *§3º. - As disposições dos parágrafos anteriores não se aplicam nos casos comprovados de calamidade pública.*

b) ERRADA. Realmente é vedado ao titular de Poder ou órgão contrair despesas, nos dois últimos quadrimestres (8 meses), que não possam ser pagas dentro do exercício. Ocorre que se houver disponibilidade de caixa para pagamento no exercício seguinte, essa vedação cai, daí o erro da questão em afirmar que "ainda que assegurada disponibilidade de caixa para o pagamento em parcelas com vencimento no exercício seguinte".

> *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*

c) CERTA. É o teor do parágrafo único do art. 21:

> *Art. 21 [...] Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.*

d) ERRADA. Caso o limite da dívida consolidada seja ultrapassado no primeiro quadrimestre, independente se é do último mandato ou não, ela deve ser reconduzida ao limite nos próximos três quadrimestres, porém, além de no primeiro quadrimestre subsequente a redução deverá ser de 25% (1/4), conforme afirma a alternativa, enquanto perdurar esse excesso o ente não poderá realizar operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.

> *Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.*
>
> *§ 1o Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:*
>
> *I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;*

Gabarito: C.

23. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador Municipal

A respeito de endividamento e de receita e despesa públicas, julgue o item seguinte.

A previsão de compensação dos efeitos produzidos por atos que impliquem redução de receitas e aumento de despesas de duração continuada e que perdurem por mais de três anos constitui uma inovação substancial do controle orçamentário na LRF.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A questão está correta, realmente a LRF traz, em relação às DOCC, a previsão de execução da despesa por mais de três exercícios, ao afirmar "um período superior a dois exercícios".

Repare que a previsão de compensação dos efeitos da DOCC está prevista no parágrafo 1º do art. 17. Assim, a questão está correta.

> *Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes"*
>
> *Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*
>
> *§ 1o Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser **instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16** e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.*

Gabarito: CERTO.

---

24. 2017/TRF-2ª REGIÃO/TRF-2ª REGIÃO/Juiz Federal

À luz da Lei Complementar n 0 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)), assinale a opção correta:

a) É vedado a Estados e Municípios — e permitido à União Federal — conceder garantia em operações de crédito externas.

b) Em regra, instituição financeira que contrate operação de crédito com ente da Federação fica dispensada de exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) A Caixa Econômica Federal, em razão da proibição de operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, está impedida de adquirir títulos da dívida de emissão da União Federal.

d) O Banco Central do Brasil está impedido de comprar diretamente títulos emitidos pela União, salvo para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

e) É absolutamente vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

Comentários

Analisando as alternativas de acordo com a LRF, temos:

a) ERRADA. A todos os entes existe a permissão para concessão de garantias em operação de crédito, tanto internas quanto externas.

> *Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.*

b) ERRADA. Não existe essa dispensa, a instituição deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

> *Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.*

c) ERRADA. Apesar de ser proibida a contratação de operação de crédito entre instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle, não é vedada a aquisição de títulos da dívida da União:

> *Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.*
>
> *Parágrafo único.* ***O disposto no caput não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios****.*

d) CERTA. É exatamente o teor do parágrafo 2º do art. 39:

> *Art. 39 [...] § 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.*

e) ERRADA. Existe essa proibição, porém uma exceção: a aquisição pode ser realizada para redução da dívida mobiliária:

> *Art. 39 [...] § 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.*

Gabarito: D.

---

25. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Em um certo Município, foi instituído o estado de calamidade pública. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000), para que o Município possa fruir os benefícios de suspensão temporária da contagem dos prazos de controle para adequação e recondução das despesas de pessoal e dos limites do endividamento, bem como do atingimento das metas de resultados fiscais e da utilização do mecanismo da limitação de empenho, é necessário que:

a) o Poder Executivo municipal, por meio de Decreto, institua o estado de calamidade pública enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

b) o Poder Executivo estadual, por meio de Decreto, institua o estado de calamidade pública enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

c) o Poder Executivo estadual, por meio de Medida Provisória, diante dos requisitos de relevância e urgência, institua o estado de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

d) o Poder Legislativo municipal reconheça a ocorrência de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

e) o Poder Legislativo estadual reconheça a ocorrência de calamidade pública, enquanto perdurar a situação que lhe deu ensejo.

Comentários

Na ocorrência de calamidade pública, RECONHECIDA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA no caso dos Estados ou Municípios, ocorrerá a suspensão de alguns prazos delineados na LRF, conforme caput do art. 65:

> *Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:*
>
> *I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;*

Gabarito: E.

---

26. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Imagine, por hipótese, que a Assembleia Legislativa descumpriu o limite individual de despesas a ela determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar nº 101/2000). Em razão desse fato, a União impôs ao Poder Executivo do Estado restrições em matéria de realização de operações de crédito por descumprimento da LRF.

A esse respeito e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a União:

a) não pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois é necessária a deliberação da matéria na Assembleia Legislativa, em razão da autonomia dos Estados membros e da ausência de hierarquia entre os entes federados.

b) não pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois a independência e autonomia entre os Poderes impede que um poder interfira sobre o outro quanto ao uso dos recursos públicos destinados a cada um deles.

c) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois este é o responsável pela consolidação e elaboração do orçamento de todos os Poderes e órgãos autônomos.

d) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado membro, pois o limite de despesas previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal deve ser globalmente considerado para efeito de restrições e sanções.

e) pode impor tais restrições ao Poder Executivo do Estado-membro, pois este poderá contingenciar a entrega de recursos ao Poder ou órgão autônomo que descumprir os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comentários

De acordo com a jurisprudência do STF, a União não pode impor sanções ao Executivo estadual em virtude de atos praticados por outros poderes:

> *"(...) - O Poder Executivo estadual não pode sofrer sanções nem expor-se a restrições emanadas da União Federal, em matéria de realização de operações de crédito, sob a alegação de que o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público locais teriam descumprido o limite individual a eles imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso II, "a", "b" e "d"), pois o Governo do Estado não tem competência para intervir na esfera orgânica de referidas instituições, que dispõem de plena autonomia institucional a elas outorgada por efeito de expressa determinação constitucional. Precedentes" (AC 2659 MC-REF/MS, Pleno, rel. Min. Celso de Mello, j. 12/08/2010, DJe 23/09/2010).*

Assim, o executivo não tem influência direta na gestão dos recursos pelo legislativo, de forma que a União não poderia puni-lo por eventual descumprimento de limites impostos pela LRF.

Gabarito: B.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP/Procurador Jurídico

A antecipação de receita orçamentária, para fins da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), equipara-se a uma operação de crédito e

a) deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil de novembro de cada ano.

b) pode ser realizada somente no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

c) é vedada se o fato gerador do tributo ainda não ocorreu, sem prejuízo da observância do disposto na Constituição Federal a respeito do fato gerador presumido.

d) deve ser realizada junto à instituição financeira vencedora de processo competitivo eletrônico promovido pelo ente federativo que desejar realizar a operação.

e) pode ser realizada mais uma única vez enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

Comentários

Analisando as alternativas de acordo com as disposições sobre a ARO na LRF, temos:

a) ERRADA. A liquidação da ARO deve ser realizada até o dia 10 de dezembro de cada ano.

> *Art. 38 [...] II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;*

b) ERRADA. É exatamente o contrário, pois ela não pode ser realizada no último ano do mandato do Chefe do Executivo.

> *Art. 38 [...] IV - estará proibida:*
>
> *a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;*
>
> *b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.*

c) CERTA. Caso o fato gerador do tributo ainda não tenha ocorrido, é vedada a captação de recursos a título de antecipação de receita:

> *Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:*
>
> *I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;*

d) ERRADA. Não é o ente federativo quem promove o processo competitivo, mas sim o Banco Central:

> *Art. 38 [...] § 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.*

e) ERRADA. Enquanto existir operação da mesma natureza não liquidada, são vedadas novas contratações:

> *Art. 38 [...] IV - estará proibida:*
>
> *a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;*

Gabarito: C.

---

28. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

É vedada a aplicação das disponibilidades de caixa do regime próprio de previdência dos servidores públicos estaduais em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo estado, mas não em títulos da dívida pública estadual.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Essa vedação também subsiste para o caso de aplicações das disponibilidades em títulos da dívida pública estadual:

> *Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.*
>
> *§ 1º As **disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social**, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250*

> *da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.*
>
> *§ 2º É **vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º** em:*
>
> *I - **títulos da dívida pública estadual e municipal**, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;*

Gabarito: ERRADO.

---

29. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

Em operação de crédito firmada por um estado da Federação junto a banco estrangeiro com a garantia da União, esta pode exigir do ente mutuário, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, mas não de receitas tributárias diretamente arrecadadas, porquanto elas são indispensáveis ao funcionamento da administração estadual.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Além de vincular as receitas tributárias provenientes de transferências constitucionais, poderá haver ainda a vinculação de receitas diretamente arrecadas pelos entes, conforme disposto no art.40 da LRF:

> *II - a **contragarantia** exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, **poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas** e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.*

Gabarito: ERRADO.

---

30. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

À luz da legislação e da doutrina em matéria de responsabilidade fiscal, julgue o item a seguir.

O fato de o estado-membro não poder celebrar operação de crédito com a União não obsta que ele aplique suas disponibilidades em títulos da dívida federal.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

É exatamente o que dispõe o parágrafo 2º do art. 35 da LRF:

> *Art. 35. É **vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação**, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, **e outro**, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.*

> *§ 2o* ***O disposto no caput não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades****.*

Gabarito: CERTO.

---

31. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Com base nas seguintes assertivas, assinale a alternativa correta:

I – Apesar de instituir regramento cogente e dispor sobre a nulidade de diversos atos que infrinjam as normas que veicula, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) não contém uma tipologia de natureza penal.

II - O art. 182, § 3º, da Constituição Federal estabelece que "As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro". A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) dispõe que o não atendimento do referido dispositivo torna nulo de pleno de direito o ato de desapropriação, salvo se houver prévio depósito judicial do valor da indenização.

III – Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), a realização de operação de crédito entre um ente da Federação e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, é possível desde que vise a refinanciar dívida contraída anteriormente.

IV – A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) equipara à operação de crédito a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.

V – Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), salvo se houver cláusula de reversão, é vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

a) Estão corretas somente as assertivas I, II e IV.

b) Estão corretas somente as assertivas III e V.

c) Estão corretas somente as assertivas I, III e V.

d) Estão corretas somente as assertivas II e IV.

e) Está correta somente a assertiva I.

Comentários

Vamos analisar cada assertiva à luz da LRF:

I- CERTA. A LRF trata de normas de matéria administrativa e cível, porém não trata de tipos penais.

II- CERTA. Exatamente, sendo o teor do art. 46 da LRF:

> *Art. 46. É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3o do art. 182 da Constituição,* ***ou prévio depósito judicial do valor da indenização****.*

III- ERRADA. Pode ser realizada a operação de crédito entre entes, porém o refinanciamento de dívidas somente é válido para as contraídas em instituições que não a concedente:

> *Art. 35.* ***É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação****, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente,* ***e outro****, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.*
>
> *§ 1o* ***Excetuam-se da vedação*** *a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:*
>
> *I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;*
>
> ***II - refinanciar dívidas*** *não contraídas* ***junto à própria instituição concedente.***

IV- CERTA. É exatamente o que dispõe o inciso IV do art. 37 da LRF:

> *Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:*
>
> *[...]*
>
> *IV - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.*

V- ERRADA. Ainda que haja cláusula de reversão, essa operação não é permitida:

> *§ 4o É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.*

Gabarito: A.

---

32. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO ALEGRE-RS/Procurador

Quanto à atuação do titular de Poder no último ano de mandato, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), analise as seguintes assertivas:

I. Não poderá contrair novas obrigações transferindo sua liquidação para o exercício seguinte.

II. Antes de contrair a obrigação de despesa, deverá verificar a existência de condição de cumpri-la dentro do seu mandato.

III. Pode deixar parcelas a serem pagas no exercício seguinte desde que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

IV. Uma eventual disponibilidade negativa de caixa projetada para o final do exercício financeiro não acarreta impedimento para contração de despesa.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) I, II, III e IV.

Comentários

Analisando as assertivas de acordo com a LRF, temos:

I- CERTA. Em tese, a contração de obrigações para o exercício seguinte só pode ocorrer nos casos em que haja disponibilidade suficiente de caixa. A banca se utilizou da literalidade do artigo 42, sem se basear na exceção:

> *Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*

II- CERTA. É o teor do artigo 42: deve ser verificada a disponibilidade de cumprimento dentro do exercício.

III- CERTA. Exatamente a parte final do art. 42.

IV- ERRADA. Se existe a necessidade de possuir disponibilidade de caixa, quem dirá caixa negativo. De forma alguma poderia ser contraída a despesa.

Gabarito: D.

---

33. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à receita pública, assinale a opção correta.

a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

b) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo quinze dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício vigente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

c) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá, excepcionalmente, ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

d) A concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita poderá estar acompanhada de cálculo exato do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.

Comentários

a) CERTA. Perfeito. É o que diz o art. 11 da LRF:

> *Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.*

b) ERRADA. A disponibilização dos estudos e estimativas das receitas é em relação ao exercício subsequente. Além disso, o prazo é de 30 dias antes do envio das propostas orçamentárias de cada Poder e do Ministério Público.

> *Art. 12 [...] § 3o O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.*

c) ERRADA. Esse montante jamais poderá ser superior ao das despesas de capital.

> *Art. 12 [...] § 2o O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.*

d) ERRADA. Além de o cálculo ser obrigatório, será realizado de forma estimativa, devendo ser realizado em relação ao exercício corrente e aos dois subsequentes.

> *Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

Gabarito: A.

---

34. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

A isenção, enquanto causa de exclusão do crédito tributário, está adstrita à regra da legalidade estrita. Diante disso, é correto afirmar:

a) Somente pode alcançar o crédito tributário relativamente a impostos, ficando excluída da sua incidência as taxas, por serem forma de custear serviços públicos.

b) Pode ser concedida por ente diferente daquele competente para instituir o tributo, desde que na mesma lei esteja também concedendo isenção para tributo de sua competência.

c) Ainda que o ente tenha competência para conceder isenção deverá ainda se ater, em qualquer hipótese, à verificação de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas em anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

d) Quando concedida em caráter geral, não é considerada como renúncia de receita tributária para fins de obediência às exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

e) Para ser concedida por ente diverso do competente para instituir o tributo deve vir acompanhada de medidas de compensação, no período em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, por meio de aumento de receita ou de repartição de receita tributária.

Comentários

Analisando as alternativas, temos:

a) ERRADA. Tivemos que utilizar o CTN para essa alternativa. Lei poderá estender a isenção às taxas:

> *Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração*
>
> *Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:*
>
> *I - às taxas e às contribuições de melhoria;*

b) ERRADA. Esse tipo de isenção, concedida por outro ente que não o competente para a instituição do tributo, é chamada de heterônoma, não sendo permita pela CRFB, apesar de haver exceção que não se enquadra nesse caso.

c) ERRADA. Não é em qualquer hipótese, mas sim nos casos em que a isenção for concedida em caráter não geral.

d) CERTA. As isenções são consideradas como renúncia de receita apenas para o caso de serem concedidas em caráter não geral:

> *§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de **isenção em caráter não geral**, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

e) ERRADA. Mais um caso de isenção heterônoma, não autorizada pela CRFB.

Gabarito: D.

---

35. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Com essa finalidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece:

a) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

b) a execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio do sistema de contabilidade e administração financeira independentemente da ordem cronológica para pagamento.

c) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados para fins de verificação do limite das despesas com pessoal.

d) a lei considera como despesa total com pessoal o somatório dos gastos dos entes federativos com os ativos, os inativos e os pensionistas, excluídos aqueles relativos a mandatos eletivos.

e) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução no respectivo exercício.

Comentários

a) CERTA. É exatamente o teor do art. 11 da LRF:

> *Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.*

b) ERRADA. A ordem cronológica deverá sempre ser observada, conforme o art. 10 da LRF:

> *Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.*

c) ERRADA. Nesses casos, serão contabilizados como despesa de pessoal, porém classificados como "outras despesas de pessoal":

> *Art. 18 [...] § 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".*

d) ERRADA. Não existe essa exclusão, os gastos com os mandatos eletivos também integram a despesa com pessoal, de acordo com o art. 18 da LRF:

> *Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.*

e) ERRADA. Para ser considerada obrigatória de caráter continuado, deverá ser fixada a execução da despesa para um período superior a dois exercícios:

> *Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*

Gabarito: A.

---

36. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei Complementar n. 101/00 (Responsabilidade Fiscal), empresa controlada é aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Por sua vez, empresa estatal dependente é a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A questão inverteu os conceitos de estatal dependente e empresa controlada. Não podemos confundir o conceito de empresa estatal dependente com o de empresa controlada. Vamos ver os dois conceitos, de acordo com a LRF:

> *Art. 2º [...]*
>
> *II - **empresa controlada**: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;*
>
> *III - **empresa estatal dependente**: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;*

Gabarito: ERRADO.

---

37. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

A respeito da dívida e do endividamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que

a) as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública mobiliária.

b) será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil.

c) o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços não caracteriza operação de crédito.

d) o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, denomina-se dívida pública fundada.

e) os precatórios judiciais não pagos, mesmo quando não incluídos no referido orçamento, durante a execução do orçamento, integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites da dívida pública previstos em lei.

Comentários

a) ERRADA. As operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento também integram a dívida pública ~~mobiliária~~ consolidada.

b) ERRADA. Será incluída na dívida pública ~~consolidada~~ mobiliária da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil.

c) ERRADA. O recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços ~~não~~ caracteriza operação de crédito.

> *III - **operação de crédito**: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, **recebimento antecipado de***

> ***valores provenientes da venda a termo de bens e serviços**, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;*

d) CERTA. Perfeitamente de acordo com a definição da LRF:

> *I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;*

e) ERRADA. Os precatórios judiciais não pagos integram a dívida consolidada, desde que tenham sido incluídos no orçamento.

> *§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.*

Gabarito: D.

---

38. 2016/CONSULTEC/PREFEITURA DE ILHÉUS-BA/Procurador

Considere que o Poder Executivo de determinado município está acima do limite estabelecido para despesas de pessoal. Além da possibilidade de redução de carga horária e consequente redução da remuneração dos servidores, são ações gradativas que poderão ser adotadas para o seu enquadramento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

a) Redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

b) Exoneração de vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de quinze por cento dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

c) Redução em vinte por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.

d) Exoneração de, pelo menos, vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores estáveis, perda do cargo do servidor não estável.

e) Redução em, pelo menos, trinta por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, demissão de servidor estável.

Comentários

A CRFB trata do assunto em seu artigo 169. Para cumprir os limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, o ente poderá tomar as seguintes atitudes, de forma gradativa:

- Redução em pelo menos 20% dos gastos com cargos em comissão e função de confiança;

- Exoneração de servidores não estáveis; e

- Exoneração de servidores estáveis.

> *Art. 169 [...] § 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

> *I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *II - exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
>
> *§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o* ***servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal****. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Gabarito: A.

---

39. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador Jurídico

Para efeito do que dispõe a lei complementar que rege a responsabilidade na gestão fiscal, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por

a) transferência corrente.

b) transferência para fins de investimento.

c) transferência voluntária.

d) aporte subsidiário de recursos.

e) aporte assistencial de recursos.

Comentários

A questão trouxe o conceito de transferências voluntárias, conforme tratado no art. 25 da LRF:

> *Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por* ***transferência voluntária*** *a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.*

Gabarito: C.

---

40. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador Municipal

"Art. 30 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar: (...) I – revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios, sempre na mesma data e sem distinção de índices, conforme dispõe o art. 37, X, da Constituição Federal; (...)" Lei Municipal no 6.000, de 04/11/2015.

Conforme o disposto no inciso I do artigo 30 da Lei no 6.000, de 04/11/2015, do Município de São Luís, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, o Poder Executivo fica autorizado a realizar a revisão anual da remuneração dos servidores. No que se refere à eventual aumento de despesa decorrente desta autorização legal, e considerando o disposto na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), tal revisão:

a) poderá ser executada somente após a implementação das medidas compensatórias de aumento permanente de receita ou de redução permanente de despesa.

b) ainda que resulte em aumento de despesa, não será considerada uma despesa corrente obrigatória de caráter continuado.

c) somente poderá resultar em aumento de despesa se o Decreto municipal que efetivar a revisão for instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente medida de aumento permanente de receita.

d) poderá ser efetuada por meio de lei ordinária, independentemente de apresentação de estimativa de impacto, desde que o aumento nominal seja igual ou inferior ao índice de inflação nacional no período.

e) ainda que resulte em despesa corrente de caráter continuado, poderá ser realizada por ato normativo municipal, independentemente de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e sem a necessidade de medidas compensatórias.

Comentários

As despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) são as despesas correntes, derivadas de lei, medida provisória ou ato normativo que fixem a obrigação de sua execução por mais de dois exercícios.

Para ser criada uma DOCC, deve ser realizada uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e deverá ser demonstrada a origem dos recursos para seu custeio.

Ocorre que para o caso da revisão geral anual da remuneração dos servidores, prevista na CRFB, não se faz necessária a estimativa citada acima e nem demonstrada a origem dos recursos para seu custeio, de acordo com o parágrafo 6º do art. 17 da LRF:

> *Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.*
>
> *§ 1o Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser* ***instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio****.*
>
> *[...]*
>
> *§ 6o* ***O disposto no § 1o não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.***

Assim, a letra E está correta. Vamos ver as demais:

a) ERRADA. Como vimos, não há a necessidade da realização dessas medidas.

b) ERRADA. Essa despesa é sim considerada uma despesa obrigatória de caráter continuado.

c) ERRADA. Mais uma vez, não há a necessidade de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente medida de aumento permanente de receita.

d) ERRADA. Não existe essa previsão de que o aumento nominal seja igual ou inferior ao índice de inflação nacional no período.

Gabarito: E.

3.15 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1. **2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal**

A Lei Federal nº 13.655/2018 acrescentou vários dispositivos à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), inserindo normas de hermenêutica afetas ao direito público para melhorar a qualidade da atividade jurídico-decisória na gestão pública. Assegura, assim, máxima efetivação dos princípios da eficiência e, principalmente, da segurança jurídica. Nesse panorama, assinale a alternativa correta.

A) Embora a segurança jurídica seja uma preocupação da norma, as respostas a consultas emitidas não terão caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade a que se destinam, mas, sim, informativo.

B) Os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo são irrelevantes quando da interpretação de normas sobre gestão pública, haja vista a indisponibilidade do interesse público.

C) As instâncias controladora e judicial, embora obrigadas a motivar suas decisões, não devem considerar as consequências práticas da medida imposta, que é atividade de competência exclusiva da administração pública.

D) A edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o art. 30 da LINDB:

> *Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas* ***e respostas a consultas****.*
> *Parágrafo único.* ***Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante*** *em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.*

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o art. 22 da LINDB:

> *Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o art. 20 da LINDB:

> *Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*

> *Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.*

Correta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 29 da LINDB:

> *Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.*

Gabarito: D.

---

2. 2019/VUNESP/TJ-AC/Juiz de Direito

Segundo o que dispõe, expressamente, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, na hipótese de expedição de uma licença sobre a qual exista incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, havendo a necessidade de eliminar esse problema, a autoridade administrativa poderá, atendidas as disposições legais,
a) celebrar compromisso com os interessados.
b) recomendar alteração legislativa antes da decisão.
c) ingressar com ação declaratória no Poder Judiciário.
d) contratar parecer de escritório de advocacia especializado.

Comentários

Nos termos do artigo 26 da LINDB, poderá, nesse caso, ser celebrado um compromisso com os interessados.

> *Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.*

Gabarito: A.

---

3. 2019/NC-UFPR - Advogado (FPMA)

Recentemente, foi editada a Lei nº 13.655/2018, que introduz alguns dispositivos na Lei de Introdução às Normas no Direito Brasileiro, sobretudo no tocante à hermenêutica das normas de Direito Público.

A respeito desse assunto, considere as seguintes afirmativas:

1. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

2. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão consideradas a formação técnica específica e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo gestor, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

3. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas quando agir com negligência ou dolo.

4. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.

b) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.

d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

Comentários

Vamos analisar cada assertiva de acordo com a LINDB:

1 – CORRETA. É exatamente o que está transcrito no art. 21 da LINDB:

> Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

2 – ERRADA. O disposto da Lei informa que serão considerados os obstáculos e dificuldades reais do gestor, além das exigências das políticas públicas, e não a formação técnica específica e as dificuldades econômicas enfrentadas pelo gestor.

> Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os ***obstáculos e as dificuldades reais do gestor*** e as ***exigências das políticas públicas*** a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

3 – ERRADA. No caso, o agente responde se agir com dolo ou **erro grosseiro,** conforme art. 28:

> Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou ***erro grosseiro***.

4 – CORRETA. Exatamente o que diz o art. 20:

> Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Assim, apenas 1 e 4 são corretas.

Gabarito: B.

---

4. 2019/NC-UFPR - Notário e Registrador (TJ PR)/Provimento

A Lei nº 13.655/18 alterou dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro no tocante às regras incidentes sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Essa nova legislação impacta diretamente o controle da Administração Pública. Sobre essa nova redação, assinale a alternativa correta.

a) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento seja cumprido adequadamente.

b) A revisão de jurisprudência, nas esferas administrativa, controladora ou judicial não poderá implicar a adoção de nova orientação administrativa geral sem mudança expressa da lei.

c) É vedada a realização de métodos consensuais de composição de conflitos envolvendo entes da Administração direta que não estiverem expressamente previstos na Constituição.

d) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios devidos ou indevidos, normais ou anormais, justos ou injustos, resultantes do processo ou conduta dos envolvidos.

e) A nova legislação prevê que os agentes públicos passam a responder direta e pessoalmente por seus atos, civil e administrativamente, em caso de dolo ou culpa grave.

Comentários:

Analisando as alternativas à luz da LINDB, temos:

a) CORRETA. É o teor do art. 23 da LINDB:

> *Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.*

b) ERRADA. A orientação pode ser alterada, o que não poderia ocorrer seria a mudança em relação atos já constituídos, os quais devem levar em consideração a orientação à época de sua edição.

> *Art. 24 da Lei 13.655/18. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.*

c) ERRADA. O artigo 26 versa que podem ser celebrados compromissos, configurando um comando infraconstitucional autorizativo de métodos consensuais de composição de conflitos:

> *Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes*

> *razões de relevante interesse geral, **celebrar compromisso com os interessados**, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.*

d) ERRADA. A compensação se dá apenas por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos, de acordo com o art. 27 da LINDB.

> *Art. 27. A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.*

e) ERRADA. Os agentes respondem nos casos de dolo ou **erro grosseiro.** É o que está disposto no art. 28 da LINDB:

> *Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.*

Gabarito: A.

---

5. 2019/ IBGP - Advogado (CM Perdizes)

Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:
a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, poderá se decidir com base em valores jurídicos abstratos, sendo que as decisões deverão ser motivadas demonstrando a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
b) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
c) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo possível que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
d) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas, a qual deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Comentários

Procederemos à correção de cada alternativa, com base no disposto na LINDB:

a) ERRADA. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não poderá se decidir com base em valores jurídicos abstratos, sendo que as decisões deverão ser motivadas demonstrando a

necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

> *Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, **não se decidirá** com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*
> *Parágrafo único. A **motivação demonstrará a necessidade e a adequação** da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.*

b) CORRETA. É exatamente o que dispõe o art. 23:

> *Art. 23. **A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.***

c) ERRADA. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo ~~possível~~ vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

> *Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, **sendo vedado** que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.*

d) ERRADA. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas, a qual deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

> *Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.*
> *Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.*

Gabarito: B.

---

6. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, foi acrescida de alguns artigos pela Lei Federal n° 13.655, de 25 de abril de 2018.
O único artigo acrescido que entrará em vigor após decorridos 180 dias da publicação oficial da nova legislação é:

a) art. 22, que dispõe no caput: Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor eas exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
b) art. 26, que dispõe no caput: Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.
c) art. 28, que dispõe no caput: O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
d) art. 29, que dispõe no caput: Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.
e) art. 30, que dispõe no caput: As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Comentários

O artigo 29 teve *vacatio legis* diferente em relação aos demais artigos da Lei 13.655/18:

> *Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,* ***salvo quanto ao*** *art. 29 acrescido à Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) , pelo art. 1º desta Lei, que entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.*

Gabarito: D.

---

7. 2018/FEPESE/PGE-SC/Procurador do Estado

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei n° 4.657, de 4 de setembro de 1942, foi acrescida de disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público pela Lei Federal n° 13.655, de 25 de abril de 2018.
Assinale a alternativa que tem a redação correta de dispositivo legal da Lei 13.655/2018.
a) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
b) A decisão que, nas esferas administrativa ou judicial, decretar a invalidação de ato, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas.
c) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
d) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as

orientações específicas da época, sendo autorizado que, com base em mudança posterior de orientação específica, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.
e) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Comentários

Corrigindo as alternativas à luz da LINDB, temos:

a) ERRADA Esse artigo não se encontra na Lei 13.655/98, mas sim na LINDB.

b) ERRADA Não está 100% de acordo com o teor do art. 21 da LINDB, pois não trouxe as expressões "controladora", "contrato", "ajuste" e "administrativas":

> " *Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.*

c) ERRADA Trata do art. 17 da LINDB, o qual não está contido na Lei 13.655/18.

> *Art. 17. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.*

d) ERRADA A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado, levará em conta as orientações gerais ~~específicas~~ da época, sendo vedado ~~autorizado~~ que, com base em mudança posterior de orientação geral ~~específica~~, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

e) CORRETA. É exatamente a redação do art. 23:

> *Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.*

Gabarito: E.

---

8. 2018/COMPERV/TJ-RN/Juiz Leigo

Segundo recente alteração na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
Nesse condão,
a) a decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ou norma administrativa indicará genericamente as consequências jurídicas e administrativas.

b) a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.
c) a motivação deverá, necessariamente, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
d) a decisão administrativa, sem prejuízo aos interesses gerais, pode impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que sejam anormais ou excessivos.

Comentários

Analisando as alternativas, temos:

a) ERRADA. A decisão deverá indicar de forma expressa as consequências jurídicas e administrativas.

> *Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.*

b) CORRETA. Perfeitamente de acordo com o parágrafo único do art. 20:

> *Art. 20*
> *[...] Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas."*

c) ERRADA. A palavra "necessariamente" matou a alternativa, pois a Lei diz que a motivação deverá indicar as condições *quando for o caso*:

> *Art. 20*
> *[...] Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos."*

d) ERRADA. Conforme transcrito no parágrafo único acima, os danos não poderão ser anormais ou excessivos.

Gabarito: B.

---

9. 2019/ FUNDATEC - Advogado (GRAMADOTUR)/2019 (e mais 1 concurso)

De acordo com as normas de introdução ao direito brasileiro para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de:
a) 30 dias da sua publicação oficial.
b) 45 dias da sua publicação oficial.
c) 60 dias da sua publicação oficial.
d) 90 dias da sua publicação oficial.

e) Sua publicação oficial.

Comentários

De acordo com o art. 26, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, **celebrar compromisso com os interessados**, observada a legislação aplicável, o qual **só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.**

> *Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos* ***a partir de sua publicação oficial****.*

Assim, o gabarito é a letra E

Gabarito: E.

---

10. 2018/FCC/PREFEITURA DE CARUARU-PE/Procurador

Em relação às alterações promovidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em especial no que se refere aos interesses difusos e coletivos de transparência, informação e participação na gestão pública, é correto afirmar:

a) Na edição dos atos normativos, é vedada a órgão ou Poder Público realizar prévia consulta pública para manifestação dos interessados, sendo autorizado, no entanto, a realização posterior de audiências públicas para discussão de seus efeitos.

b) O agente público somente responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas na comprovação de dolo.

c) A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, não poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

d) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

e) A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito não terá, em qualquer hipótese, aplicação aos casos em andamento.

Comentários

a) ERRADA. Não são vedadas as prévias consultas públicas, inclusive são previstas no art. 29 da LINDB:

> *Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.*

b) ERRADA. O agente responde nos casos de dolo ou erro grosseiro:

> *Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.*

c) ERRADA. Pelo contrário, poderão ser compensados os benefícios indevidos ou prejuízos anormais resultantes do processo ou conduta dos envolvidos.

> *Art. 27. A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.*

d) CORRETA. É exatamente o teor do art. 20 da LINDB:

> *Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*

e) ERRADA. Pode sim ser aplicada aos casos em andamento, desde que seja estabelecido um regime de transição:

> *Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.*

Gabarito: D.

---

11. 2019/FUNDATEC - Advogado (Pref Gramado)/"Sem Área"

De acordo com as normas de introdução ao direito brasileiro, o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de:
a) Culpa ou erro grosseiro.
b) Somente em caso de dolo.
c) Culpa, dolo ou erro grosseiro.
d) Somente erro grosseiro.
e) Dolo ou erro grosseiro.

Comentários

O agente público responde em caso de dolo ou erro grosseiro pelas suas decisões ou opiniões técnicas, de acordo com o art. 28 da LINDB:

> *Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.*

Gabarito: E.

---

12. 2018/VUNESP/Procurador de Sorocaba

Assinale a alternativa correta, conforme disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei no 4.657/1942) e legislação relacionada.
a) Em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
b) As súmulas administrativas e respostas a consultas têm caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade a que se destinam.

c) A sentença proferida em outro país deverá ser homologada perante o Supremo Tribunal Federal para ser executada no Brasil.
d) O agente público responderá pessoalmente por suas opiniões técnicas, salvo no caso de erro, ainda que considerado grosseiro.
e) A lei não pode estabelecer período de vacância (vacatio legis) apenas para determinados artigos que a compõem.

Comentários

Analisando as alternativas à luz da LINDB, temos:

a) ERRADA. Exatamente ao contrário, a lei revogada não se restaura após a perda de vigência da lei revogadora, salvo disposição em contrário, conforme art. 2º, parágrafo 3º da LINDB:

> *Art. 2o Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.*
> *§ 1o A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.*
> *§ 2o A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.*
> *§ 3o* ***Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.***

b) CORRETA. Perfeitamente em consonância com o art. 30 da LINDB:

> *Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos,* ***súmulas administrativas*** *e* ***respostas a consultas****.*
> *Parágrafo único. Os* ***instrumentos previstos no caput*** *deste artigo* ***terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam****, até ulterior revisão.*

c) ERRADA. Apesar de o art. 15 da LINDB exigir a homologação pelo STF para execução no Brasil de sentença proferida no estrangeiro, a emenda constitucional 45/04 transpôs essa competência para o STJ!

> *Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:*
> *I - processar e julgar, originariamente:*
> *[...]*
> *i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;*

d) ERRADA. Caso o erro cometido pelo agente público seja grosseiro, ele responderá pessoalmente, de acordo com o art. 28 da LINDB:

> *Art. 28. O agente público* ***responderá*** *pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas* ***em caso*** *de dolo ou* ***erro grosseiro****.*

e) ERRADA. Pode ser estabelecido período de *vacatio legis* somente para determinados artigos, assim como foi realizado na Lei 13.655/18.

> *Art. 2º Esta* ***Lei entra em vigor na data de sua publicação****,* ***salvo*** *quanto ao* ***art. 29 acrescido à Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)****, pelo art. 1º desta Lei, que* ***entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial****.*

Gabarito B.

---

13. 2019/VUNESP - Assistente Jurídico (Pref SBC)

A respeito das recentes inclusões sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, assinale a alternativa correta.

a) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar tacitamente suas consequências jurídicas e administrativas.

b) Na interpretação de normas sobre gestão pública, não serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

c) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas inclusive as circunstâncias hipotéticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

d) Na aplicação de sanções, não deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

e) Decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

Comentários:

Vamos analisar e corrigir as alternativas, tendo por base a LINDB:

a) ERRADA. As consequências jurídicas e administrativas de uma decisão que decreta a invalidação de ato, contrato, ajuste ou norma administrativa deverão ser demonstradas de forma expressa e não tácita:

> *Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar* ***de modo expresso*** *suas consequências jurídicas e administrativas.*

b) ERRADA. Na interpretação de normas sobre gestão pública, ~~não~~ serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

> *Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*

c) ERRADA. Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas inclusive as circunstâncias práticas ~~hipotéticas~~ que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

> *Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*
> *§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias* ***práticas*** *que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.*

d) ERRADA. Na aplicação de sanções, ~~não~~ deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

> *Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.*
> *§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.*
> *§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.*

e) CORRETA. Perfeitamente de acordo com o art. 27:

> *Art. 27. A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.*
> *§ 1º A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas previamente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.*
> *§ 2º Para prevenir ou regular a compensação, poderá ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos.*

Gabarito: E.

3.16 Estatuto das Cidades

1. **2019/VUNESP/TJ-AC/Juiz de Direito**

Em relação ao Meio Ambiente Urbano, o Estatuto da Cidade estabelece que

a) decorridos três anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

b) os núcleos urbanos informais, existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

c) a Lei Municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano ou rural edificado, subutilizado ou não utilizado.

d) o proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado, mediante instrumento particular registrado no cartório de registro de imóveis e subscrito por duas testemunhas.

Comentários

a) ERRADO. O prazo para que o município possa proceder à desapropriação do imóvel é de 5 anos de cobrança do IPTU progressivo.

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*

b) CORRETO. Está em perfeita consonância com o artigo 10º do Estatuto da Cidade:

> *Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.* (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

c) ERRADO. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória pode se dar em relação ao solo urbano ou rural não edificado, conforme art. 5º do Estatuto:

> *Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.*

d) ERRADO. Realizando a correção da alternativa: O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante ~~instrumento particular~~ escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis ~~e subscrito por duas testemunhas~~.

Gabarito: B.

---

2. 2019/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Em relação às disposições contidas na Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), referentes ao usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa incorreta:

a) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

c) O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.

d) A associação de moradores da comunidade, mesmo que sem personalidade jurídica, é parte legítima para a propositura da ação, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

e) Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.

Comentários

a) CORRETO. É a previsão do art. 9º do Estatuto:

> *Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

b) CORRETO. É a previsão do art. 10º:

> *Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.* *(Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)*

c) CORRETO. É a previsão do parágrafo 2º do art. 12 do Estatuto:

> *§ 2o O autor terá os benefícios da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis.*

d) ERRADO. A associação de moradores, para ser parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana, deverá estar regulamente constituída e **possuir personalidade jurídica,** de acordo com o inciso III do art. 12:

> *Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana:*
> *[...]*
> *III – como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.*

e) CORRETO. Exatamente como discriminado no parágrafo 1º do art. 12:

> *§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.*

Gabarito: D.

---

3. 2019/CESPE/MPE-PI/Promotor de Justiça

A política urbana tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Considerando-se as disposições legais sobre esse assunto, é correto afirmar que

a) a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança não substitui a necessidade de elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.

b) os imóveis urbanos não edificados nos prazos e nas condições legais estarão sujeitos à tributação de IPTU progressivo no tempo, sendo viável a concessão de anistia nas hipóteses reguladas por lei municipal.

c) o Ministério Público tem legitimidade ativa para a propositura de ação de usucapião especial urbana.

d) é facultativa a promoção de audiências públicas e de debates pelo Poder Legislativo durante o processo de elaboração do plano diretor.

e) não existe prazo legalmente estabelecido para que o município proceda ao adequado aproveitamento do imóvel objeto de desapropriação a partir de sua incorporação ao patrimônio público.

Comentários

a) CORRETO. Exato. É a previsão do art. 38 do Estatuto:

> *Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

b) ERRADO. A tributação progressiva não admite nenhuma forma de anistia, conforme parágrafo 3º do art. 7º:

> *§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.*

c) ERRADO. Na ação de usucapião especial urbana, o MP intervém obrigatoriamente. As partes legítimas para a propositura da ação são:

- o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente;
- os possuidores, em estado de composse;
- como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.

d) ERRADO. As audiências públicas e debates são **obrigatórios** no processo de elaboração do plano diretor.

> *§ 4o No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:*
> *I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;*

e) ERRADO. O prazo existe, sendo de cinco anos contados da incorporação do imóvel ao patrimônio público:

> *Art. 8º [...] § 4o O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.*

Gabarito: A.

---

4. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Com base na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "Regulamenta os artigos nos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", analise as assertivas e identifique com V as verdadeiras e com F as falsas.

( ) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

( ) O estudo de impacto de vizinhança (EIV) será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, e, desde que regulamentado por lei específica, dispensará o estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

( ) a pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público.
( ) O plano diretor é obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Nesse caso, os recursos financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.
( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário
A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é
a) V F V F V.
b) V F V V V.
c) V F V V F.
d) F V F V V.
e) F F V F F.

Comentários

Vamos analisar as assertivas de acordo com o Estatuto da Cidade.

( ) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual deverão incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Verdadeiro. A assertiva está em perfeita consonância com o art. 40 e seu parágrafo 1º:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.*

( ) O estudo de impacto de vizinhança (EIV) será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, e, desde que regulamentado por lei específica, dispensará o estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

Falso. A primeira parte da assertiva está correta, porém o EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requerido nos termos da legislação ambiental, de acordo com o art. 38:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades[...]*
> *Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

( ) Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo, sendo obrigatória a intervenção do Ministério Público.

Verdadeiro. A ação de usucapião especial urbano terá prioridade sobre as demais petitórias/possessórias em relação ao mesmo imóvel e o MP deve intervir obrigatoriamente nessa ação especial.

> *Art. 11. Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.*
> *Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana:*
> *[...]*
> *§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.*

( ) O plano diretor é obrigatório para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Nesse caso, os recursos financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

Verdadeiro. Em perfeita consonância com o art. 41, inciso V, c/c parágrafo 1º:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *[...]*
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *[...]*
> *§ 1º No caso da realização de empreendimentos ou atividades enquadrados no inciso V do caput, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.*

( ) O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário

Verdadeiro. É exatamente o que está positivado no art. 28:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*

A ordem correta é: V F V V V

Gabarito: B.

---

5. 2018/IBGP/PREFEITURA DE SANTA LUZIA-MG/Procurador

Sobre o Plano Diretor e os instrumentos de política urbana, disciplinados pelo Estatuto da Cidade, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O plano diretor, a ser aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

b) O valor da alíquota do IPTU progressivo no tempo, a ser aplicado a cada ano, será fixado em lei específica e não excederá duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota

máxima de quinze por cento. Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida no prazo de 5 anos, o município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.
c) A Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do poder público municipal, o qual não substitui a elaboração e a aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.
d) O direito de preempção confere ao poder público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, situado em área prevista em lei municipal, cujo prazo de vigência não será superior a 10 anos, devendo o proprietário notificar sua intenção de alienar o seu imóvel, para que o município, no prazo máximo de 30 dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

Comentários

a) Correto. O Plano Diretor deve ser aprovado por Lei Municipal, sendo obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.[...]*
> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*

b) Correto. Perfeito. É o teor dos parágrafos 1º e 2º do art. 7º:

> *Art. 7º§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o caput do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.*
> *§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no art. 8º.*

c) Correto. Exatamente. É importante notarmos que a elaboração EIV não substituirá o EIA, ambos sendo requeridos nos termos da legislação ambiental.

> *Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.*
> *[...]*
> *Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

d) Errado. O único erro dessa assertiva é em relação ao prazo de vigência do direito de preempção, o qual é de 5 anos e não de 10 anos:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*
> *§ 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção* ***e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos****, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.*

> *§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel*

Gabarito: D.

---

6. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

De acordo com a Lei no 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), em relação à usucapião especial de imóvel urbano, assinale a alternativa correta.

a) O direito de usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

b) Na sentença, o juiz atribuirá fração ideal de terreno a cada possuidor, de acordo com a dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

c) O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada pela metade dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.

d) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição, há mais de cinco anos, e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

e) O possuidor de área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Comentários

Analisando as alternativas à luz do Estatuto da Cidade, temos:

a) Errado. O direito de usucapião especial de imóvel urbano não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

> *Art. 9º[...] § 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.*

b) Errado. A fração ideal de terreno é atribuída pelo juiz na sentença a cada possuidor, de forma independente em relação aos terrenos que cada um ocupe.

> *§ 3º Na sentença, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.*

c) Errado. Para ocorrer a extinção do condomínio especial constituído, a deliberação deverá ocorrer por, no mínimo, dois terços dos condôminos e não pela metade, conforme afirmado na alternativa.

> *§ 4º O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.*

d) Correto. É o teor do art. 10:

> *Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.* (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)

e) Errado. O fato de possuir outro imóvel urbano ou rural impede a aquisição do domínio.

> *Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

Gabarito: D.

---

7. 2018/VUNESP/TJ-MT/Juiz de Direito

Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos, o Prefeito que deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público municipal, em razão de desapropriação pela não utilização, pelo proprietário, do solo urbano, de acordo com o plano diretor em vigor, incorre em

a) ato de improbidade administrativa.
b) crime de responsabilidade fiscal.
c) mora, sujeitando-se a ação popular por lesão ao patrimônio municipal por omissão.
d) responsabilização objetiva, administrativa e civil, pela prática de ato contra a Administração Pública.
e) crime de responsabilidade.

Comentários

De acordo com o inciso II do art. 52 do Estatuto da Cidade, caso o Prefeito deixe de realizar o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, incorrerá em improbidade administrativa.

> *Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando:*
> *[...]*
> *II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º desta Lei;*

Gabarito: A.

---

8. 2018/CESPE/PGM-JOÃO PESSOA-PB/Procurador

Determinado município possui, por obrigatoriedade constitucional, plano diretor, que foi devidamente aprovado pela câmara municipal. A existência desse documento permite afirmar que esse município.

a) possui mais de vinte mil habitantes.
b) possui entre cinco mil e quinze mil habitantes.
c) possui competência para criar novos institutos de direito urbanístico.

d) deve incluir nos orçamentos futuros o valor da indenização dos imóveis já desapropriados, respeitando o limite de cinco anos para o parcelamento.
e) é isento de observância da função social da propriedade para imóveis pluri-habitacionais.

Comentários

Questão controversa. A instituição do Plano Diretor é obrigatória para cidades com mais de vinte mil habitantes. Porém, não impede que uma cidade com quantidade de habitantes menor que vinte mil o institua.

Acontece que o enunciado trouxe a expressão "por obrigatoriedade constitucional". A banca considerou essa obrigatoriedade como ter mais de vinte mil habitantes, mas não é somente esse fato que obriga a cidade a ter o Plano Diretor, veja:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
>
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;*
> *IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;*
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.*

Assim, o município poderia ser integrante de uma área de especial interesse turístico, possuir menos de vinte mil habitantes e, ainda assim, possuir o Plano Diretor por obrigatoriedade constitucional.

O fato de possuir o Plano não nos habilita a garantir que o município possua as características das demais alternativas.

Gabarito: A.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO

Nos termos da Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), o direito que confere ao Poder Público municipal preferência na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares é definição de
a) direito de superfície.
b) direito de império.
c) desapropriação para fins urbanísticos.
d) servidão administrativa.
e) direito de preempção.

Comentários

Nesse caso, estamos falando do Direito de Preempção, o qual assegura ao Município a preferência para adquirir imóvel urbano, respeitado seu valor no mercado imobiliário, antes que este seja objeto de comercialização entre particulares:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*

Gabarito: E.

---

10. 2018/FCC/CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO

Dentre os instrumentos de política urbana, o art. 36 da Lei no 10.257/2001 trata do Estudo de Impacto de Vizinhança que, se descumprido, poderá desafiar o ajuizamento de Ação Coletiva. Dentre as questões mínimas exigidas pelo dispositivo legal,
a) encontram-se o adensamento populacional, uso e ocupação do solo, geração de tráfego e demanda por transporte público.
b) encontram-se as dos equipamentos urbanos e comunitários, regularização fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana.
c) estão as da ventilação e iluminação, instituição de zonas especiais de interesse social, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.
d) não se admite controle jurisdicional pela via coletiva.
e) não se admite o exame de interesses difusos, porque o prejuízo restringe-se aos futuros adquirentes do empreendimento.

Comentários

Dentre as questões mínimas que devem ser analisadas quando da elaboração do EIV, temos:

> *I – adensamento populacional;*
> *II – equipamentos urbanos e comunitários;*
> *III – uso e ocupação do solo;*
> *IV – valorização imobiliária;*
> *V – geração de tráfego e demanda por transporte público;*
> *VI – ventilação e iluminação;*
> *VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.*

Assim, analisando as alternativas:

a) encontram-se o adensamento populacional, uso e ocupação do solo, geração de tráfego e demanda por transporte público.

Correto.

b) encontram-se as dos equipamentos urbanos e comunitários, ~~regularização fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana~~.

Errado.

c) estão as da ventilação e iluminação, ~~instituição de zonas especiais de interesse social, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios~~.

Errado.

d) não se admite controle jurisdicional pela via coletiva.

Errado. Não existe essa restrição.

e) não se admite o exame de interesses difusos, porque o prejuízo restringe-se aos futuros adquirentes do empreendimento.

Errado. Não existe essa restrição.

Gabarito: A.

---

11. 2018/CONSULPLAN/TJ-MG/Juiz de Direito

O Estatuto da Cidade veda a utilização de espaço urbano que
a) cause maior controle térmico.
b) cause degradação na qualidade de vida.
c) cause mais conforto para sua população.
d) evite causar erosão na captação de água fluvial.

Comentários

De acordo com o Estatuto, a qualidade de vida da população deve ser levada em consideração na utilização de espaço urbano. Isso pode ser notado em dois dispositivos:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os **efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população** residente na área e suas proximidades [...]*
> *Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o **atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida**, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.*

Gabarito: B.

---

12. 2018/CS-UFG/CÂMARA DE GOIÂNIA-GO/Procurador

Em conformidade com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001:
a) o Município tem, entre outras atribuições de interesse da política urbana, a competência para legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.
b) a associação de moradores da comunidade, como substituto processual, é parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial urbana, dispensada a intervenção do Ministério Público.
c) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.
d) o plano diretor é dispensado para cidades com menos de vinte mil habitantes, mesmo que integrantes de áreas de especial interesse turístico.

Comentários

a) Errado. A competência para legislar sobre direito urbanístico é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, de acordo com a CFRB/88.

b) Errado. Na ação de usucapião especial a intervenção do Ministério Público é obrigatória:

> *Art. 12. São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana:*
> *I – o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente;*
> *II – os possuidores, em estado de composse;*
> *III – como substituto processual, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados.*
> ***§ 1º Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.***

c) Correto. É exatamente o teor do art. 25 do Estatuto.

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*

d) Errado. Caso a cidade possua menos de vinte mil habitantes, realmente o Plano Diretor não é obrigatório. Porém, o art. 41 trouxe demais hipóteses de obrigatoriedade, sendo fazer parte de área de especial interesse urbanístico uma delas.

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;*
> ***IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;***
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

Gabarito: C.

---

13. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP

Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural, tem o direito, em relação ao bem objeto da posse, à

a) retrocessão do bem público.
b) concessão de direito real de uso.
c) concessão de uso de bem público.
d) concessão de uso especial para fins de moradia.
e) usucapião especial para fins de moradia.

Comentários

O enunciado nos trouxe o teor do art. 1º da Medida Provisória 2.220/01:

> *Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.*

Gabarito: D.

---

14. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

São diretrizes gerais da política urbana, segundo o Estatuto da Cidade,
a) controle da valorização dos imóveis urbanos, diminuindo a especulação imobiliária.
b) não haver ônus decorrente da urbanização.
c) melhores condições para agentes públicos, em prejuízo dos agentes privados, para investimentos.
d) prevalência das atividades urbanas, em prejuízo das rurais, permitindo maior aproveitamento do solo para assentamento de pessoas.
e) audiência do poder público local e da população interessada para a implantação de empreendimentos impactantes.

Comentários

O art. 2º do Estatuto da Cidade nos traz:

a) Errado. O inciso VI traz instruções para a ordenação e **controle do uso do solo,** de forma a evitar a especulação:

> *VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:*
> *[...]*
> *e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;*

b) Errado. Deve haver **distribuição igualitária** dos benefícios e **ônus** da urbanização.

> *IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;*

c) Errado. As condições devem ser isonômicas entre os agentes públicos e privados.

> *XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.*

d) Errado. As atividades urbanas e rurais devem ser complementares, e não haver prevalência de uma sobre a outra.

> *VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;*

e) Correto. É o teor do inciso XIII:

> *XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;*

Gabarito: E.

15. 2018/MPE-MS/MPE-MS/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta.

a) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

b) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

c) O Poder Público tem a faculdade de exigir do proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, por meio de imposição de penalidades, exceto parcelamento ou edificação compulsórios.

d) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

e) Aquele que possuir como sua área urbana até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Comentários

a) Correto. De acordo com art. 39:

> *Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2o desta Lei.*

b) Correto. De acordo com o art. 40 c/c inciso I do art. 41:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *[...]*
> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*

c) Errado. O poder público pode sim exigir o parcelamento ou edificação compulsórios:

> ***Art. 5o Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios*** *do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.*

d) Correto. Comando constitucional presente no parágrafo 3º do art. 182 da CFRB/88:

> *Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.*
> *[...]*
> *§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.*

e) Correto. É o teor do caput do art. 9º:

> *Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

Gabarito: C.

---

16. 2018/MPE-BA/MPE-BA/Promotor de Justiça

Acerca do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), marque a alternativa correta.

a) Lei municipal específica autorizará a concessão de isenções ou de anistia relativas a aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo.

b) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, porém a sentença que a reconhecer não servirá como título para registro no cartório de registro de imóveis, devendo-se, para tanto, ser promovida demanda específica, a fim de se reconhecer este tipo de usucapião especial.

c) É possível afirmar que o direito de preempção municipal tem natureza jurídica de limitação administrativa (imposição legal).

d) O direito de superfície é a concessão para se construir ou plantar em solo alheio. Dado o seu matiz econômico, a constituição desse direito opera-se apenas por contrato oneroso, durante a sua vigência, e o detentor da propriedade superficiária poderá modificar unilateralmente a destinação da utilização do terreno, quando essa não beneficiar a propriedade economicamente.

e) A usucapião coletiva é permitida para áreas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, de forma ininterrupta, por dez anos.

Comentários

a) Errado. É vedada a concessão de isenções ou anistia relativas à tributação progressiva do IPTU.

> *Art. 7º § 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.*

b) Errado. A usucapião especial servirá como título para registro no cartório de imóveis.

> *§ 2º A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.*

c) Correta. A limitação administrativa impõe obrigação de fazer ou de não fazer a proprietários indeterminados de forma que a propriedade cumpra a sua função social. Assim, a preempção, que significa o direito de preferência na aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, delimitada em uma região por meio de Lei, tem realmente a mesma natureza da limitação administrativa, visto que impõe uma obrigação a um grupo de pessoas indeterminado que estejam sob a área delimitada na lei.

d) Errado. O direito de superfície é definido no parágrafo 1º do art. 21:

> *§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.*

e) Errado. Para ocorrer a usucapião coletiva, a área deve ser inferior à duzentos e cinquenta metros quadrados.

> *Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.*

Gabarito: C.

---

17. 2018/MPE-BA/MPE-BA /Promotor de Justiça

Observe a assertiva abaixo e marque a alternativa incorreta acerca do quanto disposto no Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001).
O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:
a) Regularização fundiária.
b) Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.
c) Constituição de reserva fundiária.
d) Ordenamento e direcionamento da expansão rural.
e) Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Comentários

Em conformidade com o art. 26 do Estatuto da Cidade, o direito de preempção é exercido quando da necessidade de áreas para:

> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*
> ***I – regularização fundiária;***
> *II – execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;*
> *III – constituição de reserva fundiária;*
> *IV – ordenamento e direcionamento da expansão urbana;*
> *V – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;*
> *VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;*
> *VII – criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;*
> *VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;*

Gabarito: D.

---

18. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de
a) 1 (um) mil habitantes.
b) 5 (cinco) mil habitantes.
c) 10 (dez) mil habitantes.
d) 15 (quinze) mil habitantes.
e) 20 (vinte) mil habitantes.

Comentários

De acordo com o art. 41 do Estatuto da Cidade, caso a cidade possua mais de vinte mil habitantes, será obrigatório que seja instituído o Plano Diretor:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *[...]*

Gabarito: E.

---

19. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Um projeto de loteamento em determinada região de um Município foi objeto de questionamento por parte dos moradores da região, sob o argumento de que não teria sido elaborado Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). A exigência, considerando o disposto no Estatuto da Cidade,

a) será procedente se o empreendimento de loteamento em questão for pertencente a particular, tendo em vista que a apresentação fica dispensada quando a responsabilidade for de entes públicos ou de entes integrantes da Administração indireta.

b) é descabida, tendo em vista que o parcelamento do solo, sob a modalidade de loteamento, pressupõe a localização em área rural ou de expansão urbana, o que é incompatível com a elaboração do EIV.

c) será devida caso a legislação municipal assim preveja, considerando que os projetos de loteamento pressupõem a inserção em área urbana, requisito constante do Estatuto da Cidade para ser obrigatória a elaboração do EIV.

d) é obrigatória somente no caso do projeto de parcelamento estar inserido em área urbana ou área de expansão urbana, não sendo cabível caso o loteamento tenha sido registrado às margens de matrícula de área rural.

e) somente é cabida no caso de não haver licenciamento ambiental para a área, tendo em vista a identidade de finalidade com o EIV.

Comentários

a) Errado. De acordo com o artigo 36, empreendimentos públicos ou privados podem ter que apresentar o EIV:

> *Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.*

b) Errado. Apesar de a Lei se referir a área urbana, não quer dizer que não possa o município dispor sobre as áreas de expansão urbana.

c) Correto. Como previsto no art. 36, a Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades que necessitarão do EIV.

d) Errado. Apesar de a Lei se referir a área urbana, não quer dizer que não possa o município dispor sobre as áreas de expansão urbana ou áreas rurais.

e) Errado. A elaboração do EIV não substitui o estudo do impacto ambiental (EIA).

> *Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

Gabarito: C.

20. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

O Estatuto da Cidade, Lei n° 10.257/2001, prevê em seu texto que, para o planejamento municipal, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
a) plano diretor e desapropriações.
b) servidão administrativa e disciplina do parcelamento do uso e da ocupação do solo.
c) diretrizes orçamentárias, orçamento anual e concessão de direito real de uso.
d) zoneamento ambiental e gestão democrática participativa.
e) programas e projetos setoriais, planos de desenvolvimento econômico e social e direito de superfície.

Comentários

Os instrumentos previstos para o planejamento municipal, de acordo com o Estatuto da Cidade, são:

> *Art. 4o Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
> *I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;*
> *II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;*
> *III – planejamento municipal, em especial:*
> ***a) plano diretor;***
> *b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;*
> ***c) zoneamento ambiental;***
> *d) plano plurianual;*
> *e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;*
> ***f) gestão orçamentária participativa;***
> *g) planos, programas e projetos setoriais;*
> *h) planos de desenvolvimento econômico e social;*
> *IV – institutos tributários e financeiros:*
> *a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;*
> *b) contribuição de melhoria;*
> *c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;*
> *V – institutos jurídicos e políticos:*
> ***a) desapropriação;***
> ***b) servidão administrativa;***
> *c) limitações administrativas;*
> *d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;*
> *e) instituição de unidades de conservação;*
> *f) instituição de zonas especiais de interesse social;*
> *g) concessão de direito real de uso;*
> *h) concessão de uso especial para fins de moradia;*
> *i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;*
> *j) usucapião especial de imóvel urbano;*
> *l) direito de superfície;*
> *m) direito de preempção;*
> *n) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;*
> *o) transferência do direito de construir;*
> *p) operações urbanas consorciadas;*
> *q) regularização fundiária;*
> *r) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;*
> *s) referendo popular e plebiscito;*

> *t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária; (Incluído pela Medida Provisória nº 459, de 2009)*
> *t) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária; (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)*
> *u) legitimação de posse. (Incluído pela Medida Provisória nº 459, de 2009)*
> *u) legitimação de posse. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)*
> *VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).*

Repare que o inciso III é o que trata do planejamento municipal, e temos que tomar cuidado. A banca considerou *gestão democrática participativa* como sinônimo de *gestão orçamentária participativa*. Assim, em algum outro concurso poderia ser considerada errada essa alternativa. Infelizmente, estamos à mercê de algumas atitudes lamentáveis como essa, de forma que você só poderia saber esse raciocínio da banca por meio da eliminação das demais alternativas.

Gabarito: D.

---

21. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE

Sobre o tratamento que o Estatuto da Cidade dá ao IPTU progressivo no tempo, analise as afirmativas a seguir.
I. Se dá mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
II. Não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.
III. É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativa à tributação progressiva de que trata a referida norma.
Estão corretas as afirmativas:
a) I, II e III.
b) I e II, apenas.
c) I e III, apenas.
d) II e III, apenas.

Comentários

Vamos analisar as assertivas:

I – Correto, de acordo com o art. 7º:

> *Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo,* ***mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.***

II – Correto, de acordo com o parágrafo 1º do art. 7º:

> *§ 1º O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o caput do art. 5º desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.*

III – Correto, de acordo com o parágrafo 3º do art. 7º:

> *§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.*

Gabarito: A.

---

22. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE

Estabelece o Estatuto da Cidade que decorrido o prazo ali estabelecido para cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:
a) Os títulos da dívida pública não terão poder liberatório para pagamento de tributos.
b) O valor real da indenização não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
c) O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de dez anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
d) Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

Comentários

a) Correto, conforme o parágrafo 3º do artigo 8º:

> *§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.*

b) Correto. De acordo com o inciso II do parágrafo 2º do art. 8º:

> *§ 2º O valor real da indenização:*
> *[...]*
> *II – não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.*

c) Errado. O prazo para aproveitamento do imóvel pelo município é de cinco anos:

> *§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.*

d) Correto. É o teor do parágrafo 1º do art. 8º:

> *Art. 8º [...]§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.*

Gabarito: C.

---

23. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE

De acordo com o Estatuto da Cidade, considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I. A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.
II. A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.
III. A concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

Estão corretas as afirmativas
a) I, II e III.
b) I e III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) II e III, apenas.

Comentários

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 32, temos as seguintes medidas que poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas:

> *I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;*
> *II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.*
> *III - a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas. (Incluído pela Lei nº 12.836, de 2013)*
> *Gabarito:*

Reparem que são exatamente os três incisos da questão.

Gabarito: A.

---

24. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Quanto ao direito urbanístico, assinale a alternativa correta.
a) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos.
b) O plano diretor é obrigatório para todas as cidades.
c) O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento regional e municipal.
d) Não é possível aos municípios ampliar o seu perímetro urbano após a edição da Lei n° 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
e) O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Comentários

a) Errado. O prazo para revisão do Plano Diretor é de dez anos:

> *Art. 40 [...] § 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.*

b) Errado. O plano não é obrigatório para todas as cidades, apenas para as cidades:

> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;*
> *IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;*
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

c) Errado. O plano é parte integrante do planejamento municipal e não regional:

> *Art. 40[...] § 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejam ento municipal [...]*

d) Errado. A ampliação é possível após a data da publicação da lei, mas alguns requisitos do art. 42-B devem ser cumpridos:

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:[...]*

e) Correto. É o teor do art. 40:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*

Gabarito: E.

---

25. 2017/VUNESP/DPE-RO/Defensor Público

São diretrizes gerais da política urbana, como previsto no Estatuto da Cidade:
a) tratamento prioritário às obras e edificações públicas e privadas que tenham o potencial de geração de empregos à população.
b) garantia do direito a um planeta sustentável, entendido como o direito de todos à terra urbana e rural, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, ao transporte e aos serviços públicos para as presentes e futuras gerações.
c) prioridade de condições para os agentes públicos na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.
d) oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.
e) adequação dos instrumentos de política partidária, econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos segmentos sociais menos favorecidos economicamente.

Comentários

a) Errado. O tratamento prioritário é às obras e edificações de infraestrutura de energia, telecomunicações, abastecimento de água e saneamento, de acordo com o inciso XVIII do art. 2º.

b) Errado. A garantia é a **cidades** sustentáveis! Veja:

> *Art. 2º [...]*
> *I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;*

c) Errado. Não há prioridade de condições para os agentes públicos e sim isonomia entre os agentes públicos e privados:

> *XVI – isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.*

d) Correto. É o teor do inciso V:

> *V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;*

e) Errado. Não existem esses instrumentos de política partidária. Além do mais, a fruição dos bens se dará pelos diferentes segmentos sociais e não somente pelos menos favorecidos economicamente.

> *X – adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;*

Gabarito: D.

---

26. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Com relação ao EIV, previsto na Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), julgue os itens a seguir.

I A definição dos empreendimentos e das atividades para cuja construção, ampliação e funcionamento deverá ser elaborado EIV é de competência municipal, seja em área urbana ou rural.

II O EIV deve contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou da atividade para a qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades.

III O EIV inclui a análise do uso e da ocupação do solo, bem como da geração de tráfego e da demanda por transporte público.

IV Realizado o EIV, dispensam-se a elaboração e a aprovação de EIA.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) III e IV.

Comentários

Analisando as assertivas, temos:

I – Errado. De acordo com a letra fria da lei, apenas cita-se áreas urbanas:

> *Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em **área urbana** que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter*

> *as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.*

II – Correto, de acordo com o art. 37:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades*

III – Correto, de acordo com os incisos III e IV do art. 37:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:*
> *[...]*
> *III – uso e ocupação do solo;*
> *IV – valorização imobiliária;*
> *V – geração de tráfego e demanda por transporte público;*

IV - Errado. A realização do EIV não dispensa a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental.

> *Art. 38. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

Gabarito: C.

---

27. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

São instrumentos da política urbana, previstos na Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade):
I. Institutos tributários e financeiros, como a contribuição de melhoria.
II. Institutos jurídicos e políticos, como o referendo popular e o plebiscito.
III. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
IV. Planejamento municipal, em especial: plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; plano plurianual, entre outros.
Com base nas assertivas acima, assinale a alternativa **correta**:
a) Estão corretas somente as assertivas I, II e III.
b) Estão corretas somente as assertivas I e III
c) Estão corretas somente as assertivas I e IV.
d) Está correta somente a assertiva III.
e) Todas as assertivas estão corretas.

Comentários

Vamos analisar as assertivas:

I – Correto, de acordo com a alínea b) do inciso IV do art. 4º.

> *Art. 4o Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
> *IV – institutos tributários e financeiros:*
> *a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;*
> ***b) contribuição de melhoria;***

II – Correto.

> *Art. 4o Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
> *[...]*
> *V – institutos jurídicos e políticos:*
> *s) referendo popular e plebiscito;*

III – Correto, de acordo com o inciso VI do art. 4º.

> *Art. 4º [...] VI – estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).*

IV – Correto.

> *Art. 4º [...]*
> *III – planejamento municipal, em especial:*
> *a) plano diretor;*
> *b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;*
> *c) zoneamento ambiental;*
> *d) plano plurianual;*

Gabarito: E.

---

28. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO

Acerca do que dispõe a Lei n° 10.257/01, é correto afirmar que

a) o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

b) a concessão do direito de superfície deverá ser invariavelmente onerosa.

c) na pendência da ação de usucapião especial urbana, tramitam conjuntamente quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.

d) decorridos dez anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em dinheiro.

e) compete aos Municípios, entre outras atribuições de interesse da política urbana, legislar sobre normas gerais de direito urbanístico.

Comentários

a) Correto. É o teor do art. 25 do Estatuto:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*

b) Errado. A concessão pode se dar de forma gratuita também e não apenas onerosa:

> *Art. 21 [...] § 2o A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.*

c) Errado. Na pendência da ação de usucapião especial urbana, as demais ações possessórias ou petitórias relativas ao imóvel ficam sobrestadas:

> *Art. 11. Na pendência da ação de usucapião especial urbana, ficarão sobrestadas quaisquer outras ações, petitórias ou possessórias, que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo.*

d) Errado. Após cinco anos da cobrança do IPTU progressivo poderá ocorrer a desapropriação e o pagamento se dá com títulos da dívida pública.

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*

e) Errado. A legislação sobre normas de direito urbanístico é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, sendo que normas gerais são competência da União.

> *Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
> *I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Gabarito: A.

---

29. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO

O Estatuto da Cidade

a) tipifica novas condutas que poderão caracterizar improbidade administrativa na execução da política urbana.

b) não dispõe sobre plano diretor, o qual é lei reservada à competência municipal.

c) regulamenta a forma de realização de consultas públicas como instrumento de gestão democrática das cidades.

d) inclui, de forma taxativa, a lista dos instrumentos para a execução da política urbana.

Comentários

a) Correto. O art. 52 traz novas hipóteses de improbidade administrativa por parte do prefeito.

> *Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, quando [...]*

b) Errado. O Estatuto possui um capítulo sobre o Plano Diretor.

c) Errado. O Estatuto não traz a regulamentação das consultas públicas, mas sim prevê como instrumento de gestão democrática da cidade:

> *Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:*
> *I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;*
> ***II – debates, audiências e consultas públicas;***

d) Errado. O rol não é taxativo, mas sim exemplificativo, à medida que utiliza a expressão "entre outros instrumentos":

> *Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados,* ***entre outros instrumentos****:*

Gabarito: A.

---

30. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Determinado município, para executar seu planejamento urbanístico, com a valorização de espaços históricos e a otimização de meios de transporte coletivo, desapropriou imóveis que vinham sendo usados de forma incompatível com a previsão do plano diretor.

Nessa situação,

a) os cálculos dos valores das indenizações pelas desapropriações devem ser regulamentados pelo Estatuto da Cidade.
b) promovida a readequação do uso, não poderá haver alienação dos bens desapropriados a outros particulares.
c) o município utilizou um instituto jurídico de política urbana, com repercussão sobre o caráter perpétuo do direito de propriedade.
d) as desapropriações fundamentaram-se exclusivamente no requisito do interesse social.

Comentários

a) Errado. O valor da indenização já é previsto considerando-se o valor da base de cálculo do IPTU, descontando-se o valor de obras realizadas pelo Poder Público na área onde estiver o imóvel:

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*
> *(...)*
> *§ 2º O valor real da indenização:*
> *I – refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação de que trata o § 2º do art. 5o desta Lei;*
> *II – não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.*

b) Errado.

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*
> *(...)*
> *§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.*

c)Correta. Realmente a desapropriação é um instrumento jurídico como previsto no art. 4º:

> *Art. 4º [...]*
> *V – institutos jurídicos e políticos:*
> *a) desapropriação;*

d)Errado. As desapropriações basearam-se no definido em lei (no caso o Estatuto da Cidades), além do interesse social.

Gabarito: C.

---

31. 2017/FCC/DPE-PR/Defensor Público

Sobre a tutela coletiva do direito à cidade, do direito à moradia e do meio ambiente, considere:
I. O Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257/2001) prevê que as cidades incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos têm que, obrigatoriamente, elaborar Plano Diretor, independentemente do número de habitantes.

II. Por se tratar de política urbanística essencial à exata ordenação das cidades, os Municípios não poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, ainda que se trate de regularização fundiária de núcleos urbanos informais.
III. O princípio do poluidor pagador internaliza o custo social provocado pelas externalidades da atividade econômica em decorrência de seu processo produtivo.
IV. O consumidor de produtos e de serviços não faz parte do sistema de logística reversa de resíduos sólidos, cuja responsabilidade recai sobre o fornecedor.
V. É possível regularização fundiária de interesse social dos núcleos urbanos informais inseridos em área urbana de ocupação consolidada existentes, total ou parcialmente, em áreas de preservação permanente. Todavia, para tanto, é preciso aprovação de projeto no qual se elabore estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.
Está correto o que se afirma APENAS em
a) I, II e III.
b) II e III.
c) I, III e V.
d) I e IV.
e) III e V.

Comentários

Vamos analisar as assertivas:

I – Correto, de acordo com o art. 41, VI, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *(...)*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

II – Errado, de acordo com a MP nº 759, art. 9º, §1º:

> *§ 1 º Para fins de Reurb, os Municípios **poderão dispensar** as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios.*

III – Correto. Pelo princípio do poluidor pagador, quem polui deve responder pelo prejuízo ao meio ambiente, sendo-lhe imposto indenização e/ou recuperação dos danos causados. Está positivado no Art. 4º, VII da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), recepcionado pela Carta Magna em seu art. 225, §3º:

> *Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:*
> *(...)*
> *VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.*

> *Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.*
> *(...)*
> *§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*

IV – Errado. O consumidor também faz parte do sistema de logística reversa:

> *Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos,* ***os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de****: (Regulamento)*
> *I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;*
> *II - pilhas e baterias;*
> *III - pneus;*
> *IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;*
> *V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;*
> *VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.*
> ***(...)***
> *§ 4o* ***Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens*** *a que se referem os incisos I a VI do caput, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1o.*

V- Correto. É possível a regularização destas áreas, desde que acompanhada de estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais, conforme Art. 9º, §3º, da MP nº 759/2016:

> *§3º Constatada a existência de área de preservação permanente, total ou parcialmente, em núcleo urbano informal, a Reurb observará, também, o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei n º 12.651, de 25 de maio de 2012 , hipótese para a qual se torna* ***obrigatória a elaboração de estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais*** *em relação à situação anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.*

Gabarito: C.

---

32. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de política urbana, responsabilidade e licenciamento ambiental, julgue o item subsecutivo.

Caso tenha interesse em criar centro de saúde em imóvel urbano objeto de venda a título oneroso entre particulares, o município poderá exercer o direito de preempção.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares (art. 25 da Lei nº 10257/2001).

Ainda, segundo o art. 26, V, do mesmo diploma:

> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*
> *(...)*
> *V – implantação de equipamentos urbanos e **comunitários**;*

E, de acordo com art. 4º, § 2º, da Lei 6.766/79:

> *Art. 4º*
> *(...)*
> *§ 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, **saúde**, lazer e similares.*

Ressalta-se que o direito de preempção deve estar previsto em Lei municipal, segundo o art. § 1º do Estatuto da Cidade:

> *§ 1º Lei um, municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.*

Gabarito: Certo.

---

33. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA

A respeito de parcelamento do solo, impacto de vizinhança, regularização fundiária de interesse social, desapropriação e tombamento, julgue o item a seguir com base na legislação urbanística.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o estudo prévio do impacto ambiental é peça obrigatória do estudo de impacto de vizinhança e as análises de uso e ocupação do solo e de adensamento populacional somente são obrigatórias para imóveis com área superior a um hectare.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

O Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não se confundem e são desvinculados.

Corrigindo a segunda parte da assertiva, a análise do adensamento populacional e do uso e ocupação do solo devem ser feitos **em todos** os estudos de Impacto de Vizinhança e não apenas nos imóveis com área superior a um hectare, segundo o artigo 37, incisos I e III:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:*
> *I – adensamento populacional;*
> *(...)*
> *III – uso e ocupação do solo;*

Gabarito: Errado.

---

34. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE

Considerando a jurisprudência majoritária e atual dos tribunais superiores, julgue o item subsequente.

Segundo o STF, a competência normativa municipal para a ocupação de espaços urbanos é mais ampla que o conteúdo aprovado no seu plano diretor. Assim, municípios com mais de vinte mil habitantes podem legislar sobre ordenamento urbano em outras leis, desde que compatíveis com diretrizes estabelecidas no plano diretor.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Entende o STF que municípios com mais de vinte mil habitantes podem legislar sobre ordenamento urbano, desde que compatível com o Plano Diretor:

> *CONSTITUCIONAL. ORDEM URBANÍSTICA. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS. PODER NORMATIVO MUNICIPAL. ART. 30, VIII, E ART. 182, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PLANO DIRETOR. DIRETRIZES BÁSICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL. COMPREENSÃO.*
> *1. A Constituição Federal atribuiu aos Municípios com mais de vinte mil habitantes a obrigação de aprovar Plano Diretor, como "instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana" (art. 182, § 1º). Além disso, atribuiu a todos os Municípios competência para editar normas destinadas a "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do solo, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (art. 30, VIII) e a fixar diretrizes gerais com o objetivo de "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos habitantes" (art. 182, caput). Portanto, nem toda a competência normativa municipal (ou distrital) sobre ocupação dos espaços urbanos se esgota na aprovação de Plano Diretor.*
> *2. É legítima, sob o aspecto formal e material, a Lei Complementar Distrital 710/2005, que dispôs sobre uma forma diferenciada de ocupação e parcelamento do solo urbano em loteamentos fechados, tratando da disciplina interna desses espaços e dos requisitos urbanísticos mínimos a serem neles observados. A edição de leis dessa espécie, que visa, entre outras finalidades, inibir a consolidação de situações irregulares de ocupação do solo, está inserida na competência normativa conferida pela Constituição Federal aos Municípios e ao Distrito Federal, e nada impede que a matéria seja disciplinada em ato normativo separado do que disciplina o Plano Diretor.*
> *3. Aprovada, por deliberação majoritária do Plenário, tese com repercussão geral no sentido de que "**Os municípios com mais de vinte mil habitantes e o Distrito Federal podem legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor**".*
> *4. Recurso extraordinário a que se nega provimento.*
> *[STF. RE 607940/DF. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgamento: 29/10/2015. DJe: 26/02/2016]*

Gabarito: Certo.

---

35. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

No que se refere à incidência do direito ambiental sobre o meio urbano, assinale a opção correta.

a) O zoneamento ambiental não é aplicável no planejamento municipal.

b) As áreas urbanas são regidas pelo Estatuto da Cidade, não se lhes aplicando o Código Florestal.

c) Apenas imóveis incluídos no plano diretor podem sofrer desapropriação-sanção pelo descumprimento de sua função social.

d) A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser reconhecida judicialmente em relação a imóvel público.

Comentários

a) Errado. De acordo com o art. 4º do Estatuto da Cidade, o zoneamento ambiental está previsto no planejamento municipal:

> *Art. 4o Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
>
> *(...)*
>
> *III – **planejamento municipal**, em especial:*
>
> *a) plano diretor;*
>
> *b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;*
>
> *c) **zoneamento ambiental**;*

b) Errado. Nada impede a aplicação dos dois diplomas, visto que o Código Florestal também traz disposições aplicáveis a áreas urbanas.

c) Certo. Segundo o art. 41, III, do Estatuto da Cidade:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *(...)*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;*

Dentre os instrumentos tratados no inciso anterior, está a desapropriação, de previsão constitucional:

> *Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº **13.311, de 11 de julho de 2016)***
> *§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.*
> ***(...)***
> *§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:*
> *I - parcelamento ou edificação compulsórios;*
> *II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;*
> *III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.*

Destarte, resta clara, segundo o § 4º do art. 182 da CF acima, a obrigatoriedade de inclusão de área no Plano Diretor para desapropriação.

d) Errado**.** Não há que se falar em usucapião na aquisição de imóveis públicos:

> *Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*

> *(...)*
> *§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.*

Gabarito: C.

---

36. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)/MPE

Assinale a alternativa CORRETA.

a) Todos os municípios que pretendam ampliar ou diminuir seu perímetro urbano ou rural necessitam, obrigatoriamente, do Plano Diretor para tal finalidade.

b) O Plano Diretor é obrigatório para todos os municípios brasileiros, uma vez que se trata de instrumento de política urbana e sua ausência pode, em tese, ensejar ato de improbidade administrativa para o gestor público municipal.

c) O município que, por força de lei, possua Plano Diretor poderá ampliar seu perímetro urbano, desde que elabore projeto específico que contemple, dentre outras situações, a inclusão de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural.

d) Nenhuma das anteriores.

Comentários

a) Errada**.** De acordo com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade, apenas é necessário um **projeto específico** para ampliar o perímetro **urbano**.

Ressalta-se que, quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no referido artigo, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico (art. 42-B, § 2º):

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam **ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico** que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
>
> *I - demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
>
> *V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.*
> *§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

> *§ 2º* ***Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)***
> *§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

b) Errada. O art. 41 do Estatuto da Cidade elenca as seis hipóteses de obrigatoriedade do plano diretor. Ressalta-se que o inciso I é também previsto na Carta Maior:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;*
> *IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;*
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

c)Correta**.** De acordo com o artigo 42-B do Estatuto da Cidade, apenas é necessário um **projeto específico** para ampliar o perímetro **urbano**.

Ressalta-se que, quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no referido artigo, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico (art. 42-B, § 2º):

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam* ***ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico*** *que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
>
> *I - demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.*
> *§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *§ 2º* ***Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)***

> *§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

d)Errada. Em virtude de a assertiva C estar correta.

Gabarito: C.

---

37. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de

Considerando o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001), assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Município promover, por iniciativa própria e em conjunto com o Estado e outros Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos e demais espaços de uso público.

b) Lei estadual específica poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, para área incluída no plano diretor, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

c) Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos para parcelamento ou edificação compulsórios, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos.

d) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública previamente aprovados pelo Senado Federal e com prazo de resgate em até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

e) Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural, sendo que em caso de possuidor casado, o título será conferido necessariamente ao cônjuge varão.

Comentários

a) Errada. Trata-se de competência da União, de acordo com o art. 3º, III, do Estatuto da Cidade:

> *Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana:*
> *(...)*
> *III - promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público;*

b) Errada. Trata-se de lei municipal, de acordo com o art. 5º do Estatuto da Cidade:

> *Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.*

c)Errada. O prazo é de cinco anos consecutivos, de acordo com o art. 7º do Estatuto da Cidade:

> *Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.*

d)Correta, de acordo com o art. 8º caput e seu § 1º, do Estatuto da Cidade:

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*
> *§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.*

e) Errada. Apenas a parte final da assertiva está incorreta. De acordo com art. 9º, § 1º, do Estatuto da Cidade, o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil:

> ***Da usucapião especial de imóvel urbano***
>
> *Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.*
> *§ 1º O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.*

Gabarito: D.

---

38. 2017/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei n 10.257, de 10 de julho de 2001, com suas posteriores alterações legislativas).

( ) O direito de superfície não pode ser transferido a terceiros, sendo vedada por lei qualquer previsão contratual nesse sentido.

( ) O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, sendo vedada disposição em contrário no contrato respectivo.

( ) Em empreendimentos de pequeno porte, a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

( ) O plano diretor é obrigatório para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) F – V – F – F.
b) F – F – F – V.
c) V – V – F – F.
d) V – F – V – V.
e) V – F – V – F.

Comentários

Vamos analisar as assertivas:

I – Errado, de acordo com o art. 21, § 4º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 21. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.*
> *(...)*
> *§ 4º O direito de superfície* ***pode ser transferido a terceiros****, obedecidos os termos do contrato respectivo.*

II – Errado. O contrato respectivo pode dispor de maneira diversa, de acordo com o art. 21, § 3º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 21. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.*
> *(...)*
> *§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície,* ***salvo disposição em contrário do contrato respectivo****.*

III – Errada, dado que a elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental (art. 38 da Lei nº 10.257/2001).

IV – Correto, de acordo com o art. 41, II, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *(...)*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*

Gabarito: B.

---

39. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

Sobre as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, dentre outras providências, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta.

I - Para todos os efeitos, o Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

II - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para os presentes e futuras gerações;
III - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
IV - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante, dentre outros, ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
a) apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
b) apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
c) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
d) apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
e) todas as assertivas são verdadeiras.

Comentários

I. Correto. De acordo com o art. 1º, parágrafo único, do Estatuto da cidade:

> *Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.*
> *Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.*

II. Correto. De acordo com o art. 2º, I, do Estatuto da cidade:

> *Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*
> *I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;*

III. Correto. De acordo com o art. 2º, II, do Estatuto da cidade:

> *Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*
> *(...)*
> *II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;*

IV. Correto. De acordo com o art. 2º, VI, “e”, do Estatuto da cidade:

> *Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*
> *(...)*
>
> *VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:*
> *(...)*
> ***e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;***

Gabarito: E.

---

40. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Com o objetivo de desenvolver urbanisticamente a área portuária da cidade e promover melhorias sociais e ambientais, o Município XYZ planeja concretizar uma operação urbana consorciada.

Sobre a situação apresentada, é correto afirmar que:

a) a União, o Estado e o Município XYZ deverão aprovar a operação urbana consorciada, por meio de consórcio interfederativo, após ratificação de protocolo de intenções por todos os entes.

b) para administrar a operação urbana consorciada, o Município deve constituir associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, que será responsável pela programa básico de ocupação da área.

c) o Decreto Municipal que cria a operação urbana consorciada conterá, no mínimo, a definição da área a ser atingida e o estudo prévio de impacto de vizinhança, o qual substituirá o estudo prévio de impacto ambiental.

d) a operação urbana consorciada deve contar com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, e ser aprovada por lei municipal específica, contendo estudo prévio de impacto de vizinhança.

e) a edição de plano diretor pelo Município implicará revogação da operação urbana consorciada, ainda que esta tenha sido aprovada por lei municipal específica.

Comentários

a) Errada. A operação urbana consorciada deve ser aprovada por lei específica:

> *Art. 32. **Lei municipal específica**, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *Art. 33. Da **lei específica** que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo: (...)*

b) Errada. A forma de controle e operação deve ser prevista na lei especifica que a aprovar (art.33, VII):

> *Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:*
> *(...)*
> *VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e **investidores privados** em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do § 2o do art. 32 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.836, de 2013)*

> *VII – **forma de controle da operação,** obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.*

c)Errada. Lei específica (e não Decreto Municipal) é o instrumento para aprovar a operação consorciada (art. 33, caput):

> *Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo: (...)*

d)Correta. O art. 32, caput, c/c art. 33, caput, preveem a lei municipal específica como diploma legal para aprovação da operação urbana consorciada.

O art. 32, §1º, prevê a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados na operação urbana consorciada.

Sobre a parte final da assertiva, também está correta, pois há a obrigatoriedade de constar no plano da operação o estudo prévio de impacto de vizinhança (art. 33, V):

> *Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.*
> *Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:*
> *(...)*
> *V – estudo prévio de impacto de vizinhança;*

e) Errada. Não há que se falar em revogação, pois a lei municipal específica que aprovar a operação consorciada é baseada no plano diretor (art. 32, caput):

> *Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*

Gabarito: D.

---

41. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE

De acordo com a Lei no 10.257, de 10 de julho e 2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa correta.

a) Nos limites legais, o direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

b) Antes do termo final do contrato não é possível extinguir-se o direito de superfície.

c) A concessão do direito de superfície não poderá ser realizada de forma gratuita.

d) O plano diretor não poderá, em nenhuma hipótese, fixar áreas nas quais o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado.

e) Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, mediante depósito prévio do valor do bem.

Comentários

a) Correta. De acordo com o art. 25 da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*

b) Errada. É possível extinguir-se o direito de superfície antes do término do contrato, caso o superficiário dê ao terreno outra destinação da que foi concedida:

> *Art. 24. Extinto o direito de superfície, o proprietário recuperará o pleno domínio do terreno, bem como das acessões e benfeitorias introduzidas no imóvel, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário no respectivo contrato.*
> *§ 1º Antes do termo final do contrato, extinguir-se-á o direito de superfície se o superficiário der ao terreno destinação diversa daquela para a qual for concedida.*

c)Errada. A concessão do direito de superfície pode ser gratuita ou onerosa, de acordo com o art. 21, § 2º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 21. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.*
> *(...)*
> *§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.*

d)Errada. É possível tal hipótese, desde que haja contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, de acordo com o art. 28 da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*

e) Errada. O pagamento deve ser feito mediante títulos da dívida pública, e não em depósito prévio com o valor do bem, de acordo com o art. 8º da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*

Gabarito: A.

---

42. 2016/CESPE /PGE-AM/Procurador do

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.

Em cidades com população igual ou superior a vinte mil habitantes, é obrigatória a elaboração de um plano diretor e de um plano de transporte urbano integrado.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

De acordo com o art. 8º, I, da Lei nº 10.257/2001, o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes.

Ainda, de acordo com o art. 8º, § 2º, do mesmo diploma, se a cidade possuir mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado compatível com o plano diretor (ou estar inserido nele):

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
>
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *(...)*
> *§ 2º No caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um **plano de transporte urbano integrado**, compatível com o plano diretor ou nele inserido.*

Gabarito: Errado.

---

43. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador

Com relação a meio ambiente cultural e ao Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), julgue o próximo item.
Na CF, constam bens do patrimônio cultural brasileiro e alguns instrumentos para sua proteção, tais como o inventário e a desapropriação.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A CF prevê, em seu art. 216, § 1º, meios para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, por inventários e desapropriação, além de registros, vigilância, tombamento e outros:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
> *(...)*
> *§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o **patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

Gabarito: Certo.

---

44. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO

Em relação ao instituto da outorga onerosa do direito de construir (solo criado), previsto no Art. 28 do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), analise as seguintes assertivas:
I. A concessão da outorga onerosa do direito de construir depende da previsão, no Plano Diretor, de áreas nas quais o direito de construir possa ser exercido acima do coeficiente máximo de aproveitamento adotado, mediante contrapartida em dinheiro a ser prestada pelo beneficiário.

II. A cobrança da contrapartida ampara-se no princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.
III. Os recursos da contrapartida obtida devem ser aplicados, dentre outras finalidades, em regularização fundiária e proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e II.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

Comentários

I. Errada. A assertiva fala em coeficiente máximo adotado; porém, o art. 28 do Estatuto da Cidade prevê que o plano diretor pode fixar áreas nas quais o direito de construir seja exercido acima do coeficiente de aproveitamento **básico.** Além disso, o referido artigo não restringe a dinheiro a modalidade da contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*

II. Correta. Para que cada um possa exercer o direito de edificar em um terreno urbano, sem ônus, são estabelecidos coeficientes de aproveitamento básico dos terrenos.

A contrapartida pelo direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico contribui para a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização (art. 2º, IX do Estatuto da Cidade), porquanto carrega a valorização decorrente da atribuição de índices acima do básico:

> *Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*
> *(...)*
> *IX – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;*

III. Correta. De acordo com o art. 31 c/c o art. 26, I e VIII, do Estatuto da cidade:

> *Art. 31. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades previstas nos incisos I a IX do art. 26 desta Lei.*
> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*
> *I – regularização fundiária;*
> *(...)*
> *VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;*

Gabarito: E.

---

45. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO

Assinale a alternativa correta em relação à proteção do patrimônio cultural.

a) Uma lei municipal baseada no Plano Diretor poderá autorizar o proprietário de imóvel tombado em razão de seu valor cultural a exercer em outro local, ou alienar, o direito de construir previsto no Plano Diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.
b) O ente público que inserir determinado bem imóvel em seu inventário de bens culturais tem o prazo de um ano para concluir o processo administrativo de tombamento, sob pena de cancelamento do ato que incluiu o bem no inventário.
c) O reconhecimento jurídico do valor cultural de um bem imóvel dotado de valor histórico e arquitetônico pressupõe o prévio tombamento ou a inclusão do bem no inventário de bens culturais.
d) O conceito de patrimônio cultural previsto na Constituição Federal de 1988 abrange os bens de natureza material, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental.
e) O regime de imputação da responsabilidade civil por danos ao patrimônio cultural é subjetivo, devendo-se demonstrar que o proprietário foi negligente quanto à conservação do bem.

Comentários

a) Correta. Conforme caput do art. 35 do Estatuto da cidade:

> *Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:*
> *(...)*

b) Errada. O inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, através do registro de suas características principais. Porém, não há um prazo para o seu tombamento.

c) Errada. O reconhecimento jurídico do valor cultural independe de tombamento ou inventário.

d) Errada. Segundo o art. 216 da CF, também se incluem no patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza imaterial:

> *Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)*
> *I - as formas de expressão;*
> *II - os modos de criar, fazer e viver;*
> *III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*
> *IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*
> *V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

Errada. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, pois dispensa a culpa:

> *O dano ambiental (...) Tratando-se de direito difuso, **a reparação civil assume grande amplitude, com profundas implicações na espécie de responsabilidade do degradador que é objetiva**, fundada no simples risco ou no simples fato da atividade danosa, independentemente da culpa do agente causador do dano. (...)*
> *(STJ – Recurso Especial 1.120.117 - Ac (2009/0074033-7) Relatora : ministra Eliana Calmon – j. 10.11.2009)*

Gabarito: A.

---

46. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO

Com base na Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, analise as assertivas abaixo:

I. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

II. A operação urbana consorciada não necessita de aprovação de lei específica.

III. Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

Comentários

I. Correta. Literalidade do art. 32, § 2º, II, do Estatuto da cidade:

> *Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *(...)*
> *§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:*
> *(...)*
> *II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.*

II. Errada. É necessário Lei específica para aprovar operação urbana consorciada, de acordo com arts. 32 e 33 do Estatuto da cidade:

> *Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo: **(...)***

III. Correta. Literalidade do art. 34, § 1º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 34. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.*

> *§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.*

Gabarito: D.

---

47. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO

De acordo com a Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, analise as assertivas abaixo:

I. O Poder Público Municipal tem preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, em razão do direito de preempção, segundo diretrizes fixadas em lei municipal e no Estatuto da Cidade.

II. O plano diretor definirá os limites mínimos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.

III. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades de regularização e constituição de reserva fundiária, bem como proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, entre outros definidos no Estatuto da Cidade.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas I e II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

Comentários

I. Correta. É a previsão do direito de preempção nestes casos, previsto no art. 25 e em seu parágrafo primeiro, do Estatuto da cidade:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*
> *§ 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.*

II. Errada. O plano diretor definirá os limites **máximos** (e não mínimos) a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, segundo o art. 28, § 3º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*
> *(...)*
> *§ 3º O plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.*

III. Correta. De acordo com o art. 31 c/c o art. 26, I e VIII, do Estatuto da cidade:

> *Art. 31. Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades previstas nos incisos I a IX do art. 26 desta Lei.*
> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*

> *I – regularização fundiária;*
> *(...)*
> *VIII – proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;*

Gabarito: C.

---

48. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE PORTO

De acordo com a Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, em se tratando de ampliação de perímetro urbano municipal, analise as assertivas abaixo:

I. Os Municípios deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo, demarcação do novo perímetro urbano, entre outros requisitos estabelecidos em lei.

II. O projeto específico de ampliação do perímetro urbano deverá ser instituído por lei municipal e só será cabível quando atender às diretrizes do plano diretor.

III. Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no Estatuto das Cidades, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

Comentários

I. Correta. Para ampliar o perímetro urbano os municípios devem elaborar projeto específico contendo, dentre outros requisitos mínimos, demarcação do novo perímetro:

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *I - demarcação do novo perímetro urbano; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

II. Errada. Não necessariamente o munícipio que pretenda ampliar seu perímetro urbano possui plano diretor, como se extrai do art. 42-B, § 1º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *(...)*
> *§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, **quando houver**. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

III. Correta. Exatamente de acordo com o art. 42-B, § 2º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo: (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*
> *(...)*

> *§ 2º Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

Gabarito: D.

---

49. 2016/INSTITUTO LEGATUS/CÂMARA

No que se refere ao IPTU progressivo no tempo, o Estatuto das Cidades (Lei nº10.257/2001), limita a alíquota máxima a

a) 15% (quinze por cento).
b) 5% (cinco por cento).
c) 20% (vinte por cento).
d) 30% (trinta por cento).
e) 10% (dez por cento).

Comentários

De acordo com o parágrafo 1º do art. 7º do Estatuto da cidade, a alíquota máxima será de quinze por cento:

> *Art. 7º [...]*
> *§ 1o O valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado na lei específica a que se refere o caput do art. 5o desta Lei e não excederá a duas vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.*

Gabarito: A.

---

50. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de

Segundo a Lei n. 10.257/01 (Estatuto da Cidade), nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos deverá ser contratada coletivamente**.**

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

De acordo com o parágrafo 2º do art. 4º do Estatuto da cidade, nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos **poderá** (e não deverá) ser contratada coletivamente:

> *Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:*
> *(...)*
> *2º Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos poderá ser contratada coletivamente.,*

Gabarito: Errado.

---

51. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor

O Prefeito incorre em improbidade administrativa quando impede ou deixa de garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação**.**

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorre em improbidade administrativa o Prefeito que, no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, impedir ou deixar de garantir os requisitos da promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de acordo com o art. 52, VI, c/c art. 40, § 4º, I, do Estatuto da cidade:

> *Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, quando:*
> *(...)*
> *VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta Lei;*
> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *(...)*
> *§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:*
> *I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;*

Gabarito: Certo.

---

52. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Nos termos da Lei n. 10.257/01, o direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística. De acordo com a referida lei, extingue-se o direito de superfície pelo advento do termo e pelo descumprimento das obrigações assumidas pelo superficiário.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Exatamente conforme art. 21, § 1º, e art. 23 e incisos do Estatuto da cidade:

> *Art. 21. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.*

> *§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.*
> *(...)*
> *Art. 23. Extingue-se o direito de superfície:*
> *I – pelo advento do termo;*
> *II – pelo descumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo superficiário.*

Gabarito: Certo.

---

53. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO

Sobre o coeficiente de aproveitamento básico do direito de edificar, é correto afirmar que:
a) a outorga onerosa é o único instrumento possível para alterar coeficiente de aproveitamento.
b) a outorga onerosa e transferência de direito de construir possuem o mesmo resultado no que tange à edificação que os incorporará.
c) deve ser único para a cidade toda.
d) pode haver mais de um desde que seja diferenciando entre a área urbana e núcleos urbanos em áreas rurais.
e) o que for estabelecido em lei não poderá ser alterado durante a vigência do plano diretor.

Comentários

A outorga onerosa é prevista quando o direito de construir é exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*

a) Errada. A outorga onerosa não é o único instrumento para alterar o coeficiente de aproveitamento. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, segundo art. 28, caput, do Estatuto da cidade:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*

b) Correta**.** Na outorga onerosa do direito de construir o Poder Público municipal concede ao proprietário a faculdade de exercer seu **direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico** do adotado, mediante contrapartida por ele prestada.
Na transferência do direito de construir o proprietário exerce em outro local o **direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente** ou, ainda, aliena, mediante escritura pública para terceiro, o potencial de construção.

c)Errada, pois o plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico diferenciado para áreas específicas, segundo art. 28, § 2º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*
> *(...)*
> *§ 2º O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.*

d)Errada, pois o plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico diferenciado para áreas específicas **dentro da zona urbana**, segundo art. 28, § 2º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*
> *(...)*
> *§ 2º O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.*

e) Errada. Não há proibição para alteração do coeficiente, apesar da previsão de definição de limites máximos dos coeficientes de aproveitamento definidos no plano diretor:

> *Art. 28. O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.*
>
> *(...)*
> *§ 2º O plano diretor poderá fixar coeficiente de aproveitamento básico único para toda a zona urbana ou diferenciado para áreas específicas dentro da zona urbana.*
> *§ 3o O plano diretor definirá os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerando a proporcionalidade entre a infraestrutura existente e o aumento de densidade esperado em cada área.*

Gabarito: B.

---

54. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO

O Plano Diretor Municipal:
a) como faz parte do planejamento municipal, não precisa ser aprovado na forma da lei.
b) pode promover a participação popular na sua elaboração.
c) deve ser elaborado por todos os municípios.
d) só pode ser elaborado por municípios de mais de 20.000 habitantes.
e) deve englobar toda a área do município.

Comentários

a) Errada. Segundo o art. 40 do Estatuto da cidade, é necessária lei municipal para aprovação do plano diretor:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*

b) Errada. É garantida a participação popular no processo de elaboração do plano diretor, conforme art. 40, § 4º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *(...)*
> *§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:*
> *I – a promoção de audiências públicas e* ***debates com a participação da população*** *e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;*
> *II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;*
> *III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.*

c)Errada. O art. 41 do Estatuto da cidade lista as cidades em que o plano diretor deve ser obrigatório:

> *Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:*
> *I – com mais de vinte mil habitantes;*
> *II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;*
> *III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4o do art. 182 da Constituição Federal;*
> *IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;*
> *V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.*
> *VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

d)Errada. Vide explicação da assertiva “c”.

e) Correta. De acordo com o art. 40, § 2º, do Estatuto da cidade:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *(...)*
> *§ 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.*

Gabarito: E.

---

55. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE PALMAS

O Plano Diretor participativo se constitui no mais importante instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Analise as afirmativas a seguir em relação ao que determina o Estatuto da Cidade.

I. O Plano diretor tem sua natureza jurídica de plano indicativo. Por este motivo se torna lei que impõe comportamentos tanto para a sociedade como para o Poder Público. Entretanto, difere das demais leis em razão de que para ser modificada depende da realização de audiências públicas.

II. O processo de condução na elaboração ou revisão do Plano Diretor é de responsabilidade do Executivo municipal a partir da instalação do Núcleo Gestor, composto unicamente por representantes do Poder Público. Caberá, portanto, ao Núcleo Gestor, entre outras atribuições, compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao final do processo.

III. O Plano Diretor, aprovado por Lei, estabelece as linhas gerais do processo de Planejamento Urbano e garante a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, portanto, não engloba a atuação na área rural. A Lei que o instituir deverá ser revista a cada dez anos, devendo o Plano Plurianual neste período incorporar as diretrizes nele contidas.

IV. O Plano Diretor de entes municipais incluídos no Cadastro Nacional de Municípios com áreas suscetíveis de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter planejamento de ações de intervenção preventivas e relocação de população de áreas de risco de desastre.

Indique a alternativa CORRETA:
a) Todos os itens são incorretos.
b) Os itens I, II e IV são incorretos.
c) Os itens I, II e III são incorretos.
d) Os itens II e IV são incorretos.

Comentários

I. Errada. As normas do plano diretor não possuem natureza jurídica de lei em sentido material, já que esta se caracteriza pelos atributos de generalidade e abstração. Isto não ocorre com o plano diretor, que determina concretamente o direito de construir de cada terreno em particular e localiza as áreas destinadas a obras públicas. A aprovação por lei não o transforma em uma lei material, pois, como, explicado, não apresenta os atributos da generalidade e da abstração.

II. Errada. Deve haver também a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *(...)*
> *§ 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:*
> *I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;*
> *II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;*
> *III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.*

III. Errada. É prevista a integração entre atividades urbanas e rurais, segundo o art.2º, VII, c/c art. 40, § 2º:

> *Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:*
> *(...)*
> *VII – integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;*
> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *(...)*
> *§ 2º O plano diretor deverá englobar o* ***território do Município como um todo****.*

A parte final da assertiva está correta, de acordo com o art. 40, § 1º e § 3º:

> *Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.*
> *§ 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.*
> *(...)*
> *§ 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.*

IV. Correto. De acordo com o art. 42-A, III, do Estatuto da cidade:

> *Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter:*
> *(...)*
> *III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre; (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)*

Gabarito: C.

---

56. 2016/COPESE-UFT/PREFEITURA DE

A Lei Federal de nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, apresenta vários instrumentos de Planejamento e Tributários. Analise as afirmativas a seguir.

I. A competência da desapropriação-sanção aplicada ao contribuinte, decorridos cinco anos de aplicação do Imposto Predial Territorial Urbano Progressivo no tempo é discricionária.

II. A norma geral estabelece que a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) substitua a elaboração e aprovação de estudo prévio de impacto ambiental.

III. As Operações Urbanas Consorciadas exigem Lei especifica e a contrapartida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, pela fruição dos benefícios decorrentes de modificações que poderão ser executadas em desconformidade com a lei vigente.

IV. O Direito de Preempção confere ao Poder Público preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares e será exercido sempre que necessitar de áreas, entre outras demandas, para a criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes.

Indique a alternativa CORRETA:
a) Todos os itens estão incorretos.
b) Somente o item II está incorreto.
c) Somente os itens I e IV estão incorretos.
d) Somente os itens II e III estão incorretos.

Comentários

I. Correto. O ato administrativo da desapropriação é discricionário, conforme art. 8º do Estatuto da cidade:

> *Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.*

II. Errada. É exatamente o oposto do que traz o art. 38, caput, do Estatuto da cidade. O EIV não substitui o EIA:

> *Art. 38. A elaboração do EIV **não substitui** a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental.*

III. Errada. A parte final da assertiva está errada. A partir da aprovação da lei específica, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com a lei vigente (art. 33, § 2º, da Lei nº 10257/2001):

> *Art. 32.Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.*
>
> *Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo: (...)*
> *VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do § 2o do art. 32 desta Lei. (...)*
> *§2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.*

IV. Correto. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares (art. 25 da Lei nº 10.257/2001), relativamente à necessidade de criação de áreas de lazer e áreas verdes (art. 26, VI, da Lei nº 10.257/2001):

> *Art. 25.O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*
> *Art. 26.O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: (...)*
> *VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;*

Gabarito: D.

---

57. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA

O direito de preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, de acordo com a Lei n° 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da CF/88, traçando as diretrizes da Política Urbana Nacional.
Assim, é correto afirmar que

a) tal direito será exercido pelo Poder Público para fins de constituição de reserva de capital.
b) a lei estadual, baseada no plano diretor de cada município, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.
c) o direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado em legislação municipal, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.
d) a alienação processada em condições diversas da proposta apresentada será considerada anulável.
e) o proprietário deverá notificar ao Município sua intenção de alienar o imóvel, para que qualquer ente público, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

Comentários

a) Errada. Tal direito será exercido pelo Poder Público para fins de constituição de reserva fundiária, conforme art. 26, III, da Lei nº 10257/2001:

> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*
> *(...)*
> *III – constituição de reserva fundiária;*

b) Errada. Exige-se lei municipal, conforme art. 25, § 1º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*
> *§ 1º **Lei municipal**, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.*

c) Correto. Conforme art. 25, § 2º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.*
> *(...)*
> *§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.*

d)Errada. Será considerada nula (e não anulável), conforme art. 27, § 5º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 27. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.*
> *(...)*
> *§ 5º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.*

e) Errada. A notificação é somente para o Município (e não qualquer ente) conforme art. 27, caput, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 27. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.*

Gabarito: C.

58. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre o conteúdo do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001).

( ) Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

( ) O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para constituição de reserva fundiária, entre outras hipóteses.

( ) Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas, a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente.

( ) Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, uma compensação pecuniária definida.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – F – F – F.
b) F – V – V – F.
c) V – V – V – F.
d) F – F – V – V.
e) F – V – F – V.

Comentários

I. Verdadeiro, conforme art. 5º, caput, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.*

II. Verdadeiro, conforme art. 26, III, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:*
> *(...)*
> *III – constituição de reserva fundiária;*

III. Verdadeiro, conforme art. 32, § 2º, I, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.*
> *(...)*
> *§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:*
> *I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;*
> *(...)*

IV. Falso. O proprietário recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público, segundo art. 46, § 1º, da Lei nº 10.257/2001:

> *Art. 46. O poder público municipal poderá facultar ao proprietário da área atingida pela obrigação de que trata o caput do art. 5o desta Lei, ou objeto de regularização fundiária urbana para fins de regularização fundiária, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)*
> *§ 1o Considera-se consórcio imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização, de regularização fundiária ou de reforma, conservação ou construção de edificação por meio da qual o proprietário transfere ao poder público municipal seu imóvel e, após a realização das obras,* ***recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas, ficando as demais unidades incorporadas ao patrimônio público.*** *(Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)*

Gabarito: C.

---

59. 2016/MÁXIMA/PREFEITURA DE

De acordo com o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001) são instrumentos necessários para garantir a gestão democrática da cidade, EXCETO:
a) Debates, audiências e consultas públicas.
b) Conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal.
c) Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal.
d) Projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Comentários

A assertiva "d" está errada, pois o instrumento a ser utilizado para garantir a gestão democrática da cidade é a iniciativa popular de projeto de lei atinente (e não o projeto de lei de iniciativa do Prefeito):

> *Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:*
>
> *I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;*
> *II – debates, audiências e consultas públicas;*
> *III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;*
> *IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;*

Gabarito: D.

---

60. 2016/MÁXIMA/PREFEITURA DE FRONTEIRA-MG/Procurador Municipal

A respeito do Estatuto da Cidade, da desapropriação e das regras de uso do solo urbano no DF, julgue o item que se segue.
Diferentemente do EIA, o estudo de impacto de vizinhança não é um documento público, devendo o cidadão interessado em obter acesso ao seu conteúdo formular requerimento fundamentado ao órgão competente do poder público municipal, que analisará a procedência do pedido.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A assertiva está errada, visto que o parágrafo único do art. 37 prevê a publicidade dos documentos integrantes do EIV:

> *Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:*
> *[...]*
> *Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.*

Gabarito: Errado.

3.17 Contratos (Parte I)

1. **2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal**

Segundo Luciano Elias Reis (2013), "inexiste uma posição uníssona sobre a natureza jurídica dos convênios administrativos na doutrina brasileira". Considerando essa constatação, assinale a alternativa correta.

a) Os convênios administrativos não possuem regulação legal, estando relegados à regulação por decretos municipais.

b) Apesar da controvérsia doutrinária, os convênios administrativos são espécies de contratos administrativos, segundo redação constitucional expressa.

c) Aplicam-se as disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), no que couber, aos convênios celebrados por órgãos e entidades da Administração.

d) Os consórcios públicos são modalidades típicas de convênios administrativos.

e) Segundo a atual redação constitucional, não cabe ao Poder Legislativo firmar aquiescência em convênios que envolvam transferência de recursos financeiros, independentemente de estarem ou não previstos na lei orçamentária anual.

Comentários:

Incorreta a alternativa "a" porque, por exemplo, o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos), e os arts. 27, §3º, e 28, §2º, da Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) disciplinam os convênios.

Incorreta a alternativa "b" porque convênio é um ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração (os interesses dos convenentes são convergentes e não contrapostos), e não um contrato administrativo (interesses contrapostos).

Correta a alternativa "c" porque em linha com o art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos):

> *Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.*

Incorreta a alternativa "d" porque os consórcios públicos de que tratam a Lei nº 11.107, de 2005, constituem associação pública ou pessoa jurídica de direito privado decorrentes da participação dos entes da federação para a realização de objetivos de interesse comum. Não se trata de convênio. São constituídos por contrato ratificado por lei. Vide art. 5º da citada lei.

> *Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.*

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o inciso VI do art. 71 da CRFB, compete ao controle externo, a cargo do Congresso Nacional, exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município. Ademais, fixa o art. 167, inciso I, da CRFB, que são vedados o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

Gabarito: alternativa C.

---

2. 2019/UFPR/PGM-Curitiba/Procurador Municipal

O legislador municipal de Curitiba resolveu instituir um programa específico de parcerias público-privadas. Sobre esse regime jurídico instituído, assinale a alternativa correta.

a) O programa é regido por legislação própria municipal e por normas gerais nacionais aplicáveis às contratações dessa modalidade, especialmente as normas gerais para a contratação de parcerias público-privadas, aplicando-se, ainda, supletivamente e no que couber, o disposto no Código Civil Brasileiro, entre outras leis.

b) É um dos objetivos da legislação municipal regente da matéria reduzir o financiamento privado de investimentos em atividades de interesse público.

c) Podem ser objeto de parceria todas as atividades administrativas do Município, inclusive aquelas definidas normativamente como insuscetíveis de delegação.

d) Os projetos de parceria de que trata o programa municipal de parcerias público-privadas não necessitarão de aprovação mediante processo administrativo deliberativo prévio, bastando a edição de um ato administrativo normativo para cada caso.

e) O objeto da contratação inerente ao programa municipal de parcerias público-privadas não poderá restringir-se à delegação da gestão de bens públicos.

Comentários:

Correta a alternativa "a" que está em linha com art. 1º da Lei nº 11.929, de 2006:

> *Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, que será regido pelas normas desta lei e pelas normas gerais nacionais aplicáveis às contratações desta modalidade, especialmente as normas gerais para a contratação de parcerias público-privadas, Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, aplicando-se, ainda, supletivamente e no que couber, o*

> *disposto no Código Civil Brasileiro e nas Leis Federais nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e 8.666, de 21 de junho de 1993.*

Incorreta a alternativa "b" porque é o contrário. O inciso II do art. 2º da aludida Lei fixa que é um dos objetivos do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas incrementar o financiamento privado de investimentos em atividades de interesse público mútuo.

Incorreta a alternativa "c" porque afronta o §2º do art. 2º da Lei nº 11.929, de 2006:

> *§ 2º Poderão ser objeto de parceria todas as atividades que não sejam definidas normativamente como indelegáveis pela Administração Pública, preponderantemente as da área de infra-estrutura.*

Incorreta a alternativa "d" porque afronta o "caput" do art. 5º da Lei nº 11.929, de 2006, que exige a aprovação mediante processo administrativo deliberativo prévio que compreenderá as seguintes fases:

I – proposição do projeto;

II – análise da viabilidade do projeto;

III – consulta pública;

IV – deliberação.

Incorreta a alternativa "e" porque o objeto da contratação poderá abranger, dentre outras atividades de interesse público mútuo:

I – a delegação da gestão de serviços públicos;

II – a delegação da gestão de bens públicos;

III – a delegação da gestão de serviços públicos associada à realização de obra pública;

IV – a delegação da gestão de bens públicos associada à realização de obra pública.

Gabarito: alternativa A.

---

3. 2019/CESPE/PGM-Campo Grande/Procurador

À luz das disposições da Lei nº 11.079/2004 acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

1. É dispensável a realização de licitação para celebração de contratos de parceria público-privada.

2. A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.

Comentários:

As assertivas 1 e 2 estão ERRADAS porque, de acordo com o art. 10 da Lei nº 11.079, de 2005, "**a contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de** concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a (...)".

Ou seja, a licitação não é dispensável. Deve ocorrer sim a licitação e na modalidade concorrência (não na modalidade tomada de preço).

---

4. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O denominado "desconto de pontualidade", concedido por um locador de máquinas a uma empresa que faz serviços de pavimentação, para que efetue o pagamento das mensalidades até a data do vencimento ajustado, pode ser considerado como
a) cláusula abusiva.
b) cláusula nula.
c) espécie de cláusula penal.
d) modo de incentivar o contratante a realizar um comportamento positivo.
e) multa compensatória.

Comentários

O desconto de pontualidade configura-se como um incentivo ao adimplemento das obrigações até a data de seu vencimento. É característico dos contratos em relação de locação e contrato entre empresas.

Portanto, gabarito letra D.

---

5. 2018/VUNESP/TJ-RS/Juiz de Direito

Um determinado Estado celebrou contrato, precedido de licitação, com a empresa RS Ltda., tendo por objeto a execução de reforma de edifício público. Durante a execução do contrato, sobreveio determinação legal para adaptação do imóvel, de forma a torná-lo acessível às pessoas com deficiência, havendo necessidade de modificar o projeto licitado. Ao adequar o projeto, o Estado constatou aumento do valor orçado em R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), montante equivalente a 50% do valor original do contrato. Nesse caso, é correto afirmar que o contrato deverá ser
a) rescindido amigavelmente, por motivo de força maior caracterizada pela verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários, sendo devidas ao contratado as parcelas da obra já executadas até a data da rescisão, além de pagamento do custo de desmobilização.
b) modificado para reajustar os preços previstos de acordo com o novo projeto adaptado, já que, nos termos da lei, o contratado é obrigado a aceitar o acréscimo na obra de reforma até o limite de 50% do valor original ajustado.
c) modificado para adequação técnica do projeto e correspondente restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro inicial ajustado.

d) revogado por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, sendo devida indenização ao contratado, além do pagamento pelas parcelas já executadas.
e) rescindido unilateralmente pelo Estado, em razão da superveniência de fato novo, a justificar relicitação do projeto adequado, sendo devidas ao contratado as parcelas da obra já executadas.

Comentários

A questão trata de alteração dos contratos administrativos celebrados.

Informa que houve necessidade de adaptação por conta de determinação legal e que, por conta disso, foi necessário o aumento do valor da obra em 50%.

Dessa forma, a questão informa que houve um dos motivos da Teoria da Imprevisão, como veremos abaixo nos termos do §5º, art. 65, da Lei 8.666/93:

> *§ 5º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como **a superveniência de disposições legais**, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, **implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.***

Dessa forma, a única assertiva que trata da teoria da imprevisão e, consequentemente, do reequilíbrio econômico financeiro é a letra C.

A letra B está incorreta por não se tratar de alteração unilateral dos contratos, uma vez que a adaptação do imóvel não se originou por necessidade de adequação técnica nos termos da "a", inciso I, art. 65, e sim por conta de determinação legal, nos termos do §5º, art, 65, da Lei 8.666/93.

Gabarito: Letra C.

---

6. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-

Assinale a alternativa correta a respeito de contratos administrativos e concessões de serviços públicos.
a) As concessões especiais - conhecidas como "parcerias público-privadas" - do tipo patrocinadas são caracterizadas pelo aporte de recursos do concessionário ao poder concedente.
b) A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
c) O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
d) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou tomada de preços, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

e) A cobrança da tarifa do serviço público será condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

Comentários

a) Incorreto. **Na PPP do tipo patrocinada, o particular contratado possui como fonte de receitas as tarifas pagas pelos usuários e também uma contraprestação do poder concedente, nos termos do §2º, art. 2º, da Lei 11.079/2004, in verbis:**

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*
> *§ 1º* ***Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.***
> *§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

b) Correto. **Nos termos do §2º, art. 71, da Lei 8.666/93, in verbis:**

> *Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*
> *§ 1º A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.* (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995)
> ***§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.*** **(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995)**

c) Correto. Nos termos do Informativo 862 STF/ Direito Administrativo:

> *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93. Decidiu os Ministros do STF que, regra geral, não ocorre a transferência de responsabilidade solidária ou subsidiária de forma automática. Para isso ocorrer, deve o ex-empregado reclamante comprovar em juízo, com elementos concretos de prova, que houve efetiva falha do Poder Público na fiscalização do contrato.*

d) Incorreto. Não entra a modalidade de licitação tomada de preços, nos termos do inciso II, art. 2º, da Lei nº 8987/1995, in verbis:

> *Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*
> *I - poder concedente: a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão;*
> *II -* ***concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência,*** *à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;*

e) Incorreto**.** Somente nos casos previstos em Lei é que a tarifa será condicionada à existência de serviço público e gratuito para o usuário, nos termos do §1º, art. 9º, da Lei 8987/1995, que diz o seguinte:

> *Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.*
>
> *§ 1º* ***A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.***

Gabarito: Letras B e C.

---

7. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

É correto afirmar, no que se refere à disciplina legal concernente ao acompanhamento dos contratos de serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pelo poder executivo do Estado do Acre:

A) Os serviços continuados que podem ser contratados de terceiros pela Administração são aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade, havendo alocação contínua de empregados nas dependências da Administração para executar serviços que seguem uma rotina específica.

B) A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho, aprovado diretamente pela autoridade máxima do órgão ou entidade, cujo teor deverá atender a alguns requisitos mínimos definidos pelo ato normativo.

C) Como regra, é defeso aos agentes públicos a prática de atos de ingerência na administração da contratada, salvo em circunstâncias explicitamente previstas na norma jurídica estadual.

D) Não se admite a participação de cooperativas no certame licitatório de convocação de interessados em prestar referidos serviços.

E) A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo antes de ser perfectibilizada como ato jurídico perfeito.

Comentários

a) Correto. Nos termos do julgado abaixo do TCU:

> *Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional." (TCU. Acórdão n° 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)*

b) Incorreto. Nos termos do §3º do art. 6º da Instrução Normativa nº 2/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), in verbis:

> *§ 3º A contratação deverá ser precedida e instruída com plano de trabalho, aprovado pela autoridade máxima do órgão ou entidade, ou a quem esta delegar competência, e conterá, no mínimo:*
> *I - justificativa da necessidade dos serviços;*

> *II - relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada;*
> *III - demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.*

c) Incorreto. Os agentes públicos não podem participar de forma alguma da ingerência na administração da contratada, sob risco de prejudicar o atingimento da finalidade pública.

d) Incorreto. A súmula 281 do TCU diz o seguinte: "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."

Em outro julgado, a jurisprudência do TCU definiu o seguinte:

> *A participação de cooperativas em licitações foi detalhadamente discutida pelo Tribunal (...) e o Acórdão nº 307/2004-Plenário proferido no referido processo tem sido, desde então, considerado como paradigma para o exame de casos da espécie. Naquela assentada este Colegiado considerou lícita a participação de cooperativas em certames licitatórios, mesmo com as vantagens e prerrogativas legais inerentes a esse tipo de organização, desde que o seu objeto não caracterize a subordinação do trabalhador ao contratado, a pessoalidade e a habitualidade no trabalho, diante da impossibilidade de vínculo empregatício entre essas entidades e seus associados. A prestação de serviços de transporte, objeto do Pregão (...), nos termos definidos no edital do certame, não apresenta nenhum do três requisitos proibitivos à participação de cooperativas. Acórdão 396/2009 Plenário (Voto do Ministro Relator)*

Dessa forma, caso não haja subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, é possível a contratação de cooperativas para prestar os referidos serviços.

e) Incorreto. Nos termos do §2º, art. 57, da Lei 8.666/93, *in verbis*: "§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente, autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato." Portanto, não se fala em obrigatoriedade de termo aditivo, pois estamos tratando de prorrogação de prazo de vigência, o que seria diferente se tivesse ocorrido alguma alteração no contrato; neste caso, então, seria necessário um termo aditivo, em regra.

Gabarito: Letra A.

---

8. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.
De acordo com a CF, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente os contratos administrativos que possam ter alguma irregularidade.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A questão trata sobre o tema "sustação de contratos"

O tema é tratado nos § 1º e 2º do art. 71 da CF/1988 da seguinte forma:

> *Art. 71 O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *§ 1º* ***No caso de contrato****, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.*
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.***

Diante do exposto acima, em relação à sustação de contratos, primeiramente cabe iniciativa do Congresso Nacional na solicitação para que o Poder Executivo tome as medidas cabíveis para a sustação do contrato que possa ter alguma irregularidade. Caso ultrapasse os 90 dias da medida anterior e não tenha se efetivado nenhuma ação, o Tribunal de Contas decidirá a respeito.

Portanto, o TCU não susta diretamente os contratos sob suspeita de irregularidade. Ele solicita primeiramente ao Congresso Nacional para que este solicite ao Poder Executivo a sustação. Caso não seja sustado no prazo de 90 dias, o TCU solicitará ao órgão competente a sustação.

Gabarito: Errado.

---

9. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
a) Em virtude do princípio do formalismo que inspira as atividades da Administração, os contratos administrativos deverão ser formalizados sempre por instrumento escrito.
b) Constituem cláusulas essenciais dos contratos administrativos aquelas indispensáveis à validade do negócio jurídico.
c) No caso de rescisão do contrato administrativo por razões de interesse público, o contratado não terá direito à reparação dos prejuízos causados.
d) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, desde que previstas no contrato.
e) Cláusulas de privilégio constituem verdadeiros princípios de direito privado aplicáveis aos contratos administrativos de direito público.

Comentários

a) Errado. Admite-se a o contrato administrativo de forma verbal para aquisição de pequenas compras no regime de adiantamento, nos termos do § único do art. 60, da Lei 8.666/93.

b) Certo. As cláusulas essenciais são aquelas indispensáveis para a validade do negócio jurídico. Sem elas, os contratos não possuem eficácia, não gerando efeitos.

c) Errado. Nos termos do §2º do art. 79, da Lei 8.666/93, a hipótese da assertiva está dentre os casos de rescisão contratual em que o contratado pode ser ressarcido pela administração.

d) Errado. As sanções devem ter previsão em lei.

e) Errado. As Cláusulas de Privilégio ou Exorbitantes são princípios do direito público aplicáveis aos contratos administrativos de direito público.

Gabarito: Letra B.

10. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
a) A Lei nº 8.666/93 proíbe o contrato por prazo indeterminado e também diz que toda a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
b) Os contratos administrativos podem ser rescindidos a qualquer tempo, discricionariamente, sem a necessidade de justificar a medida.
c) Nenhuma supressão de contrato administrativo pode ultrapassar 25% do valor inicial atualizado do contrato, ainda que haja o consenso entre as partes.
d) A aplicação das sanções administrativas, em contrato administrativo, tendo em vista o princípio da ampla defesa, somente poderá se dar após a viabilização da defesa no prazo de 15 (quinze) dias.
e) O recebimento definitivo da obra pelo Poder Público afasta a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança da mesma.

Comentários

a) Correta. Nos termos do § 2º e 3º do art. 57 da Lei 8666/93.

b) Errado. O parágrafo único do art. 78, da Lei 8.666/93, diz que "os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa".

c) Errado. O inciso II, § 2º, do art. 65, da Lei 8666/93Q36, flexibiliza as regras dos limites caso exista acordo entre as partes.

d) Errado. O § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93 diz que "As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis".

e) Errado. O art. 73, § 2º, da Lei 8.666/93, diz que "O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato."

Gabarito: Letra A.

11. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Com base na legislação de regência dos contratos administrativos, assinale a opção correta.
a) São cláusulas implícitas de todos os contratos administrativos os direitos e as responsabilidades das partes.

b) Não é condição indispensável para a eficácia do contrato a publicação, na imprensa oficial, do instrumento ou de seus aditamentos.
c) É facultado ao contratado manter preposto, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato, estando a indicação desse proposto condicionada à aceitação da administração.
d) É vedada a subcontratação de partes da obra, de serviço ou fornecimento.
e) A declaração de nulidade do contrato administrativo susta os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.

Comentários

a) Errado. O §1º do art. 54, da Lei 8666/1993 diz que "os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam".

b) Errado. O parágrafo único do art. 61, da Lei 8666/1993 diz que "a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei".

c) Errado. O art. 68 da Lei 8666/1993 determina que "o contrato deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato".

d) Errado. O art. 72 da Lei 8666/1993 determina que "o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração".

e) Correto. O art. 59 da Lei 8666/1993 diz que "a declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos".

Gabarito: Letra E.

---

12. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO

São exemplos de cláusulas exorbitantes previstas na Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras previstas explícita ou implicitamente:
a) possibilidade de aplicação da regra da exceção do contrato não cumprido (exceptio no adimpleti contractus).
b) execução da garantia contratual para ressarcimento das multas e indenizações devidas ao particular contratado.
c) a aplicação de sanção, pela empresa contratada, ao Poder Público, pelo atraso na realização dos pagamentos.

d) a alteração ou a rescisão unilateral do contrato pela Administração.
e) a faculdade de exigir garantia nos contratos de obras, serviços e compras e a escolha, pela Administração, da modalidade a ser aplicada no caso, dentro das hipóteses legais.

Comentários

a) Errado. A regra da exceção do contrato não cumprido é prerrogativa do contratado, nos termos do inciso XV do art. 78.

b) Errado. O inciso III do art. 80, da Lei 8.666/93 diz que "execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos". Para a assertiva ter ficado correta, deveria se referir à Administração e não ao contratado.

c) Errado. O contratado não pode aplicar sanção ao Poder Público pelo atraso na realização dos pagamentos. O que pode acontecer é de o particular suspender a execução do contrato com fundamento na regra da exceção do contrato não cumprido, nos termos do inciso XV do art. 78, da Lei 8.666/93. A rescisão nesse caso, ocorrerá ou por decisão judicial ou por acordo entre as partes.

d) Correto. A alteração ou a rescisão unilateral dos contratos nos casos permitidos pela Lei 8666/93 são consideradas cláusulas exorbitantes.

e) Errado. A Administração pode exigir, desde que prevista no instrumento convocatório, a prestação de garantia. Porém, a escolha da modalidade cabe ao contratado, nos termos do caput do art. 56 e §1º, da Lei 8.666/93.

Gabarito: Letra D.

---

13. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/

O art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993, prevê que a inexecução do contrato firmado com a Administração Pública pelo contratado pode ocasionar a aplicação de uma série de sanções, dentre as quais a declaração de inidoneidade do contratado para licitar ou contratar com a Administração Pública. Isso quer dizer que, se houver inexecução do contrato.
a) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público e os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos.
b) O contratado fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento continuam a ser executados normalmente.
c) O contratado fica impedido de participar de novas licitações e os seus direitos e obrigações, relativos aos contratos em andamento, devem ser cedidos a terceiro por ele indicado.
d) O contratado não fica impedido de participar de novas licitações do Poder Público, mas os contratos em andamento devem ser imediatamente rescindidos. deverá proceder à rescisão do contrato, em razão de fato superveniente, com a correspondente indenização do contratado, por custos incorridos e lucros cessantes.

Comentários

a) Incorreto. Os efeitos da Declaração de Inidoneidade são futuros, ou seja, válidos para novos contratos. Porém, os contratos em andamento não devem ser rescindidos por conta disso, uma vez que a jurisprudência do STJ vedou a rescisão automática dos contratos. Caso a Administração queira rescindir o contrato, deve abrir procedimento administrativo para apurar alguma situação fática que justifique a rescisão.

b) Correto. É o que aponta a jurisprudência do STJ, in verbis:

ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS EX NUNC DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE: SIGNIFICADO. PRECEDENTE DA 1ª SEÇÃO (MS 13.964/DF, DJe DE 25/05/2009).

> *1. Segundo precedentes da 1ª Seção, a declaração de inidoneidade "só produz efeito para o futuro (efeito ex nunc), sem interferir nos contratos já existentes e em andamento" (MS 13.101/DF, Min. Eliana Calmon, DJe de 09.12.2008). Afirma-se, com isso, que o efeito da sanção inibe a empresa de "licitar ou contratar com a Administração Pública" (Lei 8666/93, art. 87), sem, no entanto, acarretar, automaticamente, a rescisão de contratos administrativos já aperfeiçoados juridicamente e em curso de execução, notadamente os celebrados perante outros órgãos administrativos não vinculados à autoridade impetrada ou integrantes de outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios). Todavia, a ausência do efeito rescisório automático não compromete nem restringe a faculdade que têm as entidades da Administração Pública de, no âmbito da sua esfera autônoma de atuação, promover medidas administrativas específicas para rescindir os contratos, nos casos autorizados e observadas as formalidades estabelecidas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.*

c) Incorreto. Conforme jurisprudência do STJ, os efeitos da Declaração de Inidoneidade são futuros, ou seja, não atingem os contratos em curso, podendo ser cumpridos até o final. Somente nas próximas licitações é que este ficará impedido de participar.

d) Incorreto. O contratado fica impedido de participar de novas licitações, porém os contratos em curso poderão ser cumpridos até o final, uma vez que não existe a aplicação da rescisão automática em virtude da Declaração de Inidoneidade.

Gabarito: Letra B.

---

14. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Após promover a construção de linha de Veículo Leve sobre Trilhos − VLT para integração da malha metropolitana de transporte, o Governo do Estado pretende que a operação da linha seja gerida de forma descentralizada. Considerando-se a natureza do serviço e o fato de que haverá cobrança de tarifa dos usuários, NÃO é solução adequada a

a) outorga do serviço a entidade especializada da Administração Indireta.
b) celebração de contrato de gestão com organização social.
c) constituição de parceria público-privada.
d) outorga do serviço a consórcio público, constituído para esse fim específico.
e) delegação mediante concessão de serviço público.

Comentários

a) Correta. A questão requer quais as hipóteses que poderiam se encaixar na demanda do ente estadual. Como mencionou que deseja que a gestão seja realizada com descentralização, a outorga do serviço a entidade da administração indireta pode ser sugerida.

b) Incorreta. As Organizações sociais possuem regramento que determina quais as atividades em que poderão atuar nos termos do art. 1º da Lei 9637/1998, in verbis:

> *"Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como* ***organizações sociais*** *pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam* ***dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde,*** *atendidos aos requisitos previstos nesta Lei."*

Dessa forma, as Organizações Sociais não se enquadram na demanda do governo estadual.

c) Correta. Poderá ser instituída uma PPP na modalidade patrocinada, uma vez que se encaixa nas características de ser descentralizada e ainda na forma de remuneração, nos termos do §1º do art. 2º da Lei 11.079/2004, in verbis:

> *Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*
> *§ 1º* ***Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.***
> *§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

d) Correta. Os consórcios públicos (associações públicas) pertencem à administração indireta, nos termos do inciso IV, art. 41, do Código Civil de 2002.

e) Correta. A delegação de serviço público também se alinha à ideia de descentralizar o serviço para operação de linha metropolitana do VLT.

Gabarito: Letra B.

---

15. 2016/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS) / PREFEITURA

Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.
a) O Superior Tribunal reconhece a não aplicação da exceptio non adimpleti contractus, em sede de contrato administrativo.
b) O contrato de servidão para exploração de lavra é um contrato de direito real.
c) Reconhecida a nulidade de contrato administrativo por ausência de prévia licitação, a Administração Pública não tem o dever de indenizar os serviços prestados pelo contratado.
d) É legal a Administração reter o pagamento devido a fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco.

Comentários

a) Incorreto. O STJ reconhece a aplicação da exceção do contrato não cumprido em favor do contratado nos casos de inadimplência por parte da Administração em período superior a 90 dias. A seguir um julgado para demonstrar:

> **EMENTA: ADMINISTRATIVO – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO A PACIENTES, ACOMPANHANTES E SERVIDORES DE HOSPITAIS PÚBLICOS – ATRASO NO PAGAMENTO POR MAIS DE 90 DIAS – EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO – ART. 78, XV, DA LEI 8.666/93 – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – DESNECESSIDADE DE PROVIMENTO JUDICIAL – ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL: DESCABIMENTO – INFRINGÊNCIA AO ART. 535 DO CPC – FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE – SÚMULA 284/STF – VIOLAÇÃO DOS ARTS. 126, 131, 165 E 458, II, DO CPC: INEXISTÊNCIA. [...]**
> *4. Com o advento da Lei 8.666/93, não tem mais sentido a discussão doutrinária sobre o cabimento ou não da inoponibilidade da exceptio non adimpleti contractus contra a Administração, ante o teor do art. 78, XV, do referido diploma legal. Por isso, despicienda a análise da questão sob o prisma do princípio da continuidade do serviço público. 5. Se a Administração Pública deixou de efetuar os pagamentos devidos por mais de 90 (noventa) dias, pode o contratado, licitamente, suspender a execução do contrato, sendo desnecessária, nessa hipótese, a tutela jurisdicional porque o art. 78, XV, da Lei 8.666/93 lhe garante tal direito. 6.* Recurso especial *conhecido em parte e, nessa parte, provido. (REsp 910.802/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/06/2008, DJe 06/08/2008).*

b) Correto. Nos termos da jurisprudência do STJ, *in verbis:*

> *ADMINISTRATIVO - CONTRATO DE SERVIDÃO - EXPLORAÇÃO DE LAVRA - PAGAMENTO DO DÍZIMO - OBRIGAÇÃO REAL - PRESCRIÇÃO - PRAZO - AÇÕES PESSOAIS - CABIMENTO - MULTA - NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DETERMINADOS PELO JUIZ - CARACTERIZAÇÃO - MORA - DEVEDOR.*
> *1.* ***O contrato de servidão para exploração de lavra é um contrato de direito real, a despeito de ser um contrato administrativo.***
> *2. A obrigação prevista no art. 11 do Decreto-Lei n. 227, de 28.2.67 (Código de Mineracao), pela qual cabe à empresa exploradora pagar uma indenização com base nos resultados da lavra a proprietário do solo serviente, possui caráter de direito pessoal. Portanto, a ação para sua cobrança deverá prescrever em 20 (vinte anos), nos termos do art. 176 do Código Civil de 1916.*
> *3. Perfeita a condenação em multa do recorrido por não ter apresentado documentos de sua responsabilidade, necessários para o cálculo do montante da indenização.*
> *4. Caracteriza-se a mora do devedor quando não cumprida obrigação sua, no prazo, tempo e modo devido. Por essa razão, deverá responder por todos os prejuízos causados a seu credor.*
> *5. Recurso Especial a que se nega provimento.*
> *(STJ - REsp: 213819 PB 1999/0041282-6, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 06/04/2004, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 17/05/2004 p. 164RJADCOAS vol. 59 p. 105)*

c) Incorreto. A Administração tem o dever de indenizar caso o contrato ou licitação seja declarada nula sem culpa do particular.

> *PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CONTRATO NULO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. DEVER DE INDENIZAÇÃO. 1.* ***O ordenamento jurídico pátrio veda o enriquecimento sem causa em face de contrato administrativo declarado nulo porque inconcebível que a Administração incorpore ao seu patrimônio prestação recebida do particular sem observar a contrapartida, qual seja, o pagamento correspondente ao benefício.*** *(REsp 753.039/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2007, DJ 03/09/2007)*

d)Incorreto. É ilegal a Administração reter o pagamento devido ao fornecedor em situação de irregularidade perante o Fisco, nos termos da jurisprudência do STJ e TCU, in verbis:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO. RESCISÃO. IRREGULARIDADE FISCAL. RETENÇÃO DE PAGAMENTO.
1. É necessária a comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação, conforme preconizam os arts. 27 e 29 da Lei nº 8.666/93, exigência que encontra respaldo no art. 195, § 3º, da CF.
2. A exigência de regularidade fiscal deve permanecer durante toda a execução do contrato, a teor do art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93, que dispõe ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".
[...]
5. Pode a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor. ***Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.***
6. Recurso ordinário em mandado de segurança provido em parte." (RMS 24953/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 17/03/2008)

TCU- Informativo 103/2012

A perda da regularidade fiscal no curso de contratos de execução continuada ou parcelada justifica a imposição de sanções à contratada, mas não autoriza a retenção de pagamentos por serviços prestados (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Gabarito: Letra B.

---

16. 2016/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS)

Analise a seguinte situação hipotética.
Um prestador de serviços contratado pelo município das Flores manifesta-se contrariamente à rescisão do contrato sem a ocorrência de procedimento administrativo prévio.
O município sustenta que a exigência de prévio procedimento administrativo, assegurado o amplo direito de defesa, é incompatível com a hipótese específica do inciso XII do art. 78 da Lei Nº 8.666/1993, que admite a rescisão unilateral do contrato administrativo com base em razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.
A respeito dos contratos administrativos e da situação exposta, assinale a alternativa CORRETA.
a) A Súmula 473 do STF resguarda o ato rescisório praticado pela administração municipal.
b) A ausência de procedimento administrativo ou de prévia notificação acarreta o restabelecimento da relação contratual, em razão da nulidade do ato rescisório realizado com ofensa ao contraditório e à ampla defesa, que devem ser observados quando se tratar de ato administrativo com repercussão na esfera jurídica do prestador de serviços.

c) O interesse do contratado está protegido mediante a indenização dos danos decorrentes da rescisão contratual, conforme estabelece o art. 79, § 2º, da Lei Nº 8.666/1993, a serem apurados por meio do devido processo administrativo.
d) A falta de efeito rescisório automático não inibe o município de promover medidas administrativas específicas tendentes a rescindir o contrato conforme autoriza a Lei Nº 8.666/93, observadas as formalidades contidas nos arts. 77 a 80 da referida lei.

Comentários

a) Incorreto. Toda rescisão unilateral dos contratos se sujeita ao devido processo legal. Vejamos uma decisão do STJ sobre o tema:

> *RECURSO DE APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. NULIDADE ABSOLUTA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A Administração pública pode rescindir unilateralmente contratos assinados com particulares, desde que motivadamente. A falta de motivação prejudica o exercício da ampla defesa e do contraditório. Ao passo que a ausência do devido processo legal importa em nulidade absoluta do ato.*

b) Incorreto. A rescisão unilateral dos contratos pela Administração deve seguir o devido processo legal com direito a ampla defesa e contraditório em favor do contratado.

c) Correto. Nos casos de rescisão contratual de forma unilateral pela Administração em razão do interesse público, é devido a indenização em favor do contratado pelos serviços já prestados ou executados, nos termos do §2º, art. 79, da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:*
> *(...)*
> ***§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo anterior, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:***
> *I - devolução de garantia;*
> *II - pagamento devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;*
> *III - pagamento do custo da desmobilização.*

d)Incorreto. Existe a previsão na Lei 8.666/93 da rescisão automática dos contratos, nos termos do inciso IV, §2º-A, art. 17, ***in verbis: "***IV - previsão de rescisão automática da concessão, dispensada notificação, em caso de declaração de utilidade, ou necessidade pública ou interesse social. *(Inciso acrescido pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005)"*

Gabarito: Letra C.

---

17. 2018/VUNESP/ Notário e Registrador

No âmbito do regime jurídico dos contratos administrativos, é correto afirmar que
a) a Administração poderá declarar a extinção unilateral do contrato sem a necessidade de invocar qualquer fundamento.

b) a Administração não pode efetuar a alteração unilateral do contrato, ante a necessidade do acordo de vontades.
c) a imposição de sanções pela Administração ao contratado inadimplente independe da propositura de processo judicial para esse fim.
d) não é permitido à Administração proceder à extinção do contrato administrativo de forma amigável ou administrativa, representado por acordo entre as partes.

Comentários:

A questão aborda aspectos gerais acerca dos contratos administrativos, segundo a Lei nº 8.666/1993.

Analisando cada alternativa:

Letra A) Incorreta. Para a rescisão unilateral do contrato, a Administração deverá se valer de algum dos motivos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei, por força do que dispõe o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93:

> *Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:*
> *I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;[...]*

Veja quais são esses motivos:

> *Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:*
> *I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;*
> *II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;*
> *III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;*
> *IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento; V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;*
> *VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;*
> *VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;*
> *VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;*
> *IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;*
> *X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado; XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;*
> *XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;*
> *[...]*
> *XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.*

Letra B) Incorreta. A existência das cláusulas exorbitantes permite que a Administração realize a alteração contratual unilateral quantitativa e qualitativa, nos termos do art. 65, incisos I, alíneas "a" e "b", da Lei:

> *Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*
> *I - unilateralmente pela Administração:*
> *a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;*
> *b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

Letra C) Correta. Outra derivação das cláusulas exorbitantes: a possibilidade de fiscalização e sanção por parte da Administração dentro do contrato administrativo. As sanções estão descritas no art. 87, e incisos, da Lei:

> *Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*
> *I - advertência;*
> *II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*
> *III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*
> *IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

Letra D) Incorreta. Essa é uma das hipóteses de rescisão contratual que está prevista expressamente no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93:

> *Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:*
> *[...]*
> *II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;*

Portanto, alternativa correta é C.

---

18. 2018/ FCC/ Procurador do Estado

Pelo exame das normas gerais vigentes sobre licitações e contratos, no que tange ao poder sancionatório da Administração, é correto afirmar que
a) a aplicação das sanções de advertência e multa independem de apresentação de defesa prévia pelo contratado inadimplente, sendo a ele facultada apenas a impetração de recurso dirigido à autoridade superior, para fins de revisão ou anulação da penalidade.
b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública somente pode ser aplicada pelo Chefe do Poder Executivo.
c) uma vez esgotada a vigência do contrato, torna-se preclusa a possibilidade de aplicação de sanções pela Administração ao contratado, o que não impede a responsabilização deste pelos danos materiais e morais que causou à coletividade.

d) a aplicação de multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de impor simultaneamente outra sanção administrativa, dentre as demais penalidades previstas na legislação regente do contrato.
e) a recusa do licitante adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, não caracteriza infração passível de responsabilização administrativa, visto que o princípio da autonomia da vontade impede que alguém seja forçado a contratar.

Comentários:

Letra A) Errada. A aplicação das sanções de advertência e multa **dependem** de apresentação de defesa prévia pelo contratado inadimplente. Veja:

> *Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa,** aplicar ao contratado as seguintes sanções:*
> *I - **advertência**;*
> *II - **multa,** na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;*
> *III - **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*
> *IV - **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

Letra B) Errada. Segundo o art. 87, §3º, da lei n° 8.666/1993, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 87, IV) **é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.** A competência não é do Chefe do Poder Executivo. Veja:

> *Art. 87, §3°. A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.*

Letra C) Errada. Ainda que esgotada a vigência do contrato, **é possível** que a Administração Pública aplique sanções ao contratado pelos danos materiais e morais que tenha causado à coletividade. Veja como o tema é tratado sob a ótica da AGU:

> *Orientação normativa nº 51 de 25 de abril de 2014*
> *"A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual."*

Ressalte-se que a doutrina tem o mesmo entendimento.

Letra D) Correta. Essa alternativa faz referência a literalidade do art. 86, §1º, da lei n° 8.666/1993, que estabelece que a multa aplicada em razão da mora injustificada do contratado **não impede** que

a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei. Veja:

> *Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.*
> *§ 1° A multa a que alude este artigo* ***não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.***

Letra E) Errada. A recusa do licitante adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente **caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.** Veja:

> *Art. 81 da lei n° 8.666/1993. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.*

Portanto, alternativa correta é D.

3.18 Contratos (Parte II)

1. **2018/FUNRIO/AL-RR/ Procurador**

Sobre a formalização dos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar que
Parte superior do formulário
a) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para a modalidade convite.
b) o objeto e seus elementos característicos são cláusulas necessárias aos contratos administrativos.
c) os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis.
d) a Administração Pública não pode substituir o instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis.

Comentários

A) Correto. Nos termos do parágrafo único do art. 60 da Lei 8666/93: "**É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração**, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento."

B) Correto. Nos termos do inciso I, art. 55, da Lei 8666/93, dentre as cláusulas necessárias em todo contrato administrativo tem-se o objeto e seus elementos.

C) Correto. Nos termos do caput do art. 60 da Lei 8666/93, "Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".

D) Errado. Nos termos do art. 62 da Lei 8666/93, o instrumento de contrato é obrigatório nas seguintes situações:

> *Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.*

Já para o Tribunal de Contas da União, nos termos do Manual de Licitações e Contratos (4ª edição, pagina 652), é acrescentada a modalidade pregão como uma das obrigadas a ter o Termo de Contrato para abarcar tal ato administrativo a seguir exposto:

Nas hipóteses a seguir, deve a contratação ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato:

• licitações realizadas nas modalidades concorrência, tomada de preços e pregão;

• dispensa ou inexigibilidade de licitação, cujo valor esteja compreendido nos limites das modalidades concorrência e tomada de preços;

• contratações de qualquer valor das quais resultem obrigações futuras. Exemplo: entrega futura ou parcelada do objeto e assistência técnica

Portanto, resposta letra D.

---

2. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O Poder Público, em 1° de junho de 2018, celebrou contrato, após regular procedimento de licitação, com a empresa "Projetos e Projetos Ltda", tendo por objeto a elaboração de estudos de viabilidade de projeto de construção e operação de laboratório para realização de procedimentos de alta complexidade. No curso da execução do ajuste, em 15 de novembro de 2018, o contratante, fundamentada e unilateralmente alterou parcialmente as especificações técnicas do objeto, para indicar uma possível localização da futura instalação do empreendimento. A contratada, então, solicitou prorrogação do prazo de vigência original de seis meses contado a partir da data da assinatura do instrumento contratual, por mais um semestre. O pleito de prorrogação
a) não poderá ser deferido, já que a duração dos contratos de escopo, nos termos da lei, ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ou seja, no exercício financeiro em curso apenas.

b) poderá ser deferido, já que a lei admite a prorrogação de prazo de vigência dos contratos de escopo, mantidas as demais cláusulas e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em razão de alteração do projeto ou especificações pelo Poder Público.
c) poderá ser deferido, já que se trata, na hipótese, de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, podendo ter, por lei, sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses.
d) não poderá ser deferido, já que a modificação unilateral procedida pelo Poder Público altera substancialmente o objeto licitado, impondo-se a anulação do contrato, nos termos da lei.
e) poderá ser deferido, desde que a contratada expressamente aceite a modificação das especificações técnicas do objeto que, na hipótese, revelam necessidade de modificação do regime de execução do serviço contratado.

Comentários

A questão trata das alterações do contrato e das prorrogações. A administração alterou parcialmente as especificações técnicas do objeto. Segundo o inciso I, alínea a, art. 65, da Lei 8666/93, essa alteração se enquadra dentre as quais a administração age com a prerrogativa de decidir de forma unilateral.

No que se refere à prorrogação, esta poderá ser deferida, uma vez que tal caso se enquadra nos ditames do inciso I, § 1º, do art 57, da Lei 8666/93, a seguir exposto:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários,* ***exceto quanto aos relativos:***
> *...*
> *§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:*
> *I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;*

Dessa forma, a resposta é a letra B.

---

3. 2018/IBFC/CÂMARA DE FEIRA DE SANTANA

No que concerne às denominadas “cláusulas exorbitantes”, assinale a alternativa incorreta:
a) São cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado.
b) É admitido que a Administração detenha as cláusulas exorbitantes, que se definem como as que colocam a Administração como detentora de consideráveis vantagens em relação ao particular, com garantias e prerrogativas, sem que haja qualquer tipo de prejuízo no que se refere à invalidez do contrato em sentido potestativo.
c) Cláusulas exorbitantes são as que excedem do Direito Comum para consignar uma restrição à Administração. Tais cláusulas seriam lícitas num contrato privado, na medida em que haveriam de garantir absoluta isonomia das partes na execução do avençado.

d) Os Contratos Administrativos são possuidores de cláusulas que, em uma relação de contrato no Direito Privado não seriam possíveis, pois permite que a Administração adquira privilégios, com garantia de várias prerrogativas.

Comentários

Dentre as assertivas acima, apenas a letra C está incorreta. As cláusulas exorbitantes são os dispositivos que colocam a administração pública, nos contratos administrativos, em posição de superioridade frente ao particular, sem prejuízo da validade e efeitos jurídicos do instrumento contratual. Em um contrato entre particulares seriam consideradas cláusulas abusivas, ilegais.

Resposta: letra C.

---

4. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.
I No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.
II A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.
III Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.
IV É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.
Assinale a opção correta.
a) Apenas os itens I e II estão certos.
b) Apenas os itens I e IV estão certos.
c) Apenas os itens II e III estão certos.
d) Apenas os itens III e IV estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

Comentários

I) correto. O art. 79, inciso XV preceitua que pode ocorrer a rescisão contratual a favor do contratado nos casos de "atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação";

II) incorreto. A hipótese da assertiva se enquadra dentre aqueles em que a rescisão contratual ocorrerá de forma amigável entre a administração e o particular, nos termos do inciso II, alínea b, do art. 65, da Lei 8666/93.

III) incorreto. O caso apresentado se enquadra no conceito de repactuação e não de reajuste.

IV) correto. O inciso VII, art. 55, da Lei 8666/93, preceitua que as cláusulas necessárias a todos os contratos estabeleçam os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

Resposta: letra B.

---

5. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

Suponha que a Defensoria Pública do Amazonas tenha instaurado procedimento licitatório para aquisição de 150 computadores e firmado o contrato correspondente com o vencedor do certame. Ocorre que, iniciada a entrega dos equipamentos, ficou claro que o número seria insuficiente para atender às necessidades do órgão. Diante de tal situação e considerando as disposições da Lei n° 8.666/1993,

a) somente será viável a alteração quantitativa do objeto originalmente contratado, em qualquer percentual, por iniciativa do contratado e com anuência da Administração.

b) o objeto poderá ser ampliado, até o limite de 50% do número de itens originalmente estabelecido, mantidos os valores contratados para cada unidade.

c) o contrato poderá ser aditado para aumentar a quantidade de computadores adquiridos, observado o limite de 25% do valor original atualizado.

d) afigura-se inviável qualquer alteração quantitativa do objeto contratual, somente admissível em contratos de obras ou serviços de engenharia.

e) não é possível ampliar quantitativamente o objeto, somente sendo admissíveis supressões, observado o limite de 25%.

Comentários

A resposta se encontra no art. 65, § 1º, da Lei 8666/93, a seguir:

> ***Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:***
> *§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.*

Para os casos de acréscimos na quantidade de compras, o percentual de acréscimo será de no máximo 25% do valor original.

Resposta: letra C.

---

6. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Na gestão dos contratos administrativos, repactuação é a

a) alteração bilateral do contrato, visando a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

b) alteração bilateral do contrato, formalizada a qualquer tempo, visando promover o reequilíbrio econômico-financeiro, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.
c) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, com vistas a promover modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
d) atualização anual da contraprestação monetária, com base em índice previamente estabelecido no contrato, passível de registro por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
e) alteração unilateral do contrato, determinada a qualquer tempo pela contratante, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.

Comentários

O termo "repactuação", considerado como uma das espécies do gênero Reajustamento, tem previsão normativa no Decreto Federal nº 2271/1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, autárquica e Fundacional. A previsão consta no art. 5º, a seguir exposto:

> *Art. 5º Os contratos de que trata este Decreto, que tenham por objeto a prestação de serviços executados de forma contínua poderão, desde que previsto no edital, admitir repactuação visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstrarão analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.*
> *Parágrafo Único. Efetuada a repactuação, o órgão ou entidade divulgará, imediatamente, por intermédio do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, os novos valores e a variação ocorrida.*

Dessa forma, a resposta é letra A.

---

7. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA

a) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
b) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações recíprocas.
c) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.

d) Todo e qualquer ajuste em que haja acordo de vontades, entre órgãos da Administração Pública e outros órgãos da administração pública, visando a formação de vínculo, com a estipulação de obrigações, nem sempre recíprocas.

Comentários:

Segundo a Lei 8.666/93:

> *Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*
> ***Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada**.*

Resposta: letra A.

---

8. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA

O regime jurídico dos contratos administrativos NÃO confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:
a) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, resguardados os direitos do contratado.
b) Rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados em lei.
c) Fiscalizá-los a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
d) Nos casos de serviços essenciais, ocupar definitivamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

Comentários

A questão trata das cláusulas exorbitantes, uma das prerrogativas da administração**.**

> *Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:*
> *I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; (letra A)*
> *II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; (letra B)*
> *III - fiscalizar-lhes a execução; (letra C)*
> *IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (letra C)*
> *V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. (letra D)*

Dentre as alternativas, todas estão corretas com exceção da letra D, que trocou o termo correto "provisoriamente" por "definitivamente", o que fez com que a assertiva ficasse incorreta.

Resposta: Letra D.

9. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

A respeito do princípio da supremacia do interesse público no que tange a contratos administrativos, constitui prerrogativa da administração pública
a) fiscalizar a execução do contrato e impor sanções motivadas, desde que previstas no instrumento contratual, pela inexecução total ou parcial do ajuste.
b) obrigar o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo que se fizer em obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato.
c) exigir o cumprimento do contrato administrativo pelos preços inicialmente contratados, ainda que posterior criação ou aumento de tributos venha a repercutir no equilíbrio econômico-financeiro do pactuado.
d) modificar, unilateralmente, por imposição de circunstâncias supervenientes, a forma de pagamento ou a garantia de execução contratual.
e) rescindir, unilateralmente, o contrato, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, hipótese na qual será o contratado reparado de prejuízos regularmente comprovados.

Comentários

A) Errado. O art. 66 da Lei 8666/93 aduz que "O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial". Além disso, o art. 77 da mesma lei diz o seguinte: " A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento."

Portanto, as sanções possuem previsão também da legislação.

B) Errado. O § 1º do art. 65, da Lei 8666/93, aduz que "o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos."

O erro da assertiva foi afirmar que para obras, serviços e compras o limite a ser observado para acréscimos seria de 50%, quando o correto é o limite de 25% nos acréscimos e supressões.

C) Errado. O § 5º do art. 65, da Lei 8666/93, aduz que "quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso".

D) Errado. Alterar os contratos por conta de modificação das formas de garantias de execução e pagamentos são hipóteses de rescisão amigável, com previsão no inciso II, alíneas "a" e "c", do art. 65, da Lei 8666/93.

E) Correto. **A previsão do inciso XII, do art. 78, da Lei 8666/93, refere-se a um dos casos de rescisão contratual pela administração de forma unilateral que podem dar direito ao ressarcimento;**

Resposta: Letra E.

---

10. 2017/VUNESP/CÂMARA DE SUMARÉ-SP

O contrato administrativo, segundo parcela da doutrina, é caracterizado por possuir cláusulas exorbitantes, que seriam condições especiais aplicáveis aos contratos da Administração cuja incidência não encontraria paralelo com os contratos firmados entre privados.
A respeito do regime de cláusulas exorbitantes disciplinado na Lei n°8.666/1993, assinale a alternativa correta.

a) A Administração pode, unilateralmente, suprimir 50% do valor inicial do contrato de reforma de edifício ou de equipamento.
b) O poder de alteração unilateral de cláusulas contratuais, pela Administração, abrange a possibilidade de modificar o equilíbrio econômico-financeiro, sempre que favorável ao interesse público.
c) O atraso superior a 90 dias dos pagamentos pela Administração autoriza a extinção unilateral do contrato administrativo pelo particular, dispensada a intervenção do Judiciário.
d) A fiscalização do contrato pela Administração não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado por eventuais danos decorrentes do contrato causados a terceiros.
e) A Administração não dispõe do poder de rescindir unilateralmente um contrato administrativo, mesmo quando observado o inadimplemento da prestação pelo contratado.

Comentários

A) errado. Para os contratos de reforma de edifício ou de equipamento os acréscimos são permitidos até o limite de 50% do valor original do contrato. Já as supressões são permitidas apenas até o limite de 25% do valor original.

B) errado. A prerrogativa das cláusulas exorbitantes não abrange a alteração de forma unilateral do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, ou seja, a margem de lucro do contratado não pode sofrer alteração unilateral pela administração em hipótese alguma.

C) errado. O atraso superior a 90 dias permite ao contratado suspender a execução do contrato (exceção do contrato não cumprido). A rescisão, por iniciativa do particular, em virtude do inadimplemento da administração, ocorrerá apenas pela via judicial.

D) correta. Nos termos do art. 70, da Lei 8666/93, que diz o seguinte: "O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo

na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado."

E) errado. A administração possui a prerrogativa das cláusulas exorbitantes, podendo rescindir de forma unilateral a execução do contrato por inadimplemento do contratado.

Resposta: Letra D.

---

11. 2017/MPT/MPT/Procurador do Trabalho

Considerando os contratos administrativos e as disposições da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei n. 8.666/93), analise as seguintes assertivas:
I - O poder de alteração unilateral, no caso de ser necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, submete-se a limites estabelecidos na lei.
II - A aplicação das penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato administrativo, apesar de não caracterizar alteração do contrato, exige a celebração de aditamento.
III - A lei prevê que, por mútuo acordo, serão admitidos acréscimos e supressões nas obras, compras ou serviços excedentes dos limites por ela previstos.
IV - O contratado não poderá invocar a exceção do contrato não cumprido e suspender o cumprimento de suas obrigações, ainda que haja atraso no pagamento devido pela Administração, seja pela falta de previsão legal, seja pelo princípio da continuidade do serviço público.
Assinale a alternativa CORRETA:
a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

Comentários

I- Correto. O § 1º do art. 65, da Lei 8666/93, aduz que "o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de **reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50%** (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos. Além disso, o § 2º, II, diz que "nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes".

II- Errado. **O § 8º, art. 65, aduz que "a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou** penalizações financeiras **decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações**

orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento . **Portanto, o aditamento é dispensável.**

III- Errado. O § 2º, II, do art. 65, diz que "nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: as supressões **resultantes de acordo celebrado entre os contratantes".**

IV- Errado. **O atraso superior a 90 dias permite ao contratado suspender a execução do contrato (exceção do contrato não cumprido). A rescisão, por iniciativa do particular, em virtude do inadimplemento da administração, ocorrerá apenas pela via judicial.**

Resposta: Letra A.

Observa-se que apenas as supressões são permitidas a excederem os limites da Lei.

---

12. 2017/FCC/DPE-SC /Defensor Público

A respeito do contrato administrativo, é correto afirmar:

a) Sua celebração é intuitu personae porque o contratado é, em tese, o que melhor comprovou condições de contratar com a Administração, fato que limita a subcontratação.

b) O fato do príncipe, quando constatado, garante ao contratante a rescisão contratual sem direito à indenização.

c) O equilíbrio econômico e financeiro é uma garantia exclusiva do contratado para com o contratante.

d) Em decorrência da posição privilegiada da Administração não se aplica ao contrato administrativo a comutatividade.

e) O contrato administrativo possui cláusulas exorbitantes que concede à administração poderes inerentes a um contrato civil.

Comentários

A) correto. **O caráter personalíssimo é uma das características dos contratos administrativos. Dessa forma, a subcontratação sofre restrições nos termos do art. 72 da Lei 8666/93.**

B) errado. Com previsão no art. 65, § 5º, da Lei 8666/93, o fato do príncipe é uma ocorrência originada por ação do ente estatal pela qual o contratado possui relação jurídica bilateral. O fato, de natureza extracontratual, acaba por interferir diretamente na relação contratual entre o poder público e o particular. Dessa forma, gera o direito de indenização.

C) errado. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos também é uma forma de proteção do contratado.

D) errado. A comutatividade é a reciprocidade obrigacional entre os contratantes, embora a administração possua as prerrogativas das cláusulas exorbitantes. Portanto, a comutatividade está presente em todos os contratos administrativos.

E) errado. Sob a ótica do direito civil essas cláusulas exorbitantes seriam ilegais.

Resposta: Letra A.

---

13. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES

Acerca de Contratos Administrativos, assinale a opção CORRETA:
a) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los. bilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
b) A minuta do futuro contrato não integrará o edital ou ato convocatório da licitação.
c) Nos contratos celebrados pela Administração Pública deverá constar cláusula que declare competente o foro da sede da contratada para dirimir qualquer questão contratual.
d) É vedado o contrato com prazo de vigência determinado.
e) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Comentários

A) errado. **O regime jurídico dos contratos administrativos, que coloca a administração em posição de superioridade frente ao particular, confere o poder de modificar os contratos de forma unilateral e não bilateral como diz a assertiva.**

B) errado. **Conforme previsão do § 1º do art. 62,da Lei 8666/93, "a minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação".**

C) errado. O § 2º, art. 55, da Lei 8666/93, aduz que "nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, **deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual,** salvo o disposto no § 6° do art. 32 desta Lei."

D) errado. **A vedação é para o contrato com prazo indeterminado.**

E) correto. **O § 2º, art. 54, da Lei 8666/93, diz que "os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta."**

Resposta: Letra E.

---

14. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA

Constitui motivo para rescisão do contrato o atraso superior a quantos dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação?
a) 45 (quarenta e cinco) dias.
b) 60 (sessenta) dias.

c) 75 (setenta e cinco) dias.
d) 90 (noventa) dias.
e) 120 (cento e vinte) dias.

Comentários

O atraso superior a 90 dias permite ao contratado suspender a execução do contrato (exceção do contrato não cumprido). A rescisão, por iniciativa do particular, em virtude do inadimplemento da administração, ocorrerá apenas pela via judicial.

Resposta: letra D.

---

15. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, nesse sentido, constituem motivo para rescisão do contrato:
I. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
II. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço nos prazos estipulados;
III. O atraso injustificado no início do serviço;
IV. A decretação de falência do contratado
Assinale a opção correta:
a) Nenhuma assertiva está correta.
b) Apenas o que se afirma em I e II podem ser considerados corretos.
c) Somente IV está incorreto.
d) Todas as assertivas estão corretas.
e) O que se afirma em II está correto ao passo que o que se afirma em IV está incorreto.

Comentários

I- Correto. O inciso II do art. 78, da Lei 8.666/1993, destaca como um dos motivos para a rescisão contratual "o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

II- Correto. **O inciso III do art. 78, da Lei 8.666/93, destaca como um dos motivos que enseja a rescisão contratual a "lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados".**

III- Correto. **O inciso IV do art. 78, da Lei 8.666/93, destaca como um dos motivos que enseja a rescisão contratual "o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento";**

IV- Correto. **O inciso IX do art. 78, da Lei 8.666/93, destaca como um dos motivos que enseja a rescisão contratual "a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil";**

Portanto, resposta letra D.

---

16. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador

Considerando a problemática da responsabilidade da Administração Pública por encargos de natureza diversa gerados pelo inadimplemento de empresa terceirizada, tomem-se os seguintes aspectos:

I - É vedada a responsabilização automática da Administração Pública pelos encargos trabalhistas, só cabendo a sua condenação se houver prova inequívoca de sua conduta omissiva ou comissiva na fiscalização dos contratos.
II - A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
III - O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao poder público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
Das assertivas acima, estão corretas
a) apenas a I e a II.
b) apenas a III.
c) apenas a I e a III.
d) apenas a II e a III.
e) a I, a II e a III.

Comentários

A Administração não responde pelas obrigações trabalhistas, comerciais e fiscais surgidas da execução do contrato. Tal responsabilidade cabe ao contratado, nos termos dos dispositivos a seguir da Lei 8666/93:

> Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
> § 1º A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995)
> § 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/1995)

Porém, temos um importante julgado do STF sobre o tema a seguir exposto:

Informativo 862 STF/ Direito Administrativo: O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Decidiram os Ministros do STF que, regra geral, não ocorre a transferência de responsabilidade solidária ou subsidiária de forma automática. Para isso ocorrer, deve o ex-empregado reclamante comprovar em juízo, com elementos concretos de prova, que houve efetiva falha do Poder Público na fiscalização do contrato.

Portanto, todas as assertivas estão corretas.

Resposta: Letra E.

17. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

O art. 58 da Lei n.º 8.666/1993 prevê que o regime jurídico dos contratos administrativos por ela instituído confere à administração a prerrogativa de prever cláusulas exorbitantes. Ocorre que alguns contratos celebrados pela administração apenas incidem ou podem incidir parcialmente em cláusulas exorbitantes, pois são regidos predominantemente por normas de direito privado. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta contrato celebrado pela administração, regido por normas do direito público, e pelas disposições do citado art. 58, independentemente de compatibilidade com as regras contratuais do direito privado.

a) contrato de locação em que o poder público seja locatário.
b) contrato de seguro.
c) contrato de financiamento.
d) contrato de prestação de serviço técnico profissional de fiscalização de obras e serviços.

Comentários

Dentre as alternativas, a única que constitui como contrato regido predominantemente com as regras do direito público é o contrato de prestação de serviço técnico profissional de fiscalização de obras e serviços, como veremos abaixo:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado.

Para os contratos de seguro, financiamento e locação predominam as regras do direito privado, porém em algumas situações as regras do direito público devem ser observadas, a exemplo da necessidade de procedimento licitatório, realização de contratos, indicação da fonte de recursos para cumprimento da obrigação com a contratada, etc.

Resposta: Letra D.

18. 2017/FUNDEP (GESTÃO DE CONCURSOS

Analise as seguintes assertivas quanto aos contratos administrativos e assinale a alternativa INCORRETA:

a) A publicação do contrato administrativo em órgão oficial de imprensa da entidade pública contratante é formalidade dispensável, bastando para sua eficácia o registro e o arquivamento na repartição administrativa pertinente.

b) O direito à revisão e o reajuste do preço são formas de reequilíbrio contratual; a primeira independe de previsão contratual e tem origem em fato superveniente ao contrato, enquanto o segundo é pactuado entre as partes já no momento do contrato, com a finalidade de preservar o poder aquisitivo da moeda.

c) São características do contrato administrativo, entre outras: o formalismo, a comutatividade, a confiança recíproca e a bilateralidade.

d) A Administração Pública poderá alterar unilateralmente os contratos regidos pela Lei nº 8.666/93, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

Comentários

a) Incorreto. O parágrafo único do art. 61, da Lei 8666/93, destaca que "a **publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia,** será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei".

b) Correto. O rompimento da equação econômico-financeira do contrato faz surgir a necessidade de que as condições vigentes anteriormente sejam restabelecidas. Para isso, tem-se 3 classificações apropriadas:

1) **reajuste:** uma das espécies do gênero "reajustamento", conforme lição de Carvalho Filho, o reajuste "se caracteriza por ser uma fórmula preventiva normalmente usada pelas partes já no momento do contrato, com vistas a preservar os contratados dos efeitos de regime inflacionário". Tal previsão normativa consta no art. 55, III, da Lei 8666/93.

2) repactuação: também uma das espécies do gênero "reajustamento", conforme lição de Carvalho Filho, a repactuação "é uma forma de recomposição que é efetivada com base na variação de custos de insumo previstos em planilha da qual se originou o preço". Ou seja, as partes acordam antes de fechar o contrato.

3) revisão: A revisão, na lição de Carvalho Filho, deriva da ocorrência de um fato superveniente, apenas suposto (mas não conhecido) pelos contratantes quando firmam o ajuste. Aqui, o fato ocorre após a assinatura do contrato e sem previsão de antecipação dos fatos. Para poder ser restabelecida a relação jurídica entre Poder Público e particular se faz necessário se utilizar desse instituto, de tal forma que a partir dali as condições anteriores ao fato sejam restauradas. Dessa forma, a revisão independe de previsão no contrato, bastando a comprovação efetiva da ocorrência.

c) correto. Segundo a melhor doutrina, o formalismo, a comutatividade, a confiança recíproca e a bilateralidade, dentre outros são características dos contratos administrativos.

d) correto. **É o que diz a alínea "a", inciso I, do art. 65, da Lei 8.666/93.**

Resposta: letra A.

---

19. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Contrato administrativo celebrado com uma sociedade empresária do ramo da construção civil para a execução de obra pública foi objeto de dois termos aditivos. O primeiro promoveu acréscimo de 60% (sessenta por cento) e supressão de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor atualizado do contrato. O segundo estabeleceu, a pedido do contratado, a modificação da garantia do contrato, com a substituição de títulos da dívida pública por uma garantia hipotecária.

Sobre os referidos temas, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União já se consolidou no sentido de que:

a) em relação ao primeiro termo aditivo, não haveria óbice jurídico, já que a alteração final foi de 15% (quinze por cento), não tendo ocorrido a superação do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento).

b) em relação ao primeiro termo aditivo, haveria óbice jurídico em razão da supressão resultante de acordo entre as partes ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

b) em relação ao primeiro termo aditivo, haveria óbice jurídico porque acréscimos e supressões devem ser contabilizados isoladamente, sem qualquer compensação, tendo sido ultrapassado o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

c) em relação ao segundo termo aditivo, haveria óbice jurídico em razão da impossibilidade legal de substituição da garantia durante a execução do contrato.

d) em relação ao segundo termo aditivo, não haveria óbice jurídico para que as partes contratantes, de comum acordo, substituíssem títulos da dívida pública por uma garantia hipotecária.

Comentários

A questão trata sobre duas situações: os limites de aumento e supressões dos valores inicialmente previstos; e substituição de garantia por acordo entre as partes.

Em relação aos limites de aumento e supressão de preços, o §1º, art. 65, da Lei n.º 8.666/93, diz o seguinte. "*O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos*".

Portanto, em relação ao primeiro termo aditivo, haveria óbice jurídico por ter extrapolado os limites. Lembrando que esses limites são apurados isoladamente: observar os limites para acréscimos e para supressão. Ou seja, não pode haver a compensação.

Já em relação à substituição de garantia, a alínea "a", inciso II, do art. 65, da lei 8666/93, determina que deve ocorrer mediante acordo das partes. Porém, a escolha inicial cabe ao contratado, nos termos §1º do art. 56, da Lei 8666/93. Por fim, dentre as garantias aceitas, não tem a previsão da garantia hipotecária, sendo permitidos apenas caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia e fiança bancária.

Gabarito: Letra C.

---

20. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

No julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do § 1°, do artigo 71, da Lei nº 8.666/93, cujo teor é o seguinte: A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis. Considerando a orientação fixada na decisão do Supremo Tribunal Federal e a sua repercussão no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, deve a Administração Pública em relação aos encargos trabalhistas dos empregados das empresas terceirizadas:

a) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas resultantes da execução do contrato, independentemente do cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização.

b) responder solidariamente pelos encargos trabalhistas dos contratados, a fim de evitar prejuízos aos seus empregados.

c) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, ainda que não tenha participado da relação processual ou constado do título executivo.

d) responder subsidiariamente pelos encargos trabalhistas do contratado, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento da sua obrigação legal e contratual de fiscalização;

e) reter obrigatoriamente os pagamentos devidos ao contratado no caso de inadimplemento dos encargos trabalhistas dos seus empregados.

Comentários

A resposta da questão consta do informativo 862 STF/ Direito Administrativo, que definiu o seguinte: *O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.*

Decidiram os Ministros do STF que, regra geral, não ocorre a transferência de responsabilidade solidária ou subsidiária de forma automática. Para isso ocorrer, deve o ex-empregado reclamante comprovar em juízo, com elementos concretos de prova, que houve efetiva falha do Poder Público na fiscalização do contrato.

Portanto, o gabarito da questão é a letra D.

---

21. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI

O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de

a) rescindi-los, unilateralmente, em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela própria Administração.
b) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse do Contratado.
c) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
d) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato de quaisquer serviços que tenham sido contratados.
e) fiscalizar-lhes a execução, o que não implica acesso à obra que estiver sendo executada.

Comentários

a) Errado. **O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela própria administração faz nascer o direito de o contratado suspender o contrato com a administração. Dessa forma, é caso de prerrogativa do contratado.**

b) Errado. **O inciso I do art. 58, da Lei 8666/93 diz o seguinte: "modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;".**

c) Correta. **É o comando do art. 58, IV, da Lei 8666/93.**

d) Errado. O comando do art. 58, IV, da Lei 8666/93, determina o seguinte: "O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo".

Ou seja, não seriam quaisquer serviços e sim os vinculados ao objeto do contrato.

e) Errado. A inteligência do art. 58 aduz o seguinte: " O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: III - fiscalizar-lhes a execução";

Dessa forma, fiscalizar a execução da obra implica no acesso ao local. Do contrário, dificultaria a fiscalização da obra.

Gabarito: Letra C.

22. 2016/FCC/DPE-BA/Defensor Público

João, Defensor Público estadual, ao analisar os contratos com a administração pública, verificou a falta de um dos elementos formais do contrato. Segundo a Lei no 8.666 de 1993, por determinação do artigo 55, esses elementos são:
I. o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
II. a cláusula de subcontratação unilateral ad nutum.
III. a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.
IV. o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
Está correto o que se afirma APENAS em
a) I, III e IV.
b) I, II e IV.
c) I e II.
d) II e III.
e) III e IV.

Comentários

O art. 55 da Lei 8666/93 determina quais são as cláusulas necessárias em todo o contrato administrativo:

> *III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;* ***(item IV- correto)***
> *....*
> *V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; (item I- correto)*
> *.....*
> *XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; (item III- correto)*

Item II incorreto. **Tendo em vista que embora o contrato seja *intuito personae*, a administração pode autorizar a subcontratação. Com isso, depende de autorização da administração.**

Resposta: Letra A.

---

23. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI

Identifique a alternativa que corresponde a uma característica básica dos contratos administrativos:
a) Finalidade privada.
b) Intuitu personae.
c) Imutabilidade.
d) Isonomia com a Administração Pública.

Comentários

Segundo a melhor doutrina, a característica da pessoalidade faz no contrato administrativo, em regra, ser proibida a subcontratação, para evitar as fraudes licitatórias, uma vez que esta tem o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa. Existem casos em que a administração pode autorizar a subcontratação parcial da obra ou da prestação de serviços.

Gabarito: Letra B.

---

24. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA

A inexecução involuntária do contrato administrativo, decorrente da quebra do equilíbrio econômico-financeiro por força de aumento de carga tributária pelo próprio ente contratante, incidente sobre o serviço a ser prestado pela pessoa jurídica contratada, pode ser caracterizada como
a) caso fortuito.
b) força maior.
c) fato do príncipe.
d) teoria do risco.
e) teoria da imprevisão.

Comentários

A alternativa menciona o conceito de fato do príncipe, pois ocorreu um desequilíbrio das cláusulas do equilíbrio econômico-financeiro, provocado por ato do próprio ente contratante, embora não esteja relacionado diretamente com o contrato, mas que gerou consequências nele.

Resposta: Letra C.

---

25. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-

Assinale a alternativa incorreta com referência aos contratos administrativos.
a) A Administração poderá alterar unilateralmente um contrato, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de aumento ou diminuição quantitativa do objeto licitado, no limite de até vinte e cinco por cento do valor inicial atualizado no concreto, situação esta que se fundamenta na Teoria do Fato do Príncipe.
b) A Administração não poderá modificar unilateralmente as cláusulas econômico-financeiras do contrato, que estabelecem a relação entre a remuneração e os encargos do contratado.
c) O atraso da Administração por mais de noventa dias no pagamento de parcela devida ao particular contratado, acarreta para este a faculdade de escolher, apenas entre duas alternativas: suspender a execução do contrato ou rescindir judicial ou amigavelmente o contrato.
d) Para que seja imputada responsabilidade subsidiária à Administração com o contratado, por dívidas de natureza trabalhista, é necessária que se comprove conduta culposa por parte daquela.

Comentários

A única assertiva incorreta é a letra A. Esta menciona que a administração poderá alterar unilateralmente o contrato no limite de 25% do preço original e que isso se refere a Teoria do Fato do Príncipe. Tal afirmação está equivocada, pois essa possibilidade de alterar o contrato em 25% do valor inicial se encontra entre as prerrogativas da administração no uso das cláusulas exorbitantes, constante no §1º do art. 65, da Lei 8.666/93. Sendo que a Teoria do Fato do Príncipe encontra-se dentre os casos em que ocorre o desequilíbrio das cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro (sendo vedada a alteração do contrato de forma unilateral pela administração), tendo o contratado o direito de ver esse equilíbrio restabelecido. Portanto, os dois conceitos são divergentes.

Gabarito: Letra A.

---

26. 2016/CETREDE/PREFEITURA DE ITAPIPOCA

Analise as afirmativas a seguir no que diz respeito às espécies do contrato administrativo.
• Contratos que visam à atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse da Administração.
• Contratos em que o objeto pactuado consiste em construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público.
• Contratos que têm, por objeto, a delegação da execução do serviço público a pessoa privada.
As afirmativas referem-se, respectivamente, aos contratos de
a) serviços, obras e gerenciamento.
b) serviços, fornecimento e gerenciamento.
c) serviços, obras e concessão.
d) obras, gerenciamento e permissão.
e) permissão, serviços e concessão.

Comentários

Questão aborda as espécies de contratos.

"Contratos que visam à atividade destinada a obter determinada utilidade concreta de interesse da Administração": ***Trata-se do conceito de Serviços*** *(Inciso II, Art. 6º, Lei nº 8.666/93).*

"Contratos em que o objeto pactuado consiste em construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de determinado bem público.": ***Trata-se do conceito de Obras*** *(Inciso I, Art. 6º, Lei nº 8.666/93)*

"Contratos que têm, por objeto, a delegação da execução do serviço público a pessoa privada.": ***Trata-se do conceito doutrinário de Concessão****.*

Portanto, alternativa correta é C.

---

27. 2016/VUNESP/TJ-RJ/Juiz de Direito

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do contrato administrativo.

a) Os contratos administrativos são regidos pela Lei Federal n° 8.666/93, regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, não podendo haver aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos, nem das disposições de direito privado.
b) Caberá ao Poder Público contratante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro; caução em títulos da dívida pública, emitidos conforme definido pelo Banco Central do Brasil; seguro-garantia; fiança bancária.
c) A duração dos contratos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, no caso de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática, a duração estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses após o início da vigência do contrato.
d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, exonerando a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que a nulidade for declarada.
e) São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Comentários

Questão aborda aspectos gerais dos contratos. Analisando cada alternativa:

Letra A) INCORRETA. ”Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.” (**Lei 8666/93, caput art. 54)**

Letra B) INCORRETA. ”Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:;” (**Lei 8666/93, §1º, art. 56)**

Letra C) INCORRETA. ”ao aluguel de equipamentos à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.” (**Lei 8666/93, IV, art. 57)**

Letra D) INCORRETA. **”**A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos. **Parágrafo único.** A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa”. (**Lei 8666/93, art. 59)**

Letra E) CORRETA. ”a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.” (**Lei 8666/93, XIII,art. 55)**

Portanto, alternativa correta é E.

28. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE

Nas contratações de obras, serviços e compras, segundo a disciplina da Lei n° 8.666/93, a autoridade competente, em cada caso e desde que previsto no instrumento convocatório, poderá exigir que seja prestada garantia não excedente a 5% do valor do contrato. Contudo, tratando-se de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados por meio de parecer tecnicamente aprovado pela referida autoridade, esse limite poderá ser elevado para

a) 50%.
b) 30%.
c) 20%.
d) 15%.
e) 10%.

Comentários

A questão aborda o limite da garantia que a administração pode exigir do contratado. Segundo art. 56, §3º, da Lei 8.666/93, *"Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato."*

Portanto, alternativa correta é E.

---

29. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

No que tange aos contratos administrativos, o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais

a) poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
b) poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, de forma ilimitada, uma vez que responde civilmente pelo prejuízo que advir.
c) não poderá subcontratar partes de obra, contudo poderá do serviço ou fornecimento.
d) não poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, diante da proibição legal existente.

Comentários

A questão aborda aspecto da subcontratação quando da execução contratual. Segundo art. 72, da Lei 8.666/93, *"O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração."*

Portanto, alternativa correta é A.

---

30. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO

Sobre a formalização dos contratos administrativos é CORRETO afirmar:
a) Quando não for obrigatório, o instrumento do contrato pode ser substituído, dentre outros documentos, pela nota de empenho de despesa.
b) A ordem de execução de serviço não é instrumento hábil a substituir o instrumento do contrato, mesmo quando este não seja obrigatório.
c) O contrato verbal com a Administração é permitido na modalidade convite, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.
d) A minuta do futuro contrato não precisa integrar o edital ou ato convocatório da licitação na modalidade tomada de preços.
e) A eficácia do contrato administrativo independe da sua publicação na imprensa oficial.

Comentários

Questão aborda aspectos formais dos contratos. Analisando as alternativas:

Letra A) CORRETA. "O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço". (Lei 8.666/93, art. 62)

Letra B) INCORRETA. "O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço". (Lei 8.666/93, art. 62)

Letra C) INCORRETA. "É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea a desta lei, feitas em regime de adiantamento." **O limite de 5% é sobre o teto da modalidade convite e não o intervalo todo da modalidade convite.** (Lei 8666/93, Parágrafo único art. 60)

Letra D) INCORRETA. "A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação". (Lei 8666/93, § 1º do art. 62)

Letra E) INCORRETA. "A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei." (Lei 8666/93 Parágrafo único do art. 61)

Portanto, alternativa correta é A.

31. 2016/VUNESP/PREFEITURA

A rescisão do contrato administrativo
a) poderá ocorrer unilateralmente e por via judicial, não havendo a possibilidade de ocorrer de forma amigável.
b) não poderá ser motivada pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
c) poderá ser amigável na hipótese de suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
d) em qualquer hipótese somente poderá ocorrer por via judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
e) poderá ocorrer unilateralmente, por ato da Administração ou do particular, quando houver atraso injustificável para o início da obra.

Comentários

Letra A) ERRADA. A rescisão de contrato pela forma amigável possui previsão da Lei 8666/93, II, art. 79.

Letra B) ERRADA. A decretação de falência é uma das possibilidades de rescisão contratual de forma unilateral, nos termos do inciso IX, art. 78, da Lei 8666/93.

Letra C) CORRETA. Nos termos do Inciso XIV, art. 78 da Lei 8666/93.

Letra D) ERRADA. A rescisão de forma unilateral e pela via amigável possuem previsão na Lei de Licitações e Contratos.

Letra E) ERRADA. Apenas de forma unilateral por ato da administração, conforme previsão do art. 79, inciso I, da Lei 8.666/93.

Portanto, alternativa correta é C.

3.19 Direito Administrativo

1. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Acerca das modernas correntes doutrinárias que buscam repensar o Direito Administrativo no Brasil, Carlos Ari Sundfeld observa:
Embora o livro de referência de Bandeira de Mello continue saindo em edições atualizadas, por volta da metade da década de 1990 começou a perder aos poucos a capacidade de representar as visões do meio – e de influir [...] Ao lado disso, teóricos mais jovens lançaram, com ampla aceitação, uma forte contestação a um dos princípios científicos que, há muitos anos, o autor defendia como fundamental ao direito administrativo [...].
(Adaptado de: Direito administrativo para céticos, 2a ed., p. 53)

O princípio mencionado pelo autor e que esteve sob forte debate acadêmico nos últimos anos é o princípio da
a) presunção de legitimidade dos atos administrativos.
b) processualidade do direito administrativo.
c) supremacia do interesse público.
d) moralidade administrativa.
e) eficiência.

Comentários

No regime jurídico de direito privado prevalece a autonomia da vontade e a livre disponibilidade de direito, já no regime jurídico público prevalece a supremacia do interesse público e a indisponibilidade dos direitos coletivos. Esses dois princípios são considerados as bases do Direito Administrativo por Celso Antônio Bandeira de Mello. Ocorre que, como vimos, tem havido a mitigação da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, em especial com a doutrina de diferenciação entre interesse público primário (interesse público propriamente dito) e interesse público secundário (interesses meramente estatais não necessariamente imbuídos do interesse da coletividade). Essa mitigação teve início com o doutrinador italiano Renato Alessi e vem se difundindo no Brasil desde o fim do século passado.

Resposta: alternativa "c".

---

2. **2017/CESPE/TRF 5ª. REGIÃO/Juiz Federal**

Acerca dos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, assinale a opção correta.
a) Situação hipotética: Lei de determinado estado da Federação estipula programa de incentivo fiscal exclusivamente para atletas nascidos no estado e que tenham a melhor classificação no campeonato estadual. Assertiva: Nessa situação, para o STF, a fixação de condições formais para a concessão de benefício fiscal exime a lei estadual de resguardar o tratamento isonômico no que se refere aos concidadãos.
b) Conforme o STJ, o princípio da continuidade dos serviços públicos não impede a interrupção do fornecimento de energia elétrica destinada à iluminação pública de hospital municipal inadimplente.
c) Situação hipotética: Uma autarquia federal constatou, a partir de denúncia, que servidor efetivo com dois anos de exercício no cargo havia apresentado documentação falsa para a investidura no cargo. Assertiva: Nessa situação, conforme o STF, os atos praticados pelo servidor até o momento são válidos, em razão dos princípios da proteção à confiança e da segurança jurídica.
d) Não configura ofensa ao princípio da moralidade a nomeação de esposa de magistrado, devidamente concursada, para função de confiança diretamente subordinada ao juiz cônjuge.
e) Todo ato administrativo emitido por agente público submete-se ao princípio da legalidade; quando o ato atende exclusivamente à legalidade, exclui-se do controle judicial o juízo de conveniência e oportunidade.

Comentários

A alternativa "a" está incorreta porque, como vimos da jurisprudência do STF, em especial na ADI 4.259, a simples fixação de condições formais para a concessão de benefício fiscal não exime o instrumento normativo de resguardar o tratamento isonômico no que se refere aos concidadãos.

A alternativa "b" está incorreta porque, de acordo com o STJ, em que pese ser lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica se, após aviso prévio, o consumidor de energia elétrica permanecer inadimplente com o pagamento da conta, a Lei nº 8.987, de 1995, estabelece ser possível o corte desde que considerado o interesse da coletividade, que significa não empreender o corte de utilidades básicas de um hospital ou de uma universidade, quando a empresa tem os meios jurídicos legais da ação de cobrança (REsp 721119).

Correta a alternativa "c". Trata-se, como vimos, da aplicação da teoria do fato consumado. Nesse caso privilegia-se a proteção à confiança e a segurança jurídica aos administrados que por ele foram atendidos ou os atos por ele produzidos enquanto no exercício de fato do cargo. Frise-se que, de acordo com o STF, a teoria do fato consumado é matéria de ordem constitucional (RE 462.909).

Incorreta a alternativa "d" por infringir a Súmula Vinculante 13: A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a CF. Perceba que a nomeação se trata de função de confiança, o que atrai a aplicação da SV 13.

Incorreta a alternativa "e" porque o examinador colocou uma contradição na assertiva. Afinal, se o ato atende exclusivamente a legalidade, não se trata de ato discricionário e sim de ato vinculado. Ou seja, não há que se falar em juízo de conveniência e oportunidade em atos vinculados, mas somente em atos discricionários.

Resposta: alternativa "c".

---

3. 2017/CS-UFG/TJ-GO/Juiz Leigo

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei".
(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Forense, 2017, p.75).

Esse excerto refere-se ao princípio da
a) legalidade.
b) impessoalidade.
c) moralidade.
d) supremacia do Interesse Público.
e) proporcionalidade.

Comentários

O princípio da legalidade é a expressão máxima do Estado de Direito e elemento protetor dos direitos individuais frente à ação do Estado. A origem da legalidade remonta ao Estado de Direito moderno, em especial como fruto de lutas históricas tais quais a Revolução Francesa ou a Revolução Americana. A frase extraída da obra da professora Maria Sylvia e incluída na questão apresenta os dois primeiros parágrafos do título que trata do princípio da legalidade.

Resposta: alternativa "a".

---

4. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz Substituto

O conteúdo jurídico do princípio da moralidade administrativa pode ser conceituado como
a) aquele referido na ética da legalidade ou, em outros termos, os valores éticos que ela consagra sem espaços para outros juízos axiológicos senão aqueles objetivados e explicitados nas normas-regras e, portanto, sem autonomia específica.
b) aquele que vincula a administração pública a um comportamento ético, conforme discurso da modernidade, com dimensão autônoma em relação ao princípio da legalidade.
c) a resultante da moral social de uma época a vincular a atuação da Administração pública.
d) referente às regras da boa administração e às regras internas visando normatizar o poder disciplinar da Administração.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque a moralidade administrativa não se limita à ética da legalidade. Lembre-se: nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os romanos: "*nom omne quod licet honestum est*".

Correta a alternativa "b".

Incorreta a alternativa "c", porque a moral social influencia a moral contida no ordenamento jurídico, mas com ela não se confunde. Como vimos no estudo das fontes do Direito Administrativo as fontes reais, tais como os valores culturais, sociais, econômicos, religiosos, políticos e históricos dão causa à formação do direito, mas se pode confundir a moral jurídica com a moral social (como também afirma Maurice Hauriou).

Por fim, incorreta a alternativa "d" porque a moralidade administrativa não se limita ao poder disciplinar da Administração, mas também às demais relações introversas e extroversas da Administração Pública.

Resposta: alternativa "b".

---

5. 2017/MPE-PR/MPE-PR/Promotor

Em tema de princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:
a) Os princípios da Administração Pública, explícitos e implícitos, são, no Estado Democrático de Direito, importante instrumento normativo de controle jurisdicional dos atos administrativos.
b) Numa leitura denominada de "juridicidade administrativa", para a validação da ação administrativa, não basta que seja esta formalmente conforme a lei, sendo necessário, também, que se apresente em conformidade com os princípios da Administração Pública.
c) A publicidade se distingue da publicação dos atos administrativos, sendo esta apenas um dos meios de concretização daquele princípio.
d) Entende o Supremo Tribunal Federal que o limite de idade para inscrição em concurso público apenas se legitima, à vista do art. 7° , XXX (proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil), da Constituição Federal, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o rigor do dispositivo constitucional que assegura o princípio da impessoalidade vincula a publicidade ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo incompatível com a menção de nomes, símbolos ou imagens, aí não incluídos slogans, que caracterizem promoção pessoal ou de servidores públicos.

Comentários

Alternativa "a" está correta porque, de fato, os princípios, expressos e implícitos, são valores axiológicos que estão à disposição em eventual controle jurisdicional de ato administrativo.

Correta a alternativa "b", já que lei e norma são diferentes, devendo a interpretação dos dispositivos literais da lei ser compatível com todo o ordenamento jurídico, em especial materialmente com a Constituição, nela incluído os princípios da Administração Pública.

Correta também a "c" porque, como vimos, há inúmeros meios de se dar publicidade ao ato público, inclusive por meio da transparência ativa, e não só com a publicação de atos nos órgãos oficiais dos entes da federação (diário oficial). Exemplo: portal da internet, por meio da lei de acesso à informação, por divulgação nas repartições públicas, por jornais de grande circulação. Dar publicidade é dar conhecimento do ato ao maior número possível de administrado, de modo que possa haver um efetivo controle social sobre o agir da Administração Pública.

Correta a letra "d" por que em linha com a súmula 683 do STF: *limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido*.

Incorreta a alternativa "e". O erro está na partícula "não". STF RE 191668: A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que: "O caput e o parágrafo 1º do artigo 37 da Constituição Federal impedem que haja qualquer tipo de identificação entre a publicidade e os titulares dos cargos alcançando os partidos políticos a que pertençam. O rigor do dispositivo constitucional que assegura o princípio da impessoalidade vincula a publicidade ao caráter educativo, informativo ou de orientação social é incompatível com a menção de nomes, símbolos ou imagens, aí incluídos slogans, que caracterizem promoção pessoal ou de servidores públicos. A possibilidade de vinculação do conteúdo da divulgação com o partido político a que pertença o titular do cargo público mancha o princípio da impessoalidade e desnatura o caráter educativo, informativo ou de orientação que constam do comando posto pelo constituinte dos oitenta."

Resposta: alternativa "e".

---

6. 2017/FAPEMS/PC-MS/Delegado de Polícia

De acordo com o texto a seguir o direito público tem como objetivo primordial o atendimento ao bem-estar coletivo.

[...] em primeiro lugar, as normas de direito público, embora protejam reflexamente o interesse individual, têm o objetivo primordial de atender ao interesse público, ao bem-estar coletivo. Além disso, pode-se dizer que o direito público somente começou a se desenvolver quando, depois de superados o primado do Direito Civil (que durou muitos séculos) e o individualismo que tomou conta dos vários setores da ciência, inclusive a do Direito, substituiu-se a ideia do homem como fim único do direito (própria do individualismo) pelo princípio que hoje serve de fundamento para todo o direito público e que vincula a Administração em todas as suas decisões [...].

Dl PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2017, p 96.

Diante disso, as "pedras de toque" do regime jurídico-administrativo são

a) a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a impessoalidade do interesse público.

b) a supremacia do interesse público sobre o interesse privado e a indisponibilidade do interesse público.

c) a indisponibilidade do interesse público e o princípio da legalidade.

d) a supremacia da ordem pública e o princípio da legalidade.

e) a supremacia do interesse público e o interesse privado e o princípio da legalidade.

Comentários

A supremacia do interesse público, juntamente com a indisponibilidade do interesse público são as referências basilares do regime jurídico-administrativo. A própria Professora Maria Sylvia no complemento do excerto incluído na questão afirma "(...) pelo princípio que hoje serve de fundamento para todo o direito público e que vincula a Administração em todas as suas decisões: o de que os **interesses públicos têm supremacia sobre os individuais**". E alguns parágrafos à frente cita que: "Ligado a esse princípio de supremacia do interesse público – também chamado de

princípio da finalidade pública – está o da indisponibilidade do interesse público (...)". Na doutrina do professor Celso Antônio Bandeira de Melo é fixada o entendimento de que as "pedras de toque" do Direito Administrativo estão na supremacia do interesse público sobre o privado e na indisponibilidade, pela Administração, do interesse público. Essa posição foi acolhida e é dominante nos cursos de Direito Administrativo. Cabe esclarecer que "pedra de toque" é uma rocha usada para medir a pureza de metais, sendo utilizado de forma conotativa para designar o padrão ou referência de determinada coisa. Ou seja, o que o examinador buscou na questão foi identificar quais são os dois pilares do regime jurídico-administrativo.

Resposta: alternativa "b".

---

7. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

De acordo com o art. 54 da Lei n.º 9.784/1999, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. Trata-se de hipótese em que o legislador, em detrimento da legalidade, prestigiou outros valores. Tais valores têm por fundamento o princípio administrativo da

a) presunção de legitimidade.
b) autotutela.
c)segurança jurídica.
d)continuidade do serviço público.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque o princípio da presunção de legitimidade nada mais é do que a presunção de que todos os atos praticados pela Administração são verdadeiros e realizados no estrito respeito às normas legais vigentes.

Correta a alternativa "c". O princípio que busca estabilizar as relações jurídicas após um determinando transcurso de tempo é a segurança jurídica. Cuidado com o enunciado da questão sempre! Uma leitura apressada poderia fazer você assinalar a letra "b", autotutela, que congrega a prerrogativa que a Administração Pública possui de controlar os seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes e inoportunos, ainda que sem se socorrer do Poder Judiciário. Perceba que a questão está trazendo o teor do art. 54 da Lei nº 9784, de 1999, que trata do momento a partir do qual não poderá mais ser aplicada a autotutela nos casos narrados. Portanto, a resposta é a segurança jurídica e incorreta a alternativa "b".

Incorreta também a alternativa "d" porque o princípio da continuidade do serviço público expõe que não pode haver interrupção nas funções estatais essenciais ou imprescindíveis à coletividade (água, energia, hospitais, telefonia,...).

Resposta: alternativa "c".

---

8. 2017/IBADE/PC-AC/Delegado de Polícia

Quanto aos temas órgão público, Estado, Governo e Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O denominado "Estado em Rede" tem como uma de suas características marcantes a viabilização da participação do cidadão na atuação administrativa do Estado. Neste contexto, as audiências públicas e as consultas públicas podem ser apontadas como exemplos deste modelo.

b) A noção de órgão público é aplicada apenas ao Poder Executivo, inexistindo órgãos públicos no Poder Judiciário e no Poder Legislativo.

c) Fala-se em Administração Pública Introversa para frisar a relação existente entre Administração Pública e administrados.

d) Governo é pessoa jurídica de direito público que possui aptidão para titularizar direitos e contrair obrigações.

e) A Administração Pública Gerencial, também denominada de racional, tem como uma de suas características marcantes o acentuado controle sobre processos, tendo o concurso público, a licitação, a desapropriação e o processo administrativo disciplinar como alguns de seus institutos ícones.

Comentários

Correta a alternativa "a". O "Estado em Rede" visa exatamente uma maior aproximação da Administração Pública com o cidadão e a sociedade civil organizada. Esse relacionamento mais próximo busca uma integração e participação nos assuntos relevantes do Estado e no planejamento estratégico dos temas públicos. Estão relacionados à Teoria do Estado em Rede: "programa de governo participativo", "orçamento participativo", "governo comunitário", "transparência fiscal", "chamamentos públicos", entre outros, como a "audiência pública" e as "consultas públicas".

Incorreta a alternativa "b" porque órgão é um ente despersonalizado que forma um centro de competência para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertence. Há órgãos nos três Poderes da República, como os tribunais no Poder Judiciário e as casas legislativas no Poder Legislativo.

Incorreta a alternativa "c" porque a definição dada trata de Administração Pública extroversa. A introversa é interna entre aqueles que integram a Administração Pública. Por outro lado, a extroversa é a relação Administração Pública e o administrado.

Incorreta a alternativa "d" porque a assertiva está tratando de Estado e não de Governo. Governo apresenta a semântica que indica todo o corpo diretivo ou responsável pela condução dos assuntos políticos do Estado. Para Hely Lopes Meirelles, quanto ao Governo, há o sentido formal (conjunto de Poderes e órgãos constitucionais); sentido material (o complexo de funções estatais básicas); e o sentido operacional (condução política dos negócios públicos). A alternativa "e" está incorreta

porque trata da Administração Pública Burocrática a que a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que promoveu a Reforma Administrativa do Estado buscou superar e implantar a Administração Pública Gerencial que não seria ligada a processos e sim a resultados.

Resposta: alternativa "a".

---

9. 2017/CESPE/Prefeitura de Belo Horizonte/Procurador Municipal

Considerando as modernas ferramentas de controle do Estado e de promoção da gestão pública eficiente, assinale a opção correta acerca do direito administrativo e da administração pública.

a) Em função do dever de agir da administração, o agente público omisso poderá ser responsabilizado nos âmbitos civil, penal e administrativo.

b) O princípio da razoável duração do processo, incluído na emenda constitucional de reforma do Poder Judiciário, não se aplica aos processos administrativos.

c) Devido ao fato de regular toda a atividade estatal, o direito administrativo aplica-se aos atos típicos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

d) Em sentido objetivo, a administração pública se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos e, em sentido subjetivo, com a natureza da função administrativa desempenhada.

Comentários

Correta a alternativa "a". A responsabilidade do agente público, por ato comissivo ou omissivo, pode se dar, de forma independente, nas searas civil, penal e administrativo. No ordenamento jurídico, essa previsão pode ser encontrada, por exemplo, no art. 121 da Lei nº 8.112, de 1990, e em regra são replicadas nas leis estaduais e municipais que tratam do seu Estatuto dos Servidores Públicos.

Incorreta a alternativa "b" porque, de acordo com o inciso LXXVIII, do art. 5º da CRFB, incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Incorreta a alternativa "c" porque não é objeto do Direito Administrativo disciplinar as funções típicas de legislar para o Poder Legislativo e de julgar para o Poder Judiciário. Mas fique atento porque aplica-se sim o regime jurídico do Direito Administrativo para atividades não finalísticas (atípicas) do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, como por exemplo as relativas a Licitações e Contratos.

Por fim, também incorreta a alternativa "d" porque inverte os conceitos de Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo. Ou seja, administração pública em sentido objetivo (iniciais minúsculas) se identifica com a natureza da função administrativa desempenhada. Por outro lado, em sentido subjetivo, a Administração Pública (iniciais maiúsculas) se identifica com as pessoas jurídicas, os órgãos e os seus agentes públicos.

Resposta: alternativa "a".

---

10. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza-CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.
A possibilidade de realização de obras para a passagem de cabos de energia elétrica sobre uma propriedade privada, a fim de beneficiar determinado bairro, expressa a concepção do regime jurídico-administrativo, o qual dá prerrogativas à administração para agir em prol da coletividade, ainda que contra os direitos individuais.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A possibilidade de intervenção do Estado na propriedade privada é reflexo direito da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. A restrição dos direitos privados para a evolução e melhor qualidade de vida da coletividade é consequência direta do regime jurídico administrativo e das prerrogativas a que faz jus a Administração Pública no estrito interesse público primário.

Resposta: Certo.

---

11. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza – CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.
Conforme a doutrina, diferentemente do que ocorre no âmbito do direito privado, os costumes não constituem fonte do direito administrativo, visto que a administração pública deve obediência estrita ao princípio da legalidade.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Sem dúvida é preciso cautela na utilização do costume como fonte do direito administrativo, daí, portanto, seu reduzido espaço. Mas nem por isso se pode afirmar que os costumes não constituem fonte do direito administrativo. Como sabido, é impossível legislar detalhadamente sobre todas as atividades estatais, e, portanto, nas lacunas de normas administrativas é que se abre a possibilidade incidental de aplicação da fonte costume, por práticas reiteradas da praxe administrativa. Nessa linha, Hely Lopes Meirelles: *No Direito Administrativo Brasileiro o costume exerce ainda influência, em razão da deficiência da legislação. A prática administrativa vem suprindo o texto escrito, e, sedimentada na consciência dos administradores e administrados, a praxe burocrática passa a suprir a lei, ou atua como elemento informativo da doutrina*.

Resposta: Errado.

---

12. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a correta:
a) Os princípios da ampla defesa e do contraditório são aplicados somente aos processos judiciais, sendo facultativos nos processos administrativos.
b) São princípios explícitos da Administração Pública, entre outros, os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

c) A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e da oportunidade está em consonância direta com o princípio da segurança jurídica.
d) O princípio que exige objetividade no atendimento do interesse público, vedando a promoção pessoal de agentes e/ou autoridades é o da publicidade.
e) O princípio da razoabilidade não é consagrado em lei, sequer implicitamente.

Comentários

A alternativa "a" incorre em erro porque, de acordo com o inciso LV do art. 5º da CRFB, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Correta a alternativa "b". De fato, os princípios que integram o famoso mnemônico "LIMPE" (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) constam expressamente no art. 37, "caput" da CRFB.

Incorreta a alternativa "c" porque esta capacidade está diretamente ligada ao princípio da autotutela, consagrado no STF pelas súmulas 346 (A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos) e 473 (A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial).

Incorreta a alternativa "d" porque se trata do princípio da impessoalidade. De acordo com o §1º do art. 37 da CRFB, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. Não confunda o termo "publicidade" constante no aludido dispositivo com o princípio da publicidade. No dispositivo a semântica é publicidade no sentido de propaganda.

Incorreta, por fim, a alternativa "e" porque o princípio da razoabilidade decorre do art. 5º, inciso LXXVIII da CRFB (a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação), bem como consta expressamente no "caput" do art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999 (A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência).

Resposta: alternativa "b".

---

13. 2017/CESPE/Prefeitura de Fortaleza – CE/Procurador Municipal

Acerca do direito administrativo, julgue o item que se segue.
A regulação das relações jurídicas entre agentes públicos, entidades e órgãos estatais cabe ao direito administrativo, ao passo que a regulação das relações entre Estado e sociedade

compete aos ramos do direito privado, que regulam, por exemplo, as ações judiciais de responsabilização civil do Estado.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

São objetos de estudo do Direito Administrativo não só as relações jurídicas introversas (entre aqueles que compõem a Administração Pública), mas também as relações extroversas (entre a Administração Pública e o administrado). Por fim, frise-se que as ações judiciais de responsabilização civil do Estado estão no bojo do estudo do Direito Administrativo, em especial no tema indenização extracontratual ou responsabilidade objetiva do Estado de que trata o §6º do art. 37 da CRFB.

Resposta: Errado.

---

14. 2016/IDECAN/CÂMARA

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, são princípios aplicáveis à Administração Pública que equivalem entre si, EXCETO:

a) Eficiência / efetividade.
b) Moralidade / probidade
c) Impessoalidade / finalidade.
d) Razoabilidade / proporcionalidade.

Comentários

Incorreta a alternativa "a". Como vimos, o professor José dos Santos Carvalho Filho diferencia eficiência, de eficácia e de efetividade. Eficiência remete ao modo como se processa a conduta dos agentes. Eficácia está relacionada aos meios e instrumentos empregados. Efetividade, por fim, é voltada para resultado.

Correta a alternativa "b" porque a probidade, a lealdade, a boa-fé derivam da moralidade administrativa.

Correta a alternativa "c" porque, como vimos, o princípio da impessoalidade também é denominado princípio da finalidade, como na obra de Hely Lopes Meirelles.

Por fim, correta a alternativa "d". Como também chamamos atenção, muitos autores fazem uma aproximação entre razoabilidade e proporcionalidade: para Celso Antônio Bandeira de Mello a proporcionalidade deriva da razoabilidade (é uma faceta da razoabilidade); na obra de Hely Lopes Meirelles há a afirmação de que a razoabilidade envolve a proporcionalidade e vice-versa; para Maria Sylvia, a proporcionalidade constitui um dos aspectos da razoabilidade; para José dos Santos Carvalho Filho, a proporcionalidade guarda alguns pontos de que o assemelham ao princípio da razoabilidade.

Resposta: alternativa "a".

---

15. 2016/FCC/TRT 1ª Região/Juiz do Trabalho

São princípios previstos na Constituição Federal e que devem ser obedecidos pela Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios:
I. Pessoalidade
II. Legalidade
III. Formalidade
IV. Eficiência
Está correto o que consta em
a)I e III, apenas.
b)II e IV, apenas.
c)I, II, III e IV.
d)I e IV, apenas.
e)II e III, apenas.

Comentários

Corretas as assertivas II e IV. Como sabido, o "caput" do art. 37 da CRFB prevê os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Incorreta, pelo mesmo artigo, a assertiva I, já que deve prevalecer a impessoalidade não a pessoalidade.

Além disso, também incorreta a assertiva III porque, em que pese ser comum a previsão de eventuais formalismos no exercício da administração pública, fato é que em muitas situações o formalismo é superado ou mitigado, de modo que a fluidez do atendimento ao administrado se imponha. Ademais, o formalismo não é princípio constitucional, até por contrastar com o princípio da eficiência incluído na CRFB pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Resposta: alternativa "b".

---

16. 2016/IDECAN/Câmara de Aracruz-ES/Procurador Legislativo

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, o termo administração pública pode ser entendido em seu sentido formal e material. Quanto ao tema, assinale a afirmativa correta.
a) O sentido formal, também chamado de funcional, corresponde à atividade administrativa desempenhada pelo poder público.
b) O sentido material, também denominado objetivo, refere-se à administração pública enquanto atividade administrativa.
c) A distinção de administração pública no sentido objetivo e subjetivo reflete uma atual concepção doutrinária, surgida a partir de 1990.
d) A prestação de serviços públicos, o fomento de pesquisas e a gestão dos bens públicos compreendem à administração pública em seu sentido orgânico.

Comentários

A alternativa "a" está incorreta porque misturou a formal com a funcional. A primeira é também denominada subjetiva ou orgânica. A segunda é a também denominada objetiva ou material.

Correta a alternativa "b". Administração Pública (com iniciais maiúsculas), em sentido subjetivo, formal ou orgânico, é o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que possuem a incumbência de exercer as atividades administrativas (foco em pessoas). Por outro lado, administração pública (com iniciais minúsculas), em sentido objetivo, material ou funcional, refere-se ao efetivo exercício da função da administrativa (foco na atividade).

A alternativa "c" incorre em erro porque, já na Revista de número 121 de Direito Administrativo, páginas 16 a 57, no ano de 1975 (disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/41476/40218), o professor Fernando Andrade de Oliveira, ao conceituar o Direito Administrativo, examinou a administração pública sob três aspectos fundamentais: a) o subjetivo ou orgânico; b) o objetivo, substancial ou material; c) o formal. Frise-se que o ilustre professor, falecido em 2013, foi Titular da cadeira de Direito Administrativo da UFPR.

Incorreta também a alternativa "d" porque a prestação de serviços públicos, o fomento de pesquisas e a gestão dos bens públicos compreendem à administração pública em seu sentido objetivo, material ou funcional e não subjetivo, formal ou orgânico.

Resposta: alternativa "b".

---

17. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor

Sinônimo de função de governo para a doutrina brasileira, a função administrativa consiste primordialmente na defesa dos interesses públicos, atendendo às necessidades da população, inclusive mediante intervenção na economia.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Não se pode confundir função de governo com função administrativa. Função de governo contempla a atividade política e, em regra, discricionária do corpo diretivo. Por outro lado, a função administrativa não contempla opção política. Ela está restrita aos limites de competência atinentes a assuntos jurídicos, técnicos, financeiros ou de conveniência e oportunidade, circunscritas aos limites legais ou de norma técnica.

Resposta: Errado.

---

18. 2016/FUNDATEC/PREFEITURA DE Municipal

Em nosso sistema constitucional, o princípio da moralidade abrange as seguintes dimensões:
I. A "boa-fé", que, no direito público, traduz- se pela tutela da confiança.
II. A eficiência.
III. A probidade administrativa (deveres de honestidade e lealdade).

IV. A razoabilidade (expectativa de conduta civilizada, do homem comum, da parte do agente público).

Quais estão corretas?

a) Apenas I e III.
b) Apenas I e IV.
c) Apenas II e IV.
d) Apenas II e III.
e) Apenas I, III e IV.

Comentários

Corretas as assertivas I e III. Em primeiro lugar, perceba que o examinador pergunta quais dimensões o princípio da moralidade abrange entre aquelas citadas. Conforme vimos no estudo da moralidade administrativa, este princípio apresenta diversas facetas, trazendo ínsita a ideia de lealdade e boa-fé. Tanto é assim, que o inciso IV, do par parágrafo único, do art. 2º, da lei nº 9.74, de 19, prevê que nos processos administrativos devem ser observados, entre outros, os critérios de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé, ao tratar da moralidade.

Incorreta a assertiva II. Perceba que o próprio examinador delimitou a dimensão de razoabilidade a que se estava referindo e, em nenhum momento, afirmou que a moralidade incorpora a razoabilidade. De outro lado, quando cita a eficiência em sua assertiva II, o examinador não realça ou limita qualquer dimensão da eficiência a que a moralidade poderia limitar-se. Isso, por si só, passa a semântica de que a moralidade incluiria a eficiência em todas as dimensões desta, o que não é verdadeiro, já que moralidade e eficiência são autônomas. A amplitude ou falta de limitação na assertiva a torna incorreta.

Correta a assertiva IV. Veja, também que ao citar a razoabilidade como uma dimensão da moralidade, o examinador descreve que se espera uma conduta civilizada, do homem comum, por parte do agente público. Sem dúvida, por esse prisma, uma ação razoável e adequada do agente público em suas relações de trabalho internas ou com o público externo pode ser enquadrada como uma dimensão da moralidade administrativa.

Resposta: alternativa "e".

---

19. 2016/IADHED/PREFEITURA DE ARAGUARI-MG/Procurador Municipal

Qual dos princípios administrativos expressos na CF/88 exige que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta:

a) Princípio da conveniência;
b) Princípio da oportunidade;
c) Princípio da improbidade;
d) Princípio da moralidade.

Comentários

A moralidade administrativa consta expressamente no "caput" do art. 37 da CRFB. A improbidade decorre da moralidade. Já a conveniência e oportunidade são elementos de discricionariedade que o administrador público pode ter a depender das margens de atuação a ele atribuídas pela lei.

Resposta: alternativa "d".

---

20. 2016/CÂMARA DE MONGAGUÁ-SP/Procurador

A imposição à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, rimando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. Estamos falando de qual princípio?
a) impessoalidade
b) moralidade
c) eficiência
d) moralidade
e) legalidade

Comentários

Fique atento à expressão "garantia de maior rentabilidade social". Ela tem caído em vários concursos e está relacionada à eficiência, princípio incluído no caput do art. 37 da CRFB pela Emenda Constitucional nº 19, de 998, que realizou a reforma administrativa no setor público, aplicando conceitos da Administração Pública gerencial em evolução à Administração Pública burocrática.

Resposta: alternativa "c".

---

21. 2016/CESPE/TJ-DF/Juiz de Direito

Um prefeito, no curso de seu mandato e atendendo a promessa de campanha, realizou e finalizou a construção de uma ponte sobre o rio que corta a cidade, inaugurando-a na metade de seu mandato.
Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.
a) Em consonância com o princípio constitucional da eficiência, o contrato administrativo deveria ser anulado caso fosse ultrapassado o lapso temporal estipulado no instrumento contratual para a execução do objeto.
b) Em atenção ao princípio da impessoalidade, o prefeito não poderá apresentar propaganda em que conste vinculação direta de seu nome à realização da obra, mas nada obsta que sua imagem seja veiculada no outdoor da publicidade da conclusão da ponte.
c) O princípio da autotutela autorizaria o prefeito a anular ou revogar a licitação de ofício caso fosse constatada ilegalidade no procedimento.

d) Caso houvesse descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada, o princípio da supremacia do interesse público facultaria a rescisão unilateral do contrato pela administração pública.

e) A decretação, pelo prefeito, do sigilo dos atos referentes à contratação e à execução do contrato, com a finalidade de evitar a pressão de grandes empreiteiras e de prestigiar pequena empresa sediada no município, contratada diretamente para execução da obra, não configura desrespeito ao princípio constitucional da publicidade.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque, de forma isolada, não se pode afirmar que o princípio da eficiência autorizaria a anulação do contrato por descumprimento de cláusula contratual. Como já citado a Lei nº 8.666, de 1993, faculta a rescisão neste caso. Logo, mesmo o princípio da legalidade aplicado ao caso não necessariamente exigirá o dever de anulação, podendo no caso ser avaliado o menor prejuízo ao erário e efetivação do interesse público primário.

Incorreta a alternativa "b" por afrontar o §1º do art. 37 da CRFB que prevê: a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Incorreta a alternativa "c" porque, constatada ilegalidade, o princípio da autotutela demandaria a anulação e não a revogação da licitação. Anulam-se atos eivados de vícios e revogam-se aqueles inconvenientes ou inoportunos.

Correta a alternativa "d". De fato, conforme a Lei nº 8.666, de 1993, em especial os art. 78 e 79, nos casos ali especificados, faculta-se a rescisão do contrato pela Administração Pública por ato unilateral, entre os quais o não cumprimento de cláusulas contratuais.

Incorreta a alternativa "e", já que macula sim o princípio da publicidade dos atos administrativos. Lembre-se que a regra é a publicidade. O sigilo é exceção e só pode ocorrer nos termos fixados pela constituição ou pela lei, o que não ocorre com atos relativos a contratos de obra pública.

Resposta: alternativa "d".

---

22. 2016/CESPE/TCE-PR/Analista de Controle

Quando a União firma um convênio com um estado da Federação, a relação jurídica envolve a União e o ente federado e não a União e determinado governador ou outro agente. O governo se alterna periodicamente nos termos da soberania popular, mas o estado federado é permanente. A mudança de comando político não exonera o estado das obrigações assumidas. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que a inscrição do nome de estado-membro em cadastro federal de inadimplentes devido a ações e(ou) omissões de gestões anteriores não configura ofensa ao princípio da administração pública denominado princípio do(a)

a) intranscendência.
b) contraditório e da ampla defesa.
c) continuidade do serviço público.
d) confiança legítima.
e) moralidade.

Comentários

A alternativa "a" apresenta exatamente o princípio da intranscendência descrito pela jurisprudência do STF no julgamento da ACO 732, divulgada no informativo 825. Ou seja, a mudança de comando político não exonera o estado das obrigações assumidas com a União.

(http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo825.htm)

Resposta: alternativa "a".

---

23. 2016/VUNESP/TJ-RJ/Juiz de Direito

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os princípios do Direito Administrativo.
a) O princípio da publicidade possui repercussão infraconstitucional, com regulamentação pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal n° 12.527/11) na qual foram contempladas duas formas de publicidade – a transparência ativa e a transparência passiva –, aplicáveis a toda a Administração Direta e Indireta, mas não incidentes às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos do orçamento, como ocorre por contrato de gestão.
b) Pelo princípio da continuidade do serviço público, não podem os serviços públicos ser interrompidos, visto que atendem a necessidades prementes e inadiáveis da coletividade, e, portanto, não é permitida paralisação temporária de atividades, mesmo em se tratando de serviços prestados por concessionários e permissionários, mediante pagamento de tarifa, como fornecimento de energia, ainda que o usuário esteja inadimplente.
c) As Súmulas n° 346 e n° 473 do Supremo Tribunal Federal, que tratam da declaração de nulidade dos atos administrativos pela própria Administração e da revogação destes por motivos de conveniência e oportunidade, demonstram que o Direito Administrativo brasileiro não adotou a autotutela como princípio.
d) A fim de tutelar o princípio da moralidade administrativa, a Constituição Federal prevê alguns instrumentos processuais, como a Ação Civil Pública, na defesa dos direitos difusos e do patrimônio social, a Ação Popular, que permite anular atos do Poder Público contaminados de imoralidade administrativa, desde que reconhecido o pressuposto da lesividade, da mesma forma como acontece com a Ação de Improbidade Administrativa, que tem como requisito o dano patrimonial ao erário.
e) O Supremo Tribunal Federal entende que, muito embora pela aplicação do princípio da impessoalidade, a Administração não possa ter em mira este ou aquele indivíduo de forma especial, o sistema de cotas, em que se prevê reserva de vagas pelo critério étnico-social para ingresso em instituições de nível superior, é constitucional e compatível com o princípio da impessoalidade, já que ambos têm por matriz comum o princípio constitucional da igualdade.

Comentários

Incorreta a alternativa "a" porque, em que pese correta parte que trata da transparência ativa e passiva, a Lei de Acesso à Informação também se aplica às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos do orçamento, como ocorre por meio do contrato de gestão (art. 2º da Lei nº 12.527, de 2011).

Incorreta a alternativa "b" porque, no julgamento do AgRg no REsp 1046236, o STJ fixou o entendimento de que: o art. 6º, § 3º, inciso II, da Lei n. 8.987/95 estabelece que é possível o corte do fornecimento de energia desde que considerado o interesse da coletividade, desde que não aconteça indiscriminadamente, preservando-se as unidades públicas essenciais, como hospitais, pronto-socorros, escolas e creches.

Incorreta a alternativa "c" porque, ao contrário do que informado, as súmulas 346 (A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos) e 473 (A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial) do STF afirmam o acolhimento do princípio da autotutela.

Incorreta a alternativa "d" por sua parte final. Isto é, na Ação de Improbidade Administrativa o dano patrimonial ao erário não é requisito, podendo ela ser manejada em casos de enriquecimento ilícito, contra atos que atentam contra os princípios da Administração Pública, contra atos de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, além do próprio prejuízo ao erário (Lei nº 8.429, de 1992, artigos 9º, 10, 10-A e 11). Quanto à Ação Civil Pública, de fato, ela pode ser manejada para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inciso III do art. 129 da CRFB). Quanto à Ação Popular, ela pode ser manejada a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência (inciso LXXIII do art. 5º).

Correta a alternativa "e". De acordo com o julgamento no STF do RE 597.285, foi fixado o entendimento de que é constitucional o uso de critério étnico-racial, inclusive de autoidentificação, para reserva de vaga ou estabelecimento de cotas no ingresso do ensino superior.

Resposta: alternativa "e".

3.20 Terceiro Setor

1. **2018/CESPE/TCM-BA/ Auditor**

Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em

caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se
a) entidades de apoio.
b) serviços sociais autônomos.
c) organizações sociais.
d) autarquias em regime especial.
e) organizações da sociedade civil de interesse público.

Comentários

Resposta: alternativa "a". A questão apresenta a literalidade da definição de Entidades de Apoio de autoria da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, constante em seu livro Direito Administrativo (página 636, 30ª edição).

Incorreta a alternativa "b": serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da Administração Pública indireta, criadas ou autorizadas por lei para realizarem atividade de interesse público não exclusivo do Estado, sem fins lucrativos;

Incorreta a alternativa "c": organização social é uma qualificação, um título, concedido pelo Poder Executivo, em ato discricionário (STF ADI 1923: ato discricionário não é ato arbitrário), a uma entidade do terceiro setor cujo objeto de atuação é em determinadas áreas específicas de interesse do Ente Político, que não sejam de execução exclusiva do Estado, mas em geral serviço público social de titularidade do Estado (Lei nº 9.637, de 1998);

Incorreta a alternativa "d": autarquias de "regime especial" são espécies do gênero autarquias que apresentam no plano legal algumas características peculiares que as distinguem do "regime comum";

Incorreta a alternativa "e": organização da sociedade civil de interesse público: também é uma qualificação, um título, outorgado em ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790, de 1999.

---

2. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue o item seguinte.
A concessão, pelo poder público, da qualificação como OSCIP de entidade privada sem fins lucrativos é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos legais estabelecidos para tal.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o §2º do art. 1º da Lei nº 9.790, de 1999, a outorga da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos pela aludida lei.

---

3. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e dos atos administrativos, julgue o item seguinte.
Situação hipotética: Após celebrar termo de parceria com a União e receber recursos públicos, determinada OSCIP anunciou a contratação de terceiros para o fornecimento de material necessário à consecução dos objetivos do ajuste. **Assertiva**: Nessa situação, para efetivar a contratação de terceiros, a OSCIP deverá realizar licitação pública na modalidade concorrência.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com o art. 14 da Lei nº 9.790, de 1999, a organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

---

4. 2018/CESPE/STJ/Analista Judiciário

Acerca dos princípios e dos poderes da administração pública, da organização administrativa, dos atos e do controle administrativo, julgue o item a seguir, considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.
Situação hipotética: Uma instituição religiosa que oferece programa educacional de alfabetização para pessoas de baixa renda pretende a qualificação como organização da sociedade civil de interesse público por meio de um termo de parceria a ser firmado com a União. **Assertiva**: Há vedação expressa em lei federal ao pleito da instituição religiosa.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999, NÃO são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de

saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

---

5. 2018/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Considerando-se as novas formas de desestatização da prestação de serviços públicos de caráter social, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que, atendidos os requisitos previstos em lei, firmam parceria com o poder público, por instrumento de contrato de gestão, para a execução de atividades de interesse público — especialmente ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde — recebem a qualificação de

a) agência executiva.
b) fundação pública.
c) organização social.
d) organização da sociedade civil de interesse público.
e) serviço social autônomo.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei. Já o art. 5º da aludida lei prevê que contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

---

6. 2018/CESPE/CGM DE JOÃO PESSOA/

No tocante às organizações da sociedade civil de interesse público e aos consórcios públicos, julgue o item subsequente.
O instrumento que estabelece o vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é o termo de parceria.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 9º da Lei nº 9.790, de 1999, Termo de Parceria é o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na aludida lei.

---

7. 2018/CESPE/TCE-PB/Auditor de Contas

As organizações sem fins lucrativos que são voltadas à resolução de problemas coletivos de interesse social e podem prestar serviços públicos são
a) as sociedades de economia mista.
b) os consórcios públicos.
c) os convênios públicos.
d) as fundações.
e) as organizações da sociedade civil de interesse público.

Comentários

Resposta: alternativa "e". A redação da questão não é das melhores porque é imprecisa. Mas o cerne dela é se ater à expressão "problemas coletivos de interesse social". Ou seja, ainda que a organização (pessoa jurídica) possa prestar serviço público, ela é voltada precipuamente a resolução de problemas coletivos de interesse social com a acepção de assistência social, amparo à pessoa humana e aspectos humanitários.

Assim, correta a alternativa "e", já que a OSCIP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada com o cumprimento dos requisitos da Lei nº 9.790, de 1999, tem como objetivo social uma das finalidades constantes no art. 3º da aludida lei (assistência social, cultura, educação, saúde, meio ambiente, patrimônio histórico e artístico, entre outros).

Incorreta a alternativa "a" porque as sociedades de economia mista, nos termos do art. 173 da CRFB, quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, precipuamente exploram atividade econômica. Perceba, portanto, que, em que pese a criação por lei de sociedade economia mista (sociedade anônima) buscar a resolução de problemas coletivos, estes são de âmbito econômico e não de interesse propriamente social. É certo, contudo, que nos termos do art. 175 da CRFB, o Poder Público, por meio das sociedades de economia mista, pode prestar diretamente serviços públicos. Outro ponto, ainda quanto à alternativa "a", é que para os particulares que investem na sociedade de economia mista de capital aberto exploradora de atividade econômica comprando ações negociadas em bolsa de valores, ela tem finalidade precipuamente lucrativa. Em regra, esse não é o interesse precípuo do Estado quando cria a

sociedade de economia mista, mas fato é que do ponto de vista de atuação no mercado elas buscam não só cumprir o objetivo público para qual foi criada, mas ao explorarem atividade econômica acabam buscando a obtenção de lucro na perspectiva de seu acionista privado.

Incorreta a alternativa "b" porque nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.107, de 2005, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem constituir consórcios públicos para a realização de interesse comum entre eles, sendo o objetivo do consórcio determinado pelos próprios entes da Federação. Ou seja, não necessariamente à resolução de problemas coletivos de interesse social. A gama de atuação do consórcio é amplíssima, respeitados os limites competenciais constitucionais.

Incorreta a alternativa "c" porque convênio é um instrumento jurídico e não uma organização como afirma o enunciado.

Incorreta a alternativa "d" porque as fundações privadas cujo instituidor é pessoa privada (art. 62 do Código Civil) ou as fundações públicas, sejam as de personalidade pública (Autarquia Fundacional ou Fundação Autárquica) sejam as de personalidade privada (art. 62 do Código Civil), também possuem amplo espectro de atuação, por exemplo, em pesquisa científica e tecnologia alternativa, o que não apresenta a semântica de "problemas coletivos de interesse social" na acepção que a banca buscou. Reitero que a banca, a meu ver, foi infeliz na imprecisão do termo "interesse social" utilizado, dando margem a interpretações diversas.

---

8. 2017/CESPE/TRF-1ª REGIÃO/Analista Judiciário

A respeito da organização do Estado e da administração pública, julgue o item a seguir.
São exemplos de entidades paraestatais os serviços sociais autônomos, como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. Como vimos, há uma aproximação na doutrina atual entre Entidade Paraestatal e Terceiro Setor, aí se enquadrando, por exemplo, os serviços sociais autônomos (Sistema S), as organizações sociais (OS), as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), as organizações da sociedade civil (OSC) e entidades de apoio. Compõem o Sistema S (o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares) atualmente uma grande gama de entidades, entre as quais, SENAI, SENAC, SESI, SESC, SEST, SENAT, SENAR, SEBRAE e SESCOOP.

---

9. 2017/IBFC/TJ-PE/Analista Judiciário

Assinale a alternativa que não apresenta conteúdo de cláusula essencial do Termo de Parceria firmado entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP):

a) estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma

b) previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado

c) determinação de plano plurianual de atividades que serão executadas sem a necessidade de amparo do Poder Público

d) objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

e) previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o §2º do art. 10 da Lei nº 9.790, de 1999, são cláusulas essenciais do Termo de Parceria: I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela OSCIP; II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma; III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado; IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores; V - a que estabelece as obrigações da OSCIP, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV; VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a OSCIP, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

---

10. 2017/IBFC/TJ-PE/Analista Judiciário

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos regulamentadas por lei. Neste contexto, não são passíveis de qualificação como OSCIP, exceto.

a) organizações partidárias
b) cooperativas
c) fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas
d) organizações sem fins lucrativos focadas na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico
e) sociedades comerciais

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999, não são passíveis de qualificação como OSCIP: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal. A descrição da alternativa "d" está em linha com a autorização de habilitação como OSCIP constante no art. 3º, inciso II, da aludida lei.

---

11. 2017/CESPE/TCE-PE/Analista de Controle

A respeito dos processos eletrônicos do TCE/PE e das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue o item subsequente.
Os requisitos para que uma organização seja qualificada como OSCIP incluem a exigência de que o seu estatuto contenha normas expressas sobre a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da eficiência.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre: I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência; II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação

no respectivo processo decisório; III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como OSCIP, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta; V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação como OSCIP, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como OSCIP, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social; VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação; VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo: a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade; b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão; c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento; d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

---

12. 2017/CESPE/TCE-PE/Analista de Gestão

No que tange a regime jurídico-administrativo, organização administrativa e teoria do direito administrativo brasileiro, julgue o item a seguir.

Uma pessoa jurídica qualificada como organização social pode, simultaneamente, ser qualificada como organização da sociedade civil de interesse público.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. As Organizações Sociais não são passíveis de serem qualificadas como OSCIP. Essa previsão consta no art. 2º, inciso IX, da Lei nº 9.790, de 1999: não são passíveis de qualificação como OSCIP: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao

ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

---

13. 2017/CESPE/SERES-PE /Agente Penitenciário

Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tenha sido instituída por iniciativa de particulares e que receba delegação do Poder Público mediante contrato de gestão para desempenhar serviço público de natureza social denomina-se

a) organização social.
b) entidade de apoio.
c) empresa pública.
d) organização da sociedade civil de interesse público.
e) serviço social autônomo

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei. Já o art. 5º da aludida lei prevê que contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas do ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Portanto, frise-se que organização social é uma qualificação, um título, concedido pelo Poder Executivo, em ato discricionário (STF ADI 1923: ato discricionário não é ato arbitrário), a uma entidade do terceiro setor cujo objeto de atuação é em determinadas áreas específicas de interesse do Ente Político, que não sejam de execução exclusiva do Estado, mas em geral serviço público social de titularidade do Estado.

---

14. 2017/CESPE/TRE-BA/Analista Judiciário

O Poder Público deferiu título de organização social a uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja atividade é dirigida à preservação do meio ambiente.

Considerando-se o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que eventuais trabalhadores contratados pela referida entidade após a qualificação serão considerados

a) agentes honoríficos, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.
b) empregados públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.
c) servidores públicos, sujeitos à regra constitucional do concurso público.
d) empregados privados, selecionados mediante processo seletivo objetivo e impessoal.
e) empregados privados, sendo facultativa a promoção de processo seletivo objetivo e impessoal.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o julgamento do STF na ADI 1923, no qual, por decisão majoritária, foi julgado parcialmente procedente para dar à Lei nº 9.637, de 1998, interpretação conforme a Constituição, é possível extrair o seguinte excerto da longa ementa do julgado: "(...)*os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados, por isso que sua remuneração não deve ter base em lei (CF, art. 37, X), mas nos contratos de trabalho firmados consensualmente. Por identidade de razões, também não se aplica às Organizações Sociais a exigência de concurso público (CF, art. 37, II), mas a seleção de pessoal, da mesma forma como a contratação de obras e serviços, deve ser posta em prática através de um procedimento objetivo e impessoal*.

---

15. 2017/FMP CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do

O contrato de gestão é o instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social para fins de formação de parceria entre as partes com o ânimo de fomento e de execução de atividades relativas a determinadas áreas previstas em lei, dentre as quais NÃO se inclui
a) o ensino e a pesquisa científica.
b) a cultura.
c) a saúde.
d) o desenvolvimento tecnológico.
e) nenhuma das alternativas anteriores responde ao comando da questão.

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei.

---

16. 2017/FAUEL/PREV SÃO JOSÉ-PR/Advogado

Sobre o chamado "Terceiro Setor" e as entidades paraestatais, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os Serviços Sociais Autônomos, apesar de não integrarem a Administração Pública, recebem recursos públicos, provenientes das contribuições sociais, submetendo-se à exigência de licitação para a realização de compras e contratação de serviços.
b) O STF pronunciou-se pela inconstitucionalidade da hipótese de dispensa de licitação para a contratação entre o Poder Público e organizações sociais.
c) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos legais.
d) As organizações sociais, desde que preenchidos os requisitos legais, podem receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
e) A qualificação de uma pessoa jurídica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é ato vinculado, de forma que o pedido só pode ser indeferido na hipótese de a pessoa jurídica requerente desatender a algum dos requisitos legais.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a alternativa "e" já que em linha com a previsão do §2º do art. 1º da Lei nº 9.790, de 1999, que prevê expressamente que a outorga da qualificação como OSCIP é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790, de 1999. Além disso, o §3º do artigo 6º elenca os motivos para indeferimento do pedido de qualificação como OSCIP.

Incorreta a alternativa "a" porque os serviços sociais autônomos não se submetem à licitação, devendo, contudo, contemplar os princípios gerais da licitação em seus regulamentos próprios de aquisição, compras e contratações. Nessa linha veja o teor do acórdão 2198/2015 do TCU: *os Serviços Sociais Autônomos não se sujeitam à estrita observância da Lei 8.666/1993, mas sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados, os quais devem se pautar pelos princípios gerais do processo licitatório e seguir os postulados gerais relativos à Administração Pública, em especial os da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da isonomia e da publicidade. (Relator Marcos Bemquerer)*.

Incorreta a alternativa "b", já que no julgamento da ADI 1923 o STF, por decisão majoritária, julgou parcialmente procedente o pedido apenas para dar à Lei nº 9.637, de 1998, interpretação conforme a Constituição. É possível extrair o seguinte excerto da longa ementa do julgado: *As dispensas de licitação instituídas no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93 e no art. 12, §3º, da Lei nº 9.637/98 têm a finalidade que a doutrina contemporânea denomina de função regulatória da licitação, através da qual a licitação passa a ser também vista como mecanismo de indução de determinadas práticas sociais benéficas, fomentando a atuação de organizações sociais que já ostentem, à época da contratação, o título de qualificação, e que por isso sejam reconhecidamente colaboradoras do Poder Público no desempenho dos deveres constitucionais no campo dos serviços sociais. O afastamento*

do certame licitatório não exime, porém, o administrador público da observância dos princípios constitucionais, de modo que a contratação direta deve observar critérios objetivos e impessoais, com publicidade de forma a permitir o acesso a todos os interessados.

Incorreta a alternativa "c", já que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 9.790, de 1999, com a redação da Lei nº 13.019, de 2014, podem qualificar-se como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos em lei.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o inciso IX do art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999, as Organizações Sociais – OS não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

---

17. 2017/CESPE/TJ-PR/Juiz de Direito

Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.
a) Segundo o STF, o procedimento de qualificação pelo poder público de entidades privadas como OS prescinde de licitação.
b) Segundo o STF, as atividades de saúde, ensino e cultura devem ser viabilizadas por intervenção direta do Estado, não podendo a execução desses serviços essenciais ser realizada por meio de convênios com organizações sociais.
c) Cumpridos os requisitos legais, caso uma OS requeira a qualificação como OSCIP, o poder público deverá outorgar-lhe o referido título, pois se trata de decisão vinculada do ministro da Justiça.
d) Caso uma OSCIP ajuíze ação cível comum de rito ordinário, o foro competente para o julgamento da causa será a vara da fazenda pública, se existente na respectiva comarca, já que se trata de uma entidade que integra a administração pública

Comentários

Resposta: alternativa "a".

Correta a alternativa "a", já que no julgamento da ADI 1923 no STF, é possível extrair o seguinte excerto da longa ementa do julgado: *O procedimento de qualificação de entidades, na sistemática da Lei, consiste em etapa inicial e embrionária, pelo deferimento do título jurídico de "organização social", para que Poder Público e particular colaborem na realização de um interesse comum, não se fazendo presente a contraposição de interesses, com feição comutativa e com intuito lucrativo, que consiste no núcleo conceitual da figura do contrato administrativo, o que torna inaplicável o dever constitucional de licitar (CF, art. 37, XXI). 10. A atribuição de título jurídico de legitimação da entidade através da qualificação configura hipótese de credenciamento, no qual não incide a licitação pela própria natureza jurídica do ato, que não é contrato, e pela inexistência de qualquer competição, já que todos os interessados podem alcançar o mesmo objetivo, de modo includente, e não excludente*.

Incorreta a alternativa "b" porque, também do julgado pelo STF da ADI 1923, podemos extrair os seguintes excertos: *A atuação do poder público no domínio econômico e social pode ser viabilizada por intervenção direta ou indireta, disponibilizando utilidades materiais aos beneficiários, no primeiro caso, ou fazendo uso, no segundo caso, de seu instrumental jurídico para induzir que os particulares executem atividades de interesses públicos através da regulação, com coercitividade, ou através do fomento, pelo uso de incentivos e estímulos a comportamentos voluntários*. (...) *A figura do contrato de gestão configura hipótese de convênio, por consubstanciar a conjugação de esforços com plena harmonia entre as posições subjetivas, que buscam um negócio verdadeiramente associativo, e não comutativo, para o atingimento de um objetivo comum aos interessados: a realização de serviços de saúde, educação, cultura, desporto e lazer, meio ambiente e ciência e tecnologia, razão pela qual se encontram fora do âmbito de incidência do art. 37, XXI, da CF*.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o inciso IX do art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999, as Organizações Sociais – OS não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Incorreta a alternativa "d" porque as OSCIP como todas as organizações integrantes do Terceiro Setor, não integram a Administração Pública.

---

18. 2017/CESPE/TRE-PE/Analista Judiciário

Pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, não integrante da administração pública, que atua na área de ensino e pode contratar diretamente com o poder público por dispensa de licitação, para a prestação de serviços contemplados no contrato de gestão firmado com o ente público, é denominada

a) sociedade de economia mista.
b) instituição comunitária de educação superior.
c) organização da sociedade civil.
d) organização social.
e) organização da sociedade civil de interesse público.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei. Já o art. 5º da aludida lei prevê que contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Além disso, tanto a OS quanto qualquer outra organização do

Terceiro Setor não integram a Administração Pública direta ou indireta. Por fim, cabe dizer que está dispensada de licitação, nos termos do inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

---

19. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE ANDRADINA-SP/Procurador Jurídico

Determinada Prefeitura Municipal pretende transferir a administração de um Hospital Público do Município para uma empresa privada. Nessa hipótese, considerando a legislação que rege a matéria referente ao Terceiro Setor, é correto afirmar que a pretendida transferência

a) não pode ser concretizada, uma vez que a área da saúde pública não admite ser administrada por terceiros.
b) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização Social.
c) pode ser efetivada por meio de contrato de gestão com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
d) pode ser efetivada por meio de Termo de Parceria com uma Organização Social.
e) não pode ser efetivada com entidades privadas, podendo ser concretizada apenas por meio de parcerias com entes públicos.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b", já que, nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei. Além disso, pode o Poder Público, por meio de contrato de gestão, firmar com a entidade qualificada como organização social a execução de atividades relativas às áreas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Incorretas as alternativas "a" e "e" porque, conforme já decidiu o STF no julgamento da ADI 1923, a prestação de serviço de saúde pode se dar de forma direta (o próprio Poder Público prestando, seja por entidade da Administração Direta ou Indireta) ou de forma indireta (por meio de particulares, por delegação).

Incorretas as alternativas "c" e "d" porque, contrato de gestão é celebrado com OS (organização social) e não com OSCIP. O Poder Público pode celebrar termo de parceria com OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790, de 1999.

---

20. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador

Nos termos da doutrina do Direito Administrativo, quanto às entidades que atuam paralelamente ao Estado, é correto afirmar que

a) o credenciamento de organizações não governamentais para fins de repasse de recursos públicos ocorre por meio do instrumento de consórcio público.
b) as organizações sociais firmam termos de parceria com o poder público, instrumento pelo qual assumem a gestão de determinados serviços públicos não lucrativos.
c) conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a OAB e demais Conselhos de Classe são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Pública Indireta.
d) as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público são entidades privadas, sem fins lucrativos e, portanto, não integram o rol de entidades da Administração Pública Indireta.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De fato, as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790, de 1999, não integram a Administração Pública direta ou indireta.

Incorreta a alternativa "a" porque consórcio público, figura tratada pela Lei nº 11.107, de 2005, com base no art. 241 da CRFB, é pessoa jurídica que pode ser constituída pela União, Estados, DF e Municípios, com personalidade jurídica de direito público (associação pública) ou de direito privado, não sendo, portanto, forma de credenciamento de organizações não governamentais – ONGs.

Incorreta a alternativa "b" porque as organizações sociais – OS firmam contrato de gestão com o Poder Público, nos termos da Lei nº 8.637, de 1998. Quem firma termo de parceria com o Poder Público são as organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, com base na Lei nº 9.790, 1999.

Incorreta a alternativa "c" já que, conforme decisão do STF no julgamento da ADI 3026, a OAB não é enquadrada como Autarquia Profissional, não integrando, portanto, a Administração Indireta. Segundo o STF, a OAB é "serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro".

---

21. 2016/FEPESE/PREFEITURA DE LAGES-SC

Assinale a alternativa correta.
a) As instituições hospitalares privadas são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público devido a sua função social.
b) Sindicatos e associações de classe são um exemplo de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que não tenham fins lucrativos.
c) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham como finalidade a promoção da cultura.
d) A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público somente será conferida a autarquias voltadas à educação.
e) Entidades que comercializam planos de saúde não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Comentários

Resposta: alternativa "e". De acordo com art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999: NÃO são passíveis de qualificação como OSCIP: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Incorreta a alternativa "a" porque, para serem qualificadas como OSCIP, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos devem cumprir os requisitos previstos na Lei nº 9.790, de 1999. Ademais, de acordo com o art. 2º da aludida lei, não são passíveis de qualificação como OSCIP as instituições hospitalares privadas, não gratuitas e suas mantenedoras.

Incorreta a alternativa "b" porque, conforme o já citado art. 2º, não são passíveis de qualificação como OSCIP os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional.

Incorreta a alternativa "c" porque o exercício de atividade cultural não é o único que permite a qualificação como OSCIP.

Incorreta a alternativa "d" porque autarquia não pode ser qualificada como OSCIP, isso porque o art. 1º da Lei nº 9.790, de 1999, prevê que podem qualificar-se como OSCIP as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por Lei.

---

22. 2016/CESPE/TCE-PR/Analista de Controle

Em relação à administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.
a) O vínculo entre o poder público e as organizações da sociedade civil de interesse público é estabelecido mediante a celebração de contrato de gestão, no qual deverão estar previstos os direitos e as obrigações dos pactuantes e destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades de interesse público.

b) Organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
c) Os serviços sociais autônomos, que são instituídos pelo poder público por meio de lei, integram a administração pública.
d) Não é obrigatória a participação de agentes do poder público no conselho de administração das organizações sociais, exigindo-se, contudo, que seja formado por membros representantes de entidades da sociedade civil e por membros com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, a serem eleitos pelos integrantes do conselho.
e) A qualificação das organizações sociais será concedida pelo Ministério da Justiça por meio de ato vinculado.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De fato, o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1999, afirma que o Poder Executivo pode qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos da lei. Assim, se uma entidade já foi qualificada como OS, ao menos formalmente, pode-se afirmar que ela é de direito privado, sem fins lucrativos, e atua em uma das atividades citadas.

Incorreta a alternativa "a" porque o Poder Público e as OSCIP celebram termo de parceria, conforme fixa a Lei nº 9.970, de 1999.

Incorreta a alternativa "c" porque os serviços sociais autônomos não necessariamente são instituídos pelo Poder Público e, de todo modo, não integram a Administração Pública, direta ou indireta.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 3º da Lei nº 9.637, de 1998, o conselho de administração da OS deve ser estruturado conforme dispuser seu Estatuto, mas sendo composto por: 20 a 40% de membros natos representantes do Poder Público.

Por fim, incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o inciso II, do art 2º da Lei nº 9.637, de 1998, é requisito para habilitação como OS haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado. A qualificação que é concedida pelo Ministro da Justiça é como OSCIP, nos termos da Lei nº 9.970, de 1999, em especial seus artigos 5º e 6º: cumpridos os requisitos da lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação como OSCIP, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos documentos obrigatórios; recebido o requerimento, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

23. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), o Poder Executivo, observados os requisitos legais, poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. E é por meio de contrato de gestão que o Poder Público e a entidade qualificada como organização social formam parcerias para fomento e execução de atividades relativas às áreas suprarelacionadas.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei. Já o art. 5º da aludida lei prevê que contrato de gestão é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

---

24. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.637/98 (Organizações Sociais), os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, e representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, sob pena de responsabilidade solidária.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. A assertiva está incorreta porque o examinador uniu em uma única afirmação dois dispositivos com orientações diversas constantes na Lei nº 9.637, de 1998. Trata-se das disposições dos artigos 9º e 10 da aludida lei, veja: *Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. Art. 10. Sem*

prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público. Portanto, perceba que há uma gradação nos aludidos dispositivos. Quando houver qualquer irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato devem dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária. Por outro lado, quando forem graves os fatos ou o interesse público exigir (demonstra maior relevância do que no item anterior), em função de fundados indícios de malversação de bens ou recursos públicos, além de comunicar ao Tribunal de Contas, os responsáveis pela fiscalização devem representar ao MP e à AGU ou Procuradoria do ente.

---

25. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 9.790/99 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como OSCIP, exige-se, para tanto, que sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, sendo vedada a participação de servidores públicos na composição desse conselho.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. A assertiva está incorreta apenas por sua parte final. O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, já permitia a participação de servidores públicos na composição de conselho de OSCIP, mas vedava a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título. Mas a Lei nº 13.019, de 2014, alterou o aludido dispositivo, continuando a permitir a participação de servidor público, só que agora excluindo a vedação de remuneração ou subsídio. Ou seja, atualmente, o servidor tanto pode participar da composição de conselho de OSCIP quanto ser remunerado por isso. A parte inicial da assertiva está correta e em linha com o art. 4º, incido III, da Lei nº 9.790, de 1999, que prevê que o estatuto da OSCIP deve dispor sobre a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

---

26. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

Determinado Município firmou convênio com uma Organização Social de assistência aos deficientes visuais, repassando-lhe mensalmente verbas públicas, e cedendo também uma sala em escola municipal para o desempenho das atividades. Diante da situação em epígrafe, é correto afirmar:

a) Este convênio tão somente poderá ter realizado por intermédio de uma licitação, na modalidade Concorrência, uma vez que a livre escolha feita pela Administração não se enquadra nos casos de dispensa de licitação.

b) Uma vez que recebeu verbas públicas, a referida Organização Social deverá obrigatoriamente realizar procedimentos licitatórios para a utilização destes recursos.

c) As organizações sociais, por integrarem o Terceiro Setor, não fazem parte do conceito constitucional de Administração Pública, razão pela qual não se submetem, em suas contratações ao dever de licitar, visto a ausência de determinação constitucional.

d) As organizações sociais como as entidades paraestatais se submetem aos procedimentos licitatórios, nos mesmos moldes da Administração Direta.

Comentários

Resposta: alternativa "c". A alternativa "c" está em linha com a jurisprudência do STF, STJ e TCU. As organizações do Terceiro Setor (OS, OSCIP, OSC, Serviço social Autônomo, Entidades de apoio, entre outras) não se enquadram no conceito de Administração Pública direta ou indireta, a elas não se aplicando ordinariamente o regime jurídico público. Elas se submetem ao regime jurídico privado, sendo este mitigado apenas em situações específicas e excepcionais.

Incorreta a alternativa "d", nessa linha.

Incorreta também a alternativa "a", já que no julgamento da ADI 1923 o STF, por decisão majoritária, julgou parcialmente procedente o pedido apenas para dar à Lei nº 9.637, de 1998, interpretação conforme a Constituição. É possível extrair o seguinte excerto da longa ementa do julgado: *As dispensas de licitação instituídas no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93 e no art. 12, §3º, da Lei nº 9.637/98 têm a finalidade que a doutrina contemporânea denomina de função regulatória da licitação, através da qual a licitação passa a ser também vista como mecanismo de indução de determinadas práticas sociais benéficas, fomentando a atuação de organizações sociais que já ostentem, à época da contratação, o título de qualificação, e que por isso sejam reconhecidamente colaboradoras do Poder Público no desempenho dos deveres constitucionais no campo dos serviços sociais. O afastamento do certame licitatório não exime, porém, o administrador público da observância dos princípios constitucionais, de modo que a contratação direta deve observar critérios objetivos e impessoais, com publicidade de forma a permitir o acesso a todos os interessados*. Portanto, não se exige licitação para realização de convênio ou contrato do Poder Público com OS, neste caso.

Incorreta a alternativa "b" porque também não se exige que a OS realize procedimento licitatório. Inclusive o art. 17 da Lei nº 9.637, de 1998, fixou que a OS deve publicar, no prazo máximo de 90

dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SÃO PAULO

Assinale a alternativa que contempla duas áreas em que a Administração Pública pode firmar um contrato de gestão com uma organização social.

a) Cultura e saúde.
b) Preservação do meio ambiente e administração da justiça.
c) Administração e gerenciamento de rodovias e pesquisa científica.
d) Ensino universitário e administração de obras públicas.
e) Desenvolvimento tecnológico e segurança pública.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.637, de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em Lei.

---

28. 2016/FGV/PREFEITURA DE CUIABÁ-MT/Auditor Fiscal

Edinaldo e Pedro, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da sujeição, ou não, dos serviços sociais autônomos à exigência constitucional de que a investidura em cargo ou emprego público dependa de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

À luz da sistemática constitucional e da interpretação que lhe vem sendo dispensada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que os serviços sociais autônomos,
a) por integrarem a Administração Pública direta, devem observar a referida exigência constitucional.
b) na medida em que não integram a Administração Pública, não devem observar a referida exigência constitucional.
c) por integrarem a Administração Pública indireta, devem observar a referida exigência constitucional.
d) somente estarão sujeitos à referida exigência constitucional quando receberem contribuições parafiscais.
e) por serem entes paraestatais, devem observar a referida exigência constitucional.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com a jurisprudência do STF, por exemplo, no julgamento da ADI 1.864 e RE 789.874, tem-se que: os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S", vinculados a entidades patronais de grau superior e patrocinados basicamente por recursos recolhidos do próprio setor produtivo beneficiado, ostentam natureza de pessoa jurídica de direito privado e não integram a administração pública, embora colaborem com ela na execução de atividades de relevante significado social. Presentes essas características, não estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal, nos moldes do art. 37, II, da CF. Dessa jurisprudência decorreu a fixação da seguinte tese no tema 569 de repercussão geral: *Os serviços sociais autônomos integrantes do denominado Sistema "S" não estão submetidos à exigência de concurso público para contratação de pessoal, nos moldes do art. 37, II, da Constituição Federal.*

---

29. 2016/FGV/PREFEITURA DE CUIABÁ-MT/Auditor Fiscal

Sobre as normas gerais acerca da prestação de serviços públicos por Organizações Sociais – OS's, assinale a afirmativa correta

a) A qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos em Organização Social depende de lei específica de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

b) A Organização Social formada será integrante da Administração Indireta do ente federado que a criou, estando submetida aos princípios da hierarquia e do controle.

c) Não obstante a qualificação como Organização Social, a entidade de direito privado qualificada está submetida à prévia licitação para a prestação do serviço delegado.

d) A qualificação da entidade privada como Organização Social depende de licitação na modalidade de concorrência, salvo se por inviabilidade de competição a mesma for inexigível.

e) As entidades qualificadas como Organização Social não integram a estrutura da Administração Pública e não possuem fins lucrativos, mas se submetem ao controle financeiro do Poder Público, inclusive do Tribunal de Contas.

Comentários

Resposta: alternativa "e".

Correta a alternativa "e". A OS, assim qualificada pelo Poder Executivo nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, e todas as outras organizações do Terceiro Setor (OSCIP, OSC, Serviço Social Autônomo, Entidades de Apoio, ...) não integram a Administração Pública, direta ou indireta. A elas não se aplica ordinariamente o regime jurídico público, submetendo-se ao regime jurídico privado, sendo este mitigado apenas em situações específicas e excepcionais. Nesta linha, no julgamento da ADI 1923 pelo STF, por decisão majoritária, foi julgado parcialmente procedente o pedido apenas para dar à Lei nº 9.637, de 1998, interpretação conforme a Constituição. É possível extrair o seguinte excerto da longa ementa do julgado: (...) para afastar qualquer interpretação que restrinja o controle, pelo Ministério Público e pelo TCU, da aplicação de verbas públicas.

Incorreta a alternativa "a" porque a qualificação como OS é concedida discricionariamente pelo Poder Executivo, sem necessidade de lei. Frise-se que, no julgamento da já citada ADI 1923 o STF fixou a orientação de que a discricionariedade citada não pode ser confundida com arbitrariedade. Assim, os motivos para concessão ou não devem ser públicos para que haja controle social e dos órgãos competentes.

Incorreta a alternativa "b" porque OS não integra Administração Indireta.

Incorreta a alternativa "c" porque, nos termos do inciso XXIV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, há dispensa de licitação para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Incorreta a alternativa "d" porque, em linha com o julgamento da ADI 1923 pelo STF, o Poder Público não está sujeito à licitação para qualificação das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como OS, cumpridos os requisitos da Lei nº 9.637, de 1998.

---

30. 2016/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

Dadas as assertivas abaixo a respeito das OSCIPs, assinale a alternativa correta.
I – Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 1 (um) ano, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/1999.
II – Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as sociedades comerciais, os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional, nem as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
III – Dentre os objetos sociais possíveis para a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/1999 está o de realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.
Estão corretas
a) Apenas I e II.
b) I, II e III.
c) Apenas II.
d) Apenas II e III.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Incorreta a assertiva I porque, de acordo com o art. 1º da Lei nº 9.970, de 1999, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado

sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos em lei.

Correta a assertiva II, já que, de acordo com art. 2º da Lei nº 9.790, de 1999: NÃO são passíveis de qualificação como OSCIP: I - as sociedades comerciais; II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios; VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados; VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; IX - as organizações sociais; X - as cooperativas; XI - as fundações públicas; XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Correta também a assertiva III, já que a Lei nº 13.019, de 2014, incluiu o inciso XIII no art. 3º da Lei nº 9.970, de 1999, para permitir como um dos objetivos sociais autorizadores de qualificação como OSCIP a realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

3.21 MROSC

1. **2018/FCC/TRT-6ª REGIÃO-PE/ Analista Judiciário**

De acordo com a Lei n° 13.019/2014,

a) qualquer organização da sociedade civil pode celebrar parceria com a Administração pública, podendo se materializar mediante convênio ou contrato.
b) as entidades da sociedade civil devem ser qualificadas como organizações sociais para celebrarem parcerias regidas por esse diploma legal com os entes públicos quando envolverem o repasse de recursos financeiros.
c) as parcerias firmadas entre poder público e entidades da sociedade civil regidas por esse diploma legal dependem da previsão de repasse de recursos financeiros para realização das atividades.
d) os instrumentos de parceria previstos nesse diploma legal se destinam a disciplinar a realização de atividades de interesse público e recíproco, nem todos envolvendo o repasse de recursos financeiros em favor da organização da sociedade civil.

e) a celebração de acordos ou termos de cooperação com entidades da sociedade civil configura hipótese expressa de dispensa de licitação, diferentemente do termo de fomento, que exige a realização de um chamamento para escolha da organização que melhor desempenhará as atividades de interesse público.

Comentários

Resposta: alternativa "d".

Correta a alternativa "d" porque, de fato, nem todos os instrumentos de formalização de parceria entre o Poder Público e a OSC, previstos na Lei nº 13.019, de 2014, exigem transferência de recursos. É o caso do acordo de cooperação que é: *instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Incorreta a alternativa "a" porque em desacordo com a Lei nº 13.019, em especial com os artigos 33 a 38, que fixam requisitos para a celebração, por exemplo, de termo de colaboração e termo de fomento. O art. 33, por exemplo, exige que a OSC seja regida por normas de organizações internas que prevejam, expressamente, entre outros: *objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; possuir no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los; possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas*.

Incorreta a alternativa "b" porque não se pode confundir OSC com OS. Organizações Sociais – OS são as pessoas jurídicas privadas, sem fins lucrativos, qualificadas nos termos da Lei nº 9.637, de 1998. Já as Organizações da Sociedade Civil – OSC estão definidas no inciso I, do art. 3º da Lei nº 13.019, de 2014: *a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e*

que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; b) as sociedades cooperativas previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; e c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

Incorreta a alternativa "c" porque nem todos os instrumentos de formalização de parceria entre o Poder Público e a OSC exige transferência de recursos. É o caso do acordo de cooperação que é: *instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.*

Incorreta a alternativa "e" porque não há na Lei nº 8.666, de 1993, dispensa expressa de licitação para formalização de parceria. O que a Lei nº 13.019, de 2014, introduziu no ordenamento, afastando a aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, foi a figura do chamamento público que é procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Além disso, também há previsão de casos de dispensa e inexigibilidade de realização do aludido chamamento, nos termos dos artigos 29, 30 e 31 da lei. Por fim, frise-se que é exigida a realização de chamamento público para acordo de cooperação quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

---

2. 2018/FGV/SEFIN-RO/Técnico Tributário

Determinada organização da sociedade civil, que jamais recebera qualquer qualificação do Poder Público, celebrou um ajuste com o Estado Beta, sem repasse de recursos financeiros, com o objetivo de aprimorar certa atividade de interesse social há anos desenvolvida, paralelamente, por ambos.
À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 13.019/14, esse ajuste é denominado.
a) termo de fomento
b) acordo de cooperação
c) termo de colaboração
d) convênio
e) termo de gestão

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 2º, inciso VIII-A, da Lei nº 13.019, de 2014, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil - OSC para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Incorretas as alternativas "a" e "c" porque termo de fomento e termo de colaboração envolvem transferência de recurso financeiro, sendo o termo de colaboração proposto pela Administração e o termo de fomento pela OSC.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o art. 84 da Lei nº 13.019, de 2014, é vedada a celebração de convênio a partir de sua vigência, exceto entre entes da federação ou de atividades do SUS nos termos do art. 199 da CRFB.

Incorreta a alternativa "e" porque não há o instrumento jurídico denominado termo de gestão. A Lei nº 13.019, de 2014, prevê acordo de cooperação, termo de colaboração e termo de fomento. A Lei nº 9.637, de 1998, que trata das OS prevê a figura do contrato de gestão, que também não é o caso da questão.

---

3. 2018/FGV/SEFIN-RO/Contador

O Estado Ômega, após o cumprimento dos trâmites regulares, celebrou dois convênios com a entidade filantrópica Delta: o primeiro tinha por objetivo estabelecer gestão compartilhada de algumas unidades de saúde; o segundo, por sua vez, celebrado a partir de proposta de Delta, visava a estabelecer parceria na consecução de finalidade de interesse público e recíproco, consistente no oferecimento de programas de atletismo a adolescentes carentes. Em ambos os casos, foi previsto o repasse de recursos pelo Estado Ômega.
À luz da sistemática constitucional e infraconstitucional, com especial ênfase para a Lei nº 13.019/14, sob o prisma da regularidade formal do instrumento jurídico utilizado, é correto afirmar que
a) somente o primeiro convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de colaboração.
b) somente o segundo convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de fomento.
c) somente o primeiro convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o contrato de gestão.
d) somente o segundo convênio é ilegal, pois o instrumento correto deveria ser o termo de parceria.
e) ambos os convênios são ilegais, pois os instrumentos deveriam ser, respectivamente, o termo de parceria e o acordo de cooperação.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 84-A da Lei nº 13.019, de 2014 (Lei do MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), a partir de sua vigência, somente serão celebrados convênios entre entes federados (ou pessoas jurídicas e eles vinculados) ou decorrente de participação no SUS (Sistema Único de Saúde). Assim, o Estado Ômega, ao celebrar convênio com a entidade filantrópica Delta quanto à gestão compartilhada de Saúde, ainda que haja repasse de valores, enquadra-se na autorização do aludido artigo e, portanto, é legal. Por outro lado, o Estado Ômega ao celebrar convênio com a Delta, por proposta desta, para estabelecer parceria na consecução de finalidade de interesse público e recíproco, consistente no oferecimento de programas de atletismo a adolescentes carentes com repasses de recursos comete ilegalidade já que o instrumento adequado para tal, a partir da Lei do MROSC é o termo de fomento.

Incorretas a "a" e a "c" porque o 1º convênio é legal.

Incorreta a "d" porque o 2º convênio deveria ser termo de fomento e não termo de parceria, que é instrumento formalizado com OSCIP nos termos da Lei nº 9.790, de 1999.

Incorreta a "e" porque o 1º convênio é legal e o segundo deveria ser termo de fomento. Lembre-se: acordo de cooperação não envolve recurso financeiro. Termo de colaboração e termo de fomento envolvem recurso financeiro, sendo o primeiro proposto pela Administração e o segundo pela OSC.

---

4. 2018/CESPE/SEFAZ-RS/Auditor

Com base na Lei n.º 13.019/2014, a organização da sociedade civil estará impedida de celebrar parceria com a administração pública se
a) seu dirigente for cônjuge de pessoa condenada por ato de improbidade.
b) seu dirigente for cônjuge de membro do Ministério Público da mesma esfera governamental em que será celebrado o termo de fomento.
c) for uma entidade estrangeira, ainda que tenha autorização para funcionar no território nacional.
d) suas contas tiverem sido rejeitadas nos últimos cinco anos, mesmo que haja recurso com efeito suspensivo pendente de decisão.
e) tiver realizado a prestação de contas fora do prazo em parcerias anteriores.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b" porque veda-se a celebração de parceria com OSC que tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. De acordo com o

art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, *ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que: I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional; II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada; III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se: a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados; b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo; V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade: a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei; d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei; VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; VII - tenha entre seus dirigentes pessoa: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992*.

Incorreta a alternativa "a" porque o impedimento neste caso depende de o próprio dirigente ter praticado e ter sido condenado por ato de improbidade.

Incorreta a "c" porque, desde que autorizada a funcionar no Brasil, a organização estrangeira poderá celebrar parceria.

Incorreta a alternativa "d" porque, havendo recurso com efeito suspensivo não se aplica a vedação.

Por fim, incorreta a alternativa "e" porque a vedação ocorre se as contas forem julgadas irregulares ou rejeitadas, ou, ainda, se a OSC estiver omissa no dever de prestar contas de parcerias anteriores.

---

5. 2017/VUNESP/ CÂMARA DE MOGI DAS CRUZES

Nos termos da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, é correto afirmar que

a) os Municípios poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, independentemente de autorização da União, para utilizar suas funcionalidades.
b) a legislação para os Municípios entrará em vigor somente a partir de 1o de janeiro de 2017.
c) a inadimplência da Administração Pública transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
d) a remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria gera vínculo trabalhista com o poder público.
e) os Municípios, mediante autorização dos Estados, poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV para utilizar suas funcionalidades.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b" porque, de acordo com o §1º do art. 88 da Lei do MROSC, para os Municípios, esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Incorretas as alternativas "a" e "e" porque, de acordo com o art. 81 da Lei do MROSC, mediante autorização da União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão aderir ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV para utilizar suas funcionalidades.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o §1º do art. 46, a inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com o §3º do art. 46, o pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

---

6. 2017/FCC/TRF-5ª REGIÃO/Analista Judiciário

A União, por meio do Ministério da Educação, formalizou termo de colaboração, regido pela Lei n° 13.019 de 2014, com organização da sociedade civil, firmado após seleção por meio de chamamento público, com vista à implementação de projeto voltado à formação e qualificação de multiplicadores de conhecimento na área de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em adolescentes. Estabeleceu-se que a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, durante a vigência da parceria, seria paga com recursos públicos vinculados à parceria. O Tribunal de Contas da União solicitou esclarecimentos ao Poder Público sob a alegação de que os recursos públicos não poderiam ser empregados na remuneração de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil parceira. O apontamento do TCU

a) procede, porquanto os recursos públicos repassados à entidade parceira somente podem remunerar equipe de trabalho contratada, jamais própria, cujo custo deve ser suportado pela entidade privada a título de contrapartida.

b) improcede, pois a Lei n° 13.019 de 2014 permite expressamente que a remuneração da equipe de trabalho, tanto contratada como própria da entidade parceria, possa ser feita com recursos públicos vinculados à parceria.
c) procede, pois a Lei n° 13.019 de 2014 veda expressamente o pagamento da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, seja pessoal próprio da organização, seja contratado para execução da parceria.
d) improcede, porque a lei não dispõe quanto à natureza das despesas que podem ou não ser custeadas com recursos vinculados à parceria, cabendo aos instrumentos jurídicos disciplinar a questão livremente, em razão do controle de resultados introduzido pelo novo marco regulatório.
e) procede, pois a lei veda expressamente o pagamento com recursos da parceria da equipe de trabalho e de todos os custos indiretos necessários à execução do objeto, qualquer que seja sua proporção em relação à parceria.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

---

7. 2017/FCC/TRF-5ª REGIÃO/Analista Judiciário

Objetivando consecução de finalidade de interesse público, autarquia federal lançou chamamento público para selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos interessada em firmar parceria para execução, em regime de mútua cooperação, de projeto, cujo plano de trabalho foi desenvolvido e ofertado pela Administração, com a previsão de repasse de recursos financeiros e ausência de contrapartida. Levando em consideração o regime jurídico das parcerias estabelecido pela Lei n° 13.019 de 2014, o futuro ajuste será instrumentalizado por
a) termo de colaboração, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, desde que não haja previsão de contrapartida.
b) termo de fomento, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, estabeleçam ou não contrapartida.
c) acordo de cooperação, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros e previsão de contrapartida, que se constitui requisito para celebração da avença.

d) termo de colaboração, que é o instrumento legalmente previsto para formalização de parcerias propostas pela Administração, que envolvam transferência de recursos financeiros, com ou sem previsão de contrapartida.
e) termo de fomento ou termo de colaboração, que são instrumentos hábeis, nos termos da lei, para formalização de parcerias que envolvam transferência de recursos, independentemente da origem da proposta.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o inciso VII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros. Portanto, não é fixada a necessidade de contrapartida, podendo ela ocorrer ou não. Lembre-se que, conforme inciso VIII do aludido artigo, termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros. Por fim, conforme inciso VIII-A do aludido artigo, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

---

8. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Segundo a literalidade do caput do artigo 69 da Lei 13.019/2014, que versa sobre os prazos da prestação de contas, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até determinada quantidade de dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano. Desse modo, marque a alternativa **CORRETA**
a) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até trinta dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
b)A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até sessenta dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
c) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
d) A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até cento e vinte dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

Comentários

Resposta: alternativa "c". De acordo com o art. 69 da Lei nº 13.019, de 2014, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

---

9. 2017/FGV/SEPOG-RO/Analista de Planejamento

O Chefe do Poder Executivo de determinado Estado federativo informou à sua assessoria que desejava propor uma parceria às organizações da sociedade civil que atuassem com atividades esportivas para crianças portadoras de deficiência, transferindo-lhes recursos financeiros para a consecução dessa atividade, cuja finalidade é de interesse público e recíproco.
À luz da narrativa acima e da sistemática estabelecida pela Lei nº 13.019/2014, que norteará o ajuste, o instrumento a ser utilizado na celebração da parceria é o

a) termo de colaboração.
b) termo de parceria.
c) termo de fomento.
d) contrato de gestão.
e) acordo de cooperação.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso VII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros. Lembre-se que, conforme inciso VIII do aludido artigo, termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros. Por fim, conforme inciso VIII-A do aludido artigo, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

---

10. 2017/FAFIPA/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA-PR/Advogado

Estabelece a lei federal 13.019/2014 o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a

política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Nessa toada, com fulcro no artigo 2º, para os fins dessa Lei, considera-se administrador público.
a) Agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.
b) Agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
c) Órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.
d) Órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso V do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, administrador público é o agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros.

A alternativa "b" apresenta a definição de gestor da parceria constante no inciso VI do aludido artigo.

A alternativa "c" apresenta a definição da Comissão de Seleção, constante no inciso X do art. 2º.

Por fim, a alternativa "d" apresenta a definição do Conselho de Política Pública, constante no inciso IX do citado artigo.

---

11. 2016/VUNESP/TJM-SP/Juiz de Direito

Há um novo marco regulatório que disciplina a celebração de convênios e acordos de cooperação pela Administração Pública. Extrai-se da Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que
a) descabe a aplicação de sanções aos parceiros, pois os interesses envolvidos nos planos de trabalho são comuns, não contrapostos.
b) o termo de colaboração deve ser adotado pela Administração Pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.
c) essa lei se aplica também aos convênios celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, que podem participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste.

d) a celebração de termo de colaboração ou de fomento deverá ser sempre precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.
e) a partir da sua vigência, somente serão celebrados convênios entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas, não se aplicando a essas parcerias o disposto na Lei no 8.666/93.

Comentários

Resposta: alternativa "b".

Correta a alternativa "b" já que, de acordo com o inciso VII do art. 2º da Lei do MROSC, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Incorreta a alternativa "a" porque, em que pese, de fato os interesses envolvidos nos planos de trabalho serem comuns e não contrapostos, o art. 73 da Lei do MROSC prevê que pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil sanções nela previstas (advertência; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; e declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada pela suspensão).

Incorreta a alternativa "c" já que, de acordo com o inciso IV do art. 3º da Lei do MROSC, as suas disposições não se aplicam aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal, que trata do SUS – Sistema Único de Saúde.

Incorreta a alternativa "d" porque, de acordo com os arts. 29, 30 e 31 da Lei do MROSC, há casos de dispensa, inexigibilidade e celebração de parceria sem chamamento público.

Incorreta a alternativa "e" porque, de acordo com o art. 84-A da Lei nº 13.019, de 2014, a partir de sua vigência, somente serão celebrados convênios entre entes federados (ou pessoas jurídicas e eles vinculados) ou decorrentes de participação no SUS (Sistema Único de Saúde), nos termos do art. 199 da Constituição.

12. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 13.019/14, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, é vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: certo. De acordo com o art. 40 da Lei nº 13.019, de 2014, é vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

13. 2016/MPE-PR/MPE-PR/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:
Não se aplicam as exigências da Lei n. 13.019/2014 (dispõe sobre Organização da Sociedade Civil e Marco Regulatório do Terceiro Setor):
a) Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições específicas dos tratados, acordos e convenções internacionais conflitarem com a Lei n. 13.019/2014;
b) Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na lei específica das organizações sociais;
c) Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por membros de Poder ou do Ministério Público;
d) Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por: dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública e/ou pessoas jurídicas de direito público e de direito privado interno;
e) Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Comentários

Resposta: alternativa “d”. O art. 3º da Lei nº 13.019, de 2014, prevê os casos em que as disposições da aludida lei não são aplicáveis.

Incorreta apenas a alternativa "d" por sua parte final ter incluído pessoa jurídica de direito privado interno. A excludente de aplicação da Lei do MROSC se dá aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por: a) membros de Poder ou do Ministério Público; b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública; c) pessoas jurídicas de direito público interno; d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública.

Correta a alternativa "a", que apresenta caso constante no inciso I do aludido artigo. A "b", no inciso III. A "c", no inciso IX, alínea "a". E a "e", no inciso X.

---

14. 2016/IESES/TJ-PA/Titular de Serviços de Notas e Registros

A Lei 13.019 de 2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Referida lei prevê que o edital do chamamento público especificará, no mínimo.

a) O tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

b) A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

c) A programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; as datas e os critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

d) A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; o tipo de parceria a ser celebrada; objeto da parceria; as datas, os prazos, as condições, o local e a forma

de apresentação das propostas; as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; o valor previsto para a realização do objeto; as condições para interposição de recurso administrativo; a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo com o §1º do art. 24 da Lei nº 13.109, de 2014, *o edital do chamamento público especificará, no mínimo: I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria; II – revogado; III - o objeto da parceria; IV - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas; V - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso; VI - o valor previsto para a realização do objeto; VII – Revogado; VIII - as condições para interposição de recurso administrativo; IX - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; X - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos*. Na literalidade, nenhuma alternativa responde à questão já que o inciso II que previa o tipo de parceria a ser celebrado foi revogado. Contudo, analisando sistematicamente, o tipo seria obtido na minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria.

---

15. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Conhecida como "Marco Regulatório do Terceiro Setor", a Lei Federal no 13.019/2014, estabelece normas gerais para as parcerias entre a Administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Ressalvadas as exceções previstas na mencionada legislação, é obrigatória a adoção do seguinte procedimento prévio para a celebração dos instrumentos de parceria nela disciplinados.

a) Registro de preços.
b) Chamamento público.
c) Licitação, na modalidade pregão.
d) Licitação, na modalidade concurso.
e) Pré-qualificação das entidades.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, chamamento público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância

dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Além disso, de acordo com os arts. 29, 30 e 31 da Lei do MROSC, há casos de dispensa, inexigibilidade e celebração de parceria sem chamamento público.

---

16. 2016/ESAF/ANAC/Analista Administrativo

Assinale a opção correta.

a) O termo de colaboração é o instrumento que a Administração Pública deverá adotar em caso de transferências voluntárias de recursos para a consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil.

b) A organização da sociedade civil indicará ao menos um dirigente que se responsabilizará de forma subsidiária pela execução das atividades e pelo cumprimento das metas pactuadas na parceria.

c) A eventual inadimplência da organização da sociedade civil no pagamento dos encargos trabalhistas relativos ao cumprimento do termo de colaboração ou de fomento é de sua responsabilidade, havendo apenas a responsabilidade subsidiária da administração pública parceira.

d) Como regra, a Administração Pública, para poder celebrar as parcerias previstas na Lei n. 13.019/2014, está obrigada a realizar o chamamento público, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de tal procedimento.

e) Nas contratações de bens e serviços que efetuem com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública, as organizações da sociedade civil estão obrigadas a realizar licitação nos termos da Lei n. 8.666/93.

Comentários

Resposta: alternativa "d". De acordo o art. 24 da Lei nº 13.019, de 2014, exceto nas hipóteses previstas, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto. Frise-se que os arts. 29, 30 e 31 da Lei do MROSC, estabelecem casos de dispensa, inexigibilidade e celebração de parceria sem chamamento público.

Incorreta a alternativa "a" porque, de acordo com o inciso VII do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros. Lembre-se que, conforme inciso VIII do aludido artigo, termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos

financeiros. Por fim, conforme inciso VIII-A do aludido artigo, acordo de cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Incorreta a alternativa "b" porque foi revogada a previsão do art. 37 da Lei nº 13.019, de 2014, que previa que a organização da sociedade civil indicaria ao menos 1 (um) dirigente para se responsabilizar, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, devendo essa indicação constar do instrumento da parceria.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o inciso XX do art. 42, a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Incorreta a alternativa "e" porque a OSC não está sujeita à Lei nº 8.666, de 1993. Inclusive, o art. 84 da Lei nº 13.019, de 2014, estabelece que não se aplica às parcerias o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

---

17. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES-SP /Procurador Jurídico

A Lei Federal nº 13.019/14 institui um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo que tais parcerias decorrem de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil e envolvem a transferência de recursos financeiros.
A referida lei define esse instrumento como termo de
a) fomento.
b) colaboração.
c) parceria.
d) chamamento público.
e) gestão

Comentários

Resposta: alternativa "a". De acordo com o inciso VIII do artigo 2º da Lei nº 13.019, de 2014, termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Incorreta a alternativa "b" porque, conforme inciso VII do mesmo art. 2º, termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Incorreta a alternativa "c" porque, de acordo com o inciso III do aludido artigo, parceria é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

Incorreta a "d" porque, conforme inciso XII, Chamamento Público é o procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Por fim, incorreta a "e", porque a Lei do MROSC define a figura do gestor da parceria e não genericamente "gestão", que é um conjunto amplo de instrumentos, fluxos e procedimentos da concepção à conclusão da parceria.

---

18. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

De acordo com a Lei n. 13.019/14 (Terceiro Setor), a entidade privada sem fins lucrativos, que distribua ou não, entre os seus sócios ou associados, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, é considerada organização da sociedade civil.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Resposta: errado. De acordo com o inciso I, alínea "a", do art. 2º da Lei nº 13.019, de 2014, OSC é: a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; b) as sociedades cooperativas

previstas na Lei no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

---

19. 2016/FCC/PGE-MT/Analista

Município mato-grossense pretende celebrar ajuste com o Estado do Mato Grosso, por meio do qual lhe transfira os encargos de regulação e prestação dos serviços públicos municipais de coleta e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, sem qualquer criação de pessoa jurídica para tal fim. Para tanto, os instrumentos jurídicos adequados são o

a) termo de fomento e o termo de colaboração, tal como disciplinados pela Lei nº 13.019/2014.

b) convênio de cooperação e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

c) consórcio público de direito público e o contrato de programa, tal como disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, e pela legislação específica sobre os serviços públicos em questão.

d) convênio administrativo e o contrato de repasse, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993, e pelo Decreto nº 6.170/2007.

e) contrato de empreitada de obra pública e o contrato de prestação de serviços, tal como disciplinados pela Lei nº 8.666/1993.

Comentários

Resposta: alternativa "b". De acordo com o art. 84-A da Lei nº 13.109, de 2014, após sua vigência somente serão celebrados convênios regidos pelo art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas ou, ainda, decorrente de parceria para atividade do Sistema Único de Saúde – SUS, nos termos do art. 199 da CRFB. Portanto, o instrumento hábil a que o Município mato-grossense celebre com o Estado do Mato Grosso, sem criação de pessoa jurídica, é o convênio de cooperação entre os entes. Se fosse com criação de pessoa jurídica, poderia ser utilizado o consórcio público de que trata a Lei nº 11.107, de 2005. Também poderá ser lançado mão do contrato de programa de que trata o art. 13 da Lei nº 11.107, de 2005.

Incorreta a alternativa "a" porque termos de fomento e de colaboração são firmados entre o Poder Público e OSC.

Incorreta a "c" porque consórcio público é uma pessoa jurídica, condição afastada pelo enunciado. Lembre-se que o consórcio público pode ser constituído como associação pública (pessoa jurídica de direito público) ou como pessoa jurídica de direito privado.

Incorreta a alternativa "d" porque o contrato de repasse de que trata o Decreto nº 6.170, de 2007, é celebrado entre entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades que envolvam a transferência de recursos ou a descentralização de créditos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Por fim, incorreta a alternativa "e" porque, o que se busca entre o Município mato-grossense e o Estado do Mato Grosso, não se trata de contratação comum regida pela Lei nº 8.666, de 1993.

3.22 Bens Públicos

1. **2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/ Procurador**

Cinco municípios limítrofes constituíram consórcio público para gestão associada de serviço público de transporte coletivo de passageiros sobre pneus. Para prestação do serviço à população, o Consórcio constituído nos termos da Lei federal nº 11.107/2005, elaborou plano de outorga, realizou a licitação e celebrou contrato de permissão, observadas as normas da Lei federal nº 8.987/95. Tanto no edital de licitação como no contrato dele decorrente, para prestação adequada do serviço, foi prevista obrigação de aquisição, pela permissionária, de bens e equipamentos imprescindíveis à prestação adequada e continuada do serviço público, como veículos, bem como a construção e manutenção de uma garagem, onde também funcionaria o controle operacional do serviço delegado, em área própria da contratada, dentro dos limites territoriais de qualquer um dos cinco municípios integrantes do consórcio permitente. A respeito desses bens e equipamentos, é correto afirmar que

a) constituem bens reversíveis que, durante o prazo de vigência da permissão, integram o patrimônio da empresa permissionária, mas, ao fim da delegação, por serem imprescindíveis à prestação do serviço, passam para o patrimônio do consórcio público permitente.

b) constituem bens reversíveis que, durante o prazo de vigência da permissão, submetem-se ao regime jurídico público de gestão de bens e, ao fim da delegação, passam para o patrimônio do ente público em cujo território estiverem localizados.

c) constituem bens particulares da permissionária, embora afetados à prestação de serviço público e, porque por ela adquiridos com recursos próprios, ao fim da delegação, não revertem ao patrimônio público.

d) constituem bens particulares da permissionária, afetados a uma finalidade pública e, por isso, ao final da delegação, deverão ser transferidos ao novo contratado, se houver, ou ao ente municipal líder do consórcio.

e) constituem bens de domínio particular da permissionária que, de acordo com o regime de bens reversíveis aplicável ao caso, deles poderá livremente dispor ao final da vigência da delegação.

Comentários

a) Correto. Durante o prazo do contrato, os bens adquiridos pela permissionária serão de sua propriedade. Porém, ao final do contrato, por conta de esses bens serem considerados como imprescindíveis à prestação adequada e continuada do serviço público, os bens reversíveis serão incorporados ao patrimônio do consórcio constituído, nos termos dos incisos X e XI, do art. 18, da Lei 8.666/93 c/c §1º e 3º do art. 35 e do art. 36, ambos da Lei 8987/1995, in verbis:

> *Lei 8.666/1993*
> *Art. 18. O edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterá, especialmente:*
> *(...)*
> ***X - a indicação dos bens reversíveis;***
> *XI* ***- as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;*** *(****grifos não constantes do original)***
>
> *Lei 8.987/1995*
> *Art. 35. Extingue-se a concessão por:*
> *(...)*
> *§ 1º* ***Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário*** *conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.*
> *§ 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.*
> *§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente,* ***de todos os bens reversíveis.***
> *Art. 36. A* ***reversão*** *no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados,* ***que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.*** *(****grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Durante o prazo do contrato, os bens adquiridos pela permissionária serão de sua propriedade. Porém, ao final do contrato, por conta de esses bens serem considerados como imprescindíveis à prestação adequada e continuada do serviço público, os bens reversíveis serão incorporados ao patrimônio do consórcio constituído.

c) Incorreto. Ao final, revertem ao poder concedente, nos termos dos §§1º e 3º do art. 35 e do art. 36, ambos da Lei 8987/1995. Vide comentários da alternativa "A".

d) Incorreto. Ao final, revertem ao poder concedente, nos termos dos §§1º e 3º do art. 35 e do art. 36, ambos da Lei 8987/1995. Vide comentários da alternativa "A".

e) Incorreto. Ao final do contrato, os bens adquiridos pelo permissionário reverterão ao poder concedente, por conta de serem imprescindíveis à prestação adequada e continuada do serviço público.

Gabarito: Letra A.

2. 2018/CESPE/PGE-PE/Procurador do Estado

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

a) permissão de uso de bem público.
b) autorização de uso de bem público.
c) concessão de direito real de uso de bem público.
d) concessão de uso de bem público.
e) cessão de uso de bem público.

Comentários

a) Correto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.644, 2016),

> *Permissão de uso é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público. Como ato negocial, pode ser com ou sem condições, gratuito ou remunerado, por tempo certo ou indeterminado, conforme estabelecido no termo próprio, mas sempre modificável e revogável unilateralmente pela Administração, quando o interesse público o exigir, dados sua natureza precária e o poder discricionário do permitente para consentir e retirar o uso especial do bem público. A revogação faz-se, em geral, sem indenização, salvo se em contrário se dispuser, pois a regra é a revogabilidade sem ônus para a Administração. O ato da revogação deve ser idêntico ao do deferimento da permissão e atender às condições nele previstas.*

b) Incorreto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.643 e 644, 2016):

> *A autorização de Uso é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público. Não tem forma nem requisitos especiais para sua efetivação, pois visa apenas a atividades transitórias e irrelevantes para o Poder Público, bastando que se consubstancie em ato escrito, revogável sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para a Administração. Essas autorizações são comuns para a ocupação de terrenos baldios, para a retirada de água em fontes não abertas ao uso comum do povo e para outras utilizações de interesse de certos particulares, desde que não prejudiquem a comunidade nem embaracem o serviço público. Tais autorizações não geram privilégios contra a Administração ainda que remuneradas e fruídas por muito tempo, e, por isso mesmo, dispensam lei autorizativa e licitação para seu deferimento. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.649, 2016),

> *a concessão de direito real de uso é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.646, 2016),

> *Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.*
> *O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos demais institutos assemelhados - autorização e permissão de uso - é o caráter contratual e estável da outorga do uso do bem público ao particular, para que o utilize com exclusividade e nas condições convencionadas com a Administração. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.645, 2016),

> *Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

3. 2018/VUNESP/PAULIPREV-SP/Procurador Autárquico

No tocante a bem público, é correto afirmar que a
a) alienação de bens imóveis, como regra, dependerá de autorização legislativa, de avaliação prévia e de licitação, realizada na modalidade de concorrência.
b) afetação de bem a uso comum dependerá de avaliação prévia, assim como de autorização legislativa ou decreto.
c) alienação poderá decorrer de retrocessão, que não se confunde com concessão de uso, porque é forma de alienação hoje admitida apenas para terras devolutas da União, Estados e Municípios.
d) afetação e a desafetação de qualquer bem sempre dependerão de lei.
e) alienação poderá decorrer de concessão de domínio, que ocorre sempre que a Administração não mais necessita do bem expropriado, e o particular o aceita em retorno.

Comentários

a) Correto. Para Hely Lopes Meirelles (p.654, 2016):

> *A alienação de bens imóveis está disciplinada, em geral, na legislação própria das entidades estatais, a qual, comumente, **exige autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência,** inexigível esta nos casos de doação, permuta, legitimação de posse e investidura, cujos contratos, por visarem a pessoas ou imóvel certo, são incompatíveis com o procedimento licitatório. **(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. A afetação de um bem público comum ou especial pode ocorrer de forma expressa ou tácita, segundo a doutrina. Para Maria Sylvia de Pietro (p.850, 2018):

> *Pelos conceitos de afetação e desafetação, verifica-se que uma e outra podem ser expressas ou tácitas. Na primeira hipótese, decorrem de ato administrativo ou de lei; na segunda, resultam de atuação direta da Administração sem manifestação expressa de sua vontade, ou de fato da natureza. Por exemplo, a Administração pode baixar decreto estabelecendo que determinado imóvel, integrado na categoria dos bens dominicais, será destinado à instalação de uma escola; ou pode simplesmente instalar essa escola no prédio, sem qualquer declaração expressa. Em um e*

> *outro caso, o bem está afetado ao uso especial da Administração, passando a integrar a categoria de bem de uso especial. A operação inversa também pode ocorrer, mediante declaração expressa ou pela simples desocupação do imóvel, que fica sem destinação. (grifos não constantes do original)*

A assertiva tentou induzir o candidato ao erro ao elencar os requisitos da alienação como se fossem os da afetação (com exceção da informação de que por decreto não se autoriza a alienação). Para fins de alienação são necessários os seguintes procedimentos, nos termos da mesma autora (p.857, 2018)

> *Na esfera federal, os requisitos para alienação constam do artigo 17 da Lei nº 8.666, de 21-6-93, a qual exige demonstração de interesse público, prévia avaliação, licitação e autorização legislativa, este último requisito somente exigível quando se trate de bem imóvel. A inobservância dessas exigências invalida a alienação. A Lei nº 9.636, de 5-5-98, exige para alienação de bens imóveis da União, autorização do Presidente da República (art. 22). (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. A retrocessão é uma das formas de alienação do poder público ao particular. Para Maria Sylvia de Pietro, (p.216 e 218, 2018):

> *A retrocessão é o direito que tem o expropriado de exigir de volta o seu imóvel caso o mesmo não tenha o destino para que se desapropriou.*
>
> *A retrocessão cabe quando o poder público não dê ao imóvel a utilização para a qual se fez a desapropriação, estando pacífica na jurisprudência a tese de que o expropriado não pode fazer valer o seu direito quando o expropriante dê ao imóvel uma destinação pública diversa daquela mencionada no ato expropriatório; por outras palavras, desde que o imóvel seja utilizado para um fim público qualquer, ainda que não o especificado originariamente, não ocorre o direito de retrocessão. Este só é possível em caso de desvio de poder (finalidade contrária ao interesse público, como, por exemplo, perseguição ou favoritismo a pessoas determinadas), também chamado, na desapropriação, de predestinação, ou quando o imóvel seja transferido a terceiros, a qualquer título, nas hipóteses em que essa transferência não era possível. grifos não constantes do original)*

Em síntese: anteriormente o particular foi compelido a alienar seu imóvel ao poder público sob justificativa de uso no interesse público. Assim, caso o poder público não promova a destinação do bem a um fim público, nascerá o direito de o ex-proprietário ter novamente a propriedade do imóvel, mediante pagamento nas mesmas condições da operação jurídica anterior de desapropriação.

Por fim, temos a alienação de terras devolutas denominada de legitimação de posse. Para Hely Lopes Meirelles (p.659, 2016),

> *Legitimação de posse: legitimação de posse é modo excepcional de transferência de domínio de terra devoluta ou área pública sem utilização, ocupada por longo tempo por particular que nela se*

> *instala, cultivando-a ou levantando edificação para seu uso. A legitimação da posse há que ser feita na forma da legislação pertinente, sendo que, para as terras da União, o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) já disciplina seu procedimento e a expedição do título (arts. 11 e 97 a 102), para o devido registro do imóvel em nome do legitimado. Quanto às terras estaduais e municipais, são igualmente passíveis de legitimação de posse para transferência do domínio público ao particular ocupante, na forma administrativa estabelecida na legislação pertinente. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. Tanto a afetação quanto a desafetação (que são diferentes de alienação) podem decorrer de ato administrativo ou de lei ou ainda de forma tácita, segundo a doutrina.

Para Maria Sylvia de Pietro (p.850, 2018):

> *Pelos conceitos de afetação e desafetação, verifica-se que uma e outra podem ser expressas ou tácitas. Na primeira hipótese, decorrem de ato administrativo ou de lei; na segunda, resultam de atuação direta da Administração sem manifestação expressa de sua vontade, ou de fato da natureza. Por exemplo, a Administração pode baixar decreto estabelecendo que determinado imóvel, integrado na categoria dos bens dominicais, será destinado à instalação de uma escola; ou pode simplesmente instalar essa escola no prédio, sem qualquer declaração expressa. Em um e outro caso, o bem está afetado ao uso especial da Administração, passando a integrar a categoria de bem de uso especial. A operação inversa também pode ocorrer, mediante declaração expressa ou pela simples desocupação do imóvel, que fica sem destinação.*
> *Não há uniformidade de pensamento entre os doutrinadores a respeito da possibilidade de a desafetação decorrer de um fato (desafetação tácita), e não de uma manifestação de vontade (desafetação expressa); por exemplo rio que seca ou tem seu curso alterado; um incêndio que provoca a destruição dos livros de uma biblioteca ou das obras de um museu. Alguns acham que mesmo nesses casos seria necessário um ato de desafetação. Isto, no entanto, constitui excesso de formalismo se se levar em consideração o fato de que o bem se tornou materialmente inaproveitável para o fim ao qual estava afetado.*
> *O que é inaceitável é a desafetação pelo não uso, ainda que prolongado, como, por exemplo, no caso de uma rua que deixa de ser utilizada. Em hipótese como essa, torna-se necessário um ato expresso de desafetação, pois inexiste a fixação de um momento a partir do qual o não uso pudesse significar desafetação. Sem essa restrição, a cessação da dominialidade pública poderia ocorrer arbitrariamente, em prejuízo do interesse coletivo. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. O enunciado se aproxima do conceito de retrocessão, quando o poder público não dá a destinação a que havia justificado para a apropriação do bem de particular.

Gabarito: Letra A.

4. 2018/FC/PGE-TO/Procurador do Estado

Uma gleba de terras devolutas estaduais foi arrecadada por ação discriminatória e o Governo do Estado, por meio de lei, declarou-a como indispensável à proteção de um relevante ecossistema local, incluindo-a na área de parque estadual já constituído para esse fim. Tal gleba deve ser considerada bem

a) privado sob domínio estatal.
b) público dominical.
c) público de uso comum do povo.
d) público de uso especial.
e) privado sob regime especial de proteção.

Comentários

As terras devolutas declaradas como indispensáveis à proteção de um relevante ecossistema local são classificadas como bens de uso especial, segundo Maria Sylvia de Pietro, (p.849, 2018):

> *São exemplos de bens de uso especial os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.*

Gabarito: Letra D.

---

5. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

O Governo do Estado pretende que a iniciativa privada administre, mediante contrato, os terminais de ônibus intermunicipais existentes no Estado, sendo que, em contrapartida dos gastos de manutenção, os empresários possam explorar, por prazo determinado, a área dos terminais com a construção de lojas, escritórios, hotéis etc. Pelas características anunciadas, o negócio deve ser enquadrado como

a) autorização de uso de bem público.
b) concessão de uso de bem público.
c) permissão de uso de bem público.
d) direito de superfície.
e) outorga onerosa de potencial construtivo.

Comentários

Segundo Hely Lopes Meirelles (p.646, 2016):

> *Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.*
> *O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos demais institutos assemelhados - autorização e permissão de uso - é o caráter contratual e estável da outorga do uso do bem público ao particular, para que o utilize com exclusividade e nas condições convencionadas com a Administração. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

6. 2018/FAUEL/PREFEITURA DE PARANAVAÍ-PR/Procurador Municipal

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Apesar de o Código Civil de 2002 não incluir no conceito de bens públicos aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado e atrelados à prestação de serviços públicos, o Superior Tribunal de Justiça reconhece a impenhorabilidade desses bens.
b) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião, modalidade de aquisição derivada da propriedade, mas é plenamente possível bens particulares serem usucapidos pelo Poder Público.
c) Os potenciais de energia hidroelétrica pertencem à União, mesmo se localizados em rios estaduais.

d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, ressalvadas as terras que eram possuídas pelos nativos no passado remoto, são de propriedade da União.
e) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencer.

Comentários

a) Correto. Veja abaixo o posicionamento da jurisprudência do STJ sobre o tema:

> *PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. BENS. IMPENHORABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*
>
> *1. Cuida-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra acórdão que afastou a penhora, no atual estágio do procedimento, uma vez que nem sequer houve a liquidação, além de assentar a impenhorabilidade dos bens de sociedade de economia mista que sejam necessários à continuidade do serviço público. 2. Pretende a recorrente o reconhecimento da impenhorabilidade dos valores depositados em conta- corrente, que, segundo ela, são destinados exclusivamente à execução do serviço público. 3. Não se conhece da alegada ofensa ao art. 535 do CPC quando aparte limita-se a apresentar alegações genéricas no sentido de que o Tribunal a quo não apreciou todas as questões levantadas, sem indicar concretamente em que consistiu a suposta omissão. Aplicação da Súmula 284/STF. 4. No que tange à questão da impenhorabilidade dos bens afetados ao serviço público, o julgado recorrido não diverge da orientação do STJ, segundo a qual são impenhoráveis os bens de sociedade de economia mista prestadora de serviço público, desde que destinados à prestação do serviço ou que o ato constritivo possa comprometer a execução da atividade de interesse público (cf. AgRg no REsp1.070.735/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 18.11.2008; AgRg no REsp 1.075.160/AL, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 10.11.2009; REsp521.047/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em20.11.2003). 5. Hipótese na qual o acórdão recorrido afastou, nessa fase do procedimento, a determinação da penhora, não tendo, por conseguinte, analisado a natureza dos bens que a recorrente busca proteger, nem a sua vinculação à regular prestação do serviço público, o que lhe caberá demonstrar no momento processual oportuno. Dessarte, é impossível conhecer, no Recurso Especial, da imprescindibilidade à execução do serviço público dos valores que se pretendem resguardar, sob pena de ofensa à Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".6. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 37.545/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 13/04/2012) (grifos não constantes do original)*

b) Incorreto. Nos termos da Súmula nº 340, “desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião”. A assertiva afirma que a usucapião é uma modalidade de aquisição derivada da propriedade, quando o correto é defini-la como aquisição originária da propriedade.

Além disso, o ente público pode adquirir bem de particular por usucapião. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (p. 1142, 2012):

> *Outra forma de aquisição de bens públicos é através de usucapião. O Código Civil admite expressamente o usucapião como forma de aquisição de bens (art. 1.238, Código Civil) e estabelece algumas condições necessárias à consumação aquisitiva, como a posse do bem por determinado período, a boa-fé em alguns casos e a sentença declaratória da propriedade. Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva. A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por*

> *usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito. Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião. Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, tomar-se-ão bens públicos.*

c) Correto. Nos termos do inciso VIII, art. 20, da CF/88, in verbis: "Art. 20. São bens da União: VIII - os potenciais de energia hidráulica;"

d) Correto. É o que dizem os incisos I e II do art. 20 da CF/88 c/c súmula 650 do STF, in verbis:

> *Constituição Federal 1988*
>
> *Art. 20. São bens da União:*
> *I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;*
> *XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.*
>
> *Súmula 650 STF: Os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.*

e) Correto. O uso dos bens de uso comum do povo pode ser gratuito ou retribuído, conforme Maria Sylvia de Pietro (p.863, 2018):

> *O uso comum tem, em regra, as seguintes características:*
> *1. é aberto a todos ou a uma coletividade de pessoas, para ser exercido anonimamente, em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento expresso e individualizado por parte da Administração;*
> *2. é, em geral, gratuito, mas pode, excepcionalmente, ser remunerado; no direito brasileiro, o artigo 68 do Código Civil expressamente permite que o uso de bens públicos seja gratuito ou remunerado, conforme as leis da União, dos Estados, dos Municípios, a cuja administração pertencerem; (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

7. 2018/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

Com relação à disciplina dos bens públicos, assinale a opção correta.

a) À exceção dos bens dominiais não afetados a qualquer finalidade pública, os bens públicos são impenhoráveis.

b) A ocupação irregular de bem público não impede que o particular retenha o imóvel até que lhe seja paga indenização por acessões ou benfeitorias por ele realizadas, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

c) Aos municípios pertencem as terras devolutas não compreendidas entre aquelas pertencentes à União.

d) As terras tradicionalmente reservadas aos índios são consideradas bens públicos de uso especial da União.

e) Bens de uso comum do povo, destinados à coletividade em geral, não podem, em nenhuma hipótese, ser privativamente utilizados por particulares.

Comentários

a) Incorreto. Os bens públicos são impenhoráveis, devendo os credores se submeterem à regra dos precatórios, nos termos do caput do art. 100 da CF/1988, in verbis:

> *Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

Porém, em algumas situações o poder judiciário vem decidindo pelo sequestro de bens de entes públicos com o fim de assegurar o acesso aos direitos da saúde, como veremos no julgado do STJ nesse sentido:

> *PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUS. CUSTEIO DETRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE.BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461 DOCPC. I - A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados com a garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado. II - **É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitido, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.** III - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido. **(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Veja abaixo julgado no informativo 551/ STJ 2014:

> *DIREITO ADMINISTRATIVO E CIVIL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO A INDENIZAÇÃO PELAS ACESSÕES E DE RETENÇÃO PELAS BENFEITORIAS EM BEM PÚBLICO IRREGULARMENTE OCUPADO.*
> *Quando irregularmente ocupado o bem público, não há que se falar em direito de retenção pelas benfeitorias realizadas, tampouco em direito a indenização pelas acessões, ainda que as benfeitorias tenham sido realizadas de boa-fé. Isso porque nesta hipótese não há posse, mas mera detenção, de natureza precária. Dessa forma, configurada a ocupação indevida do bem público, resta afastado o direito de retenção por benfeitorias e o pleito indenizatório à luz da alegada boa-fé. Precedentes citados: AgRg no AREsp 456.758-SP, Segunda Turma, DJe 29/4/2014; e REsp 850.970-DF, Primeira Turma, DJe 11/3/2011. AgRg no REsp 1.470.182-RN, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 4/11/2014. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. A competência de terras devolutas não compreendidas na competência da União pertence aos Estados, nos termos do inciso IV, art. 26, da CF/88.

d) Correto. As terras tradicionalmente reservadas aos índios são consideradas bens públicos de uso especial segundo Maria Sylvia de Pietro, (p.849, 2018),

> *São exemplos de bens de uso especial os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. Pode ocorrer de o poder público delegar o uso de bem público nas modalidades de concessão de uso de bem público, autorização de uso, permissão de uso, etc.

Gabarito: Letra D.

8. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.

a) Os bens dominicais e os bens públicos de uso comum só podem ser outorgados a particulares por meio de autorização e concessão, institutos sujeitos ao regime de direito público.

b) A concessão, contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa do bem público para que a exerça conforme sua destinação, depende de licitação e impõe a fixação de prazo.

c) A autorização, permissão e concessão de uso privativo de bens públicos são atos administrativos que apresentam como características comuns a unilateralidade, a discricionariedade e a precariedade.

d) A autorização, ato administrativo em que a Administração consente que o particular se utilize de bem público com exclusividade, depende de licitação e cria para o usuário um dever de utilização.

e) A permissão de uso, ato administrativo pelo qual a Administração faculta a utilização de bem público, para fins de interesse público, tem sempre a forma onerosa e tempo determinado.

Comentários

a) Incorreto. Os bens públicos de uso comum e, acrescentando, os de uso especial, podem ser outorgados a particulares por meio da autorização de uso, concessão de uso e permissão de uso, todos sujeitos ao regime de direito público. Já os bens dominicais, por estarem aptos a serem negociados, além das três já citadas formas de outorgas, também podem se utilizar de institutos do direito privado como locação e arrendamento. Segundo a lição de Maria Sylvia de Pietro (p.867,2018):

> *Com relação aos instrumentos jurídicos de outorga do uso privativo ao particular, mais uma vez se torna relevante a distinção entre, de um lado, os bens de uso comum do povo e uso especial e, de outro, os bens dominicais, já que apenas estes últimos são coisas que estão no comércio jurídico de direito privado, sujeitos, portanto, a regime jurídico um pouco diverso quanto às formas de sua utilização.*
> *Os bens das duas primeiras modalidades estão fora do comércio jurídico de direito privado, de modo que só podem ser objeto de relações jurídicas regidas pelo direito público; assim, para fins de uso privativo, os instrumentos possíveis são apenas a autorização, a permissão e a concessão de uso.*
> *(...)*
> *Diversa é a situação dos bens dominicais, já que estes são coisas que estão no comércio jurídico de direito privado. Embora possam ser cedidos aos particulares por meio dos mesmos institutos de direito público já mencionados, também podem ser objeto de contratos regidos pelo Código Civil, como a locação, o arrendamento, o comodato, a concessão de direito real de uso, a enfiteuse. (grifos não constantes do original)*

b) Correto. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.646, 2016):

> *Concessão de uso é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.*
> *O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos demais institutos assemelhados - autorização e permissão de uso - é o caráter contratual e estável da outorga do uso do bem público ao particular, para que o utilize com exclusividade e nas condições convencionadas com a Administração. (grifos não constantes do original)*

c) Incorreto. A concessão de uso possui características diversas da permissão de uso e autorização de uso, conforme lição de Maria Sylvia de Pietro (2018):

> ***Autorização de uso** é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade. (p.867,2018)*
>
> ***Concessão de uso** é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação. Sua natureza é a de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado intuitu personae. (p.871,2018)*
>
> ***Permissão de uso** é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público. (p.868,2018)*

d) Incorreto. A autorização de uso não depende de licitação e não cria para o usuário um dever de utilização. Para Maria Sylvia de Pietro (p.867,2018):

> *Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade.*
> *(...)*
> *A utilização não é conferida com vistas à utilidade pública, mas no interesse privado do utente. Aliás, essa é uma das características que distingue a autorização da permissão e da concessão.*
> *Do fato de tratar-se de utilização exercida no interesse particular do beneficiário decorrem importantes efeitos:*
> *1. a autorização reveste-se de maior precariedade do que a permissão e a concessão;*
> *2. é outorgada, em geral, em caráter transitório;*
> *3. confere menores poderes e garantias ao usuário;*
> *4. dispensa licitação e autorização legislativa;*
> *5. não cria para o usuário um dever de utilização, mas simples faculdade. (grifos não constantes do original)*

e) Incorreto. A permissão de uso pode ser feita de forma gratuita e, em regra, não possui prazo, já que tem a característica de ser precária.

> *Permissão de uso é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público.*

> *(...)*
>
> *Quanto à fixação de prazo na permissão, vale a mesma observação já feita para a autorização. Ao outorgar permissão qualificada ou condicionada de uso, a Administração tem que ter em vista que a fixação de prazo reduz a precariedade do ato, constituindo, em conseqüência, uma autolimitação ao seu poder de revogá-lo, o que somente será possível quando a utilização se tornar incompatível com a afetação do bem ou se revelar contrária ao interesse coletivo, sujeitando, em qualquer hipótese, a Fazenda Pública a compensar pecuniariamente o permissionário pelo sacrifício de seu direito antes do termo estabelecido. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

9. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Com referência à disciplina constitucional dos bens públicos, assinale a opção correta.

a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos estados.

b) As terras devolutas, não se encontrando afetadas a nenhuma finalidade pública específica, são bens públicos dominiais.

c) Salvo a hipótese de usucapião especial para fins de moradia prevista na CF, não é permitido usucapião de bens públicos.

d) A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.

e) Os bens de uso especial são aqueles que, por ato formal da administração pública, são destinados à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

Comentários

a) Incorreto. As terras ocupadas pelos índios são de domínio da União:

> *Constituição Federal 1988*
>
> *Art. 20. São bens da União:*
> *(...)*
> *XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.*

Além disso, as terras tradicionalmente reservadas aos índios são consideradas bens públicos de uso especial segundo Maria Sylvia de Pietro, (p.849, 2018):

> *São exemplos de bens de uso especial os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. (grifos não constantes do original)*

b) Correto. As terras devolutas são classificadas como bens públicos dominiais, segundo Maria Sylvia de Pietro, (p.894, 2018):

> *As terras devolutas constituem uma das espécies do gênero terras públicas, ao lado de tantas outras, como terrenos reservados, terrenos de Marinha, terras dos índios, ilhas etc.*
> ***Elas integram a categoria de bens dominicais, precisamente pelo fato de não terem qualquer destinação pública. Isto significa que elas são disponíveis. (grifos não constantes do original)***

c) Incorreto. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, nos termos do art. 102 do Código Civil 2002: "Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião."

Além disso a súmula 340 do STF aduz o seguinte: "Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião."

d) Incorreto. O uso dos bens de uso comum pode sofrer restrições pelo poder público. Segundo Maria Sylvia de Pietro, (p.864 e 865, 2018):

> *O uso comum admite duas modalidades: o uso comum ordinário e o uso comum extraordinário.*
> *(...)*
> *Trata-se de utilizações que não se exercem com exclusividade (não podendo, por isso, ser consideradas privativas), mas que dependem de determinados requisitos, como o pagamento de prestação pecuniária ou de manifestação de vontade da Administração, expressa por meio de ato de polícia, sob a forma de licença ou de autorização. O uso é exercido em comum (sem exclusividade), mas remunerado ou dependente de título jurídico expedido pelo Poder Público.*
> *(...)*
> *Essas exigências constituem limitações ao exercício do direito de uso, impostas pela lei, com base no poder de polícia do Estado, sem desnaturar o uso comum e sem transformá-lo em uso privativo; uma vez cumpridas as imposições legais, ficam afastados os obstáculos que impediam a utilização. Tem-se, nesse caso, uso comum - já que a utilização é exercida sem o caráter de exclusividade que caracteriza o uso privativo - porém sujeito à remuneração ou ao consentimento da Administração. Essa modalidade é a que se denomina de uso comum extraordinário, acompanhando a terminologia de Diogo Freitas do Amaral (1972:108).*
> *(...)*
> *O uso comum ordinário é aberto a todos indistintamente, sem exigência de instrumento administrativo de outorga e sem retribuição de natureza pecuniária.*
> *O uso comum extraordinário está sujeito a maiores restrições impostas pelo poder de polícia do Estado, ou porque limitado a determinada categoria de usuários, ou porque sujeito a remuneração, ou porque dependente de outorga administrativa.*

e) Incorreto. Não é necessário ato formal da Administração, bastando que efetivamente seja dado destino público.

Para Maria Sylvia de Pietro (p.850, 2018):

> *Pelos conceitos de afetação e desafetação, verifica-se que uma e outra podem ser expressas ou tácitas. Na primeira hipótese, decorrem de ato administrativo ou de lei; na segunda, resultam de atuação direta da Administração sem manifestação expressa de sua vontade, ou de fato da natureza. Por exemplo, a Administração pode baixar decreto estabelecendo que determinado imóvel, integrado na categoria dos bens dominicais, será destinado à instalação de uma escola; ou pode simplesmente instalar essa escola no prédio, sem qualquer declaração expressa. Em um e outro caso, o bem está afetado ao uso especial da Administração, passando a integrar a categoria de bem de uso especial. A operação inversa também pode ocorrer, mediante declaração expressa ou pela simples desocupação do imóvel, que fica sem destinação. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

10. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Considerando-se o regime jurídico dos bens públicos, pode-se afirmar que

a) a eles não se aplica o princípio da função social da propriedade, em razão do regime de impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade.
b) a eles se aplica, com grau diferenciado, o princípio da função social da propriedade, em relação aos bens de uso comum do povo.
c) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade, em grau diferenciado, em relação aos bens dominiais.
d) a eles se aplica o princípio da função social da propriedade que incide indistintamente e com mesmo grau de intensidade, dada sua função normativa, sobre todo o ordenamento jurídico e sobre o domínio público e particular.

Comentários

A função social da propriedade possui previsão em diversos pontos da Constituição Federal de 1988. A doutrina e jurisprudência convergem para o entendimento de que aos bens de uso comum e bens especiais se aplicam integralmente os preceitos da função social. A dúvida paira sobre a aplicabilidade do princípio nos bens dominiais pelo fato de já estarem desafetados, uma vez que esses bens nessa modalidade não estarem sendo utilizados em benefício da sociedade.

Apesar disso, por outro lado, os bens dominiais não perdem a característica de imprescritibilidade e impenhorabilidade. Diante disso, os doutrinadores e a jurisprudência entendem que a aplicação do princípio da função social poderia se dar de forma diferenciada, em menor intensidade. Além disso, existem situações em que o bem, por se encontrar abandonado ou sem uso, pode gerar uma oportunidade de essa função social ser observada, como, por exemplo, um prédio abandonado que pertence ao governo estadual e, por conta da não utilização, serve de abrigo para moradores de ruas. A partir do momento da ocupação, o bem volta a desempenhar uma função social, que é a de possibilitar a moradia para um grande número de pessoas necessitadas.

A seguir, importante julgado do STJ sobre o tema no informativo nº 594:

> *RECURSO ESPECIAL. POSSE. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BEM PÚBLICO DOMINICAL. LITÍGIO ENTRE PARTICULARES. INTERDITO POSSESSÓRIO. POSSIBILIDADE. FUNÇÃO SOCIAL. OCORRÊNCIA.*
> *1. Na ocupação de bem público, duas situações devem ter tratamentos distintos: i) aquela em que o particular invade imóvel público e almeja proteção possessória ou indenização/retenção em face do ente estatal e ii) as contendas possessórias entre particulares no tocante a imóvel situado em terras públicas.*
> *2. A posse deve ser protegida como um fim em si mesma, exercendo o particular o poder fático sobre a res e garantindo sua função social, sendo que o critério para aferir se há posse ou detenção não é o estrutural e sim o funcional. É a afetação do bem a uma finalidade pública que dirá se pode ou não ser objeto de atos possessórias por um particular.*
> *3. A jurisprudência do STJ é sedimentada no sentido de que o particular tem apenas detenção em relação ao Poder Público, não se cogitando de proteção possessória.*
> *4. É possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical, pois entre ambos a disputa será relativa à posse.*
> *5. À luz do texto constitucional e da inteligência do novo Código Civil, a função social é base normativa para a solução dos conflitos atinentes à posse, dando-se efetividade ao bem comum, com escopo nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.*

> *6.* ***Nos bens do patrimônio disponível do Estado (dominicais), despojados de destinação pública, permite-se a proteção possessória pelos ocupantes da terra pública que venham a lhe dar função social.***
> *7.* ***A ocupação por particular de um bem público abandonado/desafetado - isto é, sem destinação ao uso público em geral ou a uma atividade administrativa -, confere justamente a função social da qual o bem está carente em sua essência.***
> *8. A exegese que reconhece a posse nos bens dominicais deve ser conciliada com a regra que veda o reconhecimento da usucapião nos bens públicos (STF, Súm 340; CF, arts. 183, § 3°; e 192; CC, art. 102); um dos efeitos jurídicos da posse - a usucapião – será limitado, devendo ser mantido, no entanto, a possibilidade de invocação dos interditos possessórios pelo particular.*
> *9. Recurso especial não provido.STJ. 4ª Turma. REsp 1.296.964-DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 18/10/2016 (Info 594).* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra C.

---

11. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

Sobre a impenhorabilidade dos bens públicos, pode-se afirmar que
a) tem natureza absoluta por decorrerem da inalienabilidade que os caracterizam.
b) é absoluta, com exceção da hipótese de concessão de garantia da União em operações de crédito externo, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.
c) é absoluta, com exceção da hipótese de sequestro de bens ao teor do artigo 100, parágrafo 6°, da Constituição Federal de 1988.
d) admite exceção para a hipótese de sequestro de bens, nos termos do artigo 100, parágrafo 6°, da Constituição Federal de 1988, e para a concessão de garantia, em condições especialíssimas, em operações de crédito externo, cabendo ao Senado Federal dispor sobre limite e concessões, nos termos do artigo 52, VIII, da Constituição Federal de 1988.

Comentários

a) Incorreto. Impenhorabilidade e inalienabilidade são institutos distintos. Enquanto todos os bens públicos são impenhoráveis, em regra, a inalienabilidade engloba apenas os de uso comum do povo e uso especial. Os bens dominicais são alienáveis.

b) Incorreta. Existe outra hipótese aceita pelo STJ de exceção à regra da impenhorabilidade de bens públicos. É o caso da violação do direito à saúde. Vejamos a seguir:

> *PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SUS. CUSTEIO DETRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461 DOCPC. I - A Constituição Federal excepcionou da exigência do precatório os créditos de natureza alimentícia, entre os quais incluem-se aqueles relacionados com a garantia da manutenção da vida, como os decorrentes do fornecimento de medicamentos pelo Estado. II -* ***É lícito ao magistrado determinar o bloqueio de valores em contas públicas para garantir o custeio de tratamento médico indispensável, como meio de concretizar o princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à saúde. Nessas situações, a norma contida no art. 461, § 5º, do Código de Processo Civil deve ser interpretada de acordo com esses princípios e normas constitucionais, sendo permitido, inclusive, a mitigação da impenhorabilidade dos bens públicos.*** *III - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.* ***(grifos não constantes do original)***

c) Incorreta. Também existe a previsão do art. 52, VIII, da CF/88, *in verbis*:

> *Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

> *VIII* - ***dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;***

d) Correta. Atualmente são admitidas exceções à regra geral de impenhorabilidade dos bens públicos como o oferecimento de garantia em operações de empréstimos externo e interno da União e sequestro de valores para assegurar o tratamento médico e fornecimento de medicamentos.

Gabarito: Letra D.

---

12. 2017/CESPE/MPE-RR/Promotor de Justiça

Considerando o entendimento do STJ, julgue as asserções seguintes.

I É ilegal cobrar de concessionária de serviço público taxas pelo uso de solo, subsolo ou espaço aéreo.

II A utilização do uso de bem público por concessionária de serviço público para a instalação de, por exemplo, postes, dutos ou linhas de transmissão será revertida em benefício para a sociedade.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

a) As asserções I e II são falsas.

b) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

c) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

d) A asserção I é falsa, mas a II é verdadeira.

Comentários

As duas afirmações estão corretas, conforme julgado abaixo do STJ:

> *ADMINISTRATIVO. BENS PÚBLICOS. USO DE SOLO, SUBSOLO E ESPAÇO AÉREO POR CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Cinge-se a controvérsia no debate acerca da legalidade da cobrança de valores pela utilização do bem público, consubstanciado pela faixa de domínio da rodovia federal BR-493, por concessionária de serviço público estadual. 2. O Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência firme e consolidada no sentido de que* ***a cobrança em face de concessionária de serviço público pelo uso de solo, subsolo ou espaço aéreo é ilegal (seja para a instalação de postes, dutos ou linhas de transmissão, por exemplo), uma vez que: a) a utilização, nesse caso, se reverte em favor da sociedade - razão pela qual não cabe a fixação de preço público; e b) a natureza do valor cobrado não é de taxa, pois não há serviço público prestado ou poder de polícia exercido.*** *Nesse sentido: AgRg na AR 5.289/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 19.9.2014; AI no RMS 41.885/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe 28.8.2015; AgRg no REsp 1.191.778/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 26.10.2016; REsp 1.246.070/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18.6.2012; REsp 863.577/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 10.9.2010; REsp 881.937/RS, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 14.4.2008. 3. Agravo Interno não provido.*

Gabarito: Letra B.

---

13. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

A propósito do uso dos bens públicos pelos particulares, é correto afirmar que
a) as concessões de uso, dada a sua natureza contratual, não admitem a modalidade gratuita.
b) o concessionário de uso de bem público exerce posse ad interdicta, mas não exerce posse ad usucapionem.
c) a autorização de uso, por sua natureza precária, não admite a fixação de prazo de utilização do bem público.
d) a Medida Provisória n° 2.220/2001 garante àquele que possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais e respeitado o marco temporal ali estabelecido, o direito à concessão de uso especial.
e) a permissão de uso, por sua natureza discricionária, não depende de realização de prévia licitação.

Comentários

a) Incorreto. A concessão de uso também admite a forma gratuita, como veremos na lição de Hely Lopes Meirelles (p.296, 2016):

> ***A concessão de uso, que pode ser remunerada ou não****, apresenta duas modalidades, a saber: a concessão administrativa de uso e a concessão de direito real de uso. A primeira, também denominada concessão comum de uso, apenas confere ao concessionário um direito pessoal, intransferível a terceiros. Já, a concessão de direito real de uso, instituída pelo Dec.-lei 271, de 28.2.67 (arts. 72 e 82), como o próprio nome indica, atribui o uso do bem público como direito real, transferível a terceiros por ato inter vivos ou por sucessão legítima ou testamentária. E é isso que a distingue da concessão administrativa de uso, tornando-a um instrumento de grande utilidade para os empreendimentos de interesse social, em que o Poder Público fomenta determinado uso do bem público.* ***(grifos não constantes do original)***

b) Correta. Os bens públicos não são adquiridos por usucapião. Desta forma, não pode haver a aplicação do instituto da posse *ad usucapionem*. Já a posse *ad interdicta* é aplicável, visando proteger a posse do bem público contra terceiros.

Para Maria Sylvia de Pietro (p.882, 2018):

> *Especificamente quanto aos bens de uso comum do povo, diz ele que "a regra é esta: a posse não é excluída senão para as coisas fora do comércio, de sorte que a ação possessória não é repudiada e afastada senão na medida mesma desta exceção, vale dizer, tão-somente enquanto entra em conflito e põe em dúvida a destinação da propriedade pública;* ***nos limites em que é compatível com essa destinação, a ação possessória tem cabimento". Se assim não fosse, não poderia o Estado defender os bens públicos contra terceiros, utilizando esse procedimento. A extracomerciabilidade exclui a posse ad usucapionem (porque incompatível com a inalienabilidade dos bens públicos), porém admite a posse ad interdicta na medida em que seja necessária para proteger a pública destinação dos bens.***

> *Há de se atentar, no entanto, que o titular de uso privativo pode propor ação possessória contra terceiros; não cabe contra a Administração quando esta usa legitimamente seu poder de extinguir o uso privativo por razões de interesse público.* ***(grifos não constantes do original)***

c) Incorreta. A autorização de uso admite a estipulação de prazo, nos termos dos ensinamentos Maria Sylvia de Pietro (p.868, 2018),

> *A autorização pode ser simples (sem prazo) e qualificada (com prazo).*
> *O legislador brasileiro tem previsto a possibilidade de fixação de prazo, como ocorre com a derivação de águas, no interesse do particular, com fundamento no artigo 43 do Código de Águas, devendo a autorização ser dada por tempo não inferior a 30 anos.*
> *No Município de São Paulo, a Lei Orgânica de 4-4-1990, no artigo 114, § 5º, apesar de imprimir natureza transitória à autorização, permite a fixação de prazo, até o máximo de 90 dias.*
> *A fixação de prazo tira à autorização o caráter de precariedade, conferindo ao uso privativo certo grau de estabilidade; vincula a Administração à obediência do prazo e cria, para o particular, direito público subjetivo ao exercício da utilização até o termo final previamente fixado; em conseqüência, se razões de interesse público obrigarem à revogação extemporânea, ficará o poder público na contingência de ter de pagar indenização ao particular, para compensar o sacrifício de seu direito.*
> *Manifesta é a inconveniência de estipulação de prazo nas autorizações. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreta. Não é para fins comerciais e sim para fins de moradia, nos termos do seu art. 1º, *in verbis*:

> *Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas,* ***e que o utilize para sua moradia ou de sua família,*** *tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. (Redação dada pela lei nº 13.465, de 2017)* ***(grifos não constantes do original)***

e) Incorreto. Em algumas hipóteses, a licitação para a permissão de uso é obrigatória.

Para Maria Sylvia de Pietro (p. 870, 2018):

> *Quanto à licitação, não é, em regra, necessária, a não ser que leis específicas sobre determinadas matérias o exijam, como ocorre no caso da permissão para instalação de bancas nas feiras livres. É verdade que a Lei nº 8.666, no artigo 2º, inclui a permissão entre os ajustes que, quando contratados com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. Tem-se, no entanto, que entender a norma em seus devidos termos. Em primeiro lugar, deve-se atentar para o fato de que a Constituição Federal, no artigo 175, parágrafo único, I, refere-se a permissão de serviço público como contrato; talvez por isso se justifique a norma do artigo 2º da Lei nº 8.666. Em segundo lugar, deve-se considerar também que este dispositivo, ao mencionar os vários tipos de ajustes em que a licitação é obrigatória, acrescenta a expressão "quando contratados com terceiros", o que faz supor a existência de um contrato. Além disso, a permissão de uso, embora seja ato unilateral, portanto excluído da abrangência do artigo 2º, às vezes assume a forma contratual, com características iguais ou semelhantes à concessão de uso; é o que ocorre na permissão qualificada, com prazo estabelecido. Neste caso, a licitação torna-se obrigatória. A Lei nº 8.666 parece ter em vista precisamente essa situação quando, no artigo 2º, parágrafo único, define o contrato como*

> *"todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada". Quer dizer: ainda que se fale em permissão, a licitação será obrigatória se a ela for dada a forma contratual, sendo dispensada a licitação na hipótese do art.17, I, f, da Lei nº 8.666, alterada pela Lei nº 8.883, de 8-6-94. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

14. 2017/CESPE/PREFEITURA DE BELO HORIZONTE-MG/Pr

Com relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) Bens dominicais são os de domínio privado do Estado, não afetados a finalidade pública e passíveis de alienação ou de conversão em bens de uso comum ou especial, mediante observância de procedimento previsto em lei.

b) Consideram-se bens de domínio público os bens localizados no município de Belo Horizonte afetados para destinação específica precedida de concessão mediante contrato de direito público, remunerada ou gratuita, ou a título e direito resolúvel.

c) O uso especial de bem público, por se tratar de ato precário, unilateral e discricionário, será remunerado e dependerá sempre de licitação, qualquer que seja sua finalidade econômica.

d) As áreas indígenas são bens pertencentes à comunidade indígena, à qual cabem o uso, o gozo e a fruição das terras que tradicionalmente ocupa para manter e preservar suas tradições, tornando-se insubsistentes pretensões possessórias ou dominiais de particulares relacionados à sua ocupação.

Comentários

a) Correto. Os bens públicos dominicais são os do domínio privado do Estado que não possuem destinação publica, ou seja, são desafetados, constituindo no patrimônio privado do Estado. Quando tiverem uma destinação pública especifica, podem ser afetados, tornando-se bens de domínio público.

Para Maria Sylvia de Pietro (p. 850 e 851, 2018):

> *Os bens do domínio privado do Estado, chamados bens dominicais p**elo Código Civil, e bens do patrimônio disponível pelo Código de Contabilidade Pública,** são definidos legalmente como "os que constituem o patrimônio da União, dos Estados ou Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades" **(art. 66, III, do Código Civil). (grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Uma vez que para determinar se um bem é de domínio público ou privado, elemento diferenciador é o da afetação ou destinação pública.

c) Incorreto. A alternativa tenta induzir o candidato a erro ao sugerir que o conceito de bens públicos especiais seja o relativo a características das formas de outorga de bens de domínio público a particulares (permissão de uso, autorização de uso e concessão de uso).

O conceito de bens públicos especiais consta no inciso II, art. 99, do Código Civil 2002, *in verbis:*

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*

> ***II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;***
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.* ***(grifos não constantes do original)***

d) Incorreto. As terras ocupadas pelos índios são de domínio da União.

> *Constituição Federal 1988*
>
> *Art. 20. São bens da União:*
> *(...)*
> *XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

---

15. 2017/CESPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.
Situação hipotética: Determinado município brasileiro construiu um hospital público em parte de um terreno onde se localiza um condomínio particular. Assertiva: Nessa situação, segundo a doutrina dominante, obedecidos os requisitos legais, o município poderá adquirir o bem por usucapião

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Correto. O ente público pode adquirir bem de particular por usucapião. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (p. 1142, 2012):

> *Outra forma de aquisição de bens públicos é através de usucapião. O Código Civil admite expressamente o usucapião como forma de aquisição de bens (art. 1.238, Código Civil) e estabelece algumas condições necessárias à consumação aquisitiva, como a posse do bem por determinado período, a boa-fé em alguns casos e a sentença declaratória da propriedade. Poder-se-ia indagar se a União, um Estado ou Município, ou ainda uma autarquia podem adquirir bens por usucapião. A resposta é positiva. A lei civil, ao estabelecer os requisitos para a aquisição da propriedade por usucapião, não descartou o Estado como possível titular do direito. Segue-se, pois, que, observados os requisitos legais exigidos para os possuidores particulares de modo geral, podem as pessoas de direito público adquirir bens por usucapião. Esses bens, uma vez consumado o processo aquisitivo, tomar-se-ão bens públicos. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Correto.

---

16. 2017/CESPE/PRFEITURA DE FORTALEZA-CE/Procurador

A respeito de bens públicos e responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.
Situação hipotética: A associação de moradores de determinado bairro de uma capital brasileira decidiu realizar os bailes de carnaval em uma praça pública da cidade. Assertiva: Nessa situação, a referida associação poderá fazer uso da praça pública, independentemente de autorização, mediante prévio aviso à autoridade competente

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Errado. O candidato foi induzido ao erro por acreditar que a fundamentação seria com base no inciso XVI, art. 5º, da CF 88, *in verbis:*

> *XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente"*

Veja que a CF menciona que o direito de reunião independe de autorização para ser realizada, devendo apenas o prévio aviso a autoridade competente. Diferentemente é o caso de um baile de carnaval, em que é necessário um tratamento diferenciado por conta do número imenso de participantes, por exemplo.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho (p. 1156 e 1157, 2012):

> *Autorização de uso é o ato administrativo pelo qual o Poder Público consente que determinado indivíduo utilize bem público de modo privativo, atendendo primordialmente a seu próprio interesse.* ***Esse ato administrativo é unilateral, porque a exteriorização da vontade é apenas da Administração Pública, embora o particular seja o interessado no uso. É também discricionário, porque depende da valoração do Poder Público sobre a conveniência e a oportunidade em conceder o consentimento. Trata-se de ato precário: a Administração pode revogar posteriormente a autorização se sobrevierem razões administrativas para tanto, não havendo, como regra, qualquer direito de indenização em favor do administrado. A autorização de uso só remotamente atende ao interesse público, até porque esse objetivo é inarredável para a Administração.*** *Na verdade, porém, o benefício maior do uso do bem público pertence ao administrado que obteve a utilização privativa. Portanto, é de se considerar que na autorização de uso é prevalente o interesse privado do autorizatário.*
> ***Como o ato é discricionário e precário, ficam resguardados os interesses administrativos. Sendo assim, o consentimento dado pela autorização de uso não depende de lei nem exige licitação prévia. Em outra ótica, cabe afirmar que o administrado não tem direito subjetivo à utilização do bem público, não comportando formular judicialmente pretensão no sentido de obrigar a Administração a consentir no uso;*** *os critérios de deferimento ou não do pedido de uso são exclusivamente administrativos, calcados na conveniência e na oportunidade da Administração. Exemplos desse tipo de ato administrativo são as autorizações de uso de terrenos baldios, de área para estacionamento, de retirada de água de fontes não abertas ao público, de* ***fechamento de ruas para festas comunitárias*** *ou para a segurança de moradores e outros semelhantes.* ***(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, para se organizar um baile de carnaval é necessária autorização do poder competente, pois não se trata de uma simples reunião para ser exposta alguma manifestação.

Gabarito: Errado.

---

17. 2017/CESPE/TJ-PR /Juiz de Direito

Em relação aos bens públicos, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico brasileiro permite que pertençam a particulares algumas áreas nas ilhas oceânicas e costeiras.

b) Por serem abertos a uma utilização universal, o mercado municipal e o cemitério público são considerados bens de uso comum do povo.

c) Em face do atributo da inalienabilidade, os bens públicos dominicais não podem ser alienados.
d) Quando o tribunal de justiça consente o uso gratuito de determinada sala do prédio do foro para uso institucional da defensoria pública local, efetiva-se o instituto da permissão de uso de bem público.

Comentários

a) Correto. A CF/88 permite que terceiros possuam algumas áreas nas ilhas oceânicas e costeiras, nos termos do inciso IV, art. 20 e inciso II, art. 26, ambos da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 20. São bens da União:*
> *IV. as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)*
>
> *Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:*
> *I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;*
> *II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;*

b) Incorreto. Os cemitérios e o mercado municipal são bens de uso especial, nos termos do inciso II, art. 99, do CC/2002, *in verbis:*

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> ***II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;***
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*
> *Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.*

Dessa forma, os prédios em que ficam localizados os estabelecimentos que possuem uma finalidade pública são classificados como bens de uso especial.

c) Incorreto. Os bens públicos dominicais estão desafetados, ou seja, sem destinação pública específica, podendo ser alienados.

d) Incorreto. O instrumento jurídico correto é por meio da cessão de uso. Segundo Hely Lopes Meirelles (p.645, 2016):

> *Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra A.

18. 2017/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor

Analise as seguintes assertivas sobre bens públicos:
I. A venda de bens públicos imóveis será obrigatoriamente precedida de licitação e depende também de autorização legislativa, interesse público devidamente justificado e avaliação prévia.
II. Independe de transcrição imobiliária a concessão de domínio que tiver como destinatário pessoa estatal.
III. A doação de bens móveis públicos é admissível exclusivamente para fins de interesse social e depende de avaliação prévia e autorização legal.
IV. A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, exceto quando a alienação ou concessão de terras públicas tiver por finalidade reforma agrária.
Somente está CORRETO o que se afirma em:
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II e IV.

Comentários

I - Incorreto. Nem sempre na alienação de bens imóveis será exigida a licitação na modalidade concorrência, nos termos do art.17, Inciso I e alíneas, da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*
> *I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*
> *a) dação em pagamento;*
> *b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;(Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)*
> *c) permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos constantes do inciso X do art. 24 desta Lei;*
> *d) investidura;*
> *e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo; (Incluída pela Lei nº 8.883, de 1994)*
> *f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (grifos não constantes do original)*

II - Correto. A concessão de domínio feita entre entes públicos não necessita de transcrição imobiliária, uma vez que a efetivação da operação é formalizada por lei. Para Hely Lopes Meirelles (p. 658 e 659, 2016):

> *Concessão de domínio: concessão de domínio é forma de alienação de terras públicas que teve sua origem nas concessões de sesmarias da Coroa e foi largamente usada nas concessões de datas das Municipalidades da Colônia e do Império. Atualmente, só é utilizada nas concessões de terras devolutas da União, dos Estados e dos Municípios, consoante prevê a Constituição da República (art. 188, § 12). Tais concessões não passam de vendas ou doações dessas terras públicas, sempre precedidas de lei autorizadora e avaliação das glebas a serem concedidas a título oneroso ou gratuito, além da aprovação do Congresso Nacional quando excedentes de dois mil e quinhentos hectares. Quando feita por uma entidade estatal a outra, a concessão de domínio formaliza-se por lei e independe de registro; quando feita a particulares exige termo administrativo ou escritura pública e o título deve ser transcrito no registro imobiliário competente, para a transferência do domínio. (grifos não constantes do original)*

III - Incorreto. Na alienação de bens móveis não se necessita de autorização legal, conforme art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93, *in verbis:*

> *Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública,* ***subordinada à existência de interesse público*** *devidamente justificado,* ***será precedida de avaliação*** *e obedecerá às seguintes normas:*
> *(...)*
> *II -* ***quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:***
> *a)* ***doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social****, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;* ***(grifos não constantes do original)***

IV - Correto. Nos termos do §1º, art. 188, da CF 88*, in verbis:*

> *Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.*
> ***§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.***

Gabarito: Letra D.

---

19. 2017/IBEG/IPREV/Procurador

De acordo com a classificação dos bens públicos, o imóvel que abriga e pertence à Prefeitura de Viana é considerado

a) de uso especial.
b) de uso comum do povo.
c) dominal.
d) regular de serviço.
e) de uso disponível.

Comentários

O conceito de bens públicos especiais consta no inciso II, art. 99, do Código Civil 2002*, in verbis:*

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> ***II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;***

> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.* ***(grifos não constantes do original)***

Portanto, o imóvel que abriga o prédio da sede da Prefeitura de Viana é classificado como de uso especial, pois encontra-se afetado a um fim público.

Gabarito: Letra A.

---

20. 2017/FGV/ALERJ-RJ/Procurador

Um agricultor mantém, durante mais de 20 (vinte) anos, a utilização de bem público sem destinação específica, sendo surpreendido com a invasão do bem por outro particular. Ajuíza, então, ação de reintegração de posse em face do invasor.
Para o desfecho do caso, é correto afirmar que:
a) o ocupante de bem público deve ser considerado mero detentor do imóvel, sem legitimidade para pleitear proteção possessória, embora deva ser indenizado por benfeitorias realizadas;
b) não pode haver posse de particular sobre bem público, devendo ser julgada improcedente a ação, sem prejuízo de posterior demanda da Administração Pública em face do particular que explorou o bem indevidamente, fundada na vedação ao enriquecimento sem causa;
c) o pedido de reintegração de posse deve ser considerado juridicamente impossível, tendo em vista que, como a área objeto da disputa se encontra situada em terra pública, não há direito de posse a ser disputado entre os particulares;
d) deve ser reconhecida a possibilidade de tutela possessória sobre terras públicas sem destinação específica, sendo certo que tal proteção, condicionada à promoção da função social da posse pelo possuidor, não altera a titularidade dominial do bem;
e) o pedido de reintegração de posse deve ser julgado procedente, considerando que o particular que manteve por mais de 20 (vinte) anos a posse sobre o bem, promovendo sua função social, adquire-lhe a propriedade.

Comentários

Primeiramente, por conta de estar a mais de 20 anos utilizando bem público sem destinação social, o agricultor mantém status apenas de detentor, já que não possui a propriedade do imóvel e, também, por conta de não poder adquiri-la por usucapião. A seguir um precedente sobre o tema do STJ:

> *ADMINISTRATIVO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA POR PARTICULARES. JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. MERA DETENÇÃO. CONSTRUÇÃO. BENFEITORIAS. INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.1.* ***A ocupação de área pública, sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, é mera detenção, que não gera os direitos, entre eles o de retenção, garantidos ao possuidor de boa-fé pelo Código Civil.*** *Precedentes do STJ. 2."Posse é o direito reconhecido a quem se comporta como proprietário. Posse e propriedade, portanto, são institutos que caminham juntos, não havendo de se reconhecer a posse a quem, por proibição legal, não possa ser proprietário ou não possa gozar de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.* ***A ocupação de área pública, quando irregular, não pode ser reconhecida como posse, mas como mera detenção.*** *Se o direito de retenção ou de indenização pelas acessões realizadas depende da configuração da posse, não se pode, ante a consideração da inexistência desta, admitir*

> *o surgimento daqueles direitos, do que resulta na inexistência do dever de se indenizar as benfeitorias úteis e necessárias" (REsp 863.939/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24.11.2008). 3.* ***"Configurada a ocupação indevida de bem público, não há falar em posse, mas em mera detenção, de natureza precária, o que afasta o direito de retenção por benfeitorias"*** *(REsp 699374/DF, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, Terceira Turma, DJ 18.6.2007). 4. "A ocupação de bem público não passa de simples detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público. Não induzem posse os atos de mera tolerância (art. 497 do Código Civil/1916)" (REsp 489.732/DF, Rel. Min. Barros Monteiro, Quarta Turma, DJ 13.6.2005). 5. "Tem-se como clandestina a construção, a qual está inteiramente em logradouro público, além do fato de que a sua demolição não vai trazer nenhum benefício direto ou indireto para o Município que caracterize eventual enriquecimento, muito pelo contrário, já que se está em discussão é a desocupação de imóvel público de uso comum que, por tal natureza, além de inalienável, interessa a toda coletividade" (REsp 245.758/PE, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 15.5.2000) .6. Recurso Especial provido. REsp 900.159/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe de 27/02/2012)* ***(grifos não constantes do original)***

Já em relação a possibilidade de defesa desse bem público face a invasão provocada por outro particular, o STJ tem entendido caber a propositura de ações possessórias, como a ação de reintegração de posse, como se verá abaixo por meio do informativo nº 579 do STJ:

> *Informativo 579 STJ*
> ***DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO POSSESSÓRIA POR INVASOR DE TERRA PÚBLICA CONTRA OUTROS PARTICULARES. É cabível o ajuizamento de ações possessórias por parte de invasor de terra pública contra outros particulares.*** *Inicialmente, salienta-se que não se desconhece a jurisprudência do STJ no sentido de que a ocupação de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio constitui mera detenção (REsp 998.409-DF, Terceira Turma, DJe 3/11/2009). Contudo, vislumbra-se que, na verdade, isso revela questão relacionada à posse. Nessa ordem de ideias, ressalta-se o previsto no art. 1.198 do CC, in verbis: "Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas". Como se vê, para que se possa admitir a relação de dependência, a posse deve ser exercida em nome de outrem que ostente o jus possidendi ou o jus possessionis. Ora, aquele que invade terras públicas e nela constrói sua moradia jamais exercerá a posse em nome alheio, de modo que não há entre ele e o ente público uma relação de dependência ou de subordinação e, por isso, não há que se falar em mera detenção. De fato, o animus domni é evidente, a despeito de ele ser juridicamente infrutífero. Inclusive, o fato de as terras serem públicas e, dessa maneira, não serem passíveis de aquisição por usucapião, não altera esse quadro. Com frequência, o invasor sequer conhece essa característica do imóvel.* ***Portanto, os interditos possessórios são adequados à discussão da melhor posse entre particulares, ainda que ela esteja relacionada a terras públicas. REsp 1.484.304-DF, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 10/3/2016, DJe 15/3/2016.***

Vamos aos comentários:

a) Incorreto. O ocupante de bem público, sendo mero detentor, pode propor ações possessórias contra outro particular que queira prejudicar o uso do bem.

b) Incorreto. O particular exerce a posse sobre o bem público, cabendo a propositura de ações possessórias quando tiver o uso do bem prejudicado por outro particular.

c) Incorreto. O particular considerado como detentor da posse pode pleitear por meio de ações possessórias a proteção face às investidas de outro particular. Porém, não pode pleitear a usucapião das terras públicas pelo fato de ter utilizado por mais de 20 anos.

d) Correto. A titularidade do bem permanece com o poder público. Porém, pode o particular se utilizar das ações possessórias para proteger a posse do bem público contra outros particulares.

e) Incorreto. A reintegração de posse somente pode ser intentada frente a um outro particular que esteja com a intenção de prejudicar a posse do detentor. Porém, as ações possessórias não podem ser propostas contra o poder público, uma vez que os bens são impenhoráveis.

Gabarito: Letra D.

---

21. 2017/FGV/ALERJ-RJ/Procurador

Amanda obteve permissão de uso de bem público para exploração de lanchonete no interior da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por prazo indeterminado. Passados dois anos, a Casa Legislativa revogou o ato, para ampliação de uma sala de reunião. Inconformada, Amanda manejou ação de manutenção de posse.

De acordo com ensinamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o tema, a Amanda:

a) assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, vinculado e precário, e a Administração não pode revogá-lo sem promover a prévia e justa indenização ao particular;

b) assiste razão, eis que a permissão de uso é ato bilateral e discricionário, e a Administração não pode revogá-lo unilateralmente pela via administrativa, sendo imprescindível a judicialização caso não haja acordo com o particular;

c) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato bilateral e discricionário, e a Administração, em regra, pode revogá-lo se houver razões de interesse público, mediante a prévia indenização ao particular;

d) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, discricionário e precário, e a Administração pode revogá-lo posteriormente se houver razões de interesse público, não cabendo, em regra, indenização ao particular;

e) não assiste razão, eis que a permissão de uso é ato unilateral, vinculado e precário, e a Administração pode revogá-lo posteriormente se houver razões de interesse público, com indenização ulterior ao particular.

Comentários.

Nos casos de permissão de uso, em regra, não se vislumbra a indenização em favor do permissionário, uma vez que o ato negocial pode ser desfeito de forma unilateral, tendo em vista a precariedade da relação jurídica entre o poder público e o permissionário. Para Hely Lopes Meirelles (p.644,2016),

> *Permissão de uso: permissão de uso é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público. Como ato negocial, pode ser com ou sem condições, gratuito ou remunerado, por tempo certo ou indeterminado, conforme estabelecido no termo próprio, mas sempre modificável e revogável unilateralmente pela Administração, quando o interesse público o exigir, dados sua natureza*

> *precária e o poder discricionário do permitente para consentir e retirar o uso especial do bem público. A revogação faz-se, em geral, sem indenização, salvo se em contrário se dispuser, pois a regra é a revogabilidade sem ônus para a Administração. O ato da revogação deve ser idêntico ao do deferimento da permissão e atender às condições nele previstas. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

22. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Com relação a pessoas jurídicas de direito privado e bens públicos, julgue o item a seguir.
Consideram-se bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito pessoal ou real, tais como os edifícios destinados a sediar a administração pública.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

O conceito de bens públicos dominicais consta no inciso III, art. 99, do Código Civil 2002, *in verbis:*

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> *II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. (grifos não constante do original)*

Portanto, os bens dominicais são aqueles em que constam do patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, porém estão desafetados, ou seja, sem destinação pública específica, podendo ser alienados.

A assertiva se encontra incorreta por conta de ter mencionado que o edifício destinado a sediar a Administração se classificaria como dominical, quando o correto é ser classificado como bem de uso especial, nos termos do inciso II, art. 99 do CC/2002.

Gabarito: Errado.

---

23. 2016/RHS-CONSULT/PREFEITURA DE PARATY

A administração dos bens públicos compreende normalmente a _____ e _____ do patrimônio público, mas excepcionalmente, pode a Administração ter necessidade ou interesse na _____ de alguns de seus bens, caso em que deverá atender às exigências especiais impostas por normas superiores.
Assinale a alternativa que apresenta os termos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas acima.
a) alienação / utilização / conservação.
b) utilização / conservação / alienação.

c) permutação / alienação / utilização.
d) organização / reorganização / concessão.
e) destinação / vinculação / titulação.

Comentários

Para responder a questão, vejamos o trecho abaixo da obra de Hely Lopes Meirelles (p.639, 2016):

> *Em sentido estrito, a administração dos bens públicos admite unicamente sua utilização e conservação segundo a destinação natural ou legal de cada coisa, e em sentido amplo abrange também a alienação dos bens que se revelarem inúteis ou inconvenientes ao ·domínio público e a aquisição de novos bens, necessários ao serviço público. Quanto à oneração, não admitimos que possa incidir sobre bem público, salvo quando incorporado a empresa estatal. (grifos não constantes do original)*

Portanto, para completar a frase, o gabarito é letra B.

Gabarito: Letra B.

---

24. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador

Considere que um servidor público tenha adquirido um bem público que estava sob sua administração. Nos termos do Código Civil brasileiro, o referido contrato é
a) nulo.
b) válido se adquirido em hasta pública.
c) válido se a administração do bem era direta.
d) válido se a administração do bem era indireta.

Comentários

O tema apresentado é abordado no inciso II, art. 497, do Código Civil de 2002, *in verbis:*

> *Art. 497. Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública:*
> *(...)*
> *II - pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; (grifos não constante do original)*

Portanto, é nulo servidor público adquirir bem público que estava sob sua administração.

Gabarito: Letra A.

---

25. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

O Governo do Estado do Maranhão decidiu constituir uma parceria público-privada na modalidade concessão administrativa, com a finalidade de contratar a construção de um estabelecimento prisional e a prestação de serviços associados a esse estabelecimento. Para garantia do recebimento da contraprestação pecuniária pelo parceiro privado, um imóvel onde funciona uma escola pública estadual, de propriedade do Estado, foi transferido ao Fundo Garantidor de Parcerias do Estado do Maranhão, após autorização da Assembleia Legislativa. Uma vez construída a unidade prisional e iniciada a prestação dos serviços a ela associados, o Estado passou a atrasar o pagamento da contraprestação devida ao parceiro privado. Por conta da inadimplência, o parceiro privado ajuizou ação de execução da dívida estatal, pleiteando em

juízo a penhora do imóvel em que está instalado o estabelecimento escolar. Em vista de tal situação, é correto afirmar que

a) por se tratar de bem imóvel, deveria ser solicitada a hipoteca e não a penhora, que é utilizada apenas para bens móveis e semoventes.

b) em razão da natureza autárquica do Fundo, é impossível a penhora de bens de seu domínio.

c) a transferência do imóvel para o Fundo Garantidor é nula, visto que deveria ter ocorrida a prévia desafetação do bem.

d) em face da transferência para o Fundo Garantidor, o imóvel tornou-se bem de natureza particular, o que possibilita a sua constrição judicial para satisfação da dívida.

e) quaisquer bens pertencentes ao Estado e às entidades por ele controladas são impenhoráveis e, portanto, o pedido de penhora deve ser negado.

Comentários

a) Incorreto. Os bens públicos não podem ser dados em garantia real (hipoteca, penhor e anticrese), nos termos do art. 1420 do Código Civil 2002, in verbis: "Art. 1.420. Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca."

b) Incorreto. O fundo garantidor tem natureza privada, nos termos do §1º do art. 16, da Lei 11074/2004, *in verbis:*

> *Art. 16. Ficam a União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais, distritais, estaduais ou municipais em virtude das parcerias de que trata esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.766, de 2012)*
> ***§ 1º O FGP terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas, e será sujeito a direitos e obrigações próprios.***
> *§ 2º O patrimônio do Fundo será formado pelo aporte de bens e direitos realizado pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos obtidos com sua administração.* ***(grifos não constantes do original)***

c) Correta. Deveria ter ocorrido primeiro a desafetação do imóvel para que se transformasse em bem dominical, nos termos do §7º, art. 16, da Lei 11074/2004, *in verbis:*

> *Art. 16. Ficam a União, seus fundos especiais, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais, distritais, estaduais ou municipais em virtude das parcerias de que trata esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.766, de 2012)*
> *(...)*
> *§ 4o A integralização das cotas poderá ser realizada em dinheiro, títulos da dívida pública, bens imóveis dominicais, bens móveis, inclusive ações de sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pela União, ou outros direitos com valor patrimonial.*
>
> *§ 7o O aporte de bens de uso especial ou de uso comum no FGP será condicionado a sua desafetação de forma individualizada. (grifos não constantes do original)*

d) Incorreto. Como o negócio jurídico da transferência do bem imóvel para o fundo garantidor possui nulidade, o patrimônio continua sendo público, então sujeito a impenhorabilidade.

e) Incorreto. Os bens públicos são impenhoráveis. No caso da questão, a transferência para o fundo garantidor não se formalizou, por conta de não ter havido anteriormente a desafetação do bem imóvel.

Gabarito: Letra C.

---

26. 2016/FCC/SEGEP-MA/Procurador do Estado

Em janeiro de 1993, Maurício Quevedo passou a residir em terreno urbano que lhe fora vendido "de boca" por outro posseiro antigo, ali construindo sua residência, um barraco de aproximadamente setenta metros quadrados, ocupando dois terços do terreno assim adquirido. Em janeiro deste ano, Maurício procurou aconselhar-se com advogado, que verificou a situação dominial do terreno, constatando tratar-se de propriedade registrada em nome do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Diante de tal situação, o referido posseiro

a) deve solicitar à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a declaração de aforamento do imóvel, passando a recolher o foro anual.

b) faz jus à usucapião do terreno, visto que se trata de imóvel particular da entidade autárquica.

c) não possui direito subjetivo de permanecer no imóvel, pois o princípio da boa-fé não é oponível ao interesse público.

d) tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que comprove não ser proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

e) deve requerer ao INCRA a abertura de processo de legitimação de posse, visto tratar-se de ocupante de terra devoluta.

Comentários

Para o caso em análise, o Sr. Maurício deverá solicitar a concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos do art.77(art.1º da Medida Provisória nº 2220/2001), *in verbis:*

> *Art. 77. A Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:*
> *"Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.*

Gabarito: Letra D.

---

27. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO-SP/Procurador

As Escolas Municipais do Município de Alumínio são

a) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.

b) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
c) bens dominicais e, no tocante ao regime jurídico, são inalienáveis enquanto estiverem afetados.
d) bens de uso comum e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.
e) bens de uso especial e, no tocante ao regime jurídico, não há qualquer restrição à sua alienação.

Comentários

O conceito de bens públicos especiais consta no art. 99, do Código Civil 2002, *in verbis*:

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> *II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. (grifos não constantes do original)*

Portanto, o imóvel que abriga o prédio da Escola Municipal do município de Alumínio é classificado como de uso especial, pois encontra-se afetado a um fim público. Assim, o gabarito é a letra A.

Gabarito: Letra A.

---

28. 2016/FAFIPA/CÂMARA DE CAMBARÁ-PR/Procurador

Assinale a alternativa que possui um exemplo de bem de uso especial, segundo entende a doutrina administrativista.
a) Praças.
b) Edifício de repartição pública.
c) Florestas.
d) Terras devolutas.

Comentários

a) Incorreto. Uma praça é um bem de uso comum do povo.

b) Correto. **O conceito de bens públicos especiais consta no inciso II, art. 99, do Código Civil 2002, *in verbis:***

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> *II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. (grifos não constantes do original)*

Portanto, o imóvel que abriga o edifício da repartição pública é classificado como de uso especial.

c) Incorreto. As florestas são bens de uso comum do povo.

d) Incorreto. As terras devolutas são dominicais, em regra. Para serem consideradas como de uso especial deverão ser declaradas por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais, como se vê na lição de Maria Sylvia de Pietro, (p.849, 2018):

> *São exemplos de bens de uso especial os imóveis onde estão instaladas repartições públicas, os bens móveis utilizados pela Administração, museus, bibliotecas, veículos oficiais, terras dos silvícolas, cemitérios públicos, aeroportos, mercados e agora, pela nova Constituição, as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

---

29. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

É indispensável a autorização legislativa para a extinção, mediante alienação judicial, de condomínio indivisível que possua fração ideal constituída por bem dominical.

( ) Certo ( ) Errado.

Comentários

Errado. É dispensável a autorização legislativa para extinção de condomínio indivisível que possua fração dele constituída por bem dominical. Vejamos abaixo posicionamento da jurisprudência do STJ sobre o tema:

> *DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. BEM PÚBLICO. AÇAO DE EXTINÇAO DE CONDOMÍNIO. FRAÇAO PERTENCENTE A MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE. PRÉVIA AUTORIZAÇAO LEGISLATIVA. PRESCINDIBILIDADE.*
> *1. É direito potestativo do condômino de bem imóvel indivisível promover a extinção do condomínio mediante alienação judicial da coisa (CC/16, art. 632; CC/2002, art. 1322; CPC, art. 1.117, II). Tal direito não fica comprometido com a aquisição, por arrecadação de herança jacente, de parte ideal do imóvel por pessoa jurídica de direito público.*
> *2. Os bens públicos dominicais podem ser alienados "nos casos e na forma que a lei prescrever"(CC de 1916, art. 66, III e 67; CC de 2002, art. 101). Mesmo sendo pessoa jurídica de direito público a proprietária de fração ideal do bem imóvel indivisível, é legítima a sua alienação pela forma da extinção de condomínio, por provocação de outro condômino. Nesse caso, a autorização legislativa para a alienação da fração ideal pertencente ao domínio público é dispensável, porque inerente ao regime da propriedade condominial.*
> *3. Recurso especial a que se nega provimento. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Errado.

---

30. 2016/VUNESP/CÂMARA DE MARÍLIA-SP/Procurador

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre os bens públicos sob a perspectiva do direito administrativo pátrio.

a) Os bens públicos não são bens de qualquer natureza, porque na categoria de bens públicos se inserem os bens corpóreos, como móveis, imóveis ou semoventes, excluindo-se os incorpóreos, como créditos, direitos e ações.

b) A propósito da titularidade dos bens públicos, há uma particularidade a destacar, os titulares não são as pessoas jurídicas públicas, e sim os órgãos que as compõem, como o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público.

c) São bens municipais aqueles localizados em seu território e que constituam as terras devolutas necessárias à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares e os terrenos de marinha e seus acrescidos.
d) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
e) Os bens dominicais são aqueles que se destinam à utilização geral pelos indivíduos, podendo ser federais, estaduais ou municipais, neles prevalecendo o sentido de destinação pública, pela utilização efetiva destes pelos membros da coletividade.

Comentários

a) Incorreto. No conceito de bens públicos os bens incorpóreos, como créditos, direitos e ações, também estão acobertados.

b) Incorreto. Os órgãos públicos em geral não possuem personalidade jurídica própria, devendo ser representados pelo Estado.

c) Incorreto. As terras devolutas e terrenos de marinha não fazem parte do território dos municípios, nos termos dos incisos II e VII do art. 20 e inciso IV do art. 26, ambos na CF/1988, *in verbis:*

> *Art. 20. São bens da União:*
> *II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;*
> *VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;*
>
> *Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:*
> *IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União. (grifos não constantes do original)*

d) Correto. Nos termos do art. 98 do CC/2002, *in verbis:* "São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem."

e) Incorreto. Nos termos do inciso III, art. 99, do CC 2002, *in verbis:*

> *Art. 99. São bens públicos:*
> *I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;*
> *II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;*
> *III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra D.

---

31. 2016/FCC/PREFEITURA DE SÃO LUIZ-MA/Procurador

Um Município, devidamente autorizado pelo Legislativo local, lavrou escritura de doação de um terreno em favor do Estado para que lá fosse construído o novo Fórum da Comarca. O Ministério Público ajuizou ação civil pública questionando o negócio jurídico, sob o fundamento de que o terreno era originário de área institucional de loteamento e que o Município demandava prioritariamente a construção de uma creche ou unidade escolar.

Em relação ao ajuizamento da ação e ao exame a ser promovido pelo Judiciário,

a) a ação civil pública não seria cabível, porque foi questionada a legalidade do ato, sendo aquela medida adequada para exame de mérito da atuação da Administração pública.

b) insere-se no âmbito do controle exercido pelo Ministério Público, que pode se valer da ação civil pública para suprir a Administração pública na tomada de decisão que melhor atenderia ao interesse público, não obstante ambas destinações fossem possíveis.

c) não se identifica perspectiva de procedência da ação, tendo em vista que a decisão acerca da construção de um equipamento público insere-se em competência essencialmente discricionária da Administração pública.

d) há de ser julgada procedente a ação civil pública, tendo em vista que houve a desafetação da área com a doação, que assim passou a ser bem dominical.

e) inexiste fundamento para o ajuizamento da ação, que se mostra formalmente inadequada, tendo em vista que não se trata de tutela de bens patrimoniais, mas sim discussão sobre políticas públicas, o que não compete ao Judiciário.

Comentários

A seguir um breve precedente do STJ sobre o tema tratado na questão:

> *Ementa: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONSTRUÇÃO DE PRESÍDIO. BENTO GONÇALVES. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. OMISSÃO ESTATAL NÃO VERIFICADA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. - Ação civil pública que visa à condenação do Estado do Rio Grande do Sul à construção de novo presídio no Município de Bento Gonçalves, dada a precariedade das instalações do presídio atual. - A realização das políticas públicas é encargo do Poder Executivo, de sorte que ao Poder Judiciário é dado intervir, ordenando a execução de políticas, somente se constatada violação a direitos fundamentais, seja por ação ou omissão do ente responsável. A possibilidade de exercício do controle judicial sobre as políticas públicas pressupõe a violação a direitos fundamentais como decorrência de injusta omissão ou ação indevida do Poder Público. - No caso dos autos, observa-se que não houve inércia injustificada do Estado do Rio Grande do Sul porque, muito embora as tentativas de implantação de um novo presídio em Bento Gonçalves se estendam desde 2008, foram entraves burocráticos que fizeram com que o projeto não fosse adiante, com destaque para a ocorrência de licitação para escolha de empresa de engenharia para a consecução das obras, cujo resultado restou infrutífero após contendas administrativas e judiciais, inclusive com suspensão do procedimento mediante determinação judicial, além de ações judiciais referentes à desapropriação do local para a realização... da obra e, por fim, com o cancelamento do repasse de verba do Fundo Penitenciário Nacional . - Ação civil pública improcedente. APELO PROVIDO, DE PLANO. REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICADO. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70064262348, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 20/04/2015). (grifos não constantes do original)*

Vamos aos comentários:

a) Incorreto. O ato de doação ocorreu sem vícios. Porém, em vez de se construir o fórum da comarca a prioridade se transformou para ser construída uma creche ou unidade escolar. Portanto, os fatos apontados não justificariam a propositura de ação civil pública, uma vez que o interesse público não deixou de ser observado, tendo ocorrido apenas uma redestinação lícita, que é quando o bem é adquirido pelo poder público com um fim, mas que depois é dada a ele outra finalidade, não deixando de ser de interesse público.

b) Incorreto. Não cabe ao poder judiciário intervir na gestão das políticas públicas, somente nos casos em que se viole os direitos fundamentais, conforme jurisprudência do STJ.

c) Correto. A decisão sobre as políticas públicas é campo de competência do Poder Executivo, cabendo a interferência do judiciário apenas em caso de lesão a direitos fundamentais, conforme jurisprudência do STJ.

d) Incorreto. Incabível a ação civil pública, tendo em vista que não ocorreu a desafetação do bem, por conta de a finalidade pública da destinação ter sido mantida.

e) Incorreto. A ação civil pública é apropriada para a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. No caso em análise, não houve violação desses direitos, descabendo a propositura da ação. Além disso, a gestão das políticas públicas cabe ao executivo, podendo o judiciário interferir quando houver violação aos direitos fundamentais.

Gabarito: Letra C.

---

32. 2016/CESPE/TJ-DF/Juiz de Direito

Acerca dos bens públicos, assinale a opção correta.
a) Os bens privados do Estado, que não se submetem ao regime jurídico de direito público, são aqueles adquiridos de particulares por meio de contrato de direito privado.
b) Bens dominicais são aqueles que podem ser utilizados por todos os indivíduos nas mesmas condições, por determinação de lei ou pela própria natureza do bem.
c) Os bens de uso especial do Estado são as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou não, que a administração utiliza para a realização de suas atividades e finalidades.
d) Os bens de uso comum não integram o patrimônio do Estado, constituindo coisas que não pertencem ao ente público ou a qualquer particular, não sendo passíveis, portanto, de aquisição por pessoa física ou jurídica.
e) Os bens dominicais são aqueles pertencentes ao Estado e afetados a uma finalidade específica da administração pública.

Comentários

a) Incorreto. Os bens privados do Estado ou bens dominicais são aqueles que estão desafetados, ou seja, sem destinação dos bens a uma finalidade. A origem deles pode ter surgido desde sempre do próprio patrimônio público e também de bens de particulares.

b) Incorreto. O conceito se refere aos bens de uso comum do povo.

c) Correto. Os bens de uso especial são os afetados a alguma finalidade pública. Constitui-se do patrimônio das pessoas jurídicas de direito público em que abrigam os prédios das repartições públicas ou os bens móveis, por exemplo.

d) Incorreto. Os bens de uso comum do povo integram os bens públicos.

e) Incorreto. Os bens dominicais são aqueles que não estão mais afetados a alguma finalidade pública.

Gabarito: Letra C.

---

33. 2016/TRF- 3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta. São bens da União:
I – O mar territorial, entendido como uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.
II – Os recursos naturais da plataforma continental, entendida como o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de cento e cinquenta milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.
III – Os recursos naturais da zona econômica exclusiva, entendida como uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial.
Estão corretas:
a) I, II e III;
b) I e III;
c) II e III;
d) Apenas III.

Comentários

I- Correto. Nos termos do art. 1º da Lei nº 8617/1993, in verbis:

> *Art. 1º O mar territorial brasileiro compreende uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil.*

II- Incorreto. Nos termos do art. 11 da Lei nº 8617/1993, *in verbis:*

> *Art. 11. A plataforma continental do Brasil compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.(grifos não constantes do original)*

III- Correto. Nos termos do art. 6º da Lei nº 8617/1993, *in verbis:* "Art. 6º A zona econômica exclusiva brasileira compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial."

Gabarito: Letra B.

3.23 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis

1. **2018/FUNDEP-GESTÃO DE CONCURSOS/MPE-MG/Promotor de Justiça**

Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os cargos, empregos e funções públicas, da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos legais, bem como aos estrangeiros, na forma da lei.

b) A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

c) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

d) O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Comentários

a) CERTA. Para os brasileiros, trata-se de norma de eficácia contida (a lei poderá estabelecer requisitos para o acesso); para os estrangeiros é norma de eficácia limitada (depende de lei para a sua implementação).

b) CERTA. Literalidade do art. 37, II da Constituição Federal. A regra para investidura em cargo ou emprego público é a do concurso público de provas ou de provas e títulos, que pode variar, dentro da regra citada, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma da lei. A própria Constituição já ressalva os cargos em comissão declarados em lei como de livre nomeação/exoneração; para estes, não há necessidade de concurso público de provas ou provas e títulos.

c) ERRADA. As funções de confiança são exclusividade dos servidores ocupantes de cargo efetivo; já os cargos em comissão, que são os destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são destinados a qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira. Do jeito que está redigida, a assertiva limitou os cargos de comissão apenas aos servidores de carreira.

d) CERTA. Literalidade do art. 37, III e IV da Constituição Federal. O prazo de validade do concurso público é até 2 (dois) anos e pode ser prorrogado uma vez, por igual período. Além disso, durante o

prazo improrrogável fixado no edital, o candidato aprovado deve ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

Gabarito: alternativa C.

---

2. 2018/ORHION CONSULTORIA/PREFEITURA DE JAGUARIÚNA

Assinale a alternativa CORRETA:

a) O exercício do cargo terá início no primeiro dia útil após a data da posse, podendo, tal prazo, ser prorrogado uma única vez, por no máximo 15 (quinze) dias, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente para a prática do ato de provimento.

b) O exercício de cargo em comissão não exigirá de seu ocupante integral dedicação ao trabalho, podendo o servidor ser convocado a qualquer tempo, mediante juízo de conveniência e oportunidade por parte da Administração Pública Municipal.

c) A cessão do servidor público para outro órgão dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá ocorrer, desde que sem prejuízo dos vencimentos do servidor cedido, cabendo a decisão a Administração Pública Municipal a qual o servidor encontra-se vinculado.

d) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo quando invalidada a sua demissão em virtude de decisão judicial ou administrativa e será feita no cargo anteriormente ocupado pelo servidor, ou, se transformado, no cargo resultante da transformação. Na hipótese de extinção do cargo o servidor reintegrado será colocado em disponibilidade.

Comentários

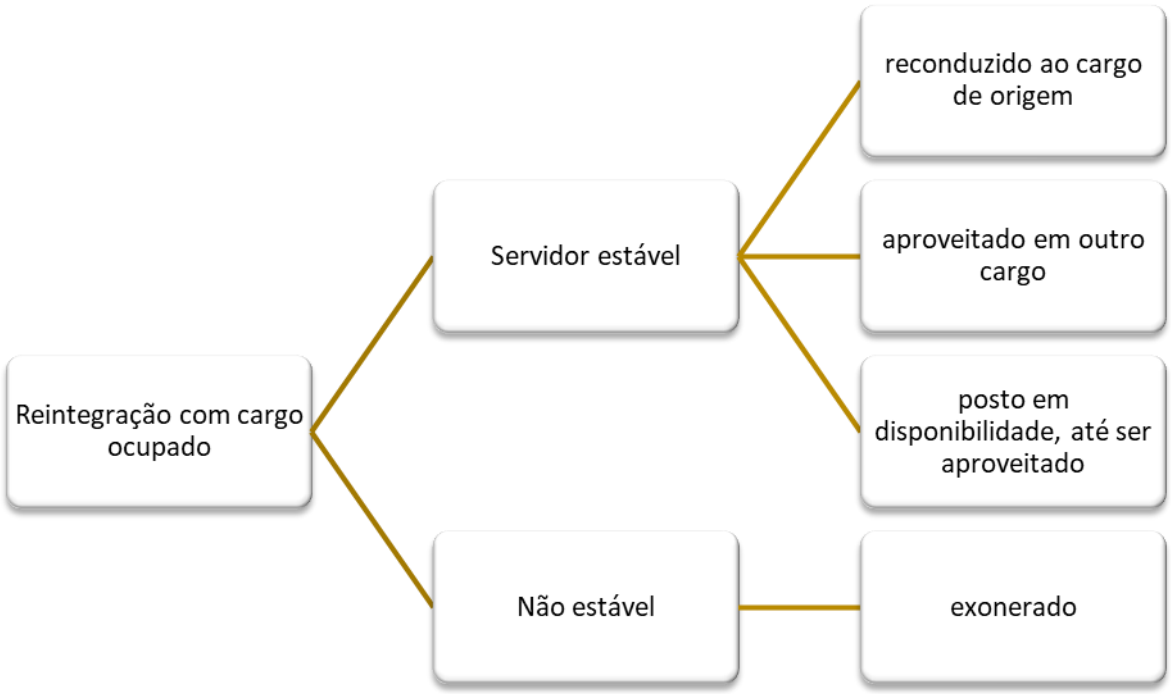
a) ERRADA. **Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança (art.15 da Lei 8112). Ao tomar posse, o servidor** assume o cargo. A lei estabelece o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogáveis, contados da data da posse, para o servidor entrar em exercício no cargo.

b) ERRADA. Segundo o § 1º do Art. 19 da Lei 8112/90, "o ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.".

c) ERRADA. Neste caso, a cessão se dará com ônus para a cessionária (que recebeu o servidor), segundo o Art. 93 da Lei 8112/1990.

d) CERTA. Segundo o caput do art. 28 da Lei 8112/90, reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, em virtude de invalidação do ato de sua demissão (por decisão administrativa ou judicial).

Se o cargo de origem não mais existir, o servidor será colocado em disponibilidade (art. 28, § 1º da Lei 8112/90).



Gabarito: alternativa D.

---

3. 2018/VUNESP/IPSM/Procurador

De acordo com as disposições sobre servidores públicos constantes da Constituição Federal de 1988, afirma-se corretamente que

a) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, inclusive para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

c) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

d) serão estabelecidos por ato do Chefe do Poder Executivo os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

e) a proibição de acumular cargos não abrange servidores ou empregados de autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Comentários

a) ERRADA. Segundo o art. 37, II da Carta Maior, a regra para investidura em cargo ou emprego público é a do concurso público de provas ou de provas e títulos, que pode variar, dentro da regra citada, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, na forma da lei. A própria Constituição já ressalva os cargos em comissão declarados em lei como de livre

nomeação/exoneração; para estes, não há necessidade de concurso público de provas ou provas e títulos.

b) CERTA. As funções de confiança são exclusividade dos servidores ocupantes de cargo efetivo; já os cargos de comissão, que são os destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, são destinados a qualquer pessoa, observado o percentual mínimo reservado ao servidor de carreira (previstos em lei), segundo o art. 37, V da Constituição Federal.

c) ERRADA. Segundo o art. 37 VI da Constituição Federal, é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

d) ERRADA. Segundo o art. 37, IX da Constituição Federal, a lei (e não o chefe do Poder Executivo) estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

e) ERRADA. Segundo o Art. 37, XVII da Constituição Federal, a proibição de acumular cargos inclui empregos e funções e engloba também a Administração Indireta (autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público).

Gabarito: alternativa B.

---

4. 2018/FUNRIO/AL-RR/Procurador

Provimento é o fato administrativo que traduz o preenchimento de um cargo público. Várias são as formas de provimento, todas dependentes de um ato administrativo de formalização.
É CORRETO afirmar que recondução é o/a
a) ato administrativo que materializa o provimento originário.
b) forma de provimento pela qual o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica.
c) retorno do servidor que tenha estabilidade ao cargo que ocupava anteriormente, por motivo de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
d) forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada.

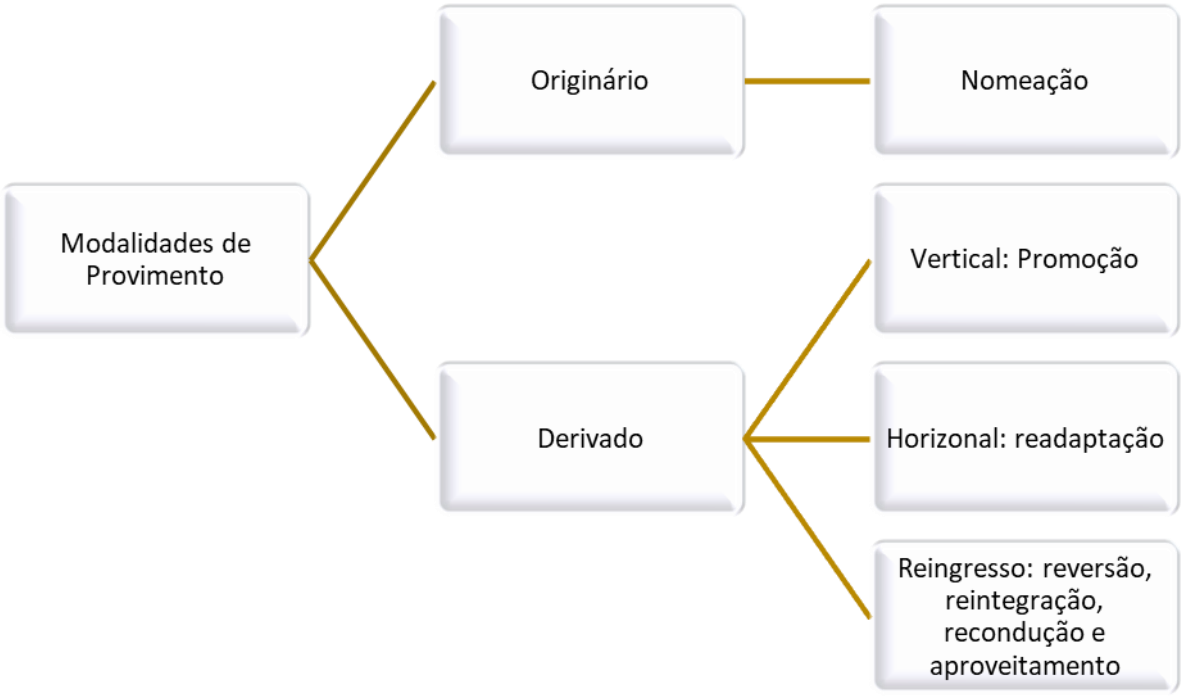
Comentários

A recondução, de acordo com o artigo 29 da Lei 8112/90, é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

Poderá decorrer em virtude de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou pela reintegração do anterior ocupante do cargo.

Ressalto que a recondução **só é aplicada ao servidor estável**.

a) ERRADA. A recondução é ato administrativo que materializa provimento derivado:



b) ERRADA. A assertiva trata da readaptação (art. 24 da Lei 8112/90).

c)CERTA. Como mencionado, a recondução poderá decorrer em virtude de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou pela reintegração do anterior ocupante do cargo.

d)ERRADA. A ascensão e a transferência eram formas de provimento que permitiam a progressão funcional do servidor público entre cargos de carreiras distintas sem concurso. Essas formas foram declaradas inconstitucionais pelo STF, por afrontar o princípio do concurso público.

Gabarito: alternativa C.

---

5. 2018/FCC/DPE-RS/Defensor Público

Sobre provimento e deslocamento de cargo público, é INCORRETO afirmar:
a) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava e do qual foi ilegalmente desligado.
b) Readaptação é o retorno do servidor inativo à atividade quando for constatada por perícia médica a insubsistência dos motivos da aposentadoria.
c) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo que ocupava por inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi nomeado.
d) Aproveitamento é o retorno de servidor estável, que se encontrava em disponibilidade, ao mesmo cargo que ocupava ou equivalente em atribuições e vencimentos.
e) Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, vago ou ocupado, para outro órgão ou ente vinculado a um mesmo Poder.

Comentários

a) CERTA. Segundo o art. 28 da Lei 8112/90, a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Em outras palavras, o servidor teve sua demissão invalidada por sentença judicial ou administrativa, o que o obriga a retornar ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação.

b) ERRADA. A reversão (e não readaptação) nada mais é do que **o retorno do servidor aposentado à atividade,** e pode ocorrer de ofício ou a pedido.

c)CERTA. A recondução, de acordo com o artigo 29 da Lei 8112/90, é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e poderá decorrer em virtude de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou pela reintegração do anterior ocupante do cargo. Ressalto que a recondução **só é aplicada ao servidor estável**.

d)CERTA. No comando do artigo 30 da Lei 8112/90, o aproveitamento é definido como o "**retorno à atividade** de servidor em **disponibilidade (...) em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.**

e) CERTA. A Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade **do mesmo Poder**, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC.

Gabarito: alternativa B.

---

6. 2018/TRF-3ª REGIÃO/TRF-3ª REGIÃO/Juiz Federal

É obrigatória a aprovação prévia em concurso público para a ocupação de cargos e empregos públicos efetivos. Trata-se da realização do princípio da igualdade de acesso ao serviço público. Com base nesse enunciado, indique a afirmação CORRETA:

a) Limites de idade, sexo, altura e capacitação profissional devem ser estabelecidos em regulamento do concurso e não apenas no edital.

b) Para que o candidato possa fazer jus às vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas precisam necessariamente causar dificuldades no desempenho das funções do cargo disputado, em função da aplicação do princípio da congruência.

c) O princípio da igualdade de gênero impede que o edital de concurso público preveja a participação apenas de concorrentes de determinado sexo.

d) Conflita com o princípio da razoabilidade a eleição, como critério de desempate, do desempenho profissional anterior, relacionado com a titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso.

Comentários

a) ERRADA. Somente por meio de lei pode a Administração Pública estabelecer critérios discriminatórios em concurso público, tais como sexo, limite de idade, altura, peso, exame

psicotécnico etc. Deve haver um **dispositivo legal** (lei) que autorize tratamento diferenciado para determinados cargos. Temas correlatos foram objeto de apreciação pelo STF:

Súmula Vinculante 44: "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.*"

Súmula 683 do STF: "*O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido*."

b) ERRADA. Entende o STF que as pessoas portadoras de deficiência têm direito a reserva de vagas independentemente da eventual dificuldade no exercício da função. Ainda, interpretação em contrário vulneraria a própria ideia fundante das ações afirmativas, desprotegendo minorias (STF. RMS 32.732-TA/DF, rel. Min. Celso de Mello, j. 13.05.2014)

c)ERRADA. O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que pode ser realizado concurso público específico para provimento de cargos ou empregos públicos exclusivamente por homens ou mulheres, pois a lei tem o condão de estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir (CF/1988, art. 39, § 3º). Em uma penitenciária feminina, por exemplo, é razoável que o respectivo edital do concurso público, amparado em lei e devidamente fundamentado, somente permita a participação de candidatas do sexo feminino.

d)CERTA. A questão exigia conhecimento da jurisprudência do STF, que decidiu, no julgamento da ADI 3.522/RS, ser conflitante com o princípio da razoabilidade eleger como critério de desempate tempo anterior na titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso público:

> *CONCURSO PÚBLICO – CRITÉRIOS DE DESEMPATE – ATUAÇÃO ANTERIOR NA ATIVIDADE – AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. Mostra-se conflitante com o princípio da razoabilidade eleger como critério de desempate tempo anterior na titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso público.*

Gabarito: alternativa D.

---

7. 2018/VUNESP/FAPESP/Procurador

O servidor ocupante de cargo temporário do quadro da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo vincula-se
a) ao regime jurídico único estatutário de pessoal e ao regime geral de previdência social.
b) ao regime jurídico único celetista de pessoal e ao regime próprio de previdência social.
c) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.

d) ao regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime próprio de previdência social.
e) ao regime jurídico-disciplinar celetista e ao regime complementar de previdência social.

Comentários

Segundo o Art. 37, IX c/c § 13 do Art. 40 da Constituição Federal:

> *IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.*
>
> *§13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.*

Sendo assim, a estes temporários deve-se aplicar o regime jurídico de pessoal estabelecido na lei que autoriza a contratação temporária e ao regime geral de previdência social.

Gabarito: alternativa C.

---

8. 2018/FUNDATEC/AL-RS/Procurador

Em relação aos agentes públicos, é correto afirmar que:
a) O servidor público detentor de cargo em comissão poderá tornar-se estável no serviço público.
b) O servidor público efetivo será estável após o ato de nomeação.
c) O servidor público estável, por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, possui as garantias de efetividade.
d) O servidor público efetivo está sujeito às regras de disponibilidade.
e) O artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias abrange os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentários

a) ERRADA. De acordo com o Art. 41 da Lei 8112/90, os servidores adquirem a estabilidade, **nos cargos de provimento efetivo apenas**, após 3 anos de efetivo exercício. Observe-se que os cargos em comissão não dão direito à estabilidade, pois se tratam de cargos de livre nomeação e exoneração.

b) ERRADA. A estabilidade é adquirida após 3 anos de efetivo exercício.

c)ERRADA. Segundo o Art. 19 do ADCT: Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público.

d)CERTA. A disponibilidade é um instituto que permite ao **servidor estável**, que teve seu cargo extinto ou declarado desnecessário, permanecer sem trabalhar, temporariamente, percebendo a remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

e) ERRADA. A regra do Art. 19 do ADCT inclui apenas os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas (não se referindo às empresas públicas ou sociedades de economia mista).

> *Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público*

Gabarito: alternativa D.

---

9. 2018/VUNESP/PREFEITURA DE BAURU-SP/Procurador

Um técnico de enfermagem (nível médio) prestou concurso público e, tendo sido aprovado, tomou posse no cargo de enfermeiro, passando a integrar o quadro de pessoal da Administração municipal. Somente quatro anos depois da entrada em exercício do técnico, a área de recursos humanos do Município identificou que o certificado de conclusão de curso por ele apresentado por ocasião de sua posse não comprovava o preenchimento de requisito legal essencial para investidura no cargo público de enfermeiro. Considerando que o edital do concurso público expressamente indicava como condição para posse a apresentação de certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem, a municipalidade deverá

a) cautelarmente afastar o servidor do exercício do cargo e, independentemente de processo administrativo ou judicial específico, exonerá-lo pela ausência de boa-fé.

b) de ofício, instaurar processo administrativo disciplinar com vistas à demissão do técnico de enfermagem, por ausência de aptidão técnica específica para desempenho do cargo público.

c) instaurar processo administrativo com vistas à invalidação do ato administrativo de nomeação e posse do servidor que não comprovou o preenchimento de requisito específico para investidura naquele cargo público.

d) provocar a Procuradoria Jurídica do Município para representá-la judicialmente em ação declaratória de inexistência de relação jurídica administrativa entre a municipalidade e o servidor, que não fará jus a indenização se reconhecida, em juízo, sua má-fé.

e) instaurar processo administrativo com vistas à revisão da avaliação periódica de desempenho do servidor, ao final do qual, se comprovada ausência de má-fé e desempenho excepcional pelo servidor, poderá ser fundamentadamente convalidado o ato administrativo de sua nomeação e posse.

Comentários

No caso em tela, um técnico em enfermagem (nível médio) foi aprovado em concurso público e tomou posse no cargo de enfermeiro.

Porém, o certificado de conclusão de curso apresentado na posse não comprovava o preenchimento de requisito previsto no edital (certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem).

Depreende-se do enunciado que o servidor entrou em exercício (não há menção a esta data) e seguiu por 4 anos no cargo.

Como vimos na aula, a investidura no cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público (de provas ou provas e títulos) e deve preencher a requisitos previstos em lei, conforme art. 37, caput, II:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *(...)*
> *II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*

Além disso, não se observando os requisitos dos comandos supra, implica-se a nulidade do ato administrativo, conforme art. 37, § 2º, da Constituição Federal:

> *§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei".*

Segundo o princípio da autotutela, a Administração Pública tem o poder-dever de declarar a nulidade de seus próprios atos, no sólido entendimento jurisprudencial da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal:

> *Súmula 743 do STF: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

Assim, constatada a ausência de requisito legal para o cargo (certificado de conclusão de Curso Superior em Enfermagem), a Administração Pública deverá anular o ato de investidura, porquanto é viciado e ilegal.

Ademais, a nulidade do ato de investidura deve ser acompanhada de processo administrativo em que se assegure o contraditório e a ampla defesa, acompanhando jurisprudência já também firme no ordenamento pátrio, conforme se observa no RE 590.964 AGR:

> *Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor público. Exoneração. Procedimento administrativo prévio. Inexistência. Princípio da ampla defesa e do contraditório. Violação. Estabilidade. Discussão. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. O Tribunal de Justiça concluiu, com fundamento nos fatos e nas provas dos autos, que o agravado era estável ao tempo da exoneração e que o seu desligamento do serviço público se deu* ***sem a instauração***

> ***de prévio procedimento em que fossem asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa**, motivos pelos quais determinou a reintegração do agravado ao cargo. 2. Consoante a jurisprudência desta Corte, os atos da Administração Pública que tiverem o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deverão ser precedidos de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.*

a) ERRADA. A exoneração é a dissolução do vínculo com o Poder Público, a pedido do servidor ou por vontade da Administração (com previsão legal) e não possui caráter de penalidade.

b) ERRADA. A demissão é uma penalidade disciplinar aplicada ao servidor público em razão da prática de infração administrativa, o que não é o caso.

c)CERTA. O ato de investidura é nulo. Assim, a administração pública pode declarar a nulidade em processo administrativo que se assegure o contraditório e a ampla defesa.

d)ERRADA. A Administração Pública pode declarar a nulidade do ato de investidura sem a necessidade de interferência do Poder Judiciário, como visto.

e) ERRADA. Não cabe convalidação do ato de investidura baseada na avaliação periódica de desempenho, porquanto o ato de investidura padece de nulidade, por violação à Carta Maior.

Gabarito: alternativa C.

---

10. 2018/FCC/PGE-TO/Procurador do Estado

Estevão Artacho, candidato em concurso público para a carreira policial, foi considerado inapto por exame médico oficial, realizado em 24 de março de 2017, pela constatação de que sofria de sopro no coração, isto é, uma alteração nas válvulas coronárias. Por essa razão, não pôde tomar posse na data marcada para a investidura dos candidatos, 11 de abril de 2017. Inconformado, Estevão ajuizou ação ordinária, questionando o ato administrativo que o considerou inapto e pleiteou, a título de indenização, o valor correspondente aos vencimentos do cargo, computados desde a data fixada para a posse. Citada a Fazenda Estadual e contestada a pretensão, determinou-se realização de prova pericial, que constatou, por meio de exames mais detalhados, que se tratava de variedade benigna da anomalia, não impeditiva do exercício da função pública. O juiz prolatou sentença de procedência, no tocante ao pedido de empossamento no cargo público. No tocante à pretensão relativa à indenização, a sentença seguiu a jurisprudência dominante do STF, que dispõe que

a) não é devida indenização, salvo em situação de flagrante arbitrariedade do ato que impediu a posse.
b) a indenização é devida, computada desde a data em que deveria ter ocorrido a posse.
c) tal pretensão deve ser deduzida em ação própria.
d) a indenização é devida, computada desde a data do ajuizamento da ação.
e) a indenização é devida, computada desde a data da citação da Fazenda Pública.

Comentários

A banca cobrou do candidato nesta questão jurisprudência do STF relativa ao caso em tela: é devida indenização a servidor público que toma possa em cargo por decisão judicial, sendo esta indenização

referente ao tempo decorrido entre a data que deveria ter sido empossado e a que o servidor de fato tomou?

O STF posicionou-se no seguinte sentido:

> *"ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL.*
> *1. Tese afirmada em repercussão geral: na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial,* ***o servidor não faz jus a indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante.***
> *2. Recurso extraordinário provido."*
> *(RE nº 724.347/DF - Repercussão Geral - Tese 671. Plenário. rel. p/ acórdão Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, em 26.2.2015)*

Ou seja, salvo situação de flagrante arbitrariedade da administração pública que ensejaria impedimento à posse, o servidor não faria jus à indenização mencionada.

Gabarito: alternativa A.

---

11. 2018/CONSULPLAN/CÂMARA DE BELO HORIZONTE

Pedro, servidor aposentado da Câmara Municipal de Belo Horizonte por motivo de invalidez, após submissão à nova perícia por junta médica competente, obteve parecer declarando insubsistente o motivo determinante da aposentadoria, sendo atestada sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo. Diante do parecer emitido, Pedro decidiu formalizar pedido para retorno ao cargo. Considerando o caso hipotético descrito, indique a alternativa correta.

a) Caso o cargo se encontre provido, Pedro exercerá suas atribuições como excedente até a ocorrência de vaga.

b) A reversão será feita para qualquer cargo da carreira daquele ocupado pelo servidor à época da aposentadoria.

c) O servidor terá o prazo de trinta dias úteis, contado da publicação do ato de reversão, para entrar em exercício.

d) O servidor que retornar à atividade após a cessação do motivo que causou sua aposentadoria por invalidez terá direito à contagem do tempo relativo ao período de afastamento para fins de ascensão funcional.

Comentários

No caso em tela, trata-se da reversão de ofício, pois após submissão à nova perícia por junta médica competente, obteve parecer declarando insubsistente o motivo determinante da aposentadoria, sendo atestada sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo.

a) CERTA. Como visto, o servidor Pedro retorna ao serviço no cargo anterior, exceto se o mesmo encontrar-se provido, fato que o levará a exercer suas atribuições na condição de excedente, até a ocorrência de vaga.
b) ERRADA. A reversão não é feita para qualquer cargo.
c)ERRADA. De acordo com o art. 7º do Decreto Nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, que regulamenta o instituto da reversão da Lei 8112/90:

> *Art 7º Será tornado sem efeito o ato de reversão de o exercício não ocorrer no prazo de quinze dias.*

d)ERRADA. Havendo o retorno às suas funções, o tempo a ser trabalhado contará para a concessão da nova aposentadoria a que fizer jus posteriormente. Além disso, no texto original da lei 8112/90, ainda havia duas formas: a ascensão e a transferência, ambas revogadas pela lei 9.527/97. Eram formas de provimento vertical, nas quais o servidor poderia passar a integrar carreira distinta daquela que ocupava anteriormente.
Contudo o STF, por meio da Súmula Vinculante nº 43, considerou que ambas violavam o instituto do concurso público previsto na Carta Magna de 88. Dessa forma, hoje em dia apenas a promoção é considerada uma forma de provimento vertical, pois significa uma evolução que ocorre dentro da mesma carreira. Importante ressaltar jurisprudência relativa à ascensão:

> *Súmula Vinculante 43 É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.*

Gabarito: alternativa A.

---

12. 2017/MPE-SP/MPE-SP/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa correta.
a) O prazo de validade de concurso público é de dois anos, prorrogável até o preenchimento de todos os cargos pelos candidatos aprovados.
b) A sujeição do candidato a cargo público a exame psicotécnico fica a critério discricionário da Administração.
c) Em concurso público, é possível limitar a idade dos candidatos quando esta limitação se justifica pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
d) O vencimento dos servidores pode ser determinado por lei ou ser objeto de convenção coletiva.
e) É possível a vinculação do reajuste de vencimento de servidores estaduais e municipais a índices federais de correção monetária.

Comentários

a) ERRADA. Segundo o art. 12 da Lei 8112/90, o concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

b) ERRADA. De acordo com a Súmula Vinculante 44, a sujeição ao exame psicotécnico depende de previsão em lei, não se coadunando com o critério de conveniência e oportunidade da Administração Pública:

Súmula Vinculante 44: "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.*"

Somente é possível, portanto, se houver lei em sentido material (ato emanado do Poder Legislativo) que expressamente a autorize, além de previsão no edital do certame. Ademais, o exame psicotécnico necessita de um grau mínimo de objetividade e de publicidade dos atos em que se procede. A inexistência desses requisitos torna o ato ilegítimo, por não possibilitar o acesso à tutela jurisdicional para a verificação de lesão de direito individual pelo uso desses critérios.

c) CERTA. De acordo com a Súmula 683 do STF, é possível limitar a idade dos candidatos em concurso público, mas é necessário haver justificativa, baseado na natureza das atribuições do cargo:

Súmula 683 do STF: "*O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido*."

d)ERRADA. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor **fixado em lei**, segundo art.40 da Lei 8112/90.

e) ERRADA. Segundo a Súmula Vinculante nº 42:

"É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária."

O entendimento prevalecente no Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o reajuste automático de vencimentos de servidores públicos, tomando-se como base a variação de indexadores de atualização monetária, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), desrespeita a autonomia dos Estados-membros e a vedação constitucional de vinculação, para efeito de remuneração de servidores públicos, nos termos dos arts. 25 e 37, XIII, da Constituição da República, respectivamente.

Gabarito: alternativa C.

---

13. 2017/CESPE/DPE-AC/Defensor Público

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a respeito de concursos públicos.

I. Existindo previsão em edital, as provas de títulos poderão ter natureza eliminatória ou classificatória.
II. Candidato condenado em ação penal, ainda que não transitada em julgado, poderá ser excluído do certame na fase de investigação social.
III. O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.
IV. Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo em razão de conteúdo que afronte valores constitucionais.
Estão certos apenas os itens
a) I e II.
b) I e III.
c) II e III.
d) II e IV.
e) III e IV.

Comentários

I. ERRADO. Segundo jurisprudência do STF, as provas de títulos não podem ostentar natureza eliminatória, prestando-se apenas para classificar os candidatos, sem jamais justificar sua eliminação do certame.

> *Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO E REMOÇÃO DE OUTORGAS DE CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. INCOMPATIBILIDADE COM O RITO DO MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE REJEITADA. WRIT IMPETRADO DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL DE 120 DIAS (LEI Nº 12.016/09, ART. 23). INVALIDADE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA ATRIBUIÇÃO DE CARÁTER ELIMINATÓRIO A PROVAS DE TÍTULOS EM CONCURSOS PÚBLICOS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 37, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. NECESSIDADE DE COERÊNCIA NORMATIVA DO CNJ NO TRATAMENTO DOS CERTAMES PARA INGRESSO NA CARREIRA DE MAGISTRADO E NA CARREIRA DE NOTÁRIO. APARENTE INCOMPATIBILIDADE ENTRE OS REGIMES FIXADOS PELAS RESOLUÇÕES CNJ Nº 75/09 E 81/09. ERRO MATERIAL NA FÓRMULA MATEMÁTICA CONSAGRADA PELA RESOLUÇÃO Nº 81/09 DO CNJ. NULIDADE DO ATO DE ELIMINAÇÃO DA IMPETRANTE NO 7º CONCURSO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ORDEM CONCEDIDA.*
> *1.* ***As provas de títulos em concursos públicos para provimento de cargos efetivos no seio da Administração Pública brasileira, qualquer que seja o Poder de que se trate ou o nível federativo de que se cuide, não podem ostentar natureza eliminatória****, prestando-se apenas para classificar os candidatos, sem jamais justificar sua eliminação do certame, consoante se extrai, a contrario sensu, do art. 37, II, da Constituição da República. Precedente do STF: AI nº 194.188-AgR, relator Min. Marco Aurélio, Segunda Turma, j. 30/03/1998, DJ 15-05-1998.*

II.ERRADO. Segundo jurisprudência do STF, candidato que esteja respondendo a ação criminal, cuja sentença não transitara em julgado, não pode ser eliminado de concurso público:

> *ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. INVESTIGAÇÃO SOCIAL. EXCLUSÃO DO CANDIDATO DO CURSO DE FORMAÇÃO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.*
> *1. Afronta o princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII da Carta Magna), a imediata exclusão de candidato do concurso público que, na fase de investigação social,* ***esteja respondendo a ação criminal, cuja decisão condenatória não transitara em julgado****. Precedentes do STJ: REsp. 795.174/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 01/03/2010 e REsp. 414.933/PR, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 06/08/2007; e do STF: AgRg no AI 769.433/CE, Rel. Min. EROS GRAU, DJU 12/02/2010 e AgRg no RE 559.135/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJU 13/06/2008.*

III.CERTO. O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.

Súmula Vinculante 44: "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.*"

Além disso, a exigência do exame psicotécnico em concurso deve seguir critérios objetivos (Tese definida no AI 758.533 QO-RG, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 23-6-2010, DJE 149 de 13-8-2010, Tema 338).

IV. CERTO.

Gabarito: alternativa E.

---

14. 2017/LEGALLE CONCURSOS/CÂMARA DE VEREADORES

São previstos em lei três casos nos quais é possível o acúmulo de cargos públicos remunerados. Com relação a esses casos, analise as afirmativas e assinale V para a(s) verdadeira(s) ou F para a(s) falsa(s).
( ) Dois cargos de professor.
( ) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
( ) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
Qual é a sequência correta?

a) F; F; F.
b) F; F; V.
c) V; F; V.
d) V; V; F.
e) V; V; V.

Comentários

As hipóteses de acumulação de cargos públicos estão descritas nas Carta Magna de 88 e são:

> *XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
> *a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
> *b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*
> *c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)*

Gabarito: alternativa E.

---

15. 2017/FMP-CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

De acordo com o atual panorama interpretativo verificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores, pode-se afirmar sobre o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público fora do número de vagas disciplinado pelo certame de que participou:
a) O cadastro reserva revela-se por si como medida inidônea para o aproveitamento dos candidatos aprovados durante a validade do concurso.
b) Os aprovados dentro do cadastro reserva não têm expectativa de direito à nomeação, muito menos direito subjetivo a serem chamados para o preenchimento da vaga.
c) Incumbe à Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade exercido de forma livre, avaliar a conveniência e a oportunidade de novas convocações durante a validade do certame.
d) O direito subjetivo à nomeação do candidato surge, dentre outras hipóteses, quando, ao surgirem novas vagas ou ao ser aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, ocorre a preterição de candidatos de forma justificada e motivada por parte da Administração.
e) Demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, não pode a Administração deixar transcorrer o prazo de validade a seu bel prazer para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido.

Comentários

a) ERRADA. O cadastro de reserva caracteriza-se como meio idôneo para o aproveitamento dos candidatos aprovados durante a validade do concurso. Porém, segundo jurisprudência do STF:

> *Este Supremo Tribunal Federal já assentou que candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro reserva é mero detentor de expectativa de direito à nomeação. [MS 31.732 ED, rel. min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 3-12-2013, DJE 250 de 18-12-2013.]*

b) ERRADA. Como vimos, segundo jurisprudência do STF, o candidato aprovado em concurso público para formação de cadastro de reserva tem expectativa de direito à nomeação.

c)ERRADA. Não pode a Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade, exercê-la de forma livre, devendo avaliar a conveniência e a oportunidade de novas convocações durante a

validade do certame de forma racional e eficiente. Em seu voto no julgamento do RE nº 837.311/PI, o Ministro Luiz Fux ressaltou que:

> *"É certo que, em regra, o direito subjetivo dos aprovados de serem nomeados não se estende a todas as vagas existentes, nem sequer às surgidas posteriormente, mas apenas àquelas previstas no edital de concurso. A aprovação além do número de vagas faz com que o candidato passe a integrar um seleto grupo denominado cadastro de reserva. Incumbe, assim, à Administração, no âmbito de seu espaço de discricionariedade a que os alemães denominam de Ermessensspielraum,* ***avaliar, de forma racional e eficiente, a conveniência e oportunidade de novas convocações durante a validade do certame.***"

d)ERRADA. Se a preterição de candidatos for de forma **justificada e motivada** por parte da Administração, não gerará direito subjetivo à nomeação para os candidatos aprovados. A preterição deve ser de forma arbitrária e imotivada, segundo entendimento do STF:

> *A tese objetiva assentada em sede desta repercussão geral é a de que o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital, ressalvadas as hipóteses de* ***preterição arbitrária e imotivada*** *por parte da administração, caracterizadas por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato. Assim, a discricionariedade da Administração quanto à convocação de aprovados em concurso público fica reduzida ao patamar zero (Ermessensreduzierung auf Null),* ***fazendo exsurgir o direito subjetivo à nomeação****, verbi gratia, nas seguintes hipóteses excepcionais:*
> *i) Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas dentro do edital (RE 598.099);*
> *ii) Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação (Súmula 15 do STF);*
> *iii) Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e* ***ocorrer a preterição de candidatos aprovados fora das vagas de forma arbitrária e imotivada*** *por parte da administração nos termos acima.*
> *[RE 837.311, rel. min. Luiz Fux, P, j. 9-12-2015, DJE 72 de 18-4-2016, Tema 784.]*

e) CERTA. Eventual preterição do candidato aprovado, seja por contratação precária ou por abertura de novo certame, caracterizaria ofensa aos princípios da impessoalidade, eficiência, moralidade e da proteção da confiança. Portanto, demonstrada a existência de vagas e a necessidade de serviço, não pode a Administração deixar transcorrer o prazo de validade a seu bel prazer para nomear outras pessoas que não aquelas já aprovadas em concurso válido. Por exemplo, isto pode ocorrer em contração precária de mão-de-obra, demonstrando a necessidade do serviço e implicando a preterição de candidato aprovado:

> *Conforme consignado, o Colegiado de origem concluiu pela legalidade da contratação, a título precário, mediante a adoção da ordem da lista de classificação em concurso público. Reconheceu estar no âmbito da discricionariedade administrativa a escolha da forma de admissão do prestador do serviço em caso, mesmo após a aprovação do agravado em concurso público para o respectivo cargo. Assim, o acórdão recorrido revelou dissonância com a jurisprudência do Supremo. Ambas as Turmas já se manifestaram sobre o tema. Entendeu o Tribunal que* ***a contratação demonstra a necessidade do serviço, implicando, portanto, a preterição do candidato aprovado.***
> *[ARE 947.736 AgR, rel. min. Marco Aurélio, 1ª T, j. 7-3-2017, DJE 74 de 11-4-2017.]*

Gabarito: alternativa E.

16. 2017/FMP-CONCURSOS/PGE-AC/Procurador do Estado

Assinale a alternativa CORRETA no que se refere à acumulação de cargos públicos.
a) O teto remuneratório é aplicável ao conjunto das remunerações ou ao somatório dos ganhos percebidos de forma cumulativa.
b) A proibição constitucional de acumular estende-se apenas a empregos e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.
c) Há vedação legal no ordenamento jurídico vigente quanto à acumulação de cargos públicos em entidades ou órgãos situados em unidades distintas da Federação.
d) A existência de norma jurídica que estipula limitação de jornada semanal dos cargos a serem acumulados constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista na Constituição.
e) Nos casos de acumulação autorizados pelo texto constitucional, deve-se levar em conta, para a aplicação do teto remuneratório, separadamente cada um dos vínculos formalizados.

Comentários

a) ERRADA. O STF entende deve ser aplicado o teto remuneratório constitucional de forma isolada para cada cargo público acumulado, nas formas autorizadas pela Constituição. O tema debatido nos recursos teve repercussão geral reconhecida.

b) ERRADA. Essa proibição também abrange funções, conforme o inciso XVII do art. 37 da CF/88:

> *Art. 37, inciso XVII - **a proibição de acumular estende-se a empregos e funções** e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;*

c) ERRADA. Não existe essa vedação no ordenamento jurídico!

d) ERRADA. Na verdade, desde que haja a compatibilidade de horários, a norma que estipule jornada dos cargos não atrapalharia a fruição desse direito positivado na CF/88. Vale a observação de que o STJ possui entendimento no sentido de não permitir a ultrapassagem do limite de 60h semanais no acúmulo de cargos.

> *É vedada a acumulação de dois cargos públicos quando a soma da carga horária referente aos dois cargos ultrapassar o limite máximo de 60 horas semanais.*
> *No caso concreto, a servidora acumulava dois cargos públicos privativos de profissionais de saúde e a soma da carga horária semanal de ambos era superior a 60 horas. A servidora foi notificada para optar por um dos dois cargos, tendo se mantido inerte. Diante disso, foi demitida de um deles por acumulação ilícita de cargos públicos. A servidora impetrou mandado de segurança, mas o STJ reconheceu que a demissão foi legal.*
> *STJ. 1ª Seção. MS 19.336-DF, Rel. originária Min. Eliana Calmon, Rel. para acórdão Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 26/2/2014 (Info 548).*

e) CERTA. O STF entende deve ser aplicado o teto remuneratório constitucional de forma isolada para cada cargo público acumulado, nas formas autorizadas pela Constituição. O tema debatido nos recursos teve repercussão geral reconhecida.

Gabarito: alternativa E.

17. 2017/VUNESP/TJ-SP /Juiz de Direito

Uma vez cumprida a avaliação a que se sujeita o servidor público em seu estágio probatório e verificando-se que não atendeu os seus deveres funcionais, deverá ele ser
a) demitido, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
b) exonerado, após sua oitiva sobre os resultados da avaliação, fundamentando-se o ato, acaso persista a conclusão sobre o não cumprimento dos deveres funcionais.
c) exonerado sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.
d) demitido sem necessidade de fundamentação do ato administrativo, uma vez que não se trata de servidor estável.

Comentários

A demissão é hipótese de vacância que possui caráter punitivo, de sanção disciplinar. Destarte, a denominação correta é a exoneração, eliminando as assertivas "a" e "d".

A jurisprudência do Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que a exoneração de servidor público, ainda que em estágio probatório, deve ser precedida de procedimento administrativo no qual lhe sejam garantidos a ampla defesa e o contraditório, sob pena de ofensa ao princípio constitucional do devido processo legal.

Gabarito: alternativa B.

18. 2017/VUNESP/TJ-SP/Juiz de Direito

O direito de greve reconhecido constitucionalmente aos servidores públicos implica que
a) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto de metade dos dias paralisados, de maneira a compatibilizar o direito constitucional à greve com o princípio da continuidade do serviço público.
b) seu exercício imporá os descontos dos dias paralisados, não se admitindo a compensação, uma vez que adstrita a Administração Pública ao princípio da legalidade.
c) do seu exercício, todavia, poderá resultar o desconto dos dias paralisados a ser efetuado pela Administração Pública, com possibilidade de compensação na hipótese de acordo.
d) poderá ser exercido nos mesmos moldes dos trabalhadores da iniciativa privada, sem possibilidade de descontos dos dias paralisados.

Comentários

Segundo o Informativo 845 do STF:

> *"A administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre. É permitida a compensação em caso de acordo. O desconto será, contudo, incabível se ficar demonstrado que a greve foi provocada por conduta ilícita do Poder Público."*

Desta feita, a alternativa que se coaduna com o posicionamento da jurisprudência do STF é a **"c".**

Gabarito: alternativa C.

---

19. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere a agentes públicos, julgue o item a seguir.
Suponha-se que Pedro tenha tomado posse em seu primeiro cargo público em 5 de março de 2010. Em 6 de março de 2012, tomou posse em seu segundo cargo efetivo, requerendo vacância do primeiro. No entanto, Pedro foi reprovado no estágio probatório deste último cargo. Nessa hipótese, Pedro não preencherá os requisitos para ser reconduzido ao cargo público efetivo anterior.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Pedro, à data da reprovação no estágio probatório do cargo mais recente, não possuía estabilidade e, portanto, seria exonerado, pois a recondução, neste caso, só é possível ao servidor estável, segundo o art. 29 da Lei 8812/90:

> *Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:*
> *I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;*
> *II - reintegração do anterior ocupante.*

Gabarito: Certo.

---

20. 2017/FCC/TJ-SC/Juiz de Direito

Rafael Da Vinci foi nomeado Delegado de Polícia Federal e, ao fim do período de estágio probatório, foi reprovado na avaliação de desempenho e exonerado do cargo. Inconformado, ajuizou ação visando anular o processo administrativo que culminou em sua exoneração. Nesse ínterim, prestou concurso para Delegado de Polícia Estadual, sendo aprovado e empossado no referido cargo. Sobreveio, então, decisão definitiva na ação judicial por ele ajuizada, anulando o ato expulsório. Neste caso,
a) por força de efeito ope judicis, a nomeação e posse no cargo de Delegado de Polícia Estadual tornam-se, automaticamente, insubsistentes.
b) trata-se de situação em que haverá a recondução de Rafael no cargo de Delegado da Polícia Federal, gerando a vacância do cargo de Delegado de Polícia Estadual.
c) a ação proposta deveria ter sido extinta, por falta de interesse de agir, pois ao assumir outro cargo público, Rafael violou o princípio nemo potest venire contra factum proprium.
d) para ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, Rafael deverá requerer a exoneração do cargo de Delegado de Polícia Estadual.
e) Rafael deverá ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, ainda que deseje permanecer no cargo estadual, por força do efeito vinculante da coisa julgada.

Comentários

a) ERRADO. Não há qualquer influência da decisão judicial de reintegração de Rafael ao cargo de Delegado de Polícia Estadual, pois ele tomou posse após ser aprovado em concurso público, respeitando as regras constitucionais para tal. O que poderia vir a ocorrer seria a inacumulabilidade, à luz da Constituição Federal (art. 37, XVI), dos dois cargos: de Delegado da Polícia Estadual e Delegado da Polícia Federal, mas a decisão judicial de reintegração não tem o condão de tornar a nomeação e a posse no último cargo insubsistentes.

b) ERRADO. Trata-se, no caso em tela, do instituto da reintegração, segundo a Lei 8112/90:

> *Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.*

A reintegração do servidor estável encontra respaldo constitucional, conforme o § 2º do artigo 41:

> *§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço*

c)ERRADO. Não há qualquer influência da decisão judicial de reintegração de Rafael ao cargo de Delegado de Polícia Estadual, pois ele tomou posse após ser aprovado em concurso público, respeitando as regras constitucionais para tal. O que poderia vir a ocorrer seria a inacumulabilidade, à luz da Constituição Federal (art. 37, XVI), dos dois cargos.

d)CERTO. Corrobora o que foi mencionado na explicação da alternativa "a": os cargos são inacumuláveis, segundo a Carta Maior cargos (Constituição Federal, art. 37, XVI); portanto, há que se exonerar-se do cargo mais recente em tela para tornar viável a investidura no primeiro.

e) ERRADO. Rafael poderá optar entre um dos dois cargos, pois são inacumuláveis; e, até mesmo, não é obrigado a assumir nenhum dois.

Gabarito: alternativa D.

---

21. 2017/VUNESP/PREFEITURA DE PORTO FERREIRA-SP/Procurador Jurídico (ADAPTADA)

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

a) A previsão no Edital é suficiente para se exigir exame psicotécnico para a habilitação de candidato a cargo público.

b) O Poder Judiciário possui competência para, no controle de legalidade, avaliar as respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas.
c) É admitida a aplicação da teoria do fato consumado para legitimar a permanência em cargo público de candidato que o ocupe por longo período com base em decisão liminar.
d) O servidor público desviado de suas funções, após a promulgação da Constituição, não pode ser reenquadrado.
e) A candidata não possui o direito à remarcação do exame físico caso comprovado que a sua gravidez ocorreu após o início do certame, mesmo que o direito não esteja no Edital.

Comentários

a) ERRADA. De acordo com a Súmula Vinculante nº 44, há que se respeitar a previsão legal do exame psicotécnico:

Súmula Vinculante 44: "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.*"

b) ERRADA. Segundo jurisprudência da Corte Maior, o judiciário não pode usurpar a competência da banca no que tange ao critério de correção de provas e atribuição de notas:

> *"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CORREÇÃO DE QUESTÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCOMPETÊNCIA DO TJ. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRELIMINARES AFASTADAS. REAVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA CORREÇÃO DE PROVA. ATUAÇÃO QUE SE LIMITA AO EXAME DA LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SEGURANÇA CONCEDIDA.*
> *(...)*
> *5. É certo que **não cabe ao Judiciário substituir a Banca Examinadora de concurso público nos critérios de correção de provas e atribuição de notas**, cingindo-se sua atuação ao controle jurisdicional da legalidade do certame.*

c)ERRADA. Segundo jurisprudência do STF, o candidato aprovado para o cargo público deve possuir os requisitos exigidos pelo edital do certame, não conferindo direito subjetivo à nomeação e à posse caso não se mostre cumpridas as exigências para seu acesso ao serviço público:

> *RE 608482 - Não é compatível com o regime constitucional de acesso aos cargos públicos a manutenção no cargo, sob fundamento de fato consumado, de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de execução provisória de medida liminar ou outro provimento judicial de natureza precária, supervenientemente revogado ou modificado.*

d)CERTA. O servidor público desviado de suas funções, após a promulgação da Constituição, **não pode ser reenquadrado**, mas tem direito ao recebimento, como indenização, de diferenças remuneratórias entre os vencimentos do cargo efetivo e os daquele exercido de fato, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração. Nesse sentido, transcrevo ementas de julgados do STF:

> *"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REENQUADRAMENTO. DIREITO AO RECEBIMENTO DAS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (AI 743.886-AgR/SE, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma).*
>
> *"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIREITO À REMUNERAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.*
> *(...)*
> *2. Desvio de função.* ***Direito à percepção do valor da remuneração devida, como indenização****, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado.*
>
> *"Servidor público: firmou-se o entendimento do Supremo Tribunal, no sentido de que* ***o desvio de função ocorrido em data posterior à Constituição de 1988 não pode dar ensejo ao reenquadramento****. No entanto, tem o servidor direito de receber a diferença das remunerações, como indenização, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado: precedentes" (AI 339.234-AgR/MG, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Primeira Turma).*
>
> *"DESVIO DE FUNÇÃO - CONSEQUÊNCIA REMUNERATÓRIA - ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - AFASTAMENTO.*
> *O sistema da Constituição Federal obstaculiza o enriquecimento sem causa, especialmente o do Estado. Longe fica de vulnerar a Carta Política acórdão que,* ***diante de desvio de função, implica o reconhecimento do direito à percepção, como verdadeira indenização, do valor maior, sem estampar enquadramento no cargo, para o que seria indispensável o concurso público****" (RE 275.840/RS, Redator para o acórdão o Min. Marco Aurélio, Segunda Turma).*
>
> *"APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. MUNICÍPIO DE PORTÃO. AÇÃO ORDIÁRIA. VERBAS SALARIAIS. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE CONVOCAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INCIDÊNCIA SOBRE O MENOR PADRÃO DE VENCIMENTO DO CARGO OCUPADO. NÃO INTEGRAÇÃO À APOSENTADORIA. DESVIO DE FUNÇÃO, IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. RECURSO IMPROVIDO EM GRAU RECURSAL. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. PRECEDENTE DESTE COLEGIADO.]*
> *(...)*
> *5. DESVIO DE FUNÇÃO. É entendimento reiterado desta Egrégia Quarta Câmara Cível de que* ***o desvio de função não gera qualquer direito ao servidor que trabalha nessa condição****. IMPROVIMENTO.*

e) ERRADA. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu o direito de candidatas gestantes à remarcação de testes de aptidão física em concursos públicos, independentemente de haver previsão no edital.

Gabarito: alternativa D.

---

22. 2017/COVEST/UFPE/AUDITOR (ADAPTADA)

Assinale a alternativa que não representa uma forma de provimento dos cargos públicos, conforme legislação:
a) Nomeação.
b) Promoção.
c) Reaproveitamento.
d) Reversão.
e) Recondução.

Comentários:

Conforme estudado na lei 8.112/90, no rol citado acima apenas o **reaproveitamento** não é listado como forma de provimento. O correto seria aproveitamento, de acordo com o artigo 8º do Estatuto.

Gabarito: alternativa C.

---

23. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Antônio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Passados seis meses da aplicação da sanção disciplinar, Antônio reuniu novas provas que firmaram de forma incontestável sua inocência em relação aos fatos que deram azo à sua condenação e levaram à invalidação de sua demissão, administrativamente.
Instado a exarar parecer sobre a reintegração do servidor, o Procurador da ALERJ opina, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pelo:
a) indeferimento da reintegração, pois tal forma de provimento derivado de cargo público somente pode ser determinada por meio de decisão judicial.
b) indeferimento da reintegração, diante da formação da coisa julgada material administrativa no momento em que o processo administrativo disciplinar originário transitou em julgado para as partes.
c) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens.
d) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com efeitos ex nunc, ou seja, sem ressarcimento de vantagens pretéritas.
e) deferimento da reintegração do servidor, mediante sua colocação em disponibilidade para ser aproveitado no primeiro cargo que vagar com atribuições e remuneração compatíveis com seu cargo originário, sem ressarcimento de vantagens pretéritas.

Comentários

Ao tratarmos do instituto da reintegração, primeiramente devemos ter em mente que é relacionada à demissão do servidor. Nesse caso, o servidor teve sua demissão invalidada por sentença judicial ou administrativa, o que o obriga a retornar ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de

sua transformação. Todas as vantagens a que o servidor teria direito a partir da data do afastamento do cargo devem ser ressarcidas (inclusive promoções).

Vejamos como a lei 8.112/90 trata esse tema:

> *Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável **no cargo anteriormente ocupado**, ou no cargo resultante de sua transformação, quando **invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens.*
> ***§ 1º** Na hipótese de o **cargo ter sido extinto**, o servidor ficará em **disponibilidade**, observado o disposto nos arts. 30 e 31.*
> ***§ 2º** Encontrando-se **provido o cargo**, o seu eventual ocupante será **reconduzido ao cargo de origem**, sem direito à indenização ou **aproveitado** em outro cargo, ou, ainda, **posto em disponibilidade**.*

Do que se depreende da questão, o processo administrativo disciplinar que ensejou a sua punição fora revisto, com fulcro no caput do art. 174 da Lei 8112/90:

> *Art. 174. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.*

Considerando-se a retomada do processo administrativo que levou à invalidação de sua demissão, administrativamente, o Procurador deve opinar pelo deferimento da reintegração do servidor, mediante sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado de Auditor-Fiscal da Receita Federal, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme preceitua o caput do art. 28 da Lei 8112/90.

Ademais, urge trazer à baila entendimento estável do posicionamento do STJ sobre o tema, do qual se debruçou o Procurador no caso em tela, para deferir o parecer de reintegração de Antônio:

> *AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.285.218 - CE (2018/0097199-5) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES AGRAVANTE : MUNICIPIO DE IPU ADVOGADO : RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO - CE006615 AGRAVADO : ANA PAULA DE LIMA ADVOGADO : JOÃO PAULO JÚNIOR - CE011081 ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REINTEGRAÇÃO. DIREITO AO RESSARCIMENTO DE TODAS AS VANTAGENS. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO*
> *Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do MUNICÍPIO DE IPU fundado na alínea a do permissivo constitucional interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. ANULAÇÃO DE ATO EXONERATÓRIO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. REINTEGRAÇÃO AO CARGO. DIREITO AO PERCEBIMENTO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS REFERENTES AO PERÍODO DO AFASTAMENTO INDEVIDO. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO VOLUNTÁRIO E REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDOS E DESPROVIDOS.*
> *(...) **Em sintonia, destaco que, o Superior Tribunal de Justiça possui jurisprudência iterativa, no sentido de que a anulação de exoneração, com a respectiva reintegração do***

servidor público, tem como consectário lógico o pagamento das parcelas pretéritas relativas ao período que medeia exoneração e a reintegração, restabelecendo-se o status quo ante: *[...] Realço que o fato de não ter havido efetiva prestação de serviço público no período questionado não possui o condão de afastar o ressarcimento das verbas pleiteadas, tendo em vista que a pretensão em enfoque não se reveste de natureza remuneratória, mas sim indenizatória, dispensando, portanto, a comprovação de contraprestação laboral. Dessarte, mostra-se devido o pagamento das verbas salariais referentes ao período em que a promovente esteve afastada ilegalmente de suas funções, abrangido pelo Regime Jurídico Único, qual seja, 17/03/2009 até sua reintegração no serviço público, a saber, saldo de salário, férias acrescidas do terço constitucional e 13º salário. Destarte, o entendimento perfilhado pelo Tribunal estadual está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, firme no sentido de que "**o servidor reintegrado deve ser ressarcido dos vencimentos a que faria jus desde o desligamento indevido, a fim de restabelecer a situação injustamente desconstituída**" (AgRg no AREsp 165.575/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 29/11/2013).*
Nesse sentido: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REINTEGRAÇÃO. DIREITO AO RESSARCIMENTO DE TODAS AS VANTAGENS. ARTS. 28 E 68 DA LEI 8.112/90. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. QUESTÕES JURÍDICAS ENFRENTADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO ATENDIDO. INCIDÊNCIA, CONTUDO, DA SÚMULA 83/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO CONSOANTE A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.
(...)
*III. ...a orientação do Tribunal de origem está em consonância com o entendimento firmado por esta Corte, **segundo o qual é devido, ao servidor reintegrado, o pagamento de todas as vantagens devidas, durante o período de afastamento, como se em efetivo exercício estivesse, nos termos do art. 28 da Lei 8.112/90. Precedentes do STJ.***
IV. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que o servidor público reintegrado ao cargo, em virtude da declaração judicial de nulidade do ato de demissão, tem direito aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos durante o período de afastamento" (STJ, AgRg no REsp 1.372.643/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2013). V. Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 261.959/SE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 14/05/2014) ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE DESEMPENHO DE GESTÃO - GCG. REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO PÚBLICO EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL. RETORNO AO STATUS QUO ANTE.

Gabarito: alternativa C.

---

24. 2017/FGV/ALERJ/Procurador

Ricardo foi aprovado em 12º lugar no último concurso público para determinado cargo efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sendo que, para tal cargo, foram oferecidas no edital apenas 10 vagas. Os 10 primeiros classificados foram convocados, nomeados e empossados. Ricardo obteve documentação que comprovou que a Casa Legislativa, após a homologação do resultado final do concurso público, contratou precariamente, como ocupantes de cargos em comissão, cinco servidores não concursados que, de fato, vêm exercendo as mesmas funções afetas ao cargo efetivo para o qual foi aprovado.
Instado a se manifestar pelo Presidente do Parlamento Estadual em processo administrativo iniciado por requerimento de Ricardo que pleiteia sua imediata nomeação, Procurador da ALERJ emite parecer, baseado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido do:
a) deferimento parcial do pleito de Ricardo, pois o candidato aprovado em concurso público, ainda que fora do número de vagas, ostenta o direito público subjetivo de ser nomeado nos

mesmos moldes daqueles que lhe preteriram, de maneira que Ricardo deve ser nomeado para cargo em comissão.
b) deferimento do pleito de Ricardo com a nomeação para o cargo efetivo, pois a mera expectativa de nomeação de candidato aprovado fora do número de vagas convolou-se em direito líquido e certo diante da contratação de pessoal de forma precária, dentro do prazo de validade do certame.
c) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito público subjetivo à nomeação o candidato aprovado fora do número de vagas, que mantém a mera expectativa de direito, ainda que haja contratação de pessoal sem concurso público no período.
d) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito líquido e certo à nomeação o candidato aprovado fora do número de vagas, ainda que haja a contratação de servidores temporários mediante processo seletivo especial.
e) indeferimento do pleito de Ricardo, pois não tem direito líquido e certo à nomeação o candidato aprovado fora do número de vagas oferecidas no edital, ainda que novas vagas sejam posteriormente criadas.

Comentários

Segundo a Súmula 15 do STF:

> *Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação,* ***quando o cargo for preenchido sem observância da classificação****.*

Nesta esteira,

> *Conforme consignado, o Colegiado de origem concluiu pela legalidade da contratação, a título precário, mediante a adoção da ordem da lista de classificação em concurso público. Reconheceu estar no âmbito da discricionariedade administrativa a escolha da forma de admissão do prestador do serviço em caso, mesmo após a aprovação do agravado em concurso público para o respectivo cargo. Assim, o acórdão recorrido revelou dissonância com a jurisprudência do Supremo. Ambas as Turmas já se manifestaram sobre o tema. Entendeu o Tribunal que* ***a contratação demonstra a necessidade do serviço, implicando, portanto, a preterição do candidato aprovado.***
> *[ARE 947.736 AgR, rel. min. Marco Aurélio, 1ª T, j. 7-3-2017, DJE 74 de 11-4-2017.]*

No caso em tela, a mão-de-obra contratada precariamente vem comprovadamente exercendo as mesmas funções afetas ao cargo efetivo para o qual Ricardo fora aprovado, o que demonstra a necessidade do serviço. Isto implica, portanto, a preterição de Ricardo, que fora aprovado no concurso, mesmo fora do número de vagas.

Gabarito: alternativa B.

---

25. 2017/INSTITUTO EXCELÊNCIA/CÂMARA DE SANTA

Sobre a Contratação Temporária podemos dizer que:
Considera-se necessidade Temporária de excepcional interesse público: Assinale a alternativa CORRETA.

a) Admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão de ensino instituições federais.
b) Admissão de professores estrangeiros que tenham título de doutor por pelo menos 2 anos, ser docente ou pesquisador.
c) Admissão de professor e pesquisador estrangeiro; professor substituto e professor visitante.
d) Nenhuma das alternativas.

Comentários

Segundo o art. 37, IX da Carta Maior, "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". No âmbito federal, trata-se da lei 8745/93.

A lei em tela estabelece os casos em que se considera esta necessidade, em seu art. 2º:

> *Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:*
>
> *[...]*
>
> *IV - admissão de professor substituto e professor visitante;*
>
> *V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;*

Gabarito: alternativa C.

---

26. 2016/IBADE/CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA

Ao servidor investido em mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:
a) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração.
b) o servidor investido em mandato eletivo ou classista poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.
c) investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
d) no caso de afastamento do cargo, o servidor não contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.
e) tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, não ficará afastado do cargo.

Comentários

Abaixo, segue quadro-resumo do art. 94 da Lei 8112/90, para facilitar a resolução:

Mandato Federal, Estadual ou Distrital	•Deverá ser afastado do cargo.
Investido no Mandato de Prefeito	•Será afastado do cargo, podendo optar pela remuneração
Investido no Mandato de Vereador	•Compatibilidade de horários: recebe as duas remunerações •Sem compatibilidade de horários: é afastado do cargo, podendo optar pelas remunerações

a) ERRADA. Neste caso, será afastado do cargo, podendo optar pela remuneração.

b) ERRADA. De acordo com o art. 94, § 2º da Lei 8112/90, caso o servidor seja investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

c) CERTA. No caso da investidura em mandato de Vereador, se houver compatibilidade de horários recebe as duas remunerações. Se não houver compatibilidade de horários é afastado do cargo, podendo optar pelas remunerações.

d) ERRADA. De acordo com o art. 94, § 1º da Lei 8112/90, no caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

e) ERRADA. Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo.

Gabarito: alternativa C.

---

27. 2016/IDECAN/CÂMARA DE ARACRUZ-ES/Procurador

Considere que um servidor público efetivo da Câmara Municipal de Aracruz/ES receba remuneração mensal no valor de R$ 1.500,00 composta de: 1) R$ 1.000,00 (vencimento básico); 2) R$ 200,00 (relativos a dois quinquênios); 3) R$ 300,00 (adicional de produtividade). Baseado estritamente no que dispõe a Constituição Federal relativamente aos acréscimos pecuniários devidos aos servidores públicos, supondo que o servidor faça jus ao terceiro quinquênio, pode-se deduzir que a próxima remuneração do servidor será de:
a) R$ 1.600,00.
b) R$ 1.620,00.
c) R$ 1.630,00.
d) R$ 1.650,00.

Comentários

Há várias possibilidades para a base de cálculo do quinquênio, considerando que este é uma porcentagem sobre algum valor percebido pelo servidor.

A única hipótese em que se é possível encontrar resposta é se considerarmos a base de cálculo do quinquênio como sendo o vencimento base (fixo).

Deste modo, cada quinquênio equivale a 10% do vencimento base (base de cálculo do quinquênio). Este servidor possuía então dois quinquênios, totalizando 20% do vencimento base, fixo em R$1000,00, o que resulta em 20%x R$1000,00 = R$200,00.

Considerando-se no próximo quinquênio um adicional de 10% sobre o vencimento base, a próxima remuneração será de R$1000,00 (VB) + R$300,00 (relativos a três quinquênios, ou seja, 30% x R$1000,00 = R$300,00) + R$300,00 (adicional de produtividade) = R$1.600,00.

Se fizermos o cálculo com qualquer outra base de cálculo, não haverá resposta.

Gabarito: alternativa A.

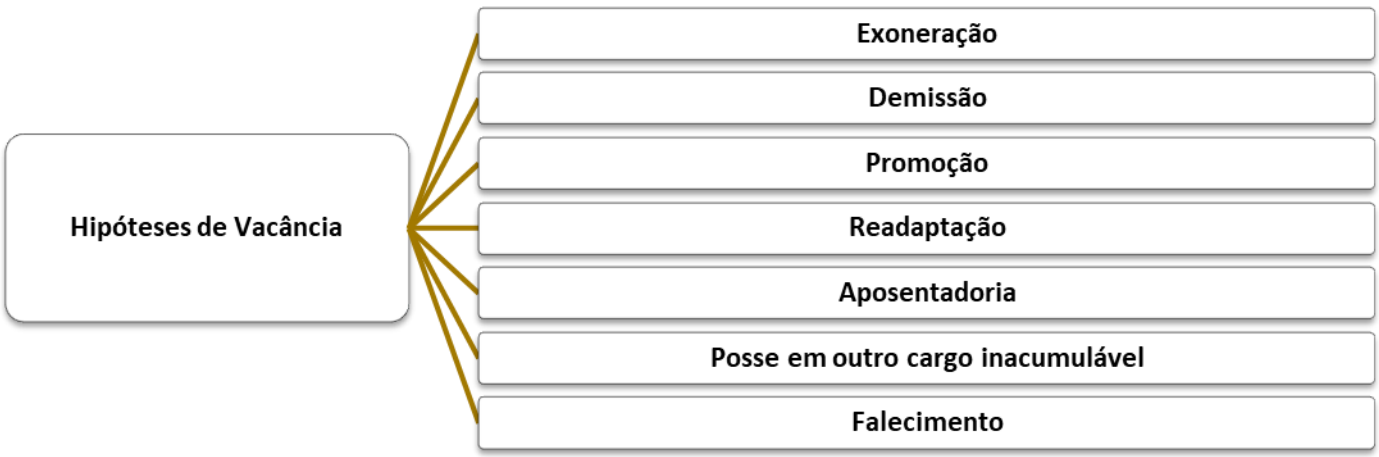
---

28. 2016/IDECAN/ CÂMARA DE ARACRUZ-ES /Procurador

Nos termos das formas gerais de provimento de cargo público, marque aquela que, por raciocínio lógico, promova a vacância simultânea de outro cargo público.

a) Promoção.
b) Nomeação.
c) Reintegração.
d) Aproveitamento.

Comentários



Conforme estudamos nesse esquema da nossa aula, as hipóteses destacadas em vermelho representam a vacância em um cargo com simultâneo provimento em outro.

Gabarito: alternativa A.

---

29. 2016/UFMT/DPE-MT/Defensor Público

Quanto ao servidor público, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, após a estabilidade,

a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo vedado seu aproveitamento em outro cargo público.

b) será exonerado ad nutum, sem direito à remuneração.

c) será obrigatoriamente exonerado, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.

d) será obrigatoriamente demitido, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.

e) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo público.

Comentários

Segundo o Art. 28 da Lei 8112/90:

> *Art. 28. A **reintegração** é a reinvestidura do servidor estável **no cargo anteriormente ocupado**, ou no cargo resultante de sua transformação, quando **invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial**, com ressarcimento de todas as vantagens.*
> ***§ 1º** Na hipótese de o **cargo ter sido extinto**, o servidor ficará em **disponibilidade**, observado o disposto nos arts. 30 e 31.*

Na reintegração, o servidor estável fica em disponibilidade, caso o cargo tenha sido extinto. A reintegração do servidor estável encontra respaldo constitucional, conforme o parágrafo 2º do artigo 41:

> *§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.*

Gabarito: alternativa E.

---

30. 2016/FAFIPA/CÂMARA DE CAMBARÁ-PR/Procurador Jurídico

São estáveis, após determinado período de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Qual é o período CORRETO em que o servidor alcança estabilidade?

a) 1 ano.

b) 3 anos.

c) 5 anos.

d) 7 anos.

Comentários

Os servidores adquirem a estabilidade, nos cargos de provimento efetivo apenas, após 3 anos de efetivo exercício, segundo Art. 41 da Lei 8112/90:

> *"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação da EC 19/1998)".*

Gabarito: alternativa B.

31. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

A regra do concurso público consubstancia norma jurídica realizadora, entre outros, dos princípios da isonomia e da impessoalidade, assegurando a liberdade de oportunidades iguais de acesso ao serviço público. Nesse domínio, segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) Admite-se a exigência de aprovação em exame físico para preenchimento de cargo público, desde que claramente previsto em lei e pautado em critérios objetivos, de sorte que a prova de aptidão física pode consistir em etapa eliminatória do concurso, representando condição para a matrícula do candidato no curso de formação profissional.

b) À vista das prementes necessidades de redução da máquina administrativa e de reorganização das finanças públicas, à Administração Pública é lícito providenciar o recrutamento de servidores por meio de contratação precária para exercer as funções do cargo para o qual ainda existam candidatos aprovados aguardando a nomeação, porquanto a contratação temporária não equivale ao reconhecimento da existência de vaga em aberto.

c) A homologação final do concurso implica perda do objeto da ação proposta com a finalidade de questionar uma das etapas do certame.

d) A mera desistência de candidato classificado dentro do número de vagas previsto não rende ensejo à nomeação de candidato inicialmente aprovado em colocação além do número de vagas previstas no edital.

Comentários

a) CERTA. É o entendimento do STJ, diretamente:

> *Admite-se a exigência de aprovação em exame físico para preenchimento de cargo público, desde que claramente previsto em lei, guarde pertinência com a função a ser exercida e seja pautado em critérios objetivos, possibilitando ao candidato o conhecimento da fundamentação do resultado. Precedentes. (RMS 25.703/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 03/08/2009).*

b) ERRADA. É firme a jurisprudência no STJ de que Administração não pode, i.g., providenciar recrutamento de Servidores através de contratação precária para exercer as mesmas funções do cargo para o qual ainda existam *candidatos aprovados aguardando a nomeação. (RMS 24.151/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJU 08.10.2007). NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO MINISTRO RELATOR (STJ - RMS: 26041, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJe 05/11/2009)*

c) ERRADA. Pelo contrário, já decidiu o STJ a homologação não implica referida perda de objeto.

> *"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE UM DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. INTERESSE PROCESSUAL. ENCERRAMENTO DO CERTAME. PERDA DO OBJETO NÃO CONFIGURADO. INTERESSE DE AGIR. PRECEDENTES DO STJ. (...) 2. Este Superior Tribunal consagra orientação segundo a qual a homologação final do concurso não induz à perda do objeto da ação proposta com a finalidade de questionar uma das etapas do certame. 3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.268.218/AL, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/10/2014).*

d) ERRADA. Está indo de encontro ao entendimento do STJ, segundo o qual a desistência nesses moldes gera direito subjetivo à nomeação.

> O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital de concurso público tem direito subjetivo à nomeação quando o candidato, imediatamente anterior na ordem de classificação, aprovado dentro do número de vagas, for convocado e manifestar desistência. Nesse caso, haverá direito subjetivo por ficar demonstrada a necessidade e o interesse da Administração no preenchimento do cargo, já que ele foi ofertado no edital e um candidato foi chamado para aquela vaga, tendo, contudo, desistido, o que comprova a necessidade de convocação do próximo candidato na ordem de classificação. STJ. 1ª Turma. AgRg no ROMS 48.266-TO, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 18/8/2015 (Info 567).

Gabarito: alternativa A.

---

32. 2016/MPE-GO/MPE-GO/Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:
a) Todo cargo público tem função, posto ser inaceitável que alguém ocupe um lugar na Administração que não tenha a predeterminação das atribuições do servidor.
b) A expressão emprego público é utilizada para identificar a relação funcional trabalhista, ressaltando-se que o empregado público tem função, mas não ocupa cargo.
c) É possível a instituição de cargo público com funções aleatórias ou indefinidas, desde que legalmente justificado pelo interesse público.
d) Quadro funcional consiste no conjunto de carreiras, cargos isolados e funções públicas, remuneradas, integrantes de uma mesma pessoa federativa ou de seus órgãos internos.

Comentários

a) CERTA. Todos os cargos públicos necessitam ter suas atribuições. Observe que a recíproca não é verdadeira, pois nem toda função pressupõe a existência de cargo.

b) CERTA. O empregado público é regido pela CLT, ocupando função e não cargo.

c) ERRADA. O art. 3º da lei 8.112/90 ressalta que o cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Assim, não há como serem indefinidas, pois as atribuições e responsabilidades são pré-definidas. Além disso, no termo de posse também estão definidas as atribuições, responsabilidades e os deveres.

d) CERTA. De acordo com a doutrina de Hely Lopes Meirelles, o quadro "É o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou poder". O quadro pode ser permanente ou provisório, mas sempre estanque, não admitindo promoção ou acesso de um para outro.

Gabarito: alternativa C.

---

33. 2016/FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA-SP/Procurador

O Prefeito do Município de Paulínia abre concurso público para o preenchimento de cargos de médicos e dentistas sob o regime estatutário. Em resposta à consultoria jurídica, sobre o concurso público a ser realizado, analise as afirmativas a seguir.
I. É possível a sujeição dos candidatos a exame psicotécnico, ainda que lei municipal não exija.
II. É possível que a seleção seja feita exclusivamente com base nos títulos dos candidatos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo.
III. Nos termos da CRFB/88, 15% (quinze por cento) dos cargos devem ser reservados às pessoas portadoras de deficiência.
Está incorreto o que se afirma em
a) I, apenas.
b) III, apenas.
c) I e II, apenas.
d) I e III, apenas.
e) I, II e III.

Comentários

I.ERRADO. De acordo com a Súmula Vinculante nº 44, há que se respeitar a previsão legal do exame psicotécnico:

Súmula Vinculante 44: "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.*"

II.ERRADO. Para ser nomeado em caráter efetivo, o servidor deve ter sido aprovado em concurso público de provas ou provas e títulos. Necessariamente há a previsão de provas.

III.ERRADO. Há um comando constitucional trazido à baila pela Lei 8112/90, qual seja, reserva de percentual de cargos para pessoas portadoras de deficiência:

> *a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão (CF/88, artigo 37, VIII)*

Destarte, seguindo o comando constitucional, o Estatuto prega em seu **§ 2º** que às pessoas **portadoras de deficiência** é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas **até 20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas no concurso.

Gabarito: alternativa E.

34. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

A recondução consiste:

a) Na permuta de cargos públicos por servidores da mesma esfera do governo.
b) Em encaminhar o servidor público em estágio probatório para outra atividade que apresente mais aptidão para trabalhar.
c) No retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado por ele.
d) Na possibilidade de, durante o estágio probatório, exercer um cargo público com gratificação.

Comentários

A recondução, de acordo com o artigo 29 da Lei 8112/90, é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e poderá decorrer em virtude de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou pela reintegração do anterior ocupante do cargo. Ressalto que a recondução **só é aplicada ao servidor estável**.

Gabarito: alternativa C.

---

35. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público estável:
a) Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço até o seu aproveitamento em outro cargo.
b) Será exonerado, mediante justa e certa indenização.
c) Ficará em disponibilidade aguardando seu aproveitamento em outro cargo, com a sua remuneração suspensa.
d) Deverá ser reconduzido imediatamente a outro cargo público.

Comentários

Segundo o § 3º do art. 37 da Lei 8112/90:

> *§ 3º Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.*

Pode ocorrer de o órgão no qual determinado servidor trabalhava ser extinto, declarada a sua desnecessidade, ou então reorganizado, bem como extinto somente o cargo que ele ocupava. Nesses casos, o servidor será colocado em disponibilidade.

A disponibilidade, como vimos, é um instituto que permite ao servidor estável, que teve seu cargo extinto ou declarado desnecessário, permanecer sem trabalhar, temporariamente, percebendo a remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Gabarito: alternativa A.

---

36. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

Determinado Município aprovou no ano de 2015, uma lei, efetivando de maneira definitiva os servidores civis de uma empresa pública da Administração, que em 1988, embora não concursados, contavam nesta ocasião com mais de cinco anos ininterruptos no cargo. Com referência a esta norma, é correto arguir:
a) É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional não foi prevista pelo constituinte originário para a administração direta e indireta.
b) É uma regra inconstitucional, uma vez que a estabilidade constitucional excepcional para servidores públicos não abrange empresas públicas e sociedades de economia mista.
c) É uma regra constitucional que visa assegurar o princípio do não retrocesso, a fim de evitar enriquecimento ilícito ao Estado.
d) É uma regra constitucional, pois todos os servidores públicos não concursados tanto da União como de Estados e Municípios, com mais de cinco anos ininterruptos no cargo, em 1988, ganharam automaticamente a proteção constitucional da estabilidade.

Comentários

A regra do Art. 19 do ADCT para considerar estáveis no serviço público os servidores que não tenham sido admitidos na forma do art. 37 da Constituição Federal inclui apenas os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas (não se referindo às empresas públicas ou sociedades de economia mista):

> *"Art. 19. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público*

Trata-se, portanto, de uma regra inconstitucional.

Gabarito: alternativa B.

---

37. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

Indique a alternativa incorreta:
a) É exigência constitucional a instituição pelos diversos entes federados de planos de carreira para os servidores de suas respectivas administrações, diretas, autárquicas e de fundações públicas.
b) Todos os servidores públicos têm o direito constitucional à realização de greve, ainda que se trate de comando carente de regulamentação.
c) Quando o vínculo trabalhista estabelecido entre o Poder Público e o servidor for de natureza estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum.
d) Todas as servidoras públicas, inclusive as ocupantes de cargo em comissão, possuem estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa.

Comentários

a) CERTA. O artigo 39 da CF/88 trouxe esse regramento:

> *Art. 39 CF. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.*

b) ERRADA. Aos militares são proibidas a sindicalização e a greve.

c) CERTA. É o entendimento do STF:

> *INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Competência. Justiça do Trabalho. Incompetência reconhecida. Causas entre o Poder Público e seus servidores estatutários. Ações que não se reputam oriundas de relação de trabalho. Conceito estrito desta relação. Feitos da competência da Justiça Comum. Interpretação do art. 114, inc. I, da CF, introduzido pela EC 45/2004. Precedentes. Liminar deferida para excluir outra interpretação. O disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária.*

d) CERTA. É o entendimento do STF:

> *CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LICENÇA MATERNIDADE. MILITAR. ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE. ISONOMIA. ART. 7º, XVIII, DA CONSTITUIÇÃO E ART. 10, II, b, DO ADCT. AGRAVO IMPROVIDO. I – As servidoras públicas e empregadas gestantes, independentemente do regime jurídico de trabalho, têm direito à licença-maternidade de cento e vinte dias e à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, conforme o art. 7º, XVIII, da Constituição e o art. 10, II, b, do ADCT. II Demonstrada a proteção constitucional às trabalhadoras em geral, prestigiando-se o princípio da isonomia, não há falar em diferenciação entre servidora pública civil e militar. III - Agravo regimental improvido" (RE nº 597.989/PR-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 29/3/11);*

Gabarito: alternativa B.

---

38. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC

Indique a alternativa incorreta:

a) Os servidores públicos aposentados estatutários e seus pensionistas estarão sujeitos à contribuição previdenciária incidente nos seus proventos, apenas sobre a quantia que ultrapassar o limite máximo dos pagamentos feitos pelo regime geral de previdência social.

b) Os cargos públicos podem ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão, declarados de livre nomeação e exoneração e não dependem de concurso público. Já, as funções de confiança obrigatoriamente devem ser exercidas por servidores de cargos efetivos.

c) O servidor público efetivo tem direito adquirido à manutenção do seu regime jurídico, previsto no edital do concurso que prestou, o qual não poderá ser alterado unilateralmente pela Administração.

d) A nomeação em cargo público de provimento efetivo é a única forma de provimento originário atualmente compatível com a Constituição Federal, a qual gera direito subjetivo de posse.

Comentários

a) CERTA. É exatamente o comando do § 18 do art. 40 da Constituição Federal:

> *Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.*
> *(...)*
> *§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.*

b) CERTA.

c)ERRADA. O STF consagrou jurisprudência firme segundo a qual "não há direito adquirido a regime jurídico" (RE 227755 AgR / CE, dentre outros).

d)CERTA. A nomeação é a única forma de provimento originário compatível com a Constituição e pode se dar por meio do provimento em caráter efetivo ou em comissão. Após a nomeação (provimento), surge o direito subjetivo de posse, como dita o art. 13, § 1º da Lei 8112:

> *§ 1º A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.*

Gabarito: alternativa C.

---

39. 2016/CONSULTEC/PREFEITURA DE ILHÉUS-BA

Quanto à remuneração e aos subsídios dos agentes públicos e políticos municipais, é incorreto afirmar:

a) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

b) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos municipais não poderão exceder o subsídio mensal do Governador.

c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) O detentor de mandato eletivo e os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

e) Os secretários municipais, apesar de não serem detentores de mandatos eletivos, são considerados agentes políticos.

Comentários

a) CERTA. Segundo o art. 37, X, CF:

> *"Art 37. (...)*
> *X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;"*

b) ERRADA. No caso do município, o teto é o subsídio do Prefeito, segundo o art. 37, XI, da Constituição Federal:

> *"Art 37. (...)*
> *XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal,* ***aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito****,..."*

c)CERTA. Art. 37, XIII, CF: é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

> *"Art 37. (...)*
> *XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público****;***

d)CERTA. Segundo o Art. 39, § 4°, CF:

> *Art. 39. (...)*
> *§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.*

e) CERTA. A doutrina majoritária entende que agente político está mais relacionado com o desempenho de função política ou de governo do que com o fato de o agente desempenhar atribuições com prerrogativas e responsabilidades decorrentes diretamente da Constituição Federal ou de leis especiais. O agente político, dentro desta perspectiva, seria aquele que concorreria para o direcionamento dos fins da ação do Estado mediante a fixação de metas, diretrizes ou planos que pressupõem decisões governamentais, o que obviamente inclui os secretários municipais em tela.

Gabarito: alternativa B.

---

40. 2016/TRF-4ª REGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz Federal

Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Os candidatos em concurso público não têm direito à prova de 2ª (segunda) chamada, nos testes de aptidão física, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo contrária disposição editalícia.
b) É constitucional a regra denominada "cláusula de barreira", inserida em edital de concurso público, que limita o número de candidatos participantes de cada fase da disputa, com o intuito de selecionar apenas os concorrentes mais bem classificados para prosseguir no certame.
c) É possível a exigência de teste psicotécnico como condição de ingresso no serviço público, desde que haja lei emanada do Poder Legislativo competente e previsão no edital regulamentador do certame.

d) É possível a fixação de limite etário para a inscrição em concurso público para ingresso na carreira de policial, desde que a referida discriminação seja estabelecida por lei e justificada pela natureza das atribuições do cargo a preencher.
e) É nula e sem efeitos jurídicos válidos a contratação de pessoal pela Administração Pública sem observância de prévia aprovação em concurso público, salvo as hipóteses excepcionadas pela própria Constituição, ressalvado o direito às verbas indenizatórias, sob pena de enriquecimento ilícito do Estado à custa dos serviços efetivamente prestados pelo trabalhador.

Comentários

a) CORRETA. Está plenamente de acordo com o entendimento do STF:

> *Recurso extraordinário. 2. Remarcação de teste de aptidão física em concurso público em razão de problema temporário de saúde. 3.* ***Vedação expressa em edital****. Constitucionalidade. 4. Violação ao princípio da isonomia. Não ocorrência. Postulado do qual* ***não decorre, de plano, a possibilidade de realização de segunda chamada em etapa de concurso público em virtude de situações pessoais do candidato****. Cláusula editalícia que confere eficácia ao princípio da isonomia à luz dos postulados da impessoalidade e da supremacia do interesse público. 5. Inexistência de direito constitucional à remarcação de provas em razão de circunstâncias pessoais dos candidatos. 6. Segurança jurídica. Validade das provas de segunda chamada realizadas até a data da conclusão do julgamento. 7. Recurso extraordinário a que se nega provimento.*
> *(STF - RE: 630733 DF, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 15/05/2013, Tribunal Pleno, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-228 DIVULG 19-11-2013 PUBLIC 20-11-2013)*

b) CORRETA. Também vai ao encontro do entendimento da corte Suprema:

> *Assim, pode-se definir a cláusula de barreira como espécie de regra editalícia restritiva que, embora não elimine o candidato pelo desempenho inferior ao exigido (v.g.: mínimo de acertos, tempo mínimo de prova), obstaculiza sua participação na etapa seguinte do concurso em razão de não se encontrar entre os melhores classificados, de acordo com previsão numérica preestabelecida no edital. (...) (...) as regras restritivas em editais de concurso público, como as regras eliminatórias e as denominadas cláusulas de barreira, quando estão fundadas (e assim justificadas) em critérios objetivos relacionados ao desempenho meritório do candidato, concretizam o princípio da igualdade (e também o princípio da impessoalidade) no âmbito do concurso público. (...) Em outros termos, o denominado "afunilamento" de candidatos no decorrer das fases do concurso viabiliza a investidura em cargo público com aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput e inciso II, da CF).*
> *[RE 635.739, voto do rel. min. Gilmar Mendes, j. 19-2-2014, P, DJE de 3-10-2014, Tema 376.]*

c) CORRETA. O STF editou a Súmula Vinculante 44 em consonância com sua jurisprudência reiterada, no sentido da **necessidade de previsão legal específica** para fins de se admitir a realização de exame psicotécnico como etapa de habilitação em concurso de ingresso no serviço público, devendo os **critérios de avaliação observar um grau mínimo de objetividade e publicidade**

d) CORRETA. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a limitação de idade para ingresso na carreira de Policial Militar não pode estar restrita ao edital do concurso, devendo ser a exigência prevista em lei e justificada pelas atribuições do cargo.

> *AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO ARE 696304 MG (STF)* ***CONCURSO PÚBLICO. POLICIAL*** *CIVIL.* ***LIMITE DE IDADE.*** *A jurisprudência desta Corte firmou-se no*

> *sentido da* ***legitimidade da imposição de limite de idade para inscrição em concurso público, quando previsto em lei, tendo em vista a natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.***

e) ERRADA. A jurisprudência do STF é no sentido de que a contratação em desacordo com a norma constitucional relativa aos concursos públicos não gera efeitos jurídicos ao contratado, exceto em relação aos salários do período trabalhado e à percepção do FGTS. A assertiva generalizou o termo verbas indenizatórias, as quais foram restringidas, conforme citado, pela Corte Suprema.

> *A matéria restou submetida ao Plenário Virtual para análise quanto à existência de repercussão geral no RE 765320 RG, verbis :* ***ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO FGTS.*** *1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a* ***contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados,*** *com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria (RE 765320 RG, Relator (a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) O art. 328 do RISTF autoriza a devolução dos recursos extraordinários e dos agravos de instrumento aos Tribunais ou Turmas Recursais de origem para os fins previstos no art. 1.036 do CPC. Devolvam-se os autos à Corte de origem. Publique-se. Brasília, 09 de maio de 2017. Ministra Rosa Weber Relatora*
> *(STF - RE: 1039515 MG - MINAS GERAIS 0060322-24.2010.8.13.0672, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 09/05/2017, Data de Publicação: DJe-107 23/05/2017)*

Gabarito: alternativa E.

---

41. 2016/TRT-2ª REGIÃO/TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, nos termos da Constituição da República e da Lei n° 8.112/90, é correto afirmar que:

a) São formas de provimento de cargo público previstas na Lei n° 8.112/90, na sua redação atual, entre outras: nomeação, promoção, ascensão, transferência, readaptação, reversão e reintegração.

b) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício; como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

c) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior

ocupante. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, obrigatoriamente, até a ocorrência de vaga, vedado o seu aproveitamento em outro cargo.

d) Ao servidor é expressamente proibido manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, em qualquer grau civil.

e) Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

Comentários

a) ERRADA. A ascensão e a transferência não são mais formas de provimento. A redação original de lei 8.112/90 trazia esses dois dispositivos, mas foram revogados pela lei 9.527/97. Apenas a título de curiosidade, nada mais eram do que formas de provimento vertical, nas quais o servidor poderia passar a integrar carreira distinta daquela que ocupava anteriormente.

b) CERTA. Na lei 8.112/90 ainda consta a redação original, a qual tratava o estágio com prazo de 24 (vinte e quatro) meses. Porém, o entendimento atual do STF e do STJ se dá no sentido do tempo ser de 36 meses. A base para essa interpretação foi sedimentada após a EC 19/98, a qual alterou o tempo para aquisição de estabilidade no serviço público para 36 meses. Destarte, aqueles tribunais entenderam que, apesar de institutos diferentes, a estabilidade e o estágio probatório estão relacionados, de tal maneira que a EC 19/98 também alterou o prazo do estágio probatório. Os servidores adquirem a estabilidade, nos cargos de provimento efetivo apenas, após 3 anos de efetivo exercício. **Igualmente aos comandos sobre estágio probatório, a EC 19/98 também alterou esse prazo, o qual era de 2 anos na lei 8.112/90.** O servidor será avaliado ao longo dos 36 meses, porém, 4 (quatro) meses antes de findar o estágio, será homologada pela autoridade competente a avaliação de desempenho do servidor, realizada por comissão constituída especialmente para esse fim.

c)ERRADA. Caso ocorra a reintegração de um servidor ao cargo que outro passou a ocupar, este, se estável, será reconduzido ao cargo de origem (sem direito a indenização), posto em disponibilidade com **remuneração proporcional ao tempo de serviço**, ou aproveitado em outro cargo. Se não for estável, será simplesmente exonerado

d)ERRADA. De acordo com o art. 117, VIII da lei, o servidor público **não poderá manter sob chefia** imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

e) ERRADA. Nos moldes do art. 130, §1º da Lei 8112/90, essa infração leva à punição com suspensão de até 15 dias.

> ***§ 1º*** *Será punido com* ***suspensão de até 15 (quinze) dias*** *o servidor que, injustificadamente,* ***recusar-se a ser submetido a inspeção médica*** *determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.*

Gabarito: alternativa B.

42. 2016/ TRT-2ª REGIÃO / TRT-2ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Em relação ao direito de sindicalização e ao direito de greve dos servidores públicos analise as seguintes proposições:

I- O Brasil ratificou a Convenção n° 151 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública, promulgando-a. Segundo tal Convenção, que, no Brasil, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quanto os servidores públicos no plano federal, regidos pela Lei n° 8.112/90, e os servidores públicos nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos, "Os trabalhadores da Administração Pública devem usufruir, como os outros trabalhadores, dos direitos civis e políticos que são essenciais ao exercício normal da liberdade sindical, com a única reserva das obrigações referentes ao seu estatuto e à natureza das funções que exercem".

II- O Brasil ratificou a Convenção n° 98 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva, promulgando-a. Segundo tal Convenção, que, no Brasil, abrange tanto os empregados públicos, ingressos na Administração Pública mediante concurso público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, quanto os servidores públicos no plano federal, regidos pela Lei n° 8.112/90, e os servidores públicos nos âmbitos estadual e municipal, regidos pela legislação específica de cada um desses entes federativos, "Os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego".

III- A Lei n° 8.112/90, na sua atual redação, dispondo acerca do direito à livre associação sindical dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assegura ao servidor público civil, como decorrência do direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal, o direito de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido.

IV- A Lei n° 8.112/90, na sua atual redação, dispondo acerca do direito à livre associação sindical dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, assegura ao servidor público civil, como decorrência do direito à livre associação sindical, nos termos da Constituição Federal, o direito de negociação coletiva.

V - Aos servidores civis da segurança pública, assim compreendidos os servidores integrantes dos órgãos da polícia federal, da polícia rodoviária federal, da polícia ferroviária federal e das polícias civis, não é constitucionalmente proibida a greve. Porém, já há entendimento do STF contrário a essa afirmação.

Responda:

a) Somente as proposições I,II e III estão corretas.
b) Somente as proposições I,III e V estão corretas.
c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
d) Somente as proposições II,IV e V estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

Comentários

I – CERTA. A promulgação da Convenção nº 151 ocorreu por meio da Lei 7.944/2013. Segundo o artigo 9º dessa convenção, "*os trabalhadores da Administração Pública devem usufruir, como os outros trabalhadores, dos direitos civis e políticos que são essenciais ao exercício normal da liberdade sindical, com a única reserva das obrigações referentes ao seu estatuto e à natureza das funções que exercem.*"

II – ERRADA. A convenção nº 98 *da* Organização Internacional do Trabalho sobre a Aplicação dos Princípios do Direito de Organização e de Negociação Coletiva foi promulgada por meio do Decreto 33.196/53. De fato ela apregoa em seu artigo 1º que "***Os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego".*** Porém, em seu artigo 6º nos traz que "a presente Convenção não trata da situação dos funcionários públicos ao serviço do Estado e não deverá ser interpretada, de modo algum, em prejuízo dos seus direitos ou de seus estatutos", donde concluímos o erro da assertiva.

III – CERTA. A alínea b) do artigo 240 da lei 8.112/90 prevê que ao servidor público civil é assegurado o direito à "inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido".

IV – ERRADA. O direito à negociação coletiva figurava entre os demais direitos previstos no artigo 240. Apesar de ter sido vetado pelo Presidente, foi mantido pelo Congresso Nacional, mas, posteriormente, revogado pela Lei 9.527/97.

V – CERTA. Em se tratando de texto literal da Constituição, realmente não é defeso a esses servidores a greve. Porém, o STF já possui entendimento de que "**o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública**". Assim, está correto o item.

Gabarito: alternativa B.

---

43. 2016/TRT-3ª REGIÃO/TRT-3ª REGIÃO (MG)/Juiz do Trabalho

Sobre o regime geral dos servidores públicos federais, analise as assertivas abaixo:

I. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a servidora terá um repouso remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar ao cargo que ocupava antes de seu afastamento.

II. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de será de 30 (trinta) dias.

III. No caso de aborto espontâneo, a servidora terá 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

IV. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança serão concedidos 120 (cento e vinte) dias de licença remunerada.

V. O aborto, mesmo que espontâneo, não dá direito à licença remunerada, em hipótese nenhuma.

Assinale a proposição correta:

a) Todas as afirmativas estão incorretas.
b) As afirmativas II, III e IV estão corretas e as demais incorretas.
c) As afirmativas I, IV e V estão corretas e as demais incorretas.
d) Somente a afirmativa I está correta, todas as demais afirmativas estão incorretas.
e) Somente a afirmativa II está correta, todas as demais afirmativas estão incorretas.

Comentários

I – ERRADA. Aborto atestado por médico oficial dá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

II – CERTA. A assertiva está perfeitamente igual ao artigo 210 e seu parágrafo único.

III- CERTA. O aborto atestado por médico oficial dá o direito a 30 dias de repouso remunerado, conforme § 4º do artigo 207.

IV – CERTA. Segundo o artigo 210 do Estatuto, caso a criança tenha até 1(um) ano, serão concedidos 90 dias e se tiver mais de 1 ano de idade, serão concedidos 30 (trinta) dias. Porém, o STF já entendeu que "não se pode diferenciar os prazos para a licença à gestante e à adotante; e também não pode diferenciar os prazos da licença à adotante de acordo com a idade da criança. Neste diapasão, infere-se que tanto a licença à gestante como a licença à adotante, independentemente da idade da criança, terão o prazo de 120 dias, com a possibilidade de prorrogação por mais 60 dias, totalizando 180 dias."

V- ERRADA. O aborto atestado por médico oficial dá o direito a 30 dias de repouso remunerado.

Gabarito: alternativa B.

---

44. 2015/CS-UFG/PREFEITURA DE GOIÂNIA-GO/Procurador

M. é servidora da Prefeitura de Goiânia desde julho de 2014, sendo este seu primeiro emprego, pois tem apenas 22 anos de idade. M. é casada com D., de 25 anos, desde novembro de 2012, sendo que deste relacionamento nasceu A. em janeiro de 2014. Considerando a situação hipotética, ocorrido o óbito de M. em outubro de 2015, tem direito a pensão por morte, nos termos da Lei 8112/1990:

a) A., até completar 18 anos de idade.
b) A., até completar 21 anos de idade e D., de forma vitalícia.
c) A., até completar 21 anos de idade e D., durante quatro meses.
d) A., até completar 18 anos de idade e D., durante seis anos.

Comentários

A questão nos traz servidora municipal de Goiânia, mas a Lei 8.112/90 abarca os servidores federais. A despeito disso e fazendo uma adaptação, vamos fazer à análise: Repare que M. verteu 16 contribuições à previdência. Assim, com a sua morte, como recolheu menos de 18 contribuições, seu marido D. perde a condição de beneficiário após o decurso de 4 (quatro) meses, sendo seu único beneficiário o filho A., até os 21 anos de idade. Tudo de acordo com o artigo 222, incisos IV e VII (alínea a).

> *Art. 222. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:*
> *[...]*

> *IV - o implemento da idade de 21 (vinte e um) anos, pelo filho ou irmão; (Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)*
> *[...]*
> *VII - em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I a III do caput do art. 217: (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)*
> *a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor; (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)*

Gabarito: alternativa C.

---

45. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador Jurídico

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes fatores.
a) pontualidade e ausência de penalidades.
b) eficiência no trabalho e capacidade de iniciativa.
c) correção de atitudes e desempenho satisfatório no cargo.
d) probidade administrativa e retidão funcional.

Comentários

Durante o período do estágio probatório, o servidor será avaliado em diversos quesitos elencados nos incisos do art. 20 da Lei 8112/90, como **assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade**.

Eficiência no trabalho (produtividade) e capacidade de iniciativa são as características que se coadunam com o comando do artigo supra.

Gabarito: alternativa B.

---

46. 2015/CAIP-IMES/IPREM/Procurador Jurídico

Pessoas naturais que prestam serviços para a Administração Pública, com ou sem remuneração, sem vínculo empregatício, são denominadas:
a) agentes públicos contratados por tempo determinado.
b) agentes prestadores de serviços autônomos.
c) particulares em colaboração com o Poder Público.
d) agentes públicos temporários.

Comentários

Os Agentes Públicos classificados como particulares em colaboração com o Estado são aqueles que prestam serviço sem vínculo empregatício, remunerados ou não. Maria Sylvia os subdivide em: enquadrados por delegação, a exemplo dos empregados das concessionárias e permissionárias de serviços públicos, os que exercem serviços notariais e de registro e os leiloeiros, tradutores e intérpretes públicos; os que colaboram em função de requisição, designação ou nomeação, a exemplo dos jurados e mesários; e os gestores de negócio, aqueles que espontaneamente assumem

determinada função pública em momento de emergência, calamidade, epidemia, incêndio, entre outros.

Gabarito: alternativa C.

---

47. 2015/CESPE/PREFEITURA DE SALVADOR-BA/ Procurador

Assinale a opção correta acerca dos agentes políticos e do regime jurídico único dos servidores públicos.

a) A aposentadoria compulsória de servidor público de qualquer esfera federativa ocorre aos setenta e cinco anos de idade do servidor, que passa a receber proventos integrais.

b) É constitucional a majoração da carga horária de trabalho sem a correspondente majoração dos vencimentos ou dos subsídios dos ocupantes de cargos e empregos públicos.

c) Nos termos da CF, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não devem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

d) Por força do princípio da simetria, o teto remuneratório dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta nos municípios é o subsídio pago ao juiz de direito da comarca em que se localiza o município.

e) O subsídio de vereadores será fixado em lei pela respectiva câmara em cada legislatura para a subsequente, devendo ser respeitado o valor limite de 75% do subsídio percebido pelos deputados federais.

Comentários

a) ERRADA. A LC152/15 elevou a idade de 70 para 75 anos, porém, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição:

> *Art. 2º Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:*
> *I - os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;*

b) ERRADA. O STF já decidiu que a majoração da carga horária sem a correspondente majoração de vencimentos é inconstitucional, desrespeitando o comando que trata da irredutibilidade de vencimentos:

> ***Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Servidor Público. Aumento da carga horária sem a devida contraprestação remuneratória. Impossibilidade. Desrespeito à irredutibilidade de vencimentos. Fundamento não atacado. Auto-organização administrativa. Autonomia. Discussão pretendida. Legislação local. Análise. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes.*** *1. É pacífica a jurisprudência da Corte quanto à inadmissibilidade do recurso extraordinário que não impugna todos os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido. Incidência da Súmula nº 283/STF. 2. O Tribunal, no julgamento do ARE nº 660.010/PR-RG, assentou que, conquanto o servidor público não possua direito adquirido a regime jurídico, a ampliação de jornada de trabalho sem a correspondente retribuição remuneratória consiste em violação da regra constitucional da irredutibilidade de vencimentos. 3. O ente público, no exercício de competência de auto-organização constitucionalmente atribuída, deve deferência para com os direitos e garantias previstos no texto da Constituição. 4. As questões relativas à divergência de interpretação e à aplicação da legislação que regula a jornada dos servidores demandariam a análise da legislação local e o reexame dos fatos e das provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 279 e 280/STF. 5. Agravo regimental não provido.*

(STF - AgR ARE: 818050 BA - BAHIA 0000806-11.2009.8.05.0000, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 17/11/2015, Segunda Turma)

c) CERTA. É a exata determinação da CF, vejamos:

> *art. 37, XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;*

d) ERRADA. No âmbito municipal, o teto é o subsídio do Prefeito. Basta termos em mente a redação do inciso XI do artigo 37: "*a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito [...]*"

e) ERRADA. Está correto afirmar que o subsídio de vereadores será fixado em lei pela respectiva câmara em cada legislatura para a subsequente, porém o percentual de referência é o subsídio dos Deputados Estaduais. Além disso, para municípios com mais de 500 mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

Gabarito: alternativa C.

---

48. 2015/FCC/TRT-15ª REGIÃO (SP)/Juiz do Trabalho

Ivani, servidora pública federal, ocupante de cargo efetivo, considerando o amplo conhecimento detido na área de gestão de recursos humanos, foi convidada para coordenar um programa de capacitação e aperfeiçoamento de servidores de determinado Estado da federação. De acordo com o regime jurídico a que se submete, estabelecido na Lei nº 8.112/90, referida servidora poderá

a) ser nomeada para cargo em comissão federal e colocada à disposição do Estado interessado, sem ônus para o cessionário.

b) ser colocada em disponibilidade remunerada e cedida, sem ônus, para o Estado interessado, mediante convênio.

c) ter o seu cargo transferido, em caráter temporário, para o Estado interessado, mantidas as condições remuneratórias originais.

d) solicitar readaptação para ser nomeada em cargo efetivo junto ao Estado interessado, desde que presentes os mesmos requisitos de investidura do cargo de origem.

e) ser cedida para o Estado interessado para exercer cargo em comissão ou função de confiança, com ônus para o ente cessionário.

Comentários

A questão trata do afastamento para servir a outro órgão ou entidade. O servidor poderá ser cedido para ter exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão ou entidade dos

Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios. No caso de Ivani, de acordo com o artigo 93, em seu inciso I e no parágrafo 1º, para exercício desse cargo em comissão, por ser a cessão para o Estado, o **ônus da remuneração será do órgão ou da entidade cessionária,** ou seja, de quem recebe o servidor, no caso, o Estado.

Gabarito: alternativa E.

---

49. 2015/ESAF/PGNF/Procurador da Fazenda Nacional

Analise as seguintes situações:

(I) Aurélio, servidor público aposentado por invalidez, retornou à ativa após perícia médica constatar a insubsistência dos motivos que levaram à sua aposentação.

(II) Dionísio, servidor estável, retornou ao serviço público após a Administração ter constatado a ilegalidade do ato que o demitiu.

(III) Clélia, servidora estável, reingressou no serviço público após ter sido colocada em disponibilidade em virtude da extinção do cargo que ocupava.

(IV) Porfírio, reprovado no estágio probatório do cargo para o qual foi nomeado, voltou a ocupar cargo que antes titularizava.

Essas hipóteses de provimento derivado são, respectivamente:

a) (I)aproveitamento; (II) reintegração; (III) reversão; (IV) recondução.

b) (I) reversão; (II) reintegração; (III) aproveitamento; (IV) recondução.

c) (I) readmissão; (II) reversão; (III) transposição; (IV) aproveitamento.

d) (I) reversão; (II) aproveitamento; (III) recondução; (IV) transposição.

e) (I) readmissão; (II) transposição; (III) reintegração; (IV) aproveitamento.

Comentários

Questão bem direta, de acordo com os ensinamentos da lei 8.112/90:

(I) Reversão.

(II) Reintegração.

(III) Aproveitamento.

(IV) Recondução

Gabarito: alternativa B.

---

50. 2015/FCC/TRT-23ªREGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

Benjamin é um professor francês que veio ao Brasil ministrar algumas palestras como convidado na Universidade Federal de determinado Estado da Federação, em um importante evento da área agro científica. Após conhecer as possibilidades de pesquisas que poderiam ser desenvolvidas no país, interessou-se em permanecer definitivamente no Brasil, mas precisa saber se poderá exercer as atividades de pesquisador e professor para as quais possui capacitação. Nos termos da Lei no 8.112/1990 e da Constituição Federal,

a) as agências reguladoras existentes no país, em razão de sua proximidade com o mercado privado e submissão ao regime jurídico típico das empresas privadas, têm autorização constitucional para contratação de profissionais e técnicos estrangeiros para áreas que reputem necessárias, a fim de capturar conhecimento técnico;

b) às universidades federais é facultado prover seus cargos com professores estrangeiros, na forma do que dispuserem as normas legais pertinentes, considerando, inclusive, o profícuo intercâmbio de conhecimento que essa possibilidade pode gerar;
c) somente as empresas estatais poderiam contratar estrangeiros, e desde que para provimento de cargos em comissão, tendo em vista que é necessária a nacionalidade brasileira para ocupar cargo público;
d) as empresas públicas e fundações, pessoas jurídicas de direito privado, podem preencher empregos públicos com professores e técnicos estrangeiros, dispensada a submissão a prévio concurso público, porque é possível manter a vinculação daquele com a universidade internacional onde exerce suas funções;
e) em função do princípio da reciprocidade e da isonomia, é facultado ao estrangeiro demonstrar que os requisitos legais elencados na legislação brasileira para provimento de cargo público são atendidos pelo estrangeiro em seu país natal, comprovando o implemento das condições pela juntada de documentos e atestados comprobatórios devidamente traduzidas para a língua portuguesa.

Comentários

O parágrafo 3º do artigo 5º da lei 8.112/90 autoriza as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais a prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos do próprio Estatuto, em consonância com a alternativa b. As demais encontram-se incorretas, pois citam órgãos que não possuem essa autorização para contratação de estrangeiros.

Gabarito: alternativa B.

---

51. 2015/FCC/TRT-23ªREGIÃO (MT)/Juiz do Trabalho

A compatibilização entre os dispositivos constitucionais que estabelecem a obrigatoriedade de concurso público de provas, ou de provas e títulos, para provimento de cargo ou emprego público e aquele que assegura o direito de greve ao servidor, nos termos de lei específica, leva, dentre as conclusões possíveis e cotejando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, ao entendimento de que
a) o Supremo Tribunal Federal deve legislar sobre o direito de greve dos servidores estatutários, em face da omissão legislativa declarada e do poder normativo originário atribuído também ao Poder Judiciário e ao Poder Executivo quando do exercício de suas funções atípicas.
b) não é constitucionalmente reconhecido o direito de greve para os servidores públicos, celetistas ou estatutários, relativo a serviços públicos essenciais, tendo em vista que a legislação aplicável aos trabalhadores comuns não contém dispositivos sobre o tema, de forma que as greves deflagradas nesses setores serão obrigatoriamente ilegais.
c) enquanto não for editada lei específica para a categoria dos funcionários públicos ocupantes de cargo efetivo, as greves não são constitucionalmente autorizadas, não sendo, portanto, livre seu exercício, demandando prévia autorização judicial.

d) esse é o único exemplo constitucionalmente embasado de inobservância do princípio da igualdade, na medida em que aos empregados públicos é garantido o exercício do direito de greve, com base na legislação aplicável ao trabalhador comum, enquanto que aos funcionários públicos esse direito ainda não produz efeitos, aguardando a edição de lei específica.

e) a omissão legislativa na regulamentação do direito de greve acarretava verdadeiro aniquilamento do direito constitucional, havendo fundamento para aplicação da legislação endereçada ao trabalhador celetista também ao servidor estatutário, com algumas ressalvas e estabelecidos parâmetros pela Corte, representando expressão do princípio da isonomia.

Comentários

a) ERRADA. O artigo 37, VII, da CF/88 dispõe que o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, ou seja, é uma norma de eficácia limitada. Para os trabalhadores da iniciativa privada, foi editada a lei 7.783/89, regulando o exercício do direito de greve. Ocorre que o mesmo não aconteceu para os servidores públicos estatutários. Nesse caso, temos uma omissão legislativa, mas isso não dá ao STF o direito de editar a norma. Além disso, a assertiva comunga a edição dessa norma ao exercício de função atípica do judiciário. Não seria esse caso, mas sim da edição, por exemplo, de normas regimentais. O STF jamais poderia usurpar da atribuição do Legislativo para a edição dessa lei.

b) ERRADA. A legislação aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada prevê sim a existência de serviços e atividades essenciais.

c) ERRADA. A lei específica que regulará a greve para os servidores ainda não foi aprovada. Porém, o STF julgando alguns mandados de injunção, determinou a aplicação da lei 7.783/1989 ao setor público até que o Congresso Nacional edite a lei regulamentadora do direito assegurado constitucionalmente.

d) ERRADA. Tanto para os servidores estatutários quanto para os celetistas, a interpretação do STF é a mesma no tocante à aplicação da legislação que regula a greve para os trabalhadores da iniciativa privada.

e) CERTA. Exatamente. A mora legislativa na edição da lei levou o STF, após a análise de alguns mandados de injunção, a interpretar dessa forma.

Gabarito: alternativa E.

---

52. 2015/CEPERJ/PREFEITURA DE SAQUAREMA-RJ/Procurador

De acordo com a Constituição Federal, não podem ser estabelecidos critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime estatutário, salvo os casos de servidores:

a) portadores de deficiência.
b) de etnia negra.
c) com raiz indígena.
d) idosos com mais de setenta anos.
e) que prestem o serviço militar.

Comentários

De acordo com o § 4º do art. 40 da Carta Magna, aos servidores elencados nos incisos **I (portadores de deficiência), II (que exerçam atividades de risco)** e **III (cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física**) podem ser adotados critérios diferenciados para a concessão de aposentadorias do regime próprio:

> *Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*
> *(...)*
> *§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)*
> *I - portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)*
> *II - que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005*
> *III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.*

Gabarito: alternativa A.

---

53. 2015/FCC/TCM-RJ/Procurador

Antônio Jorge prestou concurso de provas e títulos para ocupar cargo em autarquia estadual que atuava na área ambiental e de saneamento. Durante movimento de reforma administrativa, a comissão de governo formada para estudar as possíveis alternativas de reestruturação, com vistas a redução de despesas e ganho de eficiência, sugeriu que as atribuições da autarquia passassem a ser desempenhadas por sociedade de economia mista que já exercia atribuições de cunho ambiental na gestão de unidades de conservação. A autarquia, então, passaria a atuar exclusivamente na área de saneamento e a executar plano de expansão dessa área de abrangência, possibilitando, ainda, que todas as competências em matéria ambiental ficassem concentradas em apenas um ente. A comissão de governo, no entanto, ficou em dúvida sobre o equacionamento da situação dos servidores da autarquia. Diante da solução proposta para a reestruturação administrativa, os servidores da autarquia

a) que desempenhavam funções atreladas à competência ambiental poderão ser transferidos para o quadro da empresa estatal, passando a integrar a carreira em nível compatível com o anteriormente incorporado.

b) poderão ser exonerados dos cargos efetivos anteriormente ocupados e contratados, sob regime celetista, pela empresa estatal, em razão da natureza jurídica do ente, com dispensa de prévia realização de concurso público, diante do interesse público na transferência de vínculo.

c) não poderão ser transferidos para a empresa estatal, tendo em vista que é vedada a investidura em cargo ou emprego público sem prévia aprovação em concurso público, salvo os casos de promoção, em relação aos cargos subsequentes escalonados.

d) poderão ser aproveitados na empresa estatal, exclusivamente para o desempenho das atribuições que desempenhavam e que foram transferidas para aquele ente, passando a integrar quadro específico e desatrelado do plano de carreira dos demais servidores.

e) deverão ser removidos ex officio, tendo em vista que há reconhecida necessidade e interesse público para que passem a desempenhar suas atribuições, ainda que temporariamente, na empresa estatal que concentrará a competência ambiental.

Comentários

a) ERRADA. A transferência e a ascensão eram formas de provimentos antigas da lei 8.112/90. Ocorre que o STF, por meio da súmula vinculante 43, as reconheceu como inconstitucionais. Dessa maneira, não poderia ocorrer essa transferência para o quadro da estatal. Ainda, as autarquias possuem cargos e as sociedades de economia mista empregos públicos, de forma que poderia ser possível uma cessão de servidores entre elas, nos moldes do artigo 93.

b) ERRADA. Não poderia haver a dispensa do concurso público, visto também ser obrigatório para as sociedades de economia mista, muito menos a contratação direta desses servidores pelo regime celetista.

c) CERTA. Exatamente o que o STF sumulou por meio da SV nº 43: "*É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido*".

d) ERRADA. Mesma situação da alternativa a, configurando-se um caso de transferência, o que foi vedado pelo STF.

e) ERRADA. A remoção somente ocorre entre os quadros da própria administração, não se configurando entre quadros de autarquias e empresas estatais.

Gabarito: alternativa C.

---

54. 2015/FCC/TRT-1ª REGIÃO (RJ)/Juiz do Trabalho

Em relação ao exercício do cargo pelo servidor público, é hipótese de reversão quando:

a) por força de decisão judicial ou administrativa, é invalidada a demissão e a ocupação pelo servidor público estável do cargo anterior.

b) decorrente de inabilitação do servidor em estágio probatório relativo a cargo outro, há o retorno ao cargo antes ocupado.

c) a requerimento do interessado e no interesse da administração, o servidor público estável, ocupante de determinado cargo volta a ocupar cargo outro, para o qual já tenha sido aprovado em certame público.

d) por força de decisão judicial ou administrativa, é invalidada a demissão e a ocupação pelo servidor público estável do cargo resultante da transformação daquele ocupado no momento da demissão.

e) no interesse da administração, o servidor público estável, voluntariamente aposentado nos últimos 5 anos, voltar ocupar o mesmo cargo.

Comentários

a) ERRADA. Aqui temos o caso da **reintegração.**

b) ERRADA. Essa é uma hipótese de **recondução.**

c) ERRADA. Trata-se da **recondução a pedido**, aplicável somente ao servidor estável.

d) ERRADA. Aqui temos o caso da **reintegração,** a qual pode ocorrer em relação ao cargo ocupado anteriormente pelo servidor, bem como no resultante da sua transformação**.**

e) CERTA. A reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado. A alternativa está em perfeita consonância com o artigo 25 do Estatuto. O servidor poderá retornar, a pedido, no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação, sendo realizada no mesmo cargo ou no resultante da transformação.

Gabarito: alternativa E.

---

55. 2015/FCC/TCE-CE/Procurador

Depois de anos de trabalho na iniciativa privada no setor de tecnologia, Marinaldo foi convidado pelo Prefeito recém-eleito no último pleito, para assumir a direção do órgão responsável pelos contratos de informática, em uma fundação instituída pelo Município para atuar nessa área. Diante de sua notória experiência, Marinaldo foi contratado sem concurso público e passou a perceber, além dos regulares vencimentos, gratificação de responsabilidade, atribuída a todos os cargos e funções de direção no Município. Finda a gestão do prefeito que nomeou Marinaldo, a nova gestão entendeu por bem por em prática política de enxugamento das despesas públicas, determinando o corte de 20% dos cargos em comissão na Administração direta e de 30% na Administração indireta. Planeja, ainda, extinguir alguns entes integrantes da Administração indireta, em especial fundações municipais que desempenhem atividades passíveis de serem contratadas na iniciativa privada a menores custos. Diante desse cenário,

a) a Administração pública não poderá demitir Marinaldo sem justa causa, posto que, após três anos no cargo, ele adquiriu estabilidade e, um ano depois, vitaliciedade, sem prejuízo de poder ser submetido a processo administrativo para extinção do vínculo com a Administração Indireta.

b) o cargo de Marinaldo poderá ser colocado em disponibilidade, com percebimento integral de seus vencimentos e gratificações, vedada sua demissão antes do decurso de processo administrativo com observância do contraditório e ampla defesa.

c) considerando que Marinaldo ocupava cargo em comissão, o que não enseja estabilidade ou vitaliciedade, poderá ser livremente exonerado, ainda que a fundação na qual exerça suas funções não seja extinta pela Administração central.

d) poderá Marinaldo ser exonerado caso a fundação onde ocupa cargo em comissão seja regularmente extinta, posto que, nesse caso, não incide a vitaliciedade que protege o servidor no caso de cortes orçamentários e de pessoal.

e) como Marinaldo possui vínculo de empregado público, posto que contratado sem concurso público, somente poderá ser exonerado ou demitido após a Administração ter desocupado todos os cargos em comissão e de assessoramento, que são de livre provimento.

Comentários

a) ERRADA. Por ser servidor de cargo em comissão, não há aquisição de estabilidade e muito menos vitaliciedade, podendo ser exonerado livremente ao critério da autoridade competente.

b) ERRADA. O instituto da disponibilidade não se aplica a servidor de cargo em comissão e muito menos haverá processo administrativo anteriormente à exoneração de Marinaldo.

c) CERTA. Os cargos em comissão são aqueles declarados em lei como de livre nomeação e exoneração, com atribuições de direção, chefia e assessoramento. Dessa forma, ao contrário dos cargos efetivos, não ensejam a aquisição de estabilidade pelo servidor público em hipótese alguma. Assim, em função do corte de despesas e sendo um cargo de livre exoneração, não há nenhuma ilegalidade na exoneração de Marinaldo, mesmo que a Fundação não seja extinta.

d) ERRADA. Não há nenhum vício em exonerar Marinaldo e manter o funcionamento da fundação, visto que o cargo ocupado por ele é de livre nomeação e exoneração.

e) ERRADA. Marinaldo não possui vínculo de empregado público, pois é regido pelo Estatuto dos servidores de seu Município e aqueles estão sob a égide da CLT. Também não há de se esperar a desocupação de todos os cargos em comissão para que ele seja exonerado, podendo ocorrer esse fato a qualquer tempo por decisão da autoridade competente.

Gabarito: alternativa C.

---

56. 2015/FCC/TCE-CE/Procurador

Para efeitos penais, o conceito de funcionário público é diverso do que lhe empresta o Direito Administrativo. Define-se o emprego público como aquele

a) que mantém vínculo estatutário, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos.

b) ocupante com vínculo contratual, sob a regência da CLT.

c) regido pelo conjunto de atribuições às quais não corresponda a um cargo público, não se exigindo concurso público.

d) que não mantém vínculo com fundações ou sociedades de economia mista.

e) ocupa cargo sob a égide da lei orgânica das carreiras de Estado.

Comentários

a) ERRADA. Nesse caso, temos os servidores estatutários, os quais são uma das espécies do gênero servidores públicos (estatutários, empregados públicos e temporários).

b) CERTA. Os empregos públicos são ocupados por empregados públicos, os quais são a espécie do gênero servidor público contratados sob o regime das leis trabalhistas, cabe dizer a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943).

c) ERRADA. A assertiva nos trouxe a definição de função pública. Todo cargo implica a existência de função, porém nem toda função implica cargo. Ex.: os contratados temporariamente exercem função, mas não têm cargo.

d) ERRADA. Os empregados públicos podem estar lotados em sociedades de economia mista. O nosso maior exemplo é a Petrobrás.

e) ERRADA. Os empregados públicos não estão sob a égide de leis orgânicas de carreira, e sim sob jugo da CLT.

Gabarito: alternativa B.

---

57. 2015/TRT-8ª REGIÃO/TRT-8ª REGIÃO (PA E AP)/Juiz

Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é INCORRETO afirmar que:
a) Em relação às licenças concedidas ao servidor público federal, na fruição de qualquer delas, é vedado o exercício de atividade remunerada;
b) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, desde que comprovada por perícia médica oficial;
c) Será por prazo indeterminado e sem remuneração a licença concedida ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo;
d) Em relação à licença para atividade política, esta será concedida sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, mas a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses;
e) Poderá ser concedida ao servidor, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração sempre a critério da Administração, desde que ocupante de cargo efetivo e que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares, podendo, no entanto, ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Comentários

a) ERRADA. O art. 81, parágrafo 3º, dispõe que somente no caso de licença por motivo de doença em pessoa da família haverá proibição ao exercício de atividade remunerada.

> *Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:*
> *I - por motivo de doença em pessoa da família;*
> *[...]*
> *§ 3º É **vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo**.*

b) CERTA. É a literalidade do artigo 83 da lei 8.112/90.

> ***Art. 83**. Poderá ser **concedida licença ao servidor por motivo de doença** do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial*

c) CERTA. Literalidade do artigo 84 e seu parágrafo 1º.

> ***Art. 84**. Poderá ser concedida licença ao servidor para **acompanhar cônjuge ou companheiro** que foi **deslocado para outro ponto do território nacional**, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.*
> *§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.*

d) CERTA. Exatamente como transcrito no art. 86 e seu parágrafo 2º.

> *Art. 86. O servidor terá direito a licença,* ***sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.***
> *[...]*
> *§ 2º A partir do registro* ***da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses***

e) CERTA. Mais uma literalidade, dessa vez do artigo 91 e seu parágrafo 1º.

> ***Art. 91****.* ***A critério da Administração****, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que* ***não esteja em estágio probatório****, licenças para o trato de assuntos particulares pelo* ***prazo de até três anos consecutivos****,* ***sem remuneração****. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)*
> *Parágrafo único. A licença poderá ser* ***interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.*** *(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)*

Gabarito: alternativa A.

---

58. 2015/FCC/TRT-6ª REGIÃO (PE)/Juiz do Trabalho

O conceito de agente público NÃO é coincidente com o de agente político, cabendo destacar que

a) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, embora no exercício de função estatal, não são considerados agentes públicos.

b) todos aqueles que exercem função estatal em caráter transitório, sem vínculo com a Administração, não são considerados agentes públicos e sim agentes políticos.

c) apenas os ocupantes de cargos, empregos e funções na Administração pública podem ser considerados agentes públicos.

d) são exemplos de agentes políticos os Chefes do Executivo e seus auxiliares imediatos, assim entendidos Ministros e Secretários de Estado.

e) os detentores de mandato eletivo são os únicos que se caracterizam como agentes políticos.

Comentários

a) ERRADA. Os particulares em colaboração com o poder público são enquadrados como Agentes Públicos.

b) ERRADA. Temos como exemplo os próprios particulares em colaboração com o poder público, os quais não possuem vínculo empregatício com o Estado, mas são considerados Agentes Públicos.

c) ERRADA. A classificação de Hely Lopes Meirelles define Agentes Públicos como todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de alguma função estatal e nos traz não somente os agentes administrativos, considerados os detentores de cargos, empregos e funções como afirma a assertiva, mas também os agentes políticos, honoríficos, delegados e credenciados.

d) CORRETA. De acordo com a classificação de Hely Lopes Meirelles, temos como exemplos de Agentes Políticos os Chefes do Executivo, Ministros, Secretários, Senadores, Deputados, Vereadores, Magistrados, Membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas e os representantes diplomáticos.

e) ERRADA. Conforme vimos na classificação dos Agentes Públicos explanada na correção da alternativa acima, dentro da subdivisão Agentes Políticos, temos agentes que não possuem mandato eletivo, a exemplo dos Magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.

Gabarito: alternativa D.

---

59. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente

Não é possível a acumulação de um cargo de professor com outro de caráter técnico ou científico se a soma da carga horária ultrapassar o limite de sessenta horas semanais, pois não há, nessa situação, o requisito constitucional da compatibilidade de horários.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

A jurisprudência do STF é no sentido de que a acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, nos termos do artigo 37, inciso XVI, alínea "c", da Constituição Federal, está condicionada apenas à existência de horários compatíveis entre os cargos exercidos e tem afastado o argumento de que a existência de norma infraconstitucional que estipule limitação de jornada semanal constituiria óbice ao reconhecimento do direito à acumulação permitida pela Carta Maior:

> *Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PARECER GQ 145/1998/AGU. LIMITE MÁXIMO DE 60 HORAS SEMANAIS EM CASOS DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGOS PÚBLICOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. COMPATIBILIDADE DAS JORNADAS DE TRABALHO DA IMPETRANTE. COMPROVAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. I – A existência de norma infraconstitucional que estipula limitação de jornada semanal não constitui óbice ao reconhecimento do direito à acumulação prevista no art. 37, XVI, c, da Constituição, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício dos cargos a serem acumulados. Precedentes.*

Gabarito: Errado.

---

60. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente.

Conforme entendimento atual do STF, é dever da administração pública nomear candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas no edital, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança, salvo em situações excepcionais caracterizadas pela necessidade, superveniência e imprevisibilidade.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

O candidato aprovado dentro do número de vagas tem obrigação de ser nomeado pela administração? O STF entende que sim! O tema foi levado à apreciação da corte por meio do RE 598.099, donde adveio o entendimento do ministro relator de que a administração poderá escolher,

dentro do prazo de validade do concurso, o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, "a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público". O entendimento do STF em relação à discricionariedade da administração em realizar as nomeações se dá no sentido que esta se limita a quando fará a nomeação, dentro do prazo de validade do certame, e não "se" o fará. A recusa apenas será considerada lícita em casos de comprovada situação excepcional, imprevisível e superveniente.

Gabarito: Certo.

3.24 Controle da Administração Pública

1. **2018/VUNESP/PREFEITURA DE SOROCABA-SP/Procurador**

Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre o controle da Administração Pública.

a) O controle da legitimidade enseja a verificação, pelo órgão controlador, da existência, ou não, dos princípios da adequação e da compatibilidade, referentes às despesas públicas.

b) O controle financeiro é aquele exercido pelo Poder Executivo sobre o Legislativo e o próprio Executivo, sobre sua própria administração no que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos.

c) Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

d) O controle judicial incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja onde for que esteja sendo desempenhada, alcançados os atos administrativos do Executivo, sem, contudo, examinar os atos do Legislativo.

e) O Poder Judiciário pode controlar os atos internos e exclusivos do Poder Legislativo, também chamados de interna corporis, quando contiverem vícios de ilegalidade ou de constitucionalidade, ou vulnerarem direitos individuais.

Comentários

a) incorreto. O controle da legitimidade ou legalidade tem como objetivo averiguar se o ato realizado possui adequação ao ordenamento jurídico nacional, ou seja, se foram observados os ditames da legislação. Além disso, devem ser observados os princípios constitucionais da administração pública.

Já o controle que verifica a adequação e a compatibilidade com as despesas públicas é o controle orçamentário.

b) incorreto. O controle financeiro é aquele exercido em prol do controle dos dispêndios financeiros, como pagamentos, recebimentos, etc.

O controle que se refere à receita, à despesa e à gestão dos recursos públicos é denominado de controle orçamentário.

c)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso VI do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *VI - **fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município; (grifos não constantes do original)***

d) incorreto. O controle judicial também engloba o controle sobre os atos administrativos emitidos pelo Poder Legislativo.

e) incorreto. Em regra, a Jurisprudência do STF vem decidindo pela impossibilidade de controle judicial sobre os atos *interna corporis* das Casas Legislativas, salvo violação de direitos constitucionais.

> *EMENTA Agravo regimental. Mandado de segurança. Questão interna corporis. Atos do Poder Legislativo. Controle judicial. Precedente da Suprema Corte. 1. **A sistemática interna dos procedimentos da Presidência da Câmara dos Deputados para processar os recursos dirigidos ao Plenário daquela Casa não é passível de questionamento perante o Poder Judiciário, inexistente qualquer violação da disciplina constitucional.** 2. Agravo regimental desprovido.*
> *(STF - MS: 25588 DF, Relator: MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 02/04/2009, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-084 DIVULG 07-05-2009 PUBLIC 08-05-2009 EMENT VOL-02359-02 PP-00350) **(grifos não constantes do original)***

Importante observar que os doutrinadores vêm se posicionando de modo contrário, admitindo o controle judicial sobre os atos internos das Casas Legislativas sob a ótica da legalidade, ou seja, no campo das formalidades, sem adentrar no mérito. Para Hely Lopes Meirelles (p.853, 2016)

> *Nesta ordem de ideias, conclui-se que é lícito ao Judiciário perquirir da competência das Câmaras e verificar se há inconstitucionalidades, ilegalidades e infringências regimentais nos seus alegados Interna corporis, detendo-se, entretanto, no vestíbulo das formalidades, sem adentrar o conteúdo de tais atos, em relação aos quais a corporação legislativa é, ao mesmo tempo, destinatária e juiz supremo de sua prática.*

Portanto, dependendo de como vem o enunciado da questão, a assertiva pode ser considerada como correta, se fundamentada com base na doutrina.

Gabarito: Letra C.

---

2. 2018/VUNESP/TJ-RJ/Juiz Leigo

O chamado "ativismo judicial" sofre críticas de diversas origens baseadas principalmente na ideia de que comprometeria a separação de poderes, representando uma interferência indevida do Poder Judiciário sobre o mérito administrativo e sobre a ação política. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

a) A legitimidade do Poder Judiciário para a realização do controle judicial de políticas públicas decorre de ser o único poder da República constituído exclusivamente por agentes selecionados mediante concurso de provas e títulos, o que assegura a sua neutralidade e imparcialidade.
b) Caso o Poder Executivo aja de modo irrazoável ou proceda com a clara intenção de neutralizar a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, justifica-se a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário sobre a ação administrativa.
c) A Constituição Federal de 1988 não admite a interferência do Poder Judiciário no mérito administrativo, de maneira que não merece prosperar ação judicial que pretende invalidar ato administrativo sob o argumento de não ser razoável a escolha do Administrador.
d) Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, motivo pelo qual não podem ser objeto de controle judicial, salvo em caso de flagrante ilegalidade.
e) A impossibilidade, definida pela Constituição Federal de 1988, de controle judicial de atos administrativos é decorrência da máxima "the king can do no wrong", introduzida no direito brasileiro por meio do pensamento positivista de Benjamin Constant.

Comentários

a) incorreto. O controle judicial engloba a atuação sobre os atos do Poder Executivo e sobre os atos praticados pelos outros Poderes no exercício da função administrativa. No caso da implementação das Políticas Públicas, o STF vem decidindo favoravelmente pela possibilidade de controle judicial, conforme veremos abaixo:

EMENTA DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO. OMISSÃO DO ESTADO QUE FRUSTA DIREITOS FUNDAMENTAIS. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. CONTROLE JURISDICIONAL. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. OFENSA NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.10.2007. Emerge do acórdão que ensejou o manejo do recurso extraordinário que o Tribunal a quo manteve a sentença que condenou o Estado a designar um defensor público para prestar serviços de assistência jurídica gratuita aos hipossuficientes da Comarca de Demerval Lobão consoante os arts. 5º, LXXIV, 127, 129, III e IX e 134 da Constituição Federal. No caso de descumprimento da obrigação, fixou multa diária. O acórdão recorrido não divergiu da jurisprudência da Suprema Corte no sentido de que é lícito ao Poder Judiciário, em face do princípio da supremacia da Constituição, em situações excepcionais, determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação dos Poderes. Precedentes. O exame da legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário não ofende o princípio da separação dos Poderes. Precedentes. Agravo regimental conhecido e não provido.
(STF - AI: 739151 PI, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 27/05/2014, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-112 DIVULG 10-06-2014 PUBLIC 11-06-2014)

b) correto. O controle judicial pode atuar sobre os atos administrativos praticados pelo Poder Executivo sob o aspecto da legalidade e legitimidade.

c)incorreto. O controle judicial pode atuar tanto nos atos vinculados quanto nos atos discricionários. Em relação aos atos discricionários, o Poder Judiciário sob a ótica da legalidade e legitimidade poderá analisar as questões que envolvam os elementos da competência, forma e finalidade, uma vez que

estes elementos vinculantes devem estar em todos os atos administrativos. Já os elementos motivo e objeto estão no campo do mérito administrativo, não podendo ter a interferência do judiciário.

d)incorreto. O fato de os atos administrativos terem presunção de legitimidade não impede de se submeterem ao controle judicial em relação aos aspectos de legalidade sobre os elementos competência, forma e finalidade.

e) incorreto. A CF 88 em seu inciso XXXV do art. 5º estipula que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Dessa forma, caso ocorra alguma violação de direito, a pessoa física ou jurídica poderá requerer a atuação do Poder Judiciário.

Gabarito: Letra B.

---

3. **2018/VUNESP/FAPESP/Procurador**

O controle administrativo
a) é exercido por todos os Poderes sobre suas próprias atividades tanto sob o aspecto de legalidade quanto em relação ao mérito.
b) deriva do poder-dever de polícia que a Administração Pública tem sobre os seus agentes.
c) permite que a Administração Pública anule os atos ineficientes ou inoportunos, revogue os atos ilegais ou altere os seus próprios atos, mas não permite a aplicação de penalidades administrativas aos seus agentes.
d) é eminentemente político e é exercido pelos órgãos legislativos ou por comissões parlamentares sobre atos do Poder Executivo.
e) é exercido pelo Tribunal de Contas e se refere fundamentalmente à prestação de contas de todo aquele que administra bens, valores ou dinheiros públicos.

Comentários

a) correto. A assertiva está em consonância com o entendimento doutrinário de Hely Lopes Meirelles (p.801, 2016),

> *Controle administrativo é todo aquele que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, visando a mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização, pelo quê é um controle de legalidade e de mérito. Sob ambos esses aspectos pode e deve operar-se o controle administrativo para que a atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência, atingindo sua finalidade plena, que é a satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais dos administrados. (grifos não constantes do original)*

b) incorreto. O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela, e não do poder de polícia. Para **Hely Lopes Meirelles (p.802, 2016),**

> ***O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes.*** *Esse controle é normalmente exercido pelos órgãos superiores sobre os inferiores(controle hierárquico próprio das chefias e corregedorias), com auxílio de órgãos incumbidos do julgamento de recursos (controle hierárquico impróprio) ou, ainda, de órgãos especializados em determinadas verificações (controle*

técnico de auditorias etc.), mas integrantes da mesma Administração, pelo que se caracteriza como controle interno, pois que o externo é sempre atribuído a órgão estranho ao Executivo. ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Por meio do controle administrativo a Administração pode anular e revogar seus próprios atos, além de aplicar penalidades aos seus administrados. Para Hely Lopes Meirelles (p.802, 2016),

Através do controle administrativo a Administração pode anular, revogar ou alterar seus próprios atos e punir seus agentes com as penalidades estatutárias. A Administração só anula o ato ilegal e revoga ou· altera o ato legal mas ineficiente, inoportuno ou inconveniente, se ainda passível de supressão ou modificação (...)

d)incorreto. O Controle Administrativo ou Executivo é exercido pelo Poder Executivo e pelos órgãos administrativos dos demais Poderes. Já o controle Legislativo ou Parlamentar é exercido pelo Poder Legislativo em matérias de sua competência.

Para Hely Lopes Meirelles (p.837, 2016),

Controle legislativo ou parlamentar é o exercido pelos órgãos legislativos (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores) ou por comissões parlamentares sobre determinados atos do Executivo na dupla linha da legalidade e da conveniência pública, pelo quê caracteriza-se como um controle eminentemente político*, indiferente aos direitos individuais dos administrados, mas objetivando os superiores interesses do Estado e da comunidade.* ***(grifos não constantes do original)***

e) incorreto. O controle Administrativo é exercido pelo Executivo e demais órgãos quando do exercício da função administrativa. Já o exercido pelos Tribunais de Contas é o Controle externo, auxiliando o Poder Legislativo na sua missão constitucional, conforme arts. 70 e 71 da CF/88, *in verbis:*

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:[...]

Gabarito: Letra A.

4. 2018/FCC/DPE-AM/Defensor Público

O controle legislativo da Administração pública, exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, autoriza
a) a anulação de contratos que envolvam despesas de custeio e investimentos, quando atingido o limite máximo de comprometimento fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
b) a aplicação de sanções a agentes públicos que incorrerem em atos de improbidade, incluindo o afastamento de suas funções.
c) a decretação de inidoneidade de Municípios que tenham praticado atos tendentes a fraudar procedimento licitatório, impedindo abertura de novos certames.
d) o exame prévio de editais, com a suspensão do certame até que sejam sanadas eventuais irregularidades identificadas.
e) o controle dos provimentos de cargos e funções em comissão, impedindo novas nomeações quando extrapolada a proporção de 30% em relação aos cargos efetivos.

Comentários

a) incorreto. O Tribunal de Contas não pode anular os contratos administrativos quando do exercício do controle externo. Primeiramente, depois de verificada a irregularidade nos contratos, o Tribunal de Contas concede um prazo para que sejam adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso não seja resolvido, comunicará ao Poder Legislativo sobre tal situação, conforme disposição nos incisos IX, X e XI c/c §§ 1º e 2º, todos do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;*
> *X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. O Tribunal de Contas pode aplicar sanções previstas em lei, como a multa proporcional ao dano causado, nos termos do inciso VIII do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;*

A questão menciona que a sanção aplicada é em decorrência de atos que caracterizam improbidade administrativa. Porém, o Tribunal de Contas não aplica as penalidades específicas da Lei de Improbidade Administrativa, cabendo estas ao Poder Judiciário.

Além disso, não cabe ao TC afastar os agentes públicos que incorrerem em atos de improbidade. Em regra, tal medida cabe ao órgão de origem. O Tribunal de Contas pode determinar, mas nunca afastar diretamente.

c)incorreto. A aplicação da sanção de idoneidade é para os particulares que contratam com a administração pública.

d)correto. Os Tribunais de Contas podem fazer o controle prévio dos editais de licitações, determinando sua regularização, no caso de constatadas irregularidades, nos termos do inciso IX do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade; (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. Os Tribunais de Contas não apreciam a legalidade dos atos de admissão de pessoal de cargos comissionados e nem estipulam limites dessas contratações, nos termos do inciso III, art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

5. 2017/CESPE/DPE-AL/Defensor Público

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca das formas de ressarcimento do erário.

a) Fiscalização contábil e conclusão de procedimento junto ao tribunal de contas, com formação de título executivo extrajudicial, impedirão a propositura de ação de improbidade administrativa.

b) O ressarcimento ao erário não depende da formação de título executivo de nenhuma natureza.

c) O ressarcimento do erário dá-se somente com a formação de um título executivo judicial, por intermédio de ações coletivas.

d) Tanto o título executivo judicial quanto o extrajudicial formado no âmbito do tribunal de contas são instrumentos hábeis para o ressarcimento ao erário, podendo os dois coexistir.
e) A fiscalização do tribunal de contas será obstada caso se ajuíze ação de improbidade administrativa com o intuito de formar título executivo judicial para o ressarcimento do erário.

Comentários

a) incorreto. A condenação junto ao Tribunal de Contas em multa para ressarcimento ao erário, gerando título executivo extrajudicial, não impede a propositura de ação de improbidade administrativa pelos legitimados e que resulte em condenação pelo mesmo fato e pelo ressarcimento ao erário, formando título executivo judicial, nos termos do julgado abaixo:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONDENAÇÃO AO RESSARCIMENTO DO DANO – EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL PROVENIENTE DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS – CO-EXISTÊNCIA DOS TÍTULOS EXECUTIVOS – POSSIBILIDADE – NÃO-OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. 1.* ***O fato de existir um título executivo extrajudicial, decorrente de condenação proferida pelo Tribunal de Contas da União, não impede que os legitimados ingressem com ação de improbidade administrativa requerendo a condenação da recorrida nas penas constantes no art. 12, II da Lei n. 8429/92, inclusive a de ressarcimento integral do prejuízo.*** *2. A formação do título executivo judicial, em razão da restrição às matérias de defesa que poderão ser alegadas na fase executória, poderá se mostrar mais útil ao credor e mais benéfica ao devedor que, durante o processo de conhecimento, terá maiores oportunidades para se defender. 3. Ademais, não se há falar em bis in idem. A proibição da dupla penalização se restringe ao abalo patrimonial que o executado poderá sofrer. O princípio não pode ser interpretado de maneira ampla, de modo a impedir a formação de um título executivo judicial, em razão do simples fato de já existir um outro título de natureza extrajudicial. 4. Na mesma linha de raciocínio, qual seja, a de que o bis in idem se restringe apenas ao pagamento da dívida, e não à possibilidade de coexistirem mais de um título executivo relativo ao mesmo débito, encontra-se a súmula 27 desta Corte Superior. Recurso especial provido.*
> ***(STJ - REsp: 1135858 TO 2009/0072651-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 22/09/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 05/10/2009)*** *(grifos não constantes do original)*

b) incorreto. O ressarcimento ao erário depende da formação de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais, ou seja, são necessárias condenações ou na esfera administrativa ou judicial para que os valores devidos sejam quantificados e resguardados juridicamente, nos termos do §3º do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. O Ressarcimento ao Erário pode ser assegurado em virtude de formação de título executivo judicial (ajuizamento de ações judiciais) ou extrajudicial (condenação no Tribunal de Contas).

d)correto. O Ressarcimento ao Erário pode ser assegurado em virtude de formação de título executivo judicial (ajuizamento de ações judiciais) ou extrajudicial (condenação no Tribunal de Contas), podendo os dois coexistirem, segundo o entendimento do STJ a seguir:

> *ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONDENAÇÃO AO RESSARCIMENTO DO DANO – EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL PROVENIENTE DE DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS –* ***CO-EXISTÊNCIA DOS TÍTULOS EXECUTIVOS – POSSIBILIDADE – NÃO-OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. 1. O fato de existir um título executivo extrajudicial, decorrente de condenação proferida pelo Tribunal de Contas da União, não impede que os legitimados ingressem com ação de improbidade administrativa requerendo a condenação da recorrida nas penas constantes no art. 12, II da Lei n. 8429/92, inclusive a de ressarcimento integral do prejuízo.*** *2. A formação do título executivo judicial, em razão da restrição às matérias de defesa que poderão ser alegadas na fase executória, poderá se mostrar mais útil ao credor e mais benéfica ao devedor que, durante o processo de conhecimento, terá maiores oportunidades para se defender. 3. Ademais, não se há falar em bis in idem. A proibição da dupla penalização se restringe ao abalo patrimonial que o executado poderá sofrer. O princípio não pode ser interpretado de maneira ampla, de modo a impedir a formação de um título executivo judicial, em razão do simples fato de já existir um outro título de natureza extrajudicial. 4. Na mesma linha de raciocínio, qual seja, a de que o bis in idem se restringe apenas ao pagamento da dívida, e não à possibilidade de coexistirem mais de um título executivo relativo ao mesmo débito, encontra-se a súmula 27 desta Corte Superior. Recurso especial provido.*
> ***(STJ - REsp: 1135858 TO 2009/0072651-0, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 22/09/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJe 05/10/2009)*** *(grifos não constantes do original)*

e) incorreto. No âmbito do controle da Administração Pública, as esferas administrativa e judicial não se comunicam. Dessa forma, a propositura de Ação de Improbidade Administrativa não tem o condão de obstruir o prosseguimento de fiscalização do Tribunal de Contas.

Gabarito: Letra D.

---

6. 2017/QUADRIX/CFO-DF/Procurador Jurídico

No que se refere ao controle da Administração Pública e à improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

De acordo com a CF, compete ao Tribunal de Contas da União sustar diretamente os contratos administrativos que possam ter alguma irregularidade.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam diretamente os contratos. Sustam apenas os atos administrativos. Primeiramente, depois de verificada a irregularidade nos contratos, o Tribunal de Contas concede um prazo para a regularização. Caso não seja resolvido, comunicará ao Poder Legislativo sobre tal situação.

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***

> *X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> *§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Errado.

---

7. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.
A CF atribui ao TCU a competência para a apreciação dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Quem tem essa competência é o Congresso Nacional, nos termos do art. 49, XII, da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*
> *(...)*
> *XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;*

Gabarito: Errado.

---

8. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.
O controle administrativo interno é cabível apenas em relação a atividades de natureza administrativa, mesmo quando exercido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário.

( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. A assertiva está em consonância com o entendimento doutrinário de Hely Lopes Meirelles (p.801, 2016),

> ***Controle administrativo é todo aquele que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades,*** *visando a mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização,* ***pelo quê é um controle de legalidade e de mérito.*** *Sob ambos esses aspectos pode e deve* ***operar-se o controle administrativo para que a atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência,*** *atingindo sua finalidade plena, que é a satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais dos administrados.* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Certo.

---

9. 2016/CESPE/PGE-AM/Procurador do Estado

Acerca do controle administrativo interno e externo, julgue o item a seguir.

O CNJ é órgão externo de controle administrativo, financeiro e disciplinar do Poder Judiciário.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Errado. O tema foi objeto de ADI 3.367-1, nos termos seguintes:

> *EMENTAS: 1. AÇÃO. Condição. Interesse processual, ou de agir. Caracterização. Ação direta de inconstitucionalidade. Propositura antes da publicação oficial da Emenda Constitucional nº 45/2004. Publicação superveniente, antes do julgamento da causa. Suficiência. Carência da ação não configurada. Preliminar repelida. Inteligência do art. 267, VI, do CPC. Devendo as condições da ação coexistir à data da sentença, considera-se presente o interesse processual, ou de agir, em ação direta de inconstitucionalidade de Emenda Constitucional que só foi publicada, oficialmente, no curso do processo, mas antes da sentença. 2. INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Emenda Constitucional nº 45/2004. Poder Judiciário.* ***Conselho Nacional de Justiça. Instituição e disciplina. Natureza meramente administrativa. Órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura. Constitucionalidade reconhecida.***
> *(...)*
> *4. PODER JUDICIÁRIO.* ***Conselho Nacional de Justiça. Órgão de natureza exclusivamente administrativa. Atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura. Competência relativa apenas aos órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do Supremo Tribunal Federal.*** *Preeminência deste, como órgão máximo do Poder Judiciário, sobre o Conselho, cujos atos e decisões estão sujeitos a seu controle jurisdicional. Inteligência dos art. 102, caput, inc. I, letra r, e § 4º, da CF. O Conselho Nacional de Justiça não tem nenhuma competência sobre o Supremo Tribunal Federal e seus ministros, sendo esse o órgão máximo do Poder Judiciário nacional, a que aquele está sujeito.*
> *(...)*
> *(STF - ADI: 3367 DF, Relator: CEZAR PELUSO, Data de Julgamento: 13/04/2005, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 17-03-2006 PP-00004 EMENT VOL-02225-01 PP-00182 REPUBLICAÇÃO: DJ 22-09-2006 PP-00029)* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

10. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ALUMÍNIO

Com relação aos atos discricionários, pode-se afirmar corretamente que o controle judicial
a) é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa.
b) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um excesso de poder.
c) é possível, não existindo qualquer restrição ao Poder Judiciário.
d) não é possível, pois se alicerçam na oportunidade e conveniência da Administração.
e) é possível somente nas hipóteses em que se verifica um desvio de poder.

Comentários

a) correto. Poderá ocorrer o controle judicial sobre os atos discricionários para verificar se eles foram emitidos dentro dos limites da lei.

Para Hely Lopes Meirelles (p.847, 2016),

> ***Nem mesmo os atos discricionários refogem do controle judicial, porque, quanto à competência, constituem matéria de legalidade, tão sujeita ao confronto da Justiça como qualquer outro elemento do ato vinculado.*** *Já acentuamos que a discricionariedade não se confunde com a arbitrariedade: o ato discricionário, quando permitido e emitido nos limites legais, é lícito e válido;o ato arbitrário é sempre ilícito e inválido. Daí por que o*

Judiciário terá que examinar o ato arguido de discricionário, primeiro, para verificar se realmente o é; segundo, para apurar se a discrição não desbordou para o arbítrio. ***(grifos não constantes do original)***

b) Incorreto. Pode ocorrer o controle judicial sobre os elementos vinculados do ato administrativo: competência, forma e finalidade.

c) Incorreto. O Poder Judiciário somente pode adentrar nos aspectos de legalidade, sendo proibido emitir juízo de mérito do ato, ou seja, analisar a conveniência e oportunidade do ato.

d) incorreto. É possível sim o controle judicial sobre os atos discricionários, mas desde que seja sob o aspecto da legalidade.

e) incorreto. Pode ocorrer o controle judicial sobre os elementos vinculados do ato administrativo: competência, forma e finalidade.

Gabarito: Letra A.

---

11. 2016/FCC/PGE-MT/Procurador

O Tribunal de Contas do Estado exerce relevante atividade visando à observância dos princípios administrativos na condução dos negócios e na gestão do patrimônio público. No exercício de suas funções, o Tribunal de Contas do Estado.
a) pode determinar o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras dos acusados nos processos de tomada de contas.
b) produz atos administrativos com força de título executivo.
c) não possui jurisdição sobre os municípios, que estão sob controle externo dos Tribunais de Contas municipais.
d) julga as contas do Governador do Estado, sendo sua decisão sujeita ao referendo pela Assembleia Legislativa.
e) tem o poder de sustar imediatamente atos ou contratos considerados ilegais, caso o órgão ou entidade, previamente notificados, não providenciem sua correção.

Comentários

a) incorreto. O § 2º do art. 44 da Lei 8443/1992 (Lei Orgânica do TCU) definiu que pode o TCU decretar a indisponibilidade de bens do responsável para garantir o ressarcimento dos danos sob investigação:

> *Art. 44. No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.*
> *§ 1° Estará solidariamente responsável a autoridade superior competente que, no prazo determinado pelo Tribunal, deixar de atender à determinação prevista no caput deste artigo.*
> *§ 2° Nas mesmas circunstâncias do caput deste artigo e do parágrafo anterior,* ***poderá o Tribunal, sem prejuízo das medidas previstas nos arts. 60 e 61 desta Lei, decretar, por prazo não superior a um ano, a indisponibilidade de bens do responsável, tantos quantos***

> ***considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos danos em apuração. (grifos não constantes do original)***

Porém, em relação às contas e aplicações financeiras dos acusados, o TCU não recebeu poderes para tanto. Diferentemente é a previsão constante do parágrafo 2º do art. 16 da Lei 8429/1992, *in verbis:*

> *Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.*
> *§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.*
> ***§ 2° Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais. (grifos não constantes do original)***

Assim, nos procedimentos que visem à apuração de responsabilidade por danos ao erário, o Ministério Público e a Procuradoria do ente lesado poderão fazer uso dos institutos jurídicos mencionados no §2º do art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa.

b) correto. As decisões dos Tribunais de Contas que imputem débitos ou multa terão eficácia de título executivo, nos termos do §3º do art. 71 da CF/88, *in verbis*:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Em regra, os Tribunais de Contas Estaduais possuem jurisdição também sobre os órgãos municipais, salvo nos casos dos Estados de Goiás, Pará e Bahia, que possuem os Tribunais de Contas dos Municípios.

d)incorreto. Os Tribunais de Contas Estaduais não julgam as contas de Governador de Estado, uma vez que cabe ao Legislativo Estadual tal incumbência. O que as Cortes de Contas fazem é emitir Parecer Prévio sobre as contas do Chefe do Executivo. Este Parecer é enviado para a Assembleia Legislativa fazer o julgamento de fato.

e) incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam diretamente os contratos. Sustam apenas os atos administrativos. Em relação aos contratos, depois de verificada a irregularidade, o Tribunal de Contas concede um prazo para a regularização. Caso não seja resolvido, comunicará ao Poder Legislativo sobre tal situação, conforme dispositivos abaixo:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***
> *X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*

> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

12. 2016/MPE-SC/MPE-SC /Promotor de Justiça

Qualquer cidadão será parte legítima para resguardar judicialmente os bens necessários ao desempenho das funções públicas ou aqueles merecedores de proteção especial em razão de seu valor à coletividade, podendo para tanto utilizar a ação popular sem ter que, em qualquer caso, arcar com as custas judiciais e os ônus de sucumbência.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Para pleitear a proteção do patrimônio público contra ato lesivo qualquer cidadão pode se utilizar da Ação Popular. Em relação às custas, somente será obrigado a custear em caso de má fé, nos termos do inciso LXXIII do art. 5º da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
> *(...)*
> *LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;*

Gabarito: Errado.

---

13. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

A fiscalização da administração pública quanto à legalidade, legitimidade e economicidade de seus atos será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Há dever funcional dos responsáveis pelo controle interno em comunicar qualquer irregularidade ao Tribunal de Contas do respectivo ente político, sob pena de responsabilidade subsidiária.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. De fato, o controle da administração pública relativo aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade caberá ao Congresso Nacional e aos Sistemas de Controles Internos de cada Poder, nos termos do art. 70 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.*

Porém, o dever funcional dos responsáveis pelo Controle Interno é de responsabilidade solidária, nos termos do §1º, art. 74 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *(...)*
> *§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União,* ***sob pena de responsabilidade solidária. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Errado.

---

14. 2016/MPE-SC/MPE-SC/Promotor de Justiça

Compete aos Tribunais de Contas julgar as contas dos administradores públicos. No exercício desta competência, ele pode apreciar a constitucionalidade tanto das leis quanto dos atos do poder público.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Correto. Nos termos da Súmula 347 do STF, "O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público".

Assim, a apreciação de constitucionalidade somente pode ocorrer no controle difuso, cujos efeitos ficam restritos às partes.

Obs: A doutrina e Jurisprudência ainda divergem sobre esta possibilidade dos Tribunais de Contas.

Gabarito: Certo.

---

15. 2016/FCC/PREFEITURA DE CAMPINAS-SP/Procurador

Os contratos celebrados pela Administração pública municipal estão sujeitos a controle, não só interno, mas também externo. Dentre as possibilidades deste controle destaca-se o controle exercido
a) pelos Tribunais de Contas, que podem ingressar no mérito dos atos e contratos, como medida de exame de economicidade, bem como exercer competências sancionatórias e corretivas, desta sendo exemplo a sustação de ato impugnado, ainda que seja necessária posterior comunicação ao Legislativo.
b) pelos Tribunais de Contas, desde que caracterizada a natureza de contrato administrativo nos quais a Administração pública exerça prerrogativas típicas das cláusulas exorbitantes, para que se evidencie eventual desatendimento aos princípios da economicidade, legalidade e isonomia.
c) pelo Poder Judiciário, na qualidade de verificação superior dos critérios de legalidade e economicidade ou como instância revisora das decisões proferidas pelas Cortes de contas.
d) pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, aos quais compete a sustação da execução de atos e contratos cuja irregularidade ou ilegalidade não tenha sido sanada pela Administração pública.

e) pela Administração pública central em relação aos contratos celebrados pelos entes integrantes da Administração indireta, podendo, nos casos de ilegalidade não sanada pelo ente, determinar a sustação da execução do ajuste.

Comentários

a) correto. Os Tribunais de Contas, órgãos auxiliares no exercício do controle externo, possuem competência para a fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil sob o aspecto da legalidade, economicidade, legitimidade, etc. Além disso, podem sustar os atos administrativos que impliquem no uso de recursos públicos, devendo fazer a comunicação ao Poder Legislativo.

b) incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam diretamente os contratos. Sustam apenas os atos administrativos. Em relação aos contratos, depois de verificada a irregularidade, o Tribunal de Contas concede um prazo para a regularização. Caso não seja resolvido, comunicará ao Poder Legislativo sobre tal situação, conforme dispositivos abaixo:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***
> *X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Haverá o controle judicial dos atos administrativos tão somente sob o aspecto da legalidade. Além disso, Os Tribunais de Contas possuem competências para julgar e executar suas decisões.

d)incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam diretamente os contratos administrativos, cabendo ao Poder Legislativo tal competência.

e) incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam os contratos, tal competência pertence ao Poder Legislativo.

Gabarito: Letra A.

---

16. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/Procurador

Assinale a alternativa incorreta:
a) As decisões administrativas do Tribunal de Contas que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

b) O Tribunal de Contas do Estado deve ter livre acesso às operações financeiras realizadas pelas entidades de direito privado da Administração Indireta submetidas ao seu controle financeiro, porquanto são operacionalizadas mediante o emprego de recursos de origem pública, não podendo haver oposição com base no sigilo constitucional de dados.
c) Os responsáveis pelo controle interno de um Município, ao tomarem ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
d) O Tribunal de Contas em tomada de contas especial pode decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de particulares, uma vez que tal medida é feita com base na supremacia do interesse público sobre o privado na fiscalização do interesse financeiro do Erário.

Comentários

a) correto. As decisões dos Tribunais de Contas que imputem débitos ou multa terão eficácia de título executivo, nos termos do §3º do art. 71 da CF/88, *in verbis*:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***§ 3º As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo. (grifos não constantes do original)***

b) correto. O tema foi objeto de julgado pelo STJ em Mandando de Segurança nº 33.340(816), conforme a seguir:

> *EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE LEGISLATIVO FINANCEIRO. CONTROLE EXTERNO. REQUISICAO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO DE INFORMACOES ALUSIVAS A OPERACOES FINANCEIRAS REALIZADAS PELAS IMPETRANTES. RECUSA INJUSTIFICADA. DADOS NAO ACOBERTADOS PELO SIGILO BANCARIO E EMPRESARIAL.*
> ***(...)***
> ***4. Operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo bancário a que alude a Lei Complementar nº 105/2001, visto que as operações dessa espécie estão submetidas aos princípios da administração pública insculpidos no art. 37 da Constituição Federal. Em tais situações, é prerrogativa constitucional do Tribunal [TCU] o acesso a informações relacionadas a operações financiadas com recursos públicos.***
> ***(...)***
> *7.* ***O Tribunal de Contas da União não está autorizado a, manu militari, decretar a quebra de sigilo bancário e empresarial de terceiros, medida cautelar condicionada à prévia anuência do Poder Judiciário, ou, em situações pontuais, do Poder Legislativo.*** *Precedente: MS 22.801, Tribunal Pleno, Rel. Min. Menezes Direito, DJe 14.3.2008.* ***(grifos não constantes do original)***

c)correto. O dever funcional dos responsáveis pelo Controle Interno é de responsabilidade solidária, nos termos do §1º, art. 74 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *(...)*
> *§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União,* ***sob pena de responsabilidade solidária. (grifos não constantes do original)***

d)incorreto. O Tribunal de Contas não está autorizado a decretar a quebra do sigilo bancário e empresarial de terceiros, uma vez que tal competência pertence ao Poder Judiciário, como se pode ver no comentário da alternativa "B".

Gabarito: Letra D.

---

17. 2016/IOBV/PREFEITURA DE CHAPECÓ-SC/

Os Tribunais de Contas possuem competência constitucional para, a exceção:
a) julgar as contas de quaisquer administradores, enquanto ordenadores de despesas de recursos públicos.
b) julgar as contas do Poder Legislativo.
c) julgar as contas do chefe do poder executivo.
d) julgar as contas do Poder Judiciário.

Comentários

O regramento constitucional relativo a fiscalização orçamentária e financeira funciona da seguinte forma:

a) Os Tribunais de Contas apreciam as contas do Presidente da República, Governadores e Prefeitos Municipais: emitem parecer prévio e encaminham para estes serem julgados pelo Poder Legislativo de cada ente;

b) Os Tribunais de Contas julgam as contas dos demais administradores (Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública, etc).

Dessa forma, os Tribunais de Contas não julgam as contas dos Chefes do Poder Executivo, apenas emitem Parecer Prévio. Com base neste, o Poder Legislativo de cada ente irá fazer o julgamento.

Tais disposições constam nos artigos seguintes extraídos da CF/88:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;***
> *II -* ***julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta****, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;*
> *(...)*
> ***Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem***

> ***como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.*** *(grifos não constantes do original)*

Dessa forma, a única alternativa incorreta é a constante na letra "C", uma vez que os Tribunais de Contas não julgam as contas dos Chefes do Poder Executivo, apenas emitem Parecer Prévio.

Gabarito: Letra C.

---

18. 2016/TRF-4ª REGIÃO/TRF-4ª REGIÃO/Juiz

Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.
I. Ofende os princípios da antiguidade e da proporcionalidade a vedação de que, antes de completado período mínimo de três anos, servidor federal dispute remoção para localidades que serão oferecidas a novos concursados.
II. O Tribunal de Contas da União não dispõe, constitucionalmente, de poder para rever decisão judicial transitada em julgado, nem para determinar a suspensão de benefícios garantidos por sentença transitada em julgado, ainda que o direito reconhecido pelo Poder Judiciário não tenha o beneplácito da jurisprudência prevalente no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
III. O prazo decadencial para que a Administração anule ou revogue os próprios atos, previsto na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não se consuma no período compreendido entre a concessão de aposentadoria ou pensão e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas da União.
a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
d) Estão corretas todas as assertivas.
e) Nenhuma assertiva está correta.

Comentários

I)correto. O tema foi objeto de debates no STF, conforme a decisão em Recurso Extraordinário a seguir:

> *Supremo Tribunal Federal STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO : ARE 5037017-51.2015.4.04.7100 RS - RIO GRANDE DO SUL 5037017-51.2015.4.04.7100*
> *Decisão: Vistos. Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado: "ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. CONCURSO DE REMOÇÃO. EXIGÊNCIA MÍNIMA DE TRÊS ANOS DE EXERCÍCIO PARA PARTICIPAÇÃO. PREFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS APROVADOS NO CERTAME PARA PROVIMENTO INICIAL DE CARGOS. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. RAZOABILIDADE. 1. Ainda que o artigo 28 da Lei 11.415/06 disponha que 'o servidor cuja lotação for determinada em provimento inicial de cargo da carreira deverá permanecer na unidade administrativa ou ramo em que foi lotado pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, só podendo ser removido nesse período no interesse da administração', a interpretação a lhe ser emprestada deve levar em conta o princípio da proporcionalidade, notadamente no que tange à proporcionalidade estrita (razoabilidade). 2.* ***Aquele que possui expectativa de ingresso nos quadros públicos funcionais da instituição como servidor não pode preterir aquele que já é servidor do quadro e, portanto, com maior tempo de permanência neste, revelando-se como critério de preferência na escolha, em favor deste, sua antiguidade, não sendo possível alcançar-se àquele a prioridade na escolha de vaga criada por lei ou deixada por outro***

servidor em cidades mais visadas. 3. Possibilitar ao servidor mais antigo, mas que ainda não tenha completado três anos no cargo, a relotação nas vagas remanescentes, além de privilegiar o critério da antiguidade, não fere o interesse público - ao contrário, atende-o em igual ou até mesmo em maior medida, uma vez que a vaga não deixará de ser preenchida. (grifos não constantes do original)

II- correto. O tema foi objeto de debate no MS nº 28150 - DF a seguir exposto:

EMENTA: DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. INTEGRAL OPONIBILIDADE DESSE ATO ESTATAL AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. CONSEQÜENTE IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO, NA VIA ADMINISTRATIVA, DA AUTORIDADE DA COISA JULGADA. EXISTÊNCIA, AINDA, NO CASO, DE OUTRO FUNDAMENTO CONSTITUCIONALMENTE RELEVANTE: O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. A BOA-FÉ E A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA COMO PROJEÇÕES ESPECÍFICAS DO POSTULADO DA SEGURANÇA JURÍDICA. MAGISTÉRIO DA DOUTRINA. SITUAÇÃO DE FATO ' JÁ CONSOLIDADA NO PASSADO ' QUE DEVE SER MANTIDA EM RESPEITO À BOA-FÉ E À CONFIANÇA DO ADMINISTRADO, INCLUSIVE DO SERVIDOR PÚBLICO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO, EM TAL CONTEXTO, DAS SITUAÇÕES CONSTITUÍDAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES. DELIBERAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE IMPLICA SUPRESSÃO DE PARCELA DOS PROVENTOS DO SERVIDOR PÚBLICO. CARÁTER ESSENCIALMENTE ALIMENTAR DO ESTIPÊNDIO FUNCIONAL. PRECEDENTES. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. - ***O Tribunal de Contas da União não dispõe, constitucionalmente, de poder para rever decisão judicial transitada em julgado (RTJ 193/556-557) nem para determinar a suspensão de benefícios garantidos por sentença revestida da autoridade da coisa julgada (RTJ 194/594), ainda que o direito reconhecido pelo Poder Judiciário não tenha o beneplácito da jurisprudência prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, pois a 'res judicata' em matéria civil só pode ser legitimamente desconstituída mediante ação rescisória. (grifos não constantes do original)***

III-correto. O tema foi objeto de debates no Mandado de Segurança nº 24.781 no STF, conforme a seguir:

Negativa de registro de aposentadoria julgada ilegal pelo TCU. Decisão proferida após mais de 5 (cinco) anos da chegada do processo administrativo ao TCU e após mais de 10 (dez) anos da concessão da aposentadoria pelo órgão de origem. Princípio da segurança jurídica (confiança legítima). Garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Exigência. 5. Concessão parcial da segurança. I — ***Nos termos dos precedentes firmados pelo Plenário desta Corte, não se opera a decadência prevista no art. 54 da Lei 9.784/1999 no período compreendido entre o ato administrativo concessivo de aposentadoria ou pensão e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas da União — que consubstancia o exercício da competência constitucional de controle externo (art. 71, III, CF/1988)****. II — A recente jurisprudência consolidada do STF passou a se manifestar no sentido de exigir que o TCU assegure a ampla defesa e o contraditório nos casos em que o controle externo de legalidade exercido pela Corte de Contas, para registro de aposentadorias e pensões, ultrapassar o prazo de cinco anos, sob pena de ofensa ao princípio da confiança — face subjetiva do princípio da segurança jurídica. Precedentes. III — Nesses casos, conforme o entendimento fixado no presente julgado, o prazo de 5 (cinco) anos deve ser contado a partir da data de chegada ao TCU do processo administrativo de aposentadoria ou pensão encaminhado pelo órgão de origem para julgamento da legalidade do ato concessivo de aposentadoria ou pensão e posterior registro pela Corte de Contas. IV — Concessão parcial da segurança para anular o acórdão impugnado e determinar ao TCU que assegure ao impetrante o direito ao contraditório e à ampla defesa no processo administrativo de julgamento da legalidade e registro de sua aposentadoria, assim como para determinar a não devolução das quantias já recebidas. V — Vencidas (i) a tese que concedia integralmente a segurança (por reconhecer a decadência) e (ii) a tese que concedia parcialmente a segurança apenas para dispensar a devolução das importâncias pretéritas recebidas, na forma do que dispõe a Súmula 106 do TCU.*

*[**MS 24.781**, rel. min. **Ellen Gracie**, red. p/ o ac. min. **Gilmar Mendes**, P, j. 2-3-2011,* DJE *110 de 9-6-2011.]**(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra D.

---

19. 2016/FAURGS/TJ-RS/Juiz de Direito

Acerca do controle externo e interno da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) O controle externo dos Municípios onde não houver Tribunal de Contas ou Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios será exercido pelo respectivo Tribunal de Contas do Estado de cujas decisões cabe recurso à Câmara Municipal.

b) As agências reguladoras integram o sistema de controle externo da administração pública direta e indireta como auxiliares do Tribunal de Contas.

c) A Constituição Estadual, em função da autonomia dos Estados-membros, fixará o número de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

d) O Tribunal de Contas, como auxiliar do controle externo, a cargo do Poder Legislativo e dele integrante, será organizado segundo o modelo constitucional das corporações legislativas respectivas.

e) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, com a finalidade de, entre outras, apoiar o controle externo no exercício da sua missão institucional.

Comentários

a) incorreto. O controle externo dos Municípios cabe à Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios, onde houver. O Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

> *Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*
> *1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.*
> *§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.*
> *§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.*
> *§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.*

Não existe recurso enviado para a Câmara Municipal. O que existe é que o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas é encaminhado para julgamento pela Câmara Municipal, podendo deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos seus membros.

b) incorreto. As agências reguladoras são pessoas jurídicas pertencentes a Administração Indireta. Assim como todos os órgãos, possuem seus sistemas de controle interno, que apoiarão o controle

externo no exercício de sua missão institucional, como se depreende do inciso IV e §1º do art. 74 da CF/88, *in verbis*:

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *(...)*
> ***IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.***
> ***§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. O número de Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais é fixado pela CF/88, nos termos seguintes:

> *Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.*
> *Parágrafo único.* ***As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros. (grifos não constantes do original)***

Dessa forma, a CF limita em 7 Conselheiros.

d)incorreto. O Tribunal de Contas auxilia o Legislativo no controle externo. Porém, as Cortes de Contas não são órgãos integrantes do Legislativo, sendo órgãos independentes.

e) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso IV do art. 74 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *(...)*
> ***IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.***
> ***§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra E.

---

20. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE SERTÃOZINHO-SP/Procurador

Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público é competência constitucionalmente atribuída ao

a) Poder Judiciário de âmbito Estadual, aos juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado.

b) Poder Judiciário de âmbito Federal, aos juízes vinculados ao Tribunal Regional Federal daquela Região.

c) Tribunal de Contas que atue no âmbito daquele ente federativo.

d) sistema de controle interno de cada Poder.

e) controle externo a cargo do Poder Legislativo, que será exercido com o auxílio do Ministério Público.

Comentários

A questão trata de uma das competências constitucionais dos Tribunais de Contas constante no inciso II do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *II - **julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;***
> *(**...**)*
> *Art. 75. **As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.***
> *Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros. **(grifos não constantes do original)***

Dessa forma, o gabarito é a letra "c", uma vez que, embora o dispositivo trate das competências do TCU, as Cortes de Contas Estaduais seguem essas mesmas regras (caput art. 75 da CF).

Gabarito: Letra C.

---

21. 2016/CESPE/TJ-AM/Juiz de Direito

Acerca do controle da administração pública, assinale a opção correta:

a) Não cabe mandado de segurança contra ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de concessionária de serviço público.

b) É exemplo de controle constitucional interno a determinação de que as contas dos municípios fiquem à disposição dos contribuintes, para exame e apreciação, durante sessenta dias a cada ano, podendo o contribuinte questionar-lhes a legitimidade.

c) A CF não prevê expressamente que o Poder Legislativo possa fiscalizar e controlar diretamente os atos da administração indireta.

d) A recusa da administração em corrigir dados incorretos, por solicitação da pessoa interessada, natural ou jurídica, é condição de procedibilidade para o ajuizamento de habeas data.

e) Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Comentários

a) correto. Tal determinação consta no §2º do art. 1º da Lei 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança), nos seguintes termos:

> *Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por* ***habeas corpus*** *ou* ***habeas data****, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*
> *(...)*
> *§ 2º* ***Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. A fiscalização dos atos de gestão pelos cidadãos caracteriza exercício do controle externo, exercido por meio de ação popular, por exemplo.

c) incorreto. A CF prevê a fiscalização dos órgãos da administração direta de forma exclusiva pelo Congresso Nacional, nos termos do inciso X, art. 49, *in verbis:*

> *Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*
> *(...)*
> ***X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;(grifos não constantes do original)***

d)correto. Para Hely Lopes Meirelles (p. 862, 2016),

> *Habeas data é o meio constitucional posto à disposição de pessoa física ou jurídica para lhe assegurar o conhecimento de registros concernentes ao postulante e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, ou para retificação de seus dados pessoais (CF, art. 52 , LXXII, "a" e "b").*

Tal previsão também consta no enunciado da súmula do STJ nº 2 nos termos seguintes: **"NÃO CABE O HABEAS DATA (CF, ART. 5., LXXII, LETRA "A") SE NÃO HOUVE RECUSA DE INFORMAÇÕES POR PARTE DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA".**

A banca inicialmente tinha considerado como incorreto, mas após as análises dos recursos mudou o gabarito para correto, ocasionando na anulação da questão, uma vez que a alternativa "A" também está correta.

e) incorreto. Apenas os cidadãos são competentes para ajuizar a ação popular, nos termos do inciso LXXIII do art. 5° da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
> ***(...)***
> ***LXXIII -*** *qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular* ***que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;****(grifos não constantes do original)*

Gabarito: Anulado.

22. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE ROSANA-SP/

O controle externo da Administração Pública do Município de Rosana, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao qual compete:
a) julgar as contas do Prefeito Municipal, dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta municipal.
b) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, para a Municipalidade de Rosana.
c) constatada ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas no âmbito Municipal, aplicar as sanções previstas em lei, entre elas, a multa proporcional ao dano causado ao erário e a inelegibilidade pelo prazo de quatro (4) a oito (8) anos.
d) assinar prazo para que a Municipalidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, sustando, se não atendido, os atos ou contratos eivados de ilegalidade.
e) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Comentários

a) incorreto. Não cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas do Prefeito Municipal, mas tão somente emitir Parecer Prévio. O julgamento das contas neste caso é de incumbência da Câmara Municipal. Já as contas dos demais administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos municipais é de competência do Tribunal de Contas. Tais regras constam nos incisos I e II do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;***
> *II -* ***julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;*** ***(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Não cabe aos Tribunais de Contas Estaduais fiscalizar os recursos oriundos de convênios da União. Tal competência é do TCU, nos termos do inciso IV do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do* ***Tribunal de Contas da União, ao qual compete:***
> *(...)*
> *VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;****(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. A inelegibilidade ocorrerá pelo período de 05 a 08 anos nos atos que causem prejuízo ao erário, conforme inciso VIII do art. 71 da CF/88 c/c inciso II do art. 12 da Lei 8.429/92, *in verbis:*

> *CRFB/88*
> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *VIII - **aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário; (grifos não constantes do original)***
>
> *Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429/92)*
> *Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).*
> *(...)*
> *II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, **suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos,** pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; **(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Os Tribunais de Contas não sustam diretamente os contratos. Sustam apenas os atos administrativos. Em relação aos contratos, depois de verificada a irregularidade, o Tribunal de Contas concede um prazo para a regularização. Caso não seja resolvido, comunicará ao Poder Legislativo sobre tal situação, conforme dispositivos abaixo:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***
> *X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;*
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)***

e) correto. A assertiva está em consonância com o disposto no inciso III do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> *III - **apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra E.

23. 2016/UECE-CEV/DER-CE/Procurador

Assinale a opção que apresenta uma espécie de controle da Administração Pública.
a) Tribunal de Contas.
b) Corregedoria.
c) Congresso Nacional.
d) Assembleia Legislativa.

Comentários

A questão quer saber qual dentre as opções exerce a atividade de controle interno.

Dentre as quatro alternativas, três delas exercem a atividade de controle externo sobre o Poder Executivo, com exceção das Corregedorias, que também podem ser vinculadas ao Executivo.

Para Hely Lopes Meirelles (p.802, 2016),

> *O controle administrativo deriva do poder-dever de autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes. Esse controle é normalmente exercido pelos órgãos superiores sobre os inferiores(controle hierárquico próprio das chefias e corregedorias), com auxílio de órgãos incumbidos do julgamento de recursos (controle hierárquico impróprio) ou, ainda, de órgãos especializados em determinadas verificações (controle técnico de auditorias etc.), mas integrantes da mesma Administração, pelo quê se caracteriza como controle interno, pois que o externo é sempre atribuído a órgão estranho ao Executivo. (grifos não constantes do original)*

Gabarito: Letra B.

24. 2016/FAU/PREFEITURA DE CHOPINZINHO-PR/Procurador

O controle administrativo pode ser entendido como uma a faculdade de vigilância, orientação e correção que um Poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro. No que concerne ao tema em epígrafe, é CORRETO afirmar que:
a) De acordo com a Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de ser reconhecida sua responsabilidade subsidiária.
b) O controle de legalidade e legitimidade somente verifica a compatibilidade entre o ato e o disposto na norma legal positivada, sem contudo apreciar os aspectos relativos à observância obrigatória dos princípios administrativo.
c) Os atos administrativos podem ser anulados e revogados mediante o exercício do controle judicial.
d) O controle externo ocorre quando um Poder exerce controle sobre os atos administrativos praticados por outro Poder, podendo citar como exemplo a apreciação das contas do Executivo e do Judiciário pelo Legislativo.
e) O controle que as chefias exercem nos atos de seus subordinados dentro de um órgão público é considerado um controle externo.

Comentários

a) incorreto. A responsabilidade dos dirigentes do Controle Interno será solidária, nos termos do 1º do art. 74 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *(...)*
> ***§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (grifos não constantes do original)***

b) incorreto. O controle da legalidade e legitimidade também analisa outros aspectos, inclusive dos princípios administrativos. Para Hely Lopes Meirelles (p. 799, 2016),

> ***Controle de legalidade ou legitimidade*** *- É o que objetiva verificar unicamente a conformação do ato ou do procedimento administrativo com as normas legais que o regem.* ***Mas por legalidade ou legitimidade deve-se entender não só o atendimento de normas legisladas como, também, dos preceitos da Administração pertinentes ao ato controlado.*** *Assim, para fins deste controle, consideram-se normas legais desde as disposições constitucionais aplicáveis até as instruções normativas do órgão emissor do ato ou os editais compatíveis com as leis e regulamentos superiores.* ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. Os atos judiciais não podem revogar os atos administrativos, podendo apenas anulá-los.

d)correto. O conceito de Controle Externo se caracteriza quando um Poder exerce fiscalização sobre os atos de outro Poder ou, então, quando o que faz a fiscalização não pertence à estrutura organizacional do fiscalizado.

e) incorreto. O caso em análise se caracteriza como exercício do controle interno, pois o que fiscaliza e aquele que é fiscalizado pertencem à mesma estrutura organizacional (mesmo Poder).

Gabarito: Letra D.

---

25. 2016/VUNESP/PREFEITURA DE VÁRZEA PAULISTA-

No que concerne ao controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que o Brasil adota o Sistema

a) do Contencioso Administrativo, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

b) do Contencioso Administrativo, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

c) Misto (Contencioso Administrativo e Unidade de Jurisdição), podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

d) da Unidade de Jurisdição, podendo ser preventivo ou corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.
e) da Unidade de Jurisdição, podendo ser unicamente corretivo e decorrente de ações constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

Comentários

O sistema jurídico nacional adotou o sistema de jurisdição única, pelo qual a coisa julgada somente ocorrerá mediante controle judicial dos atos. Dessa forma, no âmbito administrativo, mesmo que as demandas sejam julgadas por todas as instâncias no âmbito administrativo, ainda assim serão possíveis os debates no âmbito judicial.

O controle judicial dos atos pode ser corretivo ou preventivo. Tais controles são exercidos por intermédio das ações constitucionais.

Dessa forma, o gabarito é a letra "D". Os demais itens estão incorretos.

Gabarito: Letra D.

---

26. 2016/MPE-RS/MPE-RS/Promotor de Justiça

Em relação ao controle e fiscalização da administração municipal, assinale a alternativa correta.
a) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
b) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal, na forma da lei.
c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
d) Na apreciação das contas de gestão do Prefeito Municipal é vedada a imposição de multa ou a determinação de ressarcimento ao erário, o que dependerá de sentença judicial transitada em julgado.
e) Ao flagrar falhas relacionadas a ato de admissão de pessoal no âmbito do Município, o Tribunal de Contas exonerará imediatamente o servidor indevidamente nomeado.

Comentários

a) correto. Nos termos do §4º do art. 31 da CF/88, "é vedado a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais". Porém, por meio de ADI, o STF veio esclarecer que a proibição recai nos casos em que os municípios estejam pleiteando a criação de seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos municipais de contas, nos termos seguintes:

A Constituição da República impede que os Municípios criem os seus próprios tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais (CF, art. 31, § 4º), mas permite que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação,

> *instituam órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios (*RTJ *135/457, rel. min. Octavio Gallotti – ADI 445/DF, rel. min. Néri da Silveira), incumbido de auxiliar as câmaras municipais no exercício de seu poder de controle externo (CF, art. 31, § 1º). Esses conselhos ou tribunais de contas dos Municípios – embora qualificados como órgãos estaduais (CF, art. 31, § 1º) – atuam, onde tenham sido instituídos, como órgãos auxiliares e de cooperação técnica das câmaras de vereadores. A prestação de contas desses tribunais de contas dos Municípios, que são órgãos estaduais (CF, art. 31, § 1º), há de se fazer, por isso mesmo, perante o tribunal de contas do próprio Estado, e não perante a assembleia legislativa do Estado-membro. Prevalência, na espécie, da competência genérica do tribunal de contas do Estado (CF, art. 71, II, c/c art. 75).[**ADI 687**, rel. min. Celso de Mello, j. 2-2-1995, P,* DJ *de 10-2-2006.] (grifos não constantes do original)*

Diferentemente é o caso de serem criados Tribunais, Conselhos ou órgãos municipais de contas, sob a competência estadual.

Atualmente, existem os Tribunais de Contas dos Municípios de Goiás, do Pará e da Bahia. Embora sejam para fiscalizar as contas dos gestores públicos municipais, esses órgãos são estaduais. Por fim, a nível municipal temos dois Tribunais de Contas: o do município de São Paulo e o do município do Rio de Janeiro. Estas duas situações hoje não são permitidas pela CF/88.

b) incorreto. O enunciado errou ao mencionar que a fiscalização do Município poderá ser exercida pelo controle interno da Câmara Municipal, quando o correto é controle interno do Executivo Municipal, nos termos seguintes:

> *Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.*

c)incorreto. O Parecer Prévio emitido pelos Tribunais de Contas na análise das contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal poderá deixar de prevalecer pelo voto de dois terços dos Membros da Câmara Municipal, nos termos do § 2º do art. 31 da CF/88, *in verbis: "*O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

d)incorreto. O Tribunal de Contas pode aplicar multa aos gestores e também decidir pelo ressarcimento ao erário, nos termos do inciso VIII do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***(...)***
> *VIII - **aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário; (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. O Tribunal de Contas apenas aprecia os atos de legalidade na admissão de pessoal, nos termos do inciso III do art. 71 da CF/88, in verbis:

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***(...)***
> *III - **apreciar,** para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder*

> *Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;* ***(grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

27. 2015/CESPE/DPE-RN/Defensor Público

Tendo em vista que, relativamente aos mecanismos de controle da administração pública, a própria CF dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, integradamente, sistemas de controle interno em suas respectivas esferas, assinale a opção que apresenta exemplo de meio de controle interno da administração pública.

a) Fiscalização realizada por órgão de controladoria da União sobre a execução de determinado programa de governo no âmbito da administração pública federal.

b) Controle do Poder Judiciário sobre os atos do Poder Executivo em ações judiciais.

c) Sustação, pelo Congresso Nacional, de atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

d) Julgamento das contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta realizado pelos TCs.

e) Ação popular proposta por cidadão visando à anulação de determinado ato praticado pelo Poder Executivo municipal, considerado lesivo ao patrimônio público.

Comentários

a) correto. A Controladoria Geral da União é órgão integrante da Administração Direta do Poder Executivo Federal com incumbência de exercer a atividade de controle interno no Poder Executivo Federal.

b) incorreto. Trata-se do Poder Judiciário exercendo controle externo dos atos do Poder Executivo.

c)incorreto. A sustação pelo Congresso Nacional de atos do Poder Executivo é característica de controle externo, pois um Poder está fazendo controle sobre o outro.

d)incorreto. Julgamento das contas de administradores públicos pelos Tribunais de Contas caracteriza exercício de controle externo, pois um Poder está fazendo controle sobre o outro.

e) incorreto. A ação popular proposta por cidadão contra ato lesivo do patrimônio público é um controle social, não caracterizado como controle interno.

Gabarito: Letra A.

---

28. 2015/ESAF/PGFN/Procurador da Fazenda Nacional

O Prefeito do Município X decidiu construir, defronte à sede da Prefeitura, um monumento em homenagem a seu avô, fundador da universidade local. A obra teria 20 metros e seria esculpida em mármore e aço. A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais ajuizou ação civil pública para impedir a construção do monumento, sob a alegação de que os recursos envolvidos na aludida homenagem seriam suficientes para a reforma e adaptação de acessibilidade das escolas municipais, de forma a proporcionar o pleno acesso de pessoas com

deficiência. Os procuradores do município argumentaram que a construção do monumento visa a preservar a memória da cidade, bem como que a alocação de recursos seria ato discricionário do Prefeito. Diante do relatado e com base na jurisprudência atual sobre o controle jurisdicional da administração pública, assinale a opção correta.
a) O ato do Prefeito, embora discricionário, é passível de controle pelo Poder Judiciário, a fim de que este avalie a conformidade desse ato com os mandamentos constitucionais.
b) O Poder Judiciário, se entender pela violação a princípio da administração pública, poderá revogar o ato administrativo expedido pelo Prefeito.
c) O ato discricionário não é sindicável pelo Poder Judiciário.
d) Neste caso, o Poder Judiciário poderá decidir pela alteração do projeto e do material a ser utilizado no monumento, de forma a diminuir os custos da obra.
e) A associação de pais de crianças portadoras de necessidades especiais não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública.

Comentários

a) correto. Os atos discricionários podem ser objeto de análise pelo Poder Judiciário sob o aspecto da legalidade, uma vez que os atos administrativos possuem elementos vinculados como a competência, forma e finalidade.

b) incorreto. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo, ou seja, não entra na análise da oportunidade e conveniência (motivo e objeto) do ato administrativo, atuando apenas sob o aspecto da legalidade em relação aos elementos competência, forma e finalidade.

c)incorreto. O ato discricionário pode ser objeto de análise do Poder Judiciário sob o aspecto da legalidade nos elementos vinculados do ato administrativo: competência, forma e finalidade.

d)incorreto. O Poder Judiciário não pode adentrar no mérito do ato administrativo, ou seja, não pode decidir por mudar o motivo e objeto do ato administrativo (conveniência e oportunidade). Cabe apenas o controle sob o aspecto da legalidade em relação aos elementos da competência, forma e finalidade.

e) incorreto. A associação de pais possui competência para interpor ação civil Pública, nos termos do art. 5°, inciso V, alínea "a" da Lei 7347/1985(Lei da Ação Civil Pública), *in verbis:*

> *Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:*
> *(...)*
> ***V - a associação que, concomitantemente:***
> ***a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra A.

---

29. 2015/TRT-16ª REGIÃO/TRT-16ª REGIÃO (MA)/Juiz

Considerando as afirmações abaixo, assinale a alternativa CORRETA:
I. Como regra, no tocante ao exercício da competência discricionária, a revisão dos atos administrativos pelo Poder Judiciário está adstrita a seus elementos vinculados. Havendo litígio

sobre a correta subsunção do caso concreto a um suposto conceito jurídico indeterminado, caberá ao Judiciário tão somente conferir se a Administração se manteve no espectro significativo de sua aplicação.
II. O âmbito do controle judicial dos atos administrativos, antigamente reconduzido à verificação de legalidade desses atos, executável, predominantemente, por meio do método silogístico, usado em função da estrutura da regra jurídica, amplia-se para o controle da constitucionalidade dos atos administrativos, que se operacionaliza também por intermédio de outros métodos impostos pela adoção da fonte atualmente hegemônica do Direito – os princípios, estruturalmente distintos das regras. Cabe ao Poder Judiciário, além da aferição da legalidade dos atos administrativos – de sua conformidade com as regras jurídicas -, o controle de juridicidade, isto é, a verificação de sua compatibilidade com os demais princípios da Administração Pública que se encontram positivados na Lei Fundamental.
III. Em razão da necessidade de se prestigiar a segurança jurídica, a anulação do ato administrativo opera, em regra, sob efeitos ex nunc.
IV. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que, em regra, não compete ao Poder Judiciário apreciar critérios de formulação e correção de provas de concursos. Com efeito, em respeito ao princípio da separação de poderes consagrado na Constituição Federal, é da banca examinadora desses certames a responsabilidade pelo seu exame.
a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
b) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
c) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
d) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

Comentários

I-correto. O controle judicial pode atuar tanto nos atos vinculados quanto nos atos discricionários. Em relação aos atos discricionários, o Poder Judiciário sob a ótica da legalidade e legitimidade poderá analisar as questões que envolvam os elementos da competência, forma e finalidade, uma vez que estes elementos vinculantes devem estar em todos os atos administrativos. Já os elementos motivo e objeto estão no campo do mérito administrativo, não podendo ter a interferência do judiciário.

II- Correto. O controle da legalidade e legitimidade também analisa outros aspectos, inclusive dos princípios administrativos. Para Hely Lopes Meirelles (p. 799, 2016),

> ***Controle de legalidade ou legitimidade*** *- É o que objetiva verificar unicamente a conformação do ato ou do procedimento administrativo com as normas legais que o regem.* ***Mas por legalidade ou legitimidade deve-se entender não só o atendimento de normas legisladas como, também, dos preceitos da Administração pertinentes ao ato controlado.*** *Assim, para fins deste controle, consideram-se normas legais desde as disposições constitucionais aplicáveis até as instruções normativas do órgão emissor do ato ou os editais compatíveis com as leis e regulamentos superiores.* ***(grifos não constantes do original)***

III-incorreto. A anulação de ato administrativo opera sob o efeito *ex tunc*, retroagindo os efeitos da anulação à data da ocorrência do fato jurídico.

IV-correto. O tema foi objeto de análise pelo STF em Repercussão Geral, cuja decisão consta no Informativo STF 782 a seguir mencionado:

> Informativo STF 782
> Questões de concurso público e controle jurisdicional
> Os critérios adotados por banca examinadora de concurso público não podem ser revistos pelo Poder Judiciário. Essa a conclusão do Plenário que, por maioria, proveu recurso extraordinário em que discutida a possibilidade de realização de controle jurisdicional sobre o ato administrativo que corrige questões de concurso público. No caso, candidatas de concurso para provimento de cargo do Executivo estadual pretendiam fosse declarada a nulidade de dez questões do certame, ao fundamento de que não teria havido resposta ao indeferimento de recursos administrativos. Ademais, defendiam que as questões impugnadas possuiriam mais de uma assertiva correta, uma vez que o gabarito divulgado contrariaria leis federais, conceitos oficiais, manuais técnicos e a própria doutrina recomendada pelo edital do concurso. O Colegiado afirmou ser antiga a jurisprudência do STF no sentido de não competir ao Poder Judiciário substituir a banca examinadora para reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados, salvo ocorrência de ilegalidade e inconstitucionalidade. Nesse sentido, seria exigível apenas que a banca examinadora desse tratamento igual a todos os candidatos, ou seja, que aplicasse a eles, indistintamente, a mesma orientação. Na espécie, o acórdão recorrido divergira desse entendimento ao entrar no mérito do ato administrativo e substituir a banca examinadora para renovar a correção de questões de concurso público, a violar o princípio da separação de Poderes e a reserva de Administração. Desse modo, estaria em desacordo com orientação no sentido da admissibilidade de controle jurisdicional de concurso público quando não se cuidasse de aferir a correção dos critérios da banca examinadora, a formulação das questões ou a avaliação das respostas, mas apenas de verificar se as questões formuladas estariam no programa do certame, dado que o edital seria a lei do concurso. Vencido o Ministro Marco Aurélio, que, preliminarmente, não conhecia do recurso, por falta de prequestionamento e, no mérito, o desprovia, por entender que a banca examinadora entrara em contradição ao adotar certa linha doutrinária no edital, mas não o fazê-lo quanto à solução das questões impugnadas.RE 632853/CE, rel. Min. Gilmar Mendes, 23.4.2015. (RE-632853) (grifos não constantes do original)

Gabarito: Letra B.

---

30. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito

A respeito de atos administrativos e institutos correlatos, assinale a opção correta à luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores.

a) **Situação hipotética:** Durante a fase de avaliação psicológica de um concurso público, determinado candidato foi considerado inapto sem que lhe fosse apresentada uma justificativa e, sentindo-se injustiçado, ele ajuizou ação contra a decisão que o reprovou. **Assertiva:** Nessa situação, o magistrado deverá reconhecer a legitimidade do ato da administração pública porque, segundo a jurisprudência do STF, a avaliação psicológica pode estar pautada em critérios subjetivos que não precisam constar de laudo motivado.

b) Em uma ação judicial, caso considere legítimo ato da administração pública que tenha anulado a revogação de outro ato administrativo, o juiz deverá reconhecer que a anulação do ato administrativo de revogação produz efeitos ex tunc.
c) Embora o ato administrativo complexo dependa, para a sua formação, da conjugação de vontades de mais de um órgão da administração pública, sua revogação ocorre mediante a vontade de apenas um dos órgãos envolvidos.
d) **Situação hipotética:** A administração pública promoveu, em ato próprio, servidor público estadual na carreira. Após um ano, a própria administração reviu a decisão, reconhecendo a ilegalidade do ato e determinando a restituição dos valores indevidamente recebidos. O servidor, por sua vez, ajuizou ação para evitar a devolução das quantias recebidas, de boa-fé, por ele. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá reconhecer a legitimidade do ato praticado pela administração pública, que pode rever seus atos quando eivados de ilegalidade e tem o direito de reaver os valores pagos ao servidor em decorrência da promoção.
e) **Situação hipotética:** Em um estado da Federação, alguns indivíduos, sem vínculo com a administração pública, foram nomeados pelo governador para o exercício de funções de confiança. O MP estadual ajuizou ACP requerendo a anulação das nomeações sob o fundamento de que apenas servidores de carreira poderiam ser nomeados. **Assertiva:** Nessa situação, o juiz deverá reconhecer a regularidade da atuação da administração pública, já que as funções de confiança não são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos.

Comentários

a) incorreta. A avaliação psicológica em concursos deve estar pautada em critérios objetivos, conforme jurisprudência do STF nos termos seguintes:

> *Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário interposto em face de acórdão assim ementado: "EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO CÍVEL. CONCURSO PÚBLICO. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. PREVISÃO LEGAL. EDITAL. CRITÉRIOS OBJETIVOS PRESENTES. 1. De acordo com a jurisprudência do c. STJ,* ***a legalidade da avaliação psicológica está condicionada à observância de três pressupostos necessários: previsão legal; cientificidade e objetividade dos critérios adotados; e possibilidade de revisão do resultado obtido pelo candidato. Nesse sentido é o enunciado da Súmula nº 20 deste e. TJDFT. 2. O teste psicológico aplicado fundou-se nos critérios de objetividade, motivação, cientificidade, recorribilidade e igualdade de condições com os demais candidatos****. 3. Constatada a legalidade do exame, tenho que ao Poder Judiciário é vedada a incursão no mérito do ato administrativo, sob pena de malferir o princípio da separação dos poderes.*
> *(...)*
> *(STF - ARE: 1114943 DF - DISTRITO FEDERAL 0060433-44.2013.8.07.0001, Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Data de Julgamento: 24/04/2018, Data de Publicação: DJe-083 30/04/2018) (****grifos não constantes do original)***

b) correto. Em regra, a anulação de atos administrativos possui efeito *ex-tunc*, ou seja, retroage ao momento da ocorrência. Já nos atos administrativos que são revogados, os efeitos ocorrem *ex nunc*, ou seja, daquele momento para frente.

c) incorreto. Se a formação do ato depende da vontade de mais de um órgão, então para a sua revogação também será necessária a vontade desses mesmos órgãos.

d) incorreto. Não ocorreu má-fé do servidor público, então não se pode penalizá-lo, sob risco de prejudicar a garantia da segurança jurídica.

e) incorreto. As funções de confiança são exercidas apenas por servidores efetivos, nos termos da jurisprudência do STF a seguir:

> *DOIS AGRAVOS REGIMENTAIS NO SEGUNDO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. FUNÇÕES GRATIFICADAS OU DE CONFIANÇA. NOMEAÇÃO DE SERVIDORES SEM VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA CORTE. AGRAVOS REGIMENTAIS NÃO PROVIDOS.* ***1. Funções públicas ou de confiança são plexos unitários de atribuições, criados por lei, correspondentes a encargos de direção, chefia ou assessoramento, a ser serem exercidas por titular de cargo efetivo, da confiança da autoridade que as preenche. Ditas limitações ao preenchimento de cargos e funções na Administração Pública visam conferir efetividade aos princípios constitucionais da moralidade, da impessoalidade e da eficiência administrativa. 2. A Constituição Federal , no inciso V do artigo 37 , preceitua as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo inconcebível que a exigência constitucional do concurso público não possa ser contornada pela criação arbitrária de cargos em comissão para o exercício de funções que não pressuponham o vínculo de confiança que explica o regime de livre nomeação e exoneração que os caracteriza, bem assim que, a título de preenchimento provisório de vaga ou substituição do titular do cargo – que deve ser de provimento efetivo, mediante concurso público -, se proceda à livre designação de servidores ou ao credenciamento de estranhos ao serviço público. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

31. 2015/CESPE/TJ-PB/Juiz de Direito - Adaptada

Acerca do controle jurisdicional dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) As ações judiciais de controle dos atos da administração pública não podem ser manejadas se a lesão a interesse particular for apenas potencial e não efetiva.

b) Caso um particular a quem a administração pública tenha negado pedido de acesso a informação de interesse coletivo impetre habeas data para pedir que a justiça lhe garanta essa informação, o juiz que receber a causa deverá admitir a ação e decidir em favor do autor.

c) Para ser admitida pelo juiz, é dispensável que a ação popular comprove a ilegalidade e a lesividade do ato administrativo que constitua seu objeto.

d) Deve ser considerada inadmissível uma ACP ajuizada por sociedade de economia mista contra ato administrativo supostamente lesivo ao meio ambiente, uma vez que essa espécie de sociedade carece de legitimidade para a propositura desse tipo de ação.

e) **Situação hipotética:** Leandro participou de concurso público em que concorreu a vaga destinada a pessoa com deficiência, mas foi eliminado por laudo pericial da administração pública que alegava ausência de deficiência. Inconformado, ele impetrou mandado de segurança contra a decisão, juntando aos autos laudo pericial particular que contradizia o laudo da administração. **Assertiva:** Nessa situação, foi adequada a impetração do mandado de segurança, e o juiz deverá designar perito para a realização de avaliação judicial definitiva.

Comentários

a) incorreto. É permitido o ingresso de ação judicial para proteger direito mesmo que não esteja efetivamente caracterizado o dano ao particular. É o que ocorre com as ações de Mandado de Segurança preventivo, visando evitar que algum abuso de alguma autoridade administrativa aconteça. É o que temos no art. 1º da Lei 12.016/2009, *in verbis:*

> *Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. **(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. Para a propositura de *Habeas Data* é necessário que a recusa de prestar informações se dê em virtude de solicitação para tratar de interesses da pessoa do impetrante, nos termos do art. 7º da Lei 9507/97, *in verbis:*

> *Art. 7° Conceder-se-á habeas data:*
> *I - **para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante,** constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;*
> *II - para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;*
> *III - para a anotação nos assentamentos do interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável. **(grifos não constantes do original)***

c)correto. O STF, no ARE 824781 com repercussão geral, fixou o entendimento de que não se pode exigir a menção na exordial nem a prova de prejuízo material aos cofres públicos na Ação Popular. Veja a ementa:

> *Direito Constitucional e Processual Civil. Ação popular. Condições da ação. Ajuizamento para combater ato lesivo à moralidade administrativa. Possibilidade. Acórdão que manteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por entender que é condição da ação popular a demonstração de concomitante lesão ao patrimônio público material. Desnecessidade. Conteúdo do art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal. Reafirmação de jurisprudência. Repercussão geral reconhecida. 1. **O entendimento sufragado no acórdão recorrido de que, para o cabimento de ação popular, é exigível a menção na exordial e a prova de prejuízo material aos cofres públicos, diverge do entendimento sufragado pelo Supremo Tribunal Federal.** 2. A decisão objurgada ofende o art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal, que tem como objetos a serem defendidos pelo cidadão, separadamente, qualquer ato lesivo ao patrimônio material público ou de entidade de que o Estado participe, ao patrimônio moral, ao cultural e ao histórico. 3. Agravo e recurso extraordinário providos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência. **(grifos não constantes do original)***

Cabe ainda dizer que apenas os cidadãos são competentes para ajuizar a ação popular, nos termos do inciso LXXIII do art. 5° da CF/88, in verbis:

> *Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*
> *(...)*
> *LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio*

> *ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência; (grifos não constantes do original)*

Assim, a CF/88 define que, salvo comprovada má-fé, o requerente ficará isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência. Então, infere-se que não existem os requisitos de admissibilidade de "comprovar a ilegalidade e a lesividade do ato administrativo que constitua seu objeto", pois se assim fosse não seria possível que ao final da lide o requerente pudesse ser penalizado por má-fé, pois caso fosse constatado algum indício, a ação não prosperaria desde a análise da admissibilidade.

d)incorreto. A sociedade de economia mista em questão possui legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública, nos termos do inciso IV do art. 5° da Lei 7347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), *in verbis:*

> *Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:*
> *(...)*
> ***IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; (grifos não constantes do original)***

e) incorreto. No Mandado de Segurança, não é permitida a produção de provas. Todas as provas devem ser apresentadas de forma documental.

Gabarito: Letra C.

---

32. 2015/NC-UFPR/PREFEITURA DE CURITIBA-PR/

Sobre o controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
a) Entre os vários instrumentos de controle administrativo da Administração Pública, são admitidos a representação, a reclamação e o mandado de segurança.
b) Os Tribunais de Contas têm por dever constitucional apreciar as contas do Poder Legislativo, emitindo parecer prévio no prazo de 60 dias a contar do seu recebimento.
c) Os Tribunais de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, está expressamente proibido de sustar a execução de atos impugnados, pois essa competência é privativa do Poder Legislativo.
d) Estão eximidas de prestar contas as entidades privadas que, mesmo sendo beneficiárias de recursos públicos, aplique-os em finalidade pública.
e) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das pessoas jurídicas de direito público interno e de suas administrações direta e indireta é feita pelo Poder Legislativo, pois, entre outras, cabe-lhe a atribuição do controle externo.

Comentários

a) incorreto. O Mandado de Segurança é uma ação judicial de natureza constitucional. Os demais são instrumentos de controle administrativo.

b) incorreto. Os Tribunais de Contas emitem Parecer Prévio sobre as contas do Chefe do Poder Executivo. Depois, esse Parecer Prévio é encaminhado ao Poder Legislativo para que sejam julgadas as contas do Chefe do Executivo. Nas contas do Poder Legislativo não é emitido Parecer Prévio, uma

vez que a competência para julgamento das contas é do próprio Tribunal de Contas. A seguir, os dispositivos constitucionais que tratam do assunto.

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento; (grifos não constantes do original)***

c)Incorreto. Os Tribunais de Contas podem sustar a execução de atos impugnados. A proibição ocorre para os contratos. A seguir, os dispositivos constitucionais que tratam do assunto.

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> *(...)*
> ***IX -** assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;*
> *X -* ***sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;***
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> ***§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito. (grifos não constantes do original)***

d)incorreto. Todos aqueles que são beneficiários de recursos públicos são obrigados a prestar contas da utilização, nos termos do parágrafo único do artigo 70 da CF/88: "Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

e) correto. O Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, exerce o controle externo da fiscalização contábil, operacional, financeira, orçamentária e patrimonial, nos termos do art. 71 da CF/88:" O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:"

Gabarito: Letra E.

---

33. 2015/FCC/TCM-RJ/Procurador

O Tribunal de Contas da União, em regular análise, constatou que um contrato firmado entre a autarquia federal responsável pelas obras rodoviárias e a empresa vencedora da concorrência realizada para duplicação de uma rodovia interestadual possuía graves e patentes incompatibilidades entres os cronogramas físico e financeiro. A autarquia prestou esclarecimentos, todos, contudo, insatisfatórios. Não encontrando outra solução além do término do contrato, o Tribunal

a) pode anular o contrato por decisão do Pleno do Tribunal e determinar ao ente público, autarquia, a ratificação da anulação e comunicação à empresa, sem prejuízo de regular apuração de responsabilidades.
b) deve determinar a anulação do contrato, por vício de legalidade, comunicando a autarquia para que o faça e, na inércia, representar ao Ministério Público para as providências judiciais para aquela finalidade, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos envolvidos.
c) deve sustar o ato eivado de vício de legalidade e comunicar a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, sem prejuízo de notificar a autarquia e a empresa envolvida.
d) pode determinar o aditamento do contrato para correção das ilegalidades apuradas, independentemente do que constou como anexo do edital da concorrência, tendo em vista que podem ser equiparadas a erro material.
e) deve representar ao Ministério Público do Tribunal de Contas para que adote as providências cabíveis para anulação judicial do contrato e responsabilização dos envolvidos.

Comentários

a) incorreto. O TCU não pode anular contrato administrativo. O papel constitucional da Corte de Contas é conceder prazo para a correção das irregularidades. Caso não seja atendido, deve comunicar ao Poder Legislativo para que promova a sustação dos contratos, nos termos do art. 71, incisos IX, XI, §1º e 2º da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***(...)***
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***
> ***(...)***
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> *§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.* ***(grifos não constantes do original)***

b) correto. O TCU pode determinar que a Autarquia promova a anulação do contrato. Sendo assim, não será a Corte de Contas que estará anulando o contrato, e sim a pessoa jurídica ou órgão responsável pela Licitação ou Contrato. A seguir, decisão do MS 26.000- SC que trata do tema:

> *MANDADO DE SEGURANÇA 26.000 SANTA CATARINA*
>
> *EMENTA Mandado de segurança. Ato do Tribunal de Contas da União. Competência prevista no art. 71, IX, da Constituição Federal. Termo de sub-rogação e rerratificação derivado de contrato de concessão anulado. Nulidade. Não configuração de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. Segurança denegada. 1.* ***De acordo com a jurisprudência do STF, "o Tribunal de Contas da União, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou"*** *(MS 23.550, redator do acórdão o Ministro Sepúlveda Pertence, Plenário, DJ de 31/10/01).* ***Assim, perfeitamente legal a atuação da Corte de Contas ao assinar prazo ao Ministério dos Transportes para garantir o exato cumprimento da lei.*** *2. Contrato de concessão anulado em decorrência de vícios insanáveis*

praticados no procedimento licitatório. Atos que não podem ser convalidados pela Administração Federal. Não pode subsistir sub-rogação se o contrato do qual derivou é inexistente. 3. Não ocorrência de violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa. A teor do art. 250, V, do RITCU, participaram do processo tanto a entidade solicitante do exame de legalidade, neste caso a ANTT, órgão competente para tanto, como a empresa interessada, a impetrante (Ecovale S.A.). 4. Segurança denegada.
(STF - MS: 26000 SC, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 16/10/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-224 DIVULG 13-11-2012 PUBLIC 14-11-2012) ***(grifos não constantes do original)***

c)incorreto. O TCU não pode sustar contrato administrativo. Tem o dever constitucional de conceder prazo para as providências necessárias ao cumprimento da lei, nos termos do art. 71, incisos IX, XI, §1º e 2º da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***(...)***
> ***IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;***
> ***(...)***
> *XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.*
> ***§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.***
> *§ 2º Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.* ***(grifos não constantes do original)***

d)incorreto. O TCU não pode fazer aditamento e nem anular contrato administrativo. Dentro de sua competência constitucional, pode determinar que o órgão competente proceda com a anulação do contrato.

e) incorreto. O Ministério Público de Contas também não é o competente para proceder com a anulação dos contratos. Competentes são o órgão responsável pela execução do contrato e o Poder Judiciário.

Gabarito: Letra B.

---

34. 2015/FMP-CONCURSOS/TJ-MT/Juiz de Direito

Em face da formação histórica do Direito Administrativo e do modelo de Estado vigente, é correto afirmar que:
a) a noção de coisa julgada nas esferas administrativa e judicial tem a mesma dimensão e conteúdo.
b) as decisões proferidas por órgãos públicos de natureza superior não podem ser revistas pelo Poder Judiciário.
c) o processo administrativo somente pode ser instaurado mediante provocação do interessado, por representação escrita endereçada ao agente competente para a solução da controvérsia.
d) o regime jurídico juspublicista, no todo ou em parte, somente pode ser aplicado às pessoas jurídicas de direito público.

e) tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

Comentários

a) incorreto. A coisa julgada administrativa encerra as discussões no âmbito administrativo, podendo a demanda ser judicializada. Já a coisa julgada judicial põe fim às discussões sobre determinada demanda, não podendo mais ser proposta.

b) incorreto. Qualquer lesão ou ameaça a direito pode ser objeto de uma demanda judicial, nos termos do inciso XXXV do art. 5º da CF/88: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

c)incorreto. O processo administrativo também pode ser instaurado de ofício, nos termos do art. 5º da Lei nº 9784/99: "O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado."

d)incorreto. O regime jurídico administrativo também é aplicado às Pessoas Jurídicas de Direito Privado, como por exemplo em uma outorga de concessão de serviços públicos, em que o particular terá que observar as normas relativas ao regime jurídico administrativo.

e) correto. A assertiva traz o conceito correto de Direito Administrativo.

Gabarito: Letra E.

---

35. 2015/INTEGRI/PREFEITURA DE SALESÓPOLIS-SP/Procurador

Com relação ao mandado de segurança, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

II - Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, devendo o texto original da petição ser apresentado em até 7 (sete) dias úteis.

III - Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (i) de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução; (ii) de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; (iii) de decisão judicial transitada em julgado.

IV - Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

a) Todas as afirmativas estão corretas.
b) Somente a afirmativa II está incorreta.
c) Somente a afirmativa I está incorreta.
d) Somente a afirmativa IV está incorreta.

Comentários

I)correto. A assertiva está em consonância com o disposto no §2º do art. 1º da Lei 12.016/2009, in verbis:

> *Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*
> *(...)*
> *§ 2º Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.*

II- Incorreto. O prazo para ser apresentado o texto original é de 5 dias úteis, e não 7 dias como mencionado na alternativa, nos termos seguintes da Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009):

> *Art. 4º Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.*
> *(...)*
> ***§ 2º O texto original da petição deverá ser apresentado nos 5 (cinco) dias úteis seguintes. (grifos não constantes do original)***

III-correto. A assertiva está de acordo com o disposto no art. 5º, incisos I, II e III da Lei 12.016/2009, *in verbis:*

> *Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:*
> *I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;*
> *II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;*
> *III - de decisão judicial transitada em julgado.*

IV-correto. A assertiva está de acordo com o disposto no art. 1º, §3º da Lei 12.016/2009, *in verbis:*

> *Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por **habeas corpus** ou **habeas data**, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*
> *(...)*
> ***§ 3º Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança. (grifos não constantes do original)***

Gabarito: Letra B.

---

36. 2015/VUNESP /PREFEITURA DE CAIEIRAS-SP/Procurador

Unidade da Prefeitura Municipal de Caieiras realiza licitação e contrata empresa privada para a prestação de determinado serviço. Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo verifica que o pagamento realizado à empresa contratada foi 40% (quarenta por cento) maior

do que o devido, considerando a despesa ilegal. Como consequência de tal constatação em controle externo, poderá o Tribunal de Contas
a) determinar ao Prefeito Municipal que afaste, de imediato, os responsáveis de suas funções, enquanto o Tribunal de Contas realiza o processo disciplinar.
b) aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
c) informar a Câmara Municipal, para que delibere a respeito, juntamente com as informações anuais prestadas sobre a fiscalização orçamentária, contábil e financeira.
d) encaminhar as informações, em forma de denúncia, para que a Câmara Municipal apure a responsabilidade dos servidores municipais que deram causa à irregularidade.
e) rejeitar as contas do Prefeito Municipal, encaminhando as informações ao Ministério Público Estadual, para propositura de ação de improbidade contra o Prefeito Municipal.

Comentários

a) incorreto. O caput do art. 44 da Lei 8443/1992 (Lei Orgânica do TCU) definiu que pode o TCU determinar, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável se existirem indícios suficientes de qualquer tipo de interferência que prejudique os trabalhos de auditoria, nos termos seguintes:

> *Art. 44. No início ou no curso de qualquer apuração, o Tribunal, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável,* ***se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao Erário ou inviabilizar o seu ressarcimento. (grifos não constantes do original)***

A alternativa está incorreta por conta de a questão não ter fornecido informações que levassem ao enquadramento do disposto no caput do art. 44 da Lei Orgânica do TCU.

Obs: embora a questão se refira à prefeitura de município, as determinações do TCU são aproveitadas pelos Tribunais de Contas Estaduais.

b) correto. É o que prevê o inciso VIII do art. 71 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:*
> ***(...)***
> *VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;*

c)incorreto. Não existe tal previsão de envio de informações dos Tribunais de Contas de ofício tão logo apliquem as sanções cabíveis ao caso concreto. O que pode ocorrer é de o Poder Legislativo solicitar informações sobre as inspeções e auditorias realizadas.

d)incorreto. As apurações visando responsabilizar os servidores envolvidos são realizadas pelo órgão de lotação dos respectivos servidores, em regra.

e) incorreto. Os Tribunais de Contas não julgam as contas dos Chefes do Executivo, seja da União, Estados ou Municípios. A competência é apenas para emitir um Parecer Prévio sobre os aspectos contábil, operacional orçamentário, patrimonial e financeiro. Em seguida, é encaminhado ao Poder Legislativo das respectivas esferas para que seja realizado o julgamento das contas.

Gabarito: Letra B.

---

37. 2015/CESPE/DPE-PE/Defensor Público

No que se refere ao controle da administração pública, julgue o seguinte item. Por ser um órgão constitucional autônomo, a DP não está sujeita a controle interno de suas funções administrativas.
( ) Certo ( ) Errado

Comentários

Incorreto. Todos os órgãos públicos devem possuir um sistema de controle interno, seja a Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria, etc., nos termos do art. 74 da CF/88, *in verbis:*

> *Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:*
> *I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*
> *II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*
> *III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*
> *IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*
> *§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.*
> *§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.*

Gabarito: Errado.

---

38. 2015/CESPE/TRF-1ª REGIÃO/Juiz Federal

Considerando o controle administrativo, a ação popular e a improbidade administrativa, assinale a opção correta.
a) Os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário relacionam-se à ação ou omissão que acarreta perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres da administração pública por meio de conduta dolosa, não admitindo a forma culposa.
b) O controle administrativo, como a prerrogativa reconhecida à administração pública para fiscalizar e corrigir a sua própria atuação, restringe-se à avaliação da conveniência e oportunidade relativas à edição do ato administrativo discricionário (controle de mérito).

c) O TCU, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos do poder público, mas não a constitucionalidade das leis.
d) Os casos de controle legislativo sobre o Poder Executivo devem constar expressamente da CF, pois consagram exceções ao princípio da separação de poderes, não se admitindo, assim, a sua ampliação por meio da legislação infraconstitucional.
e) O cidadão possui legitimidade ativa e capacidade postulatória para a propositura de ação popular, independentemente da assistência de advogado.

Comentários

a) incorreto. A conduta culposa também é capaz de provocar a responsabilização por improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, nos termos do art. 10 da Lei 8.429/1992, *in verbis*:

> *Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão,* ***dolosa ou culposa,*** *que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:* ***(grifos não constantes do original)***

b) incorreto. A administração pode revogar ou anular seus próprios atos, nos termos da súmula 473 do STF, *in verbis:*

> *"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

c)incorreto. O Tribunal de Contas também pode apreciar a constitucionalidade de leis, nos termos da súmula do STF nº 347:" O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público."

d)correto. Observando os limites da separação de poderes, um Poder somente pode interferir no outro mediante previsão na Constituição Federal 88.

e) incorreto. O cidadão tem capacidade ativa para propositura da Ação Popular, ou seja, pode figurar como autor. Já a capacidade postulatória pertence ao advogado. Ou seja, para propositura de Ação Popular, somente por intermédio de Advogado ou Defensor Público.

Gabarito: Letra D.

3.25 Tutela civil do patrimônio público: Antecedentes históricos. Danos ao patrimônio público: Lei 1.079/50 e Decreto-Lei 201/67

1. **2015/TCM-RJ/Procurador da Procuradoria Especial**

Norma constitucional estadual descreve crimes de responsabilidade que, se praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas Estadual, ficam sujeitos a julgamento pela Assembleia Legislativa, sendo sancionados com o afastamento do cargo, pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e ampla defesa. A referida norma

a) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, devendo os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas ser julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

b) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, devendo os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas ser julgados pelo Tribunal de Justiça.

c) é inconstitucional, uma vez que o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade, ainda que caiba à Assembleia Legislativa, por força da Constituição Federal, julgar os crimes de responsabilidade praticados por Conselheiro de Tribunal de Contas.

d) é constitucional no que toca à definição dos crimes dos responsabilidade e ao estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, uma vez que se tratam de infrações político-administrativas cuja disciplina se insere na competência legislativa residual dos Estados-membros.

e) é constitucional no que toca à definição dos crimes dos responsabilidade, uma vez que se tratam de infrações político-administrativas cuja disciplina se insere na competência legislativa residual dos Estados-membros, mas inconstitucional ao atribuir à Assembleia Legislativa a competência para processá-los e julgá-los.

Comentários

De acordo com jurisprudência do STF, o Estado não tem competência para definir crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, que são de competência privativa da União:

JURISPRUDÊNCIA

Súmula Vinculante 44: "*A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.*
ADI 2220: *"A definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento dos agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial (art. 85 da Constituição da República)."*

Além disso, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados são julgados pelo STJ, nos crimes de responsabilidade:

Autoridade	**CF**	**Quem julga crime de responsabilidade**
Desembargadores dos TJs dos Estados e do Distrito Federal; membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal; membros dos TRFs, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais:	art.105, I, "a"	STJ

Resposta: alternativa "a".

2. **Advogado - FUNASG/2015**

O Presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, por 180 dias, após a condenação pelo Órgão competente.

Comentários

Nos crimes de responsabilidade, o Presidente ficará suspenso de suas funções desde a instauração do processo pelo Senado Federal (e não a partir da condenação).

É o Senado quem admite ou não a acusação. No caso da ex-presidente Dilma Rousseff, por exemplo, ela somente foi suspensa de suas funções (art. 86, § 1º, II) a partir do momento em que o Senado instaurou o processo.

Resposta: errada.

---

3. PC-DF/2015

Uma vez instaurado o processo por crime de responsabilidade, o presidente da República poderá continuar, caso haja vontade da maioria absoluta do Senado Federal, a exercer as suas funções.

Comentários

O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até 180 dias, assim que for instaurado, no Senado Federal, o processo por crime de responsabilidade.

Resposta: errada.

---

4. CESPE/STF – Analista Judiciário

Pessoas jurídicas e estrangeiros residentes no país são partes legítimas para oferecer acusação à Câmara dos Deputados visando à instauração do processo de impeachment do presidente da República.

Comentários

Segundo o art. 14 da Lei 1079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia perante à Câmara dos Deputados contra um crime de responsabilidade.

Resposta: errada.

---

5. VUNESP - Procurador Jurídico (CM Serrana)/2019

Considerando a Lei nº 1.079/50, é correto afirmar que:
a) os crimes de responsabilidade nela previstos não admitem a modalidade tentada.
b) os crimes de responsabilidade nela previstos são passíveis de pena privativa de liberdade.
c) os crimes de responsabilidades nela previstos são de ação pública condicionada à representação do presidente da Câmara dos Deputados.
d) a imposição da pena prevista para o crime de responsabilidade exclui a possibilidade de processar o condenado por crime comum.
e) prevê como crime de responsabilidade de Ministro do Estado a conduta de não prestar, dentro de trinta dias e sem motivo justificado, informações solicitadas pelo Senado.

Comentários

Devemos abordar esta questão à luz da literalidade dos dispositivos da Lei 1079/50, pois assim ela orientou.

a) Errada. Podem admitir a modalidade consumada ou tentada, segundo o artigo 2º da Lei 1.079/50:

> *Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, **ainda quando simplesmente tentados**, são passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República.*

b) Errada. Implicam perda do cargo (artigo 68 da Lei 1.079/50):

> *Art. 68. O julgamento será feito, em votação nominal pelos senadores desimpedidos que responderão "sim" ou "não" à seguinte pergunta enunciada pelo Presidente: "Cometeu o acusado F. o crime que lhe é imputado e deve ser condenado à perda do seu cargo?"*

c) Errada. Segundo o art. 14 da Lei 1079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia perante à Câmara dos Deputados contra um crime de responsabilidade.

d) Errada. As sanções têm naturezas distintas.

> *Art. 3º A imposição da pena referida no artigo anterior não exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos das leis de processo penal*

e) Certa. Segundo o art. 13 da Lei 1079/50, item 4:

> *Art. 13. São crimes de responsabilidade dos Ministros de Estado;*
> *1 - os atos definidos nesta lei, quando por eles praticados ou ordenados;*
> *2 - os atos previstos nesta lei que os Ministros assinarem com o Presidente da República ou por ordem deste praticarem;*
> *3 - A falta de comparecimento sem justificação, perante a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra casa do Congresso os convocar para pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado;*
> *4 - Não prestarem dentro em trinta dias e sem motivo justo, a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional, as informações que ela lhes solicitar por escrito, ou prestarem-nas com falsidade.*

Resposta: letra "e".

---

6. VUNESP - Procurador Jurídico Legislativo (CM Sertãozinho)/2019

A respeito da Lei no 1.079/50, assinale a alternativa correta.

a) Qualquer cidadão, desde que maior de 21 anos, pode denunciar o Presidente da República ou os Ministros de Estados por crime de responsabilidade.

b) A denúncia do Presidente da República ou de Ministros de Estados por crime de responsabilidade será apresentada no Senado Federal.

c) A denúncia por crime de responsabilidade deverá ser assinada pelo denunciante, com firma reconhecida, devendo ser arroladas, no mínimo, 08 (oito) testemunhas.

d) O julgamento da acusação de crime de responsabilidade do Presidente da República ou de Ministros de Estados, com a consequente perda do cargo, dar-se- á por votação nominal dos Senadores.

e) A denúncia por crime de responsabilidade poderá ser formulada e recebida ainda que o acusado já tenha deixado o cargo definitivamente.

Comentários

a) Errada. Segundo o art. 14 da Lei 1079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia contra um crime de responsabilidade.

b) Errada. Segundo o art. 14 da Lei 1079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia perante à **Câmara dos Deputados** contra um crime de responsabilidade.

c) Errada. Segundo o art. 16 da Lei 1079/50, a denúncia deve estar assinada com firma reconhecida e acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, além de, se for o caso, rol de, no mínimo**, 5 testemunhas**.

> *Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.*

d) Certa. De acordo com o art. 31 da Lei 1.079/1950:

> *Art. 31. Encerrada a discussão o Presidente do Supremo Tribunal Federal fará relatório resumido da denúncia e das provas da acusação e da defesa e submeterá a votação nominal dos senadores o julgamento*

e) Errada. Segundo o art. 42 da Lei 1.079/1950:

> *Art. 15. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.*

Resposta: letra "d".

---

7. CESPE/Auditor de Controle Externo TCE-

Com base no disposto na Lei n.º 1.079/1950, no Decreto-lei n.º 201/1967 e na jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o seguinte item.

Inexiste crime de responsabilidade se o acusado, no momento do oferecimento da denúncia, não mais exerce o cargo que exercia quando cometeu ilícito previsto na Lei n.º 1.079/1950, mesmo que permaneça no exercício de outra função pública.

Comentários

De acordo com o art. 15 da Lei n. 1.079/50, "a denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo":

> *Art. 15. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.*

O ex-Presidente Fernando Collor de Mello impetrou mandado de segurança alegando que a renúncia ao cargo deveria extinguir o processo de impeachment. Porém, o STF, por maioria de votos, decidiu que a renúncia ao cargo não extingue o processo quando já iniciado (MS 21.689-1). No caso do ex-presidente, já havia sido iniciado o processo de impeachment pelo Senado Federal.

Resposta: certa.

8. VUNESP - Procurador Jurídico (CM VP)/2016

Configura crime de responsabilidade do Presidente da República ato que atente contra a Constituição Federal e, conforme expresso nos incisos I a VIII do art. 4º da Lei nº 1.079/50, atos que atentarem especialmente contra:

a) a humanidade.
b) as finanças públicas.
c) a soberania nacional.
d) a liberdade de imprensa.
e) o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

Comentários

Segundo o art. 4º da Lei nº 1.079/50, são esses os crimes de responsabilidade de atos do Presidente da República:

> *Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:*
> *I - A existência da União:*
> *II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;*
> *III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:*
> *IV - A segurança interna do país:*
> *V - A probidade na administração;*
> *VI - A lei orçamentária;*
> *VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;*
> *VIII - O cumprimento das decisões judiciárias*

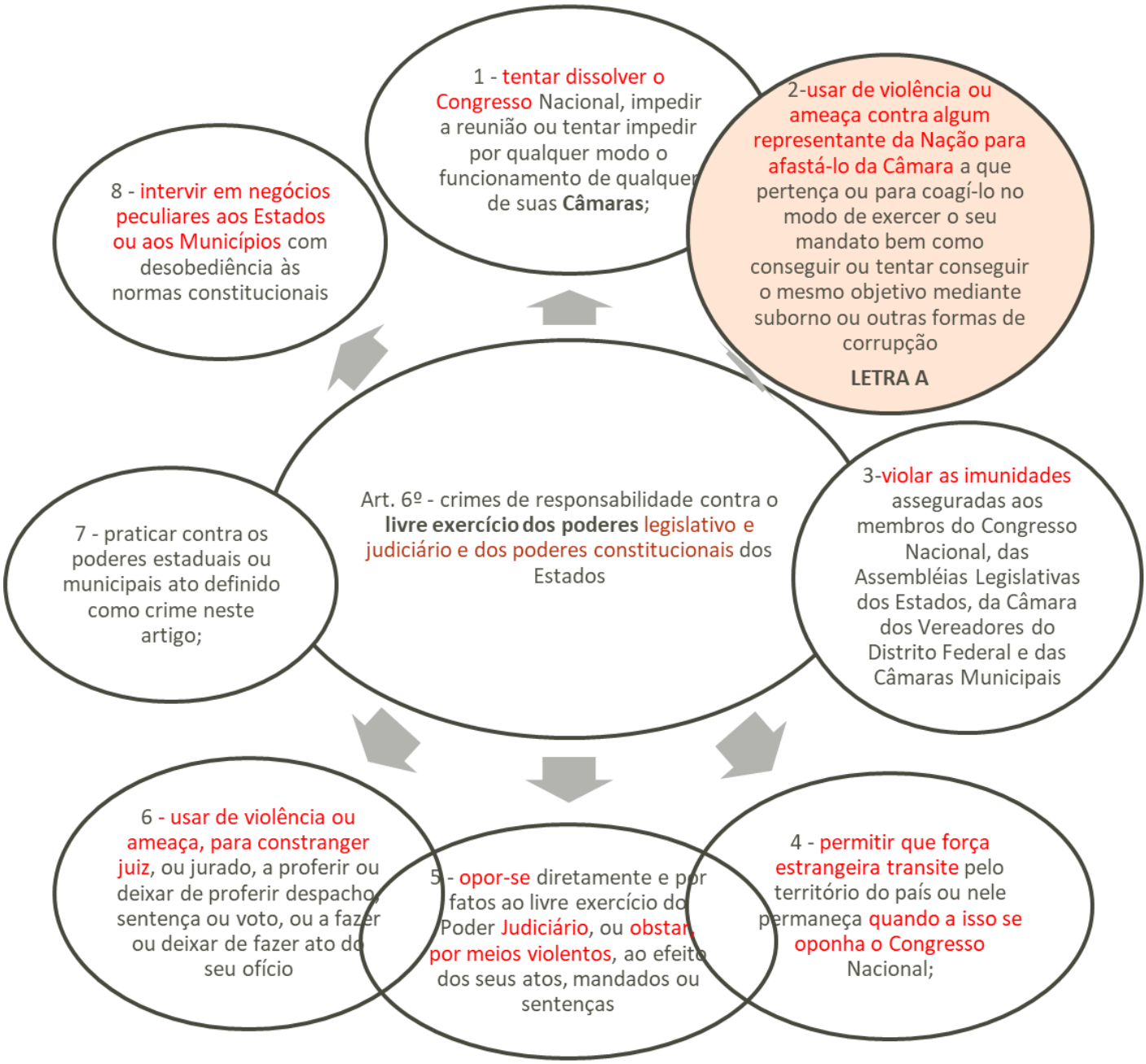
Resposta: alternativa "e".

9. IBADE /CAERN /2018 / Técnico em Segurança do Trabalho

A Lei dos Crimes de Responsabilidade, vulgo Lei n° 1.079/1950, especifica crimes de responsabilidade. No capítulo II, encontram-se os crimes cometidos contra o livro exercício dos poderes constitucionais. Sobre o tema assinale a assertiva correta.
a) Usar de violência ou ameaça contra algum representante da Nação para afastá-lo da Câmara a que pertença ou para coagi-lo no modo de exercer o seu mandato. Bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção.
b) Deixar de intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.
c) Usar de violência para constranger juiz, desembargador ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício.
d) Opor-se direta ou indiretamente por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças.
e) Não permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional.

Comentários

Abaixo, estão elencados os crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados, de acordo com o art. 6º da Lei nº 1079/50. A resposta correta refere-se ao item 2, conforme destacado abaixo:



O examinador omitiu e inseriu alguns termos erroneamente, assinalados a seguir:

> *Art. 6º São crimes de responsabilidade contra o livre exercício dos poderes legislativo e judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados:*
> *(...)*
> *8 - intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais.* → ***Correção da Alternativa "b":*** ~~*deixar de*~~ ***intervir em negócios peculiares aos Estados ou aos Municípios com desobediência às normas constitucionais***

> *6 - usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício;* → ***Correção da Alternativa "c":*** *usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ~~desembargador~~ ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício*
> *5 - opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças;* ***Correção da Alternativa "d":*** *opor-se direta ~~ou indiretamente~~ e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário, ou obstar, por meios violentos, ao efeito dos seus atos, mandados ou sentenças*
> *4 - permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional;* ***Correção da Alternativa "e":*** ***~~não~~*** *permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça quando a isso se oponha o Congresso Nacional*

Resposta: alternativa "a".

---

10. IADES /2019/AL-GO/ Procurador

Em relação a crimes de responsabilidade, é correto afirmar que as infrações político-administrativas, quando cometidas por governador, serão julgadas pelo (a):
a) Superior Tribunal de Justiça, sob a Presidência do presidente do Senado.
b) Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do presidente da Corte.
c) Assembleia Legislativa, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.
d) Senado Federal, sob a Presidência do presidente do Supremo Tribunal Federal.
e) tribunal especial formado por cinco membros do legislativo e cinco desembargadores, sob a Presidência do presidente do Tribunal de Justiça local.

Comentários

Segundo o art. 85 da Constituição Federal:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *I - a existência da União;*
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
> *III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*
> *IV - a segurança interna do País;*
> *V - a probidade na administração;*
> *VI - a lei orçamentária;*
> *VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.*
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

Conforme abordamos na aula, o parágrafo único dispõe que esses crimes serão definidos em **lei especial**, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Nesta esteira, a lei nº. 1.079/50 (**lei especial**), que estabeleceu normas de processo e julgamento, foi recepcionada em grande parte pela CF/88 (art. 85, parágrafo único), alterada pela Lei nº 10.028/00, que trouxe mais hipóteses para a lista de infrações político-administrativas, mormente em relação aos crimes contra a lei orçamentária.

Faz-se oportuno lembrar que, segundo jurisprudência da Corte Maior, a matéria referente ao julgamento de crime de responsabilidade de Governador de Estado independe de disposição de Constituição Estadual. Entendeu o Tribunal Maior que legislar sobre crime de responsabilidade e respectivo processo e julgamento é competência privativa da União:

JURISPRUDÊNCIA

Súmula Vinculante 44: "*A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.*
ADI 2220: *"A definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento dos agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial (art. 85 da Constituição da República)."*

A responsabilidade para julgar o governador de Estado por crime de responsabilidade é de um **Tribunal Especial**, composto de cinco membros do Legislativo (eleitos pela Assembleia Legislativa) e de cinco desembargadores do Tribunal de Justiça (mediante sorteio), sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate, a partir da extração da redação de parte do §3º do Art. 78 da Lei nº 1.079/50:

> *Art. 78. O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum.*
> *(...)*
> *§ 3º Nos Estados, onde as Constituições não determinarem o processo nos crimes de responsabilidade dos Governadores, aplicar-se-á o disposto nesta lei, devendo, porém, o julgamento ser proferido por* ***um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local****, que terá direito de voto no caso de empate. A escolha desse Tribunal será feita - a dos membros do legislativo, mediante eleição pela Assembleia: a dos desembargadores, mediante sorteio.*

Resposta: alternativa "e".

---

11. FCC /DPE-RS /2018/Defensor Público/adaptada

Sobre o Poder Executivo, é correto afirmar que

a) qualquer cidadão pode denunciar o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade, sendo ele submetido a julgamento perante o Senado Federal caso a Câmara dos Deputados, por três quintos dos seus membros, admita a acusação.

b) compete privativamente ao Presidente da República, dentre outras atribuições previstas no artigo 84 da Constituição Federal, cujo rol é taxativo, dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

c) é crime de responsabilidade contra a lei orçamentária ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal
d) o procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/198, impede que o Senado adote as medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.
e) o interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o primeiro ato de instrução do processo de impeachment.

Comentários

a) Errada. De fato, segundo o art. 14 da Lei 1079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia perante a Câmara dos Deputados contra um crime de responsabilidade do Presidente da República.

Entretanto, em relação ao quórum, conforme art. 86, CF/88, "admitida a acusação contra o Presidente da República, **por 2/3 da Câmara dos Deputados**, será submetido a julgamento perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade".

b) Errada. O rol em tela é exemplificativo:

Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

[...] XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

c) Certa. Redação do art. 10, 6 da Lei nº1079/50:

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

(...)

6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

d) Errada. Segundo Jurisprudência da Corte Maior, o Senado pode adotar medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade:

ADPF 378: OS SENADORES NÃO PRECISAM SE APARTAR DA FUNÇÃO ACUSATÓRIA:

O procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/1988, não impede que o Senado adote as medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.

e) Errada. Segundo Jurisprudência da Corte Maior, este deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment:

ADPF 378: O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA:

O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário.

Resposta: alternativa "c".

---

12. FGV/ 2018/TJ-AL/ Técnico Judiciário - Área Judiciária

O Presidente da República foi acusado da prática de crime de responsabilidade perante o Senado Federal. Em resposta, afirmou que a acusação não poderia ser endereçada à referida Casa Legislativa.

À luz da sistemática constitucional, a defesa apresentada pelo Presidente da República deve ser:

a) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Supremo Tribunal Federal;

b) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie no Supremo Tribunal Federal;

c) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada ao Superior Tribunal de Justiça;

d) rejeitada, pois o Senado Federal deve receber a acusação para que o processo se inicie na Câmara dos Deputados;

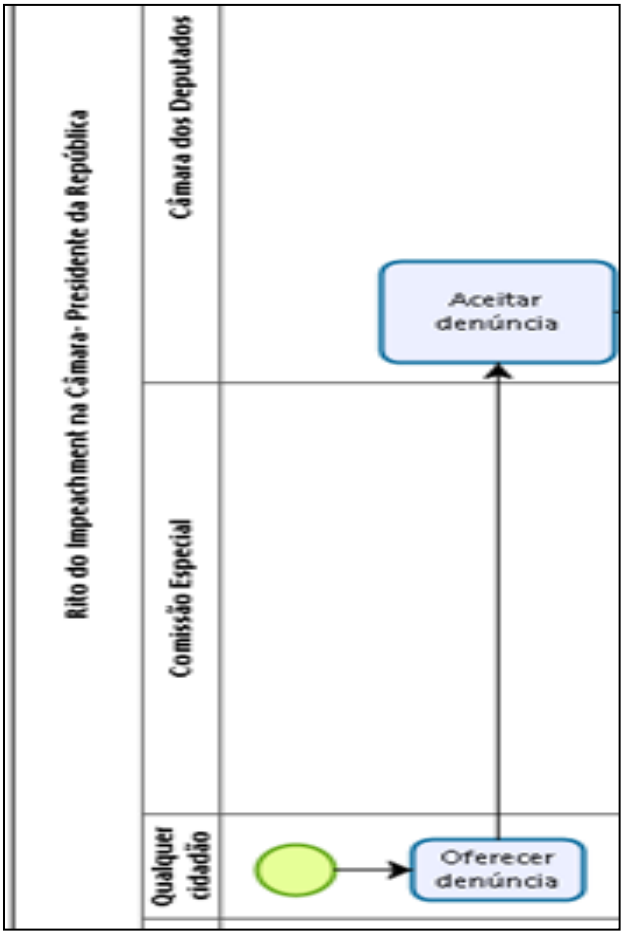
e) acolhida, pois a acusação deveria ter sido endereçada à Câmara dos Deputados.

Comentários

O processo é inicialmente autorizado pela Câmara dos Deputados e processado e julgado pelo Senado federal, segundo o art. 51, I, CF:

> *Art. 51. Compete privativamente à **Câmara dos Deputados**:*
> *I - **autorizar**, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*

Segundo o art. 14 da Lei nº 1.079/50, qualquer cidadão (em pleno gozo dos direitos políticos) poderá fazer uma denúncia perante à Câmara dos Deputados contra um crime de responsabilidade. **Desta feita, a defesa deverá ser acolhida.**



Resposta: alternativa "e".

---

13. FCC/2017/TRF - 5ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Administrativa

Considere que ao Presidente da República seja imputada a prática de ato tipificado em lei federal como ato atentatório contra o livre exercício do Poder Judiciário. Nessa hipótese, segundo a Constituição Federal, admitida a acusação contra o Presidente

a) por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Congresso Nacional, permanecendo no exercício de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, até julgamento final.

b) por dois quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 120 dias.

c) por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 180 dias.

d) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, permanecendo no exercício de suas funções, após a instauração do processo pelo Senado Federal, até julgamento final.

e) por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando, após a instauração do processo pelo Senado Federal, suspenso de suas funções por até 180 dias.

Comentários

O ato praticado pelo Presidente da República é hipótese de crime de responsabilidade contra o livre exercício do Poder Judiciário, previsto no art. 6º da Lei nº 1079/50:

Assim, segundo a Constituição Federal, depois de admitida a acusação (aprovação por 2/3 da Câmara dos Deputados) contra o Presidente, o processo seguirá para o **Senado Federal**, que processará e julgará o Presidente da República, segundo art. 52, I, da Constituição Federal. Neste ínterim (logo após a instauração formal do processo de impeachment no Senado Federal), o Presidente fica suspenso de suas funções por até 180 dias:

> *Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*

> *§ 1º O Presidente ficará SUSPENSO de suas funções:*
> ***(...)***
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal*
> *§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

Resposta: alternativa "c".

---

14. IBADE/2017/SEJUDH/ MT/Advogado

Constituem crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, quando por eles praticados, os atos definidos como crimes na Lei n° 1.079/1950. Assim, com relação à denúncia, à acusação e ao julgamento dos crimes de responsabilidade dos governadores dos Estados ou dos seus Secretários, analise as afirmativas.

É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade.

Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembleia Legislativa por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o Governador imediatamente suspenso de suas funções.

Não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo. Está correto o que se afirma em:

II e III, apenas.

b) I, II e III.

c) I, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II, apenas.

Comentários

I) Certo. É permitido a qualquer cidadão, por crime de responsabilidade, denunciar o chefe do Executivo Estadual, segundo art. 75 da Lei n° 1.079/1950:

> *DA DENÚNCIA, ACUSAÇÃO E JULGAMENTO*
> *Art. 75. É permitido a todo cidadão denunciar o Governador perante a Assembleia Legislativa, por crime de responsabilidade.*

II)Certo. Seguindo a literalidade do art. 77 da Lei n° 1.079/1950:

> *Art. 77. Apresentada a denúncia e julgada objeto de deliberação, se a Assembleia Legislativa, por maioria absoluta, decretar a procedência da acusação, será o governador imediata**mente suspenso de suas funções.***

III)Certo. Seguindo a literalidade do art. 76 da Lei n° 1.079/1950:

> *Art. 76, parágrafo único. Não será recebida a denúncia depois que o governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo.*

Resposta: alternativa "b".

---

15. IBFC - 2016 - TCM-RJ - Técnico de Controle Externo

No tocante a Responsabilidade do Presidente da República a Constituição Federal preconiza expressamente que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que

atentem contra a Constituição Federal", bem como especifica algumas situações. Os itens abaixo estão relacionados com essas especificidades. Assinale a alternativa que contém as previsões expressamente previstas.
I o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das Unidades da Federação.
II. o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
III a defesa das fronteiras.
o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
A somente as alternativas I e III estão corretas
B somente as alternativas II, III e IV estão corretas
C somente as alternativas I, II e IV estão corretas
D somente as alternativas II e IV estão corretas

Comentários

Segundo o art. 85 da Constituição Federal:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *I - a existência da União;*
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
> *III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*
> *IV - a segurança interna do País;*
> *V - a probidade na administração;*
> *VI - a lei orçamentária;*
> *VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.*
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

Assim, apenas o item III não consta do rol constitucional (tampouco no rol da Lei nº 1079/50).

Resposta: alternativa "c".

---

16. FCC - 2016 - Prefeitura de Teresina - PI - Técnico de Nível Superior - Analista Administrativo/adaptada

Sobre a responsabilidade do Presidente da República,
a) a aplicação subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado ao processamento e julgamento do impeachment viola a reserva de lei especial imposta pelo art. 85, parágrafo único, da Constituição
b) os crimes de responsabilidade estão definidos taxativamente pela Constituição Federal, não competindo à lei aumentar o rol de condutas.
c) admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
d) os crimes de responsabilidade serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

e) decorrido o prazo de cento e oitenta dias, se o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, extinguindo-se o processo.

Comentários

a) Errada. A lei nº. 1.079/50 (**lei especial**), que estabeleceu normas de processo e julgamento, foi recepcionada em grande parte pela CF/88 (art. 85, parágrafo único).

Ainda, é possível que haja **aplicação subsidiária dos Regimentos Internos da Câmara e Senado** ao processo de impeachment, sem violar a reserva de lei especial, segundo entendimento da Corte Suprema:

ADPF 378: "***É POSSÍVEL A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DOS REGIMENTOS INTERNOS DA CÂMARA E DO SENADO:***
A aplicação subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado ao processamento e julgamento do impeachment não viola a reserva de lei especial imposta pelo art. 85, parágrafo único, da Constituição, desde que as normas regimentais sejam compatíveis com os preceitos legais e constitucionais pertinentes, limitando-se a disciplinar questões interna corporis.

b) Errada. O art. 85 da Constituição Federal prescreve que os atos do presidente que atentarem contra a Constituição serão considerados crimes de responsabilidade; entretanto, apenas exemplifica como hipóteses de crime de responsabilidade os atos que especialmente atentem contra:

-a existência da União;

-o livre exercício do Legislativo, do Judiciário, do MP e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

-o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

-a segurança interna do País;

-a probidade na administração; e

-a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

c) Errada. O quórum de aprovação é 2/3 dos Deputados Federais, para autorizar o processo:

> *Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:*
> *I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente.*

Além disso, o Presidente será submetido a julgamento perante o **Senado Federal** nos crimes de responsabilidade, e é presidido pelo Presidente do STF, **conforme o art. 52, parágrafo único, da Carta Maior.**

> *Art 52 Compete privativamente ao Senado Federal*
> *I - processar e julgar o Presidente e o Vice nos crimes de responsabilidade*
> *(...)*
> *Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.*

d) Certa. O parágrafo único do Art. 85 da Constituição Federal dispõe que os crimes de responsabilidade serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento, seguindo orientação constitucional estampada no art. 5.º, XXXIX, da Carta Maior, que determina que não deverá haver crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição* ***Federal e, especialmente, contra:***
> ***(...)***
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

e) Errada. A partir da **instauração do impeachment pelo Senado**, o Presidente da República fica suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias (art. 86, § 1.º, II da CF/88).

Caso o prazo de 180 dias termine e o julgamento ainda não esteja concluído, cessa-se o afastamento, mas o processo continua, conforme art. 86 § 2.º da CF/88:

> *Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*
> *§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*
> *(...)*
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*
> *§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

Resposta: alternativa "d".

---

17. 2016/ MPE-GO/ Promotor de Justiça Substituto

Em relação ao processo de apuração de crime de responsabilidade cometido por Presidente da República, segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados exercer juízo de prelibação a respeito do conteúdo da acusação, para o escopo de pesquisar a existência de justa causa necessária à abertura de processo de impeachment.

B) Posto que autorizada a instauração de processo de impeachment contra o Presidente da República pela Câmara dos Deputados, ao Senado é defeso negar recebimento à denúncia, que deve necessariamente ser levada a julgamento perante o Plenário da Casa.

c) A instauração do processo de impeachment pelo Senado se dá por deliberação da maioria qualificada de seus membros, a partir de parecer elaborado por Comissão Especial, sendo lícito à própria Mesa do Senado rejeitar sumariamente a denúncia, se manifesta a ausência de justa causa da pretensão punitiva.

d) A apresentação de defesa prévia não é uma exigência do princípio constitucional da ampla defesa: ela é exceção, e não a regra no processo penal, de tal arte que não é direito subjetivo do Presidente da República o exercício de defesa previamente ao ato do Presidente da Câmara dos Deputados que inicia o rito de impeachment naquela Casa.

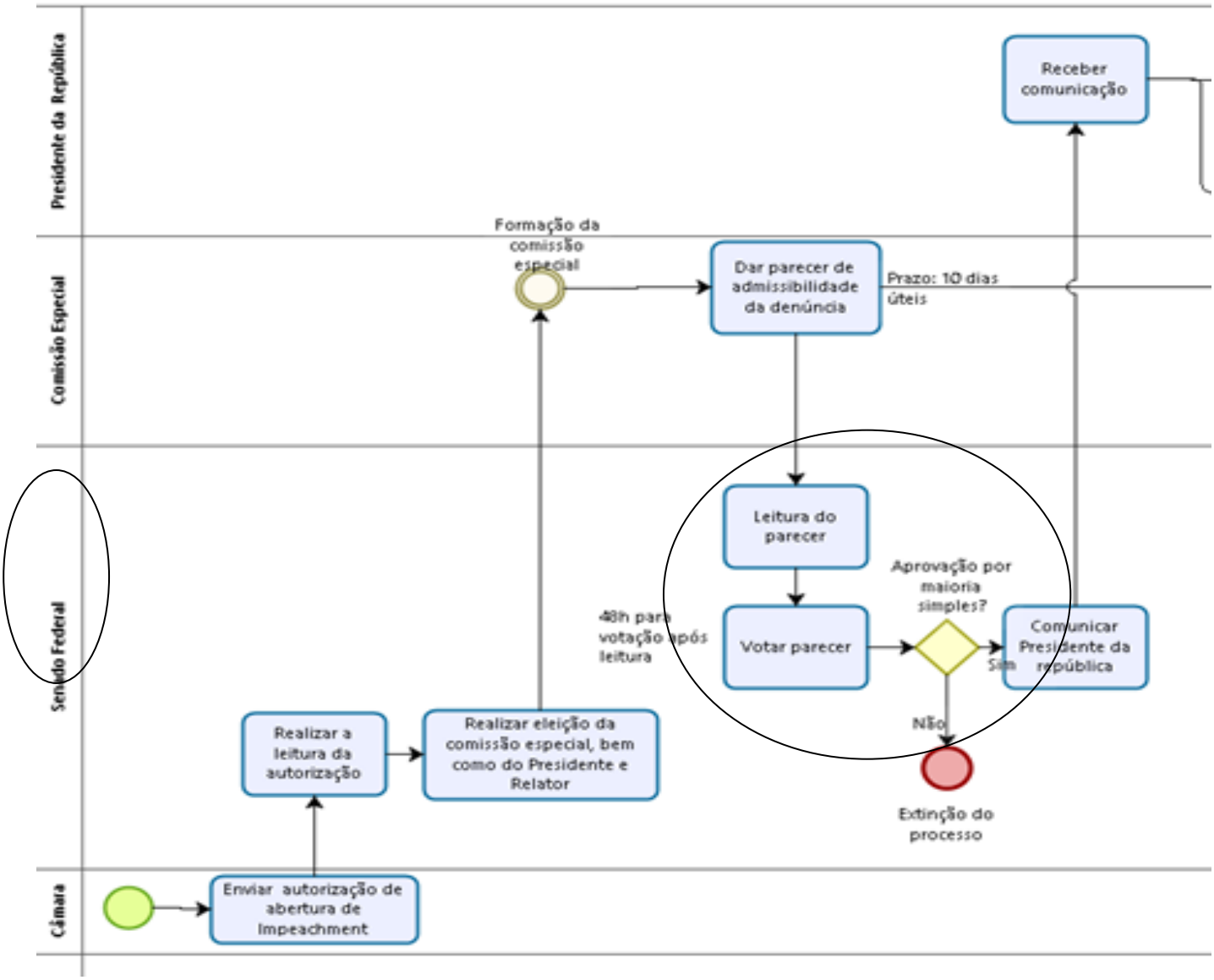
Comentários

a) Errada. Juízo de prelibação é o exame de admissibilidade da denúncia. Entretanto, compete à Câmara dos Deputados apenas autorizar ou não a instauração do processo (condição de procedibilidade). Portanto, a Câmara realiza, apenas, uma avaliação política da denúncia, condição para o seu prosseguimento.

Ressalta-se que não foram recepcionados pela CF/88 os arts. 22, caput, 2ª parte [que se inicia com a expressão "No caso contrário..."], e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 1.079/1950, que determinam dilação probatória e segunda deliberação na Câmara dos Deputados, partindo do pressuposto que caberia a tal casa pronunciar-se sobre o mérito da acusação.

b) Errada. **O Senado pode rejeitar a denúncia.** Ao receber a Resolução da Câmara pela admissibilidade da denúncia, será constituída (assim como na Câmara) uma comissão especial no Senado Federal para elaboração de parecer. Haverá discussão e votação deste parecer pelo Plenário, sempre por voto aberto, em um único turno devendo ser aprovado por maioria simples (Lei n. 1.079/50, art. 47). Caso contrário, a denúncia será arquivada (Lei n. 1.079/50, art. 48):

> *Art. 47. O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal considerando-se aprovado se reunir a maioria simples de votos.*
> *Art. 48. Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papeis arquivados.*



c) Errada. Segundo jurisprudência da Corte Maior, a instauração do processo pelo Senado se dá por deliberação da maioria simples de seus membros, a partir de parecer elaborado por Comissão Especial, não sendo possível a Mesa do Senado, por decisão irrecorrível, rejeitar sumariamente a denúncia.

d) Certa. De acordo com entendimento do STF:

ADPF 378: **NÃO HÁ DIREITO À DEFESA PRÉVIA**:

A apresentação de defesa prévia não é uma exigência do princípio constitucional da ampla defesa: ela é exceção, e não a regra no processo penal.

Não há, portanto, impedimento para que a primeira oportunidade de apresentação de defesa no processo penal comum se dê após o recebimento da denúncia. No caso dos autos, muito embora não se assegure defesa previamente ao ato do Presidente da Câmara dos Deputados que inicia o rito naquela Casa, colocam-se à disposição do acusado inúmeras oportunidades de manifestação em ampla instrução processual. Não há, assim, violação à

garantia da ampla defesa e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em tema de direito de defesa.

Resposta: alternativa "d".

---

18. FCC - 2016 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Em uma situação hipotética, a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus integrantes, admitiu a acusação contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade. Ante tal situação, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato:

a) será automático em virtude da decisão soberana da Câmara dos Deputados, única com atribuição para deflagrar o processo de impedimento contra o Presidente da República.
b) dependerá da instauração do processo pelo Senado.
c) dependerá da instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
d) dependerá do resultado do julgamento do processo pelo Senado Federal, por conta do princípio constitucional da presunção de inocência.
e) dependerá de decisão específica a esse respeito da presidência da Câmara dos Deputados, ratificada pelo Presidente do Senado Federal, vez que o afastamento não decorre do recebimento da acusação, nem da instauração do processo contra o Presidente da República.

Comentários

A partir da **instauração do impeachment pelo Senado**, o Presidente da República fica suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias (art. 86, § 1.º, II da CF/88). Caso o prazo de 180 dias termine e o julgamento ainda não esteja concluído, cessa-se o afastamento, mas o processo continua, conforme Art. 86 § 2.º da CF/88:

> *Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*
> *§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*
> *(...)*
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*
> *§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

Necessário analisar mais profundamente a **alternativa "a":** o entendimento do STF era de que a autorização da Câmara, por 2/3 de seus membros, obrigava a instauração do processo pelo Senado; assim, o Senado não tinha a prerrogativa de instaurar ou não o processo.

Porém, o STF, ao definir o rito do processo de impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, **modificou seu entendimento** em relação ao processamento e julgamento do Presidente pelo Senado Federal, caso haja a admissão do processo pela Câmara dos Deputados, conferindo ao Senado um segundo **juízo de admissibilidade**. Na votação da ADPF 378, decidiu:

ADPF 378 - Apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo (art. 51, I, da CF/1988).

A Câmara exerce, assim, um juízo eminentemente político sobre os fatos narrados, que constitui condição para o prosseguimento da denúncia.

Ao Senado compete, privativamente, processar e julgar o Presidente (art. 52, I), locução que abrange a realização de um juízo inicial de instauração ou não do processo, isto é, de recebimento ou não da denúncia autorizada pela Câmara.

Resposta: alternativa "b".

---

19. CESPE/ 2016/ TRT - 8ª Região/ Analista Judiciário/ Serviço Social/adaptada

Com base no que dispõe a CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Por força do princípio da inafastabilidade jurisdicional, eventual decisão condenatória proferida pelo Senado Federal em julgamento por crime de responsabilidade estará sujeita a controle judicial posterior.

b) Por ser norma punitiva, o rol de crimes de responsabilidade previsto na CF é taxativo, nele não podendo ser inseridos novos tipos.

c) No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação.

d) A renúncia ao mandado pelo presidente da República prejudica, por perda de objeto, o processo de impeachment eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática.

Comentários

a) Errada. O impeachment é um julgamento por um **crime de responsabilidade próprio,** ou em sentido amplo, que envolve infrações político-administrativas (de natureza política), apenadas com a perda do mandato e suspensão de direitos políticos. Não cabe, portanto, invocar o princípio da inafastabilidade de jurisdição.

#ficadica

O **crime de responsabilidade próprio,** ou em sentido amplo, envolve infrações político-administrativas (de natureza política), apenados com a perda do mandato e suspensão de direitos políticos.

Os **crimes de responsabilidade impróprios**, ou em sentido estrito, são as infrações penais, apenadas com penas restritivas de liberdade.

b) Errada. O art. 85 da Constituição Federal prescreve que os atos do presidente que atentarem contra a Constituição serão considerados crimes de responsabilidade; entretanto, apenas

exemplifica como hipóteses de crime de responsabilidade os atos que especialmente atentem contra:
-a existência da União;
-o livre exercício do Legislativo, do Judiciário, do MP e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
-o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
-a segurança interna do País;
-a probidade na administração; e
-a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

c) Certa. De acordo com jurisprudência do STF:

ADPF 378: A DEFESA TEM DIREITO DE SE MANIFESTAR APÓS A ACUSAÇÃO: No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação. Concretização da garantia constitucional do devido processo legal (due process of law). Precedente: MS 25.647-MC, Redator p/ acórdão Min. Cezar Peluso, Plenário.

d) Errada. O ex-Presidente Fernando Collor de Mello impetrou mandado de segurança alegando que a renúncia ao cargo deveria extinguir o processo de impeachment; o STF, porém, por maioria de votos, decidiu que a renúncia ao cargo não extingue o processo quando já iniciado (MS 21.689-1).

Resposta: alternativa "c".

---

20. (Inédita)

A respeito do processo de impeachment contra o Presidente da República, é incorreto afirmar que:
a) O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment.
b) São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final
c)No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, depois da acusação.
d)O procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/1988, não impede que o Senado adote as medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.

Comentários

a) Certa. De acordo com entendimento do STF:

ADPF 378: O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ATO FINAL DA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA:

O interrogatório do acusado, instrumento de autodefesa que densifica as garantias do contraditório e da ampla defesa, deve ser o último ato de instrução do processo de impeachment. Aplicação analógica da interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal ao rito das ações penais originárias. Precedente: AP 528-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário.

b) Errada. O §5º do art. 23 da Lei nº 1.079/50 não foi recepcionado pela Constituição federal, notadamente prejudicado pelo prazo dado ao afastamento do cargo do presidente da república, no caso de instauração de processo por crime de responsabilidade, que era suspenso das suas funções até sentença final:

> *§ 5º São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final.*

c) Certa. De acordo com o entendimento do STF, no curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação.

ADPF 378: A DEFESA TEM DIREITO DE SE MANIFESTAR APÓS A ACUSAÇÃO:

No curso do procedimento de impeachment, o acusado tem a prerrogativa de se manifestar, de um modo geral, após a acusação. Concretização da garantia constitucional do devido processo legal (due process of law). Precedente: MS 25.647-MC, Redator p/ acórdão Min. Cezar Peluso, Plenário.

d) Certa.

ADPF 378: OS SENADORES NÃO PRECISAM SE APARTAR DA FUNÇÃO ACUSATÓRIA:

O procedimento acusatório estabelecido na Lei nº 1.079/1950, parcialmente recepcionado pela CF/1988, não impede que o Senado adote as medidas necessárias à apuração de crimes de responsabilidade, inclusive no que concerne à produção de provas, função que pode ser desempenhada de forma livre e independente.

Resposta: alternativa "b".

---

21. FUNDATEC /Procurador ALERS/2018

De acordo com a Constituição Federal, são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I. O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
II. A probidade na administração.
III. O cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

Comentários

Todas as hipóteses previstas nos itens estão corretas, segundo o art. 85 da Constituição Federal:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *I - a existência da União;*
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
> ***III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;***
> *IV - a segurança interna do País;*
> ***V - a probidade na administração;***
> *VI - a lei orçamentária;*
> ***VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.***
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

Resposta: alternativa "e".

---

22. FUNDEP/ Promotor de Justiça/MPE MG/2018

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República, na dicção do art. 85 da CR/88, EXCETO:
a) que atentem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
b) que atentem contra a lei orçamentária.
c) que atentem contra os partidos políticos.
d) que atentem contra a existência da União

Comentários

Não estão previstos na redação do art. 85 da Constituição Federal crimes que atentem contra os partidos políticos:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *I - a existência da União;*
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
> *III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*
> *IV - a segurança interna do País;*
> *V - a probidade na administração;*

> *VI - a lei orçamentária;*
> *VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.*
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

Resposta: alternativa "c".

---

23. Inédita

Julgue os itens que se seguem acerca do processo de crime de responsabilidade:

I. Todos os agentes políticos encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, submetendo-se tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
II. Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.
III. A manifestação pela admissibilidade da denúncia de crime de responsabilidade pela Câmara dos Deputados vincula imediatamente o Senado Federal à instauração do processo de impeachment.
Quais estão corretas?
a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) I, II e III.

Comentários

I. Errado. Segundo o art. 85 da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa do Presidente da República são hipótese de crime de responsabilidade:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *(...)*
> ***V - a probidade na administração;***

Recente entendimento do Supremo Tribunal Federal entendeu que os agentes políticos, **com exceção do Presidente da República**, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade:

(Pet 3240 AgR/DF) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.

Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade.
A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição.

A assertiva erra ao mencionar que todos os agentes políticos encontram-se sujeitos a este duplo regime sancionatório, incluindo, por óbvio, o Presidente da república.

II. Certo. Trata-se de um **procedimento bifásico**, inicialmente autorizado pela Câmara dos Deputados e processado e julgado pelo Senado federal:

> *Art. 51. Compete privativamente à **Câmara dos Deputados**:*
> *I - **autorizar**, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*
> *(...)*
> *Art. 52. Compete privativamente ao **Senado Federal**:*
> *I **- processar e julgar o Presidente** e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)*

III. Errado. Ao Senado compete, privativamente, processar e julgar o Presidente (art. 52, I). Isto inclui a realização de um **juízo inicial de instauração ou não do processo (não é automático)**, isto é, de recebimento ou não da denúncia autorizada pela Câmara:

ADPF 378 - Apresentada denúncia contra o Presidente da República por crime de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo (art. 51, I, da CF/1988).
A Câmara exerce, assim, um juízo eminentemente político sobre os fatos narrados, que constitui condição para o prosseguimento da denúncia.
Ao Senado compete, privativamente, processar e julgar o Presidente (art. 52, I), locução que abrange a realização de um juízo inicial de instauração ou não do processo, isto é, de recebimento ou não da denúncia autorizada pela Câmara.

Resposta: alternativa "b".

---

24. IDECAN / Administrador/ AGU/2018

Carlos Saul, Presidente da República recém-eleito, objetivando tornar o início do seu mandato mais eficiente sob o ponto de vista orçamentário, autorizou, por meio de dois decretos, a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento no orçamento, vindo a cometer crime contra a Lei Orçamentária. Em razão disso, no ano seguinte foi denunciado por Maria Eugênia, cidadã atuante e vigilante, à Câmara dos

Deputados. Nesse cenário, considerando as possíveis consequências jurídicas decorrentes da conduta do mencionado Presidente, assinale a alternativa correta.

a) Admitida a acusação contra Carlos Saul, por um terço da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

b) Não configura crime de responsabilidade, e sim crime comum, os atos do Presidente da República que atentem contra a Lei Orçamentária.

c) Caso preste contas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa nacional, o Presidente Carlos Saul será absolvido pelo eventual crime de responsabilidade praticado.

d) Admitida a acusação contra Carlos Saul, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

e) Admitida a acusação pela Câmara dos Deputados e após a instauração do processo pelo Senado Federal, Carlos Saul ficará suspenso de suas funções, cessando o afastamento caso o julgamento não seja concluído no prazo de 180 dias.

Comentários

a) Errada**.** A acusação deverá ser admitida por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados (art. 86, CF). Atingido o número mínimo de votos (342 votos, que **são 2/3 dos 513 Deputados** Federais), a autorização (na forma de resolução) segue para o Senado Federal.

b) Errada. Constitui crime de responsabilidade, conforme art. 85, VI da CF/88:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *(...)*
> *VI - a lei orçamentária;*

c) Errada. Quem julga o Presidente nos crimes de responsabilidade é o Senado Federal.

d) Errada. Será submetido a julgamento perante o Senado Federal.

e) Certa. A partir da **instauração do impeachment pelo Senado**, o Presidente da República fica suspenso de suas funções pelo prazo de até 180 dias (art. 86, § 1.º, II da CF/88). Caso o prazo de 180 dias termine e o julgamento ainda não esteja concluído, cessa-se o afastamento, mas o processo continua, conforme Art. 86 § 2.º da CF/88:

> *Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.*
> *§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*
> *(...)*
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*
> *§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.*

Resposta: alternativa "e".

25. COPS UEL / Escrivão de Polícia PC PR/2018

Sobre os atos atentatórios que configuram crimes de responsabilidade do Presidente da República, considere as afirmativas a seguir.

I. Que descumpram decisões judiciais.
II. Que impeçam o exercício dos direitos sociais.
III. Que se oponham à existência da União.
IV. Que contrariem os interesses do mercado financeiro.

Assinale a alternativa correta.
a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Comentários

Os atos do Presidente que configuram crime de responsabilidade estão listados no art. 85, da Carta Magna:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> ***I - a existência da União;***
> *II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*
> ***III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;***
> *IV - a segurança interna do País;*
> *V - a probidade na administração;*
> *VI - a lei orçamentária;*
> ***VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais;***
> *Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

Resposta: alternativa "d".

---

26. FGV/ OAB UNIFICADO/Nacional/XXII Exame/2017

O Presidente da República descumpriu ordem judicial, emanada de autoridade competente, impondo à União o pagamento de vantagens atrasadas, devidas aos servidores públicos federais ativos e inativos. A Advocacia Geral da União argumentava que a mora era justificável por conta da ausência de previsão de recursos públicos em lei orçamentária específica.

Apesar disso, um grupo de parlamentares, interessado em provocar a atuação do Ministério Público, entendeu ter ocorrido crime comum de desobediência, procurando você para que, como advogado(a), informe que órgão seria competente para julgar ilícito dessa natureza.

Dito isto e a par da conduta descrita, é correto afirmar que o Presidente da República deve ser julgado
a) pela Câmara dos Deputados, após autorização do Senado Federal.
b) pelo Senado Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
c) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados.
d) pelo Supremo Tribunal Federal, após autorização do Congresso Nacional.

Comentários

Os parlamentares estão equivocados. Não ocorreu crime comum de desobediência. O Presidente da República descumpriu ordem judicial, emanada de autoridade competente; neste caso, fica caracterizado um crime de responsabilidade previsto no art. 85 da Constituição Federal:

> *Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*
> *(...)*
> ***VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais;***

Portanto, por se tratar de crime de responsabilidade, o processo deve ser inicialmente autorizado pela Câmara dos Deputados e processado e julgado pelo Senado federal:

> *Art. 51. Compete privativamente à **Câmara dos Deputados**:*
> *I - **autorizar**, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*
> *(...)*
> *Art. 52. Compete privativamente ao **Senado Federal**:*
> *I **- processar e julgar o Presidente** e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)*

Resposta: alternativa "b".

---

27. CONSULPLAN - Analista Judiciário /TRF 2ª Região)/Judiciária/Oficiral/2017

Determinada Constituição Estadual veiculou três dispositivos relacionados à prática de crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado: o Art. 201 dispôs que a não contenção das invasões de áreas públicas configuraria crime de responsabilidade; o Art. 202 estabeleceu regras detalhadas sobre o processo e o julgamento dessas autoridades pela prática de crimes de responsabilidade; e, o Art. 203 dispôs que, na hipótese de condenação, além da perda da função, seria aplicada a sanção de inabilitação por oito anos, em simetria com o modelo federal. À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República e da interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
a) todos os artigos são inconstitucionais.
b) somente o artigo 201 é inconstitucional.
c) somente os artigos 202 e 203 são inconstitucionais.
d) somente os artigos 201 e 202 são inconstitucionais.

Comentários

Segundo jurisprudência da Corte Maior, a **definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade** e o **estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento** dos agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são de competência legislativa privativa da União:

Súmula Vinculante 44: "*A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.*
ADI 2220: *"A definição das condutas típicas configuradoras do crime de responsabilidade e o estabelecimento de regras que disciplinem o processo e julgamento dos agentes políticos federais, estaduais ou municipais envolvidos são da competência legislativa privativa da União e devem ser tratados em lei nacional especial (art. 85 da Constituição da República)."*

Todos os artigos da Constituição Estadual em tela são inconstitucionais, esbarrando no entendimento da Súmula Vinculante nº 44.

Resposta: alternativa "a".

---

28. Com. Exam. (TRF 3) - Juiz Federal (TRF 3ª Região)/2016/XVIII/adaptada

Em relação ao Presidente da República é incorreto afirmar:
a) O processo por crime de responsabilidade é levado a efeito pelo Senado Federal, mas sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal/STF.
b) O Presidente da República encontra-se sujeito a um duplo regime sancionatório, de modo que se submete tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.
c) Ficará suspenso de suas funções se for recebida denúncia criminal ou queixa-crime contra ele pelo Supremo Tribunal Federal/STF.
d) Após a instauração do processo por crime de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções.

Comentários

a) Certa. O Senado processa e julga o processo e quem o preside é o presidente do STF, de acordo com o art. 52, I e parágrafo único da Constituição Federal:

> *Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

> *I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;*
> *(...)*
> *Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.*

b) Errada. Recente entendimento do Supremo Tribunal Federal entendeu que os agentes políticos, **com exceção do Presidente da República**, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade:

(Pet 3240 AgR/DF) Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República**, encontram-se sujeitos a um duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa, quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade.**

Não há qualquer impedimento à concorrência de esferas de responsabilização distintas, de modo que carece de fundamento constitucional a tentativa de imunizar os agentes políticos das sanções da ação de improbidade administrativa, a pretexto de que estas seriam absorvidas pelo crime de responsabilidade.

A única exceção ao duplo regime sancionatório em matéria de improbidade se refere aos atos praticados pelo Presidente da República, conforme previsão do art. 85, V, da Constituição.

c) Certa. Nos termos do art. 86, §1º, da CF:

> *§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*
> *I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;*
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*

d) Certa. Nos termos do art. 86, § 1º, II da CF:

> *§ 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:*
> *(...)*
> *II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*

Resposta: alternativa "b".

---

29. Vunesp/Procurador Municipal (Presidente Prudente)/2016

Sobre os crimes de responsabilidade e as infrações político- administrativas dos Prefeitos, previstos no Decreto- -Lei nº 201/1967, é correto afirmar que

a) os crimes de responsabilidades do Prefeito são julgados pela Câmara dos Vereadores e sancionados com a cassação do mandato.
b) as infrações político-administrativas são julgadas pelo Poder Judiciário e sujeitam o Prefeito, após a condenação definitiva, à inabilitação para o exercício de cargo ou função pública, pelo prazo de cinco anos.
c) as infrações político-administrativas do Prefeito são julgadas pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato.
d) os crimes de responsabilidade do Prefeito são julgados pelo Poder Judiciário, sancionados com pena de reclusão ou detenção, dependendo de autorização da Câmara dos Vereadores, como condição de procedibilidade.
e) oferecida a denúncia por infração político-administrativa, deverá o Juiz ordenar a notificação do acusado, para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias.

Comentários:

a) Errada. De acordo com o artigo 1º do DL 201/67, os crimes de responsabilidade são julgados pelo judiciário.

> Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao **julgamento do Poder Judiciário**, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores [...]

b) Errada. As infrações político-administrativas são julgadas pela CÂMARA DOS VEREADORES.

> Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

c) Certa. Observe a previsão do art. 4º do DL 201/67:

> Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

Assim, correta a alternativa.

d)Errada. Como vimos acima, no art. 1º, realmente os crimes de responsabilidade são julgados pelo judiciário, porém, não há a necessidade de autorização da Câmara de Vereadores.

e) Errada. Observe o art. 2º do DL 201/67.

> *Art. 2º O processo dos crimes definidos no artigo anterior é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações:*
> *I - Antes de receber a denúncia, o Juiz ordenará a notificação do acusado para apresentar defesa prévia, no prazo de cinco dias. Se o acusado não for encontrado para a notificação, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a defesa, dentro no mesmo prazo.*
> *No caso, o artigo 2º traz o procedimento para julgamento de crimes de responsabilidade e não as infrações político-administrativas, as quais possuem seu rito marcado no artigo 5º.*

Resposta: alternativa C.

---

30. FAFIPA – Procurador Jurídico (CM Cambará)/2016

O Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores. Logo no artigo 1º, são enumerados vários crimes de responsabilidade

do Prefeito Municipal, que estão sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário. Nessa seara, a condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos nesse artigo acarreta a perda de cargo e a inabilitação, por determinado prazo, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular. Assim, no que toca esse decreto-lei, qual é o prazo de inabilitação?
a) O prazo é de 10 anos.
b) O prazo é de 07 anos.
c) O prazo é de 05 anos.
d) O prazo é de 03 anos.

Comentários: De acordo com o DL 201/67, temos:

> *Art. 1º, § 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.*

Resposta: alternativa C.

---

31. VUNESP/ Assessor Jurídico (CM Caieiras)/2015

Prevê o Decreto-Lei no 201/67 que, se o Prefeito Municipal de Caieiras deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária,

a) ficará inelegível pelo período de 2 (dois) anos, mediante decisão do juízo competente de primeira instância.
b) praticará ato de improbidade sujeito à perda do cargo eletivo e ficará inelegível por 8 (oito) anos, mediante decisão judicial em ação promovida pelo Ministério Público.
c) será julgado pelo Poder Judiciário, mediante autorização da Câmara Municipal.
d) não sofrerá nenhuma sanção jurídica ou administrativa, podendo ser objeto, no entanto, de moção de repúdio dos Vereadores Municipais.
e) terá praticado infração político-administrativa sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.

Comentários:

No caso relacionado, o prefeito incorreu em uma infração político-administrativa:

> *Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:*
>
> *V - Deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária;*

Para as infrações listadas nesse artigo,

a) Errada. Não existe essa previsão no DL 201/67.

b) Errada. Não existe essa previsão no DL 201/67.

c) Errada. O julgamento é realizado pela Câmara de Vereadores.

d) Errada. Não existe essa previsão no DL 201/67.

e) Certa. Está de acordo com o artigo 4º, visto acima.

Resposta: alternativa E.

---

32. FUNDEP/ Auditor do TCE-MG/2015

Sobre os crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores (Decreto-lei n. 201/1967), analise as proposições a seguir.

I. O julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade previsto no art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967 depende de autorização da Câmara dos Vereadores.

II. A apropriação de bens ou rendas públicas e o desvio de rendas ou verbas públicas por prefeito municipal, condutas previstas, respectivamente, nos incisos I e III do art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967, constituem crimes punidos com a mesma pena em abstrato.

III. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o crime de deixar o prefeito municipal de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente, previsto no art. 1º, inciso XIV, do Decreto-lei n. 201/1967, é delito formal ou de mera conduta.

IV. A condenação recorrível por qualquer dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei n. 201/1967 acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) proposição(ões)

a) I e II apenas.
b) III e IV apenas.
c) II e III apenas.
d) II apenas.
e) III apenas.

Comentários:

Vamos proceder à análise de cada assertiva:

I – Errado. Para os crimes tipificados no art. 1º do DL 201/67 não há dependência de julgamento pela Câmara de Vereadores:

> Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, **independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores**:

II – Errado. As penas previstas nos incisos I e II são diferentes dos demais incisos, observe:

> *§1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.*

III – Certo. Exatamente, conforme vimos na aula:

(...) Conforme precedente da Suprema Corte, o crime de responsabilidade previsto no art. 1º, XIV, do Decreto-lei nº 201/67, é "delito formal ou de mera conduta, que se consuma com o fato de o prefeito deixar de cumprir ordem judicial sem dar as razões que justifiquem, perante a autoridade competente que deve aceitá-las ou não". *STJ, EDcl no AgRg no REsp 1374716, Julgamento:25/02/2014.*

IV - Errado. Pegadinha maldosa da banca, pois a condenação é definitiva, ou seja, irrecorrível:

> *§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.*

Resposta: alternativa E.

3.26 Correição no Executivo Federal e Convênios (Decreto 5.480/05, IN 14/18 CGU, Decreto 9.681/19 e IN 01/97 STN)

1. **(Wagner Damazio)**

A correição, de acordo com o entendimento da Controladoria-Geral da União, é uma das áreas fundamentais de sua atuação, consistindo nas atividades relacionadas à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores e empregados públicos e à aplicação das devidas penalidades. O art. 1º do Decreto 5.480/05 deixa claro que as atividades de correição do Poder Executivo Federal serão organizadas sob a forma de sistema (SISCOR).

Dentre as Unidades que compõem tal sistema, não se encontra:

a) Comissão de Coordenação de Correição.

b) Unidades específicas de correição nos órgãos que compõem a estrutura dos Ministérios, bem como de suas autarquias e fundações públicas, como unidades seccionais.

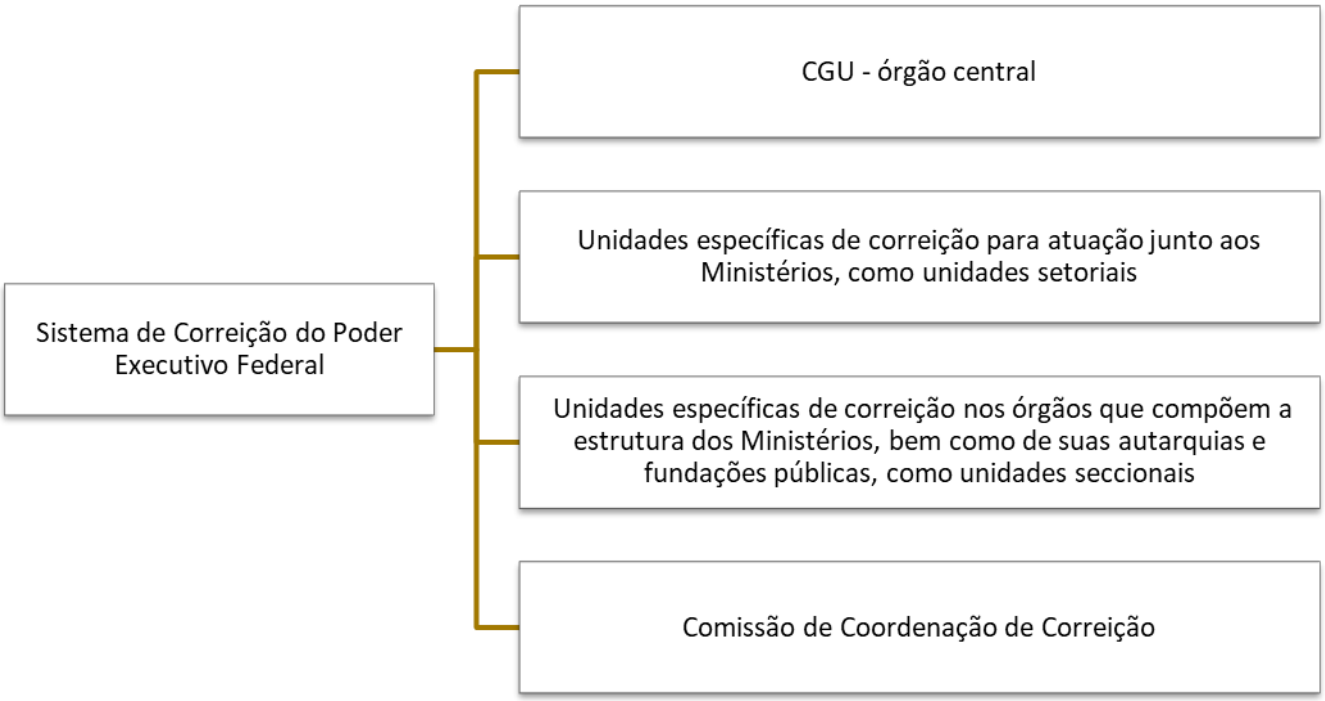
c) Unidades específicas de correição para atuação junto aos Ministérios, como unidades setoriais.

d) Unidades de controle regional.

e) A CGU, como órgão central.

Comentários:

O sistema de correição no executivo federal é composto pelas seguintes unidades:



Assim, repare que a alternativa d) traz uma unidade não pertencente ao SISCOR.

Gabarito: D.

---

2. (Wagner Damazio)

De acordo com o Decreto 5.480/05, a atividade de correição utilizará como instrumentos a investigação preliminar, a inspeção, a sindicância, o processo administrativo geral e o processo administrativo disciplinar
Assinale a alternativa na qual a correspondência entre o instrumento do sistema de correição e o seu significado está incorreta.

a) Investigação Preliminar: é o procedimento correcional destinado a, por meio de diligências, averiguações ou qualquer outra medida lícita, fornecer à autoridade competente o máximo possível de informações, internas ou externas, para subsidiar a decisão de instaurar ou não a sede disciplinar (Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância). Isto significa que poderá ser adotada quando não se justificar nem a imediata instauração da sede disciplinar, nem o arquivamento liminar.
b) Sindicância Patrimonial: constitui procedimento investigativo, de caráter sigiloso e não-punitivo, destinado a apurar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agente público federal, a partir da verificação de incompatibilidade patrimonial com seus recursos e disponibilidades. Referido Decreto regulamenta parte da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).
c) Sindicância Investigativa: É o procedimento para apurar responsabilidade de menor gravidade e pode, se for o caso, depois de respeitados o contraditório e a ampla defesa, resultar em apenação.

d) Processo Administrativo Disciplinar: É o instrumento para apurar responsabilidade de servidor por infração cometida no exercício do cargo ou a ele associada, sob rito contraditório, podendo aplicar todas as penas estatutárias. O PAD deve ser conduzido por comissão formada por três servidores estáveis, no prazo de até sessenta dias, prorrogado por igual período.
e) Inspeção: Destina-se a obter informações e documentos e a aferir o cumprimento de normas, orientações técnicas, recomendações e determinações, bem como verificar a regularidade, eficiência, eficácia e prazos dos trabalhos no SISCOR. Pode ser realizada pelo órgão central nas unidades setoriais e, por estas, nos Ministérios e nas unidades seccionais.

Comentários:

Todas as alternativas estão de acordo com o Decreto 5.480/05, exceto a letra c), a qual trouxe o conceito de Sindicância Contraditória, vejamos:

Sindicância Investigativa	Além de poder servir como meio preparatório para a sindicância contraditória ou processo administrativo disciplinar, pode ser aplicada em qualquer outra circunstância que comprometa a regularidade do serviço público. Assim, o seu relatório tanto pode recomendar instauração de rito disciplinar, como também pode esclarecer fatos, orientar a autoridade sobre falhas e lacunas normativas ou operacionais, propor alteração ou rescisão de contratos de terceirizados e de prestadores de serviços em geral, instauração de tomada de contas especial, recomendar medidas de gestão de pessoal ou de gerência administrativa, alteração do ordenamento e criação ou aperfeiçoamento de rotinas e de sistemas internos de controle.
Sindicância Contraditória	É o procedimento para apurar responsabilidade de menor gravidade e pode, se for o caso, depois de respeitados o contraditório e a ampla defesa, resultar em apenação.

Gabarito: C.

---

3. **(Wagner Damazio)**

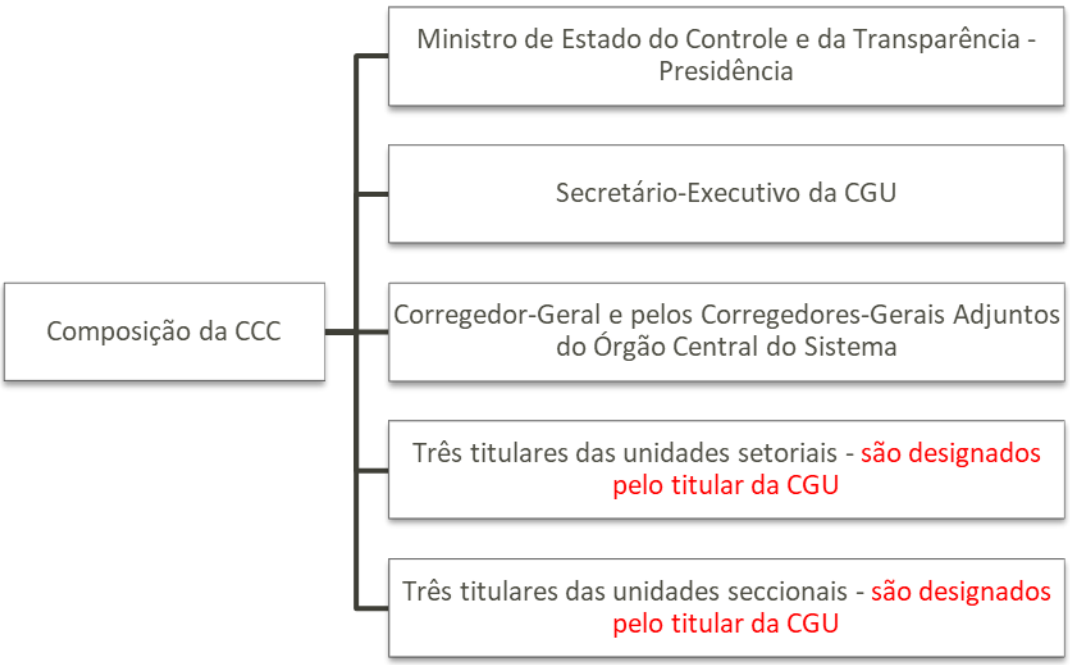
O Decreto 5.480/05 criou ainda a Comissão de Coordenação de Correição (CCC), cujo objetivo é fomentar a integração e uniformizar os entendimentos dos órgãos e unidades do Sistema de Correição. Tal comissão possui composição colegiada, com funções consultivas.
Assinale a alternativa que não corresponde a um dos componentes da CCC:

a) Ministro da CGU.
b) Secretário-Executivo da CGU.

c) 2 titulares das unidades seccionais.
d) 3 titulares das unidades setoriais.
e) Corregedor-Geral e Corregedores-Gerais Adjuntos do Órgão Central do Sistema.

Comentários:

A CCC é composta por:



Assim, a alternativa c) cita dois titulares das unidades seccionais, quando, na verdade, são três.

Gabarito: C.

---

4. **(Wagner Damazio)**

O Órgão Central do sistema de correição é a Controladoria-Geral da União. tendo como principal atribuição uniformizar, padronizar, sistematizar e normatizar, mediante a edição de enunciados e instruções, os procedimentos atinentes às atividades de correição.
Dentre as diversas atribuições do Órgão Central, não podemos citar:

a) Aprimorar os procedimentos relativos aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias;
b) Coordenar as atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição;
c) Definir procedimentos de integração de dados, especialmente no que se refere aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como às penalidades aplicadas;
d) Instaurar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares, mas não poderá avocá-los.

e) Propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;

Comentários:

O órgão central do SISCOR, além de uniformizar, padronizar, sistematizar e normatizar, mediante a edição de enunciados e instruções, os procedimentos atinentes às atividades de correição, também deverá:

ESTA CAI NA PROVA!	Atribuições do Órgão Central do Sistema de Correição
Aprimorar os procedimentos relativos aos processos administrativos disciplinares e sindicâncias;	
Gerir e exercer o controle técnico das atividades correcionais desempenhadas no âmbito do Poder Executivo Federal;	
Coordenar as atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição;	
Avaliar a execução dos procedimentos relativos às atividades de correição;	
Definir procedimentos de integração de dados, especialmente no que se refere aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como às penalidades aplicadas;	
Propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;	
Instaurar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares, em razão: da inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem; da complexidade e relevância da matéria; da autoridade envolvida; do envolvimento de servidores de mais de um órgão ou entidade;	
Avocar sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares em curso em órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, quando verificada qualquer das hipóteses previstas acima, inclusive promovendo a aplicação da penalidade cabível;	
Requisitar, em caráter irrecusável, servidores para compor comissões disciplinares;	
Realizar inspeções nas unidades de correição;	
Recomendar a instauração de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares;	
Requisitar as sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares julgados há menos de cinco anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, para reexame;	
Representar ao superior hierárquico, para apurar a omissão da autoridade responsável por instauração de sindicância, procedimento ou processo administrativo disciplinar.	

Diferentemente do disposto na alternativa d), poderá ser realizada a avocação de sindicâncias, procedimentos e processos administrativos disciplinares em curso em órgãos ou entidades do Poder

Executivo Federal, quando verificada qualquer das hipóteses previstas acima, inclusive promovendo a aplicação da penalidade cabível.

Gabarito: D.

---

5. **(Wagner Damazio)**

No que tange ao SISCOR, as unidades seccionais, as quais atuam junto aos Ministérios, estão subordinadas à CGU, fazendo parte da sua estrutura. Já as unidades setoriais não estão subordinadas à CGU, porém ficam sujeitas à supervisão técnica das unidades setoriais e sob orientação normativa da CGU.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

Na realidade, as unidades setoriais, as quais atuam junto aos Ministérios, estão subordinadas à CGU, fazendo parte da sua estrutura. Já as unidades seccionais não estão subordinadas à CGU, porém ficam sujeitas à supervisão técnica das unidades setoriais e sob orientação normativa da CGU.

Gabarito: Errado.

---

6. **(Wagner Damazio)**

O julgamento das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada compete ao Ministro da CGU.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

De acordo com o inciso I do parágrafo 4º do art. 4º do Decreto 5.480/05, temos:

> *§ 4º O julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição previstas neste artigo compete: (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*
> *I - ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, nas hipóteses de aplicação das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada;*

Gabarito: Certo.

---

7. **(Wagner Damazio)**

Assinale a alternativa correta, de acordo com os comandos do Decreto 5.480/05:

a) As Unidades Setoriais e Seccionais, serão titularizadas, privativamente, por servidores públicos efetivos, que possuam nível de escolaridade superior e sejam, preferencialmente, graduados em direito ou integrantes da carreira de Finanças e Controle.

b) O mandato dos titulares das unidades setoriais e seccionais será de três anos, salvo se legislação dispuser de forma diversa.
c) Os servidores da administração pública federal em exercício em cargo ou função de corregedoria ou correição perdem os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira.
d) Em relação ao julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição compete ao Corregedor-Geral a aplicação da pena de advertência.
e) Em relação ao julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição compete ao Corregedor-Geral a aplicação da pena de suspensão por até 15 dias.

Comentários:

Vamos analisar as assertivas, à luz dos arts. 4º e 8º do Decreto 5.480/05:

a) Correta. É perfeitamente o comando do art. 8º e seus incisos I e II.

> *Art. 8º Os cargos dos titulares das unidades setoriais e seccionais de correição são privativos de servidores públicos efetivos, que possuam nível de escolaridade superior e sejam, preferencialmente: (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*
> *I - graduados em Direito; ou (Incluído pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*
> *II - integrantes da carreira de Finanças e Controle. (Incluído pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*

b) Incorreta. O mandato é de dois anos.

> *Art. 8º*
> *[...]*
> *§ 4º Os titulares das unidades seccionais serão nomeados para mandato de dois anos, salvo disposição em contrário na legislação. (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*

c) Incorreta. Os direitos e vantagens ficam assegurados, conforme excerto abaixo.

> *Art. 8º*
> *[...]*
> *§ 2º Ao servidor da administração pública federal em exercício em cargo ou função de corregedoria ou correição são assegurados todos os direitos e vantagens a que faça jus na respectiva carreira, considerando-se o período de desempenho das atividades de que trata este Decreto, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.*

d) Incorreta. A pena aplicada pelo Corregedor-Geral é de suspensão por até 30 dias.

> *Art. 8º*
> *[...]*
> *§ 4º O julgamento dos processos, procedimentos e sindicâncias resultantes da instauração, avocação ou requisição previstas neste artigo compete: (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*
> *I - ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, nas hipóteses de aplicação das penas de demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada; (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*

> *II - ao Corregedor-Geral, na hipótese de aplicação da pena de suspensão de até trinta dias; e (Redação dada pelo Decreto nº 7.128, de 2010).*
> *III - aos Corregedores-Gerais Adjuntos, na hipótese de aplicação da pena de advertência.*

e) Incorreta. A suspensão é de até 30 dias.

Gabarito: A.

---

8. (Wagner Damazio)

A Instrução Normativa nº 14/2018 se aplica à atividade correicional dos órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista. Tal instrução traz importantes definições, dentre as quais podemos citar como correta:
a) Procedimento Disciplinar: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar atos lesivos praticados por pessoa jurídica contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
b) Procedimento de responsabilização de entes privados: procedimento disciplinar ou procedimento de responsabilização de entes privados.
c) Procedimento Disciplinar: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar irregularidades disciplinares praticadas por servidores ou empregados públicos.
d) Procedimento Correicional: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar atos lesivos praticados por pessoa jurídica contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
e) Procedimento Correicional: processo ou procedimento administrativo destinado a apurar irregularidades disciplinares praticadas por servidores ou empregados públicos.

Comentários:

De acordo com o normativo citado na questão, temos:

Procedimento disciplinar	•processo ou procedimento administrativo destinado a apurar irregularidades disciplinares praticadas por servidores ou empregados públicos
Procedimento de responsabilização de entes privados	•processo ou procedimento administrativo destinado a apurar atos lesivos praticados por pessoa jurídica contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
Procedimento correcional	•procedimento disciplinar ou procedimento de responsabilização de entes privados

Assim, a letra C traz o comando correto.

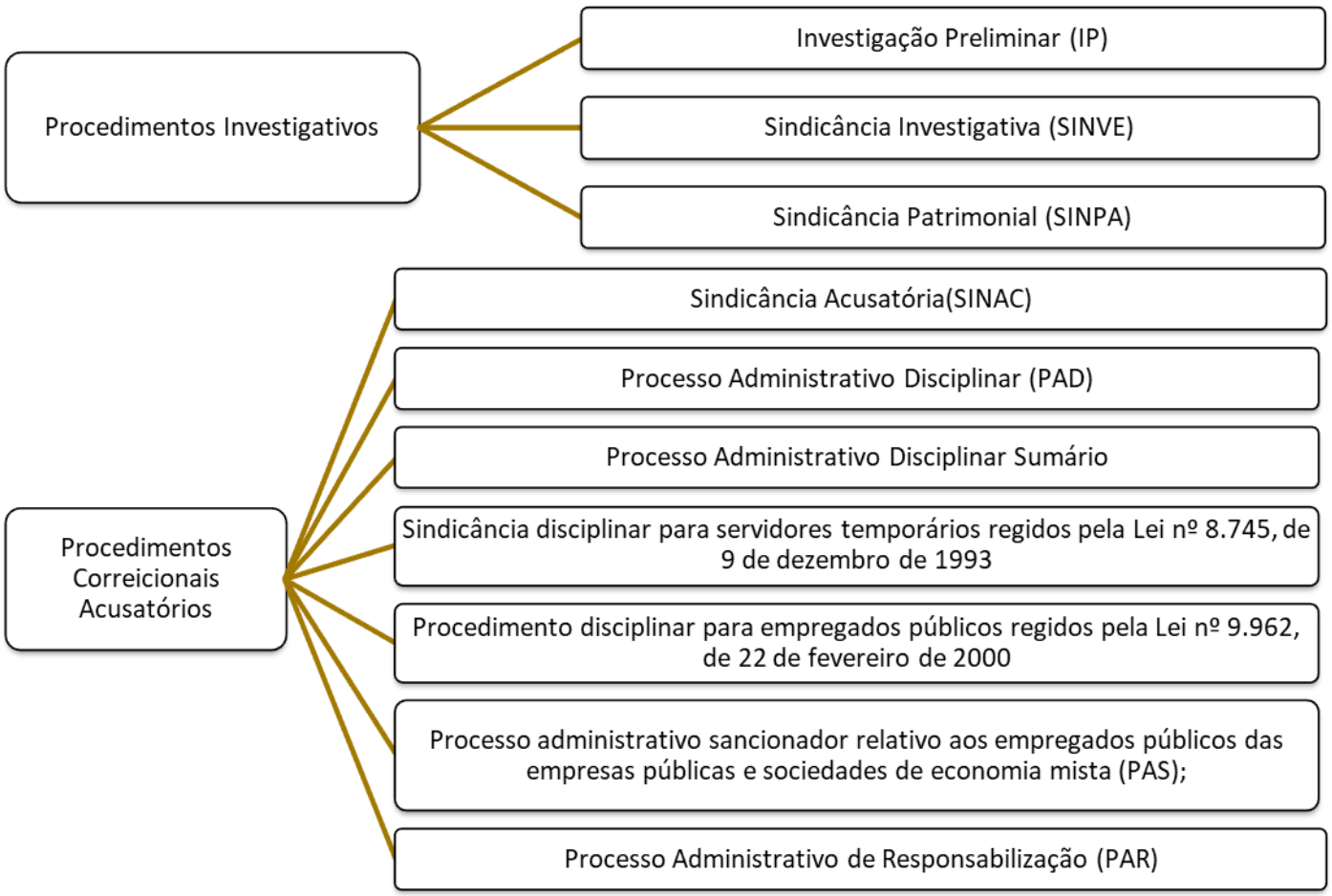
Gabarito: C.

9. **(Wagner Damazio)**

De acordo com a IN 14/2018, os procedimentos correicionais poderão ter caráter investigativo ou acusatório.
Assinale a alternativa que contém a correta correlação entre o caráter do procedimento e o tipo de procedimento.

a) Procedimento Investigativo: Sindicância acusatória.
b) Procedimento acusatório: Sindicância Investigativa.
c) Procedimento Investigativo: Processo Administrativo Disciplinar Sumário.
d) Procedimento acusatório: Investigação Preliminar.
e) Procedimento Investigativo: Sindicância Patrimonial.

Comentários:



Reparem que apenas a letra e) traz a correta correlação.

Gabarito: E.

10. (Wagner Damazio)

O juízo de admissibilidade é próprio das unidades correicionais, sendo descrito como um ato administrativo por meio do qual a autoridade competente decide, de forma fundamentada, pelo arquivamento ou instauração de procedimento correcional, tanto nos procedimentos investigativos quanto nos acusatórios.
Sobre tal instituto, assinale a alternativa incorreta:
a) Seu objeto será a existência de indícios que justifiquem a apuração de denúncias, representações ou informações que noticiem a ocorrência de suposta infração correcional, inclusive anônimas.
b) No caso da informação anônima que noticie a ocorrência de suposta infração correcional, o procedimento correcional acusatório poderá ser deflagrado somente se forem colhidos outros elementos que respaldem tal informação.
c) Os meios de prova a serem utilizados são quaisquer dos admitidos em lei, tais como prova documental, inclusive emprestada, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos
d) Caso sejam identificados indícios de irregularidade com repercussão não correcional, a matéria deverá ser encaminhada à autoridade competente para a respectiva apuração, independentemente da decisão adotada no juízo de admissibilidade. O procedimento correicional deverá ser deflagrado, mesmo se a autoridade verificar a ocorrência de prescrição antes da sua instauração.
e) no caso de dano ou extravio de bens da União que implique prejuízo de pequeno valor ou infração disciplinar de menor potencial ofensivo, deverão ser observadas, respectivamente, as IN 04/09 e IN 02/17.

Comentários:

Todas as alternativas estão corretas de acordo com a IN 14/2018, exceto a alternativa d). Corrigindo-a, o procedimento correicional pode deixar de ser deflagrado, de forma motivada, caso a autoridade verifique a ocorrência de prescrição antes da sua instauração.

Gabarito: D.

---

11. (Wagner Damazio)

Nos procedimentos correcionais poderão ser utilizados quaisquer dos meios probatórios admitidos em lei, tais como prova documental, inclusive emprestada, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos. Poderá ainda ser solicitado acesso às informações fiscais, desde que o órgão solicitante preserve o sigilo das informações recebidas

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

Exatamente. É o teor dos arts. 12 e 14 da IN 14/2018:

> *Art. 12. Nos procedimentos correcionais regulamentados nesta Instrução Normativa poderão ser utilizados quaisquer dos meios probatórios admitidos em lei, tais como prova documental, inclusive emprestada, manifestação técnica, tomada de depoimentos e diligências necessárias à elucidação dos fatos.*
> *Art. 13. Para a elucidação dos fatos, poderá ser acessado e monitorado, independentemente de notificação de investigado ou acusado, o conteúdo dos instrumentos de uso funcional de servidor ou empregado público, tais como, computador, dados de sistemas, correio eletrônico, agenda de compromissos, mobiliário e registro de ligações.*
> *Art. 14. Sempre que as circunstâncias assim o exigirem, poderá ser solicitado, com fundamento no art. 198, §1º, inciso II, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o acesso às informações fiscais de investigado, acusado ou indiciado, ficando o órgão solicitante obrigado a preservar o sigilo fiscal das informações recebidas.*

Gabarito: Certo.

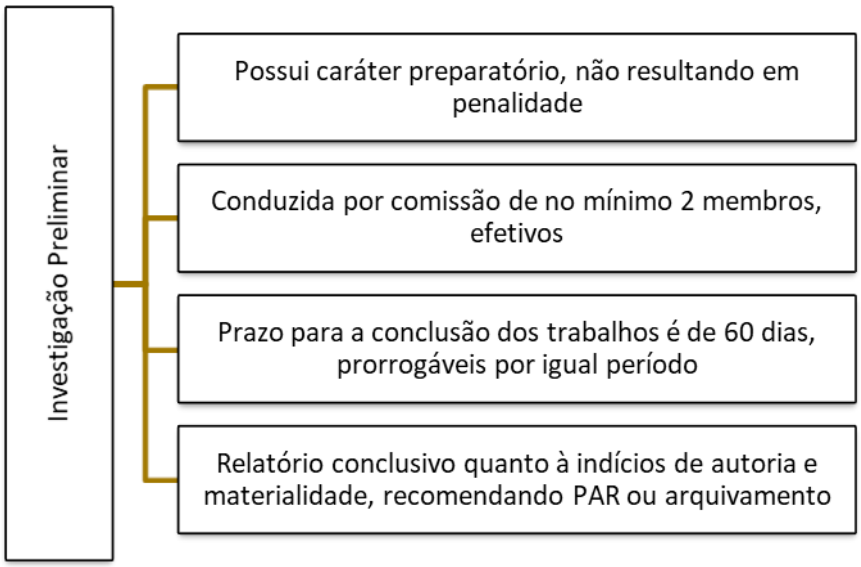
---

12. (Wagner Damazio)

De acordo com a IN 14/2018, a Investigação Preliminar (IP) constitui procedimento de caráter preparatório com a finalidade de apurar cometimento de ato lesivo contra a administração pública por pessoa jurídica, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR).
São características da IP, exceto:
a) Poderá ser aplicada a penalidade de advertência após a sua conclusão.
b) A Comissão que procederá à investigação será composta por dois membros, no mínimo, não necessariamente estáveis, mas efetivos, dos quais um será o presidente.
c) O prazo para a conclusão da IP será de 60 dias, prorrogáveis por igual período. Caso seja necessário para o término dos trabalhos, a comissão poderá ser reconduzida após o prazo de prorrogação citado.
d) O relatório final da IP deverá ser conclusivo quanto à existência ou não de indícios de autoria e materialidade de atos lesivos contra a Administração Pública, devendo recomendar a instauração do PAR ou o arquivamento, conforme o caso.
e) Os ilícitos disciplinares correlatos aos atos lesivos objeto da investigação poderão ser apurados no âmbito da IP.

Comentários:

Conforme vimos na nossa aula, na esquematização:



A Investigação Preliminar não tem como produto qualquer tipo de penalidade, diferentemente do que se afirmou na alternativa a), sendo a incorreta.

Gabarito: A.

---

13. (Wagner Damazio)

A SINVE constitui procedimento de caráter preparatório, destinado a investigar falta disciplinar praticada por servidor ou empregado público federal, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de procedimento disciplinar acusatório.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

É o teor do art. 19 da IN 14/2018:

> *Art. 19. A SINVE constitui procedimento de caráter preparatório, destinado a investigar falta disciplinar praticada por servidor ou empregado público federal, quando a complexidade ou os indícios de autoria ou materialidade não justificarem a instauração imediata de procedimento disciplinar acusatório.*

Gabarito: Certo.

---

14. (Wagner Damazio)

A Sindicância Patrimonial constitui **procedimento investigativo** para apurar indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor ou empregado público federal. Sobre tal instituto, considere as seguintes afirmações, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

( ) Podem ser aplicadas penalidades quando da sua conclusão.
( ) É conduzida por comissão de no mínimo 2 membros, efetivos, não necessariamente estáveis.

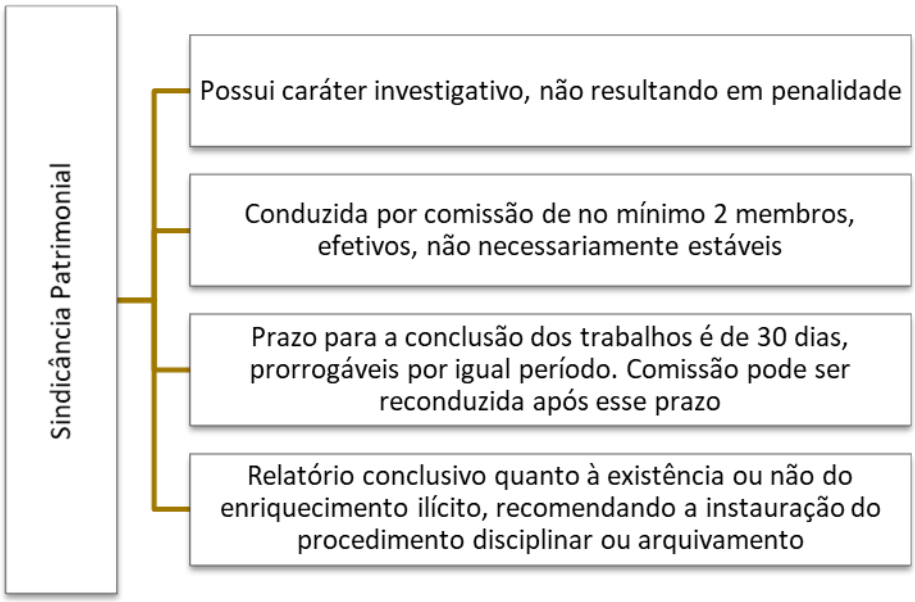
( ) O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 dias, prorrogáveis por igual período. Comissão pode ser reconduzida após esse prazo.
( ) O relatório será conclusivo quanto à existência ou não do enriquecimento ilícito, recomendando a instauração do procedimento disciplinar ou arquivamento.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

a) F,F,F,V.
b) V,F,V,V.
c) F,V,F,V.
d) V,V,V,F.
e) F,F,V,V.

Comentários:

Vamos recorrer novamente a uma esquematização vista ao longo da nossa aula.



Assim, repare que não resulta em penalidade (primeira assertiva errada); bem como o prazo para a conclusão é de 30 dias, e não 60 como afirmado na terceira assertiva.

As demais assertivas estão corretas.

Dessa maneira, a ordem correta é: F,V,F,V.

Gabarito: C.

---

15. (Wagner Damazio)

A Sindicância Acusatória (SINAC) constitui procedimento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal por infração disciplinar de menor gravidade, quando não cabível TAC ou TCA e será processada de acordo com as disposições da Lei 8.112/90.

A comissão de SINAC será composta por pelo menos dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente, por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

É o teor dos arts. 30 e 31 da IN 14/2018:

> *Art. 30. A SINAC constitui procedimento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal por infração disciplinar de menor gravidade, quando não cabível TAC ou TCA.*
> *Art. 31. A SINAC será instaurada e conduzida nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observando, no que couber, as disposições aplicáveis ao PAD.*
> *§ 1º A comissão de SINAC será composta por pelo menos dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente, por meio de publicação de ato instaurador que indicará, dentre eles, o seu presidente, o qual deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.*

Gabarito: Certo.

---

16. (Wagner Damazio)

O PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
Da conclusão do PAD, poderá resultar a aplicação das seguintes penas ao servidor, exceto:

a) Advertência.
b) Demissão.
c) Suspensão de até 60 dias.
d) Destituição de cargo em comissão.
e) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Comentários:

Vamos observar o art. 32 da IN 14/2018, bem como o seu parágrafo único:

> *Art. 32. O PAD é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração disciplinar praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.*
> *Parágrafo único. Do PAD poderá resultar a aplicação de penalidade de advertência, suspensão de até 90 (noventa) dias, demissão, destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.*

Assim, repare que a suspensão será de até 90 dias, e não 60 dias como observado pela alternativa c), o que a torna incorreta. As demais alternativas estão de acordo.

Gabarito: C.

17. (Wagner Damazio)

O processo administrativo disciplinar sumário constitui procedimento destinado a apurar responsabilidade de servidor público federal no caso das infrações de acúmulo ilegal de cargos públicos, de inassiduidade habitual ou de abandono de cargo.
Como características de tal procedimento, podemos citar:

a) O prazo para conclusão será de 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.
b) Não pode haver recondução da comissão após a prorrogação, caso haja necessidade.
c) O servidor deverá ser notificado de forma prévia.
d) A comissão será composta de dois servidores estáveis e o ato instaurador que designar a comunicação deverá descrever os fatos que caracterizam a autoria e a materialidade da suposta infração disciplinar.
e) Do processo administrativo disciplinar sumário não poderá resultar a aplicação de penalidade de demissão, mas poderão as penas de destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Comentários:

a) Incorreta. A prorrogação é de 15 dias.

> *§ 3º O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar sumário não excederá 30 (trinta) dias e poderá ser prorrogado por 15 (quinze) dias.*

b) Incorreta. A comissão poderá ser reconduzida.

> *§ 4º A comissão de processo administrativo disciplinar sumário poderá ser reconduzida após o encerramento de seu prazo de prorrogação, quando necessário à conclusão dos trabalhos.*

c) Incorreta. Não é cabível a notificação prévia do acusado.

> *§ 6º A notificação prévia do acusado não é cabível no processo administrativo disciplinar sumário.*

d) Correta.

> *§ 1º A comissão de processo administrativo disciplinar sumário será composta por dois servidores estáveis, designados pela autoridade competente por meio de publicação de ato instaurador.*
> *§ 2º O ato instaurador que designar a comissão de processo administrativo disciplinar sumário descreverá os fatos que caracterizam a autoria e a materialidade da suposta infração disciplinar.*

e) Incorreta. A demissão poderá ser aplicada no PAD sumário.

> *§ 1º Do processo administrativo disciplinar sumário poderá resultar a aplicação de penalidade de demissão, destituição do cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.*

Gabarito: D.

18. (Wagner Damazio)

O PAR constitui procedimento destinado à responsabilização administrativa de pessoa física em decorrência de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013. Frise-se que quaisquer atos lesivos previstos como infrações administrativas na Lei 8.666/93, bem como em qualquer outro normativo de licitações e contratos da administração pública, poderão ser apurados no PAR.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

O PAR se destina à responsabilização de pessoas jurídicas, de acordo com o art. 49 da IN 14/2018:

> *Art. 49. O PAR constitui procedimento destinado à responsabilização administrativa de pessoa jurídica em decorrência de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, nos termos do art. 5º, da Lei nº 12.846, de 2013.*

Gabarito: Errado.

---

19. (Wagner Damazio)

Sobre a instauração, avocação e requisição de procedimentos correicionais pelo órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Federal, não podemos afirmar:

a) A instauração de procedimento disciplinar caberá ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, ao Secretário-Executivo, ao Corregedor-Geral da União, aos Corregedores-Adjuntos e aos Corregedores Setoriais, conforme o nível do cargo, emprego ou função do servidor ou empregado investigado ou acusado.
b) O Ministro da CGU, o Corregedor-Geral da União e o Secretário-Executivo poderão avocar qualquer procedimento disciplinar em curso no Executivo Federal, a fim de verificar a regularidade ou corrigir o procedimento.
c) O Ministro da CGU, o Corregedor-Geral da União e o Secretário-Executivo poderão requisitar os procedimentos disciplinares julgados há menos de 3 (três) anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, para reexame.
d) Nos casos de requisição de procedimentos disciplinares, poderá ocorrer a determinação ou declaração de nulidade dos atos viciados. Caso haja agravamento da situação do interessado, ele será intimado para formular alegações, caso queira.
e) Em se tratando da avocação, os procedimentos poderão ter continuidade a partir da fase em que se encontram e as provas já produzidas podem ser aproveitadas.

Comentários:

Com exceção da alternativa c), as demais estão corretas.

O erro da alternativa c) é o fato de as requisições abrangerem procedimentos disciplinares julgados há menos de 5 (cinco) anos:

> *Art. 54. O Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União, o Secretário-Executivo e o Corregedor-Geral da União, de ofício ou mediante proposta das unidades setoriais, poderão requisitar os procedimentos disciplinares julgados há menos de 5 (cinco) anos por órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, para reexame.*

Gabarito: C.

---

20. (Wagner Damazio

A inspeção correicional é o procedimento administrativo de diligência *in loco* em órgão ou entidade do Poder Executivo federal, com o objetivo de prestar orientações e coletar informações acerca da atividade correcional.
Já a visita técnica correicional é o procedimento administrativo de verificação *in loco* da gestão correcional de órgão ou entidade do Poder Executivo federal, destinado a avaliar aspectos previamente determinados, bem como colher e validar informações e documentos relativos à matéria correcional.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

Conforme estudamos em nossa aula, a visita técnica tem um caráter mais de orientação. Já a inspeção correicional se presta a avaliar aspectos pré-determinados da gestão correicional do órgão ou entidade do executivo federal.

Rememorando o esquema que estudamos:

INSPEÇÃO CORREICIONAL

- procedimento administrativo de verificação *in loco* da gestão correcional de órgão ou entidade do Poder Executivo federal, destinado a avaliar aspectos previamente determinados, bem como colher e validar informações e documentos relativos à matéria correcional

VISITA TÉCNICA CORREICIONAL

- procedimento administrativo de diligência *in loco* em órgão ou entidade do Poder Executivo federal, com o objetivo de prestar orientações e coletar informações acerca da atividade correcional.

Assim, o correto seria:

A visita técnica correicional é o procedimento administrativo de diligência *in loco* em órgão ou entidade do Poder Executivo federal, com o objetivo de prestar orientações e coletar informações acerca da atividade correcional.

Já a inspeção correicional é o procedimento administrativo de verificação *in loco* da gestão correcional de órgão ou entidade do Poder Executivo federal, destinado a avaliar aspectos previamente determinados, bem como colher e validar informações e documentos relativos à matéria correcional.

Gabarito: Errado.

---

21. (Wagner Damazio)

De acordo com o Decreto 9.681/19, os órgãos específicos singulares da CGU possuem as seguintes atribuições, exceto:

a) A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) exerce as atividades de órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal.
b) A Corregedoria-Geral da União (CRG) atua capacitando servidores para composição de comissões disciplinares.
c) A Ouvidoria-Geral da União (OGU) exerce a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
d) A Secretaria de Combate à Corrupção é responsável por combate à impunidade na Administração Pública Federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos.
e) A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC) atua na formulação, coordenação e fomento a programas, ações e normas voltados à prevenção da corrupção na administração pública e na sua relação com o setor privado.

Comentários:

Vamos relembrar as atribuições dos órgãos citados na questão:

A **Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC)** atua na formulação, coordenação e fomento a programas, ações e normas voltados à prevenção da corrupção na administração pública e na sua relação com o setor privado. Entre suas principais atribuições, destacam-se a promoção da transparência, do acesso à informação, do controle social, da conduta ética e da integridade nas instituições públicas e privadas. Promove também a cooperação com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuam no campo da prevenção da corrupção, além de fomentar a realização de estudos e pesquisas visando à produção e à disseminação do conhecimento em suas áreas de atuação.

A **Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)** exerce as atividades de órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal. Nesta condição, fiscaliza e avalia a execução de programas de governo, inclusive ações descentralizadas a entes públicos e privados realizadas com recursos oriundos dos orçamentos da União; realiza auditorias e avalia os resultados da gestão dos

administradores públicos federais; apura denúncias e representações; exerce o controle das operações de crédito; e, também, executa atividades de apoio ao controle externo.

A **Corregedoria-Geral da União (CRG)** atua no combate à impunidade na Administração Pública Federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos. Atua também capacitando servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar; e fortalecendo as unidades componentes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), exercendo as atividades de órgão central deste sistema.

A **Ouvidoria-Geral da União (OGU)** exerce a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito, orienta a atuação das unidades de ouvidoria dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; examina manifestações referentes à prestação de serviços públicos; propõe a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; e contribui com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos.

A **Secretaria de Combate à Corrupção** é responsável por propor ao Ministro de Estado a normatização, a sistematização e a padronização dos procedimentos e atos normativos que se refiram às atividades relacionadas a acordos de leniência, inteligência e operações especiais desenvolvidas pela Controladoria-Geral da União; supervisionar, coordenar e orientar a atuação das unidades da Controladoria-Geral da União nas negociações dos acordos de leniência; desenvolver e executar atividades de inteligência e de produção de informações estratégicas, inclusive por meio de investigações; e coordenar as atividades que exijam ações integradas da Controladoria-Geral da União em conjunto com outros órgãos e entidades de combate à corrupção, nacionais ou internacionais.

Reparem que o combate à impunidade na Administração Pública Federal é realizado pela Corregedoria-Geral da União, o que torna a alternativa d) incorreta.

Gabarito: D.

---

22. (Wagner Damazio)

A instrução normativa nº 01/97 da STN disciplina a celebração (assinatura de termo de convênio) e a execução de convênio de natureza financeira, para fins de execução descentralizada de Programa de Trabalho de responsabilidade de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta.
Dentre os conceitos trazidos pela IN, assinale a alternativa correta:

a) Convênio: Instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
b) Concedente: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
c) Convenente: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
d) Interveniente: Órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
e) Executor: Órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular, responsável direta pela execução do objeto do convênio.

Comentários:

Das definições trazidas pela IN 01/97 – STN, o convenente é o da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.

Repare que a alternativa c) trocou o conceito de convenente com o de concedente, que é o órgão responsável por transferir os recursos financeiros para a execução do objeto.

Gabarito: C.

---

23. (Wagner Damazio)

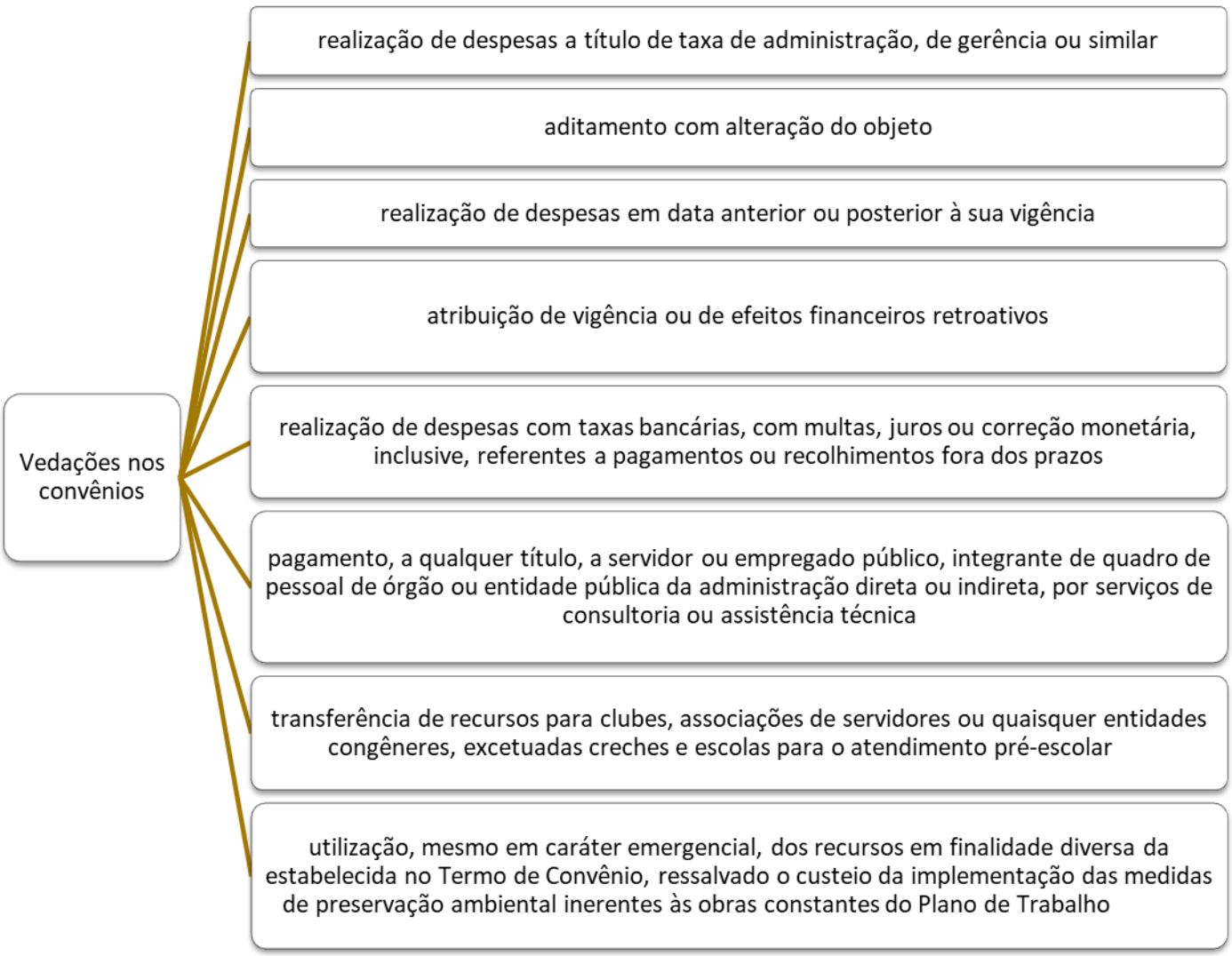
Dentre as vedações de cláusulas aos convênios, trazidas pela IN 01/97 da STN, não se encontra:

a) realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.
b) realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.
c) atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos.
d) pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica.

e) utilização, exceto em caráter emergencial, dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho.

Comentários:

Dentre as vedações às cláusulas em um convênio, temos:



Assim, repare que a letra e) inclui a questão do caráter emergencial. Mesmo que seja nesse caráter, é proibida a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Convênio, ressalvado o custeio da implementação das medidas de preservação ambiental inerentes às obras constantes do Plano de Trabalho.

Gabarito: E.

24. (Wagner Damazio)

A alteração dos convênios somente se dará mediante proposta do convenente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo, antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo ordenador de despesa do concedente, levando-se em conta o tempo necessário para análise e decisão. O extrato do convênio ou seus aditivos, para sua eficácia e independente do valor, deverá ser publicado no DOU até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

Está em perfeita consonância com os arts. 15 e 17 da IN 01/97 – STN:

> *Art. 15. O convênio, ou Plano de Trabalho, este quando se tratar de destinação por Portaria Ministerial, somente poderá ser alterado mediante proposta do convenente, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo, antes do término de sua vigência, que vier a ser fixado pelo ordenador de despesa.*
> *Art. 17. A eficácia dos convênios e de seus aditivos, qualquer que seja o seu valor, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no "Diário Oficial" da União, que será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, contendo os seguintes elementos:*

Gabarito: Certo.

---

25. (Wagner Damazio)

A prestação de contas final do convênio será apresentada ao concedente até sessenta dias após o término da vigência do convênio. Caso haja descumprimento desse dispositivo o concedente assinará o prazo máximo de 20 (vinte) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente.

( ) CERTO ( ) ERRADO

Comentários:

A primeira parte da assertiva encontra-se correta, mas, caso a prestação não seja encaminhada no prazo, o novo limite para a apresentação será de 30 dias, e não 20 como informado.

> *§ 5º A prestação de contas final será apresentada ao concedente até sessenta dias após o término da vigência do convênio, definida conforme disposto no inciso III do art. 7º desta Instrução Normativa. Redação alterada p/IN nº 2/2002*
> *§ 7º Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, o concedente assinará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno de sua jurisdição ou equivalente*

Gabarito: Errado.

---

4. Considerações Finais

Caro Concurseiro, espero que você aproveite ao máximo este material gratuito.

Conte comigo como um parceiro na sua caminhada até a aprovação no concurso dos seus sonhos.

Qualquer dúvida, crítica ou sugestão, pode mandar direct que conversamos.

Aproveite e siga as mídias sociais do Estratégia Carreira Jurídica e do Estratégia Concursos.

Estou à disposição para aclarar ou aprofundar qualquer tema.

Que DEUS o ilumine com muita saúde e paz.

Bons estudos.

Cordial abraço

Wagner Damazio